

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

PRIMEIRA PARTE

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

PRÓLOGO

"PAI, ... a vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o Deus único verdadeiro, e aquele que enviaste, Jesus Cristo" (Jo 17,3). "Deus, nosso Salvador ... quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2,3-4). "Não há, debaixo do céu, outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos" (At 4,12), afora o nome de JESUS.

I - A VIDA DO HOMEM CONHECER E AMAR A DEUS

1) Deus, infinitamente Perfeito e Bem-aventurado em si mesmo, em um desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para fazê-lo participar de sua vida bem-aventurada. Eis por que, desde sempre e em todo lugar, está perto do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-lo, a conhecê-lo e a amá-lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade de sua família, a Igreja. Faz isto por meio do Filho, que enviou como Redentor e Salvador quando os tempos se cumpriram. Nele e por Ele, chama os homens a se tornarem, no Espírito Santo, seus filhos adotivos, e portanto os herdeiros de sua vida bem-aventurada.

2) A fim de que este chamado ressoe pela terra inteira, Cristo enviou os apóstolos que escolhera, dando-lhes o mandato de anunciar o Evangelho: "Ide, fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt 28,19-20). Fortalecidos com esta missão, os apóstolos "saíram a pregar por toda parte, agindo com eles o Senhor, e confirmando a Palavra por meio dos sinais que a acompanhavam" (Mc 16,20).

3) Os que com a ajuda de Deus acolheram o chamado de Cristo e lhe responderam livremente foram por sua vez impulsionados pelo amor de Cristo a anunciar por todas as partes do mundo a Boa Notícia. Este tesouro recebido dos apóstolos foi guardado fielmente por seus sucessores. Todos os fiéis de Cristo são chamados a transmiti-lo de geração em geração, anunciando a fé, vivendo-a na partilha fraterna e celebrando-a na liturgia e na oração .

II. Transmitir a fé - a catequese

4) Bem cedo passou-se a chamar de catequese o conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os homens a crerem que Jesus é o Filho de Deus, a fim de que, por meio da fé, tenham a vida em nome dele, para educá-los e instruí-los nesta vida, e assim construir o Corpo de Cristo. .

5) "A catequese é uma educação da fé das crianças, dos jovens e dos adultos, a qual compreende especialmente um ensino da doutrina cristã, dado em geral de maneira orgânica e sistemática, com o fim de os iniciar na plenitude da vida cristã."

6) Sem confundir-se com eles, a catequese se articula em torno de determinado número de elementos da missão pastoral da Igreja que têm um aspecto catequético e que preparam a catequese ou dela derivam: primeiro anúncio do Evangelho ou pregação missionária para suscitar a fé; busca das razões de crer; experiência de vida cristã; celebração dos sacramentos; integração na comunidade eclesial; testemunho apostólico e missionário.

7) "A catequese anda intimamente ligada com toda a vida da Igreja. Não é somente a extensão geográfica e o aumento numérico, mas também e mais ainda o crescimento interior da Igreja, sua correspondência ao desígnio de Deus que dependem da catequese mesma."

8) Os períodos de renovação da Igreja são também tempos fortes da catequese. Eis por que, na grande época dos Padres da Igreja, vemos Santos Bispos dedicarem uma parte importante de seu ministério à catequese. É a época de São Cirilo de Jerusalém e de São João Crisóstomo, de Santo Ambrósio e de Santo Agostinho, e de muitos outros Padres cujas obras catequéticas permanecem como modelos.

9) O ministério da catequese haure energias sempre novas nos Concílios. O Concílio de Trento constitui neste ponto um exemplo a ser sublinhado: deu à catequese prioridade em suas constituições e em seus decretos; está ele na origem do Catecismo Romano, que também leva seu nome e constitui uma obra de primeira grandeza como resumo da doutrina cristã. Este concílio suscitou na Igreja uma organização notável da catequese. Graças a santos bispos e teólogos, tais como São Pedro Canísio, São Carlos Borromeu, São Turibio de Mogrovejo, São Roberto Belarmino, levou à publicação de numerosos catecismos.

10) Diante disto, não estranha que, no dinamismo que seguiu o Concílio Vaticano II (que o papa Paulo VI considerava como grande catecismo dos tempos modernos), a catequese da Igreja tenha novamente despertado a atenção. Dão testemunho deste fato o Diretório geral da Catequese, de 1971, as sessões do Sínodo dos Bispos dedicadas à evangelização (1974) e à catequese (1977), as exortações apostólicas correspondentes, *Evangelii nuntiandi* (1975) e *Catechesi tradendae* (1979). A sessão extraordinária do Sínodo dos Bispos de 1985 pediu: "Seja redigido um catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica seja sobre a fé seja sobre a moral". O Santo Padre João Paulo II endossou este desideratum expresso pelo Sínodo dos Bispos, reconhecendo que "este desejo responde plenamente a uma verdadeira necessidade da Igreja universal e das Igrejas particulares". Ele envidou todos os esforços em prol da realização deste desideratum dos Padres do Sínodo.

III. O OBJETIVO E OS DESTINATÁRIOS DESTES CATECISMOS

11) O presente Catecismo tem por objetivo apresentar uma exposição orgânica e sintética dos conteúdos essenciais e fundamentais da doutrina católica tanto sobre a fé como sobre a moral, à luz do Concílio Vaticano II e do conjunto da Tradição da Igreja. Suas fontes principais são a Sagrada Escritura, os Santos Padres, a Liturgia e o Magistério da Igreja. Destina-se ele a servir "como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que são elaborados nos diversos países".

12) O presente Catecismo é destinado principalmente aos responsáveis pela catequese: em primeiro lugar aos Bispos, como doutores da fé e pastores da Igreja. É oferecido a eles como instrumento no cumprimento de seu ofício de ensinar o Povo de Deus. Por meio dos Bispos, ele se destina aos redatores de catecismos, aos presbíteros e aos catequistas. Será também útil para a leitura de todos os demais fiéis cristãos.

IV. A ESTRUTURA DESTES CATECISMOS

13) O projeto deste Catecismo inspira-se na grande tradição dos catecismos que articulam a catequese em torno de quatro "pilares": a profissão da fé batismal (o Símbolo), os sacramentos da fé, a vida de fé (os Mandamentos), a oração do crente (o "Pai-Nosso").

PARTE 1: A PROFISSÃO DA FÉ

14) Os que pela fé e pelo Batismo pertencem a Cristo devem confessar sua fé batismal diante dos homens. Por isso, o Catecismo começa por expor em que consiste a Revelação, pela qual Deus se dirige e se doa ao homem, bem como a fé, pela qual o homem responde a Deus (Seção 1). O Símbolo da fé resume os dons que Deus outorga ao homem como Autor de todo bem, como Redentor, como Santificador, e os articula em torno dos "três capítulos" de nosso Batismo a fé em um só Deus: o Pai Todo-Poderoso, o Criador, Jesus Cristo, seu Filho, nosso Senhor e Salvador, e o Espírito Santo, na Santa Igreja (Seção II).

PARTE II: OS SACRAMENTOS DE FÉ

15) A segunda parte do Catecismo expõe como a salvação de Deus, realizada uma vez por todas por Cristo Jesus e pelo Espírito Santo, se toma presente nas ações sagradas da liturgia da Igreja (Seção 1), particularmente nos sete sacramentos (Seção II).

PARTE III: A VIDA DA FÉ

16) A terceira parte do Catecismo apresenta o fim último do homem, criado à imagem de Deus: a bem-aventurança e os caminhos para chegar a ela: mediante um agir reto e livre, com a ajuda da fé e da graça de Deus (Seção I), por meio de um agir que realiza o duplo mandamento da caridade, desdobrado nos dez Mandamentos de Deus (Seção II).

PARTE IV: A ORAÇÃO NA VIDA DA FÉ

17) A última parte do Catecismo trata do sentido e da importância da oração na vida dos crentes (Seção 1). Ela termina com um breve comentário sobre os setes pedidos da oração (Seção II). Com efeito, nesses sete pedidos encontramos o conjunto dos bens que devemos esperar e que nosso Pai celeste quer conceder-nos.

V. INDICAÇÕES PRÁTICAS PARA O USO DESTES CATECISMOS

18) Este Catecismo foi pensado como uma exposição orgânica de toda a fé católica. Por isso é preciso lê-lo como uma unidade. Numerosas referências dentro do próprio texto, bem como o índice analítico no fim do volume permitem ver a ligação de cada tema com o conjunto da fé.

19) Muitas vezes os textos da Sagrada Escritura não são citados literalmente, mas são feitas apenas referências (mediante a indicação "cf."). Para uma compreensão mais aprofundada de tais passagens, é preciso consultar os próprios textos. Essas referências bíblicas constituem um instrumento de trabalho para a catequese.

20) Quando em certas passagens se usa corpo menor, graficamente isto indica que se trata de observações de tipo histórico, apologético, ou de exposições doutrinárias complementares.

21) As citações, em corpo menor, de fontes patrísticas, litúrgicas, magisteriais ou hagiográficas são destinadas a enriquecer a exposição doutrinária. Com frequência esses textos foram escolhidos para uso diretamente catequético.

22) No final de cada unidade temática, uma série de textos sucintos resumem em fórmulas condensadas o essencial do ensinamento. Esses "resumindo" têm por objetivo oferecer sugestões a catequese local para fórmulas sintéticas e memorizáveis.

VI. AS ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS

23) Neste Catecismo a ênfase é posta na exposição doutrinária. Quer ele ajudar a aprofundar o conhecimento da fé. Por isso mesmo está orientado para o amadurecimento desta fé, para seu enraizamento na vida e sua irradiação no testemunho.

24) Por sua própria finalidade, este Catecismo não se propõe realizar as adaptações da exposição e dos métodos catequéticos exigidas pelas diferenças de culturas, de idades, de maturidade espiritual, de situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese é dirigida. Tais adaptações indispensáveis cabem aos catecismos apropriados e mais ainda aos que ministram instrução aos fiéis:

Aquele que ensina deve "fazer-se tudo para todos" (1 Cor 9,22), a fim de conquistar todos para Jesus Cristo... Particularmente, não imagine ele que lhe é confiado um único tipo de almas, e que conseqüentemente lhe é permitido ensinar e formar de modo igual todos os fiéis à verdadeira piedade, com um só e mesmo método, sempre igual! Saiba ele bem que uns são em Jesus Cristo como que criancinhas recém-nascidas, outros, como que adolescentes, e finalmente alguns estão como que na posse de todas as suas forças... Os que são chamados ao ministério da pregação devem, na transmissão dos mistérios da fé e das regras dos costumes, adaptar suas palavras ao espírito e à inteligência de seus ouvintes.

ACIMA DE TUDO A CARIDADE

25) Para concluir este Prólogo, é oportuno lembrar este princípio pastoral enunciado pelo Catecismo Romano:

Toda a finalidade da doutrina e do ensinamento deve ser posta no amor que não acaba. Com efeito, pode-se facilmente expor o que é preciso crer, esperar ou fazer; mas sobretudo é preciso fazer sempre com que apareça o Amor de Nosso Senhor, para que cada um compreenda que cada ato de virtude perfeitamente cristão não tem outra origem senão o Amor, e outro fim senão o Amor.

PRIMEIRA PARTE - A PROFISSÃO DE FÉ

PRIMEIRA SEÇÃO

"EU CREIO" - "NÓS CREMOS"

26 Quando professamos nossa fé, começamos dizendo: "Eu creio" ou "Nós cremos". Por isso, antes de expor a fé da Igreja tal como é confessada no Credo, celebrada na Liturgia, vivida na prática dos Mandamentos e na oração, perguntamo-nos o que significa "crer". A fé é a resposta do homem a Deus que se revela e a ele se doa, trazendo ao mesmo tempo uma luz superabundante ao homem em busca do sentido último de sua vida. Por isso vamos considerar primeiro esta busca do homem (capítulo 1), em seguida a Revelação divina, pela qual Deus se apresenta ao homem (capítulo II), e finalmente a resposta da fé (capítulo III).

CAPÍTULO I

O HOMEM É "CAPAZ" DE DEUS

I - O DESEJO DE DEUS

27 O desejo de Deus está inscrito no coração do homem, já que o homem é criado por Deus e para Deus; e Deus não cessa de atrair o homem a si, e somente em Deus o homem há de encontrar a verdade e a felicidade que não cessa de procurar:

O aspecto mais sublime da dignidade humana está nesta vocação do homem à comunhão com Deus. Este convite que Deus dirige ao homem, de dialogar com ele, começa com a existência humana. Pois se o homem existe, é porque Deus o criou por amor e, por amor, não cessa de dar-lhe o ser, e o homem só vive plenamente, segundo a verdade, se reconhecer livremente este amor e se entregar ao seu Criador.

28 Em sua história, e até os dias de hoje, os homens têm expressado de múltiplas maneiras sua busca de Deus por meio de suas crenças e de seus comportamentos religiosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações etc.). Apesar das ambigüidades que podem comportar, estas formas de expressão são tão universais que o homem pode ser chamado de um ser religioso:

De um só (homem), Deus fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, fixando os tempos anteriormente determinados e os limites de seu hábitat. Tudo isto para que procurassem a divindade e, mesmo se às apalpadelas, se esforçassem por encontrá-la, embora Ele não esteja longe de cada um de nós. Pois nele vivemos, nos movemos e existimos (At 17,23-28).

29 Mas esta "união íntima e vital com Deus" pode ser esquecida, ignorada e até rejeitada explicitamente pelo homem. Tais atitudes podem ter origens muito diversas: a revolta contra o mal no mundo, a ignorância ou a indiferença religiosas, as preocupações com as coisas do mundo e com as riquezas, o mau exemplo dos crentes, as correntes de pensamento hostis à religião, e finalmente essa atitude do homem pecador que, por medo, se esconde diante de Deus e foge diante de seu chamado.

30 "Alegre-se o coração dos que buscam o Senhor!" (Sl 105,3). Se o homem pode esquecer ou rejeitar a Deus, este, de sua parte, não cessa de chamar todo homem a procurá-lo, para que viva e encontre a felicidade. Mas esta busca exige do homem todo o esforço de sua inteligência, a retidão de sua vontade, "um coração reto", e também o testemunho dos outros, que o ensinam a procurar a Deus.

Vós sois grande, Senhor, e altamente digno de louvor: grande é o vosso poder, e a vossa sabedoria não tem medida. E o homem, pequena parcela de vossa criação, pretende louvar-vos, precisamente o homem que, revestido de sua condição mortal, traz em si o testemunho de seu pecado e de que resistis aos soberbos. A despeito de tudo, o homem, pequena parcela de vossa criação, quer louvar-vos. Vós mesmo o incitais a isto, fazendo com que ele encontre suas delícias no vosso louvor, porque nos fizestes para vós e o nosso coração não descansa enquanto não repousar em vós.

II. AS VIAS DE ACESSO AO CONHECIMENTO DE DEUS

31 Criado à imagem de Deus, chamado a conhecer e a amar a Deus, o homem que procura a Deus descobre certas "vias" para aceder ao conhecimento de Deus. Chamamo-las também de "provas da existência de Deus", não no sentido das provas que as ciências naturais buscam, mas no sentido de "argumentos convergentes e convincentes" que permitem chegar a verdadeiras certezas.

Estas "vias" para chegar a Deus têm como ponto de partida a criação: o mundo material e a pessoa humana.

32 O mundo: a partir do movimento e do devir, da contingência, da ordem e da beleza do mundo, pode-se conhecer a Deus como origem e fim do universo.

São Paulo afirma a respeito dos pagãos: "O que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível - seu eterno poder e sua divindade - tornou-se inteligível desde a criação do mundo através das criaturas" (Rm 1,19-20).

E Santo Agostinho: "Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar que se dilata e se difunde, interroga a beleza do céu... interroga todas estas realidades. Todas elas te respondem: olha-nos, somos belas. Sua beleza é um hino de louvor (confessio). Essas belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo (Pulcher, pronuncie "púlquer"), não sujeito à mudança?"

33 O homem: Com sua abertura à verdade e à beleza, com seu senso do bem moral, com sua liberdade e a voz de sua consciência, com sua aspiração ao infinito e à felicidade, o homem se interroga sobre a existência de Deus. Mediante tudo isso percebe sinais de sua alma espiritual. Como "semente de eternidade que leva dentro de si, irredutível à só matéria" sua alma não pode ter origem senão em Deus.

34 O [fca15] mundo e o homem atestam que não têm em si mesmo nem seu princípio primeiro nem seu fim último, mas que participam do Ser em si, que é sem origem e sem fim. Assim por estas diversas "vias", o homem pode aceder ao conhecimento da existência de uma realidade que é a causa primeira e o fim último de tudo, "e que todos chamam Deus"

35 As faculdades do homem o tomam capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o homem possa entrar em sua intimidade, Deus quis revelar-se ao homem e dar-lhe a graça de poder acolher esta revelação na fé. Contudo, as provas da existência de Deus podem dispor à fé e ajudar a ver que a fé não se opõe à razão humana.

III. O CONHECIMENTO DE DEUS SEGUNDO A IGREJA

36 "A santa Igreja, nossa mãe, sustenta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana a partir das coisas criadas". Sem esta capacidade, o homem não poderia acolher a revelação de Deus. O homem tem esta capacidade por ser criado "à imagem de Deus[fca20]".

37 Todavia, nas condições históricas em que se encontra, o homem enfrenta muitas dificuldades para conhecer a Deus apenas com a luz de sua razão:

"Pois, embora a razão humana, absolutamente falando, possa chegar com suas forças e lume naturais ao conhecimento verdadeiro e certo de um Deus pessoal, que governa e protege o mundo com sua Providência, bem como chegar ao conhecimento da lei natural impressa pelo Criador em nossas almas, de fato, muitos são os obstáculos que impedem a mesma razão de usar eficazmente e com resultado desta sua capacidade natural.

As verdades que se referem a Deus e às relações entre os homens e Deus são verdades que transcendem completamente a ordem das coisas sensíveis e quando estas verdades atingem a vida prática e a regem, requerem sacrifício e abnegação. A inteligência humana, na aquisição destas verdades, encontra dificuldades tanto por parte dos sentidos e da imaginação como por parte das más inclinações, provenientes do pecado original. Donde vemos que os homens em tais questões, facilmente procuram persuadir-se de que seja falso ou ao menos duvidoso aquilo que não desejam que seja verdadeiro"

38 Por isso, O homem tem necessidade de ser iluminado pela revelação de Deus, não somente sobre o que ultrapassa seu entendimento, mas também sobre "as verdades religiosas e morais que, de per si, não são inacessíveis à razão, a fim de que estas no estado atual do gênero humano possam ser conhecidas por todos sem dificuldade, com uma certeza firme e sem mistura de erro"

IV. COMO FALAR DE DEUS?

39 Ao defender a capacidade da razão humana de conhecer a Deus, a Igreja exprime sua confiança na possibilidade de falar de Deus a todos os homens e com todos os homens. Esta convicção esta na base de seu diálogo com as outras religiões, com a filosofia e com as ciências, como também com Os não-crentes e os ateus.

40 Uma vez que nosso conhecimento de Deus é limitado, também limitada é nossa linguagem sobre Deus. Só podemos falar de Deus a partir das criaturas e segundo nosso modo humano limitado de conhecer e de pensar.

41 As criaturas, todas elas, trazem em si certa semelhança com Deus, muito particularmente o homem criado à imagem e a semelhança de Deus. Por isso as múltiplas perfeições das criaturas (sua verdade, bondade e beleza) refletem a perfeição infinita de Deus. Em razão disso podemos falar de Deus a partir das perfeições de suas criaturas, "pois a grandeza e a beleza das criaturas fazem, por analogia, contemplar seu Autor" (Sb 13,5).

42 Deus transcende a toda criatura. Por isso, é preciso incessantemente purificar nossa linguagem daquilo que possui de limitado, de proveniente de pura imaginação, de imperfeito, para não confundirmos o Deus "inefável, incompreensível, invisível, inatingível" com as nossas representações humanas. Nossas palavras humanas permanecem sempre aquém do Mistério de Deus.

43 Assim falando de Deus, nossa linguagem se exprime, sem dúvida, de maneira humana, mas ela atinge realmente O próprio Deus, ainda que sem poder exprimi-lo em sua infinita simplicidade. Com efeito, é preciso lembrar que "entre o Criador e a criatura não se pode notar uma semelhança, sem que se deva notar entre eles uma ainda maior dessemelhança", e que "não podemos apreender de Deus o que ele é, mas apenas O que ele não é e de que maneira os outros seres se situam em relação a ele.

RESUMINDO

44 O homem é, por natureza e por vocação, um ser religioso. Porque provém de Deus e para Ele caminha, o homem só vive uma vida plenamente humana se viver livremente sua relação com Deus.

45 O homem é feito para viver em comunhão com Deus, no qual encontra sua felicidade: "Quando eu estiver inteiramente em Vós, nunca mais haverá dor e provação; repleta de Vós por inteiro, minha vida será verdadeira"

46 Quando escuta a mensagem das criaturas e a voz de sua consciência, o homem pode atingir a certeza da existência de Deus, causa e fim de tudo.

47 A Igreja ensina que o Deus único e verdadeiro, nosso Criador e Senhor, pode ser conhecido com certeza por meio de suas obras graças à luz natural da razão humana.

48 Podemos realmente falar de Deus partindo das múltiplas perfeições das criaturas, semelhanças do Deus infinitamente perfeito, ainda que nossa linguagem limitada não esgote seu mistério.

49 "Sem o Criador, a criatura se esvai". Eis por que os crentes sabem que são impelidos pelo amor de Cristo a levar a luz do Deus vivo àqueles que o desconhecem ou o recusam.

CAPÍTULO II

DEUS VEM AO ENCONTRO DO HOMEM

50 Mediante a razão natural, o homem pode conhecer a Deus com certeza a partir de suas obras. Mas existe outra ordem de conhecimento que o homem de modo algum pode atingir por suas próprias forças, a da Revelação divina. Por uma decisão totalmente livre, Deus se revela e se doa ao homem. FÁ-lo revelando seu mistério, seu projeto benevolente, que concebeu desde toda a eternidade em Cristo em prol de todos os homens. Revela plenamente seu projeto enviando seu Filho bem-amado, nosso Senhor Jesus Cristo, e o Espírito Santo

ARTIGO 1 - A REVELAÇÃO DE DEUS

I. DEUS REVELA SEU "PROJETO BENEVOLENTE"

51 "Aproveu a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade, pelo qual os homens, por intermédio de Cristo, Verbo feito carne, no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tomam participantes da natureza divina[fca4]".

52 Deus, que "habita uma luz inacessível" (1 Tm 6,16), quer comunicar sua própria vida divina aos homens, criados livremente por ele, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adotivos. Ao revelar-se, Deus quer tornar os homens capazes de responder-lhe, de conhecê-lo e de amá-lo bem além do que seriam capazes por si mesmos.

53 O projeto divino da Revelação realiza-se ao mesmo tempo "por ações e por palavras, intimamente ligadas entre si e que se iluminam mutuamente". Este projeto comporta uma "pedagogia divina" peculiar: Deus comunica-se gradualmente com o homem, prepara-o por etapas a acolher a Revelação sobrenatural que faz de si mesmo e que vai culminar na Pessoa e na missão do Verbo encarnado, Jesus Cristo.

São Irineu de Lião fala repetidas vezes desta pedagogia divina sob a imagem da familiaridade mútua entre Deus e o homem: "O Verbo de Deus habitou no homem e fez-se Filho do homem para acostumar o homem a apreender a Deus e acostumar Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai"

II. AS ETAPAS DA REVELAÇÃO

DESDE A ORIGEM, DEUS SE DÁ A CONHECER

54 "Criando pelo Verbo o universo e conservando-o, Deus proporciona aos homens, nas coisas criadas, um permanente testemunho de si e, além disso, no intuito de abrir o caminho de uma salvação superior, manifestou-se a si mesmo, desde os primórdios, a nossos primeiros pais." Convidou-os a uma comunhão íntima consigo mesmo, revestindo-os de uma graça e de uma justiça resplandecentes.

55 Esta Revelação não foi interrompida pelo pecado de nossos primeiros pais. Deus, com efeito, "após a queda destes, com a prometida redenção, alentou-os a esperar uma salvação e velou permanentemente pelo gênero humano, a fim de dar a vida eterna a todos aqueles que, pela perseverança na prática do bem, procuram a salvação[fca12]"

E quando pela desobediência perderam vossa amizade, não os abandonastes ao poder da morte. (...) Ofereceste muitas vezes aliança aos homens e às mulheres.

A ALIANÇA COM NOÉ

56 Desfeita a unidade do gênero humano pelo pecado, Deus procura antes de tudo salvar a humanidade passando por cada uma de suas partes. A Aliança com Noé depois do dilúvio exprime o

princípio da Economia divina para com as "nações", isto é, para com os homens agrupados "segundo seus países, cada um segundo sua língua, e segundo seus clãs" (Gn 10.5)

57 Esta ordem ao mesmo tempo cósmica, social e religiosa da pluralidade das nações destina-se a limitar o orgulho de uma humanidade decaída que unânime em sua perversidade, gostaria de construir por si mesma sua unidade à maneira de Babel[fca17] . Contudo, devido ao pecado, o politeísmo, assim como a idolatria da nação e de seu chefe, constitui uma contínua ameaça de perversão pagã para essa Economia provisória.

58 A Aliança com Noé permanece em vigor durante todo o tempo das nações[fca20] , até a proclamação universal do Evangelho. A Bíblia venera algumas grandes figuras das "nações", tais como "Abel, o justo", o rei-sacerdote Melquisedeque, figura de Cristo, ou os justos "Noé, Daniel e Jó[fca23] ". Assim, a Escritura exprime que grau elevado de santidade podem atingir os que vivem segundo a Aliança de Noé, na expectativa de que Cristo "congregue na unidade todos os filhos de Deus dispersos" (Jo 11,52).

DEUS ELEGE ABRAÃO

59 Para [fca24] congregar a humanidade dispersa, Deus elegeu Abrão, chamando-o "para fora de seu país, de sua parentela e de sua casa" (Gn 12,1), para fazer dele "Abraão", isto é, "o pai de uma multidão de nações" (Gn 17,5): "Em ti serão abençoadas todas as nações da terra" (Gn 12,3[fca25]).

60 O povo originado de Abraão será o depositário da promessa feita aos patriarcas, o povo da eleição, chamado a preparar o conagraçamento, um dia, de todos os filhos de Deus na unidade da Igreja; será a raiz sobre a qual serão enxertados os pagãos tornados crentes.

61 Os patriarcas e os profetas, bem como outras personalidades do Antigo Testamento, foram e serão sempre venerados como santos em todas as tradições litúrgicas da Igreja.

DEUS FORMA SEU POVO ISRAEL

62 Depois dos patriarcas, Deus formou Israel como seu povo, salvando-o da escravidão do Egito. Fez com ele a Aliança do Sinal e deu-lhe, por intermédio de Moisés, a sua Lei, para que o reconhecesse e o servisse como o único Deus vivo e verdadeiro, Pai providente e juiz justo, e para que esperasse o Salvador prometido.

63 Israel é o Povo sacerdotal de Deus, aquele que "traz o Nome do Senhor" (Dt 28,10). É o povo daqueles "aos quais Deus falou em primeiro lugar[fca34] ", o povo dos "irmãos mais velhos" da fé de Abraão.

64 Por meio dos profetas, Deus forma seu povo na esperança da salvação, na expectativa de uma Aliança nova e eterna destinada a todos os homens[fca37] , e que será impressa nos corações. Os profetas anunciam uma redenção radical do Povo de Deus, a purificação de todas as suas infidelidades, uma salvação que incluirá todas as nações. Serão sobretudo os pobres e os humildes do Senhor os portadores desta esperança. As mulheres santas como Sara, Rebeca, Raquel, Míriam, Débora, Ana, Judite e Ester mantiveram viva a esperança da salvação de Israel. Delas todas, a figura mais pura é a de Maria.

III. CRISTO JESUS "MEDIADOR E PLENITUDE DE TODA A REVELAÇÃO"

DEUS TUDO DISSE NO SEU VERBO

65 "Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho" (Hb 1,1-2). Cristo, o Filho de Deus feito homem, é a Palavra única, perfeita e insuperável do Pai. Nele o Pai disse tudo, e não há outra palavra senão esta. São João da Cruz, depois de tantos outros, exprime isto de maneira luminosa, comentando Hb 1,1-2:

Porque em dar-nos, como nos deu, seu Filho, que é sua Palavra única (e outra não há), tudo nos falou de uma só vez nessa única Palavra, e nada mais tem a falar, (...) pois o que antes falava por partes aos profetas agora nos revelou inteiramente, dando-nos o Tudo que é seu Filho. Se atualmente, portanto, alguém

quisesse interrogar a Deus, pedindo-lhe alguma visão ou revelação, não só cairia numa insensatez, mas ofenderia muito a Deus por não dirigir os olhares unicamente para Cristo sem querer outra coisa ou novidade alguma.

NÃO HAVERÁ OUTRA REVELAÇÃO

66 "A Economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo". Todavia, embora a Revelação esteja terminada, não está explicitada por completo; caberá à fé cristã captar gradualmente todo o seu alcance ao longo dos séculos.

67 No decurso dos séculos houve revelações denominadas "privadas", e algumas delas têm sido reconhecidas pela autoridade da Igreja. Elas não pertencem, contudo, ao depósito da fé. A função delas não é "melhorar" ou "completar" a Revelação [fca49] definitiva de Cristo, mas ajudar a viver dela com mais plenitude em determinada época da história. Guiado pelo Magistério da Igreja, o senso dos fiéis sabe discernir e acolher o que nessas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou de seus santos à Igreja.

A fé cristã não pode aceitar "revelações" que pretendam ultrapassar ou corrigir a Revelação da qual Cristo é a perfeição. Este é o caso de certas religiões não-cristãs e também de certas seitas recentes que se fundamentam em tais "revelações".

RESUMINDO

68 Por amor, Deus revelou-se e doou-se ao homem. Traz assim uma resposta definitiva e superabundante às questões que o homem se faz acerca do sentido e do objetivo de sua vida.

69 Deus revelou-se ao homem, comunicando-lhe gradualmente seu próprio Mistério por meio de ações e de palavras.

70 Para além do testemunho que Deus dá de si mesmo nas coisas criadas, ele manifestou-se pessoalmente aos nossos primeiros pais. Falou-lhes e, depois da queda, prometeu-lhes a salvação e ofereceu-lhes sua aliança.

71 Deus fez com Noé uma aliança eterna entre Ele e todos os seres vivos[fca51] . Esta há de durar enquanto durar o mundo.

72 Deus escolheu Abraão e fez uma aliança com ele e sua descendência. Daí formou seu povo, ao qual revelou sua lei por intermédio de Moisés. Pelos profetas preparou este povo a acolher a salvação destinada à humanidade inteira.

73 Deus revelou-se plenamente enviando seu próprio Filho, no qual estabeleceu sua Aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de sorte que depois dele não haverá outra Revelação.

ARTIGO 2

A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

74 Deus "quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1Tm 2,4), isto é, de Jesus Cristo[fca1] . É preciso, pois, que Cristo seja anunciado a todos os povos e a todos os homens, e que desta forma a Revelação chegue até as extremidades do mundo:

Deus dispôs com suma benignidade que aquelas coisas que revelara para a salvação de todos os povos permanecessem sempre íntegras e fossem transmitidas a todas as gerações.

1. A TRADIÇÃO APOSTÓLICA

75 "Cristo Senhor, em quem se consuma a revelação do Sumo Deus, ordenou aos Apóstolos que o Evangelho, prometido antes pelos profetas, completado por ele e por sua própria boca promulgado, fosse

por eles pregado a todos os homens como fonte de toda a verdade salvífica e de toda a disciplina de costumes, comunicando-lhes os dons divinos."

A PREGAÇÃO APOSTÓLICA...

76 A transmissão do Evangelho, segundo a ordem do Senhor, fez-se de duas maneiras:

ü oralmente - "pelos apóstolos, que na pregação oral, por exemplos e instituições, transmitiram aquelas coisas que ou receberam das palavras, da convivência e das obras de Cristo ou aprenderam das sugestões do Espírito Santo";

ü por escrito - "como também por aqueles apóstolos e varões apostólicos que, sob inspiração do mesmo Espírito Santo, puseram por escrito a mensagem da salvação[fca6] "

...CONTINUADA NA SUCESSÃO APOSTÓLICA

77 "Para que o Evangelho sempre se conservasse inalterado e vivo na Igreja, os apóstolos deixaram como sucessores os bispos, a eles 'transmitindo seu próprio encargo de Magistério.'" Com efeito, "a pregação apostólica, que é expressa de modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se por uma sucessão contínua até a consumação dos tempos".

78 Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, é chamada de Tradição enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora intimamente ligada a ela. Por meio da Tradição, "a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê". "O ensinamento dos Santos Padres testemunha a presença vivificante desta Tradição, cujas riquezas se transfundem na praxe e na vida da Igreja crente e orante."

79 Assim, a comunicação que o Pai fez de si mesmo por seu Verbo no Espírito Santo permanece presente e atuante na Igreja: "O Deus que outrora falou mantém um permanente diálogo com a esposa de seu dileto Filho, e o Espírito Santo, pelo qual a voz viva do Evangelho ressoa na Igreja e através dela no mundo, leva os crentes à verdade toda e faz habitar neles abundantemente a palavra de Cristo"

II. A RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A SAGRADA ESCRITURA

UMA FONTE COMUM...

80 "Elas estão entre si estreitamente unidas e comunicantes. Pois, promanando ambas da mesma fonte divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim." Tanto uma como outra tornam presente e fecundo na Igreja o mistério de Cristo, que prometeu permanecer com os seus "todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28,20).

DUAS MODALIDADES DISTINTAS DE TRANSMISSÃO

81 "A SAGRADA ESCRITURA É A PALAVRA DE DEUS ENQUANTO REDIGIDA SOB A MOÇÃO DO ESPÍRITO SANTO".

Quanto à Sagrada Tradição, ela "transmite integralmente aos sucessores dos apóstolos a Palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos apóstolos para que, sob a luz do Espírito de verdade, eles, por sua pregação, fielmente a conservem, exponham e difundam".

82 Dai resulta que a Igreja, à qual estão confiadas a transmissão e a interpretação da Revelação, "não deriva a sua certeza a respeito de tudo o que foi revelado somente da Sagrada Escritura. Por isso, ambas devem ser aceitas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência"

TRADIÇÃO APOSTÓLICA E TRADIÇÕES ECLESIAIS

83 A Tradição da qual aqui falamos é a que vem dos apóstolos e transmite o que estes receberam do ensinamento e do exemplo de Jesus e o que receberam por meio do Espírito Santo. Com efeito, a primeira geração de cristãos ainda não dispunha de um Novo Testamento escrito, e o próprio Novo Testamento atesta o processo da Tradição viva.

Dela é preciso distinguir as "tradições" teológicas, disciplinares, litúrgicas ou devocionais surgidas ao longo do tempo nas Igrejas locais. Constituem elas formas particulares sob as quais a grande Tradição recebe expressões adaptadas aos diversos lugares e às diversas épocas. É à luz da grande Tradição que estas podem ser mantidas, modificadas ou mesmo abandonadas, sob a guia do Magistério da Igreja.

III. A INTERPRETAÇÃO DO DEPÓSITO DA FÉ

O DEPÓSITO DA FÉ CONFIADO À TOTALIDADE DA IGREJA

84 "O patrimônio sagrado" da fé ("depositum fidei"), contido na Sagrada Tradição e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos apóstolos à totalidade da Igreja. "Apegando-se firmemente ao mesmo, o povo santo todo, unido a seus Pastores, persevera continuamente na doutrina dos apóstolos e na comunhão, na fração do pão e nas orações, de sorte que na conservação, no exercício e na profissão da fé transmitida se crie uma singular unidade de espírito entre os bispos e os fiéis."

O MAGISTÉRIO DA IGREJA

85 "O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo", isto é, foi confiado aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.

86 "Todavia, tal Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a serviço dela, não ensinando senão o que foi transmitido, no sentido de que, por mandato divino, com a assistência do Espírito Santo, piamente ausculta aquela palavra, santamente a guarda e fielmente a expõe, e deste único depósito de fé tira o que nos propõe para ser crido como divinamente revelado."

87 Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo a seus apóstolos: "Quem vos ouve a mim ouve" (Lc 10,16[fca25]), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que seus Pastores lhes dão sob diferentes formas.

OS DOGMAS DA FÉ

88 O Magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária.

89 Há uma conexão orgânica entre nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho de nossa fé que o iluminam e tornam seguro. Na verdade, se nossa vida for reta, nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé.

90 Os laços mútuos e a coerência dos dogmas podem ser encontrados no conjunto da Revelação do Mistério de Cristo. "Existe uma ordem ou 'hierarquia' das verdades da doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente[fca31] ."

SENSO SOBRENATURAL DA FÉ

91 Todos os fiéis participam da compreensão e da transmissão da verdade revelada. Receberam a unção do Espírito Santo, que os instrui e os conduz à verdade em sua totalidade.

92 "O conjunto dos fiéis... não pode enganar-se no ato de fé. E manifesta esta sua peculiar piedade mediante o senso sobrenatural da fé de todo o povo, quando, 'desde os bispos até o último dos fiéis leigos', apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes."

93 "Por este senso da fé, excitado e sustentado pelo Espírito da verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério, (...) adere indefectivelmente à fé 'uma vez para sempre transmitida aos santos'; e, com reto juízo, penetra-a mais profundamente e na sua vida a coloca mais perfeitamente em obra."

O CRESCIMENTO NA COMPREENSÃO DA FÉ

94 Graças à assistência do Espírito Santo, a compreensão tanto das realidades como das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

"Pela contemplação e estudo dos que crêem, os quais as meditam em seu coração", é em especial "a pesquisa teológica que aprofunda o conhecimento da verdade revelada".

"Pela íntima compreensão que os fiéis desfrutam das coisas espirituais[fca43] "; "Divina eloquia cum legente crescunt as palavras divinas crescem com o leitor[fca44] ".

"Pela pregação daqueles que, com a sucessão episcopal, receberam o carisma seguro da verdade."

95 "Fica, portanto, claro que segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal modo entrelaçados e unidos que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas."

RESUMINDO

96 O que Cristo confiou aos apóstolos, estes o transmitiram por sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, a todas as gerações, até a volta gloriosa de Cristo.

97 "A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só sagrado depósito da Palavra de Deus", no qual, como em um espelho, a Igreja peregrinante contempla a Deus, fonte de todas as suas riquezas.

98 "Em sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê.

99 Graças a seu senso sobrenatural da fé, o Povo de Deus inteiro não cessa de acolher o dom da Revelação divina, de penetrá-lo mais profundamente e viver dele com mais plenitude.

100 O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado exclusivamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos bispos em comunhão com ele.

ARTIGO 3 - A SAGRADA ESCRITURA

I. CRISTO - PALAVRA ÚNICA DA SAGRADA ESCRITURA

101 Na condescendência de sua bondade, Deus, para revelar-se aos homens, fala-lhes em palavras humanas: Com efeito, as palavras de Deus, expressas por línguas humanas, fizeram-se semelhantes à linguagem humana, tal como outrora o Verbo do Pai Eterno, havendo assumido a carne da fraqueza humana, se fez semelhante aos homens".

102 Por meio de todas as palavras da Sagrada Escritura, Deus pronuncia uma só Palavra, seu Verbo único, no qual se expressa por inteiro:

"Lembraí-vos que é uma mesma a Palavra de Deus que está presente em todas as Escrituras, que é um mesmo Verbo que ressoa na boca de todos os escritores sagrados; ele que, sendo no início Deus junto de Deus, não tem necessidade de sílabas, por não estar submetido ao tempo."

103 Por este motivo, a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, como venera também o Corpo do Senhor. Ela não cessa de apresentar aos fiéis o Pão da vida tomado da Mesa da Palavra de Deus e do Corpo de Cristo.

104 Na Sagrada Escritura, a Igreja encontra incessantemente seu alimento e sua força[fca8] , pois nela não acolhe somente uma palavra humana, mas o que ela é realmente: a Palavra de Deus "Com efeito, nos Livros Sagrados o Pai que está nos céus vem carinhosamente ao encontro de seus filhos e com eles fala".

II. INSPIRAÇÃO E VERDADE DA SAGRADA ESCRITURA

105 Deus é o autor da Sagrada Escritura. "As coisas divinamente reveladas, que se encerram por escrito e se manifestam na Sagrada Escritura, foram consignadas sob inspiração do Espírito Santo"

"A santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, tem como sagrados e canônicos os livros completos tanto do Antigo como do Novo Testamento, com todas as suas partes, porque, escritos sob a inspiração do Espírito Santo, eles têm Deus como autor e nesta sua qualidade foram confiados à própria Igreja."

106 Deus inspirou os autores humanos dos livros sagrados.. "Na redação dos livros sagrados, Deus escolheu homens, dos quais se serviu fazendo-os usar suas próprias faculdades e capacidades, a fim de que, agindo ele próprio neles e por meio deles, escrevessem, como verdadeiros autores, tudo e só aquilo que ele próprio queria."

107 Os livros inspirados ensinam a verdade. "Portanto, já que tudo o que os autores inspirados (ou hagiógrafos) afirmam deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, deve-se professar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus em vista de nossa salvação quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras."

108 Todavia, a fé cristã não é uma "religião do Livro". O Cristianismo é a religião da "Palavra" de Deus, "não de uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo". Para que as Escrituras não permaneçam letra morta, é preciso que Cristo, Palavra eterna de Deus vivo, pelo Espírito Santo nos "abra o espírito à compreensão das Escrituras".

III. O ESPÍRITO SANTO, INTÉRPRETE DA ESCRITURA

109 Na Sagrada Escritura, Deus fala ao homem à maneira dos homens. Para bem interpretar a Escritura é preciso, portanto, estar atento àquilo que os autores humanos quiseram realmente afirmar e àquilo que Deus quis manifestar-nos pelas palavras deles.

110 Para descobrir a intenção dos autores sagrados, há que levar em conta as condições da época e da cultura deles, os "gêneros literários" em uso naquele tempo, os modos, então correntes, de sentir, falar e narrar. "Pois a verdade é apresentada e expressa de maneiras diferentes nos textos que são de vários modos históricos ou proféticos ou poéticos, ou nos demais gêneros de expressão."

111 Mas, já que a Sagrada Escritura é inspirada, há outro princípio da interpretação correta, não menos importante que o anterior, e sem o qual a Escritura permaneceria letra morta: "A Sagrada Escritura deve também ser lida e interpretada com a ajuda daquele mesmo Espírito em que foi escrita". O Concílio Vaticano II indica três critérios para uma interpretação da Escritura conforme o Espírito que a inspirou

112 1. Prestar muita atenção "ao conteúdo e à unidade da Escritura inteira". Pois, por mais diferentes que sejam os livros que a compõem, a Escritura é una em razão da unidade do projeto de Deus, do qual Cristo Jesus é o centro e o coração, aberto depois de sua Páscoa.

O coração de Cristo designa a Sagrada Escritura, que dá a conhecer o coração de Cristo. O coração estava fechado antes da Paixão, pois a Escritura era obscura. Mas a Escritura foi aberta após a Paixão, pois os que a partir daí têm a compreensão dela consideram e discernem de que maneira as profecias devem ser interpretadas.

113 2. Ler a Escritura dentro "da Tradição viva da Igreja inteira". Consoante um adágio dos Padres, "Sacra Scriptura principalis est in corde Ecclesiae quam in materialibus instrumentis scripta a sagrada Escritura está escrita mais no coração da Igreja do que nos instrumentos materiais. Com efeito, a Igreja leva

em sua Tradição a memória viva da Palavra de Deus, e é o Espírito Santo que lhe dá a interpretação espiritual da Escritura ("...segundo o sentido espiritual que o Espírito dá à Igreja).

114 3. Estar atento "a anagogia da fé" Por "anagogia da fé" entendemos a coesão das verdades da fé entre si e no projeto total da Revelação.

Os SENTIDOS DA ESCRITURA

115 Segundo uma antiga tradição, podemos distinguir dois sentidos da Escritura: o sentido literal e o sentido espiritual, sendo este último subdividido em sentido alegórico, moral e analógico. A concordância profunda entre os quatro sentidos garante toda a sua riqueza à leitura viva da Escritura na Igreja.

116 O sentido literal. É o sentido significado pelas palavras da Escritura e descoberto pela exegese que segue as regras da correta interpretação. "Omnes sensus fundantur super litteralem - Todos os sentidos (da Sagrada Escritura) devem estar fundados no literal".

117 O sentido espiritual. Graças à unidade do projeto de Deus, não somente o texto da Escritura, mas também as realidades e os acontecimentos de que ele fala, podem ser sinais.

1. O sentido alegórico. Podemos adquirir uma compreensão mais profunda dos acontecimentos reconhecendo a significação deles em Cristo; assim, a travessia do Mar Vermelho é um sinal da vitória de Cristo, e também do Batismo.

2. O sentido moral. Os acontecimentos relatados na Escritura devem conduzir-nos a um justo agir. Eles foram escritos "para nossa instrução" (1Cor 10,11)

3. O sentido anagógico. Podemos ver realidades e acontecimentos em sua significação eterna, conduzindo-nos (em grego: "anagógé"; pronuncie "anagogué") à nossa Pátria. Assim, a Igreja na terra é sinal da Jerusalém celeste.

118 Um dístico medieval resume a significação dos quatro sentidos:

Littera gesta docei, quid credas allegoria, moralis quid agas, quo tendas anagogia.

A letra ensina o que aconteceu; a alegoria, o que deves crer; a moral, o que deves fazer; a anagogia, para onde deves caminhar.

119 "É dever dos exegetas esforçar-se, dentro dessas diretrizes, por entender e expor com maior aprofundamento o sentido da Sagrada Escritura, a fim de que, por seu trabalho como que preparatório, amadureça o julgamento da Igreja. Pois todas estas coisas que concernem à maneira de interpretar a Escritura estão sujeitas, em última instância, ao juízo da Igreja, que exerce o divino ministério e mandato do guardar e interpretar a Palavra de Deus"

Ego vero Evangelio non crederem, nisi me catholicae Ecclesiae commoveret auctoritas.

Eu não creia no Evangelho, se a isto não me levasse a autoridade da Igreja católica"

IV O CÂNON DAS ESCRITURAS

120 Foi a Tradição apostólica que fez a Igreja discernir que escritos deviam ser enumerados lista dos Livros Sagrados". Esta lista completa é denominada "Cânon" das Escrituras. Ela comporta 46 (45, se contarmos Jr e Lm juntos) escritos para o Antigo Testamento e 27 para o Novo Testamento.

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juizes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros dos Reis, os dois livros das Crônicas, Esdras e Neemias, Tobias, Judite, Ester, os dois livros dos Macabeus, Jó, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes (ou Coélet), o Cântico dos Cânticos, a Sabedoria, o Eclesiástico (ou Sirácida), Isaías, Jeremias, as Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias, para o Antigo Testamento; os Evangelhos de Mateus, de Marcos, de Lucas e de João, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas de São Paulo aos Romanos, a primeira e a segunda aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, a primeira e a segunda aos Tessalonicenses, a primeira e a segunda a Timóteo, a Tito, a Filêmon, a Epístola aos Hebreus, a Epístola de Tiago, a primeira e a segunda de Pedro, as três Epístolas de João, a Epístola de Judas e o Apocalipse, para o Novo Testamento.

O ANTIGO TESTAMENTO

121 Antigo Testamento é uma parte indispensável da Sagrada Escritura. Seus livros são divinamente inspirados e conservam um valor permanente, pois a Antiga Aliança nunca foi revogada.

122 Com efeito, "a Economia do Antigo Testamento estava ordenada principalmente para preparar a vinda de Cristo, redentor de todos". "Embora contenham também coisas imperfeitas e transitórias", os livros do Antigo Testamento dão testemunho de toda a divina pedagogia do amor salvífico de Deus: "Neles encontram-se sublimes ensinamentos acerca de Deus e uma salutar sabedoria concernente à vida do homem, bem como admiráveis tesouros de preces; nestes livros, enfim está latente o mistério de nossa salvação"

123 Os cristãos veneram o Antigo Testamento como verdadeira Palavra de Deus. A Igreja sempre rechaçou vigorosamente a idéia de rejeitar o Antigo Testamento sob o pretexto de que o Novo o teria feito caducar (marcionismo).

O NOVO TESTAMENTO

124 "A Palavra de Deus, que é força de Deus para a salvação de todo crente, é apresentada e manifesta seu vigor de modo eminente nos escritos do Novo Testamento." Estes escritos fornecem-nos a verdade definitiva da Revelação divina. Seu objeto central é Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado, seus atos, ensinamentos, paixão e glorificação, assim como os inícios de sua Igreja sob a ação do Espírito Santo.

125 Os Evangelhos são o coração de todas as Escrituras, "uma vez que constituem o principal testemunho da vida e da doutrina do Verbo encarnado, nosso Salvador".

126 Na formação dos Evangelhos podemos distinguir três etapas:

1. A vida e o ensinamento de Jesus. A Igreja defende firmemente que os quatro Evangelhos, "cuja historicidade afirma sem hesitação, transmitem fielmente aquilo que Jesus, Filho de Deus, ao viver entre os homens, realmente fez e ensinou para a eterna salvação deles, até o dia em que foi elevado".

2. A tradição oral. "O que o Senhor dissera e fizera, os apóstolos, após a ascensão do Senhor, transmitiram aos ouvintes, com aquela compreensão mais plena de que gozavam, instruídos que foram pelos gloriosos acontecimentos de Cristo e esclarecidos pela luz do Espírito de verdade."

3. Os Evangelhos escritos. "Os autores sagrados escreveram os quatro Evangelhos, escolhendo certas coisas das muitas transmitidas ou oralmente ou já por escrito, fazendo síntese de outras ou explanando-as com vistas à situação das igrejas, conservando, enfim, a forma de pregação, sempre de maneira a transmitir-nos, a respeito de Jesus, coisas verdadeiras e sincera. "

127 O Evangelho quadriforme ocupa a Igreja um lugar único, como atestam a veneração que lhe tributa a liturgia e o atrativo incomparável que desde sempre tem exercido sobre os santos: Não existe nenhuma doutrina que seja melhor, mais preciosa e mais esplêndida que o texto do Evangelho. Vede e retende o que nosso Senhor e Mestre, Cristo, ensinou com suas palavras e realizou com seus atos. É acima de tudo o Evangelho que me ocupa durante as minhas orações; nele encontro tudo o que é necessário para minha pobre alma. Descubro nele sempre novas luzes, sentidos escondidos e misteriosos.

A UNIDADE ENTRE O ANTIGO E O NOVO TESTAMENTO

128 A Igreja, já nos tempos apostólicos, e depois constantemente em sua Tradição, iluminou a unidade do plano divino nos dois Testamentos graças à tipologia. Esta discerne, nas obras de Deus contidas na Antiga Aliança, prefigurações daquilo que Deus realizou na plenitude dos tempos, na pessoa de seu Filho encarnado.

129 Por isso os cristãos lêem o Antigo Testamento à luz de Cristo morto e ressuscitado. Esta leitura tipológica manifesta o conteúdo inesgotável do Antigo Testamento. Ela não deve levar a esquecer que este conserva seu valor próprio de Revelação, que o próprio Nosso Senhor reafirmou. De resto também o Novo Testamento exige ser lido à luz do Antigo. A catequese cristã primitiva recorre constantemente a ele.

Segundo um adágio antigo, o Novo Testamento está escondido no Antigo, ao passo que o Antigo é desvendado no Novo "Novum in Vetere latet et in Novo Vetus patet".

130 A tipologia exprime o dinamismo em direção ao cumprimento do plano divino, quando "Deus será tudo em todos" (1 Cor 15,28), Também a vocação dos patriarcas e o Êxodo do Egito, por exemplo, não perdem seu valor próprio no plano de Deus, pelo fato de serem ao mesmo tempo etapas intermediárias deste plano.

V. A SAGRADA ESCRITURA NA VIDA DA IGREJA

131 "É tão grande o poder e a eficácia encerrados na Palavra de Deus, que ela constitui sustentáculo e vigor para a Igreja, e, para seus filhos, firmeza da fé, alimento da alma, pura e perene fonte da vida espiritual." "É preciso que o acesso à Sagrada Escritura seja amplamente aberto aos fiéis."

132 "Que o estudo das Sagradas Páginas seja, portanto, como que a alma da Sagrada Teologia. Da mesma palavra da Sagrada Escritura também se nutre salutarmente e santamente floresce o ministério da palavra, a saber, a pregação pastoral, a catequese e toda a instrução cristã, na qual deve ocupar lugar de destaque a homilia litúrgica."

133 A Igreja "exorta com veemência e de modo peculiar todos os fiéis cristãos... a que, pela freqüente leitura das divinas Escrituras, aprendam 'a eminente ciência de Jesus Cristo'(Fl 3,8). "Com efeito, ignorar as Escrituras é ignorar Cristo".

RESUMINDO

134 Omnis Scriptura divina unus liber est, et hic unus liber est Christus, "quia omnis Scriptura divina de Christo loquitur, et omnis Scriptura divina in Christo impletur" - Toda a Escritura divina é um único livro, e este livro único é Cristo, já que toda Escritura divina fala de Cristo, e toda Escritura divina se cumpre em Cristo.

135 "As Sagradas Escrituras contêm a Palavra de Deus e, por serem inspiradas, são verdadeiramente Palavra de Deus. "

136 Deus é o autor da Sagrada Escritura inspirar seus autores humanos; age neles e por meio dele. Fornece assim a garantia de que seus escritos ensinam sem erro a verdade salvífica.

137 A interpretação das Escrituras inspiradas deve antes de tudo estar atenta àquilo que Deus quer revelar por intermédio dos autores sagrados para nossa salvação. O que vem do Espírito só é plenamente entendido pela ação do Espírito.

138 A Igreja recebe e venera como inspirados os 46 livros do Antigo e os 27 livros do Novo Testamento.

139 Os quatro Evangelhos ocupam um lugar central, já que Cristo Jesus é o centro deles.

140 A unidade dos dois Testamentos decorre da unidade do projeto de Deus e de sua Revelação. O Antigo Testamento prepara o Novo, ao passo que este último cumpre o Antigo; os dois se iluminam reciprocamente; os dois são verdadeira Palavra de Deus.

141 "A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor": ambos alimentam e dirigem toda a vida cristã. "Tua Palavra é a lâmpada para meus pés, e luz para meu caminho" (Sl 119,105[fca70]).

CAPÍTULO III - A RESPOSTA DO HOMEM A DEUS

142 Por sua Revelação, "o Deus invisível, levado por seu grande amor, fala aos homens como a amigos, e com eles se entretém para os convidar à comunhão consigo e nela os receber". A resposta adequada a este convite é a fé.

143 Pela fé, o homem submete completamente sua inteligência e sua vontade a Deus. Com todo o seu ser, o homem dá seu assentimento a Deus revelador. A Sagrada Escritura denomina "obediência da fé" esta resposta do homem ao Deus que revela.

ARTIGO 1 - EU CREIO [a6]

144 i. A OBEDIÊNCIA DA FÉ

Obedecer ("ob-audire") na fé significa submeter-se livremente à palavra ouvida, visto que sua verdade é garantida por Deus, a própria Verdade. Desta obediência, Abraão é o modelo que a Sagrada Escritura nos propõe, e a Virgem Maria, sua mais perfeita realização.

ABRAÃO "O PAI DE TODOS OS CRENTES"

145 A Epístola aos Hebreus, no grande elogio à fé dos antepassados, insiste particularmente na fé de Abraão: "Foi pela fé que Abraão, respondendo ao chamado, obedeceu e partiu para uma terra que devia receber como herança, e partiu sem saber para onde ia" (Hb 11,8). Pela fé, viveu como estrangeiro e como peregrino na Terra Prometida[fca8] . Pela fé, Sara recebeu a graça de conceber o filho da promessa. Pela fé, finalmente, Abraão ofereceu seu filho único em sacrifício.

146 Abraão realiza, assim, a definição da fé dada pela Epístola aos Hebreus: "A fé é uma posse antecipada do que se espera, um meio de demonstrar as realidades que não se vêem" (Hb 11,1). "Abraão creu em Deus, e isto lhe foi levado em conta de justiça" (Rm 4,3). Graças a esta "fé poderosa" (Rm 4,20), Abraão tornou-se "o pai de todos os que haveriam de crer" (Rm 4,1 1.18)

147 O Antigo Testamento é rico em testemunhos desta fé. A Epístola aos Hebreus proclama o elogio da fé exemplar dos antigos, "que deram o seu testemunho" (Hb 11,2.39). No entanto, "Deus previa para nós algo melhor": a graça de crer em seu Filho Jesus, "o autor e realizador da fé, que a leva à perfeição" (Hb11,40; 12,2).

MARIA "BEM-AVENTURADA A QUE ACREDITOU"

148 A Virgem Maria realiza da maneira mais perfeita a obediência da fé. Na fé, Maria acolheu o anúncio e a promessa trazida pelo anjo Gabriel, acreditando que "nada é impossível a Deus" (Lc 1,37[fca15]) e dando seu assentimento: "Eu sou a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). Isabel a saudou: "Bem-aventurada a que acreditou, pois o que lhe foi dito da parte do Senhor será cumprido" (Lc 1,45). É em virtude desta fé que todas as gerações a proclamarão bem-aventurada.

149 Durante toda a sua vida e até sua última provação, quando Jesus, seu filho, morreu na cruz, sua fé não vacilou. Maria não deixou de crer "no cumprimento" da Palavra de Deus. Por isso a Igreja venera em Maria a realização mais pura da fé.

II. "SEI EM QUEM PUS MINHA FÉ" (2TM 1,12)

CRER SOMENTE EM DEUS

150 A fé é primeiramente uma adesão pessoal do homem a Deus; é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o assentimento livre a toda a verdade que Deus revelou. Como adesão pessoal a Deus e assentimento à verdade que ele revelou, a fé cristã é diferente da fé em uma pessoa humana. É justo e bom entregar-se totalmente a Deus e crer absolutamente no que ele diz. Seria vão e falso pôr tal fé em uma criatura.

CRER EM JESUS CRISTO, O FILHO DE DEUS

151 Para o cristão, crer em Deus é, inseparavelmente, crer naquele que Ele enviou, "seu Filho bem-amado", no qual Ele pôs toda à sua complacência; Deus mandou que O escutássemos. O próprio Senhor disse a seus discípulos: "Crede em Deus, crede também em mim" (Jo 14,1). Podemos crer em Jesus Cristo por que ele mesmo é Deus, o Verbo feito carne: "Ninguém jamais viu a Deus: o Filho unigênito, que está voltado

para o seio do Pai; este o deu a conhecer" (Jo 1,18). Por ter ele "visto o Pai" (Jo 6,46), ele é o único que o conhece e pode revelá-lo.

CRER NO ESPÍRITO SANTO

152 Não se pode crer em Jesus Cristo sem participar de seu Espírito. E o Espírito Santo que revela aos homens quem é Jesus. Pois "ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3). "O Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as profundidades de Deus... O que está em Deus, ninguém o conhece a não ser o Espírito de Deus" (1 Cor 2,10-11). Só Deus conhece a Deus por inteiro. Cremos no Espírito Santo porque Ele é Deus.

A Igreja não cessa de confessar sua fé em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

III. AS CARACTERÍSTICAS DA FÉ

A FÉ É UMA GRAÇA

153 Quando São Pedro confessa que Jesus é o Cristo, Filho do Deus vivo, Jesus lhe declara que esta revelação não lhe veio "da carne e do sangue, mas de meu Pai que está nos céus". A fé é um dom de Deus, uma virtude sobrenatural infundida por Ele. "Para que se preste esta fé, exigem-se a graça prévia e adjuvante de Deus e os auxílios internos do Espírito Santo, que move o coração e o converte a Deus, abre os olhos da mente e dá a todos suavidade no consentir e crer na verdade."

A FÉ É UM ATO HUMANO

154 Crer só é possível pela graça e pelos auxílios interiores do Espírito Santo Mas não é menos verdade que crer é um ato autenticamente humano. Não contraria nem a liberdade nem a inteligência do homem confiar em Deus e aderir às verdades por Ele reveladas. Já no campo das relações humanas, não é contrário à nossa própria dignidade crer no que outras pessoas nos dizem sobre si mesmas e sobre suas intenções e confiar nas promessas delas (como, por exemplo, quando um homem e uma mulher se casam), para entrar assim em comunhão recíproca. Por isso, é ainda menos contrário à nossa dignidade "prestar, pela fé, à revelação de Deus plena adesão do intelecto e da vontade" e entrar, assim, em comunhão íntima com ele.

155 Na fé, a inteligência e a vontade humanas cooperam com a graça divina: "Credere est actus intellectus assentientis veritati divinae ex imperio voluntatis a Deo motae per gratiam - Crer é um ato da inteligência que assente à verdade divina a mando da vontade movida por Deus através da graça".

A FÉ É A INTELIGÊNCIA

156 O motivo de crer não é o fato de as verdades reveladas aparecerem como verdadeiras e inteligíveis à luz de nossa razão natural. Cremos "por causa da autoridade de Deus que revela e que não pode nem enganar-se nem enganar-nos". "Todavia, para que o obséquio de nossa fé fosse conforme à razão, Deus quis que os auxílios interiores do Espírito Santo fossem acompanhados das provas exteriores de sua Revelação. Por isso, os milagres de Cristo e dos santos, as profecias, a propagação e a santidade da Igreja, sua fecundidade e estabilidade "constituem sinais certíssimos da Revelação, adaptados à inteligência de todos", "motivos de credibilidade" que mostram que o assentimento da fé não é "de modo algum um movimento cego do espírito".

157 A fé é certa, mais certa que qualquer conhecimento humano, porque se funda na própria Palavra de Deus, que não pode mentir. Sem dúvida, as verdades reveladas podem parecer obscuras à razão e à experiência humanas, mas "a certeza dada pela luz divina é maior que a que é dada pela luz da razão natural. "Dez mil dificuldades não fazem uma única dúvida.

158 **"A fé procura compreender"**: E característico da fé o crente desejar conhecer melhor Aquele em quem pôs sua fé e compreender melhor o que Ele revelou; um conhecimento mais penetrante despertará por sua vez uma fé maior, cada vez mais ardente de amor. A graça da fé abre "os olhos do coração" (Ef.

1,18) para uma compreensão viva dos conteúdos da Revelação, isto é, do conjunto do projeto de Deus e dos mistérios da fé, do nexos deles entre si e com Cristo, centro do Mistério revelado. Ora, para "tomar cada vez mais profunda a compreensão da Revelação, o mesmo Espírito Santo aperfeiçoa continuamente a fé por meio de seus dons. Assim, segundo o adágio de Santo Agostinho, "eu creio para compreender, e compreendo para melhor crer".

159 **Fé e ciência.** "Porém, ainda que a fé esteja acima da razão, não poderá jamais haver verdadeira desarmonia entre uma e outra, porquanto o mesmo Deus que revela os mistérios e infunde a fé dotou o espírito humano da luz da razão; e Deus não poderia negar-se a si mesmo, nem a verdade jamais contradizer a verdade." "Portanto, se a pesquisa metódica, em todas as ciências, proceder de maneira verdadeiramente científica, segundo as leis morais, na realidade nunca será oposta à fé: tanto as realidades profanas quanto as da fé originam-se do mesmo Deus. Mais ainda: quem tenta perscrutar com humildade e Perseverança, os segredos das coisas, ainda que disso não tome consciência, e como que conduzido pela mão de Deus, que sustenta todas as coisas, fazendo com que elas sejam o que são."

A LIBERDADE DA FÉ

160 Para que o ato de fé seja humano, "o homem deve responder a Deus, crendo por livre vontade. Por conseguinte, ninguém deve ser forçado contra sua vontade a abraçar a fé. Pois o ato de fé é por sua natureza voluntário". "Deus de fato chama os homens para servi-lo em espírito e verdade. Com isso os homens são obrigados em consciência, mas não são forçados... Foi o que se patenteou em grau máximo em Jesus Cristo." Com efeito, Cristo convidou à fé e à conversão, mas de modo algum coagiu. "Deu testemunho da verdade, mas não quis impô-la pela força aos que a ela resistiam. Seu reino... se estende graças ao amor com que Cristo, exaltado na cruz, atrai a si os homens."

A NECESSIDADE DA FÉ

161 É necessário, para obter esta salvação, crer em Jesus Cristo e naquele que o enviou para nossa salvação "Como, porém, "sem fé é impossível agradar a Deus" (Hb 11,6) e chegar ao consórcio dos seus filhos, ninguém jamais pode ser justificado sem ela, nem conseguir a vida eterna, se nela não permanecer até o fim" (Mt 10,22; 24,13".

A PERSEVERANÇA NA FÉ

162 A fé é um dom gratuito que Deus concede ao homem. Podemos perder este dom inestimável; São Paulo alerta Timóteo sobre isso: "Combate... o bom combate, com fé e boa consciência; pois alguns, rejeitando a boa consciência, vieram a naufragar na fé" (1Tm 1,18-19). Para viver, crescer e perseverar até o fim na fé, devemos alimentá-la com a Palavra de Deus; devemos implorar ao Senhor que a aumente; ela deve "agir pela caridade" (Gl 5,6), ser carregada pela esperança e estar enraizada na fé da Igreja.

A FÉ - COMEÇO DA VIDA ETERNA

163 A fé nos faz degustar como por antecipação a alegria e a luz da visão beatífica, meta de nossa caminhada na terra. Veremos então a Deus "face a face" (1Cor 13,12), "tal como Ele é" (1Jo 3,2). A fé já é, portanto, o começo da vida eterna: Enquanto desde já contemplamos as bênçãos da fé, como um reflexo no espelho, é como se já possuíssemos as coisas maravilhas que um dia desfrutaremos, conforme nos garante nossa fé.

164 Por ora, todavia, "caminhamos pela fé, não pela visão" (2Cor 5,7), e conhecemos a Deus "como que em um espelho, de uma forma confusa..., imperfeita" (1Cor 13,12). Luminosa em virtude daquele em que ela crê, a fé é muitas vezes vivida na obscuridade. A fé pode ser posta à prova. O mundo em que vivemos muitas vezes parece estar bem longe daquilo que a fé nos assegura; as experiências do mal e do sofrimento, das injustiças e da morte parecem contradizer a Boa Nova; podem abalar a fé e tornar-se para ela uma tentação.

165 É então que devemos nos voltar para as testemunhas da fé: Abraão, que creu, "esperando contra toda esperança" (Rm 4,18); a Virgem Maria, que na "peregrinação a fé[fca63]" foi até a "noite da

fé", comungando com o sofrimento de seu Filho e com a noite de seu túmulo e tantas outras testemunhas da fé: "Com tal nuvem de testemunhas ao nosso redor, rejeitando todo fardo e o pecado que nos envolve, corramos com perseverança para o certame que nos é proposto, com os olhos fixos naquele que é autor e realizador da fé, Jesus" (Hb 12,1-2[a66]).

ARTIGO 2 - NÓS CREMOS

166 A fé é um ato pessoal: a resposta livre do homem à iniciativa de Deus que se revela. Ela não é, porém, um ato isolado. Ninguém pode crer sozinho, assim como ninguém pode viver sozinho. Ninguém deu a fé a si mesmo, assim como ninguém deu a vida a si mesmo. O crente recebeu a fé de outros, deve transmiti-la a outros. Nosso amor por Jesus e pelos homens nos impulsiona a falar a outros de nossa fé. Cada crente é como um elo na grande corrente dos crentes. Não posso crer sem ser carregado pela fé dos outros, e pela minha fé contribuo para carregar a fé dos outros.

167 "Eu creio": esta é a fé da Igreja, professada pessoalmente por todo crente, principalmente pelo batismo. "Nós cremos": esta é a fé da Igreja confessada pelos bispos reunidos em Concílio ou, mais comumente, pela assembléia litúrgica dos crentes. "Eu creio" é também a Igreja, nossa Mãe, que responde a Deus com sua fé e que nos ensina a dizer: "eu creio", "nós cremos".

I. "OLHA! SENHOR, PARA A FÉ DA VOSSA IGREJA"

168 É antes de tudo a Igreja que crê e que desta forma carrega, alimenta e sustenta minha fé. É antes de tudo a Igreja que, em toda parte, confessa o Senhor ("Te per orbem terrarum sancta confitetur Ecclesia A vós por toda a terra proclama a Santa Igreja", assim cantamos no Te Deum), e com ela e nela também nós somos impulsionados e levados a confessar: "Eu creio", "nos cremos". É por intermédio da Igreja que recebemos a fé e a vida nova no Cristo pelo batismo. No "Ritual Romano", o ministro do batismo pergunta ao catecúmeno: "Que pedes à Igreja de Deus?" E a resposta: "A fé." "E que te dá a fé?" "A vida eterna."

169 A salvação vem exclusivamente de Deus, mas, por recebermos a vida de fé por meio da Igreja, esta última é nossa mãe: "Nós cremos na Igreja como a mãe de nosso novo nascimento, e não como se ela fosse a autora de nossa salvação". Por ser nossa mãe, a Igreja é também a educadora de nossa fé.

II. A LINGUAGEM DA FÉ

170 Não cremos em fórmulas, mas nas realidades que elas expressam e que a fé nos permite "tocar". "O ato (de fé) do crente não pára no enunciado, mas chega até a realidade (enunciada). Todavia, temos acesso a essas realidades com o auxílio das formulações da fé. Estas permitem expressar e transmitir a fé, celebrá-la em comunidade, assimilá-la e vivê-la cada vez mais.

171 A Igreja, que é "a coluna e o sustentáculo da verdade" (1 Tm 3,15), guarda fielmente a fé uma vez por todas confiada aos santos. E ela que conserva a memória das Palavras de Cristo, é ela que transmite de geração em geração a confissão de fé dos apóstolos. Como uma mãe que ensina seus filhos a falar e, com isto, a compreender e a comunicar, a Igreja, nossa Mãe, nos ensina a linguagem da fé para introduzir-nos na compreensão e na vida da fé.

III. UMA ÚNICA FÉ

172 Há séculos, mediante tantas línguas, culturas, povos e nações, a Igreja não cessa de confessar sua única fé, recebida de só Senhor, transmitida por um único batismo, enraizada na convicção de que todos os homens têm um só Deus e Pai, São Irineu de Lião, testemunha desta fé, declara:

173 "Com efeito, a Igreja, embora espalhada pelo mundo inteiro até os confins da terra, tendo recebido dos apóstolos e dos discípulos deles a fé... guarda [esta pregação e esta fé] com cuidado, como se habitasse em uma só casa; nelas crê de forma idêntica, como se tivesse uma só alma; e prega as verdades de fé, as ensina e transmite com voz unânime, como se possuísse uma só boca".

174 "Pois, se no mundo as línguas diferem, o conteúdo da Tradição é uno e idêntico. E nem as Igrejas estabelecidas na Germânia têm outra fé ou outra Tradição, nem as que estão entre os iberos, nem as que estão entre os celtas, nem as do Oriente, do Egito, da Líbia, nem as que estão estabelecidas no centro do mundo..." "A mensagem da Igreja é, portanto, verídica e sólida, pois é nela que um único caminho de salvação aparece no mundo inteiro."

175 "Esta fé que recebemos da Igreja, nós a guardamos com cuidado, pois sem cessar, sob a ação do Espírito de Deus, à guisa de um depósito de grande preço encerrado em um vaso precioso, ela rejuvenesce e faz rejuvenescer o próprio vaso que a contém."

RESUMINDO

176 A fé é uma adesão pessoal do homem inteiro a Deus que se revela. Ela inclui uma adesão da inteligência e da vontade à Revelação que Deus fez de si mesmo por suas ações e palavras.

177 Por conseguinte, "crer" tem uma dupla referência: à pessoa e à verdade; à verdade, por confiança na pessoa que a atesta.

178 Não devemos crer em ninguém a não ser em Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo

179 A fé é um dom sobrenatural de Deus. Para crer, o homem tem necessidade dos auxílios interiores do Espírito Santo

180 "Crer" é um ato humano, consciente e livre, que corresponde à dignidade da pessoa humana.

181 "Crer" é um ato eclesial. A fé da Igreja precede, gera, tenta e alimenta nossa fé. A Igreja é a mãe de todos os crentes. "Ninguém pode ter a Deus por Pai, que não tenha Igreja por mãe."

182 "Nós cremos em tudo o que está contido na Palavra de Deus escrita ou transmitida, e que a Igreja propõe a crer e divinamente revelado."

183 A fé é necessária à salvação. O próprio Senhor afirma: "Aquele que crer e for batizado será salvo; aquele que não crer será condenado" (Mc 16, 16).

184 "A fé é um antegozo do conhecimento que nos tornará bem-aventurados na vida futura".

SEGUNDA SEÇÃO

A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

OS SÍMBOLOS DA FÉ

185 Quem diz creio diz "dou minha adesão àquilo que não cremos". A comunhão na fé precisa de uma linguagem comum da fé, normativa para todos e que una na mesma confissão de fé.

186 Desde a origem, a Igreja apostólica exprimiu e transmitiu sua própria fé em fórmulas breves e normativas para todos. Mas já muito cedo a Igreja quis também recolher o essencial de sua fé em resumos orgânicos e articulados, destinados sobretudo aos candidatos ao Batismo:

Esta síntese da fé não foi elaborada segundo as opiniões humanas mas da Escritura inteira recolheu-se o que existe de mais importante, para dar, na sua totalidade, a única doutrina da fé. E assim com a semente de mostarda contém em um pequeníssimo grão um grande número de ramos, da mesma forma este resumo da fé encerra em algumas palavras todo o conhecimento da verdadeira piedade contida no Antigo e no Novo Testamento.

187 Estas sínteses da fé chamam-se "profissões de fé", pois resumem a fé que os cristãos professam. Chamam-se "Credo" em razão da primeira palavra com que normalmente começam: "Creio". Denominam-se também "Símbolos da fé".

188 A palavra grega "symbolon" significava a metade de um objeto quebrado (por exemplo, um sinete) que era apresentada como sinal de reconhecimento. As partes quebradas eram juntadas para se verificar a identidade do portador. O "símbolo da fé" é, pois, um sinal de reconhecimento e de comunhão

entre os crentes. "Symbolon" passa em seguida a significar coletânea, coleção ou sumário. O "símbolo da fé" é a coletânea das principais verdades da fé. Daí o fato de ele servir como ponto de referência primeiro e fundamental da catequese.

189 A primeira "profissão de fé" é feita por ocasião do Batismo. O "símbolo da fé" é inicialmente o símbolo batismal. Uma vez que o Batismo é dado "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19), as verdades de fé professadas por ocasião do Batismo estão articuladas segundo sua referência às três pessoas da Santíssima Trindade.

190 O símbolo está, pois, dividido em três partes: "Primeiro, fala-se da primeira Pessoa divina e da obra admirável da criação; em seguida, da segunda Pessoa divina e do Mistério da Redenção dos homens; finalmente, da terceira Pessoa divina, fonte e princípio de nossa santificação[fca6] ". Esses são "os três capítulos de nosso selo (batismal[fca7])".

191 "Estas três partes são distintas, embora interligadas. Segundo uma comparação usada com frequência pelos Padres, chamamo-las de artigos. Pois da mesma forma que em nossos membros existem certas articulações que os distinguem e os separam, assim também nesta profissão de fé, com acerto e razão, se deu o nome de artigos às verdades em que devemos crer especificamente e de forma distinta" . Segundo uma antiga tradição, já atestada por Santo Ambrósio, também se costuma contar doze artigos do Credo, simbolizando com o número dos apóstolos o conjunto da fé apostólica.

192 As profissões ou símbolos da fé têm sido numerosos ao longo dos séculos e em resposta às necessidades das diversas épocas: os símbolos das diferentes Igrejas apostólicas e antigas, o Símbolo "Quicumque", dito de Santo Atanásio[fca11] , as profissões de fé de certos Concílios (Toledo; Latrão; Lião[fca14] ; Trento[fca15]) ou de certos papas, como a "Fides Damasi[fca16] " (Profissão de Fé de São Dâmaso) ou o "Credo do Povo de Deus" [SPF], de Paulo VI (1968[fca17]) .

193 Nenhum dos símbolos das diferentes etapas da vida da Igreja pode ser considerado ultrapassado e inútil. Eles nos ajudam a viver e a aprofundar hoje a fé de sempre por meio dos diversos resumos que dela têm sido feitos.

Entre todos os símbolos da fé, dois ocupam um lugar particularíssimo na vida da Igreja.

194 O Símbolo dos Apóstolos, assim chamado por ser, com razão considerado o resumo fiel da fé dos apóstolos. É o antigo símbolo batismal da Igreja de Roma. Sua grande autoridade vem do seguinte ato: "Ele é o símbolo guardado pela Igreja Romana, aquela onde Pedro, o primeiro apóstolo, teve sua Sé e para onde ele trouxe comum expressão de fé (sententia communis = opinião comum)".

195 O Símbolo denominado niceno-constantinopolitano tem sua grande autoridade no fato de ter resultado dos dois primeiros Concílios ecumênicos (325 e 381). Ainda hoje ele é comum a todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente."

196 Nossa exposição da fé seguirá o Símbolo dos Apóstolos que constitui, por assim dizer, "o mais antigo catecismo romano. Contudo, a exposição será completada por constantes referências ao Símbolo niceno-constantinopolitano, muitas vezes mais explícito e mais detalhado.

197 Como no dia de nosso batismo, quando toda a nossa vida foi confiada "a regra de doutrina" (Rm 6,17), acolhamos Símbolo de nossa fé que da vida. Recitar com fé o Credo entrar em comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo É também entrar em comunhão com a Igreja inteira, que nos transmite a fé e no seio da qual cremos:

Este Símbolo é o selo espiritual, a meditação do nosso coração e o guardião sempre presente; ele é, seguramente, o tesouro da nossa alma.

CAPÍTULO I - CREIO EM DEUS PAI

198 Nossa profissão de fé começa com Deus, pois Deus é o Primeiro e o último" (Is 44,6), o Começo e o Fim de tudo. O Credo começa com Deus Pai, pois o Pai é a Primeira Pessoa Divina da Santíssima Trindade; nosso Símbolo começa pela criação do céu e da terra, porque a criação é o começo e o fundamento de todas as obras de Deus.

ARTIGO 1

"CREIO EM DEUS PAI TODO-PODEROSO, CRIADOR DO CÉU E DA TERRA"

PARÁGRAFO 1 - CREIO EM DEUS

199 "Creio em Deus": esta primeira afirmação da profissão de fé é também a mais fundamental. O Símbolo inteiro fala de Deus, e, se fala também do homem e do mundo, fá-lo pela relação que eles têm com Deus. Os artigos do Credo dependem todos do primeiro, da mesma forma que os mandamentos explicitam o primeiro deles. Os demais artigos nos fazem conhecer melhor a Deus tal como se revelou progressivamente aos homens. "Os fiéis fazem primeiro profissão de crer em Deus".

I. "CREIO EM UM SÓ DEUS"

200 É com estas palavras que começa o Símbolo niceno-constantinopolitano. A confissão da Unicidade de Deus, que tem sua raiz na Revelação Divina da Antiga Aliança, é inseparável da confissão da existência de Deus, e igualmente fundamental. Deus é único, só existe um Deus. "A fé cristã confessa que há Um só Deus, por natureza, por substância e por essência."

201 A Israel, seu eleito, Deus revelou-se como o Único: "Ouve, ó Israel: O Senhor nosso Deus é o único Senhor! Portanto, amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força" (Dt 6,4-5). Por meio dos profetas, Deus chama Israel e todas as nações a se voltarem para Ele, Único: "Voltai-vos para mim e sereis salvos, todos os confins da terra, porque eu sou Deus e não há nenhum outro!... Com efeito diante de mim se dobrar todo joelho, toda língua há de jurar por mim, dizendo: Só no Senhor há justiça e força".

202 Jesus mesmo confirma que Deus é "o único Senhor" e que é preciso amá-lo de todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito e com todas as forças. Ao mesmo tempo, dá a entender que ele mesmo é "o Senhor". Confessar que "Jesus é Senhor" é o específico da fé cristã. Isso não contraria a fé em Deus único. Crer no Espírito Santo "que é Senhor e dá a Vida" não introduz nenhuma divisão no Deus único:

Creemos firmemente e afirmamos simplesmente que há um só verdadeiro Deus eterno, imenso e imutável, incompreensível, Todo-Poderoso e inefável, Pai, Filho e Espírito Santo: Três Pessoas, mas uma Essência, uma Substância ou Natureza absolutamente simples.

II. DEUS REVELA SEU NOME

203 A seu povo, Israel, Deus revelou-se, dando-lhe a conhecer o seu nome. O nome exprime a essência, a identidade da pessoa e o sentido de sua vida. Deus tem um nome. Ele não é uma força anônima. Desvendar o próprio nome é dar-se conhecer aos outros; é, de certo modo, entregar-se a si mesmo, tomando-se acessível, capaz de ser conhecido mais intimamente e de ser chamado pessoalmente.

204 Deus revelou-se progressivamente a seu povo e com diversos nomes, mas é a revelação do nome divino feita a Moisés na teofania da sarça ardente, pouco antes do Êxodo e da Aliança do Sinai, que se tomou a revelação fundamental para a Antiga e a Nova Aliança.

O DEUS VIVO

205 Deus chama Moisés do meio de uma sarça que queima sem consumir-se. Ele diz a Moisés: "Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abra o, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó" (Ex 3,6). Deus é o Deus dos pais, Aquele que havia guiado os patriarcas em suas peregrinações. Ele é o Deus fiel e compassivo que se lembra deles e de suas próprias promessas; vem para libertar seus descendentes da escravidão. Ele é o Deus que, para além do espaço e do tempo, pode e quer fazê-lo, e que colocará sua onipotência em ação a serviço desse projeto.

"Eu sou AQUELE QUE É"

Moisés disse a Deus: "Quando eu for aos filhos de Israel e disser: O Deus de vossos pais me enviou até vós", e me perguntarem: "Qual é o seu nome?", que direi?" Disse Deus a Moisés: "Eu sou AQUELE QUE É". Disse mais: "Assim dirás aos filhos de Israel: "EU SOU me enviou até vós"... Este é o meu nome para sempre, e esta ser a minha lembrança de geração em geração (Ex 3,13-15).

206 Ao revelar seu nome misterioso de lahweh, "Eu sou AQUELE QUE É" ou "Eu Sou Aquele que SOU" ou também "Eu sou Quem sou", Deus declara quem Ele é e com que nome se deve chamá-lo. Este nome divino é misterioso como Deus é mistério. Ele é ao mesmo tempo um nome revelado e como que a recusa de um nome, e é por isso mesmo que exprime da melhor forma a realidade de Deus como ele é, infinitamente acima de tudo o que podemos compreender ou dizer: ele é o "Deus escondido" (Is 45,15), seu nome é inefável, e ele é o Deus que se faz próximo dos homens.

207 Ao revelar seu nome, Deus, revela ao mesmo tempo sua fidelidade, que é de sempre e para sempre, válida tanto para o passado ("Eu sou o Deus de teus pais", Ex 3,6) como para o futuro ("Eu estarei contigo", Ex 3,12). Deus, que revela seu nome como "Eu sou", revela-se como o Deus que está sempre presente junto a seu povo para salvá-lo.

208 Diante da presença atraente e misteriosa de Deus, o homem descobre sua pequenez. Diante da sarça ardente, Moisés tira a sandálias e cobre o rosto [fca37] em face da Santidade Divina. Diante da glória de Deus três vezes santo, Isaías exclama: "Ai de mim estou perdido! Com efeito, sou um homem de lábios impuros" (Is 6,5). Diante dos sinais divinos que Jesus faz, Pedro exclama "Afasta-te de mim, Senhor, porque sou um pecador" (Lc 5,8). Mas porque Deus é santo, pode perdoar o homem que se descobre pecador diante dele: "Não executarei o ardor da minha ira... porque sou Deus e não homem, eu sou santo no meio de ti" (Os 11,9). O apóstolo João dirá: "Diante dele tranquilizaremos nosso coração, se nosso coração nos acusa, porque Deus é maior do que nosso coração e conhece todas as coisas" (1Jo 3,19-20[a38]).

209 Por respeito à santidade de Deus, o povo de Israel não pronuncia seu nome. Na leitura da Sagrada Escritura, o nome revelado é substituído pelo título divino "Senhor" ("Adonai", em grego "Kýrios"). É com este título que ser aclamada a divindade de Jesus: "Jesus é Senhor".

"DEUS DE TERNURA E DE COMPAIXÃO"

210 Depois do pecado de Israel, que se desviou de Deus para adorar o bezerro de ouro, Deus ouve a intercessão de Moisés e aceita caminhar no meio de um povo infiel, manifestando, assim o seu amor. A Moisés, que pede para ver sua glória, Deus responde: "Farei passar diante de ti toda a minha beleza e diante de ti pronunciarei o nome de lahweh" (Ex 33,18-19). E o Senhor passa diante de Moisés e proclama: "lahweh, lahweh, Deus de ternura e de compaixão, lento para a cólera e rico em amor e fidelidade" (Ex 34,6). Moisés confessa então que o Senhor é um Deus que perdoa.

211 O Nome divino "Eu sou" ou "Ele é" exprime a fidelidade de Deus, que, apesar da infidelidade do pecado dos homens e do castigo que ele merece, "guarda seu amor a milhares" (Ex 34,7). Deus revela que é "rico em misericórdia" (Ef 2,4), indo até o ponto de dar seu próprio Filho. Ao dar sua vida para libertar-nos do pecado, Jesus revelará que ele mesmo traz o Nome divino: "Quando tiverdes elevado o Filho do Homem, então sabereis que "EU SOU" (Jo 8,28[a44]).

SÓ DEUS É

212 Ao longo dos séculos, a fé de Israel pôde desenvolver e aprofundar as riquezas contidas na revelação do nome divino. Deus é único, fora dele não há deuses[fca45]. Transcende o mundo e a história. Foi Ele quem fez o céu e a terra: "Eles perecem, mas tu permaneces; todos ficam gastos como a roupa... mas tu existes, e teus anos jamais findarão!" (Sl 102,27-28). Nele "não há mudança, nem sombra de variação" (Tg 1,17). Ele é "AQUELE QUE É", desde sempre e para sempre, e é assim que permanece sempre fiel a si mesmo e às suas promessas[a46].

213 A revelação do nome inefável "EU SOU AQUELE QUE SOU" contém, pois, a verdade de que só Deus é. E neste sentido que a tradução dos Setenta e, na esteira deles, a Tradição da Igreja compreenderam o nome divino: Deus é a plenitude do Ser e de toda perfeição, sem origem e sem fim. Ao passo que o das as criaturas receberam dele todo o seu ser e o seu ter, só ele é seu próprio ser, e é por si mesmo tudo o que é[a47].

III. DEUS, "AQUELE QUE É", É VERDADE E AMOR

214 Deus, "Aquele que é", revelou-se a Israel como Aquele que é rico em amor e em fidelidade" (Ex 34,6). Esses dois termos exprimem de forma condensada as riquezas do nome divino. Em todas as suas obras Deus mostra sua benevolência, bondade, graça, amor, mas também sua confiabilidade, constância, fidelidade, verdade. "Celebro teu nome por teu amor e verdade" (Sl 138,2[fca48]). Ele é a Verdade, pois "Deus é Luz, nele não há trevas" (1Jo 1,5), e "Amor", como ensina o apóstolo João (1Jo 4,8[a49]).

DEUS É A VERDADE

215 "O princípio de tua palavra é a verdade, tuas normas são justiça para sempre" (Sl 119,160). "Sim, Senhor Deus, és tu que és Deus, tuas palavras são verdade" (2Sm 7,28); é por isso que as promessas de Deus sempre se realizam. Deus é a própria Verdade, suas palavras não podem enganar. É por isso que podemos entregar-nos com toda a confiança à verdade e à fidelidade de sua palavra em todas as coisas. O começo do pecado e da queda do homem foi uma mentira do tentador que induziu duvidar da palavra de Deus, de sua benevolência e fidelidade.

216 A verdade de Deus é sua sabedoria que comanda toda ordem da criação e do governo do mundo[fca52] . Deus, que sozinho criou o céu e a terra , e o único que pode dar o conhecimento verdadeiro de toda coisa criada em sua relação com ele.

217 Deus é verdadeiro também quando se revela: o ensinamento que vem de Deus é "uma doutrina de verdade" (Mt 2,6). Quando enviar seu Filho ao mundo, ser "para dar testemunho da Verdade" (Jo 18,37): "Nós sabemos que veio o Filho de Deus e nos deu a inteligência para conhecermos o Verdadeiro".

DEUS É AMOR

218 Ao longo de sua história, Israel pôde descobrir que Deus tinha uma única razão para revelar-se a ele e para tê-lo escolhido dentre todos os povos para ser dele: seu amor gratuito. E Israel entendeu, graças a seus profetas, que foi também por amor que Deus não cessou de salvá-lo e de perdoar-lhe sua infidelidade e seus pecados.

219 O amor de Deus por Israel é comparado ao amor de um pai por seu filho. Este amor é mais forte que o amor de uma mãe por seus filhos. Deus ama seu Povo mais do que um esposo ama sua bem-amada; este amor se sobrepõe até às piores infidelidades; ir até a mais preciosa doação: "Deus amou tanto o mundo, que entregou seu Filho único" (Jo 3,16)

220 O amor de Deus é "eterno" (Is 54,8): "Os montes podem mudar de lugar e as colinas podem abalar-se, mas o meu amor não mudará" (Is 54,10). "Eu te amei com um amor eterno, por conservei por ti o amor" (Jr 31,3).

221 Mas São João ir ainda mais longe ao afirmar: "Deus é Amor" (1Jo 4,8.16); o próprio Ser de Deus é Amor. Ao enviar, na plenitude dos tempos, seu Filho único e o Espírito de Amor, Deus revela seu segredo mais íntimo: Ele mesmo é eternamente intercâmbio de amor: Pai, Filho e Espírito Santo, e destinou-nos a participar deste intercâmbio.

IV. O ALCANCE DA FÉ NO DEUS ÚNICO

222 Crer em Deus, o Único, e amá-lo com todo o próprio ser em conseqüências imensas para toda a nossa vida.

223 Significa conhecer a grandeza e a majestade de Deus. "Deu, é grande demais para que o possamos conhecer" (Jó 36,26). E por isso que Deus deve ser o "primeiro a ser servido".(Santa Joana d'Arc, dictum).

224 Significa viver em ação de graças. Se Deus é o Único, tudo o que somos e tudo o que possuímos vem dele: "Que é que possuis, que não tenhas recebido?" (1Cor 4,7). "Como retribuirei ao Senhor todo o bem que me fez?" (Sl 116,12[a71]).

225 Significa conhecer a unidade e a verdadeira dignidade de todos os homens. Todos eles são feitos "à imagem e à semelhança de Deus" (Gn 1,27[a72]).

226 Significa usar corretamente das coisas criadas. A fé no Deus único nos leva a usar de tudo o que não é Ele, na medida em que isso nos aproxima dele, e a desapegar-nos das coisas, na medida em que nos desviam dele:

Meu Senhor e meu Deus, tirai-me tudo o que me afasta de vós.

Meu Senhor e meu Deus, dai-me tudo o que me aproxima de vós.

Meu Senhor e meu Deus, desprende-me de mim mesmo pai doar-me por inteiro a vós.

227 Significa confiar em Deus em qualquer circunstancia, mesmo na adversidade. Uma oração de Sta. Teresa de Jesus (Poes. 9) exprime-o de maneira admirável:

Nada te perturbe
Nada te assuste
Tudo passa
Deus não muda
A paciência tudo alcança
Quem a Deus tem
Nada lhe falta.
Só Deus basta

RESUMINDO

228 "Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o Único Senhor...". (Dt 6,4; Mc 12,29). "É preciso necessariamente que o supremo seja único, isto é, sem igual... Se Deus não for único não é Deus"

229 A fé em Deus leva-nos a nos voltar só para Ele como nossa primeira origem e nosso fim último, e a nada preferir nem substituí-lo por nada.

230 Ao revelar-se, Deus permanece Mistério inefável: "Se o compreendesses, ele não seria Deus".

231 O Deus de nossa fé revelou-se como Aquele que é; deu-se a conhecer como "cheio de amor e fidelidade" (Ex 34,6). Seu próprio ser é Verdade e Amor.

A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

OS SÍMBOLOS DA FÉ - PARÁGRAFO 2 - O PAI

I. "EM NOME DO PAI, DO FILHO E DO ESPÍRITO SANTO"

232) Os cristãos são batizados "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19). Antes disso, eles respondem "Creio" à triplíce pergunta que os manda confessar sua fé no Pai, no Filho e no Espírito: "Fides omnium christianorum in Trinitate consistit - A fé de todos os cristãos consiste na Trindade.

233) Os cristãos são batizados "em nome" do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e não "nos nomes" destes três, pois só existe um Deus, o Pai Todo-Poderoso, seu Filho Único e o Espírito Santo: a Santíssima Trindade.

234) O mistério da Santíssima É, portanto, a fonte de todos os outros mistérios da fé, é a luz que os ilumina. É o ensinamento mais fundamental e essencial na "hierarquia das verdades de fé". "Toda a história

da salvação não é senão a história da via e dos meios pelos quais o Deus verdadeiro e Único, Pai, Filho e Espírito Santo, se revela, reconcilia consigo e une a si os homens que se afastam do pecado.

235) Neste parágrafo se exporá brevemente de que modo é revelado o mistério da Santíssima Trindade (I), de que maneira a Igreja formulou a doutrina da fé sobre este mistério (II), e, finalmente, de que modo, mediante as missões divinas do Filho e do Espírito Santo, Deus Pai realiza seu "desígnio benevolente" de criação, de redenção e de santificação (III).

236) Os Padres da Igreja distinguem entre a "Theologia" e a "Oikonomia", designando com o primeiro termo o mistério da vida íntima do Deus-Trindade e com o segundo todas as obras de Deus por meio das quais ele se revela e comunica sua vida. E mediante a "Oikonomia" que nos é revelada a "Theologia"; mas, inversamente, é a "Theologia" que ilumina toda a "Oikonomia". As obras de Deus revelam quem Ele é em si mesmo e, inversamente, o mistério de seu Ser íntimo ilumina a compreensão de todas as suas obras. Acontece O mesmo, analogicamente, entre as pessoas humanas. A pessoa mostra-se em seu agir e, quanto melhor conhecermos uma pessoa, tanto melhor compreenderemos seu agir.

237) A Trindade é um mistério de fé no sentido estrito, um do "mistérios escondidos em Deus que não podem ser conhecidos se não forem revelados do alto[fca8] ". Sem dúvida, Deus deixou vestígios de seu ser trinitário em sua obra de Criação e em sua Revelação ao longo do Antigo Testamento. Mas a intimidade de seu Ser como Santíssima Trindade constitui um mistério inacessível à pura razão e até mesmo à fé de Israel antes da Encarnação do Filho de Deus e da missão do Espírito Santo.

II. A REVELAÇÃO DE DEUS COMO TRINDADE

O PAI REVELADO PELO FILHO

238) A invocação de Deus como "Pai" é conhecida em muitas religiões. A divindade é muitas vezes considerada "pai dos deuses e dos homens". Em Israel, Deus é chamado de Pai enquanto Criador do mundo[fca10] . Deus é Pai, mais ainda, em razão da Aliança, e do dom da Lei a Israel, seu "filho primogênito" (Ex 4,22). E também chamado de Pai do rei de Israel. Muito particularmente Ele é "o Pai dos pobres", do órfão e da viúva que estão sob sua proteção de amor.

239) Ao designar a Deus com o nome de "Pai", a linguagem da fé indica principalmente dois aspectos: que Deus é origem primeira de toda autoridade transcendente, e que ao mesmo tempo é bondade e solicitude de amor para todos os seus filhos. Esta ternura paterna de Deus pode também ser expressa pela imagem da maternidade, que indica mais imanência de Deus, a intimidade entre Deus e sua criatura. A linguagem da fé inspira-se, assim, na experiência humana dos pais (genitores), que são de certo modo os primeiros representantes de Deus para o homem. Mas esta experiência humana ensina também que os pais humanos são falíveis e que podem desfigurar o rosto da paternidade e da maternidade. Convém então lembrar que Deus transcende a distinção humana dos sexos. Ele não é nem homem nem mulher, é Deus. Transcende também a paternidade e a maternidade humanas embora seja a sua origem e a medida: ninguém é pai como Deus o é.

240) Jesus revelou que Deus é "Pai" num sentido inaudito: não o é somente enquanto Criador, mas é eternamente Pai em relação a seu Filho único, que só é eternamente Filho em relação a seu Pai: "Ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece O Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11,27).

241) E por isso que Os apóstolos confessam Jesus como "o Verbo" que "no início estava junto de Deus" e que "é Deus" (Jo 1,1), como "a imagem do Deus invisível" (Cl 1,15), como "o resplendor de sua glória e a expressão do seu ser" (Hb 1,3).

242) Na esteira deles, seguindo a Tradição apostólica, a Igreja, no ano de 325, no primeiro Concílio Ecumênico de Nicéia, confessou que o Filho é "consustancial" ao Pai, isto é, um só Deus com Ele. O segundo Concílio Ecumênico, reunido em Constantinopla em 381, conservou esta expressão em sua formulação do Credo de Nicéia e confessou "o Filho Único de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos, luz de luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consustancial ao Pai"

O PAI E O FILHO REVELADOS PELO ESPÍRITO

243) Antes de sua Páscoa, Jesus anuncia o envio de "outro Paráclito" (Defensor), o Espírito Santo Em ação desde a criação, depois de ter outrora "falado pelos profetas [fca23] ele estar agora junto dos discípulos e neles, a fim de ensiná-los e conduzi-los "a verdade inteira" (Jo 16,13). O Espírito Santo é assim revelado como outra pessoa divina em relação a Jesus e ao Pai.

244) A origem eterna do Espírito revela-se em sua missão tem temporal. O Espírito Santo é enviado aos apóstolos e à Igreja tanto pelo Pai, em nome do Filho, como pelo Filho em pessoa, depois que este tiver voltado para junto do Pai. O envio da pessoa do Espírito após a glorificação de Jesus revela em plenitude o mistério da Santíssima Trindade.

245) A fé apostólica no tocante ao Espírito foi confessada pelo segundo Concílio Ecumênico, em 381, em Constantinopla: "Cremos no Espírito Santo, que é Senhor e que dá a vida; ele procede do Pai". Com isso a Igreja reconhece o Pai como "a fonte e a origem de toda a divindade". Mas a origem eterna do Espírito Santo não deixa de estar vinculada à do Filho: "O Espírito Santo que é a Terceira Pessoa da Trindade, é Deus, uno e igual ao Pai e ao Filho, da mesma substância e também da mesma natureza....Contudo, não se diz que Ele é somente o Espírito do Pai, mas ao mesmo tempo o Espírito do Pai e do Filho[fca32] ". O Credo da Igreja do Concílio de Constantinopla, confessa: "Com o Pai e o Filho ele recebe a mesma adoração e a mesma glória "

246) A tradição latina do Credo confessa que o Espírito "procede do Pai e do Filho (Filio que)". O Concílio de Florença, em 1438, explicita: "O Espírito Santo tem sua essência e seu ser subsistente ao mesmo tempo do Pai e do Filho e procede eternamente de Ambos como de um só Princípio e por uma única expiração...E uma vez que tudo O que é do Pai o Pai mesmo o deu ao seu Filho Único ao gerá-lo, excetuado seu ser de Pai, esta própria processão do Espírito Santo a partir do Filho, ele a tem eternamente de Seu Pai que o gerou eternamente".

247) A afirmação do filioque não figurava no símbolo professado em 381 em Constantinopla. Mas, com base em uma antiga tradição latina e alexandrina, o papa São Leão o havia já confessado dogmaticamente e em 447, antes que Roma conhecesse e recebesse, em 451, no Concílio de Calcedônia, o símbolo de 381. O uso desta fórmula no Credo foi sendo admitido pouco a pouco na liturgia latina (entre os séculos VIII e XI). Todavia, a introdução do filioque no Símbolo niceno-constantinopolitano pela liturgia latina constitui, ainda hoje, um ponto de discórdia em relação às Igrejas ortodoxas.

248) A tradição oriental põe primeiramente em relevo o caráter de origem primeira do Pai em relação ao Espírito. Ao confessar o Espírito como "procedente do Pai" (Jo 15,26), ela afirma que o Espírito procede do Pai pelo Filho. A tradição ocidental põe primeiramente em relevo a comunhão consubstancial entre o Pai e o Filho, afirmando que o Espírito procede do Pai e do Filho (Filioque). Ela o afirma "de forma legítima e racional", pois a ordem eterna das pessoas divinas em sua comunhão consubstancial implica não só que o Pai seja a origem primeira do Espírito enquanto "princípio sem princípio, mas também, enquanto Pai do Filho Único, que seja com ele "o único princípio do qual procede o Espírito Santo". Esta legítima complementaridade, se não for radicalizada, não afeta a identidade da fé na realidade do mesmo mistério confessado.

III. A SANTÍSSIMA TRINDADE NA DOCTRINA DA FÉ

A FORMAÇÃO DO DOGMA TRINITÁRIO

249) A verdade revelada da Santíssima Trindade esteve desde as origens na raiz da fé viva da Igreja, principalmente por meio do Batismo. Ela encontra sua expressão na regra da fé batismal, formulada na pregação, na catequese e na oração da Igreja. Tais formulações encontram-se já nos escritos apostólicos, como na seguinte saudação, retomada na liturgia eucarística: "A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós" (2Cor 13,13).

250) No decurso dos primeiros séculos, a Igreja procurou formular mais explicitamente sua fé trinitária, tanto para aprofundar sua própria compreensão da fé como para defendê-la de erros que a estavam deformando. Isso foi obra dos Concílios antigos, ajudados pelo trabalho teológico dos Padres da Igreja e apoiados pelo senso da fé do povo cristão.

251) Para a formulação do dogma da Trindade, a Igreja teve de desenvolver uma terminologia própria, recorrendo a noções de origem filosófica: "substância", "pessoa" ou "hipóstase", "relação" etc. Ao fazer isso, não submeteu a fé a uma sabedoria humana, mas imprimiu um sentido novo, inaudito, a esses termos, chamados a significar a partir daí também um Mistério inefável, que "supera infinitamente tudo o que nós podemos compreender dentro do limite humano".

252) A Igreja utiliza o termo "substância" (traduzido também, às vezes, por "essência" ou por "natureza") para designar ser divino em sua unidade, o termo "pessoa" ou "hipóstase" para designar o Pai, o Filho e o Espírito Santo em sua distinção real entre si, e o termo "relação" para designar o fato de a distinção entre eles residir na referência de uns aos outros.

DOGMA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

253) A Trindade é Una. Não professamos três deuses, mas só Deus em três pessoas: "a Trindade consubstancial". As pessoas divinas não dividem entre si a única divindade, mas cada uma delas é Deus por inteiro: "O Pai é aquilo que é o Filho, o Filho é aquilo que é o Pai, O Espírito Santo é aquilo que são o Pai e o Filho, isto é, um só Deus por natureza". "Cada uma das três pessoas é esta realidade, isto é, a substância, a essência ou a natureza divina".

254) As pessoas divinas são realmente distintas entre si. "Deus é único, mas não solitário". "Pai", "Filho", "Espírito Santo" não são simplesmente nomes que designam modalidades do ser divino, pois são realmente distintos entre si: "Aquele que é o Pai não é o Filho, e aquele que é o Filho não é o Pai, nem o Espírito Santo é aquele que é o Pai ou o Filho". São distintos entre si por suas relações de origem: "E o Pai que gera, o Filho que é gerado, o Espírito Santo que procede".

A UNIDADE DIVINA É TRINA.

255) As pessoas divinas são relativas umas às outras. Por não dividir a unidade divina, a distinção real das pessoas entre si reside unicamente nas relações que as referem umas às outras: "Nos nomes relativos das pessoas, o Pai é referido ao Filho, o filho ao Pai, o Espírito Santo aos dois; quando se fala destas três pessoas considerando as relações, crê-se todavia em uma só natureza ou substância". Pois "tudo é uno [neles] l onde não se encontra a oposição de relação. "Por causa desta unidade, o Pai está todo inteiro no Filho, todo inteiro no Espírito Santo; o Filho está todo inteiro no Pai, todo inteiro no Espírito Santo; o Espírito Santo, todo inteiro no Pai, todo inteiro no Filho".

256) Aos Catecúmenos de Constantinopla, São Gregório Nazianzeno, denominado também "o Teólogo", confia o seguinte resumo da fé trinitária :

Antes de todas as coisas, conservai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me faz suportar todos os males e desprezar todos os prazeres: refiro-me à profissão de fé no Pai e no Filho e no Espírito Santo Eu vo-la confio hoje. É por ela que daqui a pouco vou mergulhar-vos na água e vos tirar dela. Eu vo-la dou como companheira e dona de toda a vossa vida. Dou-vos uma só Divindade e Poder, que existe Una nos Três, e que contém os Três de maneira distinta. Divindade sem diferença de substância ou de natureza, sem grau superior que eleve ou grau inferior que rebaixe... A infinita conaturalidade é de três infinitos. Cada um considerado em si mesmo é Deus todo inteiro... Deus os Três considerados juntos. Nem comecei a pensar na Unidade, e a Trindade me banha em seu esplendor. Nem comecei a pensar na Trindade, e a unidade toma conta de mim.

IV. AS OBRAS DIVINAS E AS MISSÕES TRINITÁRIAS

257) "O lux beata Trinitas et principalis Unitas - à luz, Trindade bendita. O primordial Unidade"! Deus é beatitude eterna, vida imortal, luz sem ocaso. Deus é amor: Pai, Filho e Espírito Santo Livremente, Deus quer comunicar a glória de sua vida bem-aventurada. Este é o "desígnio" de benevolência (Ef 1,9) que ele concebeu desde antes da criação do mundo no seu Filho bem-amado predestinando-nos à adoção filial neste" Ef 1,5), isto é, "a reproduzir a imagem do seu Filho" (Rm 8,29) graças ao "Espírito de adoção filial" (Rm 8,5). Esta decisão prévia é uma "graça concedida antes de todos os séculos" (2Tm 1,9), proveniente

diretamente do amor trinitário. Ele se desdobra na obra da criação, em toda história da salvação após a queda, nas missões do Filho e do Espírito, prolongadas pela missão da Igreja.

258) Toda a economia divina é obra comum das três pessoas divinas. Pois da mesma forma que a Trindade não tem senão uma única e mesma natureza, assim também não tem senão uma única e mesma operação. "O Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três princípios das criaturas, mas um só princípio". Contudo cada pessoa divina cumpre a obra comum segundo sua propriedade pessoal. Assim a Igreja confessa, na linha do Novo Testamento: "Um Deus e Pai do qual são todas as coisas, um Senhor Jesus Cristo mediante o qual são todas as coisas, um Espírito Santo em quem são todas as coisas". São sobretudo as missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo que manifestam as propriedades das pessoas divinas.

259) Obra ao mesmo tempo comum e pessoal, toda a Economia divina dá a conhecer tanto a propriedade das pessoas divinas como sua única natureza. Outrossim, toda a vida cristã é comunhão com cada uma das pessoas divinas, sem de modo algum separá-las. Quem rende glória ao Pai o faz pelo Filho no Espírito Santo; quem segue a Cristo, o faz porque o Pai atrai e o Espírito o impulsiona.

260) O fim último de toda a Economia divina é a entrada das criaturas na unidade perfeita da Santíssima Trindade. Mas desde já somos chamados a ser habitados pela Santíssima Trindade: "Se alguém me ama - diz o Senhor -, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará e viremos a ele, e faremos nele a nossa morada" (Jo 14,23):

Ó meu Deus, Trindade que adoro, ajudai-me a esquecer-me inteiramente para firmar-me em Vós, imóvel e pacífica, como se a minha alma já estivesse na eternidade: que nada consiga perturbar a minha paz nem fazer-me sair de Vós, ó meu Imutável, mas que cada minuto me leve mais longe na profundidade do vosso Mistério! Pacificai a minha alma! Fazei dela o vosso céu, vossa amada morada e o lugar do vosso repouso. Que nela eu nunca vos deixe só, mas que eu esteja aí, toda inteira, completamente vigilante na minha fé, toda adorante, toda entregue à vossa ação criadora.

RESUMINDO

261) O mistério da Santíssima Trindade é o mistério central da fé e da vida cristã. Só Deus no-lo pode dar a conhecer, revelado-se como Pai, Filho e Espírito Santo

262) A Encarnação do Filho de Deus revela que Deus é o Pai eterno, e que o Filho é consubstancial ao Pai, isto é, que ele é no Pai e com o Pai o mesmo Deus único.

263) A missão do Espírito Santo, enviado pelo Pai em nome do Filho e pelo Filho "de junto do Pai" (Jo 15,26), revela que o Espírito é com eles o mesmo Deus único. "Com o Pai e o Filho é adorado e glorificado."

264) "O Espírito Santo procede do Pai enquanto fonte primeira e, pela doação eterna deste último ao Filho, do Pai e do Filho em comunhão".

265) Pela graça do Batismo "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19) somos chamados a compartilhar da vida da Santíssima Trindade, aqui na terra, na obscuridade da fé, e para além da morte, na luz eterna.

266) "Fides autem catholica haec est, ut unum Deum in Trinitate, et Trinitatem in unitate veneremur, neque confundentes personas, neque substantiam separantes: alia enim est persona Patris, alia Filii, alia Spiritus Sancti; sed Patris et Filii et Spiritus Sancti est una divinitas, aequalis gloria, coaeterna majestas – A fé católica é esta: que veneremos o único Deus na Trindade, e a Trindade na unidade, não confundindo as pessoas, nem separando a substância: pois uma é a pessoa do Pai, outra, a do Filho, outra, a do Espírito Santo; mas uma só é a divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, igual a glória, co-eterna a majestade"

267) Inseparáveis naquilo que são, da mesma forma o são naquilo que fazem. Mas na única operação divina cada uma delas manifesta o que lhe é próprio na Trindade, sobretudo nas missões divinas da Encarnação do Filho e do dom do Espírito Santo.

PARÁGRAFO 3 - O TODO-PODEROSO

268) De todos os atributos divinos, só a onipotência de Deus é mencionada no Símbolo: confessá-la é de grande importância para nossa vida. Nós cremos que ela é universal, pois Deus que criou tudo, governa tudo e pode tudo, é também de amor, pois Deus é nosso Pai; e é misteriosa, pois somente a fé pode discerni-la, quando (a onipotência divina) "se manifesta na fraqueza" (2Cor 12,9).

"ELE FAZ TUDO O QUE QUER" (SI 115,3)

269) As Sagradas Escrituras professam reiteradas vezes o poder universal de Deus. Ele é chamado "o Poderoso de Jacó" (Gn 49,24; Is 1,24 e.o.), "o Senhor dos exércitos", "o Forte, o Valente" (Sl 24,8-10). Se Deus é Todo-Poderoso "no céu e na terra" (Sl 135,6), é porque os fez. Por isso, nada lhe é impossível, e Ele dispõe à vontade de sua obra; Ele é o Senhor do universo, cuja ordem estabeleceu, ordem esta que lhe permanece inteiramente submissa e disponível; Ele é o Senhor da história: governa os corações e os acontecimentos à vontade. "Teu grande poder está sempre a teu serviço, e quem pode resistir à força de teu braço?" (Sb 11,21).

"TU TE COMPADECES DE TODOS. PORQUE TUDO PODES" (SB 11,23)

270) Deus é o Pai Todo-Poderoso. Sua paternidade e seu poder iluminam-se mutuamente. Com efeito, ele mostra sua onipotência paternal pela maneira como cuida de nossas necessidades, pela adoção filial que nos outorga ("Serei para vós um pai, e sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-Poderoso": 2Cor 6,18), e finalmente por sua misericórdia infinita, pois mostra seu poder no mais alto grau, perdendo livremente os pecados.

271) A onipotência divina de modo algum é arbitrária. "Em Deus o poder e a essência, a vontade e a inteligência, a sabedoria e a justiça são uma só e mesma coisa, de sorte que nada pode estar no poder divino que não possa estar na vontade justa de Deus ou em sua inteligência sábia".

MISTÉRIO DA APARENTE IMPOTÊNCIA DE DEUS

272) A fé em Deus Pai Todo-Poderoso pode ser posta à prova pela experiência do mal e do sofrimento. Por vezes, Deus pode parecer ausente e incapaz de impedir o mal. Ora, Deus Pai revelou sua Onipotência da maneira mais misteriosa no rebaixamento voluntário e na Ressurreição de seu Filho, pelos quais venceu o mal. Assim, Cristo crucificado é "poder de Deus e sabedoria de Deus. Pois o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens, e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens" (1Cor 1,25). Foi na Ressurreição e na exaltação de Cristo que o Pai "desdobrou o vigor de sua força" e manifestou "que extraordinária grandeza reveste seu poder para nós, os que cremos" (Ef 1,19-22).

273) Somente a fé pode aderir aos caminhos misteriosos onipotência de Deus. Esta fé gloria-se de suas fraquezas a fim de atrair sobre si o poder de Cristo, Desta fé, a Virgem Maria é o modelo supremo, ela que acreditou que "nada impossível a Deus" (Lc 1,37) e que pôde engrandecer o Senhor. "O Todo-Poderoso fez grandes coisas em meu favor, seu nome é Santo" (Lc 1,49).

274) "Por isso, nada é mais adequado para consolidar nossa Fé e nossa esperança do que a convicção profundamente gravada em nossas almas de que nada é impossível a Deus. Pois tudo o que [o Credo] a seguir nos propõe a crer - as maiores coisas, as mais incompreensíveis, bem como as que mais ultrapassam as leis ordinárias da natureza, desde que nossa razão tenha pelo menos idéia da onipotência divina, ela admitirá facilmente e sem qualquer hesitação".

RESUMINDO

275) Juntamente com Jó, o justo, nós confessamos: "Reconheço que tudo podes e que nenhum dos teus desígnios fica frustrado" (Jó 42,2).

276) Fiel ao testemunho da Escritura, a Igreja dirige com frequência sua prece ao "Deus Todo-Poderoso e eterno" ("omnipotens sempiternus Deus..."), crendo firmemente que "nada é impossível a Deus" (Lc 1,37)

277) Deus manifesta sua onipotência convertendo-nos dos nossos pecados e restabelecendo-nos em sua amizade pela graça ("Deus, qui omnipotentiam tuam parcendo maxime et miserando manifestas... - O Deus, que manifestais o vosso poder sobretudo na misericórdia").

278) Se não cremos que o amor de Deus é Todo-Poderoso, como crer que o Pai pôde nos criar, o Filho, remir-nos, o Espírito, santificar-nos?

PARÁGRAFO 4 - O CRIADOR

279) "No princípio, Deus criou o céu e a terra" (Gn 1,1). Com essas solenes palavras inicia-se a Sagrada Escritura. O Símbolo da fé retoma estas palavras confessando Deus Pai Todo-Poderoso como "O Criador do céu e da terra", "de todas as coisas visíveis e invisíveis". Por isso, falaremos primeiro do Criador, em seguida de sua criação e, finalmente, da queda no pecado, do qual Jesus Cristo, o Filho de Deus, veio resgatar-nos.

280) A criação é o fundamento de "todos os desígnios salvíficos de Deus", "o começo da história da salvação", que culmina em Cristo. Inversamente, o mistério de Cristo é a luz decisiva sobre o mistério da criação; ele revela o fim em vista do qual, "no princípio, Deus criou o céu e a terra" (Gn 1,1): desde o início, Deus tinha em vista a glória da nova criação em Cristo.

281) É por isso que as leituras da Vigília Pascal, celebração da criação nova em Cristo, começam pelo relato da criação; da mesma forma, na liturgia bizantina, o relato da criação constitui sempre a primeira leitura das vigílias das grandes festas do Senhor. Segundo o testemunho dos antigos, a instrução dos catecúmenos para o batismo segue o mesmo caminho.

I. A CATEQUESE SOBRE A CRIAÇÃO

282) A catequese sobre a criação se reveste de uma importância capital. Ela diz respeito aos próprios fundamentos da vida humana e cristã, pois explicita a resposta da fé cristã à pergunta elementar feita pelos homens de todas as épocas: "De onde viemos?" "Para onde vamos?" "Qual é a nossa origem?" "Qual é o nosso fim?" "De onde vem e para onde vai tudo o que existe?" As duas questões, a da origem e a do fim, são inseparáveis. São decisivas para o sentido e a orientação de nossa vida e de nosso agir.

283) A questão das origens do mundo e do homem é objeto de numerosas pesquisas científicas que enriqueceram magnificamente nossos conhecimentos sobre a idade e as dimensões do cosmo, o devir das formas vivas, o aparecimento do homem. Essas descobertas nos convidam a admirar tanto mais a grandeza do Criador, a render-lhe graças por todas as suas obras, pela inteligência e pela sabedoria que dá aos estudiosos e aos pesquisadores. Com Salomão, estes últimos podem dizer: "Ele me deu um conhecimento infalível dos seres para entender a estrutura do mundo, a atividade dos elementos... pois a Sabedoria, artífice do mundo, mo ensinou" (Sb 7,17.22[a28]).

284) O grande interesse reservado a essas pesquisas é fortemente estimulado por uma questão de outra ordem e que ultrapassa o âmbito próprio das ciências naturais. Não se trata somente de saber quando e como surgiu materialmente o cosmo, nem quando o homem apareceu, mas, antes, de descobrir qual é o sentido de tal origem: se ela é governada pelo acaso, um destino cego, uma necessidade anônima, ou por um Ser transcendente, inteligente e bom, chamado Deus. E, se o mundo provém da sabedoria e da bondade de Deus, por que existe o mal? De onde vem? Quem é o responsável por ele? Haverá como libertar-se dele?

285) Desde os inícios, a fé, cristã tem-se confrontado com respostas diferentes da sua no que diz respeito à questão das origens. Assim, encontram-se nas religiões e nas culturas antigas numerosos mitos acerca das origens. Certos filósofos afirmaram que tudo, é Deus, que o mundo é Deus, ou que o devir do mundo é o devir de Deus (panteísmo); outros afirmaram que o mundo é uma emanção necessária de Deus, emanção esta que deriva dessa fonte e volta a ela; outros ainda afirmaram a existência de dois princípios eternos, o Bem e o Mal, a Luz e as Trevas, em luta permanente entre si (dualismo, maniqueísmo); segundo algumas dessas concepções, o mundo (pelo menos o mundo material) seria mau, produto de uma queda, e portanto deve ser rejeitado ou superado (gnose); outros admitem que o mundo tenha sido feito por Deus, mas à maneira de um relojoeiro que, uma vez terminado o serviço, o teria abandonado a si mesmo (deísmo); outros, finalmente, não aceitam nenhuma origem transcendente do mundo, vendo neste o mero jogo de uma

matéria que teria existido sempre (materialismo). Todas essas tentativas dão prova da permanência e da universalidade da questão das origens. Esta busca é própria do homem.

286) Sem dúvida, a inteligência humana já pode encontrar uma resposta para a questão das origens. Com efeito, a existência de Deus Criador pode ser conhecida com certeza por meio de suas obras, graças à luz da razão humana[fca30] , ainda que este conhecimento seja muitas vezes obscurecido e desfigurado pelo erro. É por isso que a fé vem confirmar e iluminar a razão na compreensão correta desta verdade: "Foi pela fé que compreendemos que os mundos foram formados por uma palavra de Deus. Por isso é que o mundo visível não tem sua origem em coisas manifestas" (Hb 11,3[a31]).

287) A verdade da criação é tão importante para toda a vida humana que Deus, em sua ternura, quis revelar a seu Povo tudo o que é útil conhecer a este respeito. Para além do conhecimento natural que todo homem pode ter do Criador, Deus revelou progressivamente a Israel o mistério da criação. Ele, que escolheu os patriarcas, que fez Israel sair do Egito e que, ao escolher Israel, o criou e o formou, se revela como Aquele a quem pertencem todos os povos da terra, e a terra inteira, como o único que "fez o céu e a terra" (Sl 115,15; 124,8; 134,3).

288) Assim, a revelação da criação é inseparável da revelação e da realização da Aliança de Deus, o Único, com o seu Povo. A criação é revelada como sendo o primeiro passo rumo a esta Aliança, como o testemunho primeiro e universal do amor Todo-Poderoso de Deus. Além disso, a verdade da criação se exprime com um vigor crescente na mensagem dos profetas, na oração dos salmos e da liturgia, na reflexão da sabedoria do Povo eleito.

289) Entre todas as palavras da Sagrada Escritura sobre a criação, os três primeiros capítulos do Gênesis ocupam um lugar único. Do ponto de vista literário, esses textos podem ter diversas fontes. Os autores inspirados puseram-nos no começo da Escritura, de sorte que eles exprimem, em sua linguagem solene, as verdades da criação, da origem e do fim desta em Deus, de sua ordem e de sua bondade, da vocação do homem e finalmente do drama do pecado e da esperança da salvação. Lidas à luz de Cristo, na unidade da Sagrada Escritura e na Tradição viva da Igreja, essas palavras são a fonte principal para a catequese dos Mistérios "princípio": criação, queda, promessa da salvação.

II. A CRIAÇÃO - OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

290) "No princípio, Deus criou o céu e a terra" (Gn 1,1). Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: o Deus eterno pôs um começo a tudo o que existe fora dele. Só ele é Criador (o verbo "criar" - em hebraico, "bara" sempre tem como sujeito Deus). Tudo o que existe (expresso pela fórmula "o céu e a terra") depende daquele que lhe dá o ser.

291) "No princípio era o Verbo... e o Verbo era Deus... Tudo foi feito por ele, e sem ele nada foi feito"(Jo 1,1-3). O Novo Testamento revela que Deus criou tudo por meio do Verbo Eterno, seu Filho bem-amado. Nele "foram criadas todas coisas, nos céus e na terra... tudo foi criado por Ele e para Ele é antes de tudo e tudo nele subsiste" (Cl 1,16-17). A fé da Igreja afirma outrossim a ação criadora do Espírito Santo: Ele é o "doador de vida" "o Espírito Criador" ("Veni, Creator Spiritus"), a "Fonte de todo bem.

292) Insinuada no Antigo Testamento[fca44] , revelada na Nova Aliança, a ação criadora do Filho e do Espírito, inseparavelmente una com a do Pai, é claramente afirmada pela regra de fé da Igreja: "Só existe um Deus...: ele é o Pai, é Deus, é o Criador, é o Autor, é o Ordenador. Ele fez todas as coisas por si mesmo, isto é, pelo seu Verbo e Sabedoria", "pelo Filho e pelo Espírito", que são como "suas mãos". A criação é a obra comum da Santíssima Trindade.

III. "O MUNDO FOI CRIADO PARA A GLÓRIA DE DEUS"

293) Eis uma verdade fundamental que a Escritura e a Tradição não cessam de ensinar e de celebrar: "O mundo foi criado para a glória de Deus". Deus criou todas as coisas, explica São Boaventura, "non propter gloriam augendam, sed propter gloriam manifestandam et propter gloriam suam communicandam - não para aumentar a [sua] glória, mas para manifestar a glória e para comunicar a sua glória". Pois Deus não tem outra razão para criar a não ser seu amor e sua bondade: "Aperta manu clave amoris creaturae prodierunt - Aberta a mão pela chave do amor, as criaturas surgiram". E o Concílio Vaticano I explica:

Este único e verdadeiro Deus, por sua bondade e por sua "virtude onipotente", não para aumentar sua felicidade nem para adquirir sua perfeição, mas para manifestar essa perfeição por meio dos bens que prodigaliza às criaturas, com vontade plenamente livre, criou simultaneamente no início do tempo ambas as criaturas do nada: a espiritual e a corporal.

294) A glória de Deus consiste em que se realize esta manifesta o e esta comunicação de sua bondade em vista das quais o mundo foi criado. Fazer de nós "filhos adotivos por Jesus Cristo: conforme o beneplácito de sua vontade para louvor à glória da sua graça" (Ef 1,5-6): "Pois a glória de Deus é o homem vivo, e a vida do homem é a visão de Deus: se já a revelação de Deus por meio da criação proporcionou a vida a todos os seres que vivem na terra, quanto mais a manifestação do Pai pelo Verbo proporciona a vida àqueles que vêem a Deus". O fim último da criação é que Deus, "Criador do universo, tornar-se-á "tudo em todas as coisas" (1Cor 15,28), procurando, ao mesmo tempo, a sua glória e a nossa felicidade".

IV. O mistério da criação

DEUS CRIA POR SABEDORIA E POR AMOR

295) Cremos que Deus criou o mundo segundo sua sabedoria. O mundo não é o produto de uma necessidade qualquer, de um destino cego ou do acaso. Cremos que o mundo procede da vontade livre de Deus, que quis fazer as criaturas participarem de seu ser, de sua sabedoria e de sua bondade: "Pois tu criaste todas as coisas; por tua vontade é que elas existiam e foram criadas". (Ap 4,11). "Quão numerosas são as tuas obras, Senhor, e todas fizeste com sabedoria!" (Sl 104,24). "O Senhor é bom para todos, compassivo com todas as suas obras" (Sl 145,9[a58]).

DEUS CRIA "DO NADA"

296) Cremos que Deus não precisa de nada preexistente nem de nenhuma ajuda para criar. A criação também não é uma emanção necessária da substância divina. Deus cria livremente "do nada":

Que haveria de extraordinário se Deus tivesse tirado o mundo de uma matéria preexistente? Um artífice humano, quando se lhe dá um material, faz dele tudo o que quiser. Ao passo que o poder de Deus se mostra precisamente quando parte do nada para fazer tudo o que quer.

297) A fé na criação a partir "do nada" é atestada na Escritura como uma verdade cheia de promessa e de esperança. Assim a mãe dos sete filhos os encoraja ao martírio:

Não sei como é que viestes a aparecer no meu seio, nem fui eu que vos dei o espírito e a vida, nem também fui eu que dispus organicamente os elementos de cada um de vós. Por conseguinte, foi o Criador do mundo que formou o homem em seu nascimento e deu origem a todas as coisas, quem vos retribuirá, na sua misericórdia, o espírito e a vida, uma vez que agora fazeis pouco caso de vós mesmos, por amor às leis dele... Eu te suplico, meu filho, contempla o céu e a terra e observa tudo o que neles existe. Reconhece que não foi de coisas existentes que Deus os fez, e que também o gênero humano surgiu da mesma forma (2Mc 7,22-23.28).

298) Uma vez que Deus pôde criar do nada, pode, pelo Espírito Santo, dar a vida da alma a pecadores, criando neles um coração puro, e a vida do corpo aos falecidos, pela ressurreição. Ele, "que faz viver os mortos e chama à existência as coisas que não existem" (Rm 4,17). E uma vez que, pela sua Palavra, pôde fazer resplandecer a luz a partir das trevas, pode também dar a luz da fé àqueles que a desconhecem.

DEUS CRIA UM MUNDO ORDENADO E BOM

299) Já que Deus cria com sabedoria, a criação é ordenada: "Tu dispuseste tudo com medida número e peso" (Sb 11,20). Feita no e por meio do Verbo eterno, "imagem do Deus invisível" (Cl 1,15), a criação está destinada, dirigida ao homem, imagem de Deus, chamado a uma relação pessoal com Ele. Nossa inteligência, que participa da luz do Intelecto divino, pode entender o que Deus nos diz por sua criação, sem dúvida não sem grande esforço e num espírito de humildade e de respeito diante do Criador e de sua obra.

Originada da bondade divina, a criação participa desta bondade: "E Deus viu que isto era bom... muito bom" (Gn 1,4.10.12.18.21.31). Pois a criação é querida por Deus como um dom dirigido ao homem, como uma herança que lhe é destinada e confiada. Repetidas vezes a Igreja teve de defender a bondade da criação, inclusive do mundo material.

DEUS TRANSCENDE A CRIAÇÃO E ESTÁ PRESENTE NELA

300) Deus é infinitamente maior que todas as suas obras: "Sua majestade é mais alta do que os céus" (Sl 8,2), "é incalculável a sua grandeza" (Sl 145,3). Mas, por ser o Criador soberano e livre, causa primeira de tudo o que existe, Ele está presente no mais íntimo das suas criaturas: "Nele vivemos, nos movemos e existimos" (At 17,28). Segundo as palavras de Santo Agostinho, ele é "superior summo meo et interior intimo meo - maior do que o que há de maior em mim e mais íntimo do que o que há de mais íntimo em mim".

DEUS MANTÉM E SUSTENTA A CRIAÇÃO

301) Com a criação, Deus não abandona sua criatura a ela mesma. Não somente lhe dá o ser e a existência, mas também a sustenta a todo instante no ser, dá-lhe o dom de agir e a conduz a seu termo. Reconhecer esta dependência completa em relação ao Criador é uma fonte de sabedoria e liberdade, alegria e confiança:

Sim, tu amas tudo o que criaste, não te aborreces com nada do que fizeste; se alguma coisa tivesses odiado, não a terias feito. E como poderia subsistir alguma coisa se não a tivesses querido? Como conservaria a sua existência se não a tivesses chamado? Mas a todos perdoas, porque são teus: Senhor, amigo da vida! (Sb 11,24-26)

V. DEUS REALIZA O SEU PROJETO: A DIVINA PROVIDÊNCIA

302) A criação tem sua bondade e sua perfeição próprias, mas não saiu completamente acabada das mãos do Criador. Ela é criada "em estado de caminhada" ("in statu viae") para uma perfeição última a ser ainda atingida, para a qual Deus a destinou. Chamamos de divina providência as disposições pelas quais Deus conduz sua criação para esta perfeição:

Deus conserva e governa com sua providência tudo o que criou; ela se estende "com vigor de um extremo ao outro e governa o universo com suavidade" (Sb 8,1). Pois "tudo está nu e descoberto aos seus olhos" (Hb 4,13), mesmo os atos dependentes da ação livre das criaturas.

303) O testemunho da Escritura é unânime: a solicitude da divina providência é concreta e direta, toma cuidado de tudo, desde as mínimas coisas até os grandes acontecimentos do mundo e da história. Com vigor, os livros sagrados afirmam a soberania absoluta de Deus no curso dos acontecimentos: "O nosso Deus está no céu e faz tudo o que deseja" (Sl 115,3); e de Cristo se diz: "O que abre e ninguém mais fecha, e, fechando, ninguém mais abre" (Ap 3,7). "Muitos são os projetos do coração humano, mas é o desígnio do Senhor que permanece firme" (Pr 19,21).

304) Assim vemos o Espírito Santo, autor principal da Escritura, atribuir muitas vezes ações a Deus, sem mencionar causas segundas. Esta não é uma "maneira de falar" primitiva, mas uma forma profunda de lembrar o primado de Deus e o seu senhorio absoluto sobre a história e o mundo e de assim educar para a confiança nele. A oração dos Salmos é a grande escola desta confiança.

305) Jesus pede uma entrega filial à providência do Pai Celeste, que cuida das mínimas necessidades de seus filhos: "Por isso, não andeis preocupados, dizendo: Que iremos comer? Ou, que iremos beber?... Vosso Pai celeste sabe que tendes necessidade de todas essas coisas. Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas" (Mt 6,31-33).

A PROVIDÊNCIA E AS CAUSAS SEGUNDAS

306) Deus é o Senhor soberano de seus desígnios. Mas, para a realização dos mesmos, serve-se também do concurso das criaturas. Isso não é um sinal de fraqueza, mas da grandeza e da bondade do Deus Todo-Poderoso. Pois Deus não somente dá às suas criaturas o existir, mas também a dignidade de

agirem elas mesmas, de serem causas e princípios umas das outras e de assim cooperarem no cumprimento de seu desígnio.

307) Aos homens, Deus concede até de poderem participar livremente de sua providência, confiando-lhes a responsabilidade de "submeter" a terra e de dominá-la. Deus concede assim aos homens serem causas inteligentes e livres para completar a obra da Criação, aperfeiçoar sua harmonia para o bem deles e de seus próximos. Cooperadores muitas vezes inconscientes da vontade divina, os homens podem entrar deliberadamente no plano divino, por suas ações, por suas orações, mas também por seus sofrimentos. Tornam-se então plenamente "cooperadores de Deus" (1Cor 3,9) e do seu Reino.

308) Eis uma verdade inseparável da fé em Deus Criador: Deus age em todo o agir de suas criaturas. E é a causa primeira que opera nas causas segundas e por meio delas: "Pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade" (Fl 2,13). Longe de diminuir a dignidade da criatura, esta verdade a realça. Tirada do nada pelo poder, sabedoria, bondade de Deus, a criatura não pode nada se for cortada de sua origem, pois "a criatura sem o Criador se esvai"; muito menos pode atingir seu fim último sem a ajuda da graça.

A PROVIDÊNCIA E O ESCÂNDALO DO MAL

309) Se Deus Pai Todo-Poderoso, Criador do mundo ordenado e bom, cuida de todas as suas criaturas, por que então o mal existe? Para esta pergunta tão premente quão inevitável, tão dolorosa quanto misteriosa, não há uma resposta rápida. É o conjunto da fé cristã que constitui a resposta a esta pergunta: a bondade da criação, o drama do pecado, o amor paciente de Deus que se antecipa ao homem por suas Alianças, pela Encarnação redentora de seu Filho, pelo dom do Espírito, pelo conagração da Igreja, pela força dos sacramentos, pelo chamado a uma vida bem-aventurada à qual as criaturas livres são convidadas antecipadamente a assentir, mas da qual podem, por um terrível mistério, abrir mão também antecipadamente. Não há nenhum elemento da mensagem cristã que não seja, por uma parte, uma resposta à questão do mal.

310) Mas por que Deus não criou um mundo tão perfeito que nele não possa existir mal algum? Segundo seu poder infinito, Deus sempre poderia criar algo melhor. Todavia, em sua sabedoria e bondade infinitas, Deus quis livremente criar um mundo "em estado de caminhada" para sua perfeição última. Este devir permite, no desígnio de Deus, juntamente com o aparecimento de determinados seres, também o desaparecimento de outros, juntamente com o mais perfeito, também o menos imperfeito, juntamente com as construções da natureza, também as destruições. Juntamente com o bem físico existe, portanto, o mal físico, enquanto a criação não houver atingido sua perfeição.

311) Os anjos e os homens, criaturas inteligentes e livres, devem caminhar para seu destino último por opção livre e amor preferencial. Podem, no entanto, desviar-se. E, de fato, pecaram. Foi assim que o mal moral entrou no mundo, incomensuravelmente mais grave do que o mal físico. Deus não é de modo algum, nem direta nem indiretamente, a causa do mal moral. Todavia, permite-o, respeitando a liberdade de sua criatura e, misteriosamente, sabe auferir dele o bem:

Pois o Deus Todo-Poderoso..., por ser soberanamente bom, nunca deixaria qualquer mal existir em suas obras se não fosse bastante poderoso e bom para fazer resultar o bem do próprio mal.

312) Assim, com o passar do tempo, pode-se descobrir que Deus, em sua providência todo-poderosa, pode extrair um bem das conseqüências de um mal, mesmo moral, causado por suas criaturas: "Não fostes vós, diz José a seus irmãos, que me enviastes para cá, foi Deus; - o mal que tínheis a intenção de fazer-me, o desígnio de Deus o mudou em bem a fim de - salvar a vida de um povo numeroso" (Gn 45,8; 50,20). Do maior mal moral jamais cometido, a saber, a rejeição e homicídio do Filho de Deus, causado pelos pecados de todos os homens, Deus, pela superabundância de sua graça, tirou o maior dos bens: a glorificação de Cristo e a nossa Redenção. Com isso, porém, o mal não se converte em um bem.

313) "Sabemos que, para os que amam a Deus, tudo concorre para o bem" (Rm 8,28). O testemunho dos santos não cessa de confirmar esta verdade.

Assim, Sta. Catarina de Sena diz "àqueles que se escandalizam e se revoltam com o que lhes acontece": "Tudo procede do amor tudo está ordenado à salvação do homem, Deus não faz nada que não seja para esta finalidade" E Santo Tomás More, pouco antes de seu martírio, consola sua filha: "Não pode acontecer nada que Deus não tenha querido. Ora, tudo o que ele quer, por pior que possa parecer-nos, é o

que há de melhor para nós" E Lady Juliana de Norwich: "Aprendi, portanto, pela graça de Deus, que era preciso apegar-me com firmeza à fé e crer com não menor firmeza que todas as coisas irão bem.... "Tu mesmo verás que qualquer tipo de circunstância servirá para o bem" - Thou shalt see thyself that all MANNER of thing shall be well"

314) Cremos firmemente que Deus é o Senhor do mundo e da história. Mas os caminhos de sua providência muitas vezes nos são desconhecidos. Só no final, quando acabar o nosso conhecimento parcial, quando virmos Deus "face a face" (1 Cor 13,12), teremos pleno conhecimento dos caminhos pelos quais, mesmo por meio dos dramas do mal e do pecado, Deus terá conduzido sua criação até o descanso desse Sábado [fca109] definitivo[fca110] , em vista do qual criou o céu e a terra.

RESUMINDO

315) Na criação do mundo e dos homens, Deus colocou o primeiro e universal testemunho de seu amor Todo-Poderoso e de sua sabedoria, o primeiro anúncio de seu "desígnio benevolente", o qual encontra sua meta na nova criação em Cristo.

316) Embora a obra da criação seja particularmente atribuída ao Pai, é igualmente verdade de fé que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são o único e indivisível princípio da criação.

317) Só Deus criou o universo, livremente, diretamente, sem nenhuma ajuda.

318) Nenhuma criatura tem o poder infinito que é necessário para "criar" no sentido próprio da palavra, isto é, produzir e dar o ser àquilo que não o tinha de modo algum (chamar à existência "ex nihilo" "do nada").

319) Deus criou o mundo para manifestar e para comunicar sua glória. Que suas criaturas participem de sua verdade, de sua bondade e de sua beleza, é a glória para a qual Deus as criou.

320) Deus, que criou o universo o mantém na existência por seu Verbo, "este Filho que sustenta o universo com o poder de sua palavra" (Hb 1,3) e pelo seu Espírito Criador que dá a vida.

321) A Divina Providência são as disposições pelas quais Deus conduz com sabedoria e amor todas as criaturas até seu fim último.

322) Cristo convida-nos à entrega filial à Providência de nosso Pai celeste, e o Apóstolo São Pedro lembra: "Lançai sobre ele toda a vossa preocupação porque é ele que cuida de vós".

323) A Providência divina age também por meio da ação das criaturas. Aos seres humanos Deus concede cooperar livremente para seus desígnios.

324) A permissão divina do mal físico e do mal moral é um mistério que Deus ilumina por seu Filho, Jesus Cristo, morto e ressuscitado para vencer o mal. A fé nos dá a certeza de que Deus não permitiria o mal se do próprio mal não tirasse o bem, por caminhos que só conheceremos plenamente na vida eterna.

PARÁGRAFO 5 - O CÉU E A TERRA

325 O Símbolo dos Apóstolos professa que Deus é "o Criador do céu e da terra", e o Símbolo niceno-constantinopolitano explicita: "... do universo visível e invisível"

326 Na Sagrada Escritura, a expressão "céu e terra" significa tudo aquilo que existe, a criação inteira. Indica também o nexo no interior da criação, que ao mesmo tempo une e distingue céu e terra: "a terra" e o mundo dos homens; "o céu" ou "os céus" pode designar o firmamento, mas também o "lugar" próprio de Deus: "nosso Pai nos céus" (Mt 5,16) e, por conseguinte, também o "céu" que é a glória escatológica. Finalmente, a palavra "céu" indica o "lugar" das criaturas espirituais - os anjos - que estão ao redor de Deus. (Parágrafos relacionados: 290,1023,2794)

327 A profissão de fé do IV Concílio de Latrão afirma que Deus "criou conjuntamente, do nada, desde o início do tempo, ambas as criaturas, a espiritual e a corporal, isto é, os anjos e o mundo terrestre; em seguida, a criatura humana, que tem algo de ambas, por compor-se de espírito e de corpo[fca3] " (Parágrafo relacionado: 296)

I. OS ANJOS

A EXISTÊNCIA DOS ANJOS - UMA VERDADE DE FÉ

328 A existência dos seres espirituais, não-corporais, que Sagrada Escritura chama habitualmente de anjos, é uma verdade de fé. O testemunho da Escritura a respeito é tão claro quanto a unanimidade da Tradição. (Parágrafo relacionado: 150)

QUEM SÃO OS ANJOS?

329 Santo Agostinho diz a respeito deles: "Angelus officii nomen est, non naturae. Quaeris nomen huius naturae, spiritus est; quaeris officium, angelus est; quaeris officium, angelus est, ex eo quod est, spiritus est, ex eo quod agit, angelus - Anjo (mensageiro) é designação de encargo, não de natureza. Se perguntares pela designação da natureza, é um espírito; se perguntares pelo encargo, é um anjo: é espírito por aquilo que é, é anjo por aquilo que faz". Por todo o seu ser, os anjos são servidores e mensageiros de Deus. Porque contemplam "constantemente a face de meu Pai que está nos céus" (Mt 18,10), são "poderosos executores de sua palavra, obedientes ao som de sua palavra" (Sl 103,20).

330 Como criaturas puramente espirituais, são dotados de inteligência e de vontade: são criaturas pessoais e imortais. Superam em perfeição todas as criaturas visíveis. Disto dá testemunho o fulgor de sua glória.

CRISTO "COM TODOS OS SEUS ANJOS"

331 Cristo é o centro do mundo angélico. São seus os anjos: "Quando o Filho do homem vier em sua glória com todos os seus anjos..." (Mt 25,31). São seus porque foram criados por e para Ele: "Pois foi nele que foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis: Tronos, Dominações, Principados, Potestades; tudo foi criado por Ele e para Ele" (Cl 1,16). São seus, mais ainda, porque Ele os fez mensageiros de seu projeto de salvação. "Porventura não são todos eles espíritos servidores, enviados ao serviço dos que devem herdar a salvação?" (Hb 1,14). (Parágrafo relacionado: 291)

332 Eles aí estão, desde a criação e ao longo de toda a História da Salvação, anunciando de longe ou de perto esta salvação e servindo ao desígnio divino de sua realização: fecham o paraíso terrestre, protegem Lot, salvam Agar e seu filho, seguram a mão de Abraão, comunicam a lei por seu ministério, conduzem o povo de Deus, anunciam nascimentos e vocações, assistem os profetas, para citarmos apenas alguns exemplos. Finalmente, é o anjo Gabriel que anuncia o nascimento do Precursor e o do próprio Jesus.

333 Desde a Encarnação até a Ascensão, a vida do Verbo Encarnado é cercada da adoração e do serviço dos anjos. Quando Deus "introduziu o Primogênito no mundo, disse: - Adorem-no todos os anjos de Deus- " (Hb 1,6). O canto de louvor deles ao nascimento de Cristo não cessou de ressoar no louvor da Igreja: "Glória a Deus..." (Lc 2,14). Protegem a infância de Jesus, servem a Jesus no deserto, reconfortam-no na agonia, embora tivesse podido ser salvo por eles da mão dos inimigos, como outrora fora Israel. São ainda os anjos que "evangelizam", anunciando a Boa Nova da Encarnação e da Ressurreição de Cristo. Estarão presentes no retorno de Cristo, que eles anunciam serviço do juízo que o próprio Cristo pronunciará. (Parágrafo relacionado: 559)

OS ANJOS NA VIDA DA IGREJA

334 Do mesmo modo, a vida da Igreja se beneficia da ajuda misteriosa e poderosa dos anjos

335 Em sua Liturgia, a Igreja se associa aos anjos para adora o Deus três vezes Santo; ela invoca a sua assistência (assim em In Paradisum deducant te Angeli... - Para o Paraíso te levem os anjos, da Liturgia dos defuntos, ou ainda no "hino querubínico" da Liturgia bizantina). Além disso, festeja mais particularmente a memória de certos anjos (São Miguel, São Gabriel, São Rafael, os anjos da guarda). (Parágrafo relacionado: 1138)

336 Desde o início até a morte, a vida humana é cercada por sua proteção e por sua intercessão. "Cada fiel é ladeado por um anjo como protetor e pastor para conduzi-lo à vida." Ainda aqui na terra, a vida cristã participa na fé da sociedade bem-aventurada dos anjos e dos homens, unidos em Deus. (Parágrafo relacionado: 1020)

II. O MUNDO VISÍVEL

337 Foi Deus mesmo quem criou o mundo visível em toda a sua riqueza, diversidade e ordem. A Escritura apresenta a obra do Criador simbolicamente como uma seqüência de seis dias "de trabalho" divino que terminam com o "descanso" do sétimo dia. O texto sagrado ensina, a respeito da criação, verdades reveladas por Deus para nossa salvação que permitem "reconhecer a natureza profunda da criação, seu valor e sua finalidade, que é a glória de Deus". (Parágrafos relacionados: 290,293)

338 Não existe nada que não deva sua existência a Deus criador. O mundo começou quando foi tirado do nada pela Palavra de Deus; todos os seres existentes, toda a natureza, toda a história humana têm suas raízes neste acontecimento primordial: é a própria gênese pela qual o mundo foi constituído e o tempo começou. (Parágrafo relacionado: 297)

339 Cada criatura possui sua bondade e sua perfeição próprias. Para cada uma das obras dos "seis dias" se diz: "E Deus viu que isto era bom". "Pela própria condição da criação, todas as coisas são dota das de fundamento próprio, verdade, bondade, leis e ordens específicas." As diferentes criaturas, queridas em seu próprio ser, refletem, cada uma a seu modo, um raio da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isso que o homem deve respeitar a bondade própria de cada criatura para evitar um uso desordenado das coisas, que menospreze o Criador e acarrete conseqüências nefastas para os homens e seu meio ambiente. (Parágrafos relacionados: 2501,299,226)

340 A interdependência das criaturas é querida por Deus. O sol e a lua, o cedro e a pequena flor, a águia e o pardal: as inúmeras diversidades e desigualdades significam que nenhuma criatura se basta a si mesma, que só existem em dependência recíproca, para se completarem mutuamente, a serviço umas das outras. (Parágrafo relacionado: 1937)

341 A beleza do universo. A ordem e a harmonia do mundo criado resultam da diversidade dos seres e das relações que existem entre eles. O homem as descobre progressivamente como leis da natureza. Elas despertam a admiração dos sábios. A beleza da criação reflete a infinita beleza do Criador. Ela deve inspirar o respeito e a submissão da inteligência do homem e de sua vontade. (Parágrafos relacionados: 283,2500)

342 A hierarquia das criaturas é expressa pela ordem dos "seis dias", que vai do menos perfeito ao mais perfeito. Deus ama todas as suas criaturas[fca44] , cuida de cada uma, até mesmo dos pássaros. Apesar disso, Jesus diz: "Vós valeis mais do que muitos pardais" (Lc 12,7), ou ainda: "Um homem vale muito mais do que uma ovelha" (Mt 12,12). (Parágrafo relacionado: 310)

343 O homem é a obra-prima do obra do criação. A narração bíblica exprime isto distinguindo nitidamente a criação do homem da criação das outras criaturas[fca45] . (Parágrafo relacionado: 335)

344 Existe uma solidariedade entre todas as criaturas pelo fato de terem todas o mesmo Criador e de todas estarem ordenadas à sua glória: (Parágrafos relacionados: 293,139,2416)

Louvado sejas, meu Senhor.
Com todas as tuas criaturas,
Especialmente o senhor irmão Sol,
Que clareia o dia
E com sua LUZ nos alumia.
Louvado sejas, meu Senhor,
Pela irmã água,
Que é muito útil e humilde

E preciosa e casta...
Louvado sejas, meu Senhor,
Por nossa irmã, a mãe Terra,
Que nos sustenta e governa,
E produz frutos diversos
E coloridas flores e ervas.
Louvai e bendizei a meu Senhor,
E dai-lhe graças,
E servi-o com grande humildade.
(Parágrafo relacionado: 1218)

345 **O Sábado** - fim da obra dos "seis dias". O texto sagrado diz que "Deus concluiu no sétimo dia a obra que tinha feito", e assim "o céu e a terra foram terminados", e no sétimo dia Deus "descansou", e santificou e abençoou este dia (Gn 2,1-3). Essas palavras inspiradas são ricas de ensinamentos salutares: (Parágrafo relacionado: 2168)

346 Na criação, Deus depositou um fundamento e leis que permanecem estáveis, nos quais o crente poder apoiar-se com confiança e que para ele serão o sinal e a garantia da fidelidade inabalável da Aliança de Deus. Por sua parte, o homem deverá ficar fiel a este fundamento e respeitar as leis que o Criador inscreveu nele. (Parágrafo relacionado: 2169)

347 A criação está em função do Sábado e portanto do culto e da adoração de Deus. O culto está inscrito na ordem da criação. "Nada se anteponha à obra de Deus", diz a regra de São Bento, indicando assim a ordem correta das preocupações humanas. (Parágrafos relacionados: 1145,1152)

348 O Sábado constitui o coração da lei de Israel. Observar os mandamentos é corresponder à sabedoria e à vontade de Deus expressa em sua obra de criação. (Parágrafo relacionado: 2172)

349 O oitavo dia. Mas para nós nasceu um dia novo: o dia da Ressurreição de Cristo. O sétimo dia encerra a primeira criação. O oitavo dia dá início à nova criação. Assim, a obra da criação culmina na obra maior da redenção. A primeira criação encontra seu sentido e seu ponto culminante na nova criação em Cristo, cujo esplendor ultrapassa o da primeira. (Parágrafos relacionados: 2174,1046)

RESUMINDO

350 Os anjos são criaturas espirituais que glorificam a Deus sem cessar e servem a seus desígnios salvíficos em relação às demais criaturas: "Ad omnia bona nostra cooperantur angeli. - Os anjos cooperam para todos os nossos bens"

351 Os anjos cercam Cristo, seu Senhor. Servem-no particularmente, no cumprimento de sua missão salvífica para com os homens.

352 A Igreja venera os anjos que a ajudam em sua peregrinação terrestre e protegem cada ser humano.

353 Deus quis a diversidade de suas criaturas e a bondade própria delas, sua interdependência e ordem. Destinou todas as criaturas materiais ao bem do gênero humano. O homem, e por meio dele a criação inteira, destina-se à glória de Deus.

354 Respeitar as leis inscritas na criação e as relações que derivam da natureza das coisas é princípio de sabedoria e fundamento da moral.

PARÁGRAFO 6

O HOMEM

355 "Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou, homem e mulher os criou" (Gn 1,27). O homem ocupa um lugar único na criação: ele é "a imagem de Deus" (I); em sua própria natureza une o mundo espiritual e o mundo material (II); é criado "homem e mulher" (III); Deus o estabeleceu em sua amizade (IV). (Parágrafos relacionados: 1700,343)

I. "À IMAGEM DE DEUS"

356 De todas as criaturas visíveis, só o homem é "capaz de conhecer e amar seu Criador"; ele é "a única criatura na terra que Deus quis por si mesma"; só ele é chamado a compartilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Foi para este fim que o homem foi criado, e aí reside a razão fundamental de sua dignidade: (Parágrafos relacionados: 1703,2258,225)

Que motivo vos fez constituir o homem em dignidade tão grande? O amor inestimável pelo qual enxergastes em vós mesmo vossa criatura, e vos apaixonastes por ela; pois foi por amor que a criastes, foi por amor que lhe destes um ser capaz de degustar vosso Bem eterno. (Parágrafo relacionado: 295)

357 Por ser à imagem de Deus, o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa: ele não é apenas alguma coisa, mas alguém. É capaz de conhecer-se, de possuir-se e de doar-se livremente e entrar em comunhão com outras pessoas, e é chamado, por graça, a uma aliança com seu Criador, a oferecer-lhe uma resposta de fé e de amor que ninguém mais pode dar em seu lugar. (Parágrafos relacionados: 1935,1877)

358 Deus criou tudo para o homem, mas o homem foi criado, para servir e amar a Deus e oferecer-lhe toda a criação: (Parágrafos relacionados: 299,901)

Quem é, pois, o ser que vai vir à existência cercado de tal consideração? E o homem, grande e admirável figura viva, mais precioso aos olhos de Deus do que a criação inteira: é o homem, é para ele que existem o céu e a terra e o mar e a totalidade da criação, e é à salvação dele que Deus atribuiu tanta importância que nem sequer poupou seu Filho único em seu favor. Pois Deus não cessou de tudo empreender para fazer o homem subir até ele e fazê-lo sentar-se à sua direita.

359 Na realidade o mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo Encarnado." (Parágrafo relacionado: 1701)

São Paulo ensina-nos que dois homens estão na origem do gênero humano: Adão e Cristo... "O primeiro Adão", diz ele, "foi criado como um ser humano que recebeu a vida; o segundo é um ser espiritual que dá a vida." O primeiro foi criado pelo segundo, de quem recebeu a alma que o faz viver... O segundo Adão estabeleceu sua imagem no primeiro Adão quando o modelou. E assim se revestiu da natureza deste último e dele recebeu o nome, a fim de não deixar perder aquilo que havia feito à sua imagem. Primeiro Adão, segundo Adão: o primeiro começou, o segundo não acabará. Pois o segundo é verdadeiramente o primeiro, como ele mesma disse: "Eu sou o Primeiro e o último" (Parágrafos relacionados: 388,411)

360 Graças à Origem comum, o gênero humano forma uma unidade. Pois Deus "de um só fez toda a raça humana" (At 17,26[fca60]): (Parágrafos relacionados: 225,404,775,831,842)

Maravilhosa visão que nos faz contemplar o gênero humano na unidade de sua origem em Deus...; na unidade de sua natureza, composta igualmente em todos de um corpo material e de uma alma espiritual; na unidade de seu fim imediato e de sua missão no mundo; na unidade de seu hábitat: a terra, de cujos bens todos os homens, por direito natural, podem usar para sustentar e desenvolver a vida; na unidade de seu fim sobrenatural: Deus mesmo, ao qual todos devem tender; na unidade dos meios para atingir este fim;... na unidade do seu resgate, realizado em favor de todos por Cristo.

361 "Esta lei de solidariedade humana e de caridade[fca62] ", sem excluir a rica variedade das pessoas, das culturas e dos povos, nos garante que todos os homens são verdadeiramente irmãos. (Parágrafo relacionado: 1939)

II. "CORPORE ET ANIMA UNUS" (UNO DE ALMA E CORPO)

362 A pessoa humana, criada à imagem de Deus, é um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual. O relato bíblico exprime esta realidade com uma linguagem simbólica, ao afirmar que "O Senhor Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente" (Gn 2,7). Portanto, o homem em sua totalidade é querido por Deus. (Parágrafos relacionados: 1146,2332)

363 Muitas vezes o termo alma designa na Sagrada Escritura a vida humana [fca63] ou a pessoa humana inteira. Mas designa também o que há de mais íntimo no homem e o que há nele de maior valor, aquilo que mais particularmente o faz ser imagem de Deus: "alma" significa o princípio espiritual no homem. (Parágrafo relacionado: 1703)

364 O corpo do homem participa da dignidade da "imagem de Deus": ele é corpo humano precisamente porque é animado pela alma espiritual, e é a pessoa humana inteira que está destinada a tornar-se, no Corpo de Cristo, o Templo do Espírito. (Parágrafo relacionado: 1004)

Unidade de corpo e de alma, o homem, por sua própria condição corporal, sintetiza em si os elementos do mundo material, que nele assim atinge sua plenitude e apresenta livremente ao Criador uma voz de louvor. Não é, portanto, lícito ao homem desprezar a vida corporal; ao contrário, deve estimar e honrar seu corpo, porque criado por Deus e destinado à ressurreição no último dia. (Parágrafo relacionado: 2289)

365 A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a "forma" do corpo; ou seja, é graças à alma espiritual que o corpo constituído de matéria é um corpo humano e vivo; o espírito e a matéria no homem não são duas naturezas unidas, mas a união deles forma uma única natureza.

366 A Igreja ensina que cada alma espiritual é diretamente criada por Deus - não é "produzida" pelos pais - e é imortal: ela não perece quando da separação do corpo na morte e se unirá novamente ao corpo na ressurreição final. (Parágrafos relacionados: 1005,997)

367 Por vezes ocorre que a alma aparece distinta do espírito. Assim, São Paulo ora para que nosso "ser inteiro, o espírito, a alma e o corpo", seja guardado irrepreensível na Vinda do Senhor (1 Ts 5,23). A Igreja ensina que esta distinção não introduz uma dualidade na alma. "Espírito" significa que o homem está ordenado desde a sua criação para seu fim sobrenatural, e que sua alma é capaz de ser elevada gratuitamente à comunhão com Deus. (Parágrafo relacionado: 2083)

368 A tradição espiritual da Igreja insiste também no coração, no sentido bíblico de "fundo do ser" (Jr 31,33), onde a pessoa se decide ou não por Deus. (Parágrafos relacionados: 478,582,1431,1764,2517,2562,2843,2331,2336)

III. "HOMEM E MULHER OS CRIOU"

IGUALDADE E DIFERENÇA QUERIDAS POR DEUS

369 O homem e a mulher são criados, isto é, são queridos por Deus: por um lado, em perfeita igualdade como pessoas humanas e, por outro, em seu ser respectivo de homem e de mulher. "Ser homem, 'ser mulher" é uma realidade boa e querida por Deus: o homem e a mulher têm uma dignidade inamissível que lhes vem diretamente de Deus, seu Criador. O homem e a mulher são criados em idêntica dignidade, "à imagem de Deus". Em seu "ser-homem" e seu "ser-mulher" refletem a sabedoria e a bondade do Criador.

370 Deus não é de modo algum à imagem do homem. Não é nem homem nem mulher. Deus é puro espírito, não havendo nele lugar para a diferença dos sexos. Mas as "perfeições" do homem e da mulher refletem algo da infinita perfeição de Deus: as de uma mãe e as de um pai e esposo. (Parágrafos relacionados: 42,239)

"UM PARA O OUTRO" "UMA UNIDADE A DOIS"

371 Criados conjuntamente, Deus quer o homem e a mulher um para o outro. A Palavra de Deus dá-nos a entender isto por meio de diversas passagens do texto sagrado. "Não é bom que o homem esteja só.

Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda" (Gn 2,18). Nenhum dos animais pode ser este "vis-à-vis" do varão[fca80] . A mulher que Deus "modela" da costela tirada do varão e que leva a ele provoca da parte do homem um grito de admiração, uma exclamação de amor e de comunhão: "É osso de meus e carne de minha carne" (Gn 2,23). O homem descobre a mulher como um outro "eu" da mesma humanidade. (Parágrafo relacionado: 1605)

372 O homem e a mulher são feitos "um para o outro": não que Deus os tivesse feito apenas "pela metade" e "incompletos"; criou-os para uma comunhão de pessoas, na qual cada um dos dois pode ser "ajuda" para o outro, por serem ao mesmo tempo iguais enquanto pessoas ("osso de meus ossos...") e complementares enquanto masculino e feminino. No matrimônio, Deus os une de maneira que, formando "uma só carne" (Gn 2,24), possam transmitir a vida humana: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra" (Gn 1,28). Ao transmitir a seus descendentes a vida humana, o homem e a mulher, como esposos e pais, cooperam de forma única na obra do Criador. (Parágrafo relacionado: 1652,2366)

373 No desígnio de Deus, o homem e a mulher têm a vocação de "submeter" a terra como "intendentes" de Deus. Esta soberania não deve ser uma dominação arbitrária e destrutiva. À imagem do Criador "que ama tudo o que existe" (Sb 11,24), o homem e a mulher são chamados a participar da Providência divina em relação às demais criaturas. Daí a responsabilidade deles para com o mundo que Deus lhes confiou. (Parágrafos relacionados: 307,2415)

IV. O HOMEM NO PARAÍSO

374 O primeiro homem não só foi criado bom, mas também foi constituído em uma amizade com seu Criador e em tal harmonia consigo mesmo e com a criação que o rodeava que só serão superadas pela glória da nova criação em Cristo. (Parágrafo relacionado: 54)

375 Interpretando de maneira autêntica o simbolismo da linguagem bíblica à luz do Novo Testamento e da Tradição, a Igreja ensina que nossos primeiros pais, Adão e Eva, foram constituídos em um estado "de santidade e de justiça original". Esta graça da santidade original era uma participação da vida divina. (Parágrafo relacionado: 1997)

376 Pela irradiação desta graça, todas as dimensões da vida do homem eram fortalecidas. Enquanto permanecesse na intimidade divina, o homem não devia nem morrer nem sofrer. A harmonia interior da pessoa humana, a harmonia entre o homem e a mulher e, finalmente, a harmonia entre o primeiro casal e toda a criação constituíam o estado denominado "justiça original". (Parágrafos relacionados: 1008,1502)

377 O "domínio" do mundo que Deus havia outorgado ao homem desde o início realizava-se antes de tudo no próprio homem como domínio de si mesmo. O homem estava intacto e ordenação em todo o seu ser, porque livre da tríplice concupiscência [fca89] que o submete aos prazeres dos sentidos, à cobiça dos bens terrestres e à auto-afirmação contra os imperativos da razão. (Parágrafo relacionado: 2514)

378 O sinal da familiaridade com Deus é o fato de Deus o colocar no jardim[fca90] . Lá vive "para cultivá-lo e guardá-lo" (Gn 2,15): o trabalho não é uma penalidade[fca91] , mas sim a colaboração do homem e da mulher com Deus no aperfeiçoamento da criação visível. (Parágrafos relacionados: 2415,2417)

379 E toda esta harmonia da justiça original, prevista para o homem pelo desígnio de Deus, que será perdida pelo pecado de nossos primeiros pais.

RESUMINDO

380 "Pai Santo, criastes o homem e a mulher à vossa imagem e lhes confiastes todo o universo, para que, servindo a Vós, seu Criador, dominassem toda criatura"

381 O homem é predestinado a reproduzir a imagem do Filho de Deus feito homem "imagem do Deus invisível" (Cl 1,15), a fim de que Cristo seja o primogênito de uma multidão de irmãos e de irmãs.

382 O homem é "corpore et anima unus" (uno de corpo e alma). A doutrina da fé afirma que a alma espiritual e imortal é criada diretamente por Deus.

383 "Deus não criou o homem solitário. Desde o início, 'Deus os criou varão e mulher' (Gn 1,27). Esta união constituiu a primeira forma de comunhão de pessoas."

384 A revelação dá-nos a conhecer o estado de santidade e de justiça originais do homem e da mulher antes do pecado: da amizade deles com Deus advinha a felicidade da existência deles no Paraíso.

CAPITULO II - CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS

A BOA NOVA: DEUS ENVIOU SEU FILHO

422 "Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei, para remir os que estavam sob a Lei, a fim de que recebêssemos a adoção filial" (Gl 4,4-5). Este é "o Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus": Deus visitou seu povo, cumpriu as promessas feitas a Abraão e à sua descendência; fê-lo para além de toda expectativa: enviou seu "Filho bem-amado". (Parágrafos relacionados: 389,2763)

423 Cremos e confessamos que Jesus de Nazaré, nascido judeu de uma filha de Israel, em Belém, no tempo do rei Herodes Magno e do imperador César Augusto, carpinteiro de profissão, morto e crucificado em Jerusalém, sob o procurador Pôncio Pilatos, durante o reinado do imperador Tibério, é o Filho eterno de Deus feito homem; que ele "veio de Deus" (Jo 13,3), "desceu do céu" (Jo 3,13; 6,33), "veio na carne", pois "o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos sua glória, glória que ele tem junto ao Pai, como Filho único, cheio de graça e de verdade... Pois de sua plenitude nós recebemos graça por graça" (Jo 1,14-16).

424 Movidos pela graça do Espírito Santo e atraídos pelo Pai, cremos e confessamos acerca de Jesus: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16,16). Foi sobre a rocha desta fé, confessada por São Pedro, que Cristo construiu sua Igreja[a5]. (Parágrafos relacionados: 683,552)

"ANUNCIAR... A INSONDÁVEL RIQUEZA DE CRISTO" (Ef 3,8)

425 A transmissão da fé cristã é primeiramente o anúncio de Jesus Cristo, para levar à fé nele. Desde o começo, os primeiros discípulos ardiam do desejo de anunciar Cristo: "Pois não podemos, nós, deixar de falar das coisas que vimos e ouvimos" (At 4,20). E convidam os homens de todos os tempos a entrarem na alegria de sua comunhão com Cristo: (Parágrafos relacionados: 850,858)

O que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalparam do Verbo da vida – porque a Vida manifestou-se: nós a vimos e lhe damos testemunho e vos anunciamos a Vida Eterna, que estava voltada para o Pai e que no; apareceu -, o que vimos e ouvimos, vo-lo anunciamos para que estejais também em comunhão conosco. E nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo. E isto vos escrevemos para que nossa alegria seja completa (1Jo 1,1-4).

CRISTO É O CENTRO DA CATEQUESE

426 No centro da catequese encontramos essencialmente uma Pessoa, a de Jesus de Nazaré, Filho único do Pai..., que sofreu e morreu por nós e agora, ressuscitado, vive conosco para sempre... Catequizar... é desvendar na Pessoa de Cristo todo o designio eterno de Deus que nela se realiza. E procurar compreender o significado dos gestos e das palavras de Cristo e dos sinais realizados por Ele." A finalidade definitiva da catequese é "levar à comunhão com Jesus Cristo: só ele pode conduzir ao amor do Pai no Espírito e fazer-nos participar da vida da Santíssima Trindade". (Parágrafos relacionados: 1698,513,260)

427 "Na catequese, é Cristo, Verbo Encarnado e Filho de Deus, que é ensinado - todo o resto está em relação com ele; e somente Cristo ensina; todo outro que ensine, fá-lo na medida em que é seu porta-voz, permitindo a Cristo ensinar por sua boca... Todo catequista deveria poder aplicar a si mesmo a misteriosa palavra de Jesus: 'Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou' (Jo 7,16[a8])." (Parágrafos relacionados: 2145,876)

428 Aquele que é chamado a "ensinar o Cristo" deve, portanto, procurar primeiro "este ganho supereminente que é o conhecimento de Cristo"; é preciso "aceitar perder tudo... a fim de ganhar a Cristo e

ser achado nele", e "conhecer o poder de sua Ressurreição e a participação em seus sofrimentos, conformando-me com ele em sua Morte, para ver se alcanço a ressurreição de entre os mortos" (Fl 3,8-11).

429 É deste conhecimento amoroso de Cristo que jorra o desejo de anunciá-lo, de "evangelizar" e de levar outros ao "sim" da fé em Jesus Cristo. Mas ao mesmo tempo se faz sentir a necessidade de conhecer cada vez melhor esta fé. Para este fim, segundo a ordem do Símbolo da fé, primeiro serão apresentados os principais títulos de Jesus: Cristo, o Filho de Deus, o Senhor (artigo 2). Em seguida, o Símbolo confessa os principais Mistérios da vida de Cristo: os de sua Encarnação (artigo 3), os de sua Páscoa (artigos 4 e 5) e, finalmente, os de sua Glorificação (artigos 6 e 7). (Parágrafo relacionado: 851)

ARTIGO 2

"E EM JESUS CRISTO, SEU FILHO ÚNICO, NOSSO SENHOR"

I- JESUS

430 Jesus quer dizer, em hebraico, "Deus salva". No momento da Anunciação, o anjo Gabriel dá-lhe como nome próprio o nome de Jesus, que exprime ao mesmo tempo sua identidade e missão. Uma vez que "só Deus pode perdoar os pecados" (Mc 2,7), é Ele que, em Jesus, seu Filho eterno feito homem, "salvará seu povo dos pecados" (Mt 1,21). Em Jesus, portanto, Deus recapitula toda a sua história de salvação em favor dos homens. (Parágrafos relacionados: 210,402)

431 Na História da Salvação, Deus não se contentou em libertar Israel da "casa da escravidão" (Dt 5,6), fazendo-o sair do Egito. Salva-o também de seu pecado. Por ser o pecado sempre uma ofensa feita a Deus, só ele pode perdô-lo. Por isso Israel, tomando consciência cada vez mais clara da universalidade do pecado, não poder mais procurar a salvação a não ser na invocação do Nome do Deus Redentor. (Parágrafos relacionados: 1441,1850,388)

432 O nome de Jesus significa que o próprio nome de Deus está presente na pessoa de seu Filho feito homem para a redenção universal e definitiva dos pecados. E o único nome divino que traz a salvação e a partir de agora pode ser invocado por todos, pois se uniu a todos os homens pela Encarnação, de sorte que "não existe debaixo do céu outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos" (At 4,12[a16]). (Parágrafos relacionados: 589,266,389,161)

433 O nome do Deus Salvador era invocado uma só vez por ano pelo sumo sacerdote para a expiação dos pecados de Israel, depois de ele aspergir o propiciatório do Santo dos Santos com o sangue do sacrifício. O propiciatório era o lugar da presença de Deus. Quando São Paulo diz de Jesus que "Deus o destinou como instrumento de propiciação, por seu próprio Sangue" (Rm 3,25), quer afirmar que na humanidade deste último "era Deus que em Cristo reconciliava consigo o mundo" (2Cor 5,19). (Parágrafo relacionado: 615)

434 A Ressurreição de Jesus glorifica o nome do Deus Salvador, pois a partir de agora é o nome de Jesus que manifesta em plenitude o poder supremo do "nome acima de todo nome". Os espíritos maus temem seu nome, e é em nome dele que os discípulos de Jesus operam milagres, pois tudo o que pedem ao Pai em seu nome o Pai lhes concede. (Parágrafos relacionados: 2812,2614)

435 O nome de Jesus está no cerne da oração cristã. Todas as orações litúrgicas são concluídas pela fórmula "per Dominum nostrum Iesum Christum por Nosso Senhor Jesus Cristo...". A "Ave-Maria" culmina no "e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus". A oração oriental do coração denominada "oração a Jesus" diz: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de mim, pecador". Numerosos cristãos, como Sta. Joana d'Arc, morrem tendo nos lábios apenas o nome de Jesus. (Parágrafos relacionados: 2667,2668,2676)

II. CRISTO

436 Cristo vem da tradução grega do termo hebraico "Messias", que quer dizer "ungido". Só se toma o nome próprio de Jesus porque este leva à perfeição a missão divina que significa. Com efeito, em Israel eram ungidos em nome de Deus os que lhe eram consagrados para uma missão vinda dele. Era o caso

dos reis, dos sacerdotes e, em raras ocasiões, dos profetas. Esse devia ser por excelência o caso do Messias que Deus enviaria para instaurar definitivamente seu Reino. O Messias devia ser ungido pelo Espírito do Senhor ao mesmo tempo como rei e sacerdote, mas também como profeta. Jesus realizou a esperança messiânica de Israel em sua triplice função de sacerdote, profeta e rei. (Parágrafos relacionados: 690,695,711-716,783)

437 O anjo anunciou aos pastores o nascimento de Jesus como o do Messias prometido a Israel: "Hoje, na cidade de Davi, nasceu-vos um Salvador que é o Cristo Senhor" (Lc 2,11). Desde o início Ele é "aquele que o Pai consagrou e enviou ao mundo" (Jo 10,36), concebido como "Santo" no seio virginal de Maria. José foi chamado por Deus "a receber Maria, sua mulher", grávida "daquele que foi gerado nela pelo Espírito Santo" (Mt 1,21), para que Jesus, "que se chama Cristo", nascesse da esposa de José na descendência messiânica de Davi (Mt 1,16). (Parágrafos relacionados: 486,525)

438 A consagração messiânica de Jesus manifesta sua missão divina. "É, aliás, o que indica seu próprio nome, pois no nome de Cristo está subentendido Aquele que ungiu, Aquele que foi ungido e a própria Unção com que ele foi ungido dado: Aquele que ungiu é o Pai, Aquele que foi ungido é o Filho, e o foi no Espírito, que é a Unção." Sua consagração messiânica eterna revelou-se no tempo de sua vida terrestre, por ocasião de seu Batismo por João, quando "Deus o ungiu com o Espírito Santo e poder" (At 10,38), "para que ele fosse manifestado a Israel" (Jo 1,31) como seu Messias. Por suas obras e palavras será conhecido como "o Santo de Deus". (Parágrafos relacionados: 727,535)

439 Numerosos judeus e até certos pagãos os que compartilhavam a esperança deles reconheceram em Jesus os traços fundamentais tais do "Filho de Davi" messiânico, prometido por Deus a Israel. Jesus aceitou o título de Messias ao qual tinha direito, mas com reserva, pois este era entendido por uma parte de seus contemporâneos segundo uma concepção demasiadamente humana, essencialmente política. (Parágrafos relacionados: 528-529,547)

440 Jesus acolheu a profissão de fé de Pedro, que o reconhecia como o Messias anunciando a Paixão iminente do Filho do Homem. Desvendou o conteúdo autêntico de sua realeza messiânica, seja na identidade transcendente do Filho do Homem "que desceu do Céu" (Jo 3,13) seja em sua missão redentora como Servo sofredor: "O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate pela multidão" (Mt 20,28[a42]). Por isso o verdadeiro sentido de sua realeza só se manifestou do alto da Cruz. É somente após sua Ressurreição que sua realeza messiânica poderá ser proclamada por Pedro diante do povo de Deus: "Que toda casa de Israel saiba com certeza: Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus que vós crucificastes" (At 2,36). (Parágrafos relacionados: 552,550,445)

III. FILHO ÚNICO DE DEUS

441 Filho de Deus, no Antigo Testamento, é um título aos anjos, ao povo da Eleição, aos filhos de Israel e a seus reis. Significa então uma filiação adotiva que estabelece entre Deus e sua criatura relações de uma intimidade especial. Quando o Rei-Messias prometido é chamado "filho de Deus", isso não implica necessariamente, segundo o sentido literal desses textos, que ele ultrapasse o nível humano. Os que designaram Jesus como Messias de Israel talvez não tenham tido a intenção de dizer mais do que isto.

442 Não acontece o mesmo com Pedro, quando confessa Jesus como "o Cristo, o Filho do Deus vivo", pois este lhe responde com solenidade: "Não foi a carne e o sangue que te revelaram isso, e sim meu Pai que está nos Céus" (Mt 16,17). Paralelamente, Paulo dirá a propósito de sua conversão no caminho para Damasco: Quando, porém, aquele que me separou desde o seio materno e me chamou, por sua graça houve por bem revelar em mim o seu Filho, para que eu o evangelizasse entre os gentios..." (Gl 1,15-16). "Imediatamente, nas sinagogas, começou a proclamar Jesus, afirmando que ele é o Filho de Deus" (At 9,20). Este será desde o início o centro da fé apostólica professada primeiro por Pedro como fundamento da Igreja. (Parágrafos relacionados: 552,424)

443 Se Pedro pôde reconhecer o caráter transcendente da filiação divina de Jesus Messias foi porque este o deu a entender claramente. Diante do Sinédrio, a pergunta de seus acusadores: "Tu és então o Filho de Deus?", Jesus respondeu: "Vós dizeis que eu Sou" (Lc 22,70). Já bem antes, Ele se designara como "o Filho" que conhece o Pai [a56] e que é diferente dos "servos" que Deus enviou anteriormente a seu povo, superior aos próprios anjos. Distinguiu sua filiação daquela de seus discípulos, não dizendo nunca "nosso Pai",

a não ser para ordenar-lhes: "Portanto, orai desta maneira: Pai Nosso" (Mt 6,9); e sublinhou esta distinção: "Meu Pai e vosso Pai" (Jo 20,17). (Parágrafo relacionado: 2786)

444 Os Evangelhos narram em dois momentos solenes - o Batismo e a Transfiguração de Cristo - a voz do Pai a designá-lo como seu "Filho bem-amado". Jesus designa-se a si mesmo como "o Filho Único de Deus" (Jo 3,16) e afirma com este título sua preexistência eterna. Exige a fé "em nome do Filho Único de Deus" (Jo 3,18). Esta confissão cristã aparece já na exclamação do centurião diante de Jesus na cruz: "Verdadeiramente este homem era Filho de Deus" (Mc 15,39), pois somente no Mistério Pascal o fiel cristão pode entender o pleno significado do título "Filho de Deus". (Parágrafos relacionados: 536,554)

445 É depois de sua Ressurreição que a filiação divina de Jesus aparece no poder de sua humanidade glorificada: "Estabelecido Filho de Deus com poder por sua Ressurreição dos mortos" (Rm 1,4). Os apóstolos poderão confessar: "Nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como Filhos Único, cheio de graça e de verdade" (Jo 1,14). (Parágrafo relacionado: 653)

IV. SENHOR

446 Na versão grega dos livros do Antigo Testamento, o nome inefável com o qual Deus se revelou a Moisés, *Iahweh*, traduzido por "Kýrios" ["Senhor"]. Senhor torna-se desde então o nome mais habitual para designar a própria divindade do Deus de Israel. É neste sentido forte que o Novo Testamento utiliza o título de "Senhor" para o Pai, e também - e aí está a novidade - para Jesus reconhecido assim como o próprio Deus. (Parágrafo relacionado: 209)

447 Jesus mesmo atribui-se de maneira velada este título quando discute com os fariseus sobre o sentido do Salmo 110, mas também de modo explícito dirigindo-se a seus apóstolos. Ao longo de toda a sua vida pública, seus gestos de domínio sobre a natureza, sobre as doenças, sobre os demônios, sobre a morte e o pecado demonstravam sua soberania divina. (Parágrafo relacionado: 548)

448 Muito freqüentemente nos Evangelhos determinadas pessoas se dirigem a Jesus chamando-o de "Senhor". Este título exprime o respeito e a confiança dos que se achegam a Jesus e esperam dele ajuda e cura. Sob a moção do Espírito Santo, ele exprime o reconhecimento do Mistério Divino de Jesus. No encontro com Jesus ressuscitado, ele se transforma em expressão de adoração: "Meu Senhor e meu Deus!" (Jo 20,28). Assume então uma conotação de amor e afeição que tornar-se-á peculiar à tradição cristã: "É o Senhor!" (Jo 21,7). (Parágrafos relacionados: 208,683,641)

449 Ao atribuir a Jesus o título divino de Senhor, as primeiras confissões de fé da Igreja afirmam, desde o início, que o poder, a honra e a glória devidos a Deus Pai cabem também a Jesus[a70], por ser Ele "de condição divina" (Fl 2,6) e ter o Pai manifestado esta soberania de Jesus ressuscitando-o dos mortos e exaltando-o em sua glória. (Parágrafo relacionado: 461,653)

450 Desde o principio da história cristã a afirmação do senhorio de Jesus sobre o mundo e sobre a história significa também o reconhecimento de que o homem não deve submeter sua liberdade de pessoal, de maneira absoluta, a nenhum poder terrestre, mas somente a Deus Pai e ao Senhor Jesus Cristo: César não é "o Senhor. "A Igreja crê... que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram em seu Senhor e Mestre." (Parágrafos relacionados: 668-672,2242)

451 A oração cristã é marcada pelo título "Senhor", quer se trate do convite à oração "o Senhor esteja convosco" ou da conclusão da oração, "por Jesus Cristo nosso Senhor", ou ainda do grito cheio de confiança e de esperança: "Maran atha" ("o Senhor vem!") ou "Marana tha" ("Vem, Senhor!") (1Cor 16,22): "Amém, vem, Senhor Jesus!" (Ap 2,20). (Parágrafos relacionados: 2664-2665,2817)

RESUMINDO

452 O nome de Jesus significa "Deus que salva". A criança nascida da Virgem Maria é chamada "Jesus", "pois Ele salvará seu povo de seus pecados" (Mt 1,21): "Não existe debaixo do céu outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos" (At 4,12).

453 O nome Cristo significa "Ungido", "Messias". Jesus é o Cristo pois "Deus o ungiu com o Espírito Santo e com poder" (At 10,38). Ele era "aquele que há de vir" (Lc 7,19), o objeto da "esperança de Israel".

454 O nome Filho de Deus significa a relação única e eterna de Jesus Cristo com Deus, seu Pai: Ele é o Filho Único do Pai e o próprio Deus. Crer que Jesus Cristo é o Filho de Deus é necessário para ser cristão"

O nome Senhor designa a soberania divina. Confessar ou invocar Jesus como Senhor é crer em sua divindade. "Ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3).

ARTIGO 3

"JESUS CRISTO FOI CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO, NASCEU DA VIRGEM MARIA"

PARÁGRAFO 1 - O FILHO DE DEUS SE FEZ HOMEM

I. POR QUE O VERBO SE FEZ CARNE?

456 Com o Credo niceno-constantinopolitano, respondemos, confessando: "E por nós, homens, e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem"

457 O Verbo se fez carne para salvar-nos, reconciliando-nos com Deus: "Foi Ele que nos amou e enviou-nos seu Filho como vítima de expiação por nossos pecados" (1Jo 4,10). "O Pai enviou seu Filho como o Salvador do mundo" (1Jo 4,14). "Este apareceu para tirar os pecados" (1Jo 3,5): (Parágrafo relacionado: 607,385)

Doente, nossa natureza precisava ser curada; decaída, ser reerguida; morta, ser ressuscitada. Havíamos perdido a posse do bem, era preciso no-la restituir. Enclausurados nas trevas, era preciso trazer-nos à luz; cativos, esperávamos um salvador; prisioneiros, um socorro; escravos, um libertador. Essas razões eram sem importância? Não eram tais que comoveriam a Deus a ponto de fazê-lo descer até nossa natureza humana para visita-la, uma vez que a humanidade se encontrava em um estado tão miserável e tão infeliz?

458 O Verbo se fez carne para que, assim, conhecêssemos o amor de Deus: "Nisto manifestou-se o amor de Deus por nós: Deus enviou seu Filho Único ao mundo para que vivamos por Ele" (1 Jo 4,9). "Pois Deus amou tanto o mundo, que deu seu Filho Único, a fim de que todo o que crer nele não pereça, mas tenha a Vida Eterna" (Jo 3,16). (Parágrafo relacionado: 219)

459 O Verbo se fez carne para ser nosso modelo de santidade: "Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim..." (Mt 11,29). "Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida; ninguém vem ao Pai a não ser por mim" (Jo 14,6). E o Pai, no monte da Transfiguração, ordena: "Ouvi-o" (Mc 9,7[a3]). Pois Ele é o modelo das Bem-aventuranças e a norma da Nova Lei: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 15,12). Este amor implica a oferta efetiva de si mesmo em seu seguimento. (Parágrafos relacionados: 520,823,2012,1717,1965)

460 O Verbo se fez carne para tornar-nos "participantes da natureza divina" (2Pd 1,4): "Pois esta é a razão pela qual o Verbo se fez homem, e o Filho de Deus, Filho do homem: é para que o homem, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo, assim, a filiação divina, se torne filho de Deus". (Parágrafos relacionados: 1265,1391)

"Pois o Filho de Deus se fez homem para nos fazer Deus[a6]. "Unigenitus Dei Filius, suae divinitatis volens nos esse participes, naturam nostram assumpsit, ut homines deos faceret factus homo. O Filho Unigênito de Deus, querendo-nos participantes de sua divindade, assumiu nossa natureza para que aquele que se fez homem dos homens fizesse deuses." (Parágrafo relacionado: 1988)

II. A Encarnação

461 Retomando a expressão de São João ("O Verbo se fez carne" Jo 1,14), a Igreja denomina "Encarnação" o fato de Filho de Deus ter assumido uma natureza humana para realizar nela a nossa

salvação. Em um hino atestado por São Paulo, a Igreja canta o mistério da Encarnação: (Parágrafos relacionados: 653,661,449)

Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus: Ele tinha a condição divina, e não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo, assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz! (Fl 2,5-8).

462 A Epístola aos Hebreus fala do mesmo mistério: Por isso, ao entrar no mundo, ele afirmou: Não quiseste sacrifício e oferenda. Tu, porém, formaste-me um corpo. Holocaustos e sacrifícios pelo pecado não foram de teu agrado. Por isso eu digo: Eis-me aqui... para fazer a tua vontade (Hb 10,5-7, citando Sl 40,7-9 LXX)

463 A fé na Encarnação verdadeira do Filho de Deus é o sinal distintivo da fé cristã: "Nisto reconheceis o Espírito de Deus. Todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio na carne é de Deus" (1Jo 4,2). Esta é a alegre convicção da Igreja desde o seu começo, quando canta "o grande mistério da piedade": "Ele foi manifestado na carne" (1 Tm 3,16). (Parágrafo relacionado: 90)

III. VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO HOMEM

464 O acontecimento único e totalmente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que ele seja o resultado da mescla confusa entre o divino e o humano. Ele se fez verdadeiramente homem permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A Igreja teve de defender e clarificar esta verdade de fé no decurso dos primeiros séculos, diante das heresias que a falsificavam. (Parágrafo relacionado: 88)

465 As primeiras heresias, mais do que a divindade de Cristo, negaram sua humanidade verdadeira (docetismo gnóstico). Desde os tempos apostólicos a fé cristã insistiu na verdadeira Encarnação do Filho de Deus, "que veio na carne". Mas desde o século III a Igreja teve de afirmar, contra Paulo de Samósata, em um concílio reunido em Antioquia, que Jesus Cristo é Filho de Deus por natureza e não por adoção. O I Concílio Ecumênico de Nicéia, em 325, confessou em seu Credo que o Filho de Deus é "gerado, não criado, consubstancial (homousios) ao Pai" e condenou Ário, que afirmava que "o Filho de Deus veio do nada" e que ele seria "de uma substância diferente da do Pai. (Parágrafo relacionado: 242)

466 A heresia nestoriana via em Cristo uma pessoa humana unida à pessoa divina do Filho de Deus. Diante dela, São Cirilo de Alexandria e o III Concílio Ecumênico, reunido em Éfeso em 431, confessaram que "o Verbo, unindo a si em sua pessoa uma carne animada por uma alma racional, se tornou homem". A humanidade de Cristo não tem outro sujeito senão a pessoa divina do Filho de Deus, que a assumiu e a fez sua desde sua concepção. Por isso o Concílio de Éfeso proclamou, em 431, que Maria se tornou de verdade Mãe de Deus pela concepção humana do Filho de Deus em seu seio: "Mãe de Deus não porque o Verbo de Deus tirou dela sua natureza divina, mas porque é dela que ele tem o corpo sagrado dotado de uma alma racional, unido ao qual, na sua pessoa, se diz que o Verbo nasceu segundo a carne". (Parágrafo relacionado: 495)

467 Os monofisistas afirmavam que a natureza humana tinha cessado de existir como tal em Cristo ao ser assumida por sua pessoa divina de Filho de Deus. Confrontado com esta heresia, IV Concílio Ecumênico, em Calcedônia, confessou em 451:

Na linha dos santos Padres, ensinamos unanimemente a confessar um só e mesmo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, o mesmo perfeito em divindade e perfeito em humanidade, o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, composto de um alma racional e de um corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade, consubstancial a nós segundo a humanidade, "semelhante a nós em tudo, com exceção do pecado"; gerado do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade, e nesses últimos dias, para nós e para nossa salvação, nascido da Virgem Maria, Mãe de Deus, segundo a humanidade. Um só e mesmo Cristo, Senhor, Filho Único, que devemos reconhecer em duas naturezas, sem confusão, sem mudanças, sem divisão, sem separação. A diferença das naturezas não é de modo algum suprimida por sua união, mas antes as propriedades de cada uma são salvaguardadas e reunidas em uma só pessoa e uma só hipóstase.

468 Depois do Concílio de Calcedônia, alguns fizeram da natureza humana de Cristo uma espécie de sujeito pessoal. Contra eles, o V Concílio Ecumênico, em Constantinopla, em 553, confessou a propósito de Cristo: "Não há senão uma única hipóstase [ou pessoa], que é Nosso Senhor Jesus Cristo, Um da Trindade".

Na humanidade de Cristo, portanto, tudo deve ser atribuído à sua pessoa divina como ao seu sujeito próprio; não somente os milagres, mas também os sofrimentos, e até a morte: "Aquele que foi crucificado na carne, nosso Senhor Jesus Cristo, é verdadeiro Deus, Senhor da glória e Um da Santíssima Trindade". (Parágrafos relacionados: 254,616)

469 A Igreja confessa, assim, que Jesus é inseparavelmente verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Ele é verdadeiramente o Filho de Deus que se fez homem, nosso irmão, e isto sem deixar de ser Deus, nosso Senhor:

"Id quod fuit remansit et quod non fuit assumpsit - Ele permaneceu o que era, assumiu o que não era", canta a liturgia romana. E a liturgia de São João Crisóstomo proclama e canta: "Ó Filho Único e Verbo de Deus, sendo imortal, vos dignastes por nossa salvação encarnar-vos da Santa Mãe de Deus e sempre Virgem Maria, vós que sem mudança vos tomastes homem e fostes crucificado, ó Cristo Deus, que por vossa morte esmagastes a morte, sois Um da Santíssima Trindade, glorificado com o Pai e o Espírito Santo, salvai-nos!". (Parágrafo relacionado: 212)

IV. DE QUE MANEIRA O FILHO DE DEUS É HOMEM

470 Uma vez que na união misteriosa da Encarnação "a natureza humana foi assumida, não aniquilada", a Igreja tem sido levada, ao longo dos séculos, a confessar a plena realidade da alma humana, com suas operações de inteligência e vontade, e a do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, teve de lembrar toda vez que a natureza humana de Cristo pertence "in proprio" à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Cristo é e o que faz nela depende do "Um da Trindade". Por conseguinte, o Filho de Deus comunica à sua humanidade seu próprio modo de existir pessoal na Trindade. Assim, em sua alma como em seu corpo, Cristo exprime humanamente os modos divinos de agir da Trindade: (Parágrafos relacionados: 516,626)

[O Filho de Deus] trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração humano. Nascido da Virgem Maria, tomou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado. (Parágrafo relacionado: 2599)

A ALMA E O CONHECIMENTO HUMANO DE CRISTO

471 Apolinário de Laodicéia afirmava que em Cristo o Verbo havia substituído a alma ou o espírito. Contra este erro a Igreja confessou que o Filho assumiu também uma alma racional humana. (Parágrafo relacionado: 363)

472 Esta alma humana que o Filho de Deus assumiu é dotada de um verdadeiro conhecimento humano. Enquanto tal, este não podia ser em si ilimitado: exercia-se nas condições históricas de sua existência no espaço e no tempo. Por isso O Filho de Deus, ao tornar-se homem, pôde aceitar "crescer em sabedoria, em estatura e em graça" (Lc 2,52) e também informar-se sobre aquilo que na condição humana se deve aprender de maneira experimental. Isto correspondia à realidade de seu rebaixamento voluntário na "condição de escravo".

473 Mas, ao mesmo tempo, este conhecimento verdadeiramente humano do Filho de Deus exprimia a vida divina de sua pessoa. "A natureza humana do Filho de Deus, não por si mesma, mas por sua união ao Verbo, conhecia e manifestava nela tudo o que convém a Deus[." Este é, em primeiro lugar, o caso do conhecimento íntimo e direto que o Filho de Deus feito homem tem de seu Pai. O Filho mostrava também em seu conhecimento humano a penetração divina que tinha pensamentos secretos do coração dos homens. (Parágrafo relacionado: 240)

474 Por sua união a Sabedoria divina na pessoa do Verbo encarnado, o conhecimento humano de Cristo gozava em plenitude da ciência dos desígnios eternos que viera revelar. O que ele reconhece desconhecer neste campo [a34] declara alhures não ser sua missão revelá-lo.

A VONTADE HUMANA DE CRISTO

475 Paralelamente, a Igreja confessou no VI Concílio Ecumênico que Cristo possui duas vontades e duas operações naturais, divinas e humanas, não opostas, mas cooperantes, de sorte que o Verbo feito carne

quis humanamente na obediência a seu Pai tudo o que decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo por nossa salvação. A vontade humana de Cristo "segue a sua vontade divina sem estar em resistência nem em oposição em relação a ela; mas antes sendo subordinada a esta vontade todo-poderosa". (Parágrafo relacionado: 2008,2824)

O VERDADEIRO CORPO DE CRISTO

476 Visto que o Verbo se fez carne assumindo uma verdadeira humanidade, o corpo de Cristo era delimitado. Em razão disso, o rosto humano de Jesus pode ser "desenhado". No VII Concílio Ecumênico, a Igreja reconheceu como legítimo que ele seja representado em imagens sagradas. (Parágrafos relacionados: 1159-1162,2129-2132)

477 Ao mesmo tempo, a Igreja sempre reconheceu que, no corpo de Jesus, "Deus, que por natureza é invisível se tornou visível aos nossos olhos". Com efeito as particularidades individuais do corpo de Cristo exprimem a pessoa divina do Filho de Deus. Este fez seus os traços de seu corpo humano a ponto de, pintados em uma imagem sagrada, poderem ser venerados, pois o crente que venera sua imagem "venera nela a pessoa que está pintada".

O CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO

478 Jesus conheceu-nos e amou-nos a todos durante sua Vida, sua Agonia e Paixão e entregou-se por todos e cada um de nós: "O Filho de Deus amou-me e entregou-se por mim" (Gl 2,20). Amou-nos a todos com um coração humano. Por esta razão, o sagrado Coração de Jesus, traspassado por nossos pecados e para a nossa salvação, "praecipuus consideratur index et symbolus... illius amoris, quo divinus Redemptor aeternum Patrem hominesque universos continenter adamat - é considerado o principal sinal e símbolo daquele amor com o qual o divino Redentor ama ininterruptamente o Pai Eterno e todos os homens". (Parágrafos relacionados: 487,368,2669,766)

RESUMINDO

479 No tempo determinado por Deus, o Filho Único do Pai, a Palavra Eterna, isto é, o Verbo e a Imagem substancial do Pai, encarnou sem perder a natureza divina, assumiu a natureza humana.

480 Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, na unidade de sua Pessoa Divina: por isso Ele é o único mediador entre Deus e os homens.

481 Jesus Cristo possui duas naturezas, a divina e a humana, não confundidas, mas unidas na única Pessoa do Filho de Deus.

482 Sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Cristo tem uma inteligência e uma vontade humanas, perfeitamente concordantes com e submetidas a sua inteligência e a sua vontade divinas que tem em comum com o Pai e o Espírito Santo

483 A Encarnação é, portanto, o Mistério da admirável união da natureza divina e da natureza humana na única Pessoa do Verbo.

PARÁGRAFO 2

"...CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO,

NASCIDO DA VIRGEM MARIA"

I CONCEBIDO PELO PODER DO ESPÍRITO SANTO.

484 A Anunciação a Maria inaugura a "plenitude dos tempos" (Gl 4,4), isto é, o cumprimento das promessas e das preparações. Maria é convidada a conceber aquele em quem habitará "corporalmente a plenitude da divindade" (Cl 2,9). A resposta divina à sua pergunta "Como se fará isto, se não conheço

homem algum?" (Lc 1,34) é dada pelo poder do Espírito: "O Espírito Santo virá sobre ti" (Lc 1,35). (Parágrafos relacionados: 461,721)

485 A missão do Espírito Santo está sempre conjugada e ordenada à do Filho[a45] . O Espírito Santo é enviado para santificar o seio da Virgem Maria e fecundá-la divinamente, ele que é "o Senhor que da a Vida", fazendo com que ela conceba o Filho Eterno do Pai em uma humanidade proveniente da sua. (Parágrafos relacionados: 689,723)

486 Ao ser concebido como homem no seio da Virgem Maria, o Filho Único do Pai é "Cristo", isto é, ungido pelo Espírito Santo desde o início de sua existência humana, ainda que sua manifestação só se realize progressivamente: aos pastores, aos magos, a João Batista, aos discípulos. Toda a Vida de Jesus Cristo manifestará, portanto, "como Deus o ungiu com o Espírito e com poder" (At 10,38). (Parágrafo relacionado: 437)

II... NASCIDO DA VIRGEM MARIA

487 O que a fé católica crê acerca de Maria funda-se no que ela crê acerca de Cristo, mas o que a fé ensina sobre Maria ilumina, por sua vez, sua fé em Cristo. (Parágrafo relacionado: 963)

A PREDESTINAÇÃO DE MARIA

488 "Deus enviou Seu Filho" (Gl 4,4), mas, para "formar-lhe um corpo[a51] " quis a livre cooperação de uma criatura. Por isso, desde toda a eternidade, Deus escolheu, para ser a Mãe de Seu Filho, uma filha de Israel, uma jovem judia de Nazaré na Galiléia, "uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi, e o nome da virgem era Maria" (Lc 1,26-27): Quis o Pai das misericórdias que a Encarnação fosse precedida pela aceitação daquela que era predestinada a ser Mãe de seu Filho, para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, uma mulher também contribuisse para a vida.

489 Ao longo de toda a Antiga Aliança, a missão de Maria foi preparada pela missão de santas mulheres. No princípio está Eva: a despeito de sua desobediência, ela recebe a promessa de uma descendência que será vitoriosa sobre o Maligno e a de ser a mãe de todos os viventes. Em virtude dessa promessa, Sara concebe um filho, apesar de sua idade avançada. Contra toda expectativa humana, Deus escolheu o era tido como impotente e fraco para mostrar sua fidelidade à sua promessa: Ana, a mãe de Samuel, Débora, Rute, Judite e Ester, e muitas outras mulheres. Maria "sobressai entre (esses) humildes e pobres do Senhor, que dele esperam e recebem com confiança a Salvação. Com ela, Filha de Sião por excelência, depois de uma demorada espera da promessa, completam-se os tempos e se instaura a nova economia" (Parágrafos relacionados: 722,410,145,64)

A IMACULADA CONCEIÇÃO

490 Para ser a Mãe do Salvador, Maria "foi enriquecida por Deus com dons dignos para tamanha função". No momento da Anunciação, o anjo Gabriel a saúda como "cheia de graça". Efetivamente, para poder dar o assentimento livre de sua fé ao anúncio de sua vocação era preciso que ela estivesse totalmente sob a moção da graça de Deus. (Parágrafos relacionados: 2676,2853,2001)

491 Ao longo dos séculos, a Igreja tomou consciência de que Maria, "cumulada de graça" por Deus, foi redimida desde a concepção. E isso que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo papa Pio IX: (Parágrafo relacionado: 411)

A beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano foi preservada imune de toda mancha do pecado original.

492 Esta "santidade resplandecente, absolutamente única" da qual Maria é "enriquecida desde o primeiro instante de sua concepção[a63] . Lhe vem inteiramente de Cristo: "Em vista dos méritos de seu Filho, foi redimida de um modo mais sublime[a64] ". Mais do que qualquer outra pessoa criada, o Pai a "abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo" (Ef 1,3). Ele a "escolheu nele (Cristo), desde antes da fundação do mundo, para ser santa e imaculada em sua presença, no amor" (Ef 1,4). (Parágrafos relacionados: 2011,1077)

493 Os Padres da tradição oriental chamam a Mãe de Deus "a toda santa" ("Pan-hagia"; pronuncie "pan-haguía"), celebram-na como "imune de toda mancha de pecado, tendo sido plasmada pelo Espírito Santo, e formada como uma nova criatura". Pela graça de Deus, Maria permaneceu pura de todo pecado pessoal ao longo de toda a sua vida.

"FAÇA-SE EM MIM SEGUNDO A TUA PALAVRA..."

494 Ao anúncio de que, sem conhecer homem algum, ela conceberia o Filho do Altíssimo pela virtude do Espírito Santo[a66] , Maria respondeu com a "obediência da fé", certa de que "nada é impossível a Deus": "Eu sou a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,37-38). Assim, dando à Palavra de Deus o seu consentimento, Maria se tomou Mãe de Jesus e, abraçando de todo o coração, sem que nenhum pecado a retivesse, a vontade divina de salvação, entregou-se ela mesma totalmente à pessoa e à obra de seu Filho, para servir, na dependência dele e com Ele, pela graça de Deus, ao Mistério da Redenção: (Parágrafos relacionados: 2617,148,968)

Como diz Santo Irineu, "obedecendo, se fez causa de salvação tanto para si como para todo o gênero humano". Do mesmo modo, não poucos antigos Padres dizem com ele: "O nó da desobediência de Eva foi desfeito pela obediência de Maria; o que a virgem Eva ligou pela incredulidade a virgem Maria desligou pela fé". Comparando Maria com Eva, chamam Maria de "mãe dos viventes" e com frequência afirmam: "Veio a morte por Eva e a vida por Maria". (Parágrafo relacionado: 726)

A MATERNIDADE DIVINA DE MARIA

495 Denominada nos Evangelhos "a Mãe de Jesus" (João 2,1;19,25[a72]), Maria é aclamada, sob o impulso do Espírito, desde antes do nascimento de seu Filho, como "a Mãe de meu Senhor" (Lc 1,43). Com efeito, Aquele que ela concebeu Espírito Santo como homem e que se tornou verdadeiramente seu Filho segundo a carne não é outro que o Filho eterno do Pai, a segunda Pessoa da Santíssima Trindade. A Igreja confessa que Maria é verdadeiramente Mãe de Deus (Theotókos). (Parágrafos relacionados: 466,2677)

A VIRGINDADE DE MARIA

496 Desde as primeiras formulações da fé, a Igreja confessou que Jesus foi concebido exclusivamente pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, afirmando também o aspecto corporal deste evento: Jesus foi concebido "do Espírito Santo, sem sêmen". Os Padres vêem na conceição virginal o sinal de que foi verdadeiramente o Filho de Deus que veio numa humanidade como a nossa: Assim, Santo Inácio de Antioquia (início do século II): "Estais firmemente convencidos acerca de Nosso Senhor, que é verdadeiramente da raça de Davi segundo a carne[a76] , Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus[a77] , verdadeiramente nascido de uma virgem... ele foi verdadeiramente pregado, na sua carne, {à cruz} por nossa salvação sob Pôncio Pilatos... ele sofreu verdadeiramente, como também ressuscitou verdadeiramente".

497 Os relatos evangélicos entendem a conceição virginal como uma obra divina que ultrapassa toda compreensão e toda possibilidade humanas[a80] : "O que foi gerado nela vem do Espírito Santo", diz o anjo a José acerca de Maria, sua noiva (Mt 1,20). A Igreja vê aí o cumprimento da promessa divina dada pelo profeta Isaias: "Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho" (Is 7,14, segundo a tradução grega de Mt 1,23).

498 Por vezes tem-se estranhado o silêncio do Evangelho de São Marcos e das epístolas do Novo Testamento sobre a concepção virginal de Maria. Houve também quem se perguntasse se não se trataria aqui de lendas ou de construções teológicas sem pretensões históricas. A isto deve-se responder: a fé na concepção virginal de Jesus deparou com intensa oposição, zombarias ou incompreensões da parte dos não-crentes, judeus e pagãos. Ela não era motivada pela mitologia pagã ou por alguma adaptação às idéias do tempo. O sentido deste acontecimento só é acessível à fé, que o vê no "nexo que interliga os mistérios entre si", no conjunto dos Mistérios de Cristo, desde a sua Encarnação até a sua Páscoa. Santo Inácio de Antioquia já dá testemunho deste nexo: "O príncipe deste mundo ignorou a virgindade de Maria e o seu parto, da mesma forma que a Morte do Senhor: três mistérios proeminentes que se realizaram no silêncio de Deus. (Parágrafos relacionados: 90,2717)

MARIA - "SEMPRE VIRGEM"

499 O aprofundamento de sua fé na maternidade virginal levou a Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria, mesmo no parto do Filho de Deus feito homem. Com efeito, o nascimento de Cristo "não lhe diminuiu, mas sagrou a integridade virginal" de sua mãe[a86] . A Liturgia da Igreja celebra Maria como a "Aeiparthenos" (pronuncie " áeiparthénos"), "sempre virgem".

500 A isto objeta-se por vezes que a Escritura menciona Irmãos e irmãs de Jesus[a88] . A Igreja sempre entendeu que essas passagens não designam outros filhos da Virgem Maria: com efeito, Tiago e José, "irmãos de Jesus" (Mt 13,55), são os filhos de uma Maria discípula de Cristo que significativamente é designada como "a outra Maria" (Mt 28,1). Trata-se de parentes próximos de Jesus, consoante uma expressão conhecida do Antigo Testamento.

501 Jesus é o Filho Único de Maria. Mas a maternidade espiritual de Maria estende-se a todos os homens que Ele veio salvar: "Ela gerou seu Filho, do qual Deus fez "o primogênito entre uma multidão de irmãos" (Rm 8,29), isto é, entre os fiéis, em cujo nascimento e educação Ela coopera com amor materno. (Parágrafos relacionados: 969,970)

A MATERNIDADE VIRGINAL DE MARIA NO DESÍGNIO DE DEUS

502 O olhar da fé pode descobrir, tendo em mente o conjunto da Revelação, as razões misteriosas pelas quais Deus, em seu desígnio salvífico, quis que seu Filho nascesse de uma virgem. Essas razões tocam tanto a pessoa e a missão redentora de Cristo quanto o acolhimento desta missão por Maria em favor de todos os homens. (Parágrafo relacionado: 90)

503 A virgindade de Maria manifesta a iniciativa absoluta de Deus Encarnação. Jesus tem um só Pai: Deus. "A natureza humana que ele assumiu nunca o afastou do Pai...; por natureza, Filho de seu Pai segundo a divindade; por natureza, Filho de sua Mãe, segundo a humanidade; mas propriamente Filho de Deus em suas duas naturezas." (Parágrafo relacionado: 422)

504 Jesus é concebido pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, pois ele é o Novo Adão que inaugura a nova criação: "O primeiro homem, tirado da terra, é terrestre; o segundo homem vem do Céu" (1Cor 15,47). A humanidade de Cristo é, desde a sua concepção, repleta do Espírito Santo, pois Deus "lhe dá o Espírito sem medida" (Jo 3,34). É da "plenitude dele", cabeça da humanidade remida, que "nós recebemos graça sobre graça" (Jo 1,16). (Parágrafo relacionado: 359)

505 Jesus, o Novo Adão, inaugura por sua concepção virginal o novo nascimento dos filhos de adoção no Espírito Santo pela fé. "Como se fará isto?" (Lc 1,34[a97]). A participação na vida divina não vem "do sangue, nem de uma vontade da carne, nem de uma vontade do homem, mas de Deus" (Jo 1,13). O acolhimento desta vida é virginal, pois esta é totalmente dada pelo Espírito ao homem. O sentido sponsal da vocação humana em relação a Deus é realizado perfeitamente na maternidade virginal de Maria. (Parágrafo relacionado: 1265)

506 Maria é virgem porque sua virgindade é o sinal de sua fé, absolutamente livre de qualquer dúvida", e de sua doação sem reservas à vontade de Deus. É sua fé que lhe concede tomar-se a Mãe do Salvador: "Beatior est Maria percipiendo fidem Christi quam concipiendo carnem Christi - Maria é mais bem-aventurada recebendo a fé de Cristo do que concebendo a carne de Cristo". (Parágrafos relacionados: 148,1814)

507 Maria é ao mesmo tempo Virgem e Mãe por ser a figura e a mais perfeita realização da Igreja "A Igreja... torna-se também ela Mãe por meio da palavra de Deus que ela recebe na fé, pois pela pregação e pelo Batismo ela gera para a vida nova e imortal os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus. Ela é também a virgem que guarda, íntegra e puramente, a fé dada a seu Esposo. (Parágrafos relacionados: 967,149)

RESUMINDO

508 Na descendência de Eva, Deus escolheu a Virgem Maria para ser a Mãe de seu Filho. "Cheia de graça", ela é "o fruto mais excelente da Redenção". Desde o primeiro instante de sua concepção, foi

totalmente preservada da mancha do pecado original e permaneceu pura de todo pecado pessoal ao longo de toda a sua vida.

509 Maria é verdadeiramente "Mãe de Deus", visto ser a Mãe do Filho Eterno de Deus feito homem, que é ele mesmo Deus.

510 Maria "permaneceu Virgem concebendo seu Filho, Virgem ao dá-lo à luz, Virgem ao carregá-lo, Virgem ao alimentá-lo de seu seio, Virgem sempre" : com todo o seu ser Ela é "a Serva do Senhor" (Lc 1,38).

511 A Virgem Maria cooperou "para a salvação humana com livre fé e obediência" Pronunciou seu 'fiat' (faça-se) "em representação de toda a natureza humana" Por sua obediência, tornou-se a nova Eva, Mãe dos viventes.

OS MISTÉRIOS DA VIDA DE CRISTO

512 No tocante à vida de Cristo, o Símbolo da Fé fala somente dos mistérios da Encarnação (Conceição e Nascimento) Páscoa (Paixão, Crucifixão, Morte, Sepultamento, Descida aos Infernos, Ressurreição, Ascensão). Não diz nada, explicitamente dos mistérios da vida oculta e pública de Jesus. Mas os artigos da fé referentes à Encarnação e à Páscoa de Jesus iluminam toda a vida terrestre de Cristo. "Tudo o que Jesus fez e ensinou, desde o começo até o dia em que foi arrebatado" (At 1,1-2), deve ser visto à luz dos mistérios do Natal e da Páscoa. (Parágrafo relacionado: 1163)

513 A Catequese, conforme as circunstâncias, há desenvolver toda a riqueza dos Mistérios de Jesus. Aqui é suficiente indicar alguns elementos comuns a todos os mistérios da vida de Cristo (I), para em seguida esboçar os principais mistérios da vida oculta (II) e pública (III) de Jesus. (Parágrafos relacionados: 426,561)

I- TODA A VIDA DE CRISTO É MISTÉRIO

514 Muitas coisas que interessam à curiosidade humana acerca de Jesus não figuram nos Evangelhos. Quase nada é dito sobre sua vida em Nazaré, e mesmo uma grande parte de sua vida pública não é relatada. O que foi escrito nos Evangelhos foi "para credes que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais a vida em seu nome" (Jo 20, 31).

515 Os Evangelhos foram escritos por homens que estiveram entre os primeiros a ter a fé [a2] e que queriam compartilhá-la com outros. Depois de terem conhecido na fé quem é Jesus, puderam ver e fazer ver os traços de seu mistério em toda a sua vida terrestre. Desde os paninhos de sua natividade até o vinagre de sua Paixão e o sudário de sua Ressurreição, tudo na vida de Jesus é sinal de seu Mistério. Por meio de seus gestos, de seus milagres, de suas palavras, foi revelado que "nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2,9). Sua humanidade aparece, assim, como o "sacramento", isto é, o sinal e o instrumento de sua divindade e da salvação que ele traz: o que havia de visível em sua vida terrestre apontava para o mistério invisível de sua filiação divina e de sua missão redentora. (Parágrafos relacionados: 126,609,774,477)

OS TRAÇOS COMUNS DOS MISTÉRIOS DE JESUS

516 Toda a vida de Cristo é Revelação do Pai: suas palavras e seus atos, seus silêncios e seus sofrimentos, sua maneira de ser e de falar. Jesus pode dizer: "Quem me vê, vê o Pai" (Jo 14,9); e o Pai pode dizer: "Este é o meu Filho, o Eleito; ouvi-o" (Lc 9,35). Tendo Nosso Senhor se feito homem para cumprir a vontade do Pai, Os mínimos traços de seus mistérios nos manifestam "o amor de Deus por nos". (Parágrafos relacionados: 65,2708)

517 Toda a vida de Cristo é mistério de Redenção. A Redenção nos vem antes de tudo pelo sangue da Cruz, mas este mistério está em ação em toda a vida de Cristo: já em sua Encarnação, pela qual, fazendo-se pobre, nos enriqueceu por sua pobreza; em sua vida oculta, que, por sua submissão, serve de reparação para nossa insubmissão; em sua palavra, que purifica seus ouvintes; em suas curas e em seus exorcismos, pelos quais "levou nossas fraquezas e carregou nossas doenças" (Mt 8,17); em sua Ressurreição, pela qual nos justifica. (Parágrafos relacionados: 606,1115)

518 Toda a vida de Cristo é mistério de Recapitulação. Tudo o que Jesus fez, disse e sofreu tinha por meta restabelecer o homem caído em sua vocação primeira: (Parágrafos relacionados: 668,2748)

Quando ele se encarnou e se fez homem, recapitulou em si mesmo a longa história dos homens e, em resumo, nos proporcionou a salvação, de sorte que aquilo que havíamos perdido em Adão, isto é, sermos à imagem e à semelhança de Deus, o recuperamos em Cristo Jesus. É, aliás, por isso que Cristo passou por todas as idades da vida, restituindo com isto a os homens a comunhão com Deus.

NOSSA COMUNHÃO COM OS MISTÉRIOS DE JESUS

519 Toda a riqueza de Cristo "é destinada a cada homem e constitui o bem de cada um". Cristo não viveu sua vida para si mesmo, mas para nós, desde sua Encarnação "por nossos homens, e por nossa salvação" até sua Morte "por nossos pecados" (1Cor 15,3) e sua Ressurreição "para nossa justificação" (Rm 4,25). Ainda agora, Ele é "nosso advogado junto do Pai" (1Jo 2,1), "estando sempre vivo para interceder a nosso favor" (Hb 7,25). Com tudo o que viveu e sofreu por nós vez por todas, Ele permanece presente para sempre "diante face de Deus a nosso favor" (Hb 9,24). (Parágrafos relacionados: 793,602,1085)

520 Em toda a sua vida, Jesus mostra-se como nosso modelo. Ele é "o homem perfeito" que nos convida a tomar-nos seus discípulos e a segui-lo: por seu rebaixamento, deu-nos um exemplo a imitar; por sua oração, atrai à oração; por sua pobreza chama a aceitar livremente o despojamento e as perseguições. (Parágrafos relacionados: 459,359,2609)

521 Tudo o que Cristo viveu foi para que pudéssemos vivê-lo nele e para que Ele o vivesse em nós. "Por sua Encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, se uniu a todo homem." Nós somos chamados a ser uma só coisa com Ele; Ele nos faz partilhar (comungar), como membros de seu corpo, de tudo o que (Ele), por nós e como nosso modelo, viveu em sua carne. (Parágrafos relacionados: 2715,1391)

Devemos continuar e realizar em nós os estados e os mistérios de Jesus, e pedir-lhe muitas vezes que os complete e realize em nós e em toda a sua Igreja... Pois o Filho de Deus deseja conceder uma certa participação, e fazer como que uma extensão e continuação de seus mistérios em nós e em toda a sua Igreja, pelas graças que quer comunicar-nos, e pelos efeitos que quer operar em nós por esses mistérios. Por estes meios quer realizá-los em nós.

II. OS MISTÉRIOS DA INFÂNCIA E DA VIDA OCULTA DE JESUS

A PREPARAÇÃO

522 A vinda do Filho de Deus à terra é um acontecimento de tal imensidão que Deus quis prepará-lo durante séculos. Ritos e sacrifícios, figuras e símbolos da "Primeira Aliança", tudo ele faz convergir para Cristo; anuncia-o pela boca dos profetas que se sucedem em Israel. Desperta, além disso, no coração dos pagãos a obscura expectativa desta vinda. (Parágrafos relacionados: 711,762)

523 São João Batista é o precursor imediato do Senhor, enviado para preparar-lhe o caminho. "Profeta do Altíssimo" (Lc; 1,76), ele supera todos os profetas, deles é o último, inaugura o Evangelho; saúda a vinda de Cristo desde o seio de sua mãe e encontra sua alegria em ser "o amigo do esposo" (Jo 3,29), que designa como "o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1,29). Precedendo a Jesus "com o espírito e o poder de Elias" (Lc 1,17), dá-lhe testemunho por sua pregação, seu batismo de conversão e, finalmente, seu martírio. (Parágrafos relacionados: 712,720)

524 Ao celebrar cada ano a liturgia do Advento, a Igreja atualiza esta espera do Messias: comungando com a longa preparação da primeira vinda do Salvador, os fiéis renovam o ardente desejo de sua Segunda Vinda. Pela celebração da natividade e do martírio do Precursor, a Igreja se une a seu desejo: "É preciso que Ele cresça e que eu diminua" (Jo 3,30). (Parágrafo relacionado: 1171)

O MISTÉRIO DO NATAL

525 Jesus nasceu na humildade de um estábulo, em uma família pobre; as primeiras testemunhas do evento são simples pastores. É nesta pobreza que se manifesta a glória do Céu. A Igreja não se cansa de cantar a glória dessa noite: Hoje a Virgem traz ao mundo o Eterno. (Parágrafos relacionados: 437,2443)

E a terra oferece uma gruta ao Inacessível.

Os anjos e os pastores o louvam

E os magos caminham com a estrela.

Pois Vós nascestes por nós, Menino, Deus eterno!

526 "Tornar-se criança" em relação a Deus é a condição para entrar no Reino; para isso é preciso humilhar-se, tornar-se pequeno; mais ainda: é preciso "nascer do alto" (Jo 3,7), "nascer de Deus" para tornar-nos filhos de Deus. O mistério do Natal realiza-se em nós quando Cristo "toma forma" em nós. O Natal é o mistério deste "admirável intercâmbio:

O admirabile commercium! Creator generis humani, anima corpus sumens, de Vir gine nasci digna tus est; et procedens homo sine semine, largitus est nobis suam deitatem - Admirável intercâmbio! O Criador da humanidade, assumindo corpo e dignou-se nascer de uma Virgem; e, tomando-se homem intervenção do homem, nos doou sua própria divindade! (Parágrafo relacionado: 460)

Os MISTÉRIOS DA INFÂNCIA DE JESUS

527 A circuncisão de Jesus, no oitavo dia depois de seu nascimento, é sinal de sua inserção na descendência de Abraão, no povo da Aliança, de sua submissão à Lei e de capacitação para o culto de Israel, do qual participará durante sua toda a vida. Este sinal prefigura "a circuncisão de Cristo", que é o Batismo. (Parágrafos relacionados: 580,1214)

528 A epifania é a manifestação de Jesus como Messias Israel, Filho de Deus e Salvador do mundo. Com o Batismo de Jesus no Jordão e com as bodas de Caná, ela celebra a adoração de Jesus pelos "magos" vindos do Oriente. Nesses "magos", representantes das religiões pagãs circunvizinhas, o Evangelho vê as primícias das nações que acolhem a Boa Nova da salvação pela Encarnação. A vinda dos magos a Jerusalém para "adorar ao Rei dos Judeus" mostra que eles procuram em Israel, à luz messiânica da estrela

de Davi, aquele que será o Rei das nações[a50] . Sua vinda significa que os pagãos só podem descobrir Jesus e adorá-lo como Filho de Deus e Salvador do mundo voltando-se para os judeus recebendo deles sua promessa messiânica, tal como está contida no Antigo Testamento. A Epifania manifesta que "a plenitude dos pagãos entra na família dos patriarcas" e adquire a "dignidade israelítica". (Parágrafos relacionados: 439,711-716,122)

529 A apresentação de Jesus no Templo mostra-o como o Primogênito pertencente ao Senhor. Com Simeão e Ana, é toda a espera de Israel que vem ao encontro de seu Salvador (a tradição bizantina designa com este termo tal acontecimento). Jesus é reconhecido como o Messias tão esperado, "luz das nações" e "Glória de Israel", mas também "sinal de contradição". A espada de dor predita a Maria anuncia esta outra oblação, perfeita e única, da Cruz, que dará a salvação que Deus "preparou diante de todos os povos". (Parágrafos relacionados: 583,439,614)

530 A fuga para o Egito e o massacre dos inocentes manifestam a oposição das trevas à luz: "Ele veio para o que era seu e os seus não o receberam" (Jo 1,11). Toda a vida de Cristo estará sob o signo da perseguição. Os seus compartilham com Ele esta perseguição. Sua volta do Egito lembra o Êxodo e apresenta Jesus como o libertador definitivo. (Parágrafo relacionado: 574)

OS MISTÉRIOS DA VIDA OCULTA DE JESUS

531 Durante a maior parte de sua vida, Jesus compartilhou a condição da imensa maioria dos homens: uma vida cotidiana. Sem grandeza aparente, vida de trabalho manual, vida religiosa judaica submetida à Lei de Deus, vida na comunidade. De todo este período é-nos revelado que Jesus era "submisso" a seus pais e que "crescia em sabedoria, em estatura em graça diante de Deus e diante dos homens" (Lc 2,52). (Parágrafo relacionado: 2427)

532 A submissão de Jesus a sua Mãe e a seu pai legal cumpre com perfeição o quarto mandamento. Ela é a imagem temporal de sua obediência filial a seu Pai celeste. A submissão diária de Jesus a José e a Maria anunciava e antecipava a submissão da Quinta-feira Santa: "Não a minha vontade..." (Lc 22,42). A obediência de Cristo no cotidiano da vida condida inaugurava já a obra de restabelecimento daquilo a desobediência de Adão havia destruído. (Parágrafos relacionados: 2214,2220,612)

533 A vida oculta de Nazaré permite a todo homem estar unido a Jesus nos caminhos mais cotidianos da vida: Nazaré é a escola na qual se começa a compreender a vida de Jesus: a escola do Evangelho... Primeiramente, uma lição de silêncio. Que nasça em nós a estima do silêncio, esta admirável e indispensável condição do espírito... Uma lição de vida familiar. Que Nazaré nos ensine o que é a família, sua comunhão de amor, sua beleza austera e simples, seu caráter sagrado e inviolável... Uma lição de trabalho. Nazaré, ó casa do "Filho do Carpinteiro", é aqui que gostaríamos de compreender e celebrar a lei severa e redentora do trabalho humano...; assim como gostaríamos finalmente de saudar aqui todos os trabalhadores do mundo inteiro e mostrar-lhes seu grande modelo, seu Irmão divino. (Parágrafos relacionados: 2717,2427)

534 O reencontro de Jesus no Templo é o único acontecimento que rompe o silêncio dos Evangelhos sobre os anos ocultos de Jesus. Nele Jesus deixa entrever o mistério de sua consagração total a uma missão decorrente de sua filiação divina: "Não sabíeis que devo ocupar-me com as coisas de meu Pai?" (Lc 2,49). Maria e José "não compreenderam" esta palavra, mas a acolheram na fé, e Maria "guardava a lembrança de todos esses fatos em seu coração" (Lc 2,51), ao longo dos anos em que Jesus permanecia mergulhado no silêncio de uma vida ordinária. (Parágrafos relacionados: 583,2599,964)

III. OS MISTÉRIOS DA VIDA PÚBLICA DE JESUS

O BATISMO DE JESUS

535 A vida pública de Jesus tem início com seu Batismo por João no rio Jordão. João Batista proclamava "um batismo de arrependimento para a remissão dos pecados" (Lc 3,3). Uma multidão de pecadores, de publicanos e soldados, fariseus e saduceus e prostitutas vem fazer-se batizar por ele. Jesus aparece, o Batista hesita, mas Jesus insiste. E Ele recebe o Batismo. Então o Espírito Santo, sob forma de pomba, vem sobre Jesus, e a voz do céu proclama: "Este é o meu Filho bem-amado" (Mt 3,13-17). É a

manifestação ("Epifania") de Jesus como Messias de Israel e Filho de Deus. (Parágrafos relacionados: 719-720,701,438)

536 O Batismo de Jesus é, da parte dele, a aceitação e a inauguração de sua missão de Servo sofredor. Deixa-se contar entre os pecadores; é, já, "o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1,29), antecipa já o "Batismo" de sua morte sangrenta. Vem, já, "cumprir toda a justiça" (Mt 3,15), ou seja, submete-se por inteiro à vontade de seu Pai: aceita por amor este batismo de morte para a remissão de nossos pecados. A esta aceitação responde a voz do Pai, que coloca toda a sua complacência em seu Filho. O Espírito que Jesus possui em plenitude desde a sua concepção vem "repousar" sobre Ele. Jesus ser a fonte do Espírito para toda a humanidade. No Batismo de Jesus, "abriram-se os Céus" (Mt 3,16) que o pecado de Adão havia fechado; e as águas são santificadas pela descida de Jesus e do Espírito, prelúdio da nova criação. (Parágrafos relacionados: 606,1224,444,727,739)

537 Pelo Batismo, o cristão é sacramentalmente assimilado a Jesus, que antecipa em seu Batismo a sua Morte e a sua Ressurreição; deve entrar neste mistério de rebaixamento humilde e de arrependimento, descer à água com Jesus para subir novamente com ele, renascer da água e do Espírito para tornar-se, no Filho, filho bem-amado do Pai e "viver em uma vida nova" (Rm 6,4): (Parágrafo relacionado: 1262)

Sepultemo-nos com Cristo pelo Batismo, para ressuscitar com Ele; desçamos com Ele, para ser elevados com Ele; subamos novamente com Ele, para ser glorificados nele. (Parágrafo relacionado: 628)

Tudo o que aconteceu com Cristo dá-nos a conhecer que, depois da imersão na água, o Espírito Santo voa sobre nós do alto do Céu e que, adotados pela Voz do Pai, nos tornamos filhos de Deus.

A TENTAÇÃO DE JESUS

538 Os Evangelhos falam de um tempo de solidão de Jesus no deserto, imediatamente após seu Batismo por João: "Levado pelo Espírito" ao deserto, Jesus ali fica quarenta dias sem comer, vive com os animais selvagens e os anjos o servem[a78] . No final dessa permanência, Satanás o tenta por três vezes procurando questionar sua atitude filial para com Deus. Jesus rechaça esses ataques que recapitulam as tentações de Adão no Paraíso e de Israel no deserto, e o Diabo afasta-se dele "até o tempo oportuno" (Lc 4,13). (Parágrafos relacionados: 394,518)

539 Os evangelistas assinalam o sentido salvífico desse acontecimento misterioso. Jesus é o novo Adão, que ficou fiel onde o primeiro sucumbiu à tentação. Jesus cumpre à perfeição a vocação de Israel: contrariamente aos que provocai outrora a Deus durante quarenta anos no deserto, Cristo se revela como o Servo de Deus totalmente obediente à vontade divina. Nisso Jesus é vencedor do Diabo: ele "amarrou o homem forte" para retomar-lhe a presa. A vitória de Jesus sobre o tentador no deserto antecipa a vitória da Paixão, obediência suprema de seu amor filial ao Pai. (Parágrafos relacionados: 397,385)

540 A tentação de Jesus manifesta a maneira que o Filho de Deus tem de ser Messias o oposto da que lhe propõe Satanás e que os homens desejam atribuir-lhe. E por isso que Cristão venceu o Tentador por nós: "Pois não temos um sumo sacerdote incapaz de compadecer-se de nossas fraquezas, pois Ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado" (Hb 4,15). A Igreja se une a cada ano, mediante os quarenta dias da Grande Quaresma, ao mistério de Jesus no deserto. (Parágrafos relacionados: 2119,519,2849,1438)

"O REINO DE DEUS ESTÁ BEM PRÓXIMO"

541 "Depois que João foi preso, Jesus veio para a Galiléia proclamando, nestes termos, o Evangelho de Deus: "Cumpriu-se O tempo e o Reino de Deus está próximo. Convertet-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,14-15). "Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou o Reino dos céus na terra." Ora, a vontade do Pai é "elevantar os homens à participação da Vida Divina". Realiza tal intento reunindo os homens em torno de seu Filho, Jesus Cristo. Esta reunião é a Igreja, que é na terra "O germe e o começo do Reino de Deus". (Parágrafos relacionados: 2816,763,669,768,865)

542 Cristo está no centro do conagraçamento dos homens na "família de Deus". Convoca-os junto a si por sua palavra, por seus sinais que manifestam o reino de Deus, pelo envio de seus discípulos. Realizar a vinda de seu Reino sobretudo pelo grande mistério de sua Páscoa: sua morte na Cruz e sua Ressurreição. "E

eu, quando for elevado da terra, atrairei todos a mim" (Jo 12,32). A esta união com Cristo são chamados todos os homens. (Parágrafos relacionados: 2233,789)

O ANUNCIO DO REINO DE DEUS

543 Todos os homens são chamados a entrar no Reino. Anunciado primeiro aos filhos de Israel, este Reino messiânico está destinado a acolher os homens de todas as nações. Para ter acesso a ele, é preciso acolher a palavra de Jesus: (Parágrafo relacionado: 764)

Pois a palavra do Senhor é comparada à semente semeada no campo: os que a ouvem com fé e são contados no número da pequena grei de Cristo receberam o próprio Reino; depois, por sua própria força, a semente germina e cresce até o tempo da messe.

544 O Reino pertence aos pobres e aos pequenos, isto é, aos que o acolheram com um coração humilde. Jesus é enviado para "evangelizar os pobres" (Lc 4,18). Declara-os bem-aventurados, pois "o Reino dos Céus é deles" (Mt 5,3); foi aos "pequenos" que o Pai se dignou revelar o que permanece escondido aos sábios e aos entendidos. Jesus compartilha a vida dos pobres desde a manjedoura até a cruz; conhece a fome, a sede e a indigência. Mais ainda: identifica-se com os pobres de todos os tipos e faz do amor ativo para com eles a condição para se entrar em seu Reino. (Parágrafos relacionados: 709,2443,2546)

545 Jesus convida os pecadores à mesa do Reino: "Não vim chamar justos, mas pecadores" (Mc 2,17). Convida-os à conversão, sem a qual não se pode entrar no Reino, mas mostrando-lhes, com palavras e atos, a misericórdia sem limites do Pai por eles e a imensa "alegria no céu por um único pecador que se arrepende" (Lc 15,7). A prova suprema deste amor ser o sacrifício de sua própria vida "em remissão dos pecados" (Mt 26,28). (Parágrafos relacionados: 1443,588,1846,1439)

546 Jesus convida a entrar no Reino por meio das parábolas, traço típico de seu ensinamento[a97] . Por elas, convida ao festim do Reino, mas exige também uma opção radical: para adquirir o Reino é preciso dar tudo; as palavras não bastam, são necessários atos As parábolas são como espelhos para o homem: este acolhe a palavra como um solo duro ou como uma terra boa? Que faz ele dos talentos recebidos[a102] ? Jesus e a presença do Reino neste mundo estão secretamente no coração das parábolas. E preciso entrar no Reino, isto é, tomar-se discípulos de Cristo para "conhecer os mistérios do Reino dos Céus" (Mt 13,11). Para os que ficam "de fora" (Mc 4,11), tudo permanece enigmático. (Parágrafos relacionados: 2613,542)

OS SINAIS DO REINO DE DEUS

547 Jesus acompanha suas palavras com numerosos "milagres, prodígios e sinais" (At 2,22) que manifestam que o Reino está presente nele. Atestam que Jesus é o Messias anunciado. (Parágrafos relacionados: 670,439)

548 Os sinais operados por Jesus testemunham que o Pai o enviou. Convidam a crer nele. Aos que a Ele se dirigem com fé, concede o que pedem. Assim, os milagres fortificam a fé naquele que realiza as obras de seu Pai: testemunham que Ele é o Filho de Deus. Eles podem também ser "ocasião de escândalo". Não se destinam a satisfazer a curiosidade e os desejos mágicos. Apesar de seus milagres tão evidentes, Jesus é rejeitado por alguns; acusam-no até de agir por intermédio dos demônios. (Parágrafos relacionados: 156,2616,574,447)

549 Ao libertar certas pessoas dos males terrestres da fome, da injustiça, da doença e da morte, Jesus operou sinais messiânicos; não veio, no entanto, para abolir todos os males da terra, mas para libertar os homens da mais grave das escravidões, a do pecado, que os entrava em sua vocação de filhos de Deus e causa todas as suas escravidões humanas. (Parágrafos relacionados: 1503,440)

550 O advento do Reino de Deus é a derrota do reino de Satanás: "Se é pelo Espírito de Deus que eu expulso os demônios, então o Reino de Deus já chegou a vós" (Mt 12,28). Os exorcismos de Jesus libertam homens do domínio dos demônios. Antecipam a grande vitória de Jesus sobre "o príncipe deste mundo". E pela Cruz de Cristo que o Reino de Deus ser definitivamente estabelecido: "Regnavit a ligno Deus - Deus reinou do alto do madeiro". (Parágrafos relacionados: 394,1673,440,2816)

"AS CHAVES DO REINO"

551 Desde o início de sua vida pública, Jesus escolhe homens em número de doze para estar com Ele e para participar de sua missão; dá-lhes participação em sua autoridade "e enviou-os a proclamar o Reino de Deus e a curar" (Lc 9,2). Permanecem eles para sempre associados ao Reino de Cristo, pois Jesus dirige a Igreja por intermédio deles: (Parágrafos relacionados: 858,765)

Disponho para vós o Reino, como meu Pai o dispôs para mim, a fim de que comais e bebais à minha mesa em meu Reino, e vos senteis em tronos para julgar as doze tribos de Israel (Lc 22,29-30).

552 No colégio dos Doze, Simão Pedro ocupa o primeiro lugar[. Jesus confiou-lhe uma missão única. Graças a uma revelação vinda do Pai, Pedro havia confessado: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mt 16,16). Nosso Senhor lhe declara na ocasião: "Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as Portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela" (Mt 16,18). Cristo, "Pedra viva"; garante a sua Igreja construída sobre Pedro a vitória sobre as potências de morte. Pedro, em razão da fé por ele confessada, permanecerá como a rocha inabalável da Igreja. Terá por missão defender esta fé de todo desfalecimento e confirmar nela seus irmãos[. (Parágrafos relacionados: 880,153,442,424)

553 Jesus confiou a Pedro uma autoridade específica: "Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: o que ligares na terra será ligado nos Céus, e o que desligares na terra será desligado nos Céus" (Mt 16,19). O "poder das chaves" designa a autoridade para governar a casa de Deus, que é a Igreja. Jesus, "o Bom Pastor" (Jo 10,11), confirmou este encargo depois de sua Ressurreição: "Apascenta as minhas ovelhas" (Jo 21,15-17). O poder de "ligar e desligar" significa a autoridade para absolver os pecados, pronunciar juízos doutrinários e tomar decisões disciplinares na Igreja. Jesus confiou esta autoridade à Igreja pelo ministério dos apóstolos e particularmente de Pedro, o único ao qual confiou explicitamente as chaves do Reino. (Parágrafos relacionados: 381,1445,641,881)

UM ANTEGOZO DO REINO: A TRANSFIGURAÇÃO

554 A partir do dia em que Pedro confessou que Jesus é o Cristo, o Filho do Deus vivo, o Mestre "começou a mostrar a seus discípulo que era necessário que fosse a Jerusalém e sofresse... que fosse morto e ressurgisse ao terceiro dia" (Mt 16,21): Pedro rechaça este anúncio, os demais também não o compreendem. É neste contexto que se situa o episódio misterioso da Transfiguração de Jesus sobre um monte elevado, diante de três testemunhas escolhidas por ele: Pedro, Tiago e João. O rosto e as vestes de Jesus tornam-se fulgurantes de luz, Moisés e Elias aparecem, "falavam de sua partida que iria se consumir em Jerusalém" (Lc 9,31). Uma nuvem os cobre e uma voz do céu diz: "Este é o meu Filho, o Eleito; ouvi-o" (Lc 9,35). (Parágrafos relacionados: 697,2600,444)

555 Por um instante, Jesus mostra sua glória divina, confirmando, assim, a confissão de Pedro. Mostra também que, para "entrar em sua glória" (Lc 24,26), deve passar pela Cruz em Jerusalém. Moisés e Elias haviam visto a glória de Deus sobre a Montanha; a Lei e os profetas tinham anunciado os sofrimentos do Messias. A Paixão de Jesus é sem dúvida a vontade do Pai: o Filho age como servo de Deus. A nuvem indica a presença do Espírito Santo: "Tota Trinitas apparuit: Pater in voce; Filius in homine, Spiritus in nube clara - A Trindade inteira apareceu: o Pai, na voz; o Filho, no homem; o Espírito, na nuvem clara. (Parágrafos relacionados: 2576,2583,257)

Vós vos transfigurastes na montanha e, porquanto eram capazes, vossos discípulos contemplaram vossa Glória, Cristo Deus, para que, quando vos vissem crucificado, compreendessem que vossa Paixão era voluntária e anunciassem ao mundo que vós sois verdadeiramente a irradiação do Pai.

556 No limiar da vida pública, o Batismo; no limiar da Páscoa, a Transfiguração. Pelo Batismo de Jesus "declaratum fuit mysterium primae regenerationis - foi manifestado o mistério da primeira regeneração": o nosso Batismo; a Transfiguração "est sacramentum secundae regenerationis - é o sacramento da segunda regeneração": a nossa própria ressurreição. Desde já participamos da Ressurreição do Senhor pelo Espírito Santo que age nos sacramentos do Corpo de Cristo. A Transfiguração dá-nos um antegozo da vinda gloriosa do Cristo, "que transfigurar nosso corpo humilhado, conformando-o ao seu corpo glorioso" (Fl 3,21). Mas ela nos lembra também "que é preciso passarmos por muitas tribulações para entrarmos no Reino de Deus" (At 14,22): (Parágrafos relacionados: 1003)

Pedro ainda não tinha compreendido isso ao desejar viver com Cristo sobre a montanha. Ele reservou-te isto, Pedro, para depois da morte. Mas agora Ele mesmo diz: Desce para sofrer na terra, para servir na terra, para ser desprezado, crucificado na terra. A Vida desce para fazer-se matar; o Pão desce

para ter fome; o Caminho desce para cansar-se da caminhada; a Fonte desce para ter sede; e tu recusas Sofrer?

A SUBIDA DE JESUS A JERUSALÉM

557 "Ora, quando se completaram os dias de sua elevação, Jesus tomou resolutamente o caminho de Jerusalém" (Lc 9, 51). Com esta decisão, indicava que subia a Jerusalém pronto para morrer. Por três vezes tinha anunciado sua Paixão e sua Ressurreição. Ao dirigir-se para Jerusalém, disse: "Não convém que um profeta pereça fora de Jerusalém" (Lc 13,33).

558 Jesus lembra o martírio dos profetas que tinham sido mortos em Jerusalém. Todavia, persiste em convidar Jerusalém a congregar-se em torno dele: "Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha recolhe seus pintainhos debaixo das asas... e não o quiseste" (Mt 23,37b). Quando Jerusalém está à vista, chora sobre ela e exprime uma vez mais o desejo de seu coração: "Ah! Se neste dia também tu conhecesses a mensagem de paz! Agora, porém, isto está escondido a teus olhos" (Lc 19,42).

A ENTRADA MESSIÂNICA DE JESUS EM JERUSALÉM

559 Como vai Jerusalém acolher seu Messias? Embora sempre se tivesse subtraído às tentativas populares de fazê-lo rei. Jesus escolhe o momento e prepara os detalhes de sua entrada messiânica na cidade de "Davi, seu pai" (Lc 1,32). É aclamado como o filho de Davi, aquele que traz a salvação ("Hosana" quer dizer salva-nos!", "dá a salvação!") Ora, o "Rei de Glória" (Sl 24,7-10) entra em sua cidade "montado em um jumento" (Zc 9,9): não conquista a Filha de Sião figura de sua Igreja, pela astúcia nem pela violência, mas pela humildade que dá testemunho da Verdade. Por isso os súditos de seu Reino, nesse dia, são as crianças e os "pobres de Deus" que o aclamam como os anjos o anunciaram aos pastores. A aclamação deles - "Bendito seja o que vem em nome do Senhor" (Sl 118,26)- é retomada pela Igreja no "Sanctus" da liturgia eucarística, para abrir o memorial da Páscoa do Senhor. (Parágrafos relacionados: 333,1352)

560 A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino que o Rei-Messias vai realizar pela Páscoa de sua Morte e de sua Ressurreição. E com sua celebração, no Domingo de Ramos, que a liturgia da Igreja abre a grande Semana Santa. (Parágrafos relacionados: 550,2816,1169)

RESUMINDO

561 "Toda a vida de Cristo foi um contínuo ensinamento: seus silêncios, seus milagres, seus gestos, sua oração, seu amor ao homem, sua predileção pelos pequenos e pelos pobres, a aceitação do sacrifício total na Cruz pela redenção do mundo, Sua Ressurreição constituem a atuação de sua palavra e o cumprimento da Revelação.

562 Os discípulos de Cristo devem conformar-se com Ele até Ele se formar neles" É por isso que somos inseridos nos mistérios de sua vida, com Ele configurados, com Ele mortos e com Ele ressuscitados, até que com Ele reinemos.

563 "Seja pastor, seja mago, não se pode atingir a Deus na terra senão ajoelhando-se diante da manjedoura de Belém e adorando-o escondido na fraqueza de uma criança.

564 Por sua submissão a Maria e José, assim como por seu humilde trabalho durante longos anos em Nazaré, Jesus nos dá o exemplo da santidade na vida cotidiana da família e do trabalho.

565 Desde o início de sua vida pública, em seu Batismo, Jesus é o "Servo", inteiramente consagrado à obra redentora que se realizará pelo "Batismo" de sua paixão.

566 A tentação no deserto mostra Jesus, Messias humilde que triunfa sobre Satanás por sua total adesão ao desígnio de salvação querido pelo Pai.

567 O Reino dos céus foi inaugurado na terra por Cristo. "Manifesta-se lucidamente aos homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo. "A Igreja é o germe e o começo desde Reino. Suas chaves são confiadas a Pedro.

568 A Transfiguração de Cristo tem por finalidade fortificar a fé dos apóstolos em vista da Paixão: a subida à "elevada montanha" prepara a subida ao Calvário. Cristo, Cabeça da Igreja, manifesta o que seu Corpo contém e irradia nos sacramentos "a esperança da Glória" (Cl 1,27[a149]).

569 Jesus subiu voluntariamente a Jerusalém, embora soubesse que lá morreria de morte violenta por causa da contradição por parte dos pecadores.

570 A entrada de Jesus em Jerusalém manifesta a vinda do Reino que o Rei-Messias, acolhido em sua cidade pelas crianças e pelos humildes de coração, vai realizar por meio da Páscoa de sua Morte e Ressurreição.

ARTIGO 4 :

"JESUS CRISTO PADECEU SOB PÔNOCIO PILATOS, FOI CRUCIFICADO, MORTO E SEPULTADO"

571 O mistério pascal da Cruz e da Ressurreição de Cristo está no centro da Boa Nova que os apóstolos e a Igreja, na esteira deles, devem anunciar ao mundo. O projeto salvador de Deus realizou-se "uma vez por todas" (Hb 9,26) pela morte redentora de seu Filho, Jesus Cristo. (Parágrafo relacionado: 1067)

572 A Igreja permanece fiel à "interpretação de todas as Escrituras" dada por Jesus mesmo antes e também depois de sua Páscoa. "Não era preciso que Cristo sofresse tudo isso e entrasse em sua glória?" (Lc 24,26). Os sofrimentos de Jesus tomaram sua forma histórica concreta pelo fato de ele ter sido "rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e pelos escribas" (Mc 8,31), que o "entregarão aos gentios para ser escarnecido, açoitado e crucificado" (Mt 20,19). (Parágrafo relacionado: 599)

573 A fé pode, pois, tentar perscrutar as circunstâncias da Morte de Jesus, transmitidas fielmente pelos Evangelhos e iluminadas por outras fontes históricas, para melhor compreender o sentido da Redenção. (Parágrafo relacionado: 158)

PARÁGRAFO I - JESUS E ISRAEL

574 Desde o início do ministério público de Jesus, fariseus e adeptos de Herodes, com sacerdotes e escribas, mancomunaram-se para matá-lo. Por causa de certos atos por ele praticados (expulsão de demônios, perdão dos pecados, curas em dia de sábado [a6] interpretação original dos preceitos de pureza da Lei, de pureza da Lei, familiaridade com os publicanos e com pecadores públicos), Jesus pareceu a alguns mal-intencionados, suspeito de possessão demoníaca. Ele é acusado de blasfêmia e de falso profetismo, crimes religiosos que a Lei punia com a pena de morte sob forma de apedrejamento. (Parágrafos relacionados: 530,591)

575 Muitos atos e palavras de Jesus constituíram, portanto, um sinal de contradição" para as autoridades religiosas de Jerusalém – que o Evangelho de São João com frequência denomina "os judeus" – mas ainda do que para o comum do povo de Deus. Sem dúvida, suas relações com os fariseus não foram exclusivamente polêmicas. São os fariseus que o previnem do perigo que corre. Jesus elogia alguns deles, como o escriba de Mc 12,34, e repetidas vezes come com fariseus. Jesus confirma doutrinas compartilhadas por essa elite religiosa do povo de Deus: a ressurreição dos mortos, as formas de piedade (esmola, jejum e oração) e o hábito de dirigir-se a Deus como Pai, a centralidade do mandamento do amor a Deus e ao próximo. (Parágrafo relacionado: 993)

576 Aos olhos de muitos, em Israel, Jesus parece agir contra as instituições essenciais do Povo eleito:

ü a submissão à Lei na integralidade de seus preceitos escritos e, para os fariseus, na interpretação da tradição oral;

ü a centralidade do Templo de Jerusalém como lugar santo, em que Deus habita de forma privilegiada;

ü a fé no Deus único, cuja glória nenhum homem pode compartilhar.

I. JESUS E A LEI

577 Jesus fez uma advertência solene no começo do Sermão da Montanha, em que apresentou a Lei dada por Deus no Sinai por ocasião da Primeira Aliança à luz da graça da Nova Aliança: Não penseis que vim revogar a Lei e os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido um só i, uma só vírgula da Lei, sem que tudo seja realizado. Aquele, portanto, que violar um só destes menores mandamentos e ensinar os homens a fazerem o mesmo ser chamado o menor no Reino dos Céus; aquele, porém, que os praticar e os ensinar, esse será chamado grande no Reino dos Céus (Mt 5,17-19). (Parágrafos relacionados: 1965,1967)

578 Jesus, o Messias de Israel, portanto o maior no Reino dos Céus, tinha a obrigação de cumprir a Lei, executando-a em sua integridade até seus mínimos preceitos, segundo suas próprias palavras. Ele é o único que conseguiu cumpri-la com perfeição. Os judeus, conforme sua própria confissão, nunca conseguiram cumprir a Lei em sua integridade sem violar-lhe o mínimo preceito. Esta é a razão pela qual, em cada festa anual da Expição, os filhos de Israel pedem a Deus perdão por suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como recorda São Tiago, "aquele que guarda toda a Lei, mas desobedece a um só ponto, torna-se culpado da transgressão da Lei inteira" (Tg [a23] 2,10). (Parágrafo relacionado: 1953)

579 Esse princípio da integralidade da observância da Lei, não somente em sua letra, mas em seu espírito, era caro aos fariseus. Tomando-o extensivo a Israel, levaram muitos judeus do tempo de Jesus a um zelo religioso extremo. Este zelo extremo, se não quisesse envolver-se em uma casuística "hipócrita", só podia preparar o povo para essa intervenção inaudita de Deus que será o cumprimento perfeito da Lei exclusivamente pelo Justo em lugar de todos os pecadores.

580 O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do Legislador divino nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho. Em Jesus, a Lei não aparece mais gravada nas tábuas de pedra, mas "no fundo do coração" (Jr 31,33) do Servo, o qual, pelo fato de "trazer fielmente o direito" (Is 42,3), se tornou "a Aliança do povo" (Is 42,6). Jesus cumpriu a Lei até o ponto de tomar sobre si "a maldição da Lei[a28] " in quod illi incurrerant "qui non permanent in omnibus, quae scripta sunt, ut faciant ea", na qual incorreram aqueles que "não praticam todos os preceitos da mesma, pois "a morte de Cristo aconteceu para resgatar as transgressões cometidas no Regime da Primeira Aliança" (Hb 9, 15). (Parágrafo relacionado: 527)

581 Jesus apareceu aos olhos dos judeus e de seus chefes espirituais como um "rabi". Com frequência argumentou na linha da interpretação rabínica da Lei. Mas ao mesmo tempo Jesus só podia chocar os doutores da Lei, já que não se contentava em propor sua interpretação em pé de igualdade com as deles, senão que "ensinava como alguém que tem autoridade, e não como os escribas" (Mt 7,28-29). Nele, é a mesma Palavra de Deus que tinha ressoado no Sinai para a Moisés a Lei escrita, que se faz ouvir novamente sobre o Monte Bem-aventuranças. Ela não abole a Lei, mas a cumpre, fornecendo de modo divino a interpretação última dela: "Aprendestes o que foi dito aos antigos... eu, porém, vos digo" (Mt 5,33-34). Com esta mesma autoridade divina, Ele desabona certas "tradições humanas" dos fariseus que "invalidam a Palavra de Deus". (Parágrafo relacionado: 2054)

582 Indo mais longe, Jesus cumpre a Lei a respeito da pureza dos alimentos, tão importante na vida diária judaica, revelando o sentido "pedagógico" dela por uma interpretação divina: "Tudo o que de fora, entrando no homem, não pode torná-lo impuro..." assim declarava puros todos os alimentos. "O que sai do homem, é isto que o torna impuro. Pois é de dentro, do coração dos homens, que as intenções malignas" (Mc 7,18-21). Ao dar com autoridade divina a interpretação definitiva da Lei, Jesus acabou confrontando-se com certos doutores da Lei que não aceitavam a interpretação da Lei dada por Jesus, apesar de garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam. Isto vale particularmente para a questão do sábado: Jesus lembra, muitas vezes com argumentos rabínicos, que o descanso do sábado não é lesado pelo serviço de Deus ou do próximo, executado por meio das curas operadas por Ele. (Parágrafos relacionados: 368,548,2173)

II. JESUS E O TEMPLO

583 Jesus, como os profetas anteriores a Ele, teve pelo Templo de Jerusalém o mais profundo respeito. Nele foi apresentado por José e Maria quarenta dias após seu nascimento. Com doze anos, decide ficar no Templo para lembrar a seus pais que deve dedicar-se às coisas de seu Pai. Durante os anos de sua vida oculta, subiu ao Templo a cada ano, no mínimo por ocasião da Páscoa; até seu ministério público foi

ritmado por suas peregrinações a Jerusalém para as grandes festas judaicas. (Parágrafos relacionados: 529,534)

584 Jesus subiu ao Templo como lugar privilegiado de encontro com Deus. O Templo é para ele a morada de seu Pai, uma casa de oração, e se indigna pelo fato de seu átrio externo ter-se tornado um lugar de comércio. Se expulsa os vendilhões do Templo, é por amor zeloso a seu Pai. "Não façais da casa de meu Pai uma casa de comércio. Seus discípulos lembram-se do que está escrito: 'O zelo por tua casa me devorará' (Sl 69)" (Jo 2,16-17). Depois de sua Ressurreição, os apóstolos mantiveram um respeito religioso pelo Templo. (Parágrafo relacionado: 2599)

585 Contudo, no limiar de sua Paixão, Jesus anunciou a ruína desse esplêndido edifício, do qual não restará mais pedra sobre pedra. Há aqui o anúncio de um sinal dos tempos finais que vão abrir-se com sua própria Páscoa. Esta profecia, porém, pode ser relatada de modo deformado por testemunhas falsas no momento do interrogatório de Jesus diante do sumo sacerdote, sendo-lhe atribuída como injúria quando ele foi pregado à cruz.

586 Longe de ter sido hostil ao Templo, local em que aliás, ministrou o essencial de seu ensinamento, Jesus fez questão de pagar o imposto do Templo, associando a este ato Pedro, que acabara de estabelecer como fundamento para sua Igreja futura. Mais ainda: identificou-se com o Templo ao apresentar-se como a morada definitiva de Deus entre os homens. Eis por que sua morte corporal decretada anuncia a destruição do Templo, (destruição) que manifestará a entrada em uma nova era História da Salvação: "Vem a hora em que nem sobre esta montanha nem em Jerusalém adorareis o Pai" (Jo 4,21) (Parágrafos relacionados: 797,1179)

III. JESUS E A FÉ DE ISRAEL NO DEUS ÚNICO E SALVADOR

587 Se a Lei e o Templo de Jerusalém puderam ser ocasião de "contradição" da parte de Jesus para as autoridades religiosas de Israel, foi o papel dele na redenção dos pecados, obra divina por excelência, que constituiu para elas a verdadeira pedra de escândalo.

588 Jesus escandalizou os fariseus ao comer com os publicanos e os pecadores com a mesma familiaridade com que comia com eles. Contra os que, dentre os fariseus, estavam "convencidos de serem justos e desprezavam os outros" (Lc 18,9[a61]), Jesus afirmou: "Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento" (Lc 5,32). Foi mais longe ao proclamar diante dos fariseus que, sendo o pecado universal, os que pretendem não necessitar de salvação estão cegos para sua própria cegueira. (Parágrafos Relacionados 545)

589 Jesus escandalizou sobretudo porque identificou sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus para com eles. Chegou ao ponto de dar a entender que, partilhando a mesa dos pecadores, os estava admitindo ao banquete messiânico. Mas foi particularmente ao perdoar os pecados que Jesus deixou as autoridades religiosas de Israel diante de um dilema. Foi isto que disseram com razão, cheios de espanto: "Só Deus pode perdoar os pecados" (Mc 2,7). Ao perdoar os pecados, ou Jesus blasfema - pois é um homem que se iguala a Deus -, ou diz a verdade, e sua pessoa torna presente e revela o Nome de Deus. (Parágrafos Relacionados 431,1441,432)

590 Somente a identidade divina da pessoa de Jesus pode justificar uma exigência tão absoluta quanto esta: "Aquele que não está comigo está contra mim" (Mt 12,30); assim, também, quando diz que nele está "mais do que Jonas... mais do que Salomão" (Mt 12,41-42), "mais do que o Templo"; ou quando lembra, referindo-se a si mesmo, que Davi chamou o Messias de seu Senhor[a70] , ao a firmar "Antes que Abraão fosse, Eu Sou" (Jo 8,58); e até "Eu e o Pai somos um" (Jo 10,30). (Parágrafo Relacionado 253)

591 Jesus pediu às autoridades religiosas de Jerusalém que cressem nele por causa das obras de seu Pai que ele realiza. Tal ato de fé tinha de passar, no entanto, por uma misteriosa morte de si mesmo em vista de um novo "nascimento do alto", sob o impulso da graça divina. Essa exigência de conversão ante um cumprimento tão surpreendente das promessas permite compreender o trágico desprezo do sinédrio ao estimar que Jesus merecia a morte como blasfemo. Seus membros agiam assim por "ignorância" e ao mesmo tempo pelo "endurecimento" da "incredulidade". (Parágrafos Relacionados 526,574)

RESUMINDO

592 Jesus não aboliu a Lei do Sinai, mas a cumpriu com tal perfeição que revela seu sentido último e resgata as transgressões contra ela.

593 Jesus venerou o Templo, subindo a ele nas festas judaicas de peregrinação, e amou com amor cioso esta morada de Deus entre os homens. O Templo prefigura seu próprio mistério. Se anuncia a destruição do Templo, é como manifestação de sua própria morte e da entrada em uma nova era da História da Salvação, na qual seu Corpo será o Templo definitivo.

594 Jesus realizou atos como o perdão dos pecados – que o manifestaram como o próprio Deus Salvador. Alguns judeus, não reconhecendo o Deus feito homem e vendo nele um homem que se faz Deus", julgaram-no blasfemo.

PARÁGRAFO 2 JESUS MORREU CRUCIFICADO

I. O PROCESSO DE JESUS

DISSENSÕES ENTRE AS AUTORIDADES JUDAICAS EM RELAÇÃO A JESUS

595 Entre as autoridades religiosas de Jerusalém não houve somente o fariseu Nicodemos ou o ilustre José de Arimatéia como discípulos secretos de Jesus, mas durante muito tempo foram produzidas dissensões acerca de Jesus, a ponto de, às vésperas de sua Paixão São João poder dizer deles que "um bom número deles creu nele", ainda que de forma bem imperfeita (Jo 12,42). Isso não tem nada de surpreendente se levarmos em conta que no dia seguinte a Pentecostes "uma multidão de sacerdotes obedecia à fé" (At 6,7) e que "alguns do partido dos fariseus haviam abraçado a fé" (At 15,5), a ponto de São Tiago poder dizer a São Paulo que "zelosos partidários da Lei, milhares de judeus abraçaram a fé" (At 21,20).

596 As autoridades religiosas de Jerusalém não foram unânimes na conduta a adotar em relação a Jesus. Os fariseus ameaçaram de excomunhão os que o seguissem[a90] . Aos que temiam que "todos crerão em Jesus e os romanos virão e destruirão nosso Lugar Santo e a nação" (Jo 11,48), o Sumo Sacerdote Caifás propôs, profetizando: "Não compreendeis que é de vosso interesse que um só homem morra pelo povo e não pereça a nação toda?" (Jo 11,50). O Sinédrio, depois de declarar Jesus "passível de morte" na qualidade de blasfemador, mas, tendo perdido o direito de pô-lo à morte, entrega Jesus aos romanos, acusando-o de revolta política, o que colocará Jesus no mesmo pé que Barrabás, acusado de "sedição" (Lc 23,19). São também ameaças políticas o que os chefes dos sacerdotes fazem a Pilatos para que condene Jesus à morte. (Parágrafo Relacionado 1753)

OS JUDEUS NÃO SÃO COLETIVAMENTE RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE JESUS

597 Levando em conta a complexidade histórica do processo de Jesus manifestada nos relatos evangélicos, e qualquer que possa ser o pecado pessoal dos atores do processo (Judas, o Sinédrio, Pilatos), conhecido só de Deus, não se pode atribuir responsabilidade ao conjunto dos judeus de Jerusalém, a despeito dos gritos de uma multidão manipulada e das censuras globais contidas nos apelos à conversão depois de Pentecostes. O próprio Jesus, ao perdoar na cruz, e Pedro, depois dele, apelaram para a "ignorância" dos judeus de Jerusalém e até dos chefes deles. Menos ainda pode-se, a partir do grito do povo: "Seu sangue caia sobre nós e sobre nossos filhos" (Mt 27,25), que significa uma fórmula de ratificação, estender a responsabilidade aos outros judeus no espaço e no tempo. (Parágrafo Relacionado 1735)

Por isso a Igreja declarou muito oportunamente no Concílio Vaticano II: "Aquilo que se perpetrou em sua Paixão não pode indistintamente ser imputado a todos os judeus que viviam então, nem aos de hoje... Os judeus não devem ser apresentados nem como condenados por Deus nem como amaldiçoados, como se isto decorresse das Sagradas Escrituras". (Parágrafo Relacionado 839)

TODOS OS PECADORES FORAM OS AUTORES DA PAIXÃO DE CRISTO

598 No magistério de sua fé e no testemunho de seus santos a Igreja nunca esqueceu que "foram os pecadores como tais os autores e como que os instrumentos de todos os sofrimentos por que passou o Divino Redentor". Levando em conta que nossos pecados atingem o próprio Cristo, a Igreja não hesita em imputar aos cristãos a responsabilidade mais grave no suplício de Jesus, responsabilidade que com excessiva freqüência estes debitarão quase exclusivamente aos judeus.

Devemos considerar como culpados desta falta horrível os que continuam a reincidir em pecados. Já que são os nossos crimes que arrastaram Nosso Senhor Jesus Cristo ao suplício da cruz, com certeza os que mergulham nas desordens e no mal "de sua parte crucificam de novo o Filho de Deus e o expõem as injúrias" (Hb 6,6). E é imperioso reconhecer que nosso próprio crime, neste caso é maior do que o dos judeus. Pois estes, como testemunha o Apóstolo, "se tivessem conhecido o Rei da glória, nunca o teriam crucificado" (1Cor 2,8). Nós, porém, fazemos profissão de conhecê-lo. E, quando o negamos por nossos atos, de certo modo levantamos contra Ele nossas mãos homicidas. Os demônios, então, não foram eles que o crucificaram; és tu que com eles o crucificaste e continuas a crucificá-lo, deleitando-te nos vícios e nos pecados. (Parágrafo Relacionado 1851)

II. A MORTE REDENTORA DE CRISTO NO DESÍGNIO DIVINO DE SALVAÇÃO **"JESUS ENTREGUE SEGUNDO O DESÍGNIO BEM DETERMINADO DE DEUS"**

599 A morte violenta de Jesus não foi o resultado do acaso um conjunto infeliz de circunstâncias. Ela faz parte do mistério do projeto de Deus, como explica São Pedro aos judeus de Jerusalém já em seu primeiro discurso de Pentecostes: "Ele foi entregue segundo o desígnio determinado e a presciência de Deus" (At 2,23). Esta linguagem bíblica não significa que os que "entregaram Jesus" tenham sido apenas executores passivos de um roteiro escrito de antemão por Deus. (Parágrafo Relacionado 517)

600 Para Deus, todos os momentos do tempo estão presentes em sua atualidade. Ele estabelece, portanto, seu projeto eterno de "predestinação" incluindo nele a resposta livre de cada homem à sua graça: "De fato, contra teu servo Jesus, a quem ungiste, verdadeiramente coligaram-se, nesta cidade, Herodes e Pôncio Pilatos com as nações pagãs e os povos de Israel, para executar tudo o que, em teu poder e sabedoria, havias predeterminado" (At 4,27-28). Deus permitiu os atos nascidos de sua cegueira, a fim de realizar seu projeto de salvação. (Parágrafo Relacionado 312)

"MORREU POR NOSSOS PECADOS SEGUNDO AS ESCRITURAS"

601 Este projeto divino de salvação mediante a morte do "Servo, o Justo" havia sido anunciado antecipadamente na Escritura como um mistério de redenção universal, isto é, de resgate que liberta os homens da escravidão do pecado. São Paulo, em sua confissão de fé que diz ter "recebido secundum Scripturas", professa que "Cristo morreu por nossos pecados segundo as Escrituras. A morte redentora de Jesus cumpre em particular a profecia do Servo Sofredor. Jesus mesmo apresentou o sentido de sua vida e de sua morte à luz do Servo Sofredor. Após a sua Ressurreição, ele deu esta interpretação das Escrituras aos discípulos de Emaús, e depois aos próprios apóstolos. (Parágrafos Relacionados 652,713)

"AQUELE QUE NÃO CONHECERA O PECADO, DEUS O FEZ PECADO POR CAUSA DE NÓS"

602 Por isso, São Pedro pode formular assim a fé apostólica no projeto divino de salvação: "Fostes resgatados da vida fútil que herdastes de vossos pais, pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeitos e sem mácula, conhecido antes da fundação do mundo, mas manifestado, no fim dos tempos, por causa de vós" (1Pd 1,18-20). Os pecados dos homens, depois do pecado original, são sancionados pela morte. Ao enviar seu próprio Filho na condição de escravo, condição de uma humanidade decaída e fadada à morte por causa do pecado. "Aquele que não conhecera o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que, por ele, nos tornemos justiça de Deus" (2Cor 5,21). (Parágrafos Relacionados 400,519)

603 Jesus não conheceu a reprovação, como se Ele mesmo tivesse pecado. Mas, no amor redentor que sempre o unia ao Pai, nos assumiu na perdição de nosso pecado em relação a Deus a ponto de poder

dizer em nosso nome, na cruz: "Meu Deus, meu Deus por que me abandonaste?" (Mc 15,34[a122]). Tendo-o tornado solidário de nós, pecadores, "Deus não poupou seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós" (Rm 8,32), a fim de que fôssemos "reconciliados com Ele pela morte de seu Filho" (Rm 5,10). (Parágrafo Relacionado 2572)

DEUS TEM A INICIATIVA DO AMOR REDENTOR UNIVERSAL

604 Ao entregar seu Filho por nossos pecados, Deus manifesta que seu desígnio sobre nós é um desígnio de amor benevolente que antecede a qualquer mérito nosso: "Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele quem nos amou e enviou-nos seu Filho como vítima de expiação por nossos pecados" (1Jo 4,10). "Deus demonstra seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós quando éramos ainda pecadores" (Rm 5,8). (Parágrafos Relacionados 211,2009,1925)

605 Este amor não exclui ninguém. Jesus lembrou-o na conclusão da parábola da ovelha perdida: "Assim, também, não é da vontade de vosso Pai, que está nos céus, que um destes pequeninos se perca" (Mt 18,14). Afirma ele "dar sua vida em resgate por muitos" (Mt 20,28); este último termo não é restritivo: opõe o conjunto da humanidade à única pessoa do Redentor que se entrega para salvá-la. A Igreja, no seguimento dos apóstolos, ensina que Cristo morreu por todos os homens sem exceção: "Não há, não houve e não haverá nenhum homem pelo qual Cristo não tenha sofrido". (Parágrafos Relacionados 402,634,2793)

III. Cristo ofereceu-se a seu Pai por nossos pecados

TODA A VIDA DE CRISTO É OFERENDA AO PAI

606 O Filho de Deus, que "desceu do Céu não para fazer sua vontade, mas a do Pai que o enviou", "diz ao entrar no mundo:.. Eis-me aqui... eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade... Graças a esta vontade é que somos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo, realizada uma vez por todas" (Hb 10,5-10). Desde o primeiro instante de sua Encarnação, o Filho desposa o desígnio de salvação divino em sua missão redentora: "Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e consumir sua obra" (Jo 4,34). O sacrifício de Jesus "pelos pecados do mundo inteiro" (1Jo 2,2) é a expressão de sua comunhão de amor ao Pai: "O Pai me ama porque dou a minha vida" (Jo 10,17). "O mundo saberá que amo o Pai e faço como o Pai me ordenou" (Jo 14,31). (Parágrafos Relacionados 517,536)

607 Este desejo de desposar o desígnio de amor redentor de seu Pai anima toda a vida de Jesus pois sua Paixão redentora é a razão de ser de sua Encarnação: "Pai, salva-me desta hora. Mas foi precisamente para esta hora que eu vim" (Jo 12,27). "Deixarei eu de beber o cálice que o Pai me deu?" (Jo 18,11). E ainda na cruz, antes que tudo fosse "consumado" (Jo 19,30), ele disse: "Tenho sede" (Jo 19,28). (Parágrafo Relacionado 457)

"O CORDEIRO QUE TIRA O PECADO DO MUNDO"

608 Depois de ter aceitado dar-lhe o Batismo junto com os pecadores, João Batista viu e mostrou em Jesus o "Cordeiro de Deus, que tira os pecados do mundo". Manifesta, assim que Jesus é ao mesmo tempo o Servo Sofredor que se deixa levar silencioso ao matadouro e carrega o pecado das multidões e o cordeiro pascal, símbolo da redenção de Israel por ocasião da primeira Páscoa. Toda a vida de Cristo exprime sua missão: "Servir e dar sua vida em resgate por muitos". (Parágrafos Relacionados 523,517)

JESUS ABRAÇA LIVREMENTE O AMOR REDENTOR DO PAI

609 Ao abraçar em seu coração humano o amor do Pai pelos homens, Jesus "amou-os até o fim" (Jo 13,11), "pois ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos" (Jo 15,13). Assim, no sofrimento e na morte, sua humanidade se tornou o instrumento livre e perfeito de seu amor divino, que quer a salvação dos homens. Com efeito, aceitou livremente sua Paixão e sua Morte por amor de seu Pai e dos homens, que o Pai quer salvar: "Ninguém me tira a vida, mas eu a dou livremente" (Jo 10,18). Daí a

liberdade soberana do Filho de Deus quando Ele mesmo vai ao encontro da morte. (Parágrafos Relacionados 478,515,272,539)

NA CEIA, JESUS ANTECIPOU A OFERTA LIVRE DE SUA VIDA

610 Jesus expressou de modo supremo a oferta livre de si mesmo na refeição que tomou com os Doze Apóstolos na "noite em que foi entregue" (1 Cor 11,23). Na véspera de sua Paixão, quando ainda estava em liberdade, Jesus fez desta Última Ceia com seus apóstolos o memorial de sua oferta voluntária ao Pai, pela salvação dos homens: "Isto é o meu corpo que é dado por vós" (Lc 22,19). "Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado por muitos para remissão dos pecados" (Mt 26,28). (Parágrafos Relacionados 766,1337)

611 A Eucaristia que instituiu naquele momento será o "memorial" de seu sacrifício. Jesus inclui os apóstolos em sua própria oferta e lhes pede que a perpetuem. Com isso, institui seus apóstolos sacerdotes da Nova Aliança: "Por eles, a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade" (Jo 17,19). (Parágrafos Relacionados 1364,1341,1566)

A AGONIA NO GETSÊMANI

612 O cálice da Nova Aliança, que Jesus antecipou na Ceia, oferecendo-se a si mesmo, aceita-o em seguida das mãos do Pai em sua agonia no Getsêmani, tornando-se "obediente até a morte" (Fl 2,8). Jesus ora: "Meu Pai, se for possível, que passe de mim este cálice..." (Mt 26,39). Exprime assim o horror que a morte representa para sua natureza humana. Com efeito, a natureza humana de Jesus, como a nossa, está destinada à Vida Eterna; além disso, diversamente da nossa, ela é totalmente isenta de pecado, que causa a morte"; mas ela é sobretudo assumida pela pessoa divina do "Príncipe da Vida", do "vivente". Ao aceitar em sua vontade humana que a vontade do Pai seja feita, aceita sua morte como redentora para "carregar em seu próprio corpo os nossos pecados sobre o madeiro" (1Pd 2,24). (Parágrafos Relacionados 532,2600,1009)

A MORTE DE CRISTO É O SACRIFÍCIO ÚNICO E DEFINITIVO

613 A morte de Cristo é ao mesmo tempo o sacrifício pascal, que realiza a redenção definitiva dos homens pelo "cordeiro que tira o pecado do mundo", e o sacrifício da Nova Aliança, que reconduz o homem à comunhão com Deus, reconciliando-o com ele pelo "sangue derramado por muitos para remissão dos pecados". (Parágrafos Relacionados 1366,2009)

614 Este sacrifício de Cristo é único. Ele realiza e supera todos os sacrifícios. Ele é primeiro um dom do próprio Deus Pai: é o Pai que entrega seu Filho para reconciliar-nos consigo. É ao mesmo tempo oferenda do Filho de Deus feito homem, o qual, livremente e por amor, oferece sua vida a seu Pai pelo Espírito Santo, para reparar nossa desobediência. (Parágrafos Relacionados 529,1330,2100)

JESUS SUBSTITUI NOSSA DESOBEDIÊNCIA POR SUA OBEDEIÊNCIA

615 Como pela desobediência de um só homem todos se tornaram pecadores, assim, pela obediência de um só, todos se tornarão justos" (Rm 5,19). Por sua obediência até a morte, Jesus realizou a substituição do Servo Sofredor que "oferece sua vida em sacrifício expiatório", "quando carregava o pecado das multidões", "que ele justifica levando sobre si o pecado de muitos". Jesus prestou reparação por nossas faltas e satisfez o Pai por nossos pecados. (Parágrafos Relacionados 1850,433,411)

NA CRUZ, JESUS CONSUMA SEU SACRIFÍCIO

616 É "o amor até o fim" que confere o Valor de redenção de reparação, de expiação e de satisfação ao sacrifício de Cristo. Ele nos conheceu a todos e amou na oferenda de sua vida. "A caridade de Cristo nos compele quando consideramos que um só morreu por todos e que, por conseguinte, todos morreram" (2 Cor 5,14). Nenhum homem, ainda que o mais santo, tinha condições de tomar sobre si os pecados de todos os homens e de se oferecer em sacrifício por todos. A existência em Cristo da Pessoa

Divina do Filho, que supera e, ao mesmo tempo, abraça todas as pessoas humanas, e que o constitui Cabeça de toda a humanidade, torna possível seu sacrifício redentor por todos. (Parágrafos Relacionados 478,468,519)

617 "Sua sanctissima passione in ligno crucis nobis iustificationem meruit - Por sua santíssima Paixão no madeiro da cruz mereceu-nos a justificação", ensina o Concílio de Trento, sublinhando o caráter único do sacrifício de Cristo como "princípio de salvação eterna". E a Igreja venera a Cruz, cantando: crux, ave, spes única - Salve, ó Cruz, única esperança". (Parágrafos Relacionados 1992,1235)

NOSSA PARTICIPAÇÃO NO SACRIFÍCIO DE CRISTO

618 A Cruz é o único sacrifício de Cristo, "único mediador entre Deus e os homens". Mas pelo fato de que, em sua Pessoa Divina encarnada, "de certo modo uniu a si mesmo todos os homens", "oferece a todos os homens, de uma forma que Deus conhece, a possibilidade de serem associados ao Mistério Pascal". Chama seus discípulos a "tomar sua cruz e a segui-lo", pois "sofreu por nós, deixou-nos um exemplo, a fim de que sigamos seus passos". Quer associar a seu sacrifício redentor aqueles mesmos que são os primeiros beneficiários dele. Isto realiza-se de maneira suprema em sua Mãe, associada mais intimamente do que qualquer outro ao mistério de seu sofrimento redentor: (Parágrafos Relacionados 1368,1460,307,2100,964)

Fora da Cruz não existe outra escada por onde subir ao céu.

RESUMINDO

619 "Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras" (1Cor 15,3).

620 Nossa salvação deriva da iniciativa de amor de Deus para conosco, pois "foi Ele quem nos amou e enviou seu Filho como vítima de expiação por nossos pecados" (1Jo 4,10). "Foi Deus que em Cristo reconciliou o mundo consigo" (2 Cor 5,19).

621 Jesus ofereceu-se livremente por nossa salvação. Este, dom, ele o significa e o realiza por antecipação durante a Última Ceia: "Isto é meu corpo, que será dado por vós" (Lc 22,19).

622 Nisto consiste a redenção de Cristo: ele "veio dar a sua vida em resgate por muitos" (Mt 20,28), isto é, "amar os seus até o fim" (Jo 13,1), para que sejais "libertados da vida fútil que herdastes de vossos pais".

623 Por sua obediência de amor ao Pai, "até a morte de cruz" (Fl 2,8), Jesus realizou sua missão expiadora do Servo Sofredor que "justificará a muitos e levar sobre si as suas transgressões".

PARÁGRAFO 3

JESUS CRISTO FOI SEPULTADO

624 "Pela graça de Deus, Ele provou a morte em favor de todos os homens" (Hb 2,9). Em seu projeto de salvação, Deus dispôs que seu Filho não somente "morresse por nossos pecados" (1Cor 15,3), mas também que "provasse a morte", isto é, conhecesse o estado de morte, o estado de separação entre sua alma e seu corpo, durante o tempo compreendido entre o momento em que expirou na cruz e o momento em que ressuscitou. Este estado do Cristo morto é o mistério do sepulcro e da descida aos Infernos. É o mistério do Sábado Santo, que o Cristo depositado no túmulo manifesta o grande descanso sabático de Deus depois da realização da salvação dos homens, que confere paz ao universo inteiro. (Parágrafos Relacionados 362,1005,345)

CRISTO COM SEU CORPO NA SEPULTURA

625 A permanência de Cristo no túmulo constitui o vínculo real entre o estado passível de Cristo antes da Páscoa e seu atual estado glorioso de Ressuscitado. E a mesma pessoa do "Vivente" que pode dizer: "Estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos" (Ap 1,18).

Deus [o Filho] não impediu a morte de separar a alma do corpo segundo a ordem necessária à natureza, mas os reuniu novamente um ao outro pela Ressurreição, a fim de ser ele mesmo em sua pessoa o ponto de encontro da morte e da vida, sustando nele a decomposição da natureza, produzida pela morte, e tomando-se ele mesmo princípio de reunião para as partes separadas.

626 Visto que o "Príncipe da vida" que mataram é o mesmo "Vivente que ressuscitou" é preciso que a Pessoa Divina do Filho de Deus tenha continuado a assumir sua alma e seu corpo separados entre si pela morte:

Pelo fato de que na morte de Cristo a alma tenha sido separada da carne, a única pessoa não foi dividida em duas pessoas, pois o corpo e a alma de Cristo existiram da mesma forma desde o início na pessoa do Verbo; e na Morte, embora separados um do outro, ficaram cada um com a mesma e única pessoa do Verbo. (Parágrafos Relacionados 470,650)

"NÃO DEIXARÁS TEU SANTO VER A CORRUPÇÃO"

627 A Morte de Cristo foi uma Morte verdadeira enquanto pôs fim à sua existência humana terrestre. Mas, devido à união que a pessoa do Filho manteve com o seu corpo, não estamos diante de um cadáver como os outros, porque "não era possível que a morte o retivesse em seu poder" (At 2,24) e porque "a virtude divina preservou o corpo de Cristo da corrupção". Sobre Cristo pode-se dizer ao mesmo tempo: "Ele foi eliminado da terra dos vivos" (Is 53,8) e "Minha carne repousará na esperança, porque não abandonarás minha alma no Hades, nem permitirás que teu Santo veja a corrupção" (At 2,26-27). A Ressurreição de Jesus "no terceiro dia" (1 Cor 15,4; Lc 24,46[a188]) foi a prova disso, pois se pensava que a corrupção se manifestaria a partir do quarto dia. (Parágrafos Relacionados 1009,1683)

"SEPULTADOS COM CRISTO..."

628 O Batismo, cujo sinal original e pleno é a imersão, significa eficazmente a descida ao túmulo do cristão que morre para o pecado com Cristo em vista de uma vida nova: "Pelo Batismo nós fomos sepultados com Cristo na morte, a fim de que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova" (Rm 6,4). (Parágrafos Relacionados 537,1215)

RESUMINDO

629 Em benefício de todo homem, Jesus experimentou a morte. Foi verdadeiramente o Filho de Deus feito homem que morreu e que foi sepultado.

630 Durante a permanência de Cristo no túmulo, sua Pessoa Divina continuou a assumir tanto a sua alma como o seu corpo, embora separados entre si pela morte. Por isso o corpo Cristo morto "não viu a corrupção" (At 2,27).

ARTIGO 5

"JESUS CRISTO DESCEU AOS INFERNOS, RESSUSCITOU DOS MORTOS NO TERCEIRO DIA"

631 "Jesus desceu às profundezas da terra. Aquele que desceu é também aquele que subiu" (Ef 4,9-10). O Símbolo dos Apóstolos confessa em um mesmo artigo de fé a descida de Cristo aos Infernos e sua Ressurreição dos mortos no terceiro dia, porque em sua Páscoa é do fundo da morte que ele fez jorrar a vida:

Cristo, teu Filho,
que, retomado dos Infernos,

brilhou sereno para o gênero humano,
e vive e reina pelos séculos dos séculos. Amem.

PARÁGRAFO I

CRISTO DESCEU AOS INFERNOS

632 As freqüentes afirmações do Novo Testamento segundo as quais Jesus "ressuscitou dentre os mortos" (1Cor 15,20) pressupõem, anteriormente à ressurreição, que este tenha ficado na Morada dos Mortos. Este é o sentido primeiro que a pregação apostólica deu à descida de Jesus aos Infernos: Jesus conheceu a morte como todos os seres humanos e com sua alma esteve com eles na Morada dos Mortos. Mas para lá foi como Salvador, proclamando a boa notícia aos espíritos que ali estavam aprisionados.

633 A Escritura denomina a Morada dos Mortos, para a qual Cristo morto desceu, de os Infernos, o sheol ou o Hades, Visto que os que lá se encontram estão privados da visão de Deus. Este é, com efeito, o estado de todos os mortos, maus ou justos, à espera do Redentor que não significa que a sorte deles seja idêntica, como mostra Jesus na parábola do pobre Lázaro recebido no "seio de Abraão". "São precisamente essas almas santas, que esperavam seu Libertador no seio de Abraão, que Jesus libertou ao descer aos Infernos". Jesus não desceu aos Infernos para ali libertar os condenados nem para destruir o Inferno da condenação, mas para libertar os justos que o haviam precedido. (Parágrafo Relacionado 1033)

634 "A Boa Nova foi igualmente anunciada aos mortos..." (1Pd 4,6). A descida aos Infernos é o cumprimento, até sua plenitude, do anúncio evangélico da salvação. É a fase última da missão messiânica de Jesus, fase condensada no tempo, mas imensamente vasta em sua significação real de extensão da obra redentora a todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares, pois todos os que são salvos se tomaram participantes da Redenção. (Parágrafo Relacionado 605)

635 Cristo desceu, portanto, no seio da terra, a fim de que "os mortos ouçam a voz do Filho de Deus e os que a ouvirem vivam" (Jo 5,25). Jesus, "o Príncipe da vida", "destruiu pela morte o dominador da morte, isto é, O Diabo, e libertou os que passaram toda a vida em estado de servidão, pelo temor da morte" (Hb 2,5). A partir de agora, Cristo ressuscitado "detém a chave da morte e do Hades" (Ap 1,18), e "ao nome de Jesus todo joelho se dobra no Céu, na Terra e nos Infernos" (Fl 2,10).

Um grande silêncio reina hoje na terra, um grande silêncio e uma grande solidão. Um grande silêncio porque o Rei dorme. A terra tremeu e acalmou-se porque Deus adormeceu na carne e foi acordar os que dormiam desde séculos... Ele vai procurar Adão, nosso primeiro Pai, a ovelha perdida. Quer ir visitar todos os que se assentaram nas trevas e à sombra da morte. Vai libertar de suas dores aqueles dos quais é filho e para os quais é Deus: Adão acorrentado e Eva com ele cativa. "Eu sou teu Deus, e por causa de ti me tornei teu filho. Levanta-te, tu que dormes, pois não te criei para que fiques prisioneiro do Inferno: Levanta-te dentre os mortos, eu sou a Vida dos mortos."

RESUMINDO

636 Na expressão "Jesus desceu à mansão dos mortos", o símbolo confessa que Jesus morreu realmente e que, por sua morte por nós, venceu a morte e o Diabo, "o dominador da morte. (Hb 2,14)

637 O Cristo morto, em sua alma unida à sua pessoa divina, desceu à Morada dos Mortos. Abriu as portas do Céu aos justos que o haviam precedido.

PARÁGRAFO 2

NO TERCEIRO DIA RESSUSCITOU DOS MORTOS

638 "Anunciamo-vos a Boa Nova: a promessa, feita a nossos pais, Deus a realizou plenamente para nós, seus filhos, ressuscitando Jesus" (At 13,32-33). A Ressurreição de Jesus é a verdade culminante de nossa fé em Cristo, crida e vivida como verdade central pela primeira comunidade cristã, transmitida como

fundamental pela Tradição, estabelecida pelos documentos do Novo Testamento, pregada, juntamente com a Cruz, como parte essencial do Mistério Pascal. (Parágrafos Relacionados 90,651,991)

Cristo ressuscitou dos mortos.

Por sua morte venceu a morte,

Aos mortos deu a vida[a16] .

I - O EVENTO HISTÓRICO E TRANSCENDENTE

639 O mistério da Ressurreição de Cristo é um acontecimento real que teve manifestações historicamente constatadas, como atesta o Novo Testamento. Já São Paulo escrevia aos Coríntios pelo ano de 56: "Eu vos transmiti... o que eu mesmo recebi: Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. Foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras. Apareceu a Cefas, e depois aos Doze" (1Cor 15,3-4). O apóstolo fala aqui da viva tradição da Ressurreição, que ficou conhecendo após sua conversão às portas de Damasco.

O TÚMULO VAZIO

640 "Por que procurais entre os mortos Aquele que vive? Ele não está aqui; ressuscitou" (Lc 24,5-6). No quadro dos acontecimentos da Páscoa, o primeiro elemento com que se depara é o sepulcro vazio. Ele não constitui em si uma prova direta. A ausência do corpo de Cristo no túmulo poderia explicar-se de outra forma. Apesar disso, o sepulcro vazio constitui para todos um sinal essencial. Sua descoberta pelos discípulos foi o primeiro passo para o reconhecimento do próprio fato da Ressurreição. Este é o caso das santas mulheres, em primeiro lugar, em seguida de Pedro. "O discípulo que Jesus amava" (Jo 20,2) afirma que, ao entrar no túmulo vazio e ao descobrir "os panos de linho no chão" (Jo 20,6), "viu e creu". Isto supõe que ele tenha constatado, pelo estado do sepulcro vazio, que a ausência do corpo de Jesus não poderia ser obra humana e que Jesus não havia simplesmente retomado a Vida terrestre, como tinha sido o caso de Lázaro. (Parágrafo Relacionado 999)

AS APARIÇÕES DO RESSUSCITADO

641 Maria de Mágdala e as santas mulheres, que Vinham terminar de embalsamar o corpo de Jesus, sepultado às pressas, devido à chegada do Sábado, na tarde da Sexta-feira Santa, foram as primeiras a encontrar o Ressuscitado. Assim, as mulheres foram as primeiras mensageiras da Ressurreição de Cristo para os próprios apóstolos. Foi a elas que Jesus apareceu em seguida, primeiro a Pedro, depois aos Doze. Pedro, chamado a confirmar a fé de seus irmãos, vê portanto, o Ressuscitado antes deles, e é baseada no testemunho dele que a comunidade exclama: "E verdade! O Senhor ressuscitou e apareceu a Simão" (Lc 24,34). (Parágrafos Relacionados 553,448)

642 Tudo o que aconteceu nesses dias pascais convoca todos os apóstolos, de modo particular Pedro, para a construção da era nova que começou na manhã de Páscoa. Como testemunhas do Ressuscitado, são eles as pedras de fundação de sua Igreja. A fé da primeira comunidade dos crentes tem por fundamento o testemunho de homens concretos, conhecidos dos cristãos e, na maioria dos casos, vivendo ainda entre eles. Estas "testemunhas da Ressurreição de Cristo" são, antes de tudo, Pedro e os Doze, mas não somente eles: Paulo fala claramente de mais de quinhentas pessoas às quais Jesus apareceu de uma só vez, além de Tiago e de todos os apóstolos. (Parágrafos Relacionados 659,881,860)

643 Diante desses testemunhos é impossível interpretar a Ressurreição de Cristo fora da ordem física e não reconhecê-la como um fato histórico. Os fatos mostram que a fé dos discípulos foi submetida à prova radical da paixão e morte na cruz de seu Mestre, anunciada antecipadamente por Ele. O abalo provocado pela Paixão foi tão grande que os discípulos (pelo menos alguns deles) não creram de imediato na notícia da ressurreição. Longe de nos falar de uma comunidade tomada de exaltação mística, os Evangelhos nos apresentam discípulos abatidos, "com o rosto sombrio" (Lc 24,17) e assustados. Por isso não acreditaram nas santas mulheres que voltavam do sepulcro, e "as palavras delas pareceram-lhes desvario" (Lc 24,11[a34]). Quando Jesus se manifesta aos onze na tarde da Páscoa, "censura-lhes a incredulidade e a dureza de coração, porque não haviam dado crédito aos que tinham visto o Ressuscitado" (Mc 16,14).

644 Mesmo confrontados com a realidade de Jesus ressuscitado, os discípulos ainda duvidam, a tal ponto que o fato lhes parece impossível: pensam estar vendo um espírito. "Por causa da alegria, não podiam acreditar ainda e permaneciam perplexos" (Lc 24,41). Tomé conhecerá a mesma provação da dúvida e quando da última aparição na Galiléia, contada por Mateus, "alguns, porém, duvidaram" (Mt 28,17). Por isso, a hipótese segundo a qual a ressurreição teria sido um "produto" da fé (ou da credulidade) dos apóstolos carece de consistência. Muito pelo contrário, a fé que tinham na Ressurreição nasceu - sob a ação da graça divina - da experiência direta da realidade de Jesus ressuscitado.

O ESTADO DA HUMANIDADE RESSUSCITADA DE CRISTO

645 Jesus ressuscitado estabelece com seus discípulos relações diretas, em que estes o apalpam e com Ele comem. Convida-os, com isso, a reconhecer que Ele não é um espírito, mas sobretudo a constatar que o corpo ressuscitado com o qual Ele se apresenta a eles é o mesmo que foi martirizado e crucificado, pois ainda traz as marcas de sua Paixão. Contudo, este corpo autêntico e real possui, ao mesmo tempo, as propriedades novas de um corpo glorioso: não está mais situado no espaço e no tempo, mas pode tornar-se presente a seu modo, onde e quando quiser, pois sua humanidade não pode mais ficar presa à terra, mas já pertence exclusivamente ao domínio divino do Pai. Por esta razão também Jesus ressuscitado é soberanamente livre de aparecer como quiser: sob a aparência de um jardineiro ou "de outra forma" (Mc 16,12), diferente das que eram familiares aos discípulos, e isto precisamente para suscitar-lhes a fé. (Parágrafo Relacionado 999)

646 A Ressurreição de Cristo não constituiu uma volta à vida terrestre, como foi o caso das ressurreições que Ele havia realizado antes da Páscoa: a filha de Jairo, o jovem de Naim e Lázaro. Tais fatos eram acontecimentos miraculosos, mas as pessoas contempladas pelos milagres voltavam simplesmente à vida terrestre "ordinária" pelo poder de Jesus. Em determinado momento, voltariam a morrer. A Ressurreição de Cristo é essencialmente diferente. Em seu corpo ressuscitado, Ele passa de um estado de morte para outra vida, para além do tempo e do espaço. Na Ressurreição, o corpo de Jesus é repleto do poder do Espírito Santo; participa da vida divina no estado de sua glória, de modo que Paulo pode chamar a Cristo de "o homem celeste". (Parágrafos Relacionados 934,549)

A RESSURREIÇÃO COMO ACONTECIMENTO TRANSCENDENTE

647 "Só tu, noite feliz" canta o Exultet da Páscoa - "soubeste a hora em que Cristo da morte ressurgia." Com efeito ninguém foi testemunha ocular do próprio acontecimento da Ressurreição, e nenhum Evangelista o descreve. Ninguém foi capaz de dizer como ela se produziu fisicamente. Muito menos sua essência mais íntima, sua passagem a outra vida, foi perceptível aos sentidos. Como evento histórico constatável pelo sinal do sepulcro vazio e pela realidade dos encontros dos apóstolos com Cristo ressuscitado, a Ressurreição nem por isso deixa de estar no cerne do mistério da fé, no que ela transcende e supera a história. E por isso que Cristo ressuscitado não se manifesta ao mundo mas a seus discípulos, "aos que haviam subido com ele da Galiléia para Jerusalém, os quais são agora suas testemunhas diante do povo" (At 13,31). (Parágrafo Relacionado 1000)

II. A RESSURREIÇÃO - OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

648 A Ressurreição de Cristo é objeto de fé enquanto intervenção transcendente do próprio Deus na criação e na história. Nela, as três Pessoas Divinas agem ao mesmo tempo, juntas, e manifestam sua originalidade própria. Ela aconteceu pelo poder do Pai que "ressuscitou" (At 2,24) Cristo, seu Filho, e desta forma introduziu de modo perfeito sua humanidade - com seu corpo - na Trindade. Jesus é definitivamente revelado "Filho de Deus com poder por sua Ressurreição dos mortos segundo o Espírito de santidade" (Rm 1,4). São Paulo insiste na manifestação do poder de Deus pela obra do Espírito que vivificou a humanidade morta de Jesus e a chamou ao estado glorioso de Senhor. (Parágrafos Relacionados 258,989,663,445,272)

649 O Filho opera, por sua vez, a própria Ressurreição em virtude de seu poder divino. Jesus anuncia que o Filho do homem deve sofrer muito, morrer e, em seguida, ressuscitar (sentido ativo da palavra). Alhures, afirma explicitamente: "Eu dou a minha vida para retomá-la... Tenho poder de dá-la e poder para retomá-la" (Jo 10,17-18 "Nós cremos... que Jesus morreu, em seguida ressuscitou" (1Ts 4,14).

650 Os Padres da Igreja contemplam a Ressurreição a partir da Pessoa Divina de Cristo que ficou unida à sua alma e a seu corpo separados entre si pela morte: "Pela unidade da natureza divina, que permanece presente em cada uma das duas partes do homem, estas se unem novamente. Assim, a Morte se produz pela separação do composto humano, e a Ressurreição, pela união das duas partes separadas[a51]" (Parágrafos Relacionados 626,1005)

III. SENTIDO E ALCANCE SALVÍFICO DA RESSURREIÇÃO

651 "Se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia é também a vossa fé" (1Cor 15,14). A Ressurreição constitui antes de mais nada a confirmação de tudo o que o próprio Cristo fez e ensinou. Todas as Verdades, mesmo as mais inacessíveis ao espírito humano, encontram sua justificação se, ao ressuscitar, Cristo deu a prova definitiva, que havia prometido, de sua autoridade divina. (Parágrafos Relacionados 129,274)

652 A Ressurreição de Cristo é cumprimento das promessas do Antigo Testamento[a52] " e do próprio Jesus durante sua vida terrestre. A expressão "segundo as Escrituras" indica que a Ressurreição de Cristo realiza essas predições. (Parágrafos Relacionados 994,601)

653 A verdade da divindade de Jesus é confirmada por sua Ressurreição. Dissera Ele: "Quando tiverdes elevado o Filho do Homem, então sabereis que EU SOU, (Jo 8,28). A Ressurreição do Crucificado demonstrou que ele era verdadeiramente "EU SOU", o Filho de Deus e Deus mesmo. São Paulo pôde declarar aos judeus: "A promessa feita a nossos pais, Deus a realizou plenamente para nós...; ressuscitou Jesus, como está escrito no Salmo segundo: 'Tu és o meu filho, eu hoje te gerei'" (At 13,32-33). A Ressurreição de Cristo está estreitamente ligada ao mistério da Encarnação do Filho de Deus. E o cumprimento segundo o desígnio eterno de Deus.(Parágrafos Relacionados 445,422,461)

654 Há um duplo aspecto no Mistério Pascal: por sua morte Jesus nos liberta do pecado, por sua Ressurreição Ele nos abre as portas de uma nova vida. Esta é primeiramente a justificação que nos restitui a graça de Deus, "a fim de que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova" (Rm 6,4). Esta consiste na vitória sobre a morte do pecado e na nova participação na graça". Ela realiza a adoção filial, pois os homens se tornam irmãos de Cristo, como o próprio Jesus chama seus discípulos após a Ressurreição: "Ide anunciar a meus irmãos" (Mt 28,10). Irmãos não por natureza mas por dom da graça, visto que esta filiação adotiva proporciona uma participação real na vida do Filho Único, que se revelou plenamente em sua Ressurreição. (Parágrafos Relacionados 1987,1996)

655 Finalmente, a Ressurreição de Cristo - e o próprio Cristo ressuscitado - é princípio e fonte de nossa ressurreição futura: "Cristo ressuscitou dos mortos, primícias dos que adormeceram... assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida" (1Cor 15,20-22). Na expectativa desta realização, Cristo ressuscitado vive no coração de seus fiéis. Nele, os cristãos "experimentaram... as forças do mundo que há de vir" (Hb 6,5) e sua vida é atraída por Cristo ao seio da vida divina "a fim de que não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que morreu e ressuscitou por eles" (2Cor 5,15). (Parágrafos Relacionados 989,1002)

RESUMINDO

656 A fé na Ressurreição tem por objeto um acontecimento ao mesmo tempo historicamente atestado pelos discípulos que encontraram verdadeiramente o Ressuscitado e misteriosamente transcendente, enquanto entrada da humanidade de Cristo na glória de Deus.

657 O sepulcro vazio e os panos de linho no chão significam por si mesmos que o corpo de Cristo escapou às correntes da morte e da corrupção pelo poder de Deus. Eles preparam os discípulos para o reencontro com o Ressuscitado.

658 Cristo, "primogênito dentre os mortos" (Cl 1,18), é o princípio de nossa própria ressurreição, desde já pela justificação de nossa alma, mais tarde pela vivificação de nosso corpo".

"JESUS SUBIU AOS CÉUS, ESTÁ SENTADO - DIREITA DE DEUS PAI TODO-PODEROSO"

659 "E o Senhor Jesus, depois de ter-lhes falado, foi arrebatado ao Céu e sentou-se à direita de Deus" (Mc 9). O corpo de Cristo foi glorificado desde o instante de sua Ressurreição, como provam as propriedades novas e sobrenaturais de que desfruta partir de agora seu corpo em caráter permanente". Mas, durante os quarenta dias em que vai comer e beber familiarmente com seus discípulos e instruí-los sobre o Reino sua glória permanece ainda velada sob os traços de uma humanidade comum. A última aparição de Jesus termina com a entrada irreversível de sua humanidade na glória divina, simbolizada pela nuvem e pelo céu onde já está desde agora sentado à direita de Deus. Só de modo totalmente excepcional e único Ele se mostrará a Paulo "como a um abortivo" (1 Cor 15,8) em uma última aparição que o constitui apóstolo. (Parágrafos Relacionados 645,66,697,642)

660 O caráter velado da glória do Ressuscitado durante esse tempo transparece em sua palavra misteriosa a Maria Madalena "Ainda não subi para o Pai. Mas vai aos meus irmãos e dizer-lhes Eu subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus (Jo 20,17). Isso indica uma diferença de manifestação entre a glória de Cristo ressuscitado e a de Cristo exaltado à direita do Pai. O acontecimento ao mesmo tempo histórico e transcendente da Ascensão marca a transição de uma para a outra.

661 Esta última etapa permanece intimamente unida à primeira, isto é, à descida do céu realizada na Encarnação. Só aquele que "saiu do Pai" pode "retomar ao Pai": Cristo[a70] . "Ninguém jamais subiu ao céu, a não ser aquele que desceu do céu, o Filho do Homem" (Jo 3,13). Entregue a suas forças naturais, a humanidade não tem acesso à "Casa do Pai" à vida e à felicidade de Deus. Só Cristo pôde abrir esta porta ao homem, "de sorte que nós, seus membros, tenhamos a esperança de encontrá-lo lá onde Ele, nossa cabeça e nosso princípio, nos precedeu". (Parágrafos Relacionados 461,792)

662 "E, quando eu for elevado da terra, atrairei todos os homens a mim" (Jo 12,32). A elevação na Cruz significa e anuncia a elevação da Ascensão ao céu. É o começo dela. Jesus Cristo, o Único Sacerdote da nova e eterna Aliança, não "entrou em um santuário feito por mão de homem... e sim no próprio céu, a fim de comparecer agora diante da face de Deus a nosso favor" (Hb 9,24). No céu, Cristo exerce em caráter permanente seu sacerdócio, "por isso é capaz de salvar totalmente aqueles que, por meio dele, se aproximam de Deus, visto que ele vive eternamente para interceder por eles" (Hb 7,25). Como "sumo sacerdote dos bens vindouros" (Hb 9,11) ele é o centro e o ator principal da liturgia que honra o Pai nos Céus. (Parágrafos Relacionados 1545,1137)

663 A partir de agora, Cristo está sentado à direita do Pai: "Por direita do Pai entendemos a glória e a honra da divindade, onde aquele que existia como Filho de Deus antes de todos os séculos como Deus e consubstancial ao Pai se sentou corporalmente depois de encarnar-se e de sua carne ser glorificada" (Parágrafo Relacionado 648)

664 O sentar-se à direita do Pai significa a inauguração do Reino do Messias, realização da visão do profeta Daniel no tocante ao Filho do Homem: "A Ele foram outorgados o império, a honra e o reino, e todos os povos, nações e línguas o serviram. Seu império é um império eterno que jamais passará, e seu reino jamais será destruído" (Dn 7,14). A partir desse momento, os apóstolos se tomaram as testemunhas do "Reino que não terá fim". (Parágrafo Relacionado 541)

RESUMINDO

665 A ascensão de Cristo assinala a entrada definitiva da humanidade de Jesus no domínio celeste de Deus, donde voltará, mas que até lá o esconde aos olhos dos homens.

666 Jesus Cristo, Cabeça da Igreja, nos precede no Reino glorioso do Pai para que nós, membros de seu Corpo, vivamos na esperança de estarmos um dia eternamente com Ele.

667 Tendo entrado uma vez por todas no santuário do céu, Jesus Cristo intercede sem cessar por nós como mediador que nos garante permanentemente a efusão do Espírito Santo

"DONDE VIRÁ JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS"

I. ELE VOLTARÁ NA GLÓRIA

CRISTO JÁ REINA PELA IGREJA...

668 "Cristo morreu e reviveu para ser o Senhor dos mortos e dos vivos" (Rm 14,9). A Ascensão de Cristo ao Céu significa sua participação, em sua humanidade, no poder e na autoridade do próprio Deus. Jesus Cristo é Senhor: possui todo poder nos céus e na terra. Está "acima de toda autoridade, poder, potentado e soberania", pois o Pai "tudo submeteu a seus pés (Ef 1,20-22). Cristo é o Senhor do cosmo e da história. Nele, a história do homem e mesmo toda a criação encontram sua "recapitulação" sua consumação transcendente. (Parágrafos Relacionados 450,518)

669 Como Senhor, Cristo é também a cabeça da Igreja, que é seu Corpo. Elevado ao céu e glorificado, tendo assim cumprido plenamente sua missão, Ele permanece na terra em sua Igreja. A redenção é a fonte da autoridade que Cristo, em Virtude do Espírito Santo, exerce sobre a Igreja". O Reino de Cristo já está misteriosamente presente na Igreja", germe e início deste Reino na terra. (Parágrafos Relacionados 792,1088,541)

670 Desde a Ascensão, o designio de Deus entrou em sua consumação. Já estamos na "última hora" (1Jo 2,18)". "Portanto, a era final do mundo já chegou para nós, e a renovação do mundo está irrevogavelmente realizada e, de certo modo, já está antecipada nesta terra. Pois já na terra a Igreja se reveste de verdadeira santidade, embora imperfeita." O Reino de Cristo já manifesta sua presença pelos sinais milagrosos que acompanham seu anúncio pela Igreja". (Parágrafos Relacionados 1042,825,547)

À ESPERA DE QUE TUDO LHE SEJA SUBMETIDO

671 Já presente em sua Igreja, o Reino de Cristo ainda não está consumado "com poder e grande glória" (Lc 21, 17) pelo advento do Rei na terra. Esse Reino é ainda atacado pelos poderes maus, embora estes já tenham sido vencidos em suas bases pela Páscoa de Cristo. Enquanto tudo não for submetido a ele, "enquanto não houver novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça, a Igreja peregrina leva consigo em seus sacramentos e em suas instituições, que pertencem à idade presente, a figura deste mundo que passa, e ela mesma vive entre as criaturas que gemem e sofrem como que dores de parto até o presente e aguardam a manifestação dos filhos de Deus" Por este motivo os cristãos oram, sobretudo na Eucaristia, para apressar a volta de Cristo, dizendo-lhe: "Vem, Senhor" (Ap 22,20). (Parágrafos Relacionados 1043,769,773,1043,2046,2817)

672 Cristo afirmou antes de sua Ascensão que ainda não chegara a hora do estabelecimento glorioso do Reino messiânico esperado por Israel, que deveria trazer a todos os homens, segundo os profetas a ordem definitiva da justiça, do amor e da paz. O tempo presente é, segundo o Senhor, o tempo do Espírito e do testemunho mas é também um tempo ainda marcado pela "tristeza" e pela provação do mal, que não poupa a Igreja e inaugura os combates dos últimos dias. E um tempo de expectativa e de vigília. (Parágrafos Relacionados 732,2612)

O ADVENTO GLORIOSO DE CRISTO. ESPERANÇA DE ISRAEL

673 A partir da Ascensão, o advento de Cristo na glória é iminente, embora não nos "caiba conhecer os tempos e os momentos que o Pai fixou com sua própria autoridade" (At1,7). Este acontecimento escatológico pode ocorrer a qualquer momento, ainda que estejam "retidos" tanto ele como a provação final que há de precedê-lo. (Parágrafos Relacionados 1040,1048)

674 A vinda do Messias glorioso depende a todo momento da história do reconhecimento dele por "todo Israel". Uma parte desse Israel se "endureceu" (Rm 5) na "incredulidade" (Rm 11,20) para com Jesus. São Pedro o afirma aos judeus de Jerusalém depois de Pentecostes: "Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, a fim de que sejam apagados os vossos pecados e deste modo venham da face do Senhor os tempos de refrigério. Então enviará ele o Cristo que vos foi destinado, Jesus a quem o céu deve acolher até os tempos da restauração de todas as coisas, das quais Deus falou pela boca de seus santos profetas" (At 3,19-21). E

São Paulo lhe faz eco: "Se a rejeição deles resultou na reconciliação do mundo, O que será o acolhimento deles senão a vida que vem dos mortos?" A entrada da "plenitude dos judeus" na salvação messiânica, depois da "plenitude dos pagãos, dará ao Povo de Deus a possibilidade de "realizar a plenitude de Cristo" (Ef 4, 13), na qual "Deus ser tudo em todos" (1Cor 15,28). (Parágrafos Relacionados 840,58)

A PROVAÇÃO DERRADEIRA DA IGREJA

675 Antes do advento de Cristo, a Igreja deve passar por uma provação final que abalar a fé de muitos crentes. A perseguição que acompanha a peregrinação dela na terra" desvendará o "mistério de iniquidade" sob a forma de uma impostura religiosa que há de trazer aos homens uma solução aparente a seus problemas, à custa da apostasia da verdade. A impostura religiosa suprema é a do Anticristo, isto é, a de um pseudo-messianismo em que o homem glorifica a si mesmo em lugar de Deus e de seu Messias que veio na carne.(Parágrafo Relacionado 769)

676 Esta impostura anticristica já se esboça no mundo toda vez que se pretende realizar na história a esperança messiânica que só pode realiza-se para além dela, por meio do juízo escatológico: mesmo em sua forma mitigada, a Igreja rejeitou esta falsificação do Reino vindouro sob o nome de milenarismo, sobretudo sob a forma política de um messianismo secularizado, "intrinsecamente perverso".(Parágrafo Relacionado 2425)

677 A Igreja só entrará na glória do Reino por meio desta derradeira Páscoa, em que seguirá seu Senhor em sua Morte e Ressurreição. Portanto, o Reino não se realizará por um triunfo histórico da Igreja segundo um progresso ascendente, mas por uma vitória de Deus sobre o desencadeamento último do mal, que fará sua Esposa descer do Céu. O triunfo de Deus sobre a revolta do mal assumirá a forma do Juízo Final depois do derradeiro abalo cósmico deste mundo que passa. (Parágrafos Relacionados 1340,2853)

II. PARA JULGAR OS VIVOS E OS MORTOS

678 Na linha dos profetas e de João Batista, Jesus anunciou em sua pregação o Juízo do último Dia. Então será revelada a conduta de cada um e o segredo dos corações. Será também condenada a incredulidade culpada que fez pouco caso da graça oferecida por Deus. A atitude em relação ao próximo revelará o acolhimento ou a recusa da graça e do amor divino Jesus dirá no último Dia: "Cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes" (Mt 25,40). (Parágrafo Relacionado 1470)

679 Cristo é Senhor da Vida Eterna. O pleno direito de julgar definitivamente as obras e os corações dos homens pertence a Ele enquanto Redentor do mundo. Ele "adquiriu" este direito por sua Cruz. O Pai entregou "todo o julgamento ao Filho" (Jo 5,22). Ora, o Filho não veio para julgar, mas para salvar e para dar a vida que está nele. É pela recusa da graça nesta vida que cada um já se julga a si mesmo recebe de acordo com suas obras e pode até condenar-se para a eternidade ao recusar o Espírito de amor. (Parágrafo Relacionado 1021)

RESUMINDO

680 Cristo Senhor já reina pela Igreja, mas ainda não lhe estão submetidas todas as coisas deste mundo. O triunfo do Reino de Cristo não se dará sem uma última investida das potências do mal.

681 No dia do juízo, por ocasião do fim do mundo, Cristo virá na glória para realizar o triunfo definitivo do bem sobre o mal os quais, como o trigo e o joio, terão crescido juntos ao longo da história.

682 Ao vir no fim dos tempos para julgar os vivos e os mortos, Cristo glorioso revelará a disposição secreta dos corações e retribuirá a cada um segundo suas obras e segundo tiver acolhido ou rejeitado sua graça.

CREIO NO ESPÍRITO SANTO

683 "Ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1Cor 12,3). "Deus enviou a nossos corações o Espírito de seu Filho que clama: Abbá, Pai!" (Gl 4,6). Este conhecimento de fé só é possível

no Espírito Santo Para estar em contato com Cristo, é preciso primeiro ter sido tocado pelo Espírito Santo É ele que nos precede e suscita em nós a fé. Por nosso Batismo, primeiro sacramento da fé, a Vida, que tem sua fonte no Pai e nos é oferecida no Filho, nos é comunicada intimamente e pessoalmente pelo Espírito Santo na Igreja: (Parágrafos Relacionados 424,2670,152)

O Batismo nos concede a graça do novo nascimento em Deus Pai por meio de seu Filho no Espírito Santo Pois os que têm o Espírito de Deus são conduzidos ao Verbo, isto é, ao Filho; mas o Filho os apresenta ao Pai, e o Pai lhes concede a incorruptibilidade. Portanto, sem o Espírito não é possível ver o Filho de Deus, e sem o Filho ninguém pode aproximar-se do Pai, pois o conhecimento do Pai é o Filho, e o conhecimento do Filho de Deus se faz pelo Espírito Santo. (Parágrafo Relacionado 236)

684 Espírito Santo, por sua graça, é primeiro no despertar de nossa fé e na vida nova que é "conhecer o Pai e aquele que Ele enviou, Jesus Cristo". Todavia, é último na revelação das Pessoas da Santíssima Trindade. São Gregório Nazianzeno, "o Teólogo", explica esta progressão pela pedagogia da "condescendência" divina: O Antigo Testamento proclamava manifestamente o Pai, mais obscuramente o Filho. O Novo manifestou o Filho, fez entrever a divindade do Espírito. Agora o Espírito tem direito de cidadania entre nós e nos concede uma visão mais clara de si mesmo. Com efeito, não era prudente, quando ainda não se confessava a divindade do Pai, proclamar abertamente o Filho e, quando a divindade do Filho ainda não era admitida, acrescentar o Espírito Santo como um peso suplementar, para usarmos uma expressão um tanto ousada... É por meio de avanços e de progressões "de glória em glória" que a luz da Trindade resplenderá em claridades mais brilhantes.

685 Crer no Espírito Santo é, pois, professar que o Espírito Santo é uma das Pessoas da Santíssima Trindade, consubstancial ao Pai e ao Filho, "e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado[a4] ". É por isso que se tratou do mistério divino do Espírito Santo na "teologia" trinitária. Aqui, portanto, só se tratará do Espírito Santo na "Economia" divina. (Parágrafo Relacionado 236)

686 O Espírito Santo está em ação com o Pai e o Filho do início até a consumação do Projeto de nossa salvação. Mas é nos "últimos tempos", inaugurados pela Encarnação redentora do Filho que ele é revelado e dado, reconhecido e acolhido como Pessoa. Então este Projeto Divino, realizado em Cristo, "Primogênito" e Cabeça da nova criação, poderá tomar corpo na humanidade pelo Espírito difundido: a Igreja, a comunhão dos santos, a remissão dos pecados, a ressurreição da carne, a Vida Eterna. (Parágrafo Relacionado 258)

Artigo 8

"CREIO NO ESPÍRITO SANTO"

687 "O que está em Deus, ninguém o conhece senão o Espírito de Deus" (1 Cor 2,11). Ora, seu Espírito que o revela nos conhecer Cristo, seu Verbo, sua Palavra viva, mas não se revela a si mesmo. Aquele que "falou pelos profetas" faz-nos ouvir a Palavra do Pai. Mas, ele mesmo, nós não o ouvimos. Só o conhecemos no momento em que nos revela o Verbo e nos dispõe a acolhê-lo na fé. O Espírito de Verdade que nos "desvenda o Cristo "não fala de si mesmo". Tal apagamento, propriamente divino, explica por que "o mundo não pode acolhê-lo, porque não o vê nem o conhece", enquanto os que crêem em Cristo o conhecem, porque ele permanece com eles (Jo 14,17). (Parágrafo Relacionado 243)

688 A Igreja, comunhão viva na fé dos apóstolos, que ela transmite, é o lugar de nosso conhecimento do Espírito Santo:

- ü nas Escrituras que ele inspirou;
- ü na Tradição, da qual os Padres da Igreja são as testemunhas sempre atuais;
- ü no Magistério da Igreja, ao qual ele assiste;
- ü na Liturgia sacramental, por meio de suas palavras e de seus símbolos, na qual o Espírito Santo nos coloca em Comunhão com Cristo;
- ü na oração, na qual Ele intercede por nós;
- ü nos carismas e nos ministérios, pelos quais a Igreja é edificada;

- ü nos sinais de vida apostólica e missionária;
- ü no testemunho dos santos, no qual ele manifesta sua santidade e continua a obra da salvação.

I. A MISSÃO CONJUNTA DO FILHO E DO ESPÍRITO

689 Aquele que o Pai enviou a nossos corações, o Espírito de seu Filho" é realmente Deus. Consustancial ao Pai e ao Filho, ele é inseparável dos dois, tanto na Vida íntima da Trindade como em seu dom de amor pelo mundo. Mas ao adorar a Santíssima Trindade, vivificante, consustancial e indivisível, a fé da Igreja professa também a distinção das Pessoas. Quando o Pai envia seu Verbo, envia sempre seu Sopro: missão conjunta em que o Filho e o Espírito Santo são distintos, mas inseparáveis. Sem dúvida, é Cristo que aparece, ele, a Imagem visível do Deus invisível; mas é o Espírito Santo que o revela. (Parágrafos Relacionados 24,254,485)

690 Jesus é Cristo, "ungido", porque o Espírito é a unção dele, e tudo o que advém a partir da Encarnação decorre desta plenitude. Quando finalmente Cristo é glorificado, pode, por sua vez, de junto do Pai, enviar o Espírito aos que crêem nele: comunica-lhes sua glória, isto é, o Espírito Santo que o glorifica. A missão conjunta se desdobra então nos filhos adotados pelo Pai no Corpo de seu Filho: a missão do Espírito de adoção será uni-los a Cristo e fazê-los viver nele: (Parágrafos Relacionados 436,788)

A noção da unção sugere... que não existe nenhuma distância entre o Filho e o Espírito. Com efeito, da mesma forma que entre a superfície do corpo e a unção do óleo nem a razão nem os sentidos conhecem nenhum intermediário, assim é imediato o contato do Filho com o Espírito, tanto que, para aquele que vai tomar contato com o Filho pela fé é necessário encontrar primeiro o óleo pelo contato. Com efeito não há nenhuma parte que esteja privada do Espírito Santo Por isso a confissão do Senhorio do Filho se faz no Espírito Santo para os que a recebem, vindo o Espírito de todas as partes precedendo os que se aproximam pela fé. (Parágrafo Relacionado 448)

II. O NOME, AS DENOMINAÇÕES E OS SÍMBOLOS DO ESPÍRITO

O NOME PRÓPRIO DO ESPÍRITO SANTO

691 "Espírito Santo", este é o nome próprio daquele que adoramos e glorificamos com o Pai e o Filho. A Igreja o recebeu do Senhor e o professa no Batismo de seus novos filhos O termo "Espírito" traduz o termo hebraico "Ruah", o qual em seu sentido primeiro, significa sopro, ar, vento. Jesus utiliza justamente a imagem sensível do vento para sugerir a Nicodemos a nossa novidade transcendente daquele que é pessoalmente o Sopro de Deus, o Espírito divino. Por outro lado, Espírito e Santo são atributos divinos comuns às três Pessoas Divinas. Mas ao juntar os dois termos, a Escritura, a Liturgia e a linguagem teológica designam a Pessoa inefável do Espírito Santo, sem equívoco possível com os outros empregos dos termos "espírito" e "santo". (Parágrafo Relacionado 1433)

AS DENOMINAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO

692 Ao anunciar e prometer a vinda do Espírito Santo, Jesus o denomina o "Paráclito", literalmente: aquele que é chamado para perto de, "advocatus" (Jo 14,16.26; 15,26; 16,7). "Paráclito" é habitualmente traduzido por "Consolador", sendo Jesus o primeiro consolador. O próprio Senhor chama o Espírito Santo". Espírito de Verdade. "

693 Além de seu nome próprio, que é o mais empregado nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas, encontram-se em São Paulo as denominações: o Espírito da promessa (Gl 3,14; Ef 1,13), o Espírito de adoção (Rm 8,15; Gl 4,6), o Espírito de Cristo (Rm 8,11), o Espírito do Senhor (2Cor 3,17), o Espírito de Deus (Rm 8,9.14;15,19; 1Cor 6,11;7,40) e, em São Pedro, o Espírito de glória (1Pd 4,14).

OS SÍMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO

694 A água. O simbolismo da água é significativo da ação do Espírito Santo no Batismo, pois após a invocação do Espírito Santo ela se torna a sinal sacramental eficaz do novo nascimento: assim como a gestação de nosso primeiro nascimento se operou na água, da mesma forma também a água batismal significa realmente que nosso nascimento para, a vida divina nos é dado no Espírito Santo Mas "batizados em um só Espírito" também "bebemos de um só Espírito" (1Cor 12,13): o Espírito é, pois também pessoalmente a água viva que jorra de Cristo crucificado como de sua fonte e que em nós jorra em Vida Eterna. (Parágrafos Relacionados 1218,2652)

695 A unção. O simbolismo da unção com óleo também é significativo do Espírito Santo, a ponto de tomar-se sinônimo dele. Na iniciação cristã, ela é o sinal sacramental da confirmação, chamada com acerto nas Igrejas do Oriente de "crismação". Mas, para perceber toda a força deste simbolismo, há que retomar à unção primeira realizada pelo Espírito Santo: a de Jesus. Cristo ("Messias" a partir do hebraico) significa "Ungido" do Espírito de Deus. Houve "ungidos" do Senhor na Antiga Aliança de modo eminente o rei Davi. Mas Jesus é o Ungido de Deus de uma forma única: a humanidade que o Filho assume é totalmente "ungida do Espírito Santo". Jesus é constituído "Cristo" pelo Espírito Santo A Virgem Maria concebe Cristo do Espírito Santo, que pelo anjo o anuncia como Cristo por ocasião do nascimento dele e leva Simeão a vir ao Templo para ver o Cristo do Senhor; é Ele que plenifica o Cristo é o poder dele que sai de Cristo em seus atos de cura e de salvação. É finalmente Ele que ressuscita Jesus dentre os mortos. Então, constituído plenamente "Cristo" em sua Humanidade vitoriosa da morte, Jesus difunde em profusão o Espírito Santo até "os santos" constituírem, em sua união com a Humanidade do Filho de Deus, "esse Homem perfeito... que realiza a plenitude de Cristo" (Ef 4, 13): "o Cristo total", segundo a expressão de Santo Agostinho. (Parágrafos Relacionados 1293,436,1504,794)

696 O fogo. Enquanto a água significa o nascimento e a fecundidade da Vida dada no Espírito Santo o fogo simboliza a energia transformadora dos atos do Espírito Santo O profeta Elias, que "surgiu como um fogo cuja palavra queimava como uma tocha" (Eclo 48,1), por sua oração atrai o fogo do céu sobre o sacrifício do monte Carmelo, figura do fogo do Espírito Santo que transforma o que toca. João Batista, que caminha diante do Senhor com o espírito e o poder de Elias" (Lc 1,17), anuncia o Cristo como aquele que "batizará com o Espírito Santo e com o fogo" (Lc 3,16), esse Espírito do qual Jesus dirá "Vim trazer fogo à terra, e quanto desejaria que já estivesse acesso (Lc 12,49). É sob a forma de línguas "que se diriam de fogo" o Espírito Santo pousa sobre os discípulos na manhã de Pentecostes e os enche de Si[a31] . A tradição espiritual manterá este simbolismo do fogo como um dos mais expressivos da ação do Espírito Santo Não extingais o Espírito" (1Ts 5,19). (Parágrafos Relacionados 1127,2586,718)

697 A nuvem e a luz. Estes dois símbolos são inseparáveis nas manifestações do Espírito Santo Desde as teofanias do Antigo Testamento, a Nuvem, ora escura, ora luminosa, revela o Deus vivo e salvador, escondendo a transcendência de sua Glória: com Moisés sobre a montanha do Sinai, na Tenda de Reunião e durante a caminhada no deserto; com Salomão por ocasião da dedicação do Templo[. Ora, estas figuras são cumpridas por Cristo no Santo Espírito Santo. É este que paira sobre a Virgem Maria e a cobre "com sua sombra", para que ela conceba e dê à luz Jesus. No monte da Transfiguração, é ele que "sobrevêm na nuvem que toma" Jesus, Moisés e Elias, Pedro, Tiago e João "debaixo de sua sombra"; da Nuvem sai uma voz que diz: "Este é meu Filho, o Eleito, ouvi-o sempre" (Lc 9,34-35). É finalmente essa Nuvem que "subtrai Jesus aos olhos" dos discípulos no dia da Ascensão e que o revelará Filho do Homem em sua glória no Dia de sua Vinda. (Parágrafos Relacionados 484,554,659)

698 O selo é um símbolo próximo ao da unção. Com efeito, é Cristo que "Deus marcou com seu selo" (Jo 6,27) e é nele que também o Pai nos marca com seu selo. Por indicar o efeito indelével da unção do Espírito Santo nos sacramentos do batismo, da confirmação e da ordem, a imagem do selo ("sphragis") tem sido utilizada em certas tradições teológicas para exprimir o "caráter" indelével impresso por estes três sacramentos que não podem ser reiterados. (Parágrafos Relacionados 1295,1296,1121)

699 A mão. E impondo as mãos que Jesus cura os doentes e abençoa as criancinhas. Em nome dele, os apóstolos farão o mesmo. Melhor ainda: é pela imposição das mãos dos apóstolos que o Espírito Santo é dado. A Epístola aos Hebreus inclui a imposição das mãos entre os "artigos fundamentais" de seu ensinamento. A Igreja conservou este sinal da efusão onipotente do Espírito Santo em suas epicleses sacramentais. (Parágrafos Relacionados 292,1288,1300,1573,1668)

700 O dedo. "E pelo dedo de Deus que (Jesus) expulsa os demônios." Se a Lei de Deus foi escrita em tábuas de pedra "pelo dedo de Deus" (Ex 31,18), a "letra de Cristo", entregue aos cuidados dos apóstolos" é escrita com o Espírito de Deus vivo não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos

corações" (2Cor 3,3). O hino "Veni, Creator Spiritus" (Vem, Espírito criador) invoca o Espírito Santo como "dedo da direita paterna" (digitus paternae dexteræ). (Parágrafo Relacionado 2056)

701 A pomba. No fim do dilúvio (cujo simbolismo está ligado ao batismo), a pomba solta por Noé volta com um ramo novo de oliveira no bico, sinal de que a terra é de novo habitável. Quando Cristo volta a subir da água de seu batismo, o Espírito Santo, em forma de uma pomba, desce sobre Ele e sobre Ele permanece. O Espírito desce e repousa no coração purificado dos batizados. Em certas igrejas, a santa Reserva eucarística é conservada em um recipiente metálico em forma de pomba (o columbarium) suspenso acima do altar. O símbolo da pomba para sugerir o Espírito Santo é tradicional na iconografia cristã. (Parágrafos Relacionados 1219,535)

III. O ESPÍRITO E A PALAVRA DE DEUS NO TEMPO DAS PROMESSAS

702 Desde o começo até a "plenitude do tempo", a missão conjunta do Verbo e do Espírito do Pai permanece escondida, mas está em ação. O Espírito de Deus prepara aí o tempo do Messias, e os dois, sem serem ainda plenamente revelados, já são prometidos, a fim de serem esperados e acolhidos quando se manifestarem. E por isso que, quando a Igreja lê o Antigo Testamento, procura nele o que o Espírito, "que falou pelos profetas (Símbolo de Niceno-Constantinopolitano:DS 150), quer falar-nos a respeito de Cristo. (Parágrafos Relacionados 122,107)

Por "profetas", a fé da Igreja entende aqui todos aqueles que o Espírito Santo inspirou para o anúncio de viva voz e na redação dos livros sagrados, tanto do Antigo como do Novo Testamento. A tradição judaica distingue a Lei (os cinco primeiros livros ou Pentateuco), os Profetas (nossos livros denominados históricos e proféticos) e os Escritos (sobretudo sapienciais, em particular os Salmos). (Parágrafo Relacionado 243)

NA CRIAÇÃO

703 A Palavra de Deus e seu Sopro estão na origem do ser e da vida de toda criatura: (Parágrafo Relacionado 292)

Ao Espírito Santo cabe reinar, santificar e animar a criação, pois é Deus consubstancial ao Pai e ao Filho... A ele cabe o poder sobre a vida, pois, sendo Deus, ele conserva a criação no Pai pelo Filho. (Parágrafo Relacionado 291)

704 "Quanto ao homem, Deus o modelou com as próprias mãos [isto é, o Filho e o Espírito Santo] (...) e imprimiu na carne modelada sua própria forma, de modo que até o que fosse visível tivesse a forma divina." (Parágrafo Relacionado 356)

O ESPÍRITO DA PROMESSA

705 Desfigurado pelo pecado e pela morte, o homem continua sendo "à imagem de Deus", à imagem do Filho, mas é "privado da Glória de Deus", privado da "semelhança". A promessa feita a Abraão o inaugura a Economia da salvação, no fim da qual o próprio Filho assumirá "a imagem" e a restaurará na "semelhança" com o Pai, restituindo-lhe a Glória, o Espírito "que dá a vida". (Parágrafos Relacionados 410,2809)

706 Contra toda esperança humana, Deus promete a Abraão a uma descendência, como fruto da fé e do poder do Espírito Santo. Nela serão abençoadas todas as nações da terra. Esta descendência será Cristo, no qual a efusão do Espírito Santo fará "a unidade dos filhos de Deus dispersos". Ao comprometer-se por juramento, Deus já se compromete a dar seu Filho bem-amado e "o Espírito da promessa... que prepara a redenção do Povo que Deus adquiriu para si". (Parágrafo Relacionado 60)

NAS TEOFANIAS E NA LEI

707 As Teofanias (manifestações de Deus) iluminam o caminho da promessa, desde os patriarcas até Moisés e de Josué até as visões que inauguram a missão dos grandes profetas. A tradição cristã sempre

reconheceu que, nessas Teofanias, o Verbo de Deus se fazia ver e ouvir, revelado e ao mesmo tempo "oculto" na Nuvem do Espírito Santo.

708 Esta pedagogia de Deus aparece especialmente no dom da Lei, a qual foi dada como um "pedagogo" para conduzir o Povo a Cristo. Mas sua impotência para salvar o homem privado da "semelhança" divina e do conhecimento maior que ela dá do pecado suscitam o desejo do Espírito Santo. Os gemidos dos Salmos atestam isto. (Parágrafos Relacionados 1961-1964,122,2585)

NO REINO E NO EXÍLIO

709 A Lei, sinal da promessa e da aliança, deveria ter regido o coração e as instituições do povo nascido da fé de Abraão. "Se ouvirdes minha voz e guardardes minha aliança... sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa" (Ex 19,5-6). Mas, depois de Davi, Israel sucumbe à tentação de tornar-se um reino como as demais nações. Ora, o Reino, objeto da promessa feita a Davi, ser obra do Espírito Santo; ele pertencerá pobres segundo o Espírito. (Parágrafos Relacionados 2579,544)

710 O esquecimento da Lei e a infidelidade à Aliança desembocam na morte: é o Exílio, aparentemente fracasso das Promessas, mas, na realidade, fidelidade misteriosa do Deus salvador e início de uma restauração prometida, mas segundo o Espírito. Era preciso que o Povo de Deus sofresse essa purificação; o Exílio já traz a sombra da Cruz no Projeto de Deus, e o Resto dos pobres que volta de lá é uma das figuras mais transparentes da Igreja.

A EXPECTATIVA DO MESSIAS E DE SEU ESPÍRITO

711 "Eis que vou fazer uma coisa nova" (Is 43,19): duas linhas proféticas vão desenhar-se, uma levando para a espera do Messias, a outra para o anúncio de um Espírito Novo, e ambas convergindo no pequeno Resto, o povo dos Pobres, que aguarda na esperança a "consolação de Israel" e "a libertação de Jerusalém" (Lc 2,25.38). (Parágrafos relacionados 64,522). Vimos anteriormente como Jesus realiza as profecias que lhe dizem respeito. Limitamo-nos aqui àquelas em que aparece mais a relação entre o Messias e seu Espírito.

712 Os traços do rosto do Messias esperado começam aparecer no Livro do Emanuel ("quando Isaias teve a visão da Glória" de Cristo: Jo 12,41), em especial em Is 11,1-2: (Parágrafo relacionado 439)

Um ramo sairá do tronco de Jessé,
um rebento brotará de suas raízes:
sobre ele repousará o espírito do Senhor,
espírito de sabedoria e de inteligência,
espírito de conselho e de fortaleza,
espírito de conhecimento e de temor do Senhor.

713 Os traços do Messias são revelados sobretudo nos cantos do Servo. Esses cantos anunciam o sentido da Paixão de Jesus e indicam, assim, a maneira como ele derramará o Espírito Santo para vivificar a multidão: não partindo de fora, mas desposando nossa "condição de escravo" (Fl 2,7). Tomando sobre si nossa morte, ele pode comunicar-nos seu próprio Espírito de vida. (Parágrafo relacionado 601)

714 É por isso que Cristo inaugura o anúncio da Boa Nova, fazendo sua esta passagem de Isaias (Lc [a75] 4,18-19):

O Espírito do Senhor está sobre mim,
porque ele me ungiu
para evangelizar os pobres;
curar aos de coração ferido;
enviou-me para proclamar a remissão aos presos,

e aos cegos a recuperação da vista,
para restituir a liberdade aos oprimidos
e para proclamar um ano de graça do Senhor.

715 Os textos proféticos diretamente referentes ao envio do Espírito Santo são oráculos em que Deus fala ao coração de seu Povo na linguagem da promessa, com as tônicas do "amor e da fidelidade", cujo cumprimento São Pedro proclamará na manhã de Pentecostes. Segundo essas promessas, nos "últimos tempos" o Espírito do Senhor renovará o coração dos homens, gravando neles uma Lei Nova; reunirá e reconciliará os povos dispersos e divididos; transformará a criação primeira; e Deus habitará nela com os homens na paz. (Parágrafos relacionados 214,1965)

716 O Povo dos "pobres" os humildes e os mansos, totalmente entregues aos desígnios misteriosos de seu Deus, os que esperam a justiça não dos homens, mas do Messias - é finalmente a grande obra da missão escondida do Espírito Santo durante o tempo das promessas para preparar a vinda de Cristo. É a sua qualidade de coração, purificado e iluminado pelo Espírito, que se exprime nos Salmos. Nesses pobres, o Espírito prepara para o Senhor "um povo bem-disposto". (Parágrafo relacionado 368)

IV. O ESPÍRITO DE CRISTO NA PLENITUDE DO TEMPO

JOÃO, PRECURSOR, PROFETA E BATISTA

717 "Houve um homem enviado por Deus. Seu nome era João" (Jo 1,6). João é "repleto do Espírito Santo, ainda no seio de sua mãe" (Lc 1,15.41) por obra do próprio Cristo que a Virgem Maria acabava de conceber do Espírito Santo A "visitação" de Maria a Isabel tomou-se, assim, "visita de Deus ao seu povo. (Parágrafo relacionado 523)

718 João é "Elias que deve vir ": o Fogo do Espírito habita nele e o faz "correr adiante" (na qualidade de "precursor") do Senhor que vem. Em João, o Precursor, o Espírito Santo concluía a obra de "preparar para o Senhor um povo bem-disposto" (Lc 1, 17). (Parágrafo relacionado 696)

719 João é "mais do que um profeta". Nele, o Espírito Santo conclui a tarefa de "falar pelos profetas". João encerra o ciclo dos profetas inaugurado por Elias. Anuncia a iminência da Consolação de Israel, é a "voz" do Consolador que vem. Como fará o Espírito de Verdade, "ele vem como testemunha, para dar testemunho da Luz" (Jo 1,7). Aos olhos de João o Espírito realiza, assim, as "pesquisas dos profetas" e o "desejo" dos anjos:"Aquele sobre quem vires o Espírito descer e permanecer é o que batiza com o Espírito Santo Eu vi e dou testemunho de que ele é o Filho de Deus... Eis o Cordeiro de Deus" (Jo 1,33-36). (Parágrafos relacionados 2684,536)

720 Finalmente, com João Batista o Espírito Santo inaugura, prefigurando-o, o que realizará com e em Cristo: restituirá ao homem "a semelhança" divina. O Batismo de João era para o arrependimento, o Batismo da água e no Espírito será um novo nascimento. (Parágrafo relacionado 535)

"ALEGRA-TE, CHEIA DE GRAÇA

721 Maria, a Mãe de Deus toda santa, sempre Virgem, é a obra prima da missão do Filho e do Espírito na plenitude do tempo pela primeira vez no plano da salvação e porque o seu Espírito a preparou, o Pai encontra a Morada em, que seu Filho e seu Espírito podem habitar entre os homens. E neste sentido que a Tradição da Igreja muitas vezes leu, com relação a Maria, os mais belos textos sobre a Sabedoria: Maria é decantada e representada na Liturgia como o "trono da Sabedoria". Nela começam a manifestar-se as "maravilhas de Deus" que o Espírito vai realizar em Cristo e na Igreja. (Parágrafo relacionado 484)

722 O Espírito Santo preparou Maria com sua graça. Convinha que fosse "cheia de graça" a mãe daquele em quem "habita corporalmente a Plenitude da Divindade" (CI 2,9). Por pura graça, ela foi concebida sem pecado como a mais humilde das criaturas; a mais capaz de acolher o Dom inefável do Todo-Poderoso. É com razão que o anjo Gabriel a saúda como a "filha de Sião": "Alegra-te". É a ação de graças de todo o Povo de Deus, e portanto da Igreja, que ela faz subir ao Pai no Espírito Santo em seu cântico, enquanto traz em si o Filho Eterno. (Parágrafos relacionados 489,2676)

723 Em Maria, o Espírito Santo realiza o desígnio benevolente do Pai. É pelo Espírito Santo que a Virgem concebe e dá à luz o Filho de Deus. Sua virgindade transforma-se em fecundidade única pelo poder do Espírito e da fé. (Parágrafos relacionados 485,506)

724 Em Maria, o Espírito Santo manifesta o Filho do Pai tornado Filho da Virgem. Ela é a Sarça ardente da Teofania definitiva: repleta do Espírito Santo, ela mostra o Verbo na humildade de sua carne, e é aos Pobres e às primícias das nações que ela o dá a conhecer. (Parágrafos relacionados 208,2619)

725 Finalmente, por Maria o Espírito Santo começa a pôr em Comunhão com Cristo os homens, "objetos do amor benevolente de Deus", e os humildes são sempre os primeiros a recebê-lo: os pastores, os magos, Simeão e Ana, os esposos de Caná e os primeiros discípulos. (Parágrafo relacionado 963)

726 Ao final desta missão do Espírito, Maria torna-se a "Mulher", nova Eva, "mãe dos viventes", Mãe do "Cristo total". É nesta qualidade que ela está presente com os Doze, "com um só coração, assíduos à oração" (At 1,14), na aurora dos "últimos tempos" que o Espírito vai inaugurar na manhã de Pentecostes, com a manifestação da Igreja. (Parágrafos relacionados 494,2618)

O CRISTO JESUS

727 Toda a missão do Filho e do Espírito Santo na plenitude do tempo está contida no fato de o Filho ser o Ungido do Espírito do Pai desde a sua Encarnação: Jesus é o Cristo, o Messias. Todo o segundo capítulo do Símbolo da fé deve ser lido sob esta luz. Toda a obra de Cristo é missão conjunta do Filho e do Espírito Santo. Aqui mencionaremos somente o que diz respeito à promessa do Espírito Santo feita por Jesus e o dom do Espírito pelo Senhor glorificado. (Parágrafos relacionados 438,695,536)

728 Jesus não revela plenamente o Espírito Santo enquanto Ele mesmo não é glorificado por sua Morte e Ressurreição. Contudo, sugere-o pouco a pouco, mesmo em seus ensinamentos às multidões, quando revela que sua Carne será alimento para a vida do mundo [a97] sugere-o também a Nicodemos, à Samaritana e aos que participam da festa dos Tabernáculos. A seus discípulos, fala dele abertamente a propósito da oração [a101] do testemunho que deverão dar. (Parágrafo relacionado 2615)

729 É somente quando chega a Hora em que vai ser glorificado que Jesus promete a vinda do Espírito Santo, pois sua Morte e Ressurreição serão o cumprimento da Promessa feita aos Apóstolos[a103] : o Espírito de Verdade, o Paráclito, será dado pelo Pai a pedido de Jesus; Ele será enviado pelo Pai em nome de Jesus; Jesus o enviará de junto do Pai, pois ele procede do Pai. O Espírito Santo virá, nós o conheceremos, Ele estará conosco para sempre, Ele permanecerá conosco; Ele nos ensinará tudo e nos lembrará de tudo o que Cristo nos disse, e dele dará testemunho; conduzir-nos-á à verdade inteira e glorificará a Cristo. Quanto ao mundo, confundi-lo-á em matéria de pecado, de justiça e de julgamento. (Parágrafos relacionados 388,1433)

730 Finalmente chega a Hora de Jesus. Jesus entrega seu espírito nas mãos do Pai [a105] momento em que, por sua Morte, e, vencedor da morte, de maneira que, "ressuscitado dos mortos pela Glória do Pai" (Rm 6,4), dá imediatamente o Espírito Santo, "soprando" sobre seus discípulos. A partir dessa Hora, a missão de Cristo e do Espírito passa a ser a missão da Igreja: "Como o Pai me enviou, também eu vos envio" (Jo 20,21). (Parágrafo relacionado 850)

V. O ESPÍRITO E A IGREJA NOS ÚLTIMOS TEMPOS

PENTECOSTES

731 No dia de Pentecostes (no fim das sete semanas pascais), a Páscoa de Cristo se realiza na efusão do Espírito Santo, que é manifestado, dado e comunicado como Pessoa Divina: de sua plenitude, Cristo, Senhor, derrama em profusão o Espírito. (Parágrafos relacionados 2623,767,1302)

732 Nesse dia é revelada plenamente a Santíssima Trindade. A partir desse dia, o Reino anunciado por Cristo está aberto aos que crêem nele; na humildade da carne e na fé, eles participam já da comunhão da Santíssima Trindade. Por sua vinda e ela não cessa, o Espírito Santo faz o mundo entrar nos "últimos

tempos", o tempo da Igreja, o Reino já recebido em herança, mas ainda não consumado: (Parágrafos relacionados 244,672). Vimos a verdadeira Luz, recebemos o Espírito celeste, encontramos a verdadeira fé: adoramos a Trindade indivisível, pois foi ela quem nos salvou.

O ESPÍRITO SANTO - O DOM DE DEUS

733 "Deus é Amor" (1Jo 4,8.16). e o Amor é o primeiro dom. Ele contém todos os demais. Este amor, "Deus o derramou em nossos corações pelo Espírito que nos foi dado" (Rm 5,5). (Parágrafo relacionado 218)

734 Pelo fato de estarmos mortos, ou, pelo menos, feridos pelo pecado, o primeiro efeito do dom do Amor é a remissão de nossos pecados. É a comunhão do Espírito Santo (2Cor 13,13) que, na Igreja, restitui aos batizados a semelhança divina perdida pelo pecado. (Parágrafo relacionado 1987)

735 Ele dá, então, o "penhor" ou as "primícias" de nossa Herança: a própria vida da Santíssima Trindade, que é amar "como Ele nos amou". Este amor (a caridade de 1Cor 13) é o princípio da vida nova em Cristo, possibilitada pelo fato de termos "recebido uma força, a do Espírito Santo" (At 1,8). (Parágrafo relacionado 1822)

736 É por este poder do Espírito que os filhos de Deus podem (dar fruto. Aquele que nos enxertou na verdadeira vida nos fará produzir "o fruto do Espírito, que é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio" (Gl 5,22-23). "Se vivemos pelo Espírito", quanto mais renunciarmos a nós mesmos, tanto mais "pelo Espírito pautemos também a nossa conduta[a113] (Parágrafo relacionado 1832). Por estarmos em comunhão com Ele, o Espírito Santo torna-nos espirituais, recoloca-nos no Paraíso, reconduz-nos ao Reino dos Céus e à adoção filial, dá-nos a confiança de chamarmos Deus de Pai e de participarmos na graça de Cristo, de sermos chamados filhos da luz e de termos parte na vida eterna[a114] .

O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA

737 A missão de Cristo e do Espírito Santo realiza-se na Igreja, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo. Esta missão conjunta associa a partir de agora os fiéis de Cristo à sua comunhão com o Pai no Espírito Santo: o Espírito prepara os homens, antecipa-se a eles por sua graça, para atraí-los a Cristo. Manifesta-lhes o Senhor ressuscitado, lembra-lhes sua palavra, abrindo-lhes o espírito à compreensão de sua Morte e Ressurreição. Torna-lhes presente o mistério de Cristo, eminentemente na Eucaristia, a fim de reconciliá-los, de colocá-los em comunhão com Deus, a fim de fazê-los produzir "muito fruto". (Parágrafos relacionados 787-798,1093-1109)

738 Assim, a missão da Igreja não é acrescentada à de Cristo e do Espírito Santo, senão que é o Sacramento dela: por todo o seu ser e em todos os seus membros, a Igreja é enviada a anunciar e testemunhar, atualizar e difundir o mistério da comunhão da Santíssima Trindade (a ser tratado no próximo artigo): Nós todos, que recebemos o único e mesmo espírito, a saber, o Espírito Santo, unimo-nos profundamente entre nós e com Deus. Pois embora sejamos numerosos separadamente e embora Cristo faça com que o Espírito do Pai e o dele habite em cada um de nós, este Espírito único e indivisível reconduz por si mesmo à unidade os que são distintos entre si... e faz com que todos apareçam como uma só coisa nele mesmo. E, da mesma forma que o poder da santa humanidade de Cristo faz com que todos aqueles em quem ela se encontra formem um só corpo, penso que da mesma maneira o Espírito de Deus que habita em todos, único e indivisível, os reconduz todos à unidade espiritual. (Parágrafos relacionados 850,777)

739 Por ser o Espírito Santo a unção de Cristo, é Cristo, a Cabeça do Corpo, que o difunde em seus membros, para alimentá-los, curá-los, organizá-los em suas funções mútuas, vivificá-los, enviá-los a testemunhar, associá-los, à sua oferta ao Pai e à sua intercessão pelo mundo inteiro. É pelos sacramentos da Igreja que Cristo comunica aos membros de seu Corpo o seu Espírito Santo e Santificador (a ser tratado na segunda parte do Catecismo). (Parágrafo relacionado 1076)

740 Essas "maravilhas de Deus", oferecidas aos crentes nos sacramentos da Igreja, produzem seus frutos na vida nova, em Cristo, segundo o Espírito (a ser tratado na terceira parte do Catecismo).

741 "O Espírito socorre a nossa fraqueza, pois não sabemos o que seja conveniente pedir; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis" (Rm 8,26). O Espírito Santo, artífice das obras de Deus, é o Mestre da oração (a ser tratado na quarta parte do Catecismo).

RESUMINDO

742 "E, porque sois filhos, enviou Deus a nossos corações Espírito de seu Filho que clama: Abbá, Pai" (Gl 4,6).

743 Desde o início até a consumação do tempo, quando Deus envia seu Filho, envia sempre seu Espírito: a missão dos dois é conjunta e inseparável.

744 Na plenitude do tempo, o Espírito Santo realiza em Maria todas as preparações para a vinda de Cristo no Povo de Deus. Pela ação do Espírito Santo nela, o Pai dá ao mundo o Emanuel, "Deus-conosco" (Mt 1,23).

745 O Filho de Deus é consagrado Cristo (Messias) pela unção do Espírito Santo em sua Encarnação.

746 Por sua Morte e Ressurreição, Jesus é constituído Senhor e Cristo na glória[a118] . De sua Plenitude, derrama o Espírito Santo sobre os apóstolos e a Igreja.

747 O Espírito Santo que Cristo, Cabeça, derrama em seus membros constrói, anima e santifica a Igreja. Ela é o sacramento da Comunhão da Santíssima Trindade e dos homens.

ARTIGO 9

"CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA"

748 "Sendo Cristo a Luz dos Povos, este sacrossanto Sínodo, congregado no Espírito Santo, deseja ardentemente anunciar o Evangelho a toda criatura e iluminar todos os homens com a claridade de Cristo que resplandece na face da Igreja[a1] . " É com essas palavras que começa a "Constituição dogmática sobre a Igreja" do Concílio Vaticano II. Com isso, o Concílio mostra que o artigo de fé sobre a Igreja depende inteiramente dos artigos concernentes a Cristo Jesus. A Igreja não tem outra luz senão a de Cristo; segundo uma imagem cara aos Padres da Igreja, ela é comparável à lua, cuja luz toda é reflexo do sol.

749 O artigo sobre a Igreja depende também inteiramente do artigo sobre o Espírito, que o precede. "Com efeito, após termos mostrado que o Espírito Santo é a fonte e o doador de toda santidade, confessamos agora que foi Ele quem dotou a Igreja de Santidade. "Segundo a expressão dos Padres, a Igreja é o lugar "onde floresce o Espírito".

750 Crer que a Igreja é "santa" e "católica" e que ela é "una" e "apostólica" (como acrescenta o Símbolo niceno-constantinopolitano) é inseparável da fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo No Símbolo dos Apóstolos, fazemos profissão de crer em uma Igreja Santa ("Credo... Ecclesiam"), e não na Igreja, para não confundir Deus com suas obras e para atribuir claramente à bondade de Deus todos os dons que ele pôs em sua Igreja. (Parágrafos relacionados 811,169)

PARÁGRAFO I

A IGREJA NO DESÍGNIO DE DEUS

I. AS DENOMINAÇÕES E AS IMAGENS DA IGREJA

751 A palavra "Igreja" ["ekklésia", do grego "ekkaléin" "chamar fora"] significa "convocação". Designa assembléias do povo, geralmente de caráter religioso. É o termo freqüentemente usado no Antigo Testamento grego para a assembléia do povo eleito diante de Deus, sobretudo para a assembléia do Sinai, onde Israel recebeu a Lei e foi constituído por Deus como seu Povo santo. Ao denominar-se "Igreja", a primeira comunidade dos que criam em Cristo se reconhece herdeira dessa assembléia. Nela, Deus "convoca" seu Povo de todos os confins da terra. O termo "Kyriakà", do qual deriva "Church", "Kirche", significa "a que pertence ao Senhor".

752 Na linguagem cristã, a palavra "Igreja" designa a assembléia litúrgica[a7] , mas também a comunidade local [a8] ou toda a comunidade universal dos crentes[a9] . Esses três significados são

inseparáveis. "A Igreja" é o Povo que Deus reúne no mundo inteiro. Existe nas comunidades locais e se realiza como assembléia litúrgica, sobretudo eucarística. Ela vive da Palavra e do Corpo de Cristo e se torna, assim, Corpo de Cristo. (Parágrafos relacionados 1140,832,830)

Os SÍMBOLOS DA IGREJA

753 Na Sagrada Escritura, encontramos uma multidão de imagens e figuras interligadas, pelas quais a revelação fala do mistério inesgotável da Igreja. As imagens tiradas do Antigo Testamento constituem variações de uma idéia de fundo, a do "Povo de Deus". No Novo Testamento, todas essas imagens entram um novo centro pelo fato de Cristo tornar-se "a Cabeça" deste povo, que é, então, seu Corpo. Em torno deste centro agruparam-se imagens "tiradas ou da vida pastoril ou da vida dos campos, ou do trabalho de construção ou da família e do casamento". (Parágrafos relacionados 781,789)

754 "Com efeito, a Igreja é o redil, do qual Cristo é: a única e necessária porta. Ela é também a grei, da qual o próprio Deus renunciou que seria o pastor. Suas ovelhas, embora governadas por pastores humanos, são, contudo, incessantemente conduzidas e alimentadas pelo próprio Cristo, Bom Pastor e Príncipe dos pastores, que deu sua vida por suas ovelhas". (Parágrafo relacionado 857)

755 "A Igreja é a lavoura ou campo de Deus (1 Cor 3,9). Nesse campo cresce a oliveira antiga, cuja raiz santa foram os Patriarcas e em que foi feita e se fará a reconciliação dos judeus e dos gentios. Ela foi plantada pelo celeste Viticultor como vinha eleita. Cristo é a verdadeira Vide, que dá vida e fecundidade aos ramos, que dizer, a nós, que pela Igreja permanecemos nele, sem o qual nada poderemos fazer. (Parágrafo relacionado 795)

756 "Com freqüência a Igreja é também chamada de construção de Deus. O próprio Senhor comparou-se à pedra que os construtores rejeitaram e se tornou a pedra angular (Mt 21,42 par.; At 4,11; 1 Pd 2,7; Sl 118,22). Sobre este fundamento a Igreja é construída pelos apóstolos[a23] , e dele recebe firmeza e coesão. Essa construção recebe vários nomes: casa de Deus (1 Tm 3,15) na qual habita sua família, morada de Deus no Espírito[a24] , tenda de Deus entre os homens [a25] e principalmente templo santo, que, representado pelos santuários de pedra, é louvado pelos santos Padres e, não sem razão, comparado na Liturgia com a Cidade santa, a nova Jerusalém. Pois nela somos, nesta terra, como as pedras vivas que entram na construção[a26] . E João contempla esta cidade santa que, na renovação do mundo, desce do céu, de junto de Deus, adornada como uma esposa enfeitada para seu esposo (Ap [a27] 21,1-2). (Parágrafos relacionados 857,797,1045)

757 "A Igreja é chamada também de 'Jerusalém celeste' e 'nossa Mãe' (Gl 4,26). É ainda descrita como a esposa imaculada do Cordeiro imaculado. Cristo 'amou-a e por Ela se entregou, a fim de santificá-la' (Ef 5,26); associou-a a si por uma aliança indissolúvel e incessantemente 'a nutre e dela cuida' (Ef [a30] 5,29)." (Parágrafos relacionados 507,796,1616)

II. ORIGEM, FUNDAÇÃO E MISSÃO DA IGREJA

758 Para perscrutar o mistério da Igreja, convém meditar primeiro sobre sua origem no desígnio da Santíssima Trindade e sobre sua realização progressiva no curso da história. (Parágrafo relacionado 257)

UM PROJETO NASCIDO NO CORAÇÃO DO PAI

759 "O Pai eterno, por libérrimo e arcano desígnio de sua sabedoria e bondade, criou todo o universo; decidiu elevar os homens à comunhão da vida divina", à qual chama todos os homens em seu Filho: "Todos os que crêem em Cristo, o Pai quis chamá-los a formarem a santa Igreja". Esta "família de Deus" se constitui e se realiza gradualmente ao longo das etapas da história humana, segundo as disposições do Pai. Com efeito, "desde a origem do mundo a Igreja foi prefigurada. Foi admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na antiga aliança. Foi fundada nos últimos tempos. Foi manifestada pela efusão do Espírito. E no fim dos tempos será gloriosamente consumada". (Parágrafo relacionado 293)

A IGREJA PREFIGURADA DESDE A ORIGEM DO MUNDO

760 "O mundo foi criado em vista da Igreja", diziam os cristãos dos primeiros tempos. Deus criou o mundo em vista da comunhão com sua vida divina, comunhão esta que se realiza pela "convocação" dos homens em Cristo, e esta "convocação" é a Igreja. A Igreja é a finalidade de todas as coisas, e as próprias vicissitudes dolorosas, como a queda dos anjos e o pecado do homem, só foram permitidas por Deus como ocasião e meio para desdobrar toda a força de seu braço, toda a medida de amor que Ele queria dar ao mundo: (Parágrafos relacionados 294,309)

Assim como a vontade de Deus é um ato e se chama mundo, assim também sua intenção é a salvação dos homens e se chama Igreja.

A IGREJA PREPARADA NA ANTIGA ALIANÇA

761 O congraçamento do povo de Deus começa no instante em que o pecado destrói a comunhão dos homens com Deus e a dos homens entre si. A convocação da Igreja é por assim dizer a reação de Deus ao caos provocado pelo pecado. Esta reunificação realiza-se secretamente dentro de todos os povos: "Em qualquer nação, quem o teme e pratica a justiça lhe é agradável" (At 10,35). (Parágrafo relacionado 55)

762 A preparação longínqua da reunião do Povo de Deus começa com a vocação de Abraão, a quem Deus promete que será o pai de um grande povo. A preparação imediata tem seus inícios com a eleição de Israel como povo de Deus. Por sua eleição, Israel deve ser o sinal do congraçamento futuro de todas as nações. Mas já os profetas acusam Israel de ter rompido a aliança e de ter-se comportado como uma prostituta. Anunciam uma nova e eterna Aliança. "Esta Aliança Nova, Cristo a instituiu." (Parágrafos relacionados 122,522,60,84)

A IGREJA - INSTITUÍDA POR CRISTO JESUS

763 Cabe ao Filho realizar, na plenitude dos tempos, o plano de salvação de seu Pai. Este é o motivo de sua "missão". "O Senhor Jesus iniciou sua Igreja pregando a Boa Nova, isto é, o advento do Reino de Deus prometido nas Escrituras havia séculos." Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou o Reino dos Céus na terra. A Igreja "é o Reino de Cristo já misteriosamente presente". (Parágrafo relacionado 541)

764 "Este Reino manifesta-se lucidamente aos homens na palavra, nas obras e na presença de Cristo." Acolher a palavra de Jesus é "acolher o próprio Reino". O germe e o começo do Reino são o "pequeno rebanho" (Lc 12,32) dos que Jesus veio convocar em torno de si, dos quais ele mesmo é o pastor". Eles constituem a verdadeira família de Jesus. Aos que assim reuniu em torno dele, ensinou uma "maneira de agir" nova e também uma oração própria. (Parágrafos relacionados 543,1691,2558)

765 O Senhor Jesus dotou sua comunidade de uma estrutura que permanecerá até a plena consumação do Reino. Há antes de tudo a escolha dos Doze, com Pedro como seu chefe. Representando as doze tribos de Israel, eles são as pedras de fundação da nova Jerusalém. Os Doze e os outros discípulos participam da missão de Cristo, de seu poder, mas também de sua sorte (cf. Mt 10, 25 ; Jo 15, 20) . Por meio de todos os esses atos, Cristo prepara e constrói sua Igreja. (Parágrafos relacionados 551,860)

766 Mas a Igreja nasceu primeiramente do dom total de Cristo para nossa salvação, antecipado na instituição da Eucaristia e realizado na Cruz. "O começo e o crescimento da Igreja são significados pelo sangue e pela água que saíram do lado aberto de Jesus crucificado." "Pois do lado de Cristo dormindo na Cruz é que nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja." Da mesma forma que Eva foi formada do lado de Adão adormecido, assim a Igreja nasceu do coração traspassado de Cristo morto na Cruz. (Parágrafos relacionados 813,610,1340,617,478)

A IGREJA MANIFESTADA PELO ESPÍRITO SANTO

767 "Terminada a obra que o Pai havia confiado ao Filho para realizará na terra, foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes para santificar a Igreja permanentemente." Foi então que "a Igreja se manifestou publicamente diante da multidão e começou a difusão do Evangelho com a pregação". Por ser "convocação" de todos os homens para a salvação, a Igreja é, por sua própria natureza, missionária enviada por Cristo a todos os povos para fazer deles discípulos. (Parágrafos relacionados 731,849)

768 Para realizar sua missão, o Espírito Santo "dota e dirige a Igreja mediante os diversos dons hierárquicos e carismáticos. "Por isso a Igreja, enriquecida com os dons de seu Fundador e empenhando-se em observar fielmente seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus e de estabelecê-lo em todos os povos; deste Reino ela constitui na terra o germe e o início." (Parágrafo relacionado 541)

A IGREJA - CONSUMADA NA GLÓRIA

769 "A Igreja... só terá sua consumação na glória celeste quando do retomo glorioso de Cristo. Até aquele dia, "a Igreja avança em sua peregrinação por meio das perseguições do mundo e das consolações de Deus". Aqui na terra, sabe que está em exílio, longe do Senhor e aspira ao advento pleno do Reino, "a hora em que ela será, 'na glória, reunida a seu Rei". A consumação da Igreja e, por meio dela, a do mundo, na glória, não acontecerá sem grandes provações. Só então "todos os justos, desde Adão, em seguida Abel, o justo, até o último eleito, serão congregados junto do Pai na Igreja universal (Parágrafos relacionados 671,2818,675,1045)

III. O MISTÉRIO DA IGREJA

770 A Igreja está na história, mas ao mesmo tempo a transcende. É unicamente "com os olhos da fé" que se pode enxergar em sua realidade visível, ao mesmo tempo, uma realidade espiritual, portadora de vida divina. (Parágrafo relacionado 812)

A IGREJA - AO MESMO TEMPO VISÍVEL E ESPIRITUAL

771 "O Mediador único, Cristo, constituiu e incessantemente sustenta aqui na terra sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade, como um 'todo' visível pelo qual difunde a verdade e a graça a todos." A Igreja é ao mesmo tempo: (Parágrafos relacionados 827,1880,954)

- ü "sociedade provida de órgãos hierárquicos e Corpo Místico de Cristo;
- ü assembléia visível e comunidade espiritual;
- ü Igreja terrestre e Igreja enriquecida de bens celestes".

Essas dimensões constituem "uma só realidade complexa em que se funde o elemento divino e humano": Caracteriza-se a Igreja por ser humana e ao mesmo tempo divina, visível, mas ornada de dons invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação presente no mundo e, no entanto, peregrina. E isso de modo que nela o humano se ordene divino e a ele se subordine, o visível ao invisível, a ação à contemplação e o presente à cidade futura, que buscamos.

Ó humildade! Ó sublimidade! Tabernáculo de Cedar e santuário de Deus; morada terrestre e palácio celeste; casa de barro e sala régia; corpo de morte e templo de luz; finalmente, desprezo para os soberbos e esposa de Cristo! És negra, mas formosa, ó filha de Jerusalém: ainda que desfigurada pelo labor e pelo longo exílio, a beleza celeste te adorna.

A IGREJA - MISTÉRIO DA ÚNICO DOS HOMENS COM DEUS

772 É na Igreja que Cristo realiza e revela seu próprio mistério como a meta do desígnio de Deus: "Recapitular tudo nele" (Ef 1,10). São Paulo denomina de "grande mistério" (Ef 5,32) a união sponsal entre Cristo e a Igreja. Por estar ela unida a Cristo como a seu Esposo, a própria Igreja também se torna mistério. Contemplando nela o mistério, São Paulo exclama "Cristo em vós, a esperança da glória" (Cl 1,27). (Parágrafos relacionados 518,796)

773 Na Igreja, esta comunhão dos homens com Deus pela "caridade que nunca passará" (1 Cor 13,8) é a finalidade que comanda tudo o que nela é meio sacramental ligado ao mundo presente que passa. Sua estrutura se ordena integralmente à santidade dos membros do corpo místico de Cristo. E a santidade é medida segundo o 'grande mistério', em que a Esposa responde com o dom do amor ao dom do Esposo. Maria nos precede a todos na santidade que é o mistério da Igreja como "a Esposa sem mancha

nem ruga". Por isso, "a dimensão marial da Igreja antecede sua dimensão petrina". (Parágrafos relacionados 671,972)

A IGREJA - SACRAMENTO UNIVERSAL DA SALVAÇÃO

774 A palavra grega "mysterion" foi traduzida para o latim por dois termos: "mysterium" e "sacramentum". Na interpretação ulterior, o termo "sacramentum" exprime mais o sinal visível da realidade escondida da salvação, indicada pelo termo "mysterium". Neste sentido, Cristo mesmo é o mistério da salvação: "Non est enim aliud Dei mysterium, Christus - Pois não existe outro mistério de Deus a não ser Cristo[a78] ". A obra salvífica de sua humanidade santa e santificante é o sacramento da salvação que se manifesta e age nos sacramentos da Igreja (que as Igrejas do Oriente denominam também "os santos mistérios"). Os sete sacramentos são os sinais e os instrumentos pelos quais o Espírito Santo difunde a graça de Cristo, que é a Cabeça, na Igreja, que é seu Corpo. A Igreja contém, portanto, e comunica a graça invisível que ela significa. É neste sentido analógico que ela é chamada de "sacramento". (Parágrafos relacionados 1075,515,2014,1116)

775 "A Igreja é, em Cristo, como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano[a79] ." Ser o sacramento da união íntima dos homens com Deus é o primeiro objetivo da Igreja. Visto que a comunhão entre os homens está enraizada na união com Deus, a Igreja é também o sacramento da unidade do gênero humano. Nela, esta unidade já começou, pois ela congrega homens "de toda nação, raça, povo e língua" (Ap 7,9); ao mesmo tempo, a Igreja é "sinal e instrumento" da plena realização desta unidade que ainda deve vir. (Parágrafo relacionado 360)

776 Como sacramento, a Igreja é instrumento de Cristo. "Nas mãos dele, ela é o instrumento da Redenção de todos os homens " o sacramento universal da salvação" pelo qual Cristo "manifesta e atualiza o amor de Deus pelos homens". Ela "é o projeto visível do amor de Deus pela humanidade" que quer que o "gênero humano inteiro constitua o único povo de Deus, se congregue no único Corpo de Cristo, seja construído no único templo do Espírito Santo". (Parágrafo relacionado 1088)

RESUMINDO

777 A palavra "Igreja" significa "convocação". Designa a assembléia daqueles que a Palavra de Deus convoca para formarem o Povo de Deus e que, alimentados pelo Corpo de Cristo, se tornam Corpo de Cristo.

778 A Igreja é ao mesmo tempo caminho e finalidade do desígnio de Deus: prefigurada na criação, preparada na Antiga Aliança, fundada pelas palavras e atos de Jesus Cristo, realizada por sua Cruz redentora e por sua Ressurreição, ela é manifestada como mistério de salvação pela efusão do Espírito Santo Será consuma na glória do céu como assembléia de todos os resgatados da terra.

779 A Igreja é ao mesmo tempo visível e espiritual, sociedade hierárquica e Corpo Místico de Cristo. Ela é uma, formada de elemento humano e um elemento divino. Somente a fé pode acolher este mistério.

780 A Igreja é no mundo presente o sacramento da salvação, o sinal e o instrumento da comunhão de Deus e dos homens.

PARÁGRAFO 2 - A IGREJA - POVO DE DEUS, CORPO DE CRISTO TEMPLO DO ESPÍRITO SANTO

I. A IGREJA - POVO DE DEUS

781 "Em qualquer época e em qualquer povo é aceito por Deus todo aquele que o teme e pratica a justiça. Aproveu, contudo, a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo, que o conhecesse na verdade e santamente o servisse. Escolheu, por isso Israel como seu povo. Estabeleceu com ele uma aliança e instruiu-o passo a passo... Tudo isso, porém, aconteceu em preparação e figura para aquela nova e perfeita aliança que se estabelecerá em Cristo...

Esta é a Nova Aliança, isto é o Novo Testamento em seu sangue, chamando de entre judeus e gentios um povo que junto crescesse na unidade, não segundo a carne, mas no Espírito.

AS CARACTERÍSTICAS DO POVO DE DEUS

782 O Povo de Deus tem características que o distinguem nitidamente de todos os agrupamentos religiosos, étnicos, políticos ou culturais da história: (Parágrafo relacionado 871)

ü Ele é o Povo de Deus: Deus não pertence, como propriedade, a nenhum povo. Mas adquiriu para si um povo dentre os que outrora não eram um povo: "Uma raça eleita, um sacerdócio régio, uma nação santa" (1Pd 2,9). (Parágrafo relacionado 2787)

ü A pessoa torna-se membro deste povo não pelo nascimento físico, mas pelo "nascimento do alto", "da água e do Espírito" (Jo 3,3-5), isto é, pela fé em Cristo e pelo Batismo. (Parágrafo relacionado 1267)

ü Este povo tem por Chefe (Cabeça) Jesus Cristo (Ungido, Messias); pelo fato de a mesma Unção, o Espírito Santo, fluir da Cabeça para o Corpo, ele é "o Povo messiânico". (Parágrafo relacionado 695)

ü A condição deste povo é a dignidade da liberdade dos filhos de Deus: nos corações deles, como em um templo, reside o Espírito Santo (Parágrafo relacionado 1741)

ü "Sua lei é o mandamento novo de amar como Cristo mesmo nos amou[a87] ". É a lei "nova" do Espírito Santo. (Parágrafo relacionado 1972)

ü Sua missão é ser o sal da terra e a luz do mundo[a89] . "Ele constitui para todo o gênero humano o mais forte germe de unidade, esperança e salvação." (Parágrafo relacionado 849)

ü Finalmente, sua meta é "o Reino de Deus, iniciado na terra por Deus mesmo, Reino a ser estendido mais e mais, até que, no fim dos tempos, seja consumado por Deus mesmo". (Parágrafo relacionado 769)

UM POVO SACERDOTAL, PROFÉTICO E RÉGIO

783 Jesus Cristo é aquele que o Pai ungiu com o Espírito Santo e que constituiu "Sacerdote, Profeta e Rei". O Povo de Deus inteiro participa dessas três funções de Cristo e assume as responsabilidades de missão e de serviço que daí decorrem. (Parágrafos relacionados 436,873)

784 Ao entrar no Povo de Deus pela fé e pelo Batismo, recebe-se participação na vocação única deste povo, em sua vocação sacerdotal: "Cristo Senhor, Pontífice tomado dentre os homens, fez do novo povo 'um reino e sacerdotes para Deus Pai'. Pois os batizados, pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados para ser uma morada espiritual e sacerdócio santo. (Parágrafos relacionados 1268,1546)

785 "O povo santo de Deus participa também da função profética de Cristo." Isso se verifica de modo particular pelo sentido sobrenatural da fé, que é de todo o povo, leigos e hierarquia, apegando-se "indefectivelmente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos[a94] ", e aprofunda a compreensão da mesma e torna-se testemunha de Cristo no meio deste mundo. (Parágrafo relacionado 92)

786 O Povo de Deus participa finalmente da função régia de Cristo. Cristo exerce sua realeza atraindo para si todos os homens por sua morte e Ressurreição. Cristo, Rei e Senhor do universo, se fez servidor de todos, não veio "para ser servido, mas para servir e para dar sua vida em resgate por muitos" (Mt 20,28). Para o cristão, "reinar é servir[a96] ", particularmente "nos pobres e nos sofredores, nos quais a Igreja reconhece a imagem de seu Fundador pobre e sofredor". O povo de Deus realiza sua "dignidade régia" vivendo em conformidade com esta vocação de servir com Cristo. (Parágrafos relacionados 2449,2443)

Todos os que renasceram em Cristo obtiveram, pelo sinal da cruz, a dignidade real e, pela unção do Espírito Santo, receberam a consagração sacerdotal. Por isso, não obstante o serviço especial do nosso ministério, todos os cristãos foram revestidos de um carisma espiritual que os torna membros desta família de reis e deste povo de sacerdotes. Não será, na verdade, função régia o fato de uma alma, submetida a Deus, governar seu corpo? E não será função sacerdotal consagrar ao Senhor uma consciência pura e oferecer no altar do coração a hóstia imaculada de nossa piedade?

II. A IGREJA - CORPO DE CRISTO

A IGREJA É COMUNHÃO COM JESUS

787 Desde o início, Jesus associou seus discípulos à sua vida revelou-lhes o Mistério do Reino, deu-lhes participar de sua missão, de sua alegria e de seus sofrimentos. Jesus fala de uma comunhão ainda mais íntima entre Ele e os que o seguiriam: "Permaneçei em mim, como eu em vós... Eu sou a videira, e vós os ramos" (Jo 15,4-5). E anuncia uma comunhão misteriosa e real entre o seu próprio corpo e o nosso: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele" (Jo 6,56). (Parágrafo relacionado 755)

788 Quando sua presença visível lhes foi tirada, Jesus não deixou seus discípulos órfãos[a103] . Prometeu ficar com eles até o fim dos tempos, enviou-lhes seu Espírito[a105] . A comunhão com Jesus tomou-se, de certa maneira, mais intensa: "Ao comunicar seu Espírito, fez de seus irmãos, chamados de todos os povos, misticamente os componentes de seu próprio Corpo". (Parágrafo relacionado 690)

789 A comparação da Igreja com o corpo projeta uma luz sobre os laços íntimos entre a Igreja e Cristo. Ela não é somente congregada em torno dele; é unificada nele, em seu Corpo. Cabe destacar mais especificamente três aspectos da Igreja-Corpo de Cristo: a unidade de todos os membros entre si por sua união com Cristo; Cristo Cabeça do Corpo; a Igreja, Esposa de Cristo. (Parágrafo relacionado 521)

"UM SÓ CORPO"

790 Os crentes que respondem à Palavra de Deus e se tornam membros do Corpo de Cristo ficam estreitamente unidos a Cristo: "Neste corpo, a vida de Cristo se difunde por meio dos crentes que os sacramentos, de forma misteriosa e real, unem a Cristo sofredor e glorificado" Isto é particularmente verdade com relação ao Batismo, pelo qual somos unidos à morte e à Ressurreição de Cristo[a108] , e com relação à Eucaristia, pela qual, "participando realmente do Corpo de Cristo", "somos elevados à comunhão com ele e entre nós" (Parágrafo relacionado 947,1227,1329)

791 A unidade do corpo não acaba com a diversidade dos membros: "Na edificação do corpo de Cristo, há diversidade de membros e de funções. Um só é o Espírito que distribui dons variados para o bem da Igreja segundo suas riquezas e as necessidades dos ministérios". A unidade do Corpo Místico produz e estimula entre os fiéis a caridade: "Por isso, se um membro sofre, todos os membros padecem com ele; ou, se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele". Finalmente, a unidade do Corpo Místico vence todas as divisões humanas: "Todos vós, com efeito, que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus" (Gl 3,27-28). (Parágrafos relacionados 814,1937)

"DESTE CORPO, CRISTO É A CABEÇA"

792 Cristo "é a Cabeça do Corpo que é a Igreja" (Cl 1,18) Ele é o Princípio da criação e da redenção. Elevado na glória do Pai "Ele tem em tudo a primazia" (Cl 1,18), principalmente sobre a Igreja, por meio da qual estende seu reino sobre todas as coisas. (Parágrafos relacionados 669,1119)

793 Ele nos une a sua Páscoa. Todos os membros devem esforçar-se por se assemelhar a ele "até Cristo ser formado neles" (Gl 4,19). "Por isso somos inseridos nos mistérios de sua vida associamo-nos a suas dores como o corpo à Cabeça, para que padecendo com ele, sejamos com ele também glorificados. (Parágrafos relacionados 661,519)

794 Ele provê o nosso crescimento[a113] . Para fazer-nos crescer em direção a ele, nossa Cabeça[a114] , Cristo ordena em seu corpo, a Igreja, os dons e os serviços pelos quais nós nos ajudamos mutuamente no caminho da salvação. (Parágrafo relacionado 872)

795 Cristo e a Igreja, eis, portanto, o "Cristo total" ("Christus totus"). A Igreja é uma com Cristo. Os Santos têm uma consciência bem viva desta unidade: (Parágrafo relacionado 695)

Alegremo-nos, portanto, e demos graças por nos termos tornado não somente cristãos, mas o próprio Cristo. Compreendeis, irmãos, a graça que Deus nos concedeu ao dar-nos Cristo como Cabeça? Admirai e

rejubilai, nós nos tornamos Cristo. Com efeito, uma vez que Ele é a Cabeça e nós somos os membros, o homem inteiro é constituído por Ele e por nós. A plenitude de Cristo é, portanto, a Cabeça e os membros. O que significa isto: a Cabeça e os membros? Cristo e a Igreja. Redemptor nos ter unam se personam cum sancta Ecclesia, quam assumpsit, exhibuit - Nosso Redentor mostrou-se como uma só pessoa com a santa Igreja, que ele assumiu. Caput et inembra sunt quasi una persona mystica - Cabeça e membros são como uma só pessoa mística. (Parágrafo relacionado 1474)

Uma palavra de Santa Joana d'Arc a seus juizes resume a fé dos santos Doutores e exprime o bom senso do crente: "Quanto a Jesus Cristo e à Igreja, parece-me que são uma só coisa e que não se deve fazer objeções a isso.

A IGREJA É A ESPOSA DE CRISTO

796 A unidade entre Cristo e a Igreja, Cabeça e membros do Corpo, implica também a distinção dos dois em uma relação pessoal. Este aspecto é muitas vezes expresso pela imagem do Esposo e da Esposa. O tema de Cristo Esposo da Igreja foi preparado pelos Profetas e anunciado por João Batista. O Senhor mesmo designou-se como "o Esposo" (Mc 2,19). O apóstolo apresenta a Igreja e cada fiel, membro de seu Corpo, como uma Esposa "desposada" com Cristo Senhor, para ser com Ele um só Espírito. Ela é a Esposa imaculada do Cordeiro imaculado, a qual Cristo "amou, pela qual se entregou, a fim de santificá-la" (Ef 5,26), que associou a si por uma Aliança eterna e da qual não cessa de cuidar como de seu próprio Corpo. (Parágrafos relacionados 757,219,772,1602,1616)

Eis o Cristo total, Cabeça e Corpo, um só formado por muitos... Seja a cabeça a falar, seja os membros, é sempre Cristo quem fala. Fala desempenhando o papel da Cabeça ["ex persona capitis"], fala desempenhando o papel do Corpo ["ex persona corporis"]. Conforme o que está escrito: "Serão dois em uma só carne. Eis um grande mistério: refiro-me a Cristo e à Igreja" (Ef 5,31-32). E o Senhor mesmo diz no Evangelho: "Já não são dois, mas uma só carne" (Mt 19,6). Como vistes, há de fato duas pessoas diferentes, e todavia elas constituem uma só coisa no amplexo conjugal. Na qualidade de Cabeça ele se diz "Esposo", na qualidade de Corpo se diz "Esposa".

III. A IGREJA - TEMPLO DO ESPÍRITO SANTO

797 "Quod est spiritus noster, id est anima nostra, ad membra nostra, hoc est Spiritus Sanctus ad membra Christi, ad corpus Christi, quod est Ecclesia - O que é o nosso espírito, isto é, a nossa alma em relação a nossos membros, assim é o Espírito Santo em relação aos membros de Cristo, ao corpo de Cristo que é a Igreja." "A este Espírito de Cristo, em princípio invisível, deve-se atribuir também a união de todas as partes do Corpo tanto entre si como com sua Cabeça, pois ele está todo na Cabeça, todo no Corpo e todo em cada um de seus membros." O Espírito Santo faz da Igreja "o Templo do Deus Vivo" (2 Cor 6, 16): (Parágrafos relacionados 813,586)

"Com efeito, é à própria Igreja que foi confiado o Dom de Deus. É nela que foi depositada a comunhão com Cristo, isto é, o Espírito Santo, penhor da incorruptibilidade, confirmação de nossa fé e escada de nossa ascensão para Deus. Pois lá onde está a Igreja, ali também está o Espírito de Deus; e lá onde está o Espírito de Deus, ali está a Igreja e toda graça".

798 O Espírito Santo é "o Princípio de toda ação vital e verdadeiramente salutar em cada uma das diversas partes do Corpo". Ele opera de múltiplas maneiras a edificação do Corpo inteiro na caridade: pela Palavra de Deus, "que tem o poder de edificar" (At 20,32); pelo Batismo, por meio do qual forma o Corpo de Cristo; pelos sacramentos, que proporcionam crescimento e cura aos membros de Cristo; pela "graça concedida aos apóstolos, que ocupa o primeiro lugar entre seus dons"; pelas virtudes, que fazem agir segundo o bem; e, enfim, pelas múltiplas graças especiais (chamadas de "carismas"), por meio das quais "torna os fiéis aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios que contribuem para a renovação e maior incremento da Igreja". (Parágrafos relacionados 737,1091-1109,791)

OS CARISMAS

799 Quer extraordinários quer simples e humildes, os carismas são graças do Espírito Santo que, direta ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, pois são ordenados à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo. (Parágrafos relacionados 951,2003)

800 Os carismas devem ser acolhidos com reconhecimento por aquele que os recebe, mas também por todos os membros da Igreja, pois são uma maravilhosa riqueza de graça para a vitalidade apostólica e para a santidade de todo o Corpo de Cristo, contanto que se trate de dons que provenham verdadeiramente do Espírito Santo e que sejam exercidos de maneira plenamente conforme aos impulsos autênticos deste mesmo Espírito, isto é, segundo a caridade, verdadeira medida dos carismas.

801 É neste sentido que se faz sempre necessário o discernimento dos carismas. Nenhum carisma dispensa da reverência e da submissão aos Pastores da Igreja. "A eles em especial cabe não extinguir o Espírito, mas provar as coisas e ficar com o que é bom", a fim de que todos os carismas cooperem, em sua diversidade e complementaridade, para o "bem comum" (1Cor 12,7). (Parágrafos relacionados 894,1905)

RESUMINDO

802 "Cristo Jesus entregou-se a si mesmo por nós, a fim de remir-nos de toda iniquidade e para purificar um povo que lhe pertence" (Tt 2,14)

803 "Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio régio, uma nação santa, o Povo de sua particular propriedade" (1 Pd 2,9).

804 Ingressa-se no Povo de Deus pela fé e pelo Batismo. "Todos os homens são chamados a fazer parte do Povo de Deus", a fim de que, em Cristo, "os homens constituam uma só família e um só Povo de Deus".

805 A Igreja é o Corpo de Cristo. Pelo Espírito e pela ação deste nos sacramentos, sobretudo a Eucaristia, Cristo morto e ressuscitado constitui a comunidade dos crentes como seu Corpo.

806 Na unidade deste Corpo existe diversidade de membros e de junções. Todos os membros estão ligados uns aos outros, particularmente aos que sofrem, são pobres e perseguidos.

807 A Igreja é este Corpo do qual Cristo é a Cabeça: ela vive dele nele e por ele; ele vive com ela e nela.

808 A Igreja é a Esposa de Cristo: ele a amou e entregou-se por ela. Purificou-a com seu sangue. Fez dela a Mãe fecunda de todos os filhos de Deus.

809 A Igreja é o Templo do Espírito Santo O Espírito é como a alma do Corpo Místico, princípio de sua vida, da unidade na diversidade e da riqueza de seus dons e carismas.

810 Desta maneira a Igreja universal aparece como "um povo que traz sua unidade" da unidade do Pai."

A IGREJA É UNA, SANTA, CATÓLICA E APOSTÓLICA

811 Esta é a única Igreja de Cristo que, no Símbolo, confessamos una, santa, católica e apostólica." Esses quatro atributos, inseparavelmente ligados entre si, indicam traços essenciais da Igreja e de sua missão. A Igreja não os tem de si mesma; é Cristo que, pelo Espírito Santo, dá a sua Igreja o ser una, santa, católica e apostólica, e é também ele que a convida a realizar cada uma dessas qualidades. (Parágrafos relacionados 750,832,865)

812 Só a fé pode reconhecer que a Igreja recebe estas propriedades de sua fonte divina. Mas as manifestações históricas delas constituem sinais que falam também com clareza à razão humana. "A Igreja - lembra o Concílio Vaticano I -, em razão de sua santidade, de sua unidade católica, de sua constância invicta, é ela mesma um grande e perpétuo motivo de credibilidade e uma prova irrefutável de sua missão divina." (Parágrafos relacionados 156,770)

I- A IGREJA É UNA

"O MISTÉRIO SAGRADO DA UNIDADE DA IGREJA"

813 A Igreja é una por sua fonte: "Deste mistério, o modelo supremo e o princípio é a unidade de um só Deus na Trindade de Pessoas, Pai e Filho no Espírito Santo". A Igreja é una por seu Fundador: "Pois o próprio Filho encarnado, príncipe da paz, por sua cruz reconciliou todos os homens com Deus, restabelecendo a união de todos em um só Povo, em um só Corpo". A Igreja é una por sua "alma": "O Espírito Santo que habita nos crentes, que plenifica e rege toda a Igreja, realiza esta admirável comunhão dos fiéis e os une tão intimamente em Cristo, que ele é o princípio de Unidade da Igreja". Portanto, é da própria essência da Igreja ser una: (Parágrafos relacionados 172,766,797)

Que estupendo mistério! Há um único Pai do universo, um único Logos do universo e também um único Espírito Santo, idêntico em todo lugar; há também uma única virgem que se tornou mãe, e me agrada chamá-la Igreja.

814 Contudo, desde a origem, esta Igreja una se apresenta com uma grande diversidade, que provém ao mesmo tempo da variedade dos dons de Deus e da multiplicidade das pessoas que os recebem. Na unidade do Povo de Deus se congregam as diversidades dos povos e das culturas. Entre os membros da Igreja existe uma diversidade de dons, de encargos, de condições e de modos de vida; "na comunhão eclesial há, legitimamente, Igrejas particulares gozando de tradições próprias[a9] ". A grande riqueza desta diversidade não se opõe à unidade da Igreja. Todavia, o pecado e o peso de suas conseqüências ameaçam sem cessar o dom da unidade. Assim, o apóstolo tem de exortar a "conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz" (Ef 4,3). (Parágrafos relacionados 791,873,1202,832)

815 Quais são estes vínculos da unidade? "Sobre tudo isso [está] a caridade, que é o vínculo da perfeição" (Cl 3,14). Mas a unidade da Igreja peregrinante é também assegurada por vínculos visíveis de comunhão: (Parágrafos relacionados 1827,830,837)

ü profissão de uma única fé recebida dos Apóstolos (Parágrafo relacionado 173)

ü a celebração comum do culto divino, sobretudo dos sacramentos;

ü a sucessão apostólica, por meio do Sacramento da Ordem, que mantém a concórdia fraterna da família de Deus.

816 "A única Igreja de Cristo (...) é aquela que nosso Salvador depois de sua Ressurreição, entregou a Pedro para que fosse seu pastor e confiou a ele e aos demais Apóstolos para propagá-la e regê-la... Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na ("subsistit in") Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele[a11] ":

O Decreto sobre o Ecumenismo, do Concílio Vaticano II, explicita: "Pois somente por meio da Igreja católica de Cristo, 'a qual é meio geral de salvação', pode ser atingida toda a plenitude dos meios de salvação. Cremos que o Senhor confiou todos os bens da Nova Aliança somente ao Colégio Apostólico, do qual Pedro é o chefe, a fim de constituir na terra um só Corpo de Cristo, ao qual é necessário que se incorporem plenamente todos os que, de que alguma forma, já pertencem ao Povo de Deus". (Parágrafo relacionado 830)

AS FERIDAS DA UNIDADE

817 Na realidade, "nesta una e única Igreja de Deus, já desde os primórdios, surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura com vigor como condenáveis. Dissensões mais amplas nasceram nos séculos posteriores. Comunidades não pequenas separaram-se da plena comunhão com a Igreja católica, por vezes não sem culpa de homens de ambas as partes". As rupturas que ferem a unidade do Corpo de Cristo (distinguem-se a heresia, a apostasia e o cisma) não acontecem sem os pecados dos homens: (Parágrafo relacionado 2089)

"Ubi peccata sunt, ibi multitudo, ibi schismata, ibi haereses, ibi discussiones. Ubi autem virtus, ibi singularitas, ibi unio, ex quo omnium credentium erat cor unum et anima una. - Onde estão os pecados, aí está a multiplicidade (das crenças), aí o cisma, aí as heresias, aí as controvérsias. Onde, porém, está a virtude, aí está a unidade, aí a comunhão, em força disso, os crentes eram um só coração e uma só alma."

818 Os que hoje em dia nascem em comunidades que surgiram de tais rupturas "e estão imbuídos da fé em Cristo não podem ser argüídos de pecado de separação, e a Igreja católica os abraça com fraterna reverência e amor... Justificados pela fé recebida no Batismo; estão incorporados em Cristo, e por isso com razão são honrados com o nome de cristãos e merecidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor". (Parágrafo relacionado 1271)

819 Além disso, "muitos elementos de santificação e de verdade [a17] existem fora dos limites visíveis da Igreja católica": "A palavra escrita de Deus, a vida da graça, a fé, a esperança, a caridade, outros dons interiores do Espírito Santo e outros elementos visíveis[a18] " O espírito de Cristo serve-se dessas igrejas e comunidades eclesiais como meios de salvação cuja força vem da plenitude de graça e de verdade que Cristo confiou à Igreja católica. Todos esses bens provêm de Cristo e levam a Ele e chamam, por eles mesmos, para a "unidade católica".

RUMO À UNIDADE

820 A unidade, "Cristo a concedeu, desde o início, à sua Igreja, e nós cremos que ela subsiste sem possibilidade de ser perdida na Igreja católica e esperamos que cresça, dia após dia, até a consumação dos séculos". Cristo dá sempre à sua Igreja o dom da unidade, mas a Igreja deve sempre orar e trabalhar para manter, reforçar e aperfeiçoar a unidade que Cristo quer para ela. Por isso Jesus mesmo orou na hora de sua Paixão, e não cessa de orar ao Pai pela unidade de seus discípulos: "... Que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles esteja me nós, a fim de que o mundo creia que tu me enviaste" (Jo 17,21). O desejo de reencontrar a unidade de todos os cristãos é um dom de Cristo e convite do Espírito Santo. (Parágrafo relacionado 2748)

821 Para responder adequadamente a este apelo, exigem-se:

ü uma renovação permanente da Igreja em uma fidelidade maior à sua vocação. Esta renovação é a mola do movimento rumo à unidade[a23] .

ü a conversão do coração, "com vistas a viver mais puramente segundo o Evangelho[a24] ", pois é a infidelidade dos membros ao dom de Cristo que causa as divisões; (Parágrafo relacionado 827)

ü a oração em comum, pois "a conversão do coração e a santidade de vida, juntamente com as preces particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser consideradas a alma de todo o movimento ecumênico e, com razão, podem ser chamadas de ecumenismo espiritual"; (Parágrafo relacionado 2791)

ü conhecimento fraterno recíproco[a26] ,

ü a formação ecumênica dos fiéis e especialmente dos presbíteros[a27] ;

ü diálogo entre os teólogos e os encontros entre os cristãos diferentes Igrejas e comunidades;

ü a colaboração entre cristãos nos diversos campos do serviço aos homens[a29] .

822 A preocupação de realizar a união "diz respeito à Igreja inteira, fiéis e pastores[a30] ". Mas é preciso também "ter consciência de que este projeto sagrado, a reconciliação de todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo, ultrapassa as forças e as capacidades humanas". Por isso depositamos toda a nossa esperança "na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai por nós e no poder do Espírito [a31] Santo".

II. A IGREJA É SANTA

823 "A Igreja... é, aos olhos da fé, indefectivelmente santa. pois Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é proclamado o 'único Santo', amou a Igreja como sua Esposa. Por ela se entregou com o fim de santificá-la. Uniu-a a si como seu corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo, para a glória de Deus." A Igreja é, portanto, "o Povo santo de Deus", e seus membros são chamados "santos. (Parágrafos relacionados 459,796,946)

824 A Igreja, unida a Cristo, é santificada por Ele; por Ele e nele torna-se também santificante. Todas as obras da Igreja tendem, como seu fim, "à santificação dos homens em Cristo e à glorificação de

Deus". É na Igreja que está depositada "a plenitude dos meios de salvação". É nela que "adquirimos a santidade pela graça de Deus". (Parágrafo relacionado 816)

825 "Já na terra a Igreja está ornada de verdadeira santidade, embora imperfeita[a38] ." Em seus membros, a santidade perfeita ainda é coisa a adquirir: "Munidos de tantos e tão salutares meios, todos os cristãos, de qualquer condição ou estado, são chamados pelo Senhor, cada um por seu caminho, à perfeição da santidade pela qual é perfeito o próprio Pai ". (Parágrafos relacionados 670,2013)

826 A caridade é a alma da santidade à qual todos são chamados. Ela "dirige todos os meios de santificação, dá-lhes forma e os conduz ao fim[a40] ". (Parágrafos relacionados 1827,2658)

"Compreendi que a Igreja tinha um corpo, composto de diferentes membros, não lhe faltava o membro mais nobre e mais necessário (o coração). Compreendi que a Igreja tinha um Coração, e que este Coração ARDIA de AMOR. Compreendi que só o amor fazia os membros da Igreja agirem, que, se o Amor viesse a se apagar, os Apóstolos não anunciariam mais o Evangelho, os Mártires se recusariam a derramar seu sangue... Compreendi que O AMOR ENCERRAVA TODAS AS VOCAÇÕES, QUE O AMOR ERA TUDO QUE ELE ABRAÇAVA TODOS OS TEMPOS E TODOS LUGARES... EM UMA PALAVRA, QUE ELE É ETERNO[a41] !" (Parágrafo relacionado 864)

827 "Mas enquanto Cristo, 'santo, inocente, imaculado', não conheceu o pecado, mas veio apenas para expiar os pecados do povo, a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação." Todos os membros da Igreja, inclusive seus ministros, devem reconhecer-se pecadores. Em todos eles o joio do pecado continua ainda mesclado ao trigo do Evangelho até o fim dos tempos[a44] . A Igreja reúne, por-tanto, pecadores alcançados pela salvação de Cristo, mas ainda em via de santificação. (Parágrafos relacionados 1425-1429,821)

A Igreja é santa, mesmo tendo pecadores em seu seio, pois não possui outra vida senão a da graça: é vivendo de sua vida que seus membros se santificam; é subtraindo-se à vida dela que caem pecados e nas desordens que impedem a irradiação da santidade dela. É por isso que ela sofre e faz penitência por essas faltas das quais tem o poder de curar seus filhos, pelo sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo [a45]

828 Ao canonizar certos fiéis, isto é, ao proclamar solene que esses fiéis praticaram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está em si e sustenta a esperança dos fiéis, propondo-os como modelos e intercessores[a46] . "Os santos e as santas sempre foram fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis da história da Igreja." Com efeito, "a santidade é a fonte secreta e a medida infalível de sua atividade apostólica e de seu elã missionário". (Parágrafos relacionados 1173,2045)

829 "Enquanto na beatíssima Virgem a Igreja já atingiu a perfeição, pela qual existe sem mácula e sem ruga, os cristãos ainda se esforçam por crescer em santidade, vencendo o pecado. Por isso elevam seus olhos a Maria" ela, a Igreja é já a toda santa. (Parágrafos relacionados 1172,972)

A IGREJA É CATÓLICA

QUE QUER DIZER "CATÓLICO"?

830 A palavra "católico" significa "universal" no sentido de segundo a totalidade" ou "segundo a integralidade". A Igreja é católica em duplo sentido. Ela é católica porque nela Cristo está presente. "Onde está Cristo Jesus, está a Igreja católica." Nela subsiste a plenitude do Corpo de Cristo unido à sua Cabeça o que implica que ela recebe dele "a plenitude dos meios de salvação" que ele quis: confissão de fé correta e completa, vida sacramental integral e ministério ordenado na sucessão apostólica. Neste sentido fundamental, a Igreja era católica no dia de Pentecostes e o será sempre, até o dia da Parusia. (Parágrafos relacionados 795,815-816)

831 Ela é católica porque é enviada em missão por Cristo à universalidade do gênero humano. (Parágrafo relacionado 849)

Todos os homens são chamados a pertencer ao novo Povo de Deus. Por isso este Povo, permanecendo uno e único, deve estender-se a todo o mundo e por todos os tempos, para que se cumpra, o designio da vontade de Deus, que no início formou uma natureza humana e finalmente decretou congregar seus filhos que estavam dispersos... Este caráter de universalidade que marca o Povo de Deus é um dom do próprio Senhor,

pelo qual a Igreja Católica, de maneira eficaz e perpétua, tende a recapitular toda a humanidade com todos os seus bens sob Cristo Cabeça, na unidade do seu Espírito. (Parágrafos relacionados 360,518)

CADA IGREJA PARTICULAR É "CATÓLICA"

832 "Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis que, unidas a seus pastores, são também elas, no Novo Testamento, chamadas "Igrejas"... Nelas os fiéis são reunidos pela pregação do Evangelho de Cristo, nelas se celebra o mistério da Ceia do Senhor... Nessas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão, está presente Cristo, por cuja virtude se constitui a Igreja una, santa, católica e apostólica." (Parágrafos relacionados 814,811)

833 Entende-se por Igreja particular, o que é, em primeiro lugar, a diocese (ou a eparquia), uma comunidade de fiéis cristãos em comunhão na fé e nos sacramentos com seu Bispo ordenado na sucessão apostólica. Essas Igrejas particulares "são formadas à imagem da Igreja universal; é nelas e a partir delas que existe a Igreja católica una e única" (Parágrafo relacionado 886)

834 As Igrejas particulares são plenamente católicas pela comunhão com uma delas: a Igreja de Roma, "que preside à caridade". "Pois com esta Igreja, em razão de sua origem mais excelente, deve necessariamente concordar cada Igreja, isto é, os fiéis de toda parte[a60] ." "Com efeito, desde a descida a nós do Verbo Encarnado, todas as Igrejas cristãs de toda parte consideraram e continuam considerando a grande Igreja que está aqui [em Roma] como única base e fundamento, visto que, segundo as próprias promessas do Salvador, as portas do inferno nunca prevaleceram sobre ela." (Parágrafos relacionados 882,1369)

835 "Guardemo-nos bem, no entanto, de conceber a Igreja universal como sendo a somatória, ou, se preferir dizê-lo, a federação mais ou menos anômala de Igrejas particulares essencialmente diversas. No pensamento do Senhor, é a Igreja, universal por vocação e por missão, que, ao lançar suas raízes na variedade dos terrenos culturais, sociais e humanos, se reveste em cada parte do mundo de aspectos e de expressões exteriores diversas. A rica variedade de disciplinas eclesiais, de ritos litúrgicos, de patrimônios teológicos espirituais próprios das Igrejas locais "mostra mais luminosamente a catolicidade da Igreja indivisa, por sua convergência na unidade. (Parágrafo relacionado 1202)

QUEM PERTENCE · IGREJA CATÓLICA?

836 "Todos os homens, pois, são chamados a esta católica unidade do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal. A ela pertencem ou são ordenados de modos diversos quer os fiéis católicos, quer os outros crentes em Cristo, quer, enfim, os homens em geral, chamados à salvação pela graça de Deus (Parágrafo relacionado 831)

837 "São incorporados plenamente à sociedade, que é a Igreja, os que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam a totalidade de sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos e em sua estrutura visível - regida por Cristo por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos - se unem com Ele pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do regime eclesial e da comunhão. Contudo não se salva, embora esteja incorporado à Igreja, aquele que, não perseverando na caridade, permanece dentro da Igreja 'com o corpo', mas não 'com o coração.'" (Parágrafos relacionados 771,882,815)

838 Por muitos títulos a Igreja sabe-se ligada aos batizados que são ornados com o nome cristão, mas não professam na íntegra a fé ou não guardam a unidade da comunhão sob o Sucessor de Pedro." "Aqueles que crêem em Cristo e foram devidamente batizados estão constituídos em certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica." Com as Igrejas ortodoxas, esta comunhão é tão profunda "que falta bem pouco para que ela atinja a plenitude que autoriza uma celebração comum da Eucaristia do Senhor". (Parágrafos relacionados 818,1271,1399)

A IGREJA E OS NÃO-CRISTÃOS

839 "Os que ainda não receberam o Evangelho também se ordenam por diversos modos ao Povo de Deus." (Parágrafo relacionado 856)

A relação da Igreja com o Povo Hebreu. A Igreja, Povo de Deus na Nova Aliança, descobre, ao perscrutar seu próprio ministério, seus vínculos com o Povo Hebreu" a quem Deus falou em primeiro lugar". Ao contrário das outras religiões não-cristãs, a fé hebraica já é resposta à revelação de Deus na Antiga Aliança. É ao Povo Hebreu que "pertencem a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto, as promessas e os patriarcas, dos quais descende Cristo, segundo a carne" (Rm 9,4-5), pois "os dons e o chamado de Deus são sem arrependimento" (Rm 11, 29). (Parágrafos relacionados 63,147)

840 De resto, quando se considera o futuro, o povo de Deus da Antiga Aliança e o novo Povo de Deus tendem para fins análogos: a espera da vinda (ou da volta) do Messias. Mas o que se espera é do lado dos cristãos, a volta do Messias, morto e ressuscitado, reconhecido como Senhor e Filho de Deus, e do lado dos hebreus, a vinda do Messias - cujos traços permanecem encobertos -, no fim dos tempos, espera esta acompanhada do drama da ignorância ou do desconhecimento de Cristo Jesus. (Parágrafos relacionados 674,597)

841 As relações da Igreja com os muçulmanos. "Mas o plano de salvação abrange também aqueles que reconhecem o Criador. Entre eles, em primeiro lugar, os muçulmanos, que, professando manter a fé de Abraão, adoram conosco o Deus único, misericordioso, juiz dos homens no último dia."

842 O vínculo da Igreja com as religiões não-cristãs é primeiramente o da origem e do fim comuns do gênero humano: (Parágrafo relacionado 360)

Com efeito, todos os povos constituem uma só comunidade. Têm uma origem comum, visto que Deus fez todo o gênero humano habitar a face da terra. Têm igualmente um único fim comum, Deus, cuja providência, testemunhos de bondade e planos de salvação abarcam a todos, até os eleitos se reunirem na Cidade Santa[a73].

843 A Igreja reconhece nas outras religiões a busca, "ainda nas sombras e sob imagens", do Deus desconhecido, mas próximo, pois é Ele quem dá a todos vida, respiração e tudo o mais, e porque quer que todos os homens sejam salvos. Assim, a Igreja considera tudo o que pode haver de bom e de verdadeiro nas religiões "como uma preparação evangélica dada por Aquele que ilumina todo homem para que, finalmente, tenha a vida". (Parágrafos relacionados 28,856)

844 Em seu comportamento religioso, porém, os homens mostram também limitações e erros que desfiguram neles a imagem de Deus: (Parágrafo relacionado)

Muitas vezes os homens, enganados pelo Maligno, se enganaram em seus pensamentos e trocaram a verdade de Deus pela mentira, servindo à criatura mais que ao Criador, ou, vivendo e morrendo sem Deus neste mundo, se expõem ao extremo desespero. (Parágrafo relacionado 29)

845 É para reunir novamente todos os seus filhos - que o pecado dispersou e desgarrou que o Pai quis convocar toda a humanidade na Igreja de seu Filho. A Igreja é o lugar em que a humanidade deve reencontrar sua unidade e sua salvação. Ela é "o mundo reconciliado". Ela é esse navio que "navega bem neste mundo ao sopro do Espírito Santo com as velas da Cruz do Senhor plenamente desfraldadas". Segundo outra imagem cara aos Padres da Igreja, ela é figurada pela Arca de Noé, a única que salva do dilúvio. (Parágrafos relacionados 30,953,1219)

"FORA DA IGREJA NÃO HÁ SALVAÇÃO"

846 Como entender esta afirmação, com frequência repetida pelos Padres da Igreja? Formulada de maneira positiva, ela significa que toda salvação vem de Cristo-Cabeça por meio da Igreja, que é seu Corpo:

Apoiado na Sagrada Escritura e na Tradição, [o Concílio] ensina que esta Igreja peregrina é necessária para a salvação. O único mediador e caminho da salvação é Cristo, que se nos torna presente em seu Corpo, que é a Igreja. Ele, porém, inculcando com palavras expressas a necessidade da fé e do batismo, ao mesmo tempo confirmou a necessidade da Igreja, na qual os homens entram pelo Batismo, como que por uma porta. Por isso não podem salvar-se aqueles que, sabendo que a Igreja católica foi fundada por Deus por meio de Jesus Cristo como instituição necessária, apesar disso não quiserem nela entrar ou nela perseverar. (Parágrafos relacionados 161,1257)

847 Esta afirmação não visa àqueles que, sem culpa, desconhecem Cristo e sua Igreja: "Aqueles, portanto, que sem culpa ignoram o Evangelho de Cristo e sua Igreja, mas buscam a Deus com coração sincero

e tentam, sob o influxo da graça, cumprir por obras a sua vontade conhecida por meio do ditame da consciência podem conseguir a salvação eterna".

848 "Deus pode, por caminhos dele conhecidos, levar à fé todos os homens que sem culpa própria ignoram o Evangelho. Pois 'sem a fé é impossível agradar-lhe'. Mesmo assim, cabe à Igreja o dever e também o direito sagrado de evangelizar " todos os homens. (Parágrafo relacionado 1260)

A MISSÃO UMA EXIGÊNCIA DA CATOLICIDADE DA IGREJA

849 O mandato missionário. "Enviada por Deus às nações para ser 'o sacramento universal da salvação', a Igreja, em virtude das exigências íntimas de sua própria catolicidade e obedecendo à ordem de seu fundador, esforça-se para anunciar o Evangelho a todos os homens. "Ide, portanto, e fazei que todos os povos se tomem discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-os a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28,19-20). (Parágrafos relacionados 738,767)

850 A origem e o escopo da missão. O mandato missionário Senhor tem sua fonte última no amor eterno da Santíssima Trindade: "A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai". E o fim último da missão não é outro senão fazer os homens participarem da comunhão que existe entre o Pai e o Filho em seu Espírito de amor. (Parágrafos relacionados 257,730)

851 O motivo da missão. É do amor de Deus por todos os homens que a Igreja sempre tirou a obrigação e a força de seu clã missionário: "Pois o amor de Cristo nos impele..." (2Cor5,14). Com efeito, "Deus quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1Tm 2,4). Deus quer a salvação de todos pelo conhecimento da verdade. A salvação está na verdade. Os que obedecem à moção do Espírito de verdade já estão no caminho da salvação; mas a Igreja, a quem esta verdade foi confiada, deve ir ao encontro de seu anseio, levando-lhes a mesma verdade. Ela tem de ser missionária porque crê no projeto universal de salvação. (Parágrafos relacionados 221,429,74,217,2104,890)

852 Os caminhos da missão. "O Espírito Santo é o protagonista de toda a missão eclesial ." É ele quem conduz a Igreja pelos caminhos da missão. "Esta missão, no decurso da história, continua e desdobra a missão do próprio Cristo, enviado a evangelizar os pobres. Eis por que a Igreja, impelida pelo Espírito de Cristo, deve trilhar a mesma senda de Cristo, isto é, o caminhos da pobreza, da obediência, do serviço e da imolação de si até a, morte, da qual Ele saiu vencedor por sua Ressurreição." É assim que "o sangue dos mártires é uma semente de cristãos".(Parágrafos relacionados 2044,2473)

853 Mas em sua peregrinação "não ignora a Igreja o quanto se distanciam entre si a mensagem que ela profere e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho foi confiado[a90] ". Somente avançando pelo caminho "da penitência e da renovação" e "pela porta estreita da Cruz" o Povo de Deus pode estender o Reino de Cristo. Com efeito, "assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho, a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação" (Parágrafos relacionados 1428,2443)

854 Por sua própria missão, "a Igreja caminha com a humanidade inteira. Experimenta com o mundo a mesma sorte terrena; é como o fermento e a alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus". O esforço missionário exige, pois, a paciência. Começa pelo anúncio do Evangelho aos povos e aos grupos que ainda não crêem em Cristo; prossegue no estabelecimento de comunidades cristãs que sejam "sinais da presença de Deus no mundo[" e na fundação de Igrejas locais; encaminha um processo de inculturação para encarnar o Evangelho nas culturas dos povos; e não deixará de conhecer também fracassos. "Quanto aos homens, sociedades e povos, apenas gradualmente os atinge e penetra, e assim os assume na plenitude católica." (Parágrafos relacionados 2105,204)

855 A missão da Igreja exige o esforço rumo à unidade dos cristãos. Efetivamente, "as divisões entre cristãos impedem a Igreja de realizar a plenitude da catolicidade que lhe é própria naqueles filhos que, embora lhe pertençam pelo batismo, estão separados da plena comunhão com ela. Não só isso, mas também para a própria Igreja se torna tanto mais difícil exprimir, na realidade de sua plena catolicidade sob todos os aspectos". (Parágrafo relacionado 821)

856 A tarefa missionária implica um diálogo respeitoso com os que ainda não aceitam o Evangelho. Os fiéis podem tirar proveito para si mesmos deste diálogo, aprendendo a conhecer melhor "tudo quanto de

verdade e de graça já se achava entre as nações, numa como que secreta presença de Deus". Se anunciam a Boa Nova aos que a desconhecem, é para consolidar, completar e elevar a verdade e o bem que Deus difundiu entre os homens e os povos e para purificá-los do erro e do mal, "para a glória de Deus, a confusão do demônio e a felicidade do homem". (Parágrafos relacionados 839,843)

IV. A IGREJA É APOSTÓLICA

857 A Igreja é apostólica por ser fundada sobre os apóstolos, e isto em um tríplice sentido: (Parágrafo relacionado 75)

ü ela foi e continua sendo construída sobre "o fundamento dos apóstolos" (Ef 2,20), testemunhas escolhidas e enviadas em missão pelo próprio Cristo;

ü ela conserva e transmite, com a ajuda do Espírito que ela habita, o ensinamento, o depósito precioso, as salutares palavras ouvidas da boca dos apóstolos; (Parágrafo relacionado 171)

ü ela continua a ser ensinada, santificada e dirigida pelos apóstolos até a volta de Cristo, graças aos que a eles sucedem na missão pastoral: o colégio dos bispos, "assistido pelos presbíteros, em união com o sucessor de Pedro, pastor supremo da Igreja ". (Parágrafos relacionados 880,1575)

"Pastor eterno, vós não abandonais o rebanho, mas o guardais constantemente pela proteção dos Apóstolos. E assim a Igreja é conduzida pelos mesmos pastores que pusestes à sua frente como representantes de vosso Filho, Jesus Cristo, Senhor nosso".

A MISSÃO DOS APÓSTOLOS

858 Jesus é o Enviado do Pai. Desde o início de seu ministério "chamou a si os que quis, e dentre eles escolheu Doze para estarem com ele e para enviá-los a pregar" (Mc 3,13-14). A partir daquela hora eles serão os seus "enviados" (é o que significa a palavra grega "apóstolo"). Neles continua a sua própria missão: "Como o Pai me enviou, eu também vos envio" (Jo 20,21). Seu ministério é, portanto, a continuação de sua própria missão: "Quem vos recebe a mim recebe", diz ele aos Doze (Mt 10[a113] ,40). (Parágrafos relacionados 551,425,1086)

859 Jesus associa-os à missão que recebeu do Pai: como "o Filho não pode fazer nada por si mesmo" (Jo 5,19.30), mas recebe tudo do Pai que o enviou, assim os que Jesus envia nada podem fazer sem ele, de quem recebem o mandato de missão e o poder de exercê-lo. Os Apóstolos de Cristo sabem, portanto, que são qualificados por Deus como "ministros de Uma aliança nova" (2Cor 3,6), "ministros de Deus" (2Cor 6,4), "embaixadores de Cristo" (2Cor 5,20), "servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus" (1 Cor 4,1). (Parágrafo relacionado 876)

860 No encargo dos Apóstolos, há um aspecto não-transmissível: serem as testemunhas escolhidas da Ressurreição do Senhor e os fundamentos da Igreja. Mas há também um aspecto permanente de seu ofício. Cristo prometeu-lhes ficar com eles até o fim dos tempos. "Esta missão divina confiada por Cristo aos Apóstolos deverá durar até o fim dos séculos que o Evangelho que eles devem transmitir é para a Igreja, em todos os tempos, a fonte de toda vida. Por esta razão os apóstolos cuidaram de instituir sucessores[.]" (Parágrafos relacionados 642,765,1536)

OS BISPOS. SUCESSORES DOS APÓSTOLOS

861 "Para que a missão a eles confiada fosse continuada após sua morte, confiaram a seus cooperadores imediatos, como que por testamento, o múnus de completar e confirmar a obra iniciada por eles, recomendando-lhes que atendessem a todo o rebanho no qual o Espírito Santo os instituíra para apascentar a Igreja de Deus. Constituíram, pois, tais varões e administraram-lhes, depois, a ordenação a fim de que, quando eles morressem outros homens íntegros assumissem seu ministério." (Parágrafos relacionados 77,1087)

862 "Assim como permanece o múnus que o Senhor concedeu singularmente a Pedro, o primeiro dos apóstolos, a ser transmitido a seus sucessores, da mesma forma permanece todos Apóstolos de apascentar a Igreja, o qual deve ser exercido para sempre pela sagrada ordem dos Bispos." Eis por que a Igreja ensina

que "os bispos, por instituição divina, sucederam aos apóstolos como pastores da Igreja, de sorte quem os ouve, ouve a Cristo, e quem os despreza, despreza a (aquele por quem Cristo foi enviado". (Parágrafos relacionados 880,1556)

O APOSTOLADO

863 Toda a Igreja é apostólica na medida em que, por meio dos sucessores de São Pedro e dos apóstolos, permanece em comunhão de fé e de vida com sua origem. Toda a Igreja é apostólica na medida em que é "enviada" ao mundo inteiro; todos os membros da Igreja, ainda que de formas diversas, participam deste envio. "A vocação cristã é também por natureza vocação ao apostolado." Denomina-se "apostolado" "toda a atividade do Corpo Místico" que tende a "estender o reino de Cristo a toda [a119] a terra". (Parágrafos relacionados 900,2472)

864 "Sendo Cristo enviado pelo Pai a fonte e a origem de todo apostolado da Igreja", é evidente que a fecundidade do apostolado, tanto o dos ministros ordenados como o dos leigos, depende de sua união vital com Cristo. De acordo com as vocações, os apelos da época e os dons variados do Espírito Santo, o apostolado assume as formas mais diversas. Mas é sempre a caridade, haurida sobretudo na Eucaristia, "que e como que a alma de todo apostolado". (Parágrafos relacionados 828,824,1324)

865 A Igreja é una, santa, católica e apostólica em sua identidade profunda e última, porque é nela que já existe e será consumado no fim dos tempos "o Reino dos céus", "o Remo de Deus", que veio na Pessoa de Cristo e cresce misteriosamente no coração dos que lhe são incorporados, até sua plena manifestação escatológica. Então todos os homens remidos por ele, tornados nele "santos e imaculados na presença de Deus no Amor", serão reunidos como o único Povo de Deus, "a Esposa do Cordeiro[a124] ", "a Cidade Santa descida do Céu, de junto de Deus, com a Glória de Deus nela", e "a muralha da cidade tem doze alicerces, sobre os quais estão os nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro" (Ap 21,14). (Parágrafos relacionados 811,541)

RESUMINDO

866 A Igreja é una: tem um só Senhor, confessa uma só fé, nasce de um só Batismo, forma um só Corpo, vivificado por um só Espírito, em vista de uma única esperança, no fim da qual serão superadas todas as divisões.

867 A Igreja é santa: o Deus Santíssimo é seu autor; Cristo, seu esposo, se entregou por ela para santificá-la; o Espírito de santidade a vivifica. Embora congregue pecadores, ela é "imaculada (feita) de maculados" ("ex maculatis immaculata"). Nos santos brilha a santidade da Igreja; em Maria esta já é a toda santa.

868 A Igreja é católica: anuncia a totalidade da fé; traz em si e administra a plenitude dos meios de salvação; é enviada a todos os povos; dirige-se a todos os homens; abarca todos os tempos; "ela é, por sua própria natureza, missionária.

869 A Igreja é apostólica: está construída sobre fundamentos duradouros: "Os doze Apóstolos do Cordeiro"; ela é indestrutível; é infalivelmente mantida na verdade: Cristo a governa por meio de Pedro e dos demais apóstolos, presentes em seus sucessores, o Papa e o colégio dos Bispos.

870 "A única Igreja de Cristo, que no Símbolo confessamos una, santa, católica e apostólica... subsiste na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, embora fora de sua estrutura visível se encontrem numerosos elementos de santificação e de verdade. "

PARÁGRAFO 4

OS FIÉIS DE CRISTO - HIERARQUIA, LEIGOS, VIDA CONSAGRADA

871 "Fiéis são os que, incorporados a Cristo pelo Batismo, foram constituídos em povo de Deus e, assim, feitos participantes, a seus modos, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, são chamados a exercer, seguindo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo." (Parágrafos relacionados 1268,1269,782-786)

872 "Entre todos os fiéis de Cristo, por sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e à atividade, uma verdadeira igualdade, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo." (Parágrafos relacionados 1934,794)

873 As próprias diferenças que o Senhor quis estabelecer entre os membros de seu Corpo servem à sua unidade e à sua missão. Pois, embora "exista na Igreja diversidade de serviços, há unidade de missão. Cristo confiou aos apóstolos e a seus sucessores o múnus de ensinar, de santificar e de governar em seu nome e por seu poder. Os leigos, por sua vez, participantes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, compartilham a missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo". Finalmente, "em ambas as categorias [hierarquia e leigos] há fiéis que, pela profissão dos conselhos evangélicos, se consagram, em seu modo especial, a Deus e servem à missão salvífica da Igreja; seu estado, embora não faça parte da estrutura hierárquica da Igreja, pertence, não obstante, à sua vida e santidade". (Parágrafos relacionados 814,1937)

I. A CONSTITUIÇÃO HIERÁRQUICA DA IGREJA

POR QUE O MINISTÉRIO ECLESIAL?

874 O próprio Cristo é a fonte do ministério na Igreja. Instituiu-a, deu-lhe autoridade e missão, orientação e finalidade: (Parágrafo relacionado 1544)

Para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu em sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o Povo de Deus... cheguem à salvação.

875 "Como poderiam crer naquele que não ouviram? E como poderiam ouvir sem pregador? E como podem pregar se não forem enviados?" (Rm 10,14-15). Ninguém, nenhum indivíduo, nenhuma comunidade pode anunciar a si mesmo o Evangelho. "A fé vem da pregação" (Rm 10,17). Ninguém pode dar a si mesmo o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e age não por autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo; não como membro da comunidade, mas falando a ela em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça; ela precisa ser dada e oferecida. Isto supõe ministros da graça autorizados e habilitados da parte de Cristo. Dele, os bispos e os presbíteros recebem a missão e a faculdade (o "poder sagrado") de agir "na pessoa de Cristo-Cabeça", os diáconos, a força de servir o Povo de Deus na "diaconia" da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e seu presbitério. A tradição da Igreja chama de "sacramento" este ministério, pelo qual os enviados de Cristo fazem e dão, por dom de Deus, o que não podem fazer nem dar por si mesmos. O ministério da Igreja é conferido por um sacramento específico. (Parágrafos relacionados 166,1548,1536)

876 Intrinsecamente ligado à natureza sacramental do ministério eclesial está o seu caráter de serviço. Com efeito, inteiramente dependentes de Cristo, que dá missão e autoridade, os ministros são verdadeiramente "servos de Cristo", a imagem de Cristo que assumiu livremente por nós "a forma de servo" (Fl 2,7). Já que a palavra e a graça de que são ministros não são deles, mas de Cristo, que lhes confiou aos outros, eles se farão livremente servos de todos. (Parágrafos relacionados 1551,427)

877 Igualmente, é da natureza sacramental do ministério eclesial que exista um caráter colegial. Efetivamente, desde o início de seu ministério o Senhor Jesus instituiu os Doze, "os germes do Novo Israel e ao mesmo tempo a origem da sagrada hierarquia. Escolhidos conjuntamente, são também enviados conjuntamente, e sua união fraterna estará a serviço da comunhão fraterna de todos os fiéis; esta união será como um reflexo e um testemunho da comunhão das pessoas divinas. Por isso, todo bispo exerce seu ministério dentro do colégio episcopal, em comunhão com o Bispo de Roma, sucessor de São Pedro e

chefe do colégio; os presbíteros exercem seu ministério dentro do presbitério da diocese, sob a direção de seu Bispo. (Parágrafo relacionado 1559)

878 Finalmente, é da natureza sacramental do ministério eclesial que haja um caráter pessoal. Se os ministros de Cristo agem em comunhão, agem também sempre de maneira pessoal. Cada um é chamado pessoalmente - "Tu, segue-me (Jo 21,22) - para ser, na missão comum, testemunha pessoal, assumindo pessoalmente a responsabilidade diante daquele que dá a missão, agindo "em sua pessoa" e em favor de pessoas: "Eu te batizo em nome do Pai... "Eu te perdôo...". (Parágrafo relacionado 1484)

879 O ministério sacramental na Igreja é um serviço exercido em nome de Cristo, que tem caráter pessoal e forma colegial. Isto verifica-se nos vínculos entre o colégio episcopal e seu chefe, o sucessor de Pedro, e na relação entre a responsabilidade pastoral do Bispo por sua Igreja particular e a solicitude comum do colégio episcopal pela Igreja Universal.

O COLÉGIO EPISCOPAL E SEU CHEFE, O PAPA

880 Cristo, ao instituir os Doze, "instituiu-os à maneira de colégio ou grupo estável, ao qual propôs Pedro, escolhido dentre eles." Assim como, por disposição do Senhor, São Pedro e os outros apóstolos constituem um único colégio apostólico, de modo semelhante o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos, estão unidos entre si.

(Parágrafos relacionados 552,862)

881 Somente Simão, a quem deu o nome de Pedro, o Senhor constituiu em pedra de sua Igreja. Entregou-lhe as chaves da mesma, instituiu-o pastor de todo o rebanho. Porém, o múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, consta que também foi dado ao colégio dos apóstolos, unido a seu chefe." Este ofício pastoral de Pedro e dos outros Apóstolos faz parte dos fundamentos da Igreja e é continuado pelos Bispos sob o primado do Papa.

Parágrafos relacionados 553,642)

882 O Papa, Bispo de Roma e sucessor de São Pedro, "é o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade, quer dos Bispos, quer da multidão dos fiéis" "Com efeito, o Pontífice Romano, em virtude de seu múnus de Vigário de Cristo e de Pastor de toda a Igreja, possui na Igreja poder pleno, supremo e universal. E ele pode exercer sempre livremente este seu poder.

(Parágrafos relacionados 834,1369,837)

883 "O colégio ou corpo episcopal não tem autoridade se nele não se considerar incluído, como chefe, o Romano Pontífice." Como tal, este colégio é "também ele detentor do poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira. Todavia, este poder não pode ser exercido senão com o consentimento do Romano Pontífice.

884 "O colégio dos Bispos exerce o poder sobre a Igreja inteira, de forma solene, no Concílio Ecumênico." Não pode haver Concílio Ecumênico que, como tal, não seja aprovado ou ao menos reconhecido pelo sucessor de Pedro."

885 "Enquanto composto de muitos, este Colégio exprime a variedade e a universalidade do povo de Deus e, enquanto unido sob um só chefe, exprime a unidade do rebanho de Cristo.

886 "Os Bispos individualmente são o visível princípio e fundamento da unidade em suas Igrejas particulares. " Nesta qualidade, "exercem sua autoridade pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhes foi confiada" assistidos pelos presbíteros e pelos diáconos. Todavia, como membros do colégio episcopal, cada um deles participa da solicitude por todas as Igrejas, solicitude esta que exercem primeiramente "governando bem sua própria Igreja como uma porção da Igreja universal", contribuindo, assim, "para o bem de todo o Corpo Místico, que é também o Corpo das Igrejas". Esta solicitude estender-se-á particularmente aos pobres, aos perseguidos por causa da fé, assim como aos missionários que atuam em toda a terra. (Parágrafos relacionados 1560,833,2448)

887 As Igrejas particulares vizinhas e de cultura homogênea formam províncias eclesiásticas ou conjuntos mais amplos, denominados patriarcados ou regiões Os Bispos desses conjuntos podem reunir-se em sínodos ou em concílios provinciais. "Da mesma forma, as Conferências Episcopais podem hoje em dia, contribuir de forma múltipla e fecunda para que o espírito colegial se realize concretamente."

O MÚNUS DE ENSINAR

(Parágrafos relacionados 85,87,2032-2040)

888 Os Bispos, junto com os presbíteros, seus cooperadores, "têm como primeira tarefa anunciar o Evangelho de Deus a todos homens, segundo a ordem do Senhor. São "os arautos da fé, que levam a Cristo novos discípulos, os doutores autênticos" da fé apostólica, "providos da autoridade de Cristo". (Parágrafo relacionado 2068)

889 Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação em sua própria infalibilidade, ele que é a Verdade. Pelo "sentido sobrenatural da fé", o Povo de Deus "se atém indefectivelmente à fé", sob a guia do Magistério vivo da Igreja. (Parágrafo relacionado 92)

890 A missão do Magistério está ligada ao caráter definitivo da Aliança instaurada por Deus em Cristo com seu Povo; deve protegê-lo dos desvios e dos afrouxamentos e garantir-lhe a possibilidade objetiva de professar sem erro a fé autêntica. O ofício pastoral do Magistério está, assim, ordenado ao cuidado para que o Povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para executar este serviço, Cristo dotou os pastores do carisma de infalibilidade em matéria de fé e de costumes. O exercício deste carisma pode assumir várias modalidades. (Parágrafos relacionados 851,1785)

891 "Goza desta infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar seus irmãos na fé, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne à fé ou aos costumes... A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro", sobretudo em um Concílio Ecumênico. Quando, por seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma coisa "a crer como sendo revelada por Deus" como ensinamento de Cristo, "é preciso aderir na obediência da fé a tais definições. Esta infalibilidade tem a mesma extensão que o próprio depósito da Revelação divina.

892 A assistência divina é também dada aos sucessores dos apóstolos, ao ensinarem em comunhão com o sucessor de Pedro e, de modo particular, com o Bispo de Roma, Pastor de toda a Igreja, quando, mesmo sem chegar a uma definição infalível e sem se pronunciar de "forma definitiva", propõem no exercício do magistério ordinário um ensinamento que leva a uma compreensão melhor da Revelação em matéria de fé e de costumes. A este ensinamento ordinário os fiéis devem "ater-se com religioso obséquio do espírito" [eique religioso obsequio adhaerere debent] qual, embora se distinga do assentimento da fé, o prolonga.

O MÚNUS DE SANTIFICAR

893 O Bispo tem, também, "a responsabilidade de ministrar a graça do sacerdócio supremo em particular na Eucaristia, que ele mesmo oferece ou da qual garante a oblação pelos presbíteros, seus cooperadores. Pois a Eucaristia é o centro da vida da Igreja particular. O Bispo e os presbíteros santificam a Igreja por sua oração e seu trabalho, pelo ministério da palavra e dos sacramentos. Santificam-na por seu exemplo, "não agindo como senhores daqueles que vos couberam por sorte, mas, antes, como modelos do rebanho" (1 Pd 5,3). É assim que "chegam, com o rebanho que lhes está confiado, à vida eterna. (Parágrafo relacionado 1561)

O MÚNUS DE REGER

894 "Os Bispos dirigem suas Igrejas particulares como vigários e delegados de Cristo com conselhos, exortações e exemplos, mas também com autoridade e com poder sagrado", o qual, porém, devem exercer para edificar, no espírito de serviço que caracteriza o de seu Mestre. (Parágrafo relacionado 801)

895 "Este poder, que exercem pessoalmente em nome de Cristo, é um poder próprio, ordinário e imediato; em seu exercício, porém, está submetido à regulamentação última da autoridade suprema da Igreja." Todavia, não se devem considerar. Os Bispos como vigários do Papa, cuja autoridade ordinária e imediata sobre toda a Igreja não anula, ao contrário, confirma e defende a deles. Esta deve ser exercida em comunhão com toda a Igreja, sob a condução do Papa. (Parágrafo relacionado 1558)

96 O Bom Pastor será o modelo e a "forma" do múnus pastoral do bispo. Consciente de suas fraquezas, "o Bispo pode compadecer-se dos ignorantes e extraviados. Não se negue, pois, a atender aos súditos, amando-os como verdadeiros filhos e exortando-os para que alegremente colaborem com ele... Por sua vez, os fiéis devem estar unidos a seu Bispo como a Igreja a Jesus Cristo, e Jesus Cristo ao Pai". (Parágrafo relacionado 1550)

Segui todos o Bispo, como Jesus Cristo [segue] seu Pai, e o presbitério como aos apóstolos; quanto aos diáconos, respeitai-os como a lei de Deus. Que ninguém faça sem o Bispo nada do que diz respeito à Igreja.

II. OS FIÉIS LEIGOS

897 "Sob o nome de leigos entendem-se aqui todos os cristãos, exceto os membros das Sagradas Ordens ou do estado religioso reconhecido na Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e a seu modo feitos participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, exercem, em seu âmbito, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo." (Parágrafo relacionado 893)

A VOCAÇÃO DOS LEIGOS

898 "É específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus... A eles, portanto, cabe de maneira especial iluminar e ordenar de tal modo todas as coisas temporais, as quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo e contribuam para o louvor do Criador e Redentor." (Parágrafo relacionado 2105)

899 A iniciativa dos cristãos leigos é particularmente necessária quando se trata de descobrir, de inventar meios para impregnar as realidades sociais, políticas e econômicas com as exigências da doutrina e da vida cristãs. Esta iniciativa é um elemento normal da vida da Igreja. (Parágrafo relacionado 2442)

Os fiéis leigos estio na linha mais avançada da vida da Igreja: graças a eles a Igreja é o princípio vital da sociedade humana. Por isso, especialmente eles devem ter uma consciência sempre mais clara não somente de pertencerem à Igreja, mas de serem Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis na terra sob a direção do Chefe comum, o Papa, e dos Bispos em comunhão com ele. Eles são a Igreja .

900 Uma vez que, como todos os fiéis, os leigos são encarregados por Deus do apostolado em virtude do Batismo e da Confirmação, eles têm a obrigação e gozam do direito, individualmente ou agrupados em associações, de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens e por toda a terra; esta obrigação é ainda mais presente se levarmos em conta que é somente por meio deles que os homens podem ouvir o Evangelho e conhecer a Cristo. Nas comunidades eclesiais, a ação deles é tão necessária que sem ela o apostolado dos pastores não pode, o mais das vezes, obter seu pleno efeito. (Parágrafo relacionado 863)

A PARTICIPAÇÃO DOS LEIGOS NO MÚNUS SACERDOTAL DE CRISTO

901 "Os leigos, em virtude de sua consagração a Cristo e da unção do Espírito Santo, recebem a vocação admirável e os meios que permitem ao Espírito produzir neles frutos sempre mais abundantes. Assim, todas as suas obras, preces e iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso do corpo e da alma, se praticados no Espírito, e mesmo as provações da vida, pacientemente suportadas, se tornam 'hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo' (I Pd 2,5), hóstias que são piedosamente oferecidas ao Pai com a oblação do Senhor na celebração da Eucaristia. É assim que os leigos consagram a Deus o próprio mundo, prestando a Ele, em toda parte, na santidade de sua vida, um culto de adoração." (Parágrafos relacionados 784,1268,358)

902 De maneira especial, os pais participam do múnus de santificação "quando levam uma vida conjugal com espírito cristão e velando pela educação cristã dos filhos".

903 Se tiverem as qualidades exigidas os leigos podem ser admitidos de maneira estável aos ministérios' de leitores e de acólitos. "Onde a necessidade da Igreja o aconselhar, podem também os leigos, na falta de ministros mesmo não sendo leitores ou acólitos, suprir alguns de seus ofícios a saber exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas administrar o Batismo e distribuir a sagrada Comunhão de acordo com as prescrições do direito." (Parágrafo relacionado 1143)

SUA PARTICIPAÇÃO NO MÚNUS PROFÉTICO DE CRISTO

904 "Cristo... exerce seu múnus profético não somente por meio da hierarquia... mas também por meio dos leigos, fazendo deles testemunhas e provendo-os do senso da fé e da graça da palavra": (Parágrafos relacionados 785,92)

Ensinar alguém para levá-lo à fé é a tarefa de cada pregador e até de cada crente.

905 Os leigos exercem sua missão profética também pela evangelização, "isto é, o anúncio de Cristo feito pelo testemunho da vida e pela palavra". Nos leigos, "esta evangelização... adquire características específicas e eficácia peculiar pelo fato de se realizar nas condições comuns do século": (Parágrafo relacionado 2044)

Este apostolado não consiste apenas no testemunho da vida: o verdadeiro Apóstolo procura as ocasiões para anunciar Cristo pela palavra, seja aos descrentes... seja aos fiéis. (Parágrafo relacionado 2472)

906 Os leigos que forem capazes e que se formarem para isto podem também dar sua colaboração na formação catequética, no ensino das ciências sagradas e atuar nos meios de comunicação social. (Parágrafo relacionado 2495)

907 "De acordo com a ciência, a competência e o prestígio de que gozam, têm o direito e, às vezes, até o dever de manifestar aos pastores sagrados a própria opinião sobre o que afeta o bem da Igreja e, ressaltando a integridade da fé e dos costumes e a reverência para com os pastores, e levando em conta a utilidade comum e a dignidade das pessoas, dêem a conhecer essa sua opinião também aos outros fiéis.

SUA PARTICIPAÇÃO NO MÚNUS RÉGIO DE CRISTO

908 Por sua obediência até a morte, Cristo comunicou a seus discípulos o dom da liberdade régia, "para que vençam em si mesmos o reino do pecado, por meio de sua abnegação e vida santa": (Parágrafo relacionado 786)

Aquele que submete seu próprio corpo e governa sua alma, sem deixar-se submergir pelas paixões, é seu próprio senhor (é dono de si mesmo): pode ser chamado rei porque é capaz de reger sua própria pessoa; é livre e independente e não se deixa aprisionar por uma escravidão culposa".

909 Além disso, com forças conjugadas, que os leigos sanem as instituições e condições do mundo, caso estas incitem ao pecado. É isto de tal modo que todas essas coisas se conforme com as normas da justiça e, em vez de a elas se opor, antes favoreçam o exercício das virtudes. Agindo dessa forma impregnarão de valor moral a cultura e as obras humanas." (Parágrafo relacionado 1887)

910 Os leigos podem também sentir-se chamados ou vir a ser chamados para colaborar com os próprios pastores no serviço da comunidade eclesial, para o crescimento e a vida da mesma, exercendo ministérios bem diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor quiser depositar neles. (Parágrafo relacionado 799)

911 Na Igreja, "os fiéis leigos podem cooperar juridicamente no exercício do poder de governo". Isto se diz de sua presença nos concílios particulares, nos sínodos diocesanos nos conselhos pastorais; do exercício do encargo pastoral de uma paróquia; da colaboração nos conselhos de assuntos econômicos; da participação nos tribunais eclesiásticos etc.

912 Os fiéis devem "distinguir acuradamente entre os direitos e os deveres que lhes incumbem enquanto membros da Igreja e os que lhes competem enquanto membros da sociedade humana. Procurarão conciliar ambos harmonicamente entre si, lembrados de que em qualquer situação temporal devem conduzir-se pela consciência cristã, uma vez que nenhuma atividade humana, nem mesmo nas coisas temporais, pode ser subtraída ao domínio de Deus". (Parágrafo relacionado 2245)

913 "Assim, todo leigo, em virtude dos dons que lhe foram conferidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da própria missão da Igreja "pela medida do dom de Cristo" (Ef 4,7)

III. A VIDA CONSAGRADA

914 "O estado de vida constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, está, contudo, firmemente relacionado com sua vida e santidade." (Parágrafo relacionado 2103)

CONSELHOS EVANGÉLICOS, VIDA CONSAGRADA

915 Os conselhos evangélicos, em sua multiplicidade, são propostos a todo discípulo de Cristo. A perfeição da caridade à qual todos os fiéis são chamados comporta para os que assumem livremente o chamado à vida consagrada a obrigação de praticar, a castidade no celibato pelo Reino, a pobreza e a obediência. E a profissão desses conselhos em um estado de vida estável reconhecido pela Igreja que caracteriza a "vida consagrada" a Deus. (Parágrafos relacionados 1973-1974)

916 O estado da vida consagrada aparece, portanto, como uma das maneiras de conhecer uma consagração "mais íntima", que se radica no Batismo e se dedica totalmente a Deus. Na vida consagrada, os fiéis de Cristo se propõem, sob a moção do Espírito Santo, seguir a Cristo mais de perto, doar-se a Deus amado acima de tudo e, procurando alcançar a perfeição da caridade a serviço do Reino, significar e anunciar na Igreja a glória do mundo futuro. (Parágrafos relacionados 2687,933)

UMA GRANDE ÁRVORE. DE MÚLTIPLOS RAMOS

917 Disso resultou que, como numa árvore frondosa e admiravelmente variegada na seara do Senhor - e isto em virtude do germe divinamente plantado -, floresceram as diversas modalidades da vida solitária ou comum, assim como as várias famílias quais vão aumentando tanto para proveito dos próprios membros quanto para o bem de todo o Corpo de Cristo." (Parágrafo relacionado 2684)

918 "Desde os primórdios da Igreja existiram homens e mulheres que se propuseram, pela prática dos conselhos evangélicos, seguir a Cristo com maior liberdade e imitá-lo mais de perto, e levaram, cada qual a seu modo, uma vida consagrada a Deus. Dentre eles, muitos, por inspiração do Espírito Santo, ou passaram a vida na solidão ou fundaram famílias religiosas, que a Igreja, de boa vontade, recebeu e aprovou com sua autoridade."

919 Os Bispos não de empenhar-se sempre em discernir os novos dons de vida consagrada confiados pelo Espírito Santo à sua Igreja; a aprovação de novas formas de vida consagrada é reservada à Sé Apostólica.

A VIDA EREMÍTICA

920 Embora nem sempre professem publicamente os três conselhos evangélicos, os eremitas, "por uma separação mais rígida do mundo, pelo silêncio da solidão, pela assídua oração e penitência, consagram a vida ao louvor de Deus e à salvação do mundo.

921 Os eremitas mostram a cada um este aspecto interior do mistério da Igreja, que é a intimidade pessoal com Cristo. Escondida aos olhos dos homens, a vida do eremita é pregação silenciosa daquele ao qual entregou sua vida, pois é tudo para Ele. É um chamado peculiar a encontrar no deserto, precisamente no combate espiritual, a glória do Crucificado. (Parágrafos relacionados 2719,2015)

AS VIRGENS E AS VIÚVAS CONSAGRADAS

922 Desde os tempos apostólicos, virgens e viúvas cristãs, chamadas pelo Senhor a apegar-se a Ele sem partilha em uma liberdade maior de coração, de corpo e de espírito, tomaram a decisão, aprovada pela Igreja, de viver respectivamente no estado de virgindade ou de castidade perpétua "por causa do Reino dos Céus" (Mt 19,12). (Parágrafo relacionado 1618-1620)

923 "Emitindo o santo propósito de seguir a Cristo mais de perto, [as Virgens] são consagradas a Deus pelo Bispo diocesano segundo o rito litúrgico aprovado, misticamente desposadas com Cristo, Filho de Deus, e dedicadas ao serviço da Igreja ." Por este rito solene ("Consecratio virginum"), "a virgem é constituída pessoa consagrada, sinal transcendente do amor da Igreja a Cristo, imagem escatológica desta Esposa do Céu e da vida futura ". (Parágrafos relacionados 1537,1672)

924 "Acrescentada às outras formas de vida consagrada", a ordem das virgens constitui a mulher que vive no mundo (ou a monja) na oração, na penitência, no serviço a seus irmãos e no trabalho apostólico, conforme o estado e os carismas respectivos oferecidos a cada uma. As virgens consagradas podem associar-se para guardar mais fielmente seus propósitos.

A VIDA RELIGIOSA

925 Nascida no Oriente nos primeiros séculos do cristianismo e vivida nos institutos canonicamente erigidos pela Igreja, a vida religiosa se distingue das outras modalidades de vida consagrada pelo aspecto cultural, pela profissão pública dos conselhos evangélicos, pela vida fraterna levada em comum, pelo testemunho da união de Cristo com a Igreja. (Parágrafo relacionado 1672)

926 A vida religiosa faz parte do mistério da Igreja. É um dom que a Igreja recebe de seu Senhor e que oferece como um estado de vida permanente ao fiel chamado por Deus na profissão dos conselhos. Assim, a Igreja pode ao mesmo tempo manifestar o Cristo e reconhecer-se como esposa do Salvador. A vida religiosa é convidada a significar, em suas variadas formas, a própria caridade de Deus, em linguagem de nossa época. (Parágrafo relacionado 796)

927 Todos os religiosos, isentos ou não, são contados entre os cooperadores do Bispo diocesano em seu ministério pastoral. A implantação e a expansão missionária da Igreja exigiram a presença da vida religiosa sob todas as suas formas desde os inícios da evangelização. "A história atesta os grandes méritos das famílias religiosas na propagação da fé e na formação de novas Igrejas, desde as antigas instituições monásticas e as ordens medievais até as congregações modernas." Parágrafo relacionado 854)

OS INSTITUTOS SECULARES"

928 Instituto secular é um instituto de vida consagrada no qual os fiéis, vivendo no mundo, tendem à perfeição da caridade e procuram cooperar para a santificação do mundo, principalmente a partir de dentro.

929 "Por urna "vida perfeita [= perfeitamente] e inteiramente consagrada a [esta] santificação", os membros desses institutos participam da tarefa de evangelização da Igreja, "no mundo e partir do mundo", onde sua presença age "à guisa de um fermento". Seu "testemunho de vida cristã" visa "organizar as coisas temporais de acordo com Deus e impregnar o mundo com a força do Evangelho". Eles assumem por vínculos sagrados os conselhos evangélicos e mantêm entre si a comunhão e a fraternidade próprias de seu "modo de vida secular". (Parágrafo relacionado 901)

AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA

930 Às formas diversas de vida consagrada "acrescentam-se as sociedades de vida apostólica, cujos membros, sem os votos religiosos, buscam a finalidade apostólica própria de sua sociedade e, levando vida fraterna em comum, segundo o próprio modo de vida, tendem à perfeição da caridade pela observância das constituições. Entre elas há sociedades cujos membros assumem os conselhos evangélicos" por meio de algum vínculo determinado pelas constituições.

CONSAGRAÇÃO E MISSÃO: ANUNCIAR O REI QUE VEM

931 Entregue a Deus supremamente amado, aquele que pelo Batismo já estava consagrado a ele é assim consagrado mais intimamente ao serviço divino e dedicado ao bem da Igreja. Pelo estado de consagração a Deus, a Igreja manifesta Cristo e mostra como o Espírito Santo age nela de maneira admirável. Os que professam os conselhos evangélicos têm, pois, por missão primeiramente viver sua consagração. Mas "enquanto dedicados, em virtude da própria consagração, ao serviço da Igreja têm obrigação de se entregar, de maneira especial, à ação missionária no modo próprio de seu instituto".

932 a Igreja - ela é como sacramento, isto é, o sinal e o instrumento da vida de Deus -, a vida consagrada aparece como um sinal peculiar do mistério da redenção. Seguir e imitar a Cristo "mais de perto", manifestar "mais claramente" seu aniquilamento é estar "mais profundamente" presente a seus contemporâneos, no coração de Cristo. Pois os que estão nesta via "mais estreita" estimulam seus irmãos por seu exemplo, dão este testemunho brilhante de "que o mundo não pode ser transfigurado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças". (Parágrafo relacionado 775)

933 Seja este testemunho público, como no estado religioso, ou mais discreto, ou até secreto, o advento de Cristo permanece para todos os consagrados a origem e a orientação de sua vida: Como o povo de Deus não possui aqui na terra morada permanente, o estado religioso manifesta já aqui neste mundo a todos os crentes a presença dos bens celestes, dá testemunho da vida nova e eterna adquirida pela redenção de Cristo, prenuncia a, ressurreição futura e a glória do Reino celeste. (Parágrafos relacionados 672,769)

RESUMINDO

934 "Por instituição divina, há entre os fiéis na Igreja ministros sagrados, que no direito são também chamados clérigos; os outros fiéis são também denominados leigos." Há, finalmente, fiéis que pertencem a uma ou outra das duas categorias e que, pela profissão dos conselhos evangélicos, se consagraram a Deus e servem, assim, à missão da Igreja.

935 Para anunciar a fé e para implantar seu Reino, Cristo envia seus apóstolos e seus sucessores. Dá-lhes participação em sua missão. De Cristo recebem o poder de agir em seu nome.

936 O Senhor fez de São Pedro o fundamento visível de sua Igreja. Entregou-lhe suas chaves. O Bispo da igreja de Roma, sucessor de São Pedro, é "a cabeça do colégio dos Bispos, Vigário de Cristo e, aqui na terra, pastor da igreja".

937 O Papa "tem, por instituição divina, poder supremo, pleno, imediato e universal na cura das almas".

938 Os Bispos, estabelecidos pelo Espírito Santo, sucedem aos Apóstolos. São, "cada um por sua parte, princípio visível e, fundamento da unidade em suas igrejas particulares.

939 Ajudados pelos presbíteros, seus cooperadores, e pelos diáconos, os Bispos têm o ofício de ensinar autenticamente a fé, de celebrar o culto divino, sobretudo a Eucaristia, e de dirigir suas Igrejas como verdadeiros pastores. A seu ofício pertence também a solicitude por todas as Igrejas, com o Papa e sob a direção dele.

940 "Sendo a característica do estado leigo viver em meio ao mundo e aos negócios seculares, são eles chamados por Deus a exercer seu apostolado no mundo à guisa de fermento, graças ao vigor de seu espírito cristão."

941 Os leigos participam do sacerdócio de Cristo: cada vez mais unidos a ele, desenvolvem a graça do Batismo e da Confirmação em todas as dimensões da vida pessoal, familiar, social e eclesial e realizam, assim, o chamado à santidade, dirigido a todos os batizados.

942 Graças à sua missão profética, os leigos "são também chamados a serem testemunhas de Cristo em tudo, no meio da comunidade humana"

943 Graças à sua missão régia, os leigos têm o poder de vencer o império do pecado em si mesmos e no mundo, por sua abnegação e pela santidade de sua vida .

944 A vida consagrada a Deus caracteriza-se pela profissão pública dos conselhos evangélicos de pobreza, de castidade e de obediência em um estado de vida permanente reconhecido pela Igreja.

945 Entregue a Deus supremamente amado, aquele que pelo Batismo já havia sido destinado a Ele encontra-se, no estado de vida consagrada, mais intimamente votado ao serviço divino e dedicado ao bem de toda a Igreja.

ARTIGO 9 - PARÁGRAFO 5

A COMUNHÃO DOS SANTOS

946 Depois de ter confessado "a santa Igreja católica", o Símbolo dos Apóstolos acrescenta "a comunhão dos santos". Este artigo é, de certo modo, uma explicitação do anterior: "Que é a Igreja, se não a assembléia de todos os santos?" comunhão dos santos é precisamente a Igreja. (Parágrafo relacionado 823)

947 "Uma vez que todos os crentes formam um só corpo, o bem de uns é comunicado aos outros... Assim, é preciso crer que existe uma comunhão dos bens na Igreja. Mas o membro mais importante é Cristo, por ser a Cabeça... Assim, o bem de Cristo é comunicado a todos os membros, e essa comunicação se faz por meio dos sacramentos da Igreja." Como esta Igreja é governada por um só e mesmo Espírito, todos os bem que ela recebeu se tornam necessariamente um fundo comum. (Parágrafo relacionado 790)

948 O termo "comunhão dos santos" tem, pois, dois significados intimamente interligados: "comunhão nas coisas santas (sancta)" e "comunhão entre as pessoas santas (sancti)". (Parágrafo relacionado 1331)

"Sancta sanctis!" (o que é santo para os que são santos): assim proclama o celebrante na maioria das liturgias orientais no momento da elevação dos santos dons, antes do serviço da comunhão. Os fiéis (sancti) são alimentados pelo Corpo e pelo Sangue de Cristo (sancta), a fim de crescerem na comunhão do Espírito Santo (Koinonia) comunicá-la ao mundo.

I. A COMUNHÃO DOS BENS ESPIRITUAIS

949 Na comunidade primitiva de Jerusalém, os discípulos "mostravam-se assíduos ao ensinamento dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações" (At 2,42). (Parágrafo relacionado 185)

A comunhão na fé. A fé dos fiéis é a fé da Igreja, recebida dos Apóstolos, tesouro de Vida que se enriquece ao ser compartilhado.

950 A comunhão dos sacramentos. "O fruto de todos os sacramentos pertence a todos os fiéis. Com efeito, os sacramentos, e sobretudo o Batismo, que é a porta pela qual se entra na Igreja, são igualmente vínculos sagrados que os unem a todos e os incorporam a Jesus Cristo. A comunhão dos santos é a comunhão operada pelos sacramentos... O nome comunhão pode ser aplicado a cada sacramento, pois todos eles nos unem a Deus... Contudo, mais do que a qualquer outro, este nome convém à Eucaristia, porque é principalmente ela que consoma esta comunhão[a4] ." (Parágrafos relacionados 1130,1331)

951 A comunhão dos carismas. Na comunhão da Igreja, o Espírito Santo "distribui também entre os fiéis de todas as ordens as graças especiais" para a edificação da Igreja[a5] . Ora, "cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos" (1Cor 12,7). (Parágrafo relacionado 799)

952 "Punham tudo em comum" (At 4,32). "Tudo o que o verdadeiro cristão possui, deve considerá-lo como um bem que lhe é comum com todos, e sempre deve estar pronto e disposto a ir ao encontro do indigente e da miséria do próximo. O cristão é um administrador dos bens do Senhor. (Parágrafo relacionado 2402)

953 A comunhão da caridade. Na "comunhão dos santos" "ninguém de nós vive e ninguém morre para si mesmo" (Rm 14,7). "Se um membro sofre, todos os membros compartilham seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros compartilham sua alegria. Ora, vós sois o Corpo de Cristo e sois seus membros, cada um por sua parte" (1Cor 6-27). "A caridade não procura seu próprio interesse" (1 Cor [a8] 13,5) O menor dos nossos atos praticado na caridade irradia em benefício de todos, nesta solidariedade com todos os homens, vivos ou mortos, que se funda na comunhão dos santos. Todo pecado prejudica esta comunhão. (Parágrafos relacionados 1827,2011,845,1469)

II. A COMUNHÃO ENTRE A IGREJA DO CÉU E A DA TERRA

954 Os três estados da Igreja. "Até que o Senhor venha em Sua majestade e, com ele, todos os anjos e, tendo sido destruída a morte, todas as coisas lhe forem sujeitas, alguns dentre os seus discípulos peregrinam na terra; outros, terminada esta vida, são purificados; enquanto outros são glorificados, vendo claramente o próprio Deus trino e uno, assim como é'. (Parágrafos relacionados 771,1031,1023)

Todos, porém, em grau e modo diverso, participamos da mesma caridade de Deus e do próximo e cantamos o mesmo hino de glória a nosso Deus. Pois todos quantos são de Cristo, tendo o seu Espírito, congregam-se em uma só Igreja e nele estão unidos entre si".

955 A união dos que estão na terra com os irmãos que descansam na paz de Cristo de maneira alguma se interrompe; pelo contrário, segundo a fé perene da Igreja, vê-se fortalecida pela comunicação dos bens espirituais."

956 A intercessão dos santos. "Pelo fato de os habitantes do Céu estarem unidos mais intimamente com Cristo, consolidam com mais firmeza na santidade toda a Igreja. Eles não deixam de interceder por nós ao Pai, apresentando os méritos que alcançaram na terra pelo único mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus. Por conseguinte, pela fraterna solicitude deles, nossa fraqueza recebe o mais valioso auxílio": (Parágrafos relacionados 1370,2683)

Não choreis! Ser-vos-ei mais útil após a minha morte e ajudar-vos-ei mais eficazmente do que durante a minha vida.

PASSAREI MEU CÉU FAZENDO BEM NA TERRA.

957 A comunhão com os santos. "Veneramos a memória dos habitantes do céu não somente a título de exemplo; fazemo-lo ainda mais para corroborar a união de toda a Igreja no Espírito, pelo exercício da caridade fraterna. Pois, assim como a comunhão entre os cristãos da terra nos aproxima de Cristo, da mesma forma o consórcio com os santos nos une a Cristo, do qual como de sua fonte e cabeça, promana toda a graça e a vida do próprio Povo de Deus". (Parágrafo relacionado 1173)

Nós adoramos Cristo qual Filho de Deus. Quanto aos mártires, os amamos quais discípulos e imitadores do Senhor e, o que é justo, por causa de sua incomparável devoção por seu Rei e Mestre. Possamos também nós ser companheiros e condiscipulos seus." Nossa oração por eles pode não somente ajudá-los, mas também tornar eficaz sua intercessão por nós. (Parágrafos relacionados 1371,1032,1689)

959 ... na única família de Deus. "Todos os que somos filhos de Deus e constituímos uma única família em Cristo, enquanto nos comunicamos uns com os outros em mútua caridade e num mesmo louvor à Santíssima Trindade, realizamos a vocação própria da Igreja." (Parágrafo relacionado 1027)

RESUMINDO

960 A Igreja é "comunhão dos santos": esta expressão designa primeiro as "coisas santas" (sancta) e antes de tudo a Eucaristia, pela qual "é representada e realizada a unidade dos fiéis que, em Cristo, formam um só corpo"

961 Este termo designa também a comunhão das "pessoas santas" (sancti) em Cristo, que "morreu por todos", de sorte que aquilo que cada um faz ou sofre em Cristo e por ele produz fruto para todos.

962 "Cremos na comunhão de todos os fiéis de Cristo, dos que são peregrinos na terra, dos de juntos que estão terminando a sua purificação, dos bem-aventurados do céu, formando, todos juntos, uma só Igreja, e cremos que nesta comunhão o amor misericordioso de Deus e de seus santos está sempre à escuta de nossas orações."

PARÁGRAFO 6

MARIA - MÃE DE CRISTO, MÃE DA IGREJA

963 Depois de termos falado do papel da Virgem Maria no mistério de Cristo e do Espírito, convém agora considerar lugar dela no mistério da Igreja. "Com efeito, a Virgem Maria (...) é reconhecida e honrada como a verdadeira Mãe de Deus e do Redentor. (...). Ela é também verdadeiramente 'Mãe dos membros [de Cristo] (...), porque cooperou pela caridade para que na Igreja nascessem os fiéis que são os membros desta Cabeça'." (...) Maria, Mãe de Cristo, Mãe da Igreja. (Parágrafos relacionados 484-507,721-726)

I. A MATERNIDADE DE MARIA COM RELAÇÃO À IGREJA

TOTALMENTE UNIDA A SEU FILHO...

964 O papel de Maria para com a Igreja é inseparável de sua união com Cristo, decorrendo diretamente dela (dessa união), "Esta união de Maria com seu Filho na obra da salvação manifesta-se desde a hora da concepção virginal de Cristo até sua morte." Ela é particularmente manifestada na hora da paixão de Jesus: A bem-aventurada Virgem avançou em sua peregrinação de fé, manteve fielmente sua união com o Filho até a cruz, onde esteve de pé não sem desígnio divino, sofreu intensamente junto com seu unigênito. E com ânimo materno se associou a seu sacrifício, consentindo com amor na imolação da vítima ela por gerada. Finalmente, pelo próprio Jesus moribundo na cruz, foi dada como mãe ao discípulo com estas palavras: "Mulher, eis aí teu filho" (Jo 19,26-27). (Parágrafos relacionados 534,618)

965 Após a ascensão de seu Filho, Maria "assistiu com suas orações a Igreja nascente". Reunida com os apóstolos e algumas mulheres, "vemos Maria pedindo, também ela, com suas orações, o dom do Espírito, o qual, na Anunciação, a tinha coberto com sua sombra".

...TAMBÉM EM SUA ASSUNÇÃO...

966 "Finalmente, a Imaculada Virgem, preservada imune de toda mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celeste. E para que mais

plenamente estivesse conforme a seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte, foi exaltada pelo Senhor como Rainha do universo." A Assunção da Virgem Maria é uma participação singular na Ressurreição de seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos: (Parágrafo relacionado 491)

Em vosso parto, guardastes a virgindade; em vossa dormição, não deixastes o mundo, ó mãe de Deus: fostes juntar-vos à fonte da vida, vós que concebestes o Deus vivo e, por vossas orações, livrareis nossas almas da morte....

... ELA E NOSSA MÃE NA ORDEM DA GRAÇA

967 Por sua adesão total à vontade do Pai, à obra redentora de seu Filho, a cada moção do Espírito Santo, a Virgem Maria é para a Igreja o modelo da fé e da caridade. Com isso, ela é "membro supereminente e absolutamente único da Igreja", sendo até a "realização exemplar (typus)" da Igreja. (Parágrafos relacionados 2679,507)

968 Mas seu papel em relação à Igreja e a toda a humanidade vai ainda mais longe. "De modo inteiramente singular, pela obediência, fé, esperança e ardente caridade, ela cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida sobrenatural das almas. Por este motivo ela se tornou para nós mãe na ordem da graça." (Parágrafo relacionado 494)

969 "Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura ininterruptamente, a partir do consentimento que ela fielmente prestou na anunciação, que sob a cruz resolutamente manteve, até a perpétua consumação de todos os eleitos. Assunta aos céus, não abandonou este múnus salvífico, mas, por sua múltipla intercessão, continua a alcançar-nos os dons da salvação eterna. (...) Por isso, a bem-aventurada Virgem Maria é invocada na Igreja sob os títulos de advogada, auxiliadora, protetora, medianeira." (Parágrafos relacionados 501,149,1370)

970 "A missão materna de Maria em favor dos homens de modo algum obscurece nem diminui a mediação única de Cristo; pelo contrário, até ostenta sua potência, pois todo o salutar influxo da bem-aventurada Virgem (...) deriva dos superabundantes méritos de Cristo, estriba-se em sua mediação, dela depende inteiramente e dela auferir toda a sua força." "Com efeito, nenhuma criatura jamais pode ser equiparada ao Verbo encarnado e Redentor. Mas, da mesma forma que o sacerdócio de Cristo é participado de vários modos, seja pelos ministros, seja pelo povo fiel, e da mesma forma que a indivisa bondade de Deus é realmente difundida nas criaturas de modos diversos, assim também a única mediação do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas uma variegada cooperação que participa de uma única fonte." (Parágrafos relacionados 2008,1545,308)

II- O CULTO DA SANTÍSSIMA VIRGEM

971 "Todas as gerações me chamarão bem-aventurada" (Lc 1,48): "A piedade da Igreja para com a Santíssima Virgem é intrínseca ao culto cristão". A Santíssima Virgem "é legitimamente honrada com um culto especial pela Igreja. Com efeito desde remotíssimos tempos, a bem-aventurada Virgem é venerada sob o título de 'Mãe de Deus', sob cuja proteção os fiéis se refugiam suplicantes em todos os seus perigos e necessidades (...) Este culto (...) embora inteiramente singular, difere essencialmente do culto de adoração que se presta ao Verbo encarnado e igualmente ao Pai e ao Espírito Santo, mas o favorece poderosamente"; este culto encontra sua expressão nas festas litúrgicas dedicadas à Mãe de Deus e na oração mariana, tal como o Santo Rosário, "resumo de todo o Evangelho". (Parágrafos relacionados 1172,2678)

III. MARIA - ÍCONE ESCATOLÓGICO DA IGREJA

972 Depois de termos falado da Igreja, de sua origem, de sua missão e de seu destino, a melhor maneira de concluir é voltar o olhar para Maria, a fim de contemplar nela (Maria) o que é a Igreja em seu mistério, em sua "peregrinação da fé", e o que ela (Igreja) será na pátria ao termo final de sua caminhada, onde a espera, "na glória da Santíssima e indivisível Trindade", "na comunhão de todos os santos, aquela que a Igreja venera como a Mãe de seu Senhor e como sua própria Mãe: (Parágrafos relacionados 773,829)

Assim como no céu, onde já está glorificada em corpo e alma, a Mãe de Deus representa e inaugura a Igreja em sua consumação no século futuro, da mesma forma nesta terra, enquanto

aguardamos a vinda do Dia do Senhor, ela brilha como sinal da esperança segura e consolação para o Povo de Deus em peregrinação. (Parágrafo relacionado 2853)

RESUMINDO

973 Ao pronunciar o "fiat" (faça-se) da Anunciação e ao dar seu consentimento ao Mistério da Encarnação, Maria já colabora para toda a obra que seu Filho deverá realizar. Ela é Mãe onde Ele é Salvador e Cabeça do Corpo Místico.

974 Depois de encerrar o curso de sua vida terrestre, a Santíssima Virgem Maria foi elevada em corpo e alma à glória do Céu, onde já participa da glória da ressurreição de seu Filho, antecipando a ressurreição de todos os membros de seu corpo.

975 "Cremos que a Santíssima Mãe de Deus, nova Eva, Mãe da Igreja, continua no Céu sua junção materna em relação aos membros de Cristo."

ARTIGO 10: "CREIO NO PERDÃO DOS PECADOS"

976 O Símbolo dos Apóstolos correlaciona a fé no perdão dos pecados com a fé no Espírito Santo, mas também com a fé na Igreja e na comunhão dos santos. Foi dando o Espírito Santo a seus apóstolos que Cristo ressuscitado lhes conferiu seu próprio poder divino de perdoar os pecados: "Recebei o Espírito Santo Aqueles a quem perdoardes os pecados, lhes serão perdoados; aqueles a quem os retiverdes, lhes serão retidos" (Jo 20,22-23).

(A Segunda Parte do Catecismo tratará explicitamente do perdão dos pecados pelo Batismo, pelo sacramento da Penitência e pelos outros sacramentos, sobretudo a Eucaristia. Por isso basta aqui evocar sucintamente alguns dados básicos.)

I. UM SÓ BATISMO PARA O PERDÃO DOS PECADOS (Parágrafo relacionado 1263)

977 Nosso Senhor ligou o perdão dos pecados à fé e ao Batismo: "Ide por todo o mundo e proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo" (Mc 16,15.16). O Batismo é o primeiro e principal sacramento do perdão dos pecados, porque nos une a Cristo morto por nossos pecados, ressuscitado para nossa justificação, para que "também vivamos vida nova" (Rm 6,4).

978 "No momento em que fazemos nossa primeira profissão de fé, recebendo o santo Batismo que nos purifica, o perdão que recebemos é tão pleno e tão completo que não nos resta absolutamente nada a apagar, seja do pecado original, seja dos pecados cometidos por nossa própria vontade, nem nenhuma pena a sofrer para expiá-los. (...) Contudo, a graça do Batismo não livra ninguém de todas as fraquezas da natureza. Pelo contrário, ainda temos de combater os movimentos da concupiscência, que não cessam de arrastar-nos para o mal ." (Parágrafo relacionado 1264)

979 Neste combate contra a inclinação para o mal, quem seria suficientemente forte e vigilante para evitar toda ferida do pecado? "Se, portanto, era necessário que a Igreja tivesse o poder de perdoar os pecados, também era preciso que o Batismo não fosse para ela o único meio de servir-se dessas chaves do Reino dos Céus, que havia recebido de Jesus Cristo; era preciso que ela fosse capaz de perdoar as faltas a todos os penitentes, ainda que tivessem pecado até o último instante de sua vida[a3] ." (Parágrafo relacionado 1446)

980 É pelo sacramento da Penitência que o batizado pode ser reconciliado com Deus e com a Igreja: (Parágrafos relacionados 1422,1484)

Os Padres da Igreja com razão chamavam a Penitência de "um Batismo laborioso". O sacramento da Penitência é necessário para a salvação daqueles que caíram depois do Batismo, assim como o Batismo é necessário para os que ainda não foram regenerados.

II. O PODER DAS CHAVES

981 Depois de sua Ressurreição, Cristo enviou seus Apóstolos para "anunciar a todas as nações o arrependimento em seu Nome, em vista da remissão dos pecados" (Lc 24,47). Este "ministério da reconciliação" (2Cor 5,18) os Apóstolos e seus sucessores não o exercem somente anunciando aos homens o perdão de Deus merecido para nós por Cristo e chamando-os à conversão e à fé, mas também

comunicando-lhes a remissão dos pecados pelo Batismo e reconciliando-os com Deus e com a Igreja graças ao poder das chaves recebido de Cristo: (Parágrafos relacionados 1444,553)

A Igreja recebeu as chaves do Reino dos Céus para que se opere nela a remissão dos pecados pelo sangue de Cristo e pela ação do Espírito Santo É nesta Igreja que a alma revive, ela que estava morta pelos pecados, a fim de viver com Cristo, cuja graça nos salvou.

982 Não há pecado algum, por mais grave que seja, que a Santa Igreja não possa perdoar. "Não existe ninguém, por mau e culpado que seja, que não deva esperar com segurança a seu perdão, desde que seu arrependimento seja sincero." Cristo que morreu por todos os homens, quer que, em sua Igreja, as portas do perdão estejam sempre abertas a todo aquele que recua do pecado. (Parágrafos relacionados 1463,605)

983 A catequese empenhar-se-á em despertar e alimentar nos fiéis a fé na grandeza incomparável do dom que Cristo ressuscitado concedeu à sua Igreja: a missão e o poder de perdoar verdadeiramente os pecados, pelo ministério dos apóstolos de seus sucessores: (Parágrafo relacionado 1442)

O Senhor quer que seus discípulos tenham um poder imenso: quer que seus pobres servidores realizem em seu nome tudo que havia feito quando estava na terra. Os presbíteros receberam um poder que Deus não deu nem aos anjos nem aos arcanjos. Deus sanciona lá no alto tudo o que os sacerdotes fazem aqui embaixo. (Parágrafo relacionado 1465)

Se na Igreja não existisse a remissão dos pecados, não existiria nenhuma esperança, nenhuma perspectiva de uma vida eterna e de uma libertação eterna. Demos graças a Deus, que deu à Igreja tal dom.

RESUMINDO

984 O Credo relaciona "o perdão dos pecados" com a profissão de fé no Espírito Santo Com efeito, Cristo ressuscitado confiou aos Apóstolos o poder de perdoar os pecados quando lhes deu o Espírito Santo

985 O Batismo é o primeiro e o principal sacramento para o perdão dos pecados: une-nos a Cristo morto e ressuscitado nos dá o Espírito Santo

986 Pela vontade de Cristo, a Igreja possui o poder de perdoar os pecados dos batizados e o exerce por meio dos Bispos e dos presbíteros de maneira habitual no sacramento da Penitência.

987 "Na remissão dos pecados, os presbíteros e os sacramentos são meros instrumentos dos quais nosso Senhor Jesus Cristo, único autor e dispensador de nossa salvação, se apraz em se servir para apagar nossas iniquidades e dar-nos a graça da justificação.

"ARTIGO 11

"CREIO NA RESSURREIÇÃO DA CARNE"

988 O Credo cristão - profissão de nossa fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e em sua ação criadora, salvadora e santificadora - culmina na proclamação da ressurreição dos mortos, no fim dos tempos e na vida eterna.

989 Cremos firmemente - e assim esperamos - que, da mesma forma que Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos, e vive para sempre, assim também, depois da morte, os justos viverão para sempre com Cristo ressuscitado e que Ele os ressuscitará no último dia . Como a ressurreição de Cristo, também a nossa será obra da Santíssima Trindade: (Parágrafos relacionados 655,648)

Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos dar vida também aos vossos corpos mortais, mediante o seu Espírito que habita em vós (Rm 8,11).

990 O termo "carne" designa o homem em sua condição de fraqueza e de mortalidade[a15] . A "ressurreição da carne" significa que após a morte não haverá somente a vida da alma imortal, mas que mesmo os nossos "corpos mortais" (Rm 8,11) readquirirão vida. (Parágrafo relacionado 364)

991 Crer na ressurreição dos mortos foi, desde os inícios, um elemento essencial da fé cristã. "Fiducia christianorum resurrectio mortuorum; iliam credentes, sumus - A confiança dos cristãos é a ressurreição dos mortos; crendo nela, somos cristãos": (Parágrafo relacionado 638)

Como podem alguns dentre vós dizer que não há ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação e vazia é também a vossa fé. Mas não! Cristo ressuscitou dos mortos, primícias dos que adormeceram (1Cor 15,12-14-20).

I. A RESSURREIÇÃO DE CRISTO E A NOSSA REVELAÇÃO PROGRESSIVA DA RESSURREIÇÃO

992 A ressurreição dos mortos foi revelada progressivamente por Deus a seu povo. A esperança na ressurreição corporal dos mortos foi-se impondo como uma consequência intrínseca da fé em um Deus criador do homem inteiro, alma e corpo. O criador do céu e da terra é também aquele que mantém fielmente sua aliança com Abraão e sua descendência. E nesta dupla perspectiva que começará a exprimir-se a fé na reação. Nas provações, os mártires Macabeus confessam: (Parágrafo relacionado 297)

O Rei do mundo nos fará ressurgir para uma vida eterna, a nós que morremos por suas leis (2Mc 7,9). É desejável passar para a outra vida pelas mãos dos homens, tendo da parte de Deus as esperanças de ser um dia ressuscitado por Ele (2Mc 7,14).

993 Os fariseus e muitos outros contemporâneos do Senhor esperavam a ressurreição. Jesus a ensina com firmeza. Aos Saduceus que a negam, ele responde: "Não é por isto que errais, desconhecendo tanto as Escrituras como o poder de Deus?" (Mc 12,24). A fé na ressurreição baseia-se na fé em Deus, que "que não é um Deus dos mortos, mas dos vivos" (Mc 12, 27). (Parágrafos relacionados 575,205)

994 Mais ainda: Jesus liga a fé na ressurreição à sua própria pessoa: "Eu sou a ressurreição e a vida" (Jo 11,25). É Jesus mesmo quem, no último dia, há de ressuscitar os que nele tiveram crido e que tiveram comido seu corpo e bebido seu sangue. Desde já, Ele fornece um sinal e um penhor disto, restituindo a vida a certos mortos, anunciando com isso sua própria ressurreição, que no entanto será de outra ordem. Deste acontecimento único Ele fala como do "sinal de Jonas", do sinal do templo: anuncia sua ressurreição, que ocorrerá no terceiro dia depois de ser entregue à morte. (Parágrafos relacionados 646,652)

995 Ser testemunha de Cristo é ser "testemunha de sua ressurreição" (At 1,22), "ter comido e bebido com Ele após sua ressurreição dentre os mortos" (At 10,41). A esperança cristã na ressurreição está toda marcada pelos encontros com Cristo ressuscitado. Ressuscitaremos como Ele, com Ele, por Ele. (Parágrafos relacionados 860,655)

996 Desde o início, a fé cristã na ressurreição deparou com incompreensões e oposições. "Em nenhum ponto a fé cristã depara com mais contradição do que em torno da ressurreição da carne." Aceita-se muito comumente que depois da morte a vida da pessoa humana prossiga de um modo espiritual. Mas como crer que este corpo tão manifestamente mortal possa ressuscitar para a vida eterna? (Parágrafo relacionado 643)

DE QUE MANEIRA OS MORTOS RESSUSCITAM?

997 Que é "ressuscitar"? Na morte, que é separação da alma e do corpo, o corpo do homem cai na corrupção, ao passo que sua alma vai ao encontro de Deus, ficando à espera de ser novamente unida a seu corpo glorificado. Deus, em sua onipotência, restituirá definitivamente a vida incorruptível a nossos corpos, unindo-os às nossas almas, pela virtude da Ressurreição de Jesus. (Parágrafo relacionado 366)

998 Quem ressuscitará? Todos os homens que morreram: "Os que tiverem feito o bem (sairão) para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento" (Jo 5,29). (Parágrafo relacionado 1038)

999 De que maneira? Cristo ressuscitou com seu próprio corpo: "Vede as minhas mãos e os meus pés: sou eu!" (Lc 24,39). Mas ele não voltou a uma vida terrestre. Da mesma forma, nele ressuscitarão com seu próprio corpo, que têm agora"; porém, este corpo será "transfigurado em corpo de glória", em "corpo espiritual" (1Cor 15, 44): (Parágrafos relacionados 640,645)

Mas, dirá alguém, como ressuscitam os mortos? Com que corpo voltam? Insensato! O que semeias não adquire vida a não ser que morra. E o que semeias não é o corpo da futura planta que deve nascer, mas um simples grão de trigo ou de qualquer outra espécie (...) Semeado corruptível, o corpo ressuscita

incorruptível (...) os mortos ressurgirão incorruptíveis. (...) Com efeito, é necessário que este ser corruptível revista a incorruptibilidade e que este ser mortal revista a imortalidade (1Cor 15,35-37.42.52-53).

1000 Este "corno" ultrapassa nossa imaginação e nosso entendimento, sendo acessível só na fé. Nossa participação na Eucaristia, no entanto, já nos dá um antegozo da transfiguração de nosso corpo por Cristo: (Parágrafo relacionado 647)

Assim como o pão que vem da terra, depois de ter recebido a invocação de Deus, não é mais pão comum, mas Eucaristia, Constituída por duas realidades, uma terrestre e a outra celeste, da mesma forma os nossos corpos que participam da Eucaristia não são mais corruptíveis, pois têm a esperança da ressurreição. (Parágrafo relacionado 1405)

1001 Quando? Definitivamente "no último dia" (Jo 6,39-40.44-54); "no fim do mundo". Com efeito, a ressurreição [a34] dos mortos está intimamente associada à Parusia de Cristo: (Parágrafos relacionados 1038,673)

Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro (1Ts 4,16).

RESSUSCITADOS EM CRISTO

1002 Se é verdade que Cristo nos ressuscitará "no último dia", também que, de certo modo, já ressuscitamos com Cristo. Pois, graças ao Espírito Santo, a vida cristã é, já agora na terra, uma participação na morte e na ressurreição de Cristo: (Parágrafo relacionado 655)

Fostes sepultados com Ele no Batismo, também com Ele ressuscitastes, pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dos mortos. (...) Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus (Cl 2,12;3,1).

1003 Unidos a Cristo pelo Batismo, os crentes já participam realmente na vida celeste de Cristo ressuscitado, mas esta vida permanece "escondida com Cristo em Deus" (Cl 3,3). "Com ele nos ressuscitou e fez-nos sentar nos céus, em Cristo Jesus" (Ef 2,6). Nutridos com seu Corpo na Eucaristia, já pertencemos ao Corpo de Cristo. Quando ressuscitarmos, no último dia, nós também seremos "manifestados com Ele cheios de glória" (Cl 3,3). (Parágrafos relacionados 1227,2796)

1004 Enquanto aguardam esse dia, o corpo e a alma do crente participam desde já da dignidade de ser "de Cristo"; daí a exigência do respeito para com seu próprio corpo, mas também para com o de outrem, particularmente quando este sofre: (Parágrafos relacionados 364,1397)

O corpo é para o Senhor, e o Senhor é para o corpo. Ora, Deus, que ressuscitou o Senhor, ressuscitará também a nós por seu poder. Não sabeis que vossos corpos são membros de Cristo? (...) Não pertenceis a vós mesmos. (...) Glorificai, portanto, a Deus em vosso corpo (1Cor 6,5.19-20).

II. MORRER EM CRISTO JESUS

1005 Para ressuscitar com Cristo é preciso morrer com Cristo, é preciso "deixar a mansão deste corpo para ir morar junto do Senhor" (2 Cor 5,8). Nesta "partida" que é a morte, a alma é separada do corpo. Ela será reunida a seu corpo no dia da ressurreição dos mortos. (Parágrafos relacionados 624,650)

A MORTE

1006 "É diante da morte que o enigma da condição humana atinge seu ponto mais alto." Em certo sentido, a morte corporal é natural; mas para a fé ela é na realidade "salário do pecado" (Rm 6,23). E, para os que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar também de sua Ressurreição. (Parágrafos relacionados 164,1500)

1007 A morte é o termo da vida terrestre. Nossas vidas são medidas pelo tempo, ao longo do qual passamos por mudanças, envelhecemos e, como acontece com todos os seres vivos da terra, a morte aparece como o fim normal da vida. Este aspecto da morte marca nossas vidas com um caráter de urgência: a lembrança de nossa mortalidade serve também para recordar-nos de que temos um tempo limitado para realizar nossa vida:

Lembra-te de teu Criador nos dias de tua mocidade (...) antes que o pó volte à terra donde veio, e o sopro volte a Deus, que o concedeu (Ecl 12,1.7).

1008 A morte é conseqüência do pecado. Intérprete autêntico das afirmações da Sagrada Escritura e da tradição, o magistério da Igreja ensina que a morte entrou no mundo por causa do pecado do homem. Embora o homem tivesse uma natureza mortal, Deus o destinava a não morrer. A morte foi, portanto, contrária aos designios de Deus criador e entrou no mundo como conseqüência do pecado. "A morte corporal, à qual o homem teria sido subtraído se não tivesse pecado", é assim "o último inimigo" do homem a ser vencido (1 Cor 15,26). (Parágrafos relacionados 401,376)

1009 A morte é transformada por Cristo. Jesus, o Filho de Deus sofreu também Ele a morte, própria da condição humana. Todavia, apesar de seu pavor diante dela, assumiu-a em um ato de submissão total e livre à vontade de seu Pai. A obediência de Jesus transformou a maldição da morte em bênção. (Parágrafo relacionado 612)

O SENTIDO DA MORTE CRISTÃ (Parágrafos relacionados 1681,1690)

1010 Graças a Cristo, a morte cristã tem um sentido positivo. "Para mim, a vida é Cristo, e morrer é lucro" (Fl 1,21). "Fiel é esta palavra: se com Ele morremos, com Ele viveremos" (2Tm 1,11). A novidade essencial da morte cristã está nisto: pelo Batismo, o cristão já está sacramentalmente "morto com Cristo", para Viver de uma vida nova; e, se morrermos na graça de Cristo, a morte física consuma este "morrer com Cristo" e completa, assim, nossa incorporação a ele em seu ato redentor: (Parágrafo relacionado 1220)

É bom para mim morrer em ("eis") Cristo Jesus, melhor do que reinar até as extremidades da terra. É a Ele que procuro, Ele que morreu por nós: é Ele que quero, Ele que ressuscitou por nós. Meu nascimento aproxima-se. (...) Deixai-me receber a pura luz; quando tiver chegado lá, serei homem.

1011 Na morte, Deus chama o homem a si. É por isso que o cristão pode sentir, em relação à morte, um desejo semelhante ao de São Paulo: "O meu desejo é partir e ir estar com Cristo" (Fl 1,23); e pode transformar sua própria morte em um ato de obediência e de amor ao Pai, a exemplo de Cristo: (Parágrafos relacionados 1025)

Meu desejo terrestre foi crucificado; (...) há em mim uma água viva que murmura e que diz dentro de mim: "Vem para o Pai".

Quero ver a Deus, e para vê-lo é preciso morrer.

Eu não morro, entro na vida.

1012 A visão cristã da morte é expressa de forma privilegiada na liturgia da Igreja: Senhor, para os que crêem em vós, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito nosso corpo mortal, nos é dado, nos céus, um corpo imperecível.

1013 A morte é o fim da peregrinação terrestre do homem, do tempo de graça e de misericórdia que Deus lhe oferece para realizar sua vida terrestre segundo o projeto divino e para decidir seu destino último. Quando tiver terminado "o único curso de nossa vida terrestre, não voltaremos mais a outras vidas terrestres. "Os homens devem morrer uma só vez" (Hb 9,27). Não existe "reencarnação" depois da morte.

1014 A Igreja nos encoraja à preparação da hora de nossa morte ("Livra-nos, Senhor, de uma morte súbita e imprevista": antiga ladainha de todos os santos, a pedir à Mãe de Deus que interceda por nós "na hora de nossa morte" (oração da "Ave-Maria") e a entregar-nos a São José, padroeiro da boa morte: (Parágrafos relacionados 2676-2677)

Em todas as tuas ações, em todos os teus pensamentos deverias comportar-te como se tivesses de morrer hoje. Se tua consciência estivesse tranqüila, não terias muito medo da morte. Seria melhor evitar o pecado que fugir da morte. Se não estás preparado hoje, como o estarás amanhã?

Louvado sejais, meu Senhor, por nossa irmã, a morte corporal, da qual homem algum pode escapar. Ai dos que morrerem em pecado mortal, felizes aqueles que ela encontrar conforme a vossa santíssima vontade, pois a segunda morte não lhes fará mal.

RESUMINDO

1015 "Caro salutis est cardo" (A carne é o eixo da salvação). cremos em Deus, que é o criador da carne; cremos no Verbo feito carne para redimir a carne; cremos na ressurreição da carne, consumação da criação e da redenção da carne.

1016 Pela morte, a alma é separada do corpo, mas na ressurreição Deus restituirá a vida incorruptível ao nosso corpo transformado, unindo-o novamente à nossa alma. Assim como Cristo ressuscitou e vive para sempre, todos nós ressuscitaremos no último dia.

1017 "Cremos na verdadeira ressurreição desta carne que possuímos agora." Contudo, semeia-se no túmulo um corpo corruptível, ele ressuscita um corpo incorruptível, um corpo espiritual" (1 Cor 15,44).

1018 Em consequência do pecado original, o homem deve sofrer "a morte corporal, à qual teria sido subtraído se não tivesse pecado".

1019 Jesus, o Filho de Deus, sofreu livremente a morte por nós em uma submissão total e livre à vontade de Deus, seu Pai. Por sua morte ele venceu a morte, abrindo, assim, a todos os homens a possibilidade da salvação.

CAPITULO III - ARTIGO 12 : "CREIO NA VIDA ETERNA"

1020 O cristão, que une sua própria morte à de Jesus, vê a morte como um caminhar ao seu encontro e uma entrada na Vida Eterna. Depois de a Igreja, pela última vez, pronunciar as palavras de perdão da absolvição de Cristo sobre o cristão moribundo, selá-lo pela última vez com uma unção fortificadora e dar-lhe o Cristo no viático como alimento para a Viagem, diz-lhe com doce segurança estas palavras: (Parágrafos relacionados 1523-1525)

Deixa este mundo, alma cristã, em nome do Pai Todo-Poderoso que te criou, em nome de Jesus Cristo, o Filho de Deus vivo, que sofreu por ti, em nome do Espírito Santo que foi derramado em ti. Toma teu lugar hoje na paz e fixa tua morada com Deus na santa Sião, com a Virgem Maria, a Mãe de Deus, com São José, os anjos e todos os santos de Deus. (...) Volta para junto de teu Criador, que te formou do pó da terra. Que na hora em que tua alma sair de teu corpo se apressem a teu encontro Maria, os anjos e todos os santos. (...) Que possas ver teu Redentor face a face (...). (Parágrafos relacionados 336,2677)

I. O JUÍZO PARTICULAR

1021 A morte põe fim à vida do homem como tempo aberto ao acolhimento ou à recusa da graça divina manifestada em Cristo. O Novo Testamento fala do juízo principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na segunda vinda deste, mas repetidas vezes afirma também a retribuição, imediatamente depois da morte, de cada um em função de suas obras e de sua fé. A parábola do pobre Lázaro e a palavra de Cristo na cruz ao bom ladrão assim como outros textos do Novo Testamento, falam de um destino último da alma pode ser diferente para uns e outros. (Parágrafos relacionados 1038,679)

1022 Cada homem recebe em sua alma imortal a retribuição eterna a partir do momento da morte, num Juízo Particular que coloca sua vida em relação à vida de Cristo, seja por meio de uma purificação, seja para entrar de imediato na felicidade do céu, seja para condenar-se de imediato para sempre. (Parágrafo relacionado 393)

No entardecer de nossa vida, seremos julgados sobre o amor. (Parágrafo relacionado 1470)

II. O CÉU

1023 Os que morrem na graça e na amizade de Deus, e que estão totalmente purificados, vivem para sempre com Cristo. São para sempre semelhantes a Deus, porque o vêem "tal como ele é" (1Jo 3,2), face a face (1Cor 13,12): (Parágrafo relacionado 954)

Com nossa autoridade apostólica definimos que, segundo a disposição geral de Deus, as almas de todos os santos mortos antes da Paixão de Cristo (...) e de todos os outros fiéis mortos depois de receberem o santo Batismo de Cristo, nos quais não houve nada a purificar quando morreram, (...) ou ainda, se houve ou há algo a purificar, quando, depois de sua morte, tiverem acabado de fazê-lo, (...) antes mesmo da ressurreição em seus corpos e do juízo geral, e isto desde a ascensão do Senhor e Salvador Jesus Cristo ao céu, estiveram, estão e estarão no Céu, no Reino dos Céus e no paraíso celeste com Cristo, admitidos na

sociedade dos santos anjos. Desde a paixão e a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, viram e vêem a essência divina com uma visão intuitiva e até face a face, sem a mediação de nenhuma criatura.

1024 Essa vida perfeita com a Santíssima Trindade, essa comunhão de vida e de amor com ela, com a Virgem Maria, os anjos e todos os bem-aventurados, é denominada "o Céu". O Céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva. (Parágrafos relacionados 260,326,2734,1718)

1025 Viver no Céu é "viver com Cristo". Os eleitos vivem "nele", mas lá conservam - ou melhor, lá encontram - sua verdadeira identidade, seu próprio nome. (Parágrafo relacionado 1011)

"Vita est enim esse cum Christo; ideo ubi Christus, ibi vita, ibi regnum - Vida é, de fato, estar com Cristo; aí onde está Cristo, aí está a Vida, aí está o Reino".

1026 Por sua Morte e Ressurreição, Jesus Cristo nos "abriu" o Céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associou à sua glorificação celeste os que creram nele e que ficaram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados a Ele. (Parágrafo relacionado 793)

1027 Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo supera toda compreensão e toda imaginação. A Escritura fala-nos dele em imagens: vida, luz, paz, festim de casamento, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste, Paraíso. "O que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, isso Deus preparou para aqueles que o amam" (1Cor 2,9). (Parágrafos relacionados 959,1720)

1028 Em razão de sua transcendência, Deus só poder ser visto tal como é quando Ele mesmo abrir seu mistério à contemplação direta do homem e o capacitar para tanto. Esta contemplação de Deus em sua glória celeste é chamada pela Igreja de "visão beatífica". (Parágrafos relacionados 1722,163)

Qual não ser tua glória e tua felicidade: ser admitido a ver a Deus, ter a honra de participar das alegrias da salvação e da luz eterna na companhia de Cristo, o Senhor teu Deus (...) desfrutar no Reino dos Céus, na companhia dos justos e dos amigos de Deus, as alegrias da imortalidade adquirida.

1029 Na glória do Céu, os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus em relação aos outros homens e à criação inteira. Já reinam com Cristo; com Ele "reinarão pelos séculos dos séculos" (Ap 22,5). (Parágrafos relacionados 956,668)

III. A PURIFICAÇÃO FINAL OU PURGATÓRIO

1030 Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu.

1031 A Igreja denomina Purgatório esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativa ao Purgatório sobretudo no Concílio de Florença e de Trento. Fazendo referência a certos textos da Escritura, a tradição da Igreja fala de um fogo purificador: (Parágrafos relacionados 954,1472)

No que concerne a certas faltas leves, deve-se crer que existe antes do juízo um fogo purificador, segundo o que afirma aquele que é a Verdade, dizendo, que, se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem presente século nem no século futuro (Mt 12,32). Desta afirmação podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas no século presente, ao passo que outras, no século futuro[a21].

1032 Este ensinamento apóia-se também na prática da oração pelos defuntos, da qual já a Sagrada Escritura fala: "Eis por que ele [Judas Macabeu] mandou oferecer esse sacrifício expiatório pelos que haviam morrido, a fim de que fossem absolvidos de seu pecado" (2Mc 12,46). Desde os primeiros tempos a Igreja honrou a memória dos defuntos e ofereceu sufrágios em seu favor, em especial o sacrifício eucarístico, a fim de que, purificados, eles possam chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também as esmolas, as indulgências e as obras de penitência em favor dos defuntos: (Parágrafos relacionados 958,1372,1479)

Levemo-lhes socorro e celebremos sua memória. Se os filhos de Jó foram purificados pelo sacrifício de seu pai [a23] que deveríamos duvidar de que nossas oferendas em favor dos mortos lhes levem alguma consolação? Não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer nossas orações por eles.

IV. O INFERNO

1033 Não podemos estar unidos a Deus se não fizermos livremente a opção de amá-lo. Mas não podemos amar a Deus se pecamos gravemente contra Ele, contra nosso próximo ou contra nós mesmos: "Aquele que não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia seu irmão é homicida; e sabeis que nenhum homicida tem a vida eterna permanecendo nele" (1 Jo 3,14-15). Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados dele se deixarmos de ir ao encontro das necessidades graves dos pobres e dos pequenos que são seus irmãos morrer em pecado mortal sem ter-se arrependido dele e sem acolher o amor misericordioso de Deus significa ficar separado do Todo-Poderoso para sempre, por nossa própria opção livre. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa com a palavra "inferno". (Parágrafos relacionados 1861,393,633)

1034 Jesus fala muitas vezes da "Geena", do "fogo que não se apaga", reservado aos que recusam até o fim de sua vida crer e converter-se, e no qual se pode perder ao mesmo tempo a alma e o corpo[a27] . Jesus anuncia em termos graves que "enviar seus anjos, e eles erradicarão de seu Reino todos os escândalos e os que praticam a iniquidade, e os lançarão na fornalha ardente" (Mt 13,41-42), e que pronunciar a condenação: "Afastai-vos de mim malditos, para o fogo eterno!" (Mt 25,41).

1035 O ensinamento da Igreja afirma a existência e a eternidade do inferno. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente após a morte aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, "o fogo eterno". A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o Único em quem o homem pode ter a vida e a felicidade para as quais foi criado e às quais aspira. (Parágrafo relacionado 393)

1036 As afirmações da Sagrada Escritura e os ensinamentos da Igreja acerca do Inferno são um chamado à responsabilidade com a qual o homem deve usar de sua liberdade em vista de seu destino eterno. Constituem também um apelo insistente à conversão: "Entrai pela porta estreita, porque largo e espaçoso é o caminho que conduz à perdição. E muitos são os que entram por ele. Estreita, porém, é a porta e apertado o caminho que conduz à vida. E poucos são os que o encontram" (Mt 7,13-14): (Parágrafos relacionados 1734,1428)

Como desconhecemos o dia e a hora, conforme a advertência do Senhor, vigiemos constantemente para que, terminado o único curso de nossa vida terrestre, possamos entrar com ele para as bodas e mereçamos ser contados entre os benditos, e não sejamos, como servos maus e preguiçosos, obrigados a ir para o fogo eterno, para as trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes.

1037 Deus não predestina ninguém para o Inferno; para isso é preciso uma aversão voluntária a Deus (um pecado mortal) e persistir nela até o fim. Na Liturgia Eucarística e nas orações cotidianas de seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, que quer "que ninguém se perca, mas que todos venham a converter-se" (2Pd 3,9): (Parágrafos relacionados 162,1014,1821)

Recebei, ó Pai, com bondade, a oferenda de vossos servos e de toda a vossa família; dai-nos sempre a vossa paz, livrai-nos da condenação e acolhei-nos entre os vossos eleitos.

V. O JUÍZO FINAL_(Parágrafos relacionados 678,679)

1038 A ressurreição de todos os mortos, "dos justos e dos injustos" (At 24,15), antecederá o Juízo Final. Este será "a hora em que todos os que repousam nos sepulcros ouvirão sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento" (Jo 5,28-29). Então Cristo "virá em sua glória, e todos os anjos com Ele. (...) E serão reunidas em sua presença todas as nações, e Ele há de separar os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e por as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. (...) E irão estes para o castigo eterno, e os justos irão para a Vida Eterna" (Mt 25,31-33.46). (Parágrafos relacionados 998,1001)

1039 É diante de Cristo - que é a Verdade - que será definitivamente desvendada a verdade sobre a relação de cada homem com Deus. O Juízo Final há de revelar até as últimas conseqüências o que um tiver feito de bem ou deixado de fazer durante sua vida terrestre: (Parágrafo relacionado 678)

Todo o mal que os maus praticam é registrado sem que o saibam. No dia em que "Deus não se calará" (Sl 50,3), voltar-se-á para os maus: "Eu havia", dir-lhes-á, "colocado na terra meus pobrezinhos para vós. Eu, seu Chefe, reinava no céu à direita do meu Pai, mas na terra os meus membros passavam fome. Se tivésseis dado aos meus membros, vosso dom teria chegado até a Cabeça. Quando coloquei meus

pobrezinhos na terra, os constituí meus tesoureiros para recolher vossas boas obras em meu tesouro; vós, porém, nada depositastes em suas mãos, razão por que nada possuíis junto a mim"

1040 O Juízo Final acontecerá por ocasião da volta gloriosa de Cristo. Só o Pai conhece a hora e o dia desse Juízo, só Ele decide de seu advento. Por meio de seu Filho, Jesus Cristo, Ele pronunciará então sua palavra definitiva sobre toda a história. Conheceremos então o sentido último de toda a obra da criação e de toda a economia da salvação, e compreenderemos os caminhos admiráveis pelos quais sua providência terá conduzido tudo para seu fim último. O Juízo Final revelará que a justiça de Deus triunfa de todas as injustiças cometidas por suas criaturas e que seu amor é mais forte que a morte[a34] . (Parágrafos relacionados 637,314)

1041 A mensagem do Juízo Final é apelo à conversão enquanto Deus ainda dá aos homens "o tempo favorável, o tempo da salvação" (2Cor 6,2). O Juízo Final inspira o santo temor de Deus. Compromete com a justiça do Reino de Deus. Anuncia a "bem-aventurada esperança" (Tt 2,13) da volta do Senhor, que "virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado na pessoa de todos aqueles que creram (2Ts 1,10). (Parágrafos relacionados 1432,2854)

VI. A ESPERANÇA DOS CÉUS NOVOS E DA TERRA NOVA

1042 No fim dos tempos, o Reino de Deus chegar à sua plenitude. Depois do Juízo Universal, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo será renovado: (Parágrafos relacionados 769,670)

Então a Igreja será "consumada na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas, e com o gênero humano também o mundo todo, que está intimamente ligado ao homem e por meio dele atinge sua finalidade, encontrará sua restauração definitiva em Cristo" (Parágrafos relacionados 310)

1043 Esta renovação misteriosa, que há de transformar a humanidade e o mundo, a Sagrada Escritura a chama de "céus novos e terra nova" (2Pd [3,13). Ser a realização definitiva do projeto de Deus de "reunir, sob um só chefe, Cristo, todas as coisas, as que estão no céu e as que estão na terra" (Ef 1,10). (Parágrafos relacionados 671,280,518)

1044 Neste "universo novo", a Jerusalém celeste, Deus terá sua morada entre os homens. "Enxugará toda lágrima de seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram!" (Ap 21,4).

1045 Para o homem, esta consumação será a realização última da unidade do gênero humano, querida por Deus desde a criação e da qual a Igreja peregrinante era "como o sacramento". Os que estiverem unidos a Cristo formarão a comunidade dos remidos, a cidade santa de Deus (Ap 21,2), "a Esposa do Cordeiro" (Ap 21,9). Esta não será mais ferida pelo pecado, pelas impurezas, pelo amor-próprio, que destroem ou ferem a comunidade terrestre dos homens. A visão beatífica, na qual Deus se revelará de maneira inesgotável aos eleitos, será a fonte inexaurível de felicidade, de paz e de comunhão mútua. (Parágrafos relacionados 775,1404)

1046 Quanto ao cosmos, a Revelação afirma a profunda comunidade de destino do mundo material e do homem: Pois a criação em expectativa anseia pela revelação dos filhos de Deus (...) na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção (...). Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente. E não somente ela, mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção de nosso corpo (Rm 8,19-23). (Parágrafo relacionado 349)

1047 Também o universo visível está, portanto, destinado a ser transformado, "a fim de que o próprio mundo, restaurado em seu primeiro estado, esteja, sem mais nenhum obstáculo, a serviço dos justos", participando de sua glorificação em Cristo ressuscitado.

1048 "Ignoramos o tempo da consumação da terra e da humanidade e desconhecemos a maneira de transformação do universo. Passa certamente a figura deste mundo deformada pelo pecado, mas aprendemos que Deus prepara uma nova morada e nova terra. Nela reinará a justiça, e sua felicidade irá satisfazer á e superar todos os desejos de paz que sobem aos corações dos homens." (Parágrafo relacionado 673)

1049 "Contudo, a expectativa de uma terra nova, longe de atenuar, deve impulsionar em vós a solicitude pelo aprimoramento desta terra. Nela cresce o corpo da nova família humana que já pode apresentar algum esboço do novo século. Por isso, ainda que o progresso terrestre se deva distinguir

cuidadosamente do aumento do Reino de Cristo, ele é de grande interesse para o Reino de Deus, na medida em que pode contribuir para melhor organizar a sociedade humana. " (Parágrafo relacionado 2820)

1050 "Com efeito, depois que propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e por ordem sua, os valores da dignidade humana, da humanidade fraterna e da liberdade, todos estes bons frutos da natureza e de nosso trabalho, nós os encontraremos novamente, limpos, contudo, de toda impureza, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal. Deus será, então, "tudo em todos" (1 Cor 15,28), na Vida Eterna: (Parágrafos relacionados 1709,260)

A vida, em sua própria realidade e verdade, é o Pai que, pelo Filho e no Espírito Santo, derrama sobre todos, sem exceção, dons celestes. Graças à sua misericórdia também nós, os homens, recebemos a promessa infalível da Vida Eterna.

RESUMINDO

1051 Cada homem, em sua alma imortal, recebe sua retribuição eterna a partir de sua morte, em um Juízo Particular feito por Cristo, juiz dos vivos e dos mortos.

1052 "Cremos que as almas de todos os que morrem na graça de Cristo constituem o povo de Deus para além da morte, a qual será definitivamente vencida no dia da ressurreição, quando essas almas serão novamente unidas a seus corpos."

1053 "Cremos que a multidão daquelas que estão reunidas em torno de Jesus e de Maria no paraíso forma a Igreja do Céu, onde na beatitude eterna vêem a Deus tal como Ele é, e onde estão também, em graus diversos, associadas com os santos anjos ao governo divino exercido pelo Cristo na glória, intercedendo por nós e ajudando nossa fraqueza por sua solicitude fraterna."

1054 Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão totalmente purificados, embora seguros de sua salvação eterna, passam depois de sua morte por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria de Deus.

1055 Em virtude da "comunhão dos santos", a Igreja recomenda os defuntos à misericórdia de Deus e oferece em favor deles sufrágios, particularmente o santo sacrifício eucarístico.

1056 Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja adverte os fiéis acerca da "triste e lamentável realidade da morte eterna, denominada também de "inferno".

1057 A pena principal do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em quem o homem pode ter a vida e a felicidade para as quais foi criado e às quais aspira.

1058 A Igreja ora para que ninguém se perca: "Senhor, não permitais que eu jamais seja separado de vós" Se é verdade que ninguém pode salvar-se a si mesmo, também é verdade que "Deus quer que todos sejam salvos" (1 Tm 2,4), e que para Ele "tudo é possível" (Mt 10,26).

1059 "A santíssima Igreja romana crê e confessa firmemente que no dia do juízo todos os homens comparecerão com seu próprio corpo diante do tribunal de Cristo para dar contas de seus próprios atos[a50] . "

1060 No fim dos tempos, o Reino de Deus chegar à sua plenitude. Então, os justos reinarão com Cristo para sempre, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo material será transformado. Então Deus será "tudo em todos" (1 Cor 15,28), na Vida Eterna.

"AMÉM"

1061 O Credo, como também o último livro da Sagrada Escritura, termina com a palavra hebraica amen. Ela encontra-se com frequência no fim das orações do Novo Testamento. Também a Igreja conclui suas orações com o "amém". (Parágrafo relacionado 2856)

1062 Em hebraico, a palavra "amém" está ligada à mesma raiz da palavra "crer". Esta raiz exprime a solidez, a confiabilidade, a fidelidade. Assim, compreendemos por que o "amém" pode ser dito da fidelidade de Deus para conosco e de nossa confiança nele. (Parágrafo relacionado 214)

1063 No profeta Isaias encontramos a expressão "Deus de verdade", literalmente "Deus do amém", isto é, o Deus fiel às suas promessas: "Todo aquele que quiser ser bendito na terra quererá ser bendito pelo Deus do amém" (Is 65,16). Nosso Senhor emprega com frequência o termo "amém", por vezes

em forma duplicada, para sublinhar a confiabilidade seu ensinamento, sua autoridade fundada na verdade de Deus. (Parágrafos relacionados 215,156)

1064 O "amém" final do Credo retoma e confirma, portanto, suas duas primeiras palavras: "eu creio". Crer é dizer "amém" às palavras, às promessas, aos mandamentos de Deus, é confiar totalmente naquele que é o "Amém" de infinito amor e de fidelidade perfeita. A vida cristã de cada dia será, então, o "amém" ao "eu creio" da profissão de fé de nosso Batismo: (Parágrafos relacionados 197,2101)

O teu Símbolo seja para ti como um espelho. Olha-te nele para veres se crês tudo o que declaras crer e alegra-te cada dia por tua fé.

1065 O próprio Jesus Cristo é "o Amém" (Ap 3,14). Ele é o "Amém" definitivo do amor do Pai por nós; assume e consuma nosso "Amém" ao Pai: "todas as promessas de Deus, com efeito, têm nele (Cristo) seu sim; por isso, é por Ele que dizemos 'amém' a Deus para a glória de Deus" (2Cor 1,20):

Por Cristo, com Cristo, em Cristo,
a vós, Deus Pai Todo-Poderoso,
na unidade do Espírito Santo,
toda honra e toda glória,
agora e para sempre.
AMÉM.

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

INTRODUÇÃO

POR QUE A LITURGIA?

1066 No Símbolo da Fé, a Igreja confessa o mistério da Santíssima Trindade e seu "desígnio benevolente" (Ef 1,9) sobre toda a criação: o Pai realiza o "mistério de sua vontade" entregando seu Filho bem-amado e seu Espírito para a salvação do mundo e para a glória de seu nome. Este é o mistério de Cristo, revelado e realizado na história segundo um plano, uma "disposição" sabiamente ordenada que São Paulo denomina "a realização do mistério" (Ef 3,9) e que a tradição patrística chamará de "Economia do Verbo Encarnado" ou "a Economia da Salvação".

1067 "Esta obra da redenção humana e da perfeita glorificação de Deus, da qual foram prelúdio as maravilhas divinas operadas no povo do Antigo Testamento, completou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal de sua bem-aventurada paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão. Por este mistério, Cristo, 'morrendo, destruiu nossa morte, e ressuscitando, recuperou nossa vida'. Pois do lado de Cristo adormecido na cruz nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja[ag4] ." Esta é a razão pela qual, na liturgia, a Igreja celebra principalmente o mistério pascal pelo qual Cristo realizou a obra da nossa salvação.

1068 E este mistério de Cristo que a Igreja anuncia e celebra em sua liturgia, a fim de que os fiéis vivam e dêem testemunho dele no mundo:

Com efeito, a liturgia, pela qual, principalmente no divino sacrifício da Eucaristia, "se exerce a obra de nossa redenção", contribui do modo mais excelente para que os fiéis, em sua vida, expressem e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja.

QUE SIGNIFICA A PALAVRA LITURGIA?

1069 A palavra "liturgia" significa originalmente "obra pública", "serviço da parte do povo e em favor do povo". Na tradição cristã, ela quer significar que O povo de Deus toma parte na "obra de Deus". Pela liturgia, Cristo, nosso redentor e sumo sacerdote, continua em sua Igreja, com ela e por ela, a obra de nossa redenção.

1070 A palavra "liturgia" no Novo Testamento é empregada para designar não somente a celebração do culto divino, mas também o anúncio do Evangelho e a caridade em ato. Em todas essas

situações, trata-se do serviço de Deus e dos homens. Na celebração litúrgica, a Igreja é serva à imagem do seu Senhor, o único "liturgo", participando de seu sacerdócio (culto) profético (anúncio) e régio (serviço de caridade):

Com razão, portanto, a liturgia é tida como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo, no qual, mediante sinais sensíveis, é significada e, de modo peculiar a cada sinal, realizada a santificação do homem, e é exercido o culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo, cabeça e membros. Disto se segue que toda a celebração litúrgica, como obra de Cristo sacerdote e de seu corpo que é a Igreja, é ação sagrada por excelência, cuja eficácia, no mesmo título e grau, não é igualada por nenhuma outra ação da Igreja.

A LITURGIA COMO FONTE DE VIDA

1071 Além de ser obra de Cristo, a liturgia é também uma ação de sua Igreja. Ela realiza e manifesta a Igreja como sinal visível da comunhão entre Deus e os homens por meio de Cristo. Empenha os fiéis na vida nova da comunidade. Implica uma participação "consciente, ativa e frutuosa" de todos.

1072 "A liturgia não esgota toda a ação da Igreja": ela tem de ser precedida pela evangelização, pela fé e pela conversão; pode então produzir seus frutos na vida dos fiéis: a vida nova segundo o Espírito, o compromisso com a missão da Igreja e o serviço de sua unidade.

ORAÇÃO E LITURGIA

1073 A liturgia é também participação da oração de Cristo, dirigida ao Pai no Espírito Santo. Nela, toda oração cristã encontra sua fonte e seu termo. Pela liturgia, o homem interior é enraizado e fundado [ag17] no "grande amor com, o qual o Pai nos amou" (Ef 2,4) em seu Filho bem-amado. E a mesma "maravilha de Deus" que é vivida e interiorizada por toda oração, "em todo tempo, no Espírito" (Ef 6,18).

CATEQUESE E LITURGIA

1074 "A liturgia é o ápice para o qual tende a ação da Igreja, e ao mesmo tempo é a fonte donde emana toda a sua força." Ela é, portanto, o lugar privilegiado da catequese do povo de Deus. "A catequese está intrinsecamente ligada a toda ação litúrgica e sacramental, pois é nos sacramentos, e sobretudo na Eucaristia, que Cristo Jesus age em plenitude para a transformação dos homens."

1075 A catequese litúrgica tem em vista introduzir no mistério de Cristo (ela é "mistagogia"), procedendo do visível para o invisível, do significante para o significado, dos "sacramentos" para os "mistérios". Tal catequese é da competência dos catecismos locais e regionais. O presente Catecismo, que pretende servir para a Igreja inteira, na diversidade de seus ritos e de suas culturas, apresentará o que é fundamental e comum a toda a Igreja no tocante à liturgia como mistério e como celebração (Seção I), e em seguida os sete sacramentos e os sacramentais (Seção II.).

PRIMEIRA SEÇÃO

A ECONOMIA SACRAMENTAL

1076 No dia de Pentecostes, pela efusão do Espírito Santo, a Igreja é manifestada ao mundo. O dom do Espírito inaugura um tempo novo na "dispensação do mistério": o tempo da Igreja, durante o qual Cristo manifesta, toma presente e comunica sua obra de salvação pela liturgia de sua Igreja, "até que ele venha" (1 Cor 11,26). Durante este tempo da Igreja, Cristo vive e age em sua Igreja e com ela de forma nova, própria deste tempo novo. Age pelos sacramentos; é isto que a Tradição comum do Oriente e do Ocidente chama de "economia sacramental"; esta consiste na comunicação (ou "dispensação") dos frutos do Mistério Pascal de Cristo na celebração da liturgia "sacramental" da Igreja. Por isso, importa ilustrar primeiro esta "dispensação sacramental" (Capítulo I). Assim aparecerão com mais clareza a natureza e os aspectos essenciais da celebração litúrgica (Capítulo II.).

CAPÍTULO I

O MISTÉRIO PASCAL NO TEMPO DA IGREJA

ARTIGO I
A LITURGIA.
OBRA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. O PAI, FONTE E FIM DA LITURGIA

1077 “Bendito seja o Deus e Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com toda sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Nele escolheu-nos antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis diante dele no amor. Ele nos destinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, conforme o beneplácito de sua vontade, para louvor e glória de sua graça, com a qual ele nos agraciou no Bem-amado” (Ef 1,3-6).

1078 Abençoar é uma ação divina que dá a vida e da qual o Pai é a fonte. Sua bênção é ao mesmo tempo palavra e dom (benedictio, eulogia, pronuncie “eulogia”). Aplicado ao homem, esse termo significa a adoração e a entrega a seu criador, na ação de graças.

1079 Desde o início até a consumação dos tempos, toda a obra de Deus é bênção. Desde o poema litúrgico da primeira criação até os cânticos da Jerusalém celeste os autores inspirados anunciam o projeto de salvação como uma imensa bênção divina.

1080 Desde o começo, Deus abençoa os seres vivos, especialmente o homem e a mulher. A aliança com Noé e com todos os seres animados renova esta bênção de fecundidade, apesar do pecado do homem, por causa do qual a terra é “amaldiçoada”. Mas é a partir de Abra o que a bênção divina penetra a história dos homens, que caminhava para a morte, para fazê-la retomar à vida, à sua fonte: pela fé do “pai dos crentes” que acolhe a bênção, inaugura-se a história da salvação.

1081 As bênçãos divinas manifestam-se em eventos impressionantes e salvadores: o nascimento de Isaac, a saída do Egito (Páscoa e Êxodo), o dom da Terra Prometida, a eleição de Davi, a presença de Deus no templo, o exílio purificador e o retomo de um “pequeno resto”. A lei, os profetas e os salmos, que tecem a liturgia do povo eleito, lembram essas bênçãos divinas e ao mesmo tempo lhes respondem mediante as bênçãos de louvor e de ação de graças.

1082 Na liturgia da Igreja, a bênção divina é plenamente revelada e comunicada: o Pai é reconhecido e adorado como a fonte e o fim de todas as bênçãos da criação e da salvação; em seu Verbo, encarnado, morto e ressuscitado por nós, ele nos cumula com suas bênçãos, e por meio dele derrama em nossos corações o dom que contém todos os dons: o Espírito Santo

1083 Compreende-se então a dupla dimensão da liturgia cristã como resposta de fé e de amor às “bênçãos espirituais” com as quais o Pai nos presenteia. Por um lado, a Igreja, unida a seu Senhor e “sob a ação do Espírito Santo”, bendiz o Pai “por seu dom inefável” (2Cor 9,15) mediante a adoração, o louvor e a ação de graças. Por outro lado, e até a consumação do projeto de Deus, a Igreja não cessa de oferecer ao Pai “a oferenda de seus próprios dons” e de implorar que Ele envie o Espírito Santo sobre a oferta, sobre si mesma, sobre os fiéis e sobre o mundo inteiro, a fim de que pela comunhão com a morte e a ressurreição de Cristo Sacerdote e pelo poder do Espírito estas bênçãos divinas produzam frutos de vida “para louvor e glória de sua graça” (Ef 1,6).

II. A OBRA DE CRISTO NA LITURGIA

CRISTO GLORIFICADO...

1084 “Sentado à direita do Pai” e derramando o Espírito Santo em seu Corpo que é a Igreja, Cristo age agora pelos sacramentos, instituídos por Ele para comunicar sua graça. Os sacramentos são sinais sensíveis (palavras e ações), acessíveis à nossa humanidade atual. Realizam eficazmente a graça que significam em virtude da ação de Cristo e pelo poder do Espírito Santo

1085 Na liturgia da Igreja, Cristo significa e realiza principalmente seu mistério pascal. Durante sua vida terrestre, Jesus anunciava seu Mistério pascal por seu ensinamento e o antecipava por seus atos. Quando chegou sua hora[ag30], viveu o único evento da história que não passa: Jesus morre, é sepultado, ressuscita dentre os mortos e está sentado à direita do Pai “uma vez por todas” (Rm 6,10; Hb 7,27; 9,12). É um evento real, acontecido em nossa história, mas é único: todos os outros eventos da história acontecem uma vez e depois passam, engolidos pelo passado. O Mistério pascal de Cristo, ao contrário, não pode ficar somente no passado, já que por sua morte destruiu a morte, e tudo o que Cristo é, fez e

sofreu por todos os homens participa da eternidade divina, e por isso abraça todos os tempos e nele se mantém presente. O evento da cruz e da ressurreição permanece e atrai tudo para a vida.

... A PARTIR DA IGREJA DOS APÓSTOLOS...

1086 "Assim como Cristo foi enviado pelo Pai, da mesma forma Ele mesmo enviou os apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só para pregarem o Evangelho a toda criatura, anunciarem que o Filho de Deus, por sua Morte e Ressurreição, nos libertou do poder de Satanás e da morte e nos transferiu para o reino do Pai, mas ainda para levarem a efeito o que anunciavam: a obra da salvação por meio do sacrifício e dos sacramentos, em torno dos quais gravita toda a vida litúrgica."

1087 Dessa forma, Cristo ressuscitado, ao dar o Espírito Santo aos Apóstolos, confia-lhes seu poder de santificação: eles tomam-se assim sinais sacramentais de Cristo. Pelo poder do mesmo Espírito Santo, os Apóstolos confiam este poder a seus sucessores. Esta "sucessão apostólica" estrutura toda a vida litúrgica da Igreja; ela mesma é sacramental, transmitida pelo sacramento da ordem.

... ESTA PRESENTE NA LITURGIA TERRESTRE...

1088 "Para levar a efeito tão grande obra" a saber, a dispensação ou comunicação de sua obra de salvação" Cristo está sempre presente em sua Igreja, sobretudo nas ações litúrgicas. Presente está no sacrifício da missa, tanto na pessoa do ministro, pois 'aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora se ofereceu na cruz', quanto sobretudo sob as espécies eucarísticas. Presente está por sua força nos sacramentos, a tal ponto que, quando alguém batiza, é Cristo mesmo que batiza. Presente está por sua palavra, pois é ele mesmo quem fala quando se lêem as Sagradas Escrituras na Igreja. Presente está, finalmente, quando a Igreja reza o salmo do dia, ele que prometeu: 'Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estarei no meio deles' (Mt 18,2)."

1089 "Na realização de tão grande obra, por meio da qual Deus é perfeitamente glorificado e os homens são santificados, Cristo sempre associa a si a Igreja, sua esposa direitíssima, que o invoca como seu Senhor e por ele presta culto ao eterno Pai.

... QUE PARTICIPA DA LITURGIA CELESTE...

1090 "Na liturgia terrestre, antegozando participamos (já) da liturgia celeste, que se celebra na cidade santa de Jerusalém, para a qual, na qualidade de peregrinos, caminhamos. Lá, Cristo está sentado à direita de Deus, ministro do santuário e do tabernáculo verdadeiro; com toda a milícia do exército celestial cantamos um hino de glória ao Senhor e, venerando a memória dos santos, esperamos fazer parte da sociedade deles; suspiramos pelo Salvador, Nosso Senhor Jesus Cristo, até que ele, nossa vida, se manifeste e nós apareçamos com ele na glória."

III. O ESPÍRITO SANTO E A IGREJA NA LITURGIA

1091 Na liturgia, o Espírito Santo é o pedagogo da fé do povo de Deus, o artífice das "obras-primas de Deus", que são os sacramentos da nova aliança. O desejo e a obra do Espírito no coração da Igreja é que vivamos da vida de Cristo ressuscitado. Quando encontra em nós a resposta de fé que ele mesmo suscitou, realiza-se uma verdadeira cooperação. Por meio dela a liturgia se torna a obra comum do Espírito Santo e da Igreja.

1092 Nesta comunicação sacramental do mistério de Cristo, o Espírito age da mesma forma que nos outros tempos da economia da salvação: prepara a Igreja para encontrar seu Senhor, recorda e manifesta Cristo à fé da assembléia, torna presente e atualiza o mistério de Cristo por seu poder transformador e, finalmente, como Espírito de comunhão, une a Igreja à vida e à missão de Cristo.

O ESPÍRITO SANTO PREPARA PARA ACOLHER A CRISTO

1093 Na economia sacramental o Espírito Santo leva à realização as figuras da antiga aliança. Visto que a Igreja de Cristo estava "admiravelmente preparada na história do Povo de Israel e na Antiga Aliança", a liturgia da Igreja conserva como parte integrante e insubstituível - tomando-os seus - alguns elementos do culto da Antiga Aliança:

ü principalmente a leitura do Antigo Testamento;

ü a oração dos Salmos;

ü e sobretudo a memória dos eventos salvadores e das realidades significativas que encontraram sua realização no Mistério de Cristo (a Promessa e a Aliança, o Êxodo e a Páscoa, o Reino e o Templo, o exílio e a volta).

1094 É em tomo desta harmonia dos dois Testamentos que se articula a catequese pascal do Senhor, e posteriormente a dos Apóstolos e dos Padres da Igreja. Esta catequese desvenda O que permanecia escondido sob a letra do Antigo Testamento: o mistério de Cristo. Ela é denominada "tipológica" porque revela a novidade de Cristo a partir das "figuras" (tipos) que a anunciavam nos fatos, nas palavras e nos símbolos da primeira aliança. Por esta releitura no Espírito de verdade a partir de Cristo, as figuras são desveladas. Assim, o dilúvio e a arca de Noé prefiguravam a salvação pelo Batismo[ag49], o mesmo acontecendo com a nuvem e a travessia do Mar Vermelho, e a água do rochedo era a figura dos dons espirituais de Cristo; o maná do deserto prefigurava a Eucaristia, "o verdadeiro Pão do Céu" (Jo 6,32).

1095 É por isso que a Igreja, particularmente no advento, na quaresma e sobretudo na noite de Páscoa, relê e revive todos esses grandes acontecimentos da história da salvação no "hoje" de sua liturgia. Mas isso exige também que a catequese ajude os fiéis a se abrirem a esta compreensão "espiritual" da economia da salvação, tal como a liturgia da Igreja a manifesta e no-la faz viver.

1096 Liturgia judaica e liturgia cristã. Um conhecimento mais aprimorado da fé e da vida religiosa do povo judaico, tais como são professadas e vividas ainda hoje, pode ajudar a compreender melhor certos aspectos da liturgia cristã. Para os judeus e para os cristãos, a Sagrada Escritura é uma parte essencial de suas liturgias: para a proclamação da Palavra de Deus, a resposta a esta palavra, a oração de louvor e de intercessão pelos vivos e pelos mortos, o recurso à misericórdia divina. A Liturgia da palavra, em sua estrutura própria, tem sua origem na oração judaica. A Oração das horas, bem como outros textos e formulários litúrgicos, tem seus paralelos na oração judaica, o mesmo acontecendo com as próprias fórmulas de nossas orações mais veneráveis, entre elas o Pai-Nosso. Também as orações eucarísticas inspiram-se em modelos da tradição judaica. As relações entre liturgia judaica e liturgia cristã mas também a diferença de seus conteúdos são particularmente visíveis nas grandes festas do ano litúrgico, como a Páscoa. Cristãos e judeus celebram a Páscoa; Páscoa da história, orientada para o futuro, entre os judeus; Páscoa realizada na morte e na Ressurreição de Cristo, entre os cristãos, ainda que sempre à espera da consumação definitiva.

1097 Na liturgia da nova aliança, toda ação litúrgica, especialmente a celebração da Eucaristia e dos sacramentos, é um encontro entre Cristo e a Igreja. A assembléia litúrgica tira sua unidade da "comunhão do Espírito Santo", que congrega os filhos de Deus no único corpo de Cristo. Ela ultrapassa as afinidades humanas, raciais, culturais e sociais.

1098 A assembléia deve se preparar para se encontrar com seu Senhor, deve ser "um povo bem-disposto". Essa preparação dos corações é obra comum do Espírito Santo e da assembléia, em particular de seus ministros. A graça do Espírito Santo procura despertar a fé, a conversão do coração e a adesão à vontade do Pai. Essas disposições constituem pressupostos para receber as outras graças oferecidas na própria celebração e para os frutos de vida nova que ela está destinada a produzir posteriormente.

O ESPÍRITO SANTO RECORDA O MISTÉRIO DE CRISTO

1099 O Espírito e a Igreja cooperam para manifestar o Cristo e sua obra de salvação na liturgia. Principalmente na Eucaristia, e analogicamente nos demais sacramentos, a liturgia é memorial do Mistério da Salvação. O Espírito Santo é a memória viva da Igreja.

1100 A Palavra de Deus. O Espírito Santo recorda primeiro à assembléia litúrgica o sentido do evento da salvação, dando vida à Palavra de Deus, que é anunciada para ser recebida e vivida:

Na celebração da liturgia é máxima a importância da Sagrada Escritura, pois dela são tirados os textos que se lêem e que são explicados na homilia e os salmos cantados. E de sua inspiração e bafejo que surgiram as preces, as orações e os hinos litúrgicos. E é dela também que as ações e os símbolos tiram sua significação.

1101 É o Espírito Santo que dá aos leitores e aos ouvintes, segundo as disposições de seus corações, a compreensão espiritual da Palavra de Deus. Por meio das palavras, das ações e dos símbolos que

formam a trama de uma celebração, o Espírito põe os fiéis e os ministros em relação viva com Cristo, palavra e imagem do Pai, a fim de que possam fazer passar à sua vida o sentido daquilo que ouvem, contemplan e fazem na celebração.

1102 “E a palavra da salvação que alimenta a fé no coração dos cristãos: é ela que faz nascer e dá crescimento à comunhão dos cristãos.” O anúncio da Palavra de Deus não se limita a um ensinamento: quer suscitar a resposta da fé, como consentimento e compromisso, em vista da aliança entre Deus e seu povo. E ainda o Espírito Santo que dá a graça da fé, que a fortifica e a faz crescer na comunidade. A assembléia litúrgica é primeiramente comunhão na fé.

1103 A anamnese. A celebração litúrgica refere-se sempre às intervenções salvíficas de Deus na história. “A economia da revelação concretiza-se por meio das ações e das palavras intimamente interligadas.(...) As palavras proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido.” Na liturgia da palavra, o Espírito Santo “recorda” à assembléia tudo o que Cristo fez por nós. Segundo a natureza das ações litúrgicas e as tradições rituais das Igrejas, uma celebração “faz memória” das maravilhas de Deus em uma anamnese mais ou menos desenvolvida. O Espírito Santo, que desperta assim a memória da Igreja, suscita então a ação de graças e o louvor (doxologia).

O ESPÍRITO SANTO ATUALIZA O MISTÉRIO DE CRISTO

1104 A liturgia cristã não somente recorda os acontecimentos que nos salvaram, como também os atualiza, toma-os presentes. O mistério pascal de Cristo é celebrado, não é repetido; o que se repete são as celebrações; em cada uma delas sobrevêm a efusão do Espírito Santo que atualiza o único mistério.

1105 A epiclese (“invocação sobre”) é a intercessão na qual o sacerdote suplica ao Pai que envie o Espírito Santificador para que as oferendas se tornem o Corpo e o Sangue de Cristo, e para que ao recebê-los os fiéis se tomem eles mesmos uma oferenda viva a Deus.

1106 Juntamente com a anamnese, a epiclese está no cerne de cada celebração sacramental, mais especialmente da Eucaristia:

Perguntas como o pão se converte no Corpo de Cristo e o vinho em Sangue de Cristo. Responde-te: o Espírito Santo irrompe e realiza aquilo que ultrapassa toda palavra e todo pensamento... Basta-te saber que isso acontece por obra do Espírito Santo, do mesmo modo que, da Santíssima Virgem e pelo mesmo Espírito Santo, o Senhor por si mesmo e em si mesmo assumiu a carne.

1107 O poder transformador do Espírito Santo na liturgia apressa a vinda do Reino e a consumação do mistério da salvação. Na expectativa e na esperança ele nos faz realmente antecipar a comunhão plena da Santíssima Trindade. Enviado pelo Pai que ouve a epiclese da Igreja, o Espírito dá a vida aos que o acolhem e constitui para eles, desde já, “o penhor” de sua herança.

A COMUNHÃO DO ESPÍRITO SANTO

1108 O fim da missão do Espírito Santo em toda a ação litúrgica é colocar-se em comunhão com Cristo para formar seu corpo. O Espírito Santo é como que a seiva da videira do Pai que produz seus frutos nos ramos. Na liturgia realiza-se a cooperação mais íntima entre o Espírito Santo e a Igreja. Ele, o Espírito de comunhão, permanece indefectivelmente na Igreja, e é por isso que a Igreja é o grande sacramento da Comunhão divina que congrega os filhos de Deus dispersos. O fruto do Espírito na liturgia é inseparavelmente comunhão com a Santíssima Trindade e comunhão fraterna entre os irmãos.

1109 A epiclese é também a oração para o efeito pleno da comunhão da assembléia com o mistério de Cristo. “A graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus Pai e a comunhão do Espírito Santo” (2Cor 13,13) devem permanecer sempre conosco e produzir frutos para além da celebração eucarística. A Igreja pede, pois, ao Pai que envie o Espírito Santo para que faça da vida dos fiéis uma oferenda viva a Deus por meio da transformação espiritual à imagem de Cristo, (por meio) da preocupação pela unidade da Igreja e da participação da sua missão pelo testemunho e pelo serviço da caridade.

RESUMINDO

1110 Na liturgia da Igreja, Deus Pai é bendito e adorado como a fonte de todas as bênçãos da criação e da salvação, com as quais nos abençoou em seu Filho, para dar-nos o Espírito da adoção filial.

1111 A obra de Cristo na liturgia é sacramental porque seu mistério de salvação se torna presente nela mediante o poder de seu Espírito Santo; porque seu corpo, que é a Igreja, é como que o sacramento (sinal e instrumento) no qual o Espírito Santo dispensa o mistério da salvação; porque por meio de suas ações litúrgicas a Igreja peregrina já participa, por antecipação, da liturgia celeste.

1112 A missão do Espírito Santo na liturgia da Igreja é preparar a assembléia para encontrar-se com Cristo; recordar e manifestar Cristo à fé da assembléia; tornar presente e atualizar a obra salvífica de Cristo por seu poder transformador e fazer frutificar o dom da comunhão na Igreja.

ARTIGO 2

O MISTÉRIO PASCAL NOS SACRAMENTOS DA IGREJA

1113 Toda a vida litúrgica da Igreja gravita em torno do sacrifício eucarístico e dos sacramentos. Há na Igreja sete sacramentos: o Batismo, a Confirmação ou Crisma, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem, o Matrimônio. No presente artigo trataremos daquilo que é comum, do ponto de vista doutrinário, aos sete sacramentos da Igreja. O que lhes é comum sob o aspecto da celebração será exposto no Capítulo II, e o que é próprio de cada um deles será objeto da Seção II.

I. OS SACRAMENTOS DE CRISTO

1114 “Fiéis à doutrina das Sagradas Escrituras, às tradições apostólicas (...) e ao sentimento unânime dos Padres”, professamos que “os sacramentos da nova lei foram todos instituídos por Nosso Senhor Jesus Cristo”.

1115 As palavras e as ações de Jesus durante sua vida oculta e durante seu ministério público já eram salvíficas. Antecipavam o poder de seu mistério pascal. Anunciavam e preparavam O que iria dar à Igreja quando tudo fosse realizado. Os mistérios da vida de Cristo são os fundamentos daquilo que agora, por meio dos ministros de sua Igreja, Cristo dispensa nos sacramentos, pois “aquilo que era visível em nosso Salvador passou para seus mistérios”.

1116 Os sacramentos são “forças que saem” do corpo de Cristo, sempre vivo e vivificante; são ações do Espírito Santo Operante no corpo de Cristo, que é a Igreja; são “as obras-primas de Deus” na Nova e Eterna Aliança.

II. OS SACRAMENTOS DA IGREJA

1117 Graças ao Espírito Santo que a conduz à “verdade plena” (Jo 16,13), a Igreja reconheceu pouco a pouco este tesouro recebido de Jesus e precisou sua “dispensação”, tal como o fez com o cânon das Sagradas Escrituras e com a doutrina da fé, qual fiel dispensadora dos mistérios de Deus. Assim, ao longo dos séculos, a Igreja foi discernindo que entre suas celebrações litúrgicas existem sete que são, no sentido próprio da palavra, sacramentos instituídos pelo Senhor.

1118 Os sacramentos são “da Igreja” no duplo sentido de que existem “por meio dela” e “para ela”. São “por meio da Igreja”, pois esta é o sacramento da ação de Cristo operando em seu seio graças à missão do Espírito Santo. E são “para a Igreja”, pois são esses “sacramentos que fazem a Igreja”; com efeito, manifestam e comunicam aos homens, sobretudo na Eucaristia, o mistério da comunhão do Deus amor, uno em três pessoas.

1119 Formando com Cristo-Cabeça “como que uma única pessoa mística”, a Igreja age nos sacramentos como “comunidade sacerdotal”, “organicamente estruturada”. Pelo Batismo e pela Confirmação, o povo sacerdotal é capacitado a celebrar a liturgia; por outro lado, certos fiéis, “revestidos de uma ordem sagrada, são instituídos em nome de Cristo para apascentar a Igreja por meio da palavra e da graça de Deus”.

1120 O ministério ordenado ou sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio batismal. Garante que, nos sacramentos, é Cristo que age pelo Espírito Santo para a Igreja. A missão de salvação confiada pelo Pai a seu Filho encarnado é confiada aos apóstolos e, por meio deles, a seus sucessores: recebem o Espírito de Jesus para agir em seu nome e em sua pessoa. Assim, o ministro ordenado é o elo sacramental que liga a ação litúrgica àquilo que disseram e fizeram os apóstolos, e, por meio destes, ao que disse e fez Cristo, fonte e fundamento dos sacramentos.

1121 Os sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Ordem conferem, além da graça, um caráter sacramental ou “selo” pelo qual o cristão participa do sacerdócio de Cristo e faz parte da Igreja segundo estados e funções diversas. Esta configuração com Cristo e com a Igreja, realizada pelo Espírito, é indelével, permanece para sempre no cristão como disposição positiva para a graça, como promessa e garantia da proteção divina e como vocação ao culto divino e ao serviço da Igreja. Por isso estes sacramentos nunca podem ser reiterados.

III. OS SACRAMENTOS DA FÉ

1122 Cristo enviou seus apóstolos para que “em seu Nome fosse proclamado a todas as nações. O arrependimento para a remissão dos pecados” (Lc 24,47). “Fazei que todos os povos se tornem discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). A missão de batizar, portanto a missão sacramental, está implícita na missão de evangelizar, pois o sacramento é preparado pela Palavra de Deus e pela fé, que é assentimento a esta Palavra:

O povo de Deus congrega-se antes de mais nada pela Palavra do Deus vivo. (...) A proclamação da Palavra é indispensável ao ministério sacramental, pois se trata dos sacramentos da fé, e esta nasce e se alimenta da Palavra.

1123 “Os sacramentos destinam-se à santificação dos homens, à edificação do Corpo de Cristo e ainda ao culto a ser prestado a Deus. Sendo sinais, destinam-se também à instrução. Não só supõem a fé, mas por palavras e coisas também a alimentam, a fortalecem e a exprimem. Por esta razão são chamados sacramentos da fé.”

1124 A fé da Igreja é anterior à fé do fiel, que é convidado a aderir a ela. Quando a Igreja celebra os sacramentos, confessa a fé recebida dos apóstolos. Daí o adágio antigo: *lex orandi, lex credendi* (“a lei da oração é a lei da fé”) (ou então: *legem credendi, lex statuat supplicandiam* lei do que suplica estabeleça a lei do que crê, segundo Próspero de Aquitânia [século VI]). A lei da oração é a lei da fé, ou seja: a Igreja traduz em sua profissão de fé aquilo que expressa em sua oração. A liturgia é um elemento constitutivo da santa e viva Tradição.

1125 E por isso que nenhum rito sacramental pode ser modificado ou manipulado ao arbítrio do ministro ou da comunidade. Nem mesmo a suprema autoridade da Igreja pode alterar a Liturgia ao seu arbítrio, mas somente na obediência da fé e no religioso respeito do Mistério da Liturgia.

1126 De resto, visto que os sacramentos exprimem e desenvolvem a comunhão de fé na Igreja, a *lex orandi* é um dos critérios essenciais do diálogo que busca restaurar a unidade dos cristãos.

IV. SACRAMENTOS DA SALVAÇÃO

1127 Celebrados dignamente na fé, os sacramentos conferem a graça que significam. São eficazes porque neles age o próprio Cristo; é ele quem batiza, é ele quem atua em seus sacramentos, a fim de comunicar a graça significada pelo sacramento. O Pai sempre atende à oração da Igreja de seu Filho, a qual, na epiclesse de cada sacramento, exprime sua fé no poder do Espírito. Assim como o fogo transforma nele mesmo tudo o que toca, o Espírito Santo transforma em vida divina o que é submetido ao seu poder.

1128 Este é o sentido da afirmação da Igreja: os sacramentos atuam *ex opere operato* (literalmente: “pelo próprio fato de a ação ser realizada”), isto é, em virtude da obra salvífica de Cristo, realizada uma vez por todas. Daí segue-se que “o sacramento não é realizado pela justiça do homem que o confere ou o recebe, mas pelo poder de Deus”. A partir de momento em que um sacramento é celebrado em conformidade com a intenção da Igreja, o poder de Cristo e de seu Espírito agem nele e por ele, independentemente da santidade pessoal do ministro. Contudo, os frutos dos sacramentos dependem também das disposições de quem os recebe.

1129 A Igreja afirma que para os crentes os sacramentos da nova aliança são necessários à salvação. A “graça sacramental” é a graça do Espírito Santo dada por Cristo e peculiar a cada sacramento. O Espírito cura e transforma os que o recebem, conformando-os com o Filho de Deus. O fruto da vida sacramental é que o Espírito de adoção deifica os fiéis unindo-os vitalmente ao Filho único, o Salvador.

V. OS SACRAMENTOS DA VIDA ETERNA

1130 A Igreja celebra o mistério de seu Senhor “até que Ele venha” e até que “Deus seja tudo em todos” (1 Cor 11,26; 15,28). Desde a era apostólica a liturgia é atraída para seu termo (meta final) pelo gemido do Espírito na Igreja: “Maran athá!” (Palavras aramaicas que significam: “O Senhor vem”) (1 Cor 16,22). A liturgia participa assim do desejo de Jesus: “Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco (...) até que ela se cumpra no Reino de Deus” (Lc 22,15-16). Nos sacramentos de Cristo, a Igreja já recebe o penhor da herança dele, já participa da Vida Eterna, embora ainda “aguarde a bendita esperança, a manifestação da glória de nosso grande Deus e Salvador, Cristo Jesus” (Tt 2,13). “O Espírito e a esposa dizem: Vem! (...) Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22,17.20).

Santo Tomás resume assim as diversas dimensões do sinal sacramental: “Daí que o sacramento é um sinal rememorativo daquilo que antecedeu, isto é, a Paixão de Cristo; e demonstrativo daquilo que em nós é realizado pela Paixão de Cristo, a saber, a graça; e prenunciador, isto é, que denuncia a glória futura”.

RESUMINDO

1131 Os sacramentos são sinais eficazes da graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja, por meio dos quais nos é dispensada a vida divina. Os ritos visíveis sob os quais os sacramentos são celebrados significam e realizam as graças próprias de cada sacramento. Produzem fruto naqueles que os recebem com as disposições exigidas.

1132 A Igreja celebra os sacramentos como comunidade sacerdotal estruturada pelo sacerdócio batismal e pelo dos ministros ordenados.

1133 O Espírito Santo prepara para a recepção dos sacramentos por meio da Palavra de Deus e da fé que acolhe a Palavra nos corações bem dispostos. Então, os sacramentos fortalecem e exprimem a fé.

1134 O fruto da vida sacramental é ao mesmo tempo pessoal e eclesial. Por um lado, este fruto é para cada fiel uma vida para Deus em Cristo Jesus; por outro, é para a Igreja crescimento na caridade e em sua missão de testemunho.

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

CAPÍTULO II.

A CELEBRAÇÃO SACRAMENTAL DO MISTÉRIO PASCAL

1135 A catequese da liturgia implica primeiramente a compreensão da economia sacramental (Capítulo 1). À sua luz revela-se a novidade de sua celebração. No presente capítulo, portanto, tratar-se-á da celebração dos sacramentos da Igreja. Considerar-se-á - aquilo que, pela diversidade das tradições litúrgicas, é comum à celebração dos sete sacramentos; o que é próprio de cada um deles ser apresentado mais adiante. Esta catequese fundamental das celebrações sacramentais responder às questões primordiais que os fiéis levantam a este respeito:

- ü Quem celebra?
- ü Como celebrar?
- ü Quando celebrar?
- ü Onde celebrar?

ARTIGO 1

CELEBRAR A LITURGIA DA IGREJA

I. QUEM CELEBRA?

1136 A liturgia é “ação” do “Cristo todo” (“Christus totus”). Os que desde agora a celebram, para além dos sinais, já estão na liturgia celeste, em que a celebração é toda festa e comunhão.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA CELESTE

1137 O Apocalipse de São João, lido na liturgia da Igreja, revela-nos primeiramente “um trono no céu e, no trono, alguém sentado”: “o Senhor Deus” (Is 6,1). Em seguida, o Cordeiro, “imolado e de pé” (Ap 5,6): Cristo crucificado e ressuscitado, o único sumo sacerdote do verdadeiro santuário, o mesmo “que oferece e é oferecido, que dá e que é dado”. Finalmente, “o rio de água da vida (...) que saía do trono de Deus e do Cordeiro” (Ap 22,1), um dos mais belos símbolos do Espírito Santo.

1138 “Recapitulados” em Cristo, participam do serviço do louvor a Deus e da realização de seu desígnio: as potências celestes, a criação inteira (os quatro viventes), os servidores da antiga e da nova aliança (os vinte e quatro anciãos), o novo povo de Deus (os cento e quarenta e quatro mil), em especial os mártires “imolados por causa da Palavra de Deus” (Ap 6,9) e a Santa Mãe de Deus (a mulher; a Esposa do Cordeiro), e finalmente “uma multidão imensa, impossível de se enumerar, de toda nação, raça, povo e língua” (Ap 7,9).

1139 É dessa liturgia eterna que O Espírito e a Igreja nos fazem participar quando celebramos o mistério da salvação nos sacramentos.

OS CELEBRANTES DA LITURGIA SACRAMENTAL

1140 É toda a comunidade, o corpo de Cristo unido à sua Cabeça, que celebra. “As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é o ‘sacramento da unidade’, isto é, o povo santo, unido e ordenado sob a direção dos Bispos. Por isso, estas celebrações pertencem a todo o corpo da Igreja, influem sobre ele e o manifestam; mas atingem a cada um de seus membros de modo diferente, conforme a diversidade de ordens, ofícios e da participação atual efetiva.” É por isso que “todas as vezes que os ritos, de acordo com sua própria natureza, admitem uma celebração comunitária, com assistência e participação ativa dos fiéis, seja inculcado que na medida do possível, ela deve ser preferida à celebração individual ou quase privada”.

1141 A assembléia que celebra é a comunidade dos batizados, os quais, “pela regeneração e unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual e sacerdócio santo e para poderem oferecer um sacrifício espiritual toda atividade humana do cristão”. Este “sacerdócio comum” é o de Cristo, único sacerdote, participado por todos os seus membros: A mãe Igreja deseja ardentemente que todos os fiéis sejam levados àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da liturgia exige e à qual, por força do batismo, o povo cristão, “geração escolhida, sacerdócio régio, gente santa, povo de conquista” (1 Pd 2,9), tem direito e obrigação.

1142 Mas “os membros não têm todos a mesma função” (Rm 12,4). Certos membros são chamados por Deus, na e pela Igreja, a um serviço especial da comunidade. Tais servidores são escolhidos e consagrados pelo sacramento da ordem, por meio do qual o Espírito Santo os torna aptos a agir na pessoa de Cristo-Cabeça para o serviço de todos os membros da Igreja. O ministro ordenado é como o ícone de Cristo Sacerdote. Já que o sacramento da Igreja se manifesta plenamente na Eucaristia, é na presidência da Eucaristia que o ministério do Bispo aparece primeiro, e, em comunhão com ele, o dos presbíteros e dos diáconos.

1143 No intuito de servir às funções do sacerdócio comum dos fiéis, existem também outros ministérios particulares, não consagrados pelo sacramento da ordem, e cuja função é determinada pelos bispos de acordo com as tradições litúrgicas e as necessidades pastorais. “Também os ajudantes, os leitores, os comentaristas e os membros do coral desempenham um verdadeiro ministério litúrgico.”

1144 Assim, na celebração dos sacramentos, a assembléia inteira é o “liturgo”, cada um segundo sua função, mas na “unidade do Espírito”, que age em todos. “Nas celebrações litúrgicas, cada qual, ministro ou fiel, ao desempenhar sua função, faça tudo e só aquilo que pela natureza da coisa ou pelas normas litúrgicas lhe compete.”

II. COMO CELEBRAR?

SINAIS E SÍMBOLOS

1145 Uma celebração sacramental é tecida de sinais e de símbolos. Segundo a pedagogia divina da salvação, o significado dos sinais e símbolos deita raízes na obra da criação e na cultura humana, adquire precisão nos eventos da antiga aliança e se revela plenamente na pessoa e na obra de Cristo.

1146 Sinais do mundo dos homens. Na vida humana, sinais e símbolos ocupam um lugar importante. Sendo o homem um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual, exprime e percebe as realidades espirituais por meio de sinais e de símbolos materiais. Como ser social, o homem precisa de sinais e de símbolos para comunicar-se com os outros, pela linguagem, por gestos, por ações. Vale o mesmo para sua relação com Deus.

1147 Deus fala ao homem por intermédio da criação visível. O cosmos material apresenta-se à inteligência do homem para que este leia nele os vestígios de seu criador. A luz e a noite, o vento e o fogo, a água e a terra, a árvore e os frutos falam de Deus, simbolizam ao mesmo tempo a grandeza e a proximidade dele.

1148 Enquanto criaturas, essas realidades sensíveis podem tornar-se o lugar de expressão da ação de Deus que santifica os homens, e da ação dos homens que prestam seu culto a Deus. Acontece o mesmo com os sinais e os símbolos da vida social dos homens: lavar e ungir, partir o pão e partilhar o cálice podem exprimir a presença santificante de Deus e a gratidão do homem diante de seu criador.

1149 As grandes religiões da humanidade atestam, muitas vezes de maneira impressionante, este sentido cósmico e simbólico dos ritos religiosos. A liturgia da Igreja pressupõe, integra e santifica elementos da criação e da cultura humana conferindo-lhes a dignidade de sinais da graça, da nova criação em Jesus Cristo.

1150 Sinais da aliança. O povo eleito recebe de Deus sinais e símbolos distintivos que marcam sua vida litúrgica: estes não mais são apenas celebrações de ciclos cósmicos e gestos sociais, mas sinais da aliança, símbolos das grandes obras realizadas por Deus em favor de seu povo. Entre tais sinais litúrgicos da antiga aliança podemos mencionar a circuncisão, a unção e a consagração dos reis e dos sacerdotes, a imposição das mãos, os sacrifícios, e sobretudo a Páscoa. A Igreja vê nesses sinais uma prefiguração dos sacramentos da Nova Aliança.

1151 Sinais assumidos por Cristo. Em sua pregação, o Senhor Jesus serve-se muitas vezes dos sinais da criação para dar a conhecer os mistérios do Reino de Deus. Realiza suas curas ou sublinha sua pregação com sinais materiais ou gestos simbólicos. Dá um sentido novo aos fatos e aos sinais da Antiga Aliança, particularmente ao Êxodo e à Páscoa, por ser ele mesmo o sentido de todos esses sinais.

1152 Sinais sacramentais. Desde Pentecostes, é por meio dos sinais sacramentais de sua Igreja que o Espírito Santo realiza a santificação. Os sacramentos da Igreja não abolem, antes purificam e integram toda a riqueza dos sinais e dos símbolos do cosmos e da vida social. Além disso, realizam os tipos e as figuras da antiga aliança, significam e realizam a salvação operada por Cristo, e prefiguram e antecipam a glória do céu.

PALAVRAS E AÇÕES

1153 Uma celebração sacramental é um encontro dos filhos de Deus com seu Pai, em Cristo e no Espírito Santo, e este encontro se exprime como um diálogo, mediante ações e palavras. Sem dúvida, as ações simbólicas já são em si mesmas uma linguagem, mas é preciso que a Palavra de Deus e a resposta de fé acompanhem e vivifiquem estas ações para que a semente do Reino produza seu fruto na terra fértil. As ações litúrgicas significam o que a Palavra de Deus exprime: a iniciativa gratuita de Deus e ao mesmo tempo a resposta de fé de seu povo.

1154 A liturgia da palavra é parte integrante das celebrações sacramentais. Para alimentar a fé dos fiéis, os sinais da Palavra de Deus precisam ser valorizados: o livro da palavra (lecionário ou evangeliário), sua veneração (procissão, incenso, luz), o lugar de onde é anunciado (ambão), sua leitura audível e inteligível, a homilia do ministro que prolonga sua proclamação, as respostas da assembléia (aclamações, salmos de meditação, ladainhas, profissão de fé...).

1155 Inseparáveis enquanto sinais e ensinamento, a palavra e a ação litúrgicas são indissociáveis também enquanto realizam o que significam. O Espírito Santo não somente dá a compreensão da Palavra de Deus suscitando a fé; pelos sacramentos ele realiza também as "maravilhas" de Deus anunciadas pela palavra: torna presente e comunica a obra do Pai realizada pelo Filho bem-amado.

CANTO E MÚSICA

1156 “A tradição musical da Igreja universal constitui um tesouro de valor inestimável que se destaca entre as demais expressões de arte, principalmente porque o canto sacro, ligado às palavras, é parte necessária ou integrante da liturgia solene.” A composição e o canto dos salmos inspirados, com frequência acompanhados por instrumentos musicais, já aparecem intimamente ligados às celebrações litúrgicas da antiga aliança. A Igreja continua e desenvolve esta tradição: Recital “uns com os outros salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando ao Senhor em vosso coração” (Ef. 5,19) . “Quem canta reza duas vezes.”

1157 O canto e a música desempenham sua função de sinais de maneira tanto mais significativa por “estarem intimamente ligados à ação litúrgica”, segundo três critérios principais: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembléia nos momentos previstos e o caráter solene da celebração. Participam assim da finalidade das palavras e das ações litúrgicas: a glória de Deus e a santificação dos fiéis: Quanto chorei ouvindo vossos hinos, vossos cânticos, os acentos suaves que ecoavam em vossa Igreja! Que emoção me causavam! Fluíam em meu ouvido, destilando a verdade em meu coração. Um grande elã de piedade me elevava, e as lágrimas corriam-me pela face, mas me faziam bem.

1158 A harmonia dos sinais (canto, música, palavras e ações) é aqui mais expressiva e fecunda por exprimir-se na riqueza cultural própria do povo de Deus que celebra? Por isso, o “canto religioso popular ser inteligentemente incentivado a fim de que as vozes dos fiéis possam ressoar nos pios e sagrados exercícos e nas próprias ações litúrgicas, de acordo com as normas e prescrições das rubricas. Todavia, “os textos destinados ao canto sacro não de ser conformes à doutrina católica, sendo até tirados de preferência das Sagradas Escrituras e das fontes litúrgicas.

AS SANTAS IMAGENS

1159 A imagem sacra, o ícone litúrgico, representa principalmente Cristo. Ela não pode representar o Deus invisível e incompreensível; é a encarnação do Filho de Deus que inaugurou uma nova “economia” das imagens: Antigamente Deus, que não tem nem corpo nem aparência, não podia em absoluto ser representado por uma imagem. Mas agora que se mostrou na carne e viveu com os homens posso fazer uma imagem daquilo que vi de Deus. (...) Com o rosto descoberto, contemplamos a glória do Senhor.

1160 A iconografia cristã transcreve pela imagem a mensagem evangélica que a Sagrada Escritura transmite pela palavra. Imagem e palavra iluminam-se mutuamente: Para proferir sucintamente nossa profissão de fé, conservamos todas as tradições da Igreja, escritas ou não-escritas, que nos têm sido transmitidas sem alteração. Uma delas é a representação pictórica das imagens, que concorda com a pregação da história evangélica, crendo que, de verdade e não na aparência, o Verbo de Deus se fez homem, o que é também útil e proveitoso, pois as coisas que se iluminam mutuamente têm sem dúvida um significado recíproco.

1161 Todos os sinais da celebração litúrgica são relativos a Cristo: são-no também as imagens sacras da santa mãe de Deus e dos santos. Significam o Cristo que é glorificado neles. Manifestam “a nuvem de testemunhas” (Hb 12,1) que continuam a participar da salvação do mundo e às quais estamos unidos, sobretudo na celebração sacramental. Por meio de seus ícones, revela-se à nossa fé o homem criado “à imagem de Deus” e transfigurado “à sua semelhança”, assim como os anjos, também recapitulados em Cristo: Na trilha da doutrina divinamente inspirada de nossos santos Padres e da tradição da Igreja católica, que sabemos ser a tradição do Espírito Santo que habita nela, definimos com toda certeza e acerto que as veneráveis e santas imagens, bem como as representações da cruz preciosa e vivificante, sejam elas pintadas, de mosaico ou de qualquer outra matéria apropriada, devem ser colocadas nas santas igrejas de Deus, sobre os utensílios e as vestes sacras, sobre paredes e em quadros, nas casas e nos caminhos, tanto a imagem de Nosso Senhor, Deus e Salvador, Jesus Cristo, como a de Nossa Senhora, a puríssima e santíssima mãe de Deus, dos santos anjos, de todos os santos e dos justos.

1162 “A beleza e a cor das imagens estimulam minha oração. É uma festa para os meus olhos, tanto quanto o espetáculo do campo estimula meu coração a dar glória a Deus.” A contemplação dos ícones santos, associada à meditação da Palavra de Deus e ao canto dos hinos litúrgicos, entra na harmonia dos sinais da celebração para que o mistério celebrado se grave na memória do coração e se exprima em seguida na vida nova dos fiéis.

III. QUANDO CELEBRAR?

O TEMPO LITÚRGICO

1163 “A santa mãe Igreja julga seu dever celebrar com piedosa recordação, em certos dias fixos no decurso do ano, a obra salvífica de seu divino esposo. Em cada semana, no dia que ela passou a chamar 'dia do Senhor', recorda a ressurreição do Senhor, celebrando-a uma vez por ano, juntamente com sua sagrada paixão, na solenidade máxima da Páscoa. E desdobra todo o mistério de Cristo durante o ciclo do ano (...) Recordando assim os mistérios da Redenção, franqueia aos fiéis as riquezas das virtudes e dos méritos de seu Senhor, de maneira a torná-los como que presentes o tempo todo, para que os fiéis entrem em contato com eles e sejam repletos da graça da salvação.”

1164 O povo de Deus, desde a lei mosaica, conheceu festas fixas a partir da páscoa para comemorar as ações admiráveis do Deus salvador, dar-lhe graças por elas, perpetuar-lhes a lembrança e ensinar às novas gerações a conformar sua conduta com elas. Na era da Igreja, situada entre a páscoa de Cristo, já realizada uma vez por todas, e a consumação dela no Reino de Deus, a liturgia celebrada em dias fixos está toda impregnada da novidade do mistério de Cristo.

1165 Quando celebra o mistério de Cristo, há uma palavra que marca a oração da Igreja: hoje!, fazendo eco à oração que seu Senhor lhe ensinou e o apelo do Espírito Santo'. Este “hoje” do Deus vivo em que O homem é chamado a entrar é “a hora”; da Páscoa de Jesus que atravessa e leva toda a história: A vida estendeu-se sobre todos os seres, e todos ficam repletos de uma generosa luz; o Oriente dos orientes invadiu o universo, e aquele que era “antes da estrela da manhã” e antes dos astros, imortal e imenso, o grande Cristo brilha sobre todos os seres mais que o sol! É por isso que, para nós que somos nele, se instaura um dia de luz, longo, eterno, que não se apaga: a páscoa mística'.

O DIA DO SENHOR

1166 “Devido à tradição apostólica que tem origem no próprio dia da ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal a cada oitavo dia, no dia chamado com razão o dia do Senhor ou domingo. “ O dia da ressurreição de Cristo é ao mesmo tempo “o primeiro dia da semana”, memorial do primeiro dia da criação, e o “oitavo dia”, em que Cristo, depois de seu “repouso” do grande sábado, inaugura o dia “que O Senhor fez”, o “dia que não conhece ocaso”. A “Ceia do Senhor” é seu centro, pois é aqui que toda a comunidade dos fiéis se encontra com o Senhor ressuscitado, que Os convida a seu banquete: O dia do Senhor, o dia da ressurreição, o dia dos cristãos, é o nosso dia. E por isso que ele se chama dia do Senhor: pois foi nesse dia que o Senhor subiu vitorioso para junto do Pai. Se os pagãos o denominam dia do sol, também nós o confessamos de bom grado: pois hoje levantou-se a luz do mundo, hoje apareceu o sol de justiça cujos raios trazem a salvação.

1167 O domingo é o dia por excelência da assembléia litúrgica, em que os fiéis se reúnem “para, ouvindo a Palavra de Deus e participando da Eucaristia, lembrarem-se da paixão, ressurreição e glória do Senhor Jesus, e darem graças a Deus que os 'regenerou para a viva esperança, pela ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos”

Quando meditamos, ó Cristo, as maravilhas que foram operadas neste dia de domingo de vossa santa ressurreição, dizemos: Bendito é o dia do domingo, pois foi nele que se deu o começo da criação (...) a salvação do mundo (...) a renovação do gênero humano.(...) E nele que o céu e a terra rejubilaram e que o universo inteiro foi repleto de luz. Bendito é o dia do domingo, pois nele foram abertas as portas do paraíso para que Adão e todos os banidos entrem nele sem medo.

O ANO LITÚRGICO

1168 Partindo do tríduo pascal, como de sua fonte de luz, o tempo novo da Ressurreição enche todo o ano litúrgico com sua claridade. Aproximando-se progressivamente de ambas as vertentes desta fonte, o ano é transfigurado pela liturgia. É realmente “ano de graça do Senhor”. A economia da salvação está em ação moldura do tempo, mas desde a sua realização na Páscoa de Jesus e a efusão do Espírito Santo o fim da história é antecipado, “em antegozo”, e o Reino de Deus penetra nosso tempo.

1169 Por isso, a páscoa não é simplesmente uma festa entre outras: é a “festa das festas”, “solenidade das solenidades”, como a Eucaristia é o sacramento dos sacramentos (o grande sacramento). Santo Atanásio a denomina “o grande domingo como a semana santa é chamada no Oriente “a grande semana”. O mistério da ressurreição, no qual Cristo esmagou a morte, penetra nosso velho tempo com sua poderosa energia até que tudo lhe seja submetido.

1170 No Concílio de Nicéia (em 325), todas as Igrejas chegaram a um acordo acerca de que a páscoa cristã fosse celebrada no domingo que segue a lua cheia (14 Nisan) depois do equinócio de primavera. Por causa dos diversos métodos utilizados para calcular o dia 14 de mês de Nisan, o dia da Páscoa nem sempre ocorre simultaneamente nas Igrejas ocidentais e orientais. Por isso busca-se um acordo, a fim de se chegar novamente a celebrar em uma data comum o dia da Ressurreição do Senhor.

1171 O ano litúrgico é o desdobramento dos diversos aspectos do único mistério pascal. Isto vale muito particularmente para o ciclo das festas em tomo do mistério da encarnação (Anunciação, Natal, Epifania) que comemoram o começo de nossa salvação e nos comunicam as primícias do Mistério da Páscoa.

O SANTORAL NO ANO LITÚRGICO

1172 “Ao celebrar o ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com particular amor a bem-aventurada mãe de Deus, Maria, que por um vínculo indissolúvel está unida à obra salvífica de seu Filho; em Maria a Igreja admira e exalta o mais excelente fruto da redenção e a contempla com alegria como puríssima imagem do que ela própria anseia e espera ser em sua totalidade.”

1173 Quando, no ciclo anual, a Igreja faz memória dos mártires e dos outros santos, “proclama o mistério pascal” naqueles e naquelas “que sofreram com Cristo e estão glorificados com ele, e propõe seu exemplo aos fiéis para que atraia todos ao Pai por Cristo e, por seus méritos, impetra os benefícios de Deus”

A LITURGIA DAS HORAS

1174 O Mistério de Cristo, sua Encarnação e sua Páscoa, que celebramos na Eucaristia, especialmente na assembléia dominical, penetra e transfigura o tempo de cada dia pela celebração da Liturgia das Horas, “o Ofício Divino” Esta celebração, em fidelidade às recomendações apostólicas de “orar sem cessar”, “está constituída de tal modo que todo o curso do dia e da noite seja consagrado pelo louvor de Deus” Ela constitui “a oração pública da Igreja”, na qual os fiéis (clérigos, religiosos e leigos) exercem o sacerdócio régio dos batizados. Celebrada “segundo a forma aprovada” pela Igreja, a Liturgia das Horas “é verdadeiramente a voz da própria esposa que fala com o esposo, e é até a oração de Cristo, com seu corpo, ao Pai”.

1175 A Liturgia das Horas é destinada a tornar-se a oração de todo o povo de Deus. Nela, o próprio Cristo “continua a exercer sua função sacerdotal por meio de sua Igreja”; cada um participa dela segundo seu lugar próprio na Igreja e segundo as circunstâncias de sua vida: os presbíteros, enquanto dedicados ao ministério da palavra; os religiosos e as religiosas, pelo carisma de sua vida consagrada; todos os fiéis, segundo suas possibilidades: “Os pastores de almas cuidarão que as horas principais, especialmente as vésperas, nos domingos e dias festivos mais solenes, sejam celebradas comunitariamente na Igreja. Recomenda-se que os próprios leigos recitem o Ofício divino, ou juntamente com os presbíteros, ou reunidos entre si, e até cada um individualmente”.

1176 Celebrar a Liturgia das Horas exige não somente que se harmonize a voz com o coração que reza, mas também “que se adquira um conhecimento litúrgico e bíblico mais rico, principalmente dos Salmos”.

1177 Os hinos e as ladainhas da Oração das Horas inserem a oração dos salmos no tempo da Igreja, exprimindo o simbolismo do momento do dia, do tempo litúrgico ou da festa celebrada. Além disso, a leitura da Palavra de Deus a cada hora (com os responsos ou os tropários que vêm depois dela) e, em certas horas, as leituras dos Padres da Igreja e dos mestres espirituais revelam mais profundamente o sentido do mistério celebrado, ajudam na compreensão dos salmos e preparam para a oração silenciosa. A lectio divina, em que a Palavra de Deus é lida e meditada para tornar-se oração, está assim enraizada na celebração litúrgica.

1178 A Liturgia das Horas, que é como que um prolongamento da celebração eucarística, não exclui, mas requer de maneira complementar as diversas devoções do Povo de Deus, particularmente a adoração e o culto do Santíssimo Sacramento.

IV. ONDE CELEBRAR?

1179 O culto “em espírito e em verdade” (Jo 4,24) da nova aliança não está ligado a um lugar exclusivo. A terra inteira é santa e foi entregue aos filhos dos homens. O que ocupa lugar primordial

quando os fiéis se congregam em um mesmo lugar são as “pedras vivas” reunidas para “a construção de um edifício espiritual” (1 Pd 2,5). O Corpo de Cristo ressuscitado é o templo espiritual do qual jorra a fonte de água viva. Incorporados a Cristo pelo Espírito Santo, “nós é que somos o templo do Deus vivo” (2Cor 6,16).

1180 Quando o exercício da liberdade religiosa não sofre entraves, os cristãos constroem edifícios destinados ao culto divino. Essas igrejas visíveis não são simples lugares de reunião, mas significam e manifestam a Igreja viva neste lugar, morada de Deus com os homens reconciliados e unidos em Cristo.

1181 “A casa de oração onde a Eucaristia é celebrada e conservada, onde os fiéis se reúnem, onde a presença do Filho de Deus (Jesus, Nosso Salvador, o qual se ofereceu por nós no altar do sacrifício) é honrada para auxílio e consolação dos cristãos deve ser bela e adequada para a oração e as celebrações religiosas.” Nesta “casa de Deus”, a verdade e a harmonia dos sinais que a constituem devem manifestar o Cristo que está presente e age neste lugar:

1182 O altar da nova aliança é a cruz do Senhor, da qual brotam os sacramentos do mistério pascal. Sobre o altar, que é o centro da igreja, se faz presente o Sacrifício da Cruz sob os sinais sacramentais. Ele é também a mesa do Senhor, para a qual o povo de Deus é convidado. Em certas liturgias orientais, o altar é também o símbolo do sepulcro (Cristo morreu de verdade e ressuscitou de verdade).

1183 O tabernáculo (ou sacrário) deve estar localizado “nas igrejas em um dos lugares mais dignos, com o máximo decoro”. A nobreza, a disposição e a segurança do tabernáculo eucarístico [ag108] devem favorecer a adoração do Senhor realmente presente no Santíssimo Sacramento do altar.

O Santo Crisma (Mýron = perfume líquido) que, usado na unção, é sinal sacramental do selo do dom do Espírito Santo, é tradicionalmente conservado e venerado em um lugar seguro da igreja. Perto dele pode-se colocar o óleo dos catecúmenos e o dos enfermos.

1184 A cadeira (cátedra) do Bispo ou do presbítero “deve exprimir a função daquele que preside a assembléia e dirige a oração”. O ambão. “A dignidade da Palavra de Deus exige que exista na igreja um lugar que favoreça o anúncio desta Palavra e para o qual, durante a liturgia da Palavra, se volta espontaneamente a atenção dos fiéis.”

1185 O conagração do povo de Deus começa pelo Batismo; por isso, a igreja deve ter um lugar para a celebração do Batismo (batistério) e fazer com que o povo lembre as promessas feitas na celebração do Batismo. (O persignar-se com água benta faz lembrar o Batismo). A renovação da vida batismal exige a penitência. Por isso, a Igreja deve prestar-se à expressão do arrependimento e ao recebimento do perdão, o que exige um lugar apropriado para acolher os penitentes. A igreja deve também ser um espaço que convide ao recolhimento e à oração silenciosa, que prolongue e interiorize a grande oração da Eucaristia.

1186 Finalmente, a igreja tem um significado escatológico. Para entrar na casa de Deus, é preciso atravessar um limiar, símbolo da passagem do mundo ferido pelo pecado para o mundo da vida nova ao qual todos os homens são chamados. A igreja visível simboliza a casa paterna para a qual o povo de Deus está a caminho e na qual o Pai “enxugará toda lágrima de seus olhos” (Ap 21,4). Por isso, a igreja também é a casa de todos os filhos de Deus, amplamente aberta e acolhedora.

RESUMINDO

1187 A liturgia é a obra do Cristo inteiro, cabeça e corpo. Nosso Sumo Sacerdote a celebra sem cessar na liturgia celeste, com a santa mãe de Deus, os apóstolos, todos os santos e a multidão dos que já entraram no Reino.

1188 Em sua celebração litúrgica, a assembléia inteira desempenha o papel de “liturgo”, cada um segundo sua junção. O sacerdócio batismal é o de todo o corpo de Cristo. Mas certos fiéis são ordenados pelo sacramento da Ordem para representar Cristo como cabeça do corpo.

1189 A celebração litúrgica comporta sinais e símbolos que se referem à criação (luz, água, fogo), à vida humana (lavar, ungir, partir o pão) e à história da salvação (os ritos da Páscoa). Inseridos no mundo da fé e assumidos pela força do Espírito Santo, esses elementos cósmicos, esses ritos humanos, esses gestos memoriais de Deus se tornam portadores da ação salvadora e santificadora de Cristo.

1190 A Liturgia da Palavra é uma parte integrante da celebração. O sentido da celebração é expresso pela Palavra de Deus que é anunciada e pelo compromisso da fé que ela exige como resposta.

1191 O canto e a música guardam uma conexão íntima com a ação litúrgica. Critérios de seu bom uso: a beleza expressiva da oração, a participação unânime da assembléia e o caráter sagrado da celebração.

1192 As santas imagens, presentes em nossas igrejas e em nossas casas, destinam-se a despertar e a alimentar nossa fé no mistério de Cristo. Por meio do ícone de Cristo e de suas obras salvíficas, é a ele que adoramos. Mediante as santas imagens da santa mãe de Deus, dos anjos e dos santos, veneramos as pessoas nelas representadas.

1193 O domingo, “dia do Senhor”, é o dia principal da celebração da Eucaristia por ser o dia da ressurreição. É o dia da assembléia litúrgica por excelência, o dia da família cristã, o dia da alegria e do descanso do trabalho. O domingo é “o fundamento e o núcleo do ano litúrgico”.

1194 A Igreja “apresenta todo o mistério de Cristo durante o ciclo do ano, desde a Encarnação e o Natal até a Ascensão, até o dia de Pentecostes e até a expectativa da feliz esperança e do retorno do Senhor”.

1195 Celebrando a memória dos santos, primeiramente da Santa Mãe de Deus, em seguida dos apóstolos, dos mártires e dos outros santos, em dias fixos do ano litúrgico, a Igreja manifesta que está unida à Liturgia Celeste; glorifica a Cristo por ter realizado sua salvação em seus membros glorificados. O exemplo delas e deles a estimula em seu caminho para o Pai.

1196 Os fiéis que celebram a Liturgia das Horas unem-se a Cristo, nosso Sumo Sacerdote, por meio da oração dos salmos, da meditação da Palavra de Deus, de cânticos e bênçãos, a fim de serem associados à oração incessante e universal dele, que dá glória ao Pai e implora o dom do Espírito Santo sobre o mundo inteiro.

1197 Cristo é o verdadeiro templo de Deus, “o lugar em que reside a sua glória”; pela graça de Deus, também os cristãos se tornam templos do Espírito Santo, pedras vivas com as quais é construída a Igreja.

1198 Em sua condição terrestre, a Igreja precisa de lugares onde a comunidade possa reunir-se: esses lugares são as nossas igrejas visíveis, lugares santos, imagens da Cidade Santa, a Jerusalém Celeste para a qual caminhamos como peregrinos.

1199 E nessas igrejas que a Igreja celebra o culto público para a glória da Santíssima Trindade; é nelas que ouve a Palavra de Deus e canta seus louvores, que eleva sua oração e que oferece o sacrifício de Cristo, sacramentalmente presente no meio da assembléia. Essas igrejas são também locais de recolhimento e de oração pessoal.

ARTIGO 2

DIVERSIDADE LITÚRGICA E UNIDADE DO MISTÉRIO

TRADIÇÕES LITÚRGICAS E CATOLICIDADE DA IGREJA

1200 Desde a primeira comunidade de Jerusalém até a parusia, o mesmo mistério pascal é celebrado, em todo lugar, pelas Igrejas de Deus fiéis à fé apostólica. O mistério celebrado na liturgia é um só, mas as formas de sua celebração são diversas.

1201 A riqueza insondável do mistério de Cristo é tal que nenhuma liturgia é capaz de esgotar sua expressão. A história do surgimento e do desenvolvimento desses ritos atesta uma complementaridade surpreendente. Quando as Igrejas viveram essas tradições litúrgicas em comunhão na fé e nos sacramentos da fé, enriqueceram-se mutuamente e cresceram na fidelidade à tradição e à missão comum à Igreja toda.

1202 As diversas tradições litúrgicas surgiram justamente em razão da missão da Igreja. As Igrejas de uma mesma área geográfica e cultural acabaram celebrando o mistério de Cristo com expressões particulares tipificadas culturalmente: na tradição do “depósito da fé”, no simbolismo litúrgico, na organização da comunhão fraterna, na compreensão teológica dos mistérios e nos tipos de santidade. Assim, Cristo, luz e salvação de todos os povos, é manifestado pela vida litúrgica de uma Igreja ao povo e à cultura aos quais ela é enviada e nos quais está enraizada. A Igreja é católica: pode integrar em sua unidade, purificando-as, todas as verdadeiras riquezas das culturas.

1203 As tradições litúrgicas ou ritos atualmente em uso na Igreja são o rito latino (principalmente o rito romano, mas também os ritos de certas Igrejas locais como o rito *ambrosiano*, ou de certas ordens religiosas) e os ritos *bizantinos*, *alexandrino* ou *copta*, *síriaco*, *armênio*, *maronita* e *caldeu*. "Obedecendo fielmente à tradição, o sacrossanto Concílio declara que a santa mãe Igreja considera como iguais em direito e em dignidade todos os ritos legitimamente reconhecidos, e que no futuro quer conservá-los e favorecê-los de todas as formas."

LITURGIA E CULTURAS

1204 Por isso a celebração da liturgia deve corresponder ao gênio e à cultura dos diferentes povos. Para que o mistério de Cristo seja "dado a conhecer a todos os gentios, para levá-los à obediência da fé" (Rm 16,26), deve ser anunciado, celebrado e vivido em todas as culturas, de sorte que estas não sejam abolidas, mas resgatadas e realizadas por ele". E mediante sua cultura humana própria, assumida e transfigurada por Cristo, que a multidão dos filhos de Deus tem acesso ao Pai, para glorificá-lo, em um só Espírito.

1205 "Na liturgia, sobretudo na liturgia dos sacramentos, existe uma parte imutável - por ser de instituição divina -, da qual a Igreja é guardiã, e há partes suscetíveis de mudança, que ela tem o poder e, algumas vezes, até o dever de adaptar às culturas dos povos recentemente evangelizados.

1206 A diversidade litúrgica pode ser fonte de enriquecimento, mas pode também provocar tensões, incompreensões recíprocas e até mesmo cismas. Neste campo, é claro que a diversidade não deve prejudicar a unidade. Esta unidade não pode exprimir-se senão na fidelidade à fé comum, aos sinais sacramentais que a Igreja recebeu de Cristo, e à comunhão hierárquica. A adaptação às culturas requer uma conversão do coração e, se necessário, a ruptura com hábitos ancestrais incompatíveis com a fé católica."

RESUMINDO

1207 Convém que a celebração da liturgia tenda a exprimir-se na cultura do povo em que a Igreja se encontra, sem submeter-se a ela. Por outro lado, a liturgia mesma é geradora e formadora de culturas.

1208 As diversas tradições litúrgicas (ou ritos), legitimamente reconhecidas por significarem e comunicarem o mesmo mistério de Cristo, manifestam a catolicidade da Igreja.

1209 O critério que garante a unidade na pluralidade das tradições litúrgicas é a fidelidade à Tradição apostólica, isto é, a comunhão na fé e nos sacramentos recebidos dos apóstolos, comunhão significada e assegurada pela sucessão apostólica.

SEGUNDA PARTE - A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

SEGUNDA SEÇÃO - OS SETE SACRAMENTOS DA IGREJA

1210 Os sacramentos da nova lei foram instituídos por Cristo e são sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Os sete sacramentos atingem todas as etapas e todos os momentos importantes da vida do cristão: dão à vida de fé do cristão origem e crescimento, cura e missão. Nisto existe certa semelhança entre as etapas da vida natural e as da vida espiritual.

1211 Seguindo esta analogia, exporemos primeiramente os três sacramentos da iniciação cristã (Capítulo 1), em seguida os sacramentos de cura (Capítulo II.) e, finalmente os sacramentos que estão a serviço da comunhão e da missão dos fiéis (Capítulo III.). Sem dúvida, esta disposição não é a única possível, mas permite ver que os sacramentos formam um organismo no qual cada um especificamente tem seu lugar vital. Neste organismo, a eucaristia ocupa um lugar único por ser "sacramento dos sacramentos": "todos os demais sacramentos estão ordenados a este como a seu fim".

CAPÍTULO I - OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

1212 Pelos sacramentos da iniciação cristã; Batismo, Confirmação e Eucaristia são lançados os fundamentos de toda vida cristã. "A participação na natureza divina, que os homens recebem como dom

mediante a graça de Cristo, apresenta certa analogia com a origem, o desenvolvimento e a sustentação da vida natural. Os fiéis, de fato, renascidos no Batismo, são fortalecidos pelo sacramento da Confirmação e, depois, nutridos com o alimento da vida eterna na Eucaristia. Assim, por efeito destes sacramentos da iniciação cristã, estão em condições de saborear cada vez mais os tesouros da vida divina e de progredir até alcançar a perfeição da caridade.”

ARTIGO 1

O SACRAMENTO DO BATISMO

1213 O santo Batismo é o fundamento de toda a vida cristã, a porta da vida no Espírito (“vitae spiritualis janua”) e a porta que abre o acesso aos demais sacramentos. Pelo Batismo somos libertados do pecado e regenerados como filhos de Deus, tornamo-os membros de Cristo, somos incorporados à Igreja e feitos participantes de sua missão: “Baptismus est sacramentum regenerationis per aquam in verbo O Batismo é o sacramento da regeneração pela água na Palavra”

I. COMO É CHAMADO ESTE SACRAMENTO?

1214 Ele é denominado Batismo com base no rito central pelo qual é realizado: batizar (“baptizem”, em grego) significa “mergulhar”, “imersão”; o “mergulho” na água simboliza o sepultamento do catecúmeno na morte de Cristo, da qual com Ele ressuscita como “nova criatura” (2Cor 5,17; Gl 6,15).

1215 Este sacramento é também chamado “o banho da regeneração e da renovação no Espírito Santo” (Tt 3,5), pois ele significa e realiza este nascimento a partir da água e do Espírito, sem o qual “ninguém pode entrar no Reino de Deus” (Jo 3,5).

1216 “Este banho é chamado iluminação, porque aqueles que recebem este ensinamento [catequético] têm o espírito iluminado...” Depois de receber no Batismo o Verbo, “a luz verdadeira que ilumina todo homem” (Jo 1,9), o batizado, “após ter sido iluminado”, se converte em “filho da luz” e em “luz” ele mesmo (Ef 5,8):

O Batismo é o mais belo e o mais magnífico dom de Deus. (...) chamamo-lo de dom, graça, unção, iluminação, veste de incorruptibilidade, banho de regeneração, selo, e tudo o que existe de mais precioso. Dom, porque é conferido àqueles que nada trazem; graça, porque é dado até a culpados; Batismo, porque o pecado é sepultado na água; unção, porque é sagrado e régio (tais são os que são ungidos); iluminação, porque é luz resplandecente; veste, porque cobre nossa vergonha; banho, porque lava; selo, porque nos guarda e é o sinal do senhorio de Deus.

II. O BATISMO NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

AS PREFIGURAÇÕES DO BATISMO NA ANTIGA ALIANÇA

1217 Na liturgia da noite pascal, quando da bênção da água batismal, a Igreja faz solenemente memória dos grandes acontecimentos da história da salvação que já prefiguravam o mistério do Batismo: Ó Deus, pelos sinais visíveis dos sacramentos realiza maravilhas invisíveis. Ao longo da história da salvação, vós vos servistes da água para fazer-nos conhecer a graça do Batismo.

1218 Desde a origem do mundo, a água, esta criatura humilde e admirável, é a fonte da vida e da fecundidade. A Sagrada Escritura a vê como “incubada” pelo Espírito de Deus: Já na origem do mundo, vosso Espírito pairava sobre as águas para que elas recebessem a força de santificar.

1219 A Igreja viu na arca de Noé uma prefiguração da salvação pelo Batismo. Por ela, com efeito, “poucas pessoas, isto é, oito foram salvas da água” (1Pd 3,20): Nas próprias águas do dilúvio prefigurastes o nascimento da nova humanidade de modo que a mesma água sepultasse os vícios e fizesse nascer a santidade.

1220 Se a água de fonte simboliza a vida, a água do mar é um símbolo da morte, razão pela qual o mar podia prefigurar o mistério da cruz. Por este simbolismo, o Batismo significa a comunhão com a morte de Cristo.

1221 É sobretudo a travessia do Mar Vermelho, verdadeira libertação de Israel da escravidão do Egito, que anuncia a libertação operada pelo Batismo: Concedestes aos filhos de Abraão atravessar o Mar Vermelho a pé enxuto, para que, livres da escravidão, prefigurassem o povo nascido na água do Batismo.

1222 Finalmente, o Batismo é prefigurado na travessia do Jordão, pela qual o povo de Deus recebe o dom da terra prometida à descendência de Abraão, imagem da vida eterna. A promessa desta herança bem-aventurada realiza-se na nova aliança.

O BATISMO DE CRISTO

1223 Todas as prefigurações da antiga aliança encontram sua realização em Cristo Jesus. Ele começa sua vida pública depois de ter-se feito batizar por São João Batista no Jordão, e após sua ressurreição confere esta missão aos apóstolos: "Ide, pois, fazei que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei" (Mt 28,19-20).

1224 Nosso Senhor submeteu-se voluntariamente ao Batismo de São João, destinado aos pecadores, para "cumprir toda a justiça (Cf Mt 3,15)". Este gesto de Jesus é uma manifestação de seu "aniquilamento". O Espírito que pairava sobre as águas da primeira criação desce então sobre Cristo, preludiando a nova criação, e o Pai manifesta Jesus como seu "filho amado".

1225 Foi em sua Páscoa que Cristo abriu a todos os homens as fontes do Batismo. Com efeito, já tinha falado da paixão que iria sofrer em Jerusalém como de um "batismo" com o qual devia ser batizado. O sangue e a água que escorreram do lado traspassado de Jesus crucificado são tipos do Batismo e da Eucaristia, sacramentos da vida nova: desde então é possível "nascer da água e do Espírito" para entrar no Reino de Deus (Jo 3,5).

Vê, quando és batizado, donde vem o Batismo, se não da cruz de Cristo, da morte de Cristo. Lá está todo o mistério: ele sofreu por ti. E nele que és redimido, é nele que és salvo e, por tua vez, te tornas salvador.

O BATISMO NA IGREJA

1226 A partir do dia de Pentecostes, a Igreja celebrou e administrou o santo Batismo. Com efeito, São Pedro declara à multidão impressionada com sua pregação: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão de vossos pecados. Então receberéis o dom do Espírito Santo" (At 2,38). Os Apóstolos e seus colaboradores oferecem o Batismo a todo aquele que crer em Jesus: judeus, tementes a Deus, pagãos. O Batismo aparece sempre ligado à fé: "Crê no Senhor e serás salvo, tu e a tua casa", declara São Paulo a seu carcereiro de Filipos. O relato prossegue: "E imediatamente [o carcereiro recebeu o Batismo, ele e todos os seus" (At 16,31-33).

1227 Segundo o apóstolo São Paulo, pelo Batismo o crente comunga na morte de Cristo; é sepultado e ressuscita com ele: Batizados em Cristo Jesus, em sua morte é que fomos batizados. Portanto, pelo Batismo fomos sepultados com ele na morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova (Rm 6,3-4). Os batizados "vestiram-se de Cristo". Pelo Espírito Santo, o Batismo é um banho que purifica, santifica e justifica.

1228 O Batismo é, pois, um banho de água no qual "a semente incorruptível" da Palavra de Deus produz seu efeito vivificante. Santo Agostinho dirá do Batismo: "Accedit verbum ad elementum, et fit Sacramentum - Une-se a palavra ao elemento, e acontece o sacramento".

III. COMO É CELEBRADO O SACRAMENTO DO BATISMO?

A INICIAÇÃO CRISTÃ

1229 Tornar-se cristão, eis algo que se realiza desde os tempos dos apóstolos por um itinerário e uma iniciação que passa por várias etapas. Este itinerário pode ser percorrido com rapidez ou lentamente. Dever sempre comportar alguns elementos essenciais: o anúncio da Palavra, o acolhimento do Evangelho acarretando uma conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à Comunhão Eucarística.

1230 Esta iniciação tem variado muito ao longo dos séculos e de acordo com as circunstâncias. Nos primeiros séculos da Igreja a iniciação cristã conheceu um grande desenvolvimento com um longo

período de catecumenato e uma seqüência de ritos preparatórios que balizavam liturgicamente a caminhada da preparação catecumenal e que desembocavam na celebração dos sacramentos da iniciação cristã.

1231 Quando o Batismo das crianças se tornou amplamente a forma habitual da celebração deste sacramento, esta passou a ser um único ato que integra de maneira muito resumida as etapas prévias à iniciação cristã. Por sua própria natureza, o Batismo das crianças exige um catecumenato pós-batismal. Não se trata somente da necessidade de uma instrução posterior ao Batismo, mas do desabrochar necessário da graça batismal no crescimento da pessoa. E o lugar próprio do catecismo.

1232 O Concílio Vaticano II restaurou, para a Igreja latina, “o catecumenato dos adultos, distribuído em várias etapas”. Encontram-se tais ritos no Ordo initiationis christianae adultorum (Ritual da iniciação cristã dos adultos). O Concílio por sua vez permitiu que, “além dos elementos de iniciação fornecidos pela tradição cristã”, fossem admitidos “em terras de missão estes outros elementos de iniciação cristã, cuja prática constatamos em cada povo, na medida em que possam ser adaptados ao rito cristão”.

1233 Hoje em dia, portanto, em todos os ritos latinos e orientais, a iniciação cristã dos adultos começa desde a entrada deles no catecumenato, para atingir seu ponto culminante em uma única celebração dos três sacramentos: Batismo, Confirmação e Eucaristia. Nos ritos orientais a iniciação cristã das crianças começa no Batismo, seguido imediatamente pela Confirmação e pela Eucaristia, ao passo que no rito romano ela prossegue durante os anos de catequese, para terminar mais tarde com a Confirmação e a Eucaristia, ápice de sua iniciação cristã.

A MISTAGOGIA DA CELEBRAÇÃO

1234 O significado e a graça do sacramento do Batismo aparecem com clareza nos ritos de sua celebração. É acompanhando, com uma participação atenta, os gestos e as palavras desta celebração que os fiéis são iniciados nas riquezas que este sacramento significa e realiza em cada novo batizado.

1235 O sinal-da-cruz no limiar da celebração, assinala a marca de Cristo naquele que vai pertencer-lhe e significa a graça da redenção que Cristo nos proporcionou por sua cruz.

1236 O anúncio da Palavra de Deus ilumina com a verdade revelada os candidatos e a assembléia, e suscita a resposta da fé, inseparável do Batismo. Com efeito, o Batismo é de maneira especial “o sacramento da fé”, uma vez que é a entrada sacramental na vida de fé.

1237 Visto que o Batismo significa a libertação do pecado e de seu instigador, o Diabo, pronuncia-se um (ou vários) exorcismo(s) sobre o candidato. Este é ungido com o óleo dos catecúmenos ou então o celebrante impõe-lhe a mão, e o candidato renuncia explicitamente a satanás. Assim preparado, ele pode confessar a fé da Igreja, à qual será “confiado” pelo Batismo.

1238 A água batismal é então consagrada por uma oração de epiclese (seja no próprio momento, seja na noite pascal). A Igreja pede a Deus que, por seu Filho, o poder do Espírito Santo desça sobre esta água, para que os que forem batizados nela “nasçam da água e do Espírito” (Jo 3,5).

1239 Segue então o rito essencial do sacramento: o Batismo propriamente dito, que significa e realiza a morte ao pecado e a entrada na vida da Santíssima Trindade por meio da configuração ao mistério pascal de Cristo. O Batismo é realizado da maneira mais significativa pela tríplice imersão na água batismal. Mas desde a Antigüidade ele pode também ser conferido derramando-se, por três vezes, a água sobre a cabeça do candidato.

1240 Na Igreja latina, esta tríplice infusão é acompanhada das palavras do ministro: “N..., eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Nas liturgias orientais, estando o catecúmeno voltado para o nascente, o ministro diz: “O servo de Deus, N..., é batizado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. E à invocação de cada pessoa da Santíssima Trindade o ministro mergulha o candidato na água e o retira dela.

1241 A unção com o santo crisma, óleo perfumado consagrado pelo Bispo, significa o dom do Espírito Santo ao novo batizado. Este tornou-se um cristão, isto é, “ungido” do Espírito Santo, incorporado a Cristo, que é ungido sacerdote, profeta e rei.

1242 Na liturgia das Igrejas do Oriente, a unção pós-batismal é o sacramento da **Crisma** (Confirmação). Na liturgia romana, porém, esta primeira unção anuncia outra, a do santo Crisma, que será

feita pelo Bispo: o sacramento da Confirmação, que, por assim dizer, “confirma” e encerra a unção batismal.

1243 A veste branca simboliza que o batizado “vestiu-se de Cristo”: ressuscitou com Cristo[ag61] . A vela, acesa no círio pascal, significa que Cristo iluminou o neófito. Em Cristo, os batizados são “a luz do mundo” (Mt 5,14). O novo batizado é agora filho de Deus no Filho único. Pode rezar a oração dos filhos de Deus: o Pai-Nosso.

1244 A primeira comunhão eucarística. Uma vez feito filho de Deus, revestido da veste nupcial, o neófito é admitido “ao festim das bodas do Cordeiro” e recebe o alimento da vida nova, o Corpo e o Sangue de Cristo. As Igrejas orientais mantêm uma consciência viva da unidade da iniciação cristã dando a Santa comunhão a todos os novos batizados e confirmados, mesmo às crianças, lembrando-se da palavra do Senhor: “Deixai vir a mim as crianças, não as impeçais” (Mc 10,14). A Igreja latina, que reserva a Santa comunhão aos que atingiram a idade da razão, exprime a abertura do Batismo para a Eucaristia aproximando do altar a criança recém-batizada para a oração do Pai-Nosso.

1245 A bênção solene conclui a celebração do Batismo. Por ocasião do batismo de recém-nascidos, a bênção da mãe ocupa um lugar especial.

IV. QUEM PODE RECEBER O BATISMO?

1246 “É capaz de receber o Batismo toda pessoa ainda não batizada, e somente ela.”

O BATISMO DOS ADULTOS

1247 Desde as origens da Igreja, o Batismo dos adultos é a situação mais normal nas terras onde o anúncio do Evangelho é ainda recente. O catecumenato (preparação para o Batismo) ocupa então um lugar importante. Sendo iniciação à fé e à vida cristã, deve dispor para o acolhimento do dom de Deus no Batismo, na Confirmação e na Eucaristia.

1248 O catecumenato, ou formação dos catecúmenos, tem por finalidade permitir a estes últimos, em resposta à iniciativa divina e em união com uma comunidade eclesial, que levem a conversão e a fé à maturidade. Trata-se de uma “formação à vida crista integral (...) pela qual os discípulos são unidos a Cristo, seu mestre. Por isso, os catecúmenos devem ser iniciados (...) nos mistérios da salvação e na prática de uma vida evangélica, e introduzidos, mediante ritos sagrados celebrados em épocas sucessivas, na vida da fé, da liturgia e da caridade do povo de Deus”.

1249 Os catecúmenos “já estão unidos à Igreja, já pertencem à casa de Cristo, não sendo raro levarem uma vida de fé, esperança e caridade”. “A mãe Igreja já os envolve como seus em seu amor, cercando-os de cuidados.”

O BATISMO DAS CRIANÇAS

1250 Por nascerem com uma natureza humana decaída e manchada pelo pecado original, também as crianças precisam do novo nascimento no Batismo, a fim de serem libertadas do poder das trevas e serem transferidas para o domínio da liberdade dos filhos de Deus, para a qual todos os homens são chamados. A gratuidade pura da graça da salvação é particularmente manifesta no Batismo das crianças. A Igreja e os pais privariam então a criança da graça inestimável de tomar-se filho de Deus se não lhe conferissem o Batismo pouco depois do nascimento.

1251 Os pais cristãos hão de reconhecer que esta prática corresponde também à sua função de alimentar a vida que Deus confiou a eles.

1252 A prática de batizar as crianças é uma tradição imemorial da Igreja. É atestada explicitamente desde o século II. Mas é bem possível que desde o início da pregação apostólica, quando “casas” inteiras receberam o Batismo[, também se tenha batizado as crianças.

FÉ E BATISMO

1253 O batismo é o sacramento da fé. Mas a fé tem necessidade da comunidade dos crentes. Cada um dos fiéis só pode crer dentro da fé da Igreja. A fé que se requer para o Batismo não é uma fé

perfeita e madura, mas um começo, que deve desenvolver-se. Ao catecúmeno ou a seu padrinho é feita a pergunta: "Que pedis à Igreja de Deus?". E ele responde: "A fé!".

1254 Em todos os batizados, crianças ou adultos, a fé deve crescer após o Batismo. E por isso que a Igreja celebra cada ano, na noite pascal, a renovação das promessas batismais. A preparação para o Batismo leva apenas ao limiar da vida nova. O Batismo é a fonte da vida nova em Cristo, fonte esta da qual brota toda a vida cristã.

1255 Para que a graça batismal possa desenvolver-se, é importante a ajuda dos pais. Este é também o papel do padrinho ou da madrinha, que devem ser cristãos firmes, capazes e prontos a ajudar o novo batizado, criança ou adulto, em sua caminhada na vida cristã. A tarefa deles é uma verdadeira função eclesial ("officium"). A comunidade eclesial inteira tem uma parcela de responsabilidade no desenvolvimento e na conservação da graça recebida no Batismo.

V. QUEM PODE BATIZAR?

1256 São ministros ordinários do Batismo o Bispo e o presbítero e, na Igreja latina, também o diácono. Em caso de necessidade, qualquer pessoa, mesmo não batizada, que tenha a intenção exigida, pode batizar, utilizando a fórmula batismal trinitária. A intenção requerida é querer fazer o que a Igreja faz quando batiza. A Igreja vê a razão desta possibilidade na vontade salvífica universal de Deus e na necessidade do Batismo para a salvação.

VI. A NECESSIDADE DO BATISMO

1257 O Senhor mesmo afirma que o Batismo é necessário para a salvação. Também ordenou a seus discípulos que anunciassem o Evangelho e batizassem todas as nações. O Batismo é necessário, para a salvação, para aqueles aos quais o Evangelho foi anunciado e que tiveram a possibilidade de pedir este sacramento. A Igreja não conhece outro meio senão o Batismo para garantir a entrada na bem-aventurança eterna; é por isso que cuida de não negligenciar a missão que recebeu do Senhor, de fazer "renascer da água e do Espírito" todos aqueles que podem ser batizados. Deus vinculou a salvação ao sacramento do Batismo, mas ele mesmo não está vinculado a seus sacramentos.

1258 Desde sempre, a Igreja mantém a firme convicção de que as pessoas que morrem em razão da fé, sem terem recebido o Batismo, são batizadas por sua morte por e com Cristo. Este Batismo de sangue, como o desejo do Batismo, acarreta os frutos do Batismo, sem ser sacramento.

1259 Para os catecúmenos que morrem antes de seu Batismo, seu desejo explícito de recebê-lo, juntamente com o arrependimento de seus pecados e a caridade, garante-lhes a salvação que não puderam receber pelo sacramento.

1260 "Sendo que Cristo morreu por todos e que a vocação última do homem é realmente uma só, a saber, divina, devemos sustentar que o Espírito Santo oferece a todos, sob forma que só Deus conhece, a possibilidade de se associarem ao Mistério Pascal." Todo homem que, desconhecendo o Evangelho de Cristo e sua Igreja, procura a verdade e pratica a vontade de Deus segundo seu conhecimento dela pode ser salvo. Pode-se supor que tais pessoas teriam desejado explicitamente o Batismo se tivessem tido conhecimento da necessidade dele.

1261 Quanto às crianças mortas sem Batismo, a Igreja só pode confiá-las à misericórdia de Deus, como o faz no rito das exéquias por elas. Com efeito, a grande misericórdia de Deus, "que quer que todos os homens se salvem" (1Tm 2,4), e a ternura de Jesus para com as crianças, que o levou a dizer: "Deixai as crianças virem a mim, não as impeçais" (Mc 10,14), nos permitem esperar que haja um caminho de salvação para as crianças mortas sem Batismo. Eis por que é tão premente o apelo da Igreja de não impedir as crianças de virem a Cristo pelo dom do santo Batismo.

VII. A GRAÇA DO BATISMO

1262 Os diferentes efeitos do Batismo são significados pelos elementos sensíveis do rito sacramental. O mergulho na água faz apelo ao simbolismo da morte e da purificação, mas também da regeneração e da renovação. Os dois efeitos principais são, pois, a purificação dos pecados e o novo nascimento no Espírito Santo.

PARA A REMISSÃO DOS PECADOS...

1263 Pelo Batismo, todos os pecados são perdoados: o pecado original e todos os pecados pessoais, bem como todas as penas do pecado. Com efeito, naqueles que foram regenerados não resta nada que os impeça de entrar no Reino de Deus: nem o pecado de Adão, nem o pecado pessoal, nem as seqüelas do pecado, das quais a mais grave é a separação de Deus.

1264 No batizado, porém, certas conseqüências temporais do pecado permanecem, tais como os sofrimentos, a doença, a morte ou as fragilidades inerentes à vida, como as fraquezas de caráter etc., assim como a propensão ao pecado, que a Tradição chama de concupiscência ou, metaforicamente, o “incentivo do pecado” (fomes peccati): “Deixada para os nossos combates, a concupiscência não é capaz de prejudicar aqueles que, não consentindo nela, resistem com coragem pela graça de Cristo. Mais ainda: ‘um atleta não recebe a coroa se não lutou segundo as regras’ (2Tm 2,5).

UMA CRIATURA NOVA

1265 O Batismo não somente purifica de todos os pecados, mas também faz do neófito “uma criatura nova”, um filho adotivo de Deus que se tornou “participante da natureza divina”, membro de Cristo e co-herdeiro com ele, templo do Espírito Santo.

1266 A Santíssima Trindade dá ao batizado a graça santificante, a graça da justificação, a qual

ü torna-o capaz de crer em Deus, de esperar nele e de amá-lo por meio das virtudes teologais;

ü concede-lhe o poder de viver e agir sob a moção do Espírito Santo por seus dons;

ü permite-lhe crescer no bem pelas virtudes morais.

Assim, todo o organismo da vida sobrenatural do cristão tem sua raiz no santo Batismo.

INCORPORADOS À IGREJA, CORPO DE CRISTO

1267 O Batismo faz-nos membros do Corpo de Cristo. “Somos membros uns dos outros” (Ef 4,25). O Batismo incorpora à Igreja. Das fontes batismais nasce o único povo de Deus da nova aliança, que supera todos os limites naturais ou humanos das nações, das culturas, das raças e dos sexos: “Fomos todos batizados num só Espírito para sermos um só corpo” (1Cor 12,13).

1268 Os batizados tornaram-se “pedras vivas” para a “construção de um edifício espiritual, para um sacerdócio santo” (1 Pd 2,5). Pelo Batismo, participam do sacerdócio de Cristo, de sua missão profética e régia; “sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para sua luz maravilhosa” (1Pd 2,9). O Batismo faz participar do sacerdócio comum dos fiéis.

1269 Feito membro da Igreja, o batizado não pertence mais a si mesmo, mas àquele que morreu e ressuscitou por nós. Logo, é chamado a submeter-se aos outros, a servi-los na comunhão da Igreja, a ser “obediente e dócil” aos chefes da Igreja e a considerá-los com respeito e afeição. Assim como o Batismo é a fonte de responsabilidades e de deveres, o batizado também goza de direitos dentro da Igreja: de receber os sacramentos, de ser alimentado com a Palavra de Deus e de ser sustentado pelos outros auxílios espirituais da Igreja.

1270 “Tornados filhos de Deus pela regeneração (baptismal], (os batizados) são obrigados a professar diante dos homens a fé que pela Igreja receberam de Deus” e a participar da atividade apostólica e missionária do povo de Deus.

O VÍNCULO SACRAMENTAL DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

1271 O Batismo constitui o fundamento da comunhão entre todos os cristãos, também com os que ainda não estão em comunhão plena com a Igreja católica: “Com efeito, aqueles que crêem em Cristo e foram validamente batizados acham-se em certa comunhão, embora não perfeita, com a Igreja católica. (...) Justificados pela fé no Batismo, são incorporados a Cristo e, por isso, com razão, são honrados com o nome de cristãos e merecidamente reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor”. “O Batismo, pois, constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por ele.”

UM SINAL ESPIRITUAL INDELÉVEL...

1272 Incorporado em Cristo pelo Batismo, o batizado é configurado a Cristo. O Batismo sela o cristão com um sinal espiritual indelével ("character") de sua pertença a Cristo. Pecado algum apaga esta marca, se bem que possa impedir o Batismo de produzir frutos de salvação. Dado uma vez por todas, o Batismo não pode ser reiterado.

1273 Incorporados à Igreja pelo Batismo, os fiéis receberam o caráter sacramental que os consagra para o culto religioso cristão. O selo batismal capacita e compromete os cristãos a servirem a Deus em uma participação viva na sagrada liturgia da Igreja e a exercerem seu sacerdócio batismal pelo testemunho de uma vida santa e de uma caridade eficaz.

1274 O "selo do Senhor" ("Dominicus character") é o selo com o qual o Espírito Santo nos marcou "para o dia da redenção" (Ef 4,30). "O Batismo, com efeito, é o selo da vida eterna." O fiel que tiver "guardado o selo" até o fim, isto é, que tiver permanecido fiel às exigências de seu Batismo, poderá caminhar "marcado pelo sinal da fé", com a fé de seu Batismo, à espera da visão feliz de Deus - consumação da fé - e na esperança da ressurreição.

RESUMINDO

1275 A iniciação cristã realiza-se pelo conjunto de três sacramentos: o Batismo, que é o início da vida nova; a Confirmação, que é sua consolidação e a Eucaristia, que alimenta o discípulo com o Corpo e o Sangue de Cristo em vista de sua transformação nele.

1276 "Ide, portanto, e fazei que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo quanto vos ordenei" (Mt 28,19-20).

1277 O Batismo constitui o nascimento para a vida nova em Cristo. Segundo a vontade do Senhor, ele é necessário para a salvação, como a própria Igreja, na qual o Batismo introduz.

1278 O rito essencial do Batismo consiste em mergulhar na água o candidato ou em derramar água sobre sua cabeça, pronunciando a invocação da Santíssima Trindade, isto é, do Pai, do Filho e do Espírito Santo

1279 O fruto do Batismo ou graça batismal é uma realidade rica que comporta: a remissão do pecado original e de todos os pecados pessoais; o nascimento para a vida nova, pelo qual o homem se torna filho adotivo do Pai, membro de Cristo, templo do Espírito Santo. Com isto mesmo, o batizado é incorporado à Igreja, corpo de Cristo, e se torna participante do sacerdócio de Cristo.

1280 O Batismo imprime na alma um sinal espiritual indelével, o caráter, que consagra o batizado ao culto da religião cristã. Em razão do caráter, o Batismo não pode ser reiterado.

1281 Os que morrem por causa da fé, os catecúmenos e todos os homens que, sob o impulso da graça, sem conhecerem a Igreja, procuram com sinceridade a Deus e se esforçam por cumprir a vontade dele podem ser salvos, mesmo que não tenham recebido o Batismo.

1282 Desde os tempos mais antigos, o Batismo é administrado às crianças, pois é uma graça e um dom de Deus que não supõe méritos humanos; as crianças são batizadas na fé da Igreja. A entrada na vida cristã dá acesso à verdadeira liberdade.

1283 Quanto às crianças mortas sem Batismo, a liturgia da Igreja convida-nos a ter confiança na misericórdia divina e a orar pela salvação delas.

1284 Em caso de necessidade, qualquer pessoa pode batizar, desde que tenha a intenção de fazer o que faz a Igreja, e que derrame água sobre a cabeça do candidato dizendo: "Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

ARTIGO 2

O SACRAMENTO DA CONFIRMAÇÃO

1285 Juntamente com o Batismo e a Eucaristia, o sacramento da Confirmação constitui o conjunto dos "sacramentos da iniciação crista cuja unidade deve ser salvaguardada. Por isso, é preciso explicar aos fiéis que a recepção deste sacramento é necessária à consumação da graça batismal. Com efeito, "pelo sacramento da Confirmação [os fiéis] são vinculados mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de força

especial do Espírito Santo, e assim mais estritamente obrigados à fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devem difundir e defender tanto por palavras como por obras”.

I. A CONFIRMAÇÃO NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1286 No Antigo Testamento os profetas anunciaram que o Espírito do Senhor repousaria sobre o Messias esperado em vista de sua missão salvífica. A descida do Espírito Santo sobre Jesus por ocasião de seu Batismo por João Batista foi o sinal de que era Ele quem devia vir, que Ele era o Messias; o Filho de Deus. Concebido do Espírito Santo, toda a sua vida e toda a sua missão se realizam em uma comunhão total com o mesmo Espírito, que o Pai lhe dá “sem medida” (Jo 3,34).

1287 Ora, esta plenitude do Espírito não devia ser apenas a do Messias; devia ser comunicada a todo o povo messiânico. Por várias vezes Cristo prometeu esta efusão do Espírito, promessa que realizou primeiramente no dia da Páscoa. e em seguida, de maneira mais marcante, no dia de Pentecostes. Repletos do Espírito Santo, os Apóstolos começam a proclamar “as maravilhas de Deus” (At 2,11), e Pedro começa a declarar que esta efusão do Espírito é o sinal dos tempos messiânicos. Os que então creram na pregação apostólica e que se fizeram batizar também receberam o dom do Espírito Santo.

1288 “Desde então, os apóstolos, para cumprir a vontade de Cristo, comunicaram aos neófitos, pela imposição das mãos, o dom do Espírito que leva a graça do Batismo à sua consumação. E por isso que na Epístola aos Hebreus ocupa um lugar, entre os elementos da primeira instrução cristã, a doutrina sobre os batismos e também sobre a imposição das mãos. A imposição das mãos é com razão reconhecida pela tradição católica como a origem do sacramento da Confirmação que perpétua, de certo modo, na Igreja, a graça de Pentecostes.”

1289 Bem cedo, para melhor significar o dom do Espírito Santo, acrescentou-se à imposição das mãos uma unção com óleo perfumado (crisma). Esta unção ilustra o nome de “cristão”, que significa “ungido” e que deriva a sua origem do próprio nome de Cristo, ele que “Deus ungiu com o Espírito Santo” (At 10,38). E este rito de unção existe até os nossos dias, tanto no Oriente como no Ocidente. Por isso, no Oriente, este sacramento é chamado Crismação, unção com crisma, ou *mýron*, que significa “crisma”. No Ocidente, o termo Confirmação sugere que este sacramento, ao mesmo tempo, confirma o Batismo e consolida a graça batismal.

DUAS TRADIÇÕES: O ORIENTE E O OCIDENTE

1290 Nos primeiros séculos, a Confirmação constitui em geral uma só celebração com o Batismo, formando com este, segundo a expressão de São Cipriano, um “sacramento duplo”. Entre outros motivos, a multiplicação dos batizados de crianças e isto ao longo do ano todo e a multiplicação das paróquias (rurais), (multiplicação) que amplia as dioceses, não permitem mais a presença do Bispo em todas as celebrações batismais. No Ocidente, visto que se deseja reservar ao Bispo a complementação do Batismo, se instaura a separação dos dois sacramentos em dois momentos distintos. O Oriente manteve juntos os dois sacramentos, tanto que a Confirmação é ministrada pelo presbítero que batiza. Todavia, este não o pode fazer senão com o “*mýron*” consagrado por um Bispo.

1291 Um costume da Igreja de Roma facilitou o desenvolvimento da prática ocidental graças a uma dupla unção com o santo crisma depois do Batismo: realizada já pelo presbítero sobre o neófito, ao sair este do banho batismal, ela é terminada por uma segunda unção, feita pelo Bispo na frente de cada um dos novos batizados. A primeira unção com o santo crisma, a que é dada pelo presbítero, permaneceu ligada ao rito batismal; ela significa a participação do batizado nas funções profética, sacerdotal e régia de Cristo. Se o Batismo é conferido a um adulto, há uma só unção pós-batismal, a da Confirmação.

1292 A prática da Igreja do Oriente sublinha mais a unidade da iniciação cristã. A da Igreja latina exprime mais nitidamente a comunhão do novo cristão com seu Bispo, garante e servo da unidade de sua Igreja, de sua catolicidade e de sua apostolicidade, e, com isto, o vínculo com as origens apostólicas da Igreja de Cristo.

II. OS SINAIS E O RITO DA CONFIRMAÇÃO

1293 No rito deste sacramento convém considerar o sinal da unção e aquilo que a unção designa e imprime: o selo espiritual. A unção, no simbolismo bíblico e antigo, é rica de significados: o óleo é sinal de

abundância e de alegria, ele purifica (unção antes e depois do banho) e torna ágil (unção dos atletas e dos lutadores), é sinal de cura, pois ameniza as contusões e as feridas, e faz irradiar beleza, saúde e força.

1294 Todos esses significados da unção com óleo voltam a encontrar-se na vida sacramental. A unção, antes do Batismo, com o óleo dos catecúmenos significa purificação e fortalecimento; a unção dos enfermos exprime a cura e o reconforto. A unção com o santo crisma depois do Batismo, na Confirmação e na Ordenação, é o sinal de uma consagração. Pela Confirmação, os cristãos, isto é, os que são ungidos, participam mais intensamente da missão de Jesus e da plenitude do Espírito Santo, de que Jesus é cumulado, a fim de que toda a vida deles exale "o bom odor de Cristo"

1295 Por esta unção, o confirmando recebe "a marca", o selo do Espírito Santo. O selo é o símbolo da pessoa, sinal de sua autoridade, de sua propriedade sobre um objeto - assim, os soldados eram marcados com o selo de seu chefe, e os escravos, com o de seu proprietário; o selo autentica um ato jurídico ou um documento e o torna eventualmente secreto.

1296 Cristo mesmo se declara marcado com o selo de seu Pai. Também o cristão está marcado por um selo: "Aquele que nos fortalece convosco em Cristo e nos dá a unção é Deus, o qual nos marcou com um selo e colocou em nossos corações o penhor do Espírito" (2Cor 1,21-22; Cf Ef 1,13; 4,30). Este selo do Espírito Santo marca a pertença total a Cristo, o colocar-se a seu serviço, para sempre, mas também a promessa da proteção divina na grande prova escatológica.

A CELEBRAÇÃO DA CONFIRMAÇÃO

1297 Um momento importante que antecede a celebração da Confirmação, mas que, de certo modo, faz parte dela, é a consagração do santo crisma. É o Bispo que, na Quinta-feira Santa, durante a missa do crisma, consagra o santo crisma para toda a sua diocese. Nas Igrejas do Oriente, esta consagração é até reservada ao patriarca:

A liturgia de Antioquia exprime assim a epiclesse da consagração do santo crisma (mýron): [Pai... enviai o vosso Espírito Santo] sobre nós e sobre este óleo que está diante de nós e consagrai-o, a fim de que seja para todos os que forem ungidos e marcados por ele: mýron santo, mýron sacerdotal, mýron régio, unção de alegria, a veste da luz, o manto da salvação, o dom espiritual, a santificação das almas e dos corpos, a felicidade imperecível, o selo indelével, o escudo da fé e o capacete terrível contra todas as obras do adversário

1298 Quando a Confirmação é celebrada em separado do Batismo, como ocorre no rito romano, a liturgia do sacramento começa com a renovação das promessas do Batismo e com a profissão de fé dos confirmandos. Assim aparece com clareza que a Confirmação se situa na seqüência do Batismo. Quando um adulto é batizado, recebe imediatamente a Confirmação e participa da Eucaristia [Cf CIC cânone 866].

1299 No rito romano, o Bispo estende as mãos sobre o conjunto dos confirmandos, gesto que, desde o tempo dos Apóstolos, é o sinal do dom do Espírito. Cabe ao Bispo invocar a efusão do Espírito: Deus Todo-Poderoso, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que pela água e pelo Espírito Santo fizestes renascer estes vossos servos, libertando-os do pecado, enviai-lhes o Espírito Santo Paráclito; dai-lhes, Senhor, o espírito de sabedoria e inteligência, o espírito de conselho e fortaleza, o espírito da ciência e piedade - e enchei-os do espírito de vosso temor. Por Cristo Nosso Senhor.

1300 Segue-se o rito essencial do sacramento. No rito latino, "o sacramento da Confirmação é conferido pela unção do santo crisma na frente, feita com a imposição da mão, e por estas palavras: *'Accipe signaculum doni Spiritus Sancti, 'N*, recebe, por este sinal, o selo do Espírito Santo, o dom de Deus. Nas Igrejas orientais de rito bizantino, a unção do $\mu\tau\sigma\varsigma$ faz-se depois de uma oração de epiclesse sobre as partes mais significativas do corpo: a frente, os olhos, o nariz, os ouvidos, os lábios, o peito, as costas, as mãos e os pés, sendo cada unção acompanhada da fórmula: "Sf $\tau\alpha\tau\delta\epsilon\tau\epsilon\mu\alpha\tau\sigma\varsigma$ ", "Selo do dom do Espírito Santo".

1301 O ósculo da paz, que encerra o rito do sacramento, significa e manifesta a comunhão eclesial com o Bispo e com todos os fiéis.

III. OS EFEITOS DA CONFIRMAÇÃO

1302 Da celebração ressalta que o efeito do sacramento da Confirmação é a efusão especial do Espírito Santo, como foi outorgado outrora aos apóstolos no dia de Pentecostes.

1303 Por isso, a confirmação produz crescimento e aprofundamento da graça batismal:

- ü enraiza-nos mais profundamente na filiação divina, que nos faz dizer “Abbá, Pai” (Rm 8,15),
- ü une-nos mais solidamente a Cristo;
- ü aumenta em nós os dons do Espírito Santo;
- ü torna mais perfeita nossa vinculação com a Igreja;
- ü dá-nos uma força especial do Espírito Santo para difundir e defender a fé pela palavra e pela ação, como verdadeiras testemunhas de Cristo, para confessar com valentia o nome de Cristo e para nunca sentir vergonha em relação à cruz:

Lembra-te, portanto, de que recebeste o sinal espiritual, o Espírito de sabedoria e de inteligência, o Espírito de conselho e força, o Espírito de conhecimento e de piedade, o Espírito do santo temor, e conserva o que recebeste. Deus Pai te marcou com seu sinal, Cristo Senhor te confirmou e colocou em teu coração o penhor do Espírito.

1304 Como o Batismo, do qual é consumação, a Confirmação é dada uma só vez, pois imprime na alma uma marca espiritual indelével, o “caráter”, que é o sinal de que Jesus Cristo assinalou um cristão com o selo de seu Espírito, revestindo-o da força do alto para ser sua testemunha.

1305 O “caráter” aperfeiçoa o sacerdócio comum dos fiéis, recebido no Batismo, e “o confirmado recebe o poder de confessar a fé de Cristo publicamente, e como que em virtude de um ofício (quasi ex officio)”.

IV. QUEM PODE RECEBER ESTE SACRAMENTO?

1306 Todo batizado ainda não confirmado pode e deve receber o sacramento da Confirmação. Pelo fato de o Batismo, a Confirmação e a Eucaristia formarem uma unidade, segue-se que “os fiéis têm a obrigação de receber tempestivamente esse sacramento”, pois sem a Confirmação e a Eucaristia, o sacramento do Batismo é sem dúvida válido e eficaz, mas a iniciação cristã permanece inacabada.

1307 O costume latino há séculos indica “a idade da razão” como ponto de referência para receber a Confirmação. Todavia, em perigo de morte deve-se confirmar as crianças, mesmo que ainda não tenham atingido o uso da razão.

1308 Se às vezes se fala da Confirmação como o “sacramento da maturidade cristã”, nem por isso se deve confundir a idade adulta da fé com a idade adulta do crescimento natural, nem esquecer que a graça batismal é uma graça de eleição gratuita e imerecida que não precisa de uma “ratificação” para tornar-se efetiva. Santo Tomás recorda isto: A idade do corpo não constitui um prejuízo para a alma. Assim, mesmo na infância, o homem pode receber a perfeição da idade espiritual da qual fala o livro da Sabedoria (4,8): “Velhice venerável não é longevidade, nem é medida pelo número de anos”. Assim é que muitas crianças, graças à força do Espírito Santo que haviam recebido, lutaram corajosamente e até o sangue por Cristo.

1309 A preparação para a Confirmação deve visar conduzir o cristão a uma união mais íntima com Cristo, a uma familiaridade mais intensa com o Espírito Santo, sua ação, seus dons e seus chamados, a fim de poder assumir melhor as responsabilidades apostólicas da vida cristã. Por isso, a catequese da Confirmação se empenhará em despertar o senso da pertença à Igreja de Jesus Cristo, tanto à Igreja universal como à comunidade paroquial. Esta última tem uma responsabilidade peculiar na preparação dos confirmandos.

1310 Para receber a Confirmação é preciso estar em estado de graça. Convém recorrer ao sacramento da Penitência para ser o purificado em vista do dom do Espírito Santo. Uma oração mais intensa deve preparar para receber com docilidade e disponibilidade a força e as graças do Espírito Santo.

1311 Para a Confirmação, como para o Batismo, convém que os candidatos procurem a ajuda espiritual de um padrinho ou de uma madrinha. Convém que seja o mesmo do Batismo, a fim de marcar bem a unidade dos dois sacramentos.

V. O MINISTRO DA CONFIRMAÇÃO

1312 O ministro originário da Confirmação é o Bispo. No Oriente, é normalmente o presbítero batizante que também ministra imediatamente a Confirmação em uma única e mesma celebração. Mas o faz com o santo crisma consagrado pelo patriarca ou pelo Bispo, o que exprime a unidade apostólica da Igreja, cujos vínculos são reforçados pelo sacramento da Confirmação. Na Igreja latina aplica-se a mesma disciplina nos batizados de adultos, ou quando se admite à comunhão plena com a Igreja um batizado de outra comunidade cristã que não recebeu validamente o sacramento da Confirmação

1313 No rito latino, o ministro ordinário da confirmação é o Bispo. Embora o Bispo possa, quando houver necessidade, conceder aos presbíteros a faculdade de administrar a Confirmação, é conveniente que ele mesmo a confira, não esquecendo que é por este motivo que a celebração da Confirmação foi separada temporalmente do Batismo. Os Bispos são os sucessores dos Apóstolos, receberam a plenitude do sacramento da Ordem. A administração deste sacramento pelos Bispos marca bem que ele tem como efeito unir aqueles que o receberam mais intimamente à Igreja, às suas origens apostólicas e à sua missão de dar testemunho de Cristo.

1314 Se um cristão estiver em perigo de morte, todo presbítero pode dar-lhe a Confirmação. Com efeito, a Igreja não quer que nenhum de seus filhos, mesmo se de tenra idade, deixe este mundo sem ter-se tornado perfeito pelo Espírito Santo com o dom da plenitude de Cristo.

RESUMINDO

1315 “Tendo ouvido que a Samaria acolhera a palavra de Deus, os Apóstolos, que estavam em Jerusalém, enviaram-lhes Pedro e João. Estes, descendo até lá, oraram por eles, a fim de que recebessem o Espírito Santo Pois ele ainda não descera sobre nenhum deles, mas somente haviam sido batizados em nome do Senhor Jesus. Então começaram a impor-lhes as mãos, e eles recebiam o Espírito Santo” (At 8,14-17).

1316 A Confirmação aperfeiçoa a graça batismal; é o sacramento que dá o Espírito Santo para enraizar-nos mais profundamente na filiação divina, incorporar-nos mais firmemente a Cristo, tornar mais sólida a nossa vinculação com a Igreja, associar-nos mais à sua missão e ajudar-nos a dar testemunho da fé cristã pela palavra, acompanhada das obras.

1317 A Confirmação, como o Batismo, imprime na alma do cristão um sinal espiritual ou caráter indelével; razão pela qual só se pode receber este sacramento uma vez na vida.

1318 No Oriente, este sacramento é administrado imediatamente depois do Batismo; é seguido da participação na Eucaristia, tradição que põe em destaque a unidade dos três sacramentos da iniciação cristã. Na Igreja latina administra-se este sacramento quando se atinge a idade da razão, e normalmente se reserva sua celebração ao Bispo, significando assim que este sacramento corrobora o vínculo eclesial

1319 Um candidato à Confirmação que tiver atingido a idade da razão deve professar a fé, estar em estado de graça, ter a intenção de receber o sacramento e estar preparado para assumir sua função de discípulo e de testemunha de Cristo, na comunidade eclesial e nas ocupações temporais.

1320 O rito essencial da Confirmação é a unção com o santo crisma na frente do batizado (no Oriente, também sobre outros órgãos dos sentidos), com a imposição da mão do ministro e as palavras: “*Accipe signaculum doni Spiritus Sancti*”, “Recebe, por este sinal, o Dom do Espírito Santo”, no rito romano, e “*Signaculum doni Spiritus Sancti*”, “Selo do dom do Espírito Santo”, no rito bizantino.

1321 Quando a Confirmação é celebrada em separado do Batismo, sua vinculação com este é expressa, entre outras coisas, pela renovação dos compromissos batismais. A celebração da confirmação no decurso da Eucaristia contribui para sublinhar a unidade dos sacramentos da iniciação cristã.

A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO CRISTÃO

ARTIGO 3

O SACRAMENTO DA EUCARISTIA

1322 A santa Eucaristia conclui a iniciação cristã. Os que foram elevados à dignidade do sacerdócio régio pelo Batismo e configurados mais profundamente a Cristo pela Confirmação, estes, por meio da Eucaristia, participam com toda a comunidade do próprio sacrifício do Senhor.

1323 “Na última ceia, na noite em que foi entregue, nosso Salvador instituiu o Sacrifício Eucarístico de seu Corpo e Sangue. Por ele, perpetua pelos séculos, até que volte, o sacrifício da cruz, confiando destarte à Igreja, sua diletta esposa, o memorial de sua morte e ressurreição: sacramento da piedade, sinal da unidade, vínculo da caridade, banquete pascal em que Cristo é recebido como alimento, o espírito é cumulado de graça e nos é dado o penhor da glória futura.”

I. A EUCARISTIA - FONTE E ÁPICE DA VIDA ECLESIAL

1324 A Eucaristia é “fonte e ápice de toda a vida cristã”. “Os demais sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Pois a santíssima Eucaristia contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, o próprio Cristo, nossa Páscoa.”

1325 “A comunhão de vida com Deus e a unidade do povo de Deus, pelas quais a Igreja é ela mesma, a Eucaristia as significa e as realiza. Nela está o clímax tanto da ação pela qual, em Cristo, Deus santifica o mundo, como do culto que no Espírito Santo os homens prestam a Cristo e, por ele, ao Pai.”

1326 Finalmente, pela Celebração Eucarística]a nos unimos a liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando Deus ser tudo em todos (1Cor 15,28).

1327 Em sua palavra, a Eucaristia é o resumo e a suma de nossa fé: “Nossa maneira de pensar concorda com a Eucaristia, e a Eucaristia, por sua vez, confirma nossa maneira de pensar”.

II. COMO SE CHAMA ESTE SACRAMENTO?

1328 A riqueza inesgotável deste sacramento exprime-se nos diversos nomes que lhe são dados. Cada uma destas designações evoca alguns de seus aspectos. Ele é chamado: Eucaristia, porque é ação de graças a Deus. As palavras “eucharistein” (Lc 22,19; 1 Cor 11,24) e “eulogein” (Mt 26,26; Mc 14,22) lembram as bênçãos judaicas que proclamam sobretudo durante a refeição as obras de Deus: a criação, a redenção e a santificação.

1329 Ceia do Senhor, pois se trata da ceia que o Senhor fez com seus discípulos na véspera de sua paixão, e da antecipação da ceia das bodas do Cordeiro na Jerusalém celeste.

Fração do Pão, porque este rito, próprio da refeição judaica, foi utilizado por Jesus quando abençoava e distribuía o pão como presidente da mesa, sobretudo por da ocasião. Última Ceia. É por este gesto que os discípulos o reconhecerão após a ressurreição, e é com esta expressão que os primeiros cristãos designarão suas assembléias eucarísticas.

Com isso querem dizer que todos os que comem do único pão partido, Cristo, entram em comunhão com ele e já não formam senão um só corpo nele.

Assembléia eucarística (synaxis, pronuncie “sináxis”), porque a Eucaristia é celebrada na assembléia dos fiéis, expressão visível da Igreja.

1330 Memorial da Paixão e da Ressurreição do Senhor. Santo Sacrifício, porque atualiza o único sacrifício de Cristo Salvador e inclui a oferenda da Igreja; ou também santo sacrifício da Missa, “sacrifício de louvor” (Hb 13,15), sacrifício espiritual, sacrifício puro e santo, pois realiza e supera todos os sacrifícios da Antiga Aliança.

Santa e divina Liturgia, porque toda a liturgia da Igreja encontra seu centro e sua expressão mais densa na celebração deste sacramento; é no mesmo sentido que se chama também celebração dos Santos Mistérios. Fala-se também do Santíssimo Sacramento, porque é o sacramento dos sacramentos. Com esta denominação designam-se as espécies eucarísticas guardadas no tabernáculo.

1331 Comunhão, porque é por este sacramento que nos unimos a Cristo, que nos toma participantes de seu Corpo e de seu Sangue para formarmos um só corpo; denomina-se ainda as “coisas santas: ta hagia (pronuncia-se “ta háguia” e significa “coisas santas”); sancta (coisas santas” este é o sentido primeiro da “comunhão dos santos” de que fala o Símbolo dos Apóstolos pão dos anjos, pão do céu, remédio de imortalidade[ag29] , viático...

1332 Santa [§30] Missa, porque a liturgia na qual se realizou o mistério da salvação termina com o envio dos fiéis (“missio”: missão, envio) para que cumpram a vontade de Deus em sua vida cotidiana.

III. A EUCARISTIA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

OS SINAIS DO PÃO E DO VINHO

1333 Encontram-se no cerne da celebração da Eucaristia o pão e o vinho, os quais, pelas palavras de Cristo e pela invocação do Espírito Santo, se tornam o Corpo e o Sangue de Cristo. Fiel à ordem do Senhor, a Igreja continua fazendo, em sua memória, até a sua volta gloriosa, o que ele fez na véspera de sua paixão: “Tomou o pão...” “Tomou o cálice cheio de vinho...” Ao se tomarem misteriosamente o Corpo e o Sangue de Cristo, os sinais do pão e do vinho continuam a significar também a bondade da criação. Assim, no ofertório damos graças ao Criador pelo pão e pelo vinho, fruto “do trabalho do homem”, mas antes “fruto da terra” e “da videira”, dons do Criador. A Igreja vê neste gesto de Melquisedec, rei e sacerdote, que “trouxe pão e vinho” (Gn 14,18), uma prefiguração de sua própria oferta.

1334 Na antiga aliança, o pão e o vinho são oferecidos em sacrifício entre as primícias da terra, em sinal de reconhecimento ao Criador. Mas eles recebem também um novo significado no contexto do êxodo: os pães ázimos que Israel come cada ano na Páscoa comemoram a pressa da partida libertadora do Egito; a recordação do maná do deserto há de lembrar sempre a Israel que ele vive do pão da Palavra de Deus. Finalmente, o pão de todos os dias é o fruto da Terra Prometida, penhor da fidelidade de Deus às suas promessas. O “cálice de bênção” (1Cor 10,16), no fim da refeição pascal dos judeus, acrescenta à alegria festiva do vinho uma dimensão escatológica: da espera messiânica do restabelecimento de Jerusalém. Jesus instituiu sua Eucaristia dando um sentido novo e definitivo à bênção do Pão e do Cálice.

1335 O milagre da multiplicação dos pães, quando o Senhor proferiu a bênção, partiu e distribuiu os pães a seus discípulos para alimentar a multidão, prefigura a superabundância deste único pão de sua Eucaristia. O sinal da água transformada em vinho em Caná já anuncia a hora da glorificação de Jesus. Manifesta a realização da ceia das bodas no Reino do Pai, onde os fiéis beberão o vinho novo, transformado no Sangue de Cristo.

1336 O primeiro anúncio da Eucaristia dividiu os discípulos, assim como o anúncio da paixão os escandalizou: “Essa palavra é dura! Quem pode escutá-la?” (Jo 6,60). A Eucaristia e a cruz são pedras de tropeço. É o mesmo mistério, e ele não cessa de ser ocasião de divisão. “Vós também quereis ir embora?” (Jo 6,67). Esta pergunta do Senhor ressoa através dos séculos como convite de seu amor a descobrir que só Ele tem “as palavras da vida eterna” (Jo 6,68) e que acolher na fé o dom de sua Eucaristia é acolher a Ele mesmo.

A INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

1337 Tendo amado os seus, o Senhor amou-os até o fim. Sabendo que chegara a hora de partir deste mundo para voltar a seu Pai, no decurso de uma refeição lavou-lhes os pés e deu-lhes o mandamento do amor. Para deixar-lhes uma garantia deste amor, para nunca afastar-se dos seus e para fazê-los participantes de sua Páscoa, instituiu a Eucaristia como memória de sua morte e de sua ressurreição, e ordenou a seus apóstolos que a celebrassem até a sua volta, “constituindo-os então sacerdotes do Novo Testamento”.

1338 Os três Evangelhos sinópticos e São Paulo nos transmitiram o relato da instituição da Eucaristia; por sua vez, São João nos relata as palavras de Jesus na sinagoga de Cafarnaum, palavras que preparam a instituição da Eucaristia: Cristo designa-se como o pão da vida, descido do Céu.

1339 Jesus escolheu o tempo da Páscoa para realizar o que tinha anunciado em Cafarnaum: dar a seus discípulos seu Corpo e seu Sangue: Veio o dia dos ázimos, quando devia ser imolada a páscoa. Jesus enviou então Pedro e João, dizendo: “Ide preparar-nos a Páscoa para comermos” ... Eles foram (...) e prepararam a Páscoa. Quando chegou a hora, ele se pôs à mesa com seus apóstolos e disse-lhes: “Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco antes de sofrer; pois eu vos digo que já não a comerei até que ela se cumpra no Reino de Deus”... E tomou um pão, deu graças, partiu-o e distribuiu-o a eles dizendo: “Isto é o meu corpo que é dado por vós. Fazei isto em minha memória”. E, depois de comer, fez o mesmo com o cálice dizendo: “Este cálice é a nova aliança em meu sangue, que é derramado em favor de vós” (Lc 22,7-20).

1340 Ao celebrar a última Ceia com seus apóstolos durante a refeição pascal, Jesus deu seu sentido definitivo à páscoa judaica. Com efeito, a passagem de Jesus a seu Pai por sua Morte e sua Ressurreição, a Páscoa nova, é antecipada na ceia e celebrada na Eucaristia que realiza a Páscoa judaica e antecipa a Páscoa final da Igreja na glória do Reino.

"FAZEI ISTO EM MEMÓRIA DE MIM"

1341 O mandamento de Jesus de repetir seus gestos e suas palavras "até que ele volte" não pede somente que se recorde de Jesus e do que ele fez. Visa á celebração litúrgica, pelos apóstolos e seus sucessores, do memorial de Cristo, de sua vida, de sua Morte, de sua Ressurreição e de sua intercessão junto ao Pai.

1342 Desde o início, a Igreja foi fiel ao mandato do Senhor. Da Igreja de Jerusalém se diz: Eles eram perseverantes ao ensinamento dos Apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações. (...) Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no templo e partiam o pão pelas casas, tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração (At 2,42.46).

1343 Era sobretudo "no primeiro dia da semana", isto é, no domingo, o dia da Ressurreição de Jesus, que os cristãos se reuniam "para partir o pão" (At 20,7). Desde aqueles tempos até os nossos dias, a celebração da Eucaristia perpetuou-se, de sorte que hoje a encontramos em toda parte na Igreja, com a mesma estrutura fundamental. Ela continua sendo o centro da vida da Igreja.

1344 Assim, de celebração em celebração, anunciando o Mistério Pascal de Jesus "até que ele venha" (1 Cor 11,26), o povo de Deus em peregrinação "avança pela porta estreita da cruz[ag52] " em direção ao banquete celeste, quando todos os eleitos se sentarão à mesa do Reino.

IV. A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA DA EUCARISTIA

A MISSA DE TODOS OS SÉCULOS

1345 Desde o século II temos o testemunho de S. Justo Mártir sobre as grandes linhas do desenrolar da Celebração Eucarística, que permaneceram as mesmas até os nossos dias para todas as grandes famílias litúrgicas. Assim escreve, pelo ano de 155, para explicar ao imperador pagão Antonino Pio (138-161) o que os cristãos fazem:

“No dia 'do Sol', como é chamado, reúnem-se num mesmo lugar os habitantes, quer das cidades, quer dos campos. Lêem-se, na medida em que o tempo o permite, ora os comentários dos Apóstolos, ora os escritos dos Profetas. Depois, quando o leitor terminou, o que preside toma a palavra para aconselhar e exortar à imitação de tão sublimes ensinamentos. A seguir, pomonos todos de pé e elevamos nossas preces por nós mesmos (...) e por todos os outros, onde quer que estejam, a fim de sermos de fato justos por nossa vida e por nossas ações, e fiéis aos mandamentos, para assim obtermos a salvação eterna.

Quando as orações terminaram, saudamo-nos uns aos outros com um ósculo. Em seguida, leva-se àquele que preside aos irmãos pão e um cálice de água e de vinho misturados.

Ele os toma e faz subir louvor e glória ao Pai do universo, no nome do Filho e do Espírito Santo e rende graças (em grego: eucharístia, que significa 'ação de graças' longamente pelo fato de termos sido julgados dignos destes dons.

Terminadas as orações e as ações de graças, todo o povo presente prorrompe numa aclamação dizendo: Amém.

Depois de o presidente ter feito a ação de graças e o povo ter respondido, os que entre nós se chamam diáconos distribuem a todos os que estão presentes pão, vinho e água 'eucaristizados' e levam (também) aos ausentes”.

1346 A liturgia da Eucaristia desenrola-se segundo uma estrutura fundamental que se conservou ao longo dos séculos até nossos dias. Desdobra-se em dois grandes momentos que formam uma unidade básica:

ü a convocação, a Liturgia da Palavra, com as leituras,

ü a homilia e a oração universal;

ü a Liturgia Eucarística, com a apresentação do pão e do vinho, a ação de graças consecratória e a comunhão.

Liturgia da Palavra e Liturgia Eucarística constituem juntas “um só e mesmo ato do culto”; com efeito, a mesa preparada para nós na Eucaristia é ao mesmo tempo a da Palavra de Deus e a do Corpo do Senhor.

1347 Por acaso não é exatamente esta a seqüência da Ceia Pascal de Jesus ressuscitado com seus discípulos? Estando a caminho, explicou-lhes as Escrituras, e em seguida, colocando-se à mesa com eles, “tomou o pão, abençoou-o, depois partiu-o e distribuiu-o a eles”.

A SEQÜÊNCIA DA CELEBRAÇÃO

1348 Todos se reúnem. Os cristãos acorrem a um mesmo lugar para a Assembléia Eucarística, encabeçados pelo próprio Cristo, que é o ator principal da Eucaristia. Ele é o sumo sacerdote da Nova Aliança. É ele mesmo quem preside invisivelmente toda Celebração Eucarística. É representando-o que o Bispo ou o presbítero (agindo “em representação de Cristo-Cabeça”) preside a assembléia, toma a palavra depois das leituras, recebe as oferendas e profere a oração eucarística. Todos têm sua parte ativa na celebração, cada um a seu modo: os

leitores, os que trazem as oferendas, os que dão a comunhão e todo o povo, cujo Amém manifesta a participação.

1349 A Liturgia da Palavra comporta “os escritos dos profetas”, isto é, o Antigo Testamento, e “as memórias dos Apóstolos”, isto é, as epístolas e os Evangelhos; depois da homilia, que exorta a acolher esta palavra como ela verdadeiramente é, isto é, como Palavra de Deus, e a pô-la em prática, vêm as intercessões por todos os homens, de acordo com a palavra do Apóstolo: “Eu recomendo, pois, antes de tudo, que se façam pedidos, orações, súplicas e ações de graças por todos os homens, pelos reis e todos os que detêm a autoridade” (1Tm 2,1-2).

1350 A apresentação das oferendas (o ofertório): trazem-se então ao altar, por vezes em procissão, o pão e o vinho que serão oferecidos pelo sacerdote em nome de Cristo no Sacrifício Eucarístico e ali se tornarão o Corpo e o Sangue de Cristo. Este é o próprio gesto de Cristo na última ceia, “tomando pão e um cálice”. “Esta oblação, só a Igreja a oferece, pura, ao Criador, oferecendo-lhe com ação de graças o que provém de sua criação. A apresentação das oferendas ao altar assume o gesto de Melquisedec e entrega os dons do Criador nas mãos de Cristo. E ele que, em seu sacrifício, leva à perfeição todos os intentos humanos de oferecer sacrifícios.

1351 Desde os inícios, os cristãos levam, com o pão e o vinho para a Eucaristia, seus dons para repartir com os que estão em necessidade. Este costume da coleta, sempre atual, inspira-se no exemplo de Cristo que se fez pobre para nos enriquecer: Os que possuem bens em abundância e o desejam, dão livremente o que lhes parece bem, e o que se recolhe é entregue àquele que preside. Este socorre os órfãos e viúvas e os que, por motivo de doença ou qualquer outra razão, se encontram em necessidade, assim como os encarcerados e os imigrantes; numa palavra, ele socorre todos os necessitados.

1352 A anáfora. Com a Oração Eucarística, oração de ação de graças e de consagração, chegamos ao coração e ao ápice da celebração. No prefácio, a Igreja rende graças ao Pai, por Cristo, no Espírito Santo, por todas as suas obras, pela criação, a redenção, a santificação. Toda a comunidade junta-se então a este louvor incessante que a Igreja celeste, os anjos e todos os santos cantam ao Deus três vezes santo.

1353 Na epiclese ela pede ao Pai que envie seu Espírito Santo (ou o poder de sua bênção sobre o pão e o vinho, para que se tornem, por seu poder, o Corpo e o Sangue de Jesus Cristo, e para que aqueles que tomam parte na Eucaristia sejam um só corpo e um só espírito (certas tradições litúrgicas colocam a epiclese depois da anamnese). No relato da instituição, a força das palavras e da ação de Cristo e o poder do Espírito Santo tornam sacramentalmente presentes, sob as espécies do pão e do vinho, o Corpo e o Sangue de Cristo, seu sacrifício oferecido na cruz uma vez por todas.

1354 Na anamnese que segue, a Igreja faz memória da Paixão, da Ressurreição e da volta gloriosa de Cristo Jesus; ela apresenta ao Pai a oferenda de seu Filho que nos reconcilia com ele.

Nas intercessões, a Igreja exprime que a Eucaristia é celebrada em comunhão com toda a Igreja do céu e da terra, dos vivos e dos falecidos, e na comunhão com os pastores da Igreja, o Papa, o Bispo da diocese, seu presbitério e seus diáconos, e todos os Bispos do mundo inteiro com suas igrejas.

1355 Na comunhão, precedida pela oração do Senhor e pela fração do pão, os fiéis recebem “o pão do céu” e “o cálice da salvação”, o Corpo e o Sangue de Cristo, que se entregou “para a vida do mundo” (Jo 6,51): Porque este pão e este vinho foram, segundo a antiga expressão, “eucaristizados”, “chamamos este alimento de Eucaristia, e a ninguém é permitido participar na Eucaristia senão àquele que admitindo como verdadeiros os nossos ensinamentos e tendo sido purificado pelo Batismo para a remissão dos pecados e para o novo nascimento, levar uma vida como Cristo ensinou”.

V. O SACRIFÍCIO SACRAMENTAL: AÇÃO DE GRAÇAS, MEMORIAL, PRESENÇA

1356 Se os cristãos celebram a Eucaristia desde as origens, e sob uma forma que, em sua substância, não sofreu alteração através da grande diversidade dos tempos e das liturgias, é porque temos consciência de estar nos ligados ao mandato do Senhor, dado na véspera de sua paixão: "Fazei isto em memória de mim" (1 Cor 11,24-25).

1357 Cumprimos esta ordem do Senhor celebrando o memorial de seu sacrifício. Ao fazermos isto, oferecemos ao Pai o que ele mesmo nos deu: os dons de sua criação, o pão e o vinho, que pelo poder do Espírito Santo e pelas palavras de Cristo se tornaram o Corpo e o Sangue de Cristo, o qual, assim, se torna real e misteriosamente presente.

1358 Por isso, temos de considerar a Eucaristia:

- ü como ação de graças e louvor ao Pai;
- ü como memorial sacrificial de Cristo e de seu corpo;
- ü como presença de Cristo pelo poder de sua palavra e de seu Espírito.

A AÇÃO DE GRAÇAS E O LOUVOR AO PAI

1359 A Eucaristia, sacramento de nossa salvação realizada por Cristo na cruz, é também um sacrifício de louvor em ação de graças pela obra da criação. No sacrifício eucarístico, toda a criação amada por Deus é apresentada ao Pai por meio da Morte e da Ressurreição de Cristo. Por Cristo, a Igreja pode oferecer o sacrifício de louvor em ação de graças por tudo o que Deus fez de bom, de belo e de justo na criação e na humanidade.

1360 A Eucaristia é um sacrifício de ação de graças ao Pai, unia bênção pela qual a Igreja exprime seu reconhecimento a Deus por todos os seus benefícios, por tudo o que ele realizou por meio da criação, da redenção e da santificação. Eucaristia significa, primeiramente, "ação de graças".

1361 A Eucaristia é também o sacrifício de louvor por meio do qual a Igreja canta a glória de Deus em toda a criação. Este sacrifício de louvor só é possível através de Cristo: Ele une os fiéis à sua pessoa, ao seu louvor e à sua intercessão, de sorte que o sacrifício de louvor ao Pai é oferecido por Cristo e com ele para ser aceito nele.

O MEMORIAL SACRIFICIAL DE CRISTO E DE SEU CORPO. A IGREJA

1362 A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, a atualização e a oferta sacramental de seu único sacrifício na liturgia da Igreja, que é o corpo dele. Em todas as orações eucarísticas encontramos, depois das palavras da instituição, uma oração chamada anamnese ou memorial.

1363 No sentido da Sagrada Escritura, o memorial não é somente a lembrança dos acontecimentos do passado, mas a proclamação das maravilhas que Deus realizou por todos os homens[ag80]. A celebração litúrgica desses acontecimentos toma-os de certo modo presentes e atuais. É desta maneira que Israel entende sua libertação do Egito: toda vez que é celebrada a Páscoa, os acontecimentos do êxodo tomam-se presentes à memória dos crentes, para que estes conformem sua vida a eles.

1364 O memorial recebe um sentido novo no Novo Testamento. Quando a Igreja celebra a Eucaristia, rememora a páscoa de Cristo, e esta se torna presente: o sacrifício que Cristo ofereceu uma vez por todas na cruz torna-se sempre atual: "Todas as vezes que se celebra no altar o sacrifício da cruz, pelo qual Cristo nessa páscoa foi imolado, efetua-se a obra de nossa redenção."

1365 Por ser memorial da páscoa de Cristo, a Eucaristia é também um sacrifício. O caráter sacrificial da Eucaristia é manifestado nas próprias palavras da instituição: "Isto é o meu Corpo que será entregue por vós", e "Este cálice é a nova aliança em meu Sangue, que vai ser

derramado por vós” (Lc 22,19-20). Na Eucaristia, Cristo dá este mesmo corpo que, entregou por nós na cruz, o próprio sangue que “derramou por muitos para remissão dos pecados” (Mt 26,28).

1366 A Eucaristia é, portanto, um sacrifício porque representa (toma presente) o Sacrifício da Cruz, porque dele é memorial e porque aplica seus frutos: [Cristo] nosso Deus e Senhor ofereceu-se a si mesmo a Deus Pai uma única vez, morrendo como intercessor sobre o altar da cruz, a fim de realizar por eles (os homens) uma redenção eterna. Todavia, como sua morte não devia pôr fim ao seu sacerdócio (Hb 7,24.27), na última ceia, “na noite em que foi entregue (1 Cor 11,13), quis deixar à Igreja, sua esposa muito amada, um sacrifício visível (como o reclama a natureza humana) em que seria representado (feito presente) o sacrifício cruento que ia realizar-se uma vez por todas uma única vez na cruz, sacrifício este cuja memória haveria de perpetuar-se até o fim dos séculos (I Cor 11,23) e cuja virtude salutar haveria de aplicar-se à remissão dos pecados que cometemos cada dia.

1367 O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são um único sacrifício: “É uma só e mesma vítima, é o mesmo que oferece agora pelo ministério dos sacerdotes, que se ofereceu a si mesmo então na cruz. Apenas a maneira de oferecer difere”. “E porque neste divino sacrifício que se realiza na missa, este mesmo Cristo, que se ofereceu a si mesmo uma vez de maneira cruenta no altar da cruz, está contido e é imolado de maneira incruenta, este sacrifício é verdadeiramente propiciatório”.

1368 A Eucaristia é também o sacrifício da Igreja. A Igreja, que é o corpo de Cristo, participa da oferta de sua Cabeça. Com Cristo, ela mesma é oferecida inteira. Ela se une à sua intercessão junto ao Pai por todos os homens. Na Eucaristia, o sacrifício de Cristo se torna também o sacrifício dos membros de seu Corpo. A vida dos fiéis, seu louvor, seu sofrimento, sua oração, seu trabalho são unidos aos de Cristo e à sua oferta total, e adquirem assim um valor novo. O sacrifício de Cristo, presente sobre o altar, dá a todas as gerações de cristãos a possibilidade de estarem unidos à sua oferta. Nas catacumbas, a Igreja é muitas vezes representada como uma mulher em oração, com os braços largamente abertos em atitude de orante. Como Cristo que estendeu os braços na cruz, ela se oferece e intercede por todos os homens, por meio dele, com ele e nele.

1369 A Igreja inteira está unida à oferta e à intercessão de Cristo. Encarregado do ministério de Pedro na Igreja, o Papa está associado a cada celebração da Eucaristia em que ele é mencionado como sinal e servidor da unidade da Igreja universal. O Bispo do lugar é sempre responsável pela Eucaristia, mesmo quando é presidida por um presbítero; seu nome é nela pronunciado para significar que é ele quem preside a Igreja particular, em meio ao presbitério e com a assistência dos diáconos. A comunidade intercede assim por todos os ministros que, por ela e com ela, oferecem o Sacrifício Eucarístico: Que se considere legítima só esta Eucaristia que se faz sob a presidência do Bispo ou daquele a quem este encarregou. É pelo ministério dos presbíteros que se consuma o sacrifício espiritual dos fiéis, em união com o sacrifício de Cristo, único mediador, oferecido em nome de toda a Igreja na Eucaristia pelas mãos dos presbíteros, de forma incruenta e sacramenta até que o próprio Senhor venha.

1370 À oferta de Cristo unem-se não somente os membros que estão ainda na terra, mas também os que já estão na glória do céu: é em comunhão com a santíssima Virgem Maria e fazendo memória dela, assim como de todos os santos e santas, que a Igreja oferece o Sacrifício Eucarístico. Na Eucaristia, a Igreja, com Maria, está como que ao pé da cruz, unida à oferta e à intercessão de Cristo.

1371 O Sacrifício Eucarístico é também oferecido pelos fiéis defuntos “que morreram em Cristo e não estão ainda plenamente purificados”, para que possam entrar na luz e na paz de Cristo:

Enterrai este corpo onde quer que seja! Não tendes nenhuma preocupação por ele! Tudo o que vos peço é que vos lembreis de mim no altar do Senhor onde quer que estejais.

Em seguida, oramos [na anáfora] pelos santos padres e Bispos que faleceram, e em geral por todos os que adormeceram antes de nós acreditando que haverá muito grande benefício

para as almas, em favor das quais a súplica é oferecida, enquanto se encontra presente a santa e tão temível vítima. (...) Ao apresentarmos a Deus nossas súplicas pelos que adormeceram, ainda que fossem pecadores, nós (...) apresentamos o Cristo imolado por nossos pecados, tomando propício, para eles e para nós, o Deus amigo dos homens.

1372 Santo Agostinho resumiu admiravelmente esta doutrina que nos incita a uma participação cada vez mais completa no sacrifício de nosso redentor, que celebramos na Eucaristia:

Esta cidade remida toda inteira, isto é, a assembléia e a sociedade dos santos, é oferecida a Deus como um sacrifício universal pelo Sumo Sacerdote que, sob a forma de escravo, chegou a ponto de oferecer-se por nós em sua paixão, para fazer de nós o corpo de uma Cabeça tão grande. (...) Este é o sacrifício dos cristãos: "Em muitos, ser um só corpo em Cristo" (Rm 12,5). E este sacrifício, a Igreja não cessa de reproduzi-lo no sacramento do altar bem conhecido pelos fiéis, onde se vê que naquilo que oferece, se oferece a si mesma.

A PRESENÇA DE CRISTO PELO PODER DE SUA PALAVRA E DO ESPÍRITO SANTO

1373 "Cristo Jesus, aquele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, aquele que está à direita de Deus e que intercede por nós" (Rm 8,34), está presente de múltiplas maneiras em sua Igreja): em sua Palavra, na oração de sua Igreja, "lá onde dois ou três estão reunidos em meu nome" (Mt 18,20), nos pobres, nos doentes, nos presos, em seus sacramentos, dos quais ele é o autor, no sacrifício da missa e na pessoa do ministro. Mas "sobretudo (está presente) sob as espécies eucarísticas".

1374 O modo de presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é único. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz com que ela seja "como que o coroamento da vida espiritual e o fim ao qual tendem todos os sacramentos". No santíssimo sacramento da Eucaristia estão "contidos verdadeiramente, realmente e substancialmente o Corpo e o Sangue juntamente com a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, o Cristo todo" . "Esta presença chama-se 'real' não por exclusão, como se as outras não fossem 'reais', mas por antonomásia, porque é substancial e porque por ela Cristo, Deus e homem, se toma presente completo."

1375 É pela conversão do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo que este se torna presente em tal sacramento. Os Padres da Igreja afirmaram com firmeza a fé da Igreja na eficácia da Palavra de Cristo e da ação do Espírito Santo para operar esta conversão. Assim, São João Crisóstomo declara: Não é o homem que faz com que as coisas oferecidas se tomem Corpo e Sangue de Cristo, mas o próprio Cristo, que foi crucificado por nós. O sacerdote, figura de Cristo, pronuncia essas palavras, mas sua eficácia e a graça são de Deus. Isto é o meu Corpo, diz ele. Estas palavras transformam as coisas oferecidas.

E Santo Ambrósio afirma acerca desta conversão:

Estejamos bem persuadidos de que isto não é o que a natureza formou, mas o que a bênção consagrou, e que a força da bênção supera a da natureza, pois pela bênção a própria natureza mudada. Por acaso a palavra de Cristo, que conseguiu fazer do nada o que não existia, não poderia mudar as coisas existentes naquilo que ainda não eram? Pois não é menos dar às coisas a sua natureza primeira do que mudar a natureza delas.

1376 O Concílio de Trento resume a fé católica ao declarar "Por ter Cristo, nosso Redentor, dito que aquilo que oferecia sob a espécie do pão era verdadeiramente seu Corpo, sempre se teve na Igreja esta convicção, que O santo Concílio declara novamente: pela consagração do pão e do vinho opera-se a mudança de toda a substância do pão na substância do Corpo de Cristo Nosso Senhor e de toda a substância do vinho na substância do seu Sangue; esta mudança, a Igreja católica denominou-a com acerto e exatidão transubstanciação".

1377 A presença eucarística de Cristo começa no momento da consagração e dura também enquanto subsistirem as espécies eucarísticas. Cristo está presente inteiro em cada uma das espécies e inteiro em cada uma das partes delas, de maneira que a fração do pão não divide o Cristo.

1378 O culto da Eucaristia. Na liturgia da missa, exprimimos nossa fé na presença real de Cristo sob as espécies do pão e do vinho, entre outras coisas, dobrando os joelhos, ou inclinándonos profundamente em sinal de adoração do Senhor. "A Igreja católica professou e professa este culto de adoração que é devido ao sacramento da Eucaristia não somente durante a Missa, mas também fora da celebração dela, conservando com o máximo cuidado com solenidade, levando-as em procissão.

1379 A santa reserva (tabernáculo) era primeiro destinada a guardar dignamente a Eucaristia para que pudesse ser levada, fora da missa, aos doentes e aos ausentes. Pelo aprofundamento da fé na presença real de Cristo em sua Eucaristia, a Igreja tomou consciência do sentido da, adoração silenciosa do Senhor presente sob as espécies eucarísticas. É por isso que o tabernáculo deve ser colocado em um local particularmente digno da igreja; deve ser construído de tal forma que sublinhe e manifeste a verdade da presença real de Cristo no santo sacramento.

1380 É altamente conveniente que Cristo tenha querido ficar presente à sua Igreja desta maneira singular. Visto que estava para deixar os seus em sua forma visível, Cristo quis dar-nos sua presença sacramental; já que ia oferecer-se na cruz para nos salvar, queria que tivéssemos o memorial do amor com o qual nos amou "até o fim" (Jo 13,1), até o dom de sua vida. Com efeito, em sua presença eucarística Ele permanece misteriosamente no meio de nós como aquele que nos amou e que se entregou por nós[ag119] , e o faz sob os sinais que exprimem e comunicam este amor: A Igreja e o mundo precisam muito do culto eucarístico. Jesus nos espera neste sacramento do amor. Não regateemos o tempo para ir encontrá-lo na adoração, na contemplação cheia de fé e aberta a reparar as faltas graves e os delitos do mundo. Que a nossa adoração nunca cesse!

1381 "A presença do verdadeiro Corpo de Cristo e do verdadeiro Sangue de Cristo neste sacramento 'não se pode descobrir pelos sentidos, diz Santo Tomás, mas só com fé, baseada na autoridade de Deus'. Por isso, comentando o texto de São Lucas 22,19 ("Isto é o meu Corpo que será entregue por vós"), São Cirilo declara: 'Não perguntes se é ou não verdade; aceita com fé as palavras do Senhor, porque ele, que é a verdade, não mente':

Com devoção te adoro,
Latente divindade.
Que, sob essas figuras,
Te escondes na verdade;
Meu Coração de pleno
Sujeito a ti, obedece,
Pois que, em te contemplando,
Todo ele desfalece.
A vista, o tato, o gosto,
Certo, jamais te alcança;
Pela audição somente
Te crêem com segurança;
Creio em tudo o que disse
De Deus Filho o Cordeiro.

Nada é mais da verdade
Que tal voz, verdadeiro.

VI. O BANQUETE PASCAL

1382 A missa é ao mesmo tempo e inseparavelmente o memorial sacrificial no qual se perpetua o sacrifício da cruz, e o banquete sagrado da comunhão no Corpo e no Sangue do Senhor. Mas a celebração do Sacrifício Eucarístico está toda orientada para a união íntima dos fiéis com Cristo pela comunhão. Comungar é receber o próprio Cristo que se ofereceu por nós.

1383 O altar, em torno do qual a Igreja está reunida na celebração da Eucaristia, representa os dois aspectos de um mesmo mistério: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isto tanto mais porque o altar cristão é o símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia de seus fiéis, ao mesmo tempo como vítima oferecida por nossa reconciliação e como alimento celeste que se dá a nós. "Com efeito, que é o altar de Cristo senão a imagem do Corpo de Cristo?" - diz Santo Ambrósio; e alhures: "O altar representa o Corpo [de Cristo], e o Corpo de Cristo está sobre o altar". A liturgia exprime esta unidade do sacrifício e da comunhão em muitas orações. Assim, a Igreja de Roma ora em sua anáfora: Nós vos suplicamos que ela seja levada à vossa presença, para que, ao participarmos deste altar, recebendo o Corpo e o Sangue de vosso Filho, sejamos repletos de todas as graças e bênçãos do céu.

"TOMAI E COMEI DELE TODOS VÓS": A COMUNHÃO

1384 O Senhor nos convida insistentemente a recebê-lo no sacramento da Eucaristia: "Em verdade, em verdade, vos digo: se não comerdes a Carne do Filho do homem e não beberdes o seu Sangue, não tereis a vida em vós" (Jo 6,53).

1385 Para responder a este convite, devemos preparar-nos para este momento tão grande e tão santo. São Paulo exorta a um exame de consciência: "Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor indignadamente será réu do Corpo e do Sangue do Senhor. Por conseguinte que cada um examine a si mesmo antes de comer desse pão e beber desse cálice, pois aquele que come e bebe sem discernir o Corpo, come e bebe a própria condenação" (1 Cor 11,27-29). Quem está consciente de um pecado grave deve receber o sacramento da reconciliação antes de receber a comunhão.

1386 Diante da grandeza deste sacramento, o fiel só pode repetir humildemente e com fé ardente a palavra do Centurião: "*Domine, non sum dignus ut mires sub tectum meum sed tantum dic verbo et sanabitur anima mea* - Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha morada, mas disse uma palavra e serei salvo". E na divina liturgia de São João Crisóstomo os fiéis oram no mesmo espírito:

Da vossa ceia mística fazei-me participar hoje, ó Filho de Deus. Pois não revelarei o Mistério aos vossos inimigos, nem vos darei o beijo de Judas. Mas, como o ladrão, clamo a vós: Lembrai-vos de mim, Senhor, no vosso reino.

1387 A fim de se prepararem convenientemente para receber este sacramento, os fiéis observarão o jejum prescrito em sua Igreja (Cf CIC cânone 919). A atitude corporal (gestos, roupa) há de traduzir o respeito, a solenidade, a alegria deste momento em que Cristo se torna nosso hóspede.

1388 É consentâneo com o próprio sentido da Eucaristia que os fiéis, se tiverem as disposições requeridas, comunguem quando participarem da missa: "Recomenda-se muito aquela participação mais perfeita à missa, pela qual os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, comungam o Corpo do Senhor do mesmo sacrifício".

1389 A Igreja obriga os fiéis "a participar da divina liturgia aos domingos e nos dias festivos" e a receber a Eucaristia pelo menos uma vez ao ano, se possível no tempo pascal, preparados pelo sacramento da reconciliação. Mas recomenda vivamente aos fiéis que

recebam a santa Eucaristia nos domingos e dias festivos, ou ainda com maior frequência, e até todos os dias.

1390 Graças à presença sacramental de Cristo sob cada uma das espécies, a comunhão somente sob a espécie do pão permite receber todo o fruto de graça da Eucaristia. Por motivos pastorais, esta maneira de comungar estabeleceu-se legitimamente como a mais habitual no rito latino. “A santa comunhão realiza-se mais plenamente sob sua forma de sinal quando se faz sob as duas espécies. Pois sob esta forma o sinal do banquete eucarístico é mais plenamente realçado.” Nos ritos orientais, esta é a forma habitual de comungar.

OS FRUTOS DA COMUNHÃO

1391 A comunhão aumenta a nossa união com Cristo. Receber a Eucaristia na comunhão traz como fruto principal a união íntima com Cristo Jesus. Pois o Senhor diz: “Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue permanece em mim e eu nele” (Jo 6,56). A vida em Cristo tem seu fundamento no banquete eucarístico: “Assim como o Pai, que vive, me enviou e eu vivo pelo Pai, também aquele que de mim se alimenta viverá por mim” (Jo 6,57):

Quando nas festas do Senhor os fiéis recebem o Corpo do Filho, proclamam uns aos outros a Boa Nova de que é dado o penhor da vida, como quando o anjo disse a Maria de Mágdala: “Cristo ressuscitou!”. Eis que agora também a vida e a ressurreição são conferidas àquele que recebe o Cristo[ag144].

1392 O que o alimento material produz em nossa vida corporal, a comunhão o realiza de maneira admirável em nossa vida espiritual. A comunhão da Carne de Cristo ressuscitado, “vivificado pelo Espírito Santo e vivificante”, conserva, aumenta e renova a vida da graça recebida no Batismo. Este crescimento da vida cristã precisa ser alimentado pela Comunhão Eucarística, pão da nossa peregrinação, até o momento da morte, quando nos ser dado como viático.

1393 A comunhão separa-nos do pecado. O Corpo de Cristo que recebemos na comunhão é “entregue por nós”, e o Sangue que bebemos é “derramado por muitos para remissão dos pecados”. Por isso a Eucaristia não pode unir-nos a Cristo sem purificar-nos ao mesmo tempo dos pecados cometidos e sem preservar-nos dos pecados futuros:

“Toda vez que o recebermos, anunciamos a morte do Senhor”. Se anunciamos a morte do Senhor, anunciamos a remissão dos pecados. Se, toda vez que o seu Sangue é derramado, o é para a remissão dos pecados, devo recebê-lo sempre, para que perdoe sempre os meus pecados. Eu que sempre peço, devo ter sempre um remédio.

1394 Como o alimento corporal serve para restaurar a perda das forças, a Eucaristia fortalece a caridade que, na vida diária, tende a arrefecer; e esta caridade vivificada apaga os pecados veniais. Ao dar-se a nós, Cristo reaviva nosso amor e nos torna capazes de romper as amarras desordenadas com as criaturas e de enraizar-nos nele:

Visto que Cristo morreu por nós por amor, quando fazemos memória de sua morte no momento do sacrifício pedimos que o amor nós seja concedido pela vinda do Espírito Santo; pedimos humildemente que em virtude deste amor, pelo qual Cristo quis morrer por nós, nós também, recebendo a graça do Espírito Santo, possamos considerar o mundo como crucificado para nós, e sejamos nós mesmos crucificados para o mundo. (...)Tendo recebido o dom de amor morramos para o pecado e vivamos para Deus.

1395 Pela mesma caridade que acende em nós, a Eucaristia nos preserva dos pecados mortais futuros. Quanto mais participarmos da vida de Cristo e quanto mais progredirmos em sua amizade, tanto mais difícil de ele separar-nos pelo pecado mortal. A Eucaristia não é destinada a perdoar pecados mortais. Isso é próprio do sacramento da reconciliação. É próprio da Eucaristia ser o sacramento daqueles que estão na comunhão plena da Igreja.

1396 A unidade do corpo místico: a Eucaristia faz a Igreja. Os que recebem a Eucaristia estão unidos mais intimamente a Cristo. Por isso mesmo, Cristo os une a todos os fiéis em um só corpo, a Igreja. A comunhão renova, fortalece, aprofunda esta incorporação à Igreja, realizada já pelo Batismo. No Batismo fomos chamados a constituir um só corpo. A Eucaristia realiza este apelo: "O cálice de bênção que abençoamos não é comunhão com o Sangue de Cristo? O pão que partimos não é comunhão com o Corpo de Cristo? Já que há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, visto que todos participamos desse único pão" (1Cor 10,16-17).

Se sois o corpo e os membros de Cristo, é o vosso sacramento que é colocado sobre a mesa do Senhor, recebeis o vosso sacramento. Respondeis "Amém" ("sim, é verdade!") àquilo que recebeis, e subscreveis ao responder. Ouvis esta palavra: "o Corpo de Cristo", e respondeis: "Amém". Sede, pois, um membro de Cristo, para que o vosso Amém seja verdadeiro.

1397 A Eucaristia compromete com os pobres. Para receber na verdade o Corpo e o Sangue de Cristo entregues por nós, devemos reconhecer o Cristo nos mais pobres, seus irmãos:

Degustaste o Sangue do Senhor e não reconheces sequer o teu irmão. Desonras esta própria mesa, não julgando digno de compartilhar do teu alimento aquele que foi julgado digno de participar desta mesa. Deus te libertou de todos os teus pecados e te convidou para esta mesa. E tu, nem mesmo assim, te tornaste mais misericordioso.

1398 A Eucaristia e a unidade dos cristãos. Diante da grandeza deste mistério, Santo Agostinho exclama: "Ó sacramento da piedade! Ó sacramento da unidade! Ó vínculo da caridade!". Quanto mais dolorosas se fazem sentir as divisões da Igreja que rompem a participação comum à mesa do Senhor, tanto mais prementes são as orações ao Senhor para que voltem os dias da unidade completa de todos os que nele crêem.

1399 As Igrejas orientais que não estão em comunhão plena com a Igreja católica celebram a Eucaristia com um grande amor. "Essas Igrejas, embora separadas, têm verdadeiros sacramentos - principalmente, em virtude da sucessão apostólica, o sacerdócio e a Eucaristia -, que as unem intimamente a nós." Por isso certa comunhão *in sacris* na Eucaristia é "não somente possível, mas até aconselhável, em circunstâncias favoráveis e com a aprovação da autoridade eclesiástica".

1400 As comunidades eclesiais oriundas da Reforma, separadas da Igreja católica, "em razão sobretudo da ausência do sacramento da ordem, não conservaram a substância própria e integral do mistério eucarístico". Por este motivo a intercomunhão eucarística com essas comunidades não é possível para a Igreja católica. Todavia, essas comunidades eclesiais, "quando fazem memória, na Santa ceia, da morte e da ressurreição do Senhor, professam que a vida consiste na comunhão com Cristo e esperam sua volta gloriosa".

1401 Quando urge uma necessidade grave, a critério do ordinário, os ministros católicos podem dar os sacramentos Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos) aos outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja católica, mas que os pedem espontaneamente: é preciso então que manifestem a fé católica no tocante a esses sacramentos e que apresentem as disposições exigidas.

VII. A Eucaristia - "penhor da glória futura"

1402 Em uma oração, a Igreja aclama o mistério da Eucaristia: "*O sacrum convivium in quo Christus sumitur. Recolitur memoria passionis eius; mens impletur gratia et futurae gloriae nobis pignus datur* - O sagrado banquete, em que de Cristo nos alimentamos. Celebra-se a memória de sua Paixão, o espírito é repleto de graças e se nos dão penhor da glória". Se a Eucaristia é o memorial da Páscoa do Senhor, se por nossa comunhão ao altar somos repletos "de todas as graças e bênçãos do céu", a Eucaristia também a antecipação da glória celeste.

1403 Quando da última Ceia, o Senhor mesmo dirigia o olhar de seus discípulos para a realização da Páscoa no Reino de Deus: "Desde agora não beberei deste fruto da videira até

aquele dia em que convosco beberei o vinho novo no Reino de meu Pai" (Mt 26,29). Toda vez que a Igreja celebra a Eucaristia lembra-se desta promessa, e seu olhar se volta para "aquele que vem" (Ap 1,4). Em sua oração, suspira por sua vinda: "Maran athá" (1 Cor 16,22), "Vem, Senhor Jesus" (Ap 22,20), "Venha vossa graça e passe este mundo!"

1404 A Igreja sabe que, desde agora, o Senhor vem em sua Eucaristia, e que ali Ele está, no meio de nós. Contudo, esta presença é velada. Por isso, celebramos a Eucaristia "expectantes beatam spem et adventum Salvatoris nostri Jesu Christi - aguardando a bem-aventurada esperança e a vinda de nosso Salvador Jesus Cristo", pedindo "saciar-nos eternamente da vossa glória, quando enxugardes toda lágrima dos nossos olhos. Então, contemplando-vos como sois, seremos para sempre semelhantes a vós e cantaremos sem cessar os vossos louvores, por Cristo, Senhor nosso".

1405 Desta grande esperança, a dos céus novos e da terra nova nos quais habitará a justiça, não temos penhor mais seguro, sinal mais manifesto do que a Eucaristia. Com efeito, toda vez que é celebrado este mistério, "opera-se a obra da nossa redenção" e nós "partimos um mesmo pão, que é remédio de imortalidade, antídoto não para a morte, mas para a vida eterna em Jesus Cristo".

RESUMINDO

1406 Jesus disse: "Eu sou o pão vivo, descido do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente..... Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue tem vida eterna. (...) permanece em mim e eu nele" (Jo 6,51.54.56).

1407 A Eucaristia é o coração e o ápice da vida da Igreja, pois nela Cristo associa sua Igreja e todos os seus membros a seu sacrifício de louvor e de ação de graças oferecido uma vez por todas na cruz a seu Pai; por seu sacrifício ele derrama as graças da salvação sobre o seu corpo, que é a Igreja.

1408 A Celebração Eucarística comporta sempre: a proclamação da Palavra de Deus, a ação de graças a Deus Pai por todos os seus benefícios, sobretudo pelo dom de seu Filho, a consagração do pão e do vinho e a participação no banquete litúrgico pela recepção do Corpo e do Sangue do Senhor. Estes elementos constituem um só e mesmo ato de culto.

1409 A Eucaristia é o memorial da páscoa de Cristo: isto é, da obra da salvação realizada pela Vida, Morte e Ressurreição de Cristo, obra esta tornada presente pela ação litúrgica.

1410 É Cristo mesmo, sumo sacerdote eterno da nova aliança, que, agindo pelo ministério dos sacerdotes, oferece o sacrifício eucarístico. E é também o mesmo Cristo, realmente presente sob as espécies do pão e do vinho, que é a oferenda do Sacrifício Eucarístico.

1411 Só os sacerdotes validamente ordenados podem presidir a Eucaristia e consagrar o pão e o vinho para que se tornem a Corpo e o Sangue do Senhor.

1412 Os sinais essenciais do Sacramento Eucarístico são o pão de trigo e o vinho de uva, sobre os quais é invocada a bênção da Espírito Santo, e o sacerdote pronuncia as palavras da consagração ditas por Jesus durante a última ceia: "Isto é o meu Corpo entregue por vós. (...) Este é o cálice do meu Sangue (...)"

1413 Por meio da consagração opera-se a transubstanciação do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo. Sob as espécies consagradas do pão e do vinho, Cristo mesmo, vivo e glorioso está presente de maneira verdadeira, real e substancial, seu Corpo e seu Sangue, com sua alma e sua divindade.

1414 Enquanto sacrifício, a Eucaristia é também oferecida em reparação dos pecados dos vivos e dos defuntos, e para obter de Deus benefícios espirituais ou temporais.

1415 Quem quer receber a Cristo na comunhão eucarística deve estar em estado de graça. Se alguém tem consciência de ter pecado mortalmente, não deve comungar a Eucaristia sem ter recebido previamente a absolvição no sacramento da penitência.

1416 A santa comunhão do Corpo e do Sangue de Cristo aumenta a união do comungante com o Senhor, perdoa-lhe os pecados veniais e o preserva dos pecados graves. Por serem reforçados os laços de caridade entre o comungante e Cristo, a recepção deste sacramento reforça a unidade da Igreja, corpo místico de Cristo.

1417 A Igreja recomenda vivamente aos fiéis que recebam a Santa Comunhão quando participam da celebração da Eucaristia; impõe-lhes a obrigação de comungar pelo menos uma vez por ano.

1418 Visto que Cristo mesmo está presente no Sacramento do altar, é preciso honrá-lo com um culto de adoração. "A visita ao Santíssimo Sacramento é uma prova de gratidão, um sinal de amor e um dever de adoração para com Cristo, nosso Senhor."

1419 Tendo Cristo passado deste mundo ao Pai, dá-nos na Eucaristia o penhor da glória junto dele: a participação no Santo Sacrifício nos identifica com o seu coração, sustenta as nossas forças ao longo da peregrinação desta vida, faz-nos desejar a vida eterna e nos une já à Igreja do céu, à santa Virgem Maria e a todos os santos.

OS SACRAMENTOS DE CURA

1420 Pelos sacramentos da iniciação cristã, o homem recebe a vida nova de Cristo. Ora, esta vida nós a trazemos "em vasos de argila" (2Cor 4,7). Agora, ela ainda se encontra "escondida com Cristo em Deus" (Cl 3,3). Estamos ainda em "nossa morada terrestre", sujeitos ao sofrimento, à doença e à morte. Esta nova vida de filhos de Deus pode se tornar debilitada e até perdida pelo pecado.

1421 O Senhor Jesus Cristo, médico de nossas almas e de nossos corpos, que remiu os pecados do paralítico e restituiu-lhe a saúde do corpo, quis que sua Igreja continuasse, na força do Espírito Santo, sua obra de cura e de salvação, também junto de seus próprios membros. É esta a finalidade dos dois sacramentos de cura: o sacramento da Penitência e o sacramento da Unção dos Enfermos.

ARTIGO 4

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

1422 "Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia divina o perdão da ofensa feita a Deus e ao mesmo tempo são reconciliados com a Igreja que feriram pecando, e a qual colabora para sua conversão com caridade exemplo e orações."

I. COMO SE CHAMA ESTE SACRAMENTO?

1423 Chama-se sacramento da Conversão, pois realiza sacramentalmente o convite de Jesus à conversão, o caminho de volta ao Pai, do qual a pessoa se afastou pelo pecado.

Chama-se sacramento da Penitência porque consagra um esforço pessoal e eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador.

1424 É chamado sacramento da Confissão porque a declaração, a confissão dos pecados diante do sacerdote é um elemento essencial desse sacramento. Num sentido profundo esse sacramento também é uma "confissão", reconhecimento e louvor da santidade de Deus e de sua misericórdia para com o homem pecador. Também é chamado sacramento

do perdão porque pela absolvição sacramental do sacerdote Deus concede "o perdão e a paz"

É chamado sacramento da Reconciliação porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia: "Reconciliai-vos com Deus" (2Cor 5,20). Quem vive do amor misericordioso de Deus está pronto a responder ao apelo do Senhor: "Vai primeiro reconciliar-te com teu irmão" (Mt 5,24).

II. POR QUE UM SACRAMENTO DA RECONCILIAÇÃO APÓS O BATISMO?

1425 "Vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus" (1 Cor 6,11). É preciso tomar consciência da grandeza do dom de Deus que nos é oferecido nos sacramentos da iniciação cristã para compreender até que ponto o pecado é algo que deve ser excluído daquele que se "vestiu de Cristo". Mas o apóstolo São João também diz: "Se dissermos: "Não temos pecado", enganamos a nós mesmos, e a verdade não está em nós" (1Jo 1,8). E o próprio Senhor nos ensinou a rezar: "Perdoa-nos os nossos pecados" (Lc 11,4), vinculando o perdão de nossas ofensas ao perdão que Deus nos conceder de nossos pecados.

1426 A conversão a Cristo, o novo nascimento pelo Batismo, o dom do Espírito Santo, o Corpo e o Sangue de Cristo recebidos como alimento nos tornaram "santos e irrepreensíveis diante dele" (Ef 1,4), como a própria Igreja, esposa de Cristo, é "santa e irrepreensível" (Ef 5,27). Entretanto, a nova vida recebida na iniciação cristã não suprimiu a fragilidade e a fraqueza da natureza humana, nem a inclinação ao pecado, que a tradição chama de concupiscência, que continua nos batizados para prová-los no combate da vida cristã, auxiliados pela graça de Cristo. É o combate da conversão para chegar à santidade e à vida eterna, para a qual somos incessantemente chamados pelo Senhor.

III. A CONVERSÃO DOS BATIZADOS

1427 Jesus convida à conversão. Este apelo é parte essencial do anúncio do Reino: "Cumpriu-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,15). Na pregação da Igreja este apelo é feito em primeiro lugar aos que ainda não conhecem a Cristo e seu Evangelho. Além disso, o Batismo é o principal lugar da primeira e fundamental conversão. É pela fé na Boa Nova e pelo Batismo [ag16] que se renuncia ao mal e se adquire a salvação, isto é, a remissão de todos os pecados e o dom da nova vida.

1428 Ora o apelo de Cristo à conversão continua a soar na vida dos cristãos. Esta segunda conversão é uma tarefa ininterrupta para toda a Igreja, que "reúne em seu próprio seio os pecadores" e que "e ao mesmo tempo santa e sempre, na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação". Este esforço de conversão não é apenas uma obra humana. E o movimento do "coração contrito" atraído e movido pela graça a responder ao amor misericordioso de Deus que nos amou primeiro.

1429 Comprova-o a conversão de S. Pedro após a tríplice negação de seu mestre. O olhar de infinita misericórdia de Jesus provoca lágrimas de arrependimento, depois da ressurreição do Senhor, a afirmação, três vezes reiterada, de seu amor por ele. A segunda conversão também possui uma dimensão comunitária. Isto aparece no apelo do Senhor a toda uma Igreja: "Converte-te!" (Ap 2,5.16).

Santo Ambrósio, referindo-se às duas conversões, diz que na Igreja "existem a água e as lágrimas: a água do Batismo e as lágrimas da penitência".

IV. A PENITÊNCIA INTERIOR

1430 Como já nos profetas, o apelo de Jesus à conversão e penitência não visa em primeiro lugar às obras exteriores, saco e a cinza", os jejuns e as mortificações, mas à conversão

do coração, à penitência interior. Sem ela, as obras de penitência continuam estéreis e enganadoras: a conversão interior, ao contrário, impele a expressar essa atitude por sinais visíveis, gestos e obras de penitência.

1431 A penitência interior é uma reorientação radical de toda a vida, um retorno, uma conversão para Deus de todo nosso coração, uma ruptura com o pecado, uma aversão ao mal e repugnância às m s obras que cometemos. Ao mesmo tempo, é o desejo e a resolução de mudar de vida com a esperança da misericórdia divina e a confiança na ajuda de sua graça. Esta conversão do coração vem acompanhada de uma dor e uma tristeza salutares, chamadas pelos Padres de “*animi cruciatus* (aflição do espírito)”, “*compunctio cordis* (arrependimento do coração)” .

1432 O coração do homem apresenta-se pesado e endurecido. É preciso que Deus dê ao homem um coração novo. A conversão é antes de tudo uma obra da graça de Deus que reconduz nossos corações a ele: “*Converte-nos a ti, Senhor, e nos converteremos*” (Lm 5,21). Deus nos dá a força de começar de novo. É descobrindo a grandeza do amor de Deus que nosso coração experimenta o horror e o peso do pecado e começa a ter medo de ofender a Deus pelo mesmo pecado e de ser separado dele. O coração humano converte-se olhando para aquele que foi traspassado por nossos pecados.

Fixemos nossos olhos no sangue de Cristo para compreender como é precioso a seu Pai porque, derramado para a nossa salvação, dispensou ao mundo inteiro a graça do arrependimento.

1433 Depois da Páscoa, o Espírito Santo “estabelecer a culpabilidade do mundo a respeito do pecado”, a saber, que o mundo não acreditou naquele que o Pai enviou. Mas esse mesmo Espírito, que revela o pecado, é o Consolador que dá ao coração do homem a graça do arrependimento e da conversão.

V. AS MÚLTIPLAS FORMAS DA PENITÊNCIA NA VIDA CRISTÃ

1434 A penitência interior do cristão pode ter expressões bem variadas. A escritura e os padres insistem principalmente em três formas: o jejum, a oração e a esmola, que exprimem a conversão com relação a si mesmo, a Deus e aos outros. Ao lado da purificação radical operada pelo batismo ou pelo martírio, citam, como meio de obter o perdão dos pecados, os esforços empreendidos para reconciliar-se com o próximo as lágrimas de penitência, a preocupação com a salvação do próximo, a intercessão dos santos e a prática da caridade, “que cobre uma multidão de pecados” (1Pd 4,8).

1435 A conversão se realiza na vida cotidiana por meio de gestos de reconciliação, do cuidado dos pobres, do exercício e da defesa da Justiça e do direito, pela confissão das faltas aos irmãos, pela correção fraterna, pela revisão de vida, pelo exame de consciência pela direção espiritual, pela aceitação dos sofrimentos, pela firmeza na perseguição por causa da justiça. Tomar sua cruz, cada dia, seguir a Jesus é o caminho mais seguro da penitência.

1436 Eucaristia e penitência. A conversão e a penitência cotidiana encontram sua fonte e seu alimento na Eucaristia, pois nela se torna presente o sacrifício de Cristo que nos reconciliou com Deus; por ela são nutridos e fortificados aqueles que vivem da vida de Cristo: “ela é o antídoto que nos liberta de nossas faltas cotidianas e nos preserva dos pecados mortais”.

1437 A leitura da Sagrada Escritura, a oração da Liturgia das Horas e do Pai-nosso, todo ato sincero de culto ou de piedade reaviva em nós o espírito de conversão e de penitência e contribui para o perdão dos pecados.

1438 Os tempos e os dias de penitência ao longo do ano litúrgico (o tempo da quaresma, cada sexta-feira em memória da morte do Senhor) são momentos fortes da prática penitencial da Igreja[ag45] . Esses tempos são particularmente apropriados aos exercícios espirituais, às liturgias penitenciais, às peregrinações em sinal de penitência, às privações voluntárias como o jejum e a esmola, à partilha fraterna (obras de caridade e missionárias).

1439 O dinamismo da conversão e da penitência foi maravilhosa-mente descrito por Jesus na parábola do “filho pródigo”, cujo centro é “O pai misericordioso”: o fascínio de uma liberdade ilusória, o abandono da casa paterna; a extrema miséria em que se encontra o filho depois de esbanjar sua fortuna; a profunda humilhação de ver-se obrigado a cuidar dos porcos e, pior ainda, de querer matar a fome com a sua ração; a reflexão sobre os bens perdidos; o arrependimento e a decisão de declarar-se culpado diante do pai; o caminho de volta; o generoso acolhimento da parte do pai; a alegria do pai: tudo isso são traços específicos do processo de conversão. A bela túnica, o anel e o banquete da festa são símbolos desta nova vida, pura, digna, cheia de alegria, que é a vida do homem que volta a Deus e ao seio de sua família, que é a Igreja. Só o coração de Cristo que conhece as profundezas do amor do Pai pôde revelar-nos o abismo de sua misericórdia de uma maneira tão simples e tão bela.

VI. O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E DA RECONCILIAÇÃO

1440 O pecado é antes de tudo uma ofensa a Deus, uma ruptura da comunhão com ele. Ao mesmo tempo é um atentado à comunhão com a Igreja. Por isso, a conversão traz simultaneamente o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja, O que é expresso e realizado liturgicamente pelo sacramento da Penitência e da Reconciliação.

SÓ DEUS PERDOA OS PECADOS

1441 Só Deus perdoa os pecados[. Por ser o Filho de Deus, Jesus diz de si mesmo: “O Filho do homem tem poder de perdoar pecados na terra” (Mc 2,10) e exerce esse poder divino: “Teus pecados estão perdoados!” (Mc 2,5). Mais ainda: em virtude de sua autoridade divina, transmite esse poder aos homens para que o exerçam em seu nome.

1442 A vontade de Cristo é que toda a sua Igreja seja, na oração, em sua vida e em sua ação, o sinal e instrumento do perdão e da reconciliação que “ele nos conquistou ao preço de seu sangue”. Mas confiou o exercício do poder de absolvição ao ministério apostólico, encarregado do “ministério da reconciliação” (2Cor 5,18). O apóstolo é enviado “em nome de Cristo”, e “é o próprio Deus” que, por meio dele, exorta e suplica: “Reconciliai-vos com Deus” (2Cor 5,20).

RECONCILIAÇÃO COM A IGREJA

1443 Durante sua vida pública, Jesus não só perdoou os pecados, mas também manifestou o efeito desse perdão: reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os havia afastado ou até excluído. Um sinal evidente disso é o fato de Jesus admitir os pecadores à sua mesa e, mais ainda, de Ele mesmo sentar-se à sua mesa, gesto que exprime de modo estupendo ao mesmo tempo o perdão de Deus e o retomo ao seio do Povo de Deus.

1444 Conferindo aos apóstolos seu próprio poder de perdoar os pecados, o Senhor também lhes dá a autoridade de reconciliar os pecadores com a Igreja. Esta dimensão eclesial de sua tarefa exprime-se principalmente na solene palavra de Cristo a Simão Pedro: “Eu te darei as chaves do Reino dos Céus, e o que ligares na terra ser ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus” (Mt 16,19). “O múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, consta que também foi dado ao colégio do apóstolos, unido a seu chefe (cf. Mt 18,18; 28,16-20).”

1445 As palavras ligar e desligar significam: aquele que excluirdes da vossa comunhão, será excluído da comunhão com Deus; aquele que receberdes de novo na vossa comunhão, Deus o acolherá também na sua. A reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus.

O SACRAMENTO DO PERDÃO

1446 Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores de sua Igreja, antes de tudo para aqueles que, depois do Batismo, cometeram pecado grave e com isso perderam a graça batismal e feriram a comunhão eclesial. E a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de converter-se e de recobrar a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como “a segunda tábua (de salvação) depois do naufrágio que é a perda da graça.

1447 No curso dos séculos, a forma concreta segundo a qual a Igreja exerceu este poder recebido do Senhor variou muito. Nos primeiros séculos, a reconciliação dos cristãos que haviam cometido pecados particularmente graves depois do Batismo (por exemplo, a idolatria, o homicídio ou o adultério) estava ligada a uma disciplina bastante rigorosa, segundo a qual os penitentes deviam fazer penitência pública por seus pecados, muitas vezes durante longos anos, antes de receber a reconciliação. A esta “ordem dos penitentes” (que incluía apenas certos pecados graves) só se era admitido raramente e, em certas regiões, só uma vez na vida. No século VII, inspirados na tradição monástica do Oriente, os missionários irlandeses trouxeram para a Europa continental a prática “privada” da penitência que não mais exigia a prática pública e prolongada de obras de penitência antes de receber a reconciliação com a Igreja. O sacramento se realiza daí em diante de uma forma mais secreta entre o penitente e o presbítero. Esta nova prática previa a possibilidade da repetição, abrindo assim o caminho para uma frequência regular a este sacramento. Permitia integrar numa única celebração sacramental o perdão dos pecados graves e dos pecados veniais. Em linhas gerais, é essa a forma de penitência praticada na Igreja até hoje.

1448 Mediante as mudanças por que passaram a disciplina e a celebração deste sacramento ao longo dos séculos, podemos discernir sua própria estrutura fundamental que consta de dois elementos igualmente essenciais: de um lado, os atos do homem que se converte sob a ação do Espírito Santo, a saber, a contrição, a confissão e a satisfação; de outro lado, a ação de Deus por intermédio da Igreja. A Igreja que, pelo Bispo e seus presbíteros, concede, em nome de Jesus Cristo, o perdão dos pecados e fixa a modalidade da satisfação, ora pelo pecador e faz penitência com ele. Assim o pecador é curado e reintegrado na comunhão eclesial.

1449 A fórmula da absolvição em uso na Igreja latina exprime os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das misericórdias é a fonte de todo perdão. Ele opera a reconciliação dos pecadores pela páscoa de seu Filho e pelo dom de seu Espírito, por meio da oração e ministério da Igreja:

Deus, Pai de misericórdia, que, pela Morte e Ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

VII. OS ATOS DO PENITENTE

1450 “A penitência impele o pecador a suportar tudo de boa vontade. Em seu coração está o arrependimento; em sua boca, a acusação; em suas obras, plena humildade e proveitosa satisfação”.

A CONTRIÇÃO

1451 Entre os atos do penitente, a contrição vem em primeiro lugar. Consiste “numa dor da alma e detestação do pecado cometido, com a resolução de não mais pecar no futuro” .

1452 Quando brota do amor de Deus, amado acima de tudo, contrição é “perfeita” (contrição de caridade). Esta contrição perdoa as faltas veniais e obtém também o perdão dos

pecado mortais, se incluir a firme resolução de recorrer, quando possível, à confissão sacramental.

1453 A contrição chamada "imperfeita" (ou "atrição") também é um dom de Deus, um impulso do Espírito Santo. Nasce da consideração do peso do pecado ou do temor da condenação eterna e de outras penas que ameaçam o pecador (contrição por temor). Este abalo da consciência pode ser o início de uma evolução interior que ser concluída sob a ação da graça, pela absolvição sacramental. Por si mesma, porém, a contrição imperfeita não obtém o perdão dos pecados graves, mas predispõe a obtê-lo no sacramento da penitência.

1454 Convém preparar a recepção deste sacramento fazendo um exame de consciência à luz da Palavra de Deus. Os textos mais adaptados esse fim devem ser procurados na catequese moral dos evangelhos e das cartas apostólicas: Sermão da Montanha, ensinamentos apostólicos.

A CONFISSÃO DOS PECADOS

1455 A confissão dos pecados (acusação), mesmo do ponto de vista simplesmente humano, nos liberta e facilita nossa reconciliação com os outros. Pela acusação, o homem encara de frente os pecados dos quais se tornou culpado: assume a responsabilidade deles e, assim, abre-se de novo a Deus e à comunhão da Igreja, a fim de tomar possível um futuro novo.

1456 A declaração dos pecados ao sacerdote constitui uma parte essencial do sacramento da penitência: "Os penitentes devem, na confissão, enumerar todos os pecados mortais de que têm consciência depois de examinar-se seriamente, mesmo que esses pecados sejam muito secretos e tenham sido cometidos somente contra os dois últimos preceitos do decálogo (Cf Ex 20,17; Mt 5,28.), pois, às vezes, esses pecados ferem gravemente a alma e são mais prejudiciais do que os outros que foram cometidos à vista e conhecimento de todos".

Quando os cristãos se esforçam para confessar todos os pecados que lhes vêm à memória, não se pode duvidar que tenham o intuito de apresentá-los todos ao perdão da misericórdia divina. Os que agem de outra forma, tentando ocultar conscientemente alguns pecados, não colocam diante da bondade divina nada que ela possa perdoar por intermédio do sacerdote. Pois, "se o doente tem vergonha de mostrar sua ferida ao médico, a medicina não pode curar aquilo que ignora".

1457 Conforme o mandamento da Igreja, "todo fiel, depois de ter chegado à idade da discipulação, é obrigado a confessar seus pecados graves, dos quais tem consciência, pelo menos uma vez por ano. Aquele que tem consciência de ter cometido um pecado mortal não deve receber a Sagrada Comunhão, mesmo que esteja profundamente contrito, sem receber previamente a absolvição sacramental, a menos que tenha um motivo grave para comungar e lhe seja impossível chegar a um confessor. As crianças devem confessar-se antes de receber a Primeira Eucaristia.

1458 Apesar de não ser estritamente necessária, a confissão das faltas cotidianas (pecados veniais) é vivamente recomendada pela Igreja. Com efeito, a confissão regular de nossos pecados veniais nos ajuda a formar a consciência, a lutar contra nossas más tendências, a deixar-nos curar por Cristo, a progredir na vida do Espírito. Recebendo mais frequentemente, por meio deste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, somos levados a ser misericordiosos como ele;

Quem confessa os próprios pecados já está agindo em harmonia com Deus. Deus acusa teus pecados; se tu também os acusas, tu te associas a Deus. O homem e o pecador são, por assim dizer, duas realidades: quando ouves falar do homem, foi Deus quem o fez; quando ouves falar do pecador, é o próprio homem quem o fez. Destrói o que fizeste para que Deus salve o que Ele fez... Quando começas a detestar o que fizeste, é então que tuas boas obras começam, porque acusas tuas más obras. A confissão das más obras é o começo das boas obras. Contribui para a verdade e consegues chegar à luz[.

A SATISFAÇÃO

1459 Muitos pecados prejudicam o próximo. É preciso fazer possível para reparar esse mal (por exemplo restituir as coisas roubadas, restabelecer a reputação daquele que foi caluniado ressarcir as ofensas e injúrias). A simples justiça exige isso. Mas, além disso, o pecado fere e enfraquece o próprio pecador, como também suas relações com Deus e com o próximo. A absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens que ele causou. Liberto do pecado, o pecador deve ainda recobrar a plena saúde espiritual. Deve, portanto, fazer alguma coisa a mais para reparar seus pecados: deve "satisfazer" de modo apropriado ou "expiar" seus pecados. Esta satisfação chama-se também "penitência".

1460 A penitência imposta pelo confessor deve levar em conta a situação pessoal do penitente e procurar seu bem espiritual. Deve corresponder, na medida do possível, à gravidade e à natureza dos pecados cometidos. Pode consistir na oração, numa oferta, em obras de misericórdia, no serviço do próximo, em privações voluntárias, em sacrifícios e principalmente na aceitação paciente da cruz que devemos carregar. Essas penitências nos ajudam a configurar-nos com Cristo, que, sozinho, expiou nossos pecados uma vez por todas. Permitem-nos também tomar-nos co-herdeiros de Cristo ressuscitado, "pois sofremos com ele":

Mas nossa satisfação, aquela que pagamos por nossos pecados, só vale por intermédio de Jesus Cristo, pois, não podendo coisa alguma por nós mesmos, "tudo podemos com a cooperação daquele que nos dá força" (Cf Fl 4,13). E, assim, não tem o homem de que se gloriar, mas toda a nossa "glória" está em Cristo... em quem oferecemos satisfação, "produzindo dignos frutos de penitência (Cf Lc 3,8.), que dele recebem seu valor, por Ele são oferecidos ao Pai e graças a Ele são aceitos pelo Pai.

VIII. O MINISTRO DESTE SACRAMENTO

1461 Como Cristo confiou a seus apóstolos o ministério da Reconciliação, os Bispos, seus sucessores, e os presbíteros, colaboradores dos Bispos, continuam a exercer esse ministério. De fato, são os Bispos e os presbíteros que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo".

1462 O perdão dos pecados reconcilia com Deus, mas também com a Igreja. O Bispo, chefe visível da Igreja Particular, é, portanto, considerado, com plena razão, desde os tempos primitivos, aquele que principalmente detém o poder e o ministério da reconciliação: ele é o moderador da disciplina penitencial. Os presbíteros, seus colaboradores, o exercem na medida em que receberam o múnus, quer de seu Bispo (ou de um superior religioso), quer do Papa, por meio do direito da Igreja.

1463 Alguns pecados particularmente graves são passíveis de excomunhão, a pena eclesiástica mais severa, que impede a recepção dos sacramentos e o exercício de certos atos eclesiais. Neste caso, a absolvição não pode ser dada, segundo o direito da Igreja, a não ser pelo Papa, pelo Bispo local ou por presbíteros autorizados por eles. Em caso de perigo de morte, qualquer sacerdote, mesmo privado da faculdade de ouvir confissões, pode absolver de qualquer pecado e de qualquer excomunhão.

1464 Os sacerdotes devem incentivar os fiéis a receber o sacramento da Penitência e devem mostrar-se disponíveis a celebrar este sacramento cada vez que os cristãos o pedirem de modo conveniente.

1465 Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote cumpre o ministério do bom pastor, que busca a ovelha perdida; do bom samaritano, que cura as feridas; do Pai, que espera o filho pródigo e o acolhe ao voltar; do justo juiz, que não faz acepção de pessoa e cujo julgamento é justo e misericordioso ao mesmo tempo. Em suma, o sacerdote é o sinal e o instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador.

1466 O confessor não é o senhor, mas o servo do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve unir-se à intenção e à caridade Cristo. Deve possuir um comprovado conhecimento do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza diante daquele que caiu; deve amar a verdade, ser fiel ao magistério da Igreja e conduzir, com paciência, o penitente à cura e à plena maturidade. Deve orar e fazer penitência por ele, confiando-o à misericórdia do Senhor.

1467 Diante da delicadeza e da grandiosidade deste ministério e do respeito que se deve às pessoas, a Igreja declara que todo sacerdote que ouve confissões é obrigado a guardar segredo absoluto a respeito dos pecados que seus penitentes lhe confessaram, sob penas severíssimas. Também não pode fazer uso do conhecimento da vida dos penitentes adquirido pela confissão. Este segredo, que não admite exceções, chama-se "sigilo sacramental", porque o que o penitente manifestou ao sacerdote permanece "sigilado" pelo sacramento.

IX. OS EFEITOS DESTES SACRAMENTO

1468 "Toda a força da Penitência reside no fato de ela nos reconstituir na graça de Deus e de nos unir a Ele com a máxima amizade." Portanto, a finalidade e o efeito deste sacramento é a reconciliação com Deus. Os que recebem o sacramento da Penitência com coração contrito e disposição religiosa "podem usufruir a paz e a tranqüilidade da consciência, que vem acompanhada de uma intensa consolação espiritual". Com efeito, o sacramento da Reconciliação com Deus traz consigo uma verdadeira "ressurreição espiritual", uma restituição da dignidade e dos bens da vida dos filhos de Deus, entre os quais o mais precioso é a amizade de Deus (Cf Lc 15,32).

1469 Este sacramento nos reconcilia com a Igreja. O pecado fende ou quebra a comunhão fraterna. O sacramento da Penitência a repara ou restaura. Neste sentido, ele não cura apenas aquele que é restabelecido na comunhão eclesial, mas tem também um efeito vivificante sobre a vida da Igreja, que sofreu com o pecado de um de seus membros. Restabelecido ou confirmado na comunhão dos santos, o pecador sai fortalecido pela participação dos bens espirituais de todos os membros vivos do Corpo de Cristo, quer estejam ainda em estado de peregrinação, quer já estejam na pátria celeste:

Não devemos esquecer que a reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações capazes de remediar outras rupturas ocasionadas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo mesmo no íntimo mais profundo de seu ser, onde recupera a própria verdade interior; reconcilia-se com os irmãos que de alguma maneira ofendeu e feriu; reconcilia-se com a Igreja; e reconcilia-se com toda a criação.

1470 Neste sacramento, o pecador, entregando-se ao julgamento misericordioso de Deus, antecipa de certa maneira o julgamento a que ser sujeito no fim desta vida terrestre. Pois é agora, nesta vida, que nos é oferecida a escolha entre a vida e a morte, e só pelo caminho da conversão poderemos entrar no Reino do qual somos excluídos pelo pecado grave. Convertendo-se a Cristo pela penitência e pela fé, o pecador passa da morte para a vida "sem ser julgado" (Jo 5,24).

X. AS INDULGÊNCIAS

1471 A doutrina e a prática das indulgências na Igreja estão estreitamente ligadas aos efeitos do sacramento da Penitência.

QUE É A INDULGÊNCIA?

"A indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, (remissão) que o fiel bem-disposto obtém, em condições

determinadas, pela intervenção da Igreja que, como dispensadora da redenção, distribui e aplica por sua autoridade o tesouro das satisfações (isto é, dos méritos) de Cristo e dos santos.”

“A indulgência é parcial ou plenária, conforme liberar parcial totalmente da pena devida pelos pecados.” Todos os fiéis podem adquirir indulgências (...) para si mesmos ou aplicá-las aos defuntos.

AS PENAS DO PECADO

1472 Para compreender esta doutrina e esta prática da Igreja, é preciso admitir que o pecado tem uma dupla conseqüência. O pecado grave priva-nos da comunhão com Deus e, conseqüentemente, nos torna incapazes da vida eterna; esta privação se chama “pena eterna” do pecado. Por outro lado, todo pecado, mesmo venial, acarreta um apego prejudicial às criaturas que exige purificação, quer aqui na terra, quer depois da morte, no estado chamado “purgatório”. Esta purificação liberta da chamada “pena temporal” do pecado. Essas duas penas não devem ser concebidas como uma espécie de vingança infligida por Deus do exterior, mas, antes, como uma conseqüência da própria natureza do pecado. Uma conversão que procede de uma ardente caridade pode chegar à total purificação do pecador, de tal modo que não haja mais nenhuma pena.

1473 O perdão do pecado e a restauração da comunhão com Deus implicam a remissão das penas eternas do pecado. Mas permanecem as penas temporais do pecado. Suportando pacientemente os sofrimentos e as provas de todo tipo e, chegada a hora, enfrentando serenamente a morte, o cristão deve esforçar-se para aceitar, como uma graça, essas penas temporais do pecado; deve aplicar-se, por início de obras de misericórdia e de caridade, como também pela oração e por diversas práticas de penitência, a despojar-se completamente do “velho homem” para revestir-se do “homem novo”.

NA COMUNHÃO DOS SANTOS

1474 O cristão que procura purificar-se de seu pecado e santificar-se com o auxílio da graça de Deus não está só. “A vida de cada um dos filhos de Deus se acha unida, por um admirável laço, em Cristo e por Cristo, com a vida de todos os outros irmãos cristãos na unidade sobrenatural do corpo místico de Cristo, como numa única pessoa mística.”

1475 Na comunhão dos santos, “existe certamente entre os fiéis já admitidos na posse da pátria celeste, os que expiam as faltas no purgatório e os que ainda peregrinam na terra, um laço de caridade e um amplo intercâmbio de todos os bens”. Neste admirável intercâmbio, cada um se beneficia da santidade dos outros, bem para além do prejuízo que o pecado de um possa ter causado aos outros. Assim, o recurso à comunhão dos santos permite ao pecador contrito se purificado, mais cedo e mais eficazmente, das penas do pecado.

1476 Esses bens espirituais da comunhão dos santos também são chamados o tesouro da Igreja, “que não é uma soma de bens comparáveis às riquezas materiais acumuladas no decorrer dos séculos, mas é o valor infinito e inesgotável que têm junto a Deus as expiações e os méritos de Cristo, nosso Senhor, oferecidos para que a humanidade toda seja libertada do pecado e chegue à comunhão com o Pai. E em Cristo, nosso redentor, que se encontram em abundância as satisfações e os méritos de sua redenção”.

1477 “Pertence, além disso, a esse tesouro o valor verdadeiramente imenso, incomensurável e sempre novo que têm junto a Deus as preces e as boas obras da Bem-aventurada Virgem Maria e de todos os santos que, seguindo as pegadas de Cristo Senhor, por sua graça se santificaram e totalmente acabaram a obra que o Pai lhes confiara, de sorte que, operando a própria salvação, também contribuíram para a salvação de seus irmãos na unidade do corpo místico.”

OBTER A INDULGÊNCIA DE DEUS MEDIANTE A IGREJA

1478 A indulgência se obtém de Deus mediante a Igreja, que, em virtude do poder de ligar e desligar que Cristo Jesus lhe concedeu, intervém em favor do cristão, abrindo-lhe o tesouro dos méritos de Cristo e dos santos para obter do Pai das misericórdias a remissão das penas temporais devidas a seus pecados. Assim, a Igreja não só vem em auxílio do cristão, mas também o incita a obras de piedade, de penitência e de caridade.

1479 Uma vez que os fiéis defuntos em vias de purificação também são membros da mesma comunhão dos santos, podemos ajudá-los entre outros modos, obtendo em favor deles indulgências para libertação das penas temporais devidas por seus pecados.

XI. A CELEBRAÇÃO DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

1480 Como todos os sacramentos, a Penitência é uma ação litúrgica. São estes ordinariamente os elementos da celebração: saudação e bênção do sacerdote, leitura da Palavra de Deus para iluminar a consciência e suscitar a contrição, exortação ao arrependimento; confissão que reconhece os pecados e os manifesta ao padre; imposição e aceitação da penitência; absolvição do sacerdote; louvor de ação de graças e despedida com a bênção do sacerdote.

1481 A liturgia bizantina conhece diversas fórmulas de absolvição, forma depreciativa, que exprimem admiravelmente o mistério do perdão: “Que o Deus que pelo profeta Natã perdoou a Davi, que confessou seus próprios pecados; a Pedro, quando chorou amargamente; à prostituta, quando lavou seus pés com lágrimas; ao publicano e ao filho pródigo, que esse mesmo Deus vos perdoe, por mim, pecador, nesta vida e na outra, e vos faça comparecer em seu terrível tribunal sem vos condenar, Ele que é bendito nos séculos dos séculos. Amém.

1482 O sacramento da Penitência também pode ter lugar no quadro de uma celebração comunitária, na qual as pessoas se preparam juntas para a confissão e também juntas agradecem pelo perdão recebido. Neste caso, a confissão pessoal dos pecados e a absolvição individual são inseridas numa liturgia da Palavra de Deus, com leituras e homilia, exame de consciência em comum, pedido comunitário de perdão, oração do Pai-Nosso e ação de graças em comum. Esta celebração comunitária exprime mais claramente o caráter eclesial da penitência. Mas, seja qual for o modo da celebração, o sacramento da Penitência sempre é, por sua própria natureza, uma ação litúrgica, portanto eclesial e pública.

1483 Em casos de necessidade grave, pode-se recorrer à celebração comunitária da reconciliação com confissão e absolvição gerais. Esta necessidade grave pode apresentar-se quando há um perigo iminente de morte sem que o ou os sacerdotes tenham tempo suficiente para ouvir a confissão de cada penitente. A necessidade grave pode também apresentar-se quando, tendo-se em vista o número dos penitentes, não havendo confessores suficientes para ouvir devidamente as confissões individuais num tempo razoável, de modo que os penitentes, sem culpa de sua parte, se veriam privados durante muito tempo da graça sacramental ou da sagrada Eucaristia. Nesse caso, os fiéis devem ter, para a validade da absolvição, o propósito de confessar individualmente seus pecados graves no devido tempo. Cabe ao Bispo diocesano julgar se os requisitos para a absolvição geral existem[ag138] . Um grande concurso de fiéis por ocasião das grandes festas ou de peregrinação não constitui caso de tal necessidade grave.

1484 “A confissão individual e integral seguida da absolvição continua sendo o único modo ordinário pelo qual os fiéis se reconciliam com Deus e com a Igreja, salvo se uma impossibilidade física ou moral dispensar desta confissão.” Há razões profundas para isso. Cristo age em cada um dos sacramentos. Dirige-se pessoalmente a cada um dos pecadores: “Filho, os teus pecados estão perdoados” (Mc 2,5); ele é o médico que se debruça sobre cada um dos doentes que têm necessidade dele para curá-los; ele os soergue e reintegra na comunhão fraterna. A confissão pessoal é, pois, a forma mais significativa da reconciliação com Deus e com a Igreja.

RESUMINDO

1485 “Dizendo isso, soprou sobre eles e lhes disse: Recebei o Espírito Santo; aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20,22-23).

1486 O perdão dos pecados cometidos após o Batismo é concedido por um sacramento próprio chamado sacramento da Conversão, da Confissão, da Penitência ou da Reconciliação.

1487 Quem peca fere a honra de Deus e seu amor, sua própria dignidade de homem chamado a ser filho de Deus e a saúde espiritual da Igreja, da qual cada cristão é uma pedra viva.

1488 Aos olhos da fé, nenhum mal é mais grave que o pecado, e nada tem conseqüências piores para os próprios pecador, e para a Igreja e para o mundo inteiro.

1489 Voltar à comunhão com Deus depois de a ter perdido pelo pecado é um movimento que nasce da graça do Deus misericordioso e solícito pela salvação dos homens. E preciso pedir esse dom precioso para si mesmo e também para os outros.

1490 O movimento de volta a Deus, chamado conversão e arrependimento, implica uma dor e uma aversão aos pecados cometidos e o firme propósito de não mais pecar no futuro. A conversão atinge, portanto, o passado e o futuro; nutre-se da esperança na misericórdia divina.

1491 O sacramento da Penitência é constituído de três atos do penitente e da absolvição dada pelo sacerdote. Os atos do penitente são o arrependimento, a confissão ou manifestação dos pecados ao sacerdote e o propósito de cumprir a penitência e as obras de reparação.

1492 O arrependimento (também chamado contrição) deve inspirar-se em motivos que decorrem da fé. Se o arrependimento estiver embasado no amor de caridade para com Deus, é chamado “perfeito”; se estiver fundado em outros motivos, será “imperfeito”.

1493 Aquele que quiser obter a reconciliação com Deus e com a Igreja deve confessar ao sacerdote todos os pecados graves que ainda não confessou e de que se lembra depois de examinar cuidadosamente sua consciência. Mesmo sem ser necessária em si a confissão das faltas veniais, a Igreja não deixa de recomendá-la vivamente.

1494 O confessor propõe ao penitente o cumprimento de certos atos de “satisfação” ou de “penitencia”, para reparar o prejuízo causado pelo pecado e restabelecer os hábitos próprios ao discípulo de Cristo.

1495 Somente os sacerdotes que receberam da autoridade da Igreja a faculdade de absolver podem perdoar os pecados em nome de Cristo.

1496 Os efeitos espirituais do sacramento da Penitência são:

- ü a reconciliação com Deus, pela qual o penitente recobra a graça;
- ü a reconciliação com a Igreja;
- ü a remissão da pena eterna devida aos pecados mortais;
- ü a remissão, pelo menos em parte, das penas temporais, seqüelas do pecado;
- ü a paz e a serenidade da consciência e a consolação espiritual;
- ü o acréscimo de forças espirituais para o combate cristão.

1497 A confissão individual e integral dos pecados graves, seguida da absolvição, continua sendo o único meio ordinário de reconciliação com Deus e com a Igreja.

1498 Pelas indulgências, os fiéis podem obter para si mesmos e também para as almas do

ARTIGO 5

A UNÇÃO DOS ENFERMOS

1499 “Pela sagrada Unção dos Enfermos e pela oração dos presbíteros, a Igreja toda entrega os doentes aos cuidados do Senhor sofredor e glorificado, para que os alivie e salve. Exorta os mesmos a que livremente se associem à paixão e à morte de Cristo e contribuam para o bem do povo de Deus.”

I. SEUS FUNDAMENTOS NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1500 A ENFERMIDADE NA VIDA HUMANA

A enfermidade e o sofrimento sempre estiveram entre problemas mais graves da vida humana. Na doença, o homem experimenta sua impotência, seus limites e sua finitude. Toda doença pode fazer-nos entrever a morte.

1501 A enfermidade pode levar a pessoa à angústia, a fechar-se sobre si mesma e, às vezes, ao desespero e à revolta contra Deus. Mas também pode tomar a pessoa mais madura, ajudá-la a discernir em sua vida o que não é essencial, para volta-se àquilo que é essencial. Não raro, a doença provoca uma busca de Deus, um retomo a Ele.

O ENFERMO DIANTE DE DEUS

1502 O homem do Antigo Testamento vive a doença diante Deus. E diante de Deus que ele faz sua queixa sobre a enfermidade, e é dele, o Senhor da vida e da morte, que implora a cura [ag5]. A enfermidade se toma caminho de conversão e o perdão de Deus de início à cura. Israel chega à conclusão de que a doença, de uma forma misteriosa, está ligada ao pecado e ao mal e que a fidelidade a Deus, segundo sua Lei, dá a vida: “Porque eu sou lahweh, aquele que te restaura” (Ex 15,26). O profeta entrevê que o sofrimento também pode ter um sentido redentor para os pecados dos outros (Cf Is 53,11). Finalmente, Isaías anuncia que Deus fará chegar um tempo para Si o em que toda falta será perdoada e toda doença ser curada (Cf Is 33,24).

CRISTO - MÉDICO

1503 A compaixão de Cristo para com os doentes e suas numerosas curas de enfermos de todo tipo são um sinal evidente de que “Deus visitou o seu povo e de que o Reino de Deus está bem próximo. Jesus não só tem poder de curar, mas também de perdoar os pecados: ele veio curar o homem inteiro, alma e corpo; é o médico de que necessitam os doentes. Sua compaixão para com todos aqueles que sofrem é tão grande que ele se identifica com eles: “Estive doente e me visitastes” (Mt 25,36). Seu amor de predileção pelos enfermos não cessou, ao longo dos séculos, de despertar a atenção toda especial dos cristãos para com todos os que sofrem no corpo e na alma. Esse amor está na origem dos incansáveis esforços para aliviá-los.

1504 Muitas vezes Jesus pede aos enfermos que creiam. Serve-se de sinais para curar: saliva e imposição das mãos, lama e ablução. Os doentes procuram tocá-lo, “porque dele saía uma força que a todos curava” (Lc 6,19). Também nos sacramentos Cristo continua a nos “tocar” para nos curar.

1505 Comovido com tantos sofrimentos, Cristo não apenas se deixa tocar pelos doentes, mas assume suas misérias: “Ele levou nossas enfermidades e carregou nossas doenças”. Não

curou todos os enfermos. Suas curas eram sinais da vinda do Reino de Deus. Anunciavam uma cura mais radical: a vitória sobre o pecado e a morte por sua Páscoa. Na cruz, Cristo tomou sobre si todo o peso do mal e tirou o "pecado do mundo" (Jo 1,29). A enfermidade não é mais do que uma consequência do pecado. Por sua paixão e morte na cruz, Cristo deu um novo sentido ao sofrimento, que doravante pode configurar-nos com Ele e unir-nos à sua paixão redentora.

"CURAI OS ENFERMOS..."

1506 Cristo convida seus discípulos a segui-lo, tomando cada um sua cruz. Seguindo-o, adquirem uma nova visão da doença e dos doentes. Jesus os associa à sua vida pobre e de servidor. Faz com que participem de seu ministério de compaixão e de cura: "Partindo, eles pregavam que todos se arrependessem. E expulsavam muitos demônios e curavam muitos enfermos, unguendo-os com óleo" (Mc 6,12-13).

1507 O Senhor ressuscitado renova este envio ("Em meu nome... eles imporão as mãos sobre os enfermos e estes ficarão curados". (Mc 16,17-18) e o confirma por meio dos sinais realizados pela Igreja ao invocar seu nome. Esses sinais manifestam de um modo especial que Jesus é verdadeiramente "Deus que salva".

1508 O Espírito Santo dá a algumas pessoas um carisma especial de cura para manifestar a força da graça do ressuscitado. Todavia, mesmo as orações mais intensas não conseguem obter a cura de todas as doenças. Por isso, São Paulo deve aprender do Senhor que "basta-te a minha graça, pois é na fraqueza que minha força manifesta todo o seu poder" (2Cor 12,9), e que os sofrimentos que temos de suportar podem ter como sentido "completar na minha carne o que falta às tribulações de Cristo por seu corpo, que é a Igreja" (Cl 1,24).

1509 "Curai os enfermos!" (Mt 10,8). A Igreja recebeu esta missão do Senhor e esforça-se por cumpri-la tanto pelos cuidados aos doentes como pela oração de intercessão com que os acompanha. Ela crê na presença vivificante de Cristo, médico da alma e do corpo. Esta presença age particularmente por intermédio dos sacramentos e, de modo especial, pela Eucaristia, pão que dá vida eterna a cujo liame com a saúde corporal São Paulo alude.

1510 Entretanto, a Igreja apostólica conhece um rito próprio em favor dos doentes, atestado por São Tiago: "Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja, para que orem sobre ele, unguendo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados" (Tg 5,14-15). A Tradição reconheceu neste rito um dos sete sacramentos da Igreja.

UM SACRAMENTO DOS ENFERMOS

1511 A Igreja crê e confessa que existe, entre os sete sacramentos, um sacramento especialmente destinado a reconfortar aqueles que provados pela enfermidade: a Unção dos Enfermos.

Esta unção sagrada dos enfermos foi instituída por Cristo nosso Senhor como um sacramento do Novo Testamento, verdadeira e propriamente dito, insinuado por Marcos, mas recomendado aos fiéis e promulgado por Tiago, Apóstolo e irmão do Senhor.

1512 Na tradição litúrgica, tanto no Oriente como no Ocidente, constam desde a Antigüidade testemunhos de unções de enfermos praticadas com óleo bento. No curso dos séculos, a Unção dos Enfermos foi cada vez mais conferida exclusivamente aos agonizantes. Por causa disso, recebeu o nome de "Extrema-Unção". Apesar desta evolução, a liturgia jamais deixou de orar ao Senhor para que o enfermo recobre a saúde, se tal convier à sua salvação.

1513 A constituição apostólica *Sacramentum infirmorum*, de 30 de novembro de 1972, seguindo o Concílio Vaticano II, estabeleceu que doravante, no rito romano, se observe o seguinte:

O sacramento da Unção dos Enfermos é conferido às pessoas acometidas de doenças perigosas, ungiendo-as na fronte e nas mãos com óleo devidamente consagrado - óleo de oliveira ou outro óleo extraído de plantas -, dizendo uma só vez: “Por esta santa unção e por sua puríssima misericórdia, o Senhor venha em teu auxílio com a graça do Espírito Santo, para que, liberto de teus pecados, Ele te salve e, em sua bondade, alivie teus sofrimentos”.

II. QUEM RECEBE E QUEM ADMINISTRA ESTE SACRAMENTO?

EM CASO DE DOENÇA GRAVE...

1514 A Unção dos Enfermos “não é um sacramento só daqueles que se encontram às portas da morte. Portanto, tempo oportuno para receber a Unção dos Enfermos é certamente o momento em que o fiel começa a correr perigo de morte por motivo de doença, debilitação física ou velhice”.

1515 Se um enfermo que recebeu a Unção dos Enfermos recobrar a saúde, pode, em caso de recair em doença grave, receber de novo este sacramento. No decorrer da mesma enfermidade, este sacramento pode ser reiterado se a doença se agravar. Permite-se receber a Unção dos Enfermos antes de uma cirurgia de alto risco. O mesmo vale também para as pessoas de idade avançada, cuja fragilidade se acentua.

.... QUE CHAME OS PRESBITEROS DA IGREJA”

1516 Só os sacerdotes (bispos e presbíteros) são ministros da Unção dos Enfermos. E dever dos pastores instruir os fiéis sobre os benefícios deste sacramento. Que os fiéis incentivem os doentes a chamar o sacerdote, para receber este sacramento. Que os doentes se preparem para recebê-lo com boas disposições, com a ajuda de seu pastor e de toda a comunidade eclesial, que é convidada a cercar de modo especial os doentes com suas orações e atenções fraternas.

III. COMO É CELEBRADO ESTE SACRAMENTO?

1517 Como todos os sacramentos, a Unção dos Enfermos é uma celebração litúrgica e comunitária, quer tenha lugar na família, no hospital ou na Igreja, para um só enfermo ou para todo um grupo de enfermos. E de todo conveniente que ela se celebre dentro da Eucaristia, memorial da Páscoa do Senhor. Se as circunstâncias o permitirem, a celebração do sacramento pode ser precedida pelo sacramento da Penitência e seguida pelo sacramento da Eucaristia. Como sacramento da Páscoa de Cristo, a Eucaristia deveria sempre ser o último sacramento da peregrinação terrestre, o “viático” para a “passagem” à vida eterna.

1518 Palavra e sacramento formam um todo inseparável. A Liturgia da Palavra, precedida de um ato penitencial, abrirá a celebração. As palavras de Cristo, o testemunho dos apóstolos despertam a fé do enfermo e da comunidade para pedir ao Senhor a força de seu Espírito.

1519 A celebração do sacramento compreende principalmente os elementos seguintes: “os presbíteros da Igreja (Cf Tg 5,14) impõem – em silêncio - as mãos aos doentes; oram sobre eles na fé da Igreja. É a epiclesse própria deste sacramento. Realizam então a unção com óleo consagrado, que, se possível, deve ser feita pelo Bispo. Essas ações litúrgicas indicam a graça que esse sacramento confere aos enfermos.

IV. OS EFEITOS DA CELEBRAÇÃO DESTE SACRAMENTO

1520 Um dom particular do Espírito Santo O principal dom deste sacramento é uma graça de reconforto, de paz e de coragem para vencer as dificuldades próprias do estado de enfermidade grave ou da fragilidade da velhice. Esta graça é um dom do Espírito Santo que renova a confiança e a fé em Deus e fortalece contra as tentações do maligno, tentação de

desânimo e de angustia diante da morte. Esta assistência do Senhor pela força de seu Espírito quer levar o enfermo à cura da alma, mas também à do corpo, se for esta a vontade de Deus. Além disso, “se ele cometeu pecados, eles lhe serão perdoados” (Tg 5,15).

1521 A união com a paixão de Cristo. Pela graça deste sacramento o enfermo recebe a força e o dom de unir-se mais intimamente à paixão de Cristo: de certa forma ele é consagrado para produzir fruto pela configuração à paixão redentora do Salvador. O sofrimento, seqüela do pecado original, recebe um sentido novo: torna-se participação na obra salvífica de Jesus.

1522 Uma graça eclesial. Os enfermos que recebem este sacramento, “associando-se livremente à paixão e à morte de Cristo”, “contribuem para o bem do povo de Deus”. Ao celebrar este sacramento, a Igreja, na comunhão dos santos, intercede pelo bem do enfermo. E o enfermo, por sua vez, pela graça deste sacramento, contribui para a santificação da Igreja e para o bem de todos os homens pelos quais a Igreja sofre e se oferece, por Cristo, a Deus Pai.

1523 Uma preparação para a última passagem. Se o sacramento da Unção dos Enfermos é concedido a todos os que sofrem de doenças e enfermidades graves, com mais razão ainda cabe aos que estão às portas da morte (“in exitu vitae constituti”). Por isso, também foi chamado “sacramentum exeuntium”. A Unção dos Enfermos completa nossa conformação com a Morte e Ressurreição de Cristo, como o Batismo começou a fazê-lo. E o termo das sagradas unções que acompanham toda a vida cristã: a do Batismo, que selou em nós a nova vida; a da confirmação, que nos fortificou para o combate desta vida. Esta derradeira unção fortalece o fim de nossa vida terrestre como que de um sólido baluarte para enfrentar as últimas lutas antes da entrada na casa do Pai.

V. O VIÁTICO, ÚLTIMO SACRAMENTO DO CRISTÃO

1524 Aos que estão para deixar esta vida, a Igreja oferece, além da Unção dos Enfermos, a Eucaristia como viático. Recebida neste momento de passagem para o Pai, a comunhão do Corpo e Sangue de Cristo tem significado e importância particulares. É semente de vida eterna e poder de ressurreição, segundo as palavras do Senhor: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6,54). Sacramento de Cristo morto e ressuscitado, a Eucaristia é aqui sacramento da passagem da morte para a vida, deste mundo para o Pai..

1525 Assim como os sacramentos do Batismo, da Confirmação e da Eucaristia constituem uma unidade chamada “os sacramentos da iniciação cristã”, pode-se dizer que a Penitência, a Sagrada Unção e a Eucaristia como viático constituem, quando a vida cristã chega a seu término, “os sacramentos que preparam para a Pátria” ou os sacramentos que consumam a peregrinação.

RESUMINDO

1526 “Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja para que orem sobre ele, unguendo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o aliviará; e, se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados” (Tg 5,14-15).

1527 O sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que está passando pelas dificuldades inerentes ao estado de enfermidade grave ou de velhice.

1528 O tempo oportuno para receber a sagrada unção é certamente aquele em que o fiel começa a encontrar-se em perigo de morte devido à doença ou à velhice.

1529 Cada vez que um cristão cair gravemente enfermo, pode receber a sagrada unção. Da mesma forma, pode recebê-la novamente se a doença se agravar.

1530 Só os sacerdotes (Bispos e presbíteros) podem administrar o sacramento da Unção dos Enfermos; para conferi-lo, empregam óleo consagrado pelo Bispo ou, em caso de necessidade, pelo próprio presbítero celebrante.

1531 O essencial da celebração deste sacramento consiste na unção da fronte e das mãos do doente (no rito romano) ou de outras partes do corpo (no Oriente), unção acompanhada da oração litúrgica do presbítero celebrante, que pede a graça especial deste sacramento.

1532 A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos:

- ü a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem de toda a Igreja;
- ü reconforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice;
- ü perdão dos pecados, se o doente não pode obtê-lo pelo sacramento da Penitência;
- ü restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual;
- ü a preparação para a passagem à vida eterna.

CAPÍTULO III.

OS SACRAMENTOS DO SERVIÇO DA COMUNHÃO

1533 O Batismo, a Confirmação e a Eucaristia são os sacramentos da iniciação cristã. São a base da vocação comum de todos os discípulos de Cristo, vocação à santidade e à missão de evangelizar o mundo. Conferem as graças necessárias à vida segundo Espírito nesta vida de peregrinos a caminho da Pátria.

1534 Dois outros sacramentos, a ordem e o matrimônio, estão ordenados à salvação de outrem. Se contribuem também para a salvação pessoal, isso acontece por meio do serviço aos outros. Conferem uma missão particular na Igreja e servem para a edificação do Povo de Deus.

1535 Nesses sacramentos, os que já foram consagrados pelo Batismo e pela Confirmação para o sacerdócio comum de todos os fiéis podem receber consagrações específicas. Os que recebem o sacramento da Ordem são consagrados para ser, em nome de Cristo, “pela palavra e pela graça de Deus, os pastores da Igreja”. Por sua vez, “os esposos cristãos, para cumprir dignamente os deveres de seu estado, são fortalecidos e como que consagrados por um sacramento especial”.

ARTIGO 6

O SACRAMENTO DA ORDEM

1536 A Ordem é o sacramento graças ao qual a missão confiada por Cristo a seus Apóstolos continua sendo exercida na Igreja até o fim dos tempos; é, portanto, o sacramento do ministério apostólico. Comporta três graus: o episcopado, o presbíterado e o diaconato.

(Sobre a instituição e a missão do ministério apostólico por Cristo, veja-se acima. Aqui, só se trata da via sacramental pela qual se transmite este ministério.)

I. POR QUE O NOME SACRAMENTO DA ORDEM?

1537 A palavra ordem, na Antigüidade romana, designava corpos constituídos no sentido civil, sobretudo o corpo dos que governavam. "Ordinatio" (ordenação) designa a integração num "ordo" (ordem). Na Igreja, há corpos constituídos que a Tradição, não sem fundamento na Sagrada Escritura[ag7] , chama, desde os tempos primitivos, de "taxeis" (em grego; pronuncie "tacseis"), de "ordines" (em latim). Por exemplo, a liturgia fala do "ordo episcoporum" (ordem dos bispos), do "ordo presbyterorum" (ordem dos presbíteros), do "ordo diaconorum" (ordem dos diáconos). Outros grupos recebem também este nome de "ordo": os catecúmenos, as virgens, os esposos, as viúvas etc[§8] .

1538 A integração em um desses corpos da Igreja era feita por um rito chamado ordinatio, ato religioso e litúrgico que consistia numa consagração, numa bênção ou num sacramento. Hoje a palavra "ordinatio" é reservada ao ato sacramental que integra na ordem dos bispos, presbíteros e diáconos e que transcende uma simples eleição, designação, delegação ou instituição pela comunidade, pois confere um dom do Espírito Santo que permite exercer um "poder sagrado" ("sacra potestas") que só pode vir do próprio Cristo, por meio de sua Igreja. A ordenação também é chamada "consecratio" por ser um pôr à parte, uma investidura, pelo próprio Cristo, para sua Igreja. A imposição das mãos do bispo, com a oração consecratória, constitui o sinal visível desta consagração.

II. O SACRAMENTO DA ORDEM NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

O SACERDÓCIO NA ANTIGA ALIANÇA

1539 O povo eleito foi constituído por Deus como "um reme de sacerdotes e uma nação santa" (Ex 19.6). Mas, dentro do povo de Israel, Deus escolheu uma das doze tribos, a de Levi, reservando-a para o serviço litúrgico; Deus mesmo é sua herança. Um rito próprio consagrou as origens do sacerdócio da antiga aliança. Os sacerdotes são ai "constituídos para intervir em favor dos homens em suas relações com Deus, a fim de oferecer dons e sacrifícios pelos pecados".

1540 Instituído para anunciar a palavra de Deus e para restabelecer a comunhão com Deus pelos sacrifícios e pela oração, esse sacerdócio continua, não obstante, impotente para operar; a salvação. Precisa, por isso, repetir sem cessar os sacrifícios, e não é capaz de levar à santificação definitiva, que só o sacrifício de Cristo deveria operar.

1541 Entretanto, a liturgia da Igreja vê no sacerdócio de Aarão, no serviço dos levitas e na instituição dos setenta "anciãos" prefigurações do ministério ordenado da nova aliança Assim, no rito latino, a Igreja reza no prefácio consecratório da ordenação dos bispos: Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo... por vossa palavra estabelecestes leis na Igreja; e escolhestes desde o principio um povo santo, descendente de Abraão, dando-lhe chefes e sacerdotes, e jamais deixastes sem ministros o vosso santuário...

1542 NA ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS. A IGREJA REZA:

Assisti-nos, Senhor, Pai Santo Já no Antigo Testamento, em sinais prefigurativos, surgiram vários ofícios por vós instituídos, de modo que, tendo à frente Aarão para guiar e santificar o vosso povo, lhes destes colaboradores de menor ordem e dignidade. Assim, no deserto, comunicastes a setenta homens prudentes o espírito dado a Moisés que, como auxílio deles, pode mais facilmente governar o vosso povo.

Do mesmo modo, derramastes copiosamente sobre os filhos de Aarão a plenitude concedida a seu pai, para que o serviço dos sacerdotes segundo a lei fosse suficiente para os sacrifícios do tabernáculo.

1543 E, na oração consecratória para a ordenação dos diáconos, a Igreja professa:

Ó Deus Todo-Poderoso... fazeis crescer... a vossa Igreja. Para a edificação do novo templo, constituístes três ordens de ministros para servirem ao vosso nome, como outrora escolhestes os filhos de Levi para o serviço do antigo santuário.

O ÚNICO SACERDÓCIO DE CRISTO

1544 Todas as prefigurações do sacerdócio da antiga aliança encontram seu cumprimento em Cristo Jesus, "único mediador entre Deus e os homens" (I Tm 2,5). Melquisedec, "sacerdote do Deus Altíssimo" (Gn 14,18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único "sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec" (Hb 5,10; 6,20), "santo, inocente, imaculado" (Hb 7,16), que "com uma única oferenda levou à perfeição, e para sempre, os que ele santifica" (Hb 10,14), isto é, pelo único sacrifício de sua Cruz.

1545 O sacrifício redentor de Cristo é único, realizado uma vez por todas. Não obstante, toma-se presente no sacrifício eucarístico da Igreja. O mesmo acontece com o único sacerdócio de Cristo: torna-se presente pelo sacerdócio ministerial, sem diminuir em nada a unicidade do sacerdócio de Cristo. "Por isso, somente Cristo é o verdadeiro sacerdote; Os outros são seus ministros."

DUAS PARTICIPAÇÕES NO SACERDÓCIO ÚNICO DE CRISTO

1546 Cristo, sumo sacerdote e único mediador, fez da Igreja "um Reino de sacerdotes para Deus, seu Pai" (Cf Ap 1,6; 5,9-10; 1 Pd 2,5.9). Toda comunidade dos fiéis é, como tal, sacerdotal. Os fiéis exercem seu sacerdócio batismal por meio de sua participação, cada qual segundo sua própria vocação, na missão de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei. E pelos sacramentos do Batismo e da Confirmação que os fiéis são "consagrados para ser... um sacerdócio santo".

1547 O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis, embora "ambos participem, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo", diferem, entretanto, essencialmente, mesmo sendo "ordenados um ao outro". Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da graça batismal, vida de fé, de esperança e de caridade, vida segundo o Espírito o sacerdócio ministerial está a serviço do sacerdócio comum, refere-se ao desenvolvimento da graça batismal de todos os cristãos. É um dos meios pelos quais Cristo não cessa de construir e de conduzir sua Igreja. Por isso, é transmitido por um sacramento próprio, o sacramento da Ordem.

"IN PERSONA CHRISTI CAPITIS" (NA PESSOA DE CRISTO CABEÇA...)

1548 No serviço eclesial do ministro ordenado, é o próprio Cristo que está presente á sua Igreja enquanto Cabeça de seu Corpo, Pastor de seu rebanho, Sumo Sacerdote do sacrificio redentor Mestre da Verdade. A Igreja o expressa dizendo que o sacerdote, em virtude do sacramento da Ordem, age "in persona Christi Capitis" (na pessoa de Cristo Cabeça):

Na verdade, o ministro faz as vezes do próprio Sacerdote, Cristo Jesus. Se, na verdade, o ministro é assimilado ao Sumo Sacerdote por causa da consagração sacerdotal que recebeu, goza do poder de agir pela força do próprio Cristo que representa ("virtute ac persona ipsius Christi").

"Cristo é a origem de todo sacerdócio: pois o sacerdote da [Antiga Lei era figura dele, ao passo que o sacerdote da nova lei age em sua pessoa."

1549 Pelo ministério ordenado, especialmente dos bispos e dos presbíteros, a presença de Cristo como chefe da Igreja se torna visível no meio da comunidade dos fiéis[ag36] . Segundo a bela expressão de Santo Inácio de Antioquia, o Bispo é "typos tou Patros" (pronuncie: typos tu patrós), como a imagem viva de Deus Pai.

1550 Esta presença de Cristo no ministro não deve ser compreendida como se este estivesse imune a todas as fraquezas humanas, ao espírito de dominação, aos erros e até aos pecados. A força do Espírito Santo não garante do mesmo modo todos os atos dos ministros. Enquanto nos sacramentos esta garantia é assegurada, de tal forma que mesmo o pecado do ministro não possa impedir o fruto da graça, há muitos outros atos em que a conduta humana do ministro deixa traços que nem sempre são sinal de fidelidade ao Evangelho e que podem, por conseguinte, prejudicar a fecundidade apostólica da Igreja.

1551 Esse sacerdócio é ministerial. “Esta missão que o Senhor confiou aos pastores de seu povo é um verdadeiro serviço.” Refere-se inteiramente a Cristo e aos homens. Depende inteiramente de Cristo e de seu sacerdócio único, e foi instituído em favor dos homens e da comunidade da Igreja. O sacramento da ordem comunica “um poder sagrado” que é o próprio poder de Cristo. O exercício desta autoridade deve, pois, ser medido pelo modelo de Cristo que, por amor, se fez o último e servo de todos. “O Senhor disse claramente que cuidar de seu rebanho é uma prova de amor para com Ele.”

“EM NOME DE TODA A IGREJA”

1552 A tarefa do sacerdócio ministerial não é apenas representar Cristo-Cabeça da Igreja - diante da assembléia dos fiéis; ele age também em nome de toda a Igreja quando apresenta a Deus a oração da Igreja e sobretudo quando oferece o sacrifício eucarístico.

1553 “Em nome de toda a Igreja” não quer dizer que os sacerdotes sejam os delegados da comunidade. A oração e a oferenda da Igreja são inseparáveis da oração e da oferenda de Cristo, sua Cabeça. Trata-se sempre do culto de Cristo na e por sua Igreja. É toda a Igreja, corpo de Cristo, que ora e se oferece, “per ipsum et cum ipso et in ipso” (por Ele, com Ele e nEle), na unidade do Espírito Santo, a Deus Pai. Todo o corpo, “caput et membra” (cabeça e membros), ora e se oferece, e é por isso que aqueles que são especialmente os ministros no corpo são chamados ministros não somente de Cristo, mas também da Igreja. É por representar Cristo que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja.

III. OS TRÊS GRAUS DO SACRAMENTO DA ORDEM

1554 “O ministério eclesiástico, divinamente instituído, é exercido em diversas ordens pelos que desde a antigüidade são chamados bispos, presbíteros e diáconos.” A doutrina católica, expressa na liturgia, no magistério e na prática constante da Igreja, reconhece que existem dois graus de participação ministerial no sacerdócio de Cristo: o episcopado e o presbiterado. O diaconado se destina a ajudá-los e a servi-los. Por isso, o termo “sacerdos” designa, na prática atual, os bispos e os sacerdotes, mas não os diáconos. Não obstante, ensina a doutrina católica que os graus de participação sacerdotal (episcopado e presbiterado) e o de serviço (diaconado) são conferidos por um ato sacramental chamado “ordenação”, isto é, pelo sacramento da Ordem.

Que todos reverenciem os diáconos como Jesus Cristo, como também o Bispo, que é imagem do Pai, e os presbíteros como senado de Deus e como a assembléia dos apóstolos: sem eles não se pode falar de Igreja.

A ORDENAÇÃO EPISCOPAL - PLENITUDE DO SACRAMENTO DA ORDEM

1555 “Entre aqueles vários ministérios, que desde os primeiros tempos são exercidos na Igreja, conforme atesta a Tradição, o lugar principal é ocupado pelo múnus daqueles que, constituídos no episcopado, conservam a semente apostólica por uma sucessão que vem ininterrupta desde o começo.

1556 Para desempenhar sua missão, “os Apóstolos foram enriquecidos por Cristo com especial efusão do Espírito Santo, que desceu sobre eles. E eles mesmos transmitiram a seus

colaboradores, mediante a imposição das mãos, este dom espiritual que chegou até nós pela sagração episcopal”

1557 O Concílio Vaticano II “ensina, pois, que pela sagração episcopal se confere a plenitude do sacramento da Ordem, que, tanto pelo costume litúrgico da Igreja como pela voz dos Santos Padres, é chamada o sumo sacerdócio, a realidade total (‘summa’) do ministério sagrado”.

1558 “A sagração episcopal, juntamente com o múnus de santificar, confere também os de ensinar e de reger... De fato, mediante a imposição das mãos e as palavras da sagração, é concedida a graça do Espírito Santo e impresso o caráter sagrado, de tal modo que os Bispos, de maneira eminente e visível, fazem as vezes do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e agem em seu nome (‘in eius persona agant’).” “Os Bispos, portanto, pelo Espírito Santo que lhes foi dado, foram constituídos como verdadeiros e autênticos mestres da fé, pontífices e pastores.”

1559 “Alguém é constituído membro do corpo episcopal pela sagração sacramental e pela hierárquica comunhão com o chefe e os membros do Colégio.” O caráter e a natureza colegial da ordem episcopal se manifestam, entre outras, na antiga prática da Igreja, que requer para a consagração de um novo Bispo a participação de vários Bispos. Para a legítima ordenação de um Bispo, é hoje exigida uma especial intervenção do Bispo de Roma, em razão de sua qualidade de vínculo visível supremo da comunhão das Igrejas particulares na única Igreja e garantia de sua liberdade.

1560 Cada Bispo, como vigário de Cristo, tem o encargo pastoral da Igreja particular que lhe foi confiada, mas ao mesmo tempo ele, colegialmente, com todos os seus irmãos no episcopado, deve ter solicitude por todas as Igrejas: “Se cada Bispo só é pastor propriamente dito da porção do rebanho que lhe foi confiada, sua qualidade de legítimo sucessor dos apóstolos por instituição divina o toma solidariamente responsável pela missão apostólica da Igreja”.

1561 Tudo o que acabamos de dizer explica por que a Eucaristia celebrada pelo Bispo tem um significado todo especial como expressão da Igreja reunida em torno do altar sob a presidência daquele que representa visivelmente Cristo, Bom Pastor e Cabeça de sua Igreja.

A ORDENAÇÃO DOS PRESBÍTEROS COOPERADORES DOS BISPOS

1562 “Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (Jo 10,36), fez os Bispos participantes de sua consagração e missão, por meio dos apóstolos, de quem são sucessores. Os Bispos transmitiram legitimamente o múnus de seu ministério em grau diverso a pessoas diversas na Igreja.” “O múnus de seu ministério foi por sua vez confiado em grau subordinado aos presbíteros, para que constituídos na ordem do presbiterado com o fito de cumprir a missão apostólica transmitida por Cristo - fossem os colaboradores da ordem episcopal.”

1563 “O ofício dos presbíteros, por estar ligado à ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo os sacramentos da iniciação cristã, é conferido por meio daquele sacramento peculiar mediante o qual os presbíteros, pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e assim configurados com Cristo sacerdote, de forma a poderem agir em nome de Cristo Cabeça em pessoa.”

1564 “Embora os presbíteros não possuam o ápice do pontificado e no exercício de seu poder dependam dos Bispos, estão contudo com eles unidos na dignidade sacerdotal. Em virtude do sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote, eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento.”

1565 Em virtude do sacramento da Ordem, os presbíteros participam das dimensões universais da missão confiada por Cristo aos Apóstolos. O dom espiritual que receberam na ordenação prepara-os não para uma missão limitada e restrita, “mas para a missão amplíssima e

universal da salvação até os confins da terra, “com o espírito pronto para pregar o Evangelho por toda parte”.

1566 “Eles exercem seu sagrado múnus principalmente no culto eucarístico ou sinaxe, na qual, agindo na pessoa de Cristo e proclamando seu mistério, unem os pedidos dos fiéis ao sacrifício de sua Cabeça e, até a volta do Senhor, tomam presente e aplicam no sacrifício da missa o único sacrifício do Novo Testamento, isto é, o sacrifício de Cristo que, como hóstia imaculada, uma vez por todas se ofereceu ao Pai. É desse sacrifício único que retiram a força de todo o seu ministério sacerdotal.

1567 “Solícitos cooperadores da ordem episcopal, seu auxílio e instrumento, chamados para servir ao povo de Deus, os sacerdotes formam com seu Bispo um único presbitério, empenhados, porém, em diversos ofícios. Em cada comunidade local de fiéis, tomam presente de certo modo o Bispo, ao qual se associam com coração confiante e generoso. Assumem, como próprias, as funções e as solitudes do Bispo e as exercem em seu empenho cotidiano pelos fiéis. Os presbíteros só podem exercer seu ministério na dependência do Bispo e em comunhão com ele. A promessa de obediência que fazem ao Bispo no momento da ordenação e o ósculo da paz do Bispo no fim da liturgia da ordenação significam que o bispo os considera como seus colaboradores, filhos, irmãos e amigos, e em troca eles lhe devem amor e obediência.

1568 “Estabelecidos na ordem do presbiterado por meio da ordenação, os presbíteros estão ligados entre si por uma íntima fraternidade sacramental; de modo especial, porém, formam um só presbitério na diocese para cujo serviço estão escalados sob a direção do próprio Bispo.” A unidade do presbitério encontra uma expressão litúrgica na prática que recomenda que os presbíteros, por sua vez, imponham as mãos, depois do Bispo, durante o rito da ordenação.

A ORDENAÇÃO DOS DIÁCONOS - “PARA O SERVIÇO”

1569 No grau inferior da hierarquia encontram-se os diáconos. São-lhes impostas as mãos “não para o sacerdócio, mas para o serviço”. Para a ordenação ao diaconado, só o Bispo impõe as mãos, significando assim que o diácono está especialmente ligado ao Bispo nas tarefas de sua “diaconia”.

1570 Os diáconos participam de modo especial na missão e graça de Cristo. São marcados pelo sacramento da Ordem com um sinal (“caráter”) que ninguém poder apagar e que os configura a Cristo, que se fez “diácono”, isto é, servidor de todos. ***Cabe aos diáconos, entre outros serviços, assistir o Bispo e os padres na celebração dos divinos mistérios, sobre tudo a Eucaristia, distribuir a Comunhão, assistir ao Matrimônio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregar, presidir o funerais e consagrar-se aos diversos serviços da caridade.***

1571 Desde o Concílio Vaticano II, a Igreja latina restabeleceu o diaconato “como grau próprio e permanente da hierarquia”, a passo que as Igrejas do Oriente sempre o mantiveram. Esse ***diaconato permanente, que pode ser conferido a homens casados***, constitui um importante enriquecimento para a missão da Igreja. De fato, ser útil e apropriado que aqueles que cumprem na Igreja um ministério verdadeiramente diaconal, quer na vida litúrgica e pastoral, quer nas obras sociais e caritativas, “sejam corroborados e mais intimamente ligados ao altar pela imposição das mãos, tradição que nos vem desde os apóstolos. Destarte desempenharão mais eficazmente o seu ministério mediante a graça sacramental do diaconato”.

IV. A CELEBRAÇÃO DESTE SACRAMENTO

1572 A celebração da ordenação de um Bispo, de presbíteros ou de diáconos, devido à sua importância para a vida da Igreja particular, exige o concurso do maior número possível de fiéis. Deverá realizar-se de preferência num domingo e na catedral, com uma solenidade adaptada à circunstância. As três ordenações – do Bispo, do padre e do diácono – seguem o mesmo movimento. Seu lugar é no seio da Liturgia Eucarística.

1573 O rito essencial do sacramento da Ordem consta, para os três graus, da imposição das mãos pelo Bispo sobre a cabeça do ordenando e da oração consagratória específica, que pede a Deus a efusão do Espírito Santo e de seus dons apropriados ao ministério para o qual o candidato é ordenado.

1574 Como todos os sacramentos, ritos anexos cercam a celebração. Variando consideravelmente nas diferentes tradições litúrgicas, o que têm em comum é exprimir os múltiplos aspectos da graça sacramental. Assim, os ritos iniciais no rito latino - a apresentação e a eleição do ordinando, a alocação do Bispo, o interrogatório do ordinando, a ladainha de todos os santos - atestam que a escolha do candidato foi feita de conformidade com a prática da Igreja e preparam o ato solene da consagração, depois da qual diversos ritos vêm exprimir e concluir, de maneira simbólica, o mistério que acaba de consumir-se: para o Bispo e para o presbítero, a unção do santo crisma, sinal da unção especial do Espírito Santo que torna fecundo seu ministério; entrega do livro dos Evangelhos, do anel, da mitra e do báculo ao bispo, em sinal de sua missão apostólica de anúncio da Palavra de Deus, de sua fidelidade à Igreja, esposa de Cristo, de seu cargo de pastor do rebanho do Senhor; entrega da patena e do cálice ao presbítero, "a oferenda do povo santo" que ele deve apresentar a Deus; entrega do livro dos Evangelhos ao diácono, que acaba de receber a missão de anunciar o Evangelho de Cristo.

V. QUEM PODE CONFERIR ESTE SACRAMENTO?

1575 Foi Cristo quem escolheu os apóstolos, fazendo-os participar de sua missão e autoridade. Elevado à direita do Pai, Ele não abandonou seu rebanho, mas guarda-o por meio dos Apóstolos, sob sua constante proteção, e o dirige ainda pelos mesmos pastores que continuam até hoje sua obra. Portanto, é Cristo "que concede" a uns serem apóstolos, a outros pastores. Ele continua agindo por intermédio dos Bispos.

1576 Como o sacramento da Ordem é o sacramento do ministério apostólico, cabe aos Bispos, como sucessores dos apóstolos, transmitir "o dom espiritual", "a semente apostólica". Os Bispos validamente ordenados, isto é, que estão na linha da sucessão apostólica, conferem validamente os três graus do sacramento da ordem.

VI. QUEM PODE RECEBER ESTE SACRAMENTO?

1577 "Só um varão ('vir') batizado pode receber validamente a ordenação sagrada." O Senhor Jesus escolheu homens ("virii") para formar o colégio dos doze Apóstolos e os apóstolos fizeram o mesmo quando escolheram os colaboradores que seriam seus sucessores na missão. O colégio dos Bispos, ao qual os presbíteros estão unidos no sacerdócio, torna presente e atualiza, até o retomo de Cristo, o colégio dos doze. A Igreja se reconhece vinculada por essa escolha do próprio Senhor. Por isso, a ordenação de mulheres não é possível.

1578 Ninguém tem o direito de receber o sacramento da ordem. De fato, ninguém pode arrogar-se a si mesmo este cargo. A pessoa é chamada por Deus para esta honra. Aquele que crê verificar em si os sinais do chamado divino ao ministério ordenado deve submeter humildemente seu desejo à autoridade da Igreja, à qual cabe a responsabilidade e o direito convocar alguém para receber as ordens. Como toda graça, esse sacramento não pode ser recebido a não ser como um dom imerecido.

1579 Todos os ministros ordenados da Igreja latina, com exceção dos diáconos permanentes, normalmente são escolhidos entre os homens fiéis que vivem como celibatários e querem guardar o celibato "por causa do Reino dos Céus" (Mt 19,12). Chamados a consagrar-se com indiviso coração ao Senhor e a "cuidar das coisas do Senhor", entregam-se inteiramente a Deus e aos homens. O celibato é um sinal desta nova vida a serviço da qual o ministro da Igreja é consagrado; aceito com coração alegre, ele anuncia de modo radiante o Reino de Deus.

1580 Nas Igrejas orientais, está em vigor, há séculos, uma disciplina diferente: enquanto os Bispos só são escolhidos entre os celibatários, homens casados podem ser ordenados diáconos

e padres. Esta praxe é considerada legítima há muito tempo; esses padres exercem um ministério muito útil no seio de suas comunidades. O celibato dos presbíteros, por outro lado, é muito honrado nas Igrejas orientais, e são numerosos os que o escolhem livremente, por causa do Reino de Deus. No Oriente como no Ocidente, aquele que recebeu o sacramento da Ordem não pode mais casar-se.

VII. OS EFEITOS DO SACRAMENTO DA ORDEM

O CARÁTER INDELÉVEL

1581 Este sacramento toma a pessoa semelhante a Cristo por meio de uma graça especial do Espírito Santo, para servir de instrumento de Cristo em favor de sua Igreja. Pela ordenação, a pessoa se habilita a agir como representante de Cristo, Cabeça da Igreja, em sua tríplice função de sacerdote, profeta e rei.

1582 Como no caso do Batismo e da Confirmação, esta participação na função de Cristo é concedida uma vez por todas. O sacramento da Ordem também confere um caráter espiritual indelével e não pode ser reiterado nem conferido temporariamente.

1583 Alguém validamente ordenado pode, é claro, por motivos graves, ser exonerado das obrigações e das funções ligadas à ordenação ou ser proibido de exercê-las, mas jamais poder voltar a ser leigo no sentido estrito, porque o caráter impresso pela ordenação permanece para sempre. A vocação e a missão recebidas no dia de sua ordenação marcam a pessoa de modo permanente.

1584 Como, afinal de contas, quem age e opera a salvação é Cristo, por inter-médio do ministro ordenado, a indignidade deste não impede Cristo de agir. Santo Agostinho diz isso categoricamente:

O ministro orgulhoso deve ser colocado junto com o diabo, mas nem por isso é contaminado o dom de Cristo, que, por esse ministro, continua a fluir em sua pureza e, por meio dele, chega límpido e cai em terra fértil... Na verdade, a virtude espiritual do sacramento se assemelha à luz: os que devem ser iluminados a receber em sua pureza, pois, mesmo que tenha de atravessar seres manchados, ela não se contamina.

A GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO

1585 A graça do Espírito Santo própria deste sacramento e graça da configuração a Cristo Sacerdote, Mestre e Pastor, do qual o homem ordenado é constituído ministro.

1586 No caso do Bispo, trata-se de uma graça de força ("O Espírito que constitui chefes": Oração de consagração do Bispo do rito latino): a graça de guiar e de defender com força e prudência sua Igreja como pai e pastor, com um amor gratuito por todos e uma predileção pelos pobres, doentes e necessitados. Esta graça o impele a anunciar o Evangelho a todos, a ser o modelo de seu rebanho, a precedê-lo no caminho da santificação, identificando-se na Eucaristia com Cristo sacerdote e vítima, sem medo de entregar a vida por suas ovelhas: Pai, que conheceis os corações, concedei a vosso servo que escolhestes para o episcopado apascentar vosso santo rebanho e exercer irrepreensivelmente diante de vós o sumo sacerdócio, servindo-vos noite e dia; que ele tome incessantemente propício vosso olhar e ofereça os dons de vossa santa Igreja; que, em virtude do espírito do sumo sacerdócio, tenha o poder de perdoar os pecados segundo o vosso mandamento, distribua os cargos conforme vossa ordem e se desligue de todo vínculo em virtude do poder que destes aos apóstolos; que ele vos seja agradável por sua doçura e seu coração puro, oferecendo-vos um perfume agradável, por intermédio de vosso Filho, Jesus Cristo...

1587 O dom espiritual conferido pela ordenação presbiteral se expressa por esta oração própria do rito bizantino. O bispo, impondo a mão, diz entre outras coisas: Senhor, dignai-vos

cumular do dom do Espírito Santo aquele que vos dignastes elevar ao grau do sacerdócio, a fim de que seja digno de manter-se irrepreensível diante de vosso altar, anunciar o Evangelho de vosso Reino, cumprir o ministério de vossa palavra de verdade, oferecer dons e sacrifícios espirituais, renovar vosso povo pelo banho da regeneração, de forma que ele próprio se encaminhe para o grande Deus e Salvador Jesus Cristo, vosso Filho único, no dia de sua segunda vinda, e que receba de vossa imensa bondade a recompensa de uma fiel administração de sua ordem.

1588 Quanto aos diáconos, "a graça sacramental lhes concede a força necessária para servir ao povo de Deus na 'diaconia' da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e seu presbitério".

1589 Diante da grandeza da graça e da missão sacerdotais, os santos doutores sentiram o urgente apelo à conversão, a fim de corresponder através de toda a sua vida Aquele de quem são constituídos ministros pelo sacramento. Neste sentido, São Gregório Nazianzeno, ainda jovem sacerdote, não pôde deixar de exclamar:

É preciso começar a purificar-se antes de purificar os outros, é preciso ser instruído para poder instruir, é preciso tomar-se luz para iluminar, aproximar-se de Deus para aproximar dele os outros, ser santificado para santificar, conduzir pela mão e aconselhar com perspicácia. Sei muito bem de quem somos ministros, em que nível nos encontramos e quem é aquele para o nos dirigimos. Conheço a sublimidade de Deus e a fraqueza homem, mas também sua força. [Quem é, pois, o sacerdote ?] É o defensor da verdade, eleva-se com os anjos, glorifica os com arcanjos, leva ao altar celeste as vítimas do sacrifício, partilha do sacerdócio de Cristo, remodela a criatura, restabelecendo (nela) a imagem (de Deus), recria-a para o mundo do alto e, para dizer o que há de mais sublime, é divinizado e diviniza.

E o Santo Cura d'Ars: " É o sacerdote que continua a obra de redenção na terra"... "Se soubéssemos o que é o sacerdote terra, morreríamos não de espanto, mas de amor"... "O sacerdócio é o amor do coração de Jesus".

RESUMINDO

1590 São Paulo disse a seu discípulo Timóteo: "Eu te exorto a reavivar o dom de Deus que há em ti pela imposição de minhas mãos, (2Tm 1,6), e "se alguém aspira ao episcopado, boa obra deseja" (1 Tm 3,1). A Tito dizia ele: "Eu te deixei em Creta para cuidares da organização e ao mesmo tempo para que constituas presbíteros em cada cidade, cada qual devendo ser como te prescrevi" (Tt 1,5).

1591 Toda a Igreja é um povo sacerdotal. Graças ao Batismo, todos os fiéis participam do sacerdócio de Cristo. Esta participação se chama "sacerdócio comum dos fiéis". Baseado nele e a seu serviço existe outra participação na missão de Cristo, a do ministério conferido pelo sacramento da Ordem, cuja tarefa é servir em nome e na pessoa de Cristo Cabeça no meio da comunidade.

1592 O sacerdócio ministerial difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis porque confere um poder sagrado para o serviço dos fiéis. Os ministros ordenados exercem seu serviço com o povo de Deus por meio ensinamento (*múnus docendi*: "encargo de ensinar"), do culto divino (*múnus liturgicum*: "encargo litúrgico") e do governo pastoral (*múnus regendi*: "encargo de governar").

1593 Desde as origens, o ministério ordenado foi conferido e exercido em três graus: o dos bispos, o dos presbíteros e o dos diáconos. Os ministérios conferidos pela ordenação são insubstituíveis na estrutura orgânica da Igreja. Sem o bispo, os presbíteros e os diáconos, não só pode falar de Igreja.

1594 O Bispo recebe a plenitude do sacramento da ordem que o insere no Colégio episcopal e faz dele o chefe visível da Igreja particular que lhe é confiada. Os Bispos, como

sucessores dos apóstolos e membros do Colégio, participam da responsabilidade apostólica e da missão de toda a Igreja, sob a autoridade do papa, sucessor de São Pedro.

1595 Os presbíteros estão unidos aos bispos na dignidade sacerdotal e ao mesmo tempo dependem deles no exercício de suas junções pastorais; são chamados a ser atentos cooperadores dos Bispos; formam em torno de seu Bispo o “presbitério”, que com ele é responsável pela Igreja particular. Recebem do Bispo o encargo de uma comunidade paroquial ou de uma junção eclesial determinada.

1596 Os diáconos são ministros ordenados para as tarefas de serviço da Igreja; não recebem o sacerdócio ministerial, mas a ordenação lhes confere junções importantes no ministério da Palavra, do culto divino, do governo pastoral e do serviço da caridade, tarefas que devem cumprir sob a autoridade pastoral de seu Bispo.

1597 O sacramento da Ordem é conferido pela imposição das mãos, seguida de uma solene oração consecratória que pede a Deus, para o ordenando, as graças do Espírito Santo, necessárias para exercer seu ministério. A ordenação imprime um caráter sacramental indelével.

1598 A Igreja só confere o sacramento da ordem a homens (viris) batizados, cujas aptidões para o exercício do ministério foram devidamente comprovadas. Cabe à autoridade da Igreja a responsabilidade e o direito de chamar alguém para receber as Sagradas Ordens.

ARTIGO 7

O SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1601 “A aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma comunhão da vida toda, é ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento por Cristo Senhor.”

I. O MATRIMÔNIO NO DESÍGNIO DE DEUS

1602 A sagrada Escritura abre-se com a criação do homem e da mulher à imagem e semelhança de Deus se fecha-se com a visão das “núpcias do Cordeiro” (cf. Ap 19,7). De um extremo a outro, a Escritura fala do casamento e de seu “mistério”, de sua instituição e do sentido que lhe foi dado por Deus, de sua origem e de seu fim, de suas diversas realizações ao longo de história da salvação, de suas dificuldades provenientes do pecado e de sua renovação “no Senhor” (1Cor 7,39), na Nova Aliança de Cristo e da Igreja.

O MATRIMÔNIO NA ORDEM DA CRIAÇÃO

1603 “A íntima comunhão de vida e de amor conjugal que o Criador fundou e dotou com suas leis [...] O próprio [...] Deus é o autor do matrimônio. “A vocação para o Matrimônio está inscrita na própria natureza do homem e da mulher, conforme saíram da mão do Criador. O casamento não é uma instituição simplesmente humana, apesar das inúmeras variações que sofreu no curso dos séculos, nas diferentes culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais. Essas diversidades não devem fazer esquecer os traços comuns e permanentes. Ainda que a dignidade desta instituição não transpareça em toda parte com a mesma clareza, existe, contudo, em todas as culturas, um certo sentido da grandeza da união matrimonial. “A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar.”

1604 Deus, que criou o homem por amor, também o chamou para o amor, vocação fundamental e inata de todo ser humano. Pois o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, que é Amor. Tendo-os Deus criado homem e mulher, seu amor mútuo se torna uma

imagem do amor absoluto e indefectível de Deus pelo homem. Esse amor é bom, muito bom, aos olhos do Criador, que “é amor” (1Jo 4,8.16). E esse amor abençoado por Deus é destinado a ser fecundo e a realizar-se na obra comum de preservação da criação: “Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a” (Gn 1,28).

1605 Que o homem e a mulher tenham sido criados um para o outro, a sagrada Escritura o afirma: “Não é bom que O homem esteja só” (Gn 2,18). A mulher, “carne de sua carne”, é, igual a ele, bem próxima dele, lhe foi dada por Deus como um “auxílio”, representando, assim, “Deus, em quem está o nosso socorro”. “Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne” (Gn 2,24). Que isto significa uma unidade indefectível de suas duas vidas, o próprio Senhor no-lo mostra lembrando qual foi, 'na origem', o designio do Criador (Cf Mt 19,4): “De modo que já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19,6).

O CASAMENTO SOB O REGIME DO PECADO

1606 Todo homem sofre a experiência do mal, à sua volta e em si mesmo. Esta experiência também se faz sentir nas relações entre o homem e a mulher. Sua união sempre foi ameaçada pela discórdia, pelo espírito de dominação, pela infidelidade, pelo ciúme e por conflitos que podem chegar ao ódio e à ruptura. Essa desordem pode manifestar-se de maneira mais ou menos grave, e pode ser mais ou menos superada, segundo as culturas, as épocas, os indivíduos. Tais dificuldades, no entanto parecem ter um caráter universal.

1607 Segundo a fé, essa desordem que dolorosamente constatamos não vem da natureza do homem e da mulher, nem da natureza de suas relações, mas do pecado. Tendo sido uma ruptura com Deus, o primeiro pecado tem, como primeira consequência a ruptura da comunhão original do homem e da mulher. Sua relações começaram a ser deformadas por acusações recíprocas sua atração mútua, dom do próprio Criador transforma-se relações de dominação e de cobiça[ag19] ; a bela vocação do homem e da mulher para ser fecundos, multiplicar-se e sujeitar a terra é onerada pelas dores de parto e pelo suor do ganha-pão.

1608 Não obstante, a ordem da criação subsiste, apesar de gravemente perturbada. Para curar as feridas do pecado, o homem e a mulher precisam da ajuda da graça que Deus, em sua misericórdia infinita, jamais lhes recusou. Sem esta ajuda, homem e a mulher não podem chegar a realizar a união de suas vidas para a qual foram criados “no princípio”.

O CASAMENTO SOB A PEDAGOGIA DA LEI

1609 Em sua misericórdia, Deus não abandonou o homem pecador. As penas que acompanham o pecado, “as dores da gravidade de dar à luz (Cf Gn 3,16), o trabalho “com o suor de teu rosto” (Gn 3,19) constituem também remédios que atenuam os prejuízos do pecado. Após a queda, o casamento ajuda a vencer a centralização em si mesmo, o egoísmo, a busca do próprio prazer, e a abrir-se ao outro, à ajuda mútua, ao dom de si.

1610 A consciência moral concernente à unidade e à indissolubilidade do Matrimônio desenvolveu-se sob a pedagogia da lei antiga. A poligamia dos patriarcas e dos reis ainda não fora explicitamente rejeitada. Entretanto, a lei dada a Moisés visava proteger a mulher contra o arbítrio é a dominação pelo homem, apesar de também trazer, segundo a palavra do Senhor, os traços da “dureza do coração” do homem, em razão da qual Moisés permitiu o repúdio da mulher.

1611 Examinando a aliança de Deus com Israel sob a imagem de um amor conjugal exclusivo e fiel, os profetas prepararam a consciência do povo eleito para uma compreensão mais profunda da unicidade e indissolubilidade do Matrimônio. Os livros de Rute e de Tobias dão testemunhos comoventes do elevado sentido do casamento, da fidelidade e da ternura dos esposos. A Tradição sempre viu no Cântico dos Cânticos uma expressão única do amor humano, visto que é reflexo do amor de Deus, amor “forte como a morte”, que “as águas da torrente jamais poderão apagar” (Ct 8,6-7).

O CASAMENTO NO SENHOR

1612 A aliança nupcial entre Deus e seu povo Israel havia preparado a nova e eterna aliança na qual o Filho de Deus, encarnando-se e entregando sua vida, uniu-se de certa maneira com toda a humanidade salva por ele, preparando, assim, “as núpcias do Cordeiro (Cf Ap 19,7 e 9).

1613 No limiar de sua vida pública, Jesus opera seu primeiro sinal a pedido de sua Mãe por ocasião de uma festa de casamento. A Igreja atribui grande importância à presença de Jesus nas núpcias de Caná. Vê nela a confirmação de que o casamento é uma realidade boa e o anúncio de que, daí em diante, ser ele um sinal eficaz da presença de Cristo.

1614 A Celebração do Mistério Cristão Os Sete Sacramentos da igreja. Em sua pregação, Jesus ensinou sem equívoco o sentido original da união do homem e da mulher, conforme quis o Criador desde o começo. A permissão de repudiar a própria mulher, concedida por Moisés, era uma concessão devida à dureza do coração; a união matrimonial do homem e da mulher é indissolúvel, pois Deus mesmo a ratificou: “O que Deus uniu, o homem não deve separar” (Mt 19,6).

1615 É provável que esta insistência sem equívoco na indissolubilidade do vínculo matrimonial deixasse as pessoas perplexas e aparecesse como uma exigência irrealizável. Todavia, isso não quer dizer que Jesus tenha imposto um fardo impossível de carregar e pesado demais para os ombros dos esposos, mais pesado que a Lei de Moisés. Como Jesus veio para restabelecer ordem inicial da criação perturbada pelo pecado, ele mesmo dá a força e a graça para viver o casamento na nova dimensão do Reino de Deus. E seguindo a Cristo, renunciando a si mesmos e tomando cada um sua cruz que os esposos poderão “compreender” o sentido original do casamento e vivê-lo com a ajuda de Cristo. Esta graça do Matrimônio cristão é um fruto da Cruz de Cristo, fonte de toda vida cristã.

1616 É justamente isso que o apóstolo Paulo quer fazer entender quando diz: “E vós, maridos, amai vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, a fim de purificá-la” (Ef 5,25-26), acrescentando imediatamente: “Por isso de deixar o homem seu pai e sua mãe e se ligar à sua mulher, e serão ambos uma só carne. E grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e sua Igreja” (Ef 5,31-32).

1617 Toda [§40] a vida cristã traz a marca do amor esponsal de Cristo e da Igreja. Já o Batismo, entrada no Povo de Deus, é um mistério nupcial: é, por assim dizer, o banho das núpcias que precede o banquete de núpcias, a Eucaristia. O Matrimônio cristão se torna, por sua vez, sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo e da Igreja. O Matrimônio entre batizados é um verdadeiro sacramento da nova aliança, pois significa e comunica a graça.

A VIRGINIDADE POR CAUSA DO REINO

1618 Cristo é o centro de toda a vida cristã. O vínculo com Ele está em primeiro lugar, na frente de todos os outros vínculos, familiares ou sociais. Desde o começo da Igreja, houve homens e mulheres que renunciaram ao grande bem do Matrimônio para seguir o Cordeiro onde quer que fosse, para ocupar-se com as coisas do Senhor, para procurar agradar-lhe, para ir ao encontro do Esposo que vem. O próprio Cristo convidou alguns para segui-lo neste modo de vida, cujo modelo continua sendo ele mesmo:

Há eunucos que nasceram assim do ventre materno. E há eunucos que foram feitos eunucos pelos homens. E há eunucos que se fizeram eunucos por causa do Reino dos Céus. Quem tiver capacidade para compreender compreenda! (Mt 19,12).

1619 A virgindade pelo Reino dos Céus é um desdobramento da graça batismal, um poderoso sinal da preeminência do vínculo com Cristo, da ardente expectativa de seu regresso,

um sinal que também lembra que o Matrimônio é uma realidade da figura deste mundo que passa.

1620 Ambos, o sacramento do Matrimônio e a virgindade pelo Reino de Deus, provêm do próprio Senhor. É Ele que lhes dá sentido e concede a graça indispensável para vivê-los em conformidade com sua vontade. A estima da virgindade por causa do Reino e o sentido cristão do casamento são inseparáveis e se ajudam mutuamente:

Denegrir o Matrimônio é ao mesmo tempo minorar a glória da virgindade; elogiá-lo é realçar a admiração que se deve à virgindade... Porque, afinal, o que não parece um bem senão em comparação com um mal não pode ser verdadeiramente um bem, mas o que é ainda melhor que bens incontestáveis é o bem por excelência.

II. A CELEBRAÇÃO DO MATRIMÔNIO

1621 No rito latino, a celebração do Matrimônio entre dois fiéis católicos normalmente ocorre dentro da santa missa, em vista de vínculo de todos os sacramentos com o mistério pascal de Cristo. Na Eucaristia se realiza o memorial da nova aliança, na qual Cristo se uniu para sempre à Igreja, sua esposa bem-amada, pela qual se entregou. Portanto, é conveniente que os esposos selem seu consentimento de entregar-se um ao outro pela oferta de suas próprias vidas, unindo-o à oferta de Cristo por sua Igreja que se toma presente no Sacrifício Eucarístico, e recebendo Eucaristia, a fim de que, comungando no mesmo Corpo e no mesmo Sangue de Cristo, eles "formem um só corpo" nele.

1622 "Como gesto sacramental de santificação, a celebração litúrgica do Matrimônio ... deve ser válida por si mesma, digna e frutuosa." Convém, pois, que os futuros esposos se disponham à celebração de seu casamento recebendo o sacramento da Penitência.

1623 Segundo a tradição latina, são os esposos que, como ministros da graça de Cristo, se conferem mutuamente o sacramento do Matrimônio, expressando diante da Igreja seu consentimento. Nas tradições das Igrejas Orientais, os sacerdotes, Bispos ou presbíteros, são testemunhas do consentimento recíproco dos esposos, mas também é necessária a bênção deles para a validade do sacramento.

1624 As diversas liturgias são ricas em orações de bênção e de epiclese para pedir a Deus a graça e a bênção sobre o novo casal, especialmente sobre a esposa. Na epiclese deste sacramento, os esposos recebem o Espírito Santo como comunhão de amor de Cristo e da Igreja (Cf Ef 5,32). É Ele o selo de sua aliança, a fonte que incessantemente oferece seu amor, a força em que se renovar a fidelidade dos esposos.

III. O CONSENTIMENTO MATRIMONIAL

1625 Os protagonistas da aliança matrimonial são um homem e uma mulher batizados, livres para contrair o Matrimônio e que expressam livremente seu consentimento. "Ser livre" quer dizer:

- ü não sofrer constrangimento;
- ü não ser impedido por uma lei natural ou eclesiástica.

1626 A Igreja considera a troca de consentimento entre os esposos como elemento indispensável "que produz o matrimônio". e faltar o consentimento, não há casamento.

1627 O consentimento consiste num "ato humano pelo qual os cônjuges se doam e se recebem mutuamente": "Eu te recebo por minha mulher" - "Eu te recebo por meu marido. Este consentimento que liga os esposos entre si encontra seu cumprimento no fato de "os dois se tomarem uma só carne".

1628 O consentimento deve ser um ato da vontade de cada um dos contraentes, livre de violência ou de medo grave externo. Nenhum poder humano pode suprir esse consentimento. Se faltar esta liberdade, o casamento será inválido.

1629 Por esta razão (ou por outras razões que tornam nulo e inexistente o Matrimônio), a Igreja pode, após exame da situação pelo tribunal eclesiástico competente, declarar “a nulidade do casamento”, isto é, que o casamento jamais existiu. Neste caso, os contraentes ficam livres para casar-se, respeitando as obrigações naturais provenientes de uma união anterior.

1630 O sacerdote (ou o diácono) que assiste à celebração do Matrimônio acolhe o consentimento dos esposos em nome da Igreja e dá a bênção da Igreja. A presença do ministro da Igreja (e também das testemunhas) exprime visivelmente que o casamento é uma realidade eclesial.

1631 É por esta razão que a Igreja normalmente exige de seus fiéis a forma eclesiástica da celebração do casamento. Diversas razões concorrem para explicar esta determinação:

- ü casamento-sacramento é um ato litúrgico. Por isso, convém que seja celebrado na liturgia pública da Igreja.

- ü Matrimônio foi introduzido num ordo eclesial, cria direitos e deveres na Igreja, entre os esposos e relativos à prole.

- ü Sendo o Matrimônio um estado de vida na Igreja, é necessário que haja certeza a seu respeito (daí a obrigação de haver testemunhas).

- ü caráter público do consentimento protege o mútuo “Sim” que um dia foi dado e ajuda a permanecer-lhe fiel.

1632 Para que o “sim” dos esposos seja um ato livre e responsável e para que a aliança matrimonial tenha bases humanas e cristãs sólidas e duráveis, a preparação para o casamento é de primeira importância:

O exemplo e o ensinamento dos pais e da família continuam sendo o caminho privilegiado desta preparação.

O papel dos pastores e da comunidade cristã como “família de Deus” é indispensável para a transmissão dos valores humanos e cristãos do Matrimônio e da família, e mais ainda porque em nossa época muitos jovens conhecem a experiência dos lares desfeitos que não garantem mais suficientemente esta iniciação (feita dentro da família):

Os jovens devem ser instruídos convenientemente e a tempo sobre a dignidade, a função e o exercício do amor conjugal, a fim de que, preparados no cultivo da castidade, possam passar, na idade própria, do noivado honesto para as núpcias.

OS CASAMENTOS MISTOS E A DISPARIDADE DE CULTO

1633 Em muitos países, a situação do casamento misto (entre católico e batizado não-católico) se apresenta com muita frequência. Isso exige uma atenção particular dos cônjuges e dos pastores. O caso dos casamentos com disparidade de culto (entre católico e não-batizado) exige uma circunspeção maior ainda.

1634 A diferença de confissão entre os cônjuges não constitui obstáculos insuperável para o casamento, desde que consigam pôr em comum o que cada um deles recebeu em sua comunidade e aprender um do outro o modo de viver sua fidelidade a Cristo. Mas nem por isso devem ser subestimadas as dificuldades dos casamentos mistos. Elas se devem ao fato de que a separação dos cristãos é uma questão ainda não resolvida. Os esposos correm o risco de sentir o drama da desunião dos cristãos no seio do próprio lar. A disparidade de culto pode agravar ainda mais essas dificuldades. As divergências concernentes à fé, à própria concepção do casamento, como também mentalidades religiosas diferentes, podem constituir uma fonte de

tensões no casamento, principalmente no que tange à educação dos filhos. Uma tentação pode então apresentar-se: a indiferença religiosa.

1635 Conforme o direito em vigor na Igreja Latina, um casamento misto exige, para sua liceidade, a permissão expressa da autoridade eclesiástica[ag79] . Em caso de disparidade de culto, requer-se uma dispensa expressa do impedimento para a validade do casamento. Esta permissão ou esta dispensa supõem que as duas partes conheçam e não excluam os fins e as propriedades essenciais do casamento, e também que a parte católica confirme o empenho, com o conhecimento também da parte não-católica, de conservar a própria fé e assegurar o batismo e a educação dos filhos na Igreja católica.

1636 Em muitas regiões, graças ao diálogo ecumênico, as comunidades cristãs envolvidas conseguiram criar uma pastoral comum para os casamentos mistos. Sua tarefa é ajudar esses casais a viver sua situação particular à luz da fé. Deve também ajudá-los a superar as tensões entre as obrigações que um tem para com o outro e suas obrigações para com suas comunidades eclesiais, além de incentivar o desabrochar daquilo que lhes é comum na fé e o respeito por tudo que os separa.

1637 Nos casamentos com disparidade de culto, o cônjuge católico tem uma missão particular: "Pois o marido não-cristão é santificado pela esposa, e a esposa não-cristã é santificada pelo marido cristão" (1Cor 7,14). Ser uma grande alegria para o cônjuge cristão e para a Igreja se esta "santificação" levar o cônjuge à livre conversão à fé cristã. O amor conjugal sincero, a humilde e paciente prática das Virtudes familiares e a oração perseverante podem preparar o cônjuge não-cristão a acolher a graça da conversão.

IV. OS EFEITOS DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1638 "Do Matrimônio válido origina-se entre os cônjuges um vínculo que, por sua natureza, é perpétuo e exclusivo; além disso, no Matrimônio cristão, os cônjuges são robustecidos e como que consagrados por um sacramento especial aos deveres e à dignidade de seu estado."

O VÍNCULO MATRIMONIAL

1639 O consentimento pelo qual os esposos se entregam e se acolhem mutuamente é selado pelo próprio Deus. De sua aliança "se origina também diante da sociedade uma instituição firmada por uma ordenação divina". A aliança dos esposos é integrada na aliança de Deus com os homens: "O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino".

1640 O vínculo matrimonial é, pois, estabelecido pelo próprio, Deus, de modo que o casamento realizado e consumado entre batizados jamais pode ser dissolvido. Este vínculo que resultado ato humano livre dos esposos e da consumação do casamento é uma realidade irrevogável e dá origem a uma aliança garantida pela fidelidade de Deus. Não cabe ao poder da Igreja pronunciar-se contra esta disposição da sabedoria divina.

A GRAÇA DO SACRAMENTO DO MATRIMÔNIO

1641 "Em seu estado de vida e função, (os esposos cristãos) têm um dom especial dentro do povo de Deus." Esta graça própria do sacramento do Matrimônio se destina a aperfeiçoar o amor dos cônjuges, a fortificar sua unidade indissolúvel. Por esta graça "eles se ajudam mutuamente a santificar-se na vida conjugal, como também na aceitação e educação dos filhos".

1642 Cristo é a fonte desta graça. "Como outrora Deus tomou a iniciativa do pacto de amor e fidelidade com seu povo, assim agora o Salvador dos homens, Esposo da Igreja, vem ao encontro dos cônjuges cristãos pelo sacramento do Matrimônio[ag93] ." Permanece com eles, concede-lhes a força de segui-lo levando sua cruz e de levantar-se depois da queda, perdoar-se mutuamente, carregar o fardo uns dos outros, "submeter-se uns aos outros no temor de Cristo" (Ef

5,21) e amar-se com um amor sobrenatural, delicado e fecundo. Nas alegrias de seu amor e de sua vida familiar, Ele lhes dá, aqui na terra, um antegozo do festim de núpcias do Cordeiro.

Onde poderei haurir a força para descrever satisfatoriamente a felicidade do Matrimônio administrado pela Igreja, confirmado pela doação mútua, selado pela bênção? Os anjos o proclamam, o Pai celeste o ratifica... O casal ideal não é o de dois cristãos unidos por uma única esperança, um único desejo, uma única disciplina, o mesmo serviço? Ambos filhos de um mesmo Pai, servos de um mesmo Senhor. Nada pode separá-los, nem no espírito nem na carne; ao contrário, eles são verdadeiramente dois numa só carne. Onde a carne é uma só, um também é o espírito.

V. OS BENS E AS EXIGÊNCIAS DO AMOR CONJUGAL

1643 "O amor conjugal comporta uma totalidade na qual entram todos os componentes da pessoa apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade; O amor conjugal dirige-se a uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, não conduz senão a um só coração e a uma só alma; ele exige a indissolubilidade e a fidelidade da doação recíproca definitiva e abre-se à fecundidade. Numa palavra, trata-se das características normais de todo amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e as consolida, mas eleva-as, a ponto de torná-las a expressão dos valores propriamente cristãos."

A UNIDADE E A DISSOLUBILIDADE DO MATRIMÔNIO

1644 O amor dos esposos exige, por sua própria natureza, a unidade e a indissolubilidade da comunidade de pessoas que engloba toda a sua vida: "De modo que já não são dois, mas uma só carne" (Mt 19,6). "Eles são chamados a crescer continuamente nesta comunhão por meio da fidelidade cotidiana à promessa matrimonial do dom total recíproco." Esta comunhão humana é confirmada, purificada e aperfeiçoada pela comunhão em Jesus Cristo, concedida pelo sacramento do Matrimônio . E aprofundada pela vida da fé comum e pela Eucaristia recebida pelos dois.

1645 "A unidade do Matrimônio é também claramente confirmada pelo Senhor mediante a igual dignidade do homem e da mulher como pessoas, a qual deve ser reconhecida no amor mútuo e perfeito." A poligamia é contrária a essa igual dignidade e ao amor conjugal, que é único e exclusivo.

A FIDELIDADE DO AMOR CONJUGAL

1646 O amor conjugal exige dos esposos, por sua própria natureza, uma fidelidade inviolável. Isso é a consequência do dom de si mesmos que os esposos fazem um ao outro. O amor quer ser definitivo. Não pode ser "até nova ordem". "Esta união íntima, doação recíproca de duas pessoas e o bem dos filhos exigem perfeita fidelidade dos cônjuges e sua indissolúvel unidade."

1647 O motivo mais profundo se encontra na fidelidade de Deus à sua aliança, de Cristo à sua Igreja. Pelo sacramento do Matrimônio, os esposos se habilitam a representar esta fidelidade e a testemunhá-la. Pelo sacramento, a indissolubilidade de casamento recebe um novo e mais profundo sentido.

1648 Pode parecer difícil e até impossível ligar-se por toda a vida a um ser humano. Por isso é de suma importância anunciar a Boa Nova de que Deus nos ama com um amor definitivo e irrevogável, que os esposos participam deste amor, que Ele os apóia e mantém e que, por meio de sua fidelidade, podem ser testemunhas do amor fiel de Deus. Os esposos que, com a graça de Deus, dão esse testemunho, não raro em condições bem difíceis, merecem a gratidão e o apoio da comunidade eclesial.

1649 Mas existem situações em que a coabitação matrimonial se torna praticamente impossível pelas mais diversas razões. Nestes casos, a Igreja admite a separação física dos esposos e o fim da coabitação. Os esposos não deixam de ser marido e mulher diante de Deus; não são livres para contrair uma nova união. Nesta difícil situação, a melhor solução seria, se possível, a reconciliação. A comunidade cristã é chamada a ajudar essas pessoas a viverem cristãmente sua situação, na fidelidade ao vínculo de seu casamento, que continua indissolúvel.

1650 São numerosos hoje, em muitos países, os católicos que recorrem ao divórcio segundo as leis civis e que contraem civicamente uma nova união. A Igreja, por fidelidade à palavra de Jesus Cristo ("Todo aquele que repudiar sua mulher e desposar outra comete adultério contra a primeira; e se essa repudiar seu marido e desposar outro comete adultério": Mc 10,11-12), afirma que não pode reconhecer como válida uma nova união, se o primeiro casamento foi válido. Se os divorciados tornam a casar-se no civil, ficam numa situação que contraria objetivamente a lei de Deus. Portanto, não podem ter acesso à comunhão eucarística enquanto perdurar esta situação. Pela mesma razão não podem exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação pelo sacramento da Penitência só pode ser concedida aos que se mostram arrependidos por haver violado o sinal da aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometem a viver numa continência completa.

1651 A respeito dos cristãos que vivem nesta situação e geralmente conservam a fé e desejam educar cristãmente seus filhos, os sacerdotes e toda a comunidade devem dar prova de uma solicitude atenta, a fim de não se considerarem separados da Igreja, pois, como batizados, podem e devem participar da vida da Igreja:

Sejam exortados a ouvir a Palavra de Deus, a freqüentar o sacrifício da missa, a perseverar na oração, a dar sua contribuição às obras de caridade e às iniciativas da comunidade em favor da justiça, a educar os filhos na fé cristã, a cultivar o espírito e as obras de penitência para assim implorar, dia a dia, a graça de Deus.

A ABERTURA - FECUNDIDADE

1652 O instituto do Matrimônio e o amor dos esposos estão, por sua índole natural, ordenados à procriação e à educação dos filhos, e por causa dessas coisas (a procriação e a educação dos filhos), (o instituto do Matrimônio e o amor dos esposos) são como que coroados de maior glória.

Os filhos são o dom mais excelente do Matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos próprios pais. Deus mesmo disse: "Não convém ao homem ficar sozinho" (Gn 2,18), e "criou de início o homem como varão e mulher" (Mt 19,4); querendo conferir ao homem participação especial em sua obra criadora, abençoou o varão e a mulher dizendo: "Crescei e multiplicai-vos" (Gn 1,28). Onde se segue que o cultivo do verdadeiro amor conjugal e toda a estrutura da vida familiar que daí promana, sem desprezar os outros fins do Matrimônio, tendem a dispor os cônjuges a cooperar corajosamente como amor do Criador e do Salvador que, por intermédio dos esposos, quer incessantemente aumentar e enriquecer sua família.

1653 A fecundidade do amor conjugal se estende aos frutos vida moral, espiritual e sobrenatural que os pais transmitem seus filhos pela educação. Os pais são os principais e primeiros educadores de seus filhos. Neste sentido, a tarefa fundamental do Matrimônio e da família é estar a serviço da vida.

1654 Os esposos a quem Deus não concedeu ter filhos podem, no entanto, ter uma vida conjugal cheia de sentido, humana e cristãmente. Seu Matrimônio pode irradiar uma fecundidade de caridade, acolhimento e sacrifício.

VI. A IGREJA DOMÉSTICA

1655 Cristo quis nascer e crescer no seio da Sagrada Família José e Maria. A Igreja não é outra coisa senão a “família de Deus”. Desde suas origens, o núcleo da Igreja era em geral constituído por aqueles que, “com toda a sua casa”, se tomavam cristãos. Quando eles se convertiam, desejavam também que “toda a sua casa” fosse salva. Essas famílias que se tomavam cristãs eram redutos de vida cristã num mundo incrédulo.

1656 Em nossos dias, num mundo que se tornou estranho e até hóstia à fé, as famílias cristãs são de importância primordial, como lares de fé viva e irradiante. Por isso, o Concílio Vaticano II chama a família, usando uma antiga expressão, de “Ecclesia domestica”. E no seio da família que os pais são “para os filhos, pela palavra e pelo exemplo... os primeiros mestres da fé. E favoreçam a vocação própria a cada qual, especialmente a vocação sagrada”.

1657 E na família que se exerce de modo privilegiado o sacerdócio batismal do pai de família, da mãe, dos filhos, de todos os membros da família, “na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho de uma vida santa, na abnegação e na caridade ativa”. O lar é, assim, a primeira escola de vida cristã e “uma escola de enriquecimento humano”. E aí que se aprende a resistência à fadiga e a alegria do trabalho, o amor fraterno, o perdão generoso e mesmo reiterado e, sobretudo, o culto divino pela oração e oferenda de sua vida.

1658 Não podemos esquecer também certas pessoas que, por causa das condições concretas em que precisam viver – muitas vezes contra a sua vontade -, estão particularmente próximas do coração de Jesus e merecem uma atenciosa afeição e solicitude da Igreja e principalmente dos pastores: o grande número de pessoas celibatárias. Muitas dessas pessoas ficam sem família humana, muitas vezes por causa das condições de pobreza. Há entre elas algumas que vivem essa situação no espírito das bem-aventuranças, servindo a Deus e ao próximo de modo exemplar. A todas elas é preciso abrir as portas dos lares, “Igrejas domésticas”, e da grande família que é a Igreja. “Ninguém está privado da família neste mundo: a Igreja é casa e família para todos, especialmente para quantos estão cansados e oprimidos.”

RESUMINDO

1659 São Paulo diz: “Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a igreja... E grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e sua Igreja” (Ef 5,25.32).

1660 O pacto matrimonial, pelo qual um homem e uma mulher constituem entre si uma íntima comunidade de vida e de amor, foi fundado e dotado de suas leis próprias pelo Criador. - uma natureza, é ordenado ao bem dos cônjuges, como também à geração e educação dos filhos. Entre os batizados, foi elevado, por Cristo Senhor, à dignidade de sacramento.

1661 O sacramento do Matrimônio significa a união de Cristo com igreja. Concede aos esposos a graça de amarem-se com o mesmo amor com que Cristo amou sua Igreja; a graça do sacramento leva à perfeição o amor humano dos esposos, consolida unidade indissolúvel e os santifica no caminho da vida eterna.

1662 O Matrimônio se baseia no consentimento dos contraentes, isto é, na vontade de doar-se mútua e definitivamente para viver uma aliança de amor fiel e fecundo.

1663 Como o Matrimônio estabelece os cônjuges num estado público de vida na Igreja, convém que sua celebração seja pública no quadro de uma celebração litúrgica diante do sacerdote (ou de testemunha qualificada da Igreja), das testemunhas e da assembléia dos fiéis.

1664 A unidade, a indissolubilidade e a abertura à fecundidade essenciais ao Matrimônio. A poligamia é incompatível com unidade do matrimônio; o divórcio separa o que Deus uniu; a recusa da fecundidade desvia a vida conjugal de seu mais excelente”: a prole.

1665 O novo casamento dos divorciados ainda em vida do legítimo cônjuge contraria o desígnio e a lei de Deus que Cristo ensinou. Eles não estão separados da Igreja, mas não têm acesso à comunhão eucarística. Levarão vida cristã principalmente educando seus filhos na fé.

1666 O lar cristão é o lugar em que os filhos recebem o primeiro anúncio da fé. Por isso, o lar é chamado, com toda razão, de "Igreja doméstica", comunidade de graça e de oração, escola das virtudes humanas e da caridade cristã.

CAPÍTULO IV

AS OUTRAS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS

ARTIGO I - OS SACRAMENTAIS

1667 "A santa mãe Igreja instituiu os sacramentais, que são sinais sagrados pelos quais, à imitação dos sacramentos, são significados efeitos principalmente espirituais, obtidos pela impetração da Igreja. Pelos sacramentais os homens se dispõem a receber o efeito principal dos sacramentos e são santificadas as diversas circunstâncias da vida."

OS TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DOS SACRAMENTAIS

1668 São instituídos pela Igreja em vista da santificação de certos ministérios seus, de certos estados de vida, de circunstâncias muito variadas da vida cristã, bem como do uso das coisas úteis ao homem. Segundo as decisões pastorais dos bispos, podem também responder às necessidades, à cultura e à história próprias do povo cristão de uma região ou época. Compreendem sempre uma oração, acompanhada de determinado sinal, como a imposição da mão, o sinal-da-cruz ou a aspersão com água benta (que lembra o Batismo).

1669 Dependem do sacerdócio batismal: todo batizado é chamado a ser uma "bênção" e a abençoar. Eis por que os leigos podem presidir certas bênçãos; quanto mais uma bênção se referir à vida eclesial e sacramental, tanto mais sua presidência ser reservada ao ministério ordenado (bispo presbíteros - "padres" - ou diáconos)

1670 Os sacramentais não conferem a graça do Espírito Santo à maneira dos sacramentos, mas, pela oração da Igreja preparam para receber a graça e dispõem à cooperação com ela. "Para os fiéis bem-dispostos, quase todo acontecimento vida é santificado pela graça divina que flui do mistério pascal da paixão, morte e ressurreição de Cristo, do qual todos os sacramentos e sacramentais adquirem sua eficácia. E quase não há uso honesto de coisas materiais que não possa ser dirigido à finalidade de santificar o homem e louvar a Deus.

AS DIVERSAS FORMAS DE SACRAMENTAIS

1671 Entre os sacramentais, figuram em primeiro lugar as bênção (de pessoas, da mesa, de objetos e lugares). Toda bênção é louvor Deus e pedido para obter seus dons. Em Cristo, os cristãos abençoados por Deus, o Pai "de toda a sorte de bênçãos espirituais" (Ef 1,3). E por isso que a Igreja dá a bênção invocando o nome de Jesus e fazendo habitualmente o sinal sagrado da cruz de Cristo.

1672 Certas bênçãos têm um alcance duradouro: têm por efeito consagrar pessoas a Deus e reservar para o uso litúrgico objetos e lugares. Entre as destinadas a pessoas não confundi-las com a ordenação sacramental - figuram a bênção do abade ou da abadessa de um mosteiro, a consagração das virgens e das viúvas, o rito da profissão religiosa e as bênçãos para certos ministérios da Igreja (leitores, acólitos, catequistas etc.). Como exemplos daquelas que se referem a objetos podemos citar a dedicação ou a bênção de uma igreja ou altar, a bênção dos santos óleos, de vasos e vestes sacras, de sinos etc.

1673 Quando a Igreja exige publicamente e com autoridade, em nome de Jesus Cristo, que uma pessoa ou objeto seja protegido contra a influência do maligno e subtraído a seu domínio, fala-se de exorcismo. Jesus o praticou, é dele que a Igreja recebeu o poder e o encargo de exorcizar. Sob uma forma simples, o exorcismo é praticado durante a celebração do Batismo. O exorcismo solene, chamado “grande exorcismo”, só pode ser praticado por um sacerdote, com a permissão do bispo. Nele é necessário proceder com prudência, observando estritamente as regras estabelecidas pela Igreja. O exorcismo visa expulsar os demônios ou livrar da influência demoníaca, e isto pela autoridade espiritual que Jesus confiou à sua Igreja. Bem diferente é o caso de doenças, sobretudo psíquicas, cujo tratamento depende da ciência médica. É importante, pois, verificar antes de celebrar o exorcismo se se trata de uma presença do maligno ou de uma doença.

A RELIGIOSIDADE POPULAR

1674 Além da liturgia sacramental e dos sacramentais, a catequese tem de levar em conta as formas da piedade dos fiéis e da religiosidade popular. O senso religioso do povo cristão encontrou, em todas as épocas, sua expressão em formas diversas de piedade que circundam a vida sacramental da Igreja, como a veneração de relíquias, visitas a santuários, peregrinações, procissões, via-sacra, danças religiosas, o rosário, as medalhas etc.

1675 Estas expressões prolongam a vida litúrgica da Igreja, mas não a substituem: “Considerando os tempos litúrgicos, estes exercícios devem ser organizados de tal maneira que condigam com a sagrada liturgia, dela de alguma forma derivem, para ela encaminhem o povo, pois que ela, por sua natureza, em muito os supera”.

1676 Há necessidade de um discernimento pastoral para sustentar e apoiar a religiosidade popular e, se for o caso, para purificar e retificar o sentido religioso que embasa essas devoções e para fazê-las progredir no conhecimento do mistério de Cristo (cf. CT 54). Sua prática está sujeita ao cuidado e julgamento dos bispos e às normas gerais da Igreja.

A religiosidade do povo, em seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. A sabedoria popular católica tem uma capacidade de síntese vital; engloba criativamente o divino e o humano, Cristo é Maria, espírito e corpo, comunhão e instituição, pessoa e comunidade, fé e pátria, inteligência e afeto. Esta sabedoria é um humanismo cristão que afirma radicalmente a dignidade de toda pessoa como filho de Deus, estabelece uma fraternidade fundamental, ensina a encontrar a natureza e a compreender o trabalho e proporciona as razões para a alegria e o humor, mesmo em meio a uma vida muito dura. Essa sabedoria é também para o povo um princípio de discernimento, um instinto evangélico pelo qual capta espontaneamente quando se serve na Igreja ao Evangelho e quando ele é esvaziado e asfixiado com outros interesses.

RESUMINDO

1677 Chamamos de sacramentais os sinais sagrados instituídos pela Igreja, cujo objetivo é preparar os homens para receber o fruto dos sacramentos e santificar as diferentes circunstâncias da vida.

1678 Entre os sacramentais, ocupam lugar destacado as bênçãos. Compreendem ao mesmo tempo o louvor a Deus por suas obras e seus dons e a intercessão da Igreja, a fim de que os homens possam fazer uso dos dons de Deus segundo o espírito do Evangelho.

1679 Além da liturgia, a vida cristã se nutre de formas variadas da piedade popular, enraizadas em suas diferentes culturas. Velando para esclarecê-las à luz da fé, a Igreja favorece as formas de religiosidade popular que exprimem um instinto evangélico uma sabedoria humana e que enriquecem a vida cristã.

ARTIGO 2

OS FUNERAIS CRISTÃOS

1680 Todos os sacramentos, principalmente os da iniciação cristã, têm por finalidade a última Páscoa do Filho de Deus, aquela que, pela morte, o fez entrar na vida do Reino. Agora se realiza o que o cristão confessa na fé e na esperança: “Espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir.

I. A ÚLTIMA PÁSCOA DO CRISTÃO

1681 O sentido cristão da morte é revelado à luz do mistério pascal da Morte e Ressurreição de Cristo, em que repousa nossa única esperança. O cristão que morre em Cristo Jesus “deixa este corpo para ir morar junto do Senhor”.

1682 O dia da morte inaugura para o cristão, ao final de sua vida sacramental, a consumação de seu novo nascimento iniciado no Batismo, a “semelhança” definitiva à “imagem do Filho”, conferida pela unção do Espírito Santo, e a participação na festa do Reino, antecipada na Eucaristia, mesmo necessitando de últimas purificações para vestir a roupa nupcial.

1683 A Igreja que, como mãe, trouxe sacramentalmente em seu seio o cristão durante sua peregrinação terrena, acompanha-o, ao final de sua caminhada, para entregá-lo “às mãos do Pai”. Ela oferece ao Pai, em Cristo, o filho de sua graça e deposita na terra, na esperança, o germe do corpo que ressuscitar na glória. Esta oferenda é plenamente celebrada pelo Sacrifício Eucarístico. As bênçãos que a precedem e a seguem são sacramentais.

II. A CELEBRAÇÃO DOS FUNERAIS

1684 Os funerais cristãos são uma celebração litúrgica da Igreja. O ministério da Igreja tem em vista aqui tanto exprimir a comunhão eficaz com o defunto como fazer a comunidade reunida participar das exéquias e lhe anunciar a vida eterna.

1685 Os diferentes ritos dos funerais exprimem O caráter pascal da morte cristã e respondem às situações e tradições de cada região, mesmo com relação à cor litúrgica.

1686 O Ordo exsequiarum (rito das exéquias) (OEx) da liturgia romana propõe três tipos de celebração dos funerais, correspondendo aos três lugares onde acontece (a casa, a igreja, o cemitério) e segundo a importância que a ele atribuem a família, os costumes locais, a cultura e a piedade popular. Este esquema é, aliás, comum a todas as tradições litúrgicas e compreende quatro momentos principais:

1687 O acolhimento da comunidade. Uma saudação de fé abre a celebração. Os familiares do defunto são acolhidos com uma palavra de consolação” (no sentido do Novo Testamento: a força do Espírito Santo na esperança). A comunidade orante que se reúne escuta também “as palavras de vida eterna”. A morte de um membro da comunidade (ou o dia de aniversário, o sétimo ou o trigésimo dia) é um acontecimento que deve fazer ultrapassar as perspectivas “deste mundo” e levar os fiéis às verdadeiras perspectivas da fé em Cristo ressuscitado.

1688 A Liturgia da Palavra, por ocasião dos funerais, exige um preparação bem atenciosa, pois a assembléia presente ao ato podem englobar fiéis pouco assíduos à liturgia e também amigos do falecido que não sejam cristãos. A homilia em especial deve “evitar gênero literário de elogio fúnebre” e iluminar o mistério da morte cristã com a luz de Cristo Ressuscitado.

1689 O Sacrifício Eucarístico. Se a celebração se realizar na igreja, Eucaristia é o coração da realidade pascal da morte cristã. É então que a Igreja exprime sua comunhão eficaz com o defunto: oferecendo ao Pai, no Espírito Santo, o sacrifício da morte e ressurreição de Cristo, ela lhe pede que seu filho seja purificado de seus pecados e de suas c seqüências e que seja

admitido à plenitude pascal da mesa do Reino. É pela Eucaristia assim celebrada que a comunidade dos fiéis, especialmente a família do defunto, aprende a viver em comunhão com aquele que dormiu no Senhor", comungando do Corpo de Cristo, do qual é membro vivo, e rezando a seguir por ele e com ele.

1690 O adeus ("a Deus") ao defunto é sua "encomendação a Deus" pela Igreja. Este é o "último adeus pelo qual a comunidade cristã saúda um de seus membros antes que o corpo dele seja levado à sepultura"; tradição bizantina o exprime pelo beijo de adeus ao falecido:

Com esta saudação final "canta-se por causa de sua partida desta vida e por causa de sua separação, mas também porque há uma comunhão e uma reunião. Com efeito, ainda que mortos, não estamos separados uns dos outros, pois todos percorremos o mesmo caminho e nos reencontraremos no mesmo lugar. Jamais estaremos separados, pois vivemos por Cristo, e agora estamos unidos a Cristo, indo em sua direção... estaremos todos reunidos em Cristo".

TERCEIRA PARTE - A VIDA EM CRISTO

INTRODUÇÃO

1691 "Cristão, reconhece a tua dignidade. Por participares agora da natureza divina, não te degeneres, retornando à decadência de tua vida passada. Lembra-te da Cabeça a que pertences e do Corpo de que és membro. Lembra-te de que foste arrancado do poder das trevas e transferido para a luz e o Reino de Deus."

1692 O Símbolo da fé professou a grandeza dos dons de Deus ao homem na obra de sua criação e, mais ainda, pela redenção e santificação. O que a fé confessa os sacramentos comunicam: pelos "sacramentos que os fizeram renascer", os cristãos se tornaram "filhos de Deus" (1Jo 3,1), "participantes da natureza divina" (Pd 1,4). Reconhecendo na fé sua nova dignidade, os cristãos são chamados a levar a partir de então uma "vida digna do Evangelho de Cristo". Pelos sacramentos e pela oração, recebem a graça de Cristo e os dons de seu Espírito, que os tomam capazes disso.

1693 Jesus Cristo sempre fez o que era do agrado do Pai. Sempre viveu em perfeita comunhão com Ele. Também os discípulos são convidados a viver sob o olhar do Pai, "que vê o que esta oculto" (Mt 6,6), para se tomarem "perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito" Mt 5,48).

1694 Incorporados a Cristo pelo Batismo, os cristãos estão "mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus", participando assim da vida do Ressuscitado. Seguindo a Cristo e em união com ele, podem procurar "tornar-se imitadores de Deus como filhos amados e andar no amor", conformando seus pensamentos, palavras e ações aos "sentimentos de Cristo to Jesus e seguindo seus exemplos".

1695 "Justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus" (1Cor 5,11), "santificados... chamados a ser santos", os cristãos se tornaram "templo do Espírito Santo" (1Cor 6,19). Esse "Espírito do Filho" os ensina a orar ao Pai e, tendo-se tornado vida deles, os faz agir para carregarem em si "os frutos do Espírito" pela caridade operante. Curando as feridas do pecado, o Espírito Santo nos "renova pela transformação espiritual de nossa mente", ele nos ilumina e fortifica para vivermos como "filhos da luz" (Ef 5,8), na "bondade, justiça e verdade" em todas as coisas (Ef 5,9).

1696 O caminho de Cristo "conduz à vida", um caminho contrário "leva à perdição". A parábola evangélica dos dois caminhos está sempre presente na catequese da Igreja. Significa a importância das decisões morais para nossa salvação. "Há dois caminhos, um da vida e outro da morte; mas entre os dois há grande diferença.

1697 Importa, na catequese, revelar com toda clareza a alegria e as exigências do caminho de Cristo. A catequese da "vida nova" (Rm 6,4) em Cristo será:

ü uma catequese do Espírito Santo, Mestre interior da vida segundo Cristo, doce hóspede e amigo que inspira, conduz, retifica e fortifica esta vida;

ü uma catequese da graça, pois é pela graça que somos salvos, e é pela graça que nossas obras podem produzir frutos para a vida eterna;

ü uma catequese das bem-aventuranças, pois o caminho de Cristo se resume às bem-aventuranças, único caminho para a felicidade eterna, à qual o coração do homem aspira;

ü uma catequese do pecado e do perdão, pois, sem reconhecer-se pecador, o homem não pode conhecer a verdade sobre si mesmo, condição do reto agir, e sem a oferta do perdão não poderia suportar essa verdade;

ü uma catequese das virtudes humanas, que faz abraçar beleza e a atração das retas disposições em vista do bem;

ü uma catequese das virtudes cristãs da fé, esperança e caridade, que se inspira com prodigalidade no exemplo dos santos;

ü uma catequese do duplo mandamento da caridade desenvolvido no Decálogo;

ü uma catequese eclesial, pois é nos múltiplos intercâmbios dos "bens espirituais" na "comunhão dos santos" que a vida cristã pode crescer, desenvolver-se e comunicar-se.

1698 A referência primeira e última dessa catequese será sempre Jesus Cristo, que é "o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). Contemplando-o na fé, os fiéis podem esperar que Cristo realize neles suas promessas e, amando-o com o amor com que Ele os amou, façam as obras que correspondem à sua dignidade:

Peço que considereis que Jesus Cristo nosso Senhor é vossa verdadeira Cabeça e que vós sois um de seus membros. Ele é para vós o que a Cabeça é para os membros; tudo o que é dele é vosso, seu espírito, coração, corpo, alma e todas as suas faculdades, e deveis fazer uso disso como coisa vossa para servir, louvar, amar e glorificar a Deus. Vós sois em relação a Ele o que os membros são em relação à cabeça. Assim, Ele deseja ardentemente fazer uso de tudo o que está em vós para o ser-viço e a glória de seu Pai, como coisa sua.

Para mim, viver é Cristo (Fl 1,21)

PRIMEIRA SEÇÃO

A VOCAÇÃO DO HOMEM:

A VIDA NO ESPÍRITO

1699 A vida no Espírito realiza a vocação do homem (capítulo I) Constitui-se de caridade divina e de solidariedade humana (capítulo II). É concedida de graça como uma Salvação (capítulo III)

CAPÍTULO I

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1700 A dignidade da pessoa humana se fundamenta em sua criação à imagem e semelhança de Deus (artigo 1); realiza-se em sua vocação à bem-aventurança divina (artigo 2). Cabe ao ser humano a livre iniciativa de sua realização (artigo 3). Por seus atos deliberados (artigo 4), a pessoa humana se conforma ou não ao bem prometido por Deus e atestado por sua consciência moral (artigo 5). As pessoas humanas se edificam e crescem interiormente: fazem de toda sua vida sensível e espiritual matéria de crescimento (artigo 6). Com a ajuda da graça, crescem na virtude (artigo 7), evitam o pecado e, se o tiverem cometido, voltam como o filho pródigo, para a misericórdia de nosso Pai do Céus (artigo 8). Chegam, assim, à perfeição da caridade.

ARTIGO 1

O HOMEM IMAGEM DE DEUS

1701 "Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação." Em Cristo, "imagem do (Deus invisível" (Cl 1,15), foi o homem criado à "imagem e semelhança" do Criador. Em Cristo, redentor e salvador, a imagem divina, deformada no homem pelo primeiro pecado, foi restaurada em sua beleza original e enobrecida pela graça de Deus.

1702 A imagem divina está presente em cada pessoa. Resplandece na comunhão das pessoas, à semelhança da unidade das pessoas divinas entre si (cf. capítulo II).

1703 Dotada de alma "espiritual e imortal", a pessoa humana é "a única criatura na terra que Deus quis por si mesma". Desde sua concepção, é destinada à bem-aventurança eterna.

1704 A pessoa humana participa da luz e da força do Espírito divino. Pela razão, é capaz de compreender a ordem das coisas estabelecida pelo Criador. Por sua vontade, ela é capaz de ir, por si, ao encontro de seu verdadeiro bem. Encontra sua perfeição na "busca e no amor da verdade e do bem".

1705 Em virtude de sua alma e de seus poderes espirituais de inteligência e vontade, o homem é dotado de liberdade, "sinal eminente da imagem de Deus"

1706 Por sua razão, o homem conhece a voz de Deus, que o insta a "fazer o bem e a evitar o mal". Cada qual é obrigado a seguir esta lei que ressoa na consciência e se cumpre no amor a Deus e ao próximo. O exercício da vida moral atesta a dignidade da pessoa.

1707 "Instigado pelo Maligno, desde o início da história o homem abusou da própria liberdade." Sucumbiu à tentação e praticou o mal. Conserva o desejo do bem, mas sua natureza traz a ferida do pecado original. Tornou-se inclinado ao mal e sujeito ao erro:

O homem está dividido em si mesmo. Por esta razão, toda a vida humana, individual e coletiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas.

1708 Por sua paixão, Cristo livrou-nos de Satanás e do pecado. Ele nos mereceu a vida nova no Espírito Santo. Sua graça restaura o que o pecado deteriorou em nós.

1709 Quem crê em Cristo torna-se filho de Deus. Esta adoção filial o transforma, propiciando-lhe seguir o exemplo de Cristo. Ela torna-o capaz de agir corretamente e de praticar o Em união com seu Salvador, o discípulo alcança a perfeição da caridade, a santidade. Amadurecida na graça, a vida moral desabrocha em vida eterna na glória do céu.

RESUMINDO

1710 "Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre sua altíssima vocação."

1711 Dotada de alma espiritual, inteligência e vontade, a pessoa humana, desde sua concepção, é ordenada para Deus e destinada à bem-aventurança eterna. Busca sua perfeição na "procura e no amor da verdade e do bem"

1712 A verdadeira liberdade é no homem "sinal eminente da imagem de Deus"

1713 O homem é obrigado a seguir a lei moral que o chama a fazer o bem e evitar o mal". Esta lei ressoa em sua consciência.

1714 O homem, ferido em sua natureza pelo pecado original, está sujeito ao erro e inclinado ao mal no exercício de sua liberdade.

1715 Quem crê em Cristo tem a vida nova no Espírito Santo. A vida moral, desenvolvida e amadurecida na graça, deve completar-se na glória do céu.

ARTIGO 2

NOSSA VOCAÇÃO À BEM-AVENTURANÇA

I. AS BEM-AVENTURANÇAS

1716 As Bem-Aventuranças estão no cerne da pregação de Jesus. Seu anúncio retoma as promessas feitas ao povo eleito desde Abraão. Jesus as completa, ordenando-as não mais simples bem-estar gozoso na terra, mas ao Reino dos Céus:

Bem-aventurados os pobres em espírito, porque deles é o Reino dos Céus.

Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra.

Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados.

Bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque serão saciados.

Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.

Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus.

Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus.

Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus.

Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim.

Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus (Mt 5,3-12a).

1717 As bem-aventuranças traçam a imagem de Cristo e descrevem sua caridade; exprimem a vocação dos fiéis associados à glória de sua Paixão e Ressurreição; iluminam as ações e atitudes características da vida cristã; são promessas paradoxais que sustentam a esperança nas tribulações; anunciam as bênçãos e recompensas já obscuramente adquiridas pelos discípulos; são iniciadas na vida da Virgem Maria e de todos os santos.

II. O DESEJO DE FELICIDADE

1718 As Bem-Aventuranças respondem ao desejo natural de felicidade. Este desejo é de origem divina: Deus o colocou no coração do homem, a fim de atraí-lo a si, pois só ele pode satisfazê-lo.

Todos certamente queremos viver felizes, e não existe no gênero humano pessoa que não concorde com esta proposição, mesmo antes de ser formulada por inteiro.

Então, como vos hei de procurar, Senhor? Visto que, procurando a vós, meu Deus, eu procuro a vida bem-aventurada, fazei que vos procure para que minha alma viva, pois meu corpo vive de minha alma, e minha alma vive de vós.

SÓ DEUS SATISFAZ

1719 As Bem-Aventuranças desvendam o objetivo da existência humana, o fim último dos atos humanos. Deus nos chama à sua própria bem-aventurança. Este chamado se dirige a cada um pessoalmente, mas também a toda a Igreja, povo novo formado por aqueles que acolheram a promessa e nela vivem na fé.

III. A BEM-AVENTURANÇA CRISTÃ

1720 O Novo Testamento usa várias expressões para caracterizar a bem-aventurança à qual Deus chama o homem: a vinda do (Reino de Deus; a visão de Deus[: "Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus" (Mt 5,8); entrada na alegria do Senhor; entrada no repouso de Deus:

Aí descansaremos e veremos, veremos e amaremos, amaremos e louvaremos. Eis a essência do fim sem fim. E que outro fim mais nosso que chegarmos ao reino que não terá fim?

1721 Deus nos colocou no mundo para conhecê-lo, servi-lo e amá-lo e, assim, chegar ao paraíso. A bem-aventurança nos faz participar da natureza divina (I Pd 1,4) e da vida eterna. Com ela, o homem entra na glória de Cristo e no gozo da vida trinitária.

1722 Tal Bem-Aventurança ultrapassa a inteligência e as forças exclusivamente humanas. Resulta de um dom gratuito de Deus. É por isso que se diz ser sobrenatural, como também a graça que dispõe o homem a entrar no gozo divino.

"Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus." Por certo, de acordo com sua grandeza e glória indizível, "ninguém verá a Deus e viverá", pois o Pai é inacessível; mas, devido a seu amor, sua bondade para com os homens e sua onipotência, chega até a conceder àqueles que o amam o privilégio de ver a Deus... "pois o que é impossível aos homens é possível a Deus."

1723 A prometida bem-aventurança nos coloca diante de escolhas morais decisivas. Convida-nos a purificar nosso coração de seus maus instintos e a procurar o amor de Deus acima de tudo. Ensina que a verdadeira felicidade não está nas riquezas ou no bem-estar, nem na glória humana ou no poder, nem em qualquer obra humana, por mais útil que seja, como as ciências, a técnica e as artes, nem em outra criatura qualquer, mas apenas em Deus, fonte de todo bem e de todo amor.

A riqueza é o grande deus atual; a ela prestam homenagem instintiva a multidão e toda a massa dos homens. Medem a felicidade pelo tamanho da fortuna e, segundo a. fortuna, medem também a honradez... Tudo isto provém da convicção de que, tendo riqueza, tudo se consegue. A riqueza é, pois, um dos ídolos atuais, da mesma forma que a fama... A fama, o fato de alguém ser conhecido e fazer estardalhaço na sociedade (o que poderíamos chamar de notoriedade da imprensa), chegou a ser considerada um bem em si mesma, um sumo bem, um objeto, também ela, de verdadeira veneração.

1724 O Decálogo, o Sermão da Montanha e a catequese apostólica nos descrevem os caminhos que levam ao Reino dos Céus. Neles nos engajamos, passo a passo, pelas ações de todos os dias, sustentados pela graça do Espírito Santo. Fecundados pela Palavra de Cristo, daremos, aos poucos, frutos na Igreja para a glória de Deus.

RESUMINDO

1725 As bem-aventuranças retomam e completam as promessas de Deus desde Abraão, ordenando-as para o Reino dos Céus. Respondem ao desejo de felicidade que Deus colocou no coração do homem.

1726 As bem-aventuranças nos ensinam o fim último ao qual Deus nos chama: o Reino, a visão de Deus, a participação na natureza divina, a vida eterna, a filiação divina, o repouso em Deus.

1727 A bem-aventurança da vida eterna é um dom gratuito de Deus; ela é sobrenatural como a graça que a ela conduz.

1728 As bem-aventuranças nos deixam diante de escolhas decisivas com relação aos bens terrenos; purificam nosso coração para que aprendamos a amar a Deus sobre todas as coisas.

1729 A bem-aventurança do Céu determina os critérios de discernimento no uso dos bens terrestres, de acordo com a Lei de Deus.

ARTIGO 3

A LIBERDADE DO HOMEM

1730 Deus criou o homem dotado de razão e lhe conferiu dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e o domínio de seus atos. "Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão" (Eccl 15,14), para que pudesse ele mesmo procurar seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegar à plena e feliz perfeição.

O homem é dotado de razão e por isso é semelhante a Deus: foi criado livre e senhor de seus atos.

L. LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

1731. A liberdade é o poder, baseado na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, portanto, de praticar atos deliberados. Pelo livre-arbítrio, cada qual dispõe sobre si mesmo. A liberdade é, no homem, uma força de crescimento e amadurecimento na verdade e na bondade. A liberdade alcança sua perfeição quando está ordenada para Deus, nossa bem-aventurança.

1732 Enquanto não se tiver fixado definitivamente em seu bem último, que é Deus, a liberdade comporta a possibilidade de escolher entre o bem e o mal, portanto, de crescer em perfeição ou de definhar e pecar. Ela caracteriza os atos propriamente humanos. Toma-se fonte de louvor ou repreensão, de mérito ou demérito.

1733 Quanto mais pratica o bem, mais a pessoa se toma livre. Não há verdadeira liberdade a não ser a serviço do bem e da justiça. A escolha da desobediência e do mal é um abuso de liberdade e conduz à "escravidão do pecado".

1734 A liberdade torna o homem responsável por seus atos, na medida em que forem voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre seus atos.

1735 A imputabilidade e a responsabilidade de uma ação podem ficar diminuídas ou suprimidas pela ignorância, inadvertência, violência, medo, hábitos, afeições imoderadas e outros fatores psíquicos ou sociais.

1736 Todo ato diretamente querido é imputável a seu autor:

Assim, o Senhor pergunta a Adão, após o pecado no jardim: "O que fizeste?" (Gn 3,13). O mesmo pergunta a Caim. A mesma pergunta faz o profeta Natã ao rei Davi, após o adultério com a mulher de Urias e o assassinato deste.

Uma ação pode ser indiretamente voluntária quando resulta de uma negligência quanto a alguma coisa que deveríamos saber ou fazer, por exemplo, um acidente ocorrido por ignorância do código de trânsito.

1737 Um efeito pode ser tolerado sem ser querido pelo agente, por exemplo, o esgotamento da mãe à cabeceira de seu filho doente. O efeito ruim não é imputável se não foi querido nem como fim nem como meio de ação, como poderia ser o caso de morte sofrida por alguém quando tentava socorrer uma pessoa em perigo. Para que o efeito ruim seja imputável, é preciso que seja previsível e que o agente tenha a possibilidade de evitá-lo, como, por exemplo, no caso de um homicídio cometido por motorista embriagado.

1738 A liberdade se exerce no relacionamento entre os seres humanos. Toda pessoa humana, criada à imagem de Deus, tem o direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável. Todos devem a cada um esta obrigação de respeito. O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, sobretudo em matéria

moral e religiosa. Este direito deve ser reconhecido civilmente e protegido nos limites do bem comum e da ordem pública.

II. A LIBERDADE HUMANA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1739 Liberdade e pecado. A liberdade do homem é finita e falível. De fato, o homem falhou. Pecou livremente. Recusando o projeto do amor de Deus, enganou-se a si mesmo, tornou-se escravo do pecado. Esta primeira alienação gerou outras, em grande número. Desde suas origens, a história comprova os infortúnios e opressões nascidos do coração do homem por causa do mau uso da liberdade.

1740 Ameaças à liberdade. O exercício da liberdade não implica o direito de dizer e fazer tudo. É falso pretender que "o homem, sujeito da liberdade, baste a si mesmo, tendo por fim a satisfação de seu próprio interesse no gozo dos bens terrenos. Por sua vez, as condições de ordem econômica e social, política e cultural requeridas para um justo exercício da liberdade são muitas vezes desprezadas e violadas. Estas situações de cegueira e injustiça prejudicam a vida moral e levam tanto os fortes como os fracos à tentação de pecar contra a caridade. Fugindo da lei moral, o homem prejudica sua própria liberdade, acorrenta-se a si mesmo, rompe a fraternidade com seus semelhantes e rebelde-se contra a verdade divina.

1741 Liberdade e salvação. Por sua gloriosa cruz, Cristo obteve a salvação de todos os homens. Resgatou-os do pecado que os mantinha na escravidão. "É para a liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5,1). Nele comungamos da "verdade que nos torna livres". O Espírito Santo nos foi dado e, como ensina o apóstolo, "onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade" (2 Cor 3,17). Desde agora participamos da "liberdade da glória dos filhos de Deus".

1742 Liberdade e graça. A graça de Cristo não entra em concorrência com nossa liberdade quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do homem. Ao contrário, como a experiência cristã o atesta, -sobretudo na oração, quanto mais dóceis formos aos impulsos da graça, tanto mais crescem nossa liberdade íntima e nossa segurança nas provações e diante das pressões e coações do mundo externo. Pela obra da graça, o Espírito Santo nos educa à liberdade espiritual, para fazer de nós livres colaboradores de sua obra na Igreja e no mundo.

"Deus de poder e misericórdia, afastai de nós todo obstáculo, para que, inteiramente disponíveis, nos dediquemos a vosso serviço."

RESUMINDO

1743 "Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão" (Eclo 15,14), para que pudesse livremente aderir a seu Criador e chegar, assim, à feliz perfeição.

1744 A liberdade é o poder de agir ou não agir, praticando, então, a pessoa atos deliberados. Ela alcança a perfeição de seu ato quando está ordenada para Deus, o sumo Bem.

1745 A liberdade caracteriza os atos propriamente humanos. Torna o ser humano responsável pelos atos dos quais é voluntariamente autor. Seu agir deliberado é algo propriamente seu.

1746 A imputabilidade ou responsabilidade de uma ação pode ser diminuída ou suprimida pela ignorância, violência, medo e outros fatores psíquicos ou sociais.

1747 O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade do homem, sobretudo em matéria religiosa e moral. Mas o exercício da liberdade não implica o suposto direito de tudo dizer e fazer.

1748 "É para a liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5,1).

ARTIGO 4

A MORALIDADE DOS ATOS HUMANOS

1749 A liberdade faz do homem um sujeito moral. Quando age de forma deliberada, o homem é, per assim dizer, o pai de seus atos. Os atos humanos, isto é, livremente escolhidos após um juízo da consciência, são qualificáveis moralmente. São bons ou maus.

I. AS FONTES DA MORALIDADE

1750 A moralidade dos atos humanos depende:

- ü do objeto escolhido;
- ü do fim visado ou da intenção;
- ü das circunstâncias da ação.

1751 O objeto, a intenção e as circunstâncias constituem as "fontes" ou elementos constitutivos da moralidade dos atos humanos. O objeto escolhido é um bem para o qual se dirige deliberadamente a vontade. É a matéria de um ato humano. O objeto escolhido especifica moralmente o ato de querer, conforme razão o reconheça e julgue estar de acordo ou não com o bem verdadeiro. As regras objetivas da moralidade enunciam a ordem racional do bem e do mal, atestada pela consciência.

1752 Perante o objeto, a intenção se coloca do lado do sujeito agente. Pelo fato de ater-se à fonte voluntária da ação e determiná-la pelo objetivo, a intenção é um elemento essencial na qualificação moral da ação. A finalidade é o primeiro termo da intenção e designa a meta visada na ação. A intenção é um movimento da vontade em direção ao objetivo; ela diz respeito ao fim visado pela ação. É a meta do bem que se espera da ação praticada. Não se limita à direção de nossas ações singulares, mas pode orientar para um mesmo objetivo ações múltiplas; pode orientar toda vida para o fim último. Por exemplo, um serviço prestado tem por fim ajudar o próximo, mas pode também ser inspirado pelo amor a Deus, fim último de todas as nossas ações. Uma mesma ação também pode ser inspirada por várias intenções, como, por exemplo, prestar um serviço para obter um favor ou para vangloriar-se.

1753 Uma intenção boa (por exemplo, ajudar o próximo) não torna bom nem justo um comportamento desordenado em si mesmo (como a mentira e a maledicência). O fim não justifica os meios. Assim, não se pode justificar a condenação de um inocente como meio legítimo de salvar o povo. Por sua vez, acrescentada uma intenção má (como, por exemplo, a vanglória), o ato em si bom (como a esmola) torna-se mau.

1754 As circunstâncias, incluídas as conseqüências, são os elementos secundários de um ato moral. Contribuem para agra-var ou diminuir a bondade ou maldade moral dos atos humanos (por exemplo, o montante de um furto). Podem também atenuar ou aumentar a responsabilidade do agente (agir, por exemplo, por temor da morte). As circunstâncias não podem por si modificar a qualidade moral dos próprios atos, não podem tomar boa ou justa uma ação má em si.

II. ATOS BONS E ATOS MAUS

1755 O ato moralmente bom supõe a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias. Uma finalidade má corrompe a ação, mesmo que seu objeto seja bom em si (como, por exemplo, rezar e jejuar "para ser visto pelos homens").

O objeto da escolha por si só pode viciar o conjunto de determinado agir. Existem comportamentos concretos - como a fornicação - cuja escolha é sempre errônea, pois escolhê-los significa uma desordem da vontade, isto é, um mal moral.

1756 É errado, pois, julgar a moralidade dos atos humanos considerando só a intenção que os inspira ou as circunstâncias (meio ambiente, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir etc.) que compõem o quadro. Existem atos que por si mesmos e em si mesmos, independentemente das circunstâncias e intenções, são sempre gravemente ilícitos, em virtude de seu objeto: a blasfêmia e o perjúrio, o homicídio e o adultério. Não é permitido praticar um mal para que dele resulte um bem.

RESUMINDO

1757 O objeto, a intenção e as circunstâncias constituem as três "fontes" da moralidade dos atos humanos.

1758 O objeto escolhido especifica moralmente o ato do querer conforme a razão o reconheça e julgue bom ou mau.

1759 "Não se pode justificar uma ação má, embora feita com boa intenção." O fim não justifica os meios.

1760 O ato moralmente bom supõe, ao mesmo tempo, a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias.

1761 Existem comportamentos concretos cuja escolha é sempre errônea, porque escolhê-los significa uma desordem da vontade de, isto é, um mal moral. Não é permitido fazer o mal para que daí resulte um bem.

ARTIGO 5

A MORALIDADE DAS PAIXÕES

1762 O ser humano se ordena para a bem-aventurança por meio de seus atos deliberados: as paixões ou sentimentos que experimenta podem dispô-lo e contribuir para isso.

LAS PAIXÕES

1763 O termo "paixões" pertence ao patrimônio cristão. Os sentimentos ou paixões designam as emoções ou movimentos da sensibilidade que inclinam alguém a agir ou não agir em vista do que é experimentado ou imaginado como bom ou mau.

1764 As paixões são componentes naturais do psiquismo humanos; constituem o lugar de passagem e garantem a ligação entre a vida sensível e a vida do espírito. Nosso Senhor indica o coração do homem como a fonte de onde brota o movimento das paixões.

1765 As paixões são numerosas. A paixão mais fundamental é o amor provocado pela atração do bem. O amor causa o desejo do bem ausente e a esperança de consegui-lo. Este movimento se completa no prazer e na alegria do bem possuído. A percepção do mal provoca ódio, aversão e medo do mal que está por chegar. Este movimento se completa na tristeza do mal presente ou na cólera que a ele se opõe.

1766 "Amar é querer algo de bom para alguém." Todos os demais afetos têm sua fonte no movimento original do coração do homem para o bem. Só existe o bem que é amado. "As paixões são más se o amor é mau, boas se o amor é bom."

II. PAIXÕES E VIDA MORAL

1767 Em si mesmas, as paixões não são boas nem más. Só recebem qualificação moral na medida em que dependem efetivamente da razão e da vontade. As paixões são chamadas voluntárias "ou porque são comandadas pela vontade ou porque a vontade não lhes opõe obstáculo". Faz parte da perfeição do bem moral ou humano que as paixões sejam reguladas pela razão.

1768 Os grandes sentimentos não determinam a moralidade nem a santidade das pessoas; são reservatório inesgotável das imagens e afeições em que se exprime a vida moral. As paixões são moralmente boas quando contribuem para uma ação boa, e más quando se dá o contrário. A vontade reta ordena para o bem e para a bem-aventurança os movimentos sensíveis que ela assume; a vontade má sucumbe às paixões desordenadas e as exacerba. As emoções e sentimentos podem ser assumidos em virtudes ou pervertidos em vícios.

1769 Na vida cristã, o próprio Espírito Santo realiza sua obra mobilizando o ser inteiro, inclusive suas dores, medos e tristezas, como aparece na Agonia e Paixão do Senhor. Em Cristo, os sentimentos humanos podem receber sua consumação na caridade e na bem-aventurança divina.

1770 A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido ao bem exclusivamente por sua vontade, mas também por seu apetite sensível, segundo a palavra do Salmo: "Meu coração e minha carne exultam pelo Deus vivo" (Sl 84,3).

RESUMINDO

1771 O termo "paixões" designa as afeições ou os sentimentos. Por meio de suas emoções, o homem pressente o bem e suspeita da presença do mal.

1772 As principais paixões são o amor, o ódio, o desejo, o medo, a alegria, a tristeza e a cólera.

1773 Nas paixões, como movimentos da sensibilidade, não há bem ou mal moral. Mas, enquanto dependem da razão e da vontade, há nelas bem ou mal moral.

1774 As emoções e os sentimentos podem ser assumidos em virtudes ou pervertidos em vícios.

1775 A perfeição do bem moral consiste em que o homem não seja movido ao bem exclusivamente pela vontade, mas também pelo "coração".

ARTIGO 6

A CONSCIÊNCIA MORAL

1776 "Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei. Ele não a dá a si mesmo. Mas a ela deve obedecer. Chamando-o sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal, no momento oportuno a voz desta lei ressoa no íntimo de seu coração... É uma lei inscrita por Deus no coração do homem.. A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. "

I. O JUÍZO DA CONSCIÊNCIA

1777 Presente no coração da pessoa, a consciência moral lhe impõe, no momento oportuno, fazer o bem e evitar o mal. Julga, portanto, as escolhas concretas, aprovando as boas e denunciando as más. Atesta a autoridade da verdade referente ao Bem supremo, de quem a

pessoa humana recebe a atração e acolhe os mandamentos. Quando escuta a consciência moral, o homem prudente pode ouvir a Deus, que fala.

1778 A consciência moral é um julgamento da razão pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto que vai planejar, que está a ponto de executar ou que já praticou. Em tudo o que diz e faz, o homem é obrigado a seguir fielmente o que sabe ser justo e correto. E pelo julgamento de sua consciência que o homem percebe e reconhece as prescrições da lei divina:

A consciência é uma lei de nosso espírito que ultrapassa nosso espírito, nos faz imposições, significa responsabilidade e dever, temor e esperança... E a mensageira daquele que, no mundo da natureza bem como no mundo da graça, nos fala através de um véu, nos instrui e nos governa. A consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo.

1779 É importante que cada qual esteja bastante presente a si mesmo para ouvir e seguir a voz de sua consciência. Esta exigência de interioridade é muito necessária, pelo fato de a vida nos deixar frequentemente em situações que nos afastam:

Volta à tua consciência, interroga-a... Voltai, irmãos, ao interior e em tudo o que fizerdes atentai para a testemunha, Deus.

1780 A dignidade da pessoa humana implica e exige a retidão da consciência moral. A consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade ("sindérese"), sua aplicação a circunstâncias determinadas por um discernimento prático das razões e dos bens e, finalmente, o juízo feito sobre atos concretos a praticar ou já praticados. A verdade sobre o bem moral, declarada na lei da razão, é reconhecida prática e concretamente pelo juízo prudente da consciência. Chamamos de prudente o homem que faz suas opções de acordo com este juízo.

1781 A consciência permite assumir a responsabilidade dos atos praticados. Se o homem comete o mal, o julgamento justo da consciência pode continuar nele como testemunho da verdade universal do bem e ao mesmo tempo da malícia de sua escolha singular. O veredicto do juízo de consciência continua sendo um penhor de esperança e misericórdia. Atestando a falta cometida lembra a necessidade de pedir perdão, de praticar novamente o bem e de cultivar sem cessar a virtude com a graça de Deus.

Diante dele tranquilizaremos nosso coração, se nosso coração nos acusa, porque Deus é maior que nosso coração e conhece todas as coisas (1 Jo 3,19-20).

1782 O homem tem o direito de agir com consciência e liberdade, a fim de tomar pessoalmente as decisões morais. "O homem não pode ser forçado a agir contra a própria consciência. Mas também não há de ser impedido de proceder segundo a consciência, sobretudo em matéria religiosa."

II. A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

1783 A consciência deve ser educada e o juízo moral, esclarecido. Uma consciência bem formada é reta e verdadeira. Formula seus julgamentos seguindo a razão, de acordo com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. A educação da consciência é indispensável aos seres humanos submetidos a influências negativas e tentados pelo pecado a preferir seu julgamento próprio e a recusar os ensinamentos autorizados.

1784 A educação da consciência é uma tarefa de toda a vida. Desde os primeiros anos, alerta a criança para o conhecimento e a prática da lei interior reconhecida pela consciência moral. Uma educação prudente ensina a virtude, preserva ou cura do medo, do egoísmo e do orgulho, dos sentimentos de culpabilidade e dos movimentos de complacência, nascidos da fraqueza e das faltas humanas. A educação da consciência garante a liberdade e gera a paz do coração.

1785 Na formação da consciência, a Palavra de Deus é a luz de nosso caminho; é preciso que a assimilamos na fé e na oração e a ponhamos em prática. É preciso ainda que examinemos nossa consciência, confrontando-nos com a Cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espírito Santo, ajudados pelo testemunho e conselhos dos outros e guiados pelo ensinamento autorizado da Igreja.

III. ESCOLHER SEGUNDO A CONSCIÊNCIA

1786 Posta diante de uma escolha moral, a consciência pode emitir um julgamento correto, de acordo com a razão e a lei divina, ou, ao contrário, um julgamento errôneo, que se afasta da razão e da lei divina.

1787 Às vezes o homem depara com situações que tornam o juízo moral menos seguro e a decisão difícil. Mas ele deverá sempre procurar o que é justo e bom e discernir a vontade de Deus expressa na lei divina.

1788 Para tanto, o homem deve se esforçar por interpretar os dados da experiência e os sinais dos tempos graças à virtude da prudência, aos conselhos de pessoas avisadas e à ajuda do Espírito Santo e de seus dons.

1789 Algumas regras se aplicam a todos os casos:

- ü Nunca é permitido praticar um mal para que daí resulte um bem.
- ü A "regra de ouro": "Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles".
- ü A caridade respeita sempre o próximo e sua consciência: "Pecando contra vossos irmãos e ferindo sua consciência... pecais contra Cristo" (1 Cor 8,12). "E bom se abster... de tudo o que seja causa de tropeço, de queda ou enfraquecimento para teu irmão" (Rm 14,21).

IV. O JUÍZO ERRÔNEO

1790 O ser humano deve sempre obedecer ao juízo certo de sua consciência. Se agisse deliberadamente contra este último, estaria condenando a si mesmo. Mas pode acontecer que a consciência moral esteja na ignorância e faça juízos errôneos sobre atos a praticar ou já praticados.

1791 Muitas vezes esta ignorância pode ser imputada à responsabilidade pessoal. É o que acontece "quando o homem não se preocupa suficientemente com a procura da verdade e do bem, e a consciência pouco a pouco, pelo hábito do pecado, se torna quase obcecada". Neste caso, a pessoa é culpável pelo mal que comete.

1792 A ignorância de Cristo e de seu Evangelho, os maus exemplos de outros, o servilismo às paixões, a pretensão de uma mal-entendida autonomia da consciência, a recusa da autoridade da Igreja e de seus ensinamentos, a falta de conversão ou de caridade podem estar na origem dos desvios do julgamento na conduta moral.

1793 Se - ao contrário - a ignorância for invencível ou o julgamento errôneo não for da responsabilidade do sujeito moral, o mal cometido pela pessoa não lhe poderá ser imputado. Mas nem por isso deixa de ser um mal, uma privação, uma desordem. É preciso trabalhar, pois, para corrigir a consciência moral de seus erros.

1794 A consciência boa e pura é esclarecida pela fé verdadeira, pois a caridade procede ao mesmo tempo "de um coração puro de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia" (1 Tm 1,5).

"Quanto mais prevalece a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos se afastam de um arbitrio cego e se esforçam por conformar-se às normas objetivas da moralidade[a28] ."

RESUMINDO

1795 "A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. "

1796 A consciência moral é um julgamento da razão pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto.

1797 Para o homem que cometeu o mal, o veredicto de sua consciência permanece um penhor de conversão e de esperança.

1798 Uma consciência bem formada é reta e verídica. Formula seus julgamentos seguindo a razão, de acordo com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. Cada qual deve usar os meios adequados para formar sua consciência.

1799 Colocada diante de uma escolha moral, a consciência pode emitir um julgamento correto de acordo com a razão e a lei divina ou, ao contrário, um julgamento errôneo, que se afasta da razão e da lei divina.

1800 O ser humano deve obedecer sempre ao julgamento certo de sua consciência.

1801 A consciência moral pode estar na ignorância ou fazer julgamentos errôneos. Essa ignorância e esses erros nem sempre são isentos de culpa.

1802 A Palavra de Deus é luz para nossos passos. É preciso que a assimilamos na fé e na oração e a coloquemos em prática. Assim se forma a consciência moral.

ARTIGO 7

AS VIRTUDES

1803 "Ocupai-vos com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, tudo o que há de louvável, honroso, virtuoso ou de qualquer modo mereça louvor" (Fl 4,8).

A virtude é uma disposição habitual e firme para fazer o bem. Permite à pessoa não só praticar atos bons, mas dar o melhor de si. Com todas as suas forças sensíveis e espirituais, a pessoa virtuosa tende ao bem, procura-o e escolhe-o na prática.

"O objetivo da vida virtuosa é tornar-se semelhante a Deus."

1 AS VIRTUDES HUMANAS

1804 As virtudes humanas são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade que regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé. Propiciam, assim, facilidade, domínio e alegria para levar uma vida moralmente boa. Pessoa virtuosa é aquela que livremente pratica o bem.

As virtudes morais são adquiridas humanamente. São os frutos e os germes de atos moralmente bons; dispõem todas as forças do ser humano para entrar em comunhão com o amor divino.

DISTINÇÃO DAS VIRTUDES CARDEAIS

1805 Quatro virtudes têm um papel de "dobradiça" (que, em latim, se diz "cardo, cardinis"). Por esta razão são chamadas "cardeais": todas as outras se agrupam em torno delas. São a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. "Ama-se a retidão? As virtudes são seus frutos; ela ensina a temperança e a prudência a justiça e a fortaleza" (Sb 8,7). Estas virtudes são louvadas em numerosas passagens da Escritura sob outros nomes.

1806 A prudência é a virtude que dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para realizá-lo. "O homem sagaz discerne os seus passos" (Pr 14,15). "Sede prudentes e sóbrios para entregardes às orações" (1 Pd 4,7). A prudência é a "regra certa da ação", escreve Sto. Tomás citando Aristóteles. Não se confunde com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada "auriga virtutum" ("cocheiro", isto é "portadora das virtudes"), porque, conduz as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena sua conduta seguindo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e superamos as dúvidas sobre o bem a praticar e o mal a evitar.

1807 A justiça é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se "virtude de religião". Para com os homens, ela nos dispõe a respeitar os direitos de cada um e a estabelecer nas relações humanas a harmonia que pro-move a equidade em prol das pessoas e do bem comum. O homem justo, muitas vezes mencionado nas Escrituras, distingue-se pela correção habitual de seus pensamentos e pela retidão de sua conduta para com o próximo. "Não favoreças o pobre, nem prestígies o poderoso. Julga o próximo conforme a justiça" (Lv 19,15). "Senhores, dai aos vossos servos o justo e equitativo, sabendo que vós tendes um Senhor no céu" (Cl 4,1).

1808 A fortaleza é a virtude moral que dá segurança nas dificuldades, firmeza e constância na procura do bem. Ela firma a resolução de resistir às tentações e superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza nos torna capazes de vencer o medo, inclusive da morte, de suportar a provação e as perseguições. Dispõe a pessoa a aceitar até a renúncia e o sacrifício de sua vida para defender uma causa justa. "Minha força e meu canto é o Senhor" (Sl 118,14). "No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo" (Jo 16,33).

1809 A temperança é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e procura o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos dentro dos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem seus apetites sensíveis, guarda uma santa discricão e "não se deixa levar a seguir as paixões do coração[a38] ". A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: "Não te deixes levar por tuas paixões e re-freia os teus desejos" (Eclo 18,30). No Novo Testamento, é chamada de "moderação" ou "sobriedade". Devemos "viver com moderação, justiça e piedade neste mundo" (Tt 2,12).

Viver bem não é outra coisa senão amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e em toda forma de agir. Dedicar-lhe um amor integral (pela temperança) que nenhum infortúnio poderá abalar (o que depende da fortaleza), que obedece exclusivamente a Ele (e nisto consiste a justiça), que vela para discernir todas as coisas com receio de deixar-se surpreender pelo artil e pela mentira (e isto é a prudência).

As VIRTUDES E A GRAÇA

1810 As virtudes humanas adquiridas pela educação, por atos deliberados e por uma perseverança sempre retomada com esforço são purificadas e elevadas pela graça divina. Com o auxílio de Deus, forjam o caráter e facilitam a prática do bem. O homem virtuoso sente-se feliz em praticá-las.

1811 Não é fácil para o homem ferido pelo pecado manter o equilíbrio moral. O dom da salvação, trazida por Cristo, nos concede a graça necessária para perseverar na conquista das virtudes. Cada um deve sempre pedir esta graça de luz e de fortaleza, recorrer aos sacramentos, cooperar com o Espírito Santo, seguir seus apelos de amar o bem e evitar o mal.

II. AS VIRTUDES TEOLOGAIS

1812 As virtudes humanas se fundam nas virtudes teologais que adaptam as faculdades do homem para que possa participar da natureza divina. Pois as virtudes teologais se referem diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade e têm a Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto.

1813 As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de agir como seus filhos e merecer a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade.

A FÉ

1814 A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que nos disse e revelou, e que a Santa Igreja nos propõe para crer, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, "o homem livremente se entrega todo a Deus. Por isso o fiel procura conhecer e fazer a vontade de Deus. "O justo viverá da fé" (Rm 1,17). A fé viva "age pela caridade" (Gl 5,6).

1815 O dom da fé permanece naquele que não pecou contra ela. Mas "é morta a fé sem obras" (Tg 2,26): privada da esperança e do amor, a fé não une plenamente o fiel a Cristo e não faz dele um membro vivo de seu Corpo.

1816 O discípulo de Cristo não deve apenas guardar a fé e nela vi-ver, mas também professá-la, testemunhá-la com firmeza e difundi-la: "Todos devem estar prontos a confessar Cristo perante os homens e segui-lo no caminho da Cruz, entre perseguições que nunca faltam à Igreja. O serviço e o testemunho da fé são requisitos da salvação: "Todo aquele que se declarar por mim diante dos homens também eu me declararei por ele diante de meu Pai que está nos céus. Aquele, porém, que me renegar diante dos homens também o renegarei diante de meu Pai que está nos céus" (Mt 10,32-33).

A ESPERANÇA

1817 A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o Reino dos Céus e a Vida Eterna, pondo nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos não em nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo. "Continuemos a afirmar nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa" (Hb 10,23). "Este Espírito que ele ricamente derramou sobre nós, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que fôssemos justificados por sua graça e nos tornássemos herdeiros da esperança da vida eterna" (Tt 3,6-7).

1818 A virtude da esperança responde à aspiração de felicidade colocada por Deus no coração de todo homem; assume as esperanças que inspiram as atividades dos homens; purifica-as, para ordená-las ao Reino dos Céus; protege contra o desânimo; dá alento em todo esmorecimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O impulso da esperança preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade.

1819 A esperança cristã retoma e realiza a esperança do povo eleito, que tem sua origem e modelo na esperança de Abraão, cumulada em Isaac, das promessas de Deus, e purificada pela prova do sacrifício. "Ele, contra toda a esperança, acreditou na esperança de tornar-se pai de muitos povos" (Rm 4,18).

1820 A esperança cristã se manifesta desde o início da pregação de Jesus no anúncio das bem-aventuranças. As bem-aventuranças elevam nossa esperança ao céu, como para a nova Terra prometida; traçam o caminho por meio das provações reservadas aos discípulos de Jesus. Mas, pelos méritos de Jesus Cristo e de sua Paixão, Deus nos guarda na "esperança que não decepciona" (Rm 5,5). A esperança é a "âncora da alma) segura e firme, "penetrando... onde Jesus entrou por nós, como precursor" (Hb 6,19-20). Também é uma arma que nos protege no combate da salvação: "Revestidos da couraça da fé e da caridade e do capacete da

esperança da salvação" (I Ts 5,8) Ela nos traz alegria mesmo na provação: "alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação" (Rm 12,12). Ela se exprime e se alimenta na oração, especialmente no Pai-Nosso resumo de tudo o que a esperança nos faz desejar.

1821 Podemos esperar, pois, a glória do céu prometida por Deus aos que o amam e fazem sua vontade. Em qualquer circunstância, cada qual deve esperar, com a graça de Deus, "perseverar até o fim" e alcançar a alegria do céu com recompensa eterna de Deus pelas boas obras praticadas com graça de Cristo. Na esperança, a Igreja pede que "todos ó homens sejam salvos" (1Tm 2,4). Ela aspira a estar unida a Cristo, seu Esposo, na glória do céu.

Espera, ó minha alma, espera. Ignoras o dia e a hora. Vigia cuidadosamente, tudo passa com rapidez, ainda que tua impaciência torne duvidoso o que é certo, e longo um tempo bem curto. Considera que, quanto mais pelejares, mais provarás o amor que tens a teu Deus e mais te alegrarás um dia com teu Bem-Amado numa felicidade e num êxtase que não poderão jamais terminar.

A CARIDADE

1822 A caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, por si mesmo, e a nosso próximo como a nós mesmos, por amor de Deus.

1823 Jesus fez da caridade o novo mandamento. Amando os seus "até o fim" (Jo 13,1), manifesta o amor do Pai que Ele recebe. Amando-se uns aos outros, os discípulos imitam o amor de Jesus que eles também recebem. Por isso diz Jesus: "Assim como o Pai me amou, também eu vos amei. Permanecei em meu amor" (Jo 15,9). E ainda: "Este é o meu preceito: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 15,12).

1824 Fruto do Espírito e da plenitude da lei, a caridade guarda os mandamentos de Deus e de seu Cristo: "Permanecei em meu amor. Se observais os meus mandamentos, permaneceréis no meu amor" (Jo 15,9-10).

1825 Cristo morreu por nosso amor quando éramos ainda "inimigos" (Rm 5,10). O Senhor exige que amemos, como Ele, mesmo os nossos inimigos, que nos tornemos o próximo do mais afastado, que amemos como Ele as crianças e os pobres.

O apóstolo S. Paulo traçou um quadro incomparável da caridade: "A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (I Cor 13,4-7).

1826 Diz ainda o apóstolo: "Se não tivesse a caridade, nada seria...". E tudo o que é privilégio, serviço e mesmo virtude... "se não tivesse a caridade, isso nada me adiantaria". A caridade superior a todas as virtudes. E a primeira das virtudes teologais "Permanecem fé, esperança, caridade, estas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade" (1 Cor 13,13).

1827 O exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade, que é o "vínculo da perfeição" (Cl 3,14); é a forma das virtudes, articulando-as e ordenando-as entre si; é fonte e termo de sua prática cristã. A caridade assegura purifica nossa capacidade humana de amar, elevando-a à feição sobrenatural do amor divino.

1828 A prática da vida moral, animada pela caridade, dá ao cristão a liberdade espiritual dos filhos de Deus. Já não está diante de Deus como escravo em temor servil, nem como mercenário à espera do pagamento, mas como um filho que responde ao amor daquele "que nos amou primeiro" (1 Jo 4,19): Ou nos afastamos do mal por medo do castigo, estando assim na posição do escravo; ou buscamos o atrativo da recompensa, assemelhando-nos aos mercenários; ou é pelo bem em si mesmo e por amor de quem manda que nós obedecemos... e estaremos então na posição de filhos.

1829 A caridade tem como frutos a alegria, a paz e a misericórdia exige a beneficência e a correção fraterna; é benevolência; suscita a reciprocidade; é desinteressada e liberal; é amizade e comunhão: A finalidade de todas as nossas obras é o amor. Este é o fim, é para alcançá-lo que corremos, é para ele que corremos; uma vez chegados, é nele que repousaremos.

III. OS DONS E FRUTOS DO ESPÍRITO SANTO

1830 A vida moral dos cristãos é sustentada pelos dons do Espírito Santo. Estes são disposições permanentes que tornam o homem dócil para seguir os impulsos do mesmo Espírito.

1831 Os sete dons do Espírito Santo são: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus. Em plenitude, pertencem a Cristo, Filho de Davi. Completam e levam à perfeição as virtudes daqueles que os recebem. Tornam os fiéis dóceis para obedecer prontamente às inspirações divinas.

Que o teu bom espírito me conduza por uma terra aplanada (Sl 143,10)

Todos os que são conduzidos pelo Espírito Santo são filhos de Deus são filhos de Deus... Filhos e, portanto, herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo (Rm 8,14.17).

1832 Os frutos do Espírito são perfeições que o Espírito Santo forma em nós como primícias da glória eterna. A Tradição da Igreja enumera doze: "caridade, alegria, paz, paciência, longanimidade, bondade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência e castidade" (Gl 5,22-23 vulg.).

RESUMINDO

1833 A virtude é uma disposição habitual e firme de fazer o bem.

1834 As virtudes humanas são disposições estáveis da inteligência e da vontade que, regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé. Podem ser agrupadas em torno de quatro virtudes cardeais: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança.

1835 A prudência dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para realizá-lo.

1836 A justiça consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido.

1837 A fortaleza garante, nas dificuldades, a firmeza e a constância na busca do bem.

1838 A temperança modera a atração dos prazeres sensíveis e procura o equilíbrio no uso dos bens criados.

1839 As virtudes morais crescem pela educação, pelos atos deliberados e pela perseverança no esforço. A graça divina purifica e as eleva.

1840 As virtudes teologais dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade. Têm a Deus por origem, motivo e objeto, Deus conhecido pela fé, esperado e amado por casa de si mesmo.

1841 Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade[a82]. Estas informam e vivificam todas as virtudes morais.

1842 Pela fé, nós cremos em Deus e em tudo o que Ele nos revelou e que a Santa Igreja nos propõe para crer.

1843 Pela esperança, desejamos e aguardamos de Deus, com firme confiança, a vida eterna e as graças para merecê-la.

1844 Pela caridade, amamos a Deus sobre todas as coisas e a nosso próximo como a nós mesmos por amor a Deus. Ela é o "vínculo da perfeição" (Cl 3,14) e a forma de todas as virtudes.

1845 Os sete dons do Espírito Santo concedidos ao cristão sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus.

ARTIGO 8

O PECADO

I. A MISERICÓRDIA E O PECADO

1846 O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores[a84] . O anjo anuncia a José: "Tu chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará seu povo de seus pecados" (Mt 1,21). O mesmo se dá com a Eucaristia, sacramento da redenção: "Isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados" (Mt 26,28).

1847 "Deus nos criou sem nós, mas não quis salvar-nos sem nós." Acolher sua misericórdia exige de nossa parte a confissão de nossas faltas. "Se dissermos: 'Não temos pecado', enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos nossos pecados, Ele, que é fiel e justo, perdoará nossos pecados e nos purificará de toda injustiça" (1Jo 1,8-9).

1848 Como afirma S. Paulo: "Onde avultou o pecado, a graça superabundou" (Rm 5,20). Mas, para realizar seu trabalho, deve a graça descobrir o pecado, a fim de converter nosso coração e nos conferir "a justiça para a vida eterna, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor" (Rm 5,21). Como o médico que examina a ferida antes de curá-la, assim Deus, por sua palavra e por seu Espírito, projeta uma luz viva sobre o pecado.

A conversão requer que se lance luz sobre o pecado; ela contém em si mesma o julgamento interior da consciência. Pode-se ver nisso a prova da ação do Espírito de verdade no mais íntimo do homem, e isso se torna ao mesmo tempo o início de um novo dom da graça e do amor: "Recebei o Espírito Santo". Assim, nesta ação de "lançar luz sobre o pecado" descobrimos um duplo dom: o dom da verdade da consciência e o dom da certeza da redenção. O Espírito de verdade é o Consolador.

II. A DEFINIÇÃO DO PECADO

1849 O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a consciência reta; é uma falta ao amor verdadeiro para com Deus e para com o próximo, por causa de um apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana. Foi definido como "uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna".

1850 O pecado é ofensa a Deus: "Pequei contra ti, contra ti somente; pratiquei o que é mau aos teus olhos" (Sl 51,6). O pecado ergue-se contra o amor de Deus por nós e desvia dele os nossos corações. Como o primeiro pecado, é uma desobediência, uma revolta contra Deus, por vontade de tornar-se "como deuses", conhecendo e determinando o bem e o mal (Gn 3,5). O pecado é, portanto, "amor de si mesmo até o desprezo de Deus". Por essa exaltação orgulhosa de si, o pecado é diametralmente contrário à obediência de Jesus, que realiza a salvação.

1851 É justamente na paixão, em que a misericórdia de Cristo vai vencê-lo, que o pecado manifesta o grau mais alto de sua violência e de sua multiplicidade: incredulidade, ódio assassino, rejeição e zombarias da parte dos chefes e do povo, covardia de Pilatos e crueldade dos soldados, traição de Judas, tão dura para Jesus, negação de Pedro e abandono da parte dos discípulos. Mas, na própria hora das trevas e do príncipe deste mundo, o sacrifício de Cristo se toma secretamente a fonte de onde brotará inesgotavelmente o perdão de nossos pecados.

III. A DIVERSIDADE DOS PECADOS

1852 A variedade dos pecados é grande. As Escrituras nos fornecem várias listas. A Carta aos gálatas opõe as obras da carne ao fruto do Espírito: "As obras da carne são manifestas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, rixas, ciúmes, ira, discussões, discórdia, divisões, invejas, bebedeiras, orgias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos previno, como já vos preveni: os que tais coisas praticam não herdarão o Reino de Deus" (Gl 5,19-21)".

1853 Pode-se distinguir os pecados segundo seu objeto, como em todo ato humano, ou segundo as virtudes a que se opõem, por excesso ou por defeito, ou segundo os mandamentos que eles contrariam. Pode-se também classificá-los conforme dizem respeito a Deus, ao próximo ou a si mesmo; pode-se dividi-los em pecados espirituais e carnis, ou ainda em pecados por pensamento, palavra, ação ou omissão. A raiz do pecado está no coração do homem, em sua livre vontade, segundo o ensinamento do Senhor: "Com efeito, é do coração que procedem más inclinações, assassinios, adultérios, prostituições, roubos, falsos testemunhos e difamações. São estas as coisas que tomam o homem impuro" (Mt 15,19-20). No coração reside também a caridade, princípio das obras boas e puras, que o pecado fere.

IV. A GRAVIDADE DO PECADO: PECADO MORTAL E VENIAL

1854 Convém avaliar os pecados segundo sua gravidade. Perceptível já na Escritura, a distinção entre pecado mortal e pecado venial se impôs na tradição da Igreja. A experiência humana a corrobora.

1855 O pecado mortal destrói a caridade no coração do homem por uma infração grave da lei de Deus; desvia o homem de Deus, que é seu fim último e sua bem-aventurança, preferindo um bem inferior.

O pecado venial deixa subsistir a caridade, embora a ofenda e fira.

1856 O pecado mortal, atacando em nós o princípio vital, que é a caridade, exige uma nova iniciativa da misericórdia de Deus e uma conversão do coração, que se realiza normalmente no sacramento da Reconciliação:

Quando a vontade se volta para uma coisa contrária à caridade pela qual estamos ordenados ao fim último, há no pecado, por seu próprio objeto, matéria para ser mortal... quer seja contra o amor a Deus, como a blasfêmia, o perjúrio etc., quer seja contra o amor ao próximo, como o homicídio, o adultério etc. Por outro lado, quando a vontade do pecador se dirige às vezes a um objeto que contém em si uma desordem, mas não é contrário ao amor a Deus e ao próximo, como por exemplo palavra ociosa, riso supérfluo etc., tais pecados são veniais'.

1857 Para que um pecado, seja mortal requerem-se três condições ao mesmo tempo: "E pecado mortal todo pecado que tem como objeto uma matéria grave, e que é cometido com plena consciência e deliberadamente".

1858 A matéria grave é precisada pelos Dez mandamentos, segundo a resposta de Jesus ao jovem rico: "Não mates, não cometas adultério, não roubes, não levantes falso testemunho, não dó fraudes ninguém, honra teu pai e tua mãe" (Mc 10,19). A gravidade dos pecados é maior ou menor: um assassinato é mais grave que um roubo. A qualidade das pessoas lesadas é levada também em consideração. A Violência exercida contra os pais é em mais grave que contra um estranho.

1859 O pecado mortal requer pleno conhecimento e pleno consentimento. Pressupõe o conhecimento do caráter pecaminoso do ato, de sua oposição à lei de Deus. Envolve também um consentimento suficientemente deliberado para ser uma escolha pessoal. A ignorância

afetada e o endurecimento do coração não diminuem, antes aumentam, o caráter voluntário do pecado.

1860 A ignorância involuntária pode diminuir ou até escusar a imputabilidade de uma falta grave, mas supõe-se que ninguém ignora os princípios da lei moral inscritos na consciência de todo ser humano. Os impulsos da sensibilidade, as paixões podem igualmente reduzir o caráter voluntário e livre da falta, como também pressões exteriores e perturbações patológicas. O pecado por malícia, por opção deliberada do mal, é o mais grave.

1861 O pecado mortal é uma possibilidade radical da liberdade humana, como o próprio amor. Acarreta a perda da caridade e a privação da graça santificante, isto é, do estado de graça. Se este estado não for recuperado mediante o arrependimento e o perdão de Deus, causa a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no inferno, já que nossa liberdade tem o poder de fazer opções para sempre, sem regresso. No entanto, mesmo podendo julgar que um ato é em si falta grave, devemos confiar o julgamento sobre as pessoas à justiça e à misericórdia de Deus.

1862 Comete-se um pecado venial quando não se observa, em matéria leve, a medida prescrita pela lei moral, ou então quando se desobedece à lei moral em matéria grave, mas sem pleno conhecimento ou sem pleno consentimento.

1863 O pecado venial enfraquece a caridade; traduz uma afeição desordenada pelos bens criados; impede o progresso da alma no exercício das virtudes e a prática do bem moral; merece penas temporais. O pecado venial deliberado e que fica sem arrependimento dispõe-nos pouco a pouco a cometer o pecado mortal. Mas o pecado venial não quebra a aliança com Deus. É humanamente reparável com a graça de Deus. "Não priva da graça santificante, da amizade com Deus, da caridade nem, por conseguinte, da bem-aventurança eterna."

O homem não pode, enquanto está na carne, evitar todos os pecados, pelo menos os pecados leves. Mas esses pecados que chama-mos leves, não os consideras insignificantes: se os consideras insignificantes ao pesá-los, treme ao contá-los. Um grande número de objetos leves faz uma grande massa; um grande número de gotas enche um rio; um grande número de grãos faz um montão. Qual é então nossa esperança? Antes de tudo, a confissão...

1864 "Todo pecado, toda blasfêmia será perdoada aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada" (Mt 12,31. Pelo contrário, quem a profere é culpado de um pecado eterno. A misericórdia de Deus não tem limites, mas quem se recusa deliberadamente a acolher a misericórdia de Deus pelo arrependimento rejeita o perdão de seus pecados e a salvação oferecida pelo Espírito Santo. Semelhante endurecimento pode levar à impenitência final e à perdição eterna.

V. A PROLIFERAÇÃO DO PECADO

1865 O pecado cria uma propensão ao pecado; gera o vício pela repetição dos mesmos atos. Disso resultam inclinações perversas que obscurecem a consciência e corrompem a avaliação concreta do bem e do mal. Assim, o pecado tende a reproduzir-se e a reforçar-se, mas não consegue destruir o senso moral até a raiz.

1866 Os vícios podem ser classificados segundo as virtudes que contrariam, ou ainda ligados aos pecados capitais que a experiência cristã distinguiu segundo S. João Cassiano e S. Gregório Magno. São chamados capitais porque geram outros pecados, outros vícios. São o orgulho, a avareza, inveja, a ira, a impureza, a gula, a preguiça ou acídia.

1867 A tradição catequética lembra também que existem "pecados que bradam ao céu". Bradam ao céu o sangue de Abel, o pecado dos sodomitas; o clamor do povo oprimido no Egito[a121]; a queixa do estrangeiro, da viúva e do órfão; a injustiça contra o assalariado.

1868 O pecado é um ato pessoal. Além disso, temos responsabilidade nos pecados cometidos por outros, quando neles cooperamos:

- ü participando neles direta e voluntariamente;
- ü mandando, aconselhando, louvando ou aprovando esses pecados;
- ü não os revelando ou não os impedindo, quando a somos obrigados;
- ü protegendo os que fazem o mal.

1869 Assim, o pecado toma os homens cúmplices uns dos outros, faz reinar entre eles a concupiscência, a violência e a injustiça. Os pecados provocam situações sociais e instituições contrárias à bondade divina. As "estruturas de pecado" são a expressão e o efeito dos pecados pessoais. Induzem suas vítimas a cometer, por sua vez, o mal. Em sentido analógico, constituem um "pecado social".

RESUMINDO

1870 "Deus encerrou todos na desobediência, para a todos fazer misericórdia" (Rm 11,32).

1871 O pecado é "uma palavra, um ato ou um desejo contrário à lei eterna". É uma ofensa a Deus. Insurge-se contra Deus numa desobediência contrária à obediência de Cristo.

1872 O pecado é um ato contrário à razão. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana.

1873 A raiz de todos os pecados está no coração do homem. As espécies e a gravidade dos mesmos medem-se principalmente segundo seu objeto.

1874 Escolher deliberadamente, isto é, sabendo e querendo, uma coisa gravemente contrária à lei divina e ao fim último do homem é cometer pecado mortal. Este destrói em nós a caridade, sem a qual é impossível a bem-aventurança eterna. Caso não haja arrependimento, o pecado mortal acarreta a morte eterna.

1875 O pecado venial constitui uma desordem moral reparável pela caridade, que ele deixa subsistir em nós.

1876 A repetição dos pecados, mesmo veniais, produz os vícios, entre os quais avultam os pecados capitais.

A COMUNIDADE HUMANA

1877 A vocação da humanidade consiste em manifestar a imagem de Deus e ser transformada à imagem do Filho único do Pai. Esta vocação implica uma dimensão pessoal, pois cada um é chamado a entrar na Bem-Aventurança divina, mas concerne também ao conjunto da comunidade humana.

ARTIGO I

A PESSOA E A SOCIEDADE

1. O CARÁTER COMUNITÁRIO DA VOCAÇÃO HUMANA

1878 Todos os homens são chamados ao mesmo fim, o próprio Deus. Existe certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem estabelecer entre si, na verdade e no amor. O amor ao próximo é inseparável do amor a Deus.

1879 A pessoa humana tem necessidade de vida social. Esta não constitui para ela algo acrescentado, mas é uma exigência de sua natureza. Mediante o intercâmbio com os outros, a

reciprocidade dos serviços e o diálogo com seus irmãos, o homem desenvolve as próprias virtualidades; responde, assim, à sua vocação.

1880 Uma sociedade é um conjunto de pessoas ligadas de maneira orgânica por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas. Assembléia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade perdura no tempo; ela recolhe o passado e prepara o futuro. Por ela, cada homem é constituído "herdeiro", recebe "talentos" que enriquecem sua identidade e com os quais deve produzir frutos. Com justa razão, deve cada qual dedicar-se às comunidades de que faz parte e respeitar as autoridades encarregadas do bem comum.

1881 Cada comunidade se define por seu fim e obedece, por conseguinte, a regras específicas, mas "a pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais".

1882 Certas sociedades, como a família e a cidade, correspondem mais imediatamente à natureza do homem. São-lhe necessárias. A fim de favorecer a participação do maior número na vida social, é preciso encorajar a criação de associações e instituições de livre escolha, "com fins econômicos, culturais, sociais, esportivos, recreativos, profissionais, políticos, tanto no âmbito interno das comunidades políticas como no plano mundial". Esta "socialização" exprime, igualmente, a tendência natural que impele os seres humanos a se associarem para atingir objetivos que ultrapassam as capacidades individuais. Desenvolve as qualidades da pessoa, particularmente seu espírito de iniciativa e responsabilidade. Ajuda a garantir seus direitos.

1883 A socialização apresenta também perigos. Uma intervenção muito acentuada do Estado pode ameaçar a liberdade e iniciativa pessoais. A doutrina da Igreja elaborou o chamado princípio de subsidiariedade. Segundo este princípio, "uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade inferior, privando-a de suas competências, mas deve, antes, apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar sua ação com as dos outros elementos que compõem a sociedade, tendo em vista o bem comum".

1884 Deus não quis reter só para si o exercício de todos os poderes. Confia a cada criatura as funções que esta é capaz de exercer, segundo as capacidades da própria natureza. Este modo de governo deve ser imitado na vida social. O comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes de-vem comportar-se como ministros da providência divina.

1885 O princípio de subsidiariedade opõe-se a todas as formas de coletivismo; traça os limites da intervenção do Estado; tem em vista harmonizar as relações entre os indivíduos e as sociedades; tende a instaurar uma verdadeira ordem internacional.

II. A CONVERSÃO E A SOCIEDADE

1886 A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para alcançar este objetivo, é necessário que seja respeitada a justa hierarquia dos valores que "subordina as necessidades materiais e instintivas às interiores e espirituais.

A convivência humana deve ser considerada como realidade eminentemente espiritual, intercomunicação de conhecimentos à luz da verdade, exercício de direitos e cumprimentos de deveres, incentivo e apelo aos bens morais, gozo comum do belo em todas as suas legítimas expressões, disponibilidade permanente para comunicar a outrem o melhor de si mesmo e aspiração comum a um constante enriquecimento espiritual. Tais são os valores que devem animar e orientar a atividade cultural, a vida econômica, a organização social, os movimentos e os regimes políticos, a legislação e todas as outras expressões da vida social em contínua evolução.

1887 A inversão dos meios e dos fins, que acaba por conferir valor de fim último àquilo que não passa de meio para segui-lo, ou por considerar as pessoas como meros meios em vista de

um fim, produz estruturas injustas, que "tornam árdua e praticamente impossível uma conduta cristã conforme mandamentos do Divino Legislador"

1888 É preciso, então, apelar às capacidades espirituais e morais da pessoa e à exigência permanente de sua conversão interior, a fim de obter mudanças sociais que estejam realmente a seu serviço. A prioridade reconhecida à conversão do coração não elimina absolutamente, antes impõe, a obrigação de trazer instituições e às condições de vida, quando estas provocam o pecado, o saneamento conveniente, para que sejam conformes às normas da justiça e favoreçam o bem, em vez de pôr-lhe obstáculos.

1889 Sem o auxílio da graça, os homens seriam incapazes de "discernir a senda freqüentemente estreita entre a covardia que cede ao mal e a violência que, na ilusão de o estar combatendo, ainda o agrava mais". É o caminho da caridade, quer dizer, do amor a Deus e ao próximo. A caridade representa o maior mandamento social. Respeita o outro e seus direitos. Exige a prática da justiça, e só ela nos torna capazes de praticá-la. Inspira uma vida de autodoação: "Quem procurar ganhar sua vida vai perdê-la, e quem a perder vai conservá-la" (Lc 17,33).

RESUMINDO

1890 Existe certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem estabelecer entre si.

1891 Para desenvolver-se em conformidade com sua natureza, em a pessoa humana necessidade da vida social. Certas sociedades, como a família e a cidade, correspondem mais imediata-mente à natureza do homem.

1892 "A pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais. É preciso fomentar uma ampla participação em associações e instituições de livre escolha.

1894 Segundo o princípio de subsidiariedade, nem o Estado nem qualquer outra sociedade mais ampla devem substituir a iniciativa e a responsabilidade das pessoas e dos órgãos intermediários.

1895 A sociedade deve favorecer o exercício das virtudes, não pôr-lhe obstáculos. Deve inspirá-la uma justa hierarquia de valores.

1896 Onde o pecado perverte o clima social, é preciso apelar à conversão dos corações e à graça de Deus. A caridade impele a justas reformas. Não existe solução da questão social fora do Evangelho.

ARTIGO 2

A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

LA AUTORIDADE

1897 "A sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda a não ser que lhe presida uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum."

Chama-se "autoridade" a qualidade em virtude da qual pessoas ou instituições fazem leis e dão ordens a homens, e esperam obediência da parte deles.

1898 Toda comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a dirija[a30]. Tal autoridade encontra seu fundamento na natureza humana. É necessária à unidade da cidade. Seu papel consiste em assegurar enquanto possível o bem comum da sociedade.

1899 A autoridade exigida pela ordem moral emana de Deus: "Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação" (Rm 13,1-2).

1900 O dever da obediência impõe a todos prestar à autoridade as honras a ela devidas e cercar de respeito e, conforme seu mérito de gratidão e benevolência as pessoas investidas de autoridade.

Deve-se ao papa S. Clemente de Roma a mais antiga oração Igreja pela autoridade política:

"Concedei-lhes, Senhor, a saúde, a paz, a concórdia, a estabilidade para que exerçam sem entraves a soberania que lhes concedestes. Sois vós, Mestre, rei celeste dos séculos, quem dá aos filhos dos homens glória, honra e poder sobre as coisas da terra. Dirigi, Senhor, seu conselho segundo o que é bom, segundo o que é agradável a vossos olhos, a fim de que, exercendo com piedade, na paz e mansidão, o poder que lhes destes, Nos encontrem propício.

1901 Se, por um lado, a autoridade remete a uma ordem fixada por Deus, por outro, são entregues à livre vontade dos cidadãos a escolha do regime e a designação dos governantes.

1902 A diversidade dos regimes políticos é moralmente admissível, contanto que concorram para o bem legítimo da comunidade que os adota. Os regimes cuja natureza é contrária à lei natural, à ordem pública e aos direitos fundamentais das pessoas não podem realizar o bem comum das nações às quais são impostos. A autoridade não adquire de si mesma sua legitimidade moral. Não deve comportar-se de maneira despótica, mas agir para o bem comum, como uma "força moral fundada na liberdade e no senso de responsabilidade":

A legislação humana não goza do caráter de lei senão na medida em que se conforma à justa razão; de onde se vê que ela recebe seu vigor da lei eterna. Na medida em que ela se afastasse da razão seria necessário declará-la injusta, pois não realizaria a noção de lei; seria antes uma forma de violência.

1903 A autoridade só será exercida legitimamente se procurar o bem comum do grupo em questão e se, para atingi-lo empregar meios moralmente lícitos. Se acontecer de os dirigentes promulgarem leis injustas ou tomarem medidas contrárias à ordem moral, estas disposições não poderão obrigar as consciências. "Neste caso, a própria autoridade deixa de existir degenerando em abuso do poder."

1904 "É preferível que cada poder seja equilibrado por outros poderes e outras esferas de competência que o mantenham em seu justo limite. Este é o princípio do 'estado de direito', no qual é soberana a lei, e não a vontade arbitrária dos homens."

II. O BEM COMUM

1905 Em conformidade com a natureza social do homem, o bem de cada um está necessariamente relacionado com o bem comum. Este só pode ser definido em referência à pessoa humana:

Não vivais isolados, retirados em vós mesmos como se já estivesseis justificados, mas já estivesseis justificados, mas reuni-vos para procurar juntos o que é o interesse comum.

1906 Por bem comum é preciso entender "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição. O bem comum interessa à vida de todos. Exige a prudência da parte de cada um e mais ainda da parte dos que exercem a autoridade. Comporta ele três elementos essenciais.

1907 Supõe, em primeiro lugar, o respeito pela pessoa como tal. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A Sociedade é obrigada a Permitir que cada um de seus membros realize sua

vocação. Em particular, o bem comum consiste nas condições para exercer as liberdades naturais indispensáveis ao desabrochar da vocação humana: "Tais são o direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, o direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa".

1908 Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento do próprio grupo o desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. E claro, cabe à autoridade servir de árbitro, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares. Mas ela deve tornar acessível a cada um aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de fundar um lar etc.

1909 Por fim, o bem comum envolve a paz, isto é, uma ordem justa duradoura e segura. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a segurança da sociedade e a de seus membros, fundamentando o direito à legítima defesa pessoal e coletiva.

1910 Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na comunidade política que encontramos sua realização mais completa. Cabe ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos organismos intermediários.

1911 As dependências humanas se intensificam. Estendem-se aos poucos à terra inteira. A unidade da família humana, reunindo seres que gozam de uma dignidade natural igual, implica um bem comum universal. Este exige uma organização da comunidade das nações capaz de "atender às várias necessidades dos homens, tanto no campo da vida social (alimentação, saúde, educação...) como em certas condições particulares que podem surgir cá ou lá, tais como a necessidade (...) de acudir aos sofrimentos dos refugiados (...), ou de ajudar os emigrantes e suas famílias".

1912 O bem comum está sempre orientado ao progresso das pessoas: "A organização das coisas deve subordinar-se à ordem das pessoas e não ao contrário". Esta ordem tem por base a verdade, edifica-se na justiça, é vivificada pelo amor.

III. RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO

1913 A participação é o envolvimento voluntário e generoso da pessoa nas relações sociais. É necessário que todos participem cada um conforme o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este dever é inerente à dignidade da pessoa humana.

1914 A participação se realiza, antes de tudo, assumindo os setores pelos quais se tem a responsabilidade pessoal: pelo cuidado na educação da prole, por um trabalho consciencioso, o homem participa no bem dos outros e da sociedade.

1915 Os cidadãos devem, na medida do possível, tomar parte ativa na vida pública. As modalidades de tal participação podem variar de um país para outro ou de uma cultura para outra. "Deve-se louvar a maneira de proceder daquelas nações em que a maior parte dos cidadãos, com autêntica liberdade, participa da vida pública."

1916 A participação de todos na realização do bem comum implica, como todo dever ético, uma conversão sempre renovada dos parceiros sociais. A fraude e outros subterfúgios pelos quais alguns escapam às malhas da lei e às prescrições do dever social devem ser firmemente condenados, por serem incompatíveis com as exigências da justiça. É necessário ocupar-se do florescimento das instituições que possam melhorar as condições da vida humana.

1917 Cabe aos que exercem a função de autoridade fortalecer os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a se colocar a serviço dos semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. "Podemos pensar com razão em depositar

o futuro da humanidade nas mãos daqueles que são capazes de transmitir às gerações do amanhã razões de viver e de esperar."

RESUMINDO

1918 "Não há autoridade que não venha de Deus, e as existentes foram instituídas por Deus" (Rm 13,1).

1919 Toda comunidade humana tem necessidade de uma autoridade para se manter e desenvolver.

1920 "É evidente que a comunidade política e a autoridade pública se fundamentam na natureza humana, e por isso pertencem à ordem predeterminada por Deus."

1921 A autoridade é exercida de maneira legítima se estiver ligada à busca do bem comum da sociedade. Para atingi-lo, deve utilizar meios moralmente aceitáveis.

1922 É legítima a diversidade dos regimes políticos, contanto que concorram para o bem da comunidade.

1923 A autoridade política deve desenvolver-se dentro dos limites da ordem moral e garantir as condições para o exercício da liberdade.

1924 O bem comum compreende "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição"

1925 O bem comum comporta três elementos essenciais: o respeito e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa; a prosperidade ou o desenvolvimento dos bens espirituais e temporais da sociedade; a paz e a segurança do grupo e de seus membros.

1926 A dignidade da pessoa humana implica a procura do bem comum. Cada pessoa deve preocupar-se em suscitar e conservar as instituições que aprimoram as condições da vida humana.

1927 Cabe ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil. O bem comum de toda a família humana pede uma organização da sociedade internacional.

ARTIGO 3

A JUSTIÇA SOCIAL

1928 A sociedade garante a justiça social quando realiza as condições que permitem às associações e a cada membro seu obter o que lhes é devido conforme sua natureza e sua vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.

I. O RESPEITO À PESSOA HUMANA

1929 Só se pode conseguir a justiça social no respeito à dignidade transcendente do homem. A pessoa representa o fim último da sociedade, que por sua vez lhe está ordenada.

A defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana nos foram confiadas pelo Criador. Em todas as circunstâncias da história, os homens e as mulheres são rigorosamente responsáveis e obrigados a esse dever.

1930 O respeito à pessoa humana implica que se respeitem os direitos que decorrem de sua dignidade de criatura. Esses direitos são anteriores à sociedade e se lhe impõem. São eles que fundam a legitimidade moral de toda autoridade; conculcando-os ou recusando-se a reconhecê-los em sua lei positiva, uma sociedade mina sua própria legitimidade moral. Sem esse

respeito, uma autoridade só pode apoiar-se na força ou na violência para obter a obediência de seus súditos. Cabe à Igreja lembrar esses direitos aos homens de boa vontade e distingui-los das reivindicações abusivas ou falsas.

1931 O respeito pela pessoa humana passa pelo respeito deste princípio: "Que cada um respeite o próximo, sem exceção, como 'outro eu', levando em consideração antes de tudo sua vida e os meios necessários para mantê-la dignamente". Nenhuma lei seria capaz, por si só, de fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo que constituem obstáculos para o estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Esses comportamentos só podem cessar com a caridade, que vê em cada homem um "próximo", um irmão.

1932 O dever de tomar-se o próximo do outro e servi-lo ativamente se torna ainda mais urgente quando este se acha mais carente, em qualquer setor que seja. "Todas as vezes que fizestes a um destes meus irmãos menores, a mim o fizestes" (Mt 25,40).

1933 Este mesmo dever se estende àqueles que pensam ou agem diferentemente de nós. A doutrina de Cristo vai até o ponto de exigir o perdão das ofensas. Estende o mandamento do amor, que é o da nova lei, a todos os inimigos. A libertação no espírito do Evangelho é incompatível com o ódio ao inimigo, como pessoas mas não com o ódio ao mal que este pratica, como inimigo.

IL IGUALDADE E DIFERENÇAS ENTRE OS HOMENS

1934 Criados à imagem do Deus único, dotados de uma mesma alma racional, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem. Resgatados pelo sacrifício de Cristo, todos são convidados a participar na mesma felicidade divina; todos gozam, portanto, de igual dignidade.

1935 A igualdade entre os homens diz respeito essencialmente à sua dignidade pessoal e aos direitos que daí decorrem.

Qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja (essa discriminação) social ou cultural, ou que se fundamente no sexo, na raça, na cor, na condição social, na língua ou na religião deve ser superada e eliminada, porque contrária ao plano de Deus[a79] .

1936 Quando nasce, o homem não dispõe de tudo aquilo que é necessário ao desenvolvimento de sua vida corporal e espiritual. Precisa dos outros. Aparecem diferenças ligadas à idade, às capacidades físicas, às aptidões intelectuais ou morais, aos intercâmbios de que cada um pôde se beneficiar, à distribuição das riquezas. Os "talentos" não são distribuídos de maneira igual.

1937 Essas diferenças pertencem ao plano de Deus; Ele quer que cada um receba do outro aquilo que precisa e que os que dispõem de "talentos" específicos comuniquem seus benefícios aos que deles precisam. As diferenças estimulam e muitas vezes obrigam as pessoas à magnanimidade, à benevolência e à partilha; (essas diferenças) motivam as culturas a se enriquecerem umas às outras.

Eu não dou todas as virtudes na mesma medida a cada um (...) Existem virtudes que eu distribuo desta maneira, ora a um ora a outro. (...) A este a caridade; a outro a justiça; a este a humildade, àquele uma fé viva. (...) Distribuí muitas graças e virtudes, espirituais e temporais, com tal diversidade que a ninguém por si só concedi todo o necessário, para serdes obrigados a usar de caridade uns para com os outros. (...) Quis que todos tivessem necessidade uns dos outros e fossem meus ministros na distribuição das graças e liberalidades que de mim receberam.

1938 Existem também desigualdades iníquas que atingem milhões de homens e mulheres e se acham em contradição aberta com o Evangelho:

A igual dignidade das pessoas postula que se chegue a condições de vida mais justas e mais humanas. Pois as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam escândalo e são contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social e internacional.

III. A SOLIDARIEDADE HUMANA

1939 O princípio da solidariedade, enunciado ainda sob o nome de ou "caridade social", é uma exigência direta da fraternidade humana e cristã:

Um erro, "hoje amplamente difundido, é o esquecimento desta lei da solidariedade humana e da caridade, ditada e imposta tanto pela comunidade de origem e pela igualdade da natureza racional em todos os homens, seja qual for o povo a que pertençam, como também pelo sacrifício redentor oferecido por Jesus Cristo no altar da cruz a seu Pai celeste, em prol da humanidade pecadora"

1940 A solidariedade se manifesta antes de mais nada na distribuição dos bens e na remuneração do trabalho. Supõe também o esforço em favor de uma ordem social mais justa, na qual as tensões possam ser mais bem resolvidas e os conflitos encontrem mais facilmente sua solução por consenso.

1941 Os problemas sócio econômicos só podem ser resolvidos com o auxílio de todas as formas de solidariedade: solidariedade dos pobres entre si, dos ricos e dos pobres, dos trabalhadores entre si, dos empregadores e dos empregados na empresa, solidariedade entre as nações e entre os povos. A solidariedade internacional é uma exigência de ordem moral. Em parte, é da solidariedade que depende a paz mundial.

1942 A virtude da solidariedade vai além dos bens materiais. Difundindo os bens espirituais da fé, a Igreja favoreceu também o desenvolvimento dos bens temporais, aos quais muitas vezes abriu novos caminhos. Assim foi-se verificando, ao longo dos séculos, a palavra do Senhor: "Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e sua justiça, e todas essas coisas serão acrescentadas" (Mt 6,33):

Há dois mil anos vive e persevera na alma da Igreja este sentimento que levou e ainda leva as almas ao heroísmo caritativo dos monges agricultores, dos libertadores de escravos, dos tratam dos enfermos, dos mensageiros de fé, de civilização, ciência a todas as gerações e a todos os povos, em vista de criar condições sociais capazes de possibilitar a todos uma vida digna do homem e do cristão.

RESUMINDO

1943 A sociedade garante a justiça social realizando as condições que permitam às associações e a cada um obter o que lhes é devido.

1944 O respeito pela pessoa humana considera o outro como um "outro eu mesmo". Supõe o respeito pelos direitos fundamentais que decorrem da dignidade intrínseca da pessoa.

1945 A igualdade entre os homens assenta sobre sua dignidade pessoal e sobre os direitos que daí decorrem.

1946 As diferenças entre as pessoas pertencem ao plano de Deus, o qual quer que todos nós tenhamos necessidade uns dos outros. Essas diferenças devem estimular a caridade.

1947 A dignidade igual das pessoas humanas exige o esforço para reduzir as desigualdades sociais e econômicas excessivas e leva ao desaparecimento das desigualdades iníquas.

1948 A solidariedade é uma virtude eminentemente cristã que pratica a partilha dos bens espirituais mais ainda que dos materiais.

CAPÍTULO III.

A SALVAÇÃO DE DEUS: A LEI E A GRAÇA

1949 Chamado à felicidade, mas ferido pelo pecado, o homem tem necessidade da salvação de Deus. O socorro divino lhe é dado, em Cristo, pela lei que o dirige e na graça que o sustenta:

Trabalhai para vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem, segundo a sua vontade, realiza em vós o querer e o fazer (Fl 2,12-13).

ARTIGO I

A LEI MORAL

1950 A lei moral é obra da Sabedoria divina. Pode-se definir a lei moral, no sentido bíblico, como uma instrução paterna, uma pedagogia divina. Ela prescreve ao homem os caminhos, as regras de comportamento que levam à felicidade prometida; proscree os caminhos do mal, que desviam de Deus e de seu amor. E ao mesmo tempo firme em seus preceitos e amorosa em suas promessas.

1951 A lei é uma regra de comportamento promulgada pela autoridade competente em vista do bem comum. A lei moral supõe a ordem racional estabelecida entre as criaturas, para seu bem e em vista de seu fim, pelo poder, pela sabedoria e pela bondade do Criador. Toda lei encontra na lei eterna sua verdade primeira e última. A lei é revelada e estabelecida pela razão como uma participação na providência do Deus vivo, Criador e Redentor de todos. "A esta ordenação da razão dá-se o nome de lei":

Apenas o homem, entre todos os seres vivos, pode gloriar-se de ter sido digno de receber de Deus uma lei. Animal dotado de razão, capaz de entendimento e discernimento, regulará sua conduta dispondo de liberdade e de razão, na submissão àquele que tudo lhe confiou.

1952 As expressões da lei moral variam muito, e todas se acham coordenadas entre si: a lei eterna, fonte, em Deus, de todas as leis; a lei natural; a lei revelada, compreendendo a Lei Antiga e a Nova Lei (ou Lei evangélica); enfim, as leis civis e eclesiásticas.

1953 A lei moral encontra em Cristo sua plenitude e sua unidade. Jesus Cristo em pessoa é o caminho da perfeição. Ele é o fim da lei, pois só ele ensina e dá a justiça de Deus. "Porque a finalidade da lei é Cristo, para a justificação de todo o que crê" (Rm 10,4).

I. A LEI MORAL NATURAL

1954 O homem participa da sabedoria e da bondade do Criador, que lhe confere o domínio de seus atos e a capacidade de se governar em vista da verdade e do bem. A lei natural ex-prime o sentido moral original, que permite ao homem discernir, pela razão, o que é o bem e o mal, a verdade e a mentira.

A lei natural se acha escrita e gravada na alma de todos e de cada um dos homens, porque ela é a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar. (...) Mas esta prescrição da razão não poderia ter força de lei se não fosse a voz e o intérprete de uma razão mais alta, à qual nosso espírito e nossa liberdade devem submeter-se.

1955 A lei "divina e natural" mostra ao homem o caminho a seguir para praticar o bem e atingir seu fim. A lei natural enuncia os preceitos primeiros e essenciais que regem a vida moral. Tem como esteio a aspiração e a submissão a Deus, fonte e juiz de todo bem, assim como sentir

o outro como igual a si mesmo. Está exposta, em seus principais preceitos, no Decálogo. Essa lei é denominada natural não em referência à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga pertence, como algo próprio, à natureza humana:

Onde é, então, que se acham inscritas estas regras, senão no livro desta luz que se chama a verdade? Ai está escrita toda a lei justa, dali ela passa para o coração do homem que cumpre a justiça, não que emigre para ele, mas sim deixando ai a sua marca, à maneira de um sinete que de um anel passa para a cera, mas sem deixar o anel.

lei natural outra coisa não é senão a luz da inteligência posta em nós por Deus. Por ela, conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou esta lei, deu-a Deus a criação.

1956 Presente no coração de cada homem e estabelecida pela razão, a lei natural é universal em seus preceitos, e sua autoridade se estende a todos os homens. Ela exprime a dignidade da pessoa e determina a base de seus direitos e de seus deveres fundamentais:

Existe, sem dúvida, uma verdadeira lei: é a reta razão. Conforme à natureza, difundida em todos os homens, ela é imutável e eterna; suas ordens chamam ao dever; suas proibições afastam do pecado. (...) E um sacrilégio substituí-la por uma lei contrária; é proibido não aplicar uma de suas disposições; quanto a ab-rogá-la inteiramente, ninguém tem a possibilidade de fazê-lo.

1957 A aplicação da lei natural varia muito. Pode exigir uma reflexão adaptada à multiplicidade das condições de vida, conforme os lugares, as épocas e as circunstâncias. Todavia, na diversidade das culturas, a lei natural permanece como uma regra que liga entre si os homens e lhes impõe, para além das inevitáveis diferenças, princípios comuns.

1958 A lei natural é imutável e permanente através das várias ações da história; ela subsiste sob o fluxo das idéias e dos costumes e constitui a base para seu progresso. As regras que a exprimem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que alguém negue até os seus princípios, não é possível destruí-la nem arrancá-la do coração do homem. Sempre torna a ressurgir na vida dos indivíduos e das sociedades:

O roubo é certamente punido por vossa lei, Senhor, e pela lei escrita no coração do homem, (lei) que nem mesmo a iniquidade consegue apagar.

1959 Obra excelente do Criador, a lei natural fornece os fundamentos sólidos sobre os quais pode o homem construir o edifício das regras morais que orientarão suas opções. Ela assenta igualmente a base moral indispensável para a construção da comunidade dos homens. Proporciona, enfim, a base necessária à lei civil que se relaciona com ela, seja por uma reflexão que tira as conclusões de seus princípios, seja por adições de natureza positiva e jurídica.

1960 Os preceitos da lei natural não são percebidos por todos de maneira clara e imediata. Na atual situação, a graça e a revelação nos são necessárias, como pecadores que somos, para que as verdades religiosas e morais possam ser conhecidas "por todos e sem dificuldade, com firme certeza e sem mistura de erro". A lei natural propicia à lei revelada e à graça um fundamento preparado por Deus e em concordância com a obra do Espírito.

II. A LEI ANTIGA

1961 Deus, nosso criador e nosso redentor, escolheu para si Israel como seu povo e lhe revelou sua Lei, preparando, assim, a vinda de Cristo. A Lei de Moisés exprime diversas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas se acham declaradas e autenticadas no interior da aliança da salvação.

1962 A Lei Antiga é o primeiro estágio da Lei revelação. Suas prescrições morais estão resumidas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assentam as bases da vocação do homem, feito à imagem de Deus; proibem aquilo que é contrário ao amor de Deus e do próximo

e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo homem, para lhe manifestar o chamamento e os caminhos de Deus e protegê-lo do mal:

Deus escreveu nas tábuas da lei aquilo que os homens não conseguiam ler em seus corações.

1963 Segundo tradição cristã, a lei santa, espiritual e boa ainda é imperfeita. Como um pedagogo, ela mostra o que se deve fazer, mas não dá por si mesma a força, a graça do Espírito para cumpri-la. Por causa do pecado que não pode tirar, é ainda uma lei de servidão. Conforme S. Paulo, ela tem principalmente como função denunciar e manifestar o pecado que forma uma "lei de concupiscência" no coração do homem. No entanto, a lei permanece como a primeira etapa no caminho do Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão à conversão e à fé no Deus salvador. Oferece um ensinamento que subsiste para todo o sempre, como a Palavra de Deus.

1964 A Lei Antiga é uma preparação para o Evangelho. "A lei é profecia e pedagogia das realidades futuras." Profetiza e pressagia a obra da libertação do pecado, que se realizará com Cristo, e fornece ao Novo Testamento as imagens, os "tipos", os símbolos, para exprimir a vida segundo o Espírito. A Lei se completa, enfim, pelo ensinamento dos livros sapienciais e dos profetas que a Orientam para a nova aliança e o Reino dos Céus.

Houve (...), sob o regime da Antiga Aliança, pessoas que possuíam a caridade e a graça do Espírito Santo e aspiravam sobretudo às promessas espirituais e eternas, e deste modo se ligavam à nova lei. Inversamente, existem também sob a nova aliança homens carnis, ainda longe da perfeição da nova Lei. Para os estimular às obras virtuosas, foram necessários o temor do castigo e diversas promessas temporais, até sob a Nova Aliança. Em todo caso, mesmo que a Lei Antiga prescrevesse a caridade, ela não dava o Espírito Santo pelo qual "o amor de Deus derramado em nossos corações" (Rm 5,5).

III. A NOVA LEI OU LEI EVANGÉLICA

1965 A Nova Lei ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da lei divina, natural e revelada. Ela é a obra de Cristo e se exprime particularmente no Sermão da Montanha. É também obra do Espírito Santo e, por ele, vem a ser a lei interior da caridade: "Concluirei com a casa de Israel uma nova aliança. (...) Colocarei minhas leis em sua mente e as inscreverei em seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (Hb 8,8.10).

1966 A Nova Lei é a graça do Espírito Santo dada aos fiéis pela fé em Cristo. É operante pela caridade, serve-se do Sermão do Senhor para nos ensinar o que é preciso fazer e dos sacramentos para nos comunicar a graça de fazê-lo.

Aquele que quiser meditar com piedade e perspicácia o Sermão que Nosso Senhor pronunciou no monte, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, aí encontrará, sem sombra de dúvida, a carta magna da vida cristã. (...) Este Sermão contém todos os preceitos apropriados para guiar a vida cristã.

1967 A Lei evangélica "dá pleno cumprimento" à Lei Antiga, afina-a, ultrapassa-a e aperfeiçoa-a. Nas "bem-aventuranças", ela realiza plenamente as promessas divinas, elevando-as e ordenando-as ao "Reino dos Céus". Dirige-se àqueles que se mostram dispostos a acolher com fé esta esperança nova - os pobres, os humildes, os aflitos, os de coração puro, os perseguidos por causa de Cristo -, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.

1968 A Lei evangélica dá pleno cumprimento aos mandamentos da Lei. O Sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei Antiga, dela haure as virtualidades ocultas, faz surgir novas exigências e revela sua verdade divina e humana. Não lhe acrescenta novos preceitos exteriores, mas vai até o ponto de reformar a raiz dos atos, o coração, onde o homem faz a opção entre o puro e o impuro, onde se formam a fé, a esperança e a caridade e, com elas, as outras virtudes. O Evangelho, deste modo, leva a lei à

plenitude, imitando a perfeição do Pai celeste, pelo perdão dos inimigos e pela oração pelos perseguidores, seguindo o modelo da divina generosidade.

1969 A Nova Lei pratica os atos da religião - a esmola, a oração e o jejum -, ordenando-os ao "Pai que vê no segredo", em contraste com o desejo "de ser visto pelos homens". Sua oração é o "Pai-Nosso."

1970 A Lei evangélica comporta a opção decisiva entre "os dois caminhos" e a prática das palavras do Senhor; resume-se na regra de ouro: "Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a lei e os profetas" (Mt 7,12).

Toda a Lei evangélica se compendia no "mandamento novo" de Jesus, de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou.

1971 Ao sermão do Senhor convém acrescentar a catequese moral dos ensinamentos apostólicos, como Rm 12-15; 1 Cor 12-13; Cl 3-4; Ef 4-6 etc. Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, particularmente pela exposição das virtudes que decorrem da fé em Cristo e são animadas pela caridade, o principal dom do Espírito Santo. "Que vosso amor seja sem hipocrisia (...) com amor fraterno, tendo carinho uns para com os outros (...) alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação, assíduos na oração, tomando parte nas necessidades dos santos, buscando proporcionar a hospitalidade" (Rm 12,9-13). Esta catequese também nos ensina a tratar os casos de consciência à luz de nossa relação com Cristo e a Igreja.

1972 A Nova Lei é também denominada lei de amor, porque ela leva a agir pelo amor infundido pelo Espírito Santo e não pelo temor; uma lei de graça, por conferir a força da graça para agir por meio da fé e dos sacramentos; uma lei de liberdade, pois nos liberta das observâncias rituais e jurídicas da Antiga Lei, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso da caridade, enfim, nos faz passar do estado de servo, não sabe o que seu senhor faz", para o de amigo de Cristo, "porque tudo o que eu ouvi de meu Pai eu vos dei a conhecer (Jo 15,15), ou ainda para o de filho-herdeiro.

1973 Além de seus preceitos, a Nova Lei comporta também os conselhos evangélicos. A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos se estabelece em relação à caridade, perfeição da vida cristã. Os preceitos se destinam a afastar tudo o que é incompatível com a caridade. Os conselhos têm como meta afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir um obstáculo para o desenvolvimento da caridade.

1974 Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva da caridade que jamais se mostra satisfeita, por não poder dar mais. Atestam seu dinamismo e solicitam nossa prontidão espiritual. A perfeição da Nova Lei consiste essencialmente preceitos do amor a Deus e ao próximo. Os conselhos indicam caminhos mais diretos, meios mais fáceis, e devem ser praticados conforme a vocação de cada um:

(Deus) não quer que cada pessoa observe todos os conselhos mas apenas aqueles que são convenientes, conforme a diversidade das pessoas, dos tempos, das ocasiões e das forças, com o exige a caridade; pois ela, como a rainha de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as ações cristãs, a todos e todas dá seu grau, sua ordem, o tempo e o valor.

RESUMINDO

1975 Segundo a Escritura, a lei é uma instrução paterna de Deus que prescreve ao homem os caminhos que levam à felicidade prometida e proscree os caminhos do mal.

1976 "A lei é uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada por aquele a quem cabe o governo da comunidade"

1977 Cristo é a finalidade da lei. Somente Ele ensina e concede a justiça de Deus.

1978 A lei natural é uma participação na sabedoria e na bondade de Deus, pelo homem formado à imagem de seu criador. A lei natural exprime a dignidade da pessoa humana e constitui a base de seus direitos e deveres fundamentais.

1979 A lei natural é imutável, permanente através da história. As regras que a exprimem são substancialmente sempre válidas. Ela é uma base necessária para a edificação das regras morais e para a lei civil.

1980 A Antiga Lei é o primeiro estágio da Lei revelada. Suas prescrições morais se acham resumidas nos Dez Mandamentos.

1981 A Lei de Moisés contém diversas verdades naturalmente acessíveis à razão. Deus as revelou porque os homens não as conseguiam ler em seu coração.

1982 A Antiga Lei é uma preparação para o Evangelho.

1983 A Nova Lei é a graça do Espírito Santo, recebida pela fé em Cristo, operando pela caridade. Exprime-se particularmente no Sermão do Senhor na montanha e usa os sacramentos para comunicar-nos a graça.

1984 A Lei evangélica leva a pleno cumprimento, ultrapassa e conduz à perfeição a Antiga Lei: suas promessas, por meio das Bem-Aventuranças do Reino dos Céus; seus mandamentos, por meio da transformação da fonte de suas ações, ou seja, o coração.

1985 A Nova Lei é uma lei de amor, uma lei de graça, uma lei de liberdade.

1986 Além de seus preceitos, a Nova Lei comporta os conselhos evangélicos. "De modo especial favorecem igualmente a santidade da Igreja os múltiplos conselhos que no Evangelho Senhor propõe à observância de seus discípulos."

ARTIGO 2

GRAÇA E JUSTIFICAÇÃO

1. A JUSTIFICAÇÃO

1987 A graça do Espírito Santo tem o poder de nos justificar, isto é, purificar-nos de nossos pecados e comunicar-nos "a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo e pelo batismo.

Mas, se morremos com Cristo, temos fé de que também viveremos com Ele, sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre, a morte não tem mais domínio sobre Ele. Porque, morrendo, Ele morreu para o pecado uma vez por todas; vivendo, Ele vive para Deus. Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus (Rm 6,8-11).

1988 Pelo poder do Espírito Santo, participamos da Paixão de Cristo, morrendo para o pecado, e da ressurreição, nascendo para uma vida nova; somos os membros de seu Corpo, que é a Igreja, os sarmentos enxertados na Videira, que é Ele mesmo:

Pelo Espírito, temos parte com Deus. (...) Pela participação Espírito, nós nos tornamos participantes da natureza divina. (...) Por isso, aqueles em quem o Espírito habita são divinizados.

1989 A primeira obra da graça do Espírito Santo é a conversão que opera a justificação segundo o anúncio de Jesus no princípio do Evangelho: "Arrependei-vos (convertei-vos), porque está próximo o Reino dos Céus" (Mt 4,17). Sob a moção da graça, o homem se volta para Deus e se aparta do pecado, acolhendo, assim, o perdão e a justiça do alto. "A justificação comporta a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior."

1990 A justificação aparta o homem do pecado, que contradiz o amor de Deus, e lhe purifica o coração. A justificação ocorre graças à iniciativa da misericórdia de Deus, que oferece

o perdão. A justificação reconcilia o homem com Deus; liberta-o da servidão do pecado e o cura.

1991 A justificação é, ao mesmo tempo, o acolhimento da justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo. A justiça designa aqui a retidão do amor divino. Com a justificação, a fé, a esperança e a caridade se derramam em nossos corações e é-nos concedida a obediência à vontade divina.

1992 A justificação nos foi merecida pela paixão de Cristo, que se ofereceu na cruz como hóstia viva, santa e agradável a Deus, e cujo sangue se tornou instrumento de propiciação pelos pecados de toda a humanidade. A justificação é concedida pelo Batismo, sacramento da fé. Toma-nos conformes à justiça de Deus, que nos faz interiormente justos pelo poder de sua misericórdia. Tem como alvo a glória de Deus e de Cristo, e o dom da vida eterna:

Agora, porém, independentemente da lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que crêem pois não há diferença, sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus. Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar sua justiça no tempo presente, para mostrar-se justo e para justificar aquele que tem fé em Jesus (Rm 3,21-26).

1993 A justificação estabelece a colaboração entre a graça de Deus e a liberdade do homem. Do lado humano, ela se exprime no assentimento da fé à palavra de Deus, que convida o homem à conversão, e na cooperação da caridade, no impulso do Espírito Santo, que o previne e guarda.

Quando Deus toca o coração do homem pela iluminação do Espírito Santo, o homem não é insensível a tal inspiração, que pode, aliás, rejeitar; e, no entanto, ele não pode tampouco, sem a graça divina, chegar pela vontade livre à justiça diante dele.

1994 A justificação é a obra mais excelente do amor de Deus, manifestado em Cristo Jesus e concedido pelo Espírito Santo. Sto. Agostinho pensa que "a justificação do ímpio é uma obra maior que a criação dos céus e da terra", pois "os céus e a terra passarão, ao passo que a salvação e a justificação dos eleitos permanecerão para sempre". Pensa até que a justificação dos pecadores é uma obra maior que a criação dos anjos na justiça, pelo fato de testemunhar uma misericórdia maior.

1995 O Espírito Santo é o mestre interior. Gerando "o homem interior", a justificação implica a santificação de todo o ser:

Como outrora entregastes vossos membros à escravidão da impureza e da desordem para viver desregradamente, assim entregai agora vossos membros a serviço da justiça, para a santificação. (...) Mas agora, libertos do pecado e postos a serviço de Deus, tendes, como fruto, a santificação, e o fim é a vida eterna (Rm 6,19-22).

II. A GRAÇA

1996 Nossa justificação vem da graça de Deus. A graça é favor, o socorro gratuito que Deus nos dá para responder a seu convite: tomar-nos filhos de Deus, filhos adotivos participantes da natureza divina, da Vida Eterna.

1997 A graça é uma participação na vida divina; introduz-nos na intimidade da vida trinitária. Pelo Batismo, o cristão tem parte na graça de Cristo, cabeça da Igreja. Como "filho adotivo", pode doravante chamar a Deus de "Pai", em união com o Filho único. Recebe a vida do Espírito, que nele infunde a caridade e forma a Igreja.

1998 Esta vocação para a vida eterna é sobrenatural. Depende integralmente da iniciativa gratuita de Deus, pois apenas Ele pode se revelar e dar-se a si mesmo. Esta vocação

ultrapassa as capacidades da inteligência e as forças da vontade do homem, como também de qualquer criatura.

1999 A graça de Cristo é o dom gratuito que Deus nos faz de sua vida infundida pelo Espírito Santo em nossa alma, para curá-la do pecado e santificá-la; trata-se da graça santificante ou deificante, recebida no Batismo. Em nós, ela é a fonte da obra santificadora:

Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez uma realidade nova. Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo (2Cor 5,17-18).

2000 A graça santificante é um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural para aperfeiçoar a própria alma e torná-la capaz de viver com Deus, agir por seu amor. Deve-se distinguir a graça habitual, disposição permanente para viver e agir conforme o chamado divino, e as graças atuais, que designam as intervenções divinas, quer na origem da conversão, quer no decorrer da obra da santificação.

2001 A preparação do homem para acolher a graça é já uma obra da graça. Esta é necessária para suscitar e manter nossa colaboração na justificação pela fé e na santificação pela caridade. Deus acaba em nós aquilo que Ele mesmo começou, "pois começa, com sua intervenção, fazendo com que nós queiramos e acaba cooperando com as moções de nossa vontade já convertida":

Sem dúvida, operamos também nós, mas o fazemos cooperando com Deus, que opera predispondo-nos com a sua misericórdia. E o faz para nos curar, e nos acompanhará para que, quando já curados, sejamos vivificados; predispõe-nos para que sejamos chamados e acompanha-nos para que sejamos glorificados; predispõe-nos para que vivamos segundo a piedade e segue-nos para que, com Ele, vivamos para todo o sempre, pois sem Ele nada podemos fazer.

2002 A livre iniciativa de Deus pede a livre resposta do homem pois Deus criou o homem à sua imagem, conferindo-lhe, com a liberdade, o poder de conhecê-Lo e amá-Lo. A alma só pode entrar livremente na comunhão do amor. Deus toca imediatamente e move diretamente o coração do homem. Ele colocou no homem uma aspiração à verdade e ao bem que somente Ele pode satisfazer plenamente. As promessas da "vida eterna" respondem, além de a toda a nossa esperança, a esta aspiração:

Se Vós, ao cabo de vossas obras excelentes (...) repousastes no sétimo dia, foi para nos dizer de antemão pela voz de vosso livro que, ao cabo de nossas obras ("que são muito boas", pelo fato mesmo de terdes sido Vós que no-las destes), também nós no sábado da vida eterna em Vós repousaremos.

2003 A graça é antes de tudo e principalmente o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas a graça compreende igualmente os dons que o Espírito nos concede, para nos associar à sua obra, para nos tornar capazes de colaborar com a salvação dos outros e com o crescimento do corpo de Cristo, a Igreja. São as graças sacramentais dons próprios dos diferentes sacramentos. São, além disso, as graças especiais, chamadas também "carismas", segundo a palavra grega empregada por S. Paulo e que significa favor, dom gratuito, benefício[a36] . Seja qual for seu caráter, às vezes extraordinário, como o dom dos milagres ou das línguas, os carismas se ordenam à graça santificante e têm como meta o bem comum da Igreja. Acham-se a serviço da caridade, que edifica a Igreja.

2004 Entre as graças especiais, convém mencionar as graças de estado, que acompanham o exercício das responsabilidades da vida cristã e dos ministérios no seio da Igreja:

Tendo, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, aquele que tem o dom da profecia, que o exerça segundo a proporção de nossa fé; aquele que tem o dom do serviço, que o exerça servindo; quem tem o dom do ensino, ensinando; quem tem o dom da exortação, exortando. Aquele que distribui seus bens, que o faça com simplicidade; aquele que preside, com diligência; aquele que exerce misericórdia, com alegria (Rm 12,6-8).

2005 Sendo de ordem sobrenatural, a graça escapa à nossa experiência e só pode ser conhecida pela fé. Não podemos, portanto, nos basear em nossos sentimentos ou em nossas obras para daí deduzir que estamos justificados e salvos. No entanto, segundo a palavra do Senhor: "É pelos seus frutos que os reconheceréis" (Mt 7,20), a consideração dos benefícios de Deus em nossa vida e na dos santos nos oferece uma garantia de que a graça está operando em nós e nos incita a uma fé sempre maior e a uma atitude de pobreza confiante:

Acha-se uma das mais belas ilustrações desta atitude na resposta de Sta. Joana d'Arc a uma pergunta capciosa de seus juizes eclesiásticos: "Interrogada se sabe se está na graça de Deus, responde: "Se não estou, que Deus me queira pôr nela; se estou, que Deus nela me conserve".

III. O MÉRITO

Na assembléia dos santos, vós sois glorificados e, coroando os seus méritos, exaltais os vossos próprios dons.

2006 O termo "mérito" designa, em geral, a retribuição devida por uma comunidade ou uma sociedade à ação de um de seus membros, sentida como boa ou má, digna de recompensa ou castigo. O mérito se relaciona com a virtude da justiça, em conformidade com o princípio da igualdade que a rege.

2007 Diante de Deus, em sentido estritamente jurídico, não há mérito da parte do homem. Entre Ele e nós a diferença é infinita, pois dele tudo recebemos, dele, que é nosso criador.

2008 O mérito do homem diante de Deus, na vida cristã, provém do fato de que Deus livremente determinou associar o homem à obra de sua graça. A ação paternal de Deus vem em primeiro lugar por seu impulso, e o livre agir do homem, em segundo lugar, colaborando com Ele, de sorte que os méritos das boas obras devem -ser atribuídos à graça de Deus, primeiramente, e só em segundo lugar ao fiel. O próprio mérito do homem cabe, aliás, a Deus pois suas boas ações procedem, em Cristo, das inspirações do auxílio do Espírito Santo.

2009 A adoção filial, tomando-nos participantes, por graça, da natureza divina, pode conferir-nos, segundo a justiça gratuita de Deus, um verdadeiro mérito. Trata-se de um direito por graça, o pleno direito amor, que nos toma "co-herdeiros" de Cristo e dignos de obter "a herança prometida da vida eterna. Os méritos de nossas boas obras são dons da bondade divina. "A graça veio primeiro; agora se entrega aquilo que é devido. (...)Os méritos são dons de Deus."

2010 Como a iniciativa pertence a Deus na ordem da graça, ninguém pode merecer a graça primeira, na origem da versão, do perdão e da justificação. Sob a moção do Espírito Santo e da caridade, podemos em seguida merecer para nós mesmos e para os outros as graças úteis à nossa santificação crescimento da graça e da caridade, e também para ganhar a vida eterna. Os próprios bens temporais, como a saúde, a amizade, podem ser merecidos segundo a sabedoria divina. Essas graças e esses bens são o objeto da oração cristã. Esta atende à nossa necessidade da graça para as ações meritórias.

2011 A caridade de Cristo em nós constitui a fonte de todos os nossos méritos diante de Deus. A graça, unindo-nos a Cristo com amor ativo, assegura a qualidade sobrenatural de nossos atos e, por conseguinte, seu mérito (desses nossos atos) diante de Deus, como também diante dos homens. Os santos sempre tiveram viva consciência de que seus méritos eram pura graça.

Após o exílio terrestre, espero ir deleitar-me de vós na Pátria, mas não quero acumular méritos para o céu, quero trabalhar somente por vosso amor. (...). Ao entardecer desta vida, comparecerei diante de vós com as mãos vazias, pois não vos peço, Senhor, que contabilizeis as minhas obras. Todas as nossas justiças têm manchas a vossos olhos. Quero, portanto, revestir-me de vossa própria justiça e receber de vosso amor a posse eterna de vós mesmo...

IV. A SANTIDADE CRISTÃ

2012 "E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam. (...) Porque os que de antemão Ele conheceu, esses também destinou a serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de ser Ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que destinou, também os chamou, e os que chamou, também os justificou, e os que justificou, também os glorificou" (Rm 8,28-30).

2013 "Todos os fiéis cristãos, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade." Todos são chamados à santidade: "Deveis ser perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5,48):

Com o fim de conseguir esta perfeição, façam os fiéis uso das forças recebidas (...), a fim de que, cumprindo em tudo a vontade do Pai, se dediquem inteiramente à glória de Deus e ao serviço do próximo. Assim, a santidade do povo de Deus se expandirá em abundantes frutos, como se demonstra luminosamente na história da Igreja pela vida de tantos santos.

2014 O progresso espiritual tende à união sempre mais íntima com Cristo. Esta união recebe o nome de "mística", pois ela participa no mistério de Cristo pelos sacramentos "os santos mistérios" e, nele, no mistério da Santíssima Trindade, Deus nos chama a todos a esta íntima união com Ele, mesmos que graças especiais ou sinais extraordinários desta vida mística sejam concedidos apenas a alguns, em vista de manifestar o dom gratuito feito a todos.

2015 O caminho da perfeição passa pela cruz. Não existe santidade sem renúncia e sem combate espiritual. O progresso espiritual envolve ascese e mortificação, que levam gradualmente a viver na paz e na alegria das bem-aventuranças:

Aquele que vai subindo jamais cessa de progredir de começo em começo, por começos que não têm fim. Aquele que jamais cessa de desejar aquilo que já conhece.

2016 Os filhos da Santa Igreja, nossa Mãe, esperam justamente a graça da perseverança final e a recompensa de Deus, seu Pai pelas boas obras realizadas com sua graça, em comunhão com Jesus. Observando a mesma regra de vida, os fiéis cristãos partilham "a feliz esperança" daqueles que a misericórdia divina reúne na "Cidade santa, uma Jerusalém nova que desce do céu de junto de Deus, preparada como uma esposa" (Ap 21,2).

RESUMINDO

2017 A graça do Espírito Santo nos dá a justiça de Deus. Unindo-nos pela fé e pelo Batismo à Paixão e à Ressurreição de Cristo, o Espírito nos faz participar de sua vida.

2018 A justificação, como a conversão, apresenta duas faces. Sob a moção da graça, o homem se volta para Deus e se afasta do pecado, acolhendo, assim, o perdão e a justiça que vêm do alto.

2019 A justificação comporta a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior.

2020 A justificação nos foi merecida pela Paixão de Cristo e nos é concedida por meio do Batismo. Faz-nos conformes à justiça de Deus, que nos torna justos. Tem como meta a glória de Deus e de Cristo e o dom da Vida Eterna. É a obra mais excelente da misericórdia de Deus.

2021 A graça é o auxílio que Deus nos concede para responder à nossa vocação de nos tornar seus filhos adotivos. Ela nos introduz na intimidade da vida trinitária.

2022 A iniciativa divina na obra da graça precede, prepara e suscita a livre resposta do homem. A graça responde às aspirações profundas da liberdade humana; chama-a a cooperar consigo e a aperfeiçoar.

2023 A graça santificante é o dom gratuito que Deus nos faz de sua vida, infundida pelo Espírito Santo em nossa alma, para curá-la do pecado e santificá-la.

2024 A graça santificante nos faz "agradáveis a Deus". Os carismas, graças especiais do Espírito Santo, são ordenados à graça santificante e têm como alvo o bem comum da Igreja.

Deus opera também por graças atuais múltiplas, que se distinguem da graça habitual, permanente em nós.

2025 Nosso mérito em face de Deus consiste apenas em seguir seu livre desígnio de associar o homem à obra de sua graça. O mérito pertence à graça de Deus em primeiro lugar, à colaboração do homem em segundo lugar. Cabe a Deus o mérito humano.

2026 A graça do Espírito Santo, em virtude de nossa filiação adotiva, pode conferir-nos um verdadeiro mérito segundo a justiça gratuita de Deus. A caridade constitui, em nós, a fonte principal do mérito diante de Deus.

2027 Ninguém pode merecer a graça primeira que se acha na origem da conversão. Sob a moção do Espírito Santo, podemos merecer, para nós mesmos e para os outros, todas as graças úteis para chegar à vida eterna, como também os bens temporais necessários.

2028 "O apelo à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. Se dirige a todos os fiéis cristãos[a61] . "A perfeição cristã só tem um limite: ser ilimitada."

2029 "Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me" (Mt 16,24).

ARTIGO 3

A IGREJA, MÃE E EDUCADORA

2030 É em Igreja, em comunhão com todos os batizados, que o cristão realiza sua vocação. Da Igreja recebe a palavra de Deus, que contém os ensinamentos da "lei de Cristo". Da Igreja recebe a graça dos sacramentos, que o sustenta "no caminho". Da Igreja aprende o exemplo da santidade; reconhece a figura e a fonte (da Igreja) em Maria, a Virgem Santíssima; discerne-a no testemunho autêntico daqueles que a vivem, descobre-a na tradição espiritual e na longa história dos santos que o precederam que a Liturgia celebra no ritmo do Santoral.

2031 A vida moral é um culto espiritual. "Oferecemos nossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus", no seio do corpo de Cristo que formamos, e em comunhão com a oferta de sua Eucaristia. Na Liturgia e na celebração dos sacramentos, oração e doutrina se conjugam com a graça de Cristo, para iluminar e alimentar o agir cristão. Como o conjunto da vida cristã, da mesma forma a vida moral encontra sua fonte e seu ponto culminante no sacrifício eucarístico.

L VIDA MORAL E MAGISTÉRIO DA IGREJA

2032 A Igreja, "coluna e sustentáculo da verdade" 1 Tm 3,15) "recebeu dos Apóstolos o solene mandamento de Cristo de pregar a verdade da salvação". "Compete à Igreja anunciar sempre e por toda parte os princípios morais, mesmo referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas."

2033 O magistério dos pastores da Igreja em matéria moral se exerce ordinariamente na catequese e na pregação, com o auxílio das obras dos teólogos e dos autores espirituais. Assim se foi transmitindo, de geração em geração, sob a égide e a vigilância dos pastores, o "depósito" da moral cristã, composto de um conjunto característico de regras, mandamentos e virtudes que procedem da fé em Cristo e são vivificados pela caridade. Esta catequese tem tradicionalmente tomado por base, ao lado do "Credo" e do "Pai-nosso", o Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral, válidos para todos os homens.

2034 O romano pontífice e os Bispos "são os doutores autênticos dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo a eles confiado a fé que deve ser crida e praticada". O

magistério ordinário e universal do Papa e dos Bispos em comunhão com ele ensina aos fiéis a verdade em que se deve crer; a caridade que se deve praticar, a felicidade que se deve esperar.

2035 O grau supremo da participação na autoridade de Cristo é assegurado pelo carisma da infalibilidade. Esta tem a mesma extensão que o depósito da revelação divina; estende-se ainda a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral, sem os quais as verdades salutares da fé não podem ser preservadas, expostas ou observadas.

2036 A autoridade do magistério se estende também aos preceitos específicos da lei natural, porque sua observância, exigida pelo Criador, é necessária para a salvação. Recordando as prescrições da lei natural, o magistério da Igreja exerce parte essencial de sua função profética de anunciar aos homens o que (os homens) são de verdade e recordar-lhes o que devem ser diante de Deus.

2037 A lei de Deus confiada à Igreja é ensinada aos fiéis como caminho de vida e verdade. Os fiéis têm, portanto, o direito de ser instruídos nos preceitos divinos salvíficos que purificam o juízo e, com a graça, curam a razão humana ferida. Têm o dever de observar as constituições e os decretos promulgados pela legítima autoridade da Igreja. Mesmo que sejam disciplinares, tais determinações exigem a docilidade na caridade.

2038 Na obra de ensinar e aplicar a moral cristã, a Igreja necessita do devotamento dos pastores, da ciência dos teólogos, da contribuição de todos os cristãos e dos homens de boa vontade. A fé e a prática do Evangelho proporcionam a cada fiel uma experiência da vida "em Cristo" que o ilumina e o torna capaz de apreciar as realidades divinas e humanas segundo o Espírito de Deus. Assim é que o Espírito Santo pode servir-se dos mais humildes para iluminar os sábios e os constituídos na dignidade mais alta.

2039 Os ministérios devem ser exercidos em um espírito de serviço fraterno e dedicação à Igreja, em nome do Senhor. Ao mesmo tempo, a consciência de cada fiel, em seu julgamento moral sobre seus atos pessoais, deve evitar encerrar-se em uma consideração individual. Do melhor modo possível ela deve abrir-se à consideração do bem de todos, tal como se exprime na lei moral, natural e revelada, e por conseguinte na lei da Igreja e no ensino autorizado do magistério sobre questões morais. Não convém opor a consciência pessoal e a razão à lei moral ou ao magistério da Igreja.

2040 Assim se pode desenvolver entre os fiéis cristãos um verdadeiro espírito filial para com a Igreja. Ele é o resultado normal do crescimento da graça batismal, que nos gerou no seio Igreja e nos fez membros do Corpo de Cristo. Em sua solicitude materna, a Igreja nos concede a misericórdia de Deus, que triunfa sobre todos os nossos pecados e age de modo especial no sacramento da Reconciliação. Como mãe solícita, ela nos prodigaliza também em sua Liturgia, dia após dia, o alimento da Palavra e da Eucaristia do Senhor.

O segundo mandamento ("Confessar-se ao menos uma vez por ano") assegura a preparação para a Eucaristia pela recepção do sacramento da Reconciliação, que continua a obra de conversão e perdão do Batismo.

O terceiro mandamento ("Receber o sacramento da Eucaristia ao menos pela Páscoa da ressurreição") garante um mínimo na recepção do Corpo e do Sangue do Senhor em ligação com as festas pascais, origem e centro da Liturgia Cristã.

2043 O quarto mandamento ("Jejuar e abster-se de carne, conforme manda a Santa Mãe Igreja") determina os tempos de ascese e penitência que nos preparam para as festas litúrgicas; contribuem para nos fazer adquirir o domínio sobre nossos instintos e a liberdade de coração.

O quinto mandamento ("Ajudar a Igreja em suas necessidades") recorda aos fiéis que devem ir ao encontro das necessidades materiais da Igreja, cada um conforme as próprias possibilidades.

III. VIDA MORAL E TESTEMUNHO MISSIONÁRIO

2044 A fidelidade dos batizados é condição primordial para o anúncio do Evangelho e para a missão da Igreja no mundo. Para manifestar diante dos homens sua força de verdade e de irradiação, a mensagem da salvação deve ser autenticada pelo testemunho de vida dos cristãos: "O próprio testemunho da vida cristã e as boas obras feitas em espírito sobrenatural possuem a força de atrair os homens para a fé e para Deus.

2045 Por serem os membros do Corpo cuja Cabeça é Cristo os cristãos contribuem, pela constância de suas convicção de seus costumes, para a edificação da Igreja. A Igreja aumenta, cresce e se desenvolve pela santidade de seus fiéis até que "alcancemos todos nós (...) o estado de homem perfeito, a medida da estatura da plenitude de Cristo" (Ef 4,13).

2046 Por sua vida segundo Cristo, os cristãos apressam a vinda do Reino de Deus, do "Reino da justiça, da verdade e da paz". Nem por isso se descuidam de suas obrigações terrestres; fiéis a seu Senhor e Mestre, eles as cumprem com dão, paciência e amor.

RESUMINDO

2047 A vida moral é um culto espiritual. O agir cristão se nutre da Liturgia e da celebração dos sacramentos.

2048 Os mandamentos da Igreja se referem à vida moral e cristã unida à Liturgia, e dela se alimentam.

2049 O Magistério dos pastores da Igreja em matéria moral se exerce ordinariamente na catequese e na pregação, tendo como base o Decálogo, que enuncia os princípios da vida válidos para todos os homens.

2050 O romano pontífice e os bispos, como doutores autênticos, pregam ao povo de Deus a fé que deve ser crida e praticada nos costumes. Cabe-lhes igualmente pronunciar-se sobre as questões morais que caem dentro do âmbito da lei natural e da razão.

2051 A infalibilidade do magistério dos pastores se estende a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral. Sem esses elementos, as verdades salutares da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas.

OS DEZ MANDAMENTOS

Êxodo 20,2-17	Deuteronômio 5,6-21	Fórmula catequética
---------------	---------------------	---------------------

Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da servidão.	Eu sou o Senhor, teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da servidão.	
Não terás outros deuses diante de mim.	Não terás outros deuses além de mim...	Amar a Deus sobre todas as coisas.
Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo da terra, ou nas águas que estão debaixo da terra.		
Não te prostrarás diante desses deuses e não os servirás, porque eu, o Senhor, teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais nos filhos, até a terceira e quarta geração dos que me odeiam, e faço misericórdia até a milésima geração àqueles que me amam e guardam meus mandamentos.		
Não pronunciarás em vão o nome do Senhor, teu Deus, porque o Senhor não deixará impune aquele que pronunciar em vão O seu nome.	Não pronunciarás em vão o nome do Senhor teu Deus...	Não tomar seu Santo Nome em vão.
Lembra-te do dia do Sábado para santificá-lo.	Guardarás o dia de sábado para santificá-lo.	Guardar domingos e festas de guarda
Trabalharás durante seis dias, e farás todas as tuas obras. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor, teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas. Porque em seis dias o Senhor fez o céu, a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou.		
Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dá.	Honrar teu pai e tua mãe...	Honra pai e mãe.
Não matarás.	Não matarás.	Não matar.
Não cometerás adultério.	Não cometerás adultério.	Não pecar contra a castidade.

Não roubarás.	Não roubarás.	Não furtar.
Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.	Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.	Não levantar falso testemunho.
Não cobiçarás a casa de teu próximo, não desejarás sua mulher, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo.	Não cobiçarás a mulher de teu próximo. Não desejarás coisa alguma que pertença a teu próximo.	Não desejar a mulher do próximo. Não cobiçar as coisas alheias.

SEGUNDA SEÇÃO

OS DEZ MANDAMENTOS

Mestre, que devo fazer...?"

2052 "Mestre, que devo fazer de bom para ter a vida eterna?" Ao jovem que lhe faz esta pergunta, Jesus responde primeiro invocando a necessidade de reconhecer a Deus como "o único bom", com o bem por excelência e como a fonte de todo bem. Depois, Jesus diz: "Se queres entrar para a Vida, guarda os mandamentos". E cita ao seu interlocutor os preceitos que se referem ao amor do próximo: "Não matarás, não adulterarás, não roubarás, não levantarás falso testemunho, honra pai e mãe". Finalmente, Jesus resume estes mandamentos de maneira positiva: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 19,16-19).

2053 A esta primeira resposta é acrescentada uma segunda: "Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens e dá aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me" (Mt 19,21). Esta não anula a primeira. O seguimento de Jesus Cristo inclui o cumprimento dos mandamentos. A Lei não foi abolida, mas o homem é convidado a reencontrá-la na pessoa de seu Mestre, que é o cumprimento perfeito dela. Nos três Evangelhos sinópticos, o apelo de Jesus dirigido ao jovem rico, de segui-lo na obediência do discípulo e na observância dos preceitos, é relacionado com o convite à pobreza e à castidade. Os conselhos evangélicos são indissociáveis dos mandamentos.

2054 Jesus, com efeito, retomou os Dez Mandamentos, mas manifestou a força do Espírito em ação na letra deles. Pregou a "justiça que supera a dos escribas e fariseus", como também a dos pagãos. Desenvolveu todas as exigências dos mandamentos. "Ouvistes que foi dito aos antigos: 'não matarás'... Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal" (Mt 5,21-22).

2055 Quando lhe é feita a pergunta: "Qual é o maior mandamento da lei?" (Mt 22,36), Jesus responde: "Amarás ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas" (Mt 22,37-40). O Decálogo deve ser interpretado à luz desse duplo e único mandamento da caridade, plenitude da lei:

Os preceitos - não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás e todos os outros - se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da lei (Rm 13,9-10).

2056 A palavra "Decálogo" significa literalmente "dez palavras (Ex 34,28; Dt 4,13; 10,4). Deus revelou essas "dez palavras" a seu povo no monte sagrado. Ele as escreveu "com seu dedo", à diferença de outros preceitos escritos por Moisés[. São palavras de Deus de modo eminente. Foram transmitidas no livro do Êxodo e no do Deuteronômio. Desde o Antigo Testamento, os livros sagrados se referem às "dez palavras". Mas é em Jesus Cristo na nova aliança, que será revelado seu sentido pleno.

2057 O Decálogo deve ser entendido em primeiro lugar no contexto do êxodo, que é o grande acontecimento libertador de Deus no centro da Antiga Aliança. Formulados como mandamentos negativos (proibições), ou à maneira de mandamentos positivos (como: "Honra teu pai e tua mãe"), as "dez palavras indicam as condições de uma vida liberta da escravidão do pecado. O Decálogo é um caminho de vida:

Se amares teu Deus, se andares em seus caminhos, se observares seus mandamentos, suas leis e suas normas, viverás e te multiplicarás (Dt 30,16).

Esta força libertadora do Decálogo aparece, por exemplo, no mandamento sobre o descanso do sábado, destinado igualmente aos estrangeiros e aos escravos:

Lembrai-vos de que fostes escravos numa terra estrangeira. O Senhor vosso Deus vos fez sair de lá com mão forte e braço estendido (Dt 5,15).

2058 As "dez palavras" resumem e proclamam a lei de Deus: "Tais foram as palavras que, em alta voz, o Senhor dirigiu a toda a vossa assembléia no monte, do meio do fogo, em meio a trevas, nuvens e escuridão. Sem nada acrescentar, escreveu--as sobre duas tábuas de pedra e as entregou a mim" (Dt 5,22). Eis por que estas duas tábuas são chamadas "O Testemunho" (Ex 25,16). Elas contêm as cláusulas da aliança entre Deus e seu povo. Essas "tábuas do Testemunho" (Ex 31,18; 32,15; 34,19) devem ser colocadas "na arca" (Ex 25,16; 40,1-3).

2059 As "dez palavras" são pronunciadas por Deus no contexto de uma teofania ("Sobre a montanha, no meio do fogo, o Senhor vos falou face a face": Dt 5,4). Pertencem à revelação que Deus faz de si mesmo e de sua glória. O dom dos mandamentos é dom do próprio Deus e de sua santa vontade. Ao dar a conhecer as suas vontades, Deus se revela a seu povo.

2060 O dom dos mandamentos e da Lei faz parte da Aliança selada por Deus com os seus. Segundo o livro do Êxodo, a revelação das "dez palavras" é dada entre a proposta da Aliança [a20] e sua conclusão, depois que o povo se comprometeu a "fazer" tudo o que o Senhor dissera e a "obedecer". O Decálogo sempre é transmitido depois de se lembrar a Aliança ("O Senhor nosso Deus concluiu conosco uma aliança no Horeb": Dt 5,2).

2061 Os mandamentos recebem seu pleno significado no íntimo da Aliança. Segundo a Escritura, o agir moral do homem adquire todo o seu sentido na Aliança e por ela. A primeira das "dez palavras" lembra o amor primeiro de Deus por seu povo:

Tendo o homem, por castigo do pecado, decaído do paraíso da liberdade para a escravidão deste mundo, as primeiras palavras do Decálogo, voz primeira dos divinos mandamentos, aludem à liberdade: "Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão" (Ex 20,2; Dt 5,6).

2062 Os mandamentos propriamente ditos vêm em segundo lugar; exprimem as implicações da pertença a Deus, instituída pela Aliança. A existência moral é resposta à iniciativa amorosa do Senhor. É reconhecimento, homenagem a Deus e culto de ação de graças. É cooperação com o plano que Deus executa na história.

2063 A Aliança e o diálogo entre Deus e o homem são ainda confirmados pelo fato de que todas as obrigações são enunciadas na primeira pessoa ("Eu sou o Senhor...") e dirigidas a um outro sujeito ("tu...") Em todos os mandamentos de Deus, é um pronome pessoal singular que designa o destinatário. Deus dá a conhecer sua vontade a cada um em particular, ao mesmo tempo que o faz ao povo inteiro:

O Senhor prescreveu o amor para com Deus e ensinou a justiça para com o próximo, a fim de que o homem não fosse nem injusto nem indigno de Deus. Assim, pelo Decálogo, Deus preparou o homem para se tornar seu amigo e ter um só coração com o próximo... Da mesma maneira, as palavras do Decálogo continuam válidas entre nós [cristãos]. Longe de serem abolidas elas cresceram e se desenvolveram pelo fato da vinda do Senhor na carne.

O DECÁLOGO NA TRADIÇÃO DA IGREJA

2064 Fiel à Escritura e de acordo com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2065 Desde Sto. Agostinho, os "dez mandamentos" têm um lugar preponderante na catequese dos futuros batizados e dos fiéis. No século XV, adotou-se o costume de exprimir os preceitos do Decálogo em fórmulas rimadas, fáceis de memorizar, e positivas, que ainda estão em uso hoje. Os catecismos da Igreja com frequência têm exposto a moral cristã seguindo a ordem dos "dez mandamentos".

2066 A divisão e a numeração dos mandamentos têm variado no decorrer da história. O presente catecismo segue a divisão dos mandamentos estabelecida por Sto. Agostinho e que se tornou tradicional na Igreja católica. É também a das confissões luteranas. Os padres gregos fizeram uma divisão um tanto diferente, que se encontra nas Igrejas ortodoxas e nas comunidades reformadas.

2067 Os dez mandamentos enunciam as exigências do amor de Deus e do próximo. Os três primeiros se referem mais ao amor de Deus, e os outros sete ao amor do próximo.

Como a caridade abrange dois preceitos com os quais o Senhor relaciona toda a Lei e os profetas (...) assim os próprios dez preceitos estão divididos em duas tábuas. Três foram escritos numa tábua e sete na outra.

2068 O Concílio de Trento ensina que os dez mandamentos obrigam os cristãos e que o homem justificado ainda está obrigado a observá-los. E o Concílio Vaticano II afirma a mesma doutrina:

"Como sucessores dos Apóstolos, os Bispos recebem do Senhor (...) a missão de ensinar a todos os povos e pregar o Evangelho a toda criatura, a fim de que os homens todos, pela fé, pelo Batismo e pela observância dos mandamentos, alcancem a salvação"

A UNIDADE DO DECÁLOGO

2069 O Decálogo forma um todo inseparável. Cada "palavra" remete a cada uma das outras e a todas; elas se condicionam 2 reciprocamente. As duas tábuas se esclarecem mutuamente, formam uma unidade orgânica. Transgredir um mandamento, é infringir todos os outros. Não se pode honrar os outros sem bendizer a Deus, seu criador. Não se pode adorar a Deus sem amar a todos os homens, suas criaturas. O Decálogo unifica a vida teológica e a vida social do homem.

O Decálogo e a Lei Natural

2070 Os dez mandamentos pertencem à revelação de Deus. Ao mesmo tempo, ensinam-nos a verdadeira humanidade do homem. Iluminam os deveres essenciais e, portanto, indiretamente, os direitos humanos fundamentais, inerentes à natureza da pessoa humana. O Decálogo contém uma expressão privilegiada da "lei natural":

Desde o começo, Deus enraizara no coração dos homens os preceitos da lei natural. Inicialmente Ele se contentou em lhes recordar. Foi o Decálogo.

2071 Embora acessíveis à razão, os preceitos do Decálogo foram revelados. Para chegar a um Conhecimento completo certo das exigências da lei natural, a humanidade pecador tinha necessidade desta revelação:

Uma explicação completa dos mandamentos do Decálogos e tornou necessária no estado de pecado, por causa do obscurecimento da luz da razão e do desvio da vontade

Conhecemos os mandamentos de Deus pela Revelação divina que nos é proposta na Igreja e por meio da consciência moral.

A obrigatoriedade do Decálogo

2072 Visto que exprimem os deveres fundamentais do homem para com Deus e para com o próximo, os dez mandamentos revelam, em seu conteúdo primordial, obrigações graves. São essencialmente imutáveis, e sua obrigação vale sempre e em toda parte. Ninguém pode dispensar-se deles. Os dez mandamentos estão gravados por Deus no coração do ser humano.

2073 A obediência aos mandamentos implica, ainda, obrigações cuja matéria é, em si mesma, leve. Assim, a injúria por palavra está proibida pelo quinto mandamento, mas só poderia ser falta grave em função das circunstâncias ou da intenção daquele que a profere.

"Sem mim, nada podeis fazer"

2074 Jesus diz: "Eu sou a videira, e vós, os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto, porque, sem mim, nada podeis fazer" (Jo 15,5). O fruto indicado nesta palavra é a santidade de uma vida fecundada pela união a Cristo. Quando cremos em Jesus Cristo, comungamos de seus mistérios e guardamos seus mandamentos, o Salvador mesmo vem amar em nós seu Pai e seus irmãos, nosso Pai e nossos irmãos. Sua pessoa se toma, graças ao Espírito, a regra viva e interior de nosso agir. "Este é o meu mandamento: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 15,12).

RESUMINDO

2075 "Que devo fazer de bom para ter a vida eterna?" - "Se queres entrar para a vida, guarda os mandamentos" (Mt 19,16-17).

2076 Por sua prática e por sua pregação, Jesus atestou a perenidade do Decálogo.

2077 O dom do Decálogo é concedido no contexto da Aliança celebrada por Deus com seu povo. Os mandamentos de Deus recebem seu verdadeiro significado nessa Aliança e por meio dela.

2078 Fiel à Escritura, e de acordo com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2079 O Decálogo forma uma unidade orgânica, em que cada "palavra ou mandamento" remete a todo o conjunto. Transgredir um mandamento é infringir toda a Lei.

2080 O Decálogo contém uma expressão privilegiada da lei natural. Conhecemo-lo pela revelação divina e pela razão humana.

2081 Os Dez Mandamentos enunciam, em seu conteúdo fundamental, obrigações graves. Todavia, a obediência a esses preceitos implica também obrigações cuja matéria é, em si mesma, leve.

2082 O que Deus manda, torna-o possível por sua graça.

CAPÍTULO I

"AMARÁS O SENHOR, TEU DEUS, DE TODO O CORAÇÃO, DE TODA A ALMA E DE TODO O ENTENDIMENTO"

2083 Jesus resumiu os deveres do homem para com Deus com estas palavras: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento" (Mt 22,37); Estas palavras são um eco imediato do apelo solene: "Escuta; Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único" (Dt 6,4-5).

Deus amou primeiro. O amor do Deus único é lembrado na primeira das "dez palavras". Em seguida, os mandamentos explicitam a resposta de amor que o homem é chamado a dar a seu Deus.

ARTIGO 1

O PRIMEIRO MANDAMENTO

Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo, na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não te prostrarás diante desses deuses, e não os servirás. (Ex 20,25).

Está escrito: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a Ele prestarás culto" (Mt 4,10).

I. "ADORARÁS O SENHOR, TEU DEUS, E O SERVIRÁS"

2084 Deus se faz conhecer recordando sua ação todo-poderosa, benigna e libertadora na história daquele a quem se dirige: "Eu te fiz sair da terra do Egito, da casa da escravidão" (Dt 6,13-14). A primeira palavra contém o primeiro mandamento da lei: "Adorarás o Senhor, teu Deus, e o servirás. (...) Não seguireis outros deuses" (Dt 6,13-14). O primeiro apelo e a exigência justa de Deus é que o homem o acolha e o adore.

2085 O Deus único e verdadeiro revela sua glória primeiramente a Israel. A revelação da vocação e da verdade do homem está ligada à revelação de Deus. O homem tem a vocação de manifestar Deus agindo em conformidade com sua criação "à imagem e semelhança de Deus" (Gn 1,26):

Jamais haverá outro Deus, Trifão, nem houve outro, desde sempre (...) além daquele que fez e ordenou o universo. Nós não pensamos que nosso Deus seja diferente do vosso. É Ele o mesmo que fez vossos pais saírem do Egito "com sua mão poderosa e seu braço estendido". Não ponhamos as nossas esperanças em algum outro pois outro não existe, mas no mesmo que vós, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó.

2086 "O primeiro preceito abrange a fé, a esperança e a caridade. Com efeito, quando se fala de Deus, fala-se de um ser constante, imutável, sempre o mesmo, fiel, perfeitamente justo. Daí decorre que nós devemos necessariamente aceitar suas palavras e ter nele uma fé e uma confiança plenas. Ele é Todo-Poderoso, clemente, infinitamente inclinado a fazer o bem. Quem poderia deixar de pôr nele todas as suas esperanças? E quem poderia deixar de amá-lo, contemplando os tesouros de bondade e de ternura que Ele derramou sobre nós? Daí esta fórmula que Deus emprega na Sagrada Escritura, quer no começo, quer no fim de seus preceitos: 'Eu sou o Senhor'."

2087 Nossa vida moral encontra sua fonte na fé em Deus, que nos revela seu amor. S. Paulo fala da "obediência da fé" como da primeira obrigação. Ele vê no "desconhecimento de Deus" o princípio e a explicação de todos os desvios morais. Nosso dever em relação a Deus consiste em crer nele e em dar testemunho dele.

2088 O primeiro mandamento manda-nos alimentar e guardar com prudência e vigilância nossa fé e rejeitar tudo o que se lhe opõe. Há diversas maneiras de pecar contra a fé.

A dúvida voluntária sobre a fé negligencia ou recusa ter como verdadeiro o que Deus revelou e que a Igreja propõe para crer. A dúvida involuntária designa a hesitação em crer, a dificuldade de superar as objeções ligadas à fé ou, ainda, a ansiedade suscitada pela obscuridade da fé. Se for deliberadamente cultivada, a dúvida pode levar à cegueira do espírito.

2089 A incredulidade é a negligência da verdade revelada ou a recusa voluntária de lhe dar o próprio assentimento. "Chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do Batismo, de qual-quer verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou a dúvida pertinaz a respeito dessa verdade; apostasia, o repúdio total da fé cristã; cisma, a recusa de sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos."

A ESPERANÇA

2090 Quando Deus se revela e chama o homem, este não pode responder plenamente ao amor divino por suas próprias forças. Deve esperar que Deus lhe dê a capacidade de corresponder a este amor e de agir de acordo com os mandamentos da caridade. A esperança é o aguardar confiante da bênção divina e da visão beatífica de Deus; é também o temor de ofender o amor de Deus e de provocar o castigo.

2091 O primeiro mandamento visa também aos pecados contra a esperança, que são o desespero e a presunção.

Pelo desespero, o homem deixa de esperar de Deus sua salvação pessoal, os auxílios para alcançá-la ou o perdão de seus pecados. O desespero opõe-se à bondade de Deus, à sua justiça porque o Senhor é fiel a suas promessas e à sua misericórdia.

2092 Há duas espécies de presunção. Ou o homem presume de suas capacidades (esperando poder salvar-se sem a ajuda do alto), ou então presume da onipotência ou da misericórdia de Deus (esperando obter seu perdão sem conversão e a glória sem mérito).

A CARIDADE

2093 A fé no amor de Deus envolve o apelo e a obrigação de responder à caridade divina por um amor sincero. O primeiro mandamento nos ordena que amemos a Deus acima de tudo e acima de todas as criaturas, por Ele mesmo e por causa dele.

2094 Pode-se pecar de diversas maneiras contra o amor de Deus: a indiferença negligencia ou recusa a consideração da caridade divina, menospreza a iniciativa (de Deus em nos amar) e nega sua força. A ingratidão omite ou se recusa a reconhecer a caridade divina e a pagar amor com amor. A tibieza é uma hesitação ou uma negligência em responder ao amor divino, podendo implicar a recusa de se entregar ao dinamismo da caridade. A acídia ou preguiça espiritual chega a recusar até a alegria que vem de Deus e a ter horror ao bem divino. O ódio a Deus vem do orgulho. Opõe-se ao amor de Deus, cuja bondade nega, e atreve-se a maldizê-lo como aquele que proibe os pecados e inflige as penas.

II. "SÓ A ELE PRESTARÁS CULTO"

2095 As virtudes teologais da fé, esperança e caridade dão forma às virtudes morais e as vivificam. Assim, a caridade nos leva a dar a Deus aquilo que em toda justiça Lhe devemos enquanto criaturas. A virtude da religião nos dispõe a esta atitude.

A ADORAÇÃO

2096 A adoração é o primeiro ato da virtude da religião. Adorar a Deus é reconhecê-lo como Deus, como o Criador e o Salvador, o Senhor e o Dono de tudo o que existe, o Amor infinito e misericordioso. "Adorarás o Senhor, teu Deus, e só a Ele prestarás culto" (Lc 4,8), diz Jesus, citando o Deuteronômio (6,13).

2097 Adorar a Deus é, no respeito e na submissão absoluta, reconhecer "o nada da criatura", que não existe a não ser por Deus. Adorar a Deus é, como Maria no Magnificat, louvá-lo, exaltá-lo e humilhar-se a si mesmo, confessando com gratidão que Ele fez grandes coisas e que seu nome é santo. A adoração do Deus único liberta o homem de se fechar em si mesmo, da escravidão do pecado e da idolatria do mundo.

A ORAÇÃO

2098 Os atos de fé, de esperança e de caridade ordenados pelo primeiro mandamento cumprem-se na oração. A elevação do espírito para Deus é expressão da adoração que Lhe rendemos: prece de louvor e de ação de graças, de intercessão e de súplica. A oração é uma condição indispensável para poder obedecer aos mandamentos de Deus. "É preciso orar sempre. sem jamais esmorecer" (Lc 18,1).

O SACRIFÍCIO

2099 É justo oferecer a Deus sacrifícios em sinal de adoração e de reconhecimento, de súplica e de comunhão: "E verdadeiro sacrifício toda ação feita para se unir a Deus em santa comunhão e poder ser feliz."

2100 Para ser verídico, o sacrifício exterior deve ser a expressão do sacrifício espiritual: "Meu sacrifício é um espírito compungido..." (Sl 51,19). Os profetas da Antiga Aliança denunciaram com freqüência os sacrifícios feitos sem participação interior ou sem ligação com o amor do próximo. Jesus recorda a palavra do profeta Oséias: "E misericórdia que eu quero, e não sacrifício" (Mt 9,13; 12,7). O único sacrifício perfeito é o que Cristo ofereceu na cruz, em total oblação ao amor do Pai e para nossa salvação. Unindo-nos a seu sacrifício, podemos fazer de nossa vida um sacrifício a Deus.

PROMESSAS E VOTOS

2101 Em várias circunstâncias, o cristão é convidado a fazer promessas a Deus. O Batismo e a Confirmação, o Matrimônio e a Ordenação sempre as contêm. Por devoção pessoal, o cristão pode também prometer a Deus este ou aquele ato, oração, esmola, peregrinação etc. A fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação do respeito devido à majestade divina e do amor para com o Deus fiel.

2102 "O voto, isto é, a promessa deliberada e livre de um bem possível e melhor feita a Deus, deve ser cumprido a título da virtude de religião." O voto é um ato de devoção no qual o cristão se consagra a Deus ou Lhe promete uma obra boa. Pelo cumprimento de seus votos, o homem dá a Deus o que Lhe prometeu e consagrou. Os Atos dos Apóstolos nos mostram S. Paulo preocupado em cumprir os votos que fizera.

2103 A Igreja atribui um valor exemplar aos votos de praticar os conselhos evangélicos:

A Mãe Igreja alegra-se ao encontrar em seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais estreitamente a exinanição do Salvador e mais claramente a demonstram, aceitando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando às próprias vontades; submetem-se eles aos homens por causa de Deus, em matéria de perfeição, além da medida do preceito, para que mais plenamente se conformem a Cristo obediente.

Em certos casos a Igreja pode, por motivos adequados, dispensar dos votos e das promessas.

O DEVER SOCIAL DE RELIGIÃO E O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

2104 "Todos os homens estão obrigados a procurar a verdade, sobretudo naquilo que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, depois de conhecê-la, a abraçá-la e praticá-la." Este dever decorre da "própria natureza dos homens" e não contraria um "respeito sincero" para com as diversas religiões que "refletem lampejos daquela verdade que ilumina a todos os homens[a88] ", nem a exigência da caridade que insta os cristãos a "tratar com amor, prudência e paciência os homens que vivem no erro ou na ignorância acerca da fé".

2105 O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao homem individual e socialmente. Esta é "a doutrina católica tradicional sobre o dever moral dos homens e das sociedades em relação à verdadeira religião e à única Igreja de Cristo". Evangelizando sem cessar os homens, a Igreja trabalha para que estes possam "penetrar de espírito cristão as mentalidades e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem". O dever social dos cristãos é respeitar e despertar em cada homem o amor da verdade e do bem. Exige que levem a conhecer o culto da única religião verdadeira, que subsiste na Igreja católica e apostólica[a93] . Os cristãos são chamados a ser a luz do mundo. Assim, a Igreja manifesta a realeza de Cristo sobre toda a criação e particularmente sobre as sociedades humanas.

2106 "Em matéria religiosa, ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência, nem impedido de agir, dentro dos justos limites, de acordo com ela, em particular ou em público, só ou associado a outrem." Este direito funda-se na própria natureza da pessoa humana, cuja dignidade a faz aderir livremente à verdade divina que transcende a ordem temporal. Por isso, este direito "continua a existir ainda para aqueles que não satisfazem à obrigação de procurar a verdade e de aderir a ela"

2107 "Se, em razão de circunstâncias particulares dos povos, for conferida a uma única comunidade religiosa o especial reconhecimento civil na organização jurídica da sociedade, será necessário que ao mesmo tempo se reconheça e se observe em favor de todos os cidadãos e das comunidades religiosas o direito à liberdade em matéria religiosa."

2108 O direito à liberdade religiosa não significa nem a permissão moral de aderir ao erro nem um suposto direito ao erro, mas um direito natural da pessoa humana à liberdade civil, quer dizer, à imunidade de coação externa nos justos limites, em matéria religiosa, da parte do poder político. Este direito natural deve ser reconhecido no ordenamento jurídico da sociedade, de tal maneira que constitua um direito civil.

2109 O direito à liberdade religiosa não pode ser em si ilimitado, nem limitado apenas por uma "ordem pública" entendida de maneira positivista ou naturalista. Os "justos limites" que lhe são inerentes devem ser determinados para cada situação social pela prudência política, segundo as exigências do bem comum, e ratificados pela autoridade civil segundo "normas jurídicas, de acordo com a ordem moral objetiva".

III. "NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM"

2110 O primeiro mandamento proíbe prestar honra a outros afóra o único Senhor que se revelou a seu povo. Proscreeve a superstição e a irreligião. A superstição representa de certo

modo um excesso perverso de religião; a irreligião é um vício oposto por deficiência à virtude da religião.

A SUPERSTIÇÃO

2111 A superstição é o desvio do sentimento religioso e das práticas que ele impõe. Pode afetar também o culto que prestamos ao verdadeiro Deus, por exemplo, quando atribuímos uma importância de alguma maneira mágica a certas práticas, em si mesmas legítimas ou necessárias. Atribuir eficácia exclusivamente à materialidade das orações ou dos sinais sacramentais, sem levar em conta as disposições interiores que elas exigem, é cair na superstição.

A IDOLATRIA

2112 O primeiro mandamento condena o politeísmo. Exige que o homem não acredite em outros deuses afora Deus, que não venere outras divindades afora a única. A escritura lembra constantemente esta rejeição de "ídolos, ouro e prata, obras das mãos dos homens", os quais "têm boca e não falam, têm olhos e não vêem..." Esses ídolos vãos tornam as pessoas vãs:

"Como eles serão os que o fabricaram e quem quer que ponha neles a sua fé" (Sl 115,4-5.8). Deus, pelo contrário, é o "Deus vivo" (Jo 3,10) que faz viver e intervém na história.

2113 A idolatria não diz respeito somente aos falsos cultos do paganismo. Ela é uma tentação constante da fé. Consiste em divinizar o que não é Deus. Existe idolatria quando o homem presta honra e veneração a uma criatura em lugar de Deus, quer se trate de deuses ou de demônios (por exemplo, o satanismo), do poder, do prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro etc. "Não podeis servir a Deus e ao dinheiro", diz Jesus (Mt 6,24). Numerosos mártires morreram por não adorar "a Besta", recusando-se até a simular seu culto. A idolatria nega o senhorio exclusivo de Deus; é, por-tanto, incompatível com a comunhão divina.

2114 A vida humana unifica-se na adoração do Único. O mandamento de adorar o único Senhor simplifica o homem e o livra de uma dispersão infinita. A idolatria é uma perversão do sentimento religioso inato do homem. O ídólatra é aquele que "refere a qualquer coisa que não seja Deus a sua indestrutível noção de Deus".

ADIVINHAÇÃO E MAGIA

2115 Deus pode revelar o futuro a seus profetas ou a outros santos. Todavia, a atitude cristã correta consiste em entregar-se com confiança nas mãos da providência no que tange ao futuro, e em abandonar toda curiosidade doentia a este respeito. A imprevidência pode ser uma falta de responsabilidade.

2116 Todas as formas de adivinhação hão de ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras práticas que erroneamente se supõe "descobrir" o futuro. A consulta aos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e da sorte, os fenômenos de visão, o recurso a médiuns escondem uma vontade de poder sobre o tempo, sobre a história e, finalmente, sobre os homens, ao mesmo tempo que um desejo de ganhar para si os poderes ocultos. Essas práticas contradizem a honra e o respeito que, unidos ao amoroso temor, devemos exclusivamente a Deus.

2117 Todas as práticas de magia ou de feitiçaria com as quais a pessoa pretende domesticar os poderes ocultos, para colocá-los a seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo - mesmo que seja para proporcionar a este a saúde - são gravemente contrárias à virtude da religião. Essas práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas de uma intenção de prejudicar a outrem, ou quando recorrem ou não à intervenção dos demônios. O uso de amuletos também é repreensível. O espiritismo implica freqüentemente práticas de adivinhação ou de magia. Por isso a Igreja adverte os fiéis a evitá-lo. O recurso aos assim

chamados remédios tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes maléficos nem a exploração da credulidade alheia.

A IRRELIGIÃO

2118 O primeiro mandamento de Deus reprovava os principais pecados de irreligião: a ação de tentar a Deus em palavras ou em atos, o sacrilégio e a simonia.

2119 A ação de tentar a Deus consiste em pôr à prova, em palavras ou em atos, sua bondade e sua onipotência. Foi assim que Satanás quis conseguir que Jesus se atirasse do alto do templo e obrigasse Deus, desse modo, a agir. Jesus opõe-lhe a Palavra de Deus: "Não tentarás o Senhor teu Deus" (Dt 6,16). O desafio contido em tal "tentação de Deus" falta com o respeito e a confiança que devemos a nosso Criador e Senhor. Inclui sempre uma dúvida a respeito de seu amor, sua providência e seu poder.

2120 O sacrilégio consiste em profanar ou tratar indignamente os sacramentos e as outras ações litúrgicas, bem como as pessoas, as coisas e os lugares consagrados a Deus. O sacrilégio é um pecado grave, sobretudo quando cometido contra a Eucaristia, pois neste sacramento o próprio Corpo de Cristo se nos torna substancialmente presente.

2121 A simonia é definida como a compra ou a venda de realidades espirituais. A Simão, o mago, que queria comprar o poder espiritual que via em ação nos Apóstolos, Pedro responde: "Pereça o teu dinheiro, e tu com ele, porque julgaste poder comprar com dinheiro o dom de Deus" (At 8,20). Desta maneira, Pedro obedecia à Palavra de Jesus: "De graça recebestes, dai de graça" (Mt 10,8). É impossível apropriar-se dos bens espirituais e comportar-se em relação a eles como um possuidor ou um dono, pois a fonte deles é Deus. Só se pode recebê-los gratuitamente dele.

2122 "Além das ofertas estabelecidas pela autoridade competente, o ministro nada peça pela administração dos sacramentos, tomando cuidado sempre que os necessitados não sejam privados da ajuda dos sacramentos por causa de sua pobreza." A autoridade competente fixa estas "ofertas" em virtude do princípio de que o povo cristão deve cuidar do sustento dos ministros da Igreja. "O operário é digno de seu sustento" (Mt 10,10).

O ATEÍSMO

2123 "Muitos de nossos contemporâneos não percebem de modo algum esta união íntima e vital com Deus, ou explicitamente a rejeitam, a ponto de o ateísmo figurar entre os mais graves problemas de nosso tempo."

2124 O termo ateísmo abrange fenômenos muito diversos. Uma forma freqüente é o materialismo prático, de quem limita suas necessidades e suas ambições ao espaço e ao tempo. O humanismo ateu considera falsamente que o homem é "seu próprio fim e o único artífice e demiurgo de sua própria história". Outra forma de ateísmo contemporâneo espera a libertação do homem pela via econômica e social, sendo que "a religião, por sua própria natureza, impediria esta libertação, na medida em que, ao estimular a esperança do homem numa quimérica vida futura, o desviaria da construção da cidade terrestre".

2125 Na medida em que rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra a virtude da religião. A imputabilidade desta falta pode ser seriamente diminuída em virtude das intenções e das circunstâncias. Na gênese e difusão do ateísmo, "grande parcela de responsabilidade pode caber aos crentes, na medida em que, negligenciando a educação da fé, ou por uma exposição enganosa da doutrina, ou por deficiência em sua vida religiosa, moral e social, se poderia dizer deles que mais escondem do que manifestam o rosto autêntico de Deus e da religião"

2126 Muitas vezes o ateísmo se funda em uma concepção falsa da autonomia humana, que chega a recusar toda dependência em relação a Deus. Contudo, "o reconhecimento de

Deus não se opõe de modo algum à dignidade do homem, já que esta dignidade se fundamenta e se aperfeiçoa no próprio Deus". "A Igreja sabe perfeitamente que sua mensagem se coaduna com as aspirações mais íntimas do coração humano."

O AGNOSTICISMO

2127 O agnosticismo se reveste de muitas formas. Em certos casos, o agnóstico se recusa a negar a Deus; ao contrário, postula a existência de um ser transcendente, que não poderia revelar-se e sobre o qual ninguém seria capaz de dizer nada! Em outros casos, o agnóstico não se pronuncia sobre a existência de Deus, declarando que é impossível prová-la e até afirmá-la ou negá-la.

2128 O agnosticismo pode, às vezes, conter certa busca de Deus, mas pode igualmente representar um indiferentismo, uma fuga da pergunta última sobre a existência e uma preguiça da consciência moral. Com muita freqüência o agnosticismo equivale a um ateísmo prático.

IV. "Não Farás Para Ti Imagem Esculpida De Nada..."

2129 O mandamento divino incluía a proibição de toda representação de Deus por mão do homem. O Deuteronômio explica: "Uma vez que nenhuma forma vistes no dia em que Senhor vos falou no Horeb, do meio do fogo, não vos pervertais, fazendo para vós uma imagem esculpida em forma de ídolo..." (Dt 4,15-16). Eis aí o Deus absolutamente transcendente que se revelou a Israel. "Ele é tudo", mas, ao mesmo tempo, ele está "acima de todas as suas obras" (Eclo 43,27-28). Ele é "a própria fonte de toda beleza criada" (Sb 1 3,3).

2130 No entanto, desde o Antigo Testamento, Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens que conduziriam simbolicamente à salvação por meio do Verbo encarnado, como são **Serpente de Bronze**, **a Arca da Aliança** e os **Querubins**.

2131 Foi fundamentando-se no mistério do Verbo encarnado que (sétimo Concílio ecumênico, em Nicéia (em 787), justificou, contra os iconoclastas, o culto dos ícones: os de Cristo, mas também os da Mãe de Deus, dos anjos e de todos os santos. Ao se encarnar, o Filho de Deus inaugurou uma nova "economia" das imagens.

2132 O culto cristão das imagens não é contrário ao primeiro mandamento, que proíbe os ídolos. De fato, "a honra prestada a uma imagem se dirige ao modelo Original, e "quem venera uma imagem venera a pessoa que nela está pintada. A honra prestada às santas imagens é uma "veneração respeitosa", e não uma adoração, que só compete a Deus:

O culto da religião não se dirige às imagens em si como realidades, mas as considera em seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. Ora, o movimento que se dirige à imagem enquanto tal não termina nela, mas tende para a realidade da qual é imagem.

RESUMINDO

2133 "Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças" (Dt 6,5).

2134 O primeiro mandamento convida o homem a crer em Deus, a esperar nele e a amá-lo acima de tudo.

2135 "Adorarás o Senhor teu Deus" (Mt 4,10). Adorar a Deus, orar a Ele, oferecer-lhe o culto que lhe é devido, cumprir as promessas e os votos que foram feitos a Ele são os atos da virtude de religião que nascem da obediência ao primeiro mandamento.

2136 O dever de prestar um culto autêntico a Deus incumbe ao homem, tanto individualmente como em sociedade.

2137 O homem deve "poder professar livremente a religião, tanto em particular como em público. "

2138 A superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus. Ela se mostra particularmente na idolatria, assim como nas diferentes formas de adivinhação e de magia.

2139 A ação de tentar a Deus, em palavras ou em atos, o sacrilégio, a simonia são pecados de irreligião proibidos pelo primeiro mandamento.

2140 Enquanto rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra o primeiro mandamento.

2141 O culto às imagens sagradas está fundamentado no mistério da encarnação do Verbo de Deus. Não contraria o primeiro mandamento.

TERCEIRA PARTE - A VIDA EM CRISTO

ARTIGO 2

O SEGUNDO MANDAMENTO

Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão (Ex 20,7).

Foi dito aos antigos: "Não perjurarás"... Eu, porém, vos digo não jureis em hipótese alguma (Mt 5,33-34).

I. O nome do Senhor é santo

2142 "Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão' (Ex 20,7). O segundo mandamento pertence, como o primeiro ao âmbito da virtude da religião e regula mais particularmente o uso que fazemos da palavra nas coisas santas.

2143 Entre todas as palavras da revelação há uma, singular, que é a revelação do nome de Deus. Deus confia seu nome àqueles que crêem nele; revela-se-lhes em seu mistério pessoal. O dom do nome pertence à ordem da confiança e da intimidade. "O nome do Senhor é santo." Eis por que o homem não pode abusar dele. Deve guardá-lo na memória num silêncio de adoração amorosa. Não fará uso dele a não ser para bendizê-lo, louvá-lo e glorificá-lo.

2144 A deferência para com o nome de Deus exprime o respeito que é devido ao mistério do próprio Deus e a toda a realidade sagrada que ele evoca. O sentido do sagrado faz parte do âmbito da religião:

Os sentimentos de temor e do sagrado são ou não sentimentos cristãos? Ninguém pode em sã razão duvidar disso. São sentimentos que teríamos, em grau intenso, se tivéssemos a visão do Deus soberano. São sentimentos que teríamos se nos apercebêssemos claramente de sua presença. Na medida em que cremos que Ele está presente, devemos tê-los. Não tê-los é não perceber, não crer que Ele está presente.

2145 O fiel deve testemunhar o nome do Senhor, confessando sua fé sem ceder ao medo. O ato da pregação e o ato da catequese devem estar penetrados de adoração e de respeito pelo nome de Nosso Senhor, Jesus Cristo.

2146 O segundo mandamento proíbe o abuso do nome de Deus, isto é, todo uso inconveniente do nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e de todos os santos.

2147 As promessas feitas a outrem em nome de Deus empenham a honra, a fidelidade, a veracidade e a autoridade divinas. Devem, pois, em justiça, ser respeitadas. Ser-lhes infiel é abusar do nome de Deus e, de certo modo, fazer de Deus um mentiroso.

2148 A blasfêmia opõe-se diretamente ao segundo mandamento. Ela consiste em proferir contra Deus interior ou exteriormente - palavras de ódio, de ofensa, de desafio, em falar mal de Deus, faltar-lhe deliberadamente com o respeito ao abusar do nome de Deus. São Tiago reprova "os que blasfemam contra o nome sublime (de Jesus) que foi invocado sobre eles" (Tg 2,7). A proibição da blasfêmia se estende às palavras contra a Igreja de Cristo, os santos, as coisas sagradas. É também blasfemo recorrer ao nome de Deus para encobrir práticas criminosas, reduzir povos à servidão, torturar ou matar. O abuso do nome de Deus para cometer um crime provoca a rejeição da religião.

A blasfêmia é contrária ao respeito devido a Deus e a seu santo nome. E em si um pecado grave.

2149 As pragas, que fazem intervir o nome de Deus, sem intenção de blasfêmia, são uma falta de respeito para com o Senhor.

O segundo mandamento proíbe também o uso mágico do nome divino.

O nome de Deus é grande lá onde for pronunciado com o respeito devido à sua grandeza e à sua majestade. O nome de Deus é santo lá onde for proferido com veneração e com temor de ofendê-lo.

II. O NOME DO SENHOR PRONUNCIADO EM VÃO

2150 O segundo mandamento proíbe o juramento falso. Fazer juramento ou jurar é invocar a Deus como testemunha do que se afirma. E invocar a veracidade divina como garantia de nossa própria veracidade. O juramento empenha o nome do Senhor. "E ao Senhor teu Deus que temerás, a Ele servirás e pelo seu nome jurarás" (Dt 6,13).

2151 Abster-se de jurar falsamente é um dever para com Deus. Como Criador e Senhor, Deus é a regra de toda verdade. A palavra humana está de acordo com Deus ou em oposição a Ele, que é a própria verdade. Quando é verídico e legítimo, o juramento põe à luz a relação da palavra humana com a verdade de Deus. O juramento falso invoca Deus para ser testemunha de uma mentira.

2152 E perjuro aquele que, sob juramento, faz uma promessa que não tem intenção de manter ou que, depois de ter prometido algo sob juramento, não o cumpre. O perjúrio constitui uma grave falta de respeito para com o Senhor de toda palavra. Comprometer-se por juramento a praticar uma obra má contrário à santidade do nome divino.

2153 Jesus expôs o segundo mandamento no Sermão da Montanha: "Ouvistes o que foi dito aos antigos: 'Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor'. Eu, porém, vos digo: não jureis em hipótese nenhuma... Seja o vosso 'sim', sim, e o vosso 'não', não. O que passa disso vem do Maligno" (Mt 5,33-34.37). Jesus ensina que todo juramento implica uma referência a Deus e que a presença de Deus e de sua verdade deve ser honrada em toda palavra. A discricção em recorrer a Deus na linguagem caminha de mãos dadas com a atenção respeitosa à sua presença, testemunhada ou desprezada, em cada uma de nossas afirmações.

2154 Seguindo S. Paulo, a Tradição da Igreja entendeu que as palavras de Jesus não se opõem ao juramento quando é feito por uma causa grave e justa (por exemplo, perante um tribunal). "O juramento, isto é, a invocação do nome de Deus com testemunha da verdade, não se pode fazer, a não ser na verdade, no discernimento e na justiça."

2155 A santidade do nome divino exige que não se recorra a ele para coisas fúteis e não se preste juramento em circunstâncias suscetíveis de interpretá-lo como uma aprovação do po-der que o exigisse injustamente. Quando o juramento é exigido por autoridades civis ilegítimas, pode-se recusá-lo. Deve ser recusado quando é pedido para fins contrários à dignidade das pessoas ou à comunhão da Igreja.

III. O NOME CRISTÃO

2156 O sacramento do Batismo é conferido "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19). No Batismo, o nome do Senhor santifica o homem, e o cristão recebe seu próprio nome na Igreja. Este pode ser o de um santo, isto é, de um discípulo que viveu uma vida de fidelidade exemplar a seu Senhor. O "nome de Batismo" pode também exprimir um mistério cristão ou uma virtude cristã. "Cuidem os pais, os padrinhos e o pároco para que não se imponham nomes alheios ao senso cristão."

2157 O cristão começa seu dia, suas orações e suas ações com o sinal-da-cruz, "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém". O batizado dedica a jornada à glória de Deus e invoca a graça do Salvador, que lhe possibilita agir no Espírito como filho do Pai. O sinal-da-cruz nos fortifica nas tentações e nas dificuldades.

2158 Deus chama a cada um por seu nome. O nome de todo homem é sagrado. O nome é o ícone da pessoa. Exige respeito, em sinal da dignidade de quem o leva.

2159 O nome recebido é um nome eterno. No Reino, o caráter misterioso e único de cada pessoa marcada com o nome de Deus resplandecerá em plena luz. "Ao vencedor... darei uma pedrinha branca na qual está escrito um nome novo, que ninguém conhece, exceto aquele que o recebe" (Ap 2,17). "Tive esta visão: eis que o Cordeiro estava de pé sobre o Monte Sião com os cento e quarenta e quatro mil que traziam escrito sobre a fronte o nome dele e o nome de seu Pai" (Ap 14,1).

RESUMINDO

2160 "Senhor, nosso Deus, quão poderoso é teu nome em toda terra" (Sl 8,11).

2161 O segundo mandamento prescreve respeitar o nome do Senhor. O nome do Senhor é santo.

2162 O segundo mandamento proíbe todo uso inconveniente do nome de Deus. A blasfêmia consiste em usar o nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos de maneira injuriosa.

2163 O juramento falso invoca Deus como testemunha de uma mentira. O perjúrio é uma falta grave contra o Senhor, sempre fiel a suas promessas.

2164 "Não jurar nem pelo Criador, nem pela criatura, se não for com verdade, necessidade e reverência."

2165 No Batismo, o cristão recebe seu nome na Igreja. Os pais, os padrinhos e o pároco cuidarão para que lhe seja dado um nome cristão. O patrocínio de um santo oferece um modelo de caridade e um intercessor seguro.

2166 O cristão começa suas orações e suas ações pelo sinal-da-cruz, "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém"

2167 Deus chama cada um por seu nome.

ARTIGO 3

O TERCEIRO MANDAMENTO

Lembra-te do dia do sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias e farás todas as tuas obras. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor, teu Deus. Não farás nenhum trabalho (Ex 20,8-10). O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado, de modo que o Filho do Homem é senhor até do sábado (Mc 2,27-28).

L O Dia do Sábado

2168 O terceiro mandamento do Decálogo lembra a santidade do sábado: "O sétimo dia é sábado; repouso absoluto em honra do Senhor" (Ex 31,15).

2169 A propósito dele, a Escritura faz memória da criação: "Porque em seis dias o Senhor fez o céu e a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia. Por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou" (Ex 20,11).

2170 No dia do Senhor, a Escritura revela ainda um memorial da libertação de Israel da escravidão do Egito: "Recorda que foste escravo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te fez sair de lá com a mão forte e o braço estendido. E por isso que o Senhor teu Deus te ordenou guardar o dia de sábado" (Dt 5,15).

2171 Deus confiou o sábado a Israel, para que ele pudesse guardá-lo em sinal da aliança inquebrantável[a30] . O sábado é, para o Senhor, santamente reservado ao louvor de Deus, de sua obra de criação e de suas ações salvíficas em favor de Israel.

2172 O agir de Deus é o modelo do agir humano. Se Deus "retomou o fôlego" no sétimo dia (Ex 31,17), também o homem deve "folgar" e deixar que os outros, sobretudo os pobres, "retomem fôlego". O sábado faz cessar os trabalhos cotidianos e concede uma pausa. É um dia de protesto contra as escravidões do trabalho e o culto do dinheiro.

2173 O Evangelho relata numerosos incidentes em que Jesus é acusado de violar a lei do sábado. Mas Jesus nunca profana a santidade desse dia[a35] . Dá-nos com autoridade sua autêntica interpretação: "O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado" (Mc 2,27). Movido por compaixão, Cristo se permite, no "dia de sábado, fazer o bem de preferência ao mal, salvar uma vida de preferência a matar. O sábado é o dia do Senhor das misericórdias e da honra de Deus. "O Filho do Homem é senhor até do sábado" (Mc 2,28).

II. O Dia do Senhor

Este é o dia que o Senhor fez, exultemos e alegremo-nos nele (Sl 117,24).

O DIA DA RESSURREIÇÃO: A NOVA CRIAÇÃO

2174 Jesus ressuscitou dentre os mortos "no primeiro dia da semana" (Mc 16,2[a39]). Enquanto "primeiro dia", o dia da Ressurreição de Cristo lembra a primeira criação. Enquanto "oitavo dia", que segue ao sábado, significa a nova criação inaugurada com a Ressurreição de Cristo. Para os cristãos, ele se tomou o primeiro de todos os dias, a primeira de todas as festas, o dia do Senhor ("Hé kyriaké hemera", "dies dominica"), o "domingo":

Reunimo-nos todos no dia do sol, porque é o primeiro dia (após sábado dos judeus, mas também o primeiro dia) em que Deus extraíndo a matéria das trevas, criou o mundo e, nesse mesmo dia Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dentre os mortos] .

O DOMINGO - PLENITUDE DO SÁBADO

2175 O domingo se distingue expressamente do sábado, ao qual sucede cronologicamente, a cada semana, e cuja prescrição espiritual substitui, para os cristãos. Leva à plenitude, na Páscoa de Cristo, a verdade espiritual do sábado judeu e anuncia o repouso eterno do homem em Deus. Pois o culto da lei preparava o mistério de Cristo e o que nele se praticava prefigurava, de alguma forma, algum aspecto de Cristo:

Aqueles que viviam segundo a ordem antiga das coisas volta-ram-se para a nova esperança não mais observando o sábado, mas sim o dia do Senhor, no qual a nossa vida é abençoada por Ele e por sua morte.

2176 A celebração do domingo observa a prescrição moral naturalmente inscrita no coração do homem de "prestar a Deus um culto exterior, visível, público e regular sob o signo de

seu benefício universal para com os homens". O culto dominical cumpre o preceito moral da Antiga Aliança, cujo ritmo e espírito retoma ao celebrar cada semana o Criador e o Redentor de seu povo.

A EUCARISTIA DOMINICAL

2177 A celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor está no coração da vida da Igreja. "O domingo, dia em que por tradição apostólica se celebra o Mistério Pascal, deve ser guardado em toda a Igreja como dia de festa de preceito por excelência."

"Devem ser guardados igualmente o dia do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Epifania, da Ascensão e do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo, de Santa Maria, Mãe de Deus, de sua Imaculada Conceição e Assunção, de São José, dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo e, por fim, de Todos os Santos.

2178 Esta prática da assembléia cristã data dos inícios da era apostólica[a50] . A Epístola aos Hebreus lembra: "Não deixemos as nossas assembléias, como alguns costumam fazer. Procure-mos animar-nos sempre mais" (Hb 10,25).

A Tradição guarda a lembrança de uma exortação sempre atual: "Vir cedo à Igreja, aproximar-se do Senhor e confessar seus pecados, arrepender-se na oração...Participar da santa e divina liturgia terminar a oração e não sair antes da despedida... Dissemos muitas vezes: este dia vos é dado para a oração e o repouso. E o dia que o Senhor fez. Exultemos e alegremo-nos nele[a51] "

2179 "Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída de maneira estável na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco, como a seu pastor próprio, sob autoridade do bispo diocesano." E o lugar onde todos os fiéis podem ser congregados pela celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo cristão na expressão ordinária da vida litúrgica, reúne-o nesta celebração, ensina a doutrina salvífica de Cristo, pratica a caridade do Senhor nas obras boas e fraternas.

Não podes rezar em casa como na Igreja, onde se encontra o povo reunido, onde o grito é lançado a Deus de um só coração. Há ali algo mais, a união dos espíritos, a harmonia das almas o vínculo da caridade, as orações dos presbíteros.

A OBRIGAÇÃO DO DOMINGO

2180 O mandamento da Igreja determina e especifica a lei do Senhor: "Aos domingos e nos outros dias de festa de preceito, os fiéis têm a obrigação de participar da missa". "Satisfaz ao preceito de participar da missa quem assiste à missa celebrada segundo o rito católico no próprio dia de festa ou à tarde do dia anterior.

2181 A Eucaristia do domingo fundamenta e sanciona toda a prática cristã. Por isso os fiéis são obrigados a participar da Eucaristia nos dias de preceito, a não ser por motivos muito sérios (por exemplo, uma doença, cuidado com bebês) ou se forem dispensados pelo próprio pastor[a59] . Aqueles que deliberadamente faltam a esta obrigação cometem pecado grave.

2182 A participação na celebração comunitária da Eucaristia dominical é um testemunho de pertença e de fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Assim, os fiéis atestam sua comunhão na fé e na caridade. Dão simultaneamente testemunho da santidade de Deus e de sua esperança na salvação, reconfortando-se mutua-mente sob a moção do Espírito Santo.

2183 "Por falta de ministro sagrado ou por outra causa grave, se a participação na celebração eucarística se tornar impossível, recomenda-se vivamente que os fiéis participem da liturgia da Palavra, se houver, na igreja paroquial ou em outro lugar sagrado, celebrada segundo as prescrições do Bispo diocesano, ou então se dediquem à oração durante um tempo conveniente, a sós ou em família, ou em grupos de famílias, de acordo com a oportunidade."

DIA DE GRACA E DE INTERRUÇÃO DO TRABALHO

2184 Como Deus "descansou no sétimo dia, depois de toda a obra que fizera" (Gn 2,2), a vida humana é ritmada pelo trabalho e pelo repouso. A instituição do dia do Senhor contribui para que todos desfrutem do tempo de repouso e de lazer suficiente que lhes permita cultivar sua vida familiar, cultural, social e religiosa.

2185 Durante o domingo e os outros dias de festa de preceito, os fiéis se absterão de se entregar aos trabalhos ou atividades que impedem o culto devido a Deus, a alegria própria ao dia do Senhor, a prática das obras de misericórdia e o descanso conveniente do espírito e do corpo[a65] . As necessidades familiares ou uma grande utilidade social são motivos legítimos para dispensa do preceito do repouso dominical. Os fiéis cuidarão para que dispensas legítimas não acabem introduzindo hábitos prejudiciais à religião, à vida familiar e à saúde.

O amor da verdade busca o santo ócio, a necessidade do amor acolhe o trabalho justo.

2186 Os cristãos que dispõem de lazer devem lembrar-se de seus irmãos que têm as mesmas necessidades e os mesmos direitos mas não podem repousar por causa da pobreza e da miséria. O domingo é tradicionalmente consagrado pela piedade cristã às boas obras e aos humildes serviços de que carecem os doentes, os enfermos, os idosos. Os cristãos santificarão ainda o domingo dispensando à sua família e aos parentes o tempo e a atenção que dificilmente podem dispensar nos outros dias da semana. O domingo é um tempo de reflexão, de silêncio, de cultura e de meditação, que favorecem o crescimento da vida interior cristã.

2187 Santificar os domingos e dias de festa exige um esforço comum. Cada cristão deve evitar impor sem necessidades a outrem o que o impediria de guardar o dia do Senhor. Quando os costumes (esporte, restaurantes etc.) e as necessidades sociais (serviços públicos etc.) exigem de alguns um trabalho dominical, cada um assumirá a responsabilidade de encontrar um tempo suficiente de lazer. Os fiéis cuidarão, com temperança e caridade, de evitar os excessos e violências causadas às vezes pelas diversões de massa. Apesar das limitações econômicas, os poderes públicos cuidarão de assegurar aos cidadãos um tempo destinado ao repouso e ao culto divino. Os patrões têm uma obrigação análoga com respeito a seus empregados.

2188 Dentro do respeito à liberdade religiosa e ao bem comum de todos, os cristãos precisam envidar esforços no sentido de que os domingos e dias de festa da Igreja sejam feriados legais. A todos têm de dar um exemplo público de oração, de respeito e de alegria e defender suas tradições como uma contribuição preciosa para a vida espiritual da sociedade humana. Se a legislação do país ou outras razões obrigarem a trabalhar no domingo, que, apesar disso este dia seja vivido como o dia de nossa libertação, que nos faz participar desta "reunião de festa", desta "assembléia dos primogênitos cujos nomes estão inscritos nos céus" (Hb 12,22-23).

RESUMINDO

2189 "Guardarás o dia de sábado para santificá-lo" (Dt 5,12). "No sétimo dia se fará repouso absoluto em honra do Senhor" (Ex 31,15).

2190 O sábado, que representava o término da primeira criação, é substituído pelo domingo, que lembra a criação nova, inaugurada com a Ressurreição de Cristo.

2191 A Igreja celebra o dia da Ressurreição de Cristo no oitavo dia, que é corretamente chamado dia do Senhor, ou domingo.

2192 "O domingo (...)deve ser guardado em toda a Igreja como o dia de festa de preceito por excelência." "No domingo e em outros dias de festa de preceito, os fiéis têm a obrigação de participar da missa."

2193 "No domingo e nos outros dias de festa de preceito, os fiéis se absterão das atividades e negócios que impeçam o culto a ser prestado a Deus, a alegria própria do dia do Senhor e o devido descanso da mente e do corpo."

2194 A instituição do domingo contribui para que "todos tenham tempo de repouso e de lazer suficiente para lhes permitir cultivar sua vida familiar, cultural, social e religiosa.

2195 Todo cristão deve evitar impor sem necessidade aos outros aquilo que os impediria de guardar o dia do Senhor.

CAPÍTULO II

"AMARÁS O PRÓXIMO COMO A TI MESMO"

Jesus disse a seus discípulos: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 13,34).

2196 Em resposta à pergunta feita acerca do primeiro dos mandamentos, Jesus diz: "O primeiro é: 'Ouve, ó Israel: o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, com todo o teu espírito, e com toda a tua força'. O segundo é este: 'Amarás O teu próximo como a ti mesmo'. Não existe outro mandamento maior do que estes" (Mc 12,29-31).

O apóstolo S. Paulo o recorda: "Quem ama o outro cumpriu a lei. De fato, os preceitos 'não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás' e todos os Outros se resumem nesta sentença: amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto a caridade é a plenitude da lei" (Rm 13,8-10).

ARTIGO 4

O QUARTO MANDAMENTO

Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias terra que o Senhor, teu Deus, te dá (Ex 20,12).

Era-lhes submisso (Lc 2,51).

O próprio Senhor Jesus recorda a força desse "mandamento de Deus" O Apóstolo ensina: "Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor, pois isso é justo. 'Honra teu pai e tua mãe' é primeiro mandamento com promessas: 'para seres feliz e teres uma longa vida sobre a terra'" (Ef 6,1-3).

2197 O quarto mandamento encabeça a segunda tábua. Indica ordem da caridade. Deus quis que, depois dele mesmo, honrássemos nossos pais, a quem devemos a vida e que nos transmitiram o conhecimento de Deus. Devemos honrar e respeitar todos aqueles que Deus, para o nosso bem, revestiu de sua autoridade.

2198 Esse preceito está expresso sob a forma positiva de deveres a cumprir. Anuncia os mandamentos que seguem e que se referem a um respeito particular pela vida, pelo casamento, pelos bens terrestres, pela palavra dada. Constitui um dos fundamentos da doutrina social da Igreja.

2199 O quarto mandamento dirige-se expressamente aos filhos em suas relações com seu pai e sua mãe, porque esta relação é a mais universal. Diz respeito também as relações de parentesco com Os membros do grupo familiar. Manda prestar honra, afeição e reconhecimento aos avós e aos antepassados. Estende-se, enfim, aos deveres dos alunos para com seu professor, dos empregados para com seus patrões, dos subordinados para com seus chefes, dos cidadãos para com sua pátria e para com os que a administram ou a governam.

Este mandamento implica e subentende os deveres dos pais, tutores, professores, chefes, magistrados, governantes, de todos os que exercem uma autoridade sobre outros ou sobre uma comunidade.

2200 A observância do quarto mandamento acarreta sua recompensa: "Honra teu pai e tua mãe para teres uma longa vida na terra, que o Senhor Deus te dá" (Ex 20,12). O respeito a

esse mandamento alcança, juntamente com os frutos espirituais, frutos temporais de paz e de prosperidade. Ao contrário, a não observância desse mandamento acarreta grandes danos para as comunidades e para as pessoas.

I. A FAMÍLIA NO PLANO DE DEUS

NATUREZA DA FAMÍLIA

2201 A comunidade conjugal está fundada no consentimento dos esposos. O casamento e a família estão ordenados para o bem dos esposos, a procriação e a educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos instituem entre os membros de uma mesma família relações pessoais e responsabilidades primordiais.

2202 Um homem e uma mulher unidos em casamento formam com seus filhos uma família. Esta disposição precede todo reconhecimento por parte da autoridade pública; impõe-se a ela (isto é, não depende da autoridade civil para se constituir) e deve ser considerada como a referência normal, em função da qual devem ser avaliadas as diversas formas de parentesco.

2203 Ao criar o homem e a mulher, Deus instituiu a família humana e dotou-a de sua constituição fundamental. Seus membros são pessoas iguais em dignidade. Para o bem comum de seus membros e da sociedade, a família implica uma diversidade de responsabilidades, de direitos e de deveres.

A FAMÍLIA CRISTÃ

2204 "Uma revelação e atuação específica da comunhão eclesial é constituída pela família cristã, que também, por isso, se pode e deve chamar igreja doméstica." E uma comunidade de fé, de esperança e de caridade; na Igreja ela tem uma importância singular, como se vê no Novo Testamento.

2205 A família cristã é uma comunhão de pessoas, vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai. Ela é chamada a partilhar da oração e do sacrifício de Cristo. A oração cotidiana e a leitura da Palavra de Deus fortificam nela a caridade. A família cristã é evangelizadora e missionária.

2206 As relações dentro da família acarretam uma afinidade de sentimentos, de afetos e de interesses, afinidade essa que provém sobretudo do respeito mútuo entre as pessoas. A família é uma comunidade privilegiada, chamada a realizar "uma carinhosa abertura recíproca de alma entre os cônjuges e também uma atenta cooperação dos pais na educação dos filhos[a16]".

II. A FAMÍLIA E A SOCIEDADE

2207 A família é a célula originária da vida social. E a sociedade natural na qual o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e a vida de relações dentro dela constituem os fundamentos da liberdade, da segurança e da fraternidade no conjunto social. A família é a comunidade na qual, desde a infância se podem assimilar os valores morais, tais como honrar a Deus e usar corretamente a liberdade. A vida em família é iniciação para a vida em sociedade.

2208 A família deve viver de maneira que seus membros aprendam a cuidar e a responsabilizar-se pelos jovens e pelos velhos pelos doentes ou deficientes e pelos pobres. São numerosas as famílias que, em certos momentos, não são capazes de proporcionar essa ajuda. Cabe então a outras pessoas, a outras famílias e, subsidiariamente, à sociedade prover às suas

necessidades: "A religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisto: visitar os órfãos e as viúvas em suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo" (Tg 1,27).

2209 A família deve ser ajudada e defendida pelas medidas sociais apropriadas. Quando as famílias não são capazes de desempenhar suas funções, outros organismos sociais têm o dever de ajudá-las e de apoiar a instituição familiar. De acordo com o princípio da subsidiariedade, as comunidades mais amplas cuidarão de não usurpar seus poderes ou de interferir na vida da família.

2210 A importância da família para a vida e o bem-estar da sociedade acarreta uma responsabilidade particular desta última no apoio e no fortalecimento do casamento e da família. Que o poder civil considere como dever grave "reconhecer e proteger a verdadeira natureza do casamento e da família, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade dos lares".

2211 A comunidade política tem o dever de honrar a família, de assisti-la, de lhe garantir sobretudo:

- ü O direito de se constituir, de ter filhos e de educá-los de
- ü acordo com suas próprias convicções morais e religiosas;
- ü a proteção da estabilidade do vínculo conjugal e da instituição familiar;
- ü a liberdade de professar a própria fé, de transmiti-la, de educar nela os filhos, com os meios e as Instituições necessárias;
- ü o direito à propriedade privada, à liberdade de empreendimento, ao trabalho, à moradia, à emigração;
- ü de acordo com as instituições dos países, o direito à assistência médica, à assistência aos idosos, aos abonos familiares;
- ü a proteção da segurança e da saúde, sobretudo em relação aos perigos, como drogas, pornografia, alcoolismo etc.;
- ü a liberdade de formar associações com outras famílias e, assim, serem representadas junto às autoridades civis.

2212 O quarto mandamento ilumina as outras relações na sociedade. Em nossos irmãos e irmãs vemos os filhos de nossos pais; em nossos primos, os descendentes de nossos avós; em nossos concidadãos, os filhos de nossa pátria; nos batizados, os filhos de nossa mãe, a Igreja; em toda pessoa humana, um filho ou filha daquele que quer ser chamado "nosso Pai". Assim, nossas relações com o nosso próximo são reconhecidas como de ordem pessoal. O próximo não é um "indivíduo" da coletividade humana; ele é "alguém" que, por suas origens conhecidas, merece atenção e respeito individuais.

2213 As comunidades humanas são compostas de pessoas. Seu bom governo não se limita à garantia dos direitos e ao cumprimento dos deveres, assim como à fidelidade aos contratos. Relações justas entre patrões e empregados, governantes e cidadãos supõem o mútuo e natural bem-querer que convém à dignidade das pessoas humanas preocupadas com a justiça e a fraternidade.

III. DEVERES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA

DEVERES DOS FILHOS

2214 A paternidade divina é a fonte da paternidade humana; é o fundamento da honra devida aos pais. O respeito dos filhos, menores ou adultos, pelo pai e pela mãe alimenta-se da afeição natural nascida do vínculo que os une e é exigido pelo preceito divino.

2215 O respeito pelos pais (piedade filial) é produto do reconhecimento para com aqueles que, pelo dom da vida, por seu amor e por seu trabalho puseram seus filhos no mundo e

permitiram que crescessem em estatura, em sabedoria e graça. "Honra teu pai de todo o coração e não esqueças as dores de tua mãe. Lembra-te que foste gerado por eles. O que lhes darás pelo que te deram?" (Eclo 7,27-28).

2216 O respeito filial se revela pela docilidade e pela obediência verdadeiras. "Meu filho, guarda os preceitos de teu pai, não rejeites a instrução de tua mãe... Quando caminhares, te guiarão; quando descansares, te guardarão; quando despertares, te falarão" (Pr 6,20-22). "Um filho sábio ama a correção do pai, e o zombador não escuta a reprimenda" (Pr 13,1).

2217 Enquanto o filho viver na casa de seus pais, deve obedecer a toda solicitação dos pais que vise ao seu bem ou ao da família. "Filhos, obedecerei em tudo a vossos pais, pois isso é agradável ao Senhor" (Cl 3,20). Os filhos têm ainda de obedecer às prescrições razoáveis de seus educadores e de todos aqueles aos quais os pais os confiaram. Mas, se o filho estiver convicto em consciência de que é moralmente mau obedecer a tal ordem, que não a siga.

Quando crescerem, os filhos continuarão a respeitar seus pais. Antecipar-se-ão aos desejos deles, solicitarão de bom grado seus conselhos e aceitarão suas justas admoestações. A obediência aos pais cessa com a emancipação dos filhos, mas o respeito, que sempre lhes é devido, não cessará de modo algum, pois (tal respeito) tem sua raiz no temor de Deus, um dos dons do Espírito Santo.

2218 O quarto mandamento lembra aos filhos adultos suas responsabilidades para com os pais. Enquanto puderem, devem dar-lhes ajuda material e moral nos anos da velhice e durante o tempo de doença, de solidão ou de angústia. Jesus lembra este dever de reconhecimento.

O Senhor glorificou o pai nos filhos e fortaleceu a autoridade da mãe sobre a prole. Aquele que respeita o pai obtém o perdão dos pecados; o que honra sua mãe é como quem junta um tesouro. Aquele que respeita o pai encontrará alegria nos filhos e no dia de sua oração será atendido. Aquele que honra o pai viverá muito, e o que obedece ao Senhor alegrará sua mãe (Eclo 3,2-6).

Filho, cuida de teu pai na velhice, não o desgostes em vida. Mesmo se seu entendimento faltar, sê indulgente com ele, não o menosprezes, tu que estás em pleno vigor... E como um blasfemador aquele que despreza seu pai, e um amaldiçoado pelo Senhor aquele que irrita sua mãe (Eclo 3,12.16).

2219 O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar e diz respeito também às relações entre irmãos e irmãs. O respeito aos pais ilumina todo o ambiente familiar. "Coroa dos anciãos são os netos" (Pr 17,6). "Suportai-vos uns aos outros na caridade, em toda humildade, doçura e paciência" (Ef 4,2).

2220 Os cristãos devem uma gratidão especial àqueles de quem receberam o dom da fé, a graça do Batismo e a vida na Igreja. Pode tratar-se dos pais, de outros membros da família, dos avós, dos pastores, dos catequistas, de outros professores ou amigos. "Evoco a lembrança da fé sem hipocrisia que há em ti, a mesma -que habitou primeiramente em tua avó Lóide e em tua mãe Eunice e que, estou convencido, reside também em ti" (2 Tm 1,5).

DEVERES DOS PAIS

2221 A fecundidade do amor conjugal não se reduz só à procriação dos filhos, mas deve se estender à sua educação moral e formação espiritual. "O papel dos pais na educação é tão importante que é quase impossível substituí-los." O direito e o dever de educação são primordiais e inalienáveis para os pais.

2222 Os pais devem considerar seus filhos como filhos de Deus e respeitá-los como pessoas humanas. Educar os filhos no cumprimento da Lei de Deus, mostrando-se eles mesmos obedientes à vontade do Pai dos Céus.

2223 Os pais são os primeiros responsáveis pela educação de seus filhos. Dão testemunho desta responsabilidade em primeiro lugar pela criação de um lar no qual a ternura, o perdão, o respeito, a fidelidade e o serviço desinteressado são a regra. O lar é um lugar apropriado para a educação das virtudes. Esta requer a aprendizagem da abnegação, de um reto juízo, do domínio de si, condições de toda liberdade verdadeira. Os pais ensinarão os filhos a subordinar "as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais." Dar bom exemplo aos filhos é uma grave responsabilidade para os pais. Sabendo reconhecer diante deles seus próprios defeitos, ser-lhes-á mais fácil guiá-los e corrigi-los:

"Aquele que ama o filho usará com freqüência o chicote; aquele que educa seu filho terá motivo de satisfação" (Eclo 30,1-2). "E vós, pais, não deis a vossos filhos motivo de revolta contra vós, mas criai-os na disciplina e correção do Senhor" (Ef 6,4).

2224 O lar constitui um ambiente natural para a iniciação do ser humano na solidariedade e nas responsabilidades comunitárias. Os pais ensinarão os filhos a se precaverem dos comprometimentos e das desordens que ameaçam as sociedades humanas.

2225 Pela graça do sacramento do matrimônio, os pais recebem a responsabilidade e o privilégio de evangelizar os filhos. Por isso os iniciarão desde tenra idade nos mistérios da fé, da qual são para os filhos os "primeiros arautos". Associá-los-ão desde a primeira infância à vida da Igreja. A experiência da vida em família pode alimentar as disposições afetivas que por toda a vida constituirão autênticos preâmbulos e apoios de uma fé viva.

2226 A educação para a fé por parte dos pais deve começar desde a mais tenra infância. Ocorre já quando os membros da família se ajudam a crescer na fé pelo testemunho de uma vida cristã de acordo com o Evangelho. A catequese familiar precede, acompanha e enriquece as outras formas de ensinamento da fé. Os pais têm a missão de ensinar os filhos a orar e a descobrir sua vocação de filhos de Deus. A paróquia é a comunidade eucarística e o centro da vida litúrgica das famílias cristãs; ela é um lugar privilegiado da catequese dos filhos e dos pais.

2227 Os filhos, por sua vez, contribuem para o crescimento de seus pais em santidade[a44]. Todos e cada um se darão generosamente e sem se cansar o perdão mútuo exigido pelas ofensas, pelas rixas, pelas injustiças e pelos abandonos. Sugere-o a mútua afeição. Exige-o a caridade de Cristo.

2228 Durante a infância, O respeito e a afeição dos pais se traduzem inicialmente pelo cuidado e pela atenção que dedicam em educar seus filhos, em prover suas necessidades físicas e espirituais. Na fase de crescimento, o mesmo respeito e a mesma dedicação levam os pais a educá-los no reto uso da razão e da liberdade.

2229 Como primeiros responsáveis pela educação dos filhos, os pais têm o direito de escolher para eles uma escola que corresponda as suas próprias convicções. Este direito é fundamental. Os pais têm, enquanto possível, o dever de escolher as escolas que melhor possam ajudá-los em sua tarefa de educadores cristãos. Os poderes públicos têm o dever de garantir esse direito dos pais e de assegurar as condições reais de seu exercício.

2230 Quando se tornam adultos, os filhos têm o dever e o direito de escolher sua profissão e seu estado de vida. Assumirão essas novas responsabilidades na relação confiante com os pais, cujas opiniões e conselhos pedirão e receberão de boa vontade. Os pais cuidarão de não constranger seus filhos nem na escolha de uma profissão nem na de um consorte. Este dever de discricção não os impede, muito ao contrário, de ajudá-los com conselhos prudentes, particularmente quando estes têm em vista constituir uma família.

2231 Alguns não se casam, para cuidar dos pais ou dos irmãos e irmãs, para se dedicar mais exclusivamente a uma profissão ou por outros motivos louváveis. Podem contribuir muito para o bem da família humana.

IV. A FAMÍLIA E O REINO

2232 Embora os vínculos familiares sejam importantes, não são absolutos. Da mesma forma que a criança cresce para sua maturidade e autonomia humanas e espirituais, assim também sua vocação singular, que vem de Deus, se consolida com mais clareza e força. Os pais respeitarão este chamamento e favorecerão a resposta dos filhos em segui-lo. É preciso convencer-se de que a primeira vocação do cristão é a de seguir Jesus. "Aquele que ama pai ou mãe mais do que a mim não é digno de mim. E aquele que ama filho ou filha mais do que a mim não é digno de mim" (Mt 10,37).

2233 Tornar-se discípulo de Jesus é aceitar o convite de pertencer à família de Deus, de viver conforme a sua maneira de viver: "Aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos Céus, esse é meu irmão, irmã e mãe" (Mt 12,50).

Os pais aceitarão e respeitarão com alegria e ação de graças o chamamento do Senhor a um de seus filhos de segui-lo na virgindade pelo Reino, na vida consagrada ou no ministério sacerdotal.

V. AS AUTORIDADES NA SOCIEDADE CIVIL

2234 O quarto mandamento ordena também que honremos todos aqueles que, para nosso bem, receberam de Deus uma autoridade na sociedade. Este mandamento ilumina os deveres daqueles que exercem a autoridade, bem como os daqueles que por esta são beneficiados.

DEVERES DAS AUTORIDADES CIVIS

2235 Aqueles que são investidos de autoridade devem exercê-la como um serviço. "Aquele que quiser tornar-se grande entre vós, seja aquele que serve" (Mt 20,26). O exercício de uma autoridade é moralmente limitado por sua origem divina, por sua natureza racional e por seu objeto específico. Ninguém pode mandar ou instituir o que é contrário à dignidade das pessoas e à lei natural.

2236 O exercício da autoridade visa tornar manifesta uma justa hierarquia de valores, a fim de facilitar o exercício da liberdade e da responsabilidade de todos. Que os superiores exerçam a justiça distributiva com sabedoria, levando em conta as necessidades e a contribuição de cada um e tendo em vista a concórdia e a paz. Zelem para que as regras e disposições que tomarem não induzam em tentação, opondo o interesse pessoal ao da comunidade.

2237 Os poderes políticos devem respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana. Exercerão humanamente a justiça no respeito pelo direito de cada um, principalmente das famílias e dos deserdados.

Os direitos políticos ligados à cidadania podem e devem ser concedidos segundo as exigências do bem comum. Não podem ser suspensos pelos poderes públicos sem motivo legítimo e proporcionado. O exercício dos direitos políticos destinado ao bem comum da nação e da comunidade humana.

DEVERES DOS CIDADÃOS

2238 Aqueles que estão sujeitos à autoridade considerarão seus superiores como representantes de Deus, que os instituiu ministros de seus dons: "Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor... Comportai-vos como homens livres não usando a liberdade como cobertura para o mal, mas como servos de Deus" (1 Pd 2,13.16). A leal colaboração dos cidadãos inclui o direito, e às vezes o dever, de apresentar suas justas reclamações contra o que lhes parece prejudicial à dignidade das pessoas e ao bem da comunidade.

2239 É dever dos cidadãos colaborar com os poderes civis para o bem da sociedade, num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade. O amor e o serviço à pátria derivam do dever de gratidão e da ordem de caridade. A submissão às autoridades legítimas e o serviço do bem comum exigem que os cidadãos cumpram seu papel na vida da comunidade política.

2240 A submissão à autoridade e a co-responsabilidade pelo bem comum exigem moralmente o pagamento de impostos, o exercício do direito de voto, a defesa do país:

Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto a quem é devido; a taxa a quem é devida; a reverência a quem é devida; a honra a quem é devida (Rm 13,7).

Os cristãos residem em sua própria pátria, mas como residentes estrangeiros. Cumprem todos os seus deveres de cidadãos e suportam todas as suas obrigações, mas de tudo desprendidos, como estrangeiros... Obedecem às leis estabelecidas, e sua maneira de viver vai muito além das leis... Tão nobre é o posto que lhes foi por Deus outorgado, que não lhes é permitido desertar.

O Apóstolo nos exorta a fazer orações e ações de graça pelos reis e por todos os que exercem autoridade, "a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda piedade e dignidade" (1 Tm 2,2).

2241 As nações mais favorecidas devem acolher, na medida do possível, o estrangeiro em busca da segurança e dos recursos vitais que não pode encontrar em seu país de origem. Os poderes públicos zelarão pelo respeito do direito natural que põe o hóspede sob a proteção daqueles que o recebem.

Em vista do bem comum de que estão encarregadas, as autoridades políticas podem subordinar o exercício do direito de imigração a diversas condições jurídicas, principalmente com respeito aos deveres dos migrantes para com o país de adoção. O migrante é obrigado a respeitar com gratidão o patrimônio material e espiritual do país que o acolhe, a obedecer às suas leis e a dar sua contribuição financeira.

2242 O cidadão é obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis quando estes preceitos são contrários às exigências da ordem moral, aos direitos fundamentais das pessoas ou aos ensinamentos do Evangelho. A recusa de obediência às autoridades ci-vis, quando suas exigências são contrárias às da reta consciência, funda-se na distinção entre o serviço a Deus e o serviço à comunidade política, "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22,21). 'E preciso obedecer antes a Deus que aos homens' (At 5,29):

Se a autoridade pública, exorbitando de sua competência, oprimir os cidadãos, estes não recusem o que é objetivamente exigido pelo bem comum; contudo, é lícito defenderem os seus direitos e os de seus concidadãos contra os abusos do poder, guardados os limites traçados pela lei natural e pela lei evangélica.

2243 A resistência à opressão do poder político não recorrerá legitimamente às armas, salvo se ocorrerem conjuntamente as seguintes condições:

- 1) em caso de violações certas, graves prolongadas dos direitos fundamentais;
- 2) depois de ter esgotado todos os outros recursos;
- 3) sem provocar desordens piores;
- 4) que haja uma esperança fundada de êxito;
- 5) se for impossível prever razoavelmente soluções melhores.

A COMUNIDADE POLÍTICA E A IGREJA

2244 Toda instituição se inspira, ainda que implicitamente, numa visão do homem e de seu destino, da qual deduz os critérios de seus juízos, sua hierarquia de valores, sua linha de conduta. A maior parte das sociedades tem referido suas instituições a um certa preeminência do homem sobre as coisas. Só a religião divinamente revelada reconheceu claramente em Deus, Criador e Redentor, a origem e o destino do homem. A Igreja convida os poderes políticos a referir seu julgamento e suas decisões a esta inspiração da verdade sobre Deus e sobre o homem:

As sociedades que ignoram esta inspiração ou a recusam em nome de sua independência em relação a Deus são levadas a procurar em si mesmas ou a tomar de uma ideologia os seus referenciais e os seus objetivos e, não admitindo que se defenda um critério objetivo do bem e do mal, arrogam a si, sobre o homem e sobre seu destino, um poder totalitário, declarado ou dissimulado, como mostra a história.

2245 A Igreja, que em razão de seu múnus e de sua competência, não se confunde de modo algum com a comunidade política, é ao mesmo tempo sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana. "A Igreja respeita e promove a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos."

2246 Faz parte da missão da Igreja "emitir juízo moral também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas, empregando todos os recursos - e somente estes - que estão de acordo com o Evangelho e com o bem de todos, conforme a diversidade dos tempos e das situações.

RESUMINDO

2247 "Honra teu pai e tua mãe" (Dt 5,16; Mc 7,8).

2248 De acordo com o quarto mandamento, Deus quis que, depois dele, honrássemos nossos pais e os que Ele, para nosso bem, investiu de autoridade.

2249 A comunidade conjugal está fundada na aliança e no consentimento dos esposos. O casamento e a família estão ordenados para o bem dos cônjuges, a procriação e a educação dos filhos.

2250 "A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar."

2251 Os filhos devem a seus pais respeito, gratidão, justa obediência e ajuda. O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar.

2252 Os pais são os primeiros responsáveis pela educação de seus filhos na fé, na oração e em todas as virtudes. Têm o dever de prover, na medida do possível, às necessidades físicas e espirituais de seus filhos.

2253 Os pais devem respeitar e favorecer a vocação de seus filhos. Lembrem e ensinem que a primeira vocação do cristão consiste em seguir a Jesus.

2254 A autoridade pública deve respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana e as condições de exercício de sua liberdade.

2255 É dever dos cidadãos trabalhar com os poderes civis para a edificação da sociedade num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade.

2256 O cidadão está obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis, quando contrárias às exigências da ordem moral. "É preciso obedecer antes a Deus que aos homens" (At 5,29).

2257 Toda sociedade baseia seus juízos e sua conduta numa visão do homem e de seu destino. Sem as luzes do Evangelho a respeito de Deus e do homem, as sociedades facilmente se tornam totalitárias.

ARTIGO 5

O QUINTO MANDAMENTO

NÃO MATARÁS (EX 20.13).

Ouvistes o que foi dito aos antigos: "Não matarás. Aquele que matar terá de responder ao tribunal". Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal (Mt 5,21-22).

2258 "A vida humana é sagrada porque desde sua origem ela encerra a ação criadora de Deus e permanece para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é o dono da vida, do começo ao fim; ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si o direito de destruir diretamente um ser humano inocente."

I. O RESPEITO À VIDA HUMANA

O TESTEMUNHO DA HISTÓRIA SAGRADA

2259 A Escritura, no relato do assassinato de Abel por seu irmão Caim, revela, desde o começo da história humana, a presença da cólera e da cobiça no homem, conseqüências do pecado original. O homem se tornou inimigo de seu semelhante. Deus expressa a atrocidade deste fratricídio: "Que fizeste? Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar por mim. Agora, és maldito e expulso do solo fértil que abriu a boca para receber de tua mão o sangue de teu irmão" (Gn 4,10-11).

2260 A aliança entre Deus e a humanidade está cheia de lembranças do dom divino da vida humana e da violência assassina do homem:

Pedirei contas do sangue de cada um de vós...Quem derramar o sangue do homem, pelo homem terá seu sangue derramado. Pois à imagem de Deus o homem foi feito (Gn 9,5-6).

O Antigo Testamento sempre considerou o sangue como um sinal sagrado da vida[a5] . A necessidade deste ensinamento é para todos os tempos.

2261 A Escritura determina com precisão a proibição do quinto mandamento: "Não matarás o inocente nem o justo" (Ex 23,7). O assassinato voluntário de um inocente é gravemente contrário à dignidade do ser humano, à regra de ouro e à santidade do Criador. A lei que o proscree é universalmente válida, isto é, obriga a todos e a cada um, sempre e em toda parte.

2262 No Sermão da Montanha, o Senhor recorda o preceito: "Não matarás" (Mt 5,21), e acrescenta a proibição da cólera, do ódio e da vingança. Mais ainda, Cristo diz a seu discípulo que ofereça a outra face e ame seus inimigos. Ele mesmo não se defendeu e disse a Pedro que deixasse a espada na bainha.

A LEGÍTIMA DEFESA

2263 A legítima defesa das pessoas e das sociedades não é uma exceção à proibição de matar o inocente, que constitui o homicídio voluntário. "A ação de defender-se pode acarretar um duplo efeito: um é a conservação da própria vida, o outro é a morte do agressor.. Só se quer o primeiro; o outro, não."

2264 O amor a si mesmo permanece um princípio fundamental da moralidade. Portanto, é legítimo fazer respeitar seu próprio direito à vida. Quem defende sua vida não é culpável de homicídio, mesmo se for obrigado a matar o agressor:

Se alguém, para se defender, usar de violência mais do que o necessário, seu ato será ilícito. Mas, se a violência for repelida com medida, será lícito... E não é necessário para a salvação omitir este ato de comedida proteção para evitar matar o outro, porque, antes da de outrem, se está obrigado a cuidar da própria vida.

2265 A legítima defesa pode ser não somente um direito, mas um dever grave, para aquele que é responsável pela vida de outros. Preservar o bem comum da sociedade exige que o agressor seja impossibilitado de prejudicar a outrem. A este título os legítimos detentores da autoridade têm o direito de repelir pelas armas os agressores da comunidade civil pela qual são responsáveis.

2266 Corresponde a uma exigência de tutela do bem comum c esforço do Estado destinado a conter a difusão de comportamentos lesivos aos direitos humanos e às regras fundamentais de convivência civil. A legítima autoridade pública tem o direito e o dever de infligir penas proporcionais à gravidade do delito. A pena tem como primeiro objetivo reparar a desordem introduzida pela culpa, Quando essa pena é voluntariamente aceita pelo culpado tem valor de expiação. Assim, a pena, além de defender a ordem pública c de tutelar a segurança das pessoas, tem um objetivo medicinal: na medida do possível, deve contribuir à correção do culpado.

2267 O ensino tradicional da Igreja não exclui, depois de com provadas cabalmente a identidade e a responsabilidade de culpado, o recurso à pena de morte, se essa for a única via praticável para defender eficazmente a vida humana contra o agressor injusto.

Se os meios incruentos bastarem para defender as vidas humanas contra o agressor e para proteger a ordem pública e a segurança das pessoas, a autoridade se limitará a esses meios, porque correspondem melhor às condições concretas do bem comum e estão mais conformes à dignidade da pessoa humana.

O HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO

2268 O quinto mandamento proscreeve como gravemente pecaminoso o homicídio direto e voluntário. O assassino e os que cooperam voluntariamente com o assassinato cometem um pecado que clama ao céu por vingança. O infanticídio[a22] , o fratricídio, o parricídio e o assassinato do cônjuge são crimes particularmente graves, devido aos laços naturais que rompem. Preocupações de eugenismo ou de higiene pública não podem justificar nenhum assassinato, mesmo a mando dos poderes públicos.

2269 O quinto mandamento proíbe que se faça algo com a intenção de provocar indiretamente a morte de uma pessoa. A lei moral proíbe expor alguém a um risco mortal sem razão grave, bem como recusar ajuda a uma pessoa em perigo.

A aceitação pela sociedade humana de condições de miséria que levem à própria morte sem se esforçar por remediar a situação constitui uma injustiça escandalosa e uma falta grave. Todo aquele que em seus negócios se der a práticas usurárias e mercantis que provoquem a fome e a morte de seus irmãos (homens) comete indiretamente um homicídio, que lhe é imputável.

O homicídio involuntário não é moralmente imputável. Mas não está isento de falta grave quem, sem razões proporcionais, agiu de maneira a provocar a morte, ainda que sem a intenção de causá-la.

O ABORTO

2270 A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecidos os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida.

Antes mesmo de te formares no ventre materno, eu te conheci; antes que saíesses do seio, eu te consagrei (Jr 1,5). Meus ossos não te foram escondidos quando eu era feito, em segredo, tecido na terra mais profunda (Sl 139,15).

2271 Desde o século I, a Igreja afirmou a maldade moral de todo aborto provocado. Este ensinamento não mudou. Continua invariável. O aborto direto, quer dizer, querido como um fim ou como um meio, é gravemente contrário à lei moral:

NÃO MATARÁS O EMBRIÃO POR ABORTO E NÃO FARÁS PERECER O RECÉM-NASCIDO.

Deus, senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida, para ser exercido de maneira condigna ao homem. Por isso a vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção. O aborto e o infanticídio são crimes nefandos.

2272 A cooperação formal para um aborto constitui uma falta grave. A Igreja sanciona com uma pena canônica de excomunhão este delito contra a vida humana. "Quem provoca aborto, seguindo-se o efeito, incorre em **excomunhão latae sententiae**" "pelo próprio fato de cometer o delito" e nas condições previstas pelo Direito. Com isso, a Igreja não quer restringir o campo da misericórdia. Manifesta, sim, a gravidade do crime cometido, o prejuízo irreparável causado ao 'inocente morto, a seus pais e a toda a sociedade.

O inalienável direito à vida de todo indivíduo humano inocente é um elemento constitutivo da sociedade civil e de sua legislação:

"Os direitos inalienáveis da pessoa devem ser reconhecidos e respeitados pela sociedade civil e pela autoridade política. Os direitos do homem não dependem nem dos indivíduos, nem dos pais, e também não representam uma concessão da sociedade e do Estado pertencem à natureza humana e são inerentes à pessoa em razão do ato criador do qual esta se origina. Entre estes direitos fundamentais é preciso citar o direito à vida e à integridade física de todo ser humano, desde a concepção até a morte."

2273 "No momento em que uma lei positiva priva uma categoria de seres humanos da proteção que a legislação civil lhes deve dar, o estado nega a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não coloca sua força a serviço dos direitos de todos os cidadãos, particularmente dos mais fracos, os próprios fundamentos de um estado de direito estão ameaçados... Como consequência do respeito e da proteção que devem ser garantidos à criança desde o momento de sua concepção, a lei deverá prever sanções penais apropriadas para toda violação deliberada dos direitos dela."

Visto que deve ser tratado como uma pessoa desde a concepção, o embrião deverá ser defendido em sua integridade, cuidado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano.

2274 O diagnóstico pré-natal é moralmente lícito "se respeitar a vida e a integridade do embrião e do feto humano, e se está orientado para sua salvaguarda ou sua cura individual... Está gravemente em oposição com a lei moral quando prevê, em função dos resultados, a eventualidade de provocar um aborto. Um diagnóstico não deve ser o equivalente de uma sentença de morte".

"Devem ser consideradas lícitas as intervenções sobre o embrião humano quando respeitam a vida e a integridade do embrião e não acarretam para ele riscos desproporcionados, mas visam à sua cura, à melhora de suas condições de saúde ou à sua sobrevivência individual."

"É imoral produzir embriões humanos destinados a serem explorados como material biológico disponível."

2275 "Certas tentativas de intervenção sobre o patrimônio cromossômico ou genético não são terapêuticas, mas tendem à produção de seres humanos selecionados segundo o sexo

ou outras qualidades preestabelecidas. Essas manipulações são contrárias à dignidade pessoal do ser humano, à sua integridade e à sua identidade" única, não reiterável.

A EUTANÁSIA

2276 Aqueles cuja vida está diminuída ou enfraquecida necessitam de um respeito especial. As pessoas doentes ou deficientes devem ser amparadas, para levar uma vida tão normal quanto possível.

2277 Sejam quais forem os motivos e os meios, a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inadmissível.

Assim, uma ação ou uma omissão que, em si ou na intenção, gera a morte a fim de suprimir a dor constitui um assassinato gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Deus vivo, seu Criador. O erro de juízo no qual se pode ter caído de boa-fé não muda a natureza deste ato assassino, que sempre deve ser condenado e excluído.

2278 A interrupção de procedimentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionais aos resultados esperados pode ser legítima. É a rejeição da "obstinação terapêutica". Não se quer dessa maneira provocar a morte; aceita-se não poder impedi-la. As decisões devem ser tomadas pelo paciente, se tiver a competência e a capacidade para isso; caso contrário, pelos que têm direitos legais, respeitando sempre a vontade razoável e os interesses legítimos do paciente.

2279 Mesmo quando a morte é considerada iminente, os cuidados comumente devidos a uma pessoa doente não podem ser legitimamente interrompidos. O emprego de analgésicos para aliviar os sofrimentos moribundo, ainda que com o risco de abreviar seus dias, pode ser moralmente conforme à dignidade humana se a morte não é desejada, nem como fim nem como meio, mas somente prevista e tolerada como inevitável. Os cuidados paliativos constituem uma forma privilegiada de caridade desinteressada. Por esta razão devem ser encorajados.

O SUICÍDIO

2280 Cada um é responsável por sua vida diante de Deus, que "lha deu e que dela é sempre o único e soberano Senhor. Devemos receber a vida com reconhecimento e preservá-la para honra dele e salvação de nossas almas. Somos os administradores e não os proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela.

2281 O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente ao amor do próximo, porque rompe injustamente os vínculos de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, às quais nos ligam muitas obrigações. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo.

2282 Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, principalmente para os jovens, o suicídio adquire ainda a gravidade de um escândalo. A cooperação voluntária ao suicídio é contrária à lei moral.

Distúrbios psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida.

2283 Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida.

II. O RESPEITO À DIGNIDADE DAS PESSOAS

O RESPEITO À ALMA DO OUTRO: O ESCÂNDALO

2284 O escândalo é a atitude ou o comportamento que leva outrem a praticar o mal. Aquele que escandaliza torna-se o tentador do próximo. Atenta contra a virtude e a retidão; pode arrastar seu irmão à morte espiritual. O escândalo constitui uma falta grave se, por ação ou omissão, conduzir deliberadamente o outro a uma falta grave.

2285 O escândalo se reveste de uma gravidade particular em virtude da autoridade dos que o causam ou da fraqueza dos que o sofrem. Foi o que inspirou a Nosso Senhor a seguinte maldição "Caso alguém escandalize um destes pequeninos, melhor será que lhe pendurem ao pescoço uma pesada mó e seja precipitado nas profundezas do mar" (Mt,18,6). O escândalo é grave quando é dado por aqueles que, por natureza ou por função, devem ensinar e educar os outros. Jesus censura os escribas e os fariseus, comparando-os a lobos disfarçados de cordeiros.

2286 O escândalo pode ser provocado pela lei ou pelas instituições, pela moda ou pela opinião.

Tomam-se, portanto, culpados de escândalo aqueles que instituem leis ou estruturas sociais que levam à degradação dos costumes e à corrupção da vida religiosa ou a "condições sociais que, voluntariamente ou não, tomam difícil e praticamente impossível uma conduta cristã conforme aos mandamentos". O mesmo vale para chefes de empresas que fazem regulamentos que incitam à fraude, para professores que "exasperam" os alunos ou para aqueles que, manipulando a opinião pública, a afastam dos valores morais.

2287 Quem usa os poderes de que dispõe de tal maneira que induzam ao mal torna-se culpado de escândalo e responsável pelo mal que, direta ou indiretamente, favorece. "É inevitável que haja escândalos, mas ai daquele que os causar" (Lc 17,1).

O RESPEITO À SAÚDE

2288 A vida e a saúde física são bens preciosos doados por Deus. Devemos cuidar delas com equilíbrio, levando em conta as necessidades alheias e o bem comum.

O cuidado com a saúde dos cidadãos requer a ajuda da sociedade para obter as condições de vida que permitam crescer e atingir a maturidade: alimento, roupa, moradia, cuidado da saúde, ensino básico, emprego, assistência social.

2289 Se a moral apela para o respeito à vida corporal, não faz desta um valor absoluto, insurgindo-se contra uma concepção neopagã que tende a promover o culto do corpo, a tudo sacrificar-lhe, a idolatrar a perfeição física e o êxito esportivo. Em razão da escolha seletiva que faz entre os fortes e os fracos, tal concepção pode conduzir à perversão das relações humanas.

2290 A virtude da temperança manda evitar toda espécie de exceção, o abuso da comida, do álcool, do fumo e dos medicamentos. Aqueles que, em estado de embriaguez ou por gosto imoderado pela velocidade, põem em risco a segurança alheia e a própria, nas estradas, no mar ou no ar, tomam-se gravemente culpáveis.

2291 O uso da droga causa gravíssimos danos à saúde e à vida humana. Salvo indicações estritamente terapêuticas, constitui falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas; constituem uma cooperação direta com o mal, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral.

O RESPEITO À PESSOA E À PESQUISA CIENTÍFICA

2292 As experiências científicas, médicas ou psicológicas em pessoas ou grupos humanos podem concorrer para a cura dos doentes e para o progresso da saúde pública.

2293 A pesquisa científica de base, como a pesquisa aplicada, constituem uma expressão significativa do domínio do homem sobre a criação. A ciência e a técnica são recursos preciosos postos a serviço do homem e promovem seu desenvolvimento integral em

benefício de todos; contudo, não podem indicar sozinhas o sentido da existência e do progresso humano. A ciência e a técnica estão ordenadas para o homem, do qual provêm sua origem e seu crescimento; por-tanto, encontram na pessoa e em seus valores morais a indicação de sua finalidade e a consciência de seus limites.

2294 É ilusório reivindicar a neutralidade moral da pesquisa científica e de suas aplicações. Além disso, os critérios de orientação não podem ser deduzidos nem da simples eficácia técnica nem da utilidade que possa derivar daí para uns em detrimento dos outros, e muito menos das ideologias dominantes. A ciência e a técnica exigem, por seu próprio significado intrínseco, o respeito incondicional dos critérios fundamentais da moralidade; devem estar a serviço da pessoa humana, de seus direitos inalienáveis, de seu bem verdadeiro e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus.

2295 As pesquisas ou experiências no ser humano não podem legitimar atos em si mesmos contrários à dignidade das pessoas e à lei moral. O consentimento eventual dos sujeitos não justifica tais atos. A experiência em seres humanos não é moralmente legítima se fizer a vida ou a integridade física e psíquica do sujeito correrem riscos desproporcionais ou evitáveis. A experiência em seres humanos não atende aos requisitos da dignidade da pessoa se ocorrer sem o consentimento explícito do sujeito ou de seus representantes legais.

2296 O transplante de órgãos é conforme à lei moral se os riscos e os danos físicos e psíquicos a que se expõe o doador são proporcionais ao bem que se busca para o destinatário. A doação de órgãos após a morte é um ato nobre e meritório e merece ser encorajado como manifestação de generosa solidariedade. O transplante de órgãos não é moralmente aceitável se o doador ou seus representante legais não tiverem dado seu expresso consentimento para tal. Além disso, é moralmente inadmissível provocar diretamente mutilação que venha a tornar alguém inválido ou provocar diretamente a morte, mesmo que seja para retardar a morte de outras pessoas.

O RESPEITO À INTEGRIDADE CORPORAL

2297 Os seqüestros e a tomada de reféns fazem reinar o terror e, pela ameaça, exercem pressões intoleráveis sobre as vítimas. São moralmente ilegítimos. O terrorismo ameaça, fere e mata sem discriminação; isso é gravemente contrário à justiça e à caridade. A tortura, que usa de violência física ou moral para arrancar confissões, castigar culpados, amedrontar opositores, satisfazer o ódio, é contrária ao respeito pela pessoa e pela dignidade humana. Fora das indicações médicas de ordem estritamente terapêutica, as amputações, mutilações de esterilizações diretamente voluntárias de pessoas inocentes contrárias à lei moral.

2298 Em tempos passados, práticas cruéis foram comumente utilizadas por governos legítimos para manter a lei e a ordem, muitas vezes sem protesto dos pastores da Igreja, os quais adotaram eles em mesmos, em seus próprios tribunais, prescrições do direito romano sobre a tortura. Ao lado destes fatos lamentáveis, a Igreja sempre ensinou o dever de demência e misericórdia: proibiu aos clérigos derramarem sangue. Em tempos recentes, ficou evidente que essas práticas cruéis não eram nem necessárias para a ordem pública nem estavam de acordo com os direitos legítimos da pessoa humana. Ao contrário, essas práticas conduzem às piores degradações. E preciso trabalhar por sua abolição. E preciso orar pelas vítimas e por seus algozes.

O RESPEITO AOS MORTOS

2299 Deve-se dispensar atenção e cuidado aos moribundos, para ajudá-los a viver seus últimos momentos na dignidade e na paz. Devem também ser ajudados pela oração dos familiares. Estes cuidarão para que os doentes recebam em tempo oportuno os sacramentos que preparam para o encontro com o Deus vivo.

2300 Os corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e caridade, na fé e na esperança da ressurreição. O enterro dos mortos é uma obra de misericórdia corporal que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo.

2301 A autópsia de cadáveres pode ser moralmente admitida por motivos de investigação legal ou de pesquisa científica. A **doação gratuita de órgãos após a morte é legítima e pode ser meritória.**

A **Igreja permite a cremação**, se esta não manifestar uma posição contrária à fé na ressurreição dos corpos.

III. A SALVAGUARDA DA PAZ

A PAZ

2302 Ao lembrar o preceito "Tu não matarás" (Mt 5,21), Nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio. A cólera é um desejo de vingança. "Desejar a vingança para o mal daquele que é preciso punir é ilícito, mas é louvável impor uma reparação "para a correção dos vícios e a conservação da justiça". Se a cólera chega ao desejo deliberado de matar o próximo ou de feri-lo com gravidade, atenta gravemente contra a caridade, constituindo pecado mortal. O Senhor disse: "Todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal" (Mt 5,22).

2303 O ódio voluntário é contrário à caridade. O ódio ao próximo é um pecado quando o homem quer deliberadamente seu mal. O ódio ao próximo é um pecado grave quando se lhe deseja deliberadamente um grave dano. "Eu, porém, vos digo: amai vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; desse modo vos tornareis filhos de vosso Pai que esta nos céus..." (Mt 5 ,44-45).

2304 O respeito e o desenvolvimento da vida humana exigem a paz. A paz não é somente ausência de guerra e não se limita a garantir o equilíbrio das forças adversas. A paz não pode ser obtida na terra sem a salvaguarda dos bens das pessoas, sem a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito pela dignidade das pessoas e dos povos, a prática assídua da fraternidade. E a "tranquilidade da ordem", "obra da justiça" (Is 32,17) e efeito da caridade.

2305 A paz terrestre é imagem e fruto da paz de Cristo, o Príncipe da paz" messiânica (Is 9,5). Pelo sangue de sua cruz, Ele "matou a inimizade na própria carne", reconciliou os homens com Deus e fez de sua Igreja o sacramento da unidade do gênero humano de sua união com Deus. "Ele é a nossa paz" (Ef 2,14). Declara "bem-aventurados os que promovem a paz" (Mt 5,9).

2306 Aqueles que renunciam à ação violenta e para proteger os direitos do homem, recorrem a meios de defesa ao alcance dos mais fracos testemunham a caridade evangélica, contanto que isso seja feito sem lesar os direitos e as obrigações dos outros homens e das sociedades. Atestam legitimamente a gravidade dos riscos físicos e morais do recurso à violência, com seu cortejo de mortes e ruínas.

EVITAR A GUERRA

2307 O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e das injustiças que toda guerra acarreta, a Igreja insta cada um a orar e agir para que a Bondade divina nos livre da antiga escravidão da guerra.

2308 Cada cidadão e cada governante deve agir de modo a evitar as guerras. Enquanto, porém, "houver perigo de guerra, sem que exista uma autoridade internacional competente e dotada de forças suficientes, e esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se poderá negar aos governos o direito de legítima defesa.

2309 É preciso considerar com rigor as condições estritas de uma legítima defesa pela força militar. A gravidade de tal decisão a submete a condições rigorosas de legitimidade moral. É preciso ao mesmo tempo que:

- ü o dano infligido pelo agressor à nação ou à comunidade de nações seja durável, grave e certo;

- ü todos os outros meios de pôr fim a tal dano se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;

- ü estejam reunidas as condições sérias de êxito;

- ü o emprego das armas não acarrete males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. O poderio dos meios modernos de destruição pesa muito na avaliação desta condição.

Estes são os elementos tradicionais enumerados na chamada doutrina da "guerra justa".

A avaliação dessas condições de legitimidade moral cabe ao juízo prudencial daqueles que estão encarregados do bem comum.

2310 Os poderes públicos tomarão as justas providências com relação ao caso daqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar, isto é, estão a serviço da segurança e da liberdade dos povos. Se desempenham corretamente sua tarefa, concorrem verdadeiramente para o bem comum da nação e para manter a paz.

2311 Os poderes públicos devem prever equitativamente o caso daqueles que recusam o emprego das armas por motivos de consciência, mas que continuam obrigados a servir sob outra forma à comunidade humana.

2312 A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. "Quando, por infelicidade, a guerra já se iniciou, nem tudo se torna lícito entre as partes inimigas."

2313 É preciso respeitar e tratar com humanidade os não-combatentes, os soldados feridos e os prisioneiros.

Os atos deliberadamente contrários ao direito dos povos e a seus princípios universais, como as ordens que os determinam, constituem crimes. Uma obediência cega não é suficiente para escusar os que se submetem a esses atos e ordens. Portanto, o extermínio de um povo, de uma nação ou uma de minoria étnica deve ser condenado como pecado mortal. Deve-se moralmente resistir às ordens que impõem um genocídio.

2314 "Qualquer ação bélica que tem em vista a destruição indiscriminadamente nada de cidades inteiras ou de vastas regiões, com seus habitantes, é um crime contra Deus e contra o próprio homem a ser condenado com firmeza e sem hesitações." Um dos riscos da guerra moderna é dar ocasião aos possuidores de armas científicas, principalmente atômicas, biológicas ou químicas, de cometerem tais crimes.

2315 A acumulação de armas parece a muitos uma maneira paradoxal de dissuadir da guerra os eventuais adversários. Vêem nisso o mais eficaz dos meios suscetíveis de garantir a paz entre as nações. Este procedimento de dissuasão impõe severas reservas morais. A corrida aos armamentos não garante a paz. Longe de eliminar as causas da guerra, corre o risco de agravá-las. O dispêndio de riquezas fabulosas na fabricação de novas armas sempre impede de socorrer as populações indigentes e entrava o desenvolvimento dos povos. O superarmamento multiplica as razões de conflitos e aumenta o risco de esses conflitos se multiplicarem.

2316 A produção e o comércio de armas afetam o bem comum das nações e da comunidade internacional. Por isso as autoridades públicas têm o direito e o dever de regulamentá-los. A busca de interesses privados ou coletivos a curto prazo não pode legitimar empreendimentos que fomentem a violência e os conflitos entre as nações e que comprometam a ordem jurídica internacional.

2317 As injustiças, as desigualdades excessivas de ordem econômica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações ameaçam sem cessar paz e causam as guerras. Tudo o que for feito para vencer essas desordens contribui para edificar a paz e evitar a guerra:

Pecadores que são, os homens vivem em perigo de guerra, e este perigo os ameaçará até a volta de Cristo. Mas, na medida em que, unidos pela caridade, superem o pecado, superarão igualmente as violências, até que se cumpra a palavra: "De suas espadas eles forjarão relhas de arado, e de suas lanças, foices. Uma nação não levantará a espada contra a outra, e já não se adestrarão para a guerra" (Is 2,4).

RESUMINDO

2318 "Deus tem em seu poder a alma de todo ser vivo e o espírito de todo homem carnal" (Jó 12,10).

2319 Toda vida humana, desde o momento da concepção até a morte, é sagrada, porque a pessoa humana foi querida por si mesma à imagem e à semelhança do Deus vivo e santo.

2320 O assassinato de um ser humano é gravemente contrário à dignidade da pessoa e à santidade do Criador.

2321 A proibição de matar não ab-roga o direito de tirar a um opressor injusto a possibilidade de prejudicar. A legítima defesa é um dever grave para quem é responsável pela vida alheia ou pelo bem comum.

2322 Desde a concepção, a criança tem o direito à vida. O aborto direto, isto é, o que se quer como um fim ou como um meio, é uma prática infame", gravemente contrária à lei moral. A Igreja condena com pena canônica de excomunhão este delito contra a vida humana.

2323 Visto que deve ser tratado como uma pessoa desde a sua concepção, o embrião deve ser defendido em sua integridade, cuidado e curado como qualquer outro ser humano.

2324 A eutanásia voluntária, sejam quais forem as formas e os motivos, constitui um assassinato. É gravemente contrária à dignidade da pessoa humana e ao respeito do Deus vivo, seu Criador.

2325 O suicídio é gravemente contrário a Justiça, à esperança e à caridade. É proibido pelo quinto mandamento.

2326 O escândalo constitui uma falta grave quando, por ação ou por omissão, leva deliberadamente o outro a pecar gravemente.

2327 Por causa dos males e injustiças que toda guerra acarreta, devemos fazer tudo o que for razoavelmente possível para evitá-la. A Igreja ora: "Da fome, da peste e da guerra livrai-nos, Senhor".

2328 A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. As práticas deliberadamente contrárias ao direito dos povos e a seus princípios universais constituem crimes.

2329 "A corrida armamentista é uma praga extremamente grave da humanidade e lesa os pobres de maneira intolerável.

2330 "Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9).

ARTIGO 6

O SEXTO MANDAMENTO

"NÃO COMETERÁS ADULTÉRIO" (Ex 20. 14[a1])

Ouvistes o que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, vos digo: todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração (Mt 5,27-28).

I. "Homem e mulher os criou..."

2331 "Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem... Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação e, assim a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão."

"Deus criou o homem à sua imagem... homem e mulher ele os criou" (Gn 1,27); "Crescei e multiplicai-vos" (Gn 1,28); "No dia em que Deus criou o homem, Ele o fez à semelhança de Deus. Homem e mulher Ele os criou, abençoou-os e lhes deu o nome 'homem', no dia em que foram criados" (Gn 5,1-2).

2332 A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, em sua unidade de corpo e alma. Diz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de uma maneira mais geral, à aptidão a criar vínculos de comunhão com os outros.

2333 Cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua identidade sexual. A diferença e a complementaridade físicas, morais e espirituais estão orientadas para os bens do casamento e para o desabrochar da vida familiar. A harmonia do casal e da sociedade depende, em parte, da maneira como se vivem entre os sexos a complementaridade, a necessidade e o apoio mútuos.

2334 "Ao criar o ser humano, homem e mulher, Deus dá a dignidade pessoal de modo igual ao homem e à mulher." "O homem é uma pessoa, e isto na mesma medida para o homem e para a mulher, pois ambos são criados à imagem e à semelhança de um Deus pessoal."

2335 Cada um dos dois sexos é, com igual dignidade, embora de maneira diferente, imagem do poder e da ternura de Deus. A união do homem e da mulher no casamento é uma maneira de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador: "O homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tomam uma só carne" (Gn 2,24). Dessa união procedem todas as gerações humanas.

2336 Jesus veio restaurar a criação na pureza de sua origem. No Sermão da Montanha, Ele interpreta de maneira rigorosa o plano de Deus: "Ouvistes o que foi dito: 'Não cometerás adultério'. Eu, porém, vos digo: todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração" (Mt 5,27-28). O homem não deve separar o que Deus uniu.

A Tradição da Igreja entendeu o sexto mandamento como englobando o conjunto da sexualidade humana.

II. A VOCAÇÃO À CASTIDADE

2337 A castidade significa a integração correta da sexualidade na pessoa e, com isso, a unidade interior do homem em seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando é integrada na relação de pessoa a pessoa, na doação mútua integral e temporalmente ilimitada do homem e da mulher.

A virtude da castidade comporta, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da doação.

A INTEGRIDADE DA PESSOA

2338 A pessoa casta mantém a integridade das forças vitais de amor depositadas nela. Esta integridade garante a unidade da pessoa e se opõe a todo comportamento que venha feri-la; não tolera nem a vida dupla nem a linguagem dupla.

2339 A castidade comporta uma aprendizagem do domínio de si que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara ou o homem comanda suas paixões e obtém a paz, ou se deixa subjugar por elas e se torna infeliz. "A dignidade do homem exige que ele possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de mera coação externa. O homem consegue esta dignidade quando, libertado de todo cativo das paixões, caminha para o seu fim pela escolha livre do bem procura eficazmente os meios aptos com diligente aplicação."

2340 Aquele que quer permanecer fiel às promessas do Batismo e resistir às tentações empenhar-se-á em usar os meios: o conhecimento de si, a prática de uma ascese adaptada às situações em que se encontra, a obediência aos mandamentos divinos, a prática das virtudes morais e a fidelidade à oração. "A castidade nos recompõe, reconduzindo-nos a esta unidade que tínhamos perdido do quando nos dispersamos na multiplicidade."

2341 A virtude da castidade é comandada pela virtude cardeal da temperança, que tem em vista fazer depender da razão a paixões e os apetites da sensibilidade humana.

2342 O domínio de si mesmo é um trabalho a longo prazo. Nunca deve ser considerado definitivamente adquirido. Supõe um esforço a ser retomado em todas as idades da vida[a23] . O esforço necessário pode ser mais intenso em certas épocas, por exemplo, quando se forma a personalidade, durante a infância e a adolescência.

2343 A castidade tem leis de crescimento. Este crescimento passa por graus, marcados pela imperfeição e muitas vezes pelo pecado. "Dia a dia o homem virtuoso e casto se constrói por meio de opções numerosas e livres. Assim, ele conhece, ama e realiza o bem moral seguindo as etapas de um crescimento."

2344 A castidade representa uma tarefa eminentemente pessoal. Mas implica também um esforço cultural, porque "o homem desenvolve-se em todas as suas qualidades mediante a comunicação com os outros". A castidade supõe o respeito pelos direitos da pessoa, particularmente o de receber uma informação e uma educação que respeitem as dimensões morais e espirituais da vida humana.

2345 A castidade é uma virtude moral. É também um dom de Deus, uma graça, um fruto da obra espiritual. O Espírito Santo concede o dom de imitar a pureza de Cristo àquele que foi regenerado pela água do Batismo.

A INTEGRALIDADE DA DOAÇÃO DE SI MESMO

2346 A caridade é a forma de todas as virtudes. Influenciada por ela, a castidade aparece como uma escola de doação da pessoa. O domínio de si mesmo está ordenado para a doação de si mesmo. A castidade leva aquele que a pratica a tornar-se para o próximo uma testemunha da fidelidade e da ternura de Deus.

2347 A virtude da castidade desabrocha na amizade. Mostra ao discípulo como seguir e imitar Aquele que nos escolheu como seus próprios amigos, se doou totalmente a nós e nos faz Participar de sua condição divina. A castidade é promessa de imortalidade.

A castidade se expressa principalmente na amizade ao próximo. Desenvolvida entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, a amizade representa um grande bem para todos e conduz à comunhão espiritual.

AS DIVERSAS FORMAS DE CASTIDADE

2348 Todo batizado é chamado à castidade. O cristão "se vestiu de Cristo", modelo de toda castidade. Todos os fiéis de Cristo são chamados a levar uma vida casta segundo seu específico estado de vida. No momento do Batismo, o cristão se comprometeu a viver sua afetividade na castidade.

2349 "A castidade há de distinguir as pessoas de acordo com seus diferentes estados de vida: umas na virgindade ou no celibato consagrado, maneira eminente de se dedicar mais facilmente a Deus com um coração indiviso; outras, da maneira como a lei moral determina, conforme forem casados ou celibatários." As pessoas casadas são convidadas a viver a castidade conjugal; os outros praticam a castidade na continência: Existem três formas da virtude da castidade: a primeira, dos esposos; a segunda, da viuvez; a terceira, da virgindade. Nós não louvamos uma delas excluindo as outras. Nisso a disciplina da Igreja é rica.

2350 Os noivos são convidados a viver a castidade na continência. Nessa provação eles verão uma descoberta do respeito mútuo, uma aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem ambos da parte de Deus. Reservarão para o tempo do casamento as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade.

AS OFENSAS À CASTIDADE

2351 A luxúria é um desejo desordenado ou um gozo desregrado do prazer venéreo. O prazer sexual é moralmente desordenado quando é buscado por si mesmo, isolado das finalidades de procriação e de união.

2352 Por masturbação se deve entender a excitação voluntária dos órgãos genitais, a fim de conseguir um prazer venéreo. "Na linha de uma tradição constante, tanto o magistério da Igreja como o senso moral dos fiéis afirmaram sem hesitação que a masturbação é um ato intrínseca e gravemente desordenado." Qualquer que seja o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das relações conjugais normais contradiz sua finalidade. Aí o prazer sexual é buscado fora da "relação sexual exigida pela ordem moral, que realiza, no contexto de um amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana".

Para formar um justo juízo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos e orientar a ação pastoral, dever-se-á levar em conta a imaturidade afetiva, a força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais que minoram ou deixam mesmo extremamente atenuada a culpabilidade moral.

2353 A fornicação é a união carnal fora do casamento entre um homem e uma mulher livres. É gravemente contrária à dignidade das pessoas e da sexualidade humana, naturalmente ordenada para o bem dos esposos, bem como para a geração e a educação dos filhos. Além disso, é um escândalo grave quando há corrupção de jovens.

2354 A pornografia consiste em retirar os atos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros para exibí-los a terceiros de maneira deliberada. Ela ofende a castidade porque desnatura o ato conjugal, doação íntima dos esposos entre si. Atenta gravemente contra a dignidade daqueles que a praticam (atores, comerciantes, público), porque cada um se torna para o outro objeto de um prazer rudimentar e de um proveito ilícito, Mergulha uns e outros na ilusão de um mundo artificial. É uma falta grave. As autoridades civis devem impedir a produção e a distribuição de materiais pornográficos.

2355 A prostituição vai contra a dignidade da pessoa que se prostitui, reduzida, assim, ao prazer venéreo que dela se obtém. Aquele que paga peca gravemente contra si mesmo; viola a castidade à qual se comprometeu em seu Batismo e mancha seu corpo, templo do Espírito Santo. A prostituição é um flagelo social. Envolve comumente mulheres, mas homens, crianças ou adolescentes (nestes dois últimos casos, ao pecado soma-se um escândalo). Se é sempre gravemente pecaminoso entregar-se à prostituição, a miséria, a chantagem e a pressão social podem atenuar a imputabilidade da falta.

2356 O estupro designa a penetração à força, com violência, na intimidade sexual de uma pessoa. Fere a justiça e a caridade. O estupro lesa profundamente o direito de cada um ao respeito, à liberdade, à integridade física e moral. Provoca um dano grave que pode marcar a vítima por toda a vida. E sempre um ato intrinsecamente mau. Mais grave ainda é o estupro cometido pelos pais (cf. incesto) ou educadores contra as criança que lhes são confiadas.

CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

2357 A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. Sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que "os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados". São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados.

2358 Um número não negligenciável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente enraizadas. Esta inclinação objetivamente desordenada constitui, para a maioria, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todo sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus em sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição.

2359 As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

III. O AMOR ENTRE OS ESPOSOS

2360 A sexualidade está ordenada para o amor conjugal entre o homem e a mulher. No casamento, a intimidade corporal dos esposos se torna um sinal e um penhor de comunhão espiritual. Entre os batizados, os vínculos do matrimônio são santificados pelo sacramento.

2361 "A sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se doam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é em absoluto algo puramente biológico, mas diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal. Ela só se realiza de maneira verdadeiramente humana se for parte integral do amor com o qual homem e mulher se empenham totalmente um para com o outro até a morte"

Tobias levantou-se do leito e disse a Sara: "Levanta-te, minha irmã, oremos e peçamos a nosso Senhor que tenha compaixão de nós e nos salve". Ela se levantou e começaram a orar e a pedir para obterem a salvação. Ele começou dizendo: "Bendito sejas tu, Deus de nossos pais... Tu criaste Adão e para ele criaste Eva, sua mulher, para ser seu sustentáculo e amparo, e para que de ambos derivasse a raça humana. Tu mesmo disseste: 'Não é bom que o homem fique só; façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele. E agora não é por desejo impuro que tomo esta minha irmã, mas com reta intenção. Digna de ter piedade de mim e dela e conduzir-nos juntos a uma idade avançada'. E disseram em coro: "Amém, amém". E se deitaram para passar a noite (Tb 8,4-9).

2362 "Os atos com os quais os cônjuges se unem íntima e castamente são honestos e dignos. Quando realizados de maneira verdadeiramente humana, significam e favorecem a mútua doação pela qual os esposos se enriquecem com o coração alegre e agradecido." A sexualidade é fonte de alegria e de prazer:

O próprio Criador... estabeleceu que nesta função (i.é, de geração) os esposos sentissem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal em pro-curar este prazer e em gozá-lo. Eles aceitam o que o Criador lhes destinou. Contudo, os esposos devem saber manter-se nos limites de uma moderação justa.

2363 Pela união dos esposos realiza-se o duplo fim do matrimônio: o bem dos cônjuges e a transmissão da vida. Esses dois significados ou valores do casamento não podem ser separados sem alterar a vida espiritual do casal e sem comprometer os bens matrimoniais e o futuro da família. Assim, o amor conjugal entre o homem e a mulher atende à dupla exigência da fidelidade e da fecundidade.

A FIDELIDADE CONJUGAL

2364 O casal de cônjuges forma "uma íntima comunhão de vida e de amor que o Criador fundou e dotou com suas leis. Ela é instaurada pelo pacto conjugal, ou seja, o consentimento pessoal irrevogável ". Os dois se doam definitiva e totalmente um ao outro. Não são mais dois, mas formam doravante uma só carne. A aliança contraída livremente pelos esposos lhes impõe a obrigação de a manter una e indissolúvel . "O que Deus uniu, o homem não separe" (Mc 10,9).

2365 A fidelidade exprime a constância em manter a palavra dada. Deus é fiel. O sacramento do Matrimônio faz o homem e a mulher entrarem na fidelidade de Cristo à sua Igreja. Pela castidade conjugal, eles testemunham este mistério perante o mundo.

S. João Crisóstomo sugere aos homens recém-casados que falem assim à sua esposa: "Tomei-te em meus braços, amo-te, prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada, e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de maneira que estejamos certos de não sermos separados na vida futura que nos está reservada... Ponho teu amor acima de tudo, e nada me seria mais penoso que não ter os mesmos pensamentos que tu tens".

A FECUNDIDADE DO MATRIMÔNIO

2366 A fecundidade é um dom, enfim do Matrimônio, porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora acrescentar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio âmago dessa doação mútua, da qual é fruto e realização. A Igreja, que "está do lado da vida", ensina que "qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida". "Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, está fundada na conexão inseparável, que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador."

2367 Chamados a dar vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus. "Os cônjuges sabem que, no ofício de transmitir a vida e de serem educadores o qual deve ser considerado como missão própria deles - são cooperadores do amor de Deus criador e como que seus intérpretes. Por isso desempenharão seu múnus com responsabilidade cristã e humana."

2368 Um aspecto particular desta responsabilidade diz respeito à regulação da procriação. Por razões justas , os esposos podem querer espaçar os nascimentos de seus filhos. Cabe-lhes verificar que seu desejo não provém do egoísmo, mas está de acordo com a justa generosidade de uma paternidade responsável. Além disso, regularão seu comportamento segundo os critérios objetivos da moral.

A moralidade da maneira de agir, quando se trata de harmonizar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, não depende apenas da intenção sincera e da reta apreciação dos motivos, mas deve ser determinada segundo critérios objetivos tirados da natureza da pessoa e de seus atos, critérios esses que respeitam o sentido integral da doação mútua e da procriação humana no contexto do verdadeiro amor. Tudo isso é impossível se a virtude da castidade conjugal não for cultivada com sinceridade.

2369 "Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade."

2370 A continência periódica, os métodos de regulação da natalidade baseados na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos estão de acordo com os critérios objetivos da moralidade. Estes métodos respeitam o corpo dos esposos, animam a ternura entre eles e favorecem a educação de uma liberdade autêntica. Em compensação, é intrinsecamente má "toda ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento de suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação"

"À linguagem nativa que exprime a recíproca doação total dos cônjuges a contracepção impõe uma linguagem objetivamente contraditória, a do não se doar ao outro. Deriva daqui não somente a recusa positiva de abertura à vida, mas também uma falsificação da verdade interior do amor conjugal, chamado a doar-se na totalidade pessoal." Esta diferença antropológica e moral entre a contracepção e o recurso aos ritmos periódicos "envolve duas concepções da pessoa e da sexualidade humana irreduzíveis entre si.

2371 "Estejam todos certos de que a vida dos homens e a missão de transmiti-la não se confinam ao tempo presente nem se podem medir ou entender por esse tempo apenas, mas estão sempre relacionadas com a destinação eterna dos homens."

2372 O Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos. Por isso, é legítimo que ele intervenha para orientar a demografia da população. Pode fazer isso mediante uma informação objetiva e respeitosa, mas nunca por via autoritária e por coação. O Estado não pode legitimamente substituir a iniciativa dos esposos, primeiros responsáveis pela procriação e educação de seus filhos. O Estado não está autorizado a intervir neste campo, com meios contrários à lei moral.

O DOM DO FILHO

2373 A Sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja vêem nas famílias numerosas um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais.

2374 É grande o sofrimento de casais que descobrem que são estéreis. "Que me darás?", pergunta Abrão a Deus. "Continuo sem filho..." (Gn 15,2). "Faze-me ter filhos também, ou eu morro", disse Raquel a seu marido Jacó (Gn 30,1).

2375 As pesquisas que visam diminuir a esterilidade humana devem ser estimuladas, sob a condição de serem postas "a serviço da pessoa humana, de seus direitos inalienáveis, de seu bem verdadeiro e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus[a82] "

2376 As técnicas que provocam uma dissociação do parentesco, pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal (doação de esperma ou de óvulo, empréstimo de útero), são gravemente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais heterólogas) lesam o direito da criança de nascer de um pai e uma mãe conhecidos dela e ligados entre si pelo casamento. Elas traem "o direito exclusivo de se tornar pai e mãe somente um por meio do outro[a83] "

2377 Praticadas entre o casal, estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais homólogas) são talvez menos claras a um juízo imediato, mas continuam moralmente inaceitáveis. Dissociam o ato sexual do ato procriador. O ato fundante da existência dos filhos já não é um ato pelo qual duas pessoas se doam uma à outra, mas um ato que remete a vida e a identidade do embrião para o poder dos médicos e biólogos, e instaura um domínio da técnica sobre a origem e a destinação da pessoa humana. Tal relação de dominação é por si contrária à dignidade e à igualdade que devem ser comuns aos pais e aos filhos". "A procriação é moralmente privada de sua perfeição própria quando não é querida como o fruto do ato conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos... Somente o respeito ao vínculo que

existe entre os significados do ato conjugal e o respeito pela unidade do ser humano permite uma procriação de acordo com a dignidade da pessoa."

2378 O filho não é algo devido, mas um dom. O "dom mais excelente do matrimônio" e uma pessoa humana. O filho não pode ser considerado como objeto de propriedade, a que conduziria o reconhecimento de um pretensão "direito ao filho". Nesse campo, somente o filho possui verdadeiros direitos: o "de ser o fruto do ato específico do amor conjugal de seus pais, e também o direito de ser respeitado como pessoa desde o momento de sua concepção".

2379 O Evangelho mostra que a esterilidade física não é um mal absoluto. Os esposos que, depois de terem esgotado os recursos legítimos da medicina, sofrerem de infertilidade uniram-se à Cruz do Senhor, fonte de toda fecundidade espiritual. Podem mostrar sua generosidade adotando crianças desamparadas ou prestando relevantes serviços em favor do próximo.

IV. AS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÔNIO

2380 O adultério. Esta palavra designa a infidelidade conjugal. Quando dois parceiros, dos quais ao menos um é casado, estabelecem entre si uma relação sexual, mesmo efêmera, cometem adultério. Cristo condena o adultério mesmo de simples desejo. O sexto mandamento e o Novo Testamento proíbem absolutamente o adultério. Os profetas denunciam sua gravidade. Vêem no adultério a figura do pecado de idolatria.

2381 O adultério é uma injustiça. Quem o comete falta com seus compromissos. Fere o sinal da Aliança que é o vínculo matrimonial, lesa o direito do outro cônjuge e prejudica a instituição do casamento, violando o contrato que o fundamenta. Compromete o bem da geração humana e dos filhos, que têm necessidade da união estável dos pais.

O DIVÓRCIO

2382 O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um casamento indissolúvel. Ab-rogas as tolerâncias que se tinham introduzido na Lei antiga.

Entre batizados, o matrimônio ratificado e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa, exceto a morte".

2383 A separação dos esposos com a manutenção do vínculo matrimonial pode ser legítima em certos casos previstos pelo Direito canônico (cf. CIC, cân. 1151-1155).

Se o divórcio civil for a única maneira possível de garantir certos direitos legítimos, o cuidado dos filhos ou a defesa do patrimônio, pode ser tolerado sem constituir uma falta moral.

2384 O divórcio é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente consentido pelos esposos de viver um com o outro até a morte. O divórcio lesa a Aliança de salvação da qual o matrimônio sacramental é o sinal. O fato de contrair nova união, mesmo que reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura; o cônjuge recasado passa a encontrar-se em situação de adultério público e permanente:

Se o marido, depois de se separar de sua mulher, se aproximar de outra mulher, se torna adúltero, porque faz essa mulher cometer adultério; e a mulher que habita com ele é adúltera, porque atraiu a si o marido de outra.

2385 O **caráter imoral do divórcio** deriva também da desordem que introduz na célula familiar e na sociedade. Esta desordem acarreta graves danos: para o cônjuge que fica abandonado; para os filhos, traumatizados pela separação dos pais, e muitas vezes disputados entre eles (cada um dos cônjuges querendo os filhos para si); e seu efeito de contágio, que faz dele uma verdadeira praga social.

2386 Pode acontecer que um dos cônjuges seja a vítima inocente do divórcio decidido pela lei civil; neste caso, ele não viola o preceito moral. Existe uma diferença considerável entre o cônjuge que se esforçou sinceramente por ser fiel ao sacramento do Matrimônio e se vê

injustamente abandonado e aquele que, por uma falta grave de sua parte, destrói um casamento canonicamente válido.

OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO CASAMENTO

2387 É compreensível o drama de quem, desejoso de se converter ao Evangelho, se vê obrigado a repudiar uma ou várias mulheres com as quais viveu anos de vida conjugal. Contudo, a poligamia não se coaduna com a lei moral. "Opõe-se radicalmente à comunhão conjugal, pois nega diretamente o plano de Deus tal como nos foi revelado nas origens, porque contrária à igual dignidade pessoal entre o homem e a mulher, que no matrimônio se doam com um amor total e por isso mesmo único e exclusivo." O cristão que foi polígamo está gravemente obrigado por justiça a honrar as obrigações contraídas para com as suas antigas mulheres, bem como para com os filhos.

2388 O incesto designa relações íntimas entre parentes ou pessoas afins, em grau que proíba entre eles o casamento. S. Paulo estigmatiza esta falta particularmente grave: "É geral ouvir-se falar de mau comportamento entre vós... um dentre vós vive com a mulher de seu pai... E preciso que, em nome Senhor Jesus... entreguemos tal homem a Satanás para a perda de sua carne..." (1 Cor 5,1.3-5). O incesto corrompe as relações familiares e indica como que uma regressão à animalidade.

2389 Podemos ligar ao incesto os abusos sexuais perpetrados por adultos contra crianças ou adolescentes confiados à sua guarda. A falta é acrescida, então, de um dano escandaloso causado à integridade física e moral dos jovens, que ficarão marcados por toda a vida, e de uma violação da responsabilidade educativa.

2390 Existe união livre quando o homem e a mulher se recusam a dar uma forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual.

A expressão é enganosa: com efeito, que significado pode ter uma união na qual as pessoas não se comprometem mutuamente e revelam, assim, uma falta de confiança na outra, em si mesma ou no futuro?

A expressão abrange situações diferentes: concubinato, recusa do casamento enquanto tal, incapacidade de assumir compromissos a longo prazo. Todas essas situações ofendem a dignidade do matrimônio, destroem a própria idéia da família, enfraquecem o sentido da fidelidade. São contrárias à lei moral. O ato sexual deve ocorrer exclusivamente no casamento; fora dele, é sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.

2391 Muitos reclamam hoje uma espécie de "direito à experiência" quando há intenção de se casar. Qualquer que seja a firmeza do propósito dos que se envolvem em relações sexuais prematuras, "estas não permitem garantir em sua sinceridade e fidelidade a relação inter-pessoal de um homem e uma mulher e, principalmente, protegê-los contra as fantasias e os caprichos". A união carnal não é moralmente legítima, a não ser quando se instaura uma comunidade de vida definitiva entre o homem e a mulher. O amor humano não tolera a "experiência". Ele exige uma doação total e definitiva das pessoas entre si.

RESUMINDO

2392 "O amor é a vocação fundamental e originária do ser humano."

2393 Ao criar o ser humano, homem e mulher, Deus dá a dignidade pessoal de uma maneira igual a ambos. Cada um, homem e mulher, deve chegar a reconhecer e aceitar sua identidade sexual.

2394 Cristo é o modelo da castidade. Todo batizado é chamado a levar uma vida casta, cada um segundo seu estado de vida próprio.

2395 A castidade significa a integração da sexualidade na pessoa. Inclui a aprendizagem do domínio pessoal.

2396 Entre os **pecados gravemente** contrários à castidade é preciso citar a **masturbação**, a **fornicação**, a **pornografia** e as **práticas homossexuais**.

2397 A aliança que os esposos contraíram livremente implica um amor fiel. Impõe-lhes a obrigação de guardar seu casamento indissolúvel.

2398 A fecundidade é um bem, um dom, um fim do casamento. Dando a vida, os esposos participam da paternidade de Deus.

2399 A regulação da natalidade representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização direta ou a contracepção).

2400 O adultério e o divórcio, a poligamia e a união livre são ofensas graves à dignidade do casamento.

ARTIGO 7

O SÉTIMO MANDAMENTO

Não roubarás (Ex 20,15; Cf Dt 5,19).

NÃO ROUBARÁS (Mt 19,18).

2401 O sétimo mandamento proíbe tomar ou reter injustamente os bens do próximo ou lesá-lo, de qualquer modo, nos mesmos bens. Prescreve a justiça e a caridade na gestão dos bens terrestres e dos frutos do trabalho dos homens. Exige, em vista do bem comum, o respeito à destinação universal dos bens e ao direito de propriedade privada. A vida cristã procura ordenar para Deus e para a caridade fraterna os bens deste mundo.

I. A DESTINAÇÃO UNIVERSAL E A PROPRIEDADE PRIVADA DOS BENS

2402 No começo, Deus confiou a terra e seus recursos à administração comum da humanidade, para que cuidasse dela, a dominasse por seu trabalho e dela desfrutasse. Os bens da criação são destinados a todo o gênero humano. A terra está, contudo, repartida entre os homens para garantir a segurança de sua vida, exposta à penúria e ameaçada pela violência. A apropriação dos bens é legítima para garantir a liberdade e a dignidade das pessoas, para ajudar cada um a prover suas necessidades fundamentais e as daqueles de quem está encarregado. Deve também permitir que se manifeste uma solidariedade natural entre os homens.

2403 O direito à propriedade privada, adquirida ou recebida de modo justo, não abole a doação original da terra ao conjunto da humanidade. A destinação universal dos bens continua primordial, mesmo se a promoção do bem comum exige o respeito pela propriedade privada, pelo respectivo direito e exercício.

2404 Usando aqueles bens, o homem que possui legitimamente as coisas materiais não as deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido de que elas possam ser úteis não somente a ele, mas também aos outros." A propriedade de um bem faz de seu detentor um administrador da Providência, para fazê-los frutificar e para repartir os benefícios dessa administração a outros, a seus parentes, em primeiro lugar.

2405 Os bens de produção materiais ou imateriais - como terras ou fábricas, competências ou profissões, requerem os cuidados de quem os Possui para que sua fecundidade aproveite ao maior número possível. Os detentores dos bens de uso e de consumo devem usá-los com moderação, reservando a melhor parte ao hóspede, ao doente e ao pobre.

2406 A autoridade política tem o direito e o dever de regulamentar, em função do bem comum, o exercício legítimo do direito de propriedade.

II. O RESPEITO ÀS PESSOAS E AOS SEUS BENS

2407 Em matéria econômica, o respeito à dignidade humana exige a prática da virtude da temperança, para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da justiça, para preservar o direitos do próximo e lhe dar o que lhe é devido; e da solidariedade, segundo a regra áurea e segundo a liberalidade do Senhor, que "se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza".

O RESPEITO AOS BENS DO OUTRO

2408 O sétimo mandamento proíbe o roubo, isto é, a usurpação do bem de outro contra a vontade razoável do proprietário. Não há roubo se o consentimento pode ser presumido ou se recusa é contrária à razão e à destinação universal dos bem. É o caso da necessidade urgente e evidente. em que o único meio de acudir às necessidades imediatas e essenciais (ali mento, abrigo, roupa...) é dispor e usar dos bens do outro.

2409 Toda maneira de tomar e de reter injustamente o bem do outro, mesmo que não contrarie as disposições da lei civil, é contrária ao sétimo mandamento. Assim, também, reter deliberadamente os bens emprestados ou objetos perdidos, defraudar no comércio, pagar salários injustos, elevar os preços especulando sobre a ignorância ou a miséria alheia.

São ainda moralmente ilícitos a especulação, pela qual se faz variar artificialmente a avaliação dos bens, visando levar vantagem em detrimento do outro; a corrupção, pela qual se "compra" o julgamento daqueles que devem tomar decisões de acordo com o direito; a apropriação e uso privados dos bens sociais de uma empresa; os trabalhos malfeitos; a fraude fiscal; a falsificação de cheques e de faturas; os gastos excessivos; o desperdício. Infligir voluntariamente um prejuízo aos proprietários privados ou públicos é contrário à lei moral e exige reparação.

2410 As promessas devem ser mantidas, e os contratos, rigorosamente observados, na medida em que o compromisso assumido for moralmente justo. Uma parte notável da vida econômica e social depende do valor dos contratos entre pessoas físicas ou morais. E o caso dos contratos comerciais de venda ou compra, os contratos de locação ou de trabalho. Todo contrato deve ser feito e executado de boa-fé.

2411 Os contratos estão sujeitos à justiça comutativa, que regula as trocas entre as pessoas e entre as instituições no pleno respeito aos seus direitos. A justiça comutativa obriga estritamente; exige a salvaguarda dos direitos de propriedade, o pagamento das dívidas e o cumprimento das obrigações livremente contraídas. Sem a justiça comutativa, nenhuma outra forma de justiça é possível.

Distingue-se a justiça comutativa da justiça legal, que se refere àquilo que o cidadão deve eqüitativamente à comunidade, e da justiça distributiva, que regula o que a comunidade deve aos cidadãos proporcionalmente às suas contribuições e às suas necessidades.

2412 Em virtude da justiça comutativa, a reparação da injustiça cometida exige a restituição do bem furtado a seu proprietário:

Jesus abençoa Zaqueu por causa de seu compromisso: "Se defraudei a alguém, restituo-lhe o quádruplo" (Lc 19,8). Aqueles que, de maneira direta ou indireta, se apossaram de um bem alheio têm obrigação de o restituir ou de devolver o equivalente em natureza ou em espécie, se a coisa desapareceu, bem como os frutos e lucros que seu proprietário legitimamente teria auferido. São igualmente obrigados a restituir, proporcionalmente à sua responsabilidade e ao benefício auferido, todos os que participaram de alguma maneira do roubo, ou tiraram proveito dele com conhecimento de causa, como, por exemplo, Os mandantes, os que ajudaram ou encobriram o roubo.

2413 Os jogos de azar (jogos de cartas etc.) ou as apostas em si não são contrários à justiça. Tomam-se moralmente inaceitáveis quando privam a pessoa daquilo que lhe é necessário para suprir suas necessidades e as dos outros. A paixão pelo jogo corre o risco de se transformar em uma dependência grave. Apostar injustamente ou trapacear nos jogos constitui matéria grave, a menos que o dano infligido seja tão pequeno aquele que o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo.

2414 O sétimo mandamento proíbe os atos ou empreendimentos que, por qualquer razão que seja, egoísta ou ideológica, mercantil ou totalitária, levam a escravizar seres humanos, a desconhecer sua dignidade pessoal, a comprá-los, a vendê-los e a trocá-los como mercadorias. É um pecado contra a dignidade das pessoas e contra seus direitos fundamentais reduzi-las, pela violência, a um valor de uso ou a uma fonte lucro. S. Paulo ordenava a um patrão cristão que

tratasse seu escravo cristão "não mais como escravo, mas como um irmão..., como um homem, no Senhor" (Fm 16).

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

2415 O sétimo mandamento manda respeitar a integridade da criação. Os animais, como as plantas e os seres inanimados, estão naturalmente destinados ao bem comum da humanidade passada, presente e futura. O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser separado do respeito pelas exigências morais. O domínio dado pelo Criador ao homem sobre os seres inanimados e os seres vivos não é absoluto; é medido por meio da preocupação pela qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras; exige um respeito religioso pela integridade da criação.

2416 Os animais são criaturas de Deus, que os envolve com sua solicitude providencial[a23]. Por sua simples existência, eles o bendizem e lhe dão glória. Também os homens lhes devem carinho. Lembremos com que delicadeza os santos, como S. Francisco de Assis ou S. Filipe de Neri, tratavam os animais.

2417 Deus confiou os animais à administração daquele que criou à sua imagem. E, portanto, legítimo servir-se dos animais para a alimentação e a confecção das vestes. Podem ser domesticados, para ajudar o homem em seus trabalhos e lazeres. Os experimentos médicos e científicos em animais são práticas moralmente admissíveis, se permanecerem dentro dos limites razoáveis e contribuírem para curar ou salvar vidas humanas.

2418 É contrário à dignidade humana, fazer os animais sofrerem inutilmente e desperdiçar suas vidas. É igualmente indigno gastar com eles o que deveria prioritariamente aliviar a miséria dos homens. Pode-se amar os animais, porém não se deve orientar para eles o afeto devido exclusivamente às pessoas.

III. A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

2419 "A revelação cristã leva a uma compreensão mais profunda das leis da vida social." A Igreja recebe do Evangelho a revelação plena da verdade do homem. Quando ela cumpre sua missão de anunciar o Evangelho, testemunha ao homem, em nome de Cristo, sua dignidade própria e sua vocação à comunhão de pessoas, ensina-lhe as exigências da justiça e da paz, de acordo com a sabedoria divina.

2420 A Igreja emite um juízo moral, em matéria econômica e social, "quando o exigem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas". Na ordem da moralidade, tem uma missão distinta da missão das autoridades políticas. A Igreja se preocupa com aspectos temporais do bem comum em razão de sua ordenação ao Sumo Bem, nosso fim último. Procura inspirar as atitudes justas na relação com os bens terrenos e nas relações socioeconômicas.

2421 A doutrina social da Igreja se desenvolveu no século XIX, por ocasião do encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna, suas novas estruturas para a produção de bens de consumo, sua nova concepção da sociedade, do Estado e da autoridade, suas novas formas de trabalho e de propriedade. O desenvolvimento da doutrina da Igreja, em matéria econômica e social, atesta o valor permanente do ensinamento da Igreja e, ao mesmo tempo, o sentido verdadeiro de sua Tradição sempre viva e ativa.

2422 O ensinamento social da Igreja abrange um corpo de doutrina na que se articula à medida que a Igreja interpreta os acontecimentos ao longo da história, à luz do conjunto da palavra revelada por Jesus Cristo, com a assistência do Espírito Santo. Este ensinamento se torna mais aceitável aos homens de boa vontade quanto mais profundamente inspira a conduta dos fiéis.

2423 A doutrina social da Igreja propõe princípios de reflexão apresenta critérios de juízo, orienta para a ação. Todo sistema segundo o qual as relações sociais seriam inteiramente determinadas pelos fatores econômicos é contrário à natureza da pessoa humana e de seus atos.

2424 Uma teoria que faz do lucro a regra exclusiva e o fim último da atividade econômica é moralmente inaceitável. O apetite desordenado pelo dinheiro não deixa de produzir seus efeitos perversos. Ele é uma das causas dos numerosos conflitos que perturbam a ordem social. Um sistema que "sacrifica os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos à organização coletiva da produção" é contrário à dignidade do homem. Toda prática que reduz as pessoas a não serem mais que meros meios que têm em vista o lucro escraviza o homem, conduz a idolatria do dinheiro e contribui para difundir o ateísmo. "Não podeis servir ao mesmo tempo a Deus e ao dinheiro" (Mt 6,24; Lc 16,13).

2425 A Igreja tem rejeitado as ideologias totalitárias e atéias associadas, nos tempos modernos, ao "comunismo" ou ao "socialismo". Além disso, na prática do "capitalismo", ela recusou o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano[a40]. A regulamentação da economia exclusivamente por meio planejamento centralizado perverte na base os vínculos sociais; sua regulamentação unicamente pela lei do mercado vai contra a justiça social, "pois há muitas necessidades humanas que não podem atendidas pelo mercado". É preciso preconizar uma regulamentação racional do mercado e das iniciativas econômicas, de acordo com uma justa hierarquia de valores e em vista do bem comum.

IV. A ATIVIDADE ECONÔMICA E A JUSTIÇA SOCIAL

2426 O desenvolvimento das atividades econômicas e o crescimento da produção estão destinados a servir às necessidades dos seres humanos. A vida econômica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; antes de tudo, ela está ordenada ao serviço das pessoas, do homem em sua totalidade e de toda a comunidade humana. Conduzida segundo seus métodos próprios, a atividade econômica deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral, segundo a justiça social, a fim de corresponder ao plano de Deus acerca do homem.

2427 O trabalho humano procede imediatamente das pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, ajudando-se mutuamente, a obra da criação, dominando a terra. O trabalho é, pois, um dever: "Quem não quer trabalhar também não há de comer" (2Ts 3,10.). O trabalho honra os dons do Criador e os talentos recebidos. Também pode ser redentor. Suportando a pena . do trabalho unido a Jesus, o artesão de Nazaré e o crucificado do Calvário, o homem colabora de certa maneira com o Filho de Deus em sua obra redentora. Mostra-se discípulo de Cristo carregando a cruz, cada dia, na atividade que é chamado a realizar[a48]. O trabalho pode ser um meio de santificação e uma animação das realidades terrestres no Espírito de Cristo.

2428 No trabalho, a pessoa exerce e realiza uma parte das capacidades inscritas em sua natureza. O valor primordial do trabalho está ligado ao próprio homem, que é seu autor e destinatário. O trabalho é para o homem, e não o homem para o trabalho. Cada um deve poder tirar do trabalho os meios para sustentar-se, a si e aos seus, bem como para prestar serviço à comunidade humana.

2429 Cada um tem o direito de iniciativa econômica, cada um usará legitimamente de seus talentos para contribuir para uma abundância que seja de proveito para todos e para colher os justos frutos de seus esforços. Cuidará de seguir as prescrições emanadas das autoridades legítimas, tendo em vista o bem comum.

2430 A vida econômica abrange interesses diversos, muitas vezes opostos entre si. Assim se explica o surgimento dos conflitos que a caracterizam. Deve haver empenho no sentido de minimizar estes últimos pela negociação que respeite os direitos e os deveres de cada parceiro

social: os responsáveis pelas empresas, os representantes dos assalariados, por exemplo, as organizações sindicais e, eventualmente, os poderes públicos.

2431 A responsabilidade do Estado. "A atividade econômica, sobretudo a da economia de mercado, não pode desenvolver-se num vazio institucional, jurídico e político. Ela supõe que sejam asseguradas as garantias das liberdades individuais e da propriedade, sem esquecer uma moeda estável e serviços públicos eficazes. O dever essencial do Estado, no entanto, é assegurar essas garantias, para que aqueles que trabalham possam gozar do fruto de seu trabalho e, portanto, sentir-se estimulados a realizá-lo com eficácia e honestidade... O Estado tem o dever de vigiar e conduzir a aplicação dos direitos humanos no setor econômico; nessa esfera, porém, a primeira responsabilidade não cabe ao Estado, mas às instituições e aos diversos grupos e associações que compõem a sociedade."

2432 Os responsáveis pelas empresas têm, perante a sociedade a responsabilidade econômica e ecológica por suas operações. Têm o dever de considerar o bem das pessoas e não apenas aumento dos lucros. Entretanto, estes são necessários, pois permitem realizar os investimentos que garantem o futuro das empresas, garantindo o emprego.

2433 O acesso ao trabalho e à profissão deve estar aberto a todos, sem discriminação injusta: homens e mulheres, normais e excepcionais ou deficientes, autóctones e migrantes. Em função das circunstâncias, também a sociedade deve ajudar os cidadãos a conseguir um trabalho e um emprego.

2434 O salário justo é o fruto legítimo do trabalho. Recusá-lo ou retê-lo pode constituir uma grave injustiça. Para se avaliar a remuneração equitativa, e preciso levar em conta ao mesmo tempo as necessidades e as contribuições de cada um. "Levando-se em consideração as funções e a produtividade, a situação da empresa e o bem comum, a remuneração do trabalho deve garantir ao homem e a seus familiares os recursos necessários a uma vida digna no plano material, social, cultural e espiritual." O acordo das partes não é suficiente para justificar moralmente o montante do salário.

2435 A greve é moralmente legítima quando se apresenta como um recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado. Torna-se moralmente inaceitável quando é acompanhada de violências ou ainda quando se lhe atribuem objetivos não diretamente ligados às condições de trabalho ou contrários ao bem comum.

2436 É injusto não pagar aos organismos de seguridade social as cotas estipuladas pelas autoridades legítimas. A privação do trabalho por causa do desemprego é quase sempre, para quem a sofre, um atentado à dignidade e uma ameaça ao equilíbrio da vida. Além do prejuízo pessoal para o desempregado, corre também inúmeros riscos o seu 1ar.

V. JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE ENTRE AS NAÇÕES

2437 No plano internacional, a desigualdade dos recursos e dos meios econômicos é tão grande que provoca entre as nações um verdadeiro "fosso". De um lado, estão os que detêm e desenvolvem os meios de crescimento e, de outro, os que acumulam as dívidas.

2438 Diversas causas, de natureza religiosa, política, econômica e financeira, conferem hoje a questão social uma dimensão mundial". A solidariedade é necessária entre as nações cujas políticas já são interdependentes. E ainda mais indispensável quando se toma preciso deter "os mecanismos perversos" que impedem o desenvolvimento dos países menos avançados[. Urge substituir os sistemas financeiros abusivos e mesmo usurários, as relações comerciais iníquas entre as nações e a corrida armamentista por um esforço comum no sentido de mobilizar os recursos e objetivos de desenvolvimento moral, cultural e econômico, "redefinindo as prioridades e as escalas de valores".

2439 As nações ricas têm uma responsabilidade moral grave para com aquelas que não podem garantir sozinhas os próprios meios de seu desenvolvimento ou foram impedidas de fazê-lo por trágicos acontecimentos históricos. E um dever de solidariedade e caridade; é igualmente

uma obrigação de justiça, se o bem-estar das nações ricas provém de recursos naturais não foram eqüitativamente pagos.

2440 A ajuda direta representa uma resposta apropriada a necessidades imediatas, extraordinárias, causadas por catástrofes naturais, epidemias etc., mas não basta para reparar os graves prejuízos que resultam de situações de miséria nem para prover permanentemente às necessidades. É necessário também reformar as instituições econômicas e financeiras internacionais, para que elas promovam melhor as relações eqüitativas com os países menos desenvolvidos. E preciso apoiar o esforço dos países pobres trabalhando para seu desenvolvimento e libertação. Esta doutrina deve ser aplicada de maneira muito especial no âmbito do trabalho agrícola. Os camponeses, sobretudo dos países menos desenvolvidos, constituem a massa preponderante dos pobres.

2441 Aumentar o senso de Deus e o conhecimento de si mesmo é a base de todo desenvolvimento completo da sociedade humana. Este desenvolvimento completo multiplica os bens materiais e os põe a serviço da pessoa e de sua liberdade. Diminui a miséria e a exploração econômicas. Faz crescer o respeito pelas; identidades culturais e a abertura para a transcendência.

2442 Não cabe aos pastores da Igreja intervir diretamente na construção política e na organização da vida social. Essa tarefa faz parte da vocação dos fiéis leigos, que agem por própria iniciativa com seus concidadãos. A ação social pode implicar uma pluralidade de caminhos concretos. Terá sempre em vista o bem comum e se conformará com a mensagem evangélica e com a doutrina da Igreja. Cabe aos fiéis leigos "animar as realidades temporais com um zelo cristão e comportar-se como artesãos da paz e da justiça".

VI . O AMOR AOS POBRES

2443 Deus abençoa aqueles que ajudam os pobres e reprova aqueles que se afastam deles: "Dá ao que te pede e não voltes as costas ao que te pede emprestado" (Mt 5,42). "De graça recebestes, de graça dai" (Mt 10,8). Jesus Cristo reconhecerá seus eleitos pelo que tiverem feito pelos pobres. Temos o sinal da presença de Cristo quando "os pobres são evangelizados" (Mt 11,53)

2444 "O amor da Igreja pelos pobres... faz parte de sua tradição constante." Inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e em sua atenção aos pobres. O amor aos pobres é também um dos motivos do dever de trabalhar, "para se ter o que partilhar com quem tiver necessidade. Não se estende apenas à pobreza material, mas também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa.

2445 O amor aos pobres é incompatível com o amor imoderado das riquezas ou o uso egoísta delas: Pois bem, agora vós, ricos, chorai e gemei por causa das desgraças que estão para vos sobrevir. Vossa riqueza apodreceu e vossas vestes estão carcomidas pelas traças. Vosso ouro e vossa prata estão enferrujados, e sua ferrugem testemunhará contra vós e devorará vossas carnes. Entesourastes como que um fogo nos tempos do fim! Lembrai-vos de que o salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Viveste faustosamente na terra e vos regalastes; vós vos saciastes no dia matança. Condenastes o justo e o pusestes à morte: ele não resiste (Tg 5,1-6).

2446 São João Crisóstomo lembra essa verdade em termos vigorosos: "Não deixar os pobres participar dos próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Nós não detemos nossos bens, mas os deles." "É preciso satisfazer acima de tudo as exigências da justiça, para que não ofereçamos como dom da caridade aquilo que já é devido por justiça." Quando damos aos pobres as coisas indispensáveis, não praticamos com eles grande generosidade pessoal, mas lhes devolvemos o que é deles. Cumprimos um dever de justiça e não tanto um ato de caridade.

2447 As obras de misericórdia são as ações caritativas pelas quais socorremos o próximo em suas necessidades corporais e espirituais. Instruir, aconselhar, consolar, confortar são obras de misericórdia espiritual, como também perdoar e suportar com paciência. As obras de misericórdia corporal consistem sobretudo em dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, dar moradia aos desabrigados, vestir os maltrapilhos, visitar os doentes e prisioneiros, sepultar os mortos. Dentre esses gestos de misericórdia, a esmola dada aos pobres é um dos principais testemunhos da caridade fraterna. E também uma prática de justiça que agrada a Deus. Quem tiver duas túnicas, reparta-as com aquele que não tem, quem tiver o que comer, faça o mesmo (Lc 3,11). Dai o que tendes em esmola, e tudo ficará puro para vós (Lc 11,41). Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser "Ide paz, aquecei-vos e saciai-vos, e não lhes der o necessário para manutenção, que proveito haverá nisso? (Tg 2, 15-16[a97]).

2448 "Sob suas múltiplas formas - extrema privação material, opressão injusta, enfermidades físicas e psíquicas e, por fim, a morte -, a miséria humana é o sinal manifesto da condição natural da fraqueza em que o homem se encontra após o primeiro pecado e da necessidade de uma salvação. É por isso que ela atrai a compaixão de Cristo Salvador, que quis assumi-la sobre si, identificando-se com os 'mais pequeninos entre seus irmãos'. É também por isso que todos aqueles que ela atinge são objeto de um amor preferencial por parte da Igreja, que, desde as suas origens, apesar das falhas de muitos de seus membros, não deixou nunca de trabalhar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los. Ela o faz por meio de inúmeras obras de beneficência, que continuam a ser, sempre e por toda parte, indispensáveis."

2449 Já no Antigo Testamento, todas as medidas jurídicas (ano de perdão, proibição de empréstimo a juros e da manutenção de penhora, obrigação do dizimo, pagamento cotidiano ao trabalhador diarista, direito de rebusca nas vinhas e respiga nos campos) são uma resposta à exortação do Deuteronômio: "Nunca deixará de haver pobres na terra; é por isso que eu te ordeno: abre a mão em favor de teu irmão que é humilhado e pobre em tua terra" (Dt 15,11). Jesus faz suas essas palavras: "Sempre tereis pobres convosco; mas a mim nem sempre tereis" (Jo 12,8). Dessa forma, ele não deixa caducar a veemência dos oráculos antigos contra aqueles que "compram o fraco com prata e o indigente por um par de sandálias..." (Am 8,6), mas Ele nos convida a reconhecer sua presença nos pobres, que são seus irmãos: No dia em que sua mãe a repreendeu por manter em casa pobres e doentes, Santa Rosa de Lima lhe replicou: "Quando servimos aos pobres e doentes, servimos a Jesus. Não nos devemos cansar de ajudar o próximo, porque neles é a Jesus que servimos".

RESUMINDO

2450 "Não roubarás" (Dt 5,19). "Nem os ladrões, nem os avarentos... nem os rapinadores herdarão o Reino de Deus" (1 Cor 6,10).

2451 O sétimo mandamento prescreve a prática da justiça e da caridade na administração dos bens terrenos e dos frutos do trabalho dos homens.

2452 Os bens da criação são destinados a todo o gênero humanos. O direito à propriedade privada não abole a destinação universal dos bens.

2453 O sétimo mandamento proíbe o roubo. O roubo é a usurpação de um bem de outrem contra a vontade razoável do proprietário;

2454 Toda forma de apropriação e uso injusto dos bens de outrem é contrária ao sétimo mandamento. A injustiça cometida exige reparação. A justiça comutativa exige a restituição do bem roubado.

2455 A lei moral proíbe os atos que, visando a fins mercantis ou totalitários, conduzem à servidão dos seres humanos, à sua compra, venda e troca como mercadorias.

2456 O domínio concedido pelo Criador sobre os recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser separado do respeito às obrigações morais, inclusive para com as gerações futuras.

2457 Os animais são confiados à administração do homem, que lhes deve benevolência. Podem servir para a justa satisfação das necessidades do homem.

2458 A Igreja emite um juízo em matéria econômica e social quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas exigem. Preocupa-se com o bem comum temporal dos homens em razão de sua ordenação ao Sumo Bem, nosso fim último.

2459 O próprio homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômica e social. O ponto decisivo da questão social é que os bens criados por Deus para todos de fato cheguem a todos conforme a justiça e com a ajuda da caridade.

2460 O valor primordial do trabalho depende do próprio homem, que é seu autor e destinatário. Por meio de seu trabalho, o homem participa da obra da criação. Unido a Cristo, o trabalho pode ser redentor.

2461 O verdadeiro desenvolvimento abrange o homem inteiro. O que importa é fazer crescer a capacidade de cada pessoa de responder à sua vocação, portanto, ao chamamento de Deus.

2462 A esmola dada aos pobres é um testemunho de caridade fraterna; é também uma prática de justiça que agrada a Deus.

2463 Na multidão de seres humanos sem pão, sem teto, sem terra, como não reconhecer Lázaro, mendigo faminto da parábola? Como não ouvir Jesus, que diz: "Foi a mim que o deixastes de fazer" (Mt 25,45)?

ARTIGO 8

O OITAVO MANDAMENTO

NÃO APRESENTARÁS UM FALSO TESTEMUNHO CONTRA TEU PRÓXIMO (EX 20,16).

Ouvistes também o que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor (Mt 5,33).

2464 O oitavo mandamento proíbe falsear a verdade nas relações com os outros. Essa prescrição moral decorre da vocação do povo santo a ser testemunha do; seu Deus, que é e quer a verdade. As ofensas à verdade exprimem, por palavras ou atos, uma recusa de abraçar a retidão moral: são infidelidades fundamentais a Deus e, neste sentido, minam as bases da Aliança.

I. VIVER NA VERDADE

2465 O Antigo Testamento atesta: Deus é fonte de toda verdade. Sua Palavra é verdade. Sua lei é verdade. "Sua fidelidade continua de geração em geração" (Sl 119,90). Uma vez que Deus é "veraz" (Rm 3,4), os membros de seu Povo são chamados a viver na verdade.

2466 Em Jesus Cristo, a verdade de Deus se manifestou plenamente. "Cheio de graça e verdade, Ele é a "luz do mundo" (Jo 8,12), é a Verdade.".. para que aquele que crê em mim não permaneça nas trevas." O discípulo de Jesus "permanece em sua palavra" para conhecer "a verdade que liberta" (Jo 8,32) e santifica. Seguir a Jesus é viver do "Espírito da verdade" que o Pai envia em seu nome e conduz "à verdade plena" (Jo 16,13). Jesus ensina a seus discípulos o amor incondicional da verdade: "Seja o vosso 'sim', sim, e o vosso 'não', não" (Mt 5,37).

2467 O homem tende naturalmente para a verdade. É obrigado a honrá-la e testemunhá-la: "É postulado da própria dignidade que os homens todos, por serem pessoas... se sintam por natureza impelidos e moralmente obrigados a procurar a verdade, sobretudo a que concerne à religião. São obrigados também a aderir à verdade conhecida e a ordenar toda a vida segundo as exigências da verdade"

2468 A verdade como retidão do agir e da palavra humana tem o nome de veracidade, sinceridade ou franqueza. A verdade ou a veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro no agir e no falar, guardando-se da duplicidade, da simulação e da hipocrisia.

2469 Os homens não poderiam viver juntos se não tivessem confiança recíproca, quer dizer, se não manifestassem a verdade uns aos outros." A virtude da verdade devolve ao outro o que lhe é devido. A veracidade observa um justo meio entre aquilo que deve ser expresso e o segredo que deve ser guardado; implica a honestidade e a discricção. Por justiça, "um homem deve honestamente a outro a manifestação da verdade".

2470 O discípulo de Cristo aceita "viver na verdade", isto é, na simplicidade de uma vida conforme o exemplo do Senhor permanecendo em sua verdade. "Se dissermos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade" (1 Jo 1,6).

II. "DAR TESTEMUNHO DA VERDADE"

2471 Diante de Pilatos, Cristo proclama que "veio ao mundo para dar testemunho da verdade" O cristão não "se envergonha de dar testemunho do Senhor" (2 Tm 1,8). Nas situações que requerem a declaração da fé, o cristão deve professá-la sem equívoco, a exemplo de S. Paulo diante de seus juizes. Ele deve manter "uma consciência irrepreensível, constantemente, diante de Deus e diante dos homens" (At 24,16).

2472 O dever dos cristãos de tomar parte na vida da Igreja leva-os a agir como testemunhas do Evangelho e das obrigações dele decorrentes. Esse testemunho é transmissão da fé em palavras e atos. O testemunho é um ato de justiça que estabelece ou dá a conhecer a verdade: Todos os cristãos, onde quer que vivam, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, devem manifestar o novo homem que pelo Batismo vestiram e a virtude do Espírito Santo que os revigorou pela confirmação.

2473 O martírio é o supremo testemunho prestado à verdade da fé; designa um testemunho que vai até a morte. O mártir dá testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pela caridade. Dá testemunho da verdade da fé e da doutrina cristã. Enfrenta a morte num ato de fortaleza. "Deixai-me ser comida das feras. E por elas que me será concedido chegar até Deus."

2474 Com o maior cuidado, a Igreja recolheu as lembranças daqueles que foram até o fim para testemunhar a fé. São as "Atas dos Mártires" (Acta Martyrum). Constituem os arquivos da Verdade escritos em letras de sangue: De nada me servirão os encantos do mundo e dos remos deste século. Melhor para mim é morrer (para me unir) a Cristo Jesus do que reinar até as extremidades da terra. É a Ele, que morreu por nós, que eu procuro; é a Ele, que ressuscitou por nós, que eu quero. Aproxima-se o momento em que serei gerado... .

Eu vos bendigo por me terdes julgado digno desse dia e dessa hora, digno de ser contado no número dos vossos mártires... Guardastes vossa promessa, Deus da fidelidade e da verdade. Por essa graça e por todas as coisas, eu vos louvo, vos bendigo e vos glorifico pelo eterno e celeste sumo sacerdote, Jesus Cristo vosso Filho bem-amado. Por Ele, que está convosco e com o Espírito, vos seja dada glória, agora e por todos os séculos. Amém.

III. AS OFENSAS À VERDADE

2475 Os discípulos de Cristo "revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus, na justiça e santidade da verdade" (Ef 4,24). "Livres da mentira" (Ef 4,25), devem "rejeitar toda maldade, toda mentira, todas as formas de hipocrisia, de inveja e maledicência" (I Pd 2,1).

2476 Falso testemunho e perjúrio. Quando emitida publicamente, uma afirmação contrária à verdade assume uma gravidade particular. Diante de um tribunal, torna-se um falso testemunho[a30]. Quando está sob juramento, trata-se de perjúrio. Essas formas de agir contribuem para condenar um inocente para inocentar um culpado ou para aumentar a sanção em que incorre o acusado. Elas comprometem gravemente exercício da justiça e a equidade da sentença pronunciada pelos juizes.

2477 O respeito à reputação das pessoas proíbe qualquer atitude e palavra capazes de causar um prejuízo injusto. Torna-se culpado:

ü de juízo temerário aquele que, mesmo tacitamente, admite como verdadeiro, sem fundamento suficiente, um defeito moral no próximo.

ü de maledicência aquele que, sem razão objetivamente válida, revela a pessoas que não sabem os defeitos e faltas de outros.

ü de calúnia aquele que, por palavras contrárias à verdade, prejudica a reputação dos outros e dá ocasião a falsos juízos a respeito deles.

2478 Para evitar o juízo temerário, todos hão de cuidar de interpretar de modo favorável tanto quanto possível os pensamentos, as palavras e as ações do próximo. Todo bom cristão deve estar mais inclinado a desculpar as palavras do próximo do que a condená-las. Se não é possível desculpá-las, deve-se perguntar-lhe como as entende; e se ele as entende mal, que seja corrigido com amor; e, se isso não bastar, que se procurem todos os meios apropriados para que, compreendendo-as corretamente, se salve.

2479 Maledicência e calúnia destroem a reputação e a honra do próximo. Ora, a honra é o testemunho social prestado à dignidade humana. Todos gozam de um direito natural à honra do próprio nome, à sua reputação e ao seu respeito. Dessa forma, a maledicência e a calúnia ferem as virtudes da justiça e da caridade.

2480 Deve-se proscrever qualquer palavra ou atitude que, por bajulação, adulação ou complacência, encoraje e confirme o outro na malícia de seus atos e na perversidade de sua conduta. A adulação é uma falta grave quando cúmplice de vícios ou de pecados graves. O desejo de prestar serviço ou a amizade não justificam uma duplicidade da linguagem. A adulação é um pecado venial quando deseja somente ser agradável, evitar um mal, remediar uma necessidade, obter vantagens legítimas.

2481 A jactância ou fanfarronice constitui uma falta contra a verdade. O mesmo vale para a ironia, que visa depreciar alguém caricaturando, de modo malévolo, um ou outro aspecto de seu comportamento.

2482 "A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar." O Senhor denuncia na mentira uma obra diabólica: "Vós sois do diabo, vosso pai, . . nele não há verdade: quando ele mente, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8,44).

2483 A mentira é a ofensa mais direta à verdade. Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro. Ferindo a relação do homem com a verdade e com o próximo, a mentira ofende a relação fundante do homem e de sua palavra com o Senhor.

2484 A gravidade da mentira se mede segundo a natureza da verdade que ela deforma, de acordo com as circunstâncias, as intenções daquele que a comete, os prejuízos sofridos por aqueles que são suas vítimas. Embora a mentira, em si, não constitua senão um pecado venial, torna-se mortal quando fere gravemente as virtudes da justiça e da caridade.

2485 A mentira é condenável em sua natureza. É uma profanação da palavra que tem por finalidade comunicar a outros a verdade conhecida. O propósito deliberado de induzir o próximo em por palavras contrárias à verdade constitui uma falta à justiça e à caridade. A

culpabilidade é maior quando a intenção de enganar acarreta o risco de conseqüências funestas para aqueles são desviados da verdade.

2486 A mentira (por ser uma violação da virtude da veracidade) é uma verdadeira violência feita ao outro porque o fere em sua capacidade de conhecer, que é a condição de todo juízo e de decisão. Contém em germe a divisão dos espíritos e todos os males que ela suscita. A mentira é funesta para toda a sociedade; mina a confiança entre os homens e rompe o tecido das relações sociais.

2487 Toda falta cometida contra a justiça e a verdade impõe o dever de reparação, mesmo que seu autor tenha sido perdoado. Quando se torna impossível reparar um erro publicamente, deve-se fazê-lo em segredo; se aquele que sofreu o prejuízo não pode ser diretamente indenizado, deve-se dar-lhe satisfação moralmente, em nome da caridade. Esse dever de reparação se refere também às faltas cometidas contra a reputação de outrem. Essa reparação, moral e às vezes material, será avaliada na proporção do dano causado e obriga em consciência.

IV. O RESPEITO À VERDADE

2488 O direito à comunicação da verdade não é incondicional. Cada um deve conformar sua vida com o preceito evangélico do amor fraterno. Este requer, nas situações concretas, que se avalie se é conveniente ou não revelar a verdade àquele que a pede.

2489 A caridade e o respeito à verdade devem ditar a resposta a todo pedido de informação ou de comunicação. O bem e a segurança do outro, o respeito à vida privada, o bem comum são razões suficientes para se calar aquilo que não deve ser conhecido ou para se usar uma linguagem discreta. O dever de evitar o escândalo impõe muitas vezes uma estrita discrição. Ninguém é obrigado a revelar a verdade a quem não tem o direito de conhecê-la.

2490 O sigilo do sacramento da Reconciliação é sagrado e não pode ser traído sob nenhum pretexto. "O sigilo sacramental é inviolável; por isso, não é lícito ao confessor revelar o penitente, com palavras, ou de qualquer outro modo, por nenhuma causa."

2491 Os segredos profissionais por exemplo, de políticos, militares, médicos, juristas ou as confidências feitas sob sigilo devem ser guardados, salvo casos excepcionais em que a retenção do segredo causasse àquele que os confia, àquele que os recebe ou a um terceiro prejuízos muito graves e somente evitáveis pela divulgação da verdade. Ainda que não tenham sido confiadas sob sigilo, as informações privadas prejudiciais a outros não podem ser divulgadas sem uma razão grave e proporcionada.

2492 Cada um deve manter a justa reserva acerca da vida privada das pessoas. Os responsáveis pela comunicação devem manter uma justa proporção entre as exigências do bem comum e o respeito dos direitos particulares. A ingerência da informação na vida privada de pessoas comprometidas numa atividade política ou pública é condenável na medida em que ela viola sua intimidade e liberdade.

V. O USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

2493 Na sociedade moderna, os meios de comunicação social exercem um papel primordial na informação, na promoção cultural e na formação. O papel cresce em razão dos avanços técnicos, com a amplitude e a diversidade das notícias transmitidas, com a influência exercida sobre a opinião pública.

2494 A informação dos meios de comunicação social está a serviço do bem comum. A sociedade tem direito a uma informação fundada sobre a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade:

O correto exercício desse direito exige que a comunicação seja, quanto ao objeto, sempre verdadeira e completa, dentro do respeito às exigências da justiça e da caridade; que ela

seja, quanto ao modo, honesta e conveniente, quer dizer, que na aquisição e difusão das notícias observe absolutamente as leis morais, os direitos e a dignidade do homem.

2495 "É indispensável que todos os membros da sociedade cumpram também neste particular os deveres de justiça e verdade. Não de empregar os meios de comunicação social a fim de cooperar para a formação e a difusão da reta opinião pública." A solidariedade aparece como consequência de uma comunicação verdadeira e justa e da livre circulação das idéias que favoreçam o conhecimento e o respeito aos outros.

2496 Os meios de comunicação social (especialmente a mídia) podem gerar certa passividade entre os usuários, tornando-os consumidores pouco criteriosos a respeito das mensagens e dos espetáculos, Os usuários não de se impor moderação e disciplina quanto à mídia. Não de formar em si uma consciência esclarecida e correta, para resistir mais facilmente às influências menos honestas.

2497 Os responsáveis pela imprensa, exatamente por sua profissão têm o dever, na difusão da informação, de servir à verdade e não ofender a caridade. Não de se esforçar por respeitar, com igual cuidado, a natureza dos fatos e os limites do juízo crítico a respeito das pessoas. Devem evitar ceder à difamação.

2498 "Cabem às autoridades civis deveres especiais em razão do bem comum. Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação." Publicando leis e cuidando de sua aplicação, os poderes públicos cuidarão para que o mau uso dos meios de comunicação não "cause graves prejuízos aos costumes públicos aos progressos da sociedade". Estabelecerão sanções contra a violação dos direitos de cada pessoa à reputação e ao segredo da vida privada. Darão no momento oportuno e honestamente as informações que dizem respeito ao bem comum e respondem às inquietações fundadas da população. Nada pode justificar o recurso a falsas informações para se manipular a opinião pública pelos meios de comunicação. Essas intervenções não ferirão a liberdade dos indivíduos e dos grupos.

2499 A moral denuncia o flagelo dos estados totalitários que falsificam sistematicamente a verdade, exercem mediante os meios de comunicação uma dominação política da opinião, "manipulam" os acusados e as testemunhas de processos públicos e imaginam assegurar sua tirania sufocando e reprimindo tudo o que consideram "delitos de opinião".

VI. VERDADE, BELEZA E ARTE SACRA

2500 A prática do bem é acompanhada de um prazer espiritual gratuito e da beleza moral. Da mesma forma, a verdade implica a alegria e o esplendor da beleza espiritual. A verdade é bela em si mesma. A verdade da palavra, expressão racional do conhecimento da realidade criada e incriada, é necessária ao homem dotado de inteligência, mas a verdade também pode encontrar outras formas de expressão humana, complementares, sobretudo quando se trata de evocar o que ela contém de indizível, as profundezas do coração humano, as elevações da alma, o mistério de Deus. Antes de se revelar ao homem em palavras de verdade, Deus se lhe revela pela linguagem universal da criação, obra de sua Palavra, de sua Sabedoria: a ordem e a harmonia do cosmo que tanto a criança como o cientista descobrem, "a grandeza e a beleza das criaturas levam, por analogia, à contemplação de seu Autor" (Sb 13,5), "pois foi a própria fonte da beleza que as criou" (Sb 13,3).

A Sabedoria é um eflúvio do poder de Deus, emanção puríssima da glória do Todo-Poderoso; por isso nada de impuro pode nela insinuar-se. É reflexo da luz eterna, espelho nítido da atividade de Deus e imagem de sua bondade (Sb 7,25-26). A sabedoria é mais bela que o sol, supera todas as constelações. Comparada à luz do dia, sai ganhando, pois a luz cede lugar à noite, ao passo que, sobre a Sabedoria o mal não prevalece (Sb 7,29-30). Enamorei-me de sua formosura (Sb 8,2).

2501 "Criado à imagem de Deus", o homem exprime também a verdade de sua relação com o Deus Criador pela beleza de suas obras artísticas. A arte de fato é uma forma de

expressão própria mente humana; acima da procura das necessidades vitais, com a todas as criaturas vivas, ela é uma superabundância gratuita da riqueza interior do ser humano. Nascendo de um talento dado pelo Criador e do esforço do próprio homem, a arte é um forma de sabedoria prática, que une conhecimento e perícia para dar forma à verdade de uma realidade na linguagem acessível à vista e ao ouvido. A arte inclui certa semelhança cor a atividade de Deus na criação, na medida em que se inspira na verdade e no amor das criaturas. Como qualquer outra até atividade humana, a arte não tem um fim absoluto em si mesma mas é ordenada e enobrecida pelo fim último do homem.

2502 A arte sacra é verdadeira e bela quando corresponde, por sua forma, à sua vocação própria: evocar e glorificar, na fé e na adoração, o Mistério transcendente de Deus, beleza excelsa invisível de verdade e amor, revelada em Cristo, "resplendor de sua glória, expressão de seu Ser" (Hb 1,3), em quem "habita corporalmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2,9), beleza espiritual refletida na Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus, nos anjos santos. A arte sacra verdadeira leva o homem à adoração, à oração e ao amor de Deus Criador e Salvador, Santo e Santificador.

2503 Por isso devem os bispos, por si ou por delegação, cuidar de promover a arte sacra, antiga e nova, sob todas as formas, e afastar, com o me mo zelo religioso, da liturgia e dos edifícios do culto, tudo o que não harmoniza com a verdade da fé e a autêntica beleza da arte sacra.

RESUMINDO

2504 "Não levantarás falso testemunho contra teu próximo" (Ex 20,16 Os discípulos de Cristo "revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus na justiça e santidade da verdade" (Ef 4,24).

2505 A verdade ou veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro no agir e no falar, fugindo da duplicidade, dê simulação e da hipocrisia.

2506 O cristão não deve "se envergonhar de dar testemunho de Nosso Senhor" (2Tm 1,8) em atos e palavras. O martírio é o supremo testemunho prestado à verdade da fé.

2507 O respeito à reputação e à honra das pessoas proíbe toda atitude ou palavra de maledicência ou calúnia.

2508 A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar o próximo.

2509 Toda falta cometida contra a verdade exige reparação.

2510 A regra de ouro ajuda a discernir, nas situações concretas, se convém ou não revelar a verdade àquele que a pede.

2511 "O sigilo sacramental é inviolável. " Os segredos profissionais devem ser guardados. As confidências prejudiciais a outros não devem ser divulgadas.

2512 A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade e na justiça. É conveniente que se imponham moderação e disciplina no uso dos meios de comunicação social.

2513 As artes, mas sobretudo a arte sacra, têm em vista, "por natureza, exprimir de alguma forma nas obras humanas a beleza infinita de Deus e procuram aumentar seu louvor e sua glória na medida em que não tiverem outro propósito senão o de contribuir poderosamente para encaminhar os corações humanos a Deus."

ARTIGO 9

O NONO MANDAMENTO

Não cobiçarás a casa de teu próximo, não desejarás sua mulher, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo (Ex 20,17). Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração (Mt 5,28).

2514 São João distingue três espécies de cobiça ou concupiscência: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida. Conforme a tradição catequética católica, o nono mandamento proíbe a concupiscência carnal; o décimo proíbe a concupiscência dos bens alheios.

2515 No sentido etimológico, a "concupiscência" pode designar qualquer forma veemente de desejo humano. A teologia cristã lhe deu o sentido particular de moção do apetite sensível que se opõe aos ditames da razão humana. O Apóstolo Paulo a identifica com a revolta que a carne provoca contra o "espírito". Provém da desobediência do primeiro pecado. Transtorna as faculdades morais do homem e, sem se pecado em si mesma, inclina-o a cometê-lo.

2516 Já no homem, tratando-se de um ser composto, espírito corpo, existe certa tensão, desenrola-se certa luta de tendência entre o "espírito" e a carne . Mas essa luta, de fato, pertence à herança do pecado, é uma consequência dele e, ao mesmo tempo, uma confirmação, e faz parte da experiência do combate espiritual: Para o Apóstolo, não se trata de discriminar e condenar o corpo que, juntamente com a alma espiritual, constitui a natureza do homem e sua subjetividade pessoal. Ele quis tratar sobretudo das obras, ou melhor, das disposições estáveis virtudes vícios moralmente boas ou más, que são fruto da submissão (no primeiro caso) ou, pelo contrário, de resistência (no segundo caso) à ação salvífica do Espírito Santo. Por isso o Apóstolo escreve: "Se, portanto, vivemos pelo espírito, caminhemos também segundo o espírito" (Gl 5,25).

I. A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

2517 O coração é a sede da personalidade moral: "É do coração que procedem más intenções, assassinios, adultérios, prostituições, roubos, falsos testemunhos e difamações" (Mt 15,19). A luta contra a concupiscência da carne passa pela purificação do coração e a prática da temperança:

Conserva-te na simplicidade, na inocência, e serás como a criancinhas, que ignoram o mal destruidor da vida dos homens.

2518 A sexta bem-aventurança proclama: "Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus" (Mt 5,8). A expressão "puros de coração" designa aqueles que entregaram o coração e a inteligência às exigências da santidade de Deus, principalmente em três campos: a caridade, a castidade ou a retidão sexual, o amor à verdade e à ortodoxia da fé. Existe um laço de união entre a pureza do coração, do corpo e da fé:

Os fiéis devem crer nos artigos do símbolo, "para que, crendo, obedeçam a Deus; obedecendo, vivam corretamente; vivendo corretamente, purifiquem seu coração; e, purificando o coração, compreendam o que crêem".

2519 Aos "puros de coração" está prometido ver a Deus face a face e ser semelhantes a Ele. A pureza de coração é a condição prévia da visão. Desde já nos concede ver segundo Deus, receber o outro como um "próximo"; permite-nos perceber o corpo humano, o nosso e o do próximo, como um templo do Espírito Santo, uma manifestação da beleza divina.

II. A LUTA PELA PUREZA

2520 O Batismo confere àquele que o recebe a graça da purificação de todos os pecados. Mas o batizado deve continuar a lutar contra a concupiscência da carne e as cobiças desordenadas. Com a graça de Deus, alcançará a pureza de coração:

ü pela virtude e pelo dom da castidade, pois a castidade permite amar com um coração reto e indiviso;

ü pela pureza de intenção, que consiste em ter em vista o fim verdadeiro do homem; com uma atitude simples, o batizado procura encontrar e realizar a vontade de Deus em todas as coisas;

ü pela pureza do olhar, exterior e interior; pela disciplina dos sentimentos e da imaginação; pela recusa de toda complacência nos pensamentos impuros que tendem a desviar do caminho dos mandamentos divinos: "A desperta a paixão dos insensatos" (Sb 15,5);

ü pela oração:

Eu julgava que a continência dependia de minhas próprias forças... forças que eu não conhecia em mim. E eu era tão insensato que não sabia que ninguém pode ser continente, se vos lho concedeis. E sem dúvida mo teríeis concedido, se com gemidos interiores vos ferisse os ouvidos e, com firme fé, pusesse em vós minha preocupação.

2521 A pureza exige o pudor. Este é uma parte integrante da esperança. O pudor preserva a intimidade da pessoa. Consiste na recusa de mostrar aquilo que deve ficar escondido. Está ordenado castidade, exprimindo sua delicadeza. Orienta os olhares e os gestos em conformidade com a dignidade das pessoas e de sua união.

2522 O pudor protege o mistério das pessoas e de seu amor. Convida à paciência e à moderação na relação amorosa; pede que sejam cumpridas as condições da doação e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre si. O pudor é modéstia. Inspira o modo de vestir. Mantém o silêncio ou certa reserva quando se entrevê o risco de uma curiosidade malsã. Torna-se discrição.

2523 Existe um pudor dos sentimentos, como existe o do corpo. O pudor, por exemplo, protesta contra a exploração do corpo humano em função de uma curiosidade doentia (como em certo tipo de publicidade), ou contra a solicitação de certos meios de comunicação ir longe demais na revelação de confidências íntimas. O pudor inspira um modo de viver que permite resistir às solicitações da moda e à pressão das ideologias dominantes.

2524 As formas revestidas pelo pudor variam de uma cultura a outra. Em toda parte, porém, ele permanece como o pressentimento de uma dignidade espiritual própria do homem. O pudor nasce pelo despertar da consciência do sujeito. Ensinar o pudor a crianças e adolescentes é despertá-los para o respeito à pessoa humana.

2525 A pureza cristã requer uma purificação do clima social. Exige dos meios de comunicação social uma informação que não ofenda o respeito e a modéstia. A pureza do coração liberta a pessoa do erotismo tão difuso e afasta-a dos espetáculos que favorecem o "voyeurismo" e a ilusão.

2526 O que se costuma chamar permissividade dos costumes se apóia numa concepção errônea da liberdade humana; para se edificar, esta última tem necessidade de se deixar educar previamente pela lei moral. Convém exigir dos responsáveis pela educação que dêem à juventude um ensino respeitoso da verdade, das qualidades do coração e da dignidade moral e espiritual do homem.

2527 "A Boa Nova de Cristo restaura constantemente a vida e a cultura do homem decaído, combate e remove os erros e os males decorrentes da sempre ameaçadora sedução do pecado. Purifica e eleva incessantemente os costumes dos povos. Com as riquezas do alto ela fecunda, como que por dentro, as qualidades do espírito e os dotes de cada povo e de cada idade; fortifica-os, aperfeiçoa-os e restaura-os em Cristo."

RESUMINDO

2528 "Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração" (Mt 5,28).

2529 O nono mandamento adverte contra a cobiça ou concupiscência carnal.

2530 A luta contra a cobiça carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança.

2531 A pureza do coração nos permitirá ver a Deus e nos permite desde já ver todas as coisas segundo Deus.

2532 A purificação do coração exige a oração, a prática da castidade, a pureza da intenção e do olhar.

2533 A pureza do coração exige o pudor, que é paciência, modéstia e discrição. O pudor preserva a intimidade da pessoa.

ARTIGO 10

O DÉCIMO MANDAMENTO

NÃO COBIÇARÁS... COISA ALGUMA QUE PERTENÇA A TEU PRÓXIMO (EX 20,17).

Tu não desejarás para ti a casa de teu próximo, nem seu campo, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu boi, nem seu jumento, qualquer coisa que pertença a teu próximo (Dt 5,21).

Onde está o teu tesouro, aí estará também teu coração (Mt 6,21).

2534 O décimo mandamento desdobra e completa o nono, que se refere à concupiscência da carne. Proíbe a cobiça dos bens dos outros, raiz do roubo, da rapina e da fraude, que o sétimo mandamento proíbe. A "concupiscência dos olhos" (1 Jo 2,16) leva à violência e à injustiça, proibidas pelo quinto preceito. A cupidez tem sua origem, como a fornicção, na idolatria proibida nas três primeiras prescrições da 1ei. O décimo mandamento se refere à intenção do coração e resume, junto com o nono, todos os preceitos da Lei.

LA DESORDEM DAS CONCUPISCÊNCIAS

2535 O apetite sensível nos faz desejar as coisas agradáveis que não temos. Por exemplo, desejar comer quando temos fome, ou aquecer-nos quando estamos com frio. Esses desejos são bons em si mesmos, mas muitas vezes não respeitam a medida da razão e nos levam a cobiçar injustamente o que não nos cabe e pertence, ou é devido a outra pessoa.

2536 O décimo mandamento proíbe a avidez e o desejo de uma apropriação desmedida dos bens terrenos; proíbe a cupidez desmedida nascida da paixão imoderada das riquezas e de seu poder. Proíbe ainda o desejo de cometer uma injustiça pela qual se prejudicaria o próximo em seus bens temporais:

Quando a Lei nos diz: "Não cobiçarás", ordena-nos, em outros termos, que afastemos nossos desejos de tudo aquilo que não nos pertence. Pois a sede dos bens do próximo é imensa, infinita e nunca saciada, como está escrito: "Quem ama o dinheiro nunca se de dinheiro" (Ecl 5,9).

2537 Não é violar este mandamento desejar obter coisas que pertencem ao próximo, contanto que seja por meios justos. A catequese tradicional indica com realismo "aqueles que

mais devem lutar contra suas concupiscências criminosas e, portanto, que e preciso "exortar o mais possível à observância deste preceito": São os .. comerciantes que desejam a carestia ou os preços excessivos das mercadorias, que vêm com pesar que não são os únicos a comprar e a vender, o que lhes permitiria vender mais caro e comprar ao preço mínimo; os que desejam que seus semelhantes fiquem na miséria, para tirarem lucro, quer vendendo para eles, quer comprando deles... Os médicos que desejam que haja doentes, os legistas que desejam causas e processos importantes e numerosos....

2538 O décimo mandamento exige banir a inveja do coração humano. Quando o profeta Natã quis estimular o arrependimento do rei Davi, contou-lhe a história do pobre que possuía uma única ovelha, tratada como sua própria filha, e do rico que, apesar da multidão de seus rebanhos, invejava o primeiro e acabou roubando-lhe a ovelha. A inveja pode levar às piores ações. E pela inveja do demônio que a morte entrou no mundo: Nós nos combatemos mutuamente, e é a inveja que nos arma uns contra os outros... Se todos procuram por todos os meios abalar o Corpo onde acabaremos? Nós estamos enfraquecendo o Corpo de Cristo... Declaramo-nos membros de um mesmo organismo e nos devoramos como feras.

2539 A inveja é um vício capital. Designa a tristeza sentida diante do bem do outro e do desejo imoderado de sua apropriação, mesmo indevida. Quando deseja um grave mal ao próximo, é um pecado mortal: Sto. Agostinho via na inveja "o pecado diabólico por excelência". "Da inveja nascem o ódio, a maledicência, a calúnia, a alegria causada pela desgraça do próximo e o desprazer causado por sua prosperidade."

2540 A inveja representa uma das formas de tristeza e, portanto, uma recusa da caridade; o batizado lutará contra ela mediante a benevolência. A inveja provém muitas vezes do orgulho o batizado se exercitará no caminho da humildade: Quereríeis ver Deus glorificado por vós? Pois bem, alegrai-vos com os progressos de vosso irmão e imediatamente Deus será glorificado por vós. Deus será louvado dirão, porque seu servo soube vencer a inveja, colocando alegria nos méritos dos outros.

II. OS DESEJOS DO ESPÍRITO

2541 A economia da lei e da graça desvia o coração dos homens ambição e da inveja e o inicia no desejo do Sumo Bem; instrui-o nos desejos do Espírito Santo, que sacia o coração do homem. O Deus das promessas desde sempre advertiu o homem contra a sedução daquilo que, desde as origens, aparece como "bom ao apetite, agradável aos olhos, desejável para adquirir ciência" (cf. Gn 3,6).

2542 A Lei confiada a Israel jamais bastou para justificar aqueles que lhe eram sujeitos; antes, tomou-se mesmo o instrumento da "cobiça[a45] ". A inadequação entre o querer e o fazer [a46] indica o conflito entre a lei de Deus, que é a "lei da razão", e outra lei, "que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros" (Rm 7,23).

2543 "Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo em favor de todos os crêem" (Rm 3,21-22). Por isso os fiéis de Cristo "crucificaram a carne com suas paixões e concupiscências" (Gl 5,24); eles conduzidos pelo Espírito [a48] e seguem os desejos do Espírito.

III. A POBREZA DE ORAÇÃO

2544 Jesus ordena a seus discípulos que O prefiram a tudo e dos e lhes propõe que "renunciem a todos os bens" por causa dele e do Evangelho. Pouco antes de sua paixão, deu-lhes como exemplo a pobre viúva de Jerusalém que, de sua indigência, deu tudo o que possuía para viver[a54] . O preceito do desprendimento das riquezas é obrigatório para se entrar no Reino dos céus.

2545 Todos os fiéis de Cristo "devem dirigir retamente seus afetos para que, por causa do uso das coisas mundanas, por causa do apego às riquezas contra o espírito da pobreza evangélica, não sejam impedidos de tender à perfeição da caridade".

2546 Bem-aventurados os pobres em espírito" (Mt 5,3). As bem-aventuranças revelam uma ordem de felicidade e de graça, de beleza e de paz. Jesus celebra a alegria dos pobres, a quem já pertence o Reino[a58] : O Verbo chama "pobreza em espírito" à humildade voluntária de um espírito humano e sua renúncia; o Apóstolo nos dá como exemplo a pobreza de Deus quando diz: "Ele se fez pobre por nós" (2 Cor 8,9).

2547 O Senhor se queixa dos ricos porque encontram na profusão dos bens o seu consolo (Lc 6,24). "O orgulhoso procura o poder terreno, ao passo que o pobre em espírito busca o Reino dos Céus." O abandono nas mãos da Providência do Pai do Céu liberta da preocupação do amanhã. A confiança em Deus predispõe para a bem-aventurança dos pobres. Eles verão a Deus.

IV. "QUERO VER A DEUS"

2548 O desejo da felicidade verdadeira liberta o homem do apego imoderado aos bens deste mundo, (felicidade) que se realizará na visão e na bem-aventurança de Deus. "A promessa de ver a Deus ultra-passa todas as bem-aventuranças. Na Escritura, ver é possuir. Aquele que vê a Deus obteve todos os bens que podemos imaginar.

2549 Ao povo santo de Deus resta lutar, com a graça do Alto, para alcançar os bens que Deus promete. Para possuir e contemplar a Deus, os fiéis de Cristo mortificam sua concupiscência e superam, com a graça de Deus, as seduções do gozo e do poder.

2550 Por esse caminho da perfeição, o Espírito e a Esposa chamam aquele que os ouve à comunhão perfeita com Deus. Ai haverá a verdadeira glória; ninguém será louvado então por engano ou bajulação; as verdadeiras honras não serão recusadas àqueles que as merecem, nem concedidas aos indignos; aliás, nenhum indigno terá tal pretensão, pois só quem é digno será admitido. Ai reinará a verdadeira paz, onde ninguém será sujeito à oposição nem de si mesmo nem dos outros. Da virtude, o próprio Deus será a recompensa, Ele que deu a virtude e se prometeu a si mesmo como a recompensa (para ela) melhor e maior que possa existir: "Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo" (Lv 26,12)... É também o sentido das palavras do Apóstolo: "Para que Deus seja tudo em todos" (1 Cor 15,12). Ele mesmo será o fim de nossos desejos, aquele que contemplaremos sem fim, amaremos sem sociedade, louvaremos sem cansaço. E esse dom, essa afeição, essa ocupação serão certamente como a vida eterna, comuns a todos.

RESUMINDO

2551 "Onde está teu tesouro, aí estará teu coração" (Mt 6,21).

2552 O décimo mandamento proíbe a ambição desregrada, nascida paixão imoderada das riquezas e de seu poder.

2553 A inveja é a tristeza sentida diante do bem de outrem e o desejo imoderado de dele se apropriar. É um vício capital.

2554 O batizado combate a inveja pela benevolência, pela humildade e pelo abandono nas mãos da Providência divina.

2555 Os fiéis de Cristo "crucificaram a carne com suas paixões concupiscências" (Gl 5,24); são conduzidos pelo Espírito e seguem os desejos dele.

2556 O desapego das riquezas é necessário para entrar no Reino dos Céus. "Bem-aventurados os pobres de coração."

2557 Eis o verdadeiro desejo do homem: "Quero ver a Deus A sede de Deus é saciada pela água da Vida Eterna.

QUARTA PARTE - A ORAÇÃO CRISTÃ

PRIMEIRA SEÇÃO

A ORAÇÃO NA VIDA CRISTÃ

2558 "Grande é o Mistério da fé." A Igreja o professa no Símbolo dos Apóstolos (Primeira parte) e o celebra na Liturgia sacramental (Segunda parte), para que a vida dos fiéis seja conforme a Cristo no Espírito Santo para a glória de Deus Pai (Terceira parte). Esse Mistério exige, pois, que os fiéis nele creiam, celebrem-no e dele vivam numa relação viva e pessoal com o Deus vivo e verdadeiro. Essa relação é a oração.

O QUE É A ORAÇÃO?

Para mim, a oração é um impulso do coração, é um simples olhar lançado ao céu, um grito de reconhecimento e amor no meio da provação ou no meio da alegria.

A oração como dom de Deus

2559 "A oração é a elevação da alma a Deus ou o pedido a Deus dos bens convenientes[a3] . De onde falamos nós, ao rezar? Das alturas de nosso orgulho e vontade própria, ou das "profundezas" (Sl 130,1) de um coração humilde e contrito? Quem se humilha será exaltado. A humildade é o fundamento da oração. "Nem sabemos o que seja conveniente pedir" (Rm 8,26). A humildade é a disposição para receber gratuitamente o dom da oração; o homem é um mendigo de Deus.

2560 "Se conhecesses o dom de Deus!" (Jo 4,10). A maravilha da oração se revela justamente aí, à beira dos poços aonde vamos procurar nossa água; é aí que Cristo vem ao encontro de todo ser humano, é o primeiro a nos procurar, e é Ele que pede de beber. Jesus tem sede, seu pedido vem das profundezas do Deus que nos deseja. A oração, quer saibamos ou não, é o encontro entre a sede de Deus e a nossa. Deus tem sede de que nós tenhamos sede dele[a6] .

2561 "És tu que lhe pedirias e Ele te daria água viva" (Jo 4,10). Nossa oração de pedido é, paradoxalmente, uma resposta. Resposta à queixa do Deus vivo: "Eles me abandonaram a mim a fonte de água viva, para cavar para si cisternas furadas!" (2,13), resposta de fé à promessa gratuita da salvação, resposta de amor à sede do Filho único.

A ORAÇÃO COMO ALIANÇA

2562 De onde vem a oração humana? Qualquer que seja a linguagem da oração (gestos e palavras), é o homem todo quem reza. Mas, para designar o lugar de onde brota a oração, as Escrituras falam às vezes da alma ou do espírito, geralmente do coração (mais de mil vezes). E o coração que reza. Se ele está longe de Deus, a expressão da oração é vá.

2563 O coração é a casa em que estou, onde moro (segundo expressão semítica ou bíblica: aonde eu "desço"). Ele é nosso centro escondido, inatingível pela razão e por outra pessoa; só o Espírito de Deus pode sondá-lo e conhecê-lo. Ele é o lugar da decisão, no mais profundo de nossas tendências psíquicas. E o lugar da verdade, onde escolhemos a vida ou a morte. E o lugar do encontro, pois, à imagem de Deus, vivemos em relação; é o lugar da Aliança.

2564 A oração cristã é uma relação de Aliança entre Deus e o homem em Cristo. É ação de Deus e do homem; brota do Espírito Santo e de nós, totalmente dirigida para o Pai, em união com a vontade humana do Filho de Deus feito homem.

A ORAÇÃO COMO COMUNHÃO

2565 Na Nova Aliança, a oração é a relação viva dos filhos de Deus com seu Pai infinitamente bom, com seu Filho, Jesus Cristo, e com o Espírito Santo. A graça do Reino é a "união de toda a Santíssima Trindade com o espírito pleno". A vida de oração desta forma consiste em estar habitualmente na presença do Deus três vezes Santo e em comunhão com Ele. Esta comunhão de vida é sempre possível, porque, pelo Batismo, nos tomamos um mesmo ser com Cristo. A oração é cristã enquanto comunhão com Cristo e cresce na Igreja que é seu Corpo. Suas dimensões são as do Amor de Cristo.

CAPÍTULO I

A REVELAÇÃO DA ORAÇÃO.

VOCAÇÃO UNIVERSAL À ORAÇÃO

2566 O homem está à procura de Deus. Pela criação, Deus chama todo ser do nada à existência. "Coroados de glória e esplendor", o homem é, depois dos anjos, capaz de reconhecer que "é poderoso o Nome do Senhor em toda a terra". Mesmo depois de ter perdido a semelhança com Deus por seu pecado, o homem continua sendo um ser feito à imagem de seu Criador. Conserva o desejo daquele que o chama à existência. Todas as religiões testemunham essa procura essencial dos homens.

2567 Deus é o primeiro a chamar o homem. Ainda que o homem esqueça seu Criador ou se esconda longe de sua Face, ainda que corra atrás de seus ídolos ou acuse a divindade de tê-lo abandonado, o Deus vivo e verdadeiro chama incessantemente cada pessoa ao encontro misterioso da oração. Essa atitude de amor fiel vem sempre em primeiro lugar na oração; a atitude do homem é sempre resposta a esse amor fiel. A medida que Deus se revela e revela o homem a si mesmo, a oração aparece como um recíproco apelo, um drama de Aliança. Por meio das palavras e dos atos, esse drama envolve o coração e se revela através de toda a história da salvação.

ARTIGO I

NO ANTIGO TESTAMENTO

2568 A revelação da oração no Antigo Testamento se insere entre a queda e a elevação do homem, entre o chamado doloroso de Deus a seus primeiros filhos: "Onde estás?... Que fizeste?" (Gn 3,9.13), e a resposta do Filho único ao entrar no mundo: "Eis-me aqui, eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade[a20] ". A oração, dessa forma, está ligada à história dos homens, é a relação com Deus nos acontecimentos da história.

A CRIAÇÃO - FONTE DA ORAÇÃO

2569 É sobretudo a partir das realidades da criação que se vive a oração. Os nove primeiros capítulos do Gênesis descrevem essa relação com Deus como oferenda dos primogênitos rebanho de Abel, como invocação do nome divino por Enós, como "caminhada com Deus". A oferenda de Noé é "agradável" a Deus, que o abençoa e, por meio dele, abençoa toda a criação, porque seu coração é justo e íntegro; também ele caminha com Deus" (Gn 6,9). Essa qualidade da oração é vivida por uma multidão de justos em todas as religiões. Em sua Aliança indefectível com os seres vivos, Deus sempre convida os homens a orar. Mas é sobretudo a partir nosso pai Abraão que a oração é revelada no Antigo Testamento.

A PROMESSA E A ORAÇÃO DA FÉ

2570 Assim que Deus o chama, Abraão parte, "como lhe disse o Senhor" (Gn 12,4); seu coração se mostra "submisso à Palavra" ele obedece. A escuta do coração que se decide segundo Deus é essencial à oração; as palavras lhe são relativas. Mas a oração de Abraão se exprime primeiro por atos: como homem de silêncio, ele constrói, a cada etapa, um altar ao Senhor. Somente mais tarde aparece sua primeira oração com palavras: uma queixa velada que lembra a Deus suas promessas que parecem não se realizar. Desde o começo aparece assim um dos aspectos do drama da oração: a provação da fé na fidelidade de Deus.

2571 Tendo acreditado em Deus, caminhando em sua presença e em aliança com ele, o patriarca está disposto a acolher em sua tenda o hóspede misterioso: é a admirável hospitalidade de Mambré, prelúdio da anunciação do verdadeiro Filho da Promessa. Por isso, tendo-lhe Deus confiado seu plano, o coração de Abraão está sintonizado com a compaixão de seu Senhor pelos homens, e ele ousa interceder por eles com audaciosa confiança.

2572 Como última purificação de sua fé, requer-se do "depositário das promessas" (Hb 11,17) que sacrifique o filho que Deus lhe dera. Sua fé não esmorece: "E Deus que proverá o cordeiro para o holocausto" (Gn 22,8), "pois Deus, pensava ele, é capaz também de ressuscitar os mortos" (Hb 11,19). Dessa forma, o pai dos que crêem se configurou ao Pai que não há de poupar seu próprio Filho, mas o entregará por todos nós. A oração restaura o homem à semelhança de Deus e o faz participar do poder do amor de Deus que salva a multidão.

2573 Deus renova sua promessa a Jacó, pai das doze tribos de Israel. Antes de enfrentar seu irmão Esaú, ele luta uma noite inteira com "alguém" misterioso que se recusa a revelar-lhe o nome, mas o abençoa antes de o deixar ao despontar da aurora. A tradição espiritual da Igreja reteve dessa história o símbolo da oração como combate da fé e vitória da perseverança.

MOISÉS E A ORAÇÃO DO MEDIADOR

2574 Logo que começa a se realizar a Promessa (a Páscoa, o Êxodo, a entrega da Lei e a conclusão da Aliança), a oração de Moisés é a figura surpreendente da oração de intercessão que se realizará no "único Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus" (1 Tm 2,5).

2575 Também aqui Deus vem primeiro. É Ele quem chama Moisés do meio da sarça ardente. Esse acontecimento será sempre uma das figuras primordiais da oração na tradição espiritual judaica e cristã. De fato, se "o Deus de Abraão, Isaac e Jacó" chama seu servo Moisés, é porque Ele é o Deus Vivo que quer a vida dos homens. Ele se revela para salvá-los, mas não sozinho, nem apesar deles; chama Moisés para enviá-lo, para associá-lo sua compaixão, à sua obra de salvação. Há, por assim dizer, uma imploração divina nesta missão, e Moisés, depois de longo debate, conformará sua vontade com a de Deus salvador. Mas, nesse diálogo em que Deus se confia, Moisés também aprende a orar esquivando-se, objetando e principalmente pedindo. E é em resposta a seu pedido que o Senhor lhe confia seu Nome inefável, que se revelará em seus grandes feitos.

2576 "Deus falava com Moisés face a face, como um homem fala com outro" (Ex 33,11). A oração de Moisés é típica da oração contemplativa graças à qual o servo de Deus é fiel à sua missão. Moisés "conversa" muitas vezes e longamente com o Senhor, subindo à montanha para ouvi-lo e implorá-lo, e descendo ao povo para lhe repetir as palavras de seu Deus e guiá-lo. "Toda minha casa lhe está confiada. Falo-lhe face a face, claramente e não em enigmas" (Nm 12,7-8), pois "Moisés era um homem muito humilde, o mais humilde dos homens que havia na terra" (Nm 12,3).

2577 Dessa intimidade com o Deus fiel, lento para a cólera e cheio de amor[a45], Moisés tirou a força e a tenacidade de sua intercessão. Não ora por si, mas pelo povo que Deus adquiriu. Já durante o combate com os amalecitas[a46], ou para obter a cura de Miriam, Moisés intercede. Mas é sobretudo depois da apostasia do povo que "ele se posta na brecha", diante de Deus (Sl 106,23), para salvar o povo. Os argumentos de sua oração (a intercessão também é um combate misterioso) inspirarão a audácia dos grandes orantes do povo judeu e da Igreja: Deus é

amor, por isso é justo e fiel; não se pode contradizer, deve lembrar-se de suas ações maravilhosas, sua Glória está em jogo, não pode abandonar o povo que traz seu nome.

DAVI E A ORAÇÃO DO REI

2578 A oração do povo de Deus florescerá à sombra da Casa de Deus, da Arca da Aliança e, mais tarde, do Templo. São principalmente os guias do povo os pastores e os profetas - que o ensinarão a orar. Samuel, menino, teve de aprender de sua mãe Ana como "se portar diante do Senhor", e do sacerdote Eli, como ouvir Sua Palavra: "Fala, Senhor, que teu servo ouve" (1Sm 3,9-10). Mais tarde, também ele conhecerá o preço e o peso da intercessão: "Quanto a mim, longe de mim esteja que eu venha a pecar contra o Senhor, deixando de orar por vós e de vos mostrar o bem e o reto caminho" (1Sm 12,23).

2579 Davi é por excelência o rei "segundo o coração de Deus", o pastor que ora por seu povo e em seu nome, aquele cuja submissão à vontade de Deus, cujo louvor e arrependimento serão o modelo da oração do povo. Como ungido de Deus, sua oração é adesão fiel à promessa divina, confiança cheia de amor e alegria naquele que é o único Rei e Senhor. Nos Salmos, Davi, inspirado pelo Espírito Santo, é o primeiro profeta da oração judaica e cristã. A oração de Cristo, verdadeiro Messias e filho de Davi, revelará e realizará o sentido dessa oração.

2580 O Templo de Jerusalém, a casa de oração que Davi queria construir, será a obra de seu filho Salomão. A oração da Dedicção do Templo se apóia na Promessa de Deus e em sua Aliança, na presença ativa de seu nome entre o povo e a lembrança dos grandes feitos do Êxodo. O rei levanta então as mãos ao céu e suplica ao Senhor por si, por todo o povo, pelas gerações futuras, pelo perdão dos pecados, pelas necessidades de cada dia, para que todas as nações saibam que Ele é o único Deus e para que o coração de seu povo seja inteiramente dele.

ELIAS, OS PROFETAS E A CONVERSÃO DO CORAÇÃO

2581 O Templo devia ser para o povo de Deus o lugar de sua educação à oração: as peregrinações, as festas, os sacrifícios, a oferenda da tarde, o incenso, os pães da "proposição", todos esses sinais da Santidade e da Glória de Deus, Altíssimo e tão próximo, eram apelos e caminhos da oração. Mas o ritualismo, arrastava muitas vezes o povo para um culto por demais exterior. Faltava a educação da fé, a conversão do coração. Foi a missão dos profetas, antes e depois do Exílio.

2582 Elias é o pai dos profetas, "da geração dos que procuram Deus, dos que buscam sua face[a55] ". Seu nome, "O Senhor é me Deus", anuncia o clamor do povo em resposta à sua oração no monte Carmelo. S. Tiago nos remete a Elias para nos incitar à oração: "A oração fervorosa do justo tem grande poder".

2583 Depois de ter aprendido a misericórdia em seu retiro à margem da torrente do Carit, ensina à viúva de Sarepta a fé na palavra de Deus, fé que ele confirma por sua oração insistente: Deus devolve à vida o filho da viúva. Por ocasião do sacrifício no monte Carmelo, prova decisiva para a fé do povo de Deus, foi por sua súplica que o fogo do Senhor consumiu o holocausto, "na hora em que se apresenta a oferenda da tarde": "Responde-me, Senhor, responde-me!", são as mesmas palavras de Elias que as Liturgias orientais repetem na Epiclese eucarística[a60] . Por fim, retomando o caminho do deserto para o lugar em que o Deus vivo e verdadeiro se revelou a seu povo, Elias se escondeu, como Moisés, "na fenda do rochedo", até que "passasse" a Presença misteriosa de Deus. Mas somente na montanha da Transfiguração se revelará Aquele cuja Face buscam; o conhecimento da Glória de Deus está na face Cristo crucificado e ressuscitado.

2584 No "face a face" com Deus, os profetas haurem luz e força para sua missão. Sua oração não é uma fuga do mundo infiel, mas uma escuta da Palavra de Deus, às vezes um debate ou uma queixa, sempre uma intercessão que aguarda e prepara a intervenção do Deus salvador, Senhor da história.

OS SALMOS. ORAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

2585 Desde Davi até a vinda do Messias, os Livros Sagrados contêm textos de oração que atestam o aprofundamento cada vez maior da oração por si mesmo e pelos outros. Os salmos foram pouco a pouco reunidos numa coletânea de cinco livros: os Salmos (ou "Louvores"), obra-prima da oração no Antigo Testamento.

2586 Os Salmos alimentam e exprimem a oração do povo de Deus como assembleia, por ocasião das grandes festas em Jerusalém e cada sábado nas sinagogas. Esta oração é inseparavelmente pessoal e comunitária; refere-se aos que oram e a todos os homens; sobe da Terra Santa e das comunidades da Diáspora, mas abrange toda a criação; lembra os acontecimentos salvíficos do passado e se estende até a consumação da história; recorda as promessas de Deus já realizadas e aguarda o Messias que as realizará definitivamente. Rezados e realizados em Cristo, os Salmos são sempre essenciais à oração de Sua Igreja.

2587 O Saltério é o livro em que a Palavra de Deus se torna oração do homem. Nos outros livros do Antigo Testamento, as palavras proclamam as obras" (de Deus em favor dos homens) "e elucidam o mistério nelas contido". No Saltério, as palavras do salmista exprimem, cantando-as a Deus, suas obras de salvação. O mesmo Espírito inspira a obra de Deus e a resposta do homem. Cristo unirá uma e outra. Nele, os salmos nos ensinam continuamente a orar.

2588 As expressões multiformes da oração dos Salmos tomam forma tanto na liturgia do Templo como no coração do homem. Quer se trate de um hino, de uma oração de aflição ou de ação de graças, de uma súplica individual ou comunitária, de canto de aclamação ao rei ou de um cântico de peregrinação, ou ainda de uma meditação sapiencial, os Salmos são o espelho das maravilhas de Deus na história de seu povo e das situações humanas vividas pelo salmista. Um Salmo pode refletir um acontecimento do passado, mas é de uma sobriedade tão grande que pode ser rezado na verdade pelos homens de qualquer condição e em qualquer tempo.

2589 Os Salmos são marcados por características constantes: a simplicidade e a espontaneidade da oração, o desejo do próprio Deus através de e com tudo o que é bom em sua criação, a situação desconfortável do crente que, em seu amor preferencial ao Senhor, está exposto a uma multidão de inimigos e tentações e, na expectativa do que fará o Deus fiel, a certeza de seu amor e a entrega à sua vontade. A oração dos Salmos é sempre motivada pelo louvor, e por isso o título desta coletânea convém perfeitamente ao que ela nos oferece: "Os Louvores". Feita para o culto da Assembleia, ela anuncia o convite à oração e canta-lhe a resposta: "Hallelu-Ya"! (Aleluia), "Louvai o Senhor"!

Haverá algo melhor do que um Salmo? É por isso que Davi diz muito acertadamente: "Louvai o Senhor, pois o Salmo é uma coisa boa: a nosso Deus, louvor suave e belo!" E é verdade. Pois o Salmo é bênção pronunciada pelo povo, louvor de f pela assembleia, aplauso de todos, palavra dita pelo universo voz da Igreja, melodiosa profissão de fé..

RESUMINDO

2590 "A oração é a elevação da alma a Deus ou o pedido a Deus dos bens convenientes[a74]."

2591 Deus chama incansavelmente toda pessoa ao encontro misterioso com Ele. A oração acompanha toda a história da salvação como um apelo recíproco entre Deus e o homem.

2592 A oração de Abraão e de Jacó se apresenta como um combate da fé apoiada na confiança na fidelidade de Deus e na certeza da vitória prometida à perseverança.

2593 A oração de Moisés responde à iniciativa do Deus vivo para a salvação de seu povo. Prefigura a oração de intercessão do único mediador, Jesus Cristo.

2594 A oração do povo de Deus floresce à sombra da Casa de Deus, da Arca da Aliança e do Templo, sob a direção dos pastores, principalmente do rei Davi, e dos profetas.

2595 Os profetas chamam à conversão do coração e, buscando ardentemente a face de Deus, como Elias, intercedem pelo povo.

2596 Os Salmos constituem a obra-prima da oração no Antigo Testamento. Apresentam dois componentes inseparáveis; o pessoal e o comunitário. Estendem-se a todas as dimensões da história, comemorando as promessas de Deus já realizadas e esperando a vinda do Messias.

2597 Rezados e realizados em Cristo, os Salmos são um elemento essencial e permanente da oração de sua Igreja e são adequados aos homens de qualquer condição e tempo.

ARTIGO 2

NA PLENITUDE DO TEMPO

2598 O evento da oração nos é plenamente revelado no Verbo que se fez carne e habita entre nós. Procurar compreender sua oração, por meio daquilo que suas testemunhas nos anunciam dela no Evangelho, é aproximar-nos do Santo Senhor Jesus como da sarça ardente: primeiro contemplá-lo na oração, depois ouvir como Ele nos ensina a orar, para conhecer, enfim, como Ele atende nossa prece.

JESUS ORA

2599 O [§75] Filho de Deus que se tomou Filho da Virgem aprendeu também a rezar segundo seu coração de homem. Aprendeu as fórmulas de oração com sua mãe, que conservava e meditava em seu coração todas as "grandes coisas" feitas pelo Todo-Poderoso[a76] . Aprendeu nas palavras e ritmos da oração de seu povo, na sinagoga de Nazaré e no Templo. Mas sua oração brota de uma fonte bastante secreta, como deixa prever com a idade de doze anos: "Eu devo estar na casa de meu Pai" (Lc 2,49). Aqui começa a se revelar a novidade da oração na plenitude dos tempos: a oração filial, que o Pai esperava de seus filhos, será enfim vivida pelo próprio Filho único em sua humanidade, com os homens e para os homens.

2600 O [§77] Evangelho segundo S. Lucas destaca a ação do Espírito Santo e o sentido da oração no ministério de Cristo. Jesus ora antes dos momentos decisivos de sua missão: antes de o Pai dar testemunho dele por ocasião do Batismo [a78] e da Transfiguração [a79] e antes de realizar por sua Paixão o plano de amor do Pai[a80] . Ora também antes dos momentos decisivos que darão início à missão dos Apóstolos: antes de escolher e chamar os Doze[a81] , antes que Pedro o confesse como "Cristo de Deus [a82] e para que a fé do chefe dos Apóstolos não desfaleça na tentação[a83] . A oração de Jesus antes das ações salvíficas que realiza a pedido do Pai é uma entrega, humilde e confiante, de sua vontade humana à vontade amorosa do Pai.

2601 "Estando [§84] em certo lugar, orando, ao terminar, um de se discípulos pediu-lhe: Senhor, ensina-nos a orar" (Lc 11,1). Não é antes de tudo contemplando seu mestre a orar que o discípulo de Cristo deseja orar? Pode então aprender a orar que o Mestre da oração. É contemplando e ouvindo o Filho que filhos aprendem a orar ao Pai.

2602 Jesus [§85] muitas vezes se retira, na solidão, na montanha, de preferência à noite, para orar[a86] . Em sua oração, leva consigo os homens, pois, assumindo a humanidade em sua Encarnação, oferece-os ao Pai, oferecendo-se a si mesmo. Ele, o Verbo que "assumiu a carne", em sua oração humana participa de tudo o que vivem "seus irmãos[a87] "; Ele se compadece de fraquezas para livrá-los delas[a88] . Foi para isso que o Pai o enviou. Suas palavras e obras aparecem então como a manifestação visível de sua oração "em segredo".

2603 De [§89] Cristo, durante seu ministério, os evangelistas conservaram duas orações mais explícitas, que começam ambas com uma ação de graças. Na primeira[a90] , Jesus glorifica o Pai, agradece-lhe e o bendiz porque escondeu os mistérios do Reino aos que se julgam doutos e revelou-os aos "pequeninos" (os pobres das Bem--aventuranças). Sua exclamação emocionada, "Sim, Pai!", exprime o fundo de seu coração, sua adesão ao "beneplácito" do Pai, como num eco ao "Fiat" de Sua Mãe em sua concepção e como prelúdio àquele sim que dirá ao Pai em sua agonia. Toda a oração de Jesus está nesta adesão amorosa de seu coração de homem ao "mistério da vontade" do Pai[a91] .

2604 A [§92] segunda oração é referida por São João [a93] antes da ressurreição de Lázaro. A ação de graças precede o acontecimento: "Pai, eu te dou graças por me teres ouvido", o que implica que o Pai escuta sempre seu pedido, e Jesus logo acrescenta: "Eu sabia que sempre me ouves". Isso implica que, de sua parte, Jesus pede de modo constante. Dessa forma, motivada pela ação de graças, a oração de Jesus nos revela como pedir: Antes que o dom seja feito, Jesus adere Àquele que nos dá seus dons. O Doador é mais precioso do que o dom concedido, Ele é o "Tesouro", e nele é que está o coração de seu Filho; o dom é dado "por acréscimo[a94] " .

A oração "sacerdotal" de Jesus [a95] ocupa um lugar único na economia da salvação. Será meditada no final da primeira seção. Revela com efeito a oração sempre atual de nosso Sumo Sacerdote e, ao mesmo tempo, contém o que Ele nos ensina em nossa oração a nosso Pai, que será desenvolvida na segunda seção.

2605 Ao [§96] chegar a Hora de realizar o plano de amor do Pai, Jesus deixa entrever a profundidade insondável de sua oração filial, não apenas antes de se entregar livremente ("Abba... não seja feita a minha vontade, mas a tua": Lc 22,42), mas também em suas últimas palavras na Cruz, quando orar e entregar-se são um só e mesmo ato: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem" (Lc 23,34); "Em verdade te digo, hoje mesmo estarás comigo Paraíso" (Lc 23,43); "Mulher, eis aí teu filho"; "Eis tua mãe" (Jo 19,26-27); "Tenho sede!" (Jo 19,28); "Meu Deus, por que me abandonaste[a97] ?"; "Tudo está consumado" (Jo 19,30); "Pai, c tuas mãos entrego meu espírito" (Lc 23,46), até aquele grande grito, quando Ele expira, entregando o espírito[a98] .

2606 Todas [§99] as misérias da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todos os pedidos e intercessões história da salvação estão recolhidos neste Grito do Verbo encarnado. Eis que o Pai os acolhe e, indo além de todas as esperanças, ouve-os, ressuscitando seu Filho. Dessa forma se realiza e se consuma o evento da oração na Economia da criação e da salvação. Sua chave de interpretação nos é dada pelo Saltério em Cristo. E no Hoje da Ressurreição que o Pai diz: "Tu és meu Filho, eu hoje te gerei. Pede, e eu te darei as nações como herança, os confins da terra como propriedade[a100]

A Epístola aos Hebreus exprime em termos dramáticos como a oração de Jesus opera a vitória da salvação. "É ele que, nos dias de sua vida terrestre, apresentou pedidos e súplicas, com veemente clamor e lágrimas, àquele que o podia salvar da morte; e foi atendido por causa de sua submissão. E, embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento; e, levado à perfeição, se tomou para todos os que lhe obedecem principio de salvação eterna" (1 Hb 5,7-9)

JESUS ENSINA A ORAR

2607 Ao [§101] orar, Jesus já nos ensina a orar. O caminho teológico de nossa oração é a oração a seu Pai. Mas o Evangelho nos dá um ensinamento explícito de Jesus sobre a oração. Como pedagogo, ele nos toma onde estamos e, progressivamente, nos conduz ao Pai. Dirigindo-se às multidões que o seguem, Jesus parte daquilo que elas já conhecem da oração, conforme a Antiga Aliança, e as abre para a novidade do Reino que vem. Depois lhes revela em parábolas essa novidade. Enfim, falará abertamente do Pai e do Espírito Santo a seus discípulos, que deverão ser pedagogos da oração em sua Igreja.

2608 No [§102] Sermão da Montanha, Jesus insiste na conversão do coração: a reconciliação com o irmão antes de apresentar uma oferenda no altar[a103] , o amor aos inimigos e a oração pelos perseguidores[a104] , a oração ao Pai "em segredo" (Mt 6,6), a não-multiplicação das palavras[a105] , o perdão do fundo do coração na oração, a pureza do coração [a106] e a busca do Reino[a107] . Essa conversão é inteiramente orientada para o Pai; é filial.

2609 O [§108] coração assim decidido a se converter aprende a orar na fé. A fé é uma adesão filial a Deus, acima daquilo que sentimos e compreendemos. Tomou-se possível porque o Filho bem-amado nos abre as portas para o Pai. Este pode pedir-nos que "procuremos" e "batamos", uma vez que Ele mesmo é a porta e o caminho[a109] .

2610 Assim [§110] como Jesus ora ao Pai e dá graças antes de receber seus dons, Ele nos ensina essa audácia filial: "Tudo quanto suplicardes e pedirdes, crede que já recebestes" (Mc 11,24). "Tudo é possível para quem crê" (Mc 9,23), com uma fé "que não hesita[a111] ". tal é a força da oração. Se por um lado Jesus se entristece pela "falta de fé" de seus parentes (Mc 6,6) e pela "fraqueza na fé" de seus discípulos[a112] , por outro lado fica admirado com a "grande fé" do centurião romano [a113] e da cananéia[a114] .

2611 A [§115] oração de fé não consiste apenas em dizer "Senhor, Senhor", mas em levar o coração a fazer a vontade do Pai[a116] . Jesus convida os discípulos a terem, na oração, a preocupação de cooperarem com o plano divino[a117] .

2612 Em [§118] Jesus, "o Reino de Deus está próximo" (Mc 1,15) e convoca à conversão e à fé, como também, à vigilância. Na oração, o discípulo vigia atento Aquele que É e que Vem na memória de sua primeira Vinda na humildade da carne e na esperança de sua segunda Vinda na Glória[a119] . Em comunhão com o Mestre a oração dos discípulos é um combate, e é vigiando na prece que não se cai em tentação[a120] .

2613 Três [§121] parábolas principais sobre a oração nos são transmitida por S. Lucas. A primeira, "o amigo importuno[a122] ", convida a uma oração persistente: "Batei e se vos abrirá". Aquele que assim ora, o Pai do céu "dará tudo o que precisa", sobretudo o Espírito Santo, que contém todos os dons. A segunda, "a viúva importuna[a123] ", focaliza uma das qualidades da oração: é preciso rezar sempre sem esmorecimento, com a paciência fé. "Mas, quando vier o Filho do homem, acaso encontrará fé na terra? A terceira parábola, "o fariseu e o publicano[a124] ", refere-se à humildade do coração que reza. "Meu Deus, tem piedade de mim, pecador." Essa oração a Igreja constantemente toma sua: "Kyrie eleison!"

2614 Quando [§125] Jesus confia abertamente a seus discípulos o ministério da oração ao Pai, revela-lhes qual deverá ser sua oração, e a nossa, quando Ele voltar para o Pai, em sua Humanidade glorificada. A novidade agora é "pedir em seu Nome[a126] ". A fé nele introduz os discípulos no conhecimento do Pai, porque Jesus é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6). A fé produz seus frutos no amor: guardar sua Palavra, seus mandamentos, permanecer com Ele no Pai, que nele nos ama a ponto de permanecer em nós. Nessa Aliança nova, a certeza de sermos ouvidos em nossos pedidos se fundamenta na oração de Jesus[a127] .

2615 Mais [§128] ainda, o que o Pai nos dá quando nossa oração está unida à de Jesus é o "outro Paráclito para que convosco permaneça para sempre o Espírito da Verdade" (Jo 14,16-17). Essa novidade da oração e de suas condições aparece no discurso de despedida[a129] . No Espírito Santo, a oração cristã é comunhão de amor com o Pai, não apenas por Cristo, mas também nele: "Até agora nada pedistes em meu Nome. Pedi e recebereis, e vossa alegria será perfeita" (Jo 16,24).

JESUS OUVI A ORAÇÃO

2616 A [§130] oração a Jesus é ouvida por Ele já durante seu ministério, por meio dos sinais que antecipam o poder de sua Morte e Ressurreição: Jesus ouve a oração de fé, expressa em palavras (o leproso[a131] , Jairo[a132] , a cananéia[a133] , o bom ladrão[a134]), ou em

silêncio (os carregadores do paralisado[a135] , a hemorroísa que lhe toca as vestes[a136] , as lágrimas e o perfume da pecadora[a137]). O pedido insistente dos cegos: "Filho de Davi, tem compaixão de nós" (Mt 9,27)ou "Filho de Davi, tem compaixão de mim" (Mc 10,47) foi retomado na tradição da Oração a Jesus: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de mim, pecador!" Quer na cura das enfermidades, quer na remissão dos pecados, Jesus responde sempre à oração que implora com fé: "Vai em paz, tua fé te salvou!"

Sto. Agostinho resume admiravelmente as três dimensões da oração de Jesus (cf. 2667): "Ele ora por nós como nosso sacerdote, ora em nós como nossa cabeça, e a Ele sobe nossa oração como ao nosso Deus. Reconheçamos pois, nele, os nossos clamores e em nós os seus clamores[a138]".

A ORAÇÃO DA VIRGEM MARIA

2617 A oração de Maria nos é revelada na aurora da plenitude dos tempos. Antes da Encarnação do Filho de Deus e antes da efusão do Espírito Santo, sua oração coopera de maneira única com o plano benevolente do Pai; na Anunciação para a concepção de Cristo[a140] , em Pentecostes para a formação da Igreja, Corpo de Cristo. Na fé de sua humilde serva, o Dom de Deus encontra o acolhimento que esperava desde o começo dos tempos. Aquela que o Todo-Poderoso tornou "cheia de graça" responde pela oferenda de todo seu ser: "Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo tua palavra". Fiat, esta é a oração cristã: ser todo dele porque Ele é todo nosso.

2618 O Evangelho nos revela como Maria ora e intercede na fé: em Caná, a mãe de Jesus pede a seu filho pelas necessidades de um banquete de núpcias, sinal de outro Banquete, o das núpcias do Cordeiro, que dá seu Corpo e Sangue a pedido da Igreja, sua Esposa. E é na hora da nova Aliança, ao pé da Cruz, que Maria é ouvida como a Mulher, a nova Eva, a verdadeira "mãe dos vivos".

2619 Por isso o cântico de Maria (o Magnificat latino ou o Megalynário bizantino) é ao mesmo tempo o cântico da Mãe de Deus e o da Igreja, cântico da Filha de Sião e do novo Povo de Deus, cântico de ação de graças pela plenitude de graças distribuídas na Economia da salvação, cântico dos "pobres", cuja esperança é satisfeita pela realização das promessas feitas a nossos pais "em favor de Abraão e de sua descendência para sempre".

RESUMINDO

2620 No Novo Testamento, o modelo perfeito da oração encontra-se na prece filial de Jesus. Feita muitas vezes na solidão, no segredo, a oração de Jesus implica uma adesão amorosa à vontade do Pai até a cruz e uma confiança absoluta de ser ouvido.

2621 Jesus ensina seus discípulos a orar com um coração purificado, uma fé viva e perseverante, uma audácia filial. Incita-os à vigilância e convida-os a apresentar a Deus seus pedidos em seu Nome. Jesus Cristo atende pessoalmente às orações, que lhe são dirigidas.

2622 A oração da Virgem Maria, em seu "Fiat" e em seu "Magnificat", caracteriza-se pela oferta generosa de todo seu ser na fé.

ARTIGO 3

NO TEMPO DA IGREJA

2623 No [§147] dia de Pentecostes, o Espírito da promessa foi derramado sobre os discípulos, "reunidos no mesmo lugar" (At 2,1), esperando-o, "todos unânimes, perseverando na

oração" (At 1,14). O Espírito, que ensina a Igreja e lhe recorda tudo o que Jesus disse[a148] , vai também formá-la para a vida de oração.

2624 Na [§149] primeira comunidade de Jerusalém, os fiéis se mostravam "assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações" (At 2,42). A seqüência é típica da oração da Igreja: fundada na fé apostólica e autenticada pela caridade, ela é alimentada na Eucaristia.

2625 Essas [§150] orações são, sobretudo, as que os fiéis ouvem e lêem nas Escrituras, atualizando-as, porém, principalmente as dos Salmos, a partir de sua realização em Cristo[a151] . O Espírito Santo, que assim lembra Cristo à sua Igreja orante, também a conduz à Verdade plena e suscita formulações novas que exprimirão o insondável Mistério de Cristo atuando na vida, nos sacramentos e na missão de sua Igreja. Essas formulações se desenvolverão nas grandes tradições litúrgicas e espirituais. As formas da oração, como nos são reveladas pelas Escrituras apostólicas canônicas, serão normativas da oração cristã.

1. A BENÇÃO E A ADORAÇÃO

2626 A [§152] bênção exprime o movimento de fundo da oração; é o encontro de Deus e do homem; nela o dom de Deus e a acolhida do homem se chamam e se unem. A oração de bênção é a resposta do homem aos dons de Deus: uma vez que Deus abençoa, o coração do homem pode bendizer Aquele que é a fonte de toda bênção.

2627 Duas [§153] formas fundamentais exprimem esse movimento da bênção: ora ela sobe, levada no Espírito Santo por Cristo ao Pai (nós o bendizemos por nos ter abençoado[a154]); ora ela implora a graça do Espírito Santo, que, por Cristo, desce de junto do Pai (é Ele que nos abençoa[a155]).

2628 A [§156] adoração é a primeira atitude do homem que se reconhece criatura diante de seu Criador. Exalta a grandeza do Senhor que nos fez [a157] e a onipotência do Salvador que nos liberta do mal. É prostração do Espírito diante do "Rei da glória[a158] " e o silêncio respeitoso diante do Deus "sempre maior[a159] ". A adoração do Deus três vezes santo e sumamente amável nos enche de humildade e dá garantia a nossas súplicas.

II. A ORAÇÃO DE SÚPLICA

2629 O[§160] vocabulário referente à súplica tem muitos matizes no Novo Testamento: pedir, implorar, suplicar com insistência, invocar, clamar, gritar e mesmo "lutar na oração[a161] ". Mas sua forma mais habitual, por ser a mais espontânea, é o pedido: é pela oração de súplica que exprimimos a consciência de nossa relação com Deus: como criaturas, não somos nem nossa origem, nem senhores das adversidades, nem nosso fim último. Mas, como pecadores, sabemos, na qualidade de cristãos, nos afastamos de nosso Pai. O pedido já é uma volta para Ele.

2630 O[§162] Novo Testamento contém poucas orações de lamentação, freqüentes no Antigo Testamento. Agora, em Cristo ressuscitado, o pedido da Igreja é sustentado pela esperança, embora estejamos ainda na expectativa e devamos nos converter cada dia. Brota de outra profundidade o pedido cristão, que S. Paulo chama de gemidos, os da criação, em "dores de parto" (Rm 8,22), os nossos, também "à espera da redenção de nosso corpo, pois nossa salvação é objeto de esperança" (Rm 8,23-24), enfim, "os gemidos inefáveis do próprio Espírito Santo que "socorre nossa fraqueza, pois nem sequer sabemos o que seja conveniente pedir" (Rm 8,26).

2631 O pedido de perdão é o primeiro movimento da oração de súplica (cf. o publicano: "Tem piedade de mim, pecador": Lc 18,13). É a condição prévia de uma oração justa e pura. A humildade confiante nos repõe na luz da comunhão com o Pai e seu Filho, Jesus Cristo, e uns

com os outros: "Então tudo o que lhe pedimos recebemos dele" (1 Jo 3,22). O pedido de é a perdão condição prévia da liturgia eucarística, como da oração pessoal.

2632 A súplica cristã está centrada no desejo e na procura do Reino que vem, de acordo com o ensinamento de Jesus". Existe uma hierarquia nos pedidos: primeiro o Reino, depois o que é necessário para acolhê-lo e cooperar para sua vinda. Essa cooperação com a missão de Cristo e do Espírito Santo, que é agora a da Igreja, é o objeto da oração da comunidade apostólica. E a oração de Paulo, o apóstolo por excelência, que nos revela como o cuidado divino por todas as Igrejas deve animar a oração cristã. Pela oração, todo batizado trabalha para a Vinda do Reino.

2633 Quando participamos, assim, do amor salvador de Deus, compreendemos que toda necessidade pode vir a ser objeto de pedido. Cristo, que tudo assumiu para resgatar tudo, é glorificado pelos pedidos que oferecemos ao Pai em seu Nome. E com essa garantia que Tiago e Paulo nos exortam a orar em todo tempo.

III. A ORAÇÃO DE INTERCESSÃO

2634 A intercessão é uma oração de pedido que nos conforma de perto com a oração de Jesus. Ele é o único Intercessor junto do Pai em favor de todos os homens, dos pecadores, sobretudo. Ele é "capaz de salvar de modo definitivo aqueles que por meio dele se aproximam de Deus, visto que Ele vive para sempre para interceder por eles" (Hb 7,25). O próprio Espírito Santo "intercede por nós... pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos" (Rm 8,26-27).

2635 Interceder, pedir em favor de outro, desde Abraão, é próprio de um coração que está em consonância com a misericórdia de Deus. No tempo da Igreja, a intercessão cristã participa da de Cristo; é a expressão da comunhão dos santos. Na intercessão, aquele que ora "não procura seus próprios interesses, mas pensa sobretudo nos dos outros" (Fl 2,4) e reza por aqueles que lhe fazem mal.

2636 As primeiras comunidades cristãs viveram intensamente forma de partilha. O Apóstolo Paulo as faz participar assim de seu ministério do Evangelho, mas intercede também por elas. A intercessão dos cristãos não conhece fronteiras: "Por todos os homens, pelos que detêm a autoridade" (1 Tm 2,1), pelos que perseguem pela salvação daqueles que recusam o Evangelho.

IV. A ORAÇÃO DE AÇÃO DE GRAÇAS

2637 A ação de graças caracteriza a oração da Igreja que, celebrando a Eucaristia, manifesta e se torna mais aquilo que ela é. Com efeito, na obra da salvação, Cristo liberta a criação do pecado e da morte para consagrá-la de novo e fazê-la retornar ao Pai, para sua Glória. A ação de graças dos membros do Corpo participa da de sua Cabeça.

2638 Como na oração de súplica, todo acontecimento e toda necessidade podem se tornar oferta de ação de graças. As cartas de S. Paulo começam e terminam freqüentemente uma ação de graças, e o Senhor Jesus sempre está presente. "Por tudo daí graças, pois esta é a vontade de Deus a vosso respeito, em Cristo Jesus" (I Ts 5,18). "Perseverai na oração, vigilantes, com ação de graças" (Cl 4,2).

V. A ORAÇÃO DE LOUVOR

2639 O louvor é a forma de oração que reconhece o mais imediatamente possível que Deus é Deus! Canta-o pelo que Ele mesmo é, dá-lhe glória, mais do que pelo que Ele faz, por aquilo que Ele É. Participa da bem-aventurança dos corações puros que o amam na fé antes de o verem na Glória. Por ela, o Espírito se associa ao nosso espírito para atestar que somos filhos de Deus, dando testemunho ao Filho único, em quem somos adotados e por quem glorificamos o Pai. O louvor integra as outras formas de oração e as leva Àquele que é sua fonte e termo final: "O único Deus, o Pai, de quem tudo procede e para quem nós somos feitos" (1 Cor 8,6).

2640 São Lucas menciona muitas vezes em seu Evangelho a admiração e o louvor diante das maravilhas de Cristo. Chama a atenção também para as ações do Espírito Santo, que são os Atos dos Apóstolos: a comunidade de Jerusalém, o paralítico curado por Pedro e João, a multidão que com isso glorifica a Deus e os pagãos da Pisídia que, "alegres, glorificam a Palavra do Senhor" (At 13,).

2641 Recitai uns com os outros "salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando o Senhor em vosso coração" (Ef 5,19[a190]). Como os escritores do Novo Testamento, as primeiras comunidades cristãs relêem o livro dos Salmos, cantando nele o Mistério de Cristo. Na novidade do Espírito, elas compõem também hinos e cânticos a partir do Acontecimento haudito que Deus realizou em seu Filho: a Encarnação, a Morte vitoriosa da morte, a Ressurreição e Ascensão à sua direita. É dessa "maravilha" de toda a economia da salvação que brota a doxologia, o louvor de Deus.

2642 A Revelação "daquilo que deve acontecer em breve", o Apocalipse, é comunicada pelos cânticos da Liturgia celeste, mas também pela intercessão das "testemunhas" (mártires) Os profetas e os santos, todos os que foram degolados na terra em testemunho de Jesus[, a multidão imensa daqueles que, vindos da grande tribulação, nos precederam no Reino, cantam o louvor de glória daquele que está sentado no Trono e do Cordeiro. Em comunhão com eles, a Igreja da terra canta também esses cânticos, na fé e na provação. No pedido e na intercessão, a fé espera contra toda esperança e dá graças ao "Pai das luzes, do qual desce toda dádiva perfeita". A fé é assim um puro louvor.

2643 A Eucaristia contém e exprime todas as formas de oração. É "a oferenda pura" de todo o Corpo de Cristo "para a glória de seu Nbre"; segundo as tradições do Oriente e do Ocidente, ela é "o sacrifício de louvor".

RESUMINDO

2644 O Espírito Santo, que ensina a Igreja e lhe recorda tudo o que Jesus disse, educa-a também para a vida de oração, suscitando expressões que se renovam dentro de formas permanentes: bênção, súplica, intercessão, ação de graças e louvor.

2645 Porque Deus o abençoa é que o coração do homem pode bendizer por sua vez Aquele que é a fonte de toda bênção.

2646 A oração de pedido tem por objeto o perdão, a procura do Reino, como também toda verdadeira necessidade.

2647 A oração de intercessão consiste num pedido em favor de outrem. Não conhece fronteiras e se estende até os inimigos.

2648 Toda alegria e todo sofrimento, todo acontecimento e toda necessidade podem ser a matéria da ação de graças que, participando da ação de graças de Cristo, deve dar plenitude a toda a vida: "Por tudo dai graças (1Ts 5,18).

2649 A oração de louvor, totalmente desinteressada, dirige-se a Deus. Canta-o pelo que Ele; dá-lhe glória, mais do que pelo que Ele faz, por aquilo que Ele É.

CAPÍTULO II

A TRADIÇÃO DA ORAÇÃO

2650 A oração não se reduz ao surgir espontâneo de um impulso interior; para rezar é preciso querer. Não basta saber o que as Escrituras revelam sobre a oração; também é indispensável aprender a rezar. E é por uma transmissão viva (a sagrada Tradição) que o Espírito Santo, na "Igreja crente e orante", ensina os filhos de Deus a rezar.

2651 A tradição da oração cristã é uma das formas de crescimento da Tradição da fé, sobretudo pela contemplação e pelo estudo dos difíceis, que guardam em seu coração os acontecimentos e as palavras da Economia da salvação, e pela penetração profunda das realidades espirituais que eles experimentam.

ARTIGO 1

NAS FONTES DA ORAÇÃO

2652 O[§5] Espírito Santo é "a água viva" que, no coração orante, "jorra para a Vida eterna[a6] ". É Ele que nos ensina a haurir essa água na própria fonte: Cristo. Ora, existem na vida cristã fontes em que Cristo nos espera para nos dessedentar com o Espírito Santo.

A PALAVRA DE DEUS

2653 A [§7] Igreja "exorta todos os fiéis cristãos, com veemência e de modo peculiar... a que pela freqüente leitura das divinas Escrituras aprendam 'a eminente ciência de Jesus Cristo' Lembrem-se, porém, de que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração, a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem; pois 'a Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos[a8] ".

2654 Os Padres espirituais, parafraseando Mt 7,7, resumem assim as disposições do coração alimentado pela Palavra de Deus na oração: "Procurai pela leitura, e encontrareis medi-tando; batei orando, e vos será aberto pela contemplação[a9] "

A LITURGIA DA IGREJA

2655 A [§10] missão de Cristo e do Espírito Santo, que, na liturgia sacramental da Igreja, anuncia, atualiza e comunica o Mistério da salvação, prolonga-se no coração de quem reza. Os Padres espi-rituais comparam às vezes o coração a um altar. A oração interioriza e assimila a Liturgia durante e após sua celebração. Mesmo quando é vivida "no segredo" (Mt 6,6), a oração é sem-pre oração da Igreja, comunhão com a Santíssima Trindade[a11] .

AS VIRTUDES TEOLOGAIS

2656 Entramos na oração como entramos na Liturgia: pela porta estreita da fé. Por meio dos sinais de sua Presença, procuramos e desejamos a Face do Senhor, e é sua Palavra que que-remos ouvir e guardar.

2657 O Espírito Santo, que nos ensina a celebrar a Liturgia na expectativa da volta de Cristo, nos educa a orar na esperança. Por sua vez, a oração da Igreja e a oração pessoal alimentam em nós a esperança. Especialmente os salmos, com sua linguagem concreta e variada, nos ensinam a fixar nossa esperança em Deus: "Esperei ansiosamente pelo Senhor, Ele se inclinou para mim e ouviu o meu grito" (Sl ,2). "Que o Deus da esperança vos cumule de toda alegria e paz em vossa fé, a fim de que pela ação do Espírito Santo a vossa esperança transborde" (Rm 15,13).

2658 "A [§13] esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado" (Rm 5,5). A oração, formada pela vida litúrgica, tudo haure do Amor com que somos amados em Cristo e que nos concede responder-lhe, amando como Ele nos amou. O Amor é a fonte de oração; quem dela bebe atinge o cume da oração: Meu Deus, eu vos amo, e meu único desejo é amar-vos até o último suspiro de minha

vida. Meu Deus infinitamente amável, eu vos amo e preferiria morrer amando-vos a viver sem vos amar. Senhor, eu vos amo, e a única graça que vos peço é amar-vos eternamente... Meu Deus, se minha língua não pode dizer a cada instante que eu vos amo, quero que meu coração vo-lo repita tantas vezes quantas eu respiro[a14] .

"HOJE"

2659 Aprendemos [§15] a rezar em certos momentos ouvindo a Palavra do Senhor e participando de seu Mistério pascal, mas é em todos os tempos, nos acontecimentos de cada dia, que seu Espírito nos é oferecido para fazer jorrar a oração. O ensinamento de Jesus sobre a oração a nosso Pai está na mesma linha que o ensinamento sobre a Providência[a16] . O tempo está nas mãos do Pai; no presente é que nós o encontramos, nem ontem, nem amanhã, mas hoje: "Oxalá ouvísseis hoje a sua voz! Não endureçais vossos corações" (Sl 95,8).

2660 Orar [§17] nos acontecimentos de cada dia e de cada instante é um dos segredos do Reino revelados aos "pequeninos", aos servos de Cristo, aos pobres das bem-aventuranças. É justo e bom orar para que a vinda do Reino de justiça e de paz influa na marcha da história, mas é também importante modelar pela oração a massa das humildes situações do cotidiano. Todas as formas de oração podem ser esse fermento ao qual o Senhor compara o Reino[a18] .

RESUMINDO

2661 É por uma transmissão viva, a Tradição, que, na Igreja, o Espírito Santo ensina os filhos de Deus a orar .

2662 A Palavra de Deus, a liturgia da Igreja, as virtudes da fé, esperança e caridade são fontes da oração.

ARTIGO 2

O CAMINHO DA ORAÇÃO

2663 Na [§19] tradição viva da oração, cada Igreja propõe aos fiéis, segundo o contexto histórico, social e cultural, a linguagem de Jesus na sua oração: palavras, melodias, gestos, iconografia. Cabe ao Magistério [a20] discernir a fidelidade desses caminhos de oração à tradição da fé apostólica, e compete aos pastores e aos catequistas explicar seu sentido, sempre relacionado com Jesus Cristo.

A ORAÇÃO AO PAI

2664 Não [§21] existe outro caminho da oração cristã senão Cristo. Seja a nossa oração comunitária ou pessoal, vocal ou interior, ela só tem acesso ao Pai se orarmos "em nome" de Jesus. A santa humanidade de Jesus é, portanto, o caminho pelo qual o Espírito Santo nos ensina a orar a Deus, nosso Pai.

A ORAÇÃO A JESUS

2665 A oração da Igreja, alimentada pela Palavra de Deus, e a celebração da Liturgia nos ensinam a orar ao Senhor Jesus. Ainda que seja dirigida sobretudo ao Pai, ela inclui, em todas as tradições litúrgicas, formas de oração dirigidas a Cristo. Certos Salmos, conforme sua atualização na Oração da Igreja, e o Novo Testamento põem em nossos lábios e gravam em nossos corações as invocações desta oração a Cristo: Filho de Deus, Verbo de Deus, Senhor,

Salvador, Cordeiro de Deus, Rei, Filho bem-amado, Filho da Virgem, Bom Pastor, nossa Vida, nossa Luz, nossa Esperança, nossa Ressurreição, Amigo dos homens...

2666 Mas [§23] o Nome que contém tudo é o que o Filho de Deus recebe em sua Encarnação: JESUS. O Nome divino é indizível pelos lábios humanos [a24] , mas, assumindo nossa humanidade, o Verbo de Deus no-lo entrega e podemos invocá-lo: "Jesus", Javé salva'[a25] . O Nome de Jesus contém tudo: Deus e homem e toda a economia da criação e da salvação. Orar a "Jesus" e invocá-lo, chamá-lo em nós. Seu Nome é o único que contém a Presença que significa. Jesus é Ressuscitado, todo aquele que invoca seu nome acolhe o Filho de Deus que o amou e por ele se entregou.

2667 Esta invocação de fé muito simples foi desenvolvida na tradição da oração em várias formas no Oriente e no Ocidente. A formulação mais comum, transmitida pelos monges do Sinai, da Síria e do monte Athos é a invocação: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de nós, pecadores!" Esta associa o hino cristológico de (Fl 2,6-11 com o pedido do publicano e dos mendigos da luz. Por ela, o coração se põe em consonância com a miséria dos homens e com a Misericórdia de seu Salvador.

2668 A invocação do santo nome de Jesus é o caminho mais simples oração contínua. Muitas vezes repetida por um coração humildemente atento, ela não se dispersa numa torrente de palavras (Mc 6,7), mas "conserva a Palavra e produz fruto pela perseverança. É possível "em todo tempo", pois não é uma ocupação ao lado de outra, mas a única ocupação, a de amar a Deus, que anima e transfigura toda ação em Cristo Jesus.

2669 A oração da Igreja venera e honra o Coração de Jesus, como invoca o seu Santíssimo nome. Adora o Verbo encarnado e seu Coração, que por nosso amor se deixou traspasar por nossos pecados. A oração cristã gosta de seguir o caminho da cruz (Via-Sacra), seguindo o Salvador. As estações, do Pretório ao Gólgota e ao Túmulo, marcam o caminho de Jesus, que resgatou o mundo por sua santa Cruz.

"VINDE. ESPÍRITO SANTO"

2670 "Ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3). Cada vez que começamos a orar a Jesus, é o Espírito Santo que, por sua graça proveniente, nos atrai ao caminho da oração. Se Ele nos ensina a orar recordando-nos Cristo, como não orar a Ele mesmo? Por isso, a Igreja nos convida a implorar cada dia o Espírito Santo, sobretudo no início e no fim de toda ação importante. Se o Espírito não deve ser adorado, como é que Ele me diviniza pelo Batismo? E se Ele deve ser adorado, não deve ser o objeto de um culto particular?

2671 A forma tradicional para pedir a vinda do Espírito Santo é invocar o Pai por Cristo, nosso Senhor, para que nos dê o Espírito Consolador[a34] . Jesus insiste nesse pedido em seu nome exata-mente no momento em que promete o dom do Espírito de Verdade[a35] . Mas a oração mais simples e mais direta é também tradicional: "Vinde, Espírito Santo", e cada tradição litúrgica a desenvolveu em antífonas e hinos: *Vinde, Espírito Santo, enchei os corações de vossos fiéis e acendei neles o fogo de vosso amor[a36] . Rei celeste, Espírito Consolador, Espírito de Verdade, presente em toda parte e plenificando tudo, tesouro de todo bem e fonte da Vida, vinde, habitai em nós, purificai-nos e salvai-nos, ó Vós, que sois bom!*

2672 O Espírito Santo, cuja Unção impregna todo o nosso ser, é o Mestre interior da oração cristã. E o artífice da tradição viva da oração. Sem dúvida, existem tantos caminhos na oração quantos orantes, mas é o mesmo Espírito que atua em todos e com todos. Na comunhão do Espírito Santo, a oração cristã se torna oração da Igreja.

EM COMUNHÃO COM A SANTA MÃE DE DEUS

2673 Na oração, o Espírito Santo nos une à Pessoa do Filho Único, em sua humanidade glorificada. Por ela e nela, nossa oração filial entra em comunhão, na Igreja, com a Mãe de Jesus[a40].

2674 A partir do consentimento dado na fé por ocasião da Anunciação e mantido sem hesitação sob a cruz, a maternidade de Maria se estende aos irmãos e às irmãs de seu Filho "que ainda são peregrinos e expostos aos perigos e às misérias[a42] ". Jesus, o único Mediador, é o Caminho de nossa oração; Maria, sua Mãe e nossa Mãe, é pura transparência dele. Maria "mostra o Caminho" ("Hodoghitria"), é seu "sinal" conforme a iconografia tradicional no Oriente e no Ocidente.

2675 A partir dessa cooperação singular de Maria com a ação do Espírito Santo, as Igrejas desenvolveram a oração à santa Mãe de Deus, centrando-a na Pessoa de Cristo manifestada em seus mistérios. Nos inúmeros hinos e antifonas que exprimem essa oração, alternam-se geralmente dois movimentos: um "exalta" o Senhor pelas "grandes coisas" que fez para sua humilde serva e, por meio dela, por todos os seres humanos; o outro confia à Mãe de Jesus as súplicas e louvores dos filhos de Deus, pois ela conhece agora humanidade que nela é desposada pelo Filho de Deus.

2676 Esse duplo movimento da oração a Maria encontrou uma expressão privilegiada na oração da Ave-Maria:

"Ave, Maria (alegra-te, Maria)." A saudação do anjo Gabriel abre a oração da Ave-Maria. E o próprio Deus que, por intermédio de seu anjo, saúda Maria. Nossa oração ousa retomar a saudação de Maria com o olhar que Deus lançou sobre sua humilde serva, alegrando-nos com a mesma alegria que Deus encontra nela.

"Cheia de graça, o Senhor é convosco." As duas palavras de saudação do anjo se esclarecem mutuamente. Maria é cheia de graça porque o Senhor está com ela. A graça com que ela é cumulada é a presença daquele que é a fonte de toda graça. "Alegra-te, filha de Jerusalém... o Senhor está no meio de ti" (Sf 3,14.17a). Maria, em quem vem habitar o próprio Senhor, é em pessoa a filha de Sião, a Arca da Aliança, o lugar onde reside a glória do Senhor: ela é "a morada de Deus entre os homens" (Ap 21,3). "Cheia de graça", e toda dedicada àquele que nela vem habitar e que ela vai dar ao mundo.

"Bendita sois vós entre as mulheres, e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus." Depois da saudação do anjo, tornamos nossa a palavra de Isabel. "Repleta do Espírito Santo" (Lc 1,41), Isabel é a primeira na longa série das gerações que declaram Maria bem-aventurada[a49] : "Feliz aquela que creu..." (Lc 1,45): Maria é "bendita entre as mulheres" porque acreditou na realização da palavra do Senhor. Abraão, por sua fé, se tomou uma bênção para "todas as nações da terra" (Gn 12,3). Por sua fé, Maria se tomou a mãe dos que crêem, porque, graças a ela, todas as nações da terra recebem Aquele que é a própria bênção de Deus: "Bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus".

2677 "Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós..." Com Isabel também nós nos admiramos: "Donde me vem que a mãe de meu Senhor me visite?" (Lc 1,43). Porque nos dá Jesus, seu filho, Maria é Mãe de Deus e nossa Mãe; podemos lhe confiar todos os nossos cuidados e pedidos: ela reza por nós como rezou por si mesma: "Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). Confiando-nos à sua oração, abandonamo-nos com ela à vontade de Deus: "Seja feita a vossa vontade".

"Rogai por nós, pecadores, agora e na hora de nossa morte." Pedindo a Maria que reze por nós, reconhecemo-nos como pobres pecadores e nos dirigimos à "Mãe de misericórdia", à Toda Santa. Entregamo-nos a ela "agora", no hoje de nossas vidas. E nossa confiança aumenta para desde já entregar em suas mãos "a hora de nossa morte". Que ela esteja então presente, como na morte na Cruz de seu Filho, e que na hora de nossa passagem ela nos acolha como nossa Mãe, para nos conduzir a seu Filho, Jesus, no Paraíso.

2678 A piedade medieval do Ocidente desenvolveu a oração do Rosário como alternativa popular à Oração das Horas. No Oriente, a forma litânica da oração "Acatisto" e da

Paráclise ficou mais próxima do ofício coral nas Igrejas bizantinas, ao passo que as tradições armênia, copta e síriaca preferiram os hinos e os cânticos populares à Mãe de Deus. Mas na Ave-Maria, nos "theotokia", nos hinos de Sto. Efrém ou de S. Gregório de Narek, a tradição da oração é fundamentalmente a mesma.

2679 Maria é a Orante perfeita, figura da Igreja. Quando rezamos a ela, aderimos com ela ao plano do Pai, que envia seu Filho para salvar todos os homens. Como o discípulo bem-amado, acolhemos em nossa casa [a55] a Mãe de Jesus, que se tornou a mãe de todos os vivos. Podemos rezar com ela e a ela. A oração da Igreja é acompanhada pela oração de Maria, que lhe está unida na esperança[a56] .

RESUMINDO

2680 A oração é dirigida sobretudo ao Pai; também é dirigida ~ Jesus, sobretudo pela invocação de seu santo nome: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tende piedade de nós, pecadores!"

2681 "Ninguém pode dizer: 'Jesus é Senhor', a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3). A Igreja nos convida a invocar o Espírito Santo como o Mestre interior da oração cristã.

2682 Em virtude da cooperação singular da Virgem Maria com a ação do Espírito Santo, a Igreja gosta de rezar em comunhão com ela, para exaltar com ela as grandes coisas que Deus realizou nela e para confiar -lhe súplicas e louvores.

ARTIGO 3

GUIAS PARA A ORAÇÃO

UMA NUVEM DE TESTEMUNHAS

2683 As testemunhas que nos precederam no Reino[a58] , especialmente as que a Igreja reconhece como "santos", participam da tradição viva da oração pelo exemplo modelar de sua vida, pela transmissão de seus escritos e por sua oração hoje. Contemplam a Deus, louvam-no e não deixam de velar por aqueles que deixaram na terra. Entrando "na alegria" do Mestre, eles foram "postos sobre o muito". Sua intercessão é o mais alto serviço que prestam ao plano de Deus. Podemos e devemos pedir-lhes que intercedam por nós e pelo mundo inteiro.

2684 Na [§60] comunhão dos santos, desenvolveram-se, ao longo da história das Igrejas, diversas espiritualidades. O carisma pessoal de uma testemunha do Amor de Deus aos homens pôde ser transmitido, como "o espírito" de Elias a Eliseu" e a João Batista, para que alguns discípulos tenham parte nesse espírito . Há uma espiritualidade igualmente na confluência de outras correntes, litúrgicas e teológicas, atestando a inculturação da fé num meio humano e em sua história. As espiritualidades cristãs participam da tradição viva da oração e são guias indispensáveis para os fiéis, refletindo, em sua rica diversidade, a pura e única Luz do Espírito Santo. O Espírito é de fato o lugar dos santos, e o santo é para o Espírito um lugar próprio, pois se oferece para habitar com Deus e é chamado seu templo.

SERVIDORES DA ORAÇÃO

2685 A família cristã é o primeiro lugar da educação para a oração. Fundada sobre o sacramento do matrimônio, ela é "a Igreja doméstica", onde os filhos de Deus aprendem a orar "como Igreja" e a perseverar na oração. Para as crianças, particularmente, a oração familiar cotidiana é o primeiro testemunho da memória viva da Igreja reavivada pacientemente pelo Espírito Santo.

2686 Os ministros ordenados também são responsáveis pela formação para a oração de seus irmãos e irmãs em Cristo. Servidores do bom Pastor que são, eles são ordenados para guiar o povo de Deus às fontes vivas da oração: a Palavra de Deus, a Liturgia, a vida teologal, o Hoje de Deus nas situações concretas.

2687 Muitos religiosos consagraram toda a vida à oração. Desde o deserto do Egito, eremitas, monges e monjas consagraram seu tempo ao louvor de Deus e à intercessão por seu povo. A vida consagrada não se mantém e não se propaga sem a oração; esta é uma das fontes vivas da contemplação e da vida espiritual na Igreja.

2688 A catequese das crianças, dos jovens e adultos procura fazer com que a Palavra de Deus seja meditada na oração pessoal, atualizada na oração litúrgica e interiorizada em todo tempo, a fim de produzir seu fruto numa vida nova. A catequese é também o momento em que a piedade popular pode ser avaliada e educada. A memorização das orações fundamentais oferece um apoio indispensável à vida de oração, mas importa grandemente fazer com que saboreie o sentido das mesmas.

2689 Os grupos de oração, e mesmo as "escolas de oração", são hoje um dos sinais e molas da renovação da oração na Igreja, contanto que se beba nas fontes autênticas da oração cristã. O cuidado com a comunhão é sinal da verdadeira oração na Igreja.

2690 O Espírito Santo dá a certos fiéis dons de sabedoria, de fé e de discernimento em vista do bem comum que é a oração (direção espiritual). Aqueles e aquelas que têm esses dons são verdadeiros servidores da tradição viva da oração: Por isso, se a alma deseja avançar na perfeição, conforme o conselho de S. João da Cruz, deve "considerar bem em que mãos se entrega, pois, conforme o mestre, assim será o discípulo; conforme o pai, assim será o filho". E ainda: "O diretor deve não somente ser sábio e prudente, mas também experimentado... Se o guia espiritual não tem a experiência da vida espiritual, é incapaz de nela conduzir as almas que Deus chama, e nem sequer as compreenderá".

LUGARES FAVORÁVEIS À ORAÇÃO

2691 A Igreja, casa de Deus, é o lugar próprio para a oração litúrgica da comunidade paroquial. E também o lugar privilegiado da adoração da presença real de Cristo no Santíssimo Sacramento. A escolha de um lugar favorável é importante para a verdade da oração:

ü para a oração pessoal, pode ser um "recanto de oração", com as Sagradas Escrituras e imagens sagradas, para aí estar "no segredo" diante do Pai. Numa família cristã, essa espécie de peque no oratório favorece a oração em comum;

ü nas regiões onde existem mosteiros, a vocação dessas comunidades é favorecer a partilha da Oração das Horas com os fiéis e permitir a solidão necessária a uma oração pessoal mais intensa;

ü as peregrinações evocam nossa caminhada pela terra em direção ao céu. São tradicionalmente tempos fortes de renovação da oração. Os santuários são para os peregrinos, em busca de suas fontes vivas, lugares excepcionais para viver "como Igreja" as formas da oração cristã.

RESUMINDO

2692 Na oração, a Igreja peregrina é associada à dos santos, cuja intercessão solicita.

2693 As diferentes espiritualidades cristãs participam da tradição viva da oração e são guias preciosos para a vida espiritual.

2694 A família cristã é o primeiro lugar da educação à oração.

2695 Os ministros ordenados, a vida consagrada, a catequese, os grupos de oração e a "direção espiritual" garantem na Igreja uma ajuda à oração.

2696 Os lugares mais favoráveis à oração são o oratório pessoal ou familiar, os mosteiros, os santuários de peregrinações e, sobretudo, a igreja, que é lugar próprio da oração litúrgica para a comunidade paroquial e o lugar privilegiado da adoração eucarística.

CAPÍTULO III.

A VIDA DE ORAÇÃO

2697 A oração é a vida do coração novo e deve nos animar a cada momento. Nós, porém, esquecemo-nos daquele que é nossa Vida e nosso Tudo. Por isso os Padres espirituais, na tradição do Deuteronômio e dos profetas, insistem na oração como "recordação de Deus", como um despertar freqüente da "memória do coração": "E preciso se lembrar de Deus com mais freqüência do que se respira". Mas não se pode orar "sempre", se não se reza em certos momentos, por decisão própria: são os tempos fortes da oração cristã, em intensidade e duração.

2698 A Tradição da Igreja propõe aos fiéis ritmos de oração destinados a nutrir a oração continua. Alguns são cotidianos: a oração da manhã e da tarde, antes e depois das refeições, a Liturgia das Horas. O domingo, centrado na Eucaristia, é santificado principalmente pela oração. O ciclo do ano litúrgico e suas grandes festas são os ritmos fundamentais da vida de oração dos cristãos.

2699 O Senhor conduz cada pessoa pelos caminhos e na maneira que lhe agradam. Cada fiel responde ao Senhor segundo a determinação de seu coração e as expressões pessoais de sua oração. Entretanto, a tradição cristã conservou três expressões principais da vida de oração: a oração vocal, a meditação, a oração contemplativa. Uma característica fundamental lhes é comum: o recolhimento do coração. Esta vigilância em guardar a Palavra e em permanecer na presença de Deus faz dessas três expressões tempos fortes da vida de oração.

ARTIGO 1

AS EXPRESSÕES DA ORAÇÃO

LA ORAÇÃO VOCAL

2700 Deus fala ao homem por sua Palavra. É por palavras, mentais ou vocais, que nossa oração cresce. Mas o mais importante é a presença do coração naquele a quem falamos na oração. "Que a nossa oração seja ouvida depende não da quantidade das palavras, mas do fervor de nossas almas."

2701 A oração vocal é um dado indispensável da vida cristã. Aos discípulos, atraídos pela oração silenciosa do Mestre, este ensina uma oração vocal: o "Pai-Nosso". Jesus não só rezou as orações litúrgicas da sinagoga; os Evangelhos O mostram elevando a voz para exprimir sua oração pessoal, da bênção exultante do Pai até a angústia do Getsêmani.

2702 Essa necessidade de associar os sentidos à oração interior responde a uma exigência de nossa natureza humana. Somos corpo e espírito, e sentimos a necessidade de traduzir exteriormente nossos sentimentos. É preciso rezar com todo o nosso ser para dar à nossa súplica todo o poder possível.

2703 Essa necessidade corresponde também a uma exigência divina. Deus procura adoradores em Espírito e Verdade e, por conseguinte, a oração que sobe viva das profundezas

da alma. Ele também quer a expressão exterior que associa o corpo à oração interior, pois ela lhe traz esta homenagem perfeita de tudo aquilo a que Ele tem direito.

2704 Sendo exterior e tão plenamente humana, a oração vocal é por excelência a oração das multidões. Mas também a oração mais interior não pode menosprezar a oração vocal. A oração se torna interior na medida em que tomamos consciência daquele "com quem falamos". Então a oração vocal é uma primeira forma da oração contemplativa.

II. A MEDITAÇÃO

2705 A meditação é sobretudo uma procura. O espírito procura compreender o porquê e o como da vida cristã, a fim de aderir e responder ao que o Senhor pede. Para tanto, é indispensável uma atenção difícil de ser disciplinada. Geralmente, utiliza-se um livro, e os cristãos dispõem de muitos: as Sagradas Escrituras, especialmente o Evangelho, as imagens sacras, os textos litúrgicos do dia ou do tempo, os escritos dos Padres espirituais, as obras de espiritualidade, o grande livro da criação e o da história, a página do "Hoje" de Deus.

2706 Meditando no que lê, o leitor se apropria do conteúdo lido, confrontando-o consigo mesmo. Neste particular, outro livro está aberto: o da vida. Passamos dos pensamentos à realidade. Conduzidos pela humildade e pela fé, descobrimos os movimentos que agitam o coração e podemos discerni-los. Trata-se de fazer a verdade para se chegar à luz: "Senhor, que queres que eu faça?"

2707 Os métodos de meditação são tão diversos quanto os mestres espirituais. Um cristão deve querer meditar regularmente. Caso contrário, assemelha-se aos três primeiros terrenos da parábola do semeador[a90]. Mas um método é apenas um guia; o importante é avançar, com o Espírito Santo, pelo único caminho da oração: Jesus Cristo.

2708 A meditação mobiliza o pensamento, a imaginação, a emoção e o desejo. Essa mobilização é necessária para aprofundar as convicções de fé, suscitar a conversão do coração e fortificar a vontade de seguir a Cristo. A oração cristã procura meditar de preferência "os mistérios de Cristo", como na "lectio (leitura) divina" ou no Rosário. Esta forma de reflexão orante é de grande valor, mas a oração cristã deve procurar ir mais longe: ao conhecimento de amor do Senhor Jesus, à união com Ele.

III. A ORAÇÃO MENTAL

2709 O que é a oração mental? Sta. Teresa responde: "A oração mental, a meu ver, é apenas um relacionamento íntimo de amizade em que conversamos muitas vezes a sós com esse Deus por quem nos sabemos amados". A oração mental busca "aquele que meu coração ama". É Jesus e, nele, o Pai. Ele é procurado porque desejá-lo é sempre o começo do amor, e é procurado na fé pura, esta fé que nos faz nascer dele e viver nele. Na oração, podemos ainda meditar; contudo, o olhar se fixa no Senhor.

2710 A escolha do tempo e da duração da oração mental depende de uma vontade determinada, reveladora dos segredos do coração. Não fazemos oração quando temos tempo: reservamos um tempo para sermos do Senhor, com a firme determinação de, durante o caminho, não o tomarmos de volta enquanto caminhamos, quaisquer que sejam as provações e a aridez do encontro. Nem sempre se pode meditar, mas sempre se pode estar em oração, independentemente das condições de saúde, trabalho ou afetividade. O coração é o lugar da busca e do encontro, na pobreza e na fé.

2711 Entrar em oração é algo análogo ao que ocorre na Liturgia Eucarística: reunir" o coração, recolher todo o nosso ser sob a moção do Espírito Santo, habitar na morada do Senhor (e esta morada somos nós), despertar a fé, para entrar na Presença daquele que nos espera, fazer cair nossas máscaras e voltar nosso coração para o Senhor que nos ama, a fim de nos entregar a Ele como uma oferenda que precisa ser purificada e transformada.

2712 A oração é a prece do filho de Deus, do pecador perdoado que consente em acolher o amor com que é amado e que quer responder-lhe amando mais ainda. Esse pecador perdoado sabe, porém, que o amor com que responde é precisamente o que o Espírito derrama em seu coração, pois tudo é graça da parte de Deus. A oração é a entrega humilde e pobre à vontade amorosa do Pai, em união cada vez mais profunda com seu Filho bem-amado.

2713 Dessa forma, a oração mental é a expressão mais simples do mistério da prece. A oração é um dom, uma graça; não pode ser acolhida senão na humildade e na pobreza. A oração é uma relação de aliança estabelecida por Deus no fundo de nosso ser. A oração é comunhão: a Santíssima Trindade, nesta relação, conforma o homem, imagem de Deus, "a sua semelhança".

2714 A oração mental é também um tempo forte por excelência da prece. Na oração, o Pai nos "arma de poder por seu Espírito, para que se fortifique em nós o homem interior, para que Cristo habite em nossos corações pela fé e sejamos arraigados e fundados no amor".

2715 A contemplação é olhar de fé fito em Jesus. "Eu olho para Ele e Ele olha para mim", dizia, no tempo de seu santo pároco, o camponês de Ars em oração diante do Tabernáculo. Essa atenção a Ele é renúncia ao "eu". Seu olhar purifica o coração; A luz do olhar de Jesus ilumina os olhos de nosso coração; ensina-nos a ver tudo na luz de sua verdade e de sua compaixão por todos os homens. A contemplação considera também os mistérios da vida de Cristo, proporcionando-nos "o conhecimento íntimo do Senhor", para mais O amar e seguir

2716 A oração mental é escuta da Palavra de Deus. Longe de ser passiva, essa escuta é a obediência da fé, acolhida incondicional do servo e adesão amorosa do filho. Participa do "sim" do Filho que se tornou Servo e do "Fiat" de sua humilde serva.

2717 A oração mental é silêncio, este "símbolo do mundo que vem ou "amor silencioso. As palavras na oração não são discursos, mas gravetos que alimentam o fogo do amor. É neste silêncio, insuportável ao homem "exterior", que o Pai nos diz seu Verbo encarnado, sofredor, morto e ressuscitado e que o Espírito filial nos faz participar na oração de Jesus.

2718 A oração mental é união à prece de Cristo na medida em nos faz participar de seu Mistério. O Mistério de Cristo é celebrado pela Igreja na Eucaristia, e o Espírito o faz viver na oração para que esse Mistério seja manifestado pela caridade em ato.

2719 A oração mental é uma comunhão de amor portadora de Vida para a multidão, na medida em que ela é consentimento a habitar na noite da fé. A Noite pascal da Ressurreição passa pela da agonia e do túmulo. São esses três tempos fortes da Hora de Jesus que, seu Espírito (e não a "carne, que é fraca") faz viver na oração. E preciso consentir em "vigiar uma hora com ele".

RESUMINDO

2720 A Igreja convida os fiéis a uma oração regular: orações diárias, Liturgia das Horas, Eucaristia dominical, festas do ano litúrgico.

2721 A tradição cristã compreende três expressões maiores da vida de oração: a oração vocal, a meditação e a oração mental. Estas têm em comum o recolhimento do coração.

2722 A oração vocal, fundada na união do corpo e do espírito na natureza humana, associa o corpo à oração interior do coração, a exemplo de Cristo, que reza a seu Pai e ensina o "Pai-Nosso" a seus discípulos.

2723 A meditação é uma busca orante que põe em ação o pensamento, a imaginação, a emoção, o desejo. Tem por finalidade a apropriação crente do assunto meditado, confrontado com a realidade de nossa vida.

2724 A oração mental é a expressão simples do mistério da oração. É um olhar de fé fito em Jesus, uma escuta da Palavra de Deus, um silencioso amor. Realiza a união à oração de Cristo na medida em que nos faz participar de seu Mistério.

ARTIGO 2

O COMBATE DA ORAÇÃO

2725 A oração é um dom da graça e uma resposta decidida de nossa parte. Supõe sempre um esforço. Os grandes orantes da Antiga Aliança antes de Cristo, como também a Mãe de Deus e os santos com Ele, nos ensinam: a oração é um combate. Contra quem? Contra nós mesmos e contra os embustes do Tentador, que tudo faz para desviar o homem da oração, da união com seu Deus. Reza-se como se vive, porque se vive como se reza. Se não quisermos habitualmente agir segundo o Espírito de Cristo, também não poderemos habitualmente rezar em seu Nome. O "combate espiritual" da vida nova do cristão é inseparável do combate da oração.

LAS OBJEÇÕES À ORAÇÃO

2726 No combate da oração, devemos enfrentar, em nós mesmos e à nossa volta, concepções errôneas da oração. Algumas vêem nela uma simples operação psicológica; outras, um esforço de concentração para se chegar ao vazio mental. Algumas a codificam em atitudes e palavras rituais. No inconsciente de muitos cristãos, rezar é uma ocupação incompatível com tudo o que eles devem fazer: não têm tempo. Os que procuram a Deus pela oração desanimam depressa, porque ignoram que a oração também procede do Espírito Santo e não apenas deles.

2727 Devemos também enfrentar mentalidades "deste mundo" que nos contaminam se não formos vigilantes, por exemplo: a afirmação de que o verdadeiro seria apenas o que é verificado pela razão e pela ciência (rezar, pelo contrário, é um mistério que ultrapassa nossa consciência e nosso inconsciente); os valores de produção e rendimento (a oração, sendo improdutiva, é inútil); o sensualismo e o bem-estar material, considerados como critério da verdade, do bem e da beleza (a oração, porém, "amor da Beleza" [filocalia, é enamorada da glória do Deus vivo e verdadeiro); em reação contra o ativismo, a oração é apresentada como fuga do mundo (a oração cristã, no entanto, não é um sair da história nem está divorciada da vida).

2728 Enfim, nosso combate deve enfrentar aquilo que sentimos como nossos fracassos na oração: desânimo diante de nossa aridez, tristeza por não ter dado tudo ao Senhor, por ter "muitos bens", decepção por não ser atendidos segundo nossa vontade própria, insulto ao nosso orgulho (o qual não aceita nossa indignidade de pecadores), alergia à gratuidade da oração etc. A conclusão é sempre a mesma: para que rezar? Para superar esses obstáculos é preciso lutar para ter a humildade, a confiança, a perseverança.

II. A HUMILDE VIGILÂNCIA DO CORAÇÃO

DIANTE DAS DIFICULDADES DA ORAÇÃO

2729 A dificuldade comum de nossa oração é a distração. Esta pode referir-se às palavras e ao seu sentido, na oração vocal. Pode, porém, referir-se mais profundamente àquele a quem oramos, na oração vocal (litúrgica ou pessoal), na meditação e na oração mental. Perseguir obsessivamente as distrações seria cair em suas armadilhas, já que é suficiente o voltar ao nosso coração: uma distração nos revela aquilo a que estamos amarrados, e essa tomada de consciência humilde diante do Senhor deve despertar nosso amor preferencial por Ele,

oferecendo-lhe resolutamente nosso coração, para que Ele o purifique. Aí se situa o combate: a escolha do Senhor a quem servir.

2730 Positivamente, o combate contra nosso "eu" possessivo e dominador é a vigilância, a sobriedade do coração. Quando Jesus insiste na vigilância, ela está sempre relacionada com Ele, com sua vinda, com o último dia e com cada dia: "hoje". O Esposo vem no meio da noite; a luz que não deve ser extinta é a da fé: "Meu coração diz a teu respeito: 'Procurai a sua face'" (Sl 27,8).

2731 Outra dificuldade, especialmente para aqueles que querem sinceramente orar, é a aridez. Esta acontece na oração, quando o coração está desanimado, sem gosto com relação aos pensamentos, às lembranças e aos sentimentos, mesmo espirituais. E o momento da fé pura que se mantém fielmente com Jesus na agonia e no túmulo. "Se o grão de trigo que cai na terra morrer, produzirá muito fruto" (Jo 12,24). Se a aridez é causada pela falta de raiz, porque a Palavra caiu sobre as pedras, o combate deve ir na linha da conversão.

DIANTE DAS TENTAÇÕES NA ORAÇÃO

2732 A tentação mais comum, mais oculta, é nossa falta de fé, que se exprime não tanto por uma incredulidade declarada quanto por uma opção de fato. Quando começamos a orar, mil trabalhos ou cuidados, julgados urgentes, apresentam-se como prioritários; de novo, é o momento da verdade do coração e de seu amor preferencial. Com efeito, voltamo-nos para o Senhor como o último recurso: mas de fato acreditamos nisso? As vezes tomamos o Senhor como aliado, mas o coração ainda está na presunção. Em todos os casos, nossa falta de fé revela que não estamos ainda na disposição do coração humilde: "Sem mim, nada podeis fazer" (Jo 15,5).

2733 Outra tentação, cuja porta é aberta pela presunção, é a acídia (chamada também "preguiça"). Os Padres espirituais entendem esta palavra como uma forma de depressão devida ao relaxamento da ascese, à diminuição da vigilância, à negligência do coração. "O espírito está pronto, mas a carne é fraca" (Mt 26,). Quanto mais alto se sobe, tanto maior a queda. O desânimo doloroso é o inverso da presunção. Quem é humilde não se surpreende com sua miséria. Passa então a ter mais confiança, a perseverar na constância.

III. A CONFIANÇA FILIAL

2734 A confiança filial é experimentada - e se prova - na tribulação[a123] . A dificuldade principal se refere à oração de súplica por si ou pelos outros, na intercessão. Alguns deixam até de orar porque, pensam eles, seu pedido não é ouvido. Aqui surgem duas questões: por que pensamos que nosso pedido não foi ouvido? De que maneira é atendida, ou é "eficaz", nossa oração?

POR QUE NOS LAMENTAR POR NÃO SERMOS ATENDIDOS?

2735 Um fato deveria provocar admiração em nós. Quando louvamos a Deus ou lhe damos graças pelos benefícios em geral, pouco nos preocupamos em saber se nossa oração lhe é agradável. Em compensação, temos a pretensão de ver o resultado de nosso pedido. Qual é, pois, a imagem de Deus que nos motiva à oração? Um meio a utilizar ou o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo?

2736 Estamos acaso convencidos de que "nem sabemos o que convém pedir" (Rm 8,26)? Pedimos a Deus "os bens convenientes"? Nosso Pai sabe do que precisamos, antes de lho pedirmos, mas espera nosso pedido porque a dignidade de seus filhos está precisamente em sua liberdade. Mas é preciso rezar com seu Espírito de liberdade para poder conhecer na verdade o seu desejo.

2737 "Não possuís porque não pedis. Pedis, mas não recebeis, porque pedis mal, com o fim de gastardes nos vossos prazeres" (Tg 4,2-3). Se pedimos com um coração dividido, "adúltero"

Deus não nos pode ouvir, porque deseja nosso bem, nossa vida. "Ou julgais que é em vão que a Escritura diz: Ele reclama com ciúme o espírito que pôs dentro de nós (Tg 4,5)?" Nosso Deus é "ciumento" de nós, o que é o sinal da verdade de seu amor. Entremos no desejo de seu Espírito e seremos ouvidos: Não te aflijas se não recebes imediatamente de Deus o que lhe pedes: pois Ele quer fazer-te um bem ainda maior por tua perseverança em permanecer com Ele na oração. Ele quer que nosso desejo seja provado na oração. Assim Ele nos prepara para receber aquilo que Ele está pronto a nos dar.

DE QUE MANEIRA É EFICAZ NOSSA ORAÇÃO?

2738 A revelação da oração na economia da salvação nos ensina que a fé se apóia na ação de Deus na história. A confiança filial é suscitada por sua ação por excelência: a Paixão e a Ressurreição de seu Filho. A oração cristã é cooperação com sua Providência, com seu plano de amor para os homens.

2739 Em S. Paulo, esta confiança é audaciosa, fundada na oração do Espírito em nós e no amor fiel do Pai, que nos deu seu Filho único. A transformação do coração que reza é a primeira resposta a nosso pedido.

2740 A oração de Jesus faz da oração cristã uma súplica eficaz. É Ele o seu modelo. Jesus reza em nos e conosco. Já que o coração do Filho não busca senão o que agrada ao Pai, como haveria (o coração dos filhos adotivos) de apegar-se mais aos dons do que ao Doador?

2741 Jesus também reza por nós, em nosso lugar e em nosso favor. Todos os nossos pedidos foram recolhidos uma vez por todas em seu Grito na Cruz e ouvidos pelo Pai em sua Ressurreição, e por isso Ele não deixa de interceder por nós junto do Pai. Se nossa oração está resolutamente unida à de Jesus, na confiança e na audácia filial, obteremos tudo o que pedimos em seu nome; bem mais do que pequenos favores, receberemos o próprio Espírito Santo, que possui todos os dons.

IV. PERSEVERAR NO AMOR

2742 "Orai sem cessar" (1 Ts 5,17), "sempre e por tudo dando graças a Deus Pai, em nome de nosso Senhor, Jesus Cristo" (Ef 5,20), "com orações e súplicas de toda sorte, orai em todo tempo, no Espírito e, para isso, vigiai com toda perseverança e súplica por todos os santos" (Ef 6,18). "Não nos foi prescrito que trabalhemos, vigiemos e jejuemos constantemente, enquanto, para nós, é lei rezar sem cessar." Esse ardor incansável só pode provir do amor. Contra nossa pesada lentidão e preguiça, o combate da oração é o do amor humilde, confiante e perseverante. Esse amor abre nossos corações para três evidências de fé, luminosas e vivificantes:

2743 Orar é sempre possível: o tempo do cristão é o de Cristo ressuscitado que "esta conosco todos os dias" (Mt 28,20), apesar de todas as tempestades. Nosso tempo está nas mãos de Deus: É possível até no mercado ou num passeio solitário fazer uma oração freqüente e fervorosa. Sentados em vossa loja, comprando ou vendendo, ou mesmo cozinhando.

2744 Orar é uma necessidade vital. A prova contrária não é menos convincente: se não nos deixarmos levar pelo Espírito, cairemos de novo na escravidão do pecado. Como o Espírito Santo pode ser "nossa Vida", se nosso coração está longe dele? Nada se compara em valor à oração; ela torna possível o que é impossível, fácil o que é difícil. É impossível que caia em pecado o homem que reza.

QUEM REZA CERTAMENTE SE SALVA: QUEM NÃO REZA CERTAMENTE SE CONDENA[A145].

2745 Oração e vida cristãs são inseparáveis, pois se trata do mesmo amor e da mesma renúncia que procede do amor. Trata-se da mesma conformidade filial e amorosa ao plano de amor do Pai; da mesma união transformadora no Espírito Santo, a qual nos conforma sempre

mais a Cristo Jesus; trata-se do mesmo amor por todos os homens, aquele amor com que Jesus nos amou. "Tudo o que pedirdes a meu Pai em meu nome Ele vos dará. Isto vos mando: amai-vos uns aos outros" (Jo 15,16-17).

Ora sem cessar aquele que une a oração às obras e as obras à oração. Somente dessa forma podemos considerar como realizável o princípio de orar sem cessar.

V. A ORAÇÃO DA HORA DE JESUS

2746 Quando chega sua Hora, Jesus ora ao Pai. Sua oração, a mais longa transmitida pelo Evangelho, abarca toda a economia da criação e da salvação, como sua Morte e Ressurreição. A oração da Hora de Jesus é sempre a sua, assim como sua Páscoa, acontecida "uma vez por todas", estará sempre presente na Liturgia de sua Igreja.

2747 A tradição cristã a chama com toda propriedade a oração "sacerdotal" de Jesus. É a oração de nosso Sumo Sacerdote, inseparável de seu Sacrifício, de sua "passagem" [páscoa] para o Pai, onde Ele é "consagrado" inteiramente ao Pai.

2748 Nessa oração pascal, sacrificial, tudo é "recapitulado" nele: Deus e o mundo, o Verbo e a carne, a vida eterna e o tempo, o amor que se entrega e o pecado que o trai, os discípulos presentes e aqueles que crerão nele por meio da palavra deles, a humilhação e a glória. E a oração da Unidade.

2749 Jesus realizou toda a obra do Pai, e sua oração, como seu Sacrifício, se estende até a consumação dos tempos. A oração da Hora enche os últimos tempos e os leva até sua consumação. Jesus, o Filho a quem o Pai deu tudo, está todo entregue ao Pai e, ao mesmo tempo, se exprime com uma liberdade soberana, em virtude do poder que o Pai lhe deu sobre toda carne. O Filho, que se tomou Servo, é o Senhor, o Pantocrátor (o Todo-Poderoso). Nosso Sumo Sacerdote, que por nós reza é também aquele que ora em nós e o Deus que nos ouve.

2750 E entrando no santo nome do Senhor Jesus que podemos acolher, interiormente, a oração que Ele nos ensina: "Pai nosso!" Sua oração sacerdotal inspira os grandes pedidos do Pai-Nosso: a solicitude pelo nome do Pai, a paixão por seu Reino (a glória), [a157] o cumprimento da vontade do Pai, de seu plano de salvação, e a libertação do mal.

2751 Por fim, é nesta oração que Jesus nos revela e nos dá o "conhecimento" indissociável do Pai e do Filho, que é o próprio mistério da Vida de oração.

RESUMINDO.

2752 A oração supõe um esforço e uma luta contra nós mesmos e contra os embustes do Tentador. O combate da oração é inseparável do "combate espiritual" necessário para agir habitualmente segundo o Espírito de Cristo: reza-se como se vive, porque se vive como se reza.

2753 No combate da oração devemos enfrentar concepções errôneas, diversas correntes de mentalidade, a experiência de nossos fracassos. A essas tentações que lançam dúvida sobre a utilidade ou a própria possibilidade da oração convém responder pela humildade, confiança e perseverança.

2754 As dificuldades principais no exercício da oração são a distração e a aridez. O remédio está na fé, na conversão e na vigilância do coração.

2755 Duas tentações freqüentes ameaçam a oração: a falta de fé e a acídia, que é uma forma de depressão devida ao relaxamento da ascese, que leva ao desânimo.

2756 A confiança filial é posta à prova quando temos o sentimento de não ser sempre ouvidos. O Evangelho nos convida a nos interrogar sobre a conformidade de nossa oração com o de-sejo do Espírito.

2757 "Orai sem cessar" (1 Ts 5,17). Rezar sempre é possível. É mesmo uma necessidade vital. Oração e vida cristã são inseparáveis.

2758 A oração da Hora de Jesus, chamada com propriedade "oração sacerdotal, recapitula toda a Economia da criação e da salvação e inspira os grandes pedidos do "Pai-Nosso".

QUARTA PARTE - A ORAÇÃO CRISTÃ

SEGUNDA SEÇÃO

A ORAÇÃO DO SENHOR: "PAI NOSSO!"

2759 "Um dia, em certo lugar, Jesus rezava. Quando terminou, um de seus discípulos pediu-lhe: 'Senhor, ensina-nos a orar, como João ensinou a seus discípulos'" (Lc 11,1). E em resposta a este pedido que o Senhor confia a seus discípulos e à sua Igreja a oração cristã fundamental. S. Lucas traz um texto breve (de cinco pedidos); S. Mateus, uma versão mais desenvolvi da (de sete pedidos). A tradição litúrgica da Igreja conservou o texto de S. Mateus:

Pai nosso que estais nos céus,
santificado seja o vosso nome;
venha a nós o vosso reino;
seja feita a vossa vontade,
assim na terra como no céu;
pão nosso de cada dia nos dai hoje;
perdoai-nos as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido;
e não nos deixeis cair em tentação.
mas livrai-nos do mal.

2760 Bem cedo, o uso litúrgico concluiu a Oração do Senhor com uma doxologia. Na Didaché (8,2): "Pois vosso é o poder e a glória para sempre[a4] ". As Constituições Apostólicas (7,24,1) acrescentam no começo: "o reino" , e é esta a fórmula conservada hoje na oração ecumênica. A tradição bizantina, logo em seguida à "glória", acrescenta "Pai, Filho e Espírito Santo". O missal romano desdobra o último pedido na perspectiva explícita da expectativa da "bem-aventurada esperança" e da Vinda de Jesus Cristo, nosso Senhor vindo em seguida a aclamação da assembléia, que retoma a doxologia das Constituições Apostólicas.

ARTIGO 1

"O RESUMO DE TODO O EVANGELHO"

2761 "A Oração dominical é realmente o resumo de todo o Evangelho." "Depois de nos ter legado esta fórmula de oração, o Senhor acrescentou: 'Pedi e vos será dado' (Jo 16,24). Cada qual pode, portanto, dirigir ao céu diversas orações conforme as suas necessidades, mas começando sempre pela Oração do Senhor, que permanece a oração fundamental."

1. NO CENTRO DAS ESCRITURAS

2762 Depois de mostrar como os Salmos são o alimento principal da oração cristã e convergem nos pedidos do Pai-Nosso, Sto. Agostinho conclui: Percorrei todas as orações que se encontram nas Escrituras, e eu não creio que possais encontrar nelas algo que não esteja incluído na oração do Senhor.

2763 Todas as Escrituras (a Lei, os Profetas e os Salmos) se realizam em Cristo. O Evangelho é esta "Boa nova". Seu primeiro anúncio é resumido por S. Mateus no Sermão da Montanha. Ora,, a oração ao Nosso Pai encontra-se no centro deste anúncio. E este contexto que ilumina cada pedido da oração que o Senhor nos deixou:

A Oração dominical é a mais perfeita das orações... Nela, não só pedimos tudo quanto podemos desejar corretamente, mas ainda segundo a ordem em que convém desejá-lo. De modo que esta oração não só nos ensina a pedir, mas ordena também todos os nossos afetos.

2764 O Sermão da Montanha é doutrina de vida, a Oração do Senhor é oração, mas em ambos o Espírito do Senhor dá forma nova aos nossos desejos, isto é, a estas moções interiores que animam nossa vida. Jesus nos ensina esta vida nova por suas palavras e nos ensina a pedi-la pela oração. Da retidão de nossa oração dependerá a retidão de nossa vida em Cristo.

II- "A ORAÇÃO DO SENHOR"

2765 A tradicional expressão "Oração dominical" [ou seja, "Oração do Senhor"] significa que a oração ao nosso Pai nos foi ensinada e dada pelo Senhor Jesus. Esta oração que nos vem de Jesus é realmente única: ela é "do Senhor". Com efeito, por um lado, mediante as palavras desta oração, o Filho único nos dá as palavras que o Pai lhe deu; Ele é o Mestre de nossa oração. Por outro lado, como Verbo encarnado, Ele conhece em seu coração de homem as necessidades de seus irmãos e irmãs humanos e no-las revela; é o Modelo de nossa oração.

2766 Jesus, no entanto, não nos deixa uma fórmula a ser repetida maquinalmente. Como vale em relação a toda oração vocal, é pela Palavra de Deus que o Espírito Santo ensina aos filhos de Deus como rezar a seu Pai. Jesus nos dá não só as palavras de nossa oração filial, mas também, ao mesmo tempo, o Espírito pelo qual elas se tornam em nós "espírito e vida" (Jo 6,). Mais ainda: a prova e a possibilidade de nossa oração filial consiste no fato de que o Pai "enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Abba, Pai!" (4,6). Já que nossa oração interpreta nossos desejos diante de Deus, é ainda "aquele que perscruta os corações", o Pai, quem "sabe qual é o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos" (Rm 8,27). A oração a Nosso Pai insere-se na missão misteriosa de Filho e do Espírito.

III. A ORAÇÃO DA IGREJA

2767 A Igreja recebeu e viveu desde as origens este dom indissociável das palavras do Senhor e do Espírito Santo, que a elas dá vida no coração dos crentes. As primeiras comunidades rezam a Oração do Senhor "três vezes ao dia", em lugar das "Dezoito bênçãos" em uso na piedade judaica.

2768 Segundo a Tradição apostólica, a Oração do Senhor está essencialmente arraigada na oração litúrgica.

O Senhor nos ensina a rezar nossas orações em comum por todos os nossos irmãos. Pois não diz "meu Pai" que estás nos céus, mas "nosso" Pai, a fim de que nossa oração seja, com um só coração e uma só alma, por todo o Corpo da Igreja.

Em todas as tradições litúrgicas, a Oração do Senhor é parte integrante das grandes horas do Ofício Divino. Mas é sobretudo nos três sacramentos da iniciação cristã que seu caráter eclesial aparece claramente.

2769 No Batismo e na Confirmação, a entrega ["traditio"] da Oração do Senhor significa o novo nascimento para a vida divina. Já que a oração cristã consiste em falar a Deus com a própria Palavra de Deus, os que são "regenerados mediante a Palavra do Deus vivo" (I Pd 1,23) aprendem a invocar seu Pai mediante a única Palavra que ele sempre atende. E já podem invocá-lo desde agora, pois o Selo da Unção do Espírito Santo foi-lhes gravado, indelevelmente, sobre o coração, os ouvidos, os lábios, sobre todo o seu ser filial. É por isso que a maioria dos comentários patristicos do Pai-Nosso são dirigidos aos catecúmenos e aos neófitos. Quando a Igreja reza a Oração do Senhor, é sempre o povo dos "renascidos" que reza e obtém misericórdia.

2770 Na Liturgia Eucarística, a Oração do Senhor aparece como a oração de toda a Igreja. Nela revela-se seu sentido pleno e sua eficácia. Situada entre a Anáfora (Oração eucarística) e a Liturgia da comunhão, ela recapitula por um lado todos os pedidos e intercessões expressos no movimento da Epiclese e, por outro, bate à porta do Festim do Reino que a Comunhão sacramental vai antecipar.

2771 Na Eucaristia, a Oração do Senhor manifesta também o caráter escatológico de seus pedidos. E a oração própria dos "últimos tempos", dos tempos da salvação que começaram com a efusão do Espírito Santo e que terminarão com a Volta do Senhor. Os pedidos ao nosso Pai, ao contrário das orações da Antiga Aliança, apóiam-se sobre o mistério da salvação já realizada, uma vez por todas, em Cristo crucificado e ressuscitado.

2772 Desta fé inabalável brota a esperança que anima cada um dos sete pedidos. Estes exprimem os gemidos do tempo presente, este tempo de paciência e de espera durante o qual "ainda não se manifestou o que nós seremos" (1 Jo 3,2). A Eucaristia e o Pai-Nosso apontam para a vinda do Senhor, "até que Ele venha" (1 Cor 11,26).

RESUMINDO

2773 Atendendo ao pedido de seus discípulos ("Senhor, ensina-nos a orar": Lc 11,1), Jesus lhes confia a oração cristã fundamental do Pai-Nosso.

2774 "A Oração dominical é realmente o resumo de todo o Evangelho", "a mais perfeita das orações" Está no centro das Escrituras.

2775 É chamada "Oração dominical" porque nos vem do Senhor; Jesus, Mestre e Modelo de nossa oração.

2776 A Oração dominical é a oração da Igreja por excelência. É parte integrante das grandes Horas do Ofício Divino e dos sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Confirmação e Eucaristia. Integrada na Eucaristia, ela manifesta o caráter "escatológico" de seus pedidos, na esperança do Senhor, "até que Ele venha" (1 Cor 11,26):

ARTIGO 2

"PAI NOSSO QUE ESTAIS NO CÉU"

I. "OUSAR APROXIMAR-NOS COM TODA A CONFIANÇA"

2777 Na liturgia romana, a assembléia eucarística é convidada a rezar o Pai-Nosso com ousadia filial; as liturgias orientais utilizam e desenvolvem expressões análogas: "Ousar com toda a segurança", "torna-nos dignos de". Diante da sarça ardente, foi dito a Moisés: "Não te aproximes daqui; tira as sandálias" (Ex 3,5). Este limiar da Santidade divina só Jesus podia transpor, Ele que, "depois de ter realizado a purificação dos pecados" (Hb 1,3), nos introduz diante da Face do Pai: "Eis-me aqui com os filhos que Deus me deu" (Hb 2,13).

A consciência que temos de nossa situação de escravos nos faria desaparecer debaixo da terra, nossa condição terrestre se reduziria a pó, se a autoridade de nosso Pai e o Espírito de seu Filho não nos levassem a clamar: "Abba, Pai!" (Rm 8,15)... Quando ousaria a fraqueza de um mortal chamar a Deus seu Pai, senão apenas quando o íntimo do homem é animado pela Força do a1to[a32] ?

2778 Esta força do Espírito que nos introduz na Oração do Senhor traduz-se nas liturgias do Oriente e do Ocidente pela bela expressão tipicamente cristã: "parrhesia", simplicidade sem rodeios, confiança filial, jovial segurança, audácia humilde, certeza de ser amado.

II. "PAI"

2779 Antes de fazer nossa esta primeira invocação da Oração do Senhor, convém purificar humildemente nosso coração de certas imagens falsas a respeito "deste mundo". A humildade nos faz reconhecer que "ninguém conhece o Pai senão o Filho ele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11 ,27), isto é, aos pequeninos" (Mt 11,25). A purificação do coração diz respeito às imagens paternas ou maternas oriundas de nossa história pessoal e cultural e que influenciam nossa relação com Deus. Deus nosso Pai transcende as categorias do mundo criado. Transpor para Ele, ou contra Ele, nossas idéias neste campo seria fabricar ídolos, para adorar ou para demolir. Orar ao Pai é entrar em seu mistério, tal qual Ele é, e tal como o Filho no-lo revelou:

A expressão "Deus Pai" nunca fora revelada a ninguém. Quando o próprio Moisés perguntou a Deus quem Ele era, ouviu outro nome. A nós este nome foi revelado no Filho, pois este nome novo implica o nome novo de Pai.

2780 Podemos invocar a Deus como "Pai", porque Ele nos foi revelado por seu Filho feito homem e porque seu Espírito no-lo faz conhecer. Aquilo que o homem não pode conceber nem as potências angélicas podem entrever, isto é, a relação pessoal do Filho com o Pai, eis que o Espírito do Filho nos faz participar nela (nessa relação pessoal), nós, que cremos que Jesus é o Cristo e (cremos) que somos nascidos de Deus.

2781 Quando rezamos ao Pai, estamos em comunhão com Ele e com seu Filho, Jesus Cristo. E então que o conhecemos e o reconhecemos num maravilhamento sempre novo. A primeira palavra da Oração do Senhor é uma bênção de adoração, antes de ser uma súplica. Pois a Glória de Deus é que nós o reconheçamos como "Pai", Deus verdadeiro. Rendemo-lhe graças por nos ter revelado seu Nome, por nos ter concedido crer nele e por sermos habitados por sua Presença.

2782 Podemos adorar o Pai porque Ele nos fez renascer para sua Vida, adotando-nos como filhos em seu Filho único: pelo Batismo, Ele nos incorpora no Corpo de seu Cristo e, pela Unção de seu Espírito, que se derrama da Cabeça para os membros, faz de nós "cristos" (isto é, "ungidos"). Deus, que nos destinou à adoção de filhos, tomou-nos conformes ao Corpo glorioso de Cristo. Doravante, portanto, como participantes do Cristo, vós sois com justa razão chamados "cristos". O homem novo, renascido e restituído a seu Deus pela graça, diz, antes de mais nada, "Pai!", porque se tornou filho

2783 Assim, portanto, pela Oração do Senhor, somos revelados a nós mesmos ao mesmo tempo que o Pai nos é revelado: Ó homem, não ousavas levantar teu rosto ao céu, baixavas os olhos para a terra, e de repente recebeste a graça de Cristo: todos os teus pecados te foram perdoados. De servo mau te tomaste um bom filho... Levanta, pois, os olhos para o Pai que te resgatou por seu Filho e dize: Pai nosso... Mas não exijas nenhum privilégio. Somente de Cristo Ele é Pai, de modo especial; para nós é Pai em comum, porque gerou somente a Ele; a nós, ao invés, Ele nos criou. Dize, portanto, também tu, pela graça: Pai Nosso, a fim de mereceres ser seu filho.

2784 Este dom gratuito da adoção exige de nossa parte uma conversão contínua e uma vida nova. Rezar a nosso Pai deve desenvolver em nós, duas disposições fundamentais: O desejo e a vontade de assemelhar-se a Ele. Criados à sua imagem, é por graça que a semelhança nos

é dada e a ela devemos responder. Quando chamamos a Deus de "nosso Pai", precisamos lembrar-nos de que devemos comportar-nos como filhos de Deus .

Não podeis chamar de vosso Pai ao Deus de toda bondade, se conservais um coração cruel e desumano; pois nesse caso já não tendes mais em vós a marca da bondade do Pai celeste[a49] .

É preciso contemplar sem cessar a beleza do Pai e com ela impregnar nossa alma[a50] .

2785 Um coração humilde e confiante que nos faz "retornar à condição de crianças" (Mt 18,3), porque e aos pequeninos que o Pai se revela (Mt 11,25):

É um olhar sobre Deus tão-somente, um grande fogo de amor.

A alma nele se dissolve e se abisma na santa dileção, e se entretém com Deus como com seu próprio Pai, bem familiarmente, com ternura de piedade toda particular.

Nosso Pai: este nome suscita em nós, ao mesmo tempo, o amor, a afeição na oração, (...) e também a esperança de alcançar o que vamos pedir... Com efeito, o que poderia Ele recusar ao pedido de seus olhos, quando já antes lhes permitiu ser seus filhos.

III. PAI "NOSSO"

2786 Pai "Nosso" refere-se a Deus. De nossa parte, este adjetivo não exprime uma posse, mas uma relação inteiramente nova com Deus.

2787 Quando dizemos Pai "nosso", reconhecemos primeiramente que todas as suas promessas de amor anunciadas pelos profetas se cumprem na nova e eterna Aliança em Cristo: nós nos torna-mos seu Povo e Ele é, doravante, "nosso" Deus. Esta relação nova é uma pertença mútua dada gratuitamente: é pelo amor e pela fidelidade que devemos responder "à graça e à verdade" que nos são dadas em Jesus Cristo.

2788 Como a Oração do Senhor é a de seu Povo nos "últimos tempos", este "nosso" exprime também a certeza de nossa esperança na última promessa de Deus; na Jerusalém nova, dirá Ele ao vencedor: "Eu serei seu Deus e ele será meu filho" (Ap 21,7).

2789 Rezando ao "nosso" Pai, é ao Pai 4e Nosso Senhor Jesus Cristo que nos dirigimos pessoalmente. Não dividimos a divindade, porque o Pai é dela "a fonte e a origem", mas confessamos, com isso, que eternamente o Filho é gerado por Ele e que dele procede o Espírito Santo. Tampouco confundimos as Pessoas, porque confessamos que nossa comunhão é com o Pai e seu Filho, Jesus Cristo, em seu único Espírito Santo. A Santíssima Trindade é consubstancial e indivisível. Quando rezamos ao Pai, nós o adoramos e o glorificamos com o Filho e o Espírito Santo.

2790 Gramaticalmente, nosso qualifica uma realidade comum a vários. Não há senão um só Deus, e Ele é reconhecido como Pai pelos que, mediante a fé em seu Filho único, renasceram dele pela água e pelo Espírito. A Igreja é esta nova comunhão entre Deus e os homens; unida ao Filho único tornado "o primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8,29), ela está em comunhão com um só e mesmo Pai, em um só e mesmo Espírito Santo. Rezando ao "nos- Pai, cada batizado reza nesta Comunhão: "A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma" (At 4,32).

2791 Por isso, apesar das divisões dos cristãos, a oração ao "nosso" Pai continua sendo o bem comum e um apelo urgente para todos os batizados. Em comunhão mediante a fé em Cristo e mediante o Batismo, devem eles participar na oração de Jesus para a unidade de seus discípulos.

2792 Enfim, se rezamos verdadeiramente ao "Nosso Pai", saímos do individualismo, pois o Amor que acolhemos nos liberta (do individualismo). O "nosso" do início da Oração do Senhor, como o "nós" dos quatro últimos pedidos, não exclui ninguém. Para que seja dito em verdade[a64] , nossas divisões e oposições devem ser superadas.

2793 Os batizados não podem rezar ao Pai "nosso" sem levar para junto dele todos aqueles por quem Ele entregou seu Filho bem-amado. O amor de Deus é sem fronteiras; nossa oração também deve sê-lo. Rezar ao "nosso" Pai abre-nos para as dimensões de Seu amor manifestado no Cristo: rezar com e por todos os homens que ainda não O conhecem, a fim de que sejam "congregados na unidade". Esta solicitude divina por todos os homens e por toda a criação animou todos os grandes orantes e deve dilatar nossa oração em amplitude de amor quando ousamos dizer Pai "nosso".

IV. "QUE ESTAIS NO CÉU"

2794 Esta expressão bíblica não significa um lugar ["o espaço], mas uma maneira de ser; não o afastamento de Deus, mas sua majestade. Nosso Pai não está "em outro lugar", Ele está "para além de tudo" quanto possamos conceber a respeito de sua Santidade. Porque Ele é três vezes Santo, está bem próximo do coração humilde e contrito:

É com razão que estas palavras "Pai Nosso que estais no céu" provêm do coração dos justos, onde Deus habita como que em seu templo. Por elas também o que reza desejará ver morar em si aquele que ele invoca.

Os "céus" poderiam muito bem ser também aqueles que trazem a imagem do mundo celeste, nos quais Deus habita e passeia.

2795 O símbolo dos céus nos remete ao mistério da Aliança que vivemos quando rezamos ao nosso Pai. Ele está nos céus que são sua Morada; a Casa do Pai é, portanto, nossa "pátria". Foi da terra da Aliança que o pecado nos exilou e é para o Pai, para o céu, que a conversão do coração nos faz voltar. Ora, é no Cristo que o céu e a terra são reconciliados, pois o Filho "desceu do céu", sozinho, e para lá nos faz subir com ele, por sua Cruz, sua Ressurreição e Ascensão.

2796 Quando a Igreja reza "Pai nosso que estais nos céus", professa que somos o Povo de Deus já assentados nos céus, em Cristo Jesus, "escondidos com Cristo em Deus" e, ao mesmo tempo, "gememos pelo desejo ardente de revestir por cima de nossa morada terrestre a nossa habitação celeste" (2Cor 5,2)

Os cristãos estão na carne, mas não vivem segundo a carne. Passam sua vida na terra, mas são cidadãos do céu.

RESUMINDO

2797 A confiança simples e fiel, a segurança humilde e alegre são as disposições que convêm a quem reza o Pai-Nosso.

2798 Podemos invocar a Deus como "Pai" porque o Filho de Deus feito homem no-lo revelou, Ele, em quem, pelo Batismo, somos incorporados e adotados como filhos de Deus.

2799 A oração do Senhor nos põe em comunhão com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, ela nos revela a nós mesmos.

800 Rezar ao Pai "nosso" deve desenvolver em nós a vontade de nos assemelhar a Ele e (fazer crescer em nós) um coração humilde e confiante.

2801 Dizendo Pai Nosso, invocamos a Nova Aliança em Jesus Cristo, a comunhão com a Santíssima Trindade e a caridade divina que se estende, pela igreja, às dimensões do mundo.

2802 "Que estais nos céus" não designa um lugar, mas a majestade de Deus e sua presença no coração dos justos. O céu, a Casa do Pai, constitui a verdadeira pátria para onde nos dirigimos e à qual já pertencemos.

OS SETE PEDIDOS

2803 Depois de nos ter posto na presença de Deus, nosso Pai, para adorá-lo, amá-lo e bendizê-lo, o Espírito filial faz subir de nossos corações sete pedidos, sete bênçãos. Os três primeiros, mais teologais, nos atraem para a Glória do Pai; os quatro últimos, como caminhos para Ele, oferecem nossa miséria à sua Graça. "Um abismo grita a outro abismo" (SI 42,8).

2804 A primeira série de pedidos nos leva em direção a Ele, para Ele: vosso Nome, vosso Reino, vossa Vontade! É próprio do amor pensar primeiro naquele que amamos. Em cada um destes três pedidos não nos mencionamos, mas o que se apodera de nós é "o desejo ardente", "a angústia" até, do Filho bem-amado para a Glória de seu Pai: "Seja santificado... Venha... Seja feita...": essas três súplicas já foram atendidas pelo Sacrifício do Cristo Salvador, mas se elevam doravante, na esperança, para seu cumprimento final, enquanto Deus ainda não é tudo em todos.

2805 A segunda série de pedidos desenrola-se no ritmo de certas Epicleses eucarísticas: é apresentação de nossas expectativas e atrai o olhar do Pai das misericórdias. Sobe de nós e nos diz respeito desde agora, neste mundo: "Dai-nos... perdoai-nos... não nos deixeis... livrai-nos". O quarto e o quinto pedidos referem-se à nossa vida, como tal, seja para alimentá-la, seja para curá-la do pecado; os dois últimos referem-se ao nosso combate pela vitória da Vida, o combate da própria oração.

2806 Mediante os três primeiros pedidos, somos confirmados na fé, repletos de esperança e abraçados pela caridade. Criaturas e ainda pecadores, devemos pedir por nós, estendendo este "nós" até as dimensões do mundo e da história que oferecemos ao amor sem medida de nosso Deus. Porque é pelo Nome de seu Cristo e pelo Reino de seu Espírito Santo que nosso Pai realiza seu plano de salvação, por nós e pelo mundo inteiro.

I Santificado seja vosso Nome

2807 O termo "santificar" deve ser entendido aqui não primeiramente em seu sentido causativo (só Deus santifica, torna santo), mas sobretudo num sentido estimativo: reconhecer como santo, tratar de maneira santa. E assim que, na adoração, esta invocação é às vezes compreendida como um louvor e uma ação de graças. Mas este pedido, um nos é ensinado por Jesus como um optativo: um pedido, um desejo e uma espera em que Deus e o homem estão empenhados. Desde o primeiro pedido a nosso Pai, somos mergulhados no mistério íntimo de sua Divindade e no evento da salvação de nossa humanidade. Pedir-lhe que seu nome seja santificado nos envolve na "decisão prévia que lhe aprouve tomar" (Ef 1,9) para "ser santos e irrepreensíveis diante dele no amor" (Ef 1,4).

2808 Nos momentos decisivos de sua economia, Deus revela seu Nome, mas revela-o realizando sua obra. Ora, esta obra só se realiza para nós e em nós se seu nome for santificado por nós e em nós.

2809 A Santidade de Deus é o centro inacessível de seu ministério eterno. Ao que, deste mistério, está manifestado na criação e na história, a Escritura chama de Glória, a irradiação de sua majestade. Ao criar o homem "à sua imagem e semelhança" (Gn 1,26), Deus "o coroa de glória", mas, pecando, o homem é "privado da Glória de Deus". Sendo assim, Deus vai manifestar sua Santidade revelando e dando seu Nome, a fim de restaurar o homem "segundo a imagem de seu Criador" (CI 3,10).

2810 Na promessa a Abraão, e no juramento que a acompanha, Deus empenha a si mesmo, mas sem revelar seu Nome. É a Moisés que começa a revelá-lo, e o manifesta aos olhos de todo o povo, salvando-o dos egípcios: "Ele se vestiu de glória" (Ex 15,1). A partir da Aliança do Sinai, este povo é "seu" e deve ser uma "nação santa" (ou consagrada: é a mesma palavra em hebraico) porque o nome de Deus habita nele.

2811 Ora, apesar da Lei santa que o Deus Santo lhe dá e torna a dar, e embora o Senhor, "em consideração a seu nome", use de paciência, o povo se desvia do Santo de Israel e "profana

seu nome entre as nações". Foi por isso que os justos da Antiga Aliança, os pobres que retornaram do exílio e os profetas, ficaram abrasados pela paixão do Nome.

2812 Por fim, em Jesus, o Nome do Deus Santo nos é revelado e dado, na carne, como Salvador: revelado, por aquilo que Ele É, por sua Palavra e por seu Sacrifício. E o cerne de sua oração sacerdotal: "Pai santo... por eles a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade" (Jo 17,19). E por "santificar" Ele mesmo o seu nome que Jesus nos manifesta" o Nome do Pai. Ao final de sua Páscoa, o Pai lhe dá então o nome que está acima de todo nome: Jesus é Senhor para a glória de Deus Pai.

2813 Na água do Batismo fomos "lavados, santificados, justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus" (1 Cor 6,11). Durante toda nossa vida, nosso Pai "nos chama à santidade" (1 Ts 4,7). E, já que é "por ele que vós sois em Cristo Jesus, que se tornou para nós santificação" (1 Cor 1,30), contribui para sua Glória e para nossa vida o fato de seu nome ser santificado em nós e por nós. Essa é a urgência de nosso primeiro pedido. Quem poderia santificar a Deus, já que é Ele mesmo quem santifica? Mas, inspirando-nos nesta palavra: "Sede santos porque eu sou Santo" (Lv 11,44), nós pedimos que, santificado pelo Batismo, perseveremos naquilo que começamos a ser. pedimo-lo todos os dias, porque cometemos faltas todos os dia e devemos purificar-nos de nossos pecados por uma santificação retomada sem cessar... Recorremos, portanto, à oração para esta santidade permaneça em nós.

2814 Depende, inseparavelmente, de nossa vida e de nossa oração que seu Nome seja santificado entre as nações: Pedimos a Deus que santifique seu Nome, porque é pela santidade que Ele salva e santifica toda a criação... Trata-se do Nome que dá a salvação ao mundo perdido, mas pedimos que Nome de Deus seja santificado em nós por nossa vida. Pois, se vivermos bem, o Nome divino é bendito; mas, se vivermos mal, ele é blasfemado, segundo a palavra do Apóstolo: "O Nome de Deus está sendo blasfemado por vossa causa entre os pagãos" (Rm 2,24). Rezamos, portanto, para merecer ter em nossas almas tanta santidade quanto é santo o Nome de nosso Deus. Quando dizemos "santificado seja o vosso Nome", pedimos que ele seja santificado em nós que estamos nele, mas também nos outros que a graça de Deus ainda aguarda, a fim de conformar-nos aos preceito, que nos obriga a rezar por todos, mesmo por nossos inimigos. E por isso que não dizemos expressamente: vosso Nome seja santificado "em nós", porque pedimos que ele o seja em todos os homens.

2815 Este pedido, que contém todos os pedidos, é atendido pela oração de Cristo, como os seis outros que seguem. A oração ao nosso Pai é nossa oração se for rezada "no Nome" de Jesus. Jesus pede em sua oração sacerdotal: "Pai sai guarda em teu Nome os que me deste" (Jo 17,11).

II. Venha a nós o vosso Reino

2816 No Novo Testamento o mesmo termo "Basiléia" pode ser traduzido por realeza (nome abstrato), reino (nome concreto) ou reinado (nome de ação). O Reino de Deus existe antes de nós. Aproximou-se no Verbo encarnado, é anunciado ao longo de todo o Evangelho, veio na morte e na Ressurreição de Cristo. O Reino de Deus vem desde a santa Ceia e na Eucaristia: ele está no meio de nós. O Reino virá na glória quando Cristo o restituir a seu Pai:

O Reino de Deus pode até significar o Cristo em pessoa, a quem invocamos com nossas súplicas todos os dias e cuja vinda queremos apressar por nossa espera. Assim como Ele é nossa Ressurreição, pois nele nós ressuscitamos, assim também pode ser o Reino de Deus, pois nele nós reinaremos.

2817 Este pedido é o "Marana Tha", o grito do Espírito e da Esposa: "Vem, Senhor Jesus":

Mesmo que esta oração não nos tivesse imposto um dever de pedir a vinda deste Reino, nós mesmos, por nossa iniciativa, teríamos soltado este grito, apressando-nos a ir abraçar nossas esperanças. As almas dos mártires, sob o altar, invocam o Senhor com grandes gritos: "Até quando, Senhor, tardarás a pedir contas de nosso sangue aos habitantes da terra?" (Ap 6,10).

Eles devem, com efeito, obter justiça no fim dos tempos. Senhor, apressa portanto a vinda de teu reinado.

2818 Na Oração do Senhor, trata-se principalmente da vinda final do Reinado de Deus mediante o retorno de Cristo. Mas este desejo não desvia a Igreja de sua missão neste mundo, antes a empenha ainda mais nesta missão. Pois a partir de Pentecostes a vinda do Reino é obra do Espírito do Senhor "para santificar todas as coisas, levando à plenitude a sua obra".

2819 "O Reino de Deus é justiça, paz e alegria no Espírito Santo" (Rm 14,17). Os últimos tempos, que estamos vivendo, são os tempos da efusão do Espírito Santo. Trava-se, por conseguinte, um combate decisivo entre "a carne" e o Espírito:

Só um coração puro pode dizer com segurança: "Venha a nós o vosso Reino". E preciso ter aprendido com Paulo para dizer: "Portanto, que o pecado não impere mais em vosso corpo mortal" (Rm 6,12). Quem se conserva puro em suas ações, em seus pensamentos e em suas palavras pode dizer a Deus: "Venha o vosso Reino["

2820 Num trabalho de discernimento segundo o Espírito, devem os cristãos distinguir entre o crescimento do Reino de Deus e o progresso da cultura e da sociedade em que estão empenhados. Esta distinção não é separação. A vocação do homem para a vida eterna não suprime, antes reforça seu dever de acionar as energias e os meios recebidos do Criador para servir neste mundo à justiça e à paz.

2821 Este pedido está contido e é atendido na oração de Jesus, presente e eficaz na Eucaristia; produz seu fruto na vida nova segundo as Bem-aventuranças.

III. SEJA FEITA A VOSSA VONTADE ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU

2822 É Vontade de nosso Pai "que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2,3-4). Ele "usa de paciência, porque não quer que ninguém se perca" (2Pd 3,9). Seu mandamento, que resume todos os outros, e que nos diz toda a sua vontade, é que "nos amemos uns aos outros, como Ele nos amou".

2823 "Deu-nos a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar: ... a de em Cristo encabeçar todas as coisas... Nele, predestinados pelo propósito daquele que tudo opera segundo o conselho de sua Vontade, fomos feitos sua herança" (Ef 1,9-11). Pedimos que se realize plenamente este desígnio amoroso na terra, como já acontece no céu.

2824 No Cristo, e por sua vontade humana, a Vontade do Pai foi realizada completa e perfeitamente e uma vez por todas. Jesus disse ao entrar neste mundo: "Eis-me aqui, eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade" (Hb 10,7). Só Jesus pode dizer: "Faço sempre o que lhe agrada" (Jo 8,29). Na oração de sua agonia, ele consente totalmente com esta vontade: "Não a minha vontade mas a tua seja feita!" (Lc 22,42). É por isso que Jesus "se entregou a si mesmo por nossos pecados, segundo a vontade de Deus" (Gl 1,4). "Graças a esta vontade é que somos santificados pela oferenda do corpo de Jesus Cristo" (HB 10,10).

2825 Jesus, "embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento" (Hb 5,8). Com maior razão, nós, criaturas e pecadores, que nos tornamos nele filhos adotivos, pedimos ao nosso Pai que una nossa vontade à de seu Filho para realizar sua Vontade, seu plano de salvação para a vida do mundo. Somos radicalmente incapazes de fazê-lo; mas, unidos a Jesus e com a força de seu Espírito Santo, podemos entregar-lhe nossa vontade e decidir-nos a escolher o que seu Filho sempre escolheu: fazer o que agrada ao Pai. Aderindo a Cristo, podemos tornar-nos um só espírito com ele, e com isso realizar sua Vontade; dessa forma ela será cumprida perfeitamente na terra como no céu. Considerai como Jesus Cristo nos ensina a ser humildes, ao fazer-nos ver que nossa virtude não depende só de nosso trabalho, mas da graça de Deus. Ele ordena aqui, a cada fiel que reza, que o faça universalmente, isto é, por toda a terra. Pois não diz "seja feita a vossa vontade" em mim ou em vós, mas em toda a terra", a fim de

que dela seja banido o erro, nela reine a verdade, o vício seja destruído, a virtude floresça novamente, e que a terra não mais seja diferente do céu.

2826 Pela oração é que podemos "discernir qual é a vontade de Deus" e obter "a perseverança para cumpri-la". Jesus nos ensina que entramos no Reino dos céus não por palavras, mas praticando a vontade de meu Pai que está nos céus" (Mt 7,21).

2827 "Se alguém faz a vontade de Deus, a este Deus escuta" (Jo 9,31). Tal é a força da oração da Igreja em Nome de seu Senhor, sobretudo na Eucaristia; é comunhão de intercessão com a Santíssima Mãe de Deus e com todos os santos que foram "agradáveis" ao Senhor por não terem querido fazer senão a sua Vontade:

Podemos ainda, sem ferir a verdade, traduzir estas palavras: "Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu" por estas: na Igreja, como em nosso Senhor, Jesus Cristo; na Esposa que Ele desposou, como no Esposo que realizou a Vontade do Pai.

IV. O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DAÍ HOJE

2828 "Dai-nos": é bela a confiança dos filhos que tudo esperam de seu Pai. "Ele faz nascer o seu sol igualmente sobre maus e bons e cair chuva sobre justos e injustos" (Mt 5,45) e dá a todos os seres vivos "o alimento a seu tempo" (Sl 104,27). Jesus nos ensina a fazer este pedido, que glorifica efetivamente nosso Pai, porque reconhece como Ele é Bom para além de toda bondade.

2829 "Dai-nos" é ainda expressão da Aliança: pertencemos a Ele e Ele pertence a nós, age em nosso favor. Mas esse "nós" o reconhece também como o Pai de todos os homens e nós lhe pedimos por todos eles, em solidariedade com suas necessidades e sofrimentos.

2830 "O pão nosso." O Pai, que nos dá a vida, não pode deixar de nos dar o alimento necessário à vida, todos os bens "úteis", materiais e espirituais. No Sermão da Montanha, Jesus insiste nesta confiança filial que coopera com a Providência de nosso Pai. Não nos exorta a nenhuma passividade, mas quer libertar-nos de toda inquietação e de toda preocupação. É esse o abandono filial dos filhos de Deus:

Aos que procuram o Reino e a justiça de Deus, ele promete dar tudo por acréscimo. Com efeito, tudo pertence a Deus: a quem possui Deus, nada lhe falta, se ele próprio não falta a Deus.

2831 A presença dos que têm fome por falta de pão, no entanto, revela outra profundidade deste pedido. O drama da fome no mundo convoca os cristãos que rezam em verdade para uma responsabilidade efetiva em relação a seus irmãos, tanto nos comportamentos pessoais como em sua solidariedade com a família humana. Este pedido da Oração do Senhor não pode ser isolado das parábolas do pobre Lázaro [a157] e do Juízo Final.

2832 Como o fermento na massa, a novidade do Reino deve ele-var o mundo pelo Espírito de Cristo. Deve manifestar-se pela instauração da justiça nas relações pessoais e sociais, econômicas e internacionais, sem jamais esquecer que não existe estrutura justa sem seres humanos que queiram ser justos.

2833 Trata-se de "nosso" pão, "um" para "muitos". A pobreza das bem-aventuranças é a virtude da partilha que convoca a comunicar e partilhar os bens materiais e espirituais, não por coação, mas por amor, para que a abundância de uns venha em socorro das necessidades dos outros.

2834 "Reza e trabalha." "Rezai como se tudo dependesse de Deus e trabalhai como se tudo dependesse de vós." Tendo realizado nosso trabalho, o alimento fica sendo um dom de nosso Pai; convém pedi-lo e disso render-lhe graças. É esse o sentido da bênção da mesa numa família cristã.

2835 Este pedido e a responsabilidade que ele implica valem também para outra fome da qual os homens padecem: "O homem não vive apenas de pão, mas de tudo aquilo que procede da boca de Deus" (Mt 4,4), isto é, sua Palavra e seu Sopro. Os cristãos devem envidar

todos os seus esforços para "anunciar o Evangelho aos pobres". Há uma fome na terra, "não fome de pão, nem sede de água, mas de ouvir a Palavra de Deus" (Am 8,11). Por isso, o sentido especificamente cristão desse quarto pedido refere-se ao Pão de Vida: a Palavra de Deus a ser acolhida na fé, o Corpo de Cristo recebido na Eucaristia.

2836 "Hoje" é também uma expressão de confiança. O no-lo ensina; nossa presunção não podia inventá-la. Como se trata sobretudo de sua Palavra e do Corpo de seu Filho, este "hoje não é só o de nosso tempo mortal: é o Hoje de Deus:

Se recebes o pão cada dia, cada dia é para ti hoje. Se Cristo es ao teu dispor hoje, todos os dias Ele ressuscita para ti. Como dá isso? "Tu és meu filho, eu hoje te gerei" (Sl 2,7). Hoje, isto é, quando Cristo ressuscita.

2837 "De cada dia." Esta palavra, "epiousios" (pronuncie: epiússios), não é usada em nenhum outro lugar no Novo Testamento. Tomada em um sentido temporal, é uma retomada pedagógica de "hoje" para nos confirmar numa confiança "sem reserva". Tomada em sentido qualitativo, significa o necessário à vida, e, em sentido mais amplo, todo bem suficiente para a subsistência. Literalmente (epiousios: "supersubstancial"), designa diretamente o Pão de Vida, o Corpo de Cristo, "remédio de imortalidade", sem o qual não temos a Vida em nós. Enfim, ligado ao que precede, o sentido celeste é evidente: "este Dia" é o Dia do Senhor, o do Banquete do Reino, antecipado na Eucaristia que é já o antegozo do Reino que vem. Por isso convém que a Liturgia eucarística seja celebrada "cada dia.

A Eucaristia é nosso pão cotidiano. A virtude própria deste alimento divino é uma força de união que nos vincula ao Corpo do Salvador e nos faz seus membros, a fim de que nos transformemos naquilo que recebemos... Este pão cotidiano está ainda nas leituras que ouvimos cada dia na Igreja, nos hinos que são cantados e que vós cantais. Tudo isso é necessário à nossa peregrinação.

O Pai do céu nos exorta a pedir, como filhos do céu, o Pão do céu. Cristo "é Ele mesmo o pão que, semeado na Virgem, levedado na carne, amassado na Paixão, cozido no forno do sepulcro, colocado em reserva na Igreja, levado aos altares, proporciona cada dia aos fiéis um alimento celeste".

V. PERDOAI-NOS AS NOSSAS OFENSAS. ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS AOS QUE NOS TÊM OFENDIDO

2838 Este pedido é surpreendente. Se comportasse apenas o primeiro membro da frase "Perdoai-nos as nossas ofensas" - poderia ser incluído, implicitamente, nos três primeiros pedidos da Oração do Senhor, pois o Sacrifício de Cristo é "para a remissão dos pecados". Mas, de acordo com um segundo membro da frase, nosso pedido não será atendido, a não ser que tenhamos antes correspondido a uma exigência. Nosso pedido é voltado para o futuro, nossa resposta deve tê-lo precedido; uma palavra os liga: "Como".

PERDOAI-NOS AS NOSSAS OFENSAS

2839 Com audaciosa confiança, começamos a rezar a nosso Pai. Ao suplicar-lhe que seu nome seja santificado, lhe pedimos a graça de sempre mais sermos santificados. Embora revestidos da veste batismal, nós não deixamos de pecar, de desviar-nos de Deus. Agora, neste novo pedido, nós nos voltamos a ele, como o filho pródigo, e nos reconhecemos pecadores, diante dele, como o publicano. Nosso pedido começa por uma "confissão", na qual declaramos, ao mesmo tempo, nossa miséria e sua Misericórdia. Nossa esperança é firme, porque, em seu Filho, "temos a redenção, a remissão dos pecados" (Cl 1,14). Encontramos o sinal eficaz e indubitável de seu perdão nos sacramentos de sua Igreja .

2840 Ora, e isso é tremendo, este mar de misericórdia não pode penetrar em nosso coração enquanto não tivermos perdoado aos que nos ofenderam. O amor, como o Corpo de

Cristo, é indivisível: não podemos amar o Deus que não vemos, se não amamos o irmão, a irmã, que vemos. Recusando-nos a perdoar nossos irmãos e irmãs, nosso coração se fecha, sua dureza o torna impermeável ao amor misericordioso do Pai confessando nosso pecado, nosso coração se abre à sua graça.

2841 Este pedido é tão importante que é o único ao qual o Senhor volta e que desenvolve no Sermão da Montanha. Esta exigência crucial do mistério da Aliança é impossível para o homem. Mas "tudo é possível a Deus" (Mt 19,26).

...ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS A QUEM NOS TEM OFENDIDO

2842 Este "como" não é único no ensinamento de Jesus: "Deveis ser perfeitos 'como' vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5,48); "Sede misericordiosos 'como' vosso Pai é misericordioso" (Lc 6,36); "Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros 'como' eu vos amei" (Lc 13,34). Observar o mandamento do Senhor é impossível se quisermos imitar, de fora, o modelo divino. Trata-se de participar, de forma vital e "do fundo do coração", na Santidade, na Misericórdia, no Amor de nosso Deus. Só o Espírito que é "nossa Vida" (Gl 5,25) pode fazer "nossos" os mesmos sentimentos que teve Cristo Jesus. Então torna-se possível a unidade do perdão, "perdoando-nos mutuamente 'como Deus em Cristo nos perdoou" (Ef 4,32).

2843 Assim adquirem vida as palavras do Senhor sobre o perdão, esse Amor que ama até o extremo do amor. A parábola do servo desumano, que coroa o ensinamento do Senhor sobre a comunhão eclesial, termina com esta palavra: "Eis como meu Pai celeste agirá convosco, se cada um de vós não perdoar, de coração, o seu irmão". Com efeito, é "no fundo do coração" que tudo se faz e se desfaz. Não está em nosso não mais sentir e esquecer a ofensa; mas o coração que entrega ao Espírito Santo transforma a ferida em compaixão purifica a memória, transformando a ofensa em intercessão.

2844 A oração cristã chega até o perdão dos inimigos. Transforma o discípulo, configurando-o a seu Mestre. O perdão é um ponto alto da oração cristã; o dom da oração não pode ser recebido a não ser num coração em consonância com a com-paixão divina. O perdão dá também testemunho de que, em nosso mundo, o amor é mais forte que o pecado. Os mártires, de ontem e de hoje, dão este testemunho de Jesus. O perdão é a condição fundamental da Reconciliação [a196] dos filhos de Deus com seu Pai e dos homens entre si.

2845 Não há limite nem medida a esse perdão essencialmente divino. Tratando-se de ofensas ("pecados", segundo Lc 11,4), ou "dívidas", segundo Mt 6,12), de fato somos sempre deve-dores: "Não deveis nada a ninguém, a não ser o amor mútuo" (Rm 13,8). A Comunhão da Santíssima Trindade é a fonte e o critério da verdade de toda relação. Esta comunhão é vi-vida na oração, sobretudo na Eucaristia: Deus não aceita o sacrifício dos que fomentam a desunião; Ele ordena que se afastem do altar para primeiro se reconciliarem com seus irmãos: Deus quer ser pacificado com orações de paz. Para Deus, a mais bela obrigação é nossa paz, nossa concórdia, a unidade no Pai, no Filho e no Espírito Santo de todo o povo fiel.

VI. NÃO NOS DEIXEIS CAIR EM TENTACÃO

2846 Este pedido atinge a raiz do precedente, pois nossos pecados são fruto do consentimento na, tentação. Pedimos ao nosso Pai que não nos "deixe cair" nela. E difícil traduzir, com uma palavra só, a expressão grega "me eisenegkes" (pronuncie: "me eissenenkes"), que significa "não permitas entrar em", "não nos deixeis sucumbir à tentação". "Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta" (Tg 1,13); Ele quer, ao contrário, dela nos livrar. Nós lhe pedimos que não nos deixe enveredar pelo caminho que conduz ao pecado. Estamos empenhados no combate "entre a carne e o Espírito". Este pedido implora o Espírito de discernimento e de fortaleza.

2847 O Espírito Santo nos faz discernir entre a provação, necessária ao crescimento do homem interior em vista de uma "virtude comprovada", e a tentação, que leva ao pecado e à

morte. Devemos também discernir entre "ser tentado e consentir" na tentação. Por fim, o discernimento desmascara a mentira da tentação: aparentemente, seu objeto é "bom, sedutor para a vista, agradável" (Gn 3,6), ao passo que, na realidade, seu fruto é a morte. Deus não quer impor o bem, ele quer seres livres... Para alguma coisa a tentação serve. Todos, com exceção de Deus, ignoram o que nossa alma recebeu de Deus, até nós mesmos. Mas a tentação é manifesta, para nos ensinar a conhecer-nos e, com isso, descobrir-nos nossa miséria e nos obrigar a dar graças pelos bens que a tentação nos manifestou.

2848 "Não cair em tentação" envolve uma decisão do coração". Onde está o teu tesouro, aí estará também teu coração... Ninguém pode servir a dois senhores" (Mt 6,21.24). "Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito pautemos também nossa conduta" (Gl 5,25). Neste consentimento" dado ao Espírito Santo, o Pai nos dá a força. "As tentações que vos acometeram tiveram medida humana. Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima de vossas forças. Mas, com a tentação, Ele vos dará os meios de sair dela e a força para a suportar" (1 Cor 10,13).

2849 Ora, tal combate e tal vitória não são possíveis senão na oração. Foi por sua oração que Jesus venceu o Tentador, desde o começo e no último combate de sua agonia. E a seu combate e à sua agonia que Cristo nos une neste pedido a nosso Pai. A vigilância do coração é lembrada com insistência em comunhão com a de Cristo. A vigilância consiste em "guardar o coração", e Jesus pede ao Pai que "nos guarde em seu nome[". O Espírito Santo procura manter-nos sempre alerta para essa vigilância. Esse pedido adquire todo seu sentido dramático no contexto da tentação final de nosso combate na terra; pede a perseverança final "Eis que venho como um ladrão: feliz aquele que vigia!" (Ap 16,15).

VII. MAS LIVRAI-NOS DO MAL

2850 O último pedido ao nosso Pai aparece também na oração de Jesus: "Não te peço que os tires do mundo, mas que os guardes do Maligno" (Jo 17,15). Diz respeito a cada um de nós pessoalmente, mas somos sempre "nós" que rezamos em comunhão com toda a Igreja e pela libertação de toda a família humana. A Oração do Senhor não cessa de abrir-nos para as dimensões da economia da salvação. Nossa interdependência no drama do pecado e da morte se transforma em solidariedade no Corpo de Cristo, na "comunhão dos santos".

2851 Neste pedido, o Mal não é uma abstração, mas designa uma pessoa, Satanás, o Maligno, o anjo que se opõe a Deus. O "diabo" ("diabolos") é aquele que "se atira no meio" do plano de Deus e de sua "obra de salvação" realizada em Cristo.

2852 "Homicida desde o princípio, mentiroso e pai da mentira" (Jo 8,), "Satanás, sedutor de toda a terra habitada" (Ap 12,9), foi por ele que o pecado e a morte entraram no mundo e é por sua derrota definitiva que a criação toda será "liberta da corrupção do pecado e da morte". "Nós sabemos que todo aquele que nasceu de Deus não peca; o Gerado por Deus se preserva e o Maligno não o pode atingir. Nós sabemos que Somos de Deus e que o mundo inteiro está sob o poder do Maligno" (1 Jo 5,18-19). O Senhor, que arrancou vosso pecado e perdoou vossas faltas, tem poder para vos proteger e vos guardar contra os ardis do Diabo que Vos combate, a fim de que o inimigo, que costuma engendrar a falta, não vos surpreenda. Quem se entrega a Deus não teme o Demônio. "Se Deus é por nós, quem será contra nós?" (Rm 8,31).

2853 A vitória sobre o "príncipe deste mundo" foi alcançada, de unia vez por todas, na Hora em que Jesus se entregou livremente à morte para nos dar sua vida. É o julgamento deste mundo, e o príncipe deste mundo é "lançado fora", "Ele põe-se a perseguir a Mulher", mas não tem poder sobre ela: a nova Eva, "cheia de graça" por obra do Espírito Santo, é preservada do pecado e da corrupção da morte (Imaculada Conceição e Assunção da Santíssima Mãe de Deus, Maria, sempre virgem). "Enfurecido por causa da Mulher, o Dragão foi então guerrear contra o resto de seus descendentes" (Ap 12,17). Por isso o Espírito e a Igreja rezam: "Vem, Senhor Jesus" (Ap 22,17.20), porque a sua Vinda nos livrará do Maligno.

2854 Ao pedir que nos livre do Maligno, pedimos igualmente que sejamos libertados de todos os males, presentes, passados e futuros, dos quais ele é autor ou instigador. Neste última

pedido, a Igreja traz toda a miséria do mundo diante do Pai. Com a libertação dos males que oprimem a humanidade, ela implora o dom precioso da paz e a graça de esperar perseverantemente o retorno de Cristo. Rezando dessa forma, ela antecipa, na humildade da fé, a recapitulação de todos e de tudo naquele que "detém as chaves da Morte e do Hades" (Ap 1,18), "o Todo-Poderoso, Aquele que é, Aquele que era Aquele que vem" (Ap 1,8):

Livrai-nos de todos os males, ó Pai, e dai-nos hoje a vossa paz. Ajudados por vossa misericórdia, sejamos sempre livres do pecado e protegidos de todos os perigos, enquanto, vivendo a esperança, aguardamos a vinda do Cristo Salvador.

A DOXOLOGIA FINAL

2855 A doxologia final: "Pois vosso é o reino, o poder e a glória" retoma, mediante inclusão, os três primeiros pedidos a nosso Pai: a glorificação de seu Nome, a vinda de seu Reino e o poder de sua Vontade salvífica. Mas esta retomada ocorre então em forma de adoração e de ação de graças, como na Liturgia celeste. O príncipe deste mundo atribuiu a si mentirosamente estes três títulos de realeza, de poder e de glória; Cristo, o Senhor, os restitui a seu Pai e nosso Pai, até entregar-lhe o Reino, quando será definitivamente consumado o Mistério da salvação e Deus será tudo em todos.

2856 "Em seguida, terminada a oração, tu dizes 'Amém', corroborando por este Amém, que significa 'Que isto se faça' tudo quanto está contido na oração que Deus nos ensinou."

RESUMINDO

2857 No "Pai-Nosso", os três primeiros pedidos têm por objeto a Glória do Pai: a santificação do Nome, a vinda do Reino e o cumprimento da Vontade divina. Os quatro seguintes apresentam-lhe nossos desejos: esses pedidos concernem à nossa vida, para nutri-la ou para curá-la do pecado, e se relacionam com nosso combate visando à vitória do Bem sobre o Mal.

2858 Ao pedir: "Santificado seja o vosso Nome" entramos no plano de Deus, a santificação de seu Nome - revelado a Moisés, depois em Jesus - por nós e em nós, bem como em todas as nações e em cada ser humano.

2859 Com o segundo pedido, a Igreja tem em vista principalmente a volta de Cristo e a vinda final do Reino de Deus, rezando também pelo crescimento do Reino de Deus no "hoje" de nossas vidas.

2860 No terceiro pedido rezamos ao nosso Pai para que una nossa vontade à de seu Filho, a fim de realizar seu plano de salvação na vida do mundo.

2861 No quarto pedido, ao dizer "Dai-nos", exprimimos, em comunhão com nossos irmãos, nossa confiança filial em nosso Pai do céu. "Pão Nosso" designa o alimento terrestre necessário à subsistência de todos nós e significa também o Pão de Vida: Palavra de Deus e Corpo de Cristo. É recebido no "Hoje" de Deus como o alimento indispensável, (super) essencial do Banquete do Reino que a Eucaristia antecipa.

2862 O quinto pedido implora a misericórdia de Deus para nossas ofensas, misericórdia que só pode penetrar em nosso coração se soubermos perdoar nossos inimigos, a exemplo e com a ajuda de Cristo.

2863 Ao dizer "Não nos deixeis cair em tentação", pedimos a Deus que não nos permita trilhar o caminho que conduz ao pecado. Este pedido implora o Espírito de discernimento e de fortaleza; solicita a graça da vigilância e a perseverança final.

2864 No último pedido, "mas livrai-nos do mal", o cristão pede a Deus, com a Igreja, que manifeste a vitória, já alcançada por Cristo, sobre o "Príncipe deste mundo", sobre Satanás, o anjo que se opõe pessoalmente a Deus e a seu plano salvação.

2865 Pelo "Amém" final exprimimos nosso 'fiat' em relação aos sete pedidos: "Que assim seja!"

ARTIGO 3

A LIBERDADE DO HOMEM

1730 Deus criou o homem dotado de razão e lhe conferiu dignidade de uma pessoa agraciada com a iniciativa e o domínio de seus atos. "Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão" (Eccl 15,14), para que pudesse ele mesmo procurar seu Criador e, aderindo livremente a Ele, chegar à plena e feliz perfeição.

O homem é dotado de razão e por isso é semelhante a Deus: foi criado livre e senhor de seus atos.

L. LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

1731. A liberdade é o poder, baseado na razão e na vontade, de agir ou não agir, de fazer isto ou aquilo, portanto, de praticar atos deliberados. Pelo livre-arbítrio, cada qual dispõe sobre si mesmo. A liberdade é, no homem, uma força de crescimento e amadurecimento na verdade e na bondade. A liberdade alcança sua perfeição quando está ordenada para Deus, nossa bem-aventurança.

1732 Enquanto não se tiver fixado definitivamente em seu bem último, que é Deus, a liberdade comporta a possibilidade de escolher entre o bem e o mal, portanto, de crescer em perfeição ou de definhando e pecar. Ela caracteriza os atos propriamente humanos. Toma-se fonte de louvor ou repreensão, de mérito ou demérito.

1733 Quanto mais pratica o bem, mais a pessoa se toma livre. Não há verdadeira liberdade a não ser a serviço do bem e da justiça. A escolha da desobediência e do mal é um abuso de liberdade e conduz à "escravidão do pecado".

1734 A liberdade torna o homem responsável por seus atos, na medida em que forem voluntários. O progresso na virtude, o conhecimento do bem e a ascese aumentam o domínio da vontade sobre seus atos.

1735 A imputabilidade e a responsabilidade de uma ação podem ficar diminuídas ou suprimidas pela ignorância, inadvertência, violência, medo, hábitos, afeições imoderadas e outros fatores psíquicos ou sociais.

1736 Todo ato diretamente querido é imputável a seu autor:

Assim, o Senhor pergunta a Adão, após o pecado no jardim: "O que fizeste?" (Gn 3,13). O mesmo pergunta a Caim. A mesma pergunta faz o profeta Natã ao rei Davi, após o adultério com a mulher de Urias e o assassinato deste.

Uma ação pode ser indiretamente voluntária quando resulta de uma negligência quanto a alguma coisa que deveríamos saber ou fazer, por exemplo, um acidente ocorrido por ignorância do código de trânsito.

1737 Um efeito pode ser tolerado sem ser querido pelo agente, por exemplo, o esgotamento da mãe à cabeceira de seu filho doente. O efeito ruim não é imputável se não foi querido nem como fim nem como meio de ação, como poderia ser o caso de morte sofrida por alguém quando tentava socorrer uma pessoa em perigo. Para que o efeito ruim seja imputável, é preciso que seja previsível e que o agente tenha a possibilidade de evitá-lo, como, por exemplo, no caso de um homicídio cometido por motorista embriagado.

1738 A liberdade se exerce no relacionamento entre os seres humanos. Toda pessoa humana, criada à imagem de Deus, tem o direito natural de ser reconhecida como ser livre e responsável. Todos devem a cada um esta obrigação de respeito. O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, sobretudo em matéria

moral e religiosa. Este direito deve ser reconhecido civilmente e protegido nos limites do bem comum e da ordem pública.

II. A LIBERDADE HUMANA NA ECONOMIA DA SALVAÇÃO

1739 Liberdade e pecado. A liberdade do homem é finita e falível. De fato, o homem falhou. Pecou livremente. Recusando o projeto do amor de Deus, enganou-se a si mesmo, tornou-se escravo do pecado. Esta primeira alienação gerou outras, em grande número. Desde suas origens, a história comprova os infortúnios e opressões nascidos do coração do homem por causa do mau uso da liberdade.

1740 Ameaças à liberdade. O exercício da liberdade não implica o direito de dizer e fazer tudo. É falso pretender que "o homem, sujeito da liberdade, baste a si mesmo, tendo por fim a satisfação de seu próprio interesse no gozo dos bens terrenos. Por sua vez, as condições de ordem econômica e social, política e cultural requeridas para um justo exercício da liberdade são muitas vezes desprezadas e violadas. Estas situações de cegueira e injustiça prejudicam a vida moral e levam tanto os fortes como os fracos à tentação de pecar contra a caridade. Fugindo da lei moral, o homem prejudica sua própria liberdade, acorrenta-se a si mesmo, rompe a fraternidade com seus semelhantes e rebela-se contra a verdade divina.

1741 Liberdade e salvação. Por sua gloriosa cruz, Cristo obteve a salvação de todos os homens. Resgatou-os do pecado que os mantinha na escravidão. "É para a liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5,1). Nele comungamos da "verdade que nos torna livres". O Espírito Santo nos foi dado e, como ensina o apóstolo, "onde se acha o Espírito do Senhor, aí está a liberdade" (2 Cor 3,17). Desde agora participamos da "liberdade da glória dos filhos de Deus".

1742 Liberdade e graça. A graça de Cristo não entra em concorrência com nossa liberdade quando esta corresponde ao sentido da verdade e do bem que Deus colocou no coração do homem. Ao contrário, como a experiência cristã o atesta, -sobretudo na oração, quanto mais dóceis formos aos impulsos da graça, tanto mais crescem nossa liberdade íntima e nossa segurança nas provações e diante das pressões e coações do mundo externo. Pela obra da graça, o Espírito Santo nos educa à liberdade espiritual, para fazer de nós livres colaboradores de sua obra na Igreja e no mundo.

"Deus de poder e misericórdia, afastai de nós todo obstáculo, para que, inteiramente disponíveis, nos dediquemos a vosso serviço."

RESUMINDO

1743 "Deus deixou o homem nas mãos de sua própria decisão" (Eclo 15,14), para que pudesse livremente aderir a seu Criador e chegar, assim, à feliz perfeição.

1744 A liberdade é o poder de agir ou não agir, praticando, então, a pessoa atos deliberados. Ela alcança a perfeição de seu ato quando está ordenada para Deus, o sumo Bem.

1745 A liberdade caracteriza os atos propriamente humanos. Torna o ser humano responsável pelos atos dos quais é voluntariamente autor. Seu agir deliberado é algo propriamente seu.

1746 A imputabilidade ou responsabilidade de uma ação pode ser diminuída ou suprimida pela ignorância, violência, medo e outros fatores psíquicos ou sociais.

1747 O direito ao exercício da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade do homem, sobretudo em matéria religiosa e moral. Mas o exercício da liberdade não implica o suposto direito de tudo dizer e fazer.

1748 "É para a liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5,1).

ARTIGO 4

A MORALIDADE DOS ATOS HUMANOS

1749 A liberdade faz do homem um sujeito moral. Quando age de forma deliberada, o homem é, per assim dizer, o pai de seus atos. Os atos humanos, isto é, livremente escolhidos após um juízo da consciência, são qualificáveis moralmente. São bons ou maus.

I. AS FONTES DA MORALIDADE

1750 A moralidade dos atos humanos depende:

- ü do objeto escolhido;
- ü do fim visado ou da intenção;
- ü das circunstâncias da ação.

1751 O objeto, a intenção e as circunstâncias constituem as "fontes" ou elementos constitutivos da moralidade dos atos humanos. O objeto escolhido é um bem para o qual se dirige deliberadamente a vontade. É a matéria de um ato humano. O objeto escolhido especifica moralmente o ato de querer, conforme razão o reconheça e julgue estar de acordo ou não com o bem verdadeiro. As regras objetivas da moralidade enunciam a ordem racional do bem e do mal, atestada pela consciência.

1752 Perante o objeto, a intenção se coloca do lado do sujeito agente. Pelo fato de ater-se à fonte voluntária da ação e determiná-la pelo objetivo, a intenção é um elemento essencial na qualificação moral da ação. A finalidade é o primeiro termo da intenção e designa a meta visada na ação. A intenção é um movimento da vontade em direção ao objetivo; ela diz respeito ao fim visado pela ação. É a meta do bem que se espera da ação praticada. Não se limita à direção de nossas ações singulares, mas pode orientar para um mesmo objetivo ações múltiplas; pode orientar toda vida para o fim último. Por exemplo, um serviço prestado tem por fim ajudar o próximo, mas pode também ser inspirado pelo amor a Deus, fim último de todas as nossas ações. Uma mesma ação também pode ser inspirada por várias intenções, como, por exemplo, prestar um serviço para obter um favor ou para vangloriar-se.

1753 Uma intenção boa (por exemplo, ajudar o próximo) não torna bom nem justo um comportamento desordenado em si mesmo (como a mentira e a maledicência). O fim não justifica os meios. Assim, não se pode justificar a condenação de um inocente como meio legítimo de salvar o povo. Por sua vez, acrescentada uma intenção má (como, por exemplo, a vanglória), o ato em si bom (como a esmola) torna-se mau.

1754 As circunstâncias, incluídas as conseqüências, são os elementos secundários de um ato moral. Contribuem para agra-var ou diminuir a bondade ou maldade moral dos atos humanos (por exemplo, o montante de um furto). Podem também atenuar ou aumentar a responsabilidade do agente (agir, por exemplo, por temor da morte). As circunstâncias não podem por si modificar a qualidade moral dos próprios atos, não podem tomar boa ou justa uma ação má em si.

II. ATOS BONS E ATOS MAUS

1755 O ato moralmente bom supõe a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias. Uma finalidade má corrompe a ação, mesmo que seu objeto seja bom em si (como, por exemplo, rezar e jejuar "para ser visto pelos homens").

O objeto da escolha por si só pode viciar o conjunto de determinado agir. Existem comportamentos concretos - como a fornicação - cuja escolha é sempre errônea, pois escolhê-los significa uma desordem da vontade, isto é, um mal moral.

1756 É errado, pois, julgar a moralidade dos atos humanos considerando só a intenção que os inspira ou as circunstâncias (meio ambiente, pressão social, constrangimento ou necessidade de agir etc.) que compõem o quadro. Existem atos que por si mesmos e em si mesmos, independentemente das circunstâncias e intenções, são sempre gravemente ilícitos, em virtude de seu objeto: a blasfêmia e o perjúrio, o homicídio e o adultério. Não é permitido praticar um mal para que dele resulte um bem.

RESUMINDO

1757 O objeto, a intenção e as circunstâncias constituem as três "fontes" da moralidade dos atos humanos.

1758 O objeto escolhido especifica moralmente o ato do querer conforme a razão o reconheça e julgue bom ou mau.

1759 "Não se pode justificar uma ação má, embora feita com boa intenção." O fim não justifica os meios.

1760 O ato moralmente bom supõe, ao mesmo tempo, a bondade do objeto, da finalidade e das circunstâncias.

1761 Existem comportamentos concretos cuja escolha é sempre errônea, porque escolhê-los significa uma desordem da vontade de, isto é, um mal moral. Não é permitido fazer o mal para que daí resulte um bem.

ARTIGO 5

A MORALIDADE DAS PAIXÕES

1762 O ser humano se ordena para a bem-aventurança por meio de seus atos deliberados: as paixões ou sentimentos que experimenta podem dispô-lo e contribuir para isso.

LAS PAIXÕES

1763 O termo "paixões" pertence ao patrimônio cristão. Os sentimentos ou paixões designam as emoções ou movimentos da sensibilidade que inclinam alguém a agir ou não agir em vista do que é experimentado ou imaginado como bom ou mau.

1764 As paixões são componentes naturais do psiquismo humanos; constituem o lugar de passagem e garantem a ligação entre a vida sensível e a vida do espírito. Nosso Senhor indica o coração do homem como a fonte de onde brota o movimento das paixões.

1765 As paixões são numerosas. A paixão mais fundamental é o amor provocado pela atração do bem. O amor causa o desejo do bem ausente e a esperança de consegui-lo. Este movimento se completa no prazer e na alegria do bem possuído. A percepção do mal provoca ódio, aversão e medo do mal que está por chegar. Este movimento se completa na tristeza do mal presente ou na cólera que a ele se opõe.

1766 "Amar é querer algo de bom para alguém." Todos os demais afetos têm sua fonte no movimento original do coração do homem para o bem. Só existe o bem que é amado. "As paixões são más se o amor é mau, boas se o amor é bom."

II. PAIXÕES E VIDA MORAL

1767 Em si mesmas, as paixões não são boas nem más. Só recebem qualificação moral na medida em que dependem efetivamente da razão e da vontade. As paixões são chamadas voluntárias "ou porque são comandadas pela vontade ou porque a vontade não lhes opõe obstáculo". Faz parte da perfeição do bem moral ou humano que as paixões sejam reguladas pela razão.

1768 Os grandes sentimentos não determinam a moralidade nem a santidade das pessoas; são reservatório inesgotável das imagens e afeições em que se exprime a vida moral. As paixões são moralmente boas quando contribuem para uma ação boa, e más quando se dá o contrário. A vontade reta ordena para o bem e para a bem-aventurança os movimentos sensíveis que ela assume; a vontade má sucumbe às paixões desordenadas e as exacerba. As emoções e sentimentos podem ser assumidos em virtudes ou pervertidos em vícios.

1769 Na vida cristã, o próprio Espírito Santo realiza sua obra mobilizando o ser inteiro, inclusive suas dores, medos e tristezas, como aparece na Agonia e Paixão do Senhor. Em Cristo, os sentimentos humanos podem receber sua consumação na caridade e na bem-aventurança divina.

1770 A perfeição moral consiste em que o homem não seja movido ao bem exclusivamente por sua vontade, mas também por seu apetite sensível, segundo a palavra do Salmo: "Meu coração e minha carne exultam pelo Deus vivo" (Sl 84,3).

RESUMINDO

1771 O termo "paixões" designa as afeições ou os sentimentos. Por meio de suas emoções, o homem pressente o bem e suspeita da presença do mal.

1772 As principais paixões são o amor, o ódio, o desejo, o medo, a alegria, a tristeza e a cólera.

1773 Nas paixões, como movimentos da sensibilidade, não há bem ou mal moral. Mas, enquanto dependem da razão e da vontade, há nelas bem ou mal moral.

1774 As emoções e os sentimentos podem ser assumidos em virtudes ou pervertidos em vícios.

1775 A perfeição do bem moral consiste em que o homem não seja movido ao bem exclusivamente pela vontade, mas também pelo "coração".

ARTIGO 6

A CONSCIÊNCIA MORAL

1776 "Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei. Ele não a dá a si mesmo. Mas a ela deve obedecer. Chamando-o sempre a amar e fazer o bem e a evitar o mal, no momento oportuno a voz desta lei ressoa no íntimo de seu coração... É uma lei inscrita por Deus no coração do homem.. A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. "

I. O JUÍZO DA CONSCIÊNCIA

1777 Presente no coração da pessoa, a consciência moral lhe impõe, no momento oportuno, fazer o bem e evitar o mal. Julga, portanto, as escolhas concretas, aprovando as boas e denunciando as más. Atesta a autoridade da verdade referente ao Bem supremo, de quem a

pessoa humana recebe a atração e acolhe os mandamentos. Quando escuta a consciência moral, o homem prudente pode ouvir a Deus, que fala.

1778 A consciência moral é um julgamento da razão pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto que vai planejar, que está a ponto de executar ou que já praticou. Em tudo o que diz e faz, o homem é obrigado a seguir fielmente o que sabe ser justo e correto. E pelo julgamento de sua consciência que o homem percebe e reconhece as prescrições da lei divina:

A consciência é uma lei de nosso espírito que ultrapassa nosso espírito, nos faz imposições, significa responsabilidade e dever, temor e esperança... E a mensageira daquele que, no mundo da natureza bem como no mundo da graça, nos fala através de um véu, nos instrui e nos governa. A consciência é o primeiro de todos os vigários de Cristo.

1779 É importante que cada qual esteja bastante presente a si mesmo para ouvir e seguir a voz de sua consciência. Esta exigência de interioridade é muito necessária, pelo fato de a vida nos deixar frequentemente em situações que nos afastam:

Volta à tua consciência, interroga-a... Voltai, irmãos, ao interior e em tudo o que fizerdes atentai para a testemunha, Deus.

1780 A dignidade da pessoa humana implica e exige a retidão da consciência moral. A consciência moral compreende a percepção dos princípios da moralidade ("sindérese"), sua aplicação a circunstâncias determinadas por um discernimento prático das razões e dos bens e, finalmente, o juízo feito sobre atos concretos a praticar ou já praticados. A verdade sobre o bem moral, declarada na lei da razão, é reconhecida prática e concretamente pelo juízo prudente da consciência. Chamamos de prudente o homem que faz suas opções de acordo com este juízo.

1781 A consciência permite assumir a responsabilidade dos atos praticados. Se o homem comete o mal, o julgamento justo da consciência pode continuar nele como testemunho da verdade universal do bem e ao mesmo tempo da malícia de sua escolha singular. O veredicto do juízo de consciência continua sendo um penhor de esperança e misericórdia. Atestando a falta cometida lembra a necessidade de pedir perdão, de praticar novamente o bem e de cultivar sem cessar a virtude com a graça de Deus.

Diante dele tranquilizaremos nosso coração, se nosso coração nos acusa, porque Deus é maior que nosso coração e conhece todas as coisas (1 Jo 3,19-20).

1782 O homem tem o direito de agir com consciência e liberdade, a fim de tomar pessoalmente as decisões morais. "O homem não pode ser forçado a agir contra a própria consciência. Mas também não há de ser impedido de proceder segundo a consciência, sobretudo em matéria religiosa."

II. A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

1783 A consciência deve ser educada e o juízo moral, esclarecido. Uma consciência bem formada é reta e verdadeira. Formula seus julgamentos seguindo a razão, de acordo com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. A educação da consciência é indispensável aos seres humanos submetidos a influências negativas e tentados pelo pecado a preferir seu julgamento próprio e a recusar os ensinamentos autorizados.

1784 A educação da consciência é uma tarefa de toda a vida. Desde os primeiros anos, alerta a criança para o conhecimento e a prática da lei interior reconhecida pela consciência moral. Uma educação prudente ensina a virtude, preserva ou cura do medo, do egoísmo e do orgulho, dos sentimentos de culpabilidade e dos movimentos de complacência, nascidos da fraqueza e das faltas humanas. A educação da consciência garante a liberdade e gera a paz do coração.

1785 Na formação da consciência, a Palavra de Deus é a luz de nosso caminho; é preciso que a assimilamos na fé e na oração e a ponhamos em prática. É preciso ainda que examinemos nossa consciência, confrontando-nos com a Cruz do Senhor. Somos assistidos pelos dons do Espírito Santo, ajudados pelo testemunho e conselhos dos outros e guiados pelo ensinamento autorizado da Igreja.

III. ESCOLHER SEGUNDO A CONSCIÊNCIA

1786 Posta diante de uma escolha moral, a consciência pode emitir um julgamento correto, de acordo com a razão e a lei divina, ou, ao contrário, um julgamento errôneo, que se afasta da razão e da lei divina.

1787 Às vezes o homem depara com situações que tornam o juízo moral menos seguro e a decisão difícil. Mas ele deverá sempre procurar o que é justo e bom e discernir a vontade de Deus expressa na lei divina.

1788 Para tanto, o homem deve se esforçar por interpretar os dados da experiência e os sinais dos tempos graças à virtude da prudência, aos conselhos de pessoas avisadas e à ajuda do Espírito Santo e de seus dons.

1789 Algumas regras se aplicam a todos os casos:

- ü Nunca é permitido praticar um mal para que daí resulte um bem.
- ü A "regra de ouro": "Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles".
- ü A caridade respeita sempre o próximo e sua consciência: "Pecando contra vossos irmãos e ferindo sua consciência... pecais contra Cristo" (1 Cor 8,12). "E bom se abster... de tudo o que seja causa de tropeço, de queda ou enfraquecimento para teu irmão" (Rm 14,21).

IV. O JUÍZO ERRÔNEO

1790 O ser humano deve sempre obedecer ao juízo certo de sua consciência. Se agisse deliberadamente contra este último, estaria condenando a si mesmo. Mas pode acontecer que a consciência moral esteja na ignorância e faça juízos errôneos sobre atos a praticar ou já praticados.

1791 Muitas vezes esta ignorância pode ser imputada à responsabilidade pessoal. É o que acontece "quando o homem não se preocupa suficientemente com a procura da verdade e do bem, e a consciência pouco a pouco, pelo hábito do pecado, se torna quase obcecada". Neste caso, a pessoa é culpável pelo mal que comete.

1792 A ignorância de Cristo e de seu Evangelho, os maus exemplos de outros, o servilismo às paixões, a pretensão de uma mal-entendida autonomia da consciência, a recusa da autoridade da Igreja e de seus ensinamentos, a falta de conversão ou de caridade podem estar na origem dos desvios do julgamento na conduta moral.

1793 Se - ao contrário - a ignorância for invencível ou o julgamento errôneo não for da responsabilidade do sujeito moral, o mal cometido pela pessoa não lhe poderá ser imputado. Mas nem por isso deixa de ser um mal, uma privação, uma desordem. É preciso trabalhar, pois, para corrigir a consciência moral de seus erros.

1794 A consciência boa e pura é esclarecida pela fé verdadeira, pois a caridade procede ao mesmo tempo "de um coração puro de uma boa consciência e de uma fé sem hipocrisia" (1 Tm 1,5).

"Quanto mais prevalece a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos se afastam de um arbítrio cego e se esforçam por conformar-se às normas objetivas da moralidade[a28] ."

RESUMINDO

1795 "A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. "

1796 A consciência moral é um julgamento da razão pelo qual a pessoa humana reconhece a qualidade moral de um ato concreto.

1797 Para o homem que cometeu o mal, o veredicto de sua consciência permanece um penhor de conversão e de esperança.

1798 Uma consciência bem formada é reta e verídica. Formula seus julgamentos seguindo a razão, de acordo com o bem verdadeiro querido pela sabedoria do Criador. Cada qual deve usar os meios adequados para formar sua consciência.

1799 Colocada diante de uma escolha moral, a consciência pode emitir um julgamento correto de acordo com a razão e a lei divina ou, ao contrário, um julgamento errôneo, que se afasta da razão e da lei divina.

1800 O ser humano deve obedecer sempre ao julgamento certo de sua consciência.

1801 A consciência moral pode estar na ignorância ou fazer julgamentos errôneos. Essa ignorância e esses erros nem sempre são isentos de culpa.

1802 A Palavra de Deus é luz para nossos passos. É preciso que a assimilamos na fé e na oração e a coloquemos em prática. Assim se forma a consciência moral.

ARTIGO 7

AS VIRTUDES

1803 "Ocupai-vos com tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, tudo o que há de louvável, honroso, virtuoso ou de qualquer modo mereça louvor" (Fl 4,8).

A virtude é uma disposição habitual e firme para fazer o bem. Permite à pessoa não só praticar atos bons, mas dar o melhor de si. Com todas as suas forças sensíveis e espirituais, a pessoa virtuosa tende ao bem, procura-o e escolhe-o na prática.

"O objetivo da vida virtuosa é tornar-se semelhante a Deus."

1 AS VIRTUDES HUMANAS

1804 As virtudes humanas são atitudes firmes, disposições estáveis, perfeições habituais da inteligência e da vontade que regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé. Propiciam, assim, facilidade, domínio e alegria para levar uma vida moralmente boa. Pessoa virtuosa é aquela que livremente pratica o bem.

As virtudes morais são adquiridas humanamente. São os frutos e os germes de atos moralmente bons; dispõem todas as forças do ser humano para entrar em comunhão com o amor divino.

DISTINÇÃO DAS VIRTUDES CARDEAIS

1805 Quatro virtudes têm um papel de "dobradiça" (que, em latim, se diz "cardo, cardinis"). Por esta razão são chamadas "cardeais": todas as outras se agrupam em torno delas. São a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. "Ama-se a retidão? As virtudes são seus frutos; ela ensina a temperança e a prudência a justiça e a fortaleza" (Sb 8,7). Estas virtudes são louvadas em numerosas passagens da Escritura sob outros nomes.

1806 A prudência é a virtude que dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para realizá-lo. "O homem sagaz discerne os seus passos" (Pr 14,15). "Sede prudentes e sóbrios para entregardes às orações" (1 Pd 4,7). A prudência é a "regra certa da ação", escreve Sto. Tomás citando Aristóteles. Não se confunde com a timidez ou o medo, nem com a duplicidade ou dissimulação. É chamada "auriga virtutum" ("cocheiro", isto é "portadora das virtudes"), porque, conduz as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. O homem prudente decide e ordena sua conduta seguindo este juízo. Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e superamos as dúvidas sobre o bem a praticar e o mal a evitar.

1807 A justiça é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se "virtude de religião". Para com os homens, ela nos dispõe a respeitar os direitos de cada um e a estabelecer nas relações humanas a harmonia que pro-move a equidade em prol das pessoas e do bem comum. O homem justo, muitas vezes mencionado nas Escrituras, distingue-se pela correção habitual de seus pensamentos e pela retidão de sua conduta para com o próximo. "Não favoreças o pobre, nem prestígies o poderoso. Julga o próximo conforme a justiça" (Lv 19,15). "Senhores, dai aos vossos servos o justo e equitativo, sabendo que vós tendes um Senhor no céu" (Cl 4,1).

1808 A fortaleza é a virtude moral que dá segurança nas dificuldades, firmeza e constância na procura do bem. Ela firma a resolução de resistir às tentações e superar os obstáculos na vida moral. A virtude da fortaleza nos torna capazes de vencer o medo, inclusive da morte, de suportar a provação e as perseguições. Dispõe a pessoa a aceitar até a renúncia e o sacrifício de sua vida para defender uma causa justa. "Minha força e meu canto é o Senhor" (Sl 118,14). "No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo" (Jo 16,33).

1809 A temperança é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e procura o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos dentro dos limites da honestidade. A pessoa temperante orienta para o bem seus apetites sensíveis, guarda uma santa discricão e "não se deixa levar a seguir as paixões do coração[a38] ". A temperança é muitas vezes louvada no Antigo Testamento: "Não te deixes levar por tuas paixões e re-freia os teus desejos" (Eclo 18,30). No Novo Testamento, é chamada de "moderação" ou "sobriedade". Devemos "viver com moderação, justiça e piedade neste mundo" (Tt 2,12).

Viver bem não é outra coisa senão amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e em toda forma de agir. Dedicar-lhe um amor integral (pela temperança) que nenhum infortúnio poderá abalar (o que depende da fortaleza), que obedece exclusivamente a Ele (e nisto consiste a justiça), que vela para discernir todas as coisas com receio de deixar-se surpreender pelo artil e pela mentira (e isto é a prudência).

As VIRTUDES E A GRAÇA

1810 As virtudes humanas adquiridas pela educação, por atos deliberados e por uma perseverança sempre retomada com esforço são purificadas e elevadas pela graça divina. Com o auxílio de Deus, forjam o caráter e facilitam a prática do bem. O homem virtuoso sente-se feliz em praticá-las.

1811 Não é fácil para o homem ferido pelo pecado manter o equilíbrio moral. O dom da salvação, trazida por Cristo, nos concede a graça necessária para perseverar na conquista das virtudes. Cada um deve sempre pedir esta graça de luz e de fortaleza, recorrer aos sacramentos, cooperar com o Espírito Santo, seguir seus apelos de amar o bem e evitar o mal.

II. AS VIRTUDES TEOLOGAIS

1812 As virtudes humanas se fundam nas virtudes teologais que adaptam as faculdades do homem para que possa participar da natureza divina. Pois as virtudes teologais se referem diretamente a Deus. Dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade e têm a Deus Uno e Trino por origem, motivo e objeto.

1813 As virtudes teologais fundamentam, animam e caracterizam o agir moral do cristão. Informam e vivificam todas as virtudes morais. São infundidas por Deus na alma dos fiéis para torná-los capazes de agir como seus filhos e merecer a vida eterna. São o penhor da presença e da ação do Espírito Santo nas faculdades do ser humano. Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade.

A FÉ

1814 A fé é a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que nos disse e revelou, e que a Santa Igreja nos propõe para crer, porque Ele é a própria verdade. Pela fé, "o homem livremente se entrega todo a Deus. Por isso o fiel procura conhecer e fazer a vontade de Deus. "O justo viverá da fé" (Rm 1,17). A fé viva "age pela caridade" (Gl 5,6).

1815 O dom da fé permanece naquele que não pecou contra ela. Mas "é morta a fé sem obras" (Tg 2,26): privada da esperança e do amor, a fé não une plenamente o fiel a Cristo e não faz dele um membro vivo de seu Corpo.

1816 O discípulo de Cristo não deve apenas guardar a fé e nela vi-ver, mas também professá-la, testemunhá-la com firmeza e difundi-la: "Todos devem estar prontos a confessar Cristo perante os homens e segui-lo no caminho da Cruz, entre perseguições que nunca faltam à Igreja. O serviço e o testemunho da fé são requisitos da salvação: "Todo aquele que se declarar por mim diante dos homens também eu me declararei por ele diante de meu Pai que está nos céus. Aquele, porém, que me renegar diante dos homens também o renegarei diante de meu Pai que está nos céus" (Mt 10,32-33).

A ESPERANÇA

1817 A esperança é a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o Reino dos Céus e a Vida Eterna, pondo nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos não em nossas forças, mas no socorro da graça do Espírito Santo. "Continuemos a afirmar nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa" (Hb 10,23). "Este Espírito que ele ricamente derramou sobre nós, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que fôssemos justificados por sua graça e nos tornássemos herdeiros da esperança da vida eterna" (Tt 3,6-7).

1818 A virtude da esperança responde à aspiração de felicidade colocada por Deus no coração de todo homem; assume as esperanças que inspiram as atividades dos homens; purifica-as, para ordená-las ao Reino dos Céus; protege contra o desânimo; dá alento em todo esmorecimento; dilata o coração na expectativa da bem-aventurança eterna. O impulso da esperança preserva do egoísmo e conduz à felicidade da caridade.

1819 A esperança cristã retoma e realiza a esperança do povo eleito, que tem sua origem e modelo na esperança de Abraão, cumulada em Isaac, das promessas de Deus, e purificada pela prova do sacrifício. "Ele, contra toda a esperança, acreditou na esperança de tornar-se pai de muitos povos" (Rm 4,18).

1820 A esperança cristã se manifesta desde o início da pregação de Jesus no anúncio das bem-aventuranças. As bem-aventuranças elevam nossa esperança ao céu, como para a nova Terra prometida; traçam o caminho por meio das provações reservadas aos discípulos de Jesus. Mas, pelos méritos de Jesus Cristo e de sua Paixão, Deus nos guarda na "esperança que não decepciona" (Rm 5,5). A esperança é a "âncora da alma) segura e firme, "penetrando... onde Jesus entrou por nós, como precursor" (Hb 6,19-20). Também é uma arma que nos protege no combate da salvação: "Revestidos da couraça da fé e da caridade e do capacete da

esperança da salvação" (I Ts 5,8) Ela nos traz alegria mesmo na provação: "alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação" (Rm 12,12). Ela se exprime e se alimenta na oração, especialmente no Pai-Nosso resumo de tudo o que a esperança nos faz desejar.

1821 Podemos esperar, pois, a glória do céu prometida por Deus aos que o amam e fazem sua vontade. Em qualquer circunstância, cada qual deve esperar, com a graça de Deus, "perseverar até o fim" e alcançar a alegria do céu com recompensa eterna de Deus pelas boas obras praticadas com graça de Cristo. Na esperança, a Igreja pede que "todos ó homens sejam salvos" (1Tm 2,4). Ela aspira a estar unida a Cristo, seu Esposo, na glória do céu.

Espera, ó minha alma, espera. Ignoras o dia e a hora. Vigia cuidadosamente, tudo passa com rapidez, ainda que tua impaciência torne duvidoso o que é certo, e longo um tempo bem curto. Considera que, quanto mais pelesares, mais provarás o amor que tens a teu Deus e mais te alegrarás um dia com teu Bem-Amado numa felicidade e num êxtase que não poderão jamais terminar.

A CARIDADE

1822 A caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas, por si mesmo, e a nosso próximo como a nós mesmos, por amor de Deus.

1823 Jesus fez da caridade o novo mandamento. Amando os seus "até o fim" (Jo 13,1), manifesta o amor do Pai que Ele recebe. Amando-se uns aos outros, os discípulos imitam o amor de Jesus que eles também recebem. Por isso diz Jesus: "Assim como o Pai me amou, também eu vos amei. Permanecei em meu amor" (Jo 15,9). E ainda: "Este é o meu preceito: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 15,12).

1824 Fruto do Espírito e da plenitude da lei, a caridade guarda os mandamentos de Deus e de seu Cristo: "Permanecei em meu amor. Se observais os meus mandamentos, permaneceréis no meu amor" (Jo 15,9-10).

1825 Cristo morreu por nosso amor quando éramos ainda "inimigos" (Rm 5,10). O Senhor exige que amemos, como Ele, mesmo os nossos inimigos, que nos tornemos o próximo do mais afastado, que amemos como Ele as crianças e os pobres.

O apóstolo S. Paulo traçou um quadro incomparável da caridade: "A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (I Cor 13,4-7).

1826 Diz ainda o apóstolo: "Se não tivesse a caridade, nada seria...". E tudo o que é privilégio, serviço e mesmo virtude... "se não tivesse a caridade, isso nada me adiantaria". A caridade superior a todas as virtudes. E a primeira das virtudes teologais "Permanecem fé, esperança, caridade, estas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade" (1 Cor 13,13).

1827 O exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade, que é o "vínculo da perfeição" (Cl 3,14); é a forma das virtudes, articulando-as e ordenando-as entre si; é fonte e termo de sua prática cristã. A caridade assegura purifica nossa capacidade humana de amar, elevando-a à feição sobrenatural do amor divino.

1828 A prática da vida moral, animada pela caridade, dá ao cristão a liberdade espiritual dos filhos de Deus. Já não está diante de Deus como escravo em temor servil, nem como mercenário à espera do pagamento, mas como um filho que responde ao amor daquele "que nos amou primeiro" (1 Jo 4,19): Ou nos afastamos do mal por medo do castigo, estando assim na posição do escravo; ou buscamos o atrativo da recompensa, assemelhando-nos aos mercenários; ou é pelo bem em si mesmo e por amor de quem manda que nós obedecemos... e estaremos então na posição de filhos.

1829 A caridade tem como frutos a alegria, a paz e a misericórdia exige a beneficência e a correção fraterna; é benevolência; suscita a reciprocidade; é desinteressada e liberal; é amizade e comunhão: A finalidade de todas as nossas obras é o amor. Este é o fim, é para alcançá-lo que corremos, é para ele que corremos; uma vez chegados, é nele que repousaremos.

III. OS DONS E FRUTOS DO ESPÍRITO SANTO

1830 A vida moral dos cristãos é sustentada pelos dons do Espírito Santo. Estes são disposições permanentes que tornam o homem dócil para seguir os impulsos do mesmo Espírito.

1831 Os sete dons do Espírito Santo são: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus. Em plenitude, pertencem a Cristo, Filho de Davi. Completam e levam à perfeição as virtudes daqueles que os recebem. Tornam os fiéis dóceis para obedecer prontamente às inspirações divinas.

Que o teu bom espírito me conduza por uma terra aplanada (Sl 143,10)

Todos os que são conduzidos pelo Espírito Santo são filhos de Deus são filhos de Deus... Filhos e, portanto, herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo (Rm 8,14.17).

1832 Os frutos do Espírito são perfeições que o Espírito Santo forma em nós como primícias da glória eterna. A Tradição da Igreja enumera doze: "caridade, alegria, paz, paciência, longanimidade, bondade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência e castidade" (Gl 5,22-23 vulg.).

RESUMINDO

1833 A virtude é uma disposição habitual e firme de fazer o bem.

1834 As virtudes humanas são disposições estáveis da inteligência e da vontade que, regulam nossos atos, ordenando nossas paixões e guiando-nos segundo a razão e a fé. Podem ser agrupadas em torno de quatro virtudes cardeais: a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança.

1835 A prudência dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para realizá-lo.

1836 A justiça consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido.

1837 A fortaleza garante, nas dificuldades, a firmeza e a constância na busca do bem.

1838 A temperança modera a atração dos prazeres sensíveis e pro-cura o equilíbrio no uso dos bens criados.

1839 As virtudes morais crescem pela educação, pelos atos deliberados e pela perseverança no esforço. A graça divina purifica e as eleva.

1840 As virtudes teologais dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade. Têm a Deus por origem, motivo e objeto, Deus conhecido pela fé, esperado e amado por casa de si mesmo.

1841 Há três virtudes teologais: a fé, a esperança e a caridade[a82]. Estas informam e vivificam todas as virtudes morais.

1842 Pela fé, nós cremos em Deus e em tudo o que Ele nos revelou e que a Santa Igreja nos propõe para crer.

1843 Pela esperança, desejamos e aguardamos de Deus, com firme confiança, a vida eterna e as graças para merecê-la.

1844 Pela caridade, amamos a Deus sobre todas as coisas e a nosso próximo como a nós mesmos por amor a Deus. Ela é o "vínculo da perfeição" (Cl 3,14) e a forma de todas as virtudes.

1845 Os sete dons do Espírito Santo concedidos ao cristão sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus.

ARTIGO 8

O PECADO

I. A MISERICÓRDIA E O PECADO

1846 O Evangelho é a revelação, em Jesus Cristo, da misericórdia de Deus para com os pecadores[a84] . O anjo anuncia a José: "Tu chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará seu povo de seus pecados" (Mt 1,21). O mesmo se dá com a Eucaristia, sacramento da redenção: "Isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados" (Mt 26,28).

1847 "Deus nos criou sem nós, mas não quis salvar-nos sem nós." Acolher sua misericórdia exige de nossa parte a confissão de nossas faltas. "Se dissermos: 'Não temos pecado', enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós. Se confessarmos nossos pecados, Ele, que é fiel e justo, perdoará nossos pecados e nos purificará de toda injustiça" (1Jo 1,8-9).

1848 Como afirma S. Paulo: "Onde avultou o pecado, a graça superabundou" (Rm 5,20). Mas, para realizar seu trabalho, deve a graça descobrir o pecado, a fim de converter nosso coração e nos conferir "a justiça para a vida eterna, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor" (Rm 5,21). Como o médico que examina a ferida antes de curá-la, assim Deus, por sua palavra e por seu Espírito, projeta uma luz viva sobre o pecado.

A conversão requer que se lance luz sobre o pecado; ela contém em si mesma o julgamento interior da consciência. Pode-se ver nisso a prova da ação do Espírito de verdade no mais íntimo do homem, e isso se torna ao mesmo tempo o início de um novo dom da graça e do amor: "Recebei o Espírito Santo". Assim, nesta ação de "lançar luz sobre o pecado" descobrimos um duplo dom: o dom da verdade da consciência e o dom da certeza da redenção. O Espírito de verdade é o Consolador.

II. A DEFINIÇÃO DO PECADO

1849 O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a consciência reta; é uma falta ao amor verdadeiro para com Deus e para com o próximo, por causa de um apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana. Foi definido como "uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna".

1850 O pecado é ofensa a Deus: "Pequei contra ti, contra ti somente; pratiquei o que é mau aos teus olhos" (Sl 51,6). O pecado ergue-se contra o amor de Deus por nós e desvia dele os nossos corações. Como o primeiro pecado, é uma desobediência, uma revolta contra Deus, por vontade de tornar-se "como deuses", conhecendo e determinando o bem e o mal (Gn 3,5). O pecado é, portanto, "amor de si mesmo até o desprezo de Deus". Por essa exaltação orgulhosa de si, o pecado é diametralmente contrário à obediência de Jesus, que realiza a salvação.

1851 É justamente na paixão, em que a misericórdia de Cristo vai vencê-lo, que o pecado manifesta o grau mais alto de sua violência e de sua multiplicidade: incredulidade, ódio assassino, rejeição e zombarias da parte dos chefes e do povo, covardia de Pilatos e crueldade dos soldados, traição de Judas, tão dura para Jesus, negação de Pedro e abandono da parte dos discípulos. Mas, na própria hora das trevas e do príncipe deste mundo, o sacrifício de Cristo se toma secretamente a fonte de onde brotará inesgotavelmente o perdão de nossos pecados.

III. A DIVERSIDADE DOS PECADOS

1852 A variedade dos pecados é grande. As Escrituras nos fornecem várias listas. A Carta aos gálatas opõe as obras da carne ao fruto do Espírito: "As obras da carne são manifestas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, rixas, ciúmes, ira, discussões, discórdia, divisões, invejas, bebedeiras, orgias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos previno, como já vos preveni: os que tais coisas praticam não herdarão o Reino de Deus" (Gl 5,19-21)".

1853 Pode-se distinguir os pecados segundo seu objeto, como em todo ato humano, ou segundo as virtudes a que se opõem, por excesso ou por defeito, ou segundo os mandamentos que eles contrariam. Pode-se também classificá-los conforme dizem respeito a Deus, ao próximo ou a si mesmo; pode-se dividi-los em pecados espirituais e carnis, ou ainda em pecados por pensamento, palavra, ação ou omissão. A raiz do pecado está no coração do homem, em sua livre vontade, segundo o ensinamento do Senhor: "Com efeito, é do coração que procedem más inclinações, assassinios, adultérios, prostituições, roubos, falsos testemunhos e difamações. São estas as coisas que tomam o homem impuro" (Mt 15,19-20). No coração reside também a caridade, princípio das obras boas e puras, que o pecado fere.

IV. A GRAVIDADE DO PECADO: PECADO MORTAL E VENIAL

1854 Convém avaliar os pecados segundo sua gravidade. Perceptível já na Escritura, a distinção entre pecado mortal e pecado venial se impôs na tradição da Igreja. A experiência humana a corrobora.

1855 O pecado mortal destrói a caridade no coração do homem por uma infração grave da lei de Deus; desvia o homem de Deus, que é seu fim último e sua bem-aventurança, preferindo um bem inferior.

O pecado venial deixa subsistir a caridade, embora a ofenda e fira.

1856 O pecado mortal, atacando em nós o princípio vital, que é a caridade, exige uma nova iniciativa da misericórdia de Deus e uma conversão do coração, que se realiza normalmente no sacramento da Reconciliação:

Quando a vontade se volta para uma coisa contrária à caridade pela qual estamos ordenados ao fim último, há no pecado, por seu próprio objeto, matéria para ser mortal... quer seja contra o amor a Deus, como a blasfêmia, o perjúrio etc., quer seja contra o amor ao próximo, como o homicídio, o adultério etc. Por outro lado, quando a vontade do pecador se dirige às vezes a um objeto que contém em si uma desordem, mas não é contrário ao amor a Deus e ao próximo, como por exemplo palavra ociosa, riso supérfluo etc., tais pecados são veniais'.

1857 Para que um pecado, seja mortal requerem-se três condições ao mesmo tempo: "E pecado mortal todo pecado que tem como objeto uma matéria grave, e que é cometido com plena consciência e deliberadamente".

1858 A matéria grave é precisada pelos Dez mandamentos, segundo a resposta de Jesus ao jovem rico: "Não mates, não cometas adultério, não roubes, não levantes falso testemunho, não dó fraudes ninguém, honra teu pai e tua mãe" (Mc 10,19). A gravidade dos pecados é maior ou menor: um assassinato é mais grave que um roubo. A qualidade das pessoas lesadas é levada também em consideração. A Violência exercida contra os pais é em mais grave que contra um estranho.

1859 O pecado mortal requer pleno conhecimento e pleno consentimento. Pressupõe o conhecimento do caráter pecaminoso do ato, de sua oposição à lei de Deus. Envolve também um consentimento suficientemente deliberado para ser uma escolha pessoal. A ignorância

afetada e o endurecimento do coração não diminuem, antes aumentam, o caráter voluntário do pecado.

1860 A ignorância involuntária pode diminuir ou até escusar a imputabilidade de uma falta grave, mas supõe-se que ninguém ignora os princípios da lei moral inscritos na consciência de todo ser humano. Os impulsos da sensibilidade, as paixões podem igualmente reduzir o caráter voluntário e livre da falta, como também pressões exteriores e perturbações patológicas. O pecado por malícia, por opção deliberada do mal, é o mais grave.

1861 O pecado mortal é uma possibilidade radical da liberdade humana, como o próprio amor. Acarreta a perda da caridade e a privação da graça santificante, isto é, do estado de graça. Se este estado não for recuperado mediante o arrependimento e o perdão de Deus, causa a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no inferno, já que nossa liberdade tem o poder de fazer opções para sempre, sem regresso. No entanto, mesmo podendo julgar que um ato é em si falta grave, devemos confiar o julgamento sobre as pessoas à justiça e à misericórdia de Deus.

1862 Comete-se um pecado venial quando não se observa, em matéria leve, a medida prescrita pela lei moral, ou então quando se desobedece à lei moral em matéria grave, mas sem pleno conhecimento ou sem pleno consentimento.

1863 O pecado venial enfraquece a caridade; traduz uma afeição desordenada pelos bens criados; impede o progresso da alma no exercício das virtudes e a prática do bem moral; merece penas temporais. O pecado venial deliberado e que fica sem arrependimento dispõe-nos pouco a pouco a cometer o pecado mortal. Mas o pecado venial não quebra a aliança com Deus. É humanamente reparável com a graça de Deus. "Não priva da graça santificante, da amizade com Deus, da caridade nem, por conseguinte, da bem-aventurança eterna."

O homem não pode, enquanto está na carne, evitar todos os pecados, pelo menos os pecados leves. Mas esses pecados que chama-mos leves, não os consideras insignificantes: se os consideras insignificantes ao pesá-los, treme ao contá-los. Um grande número de objetos leves faz uma grande massa; um grande número de gotas enche um rio; um grande número de grãos faz um montão. Qual é então nossa esperança? Antes de tudo, a confissão...

1864 "Todo pecado, toda blasfêmia será perdoada aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada" (Mt 12,31. Pelo contrário, quem a profere é culpado de um pecado eterno. A misericórdia de Deus não tem limites, mas quem se recusa deliberadamente a acolher a misericórdia de Deus pelo arrependimento rejeita o perdão de seus pecados e a salvação oferecida pelo Espírito Santo. Semelhante endurecimento pode levar à impenitência final e à perdição eterna.

V. A PROLIFERAÇÃO DO PECADO

1865 O pecado cria uma propensão ao pecado; gera o vício pela repetição dos mesmos atos. Disso resultam inclinações perversas que obscurecem a consciência e corrompem a avaliação concreta do bem e do mal. Assim, o pecado tende a reproduzir-se e a reforçar-se, mas não consegue destruir o senso moral até a raiz.

1866 Os vícios podem ser classificados segundo as virtudes que contrariam, ou ainda ligados aos pecados capitais que a experiência cristã distinguiu segundo S. João Cassiano e S. Gregório Magno. São chamados capitais porque geram outros pecados, outros vícios. São o orgulho, a avareza, inveja, a ira, a impureza, a gula, a preguiça ou acídia.

1867 A tradição catequética lembra também que existem "pecados que bradam ao céu". Bradam ao céu o sangue de Abel, o pecado dos sodomitas; o clamor do povo oprimido no Egito[a121] ; a queixa do estrangeiro, da viúva e do órfão; a injustiça contra o assalariado.

1868 O pecado é um ato pessoal. Além disso, temos responsabilidade nos pecados cometidos por outros, quando neles cooperamos:

- ü participando neles direta e voluntariamente;
- ü mandando, aconselhando, louvando ou aprovando esses pecados;
- ü não os revelando ou não os impedindo, quando a somos obrigados;
- ü protegendo os que fazem o mal.

1869 Assim, o pecado toma os homens cúmplices uns dos outros, faz reinar entre eles a concupiscência, a violência e a injustiça. Os pecados provocam situações sociais e instituições contrárias à bondade divina. As "estruturas de pecado" são a expressão e o efeito dos pecados pessoais. Induzem suas vítimas a cometer, por sua vez, o mal. Em sentido analógico, constituem um "pecado social".

RESUMINDO

1870 "Deus encerrou todos na desobediência, para a todos fazer misericórdia" (Rm 11,32).

1871 O pecado é "uma palavra, um ato ou um desejo contrário à lei eterna". É uma ofensa a Deus. Insurge-se contra Deus numa desobediência contrária à obediência de Cristo.

1872 O pecado é um ato contrário à razão. Fere a natureza do homem e ofende a solidariedade humana.

1873 A raiz de todos os pecados está no coração do homem. As espécies e a gravidade dos mesmos medem-se principalmente segundo seu objeto.

1874 Escolher deliberadamente, isto é, sabendo e querendo, uma coisa gravemente contrária à lei divina e ao fim último do homem é cometer pecado mortal. Este destrói em nós a caridade, sem a qual é impossível a bem-aventurança eterna. Caso não haja arrependimento, o pecado mortal acarreta a morte eterna.

1875 O pecado venial constitui uma desordem moral reparável pela caridade, que ele deixa subsistir em nós.

1876 A repetição dos pecados, mesmo veniais, produz os vícios, entre os quais avultam os pecados capitais.

A COMUNIDADE HUMANA

1877 A vocação da humanidade consiste em manifestar a imagem de Deus e ser transformada à imagem do Filho único do Pai. Esta vocação implica uma dimensão pessoal, pois cada um é chamado a entrar na Bem-Aventurança divina, mas concerne também ao conjunto da comunidade humana.

ARTIGO I

A PESSOA E A SOCIEDADE

1. O CARÁTER COMUNITÁRIO DA VOCAÇÃO HUMANA

1878 Todos os homens são chamados ao mesmo fim, o próprio Deus. Existe certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem estabelecer entre si, na verdade e no amor. O amor ao próximo é inseparável do amor a Deus.

1879 A pessoa humana tem necessidade de vida social. Esta não constitui para ela algo acrescentado, mas é uma exigência de sua natureza. Mediante o intercâmbio com os outros, a

reciprocidade dos serviços e o diálogo com seus irmãos, o homem desenvolve as próprias virtualidades; responde, assim, à sua vocação.

1880 Uma sociedade é um conjunto de pessoas ligadas de maneira orgânica por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas. Assembléia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade perdura no tempo; ela recolhe o passado e prepara o futuro. Por ela, cada homem é constituído "herdeiro", recebe "talentos" que enriquecem sua identidade e com os quais deve produzir frutos. Com justa razão, deve cada qual dedicar-se às comunidades de que faz parte e respeitar as autoridades encarregadas do bem comum.

1881 Cada comunidade se define por seu fim e obedece, por conseguinte, a regras específicas, mas "a pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais".

1882 Certas sociedades, como a família e a cidade, correspondem mais imediatamente à natureza do homem. São-lhe necessárias. A fim de favorecer a participação do maior número na vida social, é preciso encorajar a criação de associações e instituições de livre escolha, "com fins econômicos, culturais, sociais, esportivos, recreativos, profissionais, políticos, tanto no âmbito interno das comunidades políticas como no plano mundial". Esta "socialização" exprime, igualmente, a tendência natural que impele os seres humanos a se associarem para atingir objetivos que ultrapassam as capacidades individuais. Desenvolve as qualidades da pessoa, particularmente seu espírito de iniciativa e responsabilidade. Ajuda a garantir seus direitos.

1883 A socialização apresenta também perigos. Uma intervenção muito acentuada do Estado pode ameaçar a liberdade e iniciativa pessoais. A doutrina da Igreja elaborou o chamado princípio de subsidiariedade. Segundo este princípio, "uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade inferior, privando-a de suas competências, mas deve, antes, apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar sua ação com as dos outros elementos que compõem a sociedade, tendo em vista o bem comum".

1884 Deus não quis reter só para si o exercício de todos os poderes. Confia a cada criatura as funções que esta é capaz de exercer, segundo as capacidades da própria natureza. Este modo de governo deve ser imitado na vida social. O comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes de-vem comportar-se como ministros da providência divina.

1885 O princípio de subsidiariedade opõe-se a todas as formas de coletivismo; traça os limites da intervenção do Estado; tem em vista harmonizar as relações entre os indivíduos e as sociedades; tende a instaurar uma verdadeira ordem internacional.

II. A CONVERSÃO E A SOCIEDADE

1886 A sociedade é indispensável à realização da vocação humana. Para alcançar este objetivo, é necessário que seja respeitada a justa hierarquia dos valores que "subordina as necessidades materiais e instintivas às interiores e espirituais.

A convivência humana deve ser considerada como realidade eminentemente espiritual, intercomunicação de conhecimentos à luz da verdade, exercício de direitos e cumprimentos de deveres, incentivo e apelo aos bens morais, gozo comum do belo em todas as suas legítimas expressões, disponibilidade permanente para comunicar a outrem o melhor de si mesmo e aspiração comum a um constante enriquecimento espiritual. Tais são os valores que devem animar e orientar a atividade cultural, a vida econômica, a organização social, os movimentos e os regimes políticos, a legislação e todas as outras expressões da vida social em contínua evolução.

1887 A inversão dos meios e dos fins, que acaba por conferir valor de fim último àquilo que não passa de meio para segui-lo, ou por considerar as pessoas como meros meios em vista de

um fim, produz estruturas injustas, que "tornam árdua e praticamente impossível uma conduta cristã conforme mandamentos do Divino Legislador"

1888 É preciso, então, apelar às capacidades espirituais e morais da pessoa e à exigência permanente de sua conversão interior, a fim de obter mudanças sociais que estejam realmente a seu serviço. A prioridade reconhecida à conversão do coração não elimina absolutamente, antes impõe, a obrigação de trazer instituições e às condições de vida, quando estas provocam o pecado, o saneamento conveniente, para que sejam conformes às normas da justiça e favoreçam o bem, em vez de pôr-lhe obstáculos.

1889 Sem o auxílio da graça, os homens seriam incapazes de "discernir a senda freqüentemente estreita entre a covardia que cede ao mal e a violência que, na ilusão de o estar combatendo, ainda o agrava mais". É o caminho da caridade, quer dizer, do amor a Deus e ao próximo. A caridade representa o maior mandamento social. Respeita o outro e seus direitos. Exige a prática da justiça, e só ela nos torna capazes de praticá-la. Inspira uma vida de autodoação: "Quem procurar ganhar sua vida vai perdê-la, e quem a perder vai conservá-la" (Lc 17,33).

RESUMINDO

1890 Existe certa semelhança entre a unidade das pessoas divinas e a fraternidade que os homens devem estabelecer entre si.

1891 Para desenvolver-se em conformidade com sua natureza, em a pessoa humana necessidade da vida social. Certas sociedades, como a família e a cidade, correspondem mais imediata-mente à natureza do homem.

1892 "A pessoa humana é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais. É preciso fomentar uma ampla participação em associações e instituições de livre escolha.

1894 Segundo o princípio de subsidiariedade, nem o Estado nem qualquer outra sociedade mais ampla devem substituir a iniciativa e a responsabilidade das pessoas e dos órgãos intermediários.

1895 A sociedade deve favorecer o exercício das virtudes, não pôr-lhe obstáculos. Deve inspirá-la uma justa hierarquia de valores.

1896 Onde o pecado perverte o clima social, é preciso apelar à conversão dos corações e à graça de Deus. A caridade impele a justas reformas. Não existe solução da questão social fora do Evangelho.

ARTIGO 2

A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIAL

LA AUTORIDADE

1897 "A sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda a não ser que lhe presida uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum."

Chama-se "autoridade" a qualidade em virtude da qual pessoas ou instituições fazem leis e dão ordens a homens, e esperam obediência da parte deles.

1898 Toda comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a dirija[a30]. Tal autoridade encontra seu fundamento na natureza humana. É necessária à unidade da cidade. Seu papel consiste em assegurar enquanto possível o bem comum da sociedade.

1899 A autoridade exigida pela ordem moral emana de Deus: "Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação" (Rm 13,1-2).

1900 O dever da obediência impõe a todos prestar à autoridade as honras a ela devidas e cercar de respeito e, conforme seu mérito de gratidão e benevolência as pessoas investidas de autoridade.

Deve-se ao papa S. Clemente de Roma a mais antiga oração Igreja pela autoridade política:

"Concedei-lhes, Senhor, a saúde, a paz, a concórdia, a estabilidade para que exerçam sem entraves a soberania que lhes concedestes. Sois vós, Mestre, rei celeste dos séculos, quem dá aos filhos dos homens glória, honra e poder sobre as coisas da terra. Dirigi, Senhor, seu conselho segundo o que é bom, segundo o que é agradável a vossos olhos, a fim de que, exercendo com piedade, na paz e mansidão, o poder que lhes destes, Nos encontrem propício.

1901 Se, por um lado, a autoridade remete a uma ordem fixada por Deus, por outro, são entregues à livre vontade dos cidadãos a escolha do regime e a designação dos governantes.

1902 A diversidade dos regimes políticos é moralmente admissível, contanto que concorram para o bem legítimo da comunidade que os adota. Os regimes cuja natureza é contrária à lei natural, à ordem pública e aos direitos fundamentais das pessoas não podem realizar o bem comum das nações às quais são impostos. A autoridade não adquire de si mesma sua legitimidade moral. Não deve comportar-se de maneira despótica, mas agir para o bem comum, como uma "força moral fundada na liberdade e no senso de responsabilidade":

A legislação humana não goza do caráter de lei senão na medida em que se conforma à justa razão; de onde se vê que ela recebe seu vigor da lei eterna. Na medida em que ela se afastasse da razão seria necessário declará-la injusta, pois não realizaria a noção de lei; seria antes uma forma de violência.

1903 A autoridade só será exercida legitimamente se procurar o bem comum do grupo em questão e se, para atingi-lo empregar meios moralmente lícitos. Se acontecer de os dirigentes promulgarem leis injustas ou tomarem medidas contrárias à ordem moral, estas disposições não poderão obrigar as consciências. "Neste caso, a própria autoridade deixa de existir degenerando em abuso do poder."

1904 "É preferível que cada poder seja equilibrado por outros poderes e outras esferas de competência que o mantenham em seu justo limite. Este é o princípio do 'estado de direito', no qual é soberana a lei, e não a vontade arbitrária dos homens."

II. O BEM COMUM

1905 Em conformidade com a natureza social do homem, o bem de cada um está necessariamente relacionado com o bem comum. Este só pode ser definido em referência à pessoa humana:

Não vivais isolados, retirados em vós mesmos como se já estivesseis justificados, mas já estivesseis justificados, mas reuni-vos para procurar juntos o que é o interesse comum.

1906 Por bem comum é preciso entender "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição. O bem comum interessa à vida de todos. Exige a prudência da parte de cada um e mais ainda da parte dos que exercem a autoridade. Comporta ele três elementos essenciais.

1907 Supõe, em primeiro lugar, o respeito pela pessoa como tal. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. A Sociedade é obrigada a Permitir que cada um de seus membros realize sua

vocação. Em particular, o bem comum consiste nas condições para exercer as liberdades naturais indispensáveis ao desabrochar da vocação humana: "Tais são o direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, o direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa".

1908 Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento do próprio grupo o desenvolvimento é o resumo de todos os deveres sociais. E claro, cabe à autoridade servir de árbitro, em nome do bem comum, entre os diversos interesses particulares. Mas ela deve tornar acessível a cada um aquilo de que precisa para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de fundar um lar etc.

1909 Por fim, o bem comum envolve a paz, isto é, uma ordem justa duradoura e segura. Supõe, portanto, que a autoridade assegure, por meios honestos, a segurança da sociedade e a de seus membros, fundamentando o direito à legítima defesa pessoal e coletiva.

1910 Se cada comunidade humana possui um bem comum que lhe permite reconhecer-se como tal, é na comunidade política que encontramos sua realização mais completa. Cabe ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos organismos intermediários.

1911 As dependências humanas se intensificam. Estendem-se aos poucos à terra inteira. A unidade da família humana, reunindo seres que gozam de uma dignidade natural igual, implica um bem comum universal. Este exige uma organização da comunidade das nações capaz de "atender às várias necessidades dos homens, tanto no campo da vida social (alimentação, saúde, educação...) como em certas condições particulares que podem surgir cá ou lá, tais como a necessidade (...) de acudir aos sofrimentos dos refugiados (...), ou de ajudar os emigrantes e suas famílias".

1912 O bem comum está sempre orientado ao progresso das pessoas: "A organização das coisas deve subordinar-se à ordem das pessoas e não ao contrário". Esta ordem tem por base a verdade, edifica-se na justiça, é vivificada pelo amor.

III. RESPONSABILIDADE E PARTICIPAÇÃO

1913 A participação é o envolvimento voluntário e generoso da pessoa nas relações sociais. É necessário que todos participem cada um conforme o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum. Este dever é inerente à dignidade da pessoa humana.

1914 A participação se realiza, antes de tudo, assumindo os setores pelos quais se tem a responsabilidade pessoal: pelo cuidado na educação da prole, por um trabalho consciencioso, o homem participa no bem dos outros e da sociedade.

1915 Os cidadãos devem, na medida do possível, tomar parte ativa na vida pública. As modalidades de tal participação podem variar de um país para outro ou de uma cultura para outra. "Deve-se louvar a maneira de proceder daquelas nações em que a maior parte dos cidadãos, com autêntica liberdade, participa da vida pública."

1916 A participação de todos na realização do bem comum implica, como todo dever ético, uma conversão sempre renovada dos parceiros sociais. A fraude e outros subterfúgios pelos quais alguns escapam às malhas da lei e às prescrições do dever social devem ser firmemente condenados, por serem incompatíveis com as exigências da justiça. É necessário ocupar-se do florescimento das instituições que possam melhorar as condições da vida humana.

1917 Cabe aos que exercem a função de autoridade fortalecer os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a se colocar a serviço dos semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. "Podemos pensar com razão em depositar

o futuro da humanidade nas mãos daqueles que são capazes de transmitir às gerações do amanhã razões de viver e de esperar."

RESUMINDO

1918 "Não há autoridade que não venha de Deus, e as existentes foram instituídas por Deus" (Rm 13,1).

1919 Toda comunidade humana tem necessidade de uma autoridade para se manter e desenvolver.

1920 "É evidente que a comunidade política e a autoridade pública se fundamentam na natureza humana, e por isso pertencem à ordem predeterminada por Deus."

1921 A autoridade é exercida de maneira legítima se estiver ligada à busca do bem comum da sociedade. Para atingi-lo, deve utilizar meios moralmente aceitáveis.

1922 É legítima a diversidade dos regimes políticos, contanto que concorram para o bem da comunidade.

1923 A autoridade política deve desenvolver-se dentro dos limites da ordem moral e garantir as condições para o exercício da liberdade.

1924 O bem comum compreende "o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição"

1925 O bem comum comporta três elementos essenciais: o respeito e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa; a prosperidade ou o desenvolvimento dos bens espirituais e temporais da sociedade; a paz e a segurança do grupo e de seus membros.

1926 A dignidade da pessoa humana implica a procura do bem comum. Cada pessoa deve preocupar-se em suscitar e conservar as instituições que aprimoram as condições da vida humana.

1927 Cabe ao Estado defender e promover o bem comum da sociedade civil. O bem comum de toda a família humana pede uma organização da sociedade internacional.

ARTIGO 3

A JUSTIÇA SOCIAL

1928 A sociedade garante a justiça social quando realiza as condições que permitem às associações e a cada membro seu obter o que lhes é devido conforme sua natureza e sua vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade.

I. O RESPEITO À PESSOA HUMANA

1929 Só se pode conseguir a justiça social no respeito à dignidade transcendente do homem. A pessoa representa o fim último da sociedade, que por sua vez lhe está ordenada.

A defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana nos foram confiadas pelo Criador. Em todas as circunstâncias da história, os homens e as mulheres são rigorosamente responsáveis e obrigados a esse dever.

1930 O respeito à pessoa humana implica que se respeitem os direitos que decorrem de sua dignidade de criatura. Esses direitos são anteriores à sociedade e se lhe impõem. São eles que fundam a legitimidade moral de toda autoridade; conculcando-os ou recusando-se a reconhecê-los em sua lei positiva, uma sociedade mina sua própria legitimidade moral. Sem esse

respeito, uma autoridade só pode apoiar-se na força ou na violência para obter a obediência de seus súditos. Cabe à Igreja lembrar esses direitos aos homens de boa vontade e distingui-los das reivindicações abusivas ou falsas.

1931 O respeito pela pessoa humana passa pelo respeito deste princípio: "Que cada um respeite o próximo, sem exceção, como 'outro eu', levando em consideração antes de tudo sua vida e os meios necessários para mantê-la dignamente". Nenhuma lei seria capaz, por si só, de fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo que constituem obstáculos para o estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Esses comportamentos só podem cessar com a caridade, que vê em cada homem um "próximo", um irmão.

1932 O dever de tomar-se o próximo do outro e servi-lo ativamente se torna ainda mais urgente quando este se acha mais carente, em qualquer setor que seja. "Todas as vezes que fizestes a um destes meus irmãos menores, a mim o fizestes" (Mt 25,40).

1933 Este mesmo dever se estende àqueles que pensam ou agem diferentemente de nós. A doutrina de Cristo vai até o ponto de exigir o perdão das ofensas. Estende o mandamento do amor, que é o da nova lei, a todos os inimigos. A libertação no espírito do Evangelho é incompatível com o ódio ao inimigo, como pessoas mas não com o ódio ao mal que este pratica, como inimigo.

IL IGUALDADE E DIFERENÇAS ENTRE OS HOMENS

1934 Criados à imagem do Deus único, dotados de uma mesma alma racional, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem. Resgatados pelo sacrifício de Cristo, todos são convidados a participar na mesma felicidade divina; todos gozam, portanto, de igual dignidade.

1935 A igualdade entre os homens diz respeito essencialmente à sua dignidade pessoal e aos direitos que daí decorrem.

Qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja (essa discriminação) social ou cultural, ou que se fundamente no sexo, na raça, na cor, na condição social, na língua ou na religião deve ser superada e eliminada, porque contrária ao plano de Deus[a79] .

1936 Quando nasce, o homem não dispõe de tudo aquilo que é necessário ao desenvolvimento de sua vida corporal e espiritual. Precisa dos outros. Aparecem diferenças ligadas à idade, às capacidades físicas, às aptidões intelectuais ou morais, aos intercâmbios de que cada um pôde se beneficiar, à distribuição das riquezas. Os "talentos" não são distribuídos de maneira igual.

1937 Essas diferenças pertencem ao plano de Deus; Ele quer que cada um receba do outro aquilo que precisa e que os que dispõem de "talentos" específicos comuniquem seus benefícios aos que deles precisam. As diferenças estimulam e muitas vezes obrigam as pessoas à magnanimidade, à benevolência e à partilha; (essas diferenças) motivam as culturas a se enriquecerem umas às outras.

Eu não dou todas as virtudes na mesma medida a cada um (...) Existem virtudes que eu distribuo desta maneira, ora a um ora a outro. (...) A este a caridade; a outro a justiça; a este a humildade, àquele uma fé viva. (...) Distribuí muitas graças e virtudes, espirituais e temporais, com tal diversidade que a ninguém por si só concedi todo o necessário, para serdes obrigados a usar de caridade uns para com os outros. (...) Quis que todos tivessem necessidade uns dos outros e fossem meus ministros na distribuição das graças e liberalidades que de mim receberam.

1938 Existem também desigualdades iníquas que atingem milhões de homens e mulheres e se acham em contradição aberta com o Evangelho:

A igual dignidade das pessoas postula que se chegue a condições de vida mais justas e mais humanas. Pois as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam escândalo e são contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social e internacional.

III. A SOLIDARIEDADE HUMANA

1939 O princípio da solidariedade, enunciado ainda sob o nome de ou "caridade social", é uma exigência direta da fraternidade humana e cristã:

Um erro, "hoje amplamente difundido, é o esquecimento desta lei da solidariedade humana e da caridade, ditada e imposta tanto pela comunidade de origem e pela igualdade da natureza racional em todos os homens, seja qual for o povo a que pertençam, como também pelo sacrifício redentor oferecido por Jesus Cristo no altar da cruz a seu Pai celeste, em prol da humanidade pecadora"

1940 A solidariedade se manifesta antes de mais nada na distribuição dos bens e na remuneração do trabalho. Supõe também o esforço em favor de uma ordem social mais justa, na qual as tensões possam ser mais bem resolvidas e os conflitos encontrem mais facilmente sua solução por consenso.

1941 Os problemas sócio econômicos só podem ser resolvidos com o auxílio de todas as formas de solidariedade: solidariedade dos pobres entre si, dos ricos e dos pobres, dos trabalhadores entre si, dos empregadores e dos empregados na empresa, solidariedade entre as nações e entre os povos. A solidariedade internacional é uma exigência de ordem moral. Em parte, é da solidariedade que depende a paz mundial.

1942 A virtude da solidariedade vai além dos bens materiais. Difundindo os bens espirituais da fé, a Igreja favoreceu também o desenvolvimento dos bens temporais, aos quais muitas vezes abriu novos caminhos. Assim foi-se verificando, ao longo dos séculos, a palavra do Senhor: "Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e sua justiça, e todas essas coisas serão acrescentadas" (Mt 6,33):

Há dois mil anos vive e persevera na alma da Igreja este sentimento que levou e ainda leva as almas ao heroísmo caritativo dos monges agricultores, dos libertadores de escravos, dos tratam dos enfermos, dos mensageiros de fé, de civilização, ciência a todas as gerações e a todos os povos, em vista de criar condições sociais capazes de possibilitar a todos uma vida digna do homem e do cristão.

RESUMINDO

1943 A sociedade garante a justiça social realizando as condições que permitam às associações e a cada um obter o que lhes é devido.

1944 O respeito pela pessoa humana considera o outro como um "outro eu mesmo". Supõe o respeito pelos direitos fundamentais que decorrem da dignidade intrínseca da pessoa.

1945 A igualdade entre os homens assenta sobre sua dignidade pessoal e sobre os direitos que daí decorrem.

1946 As diferenças entre as pessoas pertencem ao plano de Deus, o qual quer que todos nós tenhamos necessidade uns dos outros. Essas diferenças devem estimular a caridade.

1947 A dignidade igual das pessoas humanas exige o esforço para reduzir as desigualdades sociais e econômicas excessivas e leva ao desaparecimento das desigualdades iníquas.

1948 A solidariedade é uma virtude eminentemente cristã que pratica a partilha dos bens espirituais mais ainda que dos materiais.

CAPÍTULO III.

A SALVAÇÃO DE DEUS: A LEI E A GRAÇA

1949 Chamado à felicidade, mas ferido pelo pecado, o homem tem necessidade da salvação de Deus. O socorro divino lhe é dado, em Cristo, pela lei que o dirige e na graça que o sustenta:

Trabalhai para vossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem, segundo a sua vontade, realiza em vós o querer e o fazer (Fl 2,12-13).

ARTIGO I

A LEI MORAL

1950 A lei moral é obra da Sabedoria divina. Pode-se definir a lei moral, no sentido bíblico, como uma instrução paterna, uma pedagogia divina. Ela prescreve ao homem os caminhos, as regras de comportamento que levam à felicidade prometida; proscree os caminhos do mal, que desviam de Deus e de seu amor. E ao mesmo tempo firme em seus preceitos e amorosa em suas promessas.

1951 A lei é uma regra de comportamento promulgada pela autoridade competente em vista do bem comum. A lei moral supõe a ordem racional estabelecida entre as criaturas, para seu bem e em vista de seu fim, pelo poder, pela sabedoria e pela bondade do Criador. Toda lei encontra na lei eterna sua verdade primeira e última. A lei é revelada e estabelecida pela razão como uma participação na providência do Deus vivo, Criador e Redentor de todos. "A esta ordenação da razão dá-se o nome de lei":

Apenas o homem, entre todos os seres vivos, pode gloriar-se de ter sido digno de receber de Deus uma lei. Animal dotado de razão, capaz de entendimento e discernimento, regulará sua conduta dispondo de liberdade e de razão, na submissão àquele que tudo lhe confiou.

1952 As expressões da lei moral variam muito, e todas se acham coordenadas entre si: a lei eterna, fonte, em Deus, de todas as leis; a lei natural; a lei revelada, compreendendo a Lei Antiga e a Nova Lei (ou Lei evangélica); enfim, as leis civis e eclesiásticas.

1953 A lei moral encontra em Cristo sua plenitude e sua unidade. Jesus Cristo em pessoa é o caminho da perfeição. Ele é o fim da lei, pois só ele ensina e dá a justiça de Deus. "Porque a finalidade da lei é Cristo, para a justificação de todo o que crê" (Rm 10,4).

I. A LEI MORAL NATURAL

1954 O homem participa da sabedoria e da bondade do Criador, que lhe confere o domínio de seus atos e a capacidade de se governar em vista da verdade e do bem. A lei natural ex-prime o sentido moral original, que permite ao homem discernir, pela razão, o que é o bem e o mal, a verdade e a mentira.

A lei natural se acha escrita e gravada na alma de todos e de cada um dos homens, porque ela é a razão humana ordenando fazer o bem e proibindo pecar. (...) Mas esta prescrição da razão não poderia ter força de lei se não fosse a voz e o intérprete de uma razão mais alta, à qual nosso espírito e nossa liberdade devem submeter-se.

1955 A lei "divina e natural" mostra ao homem o caminho a seguir para praticar o bem e atingir seu fim. A lei natural enuncia os preceitos primeiros e essenciais que regem a vida moral. Tem como esteio a aspiração e a submissão a Deus, fonte e juiz de todo bem, assim como sentir

o outro como igual a si mesmo. Está exposta, em seus principais preceitos, no Decálogo. Essa lei é denominada natural não em referência à natureza dos seres irracionais, mas porque a razão que a promulga pertence, como algo próprio, à natureza humana:

Onde é, então, que se acham inscritas estas regras, senão no livro desta luz que se chama a verdade? Ai está escrita toda a lei justa, dali ela passa para o coração do homem que cumpre a justiça, não que emigre para ele, mas sim deixando ai a sua marca, à maneira de um sinete que de um anel passa para a cera, mas sem deixar o anel.

lei natural outra coisa não é senão a luz da inteligência posta em nós por Deus. Por ela, conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar. Esta luz ou esta lei, deu-a Deus a criação.

1956 Presente no coração de cada homem e estabelecida pela razão, a lei natural é universal em seus preceitos, e sua autoridade se estende a todos os homens. Ela exprime a dignidade da pessoa e determina a base de seus direitos e de seus deveres fundamentais:

Existe, sem dúvida, uma verdadeira lei: é a reta razão. Conforme à natureza, difundida em todos os homens, ela é imutável e eterna; suas ordens chamam ao dever; suas proibições afastam do pecado. (...) E um sacrilégio substituí-la por uma lei contrária; é proibido não aplicar uma de suas disposições; quanto a ab-rogá-la inteiramente, ninguém tem a possibilidade de fazê-lo.

1957 A aplicação da lei natural varia muito. Pode exigir uma reflexão adaptada à multiplicidade das condições de vida, conforme os lugares, as épocas e as circunstâncias. Todavia, na diversidade das culturas, a lei natural permanece como uma regra que liga entre si os homens e lhes impõe, para além das inevitáveis diferenças, princípios comuns.

1958 A lei natural é imutável e permanente através das várias ações da história; ela subsiste sob o fluxo das idéias e dos costumes e constitui a base para seu progresso. As regras que a exprimem permanecem substancialmente válidas. Mesmo que alguém negue até os seus princípios, não é possível destruí-la nem arrancá-la do coração do homem. Sempre torna a ressurgir na vida dos indivíduos e das sociedades:

O roubo é certamente punido por vossa lei, Senhor, e pela lei escrita no coração do homem, (lei) que nem mesmo a iniquidade consegue apagar.

1959 Obra excelente do Criador, a lei natural fornece os fundamentos sólidos sobre os quais pode o homem construir o edifício das regras morais que orientarão suas opções. Ela assenta igualmente a base moral indispensável para a construção da comunidade dos homens. Proporciona, enfim, a base necessária à lei civil que se relaciona com ela, seja por uma reflexão que tira as conclusões de seus princípios, seja por adições de natureza positiva e jurídica.

1960 Os preceitos da lei natural não são percebidos por todos de maneira clara e imediata. Na atual situação, a graça e a revelação nos são necessárias, como pecadores que somos, para que as verdades religiosas e morais possam ser conhecidas "por todos e sem dificuldade, com firme certeza e sem mistura de erro". A lei natural propicia à lei revelada e à graça um fundamento preparado por Deus e em concordância com a obra do Espírito.

II. A LEI ANTIGA

1961 Deus, nosso criador e nosso redentor, escolheu para si Israel como seu povo e lhe revelou sua Lei, preparando, assim, a vinda de Cristo. A Lei de Moisés exprime diversas verdades naturalmente acessíveis à razão. Estas se acham declaradas e autenticadas no interior da aliança da salvação.

1962 A Lei Antiga é o primeiro estágio da Lei revelação. Suas prescrições morais estão resumidas nos Dez Mandamentos. Os preceitos do Decálogo assentam as bases da vocação do homem, feito à imagem de Deus; proibem aquilo que é contrário ao amor de Deus e do próximo

e prescrevem o que lhe é essencial. O Decálogo é uma luz oferecida à consciência de todo homem, para lhe manifestar o chamamento e os caminhos de Deus e protegê-lo do mal:

Deus escreveu nas tábuas da lei aquilo que os homens não conseguiam ler em seus corações.

1963 Segundo tradição cristã, a lei santa, espiritual e boa ainda é imperfeita. Como um pedagogo, ela mostra o que se deve fazer, mas não dá por si mesma a força, a graça do Espírito para cumpri-la. Por causa do pecado que não pode tirar, é ainda uma lei de servidão. Conforme S. Paulo, ela tem principalmente como função denunciar e manifestar o pecado que forma uma "lei de concupiscência" no coração do homem. No entanto, a lei permanece como a primeira etapa no caminho do Reino. Prepara e dispõe o povo eleito e cada cristão à conversão e à fé no Deus salvador. Oferece um ensinamento que subsiste para todo o sempre, como a Palavra de Deus.

1964 A Lei Antiga é uma preparação para o Evangelho. "A lei é profecia e pedagogia das realidades futuras." Profetiza e pressagia a obra da libertação do pecado, que se realizará com Cristo, e fornece ao Novo Testamento as imagens, os "tipos", os símbolos, para exprimir a vida segundo o Espírito. A Lei se completa, enfim, pelo ensinamento dos livros sapienciais e dos profetas que a Orientam para a nova aliança e o Reino dos Céus.

Houve (...), sob o regime da Antiga Aliança, pessoas que possuíam a caridade e a graça do Espírito Santo e aspiravam sobretudo às promessas espirituais e eternas, e deste modo se ligavam à nova lei. Inversamente, existem também sob a nova aliança homens carnais, ainda longe da perfeição da nova Lei. Para os estimular às obras virtuosas, foram necessários o temor do castigo e diversas promessas temporais, até sob a Nova Aliança. Em todo caso, mesmo que a Lei Antiga prescrevesse a caridade, ela não dava o Espírito Santo pelo qual "o amor de Deus derramado em nossos corações" (Rm 5,5).

III. A NOVA LEI OU LEI EVANGÉLICA

1965 A Nova Lei ou Lei evangélica é a perfeição, na terra, da lei divina, natural e revelada. Ela é a obra de Cristo e se exprime particularmente no Sermão da Montanha. É também obra do Espírito Santo e, por ele, vem a ser a lei interior da caridade: "Concluirei com a casa de Israel uma nova aliança. (...) Colocarei minhas leis em sua mente e as inscreverei em seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (Hb 8,8.10).

1966 A Nova Lei é a graça do Espírito Santo dada aos fiéis pela fé em Cristo. É operante pela caridade, serve-se do Sermão do Senhor para nos ensinar o que é preciso fazer e dos sacramentos para nos comunicar a graça de fazê-lo.

Aquele que quiser meditar com piedade e perspicácia o Sermão que Nosso Senhor pronunciou no monte, tal como o lemos no Evangelho de São Mateus, aí encontrará, sem sombra de dúvida, a carta magna da vida cristã. (...) Este Sermão contém todos os preceitos apropriados para guiar a vida cristã.

1967 A Lei evangélica "dá pleno cumprimento" à Lei Antiga, afina-a, ultrapassa-a e aperfeiçoa-a. Nas "bem-aventuranças", ela realiza plenamente as promessas divinas, elevando-as e ordenando-as ao "Reino dos Céus". Dirige-se àqueles que se mostram dispostos a acolher com fé esta esperança nova - os pobres, os humildes, os aflitos, os de coração puro, os perseguidos por causa de Cristo -, traçando assim os surpreendentes caminhos do Reino.

1968 A Lei evangélica dá pleno cumprimento aos mandamentos da Lei. O Sermão do Senhor, longe de abolir ou desvalorizar as prescrições morais da Lei Antiga, dela haure as virtualidades ocultas, faz surgir novas exigências e revela sua verdade divina e humana. Não lhe acrescenta novos preceitos exteriores, mas vai até o ponto de reformar a raiz dos atos, o coração, onde o homem faz a opção entre o puro e o impuro, onde se formam a fé, a esperança e a caridade e, com elas, as outras virtudes. O Evangelho, deste modo, leva a lei à

plenitude, imitando a perfeição do Pai celeste, pelo perdão dos inimigos e pela oração pelos perseguidores, seguindo o modelo da divina generosidade.

1969 A Nova Lei pratica os atos da religião - a esmola, a oração e o jejum -, ordenando-os ao "Pai que vê no segredo", em contraste com o desejo "de ser visto pelos homens". Sua oração é o "Pai-Nosso."

1970 A Lei evangélica comporta a opção decisiva entre "os dois caminhos" e a prática das palavras do Senhor; resume-se na regra de ouro: "Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a lei e os profetas" (Mt 7,12).

Toda a Lei evangélica se compendia no "mandamento novo" de Jesus, de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou.

1971 Ao sermão do Senhor convém acrescentar a catequese moral dos ensinamentos apostólicos, como Rm 12-15; 1 Cor 12-13; Cl 3-4; Ef 4-6 etc. Esta doutrina transmite o ensinamento do Senhor com a autoridade dos Apóstolos, particularmente pela exposição das virtudes que decorrem da fé em Cristo e são animadas pela caridade, o principal dom do Espírito Santo. "Que vosso amor seja sem hipocrisia (...) com amor fraterno, tendo carinho uns para com os outros (...) alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação, assíduos na oração, tomando parte nas necessidades dos santos, buscando proporcionar a hospitalidade" (Rm 12,9-13). Esta catequese também nos ensina a tratar os casos de consciência à luz de nossa relação com Cristo e a Igreja.

1972 A Nova Lei é também denominada lei de amor, porque ela leva a agir pelo amor infundido pelo Espírito Santo e não pelo temor; uma lei de graça, por conferir a força da graça para agir por meio da fé e dos sacramentos; uma lei de liberdade, pois nos liberta das observâncias rituais e jurídicas da Antiga Lei, nos inclina a agir espontaneamente sob o impulso da caridade, enfim, nos faz passar do estado de servo, não sabe o que seu senhor faz", para o de amigo de Cristo, "porque tudo o que eu ouvi de meu Pai eu vos dei a conhecer (Jo 15,15), ou ainda para o de filho-herdeiro.

1973 Além de seus preceitos, a Nova Lei comporta também os conselhos evangélicos. A distinção tradicional entre os mandamentos de Deus e os conselhos evangélicos se estabelece em relação à caridade, perfeição da vida cristã. Os preceitos se destinam a afastar tudo o que é incompatível com a caridade. Os conselhos têm como meta afastar o que, mesmo sem lhe ser contrário, pode constituir um obstáculo para o desenvolvimento da caridade.

1974 Os conselhos evangélicos manifestam a plenitude viva da caridade que jamais se mostra satisfeita, por não poder dar mais. Atestam seu dinamismo e solicitam nossa prontidão espiritual. A perfeição da Nova Lei consiste essencialmente preceitos do amor a Deus e ao próximo. Os conselhos indicam caminhos mais diretos, meios mais fáceis, e devem ser praticados conforme a vocação de cada um:

(Deus) não quer que cada pessoa observe todos os conselhos mas apenas aqueles que são convenientes, conforme a diversidade das pessoas, dos tempos, das ocasiões e das forças, com o exige a caridade; pois ela, como a rainha de todas as virtudes, de todos os mandamentos, de todos os conselhos, em suma, de todas as leis e de todas as ações cristãs, a todos e todas dá seu grau, sua ordem, o tempo e o valor.

RESUMINDO

1975 Segundo a Escritura, a lei é uma instrução paterna de Deus que prescreve ao homem os caminhos que levam à felicidade prometida e proscree os caminhos do mal.

1976 "A lei é uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada por aquele a quem cabe o governo da comunidade"

1977 Cristo é a finalidade da lei. Somente Ele ensina e concede a justiça de Deus.

1978 A lei natural é uma participação na sabedoria e na bondade de Deus, pelo homem formado à imagem de seu criador. A lei natural exprime a dignidade da pessoa humana e constitui a base de seus direitos e deveres fundamentais.

1979 A lei natural é imutável, permanente através da história. As regras que a exprimem são substancialmente sempre válidas. Ela é uma base necessária para a edificação das regras morais e para a lei civil.

1980 A Antiga Lei é o primeiro estágio da Lei revelada. Suas prescrições morais se acham resumidas nos Dez Mandamentos.

1981 A Lei de Moisés contém diversas verdades naturalmente acessíveis à razão. Deus as revelou porque os homens não as conseguiam ler em seu coração.

1982 A Antiga Lei é uma preparação para o Evangelho.

1983 A Nova Lei é a graça do Espírito Santo, recebida pela fé em Cristo, operando pela caridade. Exprime-se particularmente no Sermão do Senhor na montanha e usa os sacramentos para comunicar-nos a graça.

1984 A Lei evangélica leva a pleno cumprimento, ultrapassa e conduz à perfeição a Antiga Lei: suas promessas, por meio das Bem-Aventuranças do Reino dos Céus; seus mandamentos, por meio da transformação da fonte de suas ações, ou seja, o coração.

1985 A Nova Lei é uma lei de amor, uma lei de graça, uma lei de liberdade.

1986 Além de seus preceitos, a Nova Lei comporta os conselhos evangélicos. "De modo especial favorecem igualmente a santidade da Igreja os múltiplos conselhos que no Evangelho Senhor propõe à observância de seus discípulos."

ARTIGO 2

GRAÇA E JUSTIFICAÇÃO

1. A JUSTIFICAÇÃO

1987 A graça do Espírito Santo tem o poder de nos justificar, isto é, purificar-nos de nossos pecados e comunicar-nos "a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo e pelo batismo.

Mas, se morremos com Cristo, temos fé de que também viveremos com Ele, sabendo que Cristo, uma vez ressuscitado dentre os mortos, já não morre, a morte não tem mais domínio sobre Ele. Porque, morrendo, Ele morreu para o pecado uma vez por todas; vivendo, Ele vive para Deus. Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado e vivos para Deus em Cristo Jesus (Rm 6,8-11).

1988 Pelo poder do Espírito Santo, participamos da Paixão de Cristo, morrendo para o pecado, e da ressurreição, nascendo para uma vida nova; somos os membros de seu Corpo, que é a Igreja, os sarmentos enxertados na Videira, que é Ele mesmo:

Pelo Espírito, temos parte com Deus. (...) Pela participação Espírito, nós nos tornamos participantes da natureza divina. (...) Por isso, aqueles em quem o Espírito habita são divinizados.

1989 A primeira obra da graça do Espírito Santo é a conversão que opera a justificação segundo o anúncio de Jesus no princípio do Evangelho: "Arrependei-vos (convertei-vos), porque está próximo o Reino dos Céus" (Mt 4,17). Sob a moção da graça, o homem se volta para Deus e se aparta do pecado, acolhendo, assim, o perdão e a justiça do alto. "A justificação comporta a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior."

1990 A justificação aparta o homem do pecado, que contradiz o amor de Deus, e lhe purifica o coração. A justificação ocorre graças à iniciativa da misericórdia de Deus, que oferece

o perdão. A justificação reconcilia o homem com Deus; liberta-o da servidão do pecado e o cura.

1991 A justificação é, ao mesmo tempo, o acolhimento da justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo. A justiça designa aqui a retidão do amor divino. Com a justificação, a fé, a esperança e a caridade se derramam em nossos corações e é-nos concedida a obediência à vontade divina.

1992 A justificação nos foi merecida pela paixão de Cristo, que se ofereceu na cruz como hóstia viva, santa e agradável a Deus, e cujo sangue se tornou instrumento de propiciação pelos pecados de toda a humanidade. A justificação é concedida pelo Batismo, sacramento da fé. Toma-nos conformes à justiça de Deus, que nos faz interiormente justos pelo poder de sua misericórdia. Tem como alvo a glória de Deus e de Cristo, e o dom da vida eterna:

Agora, porém, independentemente da lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo, em favor de todos os que crêem pois não há diferença, sendo que todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus. Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé. Ele queria assim manifestar sua justiça, pelo fato de ter deixado sem punição os pecados de outrora, no tempo da paciência de Deus; ele queria manifestar sua justiça no tempo presente, para mostrar-se justo e para justificar aquele que tem fé em Jesus (Rm 3,21-26).

1993 A justificação estabelece a colaboração entre a graça de Deus e a liberdade do homem. Do lado humano, ela se exprime no assentimento da fé à palavra de Deus, que convida o homem à conversão, e na cooperação da caridade, no impulso do Espírito Santo, que o previne e guarda.

Quando Deus toca o coração do homem pela iluminação do Espírito Santo, o homem não é insensível a tal inspiração, que pode, aliás, rejeitar; e, no entanto, ele não pode tampouco, sem a graça divina, chegar pela vontade livre à justiça diante dele.

1994 A justificação é a obra mais excelente do amor de Deus, manifestado em Cristo Jesus e concedido pelo Espírito Santo. Sto. Agostinho pensa que "a justificação do ímpio é uma obra maior que a criação dos céus e da terra", pois "os céus e a terra passarão, ao passo que a salvação e a justificação dos eleitos permanecerão para sempre". Pensa até que a justificação dos pecadores é uma obra maior que a criação dos anjos na justiça, pelo fato de testemunhar uma misericórdia maior.

1995 O Espírito Santo é o mestre interior. Gerando "o homem interior", a justificação implica a santificação de todo o ser:

Como outrora entregastes vossos membros à escravidão da impureza e da desordem para viver desregradamente, assim entregai agora vossos membros a serviço da justiça, para a santificação. (...) Mas agora, libertos do pecado e postos a serviço de Deus, tendes, como fruto, a santificação, e o fim é a vida eterna (Rm 6,19-22).

II. A GRAÇA

1996 Nossa justificação vem da graça de Deus. A graça é favor, o socorro gratuito que Deus nos dá para responder a seu convite: tomar-nos filhos de Deus, filhos adotivos participantes da natureza divina, da Vida Eterna.

1997 A graça é uma participação na vida divina; introduz-nos na intimidade da vida trinitária. Pelo Batismo, o cristão tem parte na graça de Cristo, cabeça da Igreja. Como "filho adotivo", pode doravante chamar a Deus de "Pai", em união com o Filho único. Recebe a vida do Espírito, que nele infunde a caridade e forma a Igreja.

1998 Esta vocação para a vida eterna é sobrenatural. Depende integralmente da iniciativa gratuita de Deus, pois apenas Ele pode se revelar e dar-se a si mesmo. Esta vocação

ultrapassa as capacidades da inteligência e as forças da vontade do homem, como também de qualquer criatura.

1999 A graça de Cristo é o dom gratuito que Deus nos faz de sua vida infundida pelo Espírito Santo em nossa alma, para curá-la do pecado e santificá-la; trata-se da graça santificante ou deificante, recebida no Batismo. Em nós, ela é a fonte da obra santificadora:

Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez uma realidade nova. Tudo isto vem de Deus, que nos reconciliou consigo por Cristo (2Cor 5,17-18).

2000 A graça santificante é um dom habitual, uma disposição estável e sobrenatural para aperfeiçoar a própria alma e torná-la capaz de viver com Deus, agir por seu amor. Deve-se distinguir a graça habitual, disposição permanente para viver e agir conforme o chamado divino, e as graças atuais, que designam as intervenções divinas, quer na origem da conversão, quer no decorrer da obra da santificação.

2001 A preparação do homem para acolher a graça é já uma obra da graça. Esta é necessária para suscitar e manter nossa colaboração na justificação pela fé e na santificação pela caridade. Deus acaba em nós aquilo que Ele mesmo começou, "pois começa, com sua intervenção, fazendo com que nós queiramos e acaba cooperando com as moções de nossa vontade já convertida":

Sem dúvida, operamos também nós, mas o fazemos cooperando com Deus, que opera predispondo-nos com a sua misericórdia. E o faz para nos curar, e nos acompanhará para que, quando já curados, sejamos vivificados; predispõe-nos para que sejamos chamados e acompanha-nos para que sejamos glorificados; predispõe-nos para que vivamos segundo a piedade e segue-nos para que, com Ele, vivamos para todo o sempre, pois sem Ele nada podemos fazer.

2002 A livre iniciativa de Deus pede a livre resposta do homem pois Deus criou o homem à sua imagem, conferindo-lhe, com a liberdade, o poder de conhecê-Lo e amá-Lo. A alma só pode entrar livremente na comunhão do amor. Deus toca imediatamente e move diretamente o coração do homem. Ele colocou no homem uma aspiração à verdade e ao bem que somente Ele pode satisfazer plenamente. As promessas da "vida eterna" respondem, além de a toda a nossa esperança, a esta aspiração:

Se Vós, ao cabo de vossas obras excelentes (...) repousastes no sétimo dia, foi para nos dizer de antemão pela voz de vosso livro que, ao cabo de nossas obras ("que são muito boas", pelo fato mesmo de terdes sido Vós que no-las destes), também nós no sábado da vida eterna em Vós repousaremos.

2003 A graça é antes de tudo e principalmente o dom do Espírito que nos justifica e nos santifica. Mas a graça compreende igualmente os dons que o Espírito nos concede, para nos associar à sua obra, para nos tornar capazes de colaborar com a salvação dos outros e com o crescimento do corpo de Cristo, a Igreja. São as graças sacramentais dons próprios dos diferentes sacramentos. São, além disso, as graças especiais, chamadas também "carismas", segundo a palavra grega empregada por S. Paulo e que significa favor, dom gratuito, benefício[a36] . Seja qual for seu caráter, às vezes extraordinário, como o dom dos milagres ou das línguas, os carismas se ordenam à graça santificante e têm como meta o bem comum da Igreja. Acham-se a serviço da caridade, que edifica a Igreja.

2004 Entre as graças especiais, convém mencionar as graças de estado, que acompanham o exercício das responsabilidades da vida cristã e dos ministérios no seio da Igreja:

Tendo, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, aquele que tem o dom da profecia, que o exerça segundo a proporção de nossa fé; aquele que tem o dom do serviço, que o exerça servindo; quem tem o dom do ensino, ensinando; quem tem o dom da exortação, exortando. Aquele que distribui seus bens, que o faça com simplicidade; aquele que preside, com diligência; aquele que exerce misericórdia, com alegria (Rm 12,6-8).

2005 Sendo de ordem sobrenatural, a graça escapa à nossa experiência e só pode ser conhecida pela fé. Não podemos, portanto, nos basear em nossos sentimentos ou em nossas obras para daí deduzir que estamos justificados e salvos. No entanto, segundo a palavra do Senhor: "É pelos seus frutos que os reconheceréis" (Mt 7,20), a consideração dos benefícios de Deus em nossa vida e na dos santos nos oferece uma garantia de que a graça está operando em nós e nos incita a uma fé sempre maior e a uma atitude de pobreza confiante:

Acha-se uma das mais belas ilustrações desta atitude na resposta de Sta. Joana d'Arc a uma pergunta capciosa de seus juizes eclesiásticos: "Interrogada se sabe se está na graça de Deus, responde: "Se não estou, que Deus me queira pôr nela; se estou, que Deus nela me conserve".

III. O MÉRITO

Na assembléia dos santos, vós sois glorificados e, coroando os seus méritos, exaltais os vossos próprios dons.

2006 O termo "mérito" designa, em geral, a retribuição devida por uma comunidade ou uma sociedade à ação de um de seus membros, sentida como boa ou má, digna de recompensa ou castigo. O mérito se relaciona com a virtude da justiça, em conformidade com o princípio da igualdade que a rege.

2007 Diante de Deus, em sentido estritamente jurídico, não há mérito da parte do homem. Entre Ele e nós a diferença é infinita, pois dele tudo recebemos, dele, que é nosso criador.

2008 O mérito do homem diante de Deus, na vida cristã, provém do fato de que Deus livremente determinou associar o homem à obra de sua graça. A ação paternal de Deus vem em primeiro lugar por seu impulso, e o livre agir do homem, em segundo lugar, colaborando com Ele, de sorte que os méritos das boas obras devem -ser atribuídos à graça de Deus, primeiramente, e só em segundo lugar ao fiel. O próprio mérito do homem cabe, aliás, a Deus pois suas boas ações procedem, em Cristo, das inspirações do auxílio do Espírito Santo.

2009 A adoção filial, tomando-nos participantes, por graça, da natureza divina, pode conferir-nos, segundo a justiça gratuita de Deus, um verdadeiro mérito. Trata-se de um direito por graça, o pleno direito amor, que nos toma "co-herdeiros" de Cristo e dignos de obter "a herança prometida da vida eterna. Os méritos de nossas boas obras são dons da bondade divina. "A graça veio primeiro; agora se entrega aquilo que é devido. (...)Os méritos são dons de Deus."

2010 Como a iniciativa pertence a Deus na ordem da graça, ninguém pode merecer a graça primeira, na origem da versão, do perdão e da justificação. Sob a moção do Espírito Santo e da caridade, podemos em seguida merecer para nós mesmos e para os outros as graças úteis à nossa santificação crescimento da graça e da caridade, e também para ganhar a vida eterna. Os próprios bens temporais, como a saúde, a amizade, podem ser merecidos segundo a sabedoria divina. Essas graças e esses bens são o objeto da oração cristã. Esta atende à nossa necessidade da graça para as ações meritórias.

2011 A caridade de Cristo em nós constitui a fonte de todos os nossos méritos diante de Deus. A graça, unindo-nos a Cristo com amor ativo, assegura a qualidade sobrenatural de nossos atos e, por conseguinte, seu mérito (desses nossos atos) diante de Deus, como também diante dos homens. Os santos sempre tiveram viva consciência de que seus méritos eram pura graça.

Após o exílio terrestre, espero ir deleitar-me de vós na Pátria, mas não quero acumular méritos para o céu, quero trabalhar somente por vosso amor. (...). Ao entardecer desta vida, comparecerei diante de vós com as mãos vazias, pois não vos peço, Senhor, que contabilizeis as minhas obras. Todas as nossas justiças têm manchas a vossos olhos. Quero, portanto, revestir-me de vossa própria justiça e receber de vosso amor a posse eterna de vós mesmo...

IV. A SANTIDADE CRISTÃ

2012 "E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam. (...) Porque os que de antemão Ele conheceu, esses também destinou a serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de ser Ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que destinou, também os chamou, e os que chamou, também os justificou, e os que justificou, também os glorificou" (Rm 8,28-30).

2013 "Todos os fiéis cristãos, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade." Todos são chamados à santidade: "Deveis ser perfeitos como o vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5,48):

Com o fim de conseguir esta perfeição, façam os fiéis uso das forças recebidas (...), a fim de que, cumprindo em tudo a vontade do Pai, se dediquem inteiramente à glória de Deus e ao serviço do próximo. Assim, a santidade do povo de Deus se expandirá em abundantes frutos, como se demonstra luminosamente na história da Igreja pela vida de tantos santos.

2014 O progresso espiritual tende à união sempre mais íntima com Cristo. Esta união recebe o nome de "mística", pois ela participa no mistério de Cristo pelos sacramentos "os santos mistérios" e, nele, no mistério da Santíssima Trindade, Deus nos chama a todos a esta íntima união com Ele, mesmos que graças especiais ou sinais extraordinários desta vida mística sejam concedidos apenas a alguns, em vista de manifestar o dom gratuito feito a todos.

2015 O caminho da perfeição passa pela cruz. Não existe santidade sem renúncia e sem combate espiritual. O progresso espiritual envolve ascese e mortificação, que levam gradualmente a viver na paz e na alegria das bem-aventuranças:

Aquele que vai subindo jamais cessa de progredir de começo em começo, por começos que não têm fim. Aquele que jamais cessa de desejar aquilo que já conhece.

2016 Os filhos da Santa Igreja, nossa Mãe, esperam justamente a graça da perseverança final e a recompensa de Deus, seu Pai pelas boas obras realizadas com sua graça, em comunhão com Jesus. Observando a mesma regra de vida, os fiéis cristãos partilham "a feliz esperança" daqueles que a misericórdia divina reúne na "Cidade santa, uma Jerusalém nova que desce do céu de junto de Deus, preparada como uma esposa" (Ap 21,2).

RESUMINDO

2017 A graça do Espírito Santo nos dá a justiça de Deus. Unindo-nos pela fé e pelo Batismo à Paixão e à Ressurreição de Cristo, o Espírito nos faz participar de sua vida.

2018 A justificação, como a conversão, apresenta duas faces. Sob a moção da graça, o homem se volta para Deus e se afasta do pecado, acolhendo, assim, o perdão e a justiça que vêm do alto.

2019 A justificação comporta a remissão dos pecados, a santificação e a renovação do homem interior.

2020 A justificação nos foi merecida pela Paixão de Cristo e nos é concedida por meio do Batismo. Faz-nos conformes à justiça de Deus, que nos torna justos. Tem como meta a glória de Deus e de Cristo e o dom da Vida Eterna. É a obra mais excelente da misericórdia de Deus.

2021 A graça é o auxílio que Deus nos concede para responder à nossa vocação de nos tornar seus filhos adotivos. Ela nos introduz na intimidade da vida trinitária.

2022 A iniciativa divina na obra da graça precede, prepara e suscita a livre resposta do homem. A graça responde às aspirações profundas da liberdade humana; chama-a a cooperar consigo e a aperfeiçoar.

2023 A graça santificante é o dom gratuito que Deus nos faz de sua vida, infundida pelo Espírito Santo em nossa alma, para curá-la do pecado e santificá-la.

2024 A graça santificante nos faz "agradáveis a Deus". Os carismas, graças especiais do Espírito Santo, são ordenados à graça santificante e têm como alvo o bem comum da Igreja.

Deus opera também por graças atuais múltiplas, que se distinguem da graça habitual, permanente em nós.

2025 Nosso mérito em face de Deus consiste apenas em seguir seu livre desígnio de associar o homem à obra de sua graça. O mérito pertence à graça de Deus em primeiro lugar, à colaboração do homem em segundo lugar. Cabe a Deus o mérito humano.

2026 A graça do Espírito Santo, em virtude de nossa filiação adotiva, pode conferir-nos um verdadeiro mérito segundo a justiça gratuita de Deus. A caridade constitui, em nós, a fonte principal do mérito diante de Deus.

2027 Ninguém pode merecer a graça primeira que se acha na origem da conversão. Sob a moção do Espírito Santo, podemos merecer, para nós mesmos e para os outros, todas as graças úteis para chegar à vida eterna, como também os bens temporais necessários.

2028 "O apelo à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. Se dirige a todos os fiéis cristãos[a61] . "A perfeição cristã só tem um limite: ser ilimitada."

2029 "Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome sua cruz e siga-me" (Mt 16,24).

ARTIGO 3

A IGREJA, MÃE E EDUCADORA

2030 É em Igreja, em comunhão com todos os batizados, que o cristão realiza sua vocação. Da Igreja recebe a palavra de Deus, que contém os ensinamentos da "lei de Cristo". Da Igreja recebe a graça dos sacramentos, que o sustenta "no caminho". Da Igreja aprende o exemplo da santidade; reconhece a figura e a fonte (da Igreja) em Maria, a Virgem Santíssima; discerne-a no testemunho autêntico daqueles que a vivem, descobre-a na tradição espiritual e na longa história dos santos que o precederam que a Liturgia celebra no ritmo do Santoral.

2031 A vida moral é um culto espiritual. "Oferecemos nossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus", no seio do corpo de Cristo que formamos, e em comunhão com a oferta de sua Eucaristia. Na Liturgia e na celebração dos sacramentos, oração e doutrina se conjugam com a graça de Cristo, para iluminar e alimentar o agir cristão. Como o conjunto da vida cristã, da mesma forma a vida moral encontra sua fonte e seu ponto culminante no sacrifício eucarístico.

L VIDA MORAL E MAGISTÉRIO DA IGREJA

2032 A Igreja, "coluna e sustentáculo da verdade" 1 Tm 3,15) "recebeu dos Apóstolos o solene mandamento de Cristo de pregar a verdade da salvação". "Compete à Igreja anunciar sempre e por toda parte os princípios morais, mesmo referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, enquanto o exigirem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas."

2033 O magistério dos pastores da Igreja em matéria moral se exerce ordinariamente na catequese e na pregação, com o auxílio das obras dos teólogos e dos autores espirituais. Assim se foi transmitindo, de geração em geração, sob a égide e a vigilância dos pastores, o "depósito" da moral cristã, composto de um conjunto característico de regras, mandamentos e virtudes que procedem da fé em Cristo e são vivificados pela caridade. Esta catequese tem tradicionalmente tomado por base, ao lado do "Credo" e do "Pai-nosso", o Decálogo, que enuncia os princípios da vida moral, válidos para todos os homens.

2034 O romano pontífice e os Bispos "são os doutores autênticos dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo a eles confiado a fé que deve ser crida e praticada". O

magistério ordinário e universal do Papa e dos Bispos em comunhão com ele ensina aos fiéis a verdade em que se deve crer; a caridade que se deve praticar, a felicidade que se deve esperar.

2035 O grau supremo da participação na autoridade de Cristo é assegurado pelo carisma da infalibilidade. Esta tem a mesma extensão que o depósito da revelação divina; estende-se ainda a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral, sem os quais as verdades salutares da fé não podem ser preservadas, expostas ou observadas.

2036 A autoridade do magistério se estende também aos preceitos específicos da lei natural, porque sua observância, exigida pelo Criador, é necessária para a salvação. Recordando as prescrições da lei natural, o magistério da Igreja exerce parte essencial de sua função profética de anunciar aos homens o que (os homens) são de verdade e recordar-lhes o que devem ser diante de Deus.

2037 A lei de Deus confiada à Igreja é ensinada aos fiéis como caminho de vida e verdade. Os fiéis têm, portanto, o direito de ser instruídos nos preceitos divinos salvíficos que purificam o juízo e, com a graça, curam a razão humana ferida. Têm o dever de observar as constituições e os decretos promulgados pela legítima autoridade da Igreja. Mesmo que sejam disciplinares, tais determinações exigem a docilidade na caridade.

2038 Na obra de ensinar e aplicar a moral cristã, a Igreja necessita do devotamento dos pastores, da ciência dos teólogos, da contribuição de todos os cristãos e dos homens de boa vontade. A fé e a prática do Evangelho proporcionam a cada fiel uma experiência da vida "em Cristo" que o ilumina e o torna capaz de apreciar as realidades divinas e humanas segundo o Espírito de Deus. Assim é que o Espírito Santo pode servir-se dos mais humildes para iluminar os sábios e os constituídos na dignidade mais alta.

2039 Os ministérios devem ser exercidos em um espírito de serviço fraterno e dedicação à Igreja, em nome do Senhor. Ao mesmo tempo, a consciência de cada fiel, em seu julgamento moral sobre seus atos pessoais, deve evitar encerrar-se em uma consideração individual. Do melhor modo possível ela deve abrir-se à consideração do bem de todos, tal como se exprime na lei moral, natural e revelada, e por conseguinte na lei da Igreja e no ensino autorizado do magistério sobre questões morais. Não convém opor a consciência pessoal e a razão à lei moral ou ao magistério da Igreja.

2040 Assim se pode desenvolver entre os fiéis cristãos um verdadeiro espírito filial para com a Igreja. Ele é o resultado normal do crescimento da graça batismal, que nos gerou no seio Igreja e nos fez membros do Corpo de Cristo. Em sua solicitude materna, a Igreja nos concede a misericórdia de Deus, que triunfa sobre todos os nossos pecados e age de modo especial no sacramento da Reconciliação. Como mãe solícita, ela nos prodigaliza também em sua Liturgia, dia após dia, o alimento da Palavra e da Eucaristia do Senhor.

II. OS MANDAMENTOS DA IGREJA

2041 Os mandamentos da Igreja situam-se nesta linha de uma vida moral ligada à vida litúrgica e que dela se alimenta. O caráter obrigatória dessas leis positivas promulgadas pelas autoridades pastorais tem como fim garantir aos fiéis o mínimo indispensável no espírito de oração e no esforço moral, no crescimento do amor de Deus e do próximo.

2042 O primeiro mandamento da Igreja ("Participar da missa inteira nos domingos e outras festas de guarda e abster-se de ocupações de trabalho") ordena aos fiéis que santifiquem o dia em que se comemora a ressurreição do Senhor e as festas litúrgicas em honra dos mistérios do Senhor, da santíssima Virgem Maria e dos santos, em primeiro lugar participando da celebração eucarística, em que se reúne a comunidade cristã, e se abstendo de trabalhos e negócios que possam impedir tal santificação desses dias.

O segundo mandamento ("Confessar-se ao menos uma vez por ano") assegura a preparação para a Eucaristia pela recepção do sacramento da Reconciliação, que continua a obra de conversão e perdão do Batismo.

O terceiro mandamento ("Receber o sacramento da Eucaristia ao menos pela Páscoa da ressurreição") garante um mínimo na recepção do Corpo e do Sangue do Senhor em ligação com as festas pascais, origem e centro da Liturgia Cristã.

2043 O quarto mandamento ("Jejuar e abster-se de carne, conforme manda a Santa Mãe Igreja") determina os tempos de ascese e penitência que nos preparam para as festas litúrgicas; contribuem para nos fazer adquirir o domínio sobre nossos instintos e a liberdade de coração.

O quinto mandamento ("Ajudar a Igreja em suas necessidades") recorda aos fiéis que devem ir ao encontro das necessidades materiais da Igreja, cada um conforme as próprias possibilidades.

III. VIDA MORAL E TESTEMUNHO MISSIONÁRIO

2044 A fidelidade dos batizados é condição primordial para o anúncio do Evangelho e para a missão da Igreja no mundo. Para manifestar diante dos homens sua força de verdade e de irradiação, a mensagem da salvação deve ser autenticada pelo testemunho de vida dos cristãos: "O próprio testemunho da vida cristã e as boas obras feitas em espírito sobrenatural possuem a força de atrair os homens para a fé e para Deus.

2045 Por serem os membros do Corpo cuja Cabeça é Cristo os cristãos contribuem, pela constância de suas convicção de seus costumes, para a edificação da Igreja. A Igreja aumenta, cresce e se desenvolve pela santidade de seus fiéis até que "alcancemos todos nós (...) o estado de homem perfeito, a medida da estatura da plenitude de Cristo" (Ef 4,13).

2046 Por sua vida segundo Cristo, os cristãos apressam a vinda do Reino de Deus, do "Reino da justiça, da verdade e da paz". Nem por isso se descuidam de suas obrigações terrestres; fiéis a seu Senhor e Mestre, eles as cumprem com dão, paciência e amor.

RESUMINDO

2047 A vida moral é um culto espiritual. O agir cristão se nutre da Liturgia e da celebração dos sacramentos.

2048 Os mandamentos da Igreja se referem à vida moral e cristã unida à Liturgia, e dela se alimentam.

2049 O Magistério dos pastores da Igreja em matéria moral se exerce ordinariamente na catequese e na pregação, tendo como base o Decálogo, que enuncia os princípios da vida válidos para todos os homens.

2050 O romano pontífice e os bispos, como doutores autênticos, pregam ao povo de Deus a fé que deve ser crida e praticada nos costumes. Cabe-lhes igualmente pronunciar-se sobre as questões morais que caem dentro do âmbito da lei natural e da razão.

2051 A infalibilidade do magistério dos pastores se estende a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral. Sem esses elementos, as verdades salutares da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas.

OS DEZ MANDAMENTOS

Êxodo 20,2-17	Deuteronômio 5,6-21	Fórmula catequética
---------------	---------------------	---------------------

Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da servidão.	Eu sou o Senhor, teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da servidão.	
Não terás outros deuses diante de mim.	Não terás outros deuses além de mim...	Amar a Deus sobre todas as coisas.
Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo da terra, ou nas águas que estão debaixo da terra.		
Não te prostrarás diante desses deuses e não os servirás, porque eu, o Senhor, teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais nos filhos, até a terceira e quarta geração dos que me odeiam, e faço misericórdia até a milésima geração àqueles que me amam e guardam meus mandamentos.		
Não pronunciarás em vão o nome do Senhor, teu Deus, porque o Senhor não deixará impune aquele que pronunciar em vão O seu nome.	Não pronunciarás em vão o nome do Senhor teu Deus...	Não tomar seu Santo Nome em vão.
Lembra-te do dia do Sábado para santificá-lo.	Guardarás o dia de sábado para santificá-lo.	Guardar domingos e festas de guarda
Trabalharás durante seis dias, e farás todas as tuas obras. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor, teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas. Porque em seis dias o Senhor fez o céu, a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou.		
Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dá.	Honrar teu pai e tua mãe...	Honra pai e mãe.
Não matarás.	Não matarás.	Não matar.
Não cometerás adultério.	Não cometerás adultério.	Não pecar contra a castidade.

Não roubarás.	Não roubarás.	Não furtar.
Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.	Não apresentarás um falso testemunho contra o teu próximo.	Não levantar falso testemunho.
Não cobiçarás a casa de teu próximo, não desejarás sua mulher, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo.	Não cobiçarás a mulher de teu próximo. Não desejarás coisa alguma que pertença a teu próximo.	Não desejar a mulher do próximo. Não cobiçar as coisas alheias.

SEGUNDA SEÇÃO

OS DEZ MANDAMENTOS

Mestre, que devo fazer...?"

2052 "Mestre, que devo fazer de bom para ter a vida eterna?" Ao jovem que lhe faz esta pergunta, Jesus responde primeiro invocando a necessidade de reconhecer a Deus como "o único bom", com o bem por excelência e como a fonte de todo bem. Depois, Jesus diz: "Se queres entrar para a Vida, guarda os mandamentos". E cita ao seu interlocutor os preceitos que se referem ao amor do próximo: "Não matarás, não adulterarás, não roubarás, não levantarás falso testemunho, honra pai e mãe". Finalmente, Jesus resume estes mandamentos de maneira positiva: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 19,16-19).

2053 A esta primeira resposta é acrescentada uma segunda: "Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens e dá aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me" (Mt 19,21). Esta não anula a primeira. O seguimento de Jesus Cristo inclui o cumprimento dos mandamentos. A Lei não foi abolida, mas o homem é convidado a reencontrá-la na pessoa de seu Mestre, que é o cumprimento perfeito dela. Nos três Evangelhos sinópticos, o apelo de Jesus dirigido ao jovem rico, de segui-lo na obediência do discípulo e na observância dos preceitos, é relacionado com o convite à pobreza e à castidade. Os conselhos evangélicos são indissociáveis dos mandamentos.

2054 Jesus, com efeito, retomou os Dez Mandamentos, mas manifestou a força do Espírito em ação na letra deles. Pregou a "justiça que supera a dos escribas e fariseus", como também a dos pagãos. Desenvolveu todas as exigências dos mandamentos. "Ouvistes que foi dito aos antigos: 'não matarás'... Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal" (Mt 5,21-22).

2055 Quando lhe é feita a pergunta: "Qual é o maior mandamento da lei?" (Mt 22,36), Jesus responde: "Amarás ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas" (Mt 22,37-40). O Decálogo deve ser interpretado à luz desse duplo e único mandamento da caridade, plenitude da lei:

Os preceitos - não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás e todos os outros - se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é a plenitude da lei (Rm 13,9-10).

2056 A palavra "Decálogo" significa literalmente "dez palavras (Ex 34,28; Dt 4,13; 10,4). Deus revelou essas "dez palavras" a seu povo no monte sagrado. Ele as escreveu "com seu dedo", à diferença de outros preceitos escritos por Moisés[. São palavras de Deus de modo eminente. Foram transmitidas no livro do Êxodo e no do Deuteronômio. Desde o Antigo Testamento, os livros sagrados se referem às "dez palavras". Mas é em Jesus Cristo na nova aliança, que será revelado seu sentido pleno.

2057 O Decálogo deve ser entendido em primeiro lugar no contexto do êxodo, que é o grande acontecimento libertador de Deus no centro da Antiga Aliança. Formulados como mandamentos negativos (proibições), ou à maneira de mandamentos positivos (como: "Honra teu pai e tua mãe"), as "dez palavras indicam as condições de uma vida liberta da escravidão do pecado. O Decálogo é um caminho de vida:

Se amares teu Deus, se andares em seus caminhos, se observares seus mandamentos, suas leis e suas normas, viverás e te multiplicarás (Dt 30,16).

Esta força libertadora do Decálogo aparece, por exemplo, no mandamento sobre o descanso do sábado, destinado igualmente aos estrangeiros e aos escravos:

Lembrai-vos de que fostes escravos numa terra estrangeira. O Senhor vosso Deus vos fez sair de lá com mão forte e braço estendido (Dt 5,15).

2058 As "dez palavras" resumem e proclamam a lei de Deus: "Tais foram as palavras que, em alta voz, o Senhor dirigiu a toda a vossa assembléia no monte, do meio do fogo, em meio a trevas, nuvens e escuridão. Sem nada acrescentar, escreveu--as sobre duas tábuas de pedra e as entregou a mim" (Dt 5,22). Eis por que estas duas tábuas são chamadas "O Testemunho" (Ex 25,16). Elas contêm as cláusulas da aliança entre Deus e seu povo. Essas "tábuas do Testemunho" (Ex 31,18; 32,15; 34,19) devem ser colocadas "na arca" (Ex 25,16; 40,1-3).

2059 As "dez palavras" são pronunciadas por Deus no contexto de uma teofania ("Sobre a montanha, no meio do fogo, o Senhor vos falou face a face": Dt 5,4). Pertencem à revelação que Deus faz de si mesmo e de sua glória. O dom dos mandamentos é dom do próprio Deus e de sua santa vontade. Ao dar a conhecer as suas vontades, Deus se revela a seu povo.

2060 O dom dos mandamentos e da Lei faz parte da Aliança selada por Deus com os seus. Segundo o livro do Êxodo, a revelação das "dez palavras" é dada entre a proposta da Aliança [a20] e sua conclusão, depois que o povo se comprometeu a "fazer" tudo o que o Senhor dissera e a "obedecer". O Decálogo sempre é transmitido depois de se lembrar a Aliança ("O Senhor nosso Deus concluiu conosco uma aliança no Horeb": Dt 5,2).

2061 Os mandamentos recebem seu pleno significado no íntimo da Aliança. Segundo a Escritura, o agir moral do homem adquire todo o seu sentido na Aliança e por ela. A primeira das "dez palavras" lembra o amor primeiro de Deus por seu povo:

Tendo o homem, por castigo do pecado, decaído do paraíso da liberdade para a escravidão deste mundo, as primeiras palavras do Decálogo, voz primeira dos divinos mandamentos, aludem à liberdade: "Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão" (Ex 20,2; Dt 5,6).

2062 Os mandamentos propriamente ditos vêm em segundo lugar; exprimem as implicações da pertença a Deus, instituída pela Aliança. A existência moral é resposta à iniciativa amorosa do Senhor. É reconhecimento, homenagem a Deus e culto de ação de graças. É cooperação com o plano que Deus executa na história.

2063 A Aliança e o diálogo entre Deus e o homem são ainda confirmados pelo fato de que todas as obrigações são enunciadas na primeira pessoa ("Eu sou o Senhor...") e dirigidas a um outro sujeito ("tu...") Em todos os mandamentos de Deus, é um pronome pessoal singular que designa o destinatário. Deus dá a conhecer sua vontade a cada um em particular, ao mesmo tempo que o faz ao povo inteiro:

O Senhor prescreveu o amor para com Deus e ensinou a justiça para com o próximo, a fim de que o homem não fosse nem injusto nem indigno de Deus. Assim, pelo Decálogo, Deus preparou o homem para se tornar seu amigo e ter um só coração com o próximo... Da mesma maneira, as palavras do Decálogo continuam válidas entre nós [cristãos]. Longe de serem abolidas elas cresceram e se desenvolveram pelo fato da vinda do Senhor na carne.

O DECÁLOGO NA TRADIÇÃO DA IGREJA

2064 Fiel à Escritura e de acordo com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2065 Desde Sto. Agostinho, os "dez mandamentos" têm um lugar preponderante na catequese dos futuros batizados e dos fiéis. No século XV, adotou-se o costume de exprimir os preceitos do Decálogo em fórmulas rimadas, fáceis de memorizar, e positivas, que ainda estão em uso hoje. Os catecismos da Igreja com frequência têm exposto a moral cristã seguindo a ordem dos "dez mandamentos".

2066 A divisão e a numeração dos mandamentos têm variado no decorrer da história. O presente catecismo segue a divisão dos mandamentos estabelecida por Sto. Agostinho e que se tornou tradicional na Igreja católica. É também a das confissões luteranas. Os padres gregos fizeram uma divisão um tanto diferente, que se encontra nas Igrejas ortodoxas e nas comunidades reformadas.

2067 Os dez mandamentos enunciam as exigências do amor de Deus e do próximo. Os três primeiros se referem mais ao amor de Deus, e os outros sete ao amor do próximo.

Como a caridade abrange dois preceitos com os quais o Senhor relaciona toda a Lei e os profetas (...) assim os próprios dez preceitos estão divididos em duas tábuas. Três foram escritos numa tábua e sete na outra.

2068 O Concílio de Trento ensina que os dez mandamentos obrigam os cristãos e que o homem justificado ainda está obrigado a observá-los. E o Concílio Vaticano II afirma a mesma doutrina:

"Como sucessores dos Apóstolos, os Bispos recebem do Senhor (...) a missão de ensinar a todos os povos e pregar o Evangelho a toda criatura, a fim de que os homens todos, pela fé, pelo Batismo e pela observância dos mandamentos, alcancem a salvação"

A UNIDADE DO DECÁLOGO

2069 O Decálogo forma um todo inseparável. Cada "palavra" remete a cada uma das outras e a todas; elas se condicionam 2 reciprocamente. As duas tábuas se esclarecem mutuamente, formam uma unidade orgânica. Transgredir um mandamento, é infringir todos os outros. Não se pode honrar os outros sem bendizer a Deus, seu criador. Não se pode adorar a Deus sem amar a todos os homens, suas criaturas. O Decálogo unifica a vida teológica e a vida social do homem.

O Decálogo e a Lei Natural

2070 Os dez mandamentos pertencem à revelação de Deus. Ao mesmo tempo, ensinam-nos a verdadeira humanidade do homem. Iluminam os deveres essenciais e, portanto, indiretamente, os direitos humanos fundamentais, inerentes à natureza da pessoa humana. O Decálogo contém uma expressão privilegiada da "lei natural":

Desde o começo, Deus enraizara no coração dos homens os preceitos da lei natural. Inicialmente Ele se contentou em lhes recordar. Foi o Decálogo.

2071 Embora acessíveis à razão, os preceitos do Decálogo foram revelados. Para chegar a um Conhecimento completo certo das exigências da lei natural, a humanidade pecador tinha necessidade desta revelação:

Uma explicação completa dos mandamentos do Decálogos e tornou necessária no estado de pecado, por causa do obscurecimento da luz da razão e do desvio da vontade

Conhecemos os mandamentos de Deus pela Revelação divina que nos é proposta na Igreja e por meio da consciência moral.

A obrigatoriedade do Decálogo

2072 Visto que exprimem os deveres fundamentais do homem para com Deus e para com o próximo, os dez mandamentos revelam, em seu conteúdo primordial, obrigações graves. São essencialmente imutáveis, e sua obrigação vale sempre e em toda parte. Ninguém pode dispensar-se deles. Os dez mandamentos estão gravados por Deus no coração do ser humano.

2073 A obediência aos mandamentos implica, ainda, obrigações cuja matéria é, em si mesma, leve. Assim, a injúria por palavra está proibida pelo quinto mandamento, mas só poderia ser falta grave em função das circunstâncias ou da intenção daquele que a profere.

"Sem mim, nada podeis fazer"

2074 Jesus diz: "Eu sou a videira, e vós, os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto, porque, sem mim, nada podeis fazer" (Jo 15,5). O fruto indicado nesta palavra é a santidade de uma vida fecundada pela união a Cristo. Quando cremos em Jesus Cristo, comungamos de seus mistérios e guardamos seus mandamentos, o Salvador mesmo vem amar em nós seu Pai e seus irmãos, nosso Pai e nossos irmãos. Sua pessoa se toma, graças ao Espírito, a regra viva e interior de nosso agir. "Este é o meu mandamento: Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 15,12).

RESUMINDO

2075 "Que devo fazer de bom para ter a vida eterna?" - "Se queres entrar para a vida, guarda os mandamentos" (Mt 19,16-17).

2076 Por sua prática e por sua pregação, Jesus atestou a perenidade do Decálogo.

2077 O dom do Decálogo é concedido no contexto da Aliança celebrada por Deus com seu povo. Os mandamentos de Deus recebem seu verdadeiro significado nessa Aliança e por meio dela.

2078 Fiel à Escritura, e de acordo com o exemplo de Jesus, a Tradição da Igreja reconheceu ao Decálogo uma importância e um significado primordiais.

2079 O Decálogo forma uma unidade orgânica, em que cada "palavra ou mandamento" remete a todo o conjunto. Transgredir um mandamento é infringir toda a Lei.

2080 O Decálogo contém uma expressão privilegiada da lei natural. Conhecemo-lo pela revelação divina e pela razão humana.

2081 Os Dez Mandamentos enunciam, em seu conteúdo fundamental, obrigações graves. Todavia, a obediência a esses preceitos implica também obrigações cuja matéria é, em si mesma, leve.

2082 O que Deus manda, torna-o possível por sua graça.

CAPÍTULO I

"AMARÁS O SENHOR, TEU DEUS, DE TODO O CORAÇÃO, DE TODA A ALMA E DE TODO O ENTENDIMENTO"

2083 Jesus resumiu os deveres do homem para com Deus com estas palavras: "Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento" (Mt 22,37); Estas palavras são um eco imediato do apelo solene: "Escuta; Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único" (Dt 6,4-5).

Deus amou primeiro. O amor do Deus único é lembrado na primeira das "dez palavras". Em seguida, os mandamentos explicitam a resposta de amor que o homem é chamado a dar a seu Deus.

ARTIGO 1

O PRIMEIRO MANDAMENTO

Eu sou o Senhor, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo, na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não te prostrarás diante desses deuses, e não os servirás. (Ex 20,25).

Está escrito: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a Ele prestarás culto" (Mt 4,10).

I. "ADORARÁS O SENHOR, TEU DEUS, E O SERVIRÁS"

2084 Deus se faz conhecer recordando sua ação todo-poderosa, benigna e libertadora na história daquele a quem se dirige: "Eu te fiz sair da terra do Egito, da casa da escravidão" (Dt 6,13-14). A primeira palavra contém o primeiro mandamento da lei: "Adorarás o Senhor, teu Deus, e o servirás. (...) Não seguireis outros deuses" (Dt 6,13-14). O primeiro apelo e a exigência justa de Deus é que o homem o acolha e o adore.

2085 O Deus único e verdadeiro revela sua glória primeiramente a Israel. A revelação da vocação e da verdade do homem está ligada à revelação de Deus. O homem tem a vocação de manifestar Deus agindo em conformidade com sua criação "à imagem e semelhança de Deus" (Gn 1,26):

Jamais haverá outro Deus, Trifão, nem houve outro, desde sempre (...) além daquele que fez e ordenou o universo. Nós não pensamos que nosso Deus seja diferente do vosso. É Ele o mesmo que fez vossos pais saírem do Egito "com sua mão poderosa e seu braço estendido". Não ponhamos as nossas esperanças em algum outro pois outro não existe, mas no mesmo que vós, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó.

2086 "O primeiro preceito abrange a fé, a esperança e a caridade. Com efeito, quando se fala de Deus, fala-se de um ser constante, imutável, sempre o mesmo, fiel, perfeitamente justo. Daí decorre que nós devemos necessariamente aceitar suas palavras e ter nele uma fé e uma confiança plenas. Ele é Todo-Poderoso, clemente, infinitamente inclinado a fazer o bem. Quem poderia deixar de pôr nele todas as suas esperanças? E quem poderia deixar de amá-lo, contemplando os tesouros de bondade e de ternura que Ele derramou sobre nós? Daí esta fórmula que Deus emprega na Sagrada Escritura, quer no começo, quer no fim de seus preceitos: 'Eu sou o Senhor'."

2087 Nossa vida moral encontra sua fonte na fé em Deus, que nos revela seu amor. S. Paulo fala da "obediência da fé" como da primeira obrigação. Ele vê no "desconhecimento de Deus" o princípio e a explicação de todos os desvios morais. Nosso dever em relação a Deus consiste em crer nele e em dar testemunho dele.

2088 O primeiro mandamento manda-nos alimentar e guardar com prudência e vigilância nossa fé e rejeitar tudo o que se lhe opõe. Há diversas maneiras de pecar contra a fé.

A dúvida voluntária sobre a fé negligencia ou recusa ter como verdadeiro o que Deus revelou e que a Igreja propõe para crer. A dúvida involuntária designa a hesitação em crer, a dificuldade de superar as objeções ligadas à fé ou, ainda, a ansiedade suscitada pela obscuridade da fé. Se for deliberadamente cultivada, a dúvida pode levar à cegueira do espírito.

2089 A incredulidade é a negligência da verdade revelada ou a recusa voluntária de lhe dar o próprio assentimento. "Chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do Batismo, de qual-quer verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou a dúvida pertinaz a respeito dessa verdade; apostasia, o repúdio total da fé cristã; cisma, a recusa de sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos."

A ESPERANÇA

2090 Quando Deus se revela e chama o homem, este não pode responder plenamente ao amor divino por suas próprias forças. Deve esperar que Deus lhe dê a capacidade de corresponder a este amor e de agir de acordo com os mandamentos da caridade. A esperança é o aguardar confiante da bênção divina e da visão beatífica de Deus; é também o temor de ofender o amor de Deus e de provocar o castigo.

2091 O primeiro mandamento visa também aos pecados contra a esperança, que são o desespero e a presunção.

Pelo desespero, o homem deixa de esperar de Deus sua salvação pessoal, os auxílios para alcançá-la ou o perdão de seus pecados. O desespero opõe-se à bondade de Deus, à sua justiça porque o Senhor é fiel a suas promessas e à sua misericórdia.

2092 Há duas espécies de presunção. Ou o homem presume de suas capacidades (esperando poder salvar-se sem a ajuda do alto), ou então presume da onipotência ou da misericórdia de Deus (esperando obter seu perdão sem conversão e a glória sem mérito).

A CARIDADE

2093 A fé no amor de Deus envolve o apelo e a obrigação de responder à caridade divina por um amor sincero. O primeiro mandamento nos ordena que amemos a Deus acima de tudo e acima de todas as criaturas, por Ele mesmo e por causa dele.

2094 Pode-se pecar de diversas maneiras contra o amor de Deus: a indiferença negligencia ou recusa a consideração da caridade divina, menospreza a iniciativa (de Deus em nos amar) e nega sua força. A ingratidão omite ou se recusa a reconhecer a caridade divina e a pagar amor com amor. A tibieza é uma hesitação ou uma negligência em responder ao amor divino, podendo implicar a recusa de se entregar ao dinamismo da caridade. A acídia ou preguiça espiritual chega a recusar até a alegria que vem de Deus e a ter horror ao bem divino. O ódio a Deus vem do orgulho. Opõe-se ao amor de Deus, cuja bondade nega, e atreve-se a maldizê-lo como aquele que proibe os pecados e inflige as penas.

II. "SÓ A ELE PRESTARÁS CULTO"

2095 As virtudes teologais da fé, esperança e caridade dão forma às virtudes morais e as vivificam. Assim, a caridade nos leva a dar a Deus aquilo que em toda justiça Lhe devemos enquanto criaturas. A virtude da religião nos dispõe a esta atitude.

A ADORAÇÃO

2096 A adoração é o primeiro ato da virtude da religião. Adorar a Deus é reconhecê-lo como Deus, como o Criador e o Salvador, o Senhor e o Dono de tudo o que existe, o Amor infinito e misericordioso. "Adorarás o Senhor, teu Deus, e só a Ele prestarás culto" (Lc 4,8), diz Jesus, citando o Deuteronômio (6,13).

2097 Adorar a Deus é, no respeito e na submissão absoluta, reconhecer "o nada da criatura", que não existe a não ser por Deus. Adorar a Deus é, como Maria no Magnificat, louvá-lo, exaltá-lo e humilhar-se a si mesmo, confessando com gratidão que Ele fez grandes coisas e que seu nome é santo. A adoração do Deus único liberta o homem de se fechar em si mesmo, da escravidão do pecado e da idolatria do mundo.

A ORAÇÃO

2098 Os atos de fé, de esperança e de caridade ordenados pelo primeiro mandamento cumprem-se na oração. A elevação do espírito para Deus é expressão da adoração que Lhe rendemos: prece de louvor e de ação de graças, de intercessão e de súplica. A oração é uma condição indispensável para poder obedecer aos mandamentos de Deus. "É preciso orar sempre. sem jamais esmorecer" (Lc 18,1).

O SACRIFÍCIO

2099 É justo oferecer a Deus sacrifícios em sinal de adoração e de reconhecimento, de súplica e de comunhão: "E verdadeiro sacrifício toda ação feita para se unir a Deus em santa comunhão e poder ser feliz."

2100 Para ser verídico, o sacrifício exterior deve ser a expressão do sacrifício espiritual: "Meu sacrifício é um espírito compungido..." (Sl 51,19). Os profetas da Antiga Aliança denunciaram com freqüência os sacrifícios feitos sem participação interior ou sem ligação com o amor do próximo. Jesus recorda a palavra do profeta Oséias: "E misericórdia que eu quero, e não sacrifício" (Mt 9,13; 12,7). O único sacrifício perfeito é o que Cristo ofereceu na cruz, em total oblação ao amor do Pai e para nossa salvação. Unindo-nos a seu sacrifício, podemos fazer de nossa vida um sacrifício a Deus.

PROMESSAS E VOTOS

2101 Em várias circunstâncias, o cristão é convidado a fazer promessas a Deus. O Batismo e a Confirmação, o Matrimônio e a Ordenação sempre as contêm. Por devoção pessoal, o cristão pode também prometer a Deus este ou aquele ato, oração, esmola, peregrinação etc. A fidelidade às promessas feitas a Deus é uma manifestação do respeito devido à majestade divina e do amor para com o Deus fiel.

2102 "O voto, isto é, a promessa deliberada e livre de um bem possível e melhor feita a Deus, deve ser cumprido a título da virtude de religião." O voto é um ato de devoção no qual o cristão se consagra a Deus ou Lhe promete uma obra boa. Pelo cumprimento de seus votos, o homem dá a Deus o que Lhe prometeu e consagrou. Os Atos dos Apóstolos nos mostram S. Paulo preocupado em cumprir os votos que fizera.

2103 A Igreja atribui um valor exemplar aos votos de praticar os conselhos evangélicos:

A Mãe Igreja alegra-se ao encontrar em seu seio muitos homens e mulheres que seguem mais estreitamente a exinanição do Salvador e mais claramente a demonstram, aceitando a pobreza na liberdade dos filhos de Deus e renunciando às próprias vontades; submetem-se eles aos homens por causa de Deus, em matéria de perfeição, além da medida do preceito, para que mais plenamente se conformem a Cristo obediente.

Em certos casos a Igreja pode, por motivos adequados, dispensar dos votos e das promessas.

O DEVER SOCIAL DE RELIGIÃO E O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

2104 "Todos os homens estão obrigados a procurar a verdade, sobretudo naquilo que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, depois de conhecê-la, a abraçá-la e praticá-la." Este dever decorre da "própria natureza dos homens" e não contraria um "respeito sincero" para com as diversas religiões que "refletem lampejos daquela verdade que ilumina a todos os homens[a88] ", nem a exigência da caridade que insta os cristãos a "tratar com amor, prudência e paciência os homens que vivem no erro ou na ignorância acerca da fé".

2105 O dever de prestar a Deus um culto autêntico diz respeito ao homem individual e socialmente. Esta é "a doutrina católica tradicional sobre o dever moral dos homens e das sociedades em relação à verdadeira religião e à única Igreja de Cristo". Evangelizando sem cessar os homens, a Igreja trabalha para que estes possam "penetrar de espírito cristão as mentalidades e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem". O dever social dos cristãos é respeitar e despertar em cada homem o amor da verdade e do bem. Exige que levem a conhecer o culto da única religião verdadeira, que subsiste na Igreja católica e apostólica[a93] . Os cristãos são chamados a ser a luz do mundo. Assim, a Igreja manifesta a realeza de Cristo sobre toda a criação e particularmente sobre as sociedades humanas.

2106 "Em matéria religiosa, ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência, nem impedido de agir, dentro dos justos limites, de acordo com ela, em particular ou em público, só ou associado a outrem." Este direito funda-se na própria natureza da pessoa humana, cuja dignidade a faz aderir livremente à verdade divina que transcende a ordem temporal. Por isso, este direito "continua a existir ainda para aqueles que não satisfazem à obrigação de procurar a verdade e de aderir a ela"

2107 "Se, em razão de circunstâncias particulares dos povos, for conferida a uma única comunidade religiosa o especial reconhecimento civil na organização jurídica da sociedade, será necessário que ao mesmo tempo se reconheça e se observe em favor de todos os cidadãos e das comunidades religiosas o direito à liberdade em matéria religiosa."

2108 O direito à liberdade religiosa não significa nem a permissão moral de aderir ao erro nem um suposto direito ao erro, mas um direito natural da pessoa humana à liberdade civil, quer dizer, à imunidade de coação externa nos justos limites, em matéria religiosa, da parte do poder político. Este direito natural deve ser reconhecido no ordenamento jurídico da sociedade, de tal maneira que constitua um direito civil.

2109 O direito à liberdade religiosa não pode ser em si ilimitado, nem limitado apenas por uma "ordem pública" entendida de maneira positivista ou naturalista. Os "justos limites" que lhe são inerentes devem ser determinados para cada situação social pela prudência política, segundo as exigências do bem comum, e ratificados pela autoridade civil segundo "normas jurídicas, de acordo com a ordem moral objetiva".

III. "NÃO TERÁS OUTROS DEUSES DIANTE DE MIM"

2110 O primeiro mandamento proíbe prestar honra a outros afóra o único Senhor que se revelou a seu povo. Proscreeve a superstição e a irreligião. A superstição representa de certo

modo um excesso perverso de religião; a irreligião é um vício oposto por deficiência à virtude da religião.

A SUPERSTIÇÃO

2111 A superstição é o desvio do sentimento religioso e das práticas que ele impõe. Pode afetar também o culto que prestamos ao verdadeiro Deus, por exemplo, quando atribuímos uma importância de alguma maneira mágica a certas práticas, em si mesmas legítimas ou necessárias. Atribuir eficácia exclusivamente à materialidade das orações ou dos sinais sacramentais, sem levar em conta as disposições interiores que elas exigem, é cair na superstição.

A IDOLATRIA

2112 O primeiro mandamento condena o politeísmo. Exige que o homem não acredite em outros deuses afora Deus, que não venere outras divindades afora a única. A escritura lembra constantemente esta rejeição de "ídolos, ouro e prata, obras das mãos dos homens", os quais "têm boca e não falam, têm olhos e não vêem..." Esses ídolos vãos tornam as pessoas vãs:

"Como eles serão os que o fabricaram e quem quer que ponha neles a sua fé" (Sl 115,4-5.8). Deus, pelo contrário, é o "Deus vivo" (Jo 3,10) que faz viver e intervém na história.

2113 A idolatria não diz respeito somente aos falsos cultos do paganismo. Ela é uma tentação constante da fé. Consiste em divinizar o que não é Deus. Existe idolatria quando o homem presta honra e veneração a uma criatura em lugar de Deus, quer se trate de deuses ou de demônios (por exemplo, o satanismo), do poder, do prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro etc. "Não podeis servir a Deus e ao dinheiro", diz Jesus (Mt 6,24). Numerosos mártires morreram por não adorar "a Besta", recusando-se até a simular seu culto. A idolatria nega o senhorio exclusivo de Deus; é, por-tanto, incompatível com a comunhão divina.

2114 A vida humana unifica-se na adoração do Único. O mandamento de adorar o único Senhor simplifica o homem e o livra de uma dispersão infinita. A idolatria é uma perversão do sentimento religioso inato do homem. O idólatra é aquele que "refere a qualquer coisa que não seja Deus a sua indestrutível noção de Deus".

ADIVINHAÇÃO E MAGIA

2115 Deus pode revelar o futuro a seus profetas ou a outros santos. Todavia, a atitude cristã correta consiste em entregar-se com confiança nas mãos da providência no que tange ao futuro, e em abandonar toda curiosidade doentia a este respeito. A imprevidência pode ser uma falta de responsabilidade.

2116 Todas as formas de adivinhação hão de ser rejeitadas: recurso a Satanás ou aos demônios, evocação dos mortos ou outras práticas que erroneamente se supõe "descobrir" o futuro. A consulta aos horóscopos, a astrologia, a quiromancia, a interpretação de presságios e da sorte, os fenômenos de visão, o recurso a médiuns escondem uma vontade de poder sobre o tempo, sobre a história e, finalmente, sobre os homens, ao mesmo tempo que um desejo de ganhar para si os poderes ocultos. Essas práticas contradizem a honra e o respeito que, unidos ao amoroso temor, devemos exclusivamente a Deus.

2117 Todas as práticas de magia ou de feitiçaria com as quais a pessoa pretende domesticar os poderes ocultos, para colocá-los a seu serviço e obter um poder sobrenatural sobre o próximo - mesmo que seja para proporcionar a este a saúde - são gravemente contrárias à virtude da religião. Essas práticas são ainda mais condenáveis quando acompanhadas de uma intenção de prejudicar a outrem, ou quando recorrem ou não à intervenção dos demônios. O uso de amuletos também é repreensível. O espiritismo implica freqüentemente práticas de adivinhação ou de magia. Por isso a Igreja adverte os fiéis a evitá-lo. O recurso aos assim

chamados remédios tradicionais não legitima nem a invocação dos poderes maléficos nem a exploração da credulidade alheia.

A IRRELIGIÃO

2118 O primeiro mandamento de Deus reprovava os principais pecados de irreligião: a ação de tentar a Deus em palavras ou em atos, o sacrilégio e a simonia.

2119 A ação de tentar a Deus consiste em pôr à prova, em palavras ou em atos, sua bondade e sua onipotência. Foi assim que Satanás quis conseguir que Jesus se atirasse do alto do templo e obrigasse Deus, desse modo, a agir. Jesus opõe-lhe a Palavra de Deus: "Não tentarás o Senhor teu Deus" (Dt 6,16). O desafio contido em tal "tentação de Deus" falta com o respeito e a confiança que devemos a nosso Criador e Senhor. Inclui sempre uma dúvida a respeito de seu amor, sua providência e seu poder.

2120 O sacrilégio consiste em profanar ou tratar indignamente os sacramentos e as outras ações litúrgicas, bem como as pessoas, as coisas e os lugares consagrados a Deus. O sacrilégio é um pecado grave, sobretudo quando cometido contra a Eucaristia, pois neste sacramento o próprio Corpo de Cristo se nos torna substancialmente presente.

2121 A simonia é definida como a compra ou a venda de realidades espirituais. A Simão, o mago, que queria comprar o poder espiritual que via em ação nos Apóstolos, Pedro responde: "Pereça o teu dinheiro, e tu com ele, porque julgaste poder comprar com dinheiro o dom de Deus" (At 8,20). Desta maneira, Pedro obedecia à Palavra de Jesus: "De graça recebestes, dai de graça" (Mt 10,8). É impossível apropriar-se dos bens espirituais e comportar-se em relação a eles como um possuidor ou um dono, pois a fonte deles é Deus. Só se pode recebê-los gratuitamente dele.

2122 "Além das ofertas estabelecidas pela autoridade competente, o ministro nada peça pela administração dos sacramentos, tomando cuidado sempre que os necessitados não sejam privados da ajuda dos sacramentos por causa de sua pobreza." A autoridade competente fixa estas "ofertas" em virtude do princípio de que o povo cristão deve cuidar do sustento dos ministros da Igreja. "O operário é digno de seu sustento" (Mt 10,10).

O ATEÍSMO

2123 "Muitos de nossos contemporâneos não percebem de modo algum esta união íntima e vital com Deus, ou explicitamente a rejeitam, a ponto de o ateísmo figurar entre os mais graves problemas de nosso tempo."

2124 O termo ateísmo abrange fenômenos muito diversos. Uma forma freqüente é o materialismo prático, de quem limita suas necessidades e suas ambições ao espaço e ao tempo. O humanismo ateu considera falsamente que o homem é "seu próprio fim e o único artífice e demiurgo de sua própria história". Outra forma de ateísmo contemporâneo espera a libertação do homem pela via econômica e social, sendo que "a religião, por sua própria natureza, impediria esta libertação, na medida em que, ao estimular a esperança do homem numa quimérica vida futura, o desviaria da construção da cidade terrestre".

2125 Na medida em que rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra a virtude da religião. A imputabilidade desta falta pode ser seriamente diminuída em virtude das intenções e das circunstâncias. Na gênese e difusão do ateísmo, "grande parcela de responsabilidade pode caber aos crentes, na medida em que, negligenciando a educação da fé, ou por uma exposição enganosa da doutrina, ou por deficiência em sua vida religiosa, moral e social, se poderia dizer deles que mais escondem do que manifestam o rosto autêntico de Deus e da religião"

2126 Muitas vezes o ateísmo se funda em uma concepção falsa da autonomia humana, que chega a recusar toda dependência em relação a Deus. Contudo, "o reconhecimento de

Deus não se opõe de modo algum à dignidade do homem, já que esta dignidade se fundamenta e se aperfeiçoa no próprio Deus". "A Igreja sabe perfeitamente que sua mensagem se coaduna com as aspirações mais íntimas do coração humano."

O AGNOSTICISMO

2127 O agnosticismo se reveste de muitas formas. Em certos casos, o agnóstico se recusa a negar a Deus; ao contrário, postula a existência de um ser transcendente, que não poderia revelar-se e sobre o qual ninguém seria capaz de dizer nada! Em outros casos, o agnóstico não se pronuncia sobre a existência de Deus, declarando que é impossível prová-la e até afirmá-la ou negá-la.

2128 O agnosticismo pode, às vezes, conter certa busca de Deus, mas pode igualmente representar um indiferentismo, uma fuga da pergunta última sobre a existência e uma preguiça da consciência moral. Com muita freqüência o agnosticismo equivale a um ateísmo prático.

IV. "Não Farás Para Ti Imagem Esculpida De Nada..."

2129 O mandamento divino incluía a proibição de toda representação de Deus por mão do homem. O Deuteronomio explica: "Uma vez que nenhuma forma vistes no dia em que Senhor vos falou no Horeb, do meio do fogo, não vos pervertais, fazendo para vós uma imagem esculpida em forma de ídolo..." (Dt 4,15-16). Eis aí o Deus absolutamente transcendente que se revelou a Israel. "Ele é tudo", mas, ao mesmo tempo, ele está "acima de todas as suas obras" (Eclo 43,27-28). Ele é "a própria fonte de toda beleza criada" (Sb 1 3,3).

2130 No entanto, desde o Antigo Testamento, Deus ordenou ou permitiu a instituição de imagens que conduziram simbolicamente à salvação por meio do Verbo encarnado, como são **Serpente de Bronze**, **a Arca da Aliança** e os **Querubins**.

2131 Foi fundamentando-se no mistério do Verbo encarnado que (sétimo Concílio ecumênico, em Nicéia (em 787), justificou, contra os iconoclastas, o culto dos ícones: os de Cristo, mas também os da Mãe de Deus, dos anjos e de todos os santos. Ao se encarnar, o Filho de Deus inaugurou uma nova "economia" das imagens.

2132 O culto cristão das imagens não é contrário ao primeiro mandamento, que proíbe os ídolos. De fato, "a honra prestada a uma imagem se dirige ao modelo Original, e "quem venera uma imagem venera a pessoa que nela está pintada. A honra prestada às santas imagens é uma "veneração respeitosa", e não uma adoração, que só compete a Deus:

O culto da religião não se dirige às imagens em si como realidades, mas as considera em seu aspecto próprio de imagens que nos conduzem ao Deus encarnado. Ora, o movimento que se dirige à imagem enquanto tal não termina nela, mas tende para a realidade da qual é imagem.

RESUMINDO

2133 "Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças" (Dt 6,5).

2134 O primeiro mandamento convida o homem a crer em Deus, a esperar nele e a amá-lo acima de tudo.

2135 "Adorarás o Senhor teu Deus" (Mt 4,10). Adorar a Deus, orar a Ele, oferecer-lhe o culto que lhe é devido, cumprir as promessas e os votos que foram feitos a Ele são os atos da virtude de religião que nascem da obediência ao primeiro mandamento.

2136 O dever de prestar um culto autêntico a Deus incumbe ao homem, tanto individualmente como em sociedade.

2137 O homem deve "poder professar livremente a religião, tanto em particular como em público. "

2138 A superstição é um desvio do culto que rendemos ao verdadeiro Deus. Ela se mostra particularmente na idolatria, assim como nas diferentes formas de adivinhação e de magia.

2139 A ação de tentar a Deus, em palavras ou em atos, o sacrilégio, a simonia são pecados de irreligião proibidos pelo primeiro mandamento.

2140 Enquanto rejeita ou recusa a existência de Deus, o ateísmo é um pecado contra o primeiro mandamento.

2141 O culto às imagens sagradas está fundamentado no mistério da encarnação do Verbo de Deus. Não contraria o primeiro mandamento.

TERCEIRA PARTE - A VIDA EM CRISTO

ARTIGO 2

O SEGUNDO MANDAMENTO

Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão (Ex 20,7).

Foi dito aos antigos: "Não perjurarás"... Eu, porém, vos digo não jureis em hipótese alguma (Mt 5,33-34).

I. O nome do Senhor é santo

2142 "Não pronunciarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão" (Ex 20,7). O segundo mandamento pertence, como o primeiro ao âmbito da virtude da religião e regula mais particularmente o uso que fazemos da palavra nas coisas santas.

2143 Entre todas as palavras da revelação há uma, singular, que é a revelação do nome de Deus. Deus confia seu nome àqueles que crêem nele; revela-se-lhes em seu mistério pessoal. O dom do nome pertence à ordem da confiança e da intimidade. "O nome do Senhor é santo." Eis por que o homem não pode abusar dele. Deve guardá-lo na memória num silêncio de adoração amorosa. Não fará uso dele a não ser para bendizê-lo, louvá-lo e glorificá-lo.

2144 A deferência para com o nome de Deus exprime o respeito que é devido ao mistério do próprio Deus e a toda a realidade sagrada que ele evoca. O sentido do sagrado faz parte do âmbito da religião:

Os sentimentos de temor e do sagrado são ou não sentimentos cristãos? Ninguém pode em sã razão duvidar disso. São sentimentos que teríamos, em grau intenso, se tivéssemos a visão do Deus soberano. São sentimentos que teríamos se nos apercebêssemos claramente de sua presença. Na medida em que cremos que Ele está presente, devemos tê-los. Não tê-los é não perceber, não crer que Ele está presente.

2145 O fiel deve testemunhar o nome do Senhor, confessando sua fé sem ceder ao medo. O ato da pregação e o ato da catequese devem estar penetrados de adoração e de respeito pelo nome de Nosso Senhor, Jesus Cristo.

2146 O segundo mandamento proíbe o abuso do nome de Deus, isto é, todo uso inconveniente do nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e de todos os santos.

2147 As promessas feitas a outrem em nome de Deus empenham a honra, a fidelidade, a veracidade e a autoridade divinas. Devem, pois, em justiça, ser respeitadas. Ser-lhes infiel é abusar do nome de Deus e, de certo modo, fazer de Deus um mentiroso.

2148 A blasfêmia opõe-se diretamente ao segundo mandamento. Ela consiste em proferir contra Deus interior ou exteriormente - palavras de ódio, de ofensa, de desafio, em falar mal de Deus, faltar-lhe deliberadamente com o respeito ao abusar do nome de Deus. São Tiago reprova "os que blasfemam contra o nome sublime (de Jesus) que foi invocado sobre eles" (Tg 2,7). A proibição da blasfêmia se estende às palavras contra a Igreja de Cristo, os santos, as coisas sagradas. É também blasfemo recorrer ao nome de Deus para encobrir práticas criminosas, reduzir povos à servidão, torturar ou matar. O abuso do nome de Deus para cometer um crime provoca a rejeição da religião.

A blasfêmia é contrária ao respeito devido a Deus e a seu santo nome. E em si um pecado grave.

2149 As pragas, que fazem intervir o nome de Deus, sem intenção de blasfêmia, são uma falta de respeito para com o Senhor.

O segundo mandamento proíbe também o uso mágico do nome divino.

O nome de Deus é grande lá onde for pronunciado com o respeito devido à sua grandeza e à sua majestade. O nome de Deus é santo lá onde for proferido com veneração e com temor de ofendê-lo.

II. O NOME DO SENHOR PRONUNCIADO EM VÃO

2150 O segundo mandamento proíbe o juramento falso. Fazer juramento ou jurar é invocar a Deus como testemunha do que se afirma. E invocar a veracidade divina como garantia de nossa própria veracidade. O juramento empenha o nome do Senhor. "E ao Senhor teu Deus que temerás, a Ele servirás e pelo seu nome jurarás" (Dt 6,13).

2151 Abster-se de jurar falsamente é um dever para com Deus. Como Criador e Senhor, Deus é a regra de toda verdade. A palavra humana está de acordo com Deus ou em oposição a Ele, que é a própria verdade. Quando é verídico e legítimo, o juramento põe à luz a relação da palavra humana com a verdade de Deus. O juramento falso invoca Deus para ser testemunha de uma mentira.

2152 E perjuro aquele que, sob juramento, faz uma promessa que não tem intenção de manter ou que, depois de ter prometido algo sob juramento, não o cumpre. O perjúrio constitui uma grave falta de respeito para com o Senhor de toda palavra. Comprometer-se por juramento a praticar uma obra má contrário à santidade do nome divino.

2153 Jesus expôs o segundo mandamento no Sermão da Montanha: "Ouvistes o que foi dito aos antigos: 'Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor'. Eu, porém, vos digo: não jureis em hipótese nenhuma... Seja o vosso 'sim', sim, e o vosso 'não', não. O que passa disso vem do Maligno" (Mt 5,33-34.37). Jesus ensina que todo juramento implica uma referência a Deus e que a presença de Deus e de sua verdade deve ser honrada em toda palavra. A discricção em recorrer a Deus na linguagem caminha de mãos dadas com a atenção respeitosa à sua presença, testemunhada ou desprezada, em cada uma de nossas afirmações.

2154 Seguindo S. Paulo, a Tradição da Igreja entendeu que as palavras de Jesus não se opõem ao juramento quando é feito por uma causa grave e justa (por exemplo, perante um tribunal). "O juramento, isto é, a invocação do nome de Deus com testemunha da verdade, não se pode fazer, a não ser na verdade, no discernimento e na justiça."

2155 A santidade do nome divino exige que não se recorra a ele para coisas fúteis e não se preste juramento em circunstâncias suscetíveis de interpretá-lo como uma aprovação do poder que o exigisse injustamente. Quando o juramento é exigido por autoridades civis ilegítimas, pode-se recusá-lo. Deve ser recusado quando é pedido para fins contrários à dignidade das pessoas ou à comunhão da Igreja.

III. O NOME CRISTÃO

2156 O sacramento do Batismo é conferido "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19). No Batismo, o nome do Senhor santifica o homem, e o cristão recebe seu próprio nome na Igreja. Este pode ser o de um santo, isto é, de um discípulo que viveu uma vida de fidelidade exemplar a seu Senhor. O "nome de Batismo" pode também exprimir um mistério cristão ou uma virtude cristã. "Cuidem os pais, os padrinhos e o pároco para que não se imponham nomes alheios ao senso cristão."

2157 O cristão começa seu dia, suas orações e suas ações com o sinal-da-cruz, "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém". O batizado dedica a jornada à glória de Deus e invoca a graça do Salvador, que lhe possibilita agir no Espírito como filho do Pai. O sinal-da-cruz nos fortifica nas tentações e nas dificuldades.

2158 Deus chama a cada um por seu nome. O nome de todo homem é sagrado. O nome é o ícone da pessoa. Exige respeito, em sinal da dignidade de quem o leva.

2159 O nome recebido é um nome eterno. No Reino, o caráter misterioso e único de cada pessoa marcada com o nome de Deus resplandecerá em plena luz. "Ao vencedor... darei uma pedrinha branca na qual está escrito um nome novo, que ninguém conhece, exceto aquele que o recebe" (Ap 2,17). "Tive esta visão: eis que o Cordeiro estava de pé sobre o Monte Sião com os cento e quarenta e quatro mil que traziam escrito sobre a fronte o nome dele e o nome de seu Pai" (Ap 14,1).

RESUMINDO

2160 "Senhor, nosso Deus, quão poderoso é teu nome em toda terra" (Sl 8,11).

2161 O segundo mandamento prescreve respeitar o nome do Senhor. O nome do Senhor é santo.

2162 O segundo mandamento proíbe todo uso inconveniente do nome de Deus. A blasfêmia consiste em usar o nome de Deus, de Jesus Cristo, da Virgem Maria e dos santos de maneira injuriosa.

2163 O juramento falso invoca Deus como testemunha de uma mentira. O perjúrio é uma falta grave contra o Senhor, sempre fiel a suas promessas.

2164 "Não jurar nem pelo Criador, nem pela criatura, se não for com verdade, necessidade e reverência."

2165 No Batismo, o cristão recebe seu nome na Igreja. Os pais, os padrinhos e o pároco cuidarão para que lhe seja dado um nome cristão. O patrocínio de um santo oferece um modelo de caridade e um intercessor seguro.

2166 O cristão começa suas orações e suas ações pelo sinal-da-cruz, "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém"

2167 Deus chama cada um por seu nome.

ARTIGO 3

O TERCEIRO MANDAMENTO

Lembra-te do dia do sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias e farás todas as tuas obras. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor, teu Deus. Não farás nenhum trabalho (Ex 20,8-10). O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado, de modo que o Filho do Homem é senhor até do sábado (Mc 2,27-28).

I. O Dia do Sábado

2168 O terceiro mandamento do Decálogo lembra a santidade do sábado: "O sétimo dia é sábado; repouso absoluto em honra do Senhor" (Ex 31,15).

2169 A propósito dele, a Escritura faz memória da criação: "Porque em seis dias o Senhor fez o céu e a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia. Por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou" (Ex 20,11).

2170 No dia do Senhor, a Escritura revela ainda um memorial da libertação de Israel da escravidão do Egito: "Recorda que foste escravo na terra do Egito e que o Senhor, teu Deus, te fez sair de lá com a mão forte e o braço estendido. E por isso que o Senhor teu Deus te ordenou guardar o dia de sábado" (Dt 5,15).

2171 Deus confiou o sábado a Israel, para que ele pudesse guardá-lo em sinal da aliança inquebrantável[a30] . O sábado é, para o Senhor, santamente reservado ao louvor de Deus, de sua obra de criação e de suas ações salvíficas em favor de Israel.

2172 O agir de Deus é o modelo do agir humano. Se Deus "retomou o fôlego" no sétimo dia (Ex 31,17), também o homem deve "folgar" e deixar que os outros, sobretudo os pobres, "retomem fôlego". O sábado faz cessar os trabalhos cotidianos e concede uma pausa. É um dia de protesto contra as escravidões do trabalho e o culto do dinheiro.

2173 O Evangelho relata numerosos incidentes em que Jesus é acusado de violar a lei do sábado. Mas Jesus nunca profana a santidade desse dia[a35] . Dá-nos com autoridade sua autêntica interpretação: "O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado" (Mc 2,27). Movido por compaixão, Cristo se permite, no "dia de sábado, fazer o bem de preferência ao mal, salvar uma vida de preferência a matar. O sábado é o dia do Senhor das misericórdias e da honra de Deus. "O Filho do Homem é senhor até do sábado" (Mc 2,28).

II. O Dia do Senhor

Este é o dia que o Senhor fez, exultemos e alegremo-nos nele (Sl 117,24).

O DIA DA RESSURREIÇÃO: A NOVA CRIAÇÃO

2174 Jesus ressuscitou dentre os mortos "no primeiro dia da semana" (Mc 16,2[a39]). Enquanto "primeiro dia", o dia da Ressurreição de Cristo lembra a primeira criação. Enquanto "oitavo dia", que segue ao sábado, significa a nova criação inaugurada com a Ressurreição de Cristo. Para os cristãos, ele se tomou o primeiro de todos os dias, a primeira de todas as festas, o dia do Senhor ("Hé kyriaké hemera", "dies dominica"), o "domingo":

Reunimo-nos todos no dia do sol, porque é o primeiro dia (após sábado dos judeus, mas também o primeiro dia) em que Deus extraíndo a matéria das trevas, criou o mundo e, nesse mesmo dia Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dentre os mortos] .

O DOMINGO - PLENITUDE DO SÁBADO

2175 O domingo se distingue expressamente do sábado, ao qual sucede cronologicamente, a cada semana, e cuja prescrição espiritual substitui, para os cristãos. Leva à plenitude, na Páscoa de Cristo, a verdade espiritual do sábado judeu e anuncia o repouso eterno do homem em Deus. Pois o culto da lei preparava o mistério de Cristo e o que nele se praticava prefigurava, de alguma forma, algum aspecto de Cristo:

Aqueles que viviam segundo a ordem antiga das coisas volta-ram-se para a nova esperança não mais observando o sábado, mas sim o dia do Senhor, no qual a nossa vida é abençoada por Ele e por sua morte.

2176 A celebração do domingo observa a prescrição moral naturalmente inscrita no coração do homem de "prestar a Deus um culto exterior, visível, público e regular sob o signo de seu benefício universal para com os homens". O culto dominical cumpre o preceito moral da Antiga Aliança, cujo ritmo e espírito retoma ao celebrar cada semana o Criador e o Redentor de seu povo.

A EUCARISTIA DOMINICAL

2177 A celebração dominical do Dia e da Eucaristia do Senhor está no coração da vida da Igreja. "O domingo, dia em que por tradição apostólica se celebra o Mistério Pascal, deve ser guardado em toda a Igreja como dia de festa de preceito por excelência."

"Devem ser guardados igualmente o dia do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Epifania, da Ascensão e do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo, de Santa Maria, Mãe de Deus, de sua Imaculada Conceição e Assunção, de São José, dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo e, por fim, de Todos os Santos.

2178 Esta prática da assembléia cristã data dos inícios da era apostólica[a50] . A Epístola aos Hebreus lembra: "Não deixemos as nossas assembléias, como alguns costumam fazer. Procure-mos animar-nos sempre mais" (Hb 10,25).

A Tradição guarda a lembrança de uma exortação sempre atual: "Vir cedo à Igreja, aproximar-se do Senhor e confessar seus pecados, arrepender-se na oração...Participar da santa e divina liturgia terminar a oração e não sair antes da despedida... Dissemos muitas vezes: este dia vos é dado para a oração e o repouso. E o dia que o Senhor fez. Exultemos e alegremo-nos nele[a51] "

2179 "Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída de maneira estável na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco, como a seu pastor próprio, sob autoridade do bispo diocesano." E o lugar onde todos os fiéis podem ser congregados pela celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo cristão na expressão ordinária da vida litúrgica, reúne-o nesta celebração, ensina a doutrina salvífica de Cristo, pratica a caridade do Senhor nas obras boas e fraternas.

Não podes rezar em casa como na Igreja, onde se encontra o povo reunido, onde o grito é lançado a Deus de um só coração. Há ali algo mais, a união dos espíritos, a harmonia das almas o vínculo da caridade, as orações dos presbíteros.

A OBRIGAÇÃO DO DOMINGO

2180 O mandamento da Igreja determina e especifica a lei do Senhor: "Aos domingos e nos outros dias de festa de preceito, os fiéis têm a obrigação de participar da missa". "Satisfaz ao preceito de participar da missa quem assiste à missa celebrada segundo o rito católico no próprio dia de festa ou à tarde do dia anterior.

2181 A Eucaristia do domingo fundamenta e sanciona toda a prática cristã. Por isso os fiéis são obrigados a participar da Eucaristia nos dias de preceito, a não ser por motivos muito sérios (por exemplo, uma doença, cuidado com bebês) ou se forem dispensados pelo próprio pastor[a59] . Aqueles que deliberadamente faltam a esta obrigação cometem pecado grave.

2182 A participação na celebração comunitária da Eucaristia dominical é um testemunho de pertença e de fidelidade a Cristo e à sua Igreja. Assim, os fiéis atestam sua comunhão na fé e na caridade. Dão simultaneamente testemunho da santidade de Deus e de sua esperança na salvação, reconfortando-se mutua-mente sob a moção do Espírito Santo.

2183 "Por falta de ministro sagrado ou por outra causa grave, se a participação na celebração eucarística se tornar impossível, recomenda-se vivamente que os fiéis participem da liturgia da Palavra, se houver, na igreja paroquial ou em outro lugar sagrado, celebrada segundo as prescrições do Bispo diocesano, ou então se dediquem à oração durante um tempo conveniente, a sós ou em família, ou em grupos de famílias, de acordo com a oportunidade."

DIA DE GRAÇA E DE INTERRUPÇÃO DO TRABALHO

2184 Como Deus "descansou no sétimo dia, depois de toda a obra que fizera" (Gn 2,2), a vida humana é ritmada pelo trabalho e pelo repouso. A instituição do dia do Senhor contribui para que todos desfrutem do tempo de repouso e de lazer suficiente que lhes permita cultivar sua vida familiar, cultural, social e religiosa.

2185 Durante o domingo e os outros dias de festa de preceito, os fiéis se absterão de se entregar aos trabalhos ou atividades que impedem o culto devido a Deus, a alegria própria ao dia do Senhor, a prática das obras de misericórdia e o descanso conveniente do espírito e do corpo[a65] . As necessidades familiares ou uma grande utilidade social são motivos legítimos para dispensa do preceito do repouso dominical. Os fiéis cuidarão para que dispensas legítimas não acabem introduzindo hábitos prejudiciais à religião, à vida familiar e à saúde.

O amor da verdade busca o santo ócio, a necessidade do amor acolhe o trabalho justo.

2186 Os cristãos que dispõem de lazer devem lembrar-se de seus irmãos que têm as mesmas necessidades e os mesmos direitos mas não podem repousar por causa da pobreza e da miséria. O domingo é tradicionalmente consagrado pela piedade cristã às boas obras e aos humildes serviços de que carecem os doentes, os enfermos, os idosos. Os cristãos santificarão ainda o domingo dispensando à sua família e aos parentes o tempo e a atenção que dificilmente podem dispensar nos outros dias da semana. O domingo é um tempo de reflexão, de silêncio, de cultura e de meditação, que favorecem o crescimento da vida interior cristã.

2187 Santificar os domingos e dias de festa exige um esforço comum. Cada cristão deve evitar impor sem necessidades a outrem o que o impediria de guardar o dia do Senhor. Quando os costumes (esporte, restaurantes etc.) e as necessidades sociais (serviços públicos etc.) exigem de alguns um trabalho dominical, cada um assuma a responsabilidade de encontrar um tempo suficiente de lazer. Os fiéis cuidarão, com temperança e caridade, de evitar os excessos e violências causadas às vezes pelas diversões de massa. Apesar das limitações econômicas, os poderes públicos cuidarão de assegurar aos cidadãos um tempo destinado ao repouso e ao culto divino. Os patrões têm uma obrigação análoga com respeito a seus empregados.

2188 Dentro do respeito à liberdade religiosa e ao bem comum de todos, os cristãos precisam envidar esforços no sentido de que os domingos e dias de festa da Igreja sejam feriados legais. A todos têm de dar um exemplo público de oração, de respeito e de alegria e defender suas tradições como uma contribuição preciosa para a vida espiritual da sociedade humana. Se a legislação do país ou outras razões obrigarem a trabalhar no domingo, que, apesar disso este dia seja vivido como o dia de nossa libertação, que nos faz participar desta "reunião de festa", desta "assembléia dos primogênitos cujos nomes estão inscritos nos céus" (Hb 12,22-23).

RESUMINDO

2189 "Guardarás o dia de sábado para santificá-lo" (Dt 5,12). "No sétimo dia se fará repouso absoluto em honra do Senhor" (Ex 31,15).

2190 O sábado, que representava o término da primeira criação, é substituído pelo domingo, que lembra a criação nova, inaugurada com a Ressurreição de Cristo.

2191 A Igreja celebra o dia da Ressurreição de Cristo no oitavo dia, que é corretamente chamado dia do Senhor, ou domingo.

2192 "O domingo (...) deve ser guardado em toda a Igreja como o dia de festa de preceito por excelência." "No domingo e em outros dias de festa de preceito, os fiéis têm a obrigação de participar da missa."

2193 "No domingo e nos outros dias de festa de preceito, os fiéis se absterão das atividades e negócios que impeçam o culto a ser prestado a Deus, a alegria própria do dia do Senhor e o devido descanso da mente e do corpo."

2194 A instituição do domingo contribui para que "todos tenham tempo de repouso e de lazer suficiente para lhes permitir cultivar sua vida familiar, cultural, social e religiosa.

2195 Todo cristão deve evitar impor sem necessidade aos outros aquilo que os impediria de guardar o dia do Senhor.

CAPÍTULO II

"AMARÁS O PRÓXIMO COMO A TI MESMO"

Jesus disse a seus discípulos: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 13,34).

2196 Em resposta à pergunta feita acerca do primeiro dos mandamentos, Jesus diz: "O primeiro é: 'Ouve, ó Israel: o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor, teu Deus, de

todo o teu coração, de toda a tua alma, com todo o teu espírito, e com toda a tua força'. O segundo é este: 'Amarás O teu próximo como a ti mesmo'. Não existe outro manda-mento maior do que estes" (Mc 12,29-31).

O apóstolo S. Paulo o recorda: "Quem ama o outro cumpriu a lei. De fato, os preceitos 'não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás' e todos os Outros se resumem nesta sentença: amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto a caridade é a plenitude da lei" (Rm 13,8-10).

ARTIGO 4

O QUARTO MANDAMENTO

Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias terra que o Senhor, teu Deus, te dá (Ex 20,12).

Era-lhes submisso (Lc 2,51).

O próprio Senhor Jesus recorda a força desse "mandamento de Deus" O Apóstolo ensina: "Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor, pois isso é justo. 'Honra teu pai e tua mãe' é primeiro mandamento com promessas: 'para seres feliz e teres uma longa vida sobre a terra'" (Ef 6,1-3).

2197 O quarto mandamento encabeça a segunda tábua. Indica ordem da caridade. Deus quis que, depois dele mesmo, honrássemos nossos pais, a quem devemos a vida e que nos transmitiram o conhecimento de Deus. Devemos honrar e respeitar todos aqueles que Deus, para o nosso bem, revestiu de sua autoridade.

2198 Esse preceito está expresso sob a forma positiva de deveres a cumprir. Anuncia os mandamentos que seguem e que se referem a um respeito particular pela vida, pelo casamento, pelos bens terrestres, pela palavra dada. Constitui um dos fundamentos da doutrina social da Igreja.

2199 O quarto mandamento dirige-se expressamente aos filhos em suas relações com seu pai e sua mãe, porque esta relação é a mais universal. Diz respeito também as relações de parentesco com Os membros do grupo familiar. Manda prestar honra, afeição e reconhecimento aos avós e aos antepassados. Estende-se, enfim, aos deveres dos alunos para com seu professor, dos empregados para com seus patrões, dos subordinados para com seus chefes, dos cidadãos para com sua pátria e para com os que a administram ou a governam.

Este mandamento implica e subentende os deveres dos pais, tutores, professores, chefes, magistrados, governantes, de todos os que exercem uma autoridade sobre outros ou sobre uma comunidade.

2200 A observância do quarto mandamento acarreta sua recompensa: "Honra teu pai e tua mãe para teres uma longa vida na terra, que o Senhor Deus te dá" (Ex 20,12). O respeito a esse mandamento alcança, juntamente com os frutos espirituais, frutos temporais de paz e de prosperidade. Ao contrário, a não observância desse mandamento acarreta grandes danos para as comunidades e para as pessoas.

I. A FAMÍLIA NO PLANO DE DEUS

NATUREZA DA FAMÍLIA

2201 A comunidade conjugal está fundada no consentimento dos esposos. O casamento e a família estão ordenados para o bem dos esposos, a procriação e a educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos instituem entre os membros de uma mesma família relações pessoais e responsabilidades primordiais.

2202 Um homem e uma mulher unidos em casamento formam com seus filhos uma família. Esta disposição precede todo reconhecimento por parte da autoridade pública; impõe-

se a ela (isto é, não depende da autoridade civil para se constituir) e deve ser considerada como a referência normal, em função da qual devem ser avaliadas as diversas formas de parentesco.

2203 Ao criar o homem e a mulher, Deus instituiu a família humana e dotou-a de sua constituição fundamental. Seus membros são pessoas iguais em dignidade. Para o bem comum de seus membros e da sociedade, a família implica uma diversidade de responsabilidades, de direitos e de deveres.

A FAMÍLIA CRISTÃ

2204 "Uma revelação e atuação específica da comunhão eclesial é constituída pela família cristã, que também, por isso, se pode e deve chamar igreja doméstica." E uma comunidade de fé, de esperança e de caridade; na Igreja ela tem uma importância singular, como se vê no Novo Testamento.

2205 A família cristã é uma comunhão de pessoas, vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai. Ela é chamada a partilhar da oração e do sacrifício de Cristo. A oração cotidiana e a leitura da Palavra de Deus fortificam nela a caridade. A família cristã é evangelizadora e missionária.

2206 As relações dentro da família acarretam uma afinidade de sentimentos, de afetos e de interesses, afinidade essa que provém sobretudo do respeito mútuo entre as pessoas. A família é uma comunidade privilegiada, chamada a realizar "uma carinhosa abertura recíproca de alma entre os cônjuges e também uma atenta cooperação dos pais na educação dos filhos[a16]".

II. A FAMÍLIA E A SOCIEDADE

2207 A família é a célula originária da vida social. E a sociedade natural na qual o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e a vida de relações dentro dela constituem os fundamentos da liberdade, da segurança e da fraternidade no conjunto social. A família é a comunidade na qual, desde a infância se podem assimilar os valores morais, tais como honrar a Deus e usar corretamente a liberdade. A vida em família é iniciação para a vida em sociedade.

2208 A família deve viver de maneira que seus membros aprendam a cuidar e a responsabilizar-se pelos jovens e pelos velhos pelos doentes ou deficientes e pelos pobres. São numerosas as famílias que, em certos momentos, não são capazes de proporcionar essa ajuda. Cabe então a outras pessoas, a outras famílias e, subsidiariamente, à sociedade prover às suas necessidades: "A religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso Pai, consiste nisto: visitar os órfãos e as viúvas em suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo" (Tg 1,27).

2209 A família deve ser ajudada e defendida pelas medidas sociais apropriadas. Quando as famílias não são capazes de desempenhar suas funções, outros organismos sociais têm o dever de ajudá-las e de apoiar a instituição familiar. De acordo com o princípio da subsidiariedade, as comunidades mais amplas cuidarão de não usurpar seus poderes ou de interferir na vida da família.

2210 A importância da família para a vida e o bem-estar da sociedade acarreta uma responsabilidade particular desta última no apoio e no fortalecimento do casamento e da família. Que o poder civil considere como dever grave "reconhecer e proteger a verdadeira natureza do casamento e da família, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade dos lares".

2211 A comunidade política tem o dever de honrar a família, de assisti-la, de lhe garantir sobretudo:

- ü O direito de se constituir, de ter filhos e de educá-los de
- ü acordo com suas próprias convicções morais e religiosas;
- ü a proteção da estabilidade do vínculo conjugal e da instituição familiar;
- ü a liberdade de professar a própria fé, de transmiti-la, de educar nela os filhos, com os meios e as Instituições necessárias;
- ü o direito à propriedade privada, à liberdade de empreendimento, ao trabalho, à moradia, à emigração;
- ü de acordo com as instituições dos países, o direito à assistência médica, à assistência aos idosos, aos abonos familiares;
- ü a proteção da segurança e da saúde, sobretudo em relação aos perigos, como drogas, pornografia, alcoolismo etc.;
- ü a liberdade de formar associações com outras famílias e, assim, serem representadas junto às autoridades civis.

2212 O quarto mandamento ilumina as outras relações na sociedade. Em nossos irmãos e irmãs vemos os filhos de nossos pais; em nossos primos, os descendentes de nossos avós; em nossos concidadãos, os filhos de nossa pátria; nos batizados, os filhos de nossa mãe, a Igreja; em toda pessoa humana, um filho ou filha daquele que quer ser chamado "nosso Pai". Assim, nossas relações com o nosso próximo são reconhecidas como de ordem pessoal. O próximo não é um "indivíduo" da coletividade humana; ele é "alguém" que, por suas origens conhecidas, merece atenção e respeito individuais.

2213 As comunidades humanas são compostas de pessoas. Seu bom governo não se limita à garantia dos direitos e ao cumprimento dos deveres, assim como à fidelidade aos contratos. Relações justas entre patrões e empregados, governantes e cidadãos supõem o mútuo e natural bem-querer que convém à dignidade das pessoas humanas preocupadas com a justiça e a fraternidade.

III. DEVERES DOS MEMBROS DA FAMÍLIA

DEVERES DOS FILHOS

2214 A paternidade divina é a fonte da paternidade humana; é o fundamento da honra devida aos pais. O respeito dos filhos, menores ou adultos, pelo pai e pela mãe alimenta-se da afeição natural nascida do vínculo que os une e é exigido pelo preceito divino.

2215 O respeito pelos pais (piedade filial) é produto do reconhecimento para com aqueles que, pelo dom da vida, por seu amor e por seu trabalho puseram seus filhos no mundo e permitiram que crescessem em estatura, em sabedoria e graça. "Honra teu pai de todo o coração e não esqueças as dores de tua mãe. Lembra-te que foste gerado por eles. O que lhes darás pelo que te deram?" (Eclo 7,27-28).

2216 O respeito filial se revela pela docilidade e pela obediência verdadeiras. "Meu filho, guarda os preceitos de teu pai, não rejeites a instrução de tua mãe... Quando caminhares, te guiarão; quando descansares, te guardarão; quando despertares, te falarão" (Pr 6,20-22). "Um filho sábio ama a correção do pai, e o zombador não escuta a reprimenda" (Pr 13,1).

2217 Enquanto o filho viver na casa de seus pais, deve obedecer a toda solicitação dos pais que vise ao seu bem ou ao da família. 'Filhos, obedeci em tudo a vossos pais, pois isso é agradável ao Senhor' (Cl 3,20). Os filhos têm ainda de obedecer às prescrições razoáveis de seus educadores e de todos aqueles aos quais os pais os confiaram. Mas, se o filho estiver convicto em consciência de que é moralmente mau obedecer a tal ordem, que não a siga.

Quando crescerem, os filhos continuarão a respeitar seus pais. Antecipar-se-ão aos desejos deles, solicitarão de bom grado seus conselhos e aceitarão suas justas admoestações. A

obediência aos pais cessa com a emancipação dos filhos, mas o respeito, que sempre lhes é devido, não cessará de modo algum, pois (tal respeito) tem sua raiz no temor de Deus, um dos dons do Espírito Santo.

2218 O quarto mandamento lembra aos filhos adultos suas responsabilidades para com os pais. Enquanto puderem, devem dar-lhes ajuda material e moral nos anos da velhice e durante o tempo de doença, de solidão ou de angústia. Jesus lembra este dever de reconhecimento.

O Senhor glorificou o pai nos filhos e fortaleceu a autoridade da mãe sobre a prole. Aquele que respeita o pai obtém o perdão dos pecados; o que honra sua mãe é como quem junta um tesouro. Aquele que respeita o pai encontrará alegria nos filhos e no dia de sua oração será atendido. Aquele que honra o pai viverá muito, e o que obedece ao Senhor alegrará sua mãe (Eclo 3,2-6).

Filho, cuida de teu pai na velhice, não o desgostes em vida. Mesmo se seu entendimento faltar, sê indulgente com ele, não o menosprezes, tu que estás em pleno vigor... E como um blasfemador aquele que despreza seu pai, e um amaldiçoado pelo Senhor aquele que irrita sua mãe (Eclo 3,12.16).

2219 O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar e diz respeito também às relações entre irmãos e irmãs. O respeito aos pais ilumina todo o ambiente familiar. "Coroa dos anciãos são os netos" (Pr 17,6). "Suportai-vos uns aos outros na caridade, em toda humildade, doçura e paciência" (Ef 4,2).

2220 Os cristãos devem uma gratidão especial àqueles de quem receberam o dom da fé, a graça do Batismo e a vida na Igreja. Pode tratar-se dos pais, de outros membros da família, dos avós, dos pastores, dos catequistas, de outros professores ou amigos. "Evoco a lembrança da fé sem hipocrisia que há em ti, a mesma -que habitou primeiramente em tua avó Lóide e em tua mãe Eunice e que, estou convencido, reside também em ti" (2 Tm 1,5).

DEVERES DOS PAIS

2221 A fecundidade do amor conjugal não se reduz só à procriação dos filhos, mas deve se estender à sua educação moral e formação espiritual. "O papel dos pais na educação é tão importante que é quase impossível substituí-los." O direito e o dever de educação são primordiais e inalienáveis para os pais.

2222 Os pais devem considerar seus filhos como filhos de Deus e respeitá-los como pessoas humanas. Educar os filhos no cumprimento da Lei de Deus, mostrando-se eles mesmos obedientes à vontade do Pai dos Céus.

2223 Os pais são os primeiros responsáveis pela educação de seus filhos. Dão testemunho desta responsabilidade em primeiro lugar pela criação de um lar no qual a ternura, o perdão, o respeito, a fidelidade e o serviço desinteressado são a regra. O lar é um lugar apropriado para a educação das virtudes. Esta requer a aprendizagem da abnegação, de um reto juízo, do domínio de si, condições de toda liberdade verdadeira. Os pais ensinarão os filhos a subordinar "as dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais." Dar bom exemplo aos filhos é uma grave responsabilidade para os pais. Sabendo reconhecer diante deles seus próprios defeitos, ser-lhes-á mais fácil guiá-los e corrigi-los:

"Aquele que ama o filho usará com freqüência o chicote; aquele que educa seu filho terá motivo de satisfação" (Eclo 30,1-2). "E vós, pais, não deis a vossos filhos motivo de revolta contra vós, mas criai-os na disciplina e correção do Senhor" (Ef 6,4).

2224 O lar constitui um ambiente natural para a iniciação do ser humano na solidariedade e nas responsabilidades comunitárias. Os pais ensinarão os filhos a se precaverem dos comprometimentos e das desordens que ameaçam as sociedades humanas.

2225 Pela graça do sacramento do matrimônio, os pais recebem a responsabilidade e o privilégio de evangelizar os filhos. Por isso os iniciarão desde tenra idade nos mistérios da fé, da qual são para os filhos os "primeiros arautos". Associá-los-ão desde a primeira infância à vida da Igreja. A experiência da vida em família pode alimentar as disposições afetivas que por toda a vida constituirão autênticos preâmbulos e apoios de uma fé viva.

2226 A educação para a fé por parte dos pais deve começar desde a mais tenra infância. Ocorre já quando os membros da família se ajudam a crescer na fé pelo testemunho de uma vida cristã de acordo com o Evangelho. A catequese familiar precede, acompanha e enriquece as outras formas de ensinamento da fé. Os pais têm a missão de ensinar os filhos a orar e a descobrir sua vocação de filhos de Deus. A paróquia é a comunidade eucarística e o centro da vida litúrgica das famílias cristãs; ela é um lugar privilegiado da catequese dos filhos e dos pais.

2227 Os filhos, por sua vez, contribuem para o crescimento de seus pais em santidade[a44] . Todos e cada um se darão generosamente e sem se cansar o perdão mútuo exigido pelas ofensas, pelas rixas, pelas injustiças e pelos abandonos. Sugere-o a mútua afeição. Exige-o a caridade de Cristo.

2228 Durante a infância, O respeito e a afeição dos pais se traduzem inicialmente pelo cuidado e pela atenção que dedicam em educar seus filhos, em prover suas necessidades físicas e espirituais. Na fase de crescimento, o mesmo respeito e a mesma dedicação levam os pais a educá-los no reto uso da razão e da liberdade.

2229 Como primeiros responsáveis pela educação dos filhos, os pais têm o direito de escolher para eles uma escola que corresponda as suas próprias convicções. Este direito é fundamental. Os pais têm, enquanto possível, o dever de escolher as escolas que melhor possam ajudá-los em sua tarefa de educadores cristãos. Os poderes públicos têm o dever de garantir esse direito dos pais e de assegurar as condições reais de seu exercício.

2230 Quando se tornam adultos, os filhos têm o dever e o direito de escolher sua profissão e seu estado de vida. Assumirão essas novas responsabilidades na relação confiante com os pais, cujas opiniões e conselhos pedirão e receberão de boa vontade. Os pais cuidarão de não constranger seus filhos nem na escolha de uma profissão nem na de um consorte. Este dever de discricção não os impede, muito ao contrário, de ajudá-los com conselhos prudentes, particularmente quando estes têm em vista constituir uma família.

2231 Alguns não se casam, para cuidar dos pais ou dos irmãos e irmãs, para se dedicar mais exclusivamente a uma profissão ou por outros motivos louváveis. Podem contribuir muito para o bem da família humana.

IV. A FAMÍLIA E O REINO

2232 Embora os vínculos familiares sejam importantes, não são absolutos. Da mesma forma que a criança cresce para sua maturidade e autonomia humanas e espirituais, assim também sua vocação singular, que vem de Deus, se consolida com mais clareza e força. Os pais respeitarão este chamamento e favorecerão a resposta dos filhos em segui-lo. É preciso convencer-se de que a primeira vocação do cristão é a de seguir Jesus. "Aquele que ama pai ou mãe mais do que a mim não é digno de mim. E aquele que ama filho ou filha mais do que a mim não é digno de mim" (Mt 10,37).

2233 Tornar-se discípulo de Jesus é aceitar o convite de pertencer à família de Deus, de viver conforme a sua maneira de viver: "Aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos Céus, esse é meu irmão, irmã e mãe" (Mt 12,50).

Os pais aceitarão e respeitarão com alegria e ação de graças o chamamento do Senhor a um de seus filhos de segui-lo na virgindade pelo Reino, na vida consagrada ou no ministério sacerdotal.

V. AS AUTORIDADES NA SOCIEDADE CIVIL

2234 O quarto mandamento ordena também que honremos todos aqueles que, para nosso bem, receberam de Deus uma autoridade na sociedade. Este mandamento ilumina os deveres daqueles que exercem a autoridade, bem como os daqueles que por esta são beneficiados.

DEVERES DAS AUTORIDADES CIVIS

2235 Aqueles que são investidos de autoridade devem exercê-la como um serviço. "Aquele que quiser tornar-se grande entre vós, seja aquele que serve" (Mt 20,26). O exercício de uma autoridade é moralmente limitado por sua origem divina, por sua natureza racional e por seu objeto específico. Ninguém pode mandar ou instituir o que é contrário à dignidade das pessoas e à lei natural.

2236 O exercício da autoridade visa tornar manifesta uma justa hierarquia de valores, a fim de facilitar o exercício da liberdade e da responsabilidade de todos. Que os superiores exerçam a justiça distributiva com sabedoria, levando em conta as necessidades e a contribuição de cada um e tendo em vista a concórdia e a paz. Zelem para que as regras e disposições que tomarem não induzam em tentação, opondo o interesse pessoal ao da comunidade.

2237 Os poderes políticos devem respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana. Exercerão humanamente a justiça no respeito pelo direito de cada um, principalmente das famílias e dos deserdados.

Os direitos políticos ligados à cidadania podem e devem ser concedidos segundo as exigências do bem comum. Não podem ser suspensos pelos poderes públicos sem motivo legítimo e proporcionado. O exercício dos direitos políticos destinado ao bem comum da nação e da comunidade humana.

DEVERES DOS CIDADÃOS

2238 Aqueles que estão sujeitos à autoridade considerarão seus superiores como representantes de Deus, que os instituiu ministros de seus dons: "Sujeitai-vos a toda instituição humana por causa do Senhor... Comportai-vos como homens livres não usando a liberdade como cobertura para o mal, mas como servos de Deus" (1 Pd 2,13.16). A leal colaboração dos cidadãos inclui o direito, e às vezes o dever, de apresentar suas justas reclamações contra o que lhes parece prejudicial à dignidade das pessoas e ao bem da comunidade.

2239 É dever dos cidadãos colaborar com os poderes civis para o bem da sociedade, num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade. O amor e o serviço à pátria derivam do dever de gratidão e da ordem de caridade. A submissão às autoridades legítimas e o serviço do bem comum exigem que os cidadãos cumpram seu papel na vida da comunidade política.

2240 A submissão à autoridade e a co-responsabilidade pelo bem comum exigem moralmente o pagamento de impostos, o exercício do direito de voto, a defesa do país:

Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto a quem é devido; a taxa a quem é devida; a reverência a quem é devida; a honra a quem é devida (Rm 13,7).

Os cristãos residem em sua própria pátria, mas como residentes estrangeiros. Cumprem todos os seus deveres de cidadãos e suportam todas as suas obrigações, mas de tudo desprendidos, como estrangeiros... Obedecem às leis estabelecidas, e sua maneira de viver vai muito além das leis... Tão nobre é o posto que lhes foi por Deus outorgado, que não lhes é permitido desertar.

O Apóstolo nos exorta a fazer orações e ações de graça pelos reis e por todos os que exercem autoridade, "a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda piedade e dignidade" (1 Tm 2,2).

2241 As nações mais favorecidas devem acolher, na medida do possível, o estrangeiro em busca da segurança e dos recursos vitais que não pode encontrar em seu país de origem. Os poderes públicos zelarão pelo respeito do direito natural que põe o hóspede sob a proteção daqueles que o recebem.

Em vista do bem comum de que estão encarregadas, as autoridades políticas podem subordinar o exercício do direito de imigração a diversas condições jurídicas, principalmente com respeito aos deveres dos migrantes para com o país de adoção. O migrante é obrigado a respeitar com gratidão o patrimônio material e espiritual do país que o acolhe, a obedecer às suas leis e a dar sua contribuição financeira.

2242 O cidadão é obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis quando estes preceitos são contrários às exigências da ordem moral, aos direitos fundamentais das pessoas ou aos ensinamentos do Evangelho. A recusa de obediência às autoridades ci-vis, quando suas exigências são contrárias às da reta consciência, funda-se na distinção entre o serviço a Deus e o serviço à comunidade política, "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt 22,21). 'É preciso obedecer antes a Deus que aos homens" (At 5,29):

Se a autoridade pública, exorbitando de sua competência, oprimir os cidadãos, estes não recusem o que é objetivamente exigido pelo bem comum; contudo, é lícito defenderem os seus direitos e os de seus concidadãos contra os abusos do poder, guardados os limites traçados pela lei natural e pela lei evangélica.

2243 A resistência à opressão do poder político não recorrerá legitimamente às armas, salvo se ocorrerem conjuntamente as seguintes condições:

- 1) em caso de violações certas, graves prolongadas dos direitos fundamentais;
- 2) depois de ter esgotado todos os outros recursos;
- 3) sem provocar desordens piores;
- 4) que haja uma esperança fundada de êxito;
- 5) se for impossível prever razoavelmente soluções melhores.

A COMUNIDADE POLÍTICA E A IGREJA

2244 Toda instituição se inspira, ainda que implicitamente, numa visão do homem e de seu destino, da qual deduz os critérios de seus juízos, sua hierarquia de valores, sua linha de conduta. A maior parte das sociedades tem referido suas instituições a um certa preeminência do homem sobre as coisas. Só a religião divinamente revelada reconheceu claramente em Deus, Criador e Redentor, a origem e o destino do homem. A Igreja convida os poderes políticos a referir seu julgamento e suas decisões a esta inspiração da verdade sobre Deus e sobre o homem:

As sociedades que ignoram esta inspiração ou a recusam em nome de sua independência em relação a Deus são levadas a procurar em si mesmas ou a tomar de uma ideologia os seus referenciais e os seus objetivos e, não admitindo que se defenda um critério objetivo do bem e do mal, arrogam a si, sobre o homem e sobre seu destino, um poder totalitário, declarado ou dissimulado, como mostra a história.

2245 A Igreja, que em razão de seu múnus e de sua competência, não se confunde de modo algum com a comunidade política, é ao mesmo tempo sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana. "A Igreja respeita e promove a liberdade política e a responsabilidade dos cidadãos."

2246 Faz parte da missão da Igreja "emitir juízo moral também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas, empregando todos os recursos - e somente estes - que estão de acordo com o Evangelho e com o bem de todos, conforme a diversidade dos tempos e das situações.

RESUMINDO

2247 "Honra teu pai e tua mãe" (Dt 5,16; Mc 7,8).

2248 De acordo com o quarto mandamento, Deus quis que, depois dele, honrássemos nossos pais e os que Ele, para nosso bem, investiu de autoridade.

2249 A comunidade conjugal está fundada na aliança e no consentimento dos esposos. O casamento e a família estão ordenados para o bem dos cônjuges, a procriação e a educação dos filhos.

2250 "A salvação da pessoa e da sociedade humana está estreitamente ligada ao bem-estar da comunidade conjugal e familiar."

2251 Os filhos devem a seus pais respeito, gratidão, justa obediência e ajuda. O respeito filial favorece a harmonia de toda a vida familiar.

2252 Os pais são os primeiros responsáveis pela educação de seus filhos na fé, na oração e em todas as virtudes. Têm o dever de prover, na medida do possível, às necessidades físicas e espirituais de seus filhos.

2253 Os pais devem respeitar e favorecer a vocação de seus filhos. Lembrem e ensinem que a primeira vocação do cristão consiste em seguir a Jesus.

2254 A autoridade pública deve respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana e as condições de exercício de sua liberdade.

2255 É dever dos cidadãos trabalhar com os poderes civis para a edificação da sociedade num espírito de verdade, de justiça, de solidariedade e de liberdade.

2256 O cidadão está obrigado em consciência a não seguir as prescrições das autoridades civis, quando contrárias às exigências da ordem moral. "É preciso obedecer antes a Deus que aos homens" (At 5,29).

2257 Toda sociedade baseia seus juízos e sua conduta numa visão do homem e de seu destino. Sem as luzes do Evangelho a respeito de Deus e do homem, as sociedades facilmente se tornam totalitárias.

ARTIGO 5

O QUINTO MANDAMENTO

NÃO MATARÁS (EX 20.13).

Ouvistes o que foi dito aos antigos: "Não matarás. Aquele que matar terá de responder ao tribunal". Eu, porém, vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal (Mt 5,21-22).

2258 "A vida humana é sagrada porque desde sua origem ela encerra a ação criadora de Deus e permanece para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é o dono da vida, do começo ao fim; ninguém, em nenhuma circunstância, pode reivindicar para si o direito de destruir diretamente um ser humano inocente."

I. O RESPEITO À VIDA HUMANA

O TESTEMUNHO DA HISTÓRIA SAGRADA

2259 A Escritura, no relato do assassinato de Abel por seu irmão Caim, revela, desde o começo da história humana, a presença da cólera e da cobiça no homem, conseqüências do pecado original. O homem se tornou inimigo de seu semelhante. Deus expressa a atrocidade deste fratricídio: "Que fizeste? Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar por mim. Agora, és maldito e expulso do solo fértil que abriu a boca para receber de tua mão o sangue de teu irmão" (Gn 4,10-11).

2260 A aliança entre Deus e a humanidade está cheia de lembranças do dom divino da vida humana e da violência assassina do homem:

Pedirei contas do sangue de cada um de vós...Quem derramar o sangue do homem, pelo homem terá seu sangue derramado. Pois à imagem de Deus o homem foi feito (Gn 9,5-6).

O Antigo Testamento sempre considerou o sangue como um sinal sagrado da vida[a5] . A necessidade deste ensinamento é para todos os tempos.

2261 A Escritura determina com precisão a proibição do quinto mandamento: "Não matarás o inocente nem o justo" (Ex 23,7). O assassinato voluntário de um inocente é gravemente contrário à dignidade do ser humano, à regra de ouro e à santidade do Criador. A lei que o proscreeve é universalmente válida, isto é, obriga a todos e a cada um, sempre e em toda parte.

2262 No Sermão da Montanha, o Senhor recorda o preceito: "Não matarás" (Mt 5,21), e acrescenta a proibição da cólera, do ódio e da vingança. Mais ainda, Cristo diz a seu discípulo que ofereça a outra face e ame seus inimigos. Ele mesmo não se defendeu e disse a Pedro que deixasse a espada na bainha.

A LEGÍTIMA DEFESA

2263 A legítima defesa das pessoas e das sociedades não é uma exceção à proibição de matar o inocente, que constitui o homicídio voluntário. "A ação de defender-se pode acarretar um duplo efeito: um é a conservação da própria vida, o outro é a morte do agressor.. Só se quer o primeiro; o outro, não."

2264 O amor a si mesmo permanece um princípio fundamental da moralidade. Portanto, é legítimo fazer respeitar seu próprio direito à vida. Quem defende sua vida não é culpável de homicídio, mesmo se for obrigado a matar o agressor:

Se alguém, para se defender, usar de violência mais do que o necessário, seu ato será ilícito. Mas, se a violência for repelida com medida, será lícito... E não é necessário para a salvação omitir este ato de comedida proteção para evitar matar o outro, porque, antes da de outrem, se está obrigado a cuidar da própria vida.

2265 A legítima defesa pode ser não somente um direito, mas um dever grave, para aquele que é responsável pela vida de outros. Preservar o bem comum da sociedade exige que o agressor seja impossibilitado de prejudicar a outrem. A este título os legítimos detentores da autoridade têm o direito de repelir pelas armas os agressores da comunidade civil pela qual são responsáveis.

2266 Corresponde a uma exigência de tutela do bem comum c esforço do Estado destinado a conter a difusão de comportamentos lesivos aos direitos humanos e às regras fundamentais de convivência civil. A legítima autoridade pública tem o direito e o dever de infligir penas proporcionais à gravidade do delito. A pena tem como primeiro objetivo reparar a desordem introduzida pela culpa, Quando essa pena é voluntariamente aceita pelo culpado tem valor de expiação. Assim, a pena, além de defender a ordem pública c de tutelar a

segurança das pessoas, tem um objetivo medicinal: na medida do possível, deve contribuir à correção do culpado.

2267 O ensino tradicional da Igreja não exclui, depois de com provadas cabalmente a identidade e a responsabilidade de culpado, o recurso à pena de morte, se essa for a única via praticável para defender eficazmente a vida humana contra o agressor injusto.

Se os meios incruentos bastarem para defender as vidas humanas contra o agressor e para proteger a ordem pública e a segurança das pessoas, a autoridade se limitará a esses meios, porque correspondem melhor às condições concretas do bem comum e estão mais conformes à dignidade da pessoa humana.

O HOMICÍDIO VOLUNTÁRIO

2268 O quinto mandamento proscree como gravemente pecaminoso o homicídio direto e voluntário. O assassino e os que cooperam voluntariamente com o assassinato cometem um pecado que clama ao céu por vingança. O infanticídio, o fratricídio, o parricídio e o assassinato do cônjuge são crimes particularmente graves, devido aos laços naturais que rompem. Preocupações de eugenismo ou de higiene pública não podem justificar nenhum assassinato, mesmo a mando dos poderes públicos.

2269 O quinto mandamento proíbe que se faça algo com a intenção de provocar indiretamente a morte de uma pessoa. A lei moral proíbe expor alguém a um risco mortal sem razão grave, bem como recusar ajuda a uma pessoa em perigo.

A aceitação pela sociedade humana de condições de miséria que levem à própria morte sem se esforçar por remediar a situação constitui uma injustiça escandalosa e uma falta grave. Todo aquele que em seus negócios se der a práticas usurárias e mercantis que provoquem a fome e a morte de seus irmãos (homens) comete indiretamente um homicídio, que lhe é imputável.

O homicídio involuntário não é moralmente imputável. Mas não está isento de falta grave quem, sem razões proporcionais, agiu de maneira a provocar a morte, ainda que sem a intenção de causá-la.

O ABORTO

2270 A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecidos os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida.

Antes mesmo de te formares no ventre materno, eu te conheci; antes que saisses do seio, eu te consagrei (Jr 1,5). Meus ossos não te foram escondidos quando eu era feito, em segredo, tecido na terra mais profunda (Sl 139,15).

2271 Desde o século I, a Igreja afirmou a maldade moral de todo aborto provocado. Este ensinamento não mudou. Continua invariável. O aborto direto, quer dizer, querido como um fim ou como um meio, é gravemente contrário à lei moral:

NÃO MATARÁS O EMBRIÃO POR ABORTO E NÃO FARÁS PERECER O RECÉM-NASCIDO.

Deus, senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida, para ser exercido de maneira condigna ao homem. Por isso a vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção. O aborto e o infanticídio são crimes nefandos.

2272 A cooperação formal para um aborto constitui uma falta grave. A Igreja sanciona com uma pena canônica de excomunhão este delito contra a vida humana. "Quem provoca aborto, seguindo-se o efeito, incorre em **excomunhão latae sententiae**" "pelo próprio fato de cometer o delito" e nas condições previstas pelo Direito. Com isso, a Igreja não quer restringir o campo da misericórdia. Manifesta, sim, a gravidade do crime cometido, o prejuízo irreparável causado ao 'inocente morto, a seus pais e a toda a sociedade.

O inalienável direito à vida de todo indivíduo humano inocente é um elemento constitutivo da sociedade civil e de sua legislação:

"Os direitos inalienáveis da pessoa devem ser reconhecidos e respeitados pela sociedade civil e pela autoridade política. Os direitos do homem não dependem nem dos indivíduos, nem dos pais, e também não representam uma concessão da sociedade e do Estado pertencem à natureza humana e são inerentes à pessoa em razão do ato criador do qual esta se origina. Entre estes direitos fundamentais é preciso citar o direito à vida e à integridade física de todo ser humano, desde a concepção até a morte."

2273 "No momento em que uma lei positiva priva uma categoria de seres humanos da proteção que a legislação civil lhes deve dar, o estado nega a igualdade de todos perante a lei. Quando o Estado não coloca sua força a serviço dos direitos de todos os cidadãos, particularmente dos mais fracos, os próprios fundamentos de um estado de direito estão ameaçados... Como consequência do respeito e da proteção que devem ser garantidos à criança desde o momento de sua concepção, a lei deverá prever sanções penais apropriadas para toda violação deliberada dos direitos dela."

Visto que deve ser tratado como uma pessoa desde a concepção, o embrião deverá ser defendido em sua integridade, cuidado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano.

2274 O diagnóstico pré-natal é moralmente lícito "se respeitar a vida e a integridade do embrião e do feto humano, e se está orientado para sua salvaguarda ou sua cura individual... Está gravemente em oposição com a lei moral quando prevê, em função dos resultados, a eventualidade de provocar um aborto. Um diagnóstico não deve ser o equivalente de uma sentença de morte".

"Devem ser consideradas lícitas as intervenções sobre o embrião humano quando respeitam a vida e a integridade do embrião e não acarretam para ele riscos desproporcionados, mas visam à sua cura, à melhora de suas condições de saúde ou à sua sobrevivência individual."

"É imoral produzir embriões humanos destinados a serem explorados como material biológico disponível."

2275 "Certas tentativas de intervenção sobre o patrimônio cromossômico ou genético não são terapêuticas, mas tendem à produção de seres humanos selecionados segundo o sexo ou outras qualidades preestabelecidas. Essas manipulações são contrárias à dignidade pessoal do ser humano, à sua integridade e à sua identidade" única, não reiterável.

A EUTANÁSIA

2276 Aqueles cuja vida está diminuída ou enfraquecida necessitam de um respeito especial. As pessoas doentes ou deficientes devem ser amparadas, para levar uma vida tão normal quanto possível.

2277 Sejam quais forem os motivos e os meios, a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inadmissível.

Assim, uma ação ou uma omissão que, em si ou na intenção, gera a morte a fim de suprimir a dor constitui um assassinato gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e

ao respeito pelo Deus vivo, seu Criador. O erro de juízo no qual se pode ter caído de boa-fé não muda a natureza deste ato assassino, que sempre deve ser condenado e excluído.

2278 A interrupção de procedimentos médicos onerosos, perigosos, extraordinários ou desproporcionais aos resultados esperados pode ser legítima. É a rejeição da "obstinação terapêutica". Não se quer dessa maneira provocar a morte; aceita-se não poder impedi-la. As decisões devem ser tomadas pelo paciente, se tiver a competência e a capacidade para isso; caso contrário, pelos que têm direitos legais, respeitando sempre a vontade razoável e os interesses legítimos do paciente.

2279 Mesmo quando a morte é considerada iminente, os cuidados comumente devidos a uma pessoa doente não podem ser legitimamente interrompidos. O emprego de analgésicos para aliviar os sofrimentos moribundo, ainda que com o risco de abreviar seus dias, pode ser moralmente conforme à dignidade humana se a morte não é desejada, nem como fim nem como meio, mas somente prevista e tolerada como inevitável. Os cuidados paliativos constituem uma forma privilegiada de caridade desinteressada. Por esta razão devem ser encorajados.

O SUICÍDIO

2280 Cada um é responsável por sua vida diante de Deus, que "lha deu e que dela é sempre o único e soberano Senhor. Devemos receber a vida com reconhecimento e preservá-la para honra dele e salvação de nossas almas. Somos os administradores e não os proprietários da vida que Deus nos confiou. Não podemos dispor dela.

2281 O suicídio contradiz a inclinação natural do ser humano a conservar e perpetuar a própria vida. É gravemente contrário ao justo amor de si mesmo. Ofende igualmente ao amor do próximo, porque rompe injustamente os vínculos de solidariedade com as sociedades familiar, nacional e humana, às quais nos ligam muitas obrigações. O suicídio é contrário ao amor do Deus vivo.

2282 Se for cometido com a intenção de servir de exemplo, principalmente para os jovens, o suicídio adquire ainda a gravidade de um escândalo. A cooperação voluntária ao suicídio é contrária à lei moral.

Distúrbios psíquicos graves, a angústia ou o medo grave da provação, do sofrimento ou da tortura podem diminuir a responsabilidade do suicida.

2283 Não se deve desesperar da salvação das pessoas que se mataram. Deus pode, por caminhos que só Ele conhece, dar-lhes ocasião de um arrependimento salutar. A Igreja ora pelas pessoas que atentaram contra a própria vida.

II. O RESPEITO À DIGNIDADE DAS PESSOAS

O RESPEITO À ALMA DO OUTRO: O ESCÂNDALO

2284 O escândalo é a atitude ou o comportamento que leva outrem a praticar o mal. Aquele que escandaliza torna-se o tentador do próximo. Atenta contra a virtude e a retidão; pode arrastar seu irmão à morte espiritual. O escândalo constitui uma falta grave se, por ação ou omissão, conduzir deliberadamente o outro a uma falta grave.

2285 O escândalo se reveste de uma gravidade particular em virtude da autoridade dos que o causam ou da fraqueza dos que o sofrem. Foi o que inspirou a Nosso Senhor a seguinte maldição "Caso alguém escandalize um destes pequeninos, melhor será que lhe pendurem ao pescoço uma pesada mó e seja precipitado nas profundezas do mar" (Mt,18,6). O escândalo é grave quando é dado por aqueles que, por natureza ou por função, devem ensinar e educar os outros. Jesus censura os escribas e os fariseus, comparando-os a lobos disfarçados de cordeiros.

2286 O escândalo pode ser provocado pela lei ou pelas instituições, pela moda ou pela opinião.

Tomam-se, portanto, culpados de escândalo aqueles que instituem leis ou estruturas sociais que levam à degradação dos costumes e à corrupção da vida religiosa ou a "condições sociais que, voluntariamente ou não, tomam difícil e praticamente impossível uma conduta cristã conforme aos mandamentos". O mesmo vale para chefes de empresas que fazem regulamentos que incitam à fraude, para professores que "exasperam" os alunos ou para aqueles que, manipulando a opinião pública, a afastam dos valores morais.

2287 Quem usa os poderes de que dispõe de tal maneira que induzam ao mal torna-se culpado de escândalo e responsável pelo mal que, direta ou indiretamente, favorece. "É inevitável que haja escândalos, mas aí daquele que os causar" (Lc 17,1).

O RESPEITO À SAÚDE

2288 A vida e a saúde física são bens preciosos doados por Deus. Devemos cuidar delas com equilíbrio, levando em conta as necessidades alheias e o bem comum.

O cuidado com a saúde dos cidadãos requer a ajuda da sociedade para obter as condições de vida que permitam crescer e atingir a maturidade: alimento, roupa, moradia, cuidado da saúde, ensino básico, emprego, assistência social.

2289 Se a moral apela para o respeito à vida corporal, não faz desta um valor absoluto, insurgindo-se contra uma concepção neopagã que tende a promover o culto do corpo, a tudo sacrificar-lhe, a idolatrar a perfeição física e o êxito esportivo. Em razão da escolha seletiva que faz entre os fortes e os fracos, tal concepção pode conduzir à perversão das relações humanas.

2290 A virtude da temperança manda evitar toda espécie de exceção, o abuso da comida, do álcool, do fumo e dos medicamentos. Aqueles que, em estado de embriaguez ou por gosto imoderado pela velocidade, põem em risco a segurança alheia e a própria, nas estradas, no mar ou no ar, tomam-se gravemente culpáveis.

2291 O uso da droga causa gravíssimos danos à saúde e à vida humana. Salvo indicações estritamente terapêuticas, constitui falta grave. A produção clandestina e o tráfico de drogas são práticas escandalosas; constituem uma cooperação direta com o mal, pois incitam a práticas gravemente contrárias à lei moral.

O RESPEITO À PESSOA E À PESQUISA CIENTÍFICA

2292 As experiências científicas, médicas ou psicológicas em pessoas ou grupos humanos podem concorrer para a cura dos doentes e para o progresso da saúde pública.

2293 A pesquisa científica de base, como a pesquisa aplicada, constituem uma expressão significativa do domínio do homem sobre a criação. A ciência e a técnica são recursos preciosos postos a serviço do homem e promovem seu desenvolvimento integral em benefício de todos; contudo, não podem indicar sozinhas o sentido da existência e do progresso humano. A ciência e a técnica estão ordenadas para o homem, do qual provêm sua origem e seu crescimento; por-tanto, encontram na pessoa e em seus valores morais a indicação de sua finalidade e a consciência de seus limites.

2294 É ilusório reivindicar a neutralidade moral da pesquisa científica e de suas aplicações. Além disso, os critérios de orientação não podem ser deduzidos nem da simples eficácia técnica nem da utilidade que possa derivar daí para uns em detrimento dos outros, e muito menos das ideologias dominantes. A ciência e a técnica exigem, por seu próprio significado intrínseco, o respeito incondicional dos critérios fundamentais da moralidade; devem estar a serviço da pessoa humana, de seus direitos inalienáveis, de seu bem verdadeiro e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus.

2295 As pesquisas ou experiências no ser humano não podem legitimar atos em si mesmos contrários à dignidade das pessoas e à lei moral. O consentimento eventual dos sujeitos não justifica tais atos. A experiência em seres humanos não é moralmente legítima se fizer a vida ou a integridade física e psíquica do sujeito correrem riscos desproporcionais ou evitáveis. A experiência em seres humanos não atende aos requisitos da dignidade da pessoa se ocorrer sem o consentimento explícito do sujeito ou de seus representantes legais.

2296 O transplante de órgãos é conforme à lei moral se os riscos e os danos físicos e psíquicos a que se expõe o doador são proporcionais ao bem que se busca para o destinatário. A doação de órgãos após a morte é um ato nobre e meritório e merece ser encorajado como manifestação de generosa solidariedade. O transplante de órgãos não é moralmente aceitável se o doador ou seu representante legais não tiverem dado seu expresse consentimento para tal. Além disso, é moralmente inadmissível provocar diretamente mutilação que venha a tornar alguém inválido ou provocar diretamente a morte, mesmo que seja para retardar a morte de outras pessoas.

O RESPEITO À INTEGRIDADE CORPORAL

2297 Os seqüestros e a tomada de reféns fazem reinar o terror e, pela ameaça, exercem pressões intoleráveis sobre as vítimas. São moralmente ilegítimos. O terrorismo ameaça, fere e mata sem discriminação; isso é gravemente contrário à justiça e à caridade. A tortura, que usa de violência física ou moral para arrancar confissões, castigar culpados, amedrontar opositores, satisfazer o ódio, é contrária ao respeito pela pessoa e pela dignidade humana. Fora das indicações médicas de ordem estritamente terapêutica, as amputações, mutilações de esterilizações diretamente voluntárias de pessoas inocentes contrárias à lei moral.

2298 Em tempos passados, práticas cruéis foram comumente utilizadas por governos legítimos para manter a lei e a ordem, muitas vezes sem protesto dos pastores da Igreja, os quais adotaram eles em mesmos, em seus próprios tribunais, prescrições do direito romano sobre a tortura. Ao lado destes fatos lamentáveis, a Igreja sempre ensinou o dever de demência e misericórdia: proibiu aos clérigos derramarem sangue. Em tempos recentes, ficou evidente que essas práticas cruéis não eram nem necessárias para a ordem pública nem estavam de acordo com os direitos legítimos da pessoa humana. Ao contrário, essas práticas conduzem às piores degradações. E preciso trabalhar por sua abolição. E preciso orar pelas vítimas e por seus algozes.

O RESPEITO AOS MORTOS

2299 Deve-se dispensar atenção e cuidado aos moribundos, para ajudá-los a viver seus últimos momentos na dignidade e na paz. Devem também ser ajudados pela oração dos familiares. Estes cuidarão para que os doentes recebam em tempo oportuno os sacramentos que preparam para o encontro com o Deus vivo.

2300 Os corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e caridade, na fé e na esperança da ressurreição. O enterro dos mortos é uma obra de misericórdia corporal que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo.

2301 A autópsia de cadáveres pode ser moralmente admitida por motivos de investigação legal ou de pesquisa científica. A **doação gratuita de órgãos após a morte é legítima e pode ser meritória.**

A **Igreja permite a cremação**, se esta não manifestar uma posição contrária à fé na ressurreição dos corpos.

III. A SALVAGUARDA DA PAZ

A PAZ

2302 Ao lembrar o preceito "Tu não matarás" (Mt 5,21), Nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio. A cólera é um desejo de vingança. "Desejar a vingança para o mal daquele que é preciso punir é ilícito, mas é louvável impor uma reparação "para a correção dos vícios e a conservação da justiça". Se a cólera chega ao desejo deliberado de matar o próximo ou de feri-lo com gravidade, atenta gravemente contra a caridade, constituindo pecado mortal. O Senhor disse: "Todo aquele que se encolerizar contra seu irmão terá de responder no tribunal" (Mt 5,22).

2303 O ódio voluntário é contrário à caridade. O ódio ao próximo é um pecado quando o homem quer deliberadamente seu mal. O ódio ao próximo é um pecado grave quando se lhe deseja deliberadamente um grave dano. "Eu, porém, vos digo: amai vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem; desse modo vos tornareis filhos de vosso Pai que esta nos céus..." (Mt 5 ,44-45).

2304 O respeito e o desenvolvimento da vida humana exigem a paz. A paz não é somente ausência de guerra e não se limita a garantir o equilíbrio das forças adversas. A paz não pode ser obtida na terra sem a salvaguarda dos bens das pessoas, sem a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito pela dignidade das pessoas e dos povos, a prática assídua da fraternidade. E a "tranquilidade da ordem", "obra da justiça" (Is 32,17) e efeito da caridade.

2305 A paz terrestre é imagem e fruto da paz de Cristo, o Príncipe da paz" messiânica (Is 9,5). Pelo sangue de sua cruz, Ele "matou a inimizade na própria carne", reconciliou os homens com Deus e fez de sua Igreja o sacramento da unidade do gênero humano de sua união com Deus. "Ele é a nossa paz" (Ef 2,14). Declara "bem-aventurados os que promovem a paz" (Mt 5,9).

2306 Aqueles que renunciam à ação violenta e para proteger os direitos do homem, recorrem a meios de defesa ao alcance dos mais fracos testemunham a caridade evangélica, contanto que isso seja feito sem lesar os direitos e as obrigações dos outros homens e das sociedades. Atestam legitimamente a gravidade dos riscos físicos e morais do recurso à violência, com seu cortejo de mortes e ruínas.

EVITAR A GUERRA

2307 O quinto mandamento proíbe a destruição voluntária da vida humana. Por causa dos males e das injustiças que toda guerra acarreta, a Igreja insta cada um a orar e agir para que a Bondade divina nos livre da antiga escravidão da guerra.

2308 Cada cidadão e cada governante deve agir de modo a evitar as guerras. Enquanto, porém, "houver perigo de guerra, sem que exista uma autoridade internacional competente e dotada de forças suficientes, e esgotados todos os meios de negociação pacífica, não se poderá negar aos governos o direito de legítima defesa.

2309 É preciso considerar com rigor as condições estritas de uma legítima defesa pela força militar. A gravidade de tal decisão a submete a condições rigorosas de legitimidade moral. É preciso ao mesmo tempo que:

- ü o dano infligido pelo agressor à nação ou à comunidade de nações seja durável, grave e certo;

- ü todos os outros meios de pôr fim a tal dano se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes;

- ü estejam reunidas as condições sérias de êxito;

- ü o emprego das armas não acarrete males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. O poderio dos meios modernos de destruição pesa muito na avaliação desta condição.

Estes são os elementos tradicionais enumerados na chamada doutrina da "guerra justa".

A avaliação dessas condições de legitimidade moral cabe ao juízo prudencial daqueles que estão encarregados do bem comum.

2310 Os poderes públicos tomarão as justas providências com relação ao caso daqueles que se dedicam ao serviço da pátria na vida militar, isto é, estão a serviço da segurança e da liberdade dos povos. Se desempenham corretamente sua tarefa, concorrem verdadeiramente para o bem comum da nação e para manter a paz.

2311 Os poderes públicos devem prever equitativamente o caso daqueles que recusam o emprego das armas por motivos de consciência, mas que continuam obrigados a servir sob outra forma à comunidade humana.

2312 A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. "Quando, por infelicidade, a guerra já se iniciou, nem tudo se torna lícito entre as partes inimigas."

2313 E preciso respeitar e tratar com humanidade os não-combatentes, os soldados feridos e os prisioneiros.

Os atos deliberadamente contrários ao direito dos povos e a seus princípios universais, como as ordens que os determinam, constituem crimes. Uma obediência cega não é suficiente para escusar os que se submetem a esses atos e ordens. Portanto, o extermínio de um povo, de uma nação ou uma de minoria étnica deve ser condenado como pecado mortal. Deve-se moralmente resistir às ordens que impõem um genocídio.

2314 "Qualquer ação bélica que tem em vista a destruição indiscriminadamente nada de cidades inteiras ou de vastas regiões, com seus habitantes, é um crime contra Deus e contra o próprio homem a ser condenado com firmeza e sem hesitações." Um dos riscos da guerra moderna é dar ocasião aos possuidores de armas científicas, principalmente atômicas, biológicas ou químicas, de cometerem tais crimes.

2315 A acumulação de armas parece a muitos uma maneira paradoxal de dissuadir da guerra os eventuais adversários. Vêem nisso o mais eficaz dos meios suscetíveis de garantir a paz entre as nações. Este procedimento de dissuasão impõe severas reservas morais. A corrida aos armamentos não garante a paz. Longe de eliminar as causas da guerra, corre o risco de agravá-las. O dispêndio de riquezas fabulosas na fabricação de novas armas sempre impede de socorrer as populações indigentes e entrava o desenvolvimento dos povos. O superarmamento multiplica as razões de conflitos e aumenta o risco de esses conflitos se multiplicarem.

2316 A produção e o comércio de armas afetam o bem comum das nações e da comunidade internacional. Por isso as autoridades públicas têm o direito e o dever de regulamentá-los. A busca de interesses privados ou coletivos a curto prazo não pode legitimar empreendimentos que fomentem a violência e os conflitos entre as nações e que comprometam a ordem jurídica internacional.

2317 As injustiças, as desigualdades excessivas de ordem econômica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações ameaçam sem cessar a paz e causam as guerras. Tudo o que for feito para vencer essas desordens contribui para edificar a paz e evitar a guerra:

Pecadores que são, os homens vivem em perigo de guerra, e este perigo os ameaçará até a volta de Cristo. Mas, na medida em que, unidos pela caridade, superem o pecado, superarão igualmente as violências, até que se cumpra a palavra: "De suas espadas eles forjarão relhas de arado, e de suas lanças, foices. Uma nação não levantará a espada contra a outra, e já não se adestrarão para a guerra" (Is 2,4).

RESUMINDO

2318 "Deus tem em seu poder a alma de todo ser vivo e o espírito de todo homem carnal" (Jó 12,10).

2319 Toda vida humana, desde o momento da concepção até a morte, é sagrada, porque a pessoa humana foi querida por si mesma à imagem e à semelhança do Deus vivo e santo.

2320 O assassinato de um ser humano é gravemente contrário à dignidade da pessoa e à santidade do Criador.

2321 A proibição de matar não ab-roga o direito de tirar a um opressor injusto a possibilidade de prejudicar. A legítima defesa é um dever grave para quem é responsável pela vida alheia ou pelo bem comum.

2322 Desde a concepção, a criança tem o direito à vida. O aborto direto, isto é, o que se quer como um fim ou como um meio, é uma prática infame", gravemente contrária à lei moral. A Igreja condena com pena canônica de excomunhão este delito contra a vida humana.

2323 Visto que deve ser tratado como uma pessoa desde a sua concepção, o embrião deve ser defendido em sua integridade, cuidado e curado como qualquer outro ser humano.

2324 A eutanásia voluntária, sejam quais forem as formas e os motivos, constitui um assassinato. É gravemente contrária à dignidade da pessoa humana e ao respeito do Deus vivo, seu Criador.

2325 O suicídio é gravemente contrário a Justiça, à esperança e à caridade. É proibido pelo quinto mandamento.

2326 O escândalo constitui uma falta grave quando, por ação ou por omissão, leva deliberadamente o outro a pecar gravemente.

2327 Por causa dos males e injustiças que toda guerra acarreta, devemos fazer tudo o que for razoavelmente possível para evitá-la. A Igreja ora: "Da fome, da peste e da guerra livrai-nos, Senhor".

2328 A Igreja e a razão humana declaram a validade permanente da lei moral durante os conflitos armados. As práticas deliberadamente contrárias ao direito dos povos e a seus princípios universais constituem crimes.

2329 "A corrida armamentista é uma praga extremamente grave da humanidade e lesa os pobres de maneira intolerável.

2330 "Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9).

ARTIGO 6

O SEXTO MANDAMENTO

"NÃO COMETERÁS ADULTÉRIO" (Ex 20. 14[a1])

Ouvistes o que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, vos digo: todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração (Mt 5,27-28).

I. "Homem e mulher os criou..."

2331 "Deus é amor e vive em si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Criando-a à sua imagem... Deus inscreve na humanidade do homem e da mulher a vocação e, assim a capacidade e a responsabilidade do amor e da comunhão."

"Deus criou o homem à sua imagem... homem e mulher ele os criou" (Gn 1,27); "Crescei e multiplicai-vos" (Gn 1,28); "No dia em que Deus criou o homem, Ele o fez à semelhança de Deus. Homem e mulher Ele os criou, abençoou-os e lhes deu o nome 'homem', no dia em que foram criados" (Gn 5,1-2).

2332 A sexualidade afeta todos os aspectos da pessoa humana, em sua unidade de corpo e alma. Diz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar e, de uma maneira mais geral, à aptidão a criar vínculos de comunhão com os outros.

2333 Cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua identidade sexual. A diferença e a complementaridade físicas, morais e espirituais estão orientadas para os bens do casamento e para o desabrochar da vida familiar. A harmonia do casal e da sociedade depende, em parte, da maneira como se vivem entre os sexos a complementaridade, a necessidade e o apoio mútuos.

2334 "Ao criar o ser humano, homem e mulher, Deus dá a dignidade pessoal de modo igual ao homem e à mulher." "O homem é uma pessoa, e isto na mesma medida para o homem e para a mulher, pois ambos são criados à imagem e à semelhança de um Deus pessoal."

2335 Cada um dos dois sexos é, com igual dignidade, embora de maneira diferente, imagem do poder e da ternura de Deus. A união do homem e da mulher no casamento é uma maneira de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador: "O homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tomam uma só carne" (Gn 2,24). Dessa união procedem todas as gerações humanas.

2336 Jesus veio restaurar a criação na pureza de sua origem. No Sermão da Montanha, Ele interpreta de maneira rigorosa o plano de Deus: "Ouvistes o que foi dito: 'Não cometerás adultério'. Eu, porém, vos digo: todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração" (Mt 5,27-28). O homem não deve separar o que Deus uniu.

A Tradição da Igreja entendeu o sexto mandamento como englobando o conjunto da sexualidade humana.

II. A VOCAÇÃO À CASTIDADE

2337 A castidade significa a integração correta da sexualidade na pessoa e, com isso, a unidade interior do homem em seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente humana quando é integrada na relação de pessoa a pessoa, na doação mútua integral e temporalmente ilimitada do homem e da mulher.

A virtude da castidade comporta, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da doação.

A INTEGRIDADE DA PESSOA

2338 A pessoa casta mantém a integridade das forças vitais de amor depositadas nela. Esta integridade garante a unidade da pessoa e se opõe a todo comportamento que venha feri-la; não tolera nem a vida dupla nem a linguagem dupla.

2339 A castidade comporta uma aprendizagem do domínio de si que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara ou o homem comanda suas paixões e obtém a paz, ou se deixa subjugar por elas e se torna infeliz. "A dignidade do homem exige que ele possa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido e levado por convicção pessoal e não por força de um impulso interno cego ou debaixo de mera coação externa. O homem consegue esta dignidade quando, libertado de todo cativeiro das paixões, caminha para o seu fim pela escolha livre do bem procura eficazmente os meios aptos com diligente aplicação."

2340 Aquele que quer permanecer fiel às promessas do Batismo e resistir às tentações empenhar-se-á em usar os meios: o conhecimento de si, a prática de uma ascese adaptada às situações em que se encontra, a obediência aos mandamentos divinos, a prática das virtudes morais e a fidelidade à oração. "A castidade nos recompõe, reconduzindo-nos a esta unidade que tínhamos perdido do quando nos dispersamos na multiplicidade."

2341 A virtude da castidade é comandada pela virtude cardinal da temperança, que tem em vista fazer depender da razão as paixões e os apetites da sensibilidade humana.

2342 O domínio de si mesmo é um trabalho a longo prazo. Nunca deve ser considerado definitivamente adquirido. Supõe um esforço a ser retomado em todas as idades da vida[a23] . O esforço necessário pode ser mais intenso em certas épocas, por exemplo, quando se forma a personalidade, durante a infância e a adolescência.

2343 A castidade tem leis de crescimento. Este crescimento passa por graus, marcados pela imperfeição e muitas vezes pelo pecado. "Dia a dia o homem virtuoso e casto se constrói por meio de opções numerosas e livres. Assim, ele conhece, ama e realiza o bem moral seguindo as etapas de um crescimento."

2344 A castidade representa uma tarefa eminentemente pessoal. Mas implica também um esforço cultural, porque "o homem desenvolve-se em todas as suas qualidades mediante a comunicação com os outros". A castidade supõe o respeito pelos direitos da pessoa, particularmente o de receber uma informação e uma educação que respeitem as dimensões morais e espirituais da vida humana.

2345 A castidade é uma virtude moral. É também um dom de Deus, uma graça, um fruto da obra espiritual. O Espírito Santo concede o dom de imitar a pureza de Cristo àquele que foi regenerado pela água do Batismo.

A INTEGRALIDADE DA DOAÇÃO DE SI MESMO

2346 A caridade é a forma de todas as virtudes. Influenciada por ela, a castidade aparece como uma escola de doação da pessoa. O domínio de si mesmo está ordenado para a doação de si mesmo. A castidade leva aquele que a pratica a tornar-se para o próximo uma testemunha da fidelidade e da ternura de Deus.

2347 A virtude da castidade desabrocha na amizade. Mostra ao discípulo como seguir e imitar Aquele que nos escolheu como seus próprios amigos, se doou totalmente a nós e nos faz Participar de sua condição divina. A castidade é promessa de imortalidade.

A castidade se expressa principalmente na amizade ao próximo. Desenvolvida entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, a amizade representa um grande bem para todos e conduz à comunhão espiritual.

AS DIVERSAS FORMAS DE CASTIDADE

2348 Todo batizado é chamado à castidade. O cristão "se vestiu de Cristo", modelo de toda castidade. Todos os fiéis de Cristo são chamados a levar uma vida casta segundo seu específico estado de vida. No momento do Batismo, o cristão se comprometeu a viver sua afetividade na castidade.

2349 "A castidade há de distinguir as pessoas de acordo com seus diferentes estados de vida: umas na virgindade ou no celibato consagrado, maneira eminente de se dedicar mais facilmente a Deus com um coração indiviso; outras, da maneira como a lei moral determina, conforme forem casados ou celibatários." As pessoas casadas são convidadas a viver a castidade conjugal; os outros praticam a castidade na continência: Existem três formas da virtude da castidade: a primeira, dos esposos; a segunda, da viuvez; a terceira, da virgindade. Nós não louvamos uma delas excluindo as outras. Nisso a disciplina da Igreja é rica.

2350 Os noivos são convidados a viver a castidade na continência. Nessa provação eles verão uma descoberta do respeito mútuo, uma aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem ambos da parte de Deus. Reservarão para o tempo do casamento as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade.

AS OFENSAS À CASTIDADE

2351 A luxúria é um desejo desordenado ou um gozo desregrado do prazer venéreo. O prazer sexual é moralmente desordenado quando é buscado por si mesmo, isolado das finalidades de procriação e de união.

2352 Por masturbação se deve entender a excitação voluntária dos órgãos genitais, a fim de conseguir um prazer venéreo. "Na linha de uma tradição constante, tanto o magistério da Igreja como o senso moral dos fiéis afirmaram sem hesitação que a masturbação é um ato intrínseca e gravemente desordenado." Qualquer que seja o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das relações conjugais normais contradiz sua finalidade. Ai o prazer sexual é buscado fora da "relação sexual exigida pela ordem moral, que realiza, no contexto de um amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana".

Para formar um justo juízo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos e orientar a ação pastoral, dever-se-á levar em conta a imaturidade afetiva, a força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais que minoram ou deixam mesmo extremamente atenuada a culpabilidade moral.

2353 A fornicação é a união carnal fora do casamento entre um homem e uma mulher livres. É gravemente contrária à dignidade das pessoas e da sexualidade humana, naturalmente ordenada para o bem dos esposos, bem como para a geração e a educação dos filhos. Além disso, é um escândalo grave quando há corrupção de jovens.

2354 A pornografia consiste em retirar os atos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros para exibí-los a terceiros de maneira deliberada. Ela ofende a castidade porque desnatura o ato conjugal, doação íntima dos esposos entre si. Atenta gravemente contra a dignidade daqueles que a praticam (atores, comerciantes, público), porque cada um se toma para o outro objeto de um prazer rudimentar e de um proveito ilícito, Mergulha uns e outros na ilusão de um mundo artificial. É uma falta grave. As autoridades civis devem impedir a produção e a distribuição de materiais pornográficos.

2355 A prostituição vai contra a dignidade da pessoa que se prostitui, reduzida, assim, ao prazer venéreo que dela se obtém. Aquele que paga peca gravemente contra si mesmo; viola a castidade à qual se comprometeu em seu Batismo e mancha seu corpo, templo do Espírito Santo. A prostituição é um flagelo social. Envolve comumente mulheres, mas homens, crianças ou adolescentes (nestes dois últimos casos, ao pecado soma-se um escândalo). Se é sempre gravemente pecaminoso entregar-se à prostituição, a miséria, a chantagem e a pressão social podem atenuar a imputabilidade da falta.

2356 O estupro designa a penetração à força, com violência, na intimidade sexual de uma pessoa. Fere a justiça e a caridade. O estupro lesa profundamente o direito de cada um ao respeito, à liberdade, à integridade física e moral. Provoca um dano grave que pode marcar a vítima por toda a vida. É sempre um ato intrinsecamente mau. Mais grave ainda é o estupro cometido pelos pais (cf. incesto) ou educadores contra as criança que lhes são confiadas.

CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

2357 A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. Sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que "os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados". São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados.

2358 Um número não negligenciável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente enraizadas. Esta inclinação objetivamente desordenada constitui, para a maioria, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todo sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus em sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição.

2359 As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

III. O AMOR ENTRE OS ESPOSOS

2360 A sexualidade está ordenada para o amor conjugal entre o homem e a mulher. No casamento, a intimidade corporal dos esposos se torna um sinal e um penhor de comunhão espiritual. Entre os batizados, os vínculos do matrimônio são santificados pelo sacramento.

2361 "A sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se doam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é em absoluto algo puramente biológico, mas diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal. Ela só se realiza de maneira verdadeiramente humana se for parte integral do amor com o qual homem e mulher se empenham totalmente um para com o outro até a morte"

Tobias levantou-se do leito e disse a Sara: "Levanta-te, minha irmã, oremos e peçamos a nosso Senhor que tenha compaixão de nós e nos salve". Ela se levantou e começaram a orar e a pedir para obterem a salvação. Ele começou dizendo: "Bendito sejas tu, Deus de nossos pais... Tu criaste Adão e para ele criaste Eva, sua mulher, para ser seu sustentáculo e amparo, e para que de ambos derivasse a raça humana. Tu mesmo disseste: 'Não é bom que o homem fique só; façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele. E agora não é por desejo impuro que tomo esta minha irmã, mas com reta intenção. Digna de ter piedade de mim e dela e conduzir-nos juntos a uma idade avançada'. E disseram em coro: "Amém, amém". E se deitaram para passar a noite (Tb 8,4-9).

2362 "Os atos com os quais os cônjuges se unem íntima e castamente são honestos e dignos. Quando realizados de maneira verdadeiramente humana, significam e favorecem a mútua doação pela qual os esposos se enriquecem com o coração alegre e agradecido." A sexualidade é fonte de alegria e de prazer:

O próprio Criador... estabeleceu que nesta função (i.é, de geração) os esposos sentissem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal em procurar este prazer e em gozá-lo. Eles aceitam o que o Criador lhes destinou. Contudo, os esposos devem saber manter-se nos limites de uma moderação justa.

2363 Pela união dos esposos realiza-se o duplo fim do matrimônio: o bem dos cônjuges e a transmissão da vida. Esses dois significados ou valores do casamento não podem ser separados sem alterar a vida espiritual do casal e sem comprometer os bens matrimoniais e o futuro da família. Assim, o amor conjugal entre o homem e a mulher atende à dupla exigência da fidelidade e da fecundidade.

A FIDELIDADE CONJUGAL

2364 O casal de cônjuges forma "uma íntima comunhão de vida e de amor que o Criador fundou e dotou com suas leis. Ela é instaurada pelo pacto conjugal, ou seja, o consentimento pessoal irrevogável". Os dois se doam definitivamente e totalmente um ao outro. Não são mais dois, mas formam doravante uma só carne. A aliança contraída livremente pelos

esposos lhes impõe a obrigação de a manter una e indissolúvel . "O que Deus uniu, o homem não separe" (Mc 10,9).

2365 A fidelidade exprime a constância em manter a palavra dada. Deus é fiel. O sacramento do Matrimônio faz o homem e a mulher entrarem na fidelidade de Cristo à sua Igreja. Pela castidade conjugal, eles testemunham este mistério perante o mundo.

S. João Crisóstomo sugere aos homens recém-casados que falem assim à sua esposa: "Tomei-te em meus braços, amo-te, prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada, e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de maneira que estejamos certos de não sermos separados na vida futura que nos está reservada... Ponho teu amor acima de tudo, e nada me seria mais penoso que não ter os mesmos pensamentos que tu tens".

A FECUNDIDADE DO MATRIMÔNIO

2366 A fecundidade é um dom, enfim do Matrimônio, porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora acrescentar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio âmago dessa doação mútua, da qual é fruto e realização. A Igreja, que "está do lado da vida", ensina que "qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida". "Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, está fundada na conexão inseparável, que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador."

2367 Chamados a dar vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus. "Os cônjuges sabem que, no ofício de transmitir a vida e de serem educadores o qual deve ser considerado como missão própria deles - são cooperadores do amor de Deus criador e como que seus intérpretes. Por isso desempenharão seu múnus com responsabilidade cristã e humana."

2368 Um aspecto particular desta responsabilidade diz respeito à regulação da procriação. Por razões justas , os esposos podem querer espaçar os nascimentos de seus filhos. Cabe-lhes verificar que seu desejo não provém do egoísmo, mas está de acordo com a justa generosidade de uma paternidade responsável. Além disso, regularão seu comportamento segundo os critérios objetivos da moral.

A moralidade da maneira de agir, quando se trata de harmonizar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, não depende apenas da intenção sincera e da reta apreciação dos motivos, mas deve ser determinada segundo critérios objetivos tirados da natureza da pessoa e de seus atos, critérios esses que respeitam o sentido integral da doação mútua e da procriação humana no contexto do verdadeiro amor. Tudo isso é impossível se a virtude da castidade conjugal não for cultivada com sinceridade.

2369 "Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade."

2370 A continência periódica, os métodos de regulação da natalidade baseados na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos estão de acordo com os critérios objetivos da moralidade. Estes métodos respeitam o corpo dos esposos, animam a ternura entre eles e favorecem a educação de uma liberdade autêntica. Em compensação, é intrinsecamente má "toda ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento de suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação"

"À linguagem nativa que exprime a recíproca doação total dos cônjuges a contracepção impõe uma linguagem objetivamente contraditória, a do não se doar ao outro. Deriva daqui não somente a recusa positiva de abertura à vida, mas também uma falsificação da verdade interior do amor conjugal, chamado a doar-se na totalidade pessoal." Esta diferença antropológica e moral entre a contracepção e o recurso aos ritmos periódicos "envolve duas concepções da pessoa e da sexualidade humana irreduzíveis entre si.

2371 "Estejam todos certos de que a vida dos homens e a missão de transmiti-la não se confinam ao tempo presente nem se podem medir ou entender por esse tempo apenas, mas estão sempre relacionadas com a destinação eterna dos homens."

2372 O Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos. Por isso, é legítimo que ele intervenha para orientar a demografia da população. Pode fazer isso mediante uma informação objetiva e respeitosa, mas nunca por via autoritária e por coação. O Estado não pode legitimamente substituir a iniciativa dos esposos, primeiros responsáveis pela procriação e educação de seus filhos. O Estado não está autorizado a intervir neste campo, com meios contrários à lei moral.

O DOM DO FILHO

2373 A Sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja vêem nas famílias numerosas um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais.

2374 É grande o sofrimento de casais que descobrem que são estéreis. "Que me darás?", pergunta Abrão a Deus. "Continuo sem filho..." (Gn 15,2). "Faze-me ter filhos também, ou eu morro", disse Raquel a seu marido Jacó (Gn 30,1).

2375 As pesquisas que visam diminuir a esterilidade humana devem ser estimuladas, sob a condição de serem postas "a serviço da pessoa humana, de seus direitos inalienáveis, de seu bem verdadeiro e integral, de acordo com o projeto e a vontade de Deus[a82] "

2376 As técnicas que provocam uma dissociação do parentesco, pela intervenção de uma pessoa estranha ao casal (doação de esperma ou de óvulo, empréstimo de útero), são gravemente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais heterólogas) lesam o direito da criança de nascer de um pai e uma mãe conhecidos dela e ligados entre si pelo casamento. Elas traem "o direito exclusivo de se tornar pai e mãe somente um por meio do outro[a83] "

2377 Praticadas entre o casal, estas técnicas (inseminação e fecundação artificiais homólogas) são talvez menos claras a um juízo imediato, mas continuam moralmente inaceitáveis. Dissociam o ato sexual do ato procriador. O ato fundante da existência dos filhos já não é um ato pelo qual duas pessoas se doam uma à outra, mas um ato que remete a vida e a identidade do embrião para o poder dos médicos e biólogos, e instaura um domínio da técnica sobre a origem e a destinação da pessoa humana. Tal relação de dominação é por si contrária à dignidade e à igualdade que devem ser comuns aos pais e aos filhos". "A procriação é moralmente privada de sua perfeição própria quando não é querida como o fruto do ato conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos... Somente o respeito ao vínculo que existe entre os significados do ato conjugal e o respeito pela unidade do ser humano permite uma procriação de acordo com a dignidade da pessoa."

2378 O filho não é algo devido, mas um dom. O "dom mais excelente do matrimônio" e uma pessoa humana. O filho não pode ser considerado como objeto de propriedade, a que conduziria o reconhecimento de um pretensão "direito ao filho". Nesse campo, somente o filho possui verdadeiros direitos: o "de ser o fruto do ato específico do amor conjugal de seus pais, e também o direito de ser respeitado como pessoa desde o momento de sua concepção".

2379 O Evangelho mostra que a esterilidade física não é um mal absoluto. Os esposos que, depois de terem esgotado os recursos legítimos da medicina, sofrerem de infertilidade unirão-se à Cruz do Senhor, fonte de toda fecundidade espiritual. Podem mostrar sua generosidade adotando crianças desamparadas ou prestando relevantes serviços em favor do próximo.

IV. AS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÔNIO

2380 O adultério. Esta palavra designa a infidelidade conjugal. Quando dois parceiros, dos quais ao menos um é casado, estabelecem entre si uma relação sexual, mesmo efêmera,

cometem adultério. Cristo condena o adultério mesmo de simples desejo . O sexto mandamento e o Novo Testamento proíbem absolutamente o adultério . Os profetas denunciam sua gravidade. Vêem no adultério a figura do pecado de idolatria .

2381 O adultério é uma injustiça. Quem o comete falta com seus compromissos. Fere o sinal da Aliança que é o vínculo matrimonial, lesa o direito do outro cônjuge e prejudica a instituição do casamento, violando o contrato que o fundamenta. Compromete o bem da geração humana e dos filhos, que têm necessidade da união estável dos pais.

O DIVÓRCIO

2382 O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um casamento indissolúvel. Ab-roga as tolerâncias que se tinham introduzido na Lei antiga.

Entre batizados, o matrimônio ratificado e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa, exceto a morte".

2383 A separação dos esposos com a manutenção do vínculo matrimonial pode ser legítima em certos casos previstos pelo Direito canônico (cf. CIC, cân. 1151-1155).

Se o divórcio civil for a única maneira possível de garantir certos direitos legítimos, o cuidado dos filhos ou a defesa do patrimônio, pode ser tolerado sem constituir uma falta moral.

2384 O divórcio é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente consentido pelos esposos de viver um com o outro até a morte. O divórcio lesa a Aliança de salvação da qual o matrimônio sacramental é o sinal. O fato de contrair nova união, mesmo que reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura; o cônjuge recasado passa a encontrar-se em situação de adultério público e permanente:

Se o marido, depois de se separar de sua mulher, se aproximar de outra mulher, se torna adúltero, porque faz essa mulher cometer adultério; e a mulher que habita com ele é adúltera, porque atraiu a si o marido de outra.

2385 O **caráter imoral do divórcio** deriva também da desordem que introduz na célula familiar e na sociedade. Esta desordem acarreta graves danos: para o cônjuge que fica abandonado; para os filhos, traumatizados pela separação dos pais, e muitas vezes disputados entre eles (cada um dos cônjuges querendo os filhos para si); e seu efeito de contágio, que faz dele uma verdadeira praga social.

2386 Pode acontecer que um dos cônjuges seja a vítima inocente do divórcio decidido pela lei civil; neste caso, ele não viola o preceito moral. Existe uma diferença considerável entre o cônjuge que se esforçou sinceramente por ser fiel ao sacramento do Matrimônio e se vê injustamente abandonado e aquele que, por uma falta grave de sua parte, destrói um casamento canonicamente válido.

OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO CASAMENTO

2387 É compreensível o drama de quem, desejoso de se converter ao Evangelho, se vê obrigado a repudiar uma ou várias mulheres com as quais viveu anos de vida conjugal. Contudo, a poligamia não se coaduna com a lei moral. "Opõe-se radicalmente à comunhão conjugal, pois nega diretamente o plano de Deus tal como nos foi revelado nas origens, porque contrária à igual dignidade pessoal entre o homem e a mulher, que no matrimônio se doam com um amor total e por isso mesmo único e exclusivo." O cristão que foi polígamo está gravemente obrigado por justiça a honrar as obrigações contraídas para com as suas antigas mulheres, bem como para com os filhos.

2388 O incesto designa relações íntimas entre parentes ou pessoas afins, em grau que proíba entre eles o casamento . S. Paulo estigmatiza esta falta particularmente grave: "É geral ouvir-se falar de mau comportamento entre vós... um dentre vós vive com a mulher de seu pai..."

E preciso que, em nome Senhor Jesus... entreguemos tal homem a Satanás para a perda de sua carne..." (1 Cor 5,1.3-5). O incesto corrompe as relações familiares e indica como que uma regressão à animalidade.

2389 Podemos ligar ao incesto os abusos sexuais perpetrados por adultos contra crianças ou adolescentes confiados à sua guarda. A falta é acrescida, então, de um dano escandaloso causado à integridade física e moral dos jovens, que ficarão marcados por toda a vida, e de uma violação da responsabilidade educativa.

2390 Existe união livre quando o homem e a mulher se recusam a dar uma forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual.

A expressão é enganosa: com efeito, que significado pode ter uma união na qual as pessoas não se comprometem mutuamente e revelam, assim, uma falta de confiança na outra, em si mesma ou no futuro?

A expressão abrange situações diferentes: concubinato, recusa do casamento enquanto tal, incapacidade de assumir compromissos a longo prazo. Todas essas situações ofendem a dignidade do matrimônio, destroem a própria idéia da família, enfraquecem o sentido da fidelidade. São contrárias à lei moral. O ato sexual deve ocorrer exclusivamente no casamento; fora dele, é sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.

2391 Muitos reclamam hoje uma espécie de "direito à experiência" quando há intenção de se casar. Qualquer que seja a firmeza do propósito dos que se envolvem em relações sexuais prematuras, "estas não permitem garantir em sua sinceridade e fidelidade a relação inter-pessoal de um homem e uma mulher e, principalmente, protegê-los contra as fantasias e os caprichos". A união carnal não é moralmente legítima, a não ser quando se instaura uma comunidade de vida definitiva entre o homem e a mulher. O amor humano não tolera a "experiência". Ele exige uma doação total e definitiva das pessoas entre si.

RESUMINDO

2392 "O amor é a vocação fundamental e originária do ser humano ."

2393 Ao criar o ser humano, homem e mulher, Deus dá a dignidade pessoal de uma maneira igual a ambos. Cada um, homem e mulher, deve chegar a reconhecer e aceitar sua identidade sexual.

2394 Cristo é o modelo da castidade. Todo batizado é chamado a levar uma vida casta, cada um segundo seu estado de vida próprio.

2395 A castidade significa a integração da sexualidade na pessoa. Inclui a aprendizagem do domínio pessoal.

2396 Entre os **pecados gravemente** contrários à castidade é preciso citar a **masturbação**, a **fornicação**, a **pornografia** e as **práticas homossexuais**.

2397 A aliança que os esposos contraíram livremente implica um amor fiel. Impõe-lhes a obrigação de guardar seu casamento indissolúvel.

2398 A fecundidade é um bem, um dom, um fim do casamento. Dando a vida, os esposos participam da paternidade de Deus.

2399 A regulação da natalidade representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização direta ou a contracepção).

2400 O adultério e o divórcio, a poligamia e a união livre são ofensas graves à dignidade do casamento.

ARTIGO 7

O SÉTIMO MANDAMENTO

Não roubarás (Ex 20,15; Cf Dt 5,19).

NÃO ROUBARÁS (Mt 19,18).

2401 O sétimo mandamento proíbe tomar ou reter injustamente os bens do próximo ou lesá-lo, de qualquer modo, nos mesmos bens. Prescreve a justiça e a caridade na gestão dos bens terrestres e dos frutos do trabalho dos homens. Exige, em vista do bem comum, o respeito à destinação universal dos bens e ao direito de propriedade privada. A vida cristã procura ordenar para Deus e para a caridade fraterna os bens deste mundo.

I. A DESTINAÇÃO UNIVERSAL E A PROPRIEDADE PRIVADA DOS BENS

2402 No começo, Deus confiou a terra e seus recursos à administração comum da humanidade, para que cuidasse dela, a dominasse por seu trabalho e dela desfrutasse. Os bens da criação são destinados a todo o gênero humano. A terra está, contudo, repartida entre os homens para garantir a segurança de sua vida, exposta à penúria e ameaçada pela violência. A apropriação dos bens é legítima para garantir a liberdade e a dignidade das pessoas, para ajudar cada um a prover suas necessidades fundamentais e as daqueles de quem está encarregado. Deve também permitir que se manifeste uma solidariedade natural entre os homens.

2403 O direito à propriedade privada, adquirida ou recebida de modo justo, não abole a doação original da terra ao conjunto da humanidade. A destinação universal dos bens continua primordial, mesmo se a promoção do bem comum exige o respeito pela propriedade privada, pelo respectivo direito e exercício.

2404 Usando aqueles bens, o homem que possui legitimamente as coisas materiais não as deve ter só como próprias dele, mas também como comuns, no sentido de que elas possam ser úteis não somente a ele, mas também aos outros." A propriedade de um bem faz de seu detentor um administrador da Providência, para fazê-los frutificar e para repartir os benefícios dessa administração a outros, a seus parentes, em primeiro lugar.

2405 Os bens de produção materiais ou imateriais - como terras ou fábricas, competências ou profissões, requerem os cuidados de quem os Possui para que sua fecundidade aproveite ao maior número possível. Os detentores dos bens de uso e de consumo devem usá-los com moderação, reservando a melhor parte ao hóspede, ao doente e ao pobre.

2406 A autoridade política tem o direito e o dever de regulamentar, em função do bem comum, o exercício legítimo do direito de propriedade.

II. O RESPEITO ÀS PESSOAS E AOS SEUS BENS

2407 Em matéria econômica, o respeito à dignidade humana exige a prática da virtude da temperança, para moderar o apego aos bens deste mundo; da virtude da justiça, para preservar o direitos do próximo e lhe dar o que lhe é devido; e da solidariedade, segundo a regra áurea e segundo a liberalidade do Senhor, que "se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza".

O RESPEITO AOS BENS DO OUTRO

2408 O sétimo mandamento proíbe o roubo, isto é, a usurpação do bem de outro contra a vontade razoável do proprietário. Não há roubo se o consentimento pode ser presumido ou se recusa é contrária à razão e à destinação universal dos bens. É o caso da necessidade urgente e evidente, em que o único meio de acudir às necessidades imediatas e essenciais (alimento, abrigo, roupa...) é dispor e usar dos bens do outro.

2409 Toda maneira de tomar e de reter injustamente o bem do outro, mesmo que não contrarie as disposições da lei civil, é contrária ao sétimo mandamento. Assim, também, reter deliberadamente os bens emprestados ou objetos perdidos, defraudar no comércio, pagar salários injustos, elevar os preços especulando sobre a ignorância ou a miséria alheia.

São ainda moralmente ilícitos a especulação, pela qual se faz variar artificialmente a avaliação dos bens, visando levar vantagem em detrimento do outro; a corrupção, pela qual se "compra" o julgamento daqueles que devem tomar decisões de acordo com o direito; a apropriação e uso privados dos bens sociais de uma empresa; os trabalhos malfeitos; a fraude fiscal; a falsificação de cheques e de faturas; os gastos excessivos; o desperdício. Infligir voluntariamente um prejuízo aos proprietários privados ou públicos é contrário à lei moral e exige reparação.

2410 As promessas devem ser mantidas, e os contratos, rigorosamente observados, na medida em que o compromisso assumido for moralmente justo. Uma parte notável da vida econômica e social depende do valor dos contratos entre pessoas físicas ou morais. E o caso dos contratos comerciais de venda ou compra, os contratos de locação ou de trabalho. Todo contrato deve ser feito e executado de boa-fé.

2411 Os contratos estão sujeitos à justiça comutativa, que regula as trocas entre as pessoas e entre as instituições no pleno respeito aos seus direitos. A justiça comutativa obriga estritamente; exige a salvaguarda dos direitos de propriedade, o pagamento das dívidas e o cumprimento das obrigações livremente contraídas. Sem a justiça comutativa, nenhuma outra forma de justiça é possível.

Distingue-se a justiça comutativa da justiça legal, que se refere àquilo que o cidadão deve equitativamente à comunidade, e da justiça distributiva, que regula o que a comunidade deve aos cidadãos proporcionalmente às suas contribuições e às suas necessidades.

2412 Em virtude da justiça comutativa, a reparação da injustiça cometida exige a restituição do bem furtado a seu proprietário:

Jesus abençoa Zaqueu por causa de seu compromisso: "Se defraudei a alguém, restitua-lhe o quádruplo" (Lc 19,8). Aqueles que, de maneira direta ou indireta, se apossaram de um bem alheio têm obrigação de o restituir ou de devolver o equivalente em natureza ou em espécie, se a coisa desapareceu, bem como os frutos e lucros que seu proprietário legitimamente teria auferido. São igualmente obrigados a restituir, proporcionalmente à sua responsabilidade e ao benefício auferido, todos os que participaram de alguma maneira do roubo, ou tiraram proveito dele com conhecimento de causa, como, por exemplo, os mandantes, os que ajudaram ou encobriram o roubo.

2413 Os jogos de azar (jogos de cartas etc.) ou as apostas em si não são contrários à justiça. Tomam-se moralmente inaceitáveis quando privam a pessoa daquilo que lhe é necessário para suprir suas necessidades e as dos outros. A paixão pelo jogo corre o risco de se transformar em uma dependência grave. Apostar injustamente ou trapacear nos jogos constitui matéria grave, a menos que o dano infligido seja tão pequeno aquele que o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo.

2414 O sétimo mandamento proíbe os atos ou empreendimentos que, por qualquer razão que seja, egoísta ou ideológica, mercantil ou totalitária, levam a escravizar seres humanos, a desconhecer sua dignidade pessoal, a comprá-los, a vendê-los e a trocá-los como mercadorias. É um pecado contra a dignidade das pessoas e contra seus direitos fundamentais reduzi-las, pela violência, a um valor de uso ou a uma fonte de lucro. S. Paulo ordenava a um patrão cristão que

tratasse seu escravo cristão "não mais como escravo, mas como um irmão..., como um homem, no Senhor" (Fm 16).

O RESPEITO PELA INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO

2415 O sétimo mandamento manda respeitar a integridade da criação. Os animais, como as plantas e os seres inanimados, estão naturalmente destinados ao bem comum da humanidade passada, presente e futura. O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser separado do respeito pelas exigências morais. O domínio dado pelo Criador ao homem sobre os seres inanimados e os seres vivos não é absoluto; é medido por meio da preocupação pela qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras; exige um respeito religioso pela integridade da criação.

2416 Os animais são criaturas de Deus, que os envolve com sua solicitude providencial[a23]. Por sua simples existência, eles o bendizem e lhe dão glória. Também os homens lhes devem carinho. Lembremos com que delicadeza os santos, como S. Francisco de Assis ou S. Filipe de Neri, tratavam os animais.

2417 Deus confiou os animais à administração daquele que criou à sua imagem. E, portanto, legítimo servir-se dos animais para a alimentação e a confecção das vestes. Podem ser domesticados, para ajudar o homem em seus trabalhos e lazeres. Os experimentos médicos e científicos em animais são práticas moralmente admissíveis, se permanecerem dentro dos limites razoáveis e contribuírem para curar ou salvar vidas humanas.

2418 É contrário à dignidade humana, fazer os animais sofrerem inutilmente e desperdiçar suas vidas. É igualmente indigno gastar com eles o que deveria prioritariamente aliviar a miséria dos homens. Pode-se amar os animais, porém não se deve orientar para eles o afeto devido exclusivamente às pessoas.

III. A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

2419 "A revelação cristã leva a uma compreensão mais profunda das leis da vida social." A Igreja recebe do Evangelho a revelação plena da verdade do homem. Quando ela cumpre sua missão de anunciar o Evangelho, testemunha ao homem, em nome de Cristo, sua dignidade própria e sua vocação à comunhão de pessoas, ensina-lhe as exigências da justiça e da paz, de acordo com a sabedoria divina.

2420 A Igreja emite um juízo moral, em matéria econômica e social, "quando o exigem os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas". Na ordem da moralidade, tem uma missão distinta da missão das autoridades políticas. A Igreja se preocupa com aspectos temporais do bem comum em razão de sua ordenação ao Sumo Bem, nosso fim último. Procura inspirar as atitudes justas na relação com os bens terrenos e nas relações socioeconômicas.

2421 A doutrina social da Igreja se desenvolveu no século XIX, por ocasião do encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna, suas novas estruturas para a produção de bens de consumo, sua nova concepção da sociedade, do Estado e da autoridade, suas novas formas de trabalho e de propriedade. O desenvolvimento da doutrina da Igreja, em matéria econômica e social, atesta o valor permanente do ensinamento da Igreja e, ao mesmo tempo, o sentido verdadeiro de sua Tradição sempre viva e ativa.

2422 O ensinamento social da Igreja abrange um corpo de doutrina na que se articula à medida que a Igreja interpreta os acontecimentos ao longo da história, à luz do conjunto da palavra revelada por Jesus Cristo, com a assistência do Espírito Santo. Este ensinamento se torna mais aceitável aos homens de boa vontade quanto mais profundamente inspira a conduta dos fiéis.

2423 A doutrina social da Igreja propõe princípios de reflexão apresenta critérios de juízo, orienta para a ação. Todo sistema segundo o qual as relações sociais seriam inteiramente determinadas pelos fatores econômicos é contrário à natureza da pessoa humana e de seus atos.

2424 Uma teoria que faz do lucro a regra exclusiva e o fim último da atividade econômica é moralmente inaceitável. O apetite desordenado pelo dinheiro não deixa de produzir seus efeitos perversos. Ele é uma das causas dos numerosos conflitos que perturbam a ordem social. Um sistema que "sacrifica os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos à organização coletiva da produção" é contrário à dignidade do homem. Toda prática que reduz as pessoas a não serem mais que meros meios que têm em vista o lucro escraviza o homem, conduz a idolatria do dinheiro e contribui para difundir o ateísmo. "Não podeis servir ao mesmo tempo a Deus e ao dinheiro" (Mt 6,24; Lc 16,13).

2425 A Igreja tem rejeitado as ideologias totalitárias e atéias associadas, nos tempos modernos, ao "comunismo" ou ao "socialismo". Além disso, na prática do "capitalismo", ela recusou o individualismo e o primado absoluto da lei do mercado sobre o trabalho humano[a40]. A regulamentação da economia exclusivamente por meio planejamento centralizado perverte na base os vínculos sociais; sua regulamentação unicamente pela lei do mercado vai contra a justiça social, "pois há muitas necessidades humanas que não podem atendidas pelo mercado". É preciso preconizar uma regulamentação racional do mercado e das iniciativas econômicas, de acordo com uma justa hierarquia de valores e em vista do bem comum.

IV. A ATIVIDADE ECONÔMICA E A JUSTIÇA SOCIAL

2426 O desenvolvimento das atividades econômicas e o crescimento da produção estão destinados a servir às necessidades dos seres humanos. A vida econômica não visa somente multiplicar os bens produzidos e aumentar o lucro ou o poder; antes de tudo, ela está ordenada ao serviço das pessoas, do homem em sua totalidade e de toda a comunidade humana. Conduzida segundo seus métodos próprios, a atividade econômica deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral, segundo a justiça social, a fim de corresponder ao plano de Deus acerca do homem.

2427 O trabalho humano procede imediatamente das pessoas criadas à imagem de Deus e chamadas a prolongar, ajudando-se mutuamente, a obra da criação, dominando a terra. O trabalho é, pois, um dever: "Quem não quer trabalhar também não há de comer" (2Ts 3,10.). O trabalho honra os dons do Criador e os talentos recebidos. Também pode ser redentor. Suportando a pena . do trabalho unido a Jesus, o artesão de Nazaré e o crucificado do Calvário, o homem colabora de certa maneira com o Filho de Deus em sua obra redentora. Mostra-se discípulo de Cristo carregando a cruz, cada dia, na atividade que é chamado a realizar[a48]. O trabalho pode ser um meio de santificação e uma animação das realidades terrestres no Espírito de Cristo.

2428 No trabalho, a pessoa exerce e realiza uma parte das capacidades inscritas em sua natureza. O valor primordial do trabalho está ligado ao próprio homem, que é seu autor e destinatário. O trabalho é para o homem, e não o homem para o trabalho. Cada um deve poder tirar do trabalho os meios para sustentar-se, a si e aos seus, bem como para prestar serviço à comunidade humana.

2429 Cada um tem o direito de iniciativa econômica, cada um usará legitimamente de seus talentos para contribuir para uma abundância que seja de proveito para todos e para colher os justos frutos de seus esforços. Cuidará de seguir as prescrições emanadas das autoridades legítimas, tendo em vista o bem comum.

2430 A vida econômica abrange interesses diversos, muitas vezes opostos entre si. Assim se explica o surgimento dos conflitos que a caracterizam. Deve haver empenho no sentido de minimiza estes últimos pela negociação que respeite os direitos e os deveres de cada parceiro

social: os responsáveis pelas empresas, os representantes dos assalariados, por exemplo, as organizações sindicais e, eventualmente, os poderes públicos.

2431 A responsabilidade do Estado. "A atividade econômica, sobretudo a da economia de mercado, não pode desenvolver-se num vazio institucional, jurídico e político. Ela supõe que sejam asseguradas as garantias das liberdades individuais e da propriedade, sem esquecer uma moeda estável e serviços públicos eficazes. O dever essencial do Estado, no entanto, é assegurar essas garantias, para que aqueles que trabalham possam gozar do fruto de seu trabalho e, portanto, sentir-se estimulados a realizá-lo com eficácia e honestidade... O Estado tem o dever de vigiar e conduzir a aplicação dos direitos humanos no setor econômico; nessa esfera, porém, a primeira responsabilidade não cabe ao Estado, mas às instituições e aos diversos grupos e associações que compõem a sociedade."

2432 Os responsáveis pelas empresas têm, perante a sociedade a responsabilidade econômica e ecológica por suas operações. Têm o dever de considerar o bem das pessoas e não apenas aumento dos lucros. Entretanto, estes são necessários, pois permitem realizar os investimentos que garantem o futuro das empresas, garantindo o emprego.

2433 O acesso ao trabalho e à profissão deve estar aberto a todos, sem discriminação injusta: homens e mulheres, normais e excepcionais ou deficientes, autóctones e migrantes. Em função das circunstâncias, também a sociedade deve ajudar os cidadãos a conseguir um trabalho e um emprego.

2434 O salário justo é o fruto legítimo do trabalho. Recusá-lo ou retê-lo pode constituir uma grave injustiça. Para se avaliar a remuneração equitativa, e preciso levar em conta ao mesmo tempo as necessidades e as contribuições de cada um. "Levando-se em consideração as funções e a produtividade, a situação da empresa e o bem comum, a remuneração do trabalho deve garantir ao homem e a seus familiares os recursos necessários a uma vida digna no plano material, social, cultural e espiritual." O acordo das partes não é suficiente para justificar moralmente o montante do salário.

2435 A greve é moralmente legítima quando se apresenta como um recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado. Torna-se moralmente inaceitável quando é acompanhada de violências ou ainda quando se lhe atribuem objetivos não diretamente ligados às condições de trabalho ou contrários ao bem comum.

2436 É injusto não pagar aos organismos de seguridade social as cotas estipuladas pelas autoridades legítimas. A privação do trabalho por causa do desemprego é quase sempre, para quem a sofre, um atentado à dignidade e uma ameaça ao equilíbrio da vida. Além do prejuízo pessoal para o desempregado, corre também inúmeros riscos o seu 1ar.

V. JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE ENTRE AS NAÇÕES

2437 No plano internacional, a desigualdade dos recursos e dos meios econômicos é tão grande que provoca entre as nações um verdadeiro "fosso". De um lado, estão os que detêm e desenvolvem os meios de crescimento e, de outro, os que acumulam as dívidas.

2438 Diversas causas, de natureza religiosa, política, econômica e financeira, conferem hoje a questão social uma dimensão mundial". A solidariedade é necessária entre as nações cujas políticas já são interdependentes. E ainda mais indispensável quando se toma preciso deter "os mecanismos perversos" que impedem o desenvolvimento dos países menos avançados[. Urge substituir os sistemas financeiros abusivos e mesmo usurários, as relações comerciais iníquas entre as nações e a corrida armamentista por um esforço comum no sentido de mobilizar os recursos e objetivos de desenvolvimento moral, cultural e econômico, "redefinindo as prioridades e as escalas de valores".

2439 As nações ricas têm uma responsabilidade moral grave para com aquelas que não podem garantir sozinhas os próprios meios de seu desenvolvimento ou foram impedidas de fazê-lo por trágicos acontecimentos históricos. E um dever de solidariedade e caridade; é igualmente

uma obrigação de justiça, se o bem-estar das nações ricas provém de recursos naturais não foram eqüitativamente pagos.

2440 A ajuda direta representa uma resposta apropriada a necessidades imediatas, extraordinárias, causadas por catástrofes naturais, epidemias etc., mas não basta para reparar os graves prejuízos que resultam de situações de miséria nem para prover permanentemente às necessidades. É necessário também reformar as instituições econômicas e financeiras internacionais, para que elas promovam melhor as relações eqüitativas com os países menos desenvolvidos. E preciso apoiar o esforço dos países pobres trabalhando para seu desenvolvimento e libertação. Esta doutrina deve ser aplicada de maneira muito especial no âmbito do trabalho agrícola. Os camponeses, sobretudo dos países menos desenvolvidos, constituem a massa preponderante dos pobres.

2441 Aumentar o senso de Deus e o conhecimento de si mesmo é a base de todo desenvolvimento completo da sociedade humana. Este desenvolvimento completo multiplica os bens materiais e os põe a serviço da pessoa e de sua liberdade. Diminui a miséria e a exploração econômicas. Faz crescer o respeito pelas; identidades culturais e a abertura para a transcendência.

2442 Não cabe aos pastores da Igreja intervir diretamente na construção política e na organização da vida social. Essa tarefa faz parte da vocação dos fiéis leigos, que agem por própria iniciativa com seus concidadãos. A ação social pode implicar uma pluralidade de caminhos concretos. Terá sempre em vista o bem comum e se conformará com a mensagem evangélica e com a doutrina da Igreja. Cabe aos fiéis leigos "animar as realidades temporais com um zelo cristão e comportar-se como artesãos da paz e da justiça".

VI . O AMOR AOS POBRES

2443 Deus abençoa aqueles que ajudam os pobres e reprova aqueles que se afastam deles: "Dá ao que te pede e não voltes as costas ao que te pede emprestado" (Mt 5,42). "De graça recebestes, de graça dai" (Mt 10,8). Jesus Cristo reconhecerá seus eleitos pelo que tiverem feito pelos pobres. Temos o sinal da presença de Cristo quando "os pobres são evangelizados" (Mt 11,53)

2444 "O amor da Igreja pelos pobres... faz parte de sua tradição constante." Inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e em sua atenção aos pobres. O amor aos pobres é também um dos motivos do dever de trabalhar, "para se ter o que partilhar com quem tiver necessidade. Não se estende apenas à pobreza material, mas também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa.

2445 O amor aos pobres é incompatível com o amor imoderado das riquezas ou o uso egoísta delas: Pois bem, agora vós, ricos, chorai e gemei por causa das desgraças que estão para vos sobrevir. Vossa riqueza apodreceu e vossas vestes estão carcomidas pelas traças. Vosso ouro e vossa prata estão enferrujados, e sua ferrugem testemunhará contra vós e devorará vossas carnes. Entesourastes como que um fogo nos tempos do fim! Lembrai-vos de que o salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos exércitos. Viveste faustosamente na terra e vos regalastes; vós vos saciastes no dia matança. Condenastes o justo e o pusestes à morte: ele não resiste (Tg 5,1-6).

2446 São João Crisóstomo lembra essa verdade em termos vigorosos: "Não deixar os pobres participar dos próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Nós não detemos nossos bens, mas os deles." "É preciso satisfazer acima de tudo as exigências da justiça, para que não ofereçamos como dom da caridade aquilo que já é devido por justiça." Quando damos aos pobres as coisas indispensáveis, não praticamos com eles grande generosidade pessoal, mas lhes devolvemos o que é deles. Cumprimos um dever de justiça e não tanto um ato de caridade.

2447 As obras de misericórdia são as ações caritativas pelas quais socorremos o próximo em suas necessidades corporais e espirituais. Instruir, aconselhar, consolar, confortar são obras de misericórdia espiritual, como também perdoar e suportar com paciência. As obras de misericórdia corporal consistem sobretudo em dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, dar moradia aos desabrigados, vestir os maltrapilhos, visitar os doentes e prisioneiros, sepultar os mortos. Dentre esses gestos de misericórdia, a esmola dada aos pobres é um dos principais testemunhos da caridade fraterna. E também uma prática de justiça que agrada a Deus. Quem tiver duas túnicas, reparta-as com aquele que não tem, quem tiver o que comer, faça o mesmo (Lc 3,11). Dai o que tendes em esmola, e tudo ficará puro para vós (Lc 11,41). Se um irmão ou uma irmã não tiverem o que vestir e lhes faltar o necessário para a subsistência de cada dia, e alguém dentre vós lhes disser "Ide paz, aquecei-vos e saciai-vos, e não lhes der o necessário para manutenção, que proveito haverá nisso? (Tg 2, 15-16[a97]).

2448 "Sob suas múltiplas formas - extrema privação material, opressão injusta, enfermidades físicas e psíquicas e, por fim, a morte -, a miséria humana é o sinal manifesto da condição natural da fraqueza em que o homem se encontra após o primeiro pecado e da necessidade de uma salvação. É por isso que ela atrai a compaixão de Cristo Salvador, que quis assumi-la sobre si, identificando-se com os 'mais pequeninos entre seus irmãos'. É também por isso que todos aqueles que ela atinge são objeto de um amor preferencial por parte da Igreja, que, desde as suas origens, apesar das falhas de muitos de seus membros, não deixou nunca de trabalhar por aliviá-los, defendê-los e libertá-los. Ela o faz por meio de inúmeras obras de beneficência, que continuam a ser, sempre e por toda parte, indispensáveis."

2449 Já no Antigo Testamento, todas as medidas jurídicas (ano de perdão, proibição de empréstimo a juros e da manutenção de penhora, obrigação do dizimo, pagamento cotidiano ao trabalhador diarista, direito de rebusca nas vinhas e respiga nos campos) são uma resposta à exortação do Deuteronômio: "Nunca deixará de haver pobres na terra; é por isso que eu te ordeno: abre a mão em favor de teu irmão que é humilhado e pobre em tua terra" (Dt 15,11). Jesus faz suas essas palavras: "Sempre tereis pobres convosco; mas a mim nem sempre tereis" (Jo 12,8). Dessa forma, ele não deixa caducar a veemência dos oráculos antigos contra aqueles que "compram o fraco com prata e o indigente por um par de sandálias..." (Am 8,6), mas Ele nos convida a reconhecer sua presença nos pobres, que são seus irmãos: No dia em que sua mãe a repreendeu por manter em casa pobres e doentes, Santa Rosa de Lima lhe replicou: "Quando servimos aos pobres e doentes, servimos a Jesus. Não nos devemos cansar de ajudar o próximo, porque neles é a Jesus que servimos".

RESUMINDO

2450 "Não roubarás" (Dt 5,19). "Nem os ladrões, nem os avarentos... nem os rapinadores herdarão o Reino de Deus" (1 Cor 6,10).

2451 O sétimo mandamento prescreve a prática da justiça e da caridade na administração dos bens terrenos e dos frutos do trabalho dos homens.

2452 Os bens da criação são destinados a todo o gênero humanos. O direito à propriedade privada não abole a destinação universal dos bens.

2453 O sétimo mandamento proíbe o roubo. O roubo é a usurpação de um bem de outrem contra a vontade razoável do proprietário;

2454 Toda forma de apropriação e uso injusto dos bens de outrem é contrária ao sétimo mandamento. A injustiça cometida exige reparação. A justiça comutativa exige a restituição do bem roubado.

2455 A lei moral proíbe os atos que, visando a fins mercantis ou totalitários, conduzem à servidão dos seres humanos, à sua compra, venda e troca como mercadorias.

2456 O domínio concedido pelo Criador sobre os recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser separado do respeito às obrigações morais, inclusive para com as gerações futuras.

2457 Os animais são confiados à administração do homem, que lhes deve benevolência. Podem servir para a justa satisfação das necessidades do homem.

2458 A Igreja emite um juízo em matéria econômica e social quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas exigem. Preocupa-se com o bem comum temporal dos homens em razão de sua ordenação ao Sumo Bem, nosso fim último.

2459 O próprio homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida econômica e social. O ponto decisivo da questão social é que os bens criados por Deus para todos de fato cheguem a todos conforme a justiça e com a ajuda da caridade.

2460 O valor primordial do trabalho depende do próprio homem, que é seu autor e destinatário. Por meio de seu trabalho, o homem participa da obra da criação. Unido a Cristo, o trabalho pode ser redentor.

2461 O verdadeiro desenvolvimento abrange o homem inteiro. O que importa é fazer crescer a capacidade de cada pessoa de responder à sua vocação, portanto, ao chamamento de Deus.

2462 A esmola dada aos pobres é um testemunho de caridade fraterna; é também uma prática de justiça que agrada a Deus.

2463 Na multidão de seres humanos sem pão, sem teto, sem terra, como não reconhecer Lázaro, mendigo faminto da parábola? Como não ouvir Jesus, que diz: "Foi a mim que o deixastes de fazer" (Mt 25,45)?

ARTIGO 8

O OITAVO MANDAMENTO

NÃO APRESENTARÁS UM FALSO TESTEMUNHO CONTRA TEU PRÓXIMO (EX 20,16).

Ouvistes também o que foi dito aos antigos: Não perjurarás, mas cumprirás os teus juramentos para com o Senhor (Mt 5,33).

2464 O oitavo mandamento proíbe falsear a verdade nas relações com os outros. Essa prescrição moral decorre da vocação do povo santo a ser testemunha do; seu Deus, que é e quer a verdade. As ofensas à verdade exprimem, por palavras ou atos, uma recusa de abraçar a retidão moral: são infidelidades fundamentais a Deus e, neste sentido, minam as bases da Aliança.

I. VIVER NA VERDADE

2465 O Antigo Testamento atesta: Deus é fonte de toda verdade. Sua Palavra é verdade. Sua lei é verdade. "Sua fidelidade continua de geração em geração" (Sl 119,90). Uma vez que Deus é "veraz" (Rm 3,4), os membros de seu Povo são chamados a viver na verdade.

2466 Em Jesus Cristo, a verdade de Deus se manifestou plenamente. "Cheio de graça e verdade, Ele é a "luz do mundo" (Jo 8,12), é a Verdade.".. para que aquele que crê em mim não permaneça nas trevas." O discípulo de Jesus "permanece em sua palavra" para conhecer "a verdade que liberta" (Jo 8,32) e santifica. Seguir a Jesus é viver do "Espírito da verdade" que o Pai envia em seu nome e conduz "à verdade plena" (Jo 16,13). Jesus ensina a seus discípulos o amor incondicional da verdade: "Seja o vosso 'sim', sim, e o vosso 'não', não" (Mt 5,37).

2467 O homem tende naturalmente para a verdade. É obrigado a honrá-la e testemunhá-la: "É postulado da própria dignidade que os homens todos, por serem pessoas... se sintam por natureza impelidos e moralmente obrigados a procurar a verdade, sobretudo a que concerne à religião. São obrigados também a aderir à verdade conhecida e a ordenar toda a vida segundo as exigências da verdade"

2468 A verdade como retidão do agir e da palavra humana tem o nome de veracidade, sinceridade ou franqueza. A verdade ou a veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro no agir e no falar, guardando-se da duplicidade, da simulação e da hipocrisia.

2469 Os homens não poderiam viver juntos se não tivessem confiança recíproca, quer dizer, se não manifestassem a verdade uns aos outros." A virtude da verdade devolve ao outro o que lhe é devido. A veracidade observa um justo meio entre aquilo que deve ser expresso e o segredo que deve ser guardado; implica a honestidade e a discrição. Por justiça, "um homem deve honestamente a outro a manifestação da verdade".

2470 O discípulo de Cristo aceita "viver na verdade", isto é, na simplicidade de uma vida conforme o exemplo do Senhor permanecendo em sua verdade. "Se dissermos que estamos em comunhão com Ele e andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade" (1 Jo 1,6).

II. "DAR TESTEMUNHO DA VERDADE"

2471 Diante de Pilatos, Cristo proclama que "veio ao mundo para dar testemunho da verdade" O cristão não "se envergonha de dar testemunho do Senhor" (2 Tm 1,8). Nas situações que requerem a declaração da fé, o cristão deve professá-la sem equívoco, a exemplo de S. Paulo diante de seus juizes. Ele deve manter "uma consciência irrepreensível, constantemente, diante de Deus e diante dos homens" (At 24,16).

2472 O dever dos cristãos de tomar parte na vida da Igreja leva-os a agir como testemunhas do Evangelho e das obrigações dele decorrentes. Esse testemunho é transmissão da fé em palavras e atos. O testemunho é um ato de justiça que estabelece ou dá a conhecer a verdade: Todos os cristãos, onde quer que vivam, pelo exemplo da vida e pelo testemunho da palavra, devem manifestar o novo homem que pelo Batismo vestiram e a virtude do Espírito Santo que os revigorou pela confirmação.

2473 O martírio é o supremo testemunho prestado à verdade da fé; designa um testemunho que vai até a morte. O mártir dá testemunho de Cristo, morto e ressuscitado, ao qual está unido pela caridade. Dá testemunho da verdade da fé e da doutrina cristã. Enfrenta a morte num ato de fortaleza. "Deixai-me ser comida das feras. E por elas que me será concedido chegar até Deus."

2474 Com o maior cuidado, a Igreja recolheu as lembranças daqueles que foram até o fim para testemunhar a fé. São as "Atas dos Mártires" (Acta Martyrum). Constituem os arquivos da Verdade escritos em letras de sangue: De nada me servirão os encantos do mundo e dos remos deste século. Melhor para mim é morrer (para me unir) a Cristo Jesus do que reinar até as extremidades da terra. É a Ele, que morreu por nós, que eu procuro; é a Ele, que ressuscitou por nós, que eu quero. Aproxima-se o momento em que serei gerado... .

Eu vos bendigo por me terdes julgado digno desse dia e dessa hora, digno de ser contado no número dos vossos mártires... Guardastes vossa promessa, Deus da fidelidade e da verdade. Por essa graça e por todas as coisas, eu vos louvo, vos bendigo e vos glorifico pelo eterno e celeste sumo sacerdote, Jesus Cristo vosso Filho bem-amado. Por Ele, que está convosco e com o Espírito, vos seja dada glória, agora e por todos os séculos. Amém.

III. AS OFENSAS À VERDADE

2475 Os discípulos de Cristo "revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus, na justiça e santidade da verdade" (Ef 4,24). "Livres da mentira" (Ef 4,25), devem "rejeitar toda maldade, toda mentira, todas as formas de hipocrisia, de inveja e maledicência" (I Pd 2,1).

2476 Falso testemunho e perjúrio. Quando emitida publicamente, uma afirmação contrária à verdade assume uma gravidade particular. Diante de um tribunal, torna-se um falso testemunho[a30]. Quando está sob juramento, trata-se de perjúrio. Essas formas de agir contribuem para condenar um inocente para inocentar um culpado ou para aumentar a sanção em que incorre o acusado. Elas comprometem gravemente exercício da justiça e a equidade da sentença pronunciada pelos juizes.

2477 O respeito à reputação das pessoas proíbe qualquer atitude e palavra capazes de causar um prejuízo injusto. Torna-se culpado:

ü de juízo temerário aquele que, mesmo tacitamente, admite como verdadeiro, sem fundamento suficiente, um defeito moral no próximo.

ü de maledicência aquele que, sem razão objetivamente válida, revela a pessoas que não sabem os defeitos e faltas de outros.

ü de calúnia aquele que, por palavras contrárias à verdade, prejudica a reputação dos outros e dá ocasião a falsos juízos a respeito deles.

2478 Para evitar o juízo temerário, todos hão de cuidar de interpretar de modo favorável tanto quanto possível os pensamentos, as palavras e as ações do próximo. Todo bom cristão deve estar mais inclinado a desculpar as palavras do próximo do que a condená-las. Se não é possível desculpá-las, deve-se perguntar-lhe como as entende; e se ele as entende mal, que seja corrigido com amor; e, se isso não bastar, que se procurem todos os meios apropriados para que, compreendendo-as corretamente, se salve.

2479 Maledicência e calúnia destroem a reputação e a honra do próximo. Ora, a honra é o testemunho social prestado à dignidade humana. Todos gozam de um direito natural à honra do próprio nome, à sua reputação e ao seu respeito. Dessa forma, a maledicência e a calúnia ferem as virtudes da justiça e da caridade.

2480 Deve-se proscrever qualquer palavra ou atitude que, por bajulação, adulação ou complacência, encoraje e confirme o outro na malícia de seus atos e na perversidade de sua conduta. A adulação é uma falta grave quando cúmplice de vícios ou de pecados graves. O desejo de prestar serviço ou a amizade não justificam uma duplicidade da linguagem. A adulação é um pecado venial quando deseja somente ser agradável, evitar um mal, remediar uma necessidade, obter vantagens legítimas.

2481 A jactância ou fanfarronice constitui uma falta contra a verdade. O mesmo vale para a ironia, que visa depreciar alguém caricaturando, de modo malévolo, um ou outro aspecto de seu comportamento.

2482 "A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar." O Senhor denuncia na mentira uma obra diabólica: "Vós sois do diabo, vosso pai, . . nele não há verdade: quando ele mente, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira" (Jo 8,44).

2483 A mentira é a ofensa mais direta à verdade. Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro. Ferindo a relação do homem com a verdade e com o próximo, a mentira ofende a relação fundante do homem e de sua palavra com o Senhor.

2484 A gravidade da mentira se mede segundo a natureza da verdade que ela deforma, de acordo com as circunstâncias, as intenções daquele que a comete, os prejuízos sofridos por aqueles que são suas vítimas. Embora a mentira, em si, não constitua senão um pecado venial, torna-se mortal quando fere gravemente as virtudes da justiça e da caridade.

2485 A mentira é condenável em sua natureza. É uma profanação da palavra que tem por finalidade comunicar a outros a verdade conhecida. O propósito deliberado de induzir o próximo em por palavras contrárias à verdade constitui uma falta à justiça e à caridade. A

culpabilidade é maior quando a intenção de enganar acarreta o risco de conseqüências funestas para aqueles são desviados da verdade.

2486 A mentira (por ser uma violação da virtude da veracidade) é uma verdadeira violência feita ao outro porque o fere em sua capacidade de conhecer, que é a condição de todo juízo e de decisão. Contém em germe a divisão dos espíritos e todos os males que ela suscita. A mentira é funesta para toda a sociedade; mina a confiança entre os homens e rompe o tecido das relações sociais.

2487 Toda falta cometida contra a justiça e a verdade impõe o dever de reparação, mesmo que seu autor tenha sido perdoado. Quando se torna impossível reparar um erro publicamente, deve-se fazê-lo em segredo; se aquele que sofreu o prejuízo não pode ser diretamente indenizado, deve-se dar-lhe satisfação moralmente, em nome da caridade. Esse dever de reparação se refere também às faltas cometidas contra a reputação de outrem. Essa reparação, moral e às vezes material, será avaliada na proporção do dano causado e obriga em consciência.

IV. O RESPEITO À VERDADE

2488 O direito à comunicação da verdade não é incondicional. Cada um deve conformar sua vida com o preceito evangélico do amor fraterno. Este requer, nas situações concretas, que se avalie se é conveniente ou não revelar a verdade àquele que a pede.

2489 A caridade e o respeito à verdade devem ditar a resposta a todo pedido de informação ou de comunicação. O bem e a segurança do outro, o respeito à vida privada, o bem comum são razões suficientes para se calar aquilo que não deve ser conhecido ou para se usar uma linguagem discreta. O dever de evitar o escândalo impõe muitas vezes uma estrita discrição. Ninguém é obrigado a revelar a verdade a quem não tem o direito de conhecê-la.

2490 O sigilo do sacramento da Reconciliação é sagrado e não pode ser traído sob nenhum pretexto. "O sigilo sacramental é inviolável; por isso, não é lícito ao confessor revelar o penitente, com palavras, ou de qualquer outro modo, por nenhuma causa."

2491 Os segredos profissionais por exemplo, de políticos, militares, médicos, juristas ou as confidências feitas sob sigilo devem ser guardados, salvo casos excepcionais em que a retenção do segredo causasse àquele que os confia, àquele que os recebe ou a um terceiro prejuízos muito graves e somente evitáveis pela divulgação da verdade. Ainda que não tenham sido confiadas sob sigilo, as informações privadas prejudiciais a outros não podem ser divulgadas sem uma razão grave e proporcionada.

2492 Cada um deve manter a justa reserva acerca da vida privada das pessoas. Os responsáveis pela comunicação devem manter uma justa proporção entre as exigências do bem comum e o respeito dos direitos particulares. A ingerência da informação na vida privada de pessoas comprometidas numa atividade política ou pública é condenável na medida em que ela viola sua intimidade e liberdade.

V. O USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

2493 Na sociedade moderna, os meios de comunicação social exercem um papel primordial na informação, na promoção cultural e na formação. O papel cresce em razão dos avanços técnicos, com a amplitude e a diversidade das notícias transmitidas, com a influência exercida sobre a opinião pública.

2494 A informação dos meios de comunicação social está a serviço do bem comum. A sociedade tem direito a uma informação fundada sobre a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade:

O correto exercício desse direito exige que a comunicação seja, quanto ao objeto, sempre verdadeira e completa, dentro do respeito às exigências da justiça e da caridade; que ela

seja, quanto ao modo, honesta e conveniente, quer dizer, que na aquisição e difusão das notícias observe absolutamente as leis morais, os direitos e a dignidade do homem.

2495 "É indispensável que todos os membros da sociedade cumpram também neste particular os deveres de justiça e verdade. Não de empregar os meios de comunicação social a fim de cooperar para a formação e a difusão da reta opinião pública." A solidariedade aparece como consequência de uma comunicação verdadeira e justa e da livre circulação das idéias que favoreçam o conhecimento e o respeito aos outros.

2496 Os meios de comunicação social (especialmente a mídia) podem gerar certa passividade entre os usuários, tornando-os consumidores pouco criteriosos a respeito das mensagens e dos espetáculos, Os usuários não de se impor moderação e disciplina quanto à mídia. Não de formar em si uma consciência esclarecida e correta, para resistir mais facilmente às influências menos honestas.

2497 Os responsáveis pela imprensa, exatamente por sua profissão têm o dever, na difusão da informação, de servir à verdade e não ofender a caridade. Não de se esforçar por respeitar, com igual cuidado, a natureza dos fatos e os limites do juízo crítico a respeito das pessoas. Devem evitar ceder à difamação.

2498 "Cabem às autoridades civis deveres especiais em razão do bem comum. Os poderes públicos devem defender e proteger a verdadeira e justa liberdade de informação." Publicando leis e cuidando de sua aplicação, os poderes públicos cuidarão para que o mau uso dos meios de comunicação não "cause graves prejuízos aos costumes públicos aos progressos da sociedade". Estabelecerão sanções contra a violação dos direitos de cada pessoa à reputação e ao segredo da vida privada. Darão no momento oportuno e honestamente as informações que dizem respeito ao bem comum e respondem às inquietações fundadas da população. Nada pode justificar o recurso a falsas informações para se manipular a opinião pública pelos meios de comunicação. Essas intervenções não ferirão a liberdade dos indivíduos e dos grupos.

2499 A moral denuncia o flagelo dos estados totalitários que falsificam sistematicamente a verdade, exercem mediante os meios de comunicação uma dominação política da opinião, "manipulam" os acusados e as testemunhas de processos públicos e imaginam assegurar sua tirania sufocando e reprimindo tudo o que consideram "delitos de opinião".

VI. VERDADE, BELEZA E ARTE SACRA

2500 A prática do bem é acompanhada de um prazer espiritual gratuito e da beleza moral. Da mesma forma, a verdade implica a alegria e o esplendor da beleza espiritual. A verdade é bela em si mesma. A verdade da palavra, expressão racional do conhecimento da realidade criada e incriada, é necessária ao homem dotado de inteligência, mas a verdade também pode encontrar outras formas de expressão humana, complementares, sobretudo quando se trata de evocar o que ela contém de indizível, as profundezas do coração humano, as elevações da alma, o mistério de Deus. Antes de se revelar ao homem em palavras de verdade, Deus se lhe revela pela linguagem universal da criação, obra de sua Palavra, de sua Sabedoria: a ordem e a harmonia do cosmo que tanto a criança como o cientista descobrem, "a grandeza e a beleza das criaturas levam, por analogia, à contemplação de seu Autor" (Sb 13,5), "pois foi a própria fonte da beleza que as criou" (Sb 13,3).

A Sabedoria é um eflúvio do poder de Deus, emanação puríssima da glória do Todo-Poderoso; por isso nada de impuro pode nela insinuar-se. É reflexo da luz eterna, espelho nítido da atividade de Deus e imagem de sua bondade (Sb 7,25-26). A sabedoria é mais bela que o sol, supera todas as constelações. Comparada à luz do dia, sai ganhando, pois a luz cede lugar à noite, ao passo que, sobre a Sabedoria o mal não prevalece (Sb 7,29-30). Enamorei-me de sua formosura (Sb 8,2).

2501 "Criado à imagem de Deus", o homem exprime também a verdade de sua relação com o Deus Criador pela beleza de suas obras artísticas. A arte de fato é uma forma de

expressão própria mente humana; acima da procura das necessidades vitais, com a todas as criaturas vivas, ela é uma superabundância gratuita da riqueza interior do ser humano. Nascendo de um talento dado pelo Criador e do esforço do próprio homem, a arte é um forma de sabedoria prática, que une conhecimento e perícia para dar forma à verdade de uma realidade na linguagem acessível à vista e ao ouvido. A arte inclui certa semelhança cor a atividade de Deus na criação, na medida em que se inspira na verdade e no amor das criaturas. Como qualquer outra até atividade humana, a arte não tem um fim absoluto em si mesma mas é ordenada e enobrecida pelo fim último do homem.

2502 A arte sacra é verdadeira e bela quando corresponde, por sua forma, à sua vocação própria: evocar e glorificar, na fé e na adoração, o Mistério transcendente de Deus, beleza excelsa invisível de verdade e amor, revelada em Cristo, "resplendor de sua glória, expressão de seu Ser" (Hb 1,3), em quem "habita corporalmente toda a plenitude da divindade" (Cl 2,9), beleza espiritual refletida na Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus, nos anjos santos. A arte sacra verdadeira leva o homem à adoração, à oração e ao amor de Deus Criador e Salvador, Santo e Santificador.

2503 Por isso devem os bispos, por si ou por delegação, cuidar de promover a arte sacra, antiga e nova, sob todas as formas, e afastar, com o me mo zelo religioso, da liturgia e dos edifícios do culto, tudo o que não harmoniza com a verdade da fé e a autêntica beleza da arte sacra.

RESUMINDO

2504 "Não levantarás falso testemunho contra teu próximo" (Ex 20,16 Os discípulos de Cristo "revestiram-se do homem novo, criado segundo Deus na justiça e santidade da verdade" (Ef 4,24).

2505 A verdade ou veracidade é a virtude que consiste em mostrar-se verdadeiro no agir e no falar, fugindo da duplicidade, dê simulação e da hipocrisia.

2506 O cristão não deve "se envergonhar de dar testemunho de Nosso Senhor" (2Tm 1,8) em atos e palavras. O martírio é o supremo testemunho prestado à verdade da fé.

2507 O respeito à reputação e à honra das pessoas proíbe toda atitude ou palavra de maledicência ou calúnia.

2508 A mentira consiste em dizer o que é falso com a intenção de enganar o próximo.

2509 Toda falta cometida contra a verdade exige reparação.

2510 A regra de ouro ajuda a discernir, nas situações concretas, se convém ou não revelar a verdade àquele que a pede.

2511 "O sigilo sacramental é inviolável. " Os segredos profissionais devem ser guardados. As confidências prejudiciais a outros não devem ser divulgadas.

2512 A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade e na justiça. É conveniente que se imponham moderação e disciplina no uso dos meios de comunicação social.

2513 As artes, mas sobretudo a arte sacra, têm em vista, "por natureza, exprimir de alguma forma nas obras humanas a beleza infinita de Deus e procuram aumentar seu louvor e sua glória na medida em que não tiverem outro propósito senão o de contribuir poderosamente para encaminhar os corações humanos a Deus."

ARTIGO 9

O NONO MANDAMENTO

Não cobiçarás a casa de teu próximo, não desejarás sua mulher, nem seu servo, nem sua serva, nem seu boi, nem seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo (Ex 20,17). Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração (Mt 5,28).

2514 São João distingue três espécies de cobiça ou concupiscência: a concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida. Conforme a tradição catequética católica, o nono mandamento proíbe a concupiscência carnal; o décimo proíbe a concupiscência dos bens alheios.

2515 No sentido etimológico, a "concupiscência" pode designar qualquer forma veemente de desejo humano. A teologia cristã lhe deu o sentido particular de moção do apetite sensível que se opõe aos ditames da razão humana. O Apóstolo Paulo a identifica com a revolta que a carne provoca contra o "espírito". Provém da desobediência do primeiro pecado. Transtorna as faculdades morais do homem e, sem se pecado em si mesma, inclina-o a cometê-lo.

2516 Já no homem, tratando-se de um ser composto, espírito corpo, existe certa tensão, desenrola-se certa luta de tendência entre o "espírito" e a carne . Mas essa luta, de fato, pertence à herança do pecado, é uma consequência dele e, ao mesmo tempo, uma confirmação, e faz parte da experiência do combate espiritual: Para o Apóstolo, não se trata de discriminar e condenar o corpo que, juntamente com a alma espiritual, constitui a natureza do homem e sua subjetividade pessoal. Ele quis tratar sobretudo das obras, ou melhor, das disposições estáveis virtudes vícios moralmente boas ou más, que são fruto da submissão (no primeiro caso) ou, pelo contrário, de resistência (no segundo caso) à ação salvífica do Espírito Santo. Por isso o Apóstolo escreve: "Se, portanto, vivemos pelo espírito, caminhemos também segundo o espírito" (Gl 5,25).

I. A PURIFICAÇÃO DO CORAÇÃO

2517 O coração é a sede da personalidade moral: "É do coração que procedem más intenções, assassinios, adultérios, prostituições, roubos, falsos testemunhos e difamações" (Mt 15,19). A luta contra a concupiscência da carne passa pela purificação do coração e a prática da temperança:

Conserva-te na simplicidade, na inocência, e serás como a criancinhas, que ignoram o mal destruidor da vida dos homens.

2518 A sexta bem-aventurança proclama: "Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus" (Mt 5,8). A expressão "puros de coração" designa aqueles que entregaram o coração e a inteligência às exigências da santidade de Deus, principalmente em três campos: a caridade, a castidade ou a retidão sexual, o amor à verdade e à ortodoxia da fé. Existe um laço de união entre a pureza do coração, do corpo e da fé:

Os fiéis devem crer nos artigos do símbolo, "para que, crendo, obedeçam a Deus; obedecendo, vivam corretamente; vivendo corretamente, purifiquem seu coração; e, purificando o coração, compreendam o que crêem".

2519 Aos "puros de coração" está prometido ver a Deus face a face e ser semelhantes a Ele. A pureza de coração é a condição prévia da visão. Desde já nos concede ver segundo Deus, receber o outro como um "próximo"; permite-nos perceber o corpo humano, o nosso e o do próximo, como um templo do Espírito Santo, uma manifestação da beleza divina.

II. A LUTA PELA PUREZA

2520 O Batismo confere àquele que o recebe a graça da purificação de todos os pecados. Mas o batizado deve continuar a lutar contra a concupiscência da carne e as cobiças desordenadas. Com a graça de Deus, alcançará a pureza de coração:

ü pela virtude e pelo dom da castidade, pois a castidade permite amar com um coração reto e indiviso;

ü pela pureza de intenção, que consiste em ter em vista o fim verdadeiro do homem; com uma atitude simples, o batizado procura encontrar e realizar a vontade de Deus em todas as coisas;

ü pela pureza do olhar, exterior e interior; pela disciplina dos sentimentos e da imaginação; pela recusa de toda complacência nos pensamentos impuros que tendem a desviar do caminho dos mandamentos divinos: "A desperta a paixão dos insensatos" (Sb 15,5);

ü pela oração:

Eu julgava que a continência dependia de minhas próprias forças... forças que eu não conhecia em mim. E eu era tão insensato que não sabia que ninguém pode ser continente, se vos lho concedeis. E sem dúvida mo teríeis concedido, se com gemidos interiores vos ferisse os ouvidos e, com firme fé, pusesse em vós minha preocupação.

2521 A pureza exige o pudor. Este é uma parte integrante da esperança. O pudor preserva a intimidade da pessoa. Consiste na recusa de mostrar aquilo que deve ficar escondido. Está ordenado castidade, exprimindo sua delicadeza. Orienta os olhares e os gestos em conformidade com a dignidade das pessoas e de sua união.

2522 O pudor protege o mistério das pessoas e de seu amor. Convida à paciência e à moderação na relação amorosa; pede que sejam cumpridas as condições da doação e do compromisso definitivo do homem e da mulher entre si. O pudor é modéstia. Inspira o modo de vestir. Mantém o silêncio ou certa reserva quando se entrevê o risco de uma curiosidade malsã. Torna-se discrição.

2523 Existe um pudor dos sentimentos, como existe o do corpo. O pudor, por exemplo, protesta contra a exploração do corpo humano em função de uma curiosidade doentia (como em certo tipo de publicidade), ou contra a solicitação de certos meios de comunicação ir longe demais na revelação de confidências íntimas. O pudor inspira um modo de viver que permite resistir às solicitações da moda e à pressão das ideologias dominantes.

2524 As formas revestidas pelo pudor variam de uma cultura a outra. Em toda parte, porém, ele permanece como o pressentimento de uma dignidade espiritual própria do homem. O pudor nasce pelo despertar da consciência do sujeito. Ensinar o pudor a crianças e adolescentes é despertá-los para o respeito à pessoa humana.

2525 A pureza cristã requer uma purificação do clima social. Exige dos meios de comunicação social uma informação que não ofenda o respeito e a modéstia. A pureza do coração liberta a pessoa do erotismo tão difuso e afasta-a dos espetáculos que favorecem o "voyeurismo" e a ilusão.

2526 O que se costuma chamar permissividade dos costumes se apóia numa concepção errônea da liberdade humana; para se edificar, esta última tem necessidade de se deixar educar previamente pela lei moral. Convém exigir dos responsáveis pela educação que dêem à juventude um ensino respeitoso da verdade, das qualidades do coração e da dignidade moral e espiritual do homem.

2527 "A Boa Nova de Cristo restaura constantemente a vida e a cultura do homem decaído, combate e remove os erros e os males decorrentes da sempre ameaçadora sedução do pecado. Purifica e eleva incessantemente os costumes dos povos. Com as riquezas do alto ela fecunda, como que por dentro, as qualidades do espírito e os dotes de cada povo e de cada idade; fortifica-os, aperfeiçoa-os e restaura-os em Cristo."

RESUMINDO

2528 "Todo aquele que olha para uma mulher com desejo libidinoso já cometeu adultério com ela em seu coração" (Mt 5,28).

2529 O nono mandamento adverte contra a cobiça ou concupiscência carnal.

2530 A luta contra a cobiça carnal passa pela purificação do coração e pela prática da temperança.

2531 A pureza do coração nos permitirá ver a Deus e nos permite desde já ver todas as coisas segundo Deus.

2532 A purificação do coração exige a oração, a prática da castidade, a pureza da intenção e do olhar.

2533 A pureza do coração exige o pudor, que é paciência, modéstia e discrição. O pudor preserva a intimidade da pessoa.

ARTIGO 10

O DÉCIMO MANDAMENTO

NÃO COBIÇARÁS... COISA ALGUMA QUE PERTENÇA A TEU PRÓXIMO (EX 20,17).

Tu não desejarás para ti a casa de teu próximo, nem seu campo, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu boi, nem seu jumento, qualquer coisa que pertença a teu próximo (Dt 5,21).

Onde está o teu tesouro, aí estará também teu coração (Mt 6,21).

2534 O décimo mandamento desdobra e completa o nono, que se refere à concupiscência da carne. Proíbe a cobiça dos bens dos outros, raiz do roubo, da rapina e da fraude, que o sétimo mandamento proíbe. A "concupiscência dos olhos" (1 Jo 2,16) leva à violência e à injustiça, proibidas pelo quinto preceito. A cupidez tem sua origem, como a fornicção, na idolatria proibida nas três primeiras prescrições da 1ei. O décimo mandamento se refere à intenção do coração e resume, junto com o nono, todos os preceitos da Lei.

LA DESORDEM DAS CONCUPISCÊNCIAS

2535 O apetite sensível nos faz desejar as coisas agradáveis que não temos. Por exemplo, desejar comer quando temos fome, ou aquecer-nos quando estamos com frio. Esses desejos são bons em si mesmos, mas muitas vezes não respeitam a medida da razão e nos levam a cobiçar injustamente o que não nos cabe e pertence, ou é devido a outra pessoa.

2536 O décimo mandamento proíbe a avidez e o desejo de uma apropriação desmedida dos bens terrenos; proíbe a cupidez desmedida nascida da paixão imoderada das riquezas e de seu poder. Proíbe ainda o desejo de cometer uma injustiça pela qual se prejudicaria o próximo em seus bens temporais:

Quando a Lei nos diz: "Não cobiçarás", ordena-nos, em outros termos, que afastemos nossos desejos de tudo aquilo que não nos pertence. Pois a sede dos bens do próximo é imensa, infinita e nunca saciada, como está escrito: "Quem ama o dinheiro nunca se de dinheiro" (Ecl 5,9).

2537 Não é violar este mandamento desejar obter coisas que pertencem ao próximo, contanto que seja por meios justos. A catequese tradicional indica com realismo "aqueles que

mais devem lutar contra suas concupiscências criminosas e, portanto, que e preciso "exortar o mais possível à observância deste preceito": São os .. comerciantes que desejam a carestia ou os preços excessivos das mercadorias, que vêm com pesar que não são os únicos a comprar e a vender, o que lhes permitiria vender mais caro e comprar ao preço mínimo; os que desejam que seus semelhantes fiquem na miséria, para tirarem lucro, quer vendendo para eles, quer comprando deles... Os médicos que desejam que haja doentes, os legistas que desejam causas e processos importantes e numerosos....

2538 O décimo mandamento exige banir a inveja do coração humano. Quando o profeta Natã quis estimular o arrependimento do rei Davi, contou-lhe a história do pobre que possuía uma única ovelha, tratada como sua própria filha, e do rico que, apesar da multidão de seus rebanhos, invejava o primeiro e acabou roubando-lhe a ovelha. A inveja pode levar às piores ações. E pela inveja do demônio que a morte entrou no mundo: Nós nos combatemos mutuamente, e é a inveja que nos arma uns contra os outros... Se todos procuram por todos os meios abalar o Corpo onde acabaremos? Nós estamos enfraquecendo o Corpo de Cristo... Declaramo-nos membros de um mesmo organismo e nos devoramos como feras.

2539 A inveja é um vício capital. Designa a tristeza sentida diante do bem do outro e do desejo imoderado de sua apropriação, mesmo indevida. Quando deseja um grave mal ao próximo, é um pecado mortal: Sto. Agostinho via na inveja "o pecado diabólico por excelência". "Da inveja nascem o ódio, a maledicência, a calúnia, a alegria causada pela desgraça do próximo e o desprazer causado por sua prosperidade."

2540 A inveja representa uma das formas de tristeza e, portanto, uma recusa da caridade; o batizado lutará contra ela mediante a benevolência. A inveja provém muitas vezes do orgulho o batizado se exercitará no caminho da humildade: Quereríeis ver Deus glorificado por vós? Pois bem, alegrai-vos com os progressos de vosso irmão e imediatamente Deus será glorificado por vós. Deus será louvado dirão, porque seu servo soube vencer a inveja, colocando alegria nos méritos dos outros.

II. OS DESEJOS DO ESPÍRITO

2541 A economia da lei e da graça desvia o coração dos homens ambição e da inveja e o inicia no desejo do Sumo Bem; instrui-o nos desejos do Espírito Santo, que sacia o coração do homem. O Deus das promessas desde sempre advertiu o homem contra a sedução daquilo que, desde as origens, aparece como "bom ao apetite, agradável aos olhos, desejável para adquirir ciência" (cf. Gn 3,6).

2542 A Lei confiada a Israel jamais bastou para justificar aqueles que lhe eram sujeitos; antes, tomou-se mesmo o instrumento da "cobiça[a45] ". A inadequação entre o querer e o fazer [a46] indica o conflito entre a lei de Deus, que é a "lei da razão", e outra lei, "que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros" (Rm 7,23).

2543 "Agora, porém, independentemente da Lei, se manifestou a justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas, justiça de Deus que opera pela fé em Jesus Cristo em favor de todos os crêem" (Rm 3,21-22). Por isso os fiéis de Cristo "crucificaram a carne com suas paixões e concupiscências" (Gl 5,24); eles conduzidos pelo Espírito [a48] e seguem os desejos do Espírito.

III. A POBREZA DE ORAÇÃO

2544 Jesus ordena a seus discípulos que O prefiram a tudo e dos e lhes propõe que "renunciem a todos os bens" por causa dele e do Evangelho. Pouco antes de sua paixão, deu-lhes como exemplo a pobre viúva de Jerusalém que, de sua indigência, deu tudo o que possuía para viver[a54] . O preceito do desprendimento das riquezas é obrigatório para se entrar no Reino dos céus.

2545 Todos os fiéis de Cristo "devem dirigir retamente seus afetos para que, por causa do uso das coisas mundanas, por causa do apego às riquezas contra o espírito da pobreza evangélica, não sejam impedidos de tender à perfeição da caridade".

2546 Bem-aventurados os pobres em espírito" (Mt 5,3). As bem-aventuranças revelam uma ordem de felicidade e de graça, de beleza e de paz. Jesus celebra a alegria dos pobres, a quem já pertence o Reino[a58] : O Verbo chama "pobreza em espírito" à humildade voluntária de um espírito humano e sua renúncia; o Apóstolo nos dá como exemplo a pobreza de Deus quando diz: "Ele se fez pobre por nós" (2 Cor 8,9).

2547 O Senhor se queixa dos ricos porque encontram na profusão dos bens o seu consolo (Lc 6,24). "O orgulhoso procura o poder terreno, ao passo que o pobre em espírito busca o Reino dos Céus." O abandono nas mãos da Providência do Pai do Céu liberta da preocupação do amanhã. A confiança em Deus predispõe para a bem-aventurança dos pobres. Eles verão a Deus.

IV. "QUERO VER A DEUS"

2548 O desejo da felicidade verdadeira liberta o homem do apego imoderado aos bens deste mundo, (felicidade) que se realizará na visão e na bem-aventurança de Deus. "A promessa de ver a Deus ultra-passa todas as bem-aventuranças. Na Escritura, ver é possuir. Aquele que vê a Deus obteve todos os bens que podemos imaginar.

2549 Ao povo santo de Deus resta lutar, com a graça do Alto, para alcançar os bens que Deus promete. Para possuir e contemplar a Deus, os fiéis de Cristo mortificam sua concupiscência e superam, com a graça de Deus, as seduções do gozo e do poder.

2550 Por esse caminho da perfeição, o Espírito e a Esposa chamam aquele que os ouve à comunhão perfeita com Deus. Ai haverá a verdadeira glória; ninguém será louvado então por engano ou bajulação; as verdadeiras honras não serão recusadas àqueles que as merecem, nem concedidas aos indignos; aliás, nenhum indigno terá tal pretensão, pois só quem é digno será admitido. Ai reinará a verdadeira paz, onde ninguém será sujeito à oposição nem de si mesmo nem dos outros. Da virtude, o próprio Deus será a recompensa, Ele que deu a virtude e se prometeu a si mesmo como a recompensa (para ela) melhor e maior que possa existir: "Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo" (Lv 26,12)... É também o sentido das palavras do Apóstolo: "Para que Deus seja tudo em todos" (1 Cor 15,12). Ele mesmo será o fim de nossos desejos, aquele que contemplaremos sem fim, amaremos sem sociedade, louvaremos sem cansaço. E esse dom, essa afeição, essa ocupação serão certamente como a vida eterna, comuns a todos.

RESUMINDO

2551 "Onde está teu tesouro, aí estará teu coração" (Mt 6,21).

2552 O décimo mandamento proíbe a ambição desregrada, nascida paixão imoderada das riquezas e de seu poder.

2553 A inveja é a tristeza sentida diante do bem de outrem e o desejo imoderado de dele se apropriar. É um vício capital.

2554 O batizado combate a inveja pela benevolência, pela humildade e pelo abandono nas mãos da Providência divina.

2555 Os fiéis de Cristo "crucificaram a carne com suas paixões concupiscências" (Gl 5,24); são conduzidos pelo Espírito e seguem os desejos dele.

2556 O desapego das riquezas é necessário para entrar no Reino dos Céus. "Bem-aventurados os pobres de coração."

2557 Eis o verdadeiro desejo do homem: "Quero ver a Deus A sede de Deus é saciada pela água da Vida Eterna.

QUARTA PARTE - A ORAÇÃO CRISTÃ

PRIMEIRA SEÇÃO

A ORAÇÃO NA VIDA CRISTÃ

2558 "Grande é o Mistério da fé." A Igreja o professa no Símbolo dos Apóstolos (Primeira parte) e o celebra na Liturgia sacramental (Segunda parte), para que a vida dos fiéis seja conforme a Cristo no Espírito Santo para a glória de Deus Pai (Terceira parte). Esse Mistério exige, pois, que os fiéis nele creiam, celebrem-no e dele vivam numa relação viva e pessoal com o Deus vivo e verdadeiro. Essa relação é a oração.

O QUE É A ORAÇÃO?

Para mim, a oração é um impulso do coração, é um simples olhar lançado ao céu, um grito de reconhecimento e amor no meio da provação ou no meio da alegria.

A oração como dom de Deus

2559 "A oração é a elevação da alma a Deus ou o pedido a Deus dos bens convenientes[a3] . De onde falamos nós, ao rezar? Das alturas de nosso orgulho e vontade própria, ou das "profundezas" (Sl 130,1) de um coração humilde e contrito? Quem se humilha será exaltado. A humildade é o fundamento da oração. "Nem sabemos o que seja conveniente pedir" (Rm 8,26). A humildade é a disposição para receber gratuitamente o dom da oração; o homem é um mendigo de Deus.

2560 "Se conhecesses o dom de Deus!" (Jo 4,10). A maravilha da oração se revela justamente aí, à beira dos poços aonde vamos procurar nossa água; é aí que Cristo vem ao encontro de todo ser humano, é o primeiro a nos procurar, e é Ele que pede de beber. Jesus tem sede, seu pedido vem das profundezas do Deus que nos deseja. A oração, quer saibamos ou não, é o encontro entre a sede de Deus e a nossa. Deus tem sede de que nós tenhamos sede dele[a6] .

2561 "És tu que lhe pedirias e Ele te daria água viva" (Jo 4,10). Nossa oração de pedido é, paradoxalmente, uma resposta. Resposta à queixa do Deus vivo: "Eles me abandonaram a mim a fonte de água viva, para cavar para si cisternas furadas!" (2,13), resposta de fé à promessa gratuita da salvação, resposta de amor à sede do Filho único.

A ORAÇÃO COMO ALIANÇA

2562 De onde vem a oração humana? Qualquer que seja a linguagem da oração (gestos e palavras), é o homem todo quem reza. Mas, para designar o lugar de onde brota a oração, as Escrituras falam às vezes da alma ou do espírito, geralmente do coração (mais de mil vezes). E o coração que reza. Se ele está longe de Deus, a expressão da oração é vá.

2563 O coração é a casa em que estou, onde moro (segundo expressão semítica ou bíblica: aonde eu "desço"). Ele é nosso centro escondido, inatingível pela razão e por outra pessoa; só o Espírito de Deus pode sondá-lo e conhecê-lo. Ele é o lugar da decisão, no mais profundo de nossas tendências psíquicas. E o lugar da verdade, onde escolhemos a vida ou a morte. E o lugar do encontro, pois, à imagem de Deus, vivemos em relação; é o lugar da Aliança.

2564 A oração cristã é uma relação de Aliança entre Deus e o homem em Cristo. É ação de Deus e do homem; brota do Espírito Santo e de nós, totalmente dirigida para o Pai, em união com a vontade humana do Filho de Deus feito homem.

A ORAÇÃO COMO COMUNHÃO

2565 Na Nova Aliança, a oração é a relação viva dos filhos de Deus com seu Pai infinitamente bom, com seu Filho, Jesus Cristo, e com o Espírito Santo. A graça do Reino é a "união de toda a Santíssima Trindade com o espírito pleno". A vida de oração desta forma consiste em estar habitualmente na presença do Deus três vezes Santo e em comunhão com Ele. Esta comunhão de vida é sempre possível, porque, pelo Batismo, nos tomamos um mesmo ser com Cristo. A oração é cristã enquanto comunhão com Cristo e cresce na Igreja que é seu Corpo. Suas dimensões são as do Amor de Cristo.

CAPÍTULO I

A REVELAÇÃO DA ORAÇÃO.

VOCAÇÃO UNIVERSAL À ORAÇÃO

2566 O homem está à procura de Deus. Pela criação, Deus chama todo ser do nada à existência. "Coroados de glória e esplendor", o homem é, depois dos anjos, capaz de reconhecer que "é poderoso o Nome do Senhor em toda a terra". Mesmo depois de ter perdido a semelhança com Deus por seu pecado, o homem continua sendo um ser feito à imagem de seu Criador. Conserva o desejo daquele que o chama à existência. Todas as religiões testemunham essa procura essencial dos homens.

2567 Deus é o primeiro a chamar o homem. Ainda que o homem esqueça seu Criador ou se esconda longe de sua Face, ainda que corra atrás de seus ídolos ou acuse a divindade de tê-lo abandonado, o Deus vivo e verdadeiro chama incessantemente cada pessoa ao encontro misterioso da oração. Essa atitude de amor fiel vem sempre em primeiro lugar na oração; a atitude do homem é sempre resposta a esse amor fiel. A medida que Deus se revela e revela o homem a si mesmo, a oração aparece como um recíproco apelo, um drama de Aliança. Por meio das palavras e dos atos, esse drama envolve o coração e se revela através de toda a história da salvação.

ARTIGO I

NO ANTIGO TESTAMENTO

2568 A revelação da oração no Antigo Testamento se insere entre a queda e a elevação do homem, entre o chamado doloroso de Deus a seus primeiros filhos: "Onde estás?... Que fizeste?" (Gn 3,9.13), e a resposta do Filho único ao entrar no mundo: "Eis-me aqui, eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade[a20] ". A oração, dessa forma, está ligada à história dos homens, é a relação com Deus nos acontecimentos da história.

A CRIAÇÃO - FONTE DA ORAÇÃO

2569 É sobretudo a partir das realidades da criação que se vive a oração. Os nove primeiros capítulos do Gênesis descrevem essa relação com Deus como oferenda dos primogênitos rebanho de Abel, como invocação do nome divino por Enós, como "caminhada com Deus". A oferenda de Noé é "agradável" a Deus, que o abençoa e, por meio dele, abençoa toda a criação, porque seu coração é justo e íntegro; também ele caminha com Deus" (Gn 6,9). Essa qualidade da oração é vivida por uma multidão de justos em todas as religiões. Em sua Aliança indefectível com os seres vivos, Deus sempre convida os homens a orar. Mas é sobretudo a partir nosso pai Abraão que a oração é revelada no Antigo Testamento.

A PROMESSA E A ORAÇÃO DA FÉ

2570 Assim que Deus o chama, Abraão parte, "como lhe disse o Senhor" (Gn 12,4); seu coração se mostra "submisso à Palavra" ele obedece. A escuta do coração que se decide segundo Deus é essencial à oração; as palavras lhe são relativas. Mas a oração de Abraão se exprime primeiro por atos: como homem de silêncio, ele constrói, a cada etapa, um altar ao Senhor. Somente mais tarde aparece sua primeira oração com palavras: uma queixa velada que lembra a Deus suas promessas que parecem não se realizar. Desde o começo aparece assim um dos aspectos do drama da oração: a provação da fé na fidelidade de Deus.

2571 Tendo acreditado em Deus, caminhando em sua presença e em aliança com ele, o patriarca está disposto a acolher em sua tenda o hóspede misterioso: é a admirável hospitalidade de Mambré, prelúdio da anunciação do verdadeiro Filho da Promessa. Por isso, tendo-lhe Deus confiado seu plano, o coração de Abraão está sintonizado com a compaixão de seu Senhor pelos homens, e ele ousa interceder por eles com audaciosa confiança.

2572 Como última purificação de sua fé, requer-se do "depositário das promessas" (Hb 11,17) que sacrifique o filho que Deus lhe dera. Sua fé não esmorece: "E Deus que proverá o cordeiro para o holocausto" (Gn 22,8), "pois Deus, pensava ele, é capaz também de ressuscitar os mortos" (Hb 11,19). Dessa forma, o pai dos que crêem se configurou ao Pai que não há de poupar seu próprio Filho, mas o entregará por todos nós. A oração restaura o homem à semelhança de Deus e o faz participar do poder do amor de Deus que salva a multidão.

2573 Deus renova sua promessa a Jacó, pai das doze tribos de Israel. Antes de enfrentar seu irmão Esaú, ele luta uma noite inteira com "alguém" misterioso que se recusa a revelar-lhe o nome, mas o abençoa antes de o deixar ao despontar da aurora. A tradição espiritual da Igreja reteve dessa história o símbolo da oração como combate da fé e vitória da perseverança.

MOISÉS E A ORAÇÃO DO MEDIADOR

2574 Logo que começa a se realizar a Promessa (a Páscoa, o Êxodo, a entrega da Lei e a conclusão da Aliança), a oração de Moisés é a figura surpreendente da oração de intercessão que se realizará no "único Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus" (1 Tm 2,5).

2575 Também aqui Deus vem primeiro. É Ele quem chama Moisés do meio da sarça ardente. Esse acontecimento será sempre uma das figuras primordiais da oração na tradição espiritual judaica e cristã. De fato, se "o Deus de Abraão, Isaac e Jacó" chama seu servo Moisés, é porque Ele é o Deus Vivo que quer a vida dos homens. Ele se revela para salvá-los, mas não sozinho, nem apesar deles; chama Moisés para enviá-lo, para associá-lo sua compaixão, à sua obra de salvação. Há, por assim dizer, uma imploração divina nesta missão, e Moisés, depois de longo debate, conformará sua vontade com a de Deus salvador. Mas, nesse diálogo em que Deus se confia, Moisés também aprende a orar esquivando-se, objetando e principalmente pedindo. E é em resposta a seu pedido que o Senhor lhe confia seu Nome inefável, que se revelará em seus grandes feitos.

2576 "Deus falava com Moisés face a face, como um homem fala com outro" (Ex 33,11). A oração de Moisés é típica da oração contemplativa graças à qual o servo de Deus é fiel à sua missão. Moisés "conversa" muitas vezes e longamente com o Senhor, subindo à montanha para ouvi-lo e implorá-lo, e descendo ao povo para lhe repetir as palavras de seu Deus e guiá-lo. "Toda minha casa lhe está confiada. Falo-lhe face a face, claramente e não em enigmas" (Nm 12,7-8), pois "Moisés era um homem muito humilde, o mais humilde dos homens que havia na terra" (Nm 12,3).

2577 Dessa intimidade com o Deus fiel, lento para a cólera e cheio de amor[a45], Moisés tirou a força e a tenacidade de sua intercessão. Não ora por si, mas pelo povo que Deus adquiriu. Já durante o combate com os amalecitas[a46], ou para obter a cura de Miriam, Moisés intercede. Mas é sobretudo depois da apostasia do povo que "ele se posta na brecha", diante de Deus (Sl 106,23), para salvar o povo. Os argumentos de sua oração (a intercessão também é um combate misterioso) inspirarão a audácia dos grandes orantes do povo judeu e da Igreja: Deus é

amor, por isso é justo e fiel; não se pode contradizer, deve lembrar-se de suas ações maravilhosas, sua Glória está em jogo, não pode abandonar o povo que traz seu nome.

DAVI E A ORAÇÃO DO REI

2578 A oração do povo de Deus florescerá à sombra da Casa de Deus, da Arca da Aliança e, mais tarde, do Templo. São principalmente os guias do povo os pastores e os profetas - que o ensinarão a orar. Samuel, menino, teve de aprender de sua mãe Ana como "se portar diante do Senhor", e do sacerdote Eli, como ouvir Sua Palavra: "Fala, Senhor, que teu servo ouve" (1Sm 3,9-10). Mais tarde, também ele conhecerá o preço e o peso da intercessão: "Quanto a mim, longe de mim esteja que eu venha a pecar contra o Senhor, deixando de orar por vós e de vos mostrar o bem e o reto caminho" (1Sm 12,23).

2579 Davi é por excelência o rei "segundo o coração de Deus", o pastor que ora por seu povo e em seu nome, aquele cuja submissão à vontade de Deus, cujo louvor e arrependimento serão o modelo da oração do povo. Como ungido de Deus, sua oração é adesão fiel à promessa divina, confiança cheia de amor e alegria naquele que é o único Rei e Senhor. Nos Salmos, Davi, inspirado pelo Espírito Santo, é o primeiro profeta da oração judaica e cristã. A oração de Cristo, verdadeiro Messias e filho de Davi, revelará e realizará o sentido dessa oração.

2580 O Templo de Jerusalém, a casa de oração que Davi queria construir, será a obra de seu filho Salomão. A oração da Dedicção do Templo se apóia na Promessa de Deus e em sua Aliança, na presença ativa de seu nome entre o povo e a lembrança dos grandes feitos do Êxodo. O rei levanta então as mãos ao céu e suplica ao Senhor por si, por todo o povo, pelas gerações futuras, pelo perdão dos pecados, pelas necessidades de cada dia, para que todas as nações saibam que Ele é o único Deus e para que o coração de seu povo seja inteiramente dele.

ELIAS, OS PROFETAS E A CONVERSÃO DO CORAÇÃO

2581 O Templo devia ser para o povo de Deus o lugar de sua educação à oração: as peregrinações, as festas, os sacrifícios, a oferenda da tarde, o incenso, os pães da "proposição", todos esses sinais da Santidade e da Glória de Deus, Altíssimo e tão próximo, eram apelos e caminhos da oração. Mas o ritualismo, arrastava muitas vezes o povo para um culto por demais exterior. Faltava a educação da fé, a conversão do coração. Foi a missão dos profetas, antes e depois do Exílio.

2582 Elias é o pai dos profetas, "da geração dos que procuram Deus, dos que buscam sua face[a55] ". Seu nome, "O Senhor é me Deus", anuncia o clamor do povo em resposta à sua oração no monte Carmelo. S. Tiago nos remete a Elias para nos incitar à oração: "A oração fervorosa do justo tem grande poder".

2583 Depois de ter aprendido a misericórdia em seu retiro à margem da torrente do Carit, ensina à viúva de Sarepta a fé na palavra de Deus, fé que ele confirma por sua oração insistente: Deus devolve à vida o filho da viúva. Por ocasião do sacrifício no monte Carmelo, prova decisiva para a fé do povo de Deus, foi por sua súplica que o fogo do Senhor consumiu o holocausto, "na hora em que se apresenta a oferenda da tarde": "Responde-me, Senhor, responde-me!", são as mesmas palavras de Elias que as Liturgias orientais repetem na Epiclese eucarística[a60] . Por fim, retomando o caminho do deserto para o lugar em que o Deus vivo e verdadeiro se revelou a seu povo, Elias se escondeu, como Moisés, "na fenda do rochedo", até que "passasse" a Presença misteriosa de Deus. Mas somente na montanha da Transfiguração se revelará Aquele cuja Face buscam; o conhecimento da Glória de Deus está na face Cristo crucificado e ressuscitado.

2584 No "face a face" com Deus, os profetas haurem luz e força para sua missão. Sua oração não é uma fuga do mundo infiel, mas uma escuta da Palavra de Deus, às vezes um debate ou uma queixa, sempre uma intercessão que aguarda e prepara a intervenção do Deus salvador, Senhor da história.

OS SALMOS. ORAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

2585 Desde Davi até a vinda do Messias, os Livros Sagrados contêm textos de oração que atestam o aprofundamento cada vez maior da oração por si mesmo e pelos outros. Os salmos foram pouco a pouco reunidos numa coletânea de cinco livros: os Salmos (ou "Louvores"), obra-prima da oração no Antigo Testamento.

2586 Os Salmos alimentam e exprimem a oração do povo de Deus como assembléia, por ocasião das grandes festas em Jerusalém e cada sábado nas sinagogas. Esta oração é inseparavelmente pessoal e comunitária; refere-se aos que oram e a todos os homens; sobe da Terra Santa e das comunidades da Diáspora, mas abrange toda a criação; lembra os acontecimentos salvíficos do passado e se estende até a consumação da história; recorda as promessas de Deus já realizadas e aguarda o Messias que as realizará definitivamente. Rezados e realizados em Cristo, os Salmos são sempre essenciais à oração de Sua Igreja.

2587 O Saltério é o livro em que a Palavra de Deus se torna oração do homem. Nos outros livros do Antigo Testamento, as palavras proclamam as obras" (de Deus em favor dos homens) "e elucidam o mistério nelas contido". No Saltério, as palavras do salmista exprimem, cantando-as a Deus, suas obras de salvação. O mesmo Espírito inspira a obra de Deus e a resposta do homem. Cristo unirá uma e outra. Nele, os salmos nos ensinam continuamente a orar.

2588 As expressões multiformes da oração dos Salmos tomam forma tanto na liturgia do Templo como no coração do homem. Quer se trate de um hino, de uma oração de aflição ou de ação de graças, de uma súplica individual ou comunitária, de canto de aclamação ao rei ou de um cântico de peregrinação, ou ainda de uma meditação sapiencial, os Salmos são o espelho das maravilhas de Deus na história de seu povo e das situações humanas vividas pelo salmista. Um Salmo pode refletir um acontecimento do passado, mas é de uma sobriedade tão grande que pode ser rezado na verdade pelos homens de qualquer condição e em qualquer tempo.

2589 Os Salmos são marcados por características constantes: a simplicidade e a espontaneidade da oração, o desejo do próprio Deus através de e com tudo o que é bom em sua criação, a situação desconfortável do crente que, em seu amor preferencial ao Senhor, está exposto a uma multidão de inimigos e tentações e, na expectativa do que fará o Deus fiel, a certeza de seu amor e a entrega à sua vontade. A oração dos Salmos é sempre motivada pelo louvor, e por isso o título desta coletânea convém perfeitamente ao que ela nos oferece: "Os Louvores". Feita para o culto da Assembléia, ela anuncia o convite à oração e canta-lhe a resposta: "Hallelu-Ya"! (Aleluia), "Louvai o Senhor"!

Haverá algo melhor do que um Salmo? É por isso que Davi diz muito acertadamente: "Louvai o Senhor, pois o Salmo é uma coisa boa: a nosso Deus, louvor suave e belo!" E é verdade. Pois o Salmo é bênção pronunciada pelo povo, louvor de f pela assembléia, aplauso de todos, palavra dita pelo universo voz da Igreja, melodiosa profissão de fé..

RESUMINDO

2590 "A oração é a elevação da alma a Deus ou o pedido a Deus dos bens convenientes[a74]."

2591 Deus chama incansavelmente toda pessoa ao encontro misterioso com Ele. A oração acompanha toda a história da salvação como um apelo recíproco entre Deus e o homem.

2592 A oração de Abraão e de Jacó se apresenta como um combate da fé apoiada na confiança na fidelidade de Deus e na certeza da vitória prometida à perseverança.

2593 A oração de Moisés responde à iniciativa do Deus vivo para a salvação de seu povo. Prefigura a oração de intercessão do único mediador, Jesus Cristo.

2594 A oração do povo de Deus floresce à sombra da Casa de Deus, da Arca da Aliança e do Templo, sob a direção dos pastores, principalmente do rei Davi, e dos profetas.

2595 Os profetas chamam à conversão do coração e, buscando ardentemente a face de Deus, como Elias, intercedem pelo povo.

2596 Os Salmos constituem a obra-prima da oração no Antigo Testamento. Apresentam dois componentes inseparáveis; o pessoal e o comunitário. Estendem-se a todas as dimensões da história, comemorando as promessas de Deus já realizadas e esperando a vinda do Messias.

2597 Rezados e realizados em Cristo, os Salmos são um elemento essencial e permanente da oração de sua Igreja e são adequados aos homens de qualquer condição e tempo.

ARTIGO 2

NA PLENITUDE DO TEMPO

2598 O evento da oração nos é plenamente revelado no Verbo que se fez carne e habita entre nós. Procurar compreender sua oração, por meio daquilo que suas testemunhas nos anunciam dela no Evangelho, é aproximar-nos do Santo Senhor Jesus como da sarça ardente: primeiro contemplá-lo na oração, depois ouvir como Ele nos ensina a orar, para conhecer, enfim, como Ele atende nossa prece.

JESUS ORA

2599 O [§75] Filho de Deus que se tomou Filho da Virgem aprendeu também a rezar segundo seu coração de homem. Aprendeu as fórmulas de oração com sua mãe, que conservava e meditava em seu coração todas as "grandes coisas" feitas pelo Todo-Poderoso[a76] . Aprendeu nas palavras e ritmos da oração de seu povo, na sinagoga de Nazaré e no Templo. Mas sua oração brota de uma fonte bastante secreta, como deixa prever com a idade de doze anos: "Eu devo estar na casa de meu Pai" (Lc 2,49). Aqui começa a se revelar a novidade da oração na plenitude dos tempos: a oração filial, que o Pai esperava de seus filhos, será enfim vivida pelo próprio Filho único em sua humanidade, com os homens e para os homens.

2600 O [§77] Evangelho segundo S. Lucas destaca a ação do Espírito Santo e o sentido da oração no ministério de Cristo. Jesus ora antes dos momentos decisivos de sua missão: antes de o Pai dar testemunho dele por ocasião do Batismo [a78] e da Transfiguração [a79] e antes de realizar por sua Paixão o plano de amor do Pai[a80] . Ora também antes dos momentos decisivos que darão início à missão dos Apóstolos: antes de escolher e chamar os Doze[a81] , antes que Pedro o confesse como "Cristo de Deus [a82] e para que a fé do chefe dos Apóstolos não desfaleça na tentação[a83] . A oração de Jesus antes das ações salvíficas que realiza a pedido do Pai é uma entrega, humilde e confiante, de sua vontade humana à vontade amorosa do Pai.

2601 "Estando [§84] em certo lugar, orando, ao terminar, um de se discípulos pediu-lhe: Senhor, ensina-nos a orar" (Lc 11,1). Não é antes de tudo contemplando seu mestre a orar que o discípulo de Cristo deseja orar? Pode então aprender a orar que o Mestre da oração. É contemplando e ouvindo o Filho que filhos aprendem a orar ao Pai.

2602 Jesus [§85] muitas vezes se retira, na solidão, na montanha, de preferência à noite, para orar[a86] . Em sua oração, leva consigo os homens, pois, assumindo a humanidade em sua Encarnação, oferece-os ao Pai, oferecendo-se a si mesmo. Ele, o Verbo que "assumiu a carne", em sua oração humana participa de tudo o que vivem "seus irmãos[a87] "; Ele se compadece de fraquezas para livrá-los delas[a88] . Foi para isso que o Pai o enviou. Suas palavras e obras aparecem então como a manifestação visível de sua oração "em segredo".

2603 De [§89] Cristo, durante seu ministério, os evangelistas conservaram duas orações mais explícitas, que começam ambas com uma ação de graças. Na primeira[a90] , Jesus glorifica o Pai, agradece-lhe e o bendiz porque escondeu os mistérios do Reino aos que se julgam doutos e revelou-os aos "pequeninos" (os pobres das Bem--aventuranças). Sua exclamação emocionada, "Sim, Pai!", exprime o fundo de seu coração, sua adesão ao "beneplácito" do Pai, como num eco ao "Fiat" de Sua Mãe em sua concepção e como prelúdio àquele sim que dirá ao Pai em sua agonia. Toda a oração de Jesus está nesta adesão amorosa de seu coração de homem ao "mistério da vontade" do Pai[a91] .

2604 A [§92] segunda oração é referida por São João [a93] antes da ressurreição de Lázaro. A ação de graças precede o acontecimento: "Pai, eu te dou graças por me teres ouvido", o que implica que o Pai escuta sempre seu pedido, e Jesus logo acrescenta: "Eu sabia que sempre me ouves". Isso implica que, de sua parte, Jesus pede de modo constante. Dessa forma, motivada pela ação de graças, a oração de Jesus nos revela como pedir: Antes que o dom seja feito, Jesus adere Àquele que nos dá seus dons. O Doador é mais precioso do que o dom concedido, Ele é o "Tesouro", e nele é que está o coração de seu Filho; o dom é dado "por acréscimo[a94] " .

A oração "sacerdotal" de Jesus [a95] ocupa um lugar único na economia da salvação. Será meditada no final da primeira seção. Revela com efeito a oração sempre atual de nosso Sumo Sacerdote e, ao mesmo tempo, contém o que Ele nos ensina em nossa oração a nosso Pai, que será desenvolvida na segunda seção.

2605 Ao [§96] chegar a Hora de realizar o plano de amor do Pai, Jesus deixa entrever a profundidade insondável de sua oração filial, não apenas antes de se entregar livremente ("Abba... não seja feita a minha vontade, mas a tua": Lc 22,42), mas também em suas últimas palavras na Cruz, quando orar e entregar-se são um só e mesmo ato: "Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem" (Lc 23,34); "Em verdade te digo, hoje mesmo estarás comigo Paraíso" (Lc 23,43); "Mulher, eis aí teu filho"; "Eis tua mãe" (Jo 19,26-27); "Tenho sede!" (Jo 19,28); "Meu Deus, por que me abandonaste[a97] ?"; "Tudo está consumado" (Jo 19,30); "Pai, c tuas mãos entrego meu espírito" (Lc 23,46), até aquele grande grito, quando Ele expira, entregando o espírito[a98] .

2606 Todas [§99] as misérias da humanidade de todos os tempos, escrava do pecado e da morte, todos os pedidos e intercessões história da salvação estão recolhidos neste Grito do Verbo encarnado. Eis que o Pai os acolhe e, indo além de todas as esperanças, ouve-os, ressuscitando seu Filho. Dessa forma se realiza e se consuma o evento da oração na Economia da criação e da salvação. Sua chave de interpretação nos é dada pelo Saltério em Cristo. E no Hoje da Ressurreição que o Pai diz: "Tu és meu Filho, eu hoje te gerei. Pede, e eu te darei as nações como herança, os confins da terra como propriedade[a100]

A Epístola aos Hebreus exprime em termos dramáticos como a oração de Jesus opera a vitória da salvação. "É ele que, nos dias de sua vida terrestre, apresentou pedidos e súplicas, com veemente clamor e lágrimas, àquele que o podia salvar da morte; e foi atendido por causa de sua submissão. E, embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento; e, levado à perfeição, se tomou para todos os que lhe obedecem principio de salvação eterna" (1 Hb 5,7-9)

JESUS ENSINA A ORAR

2607 Ao [§101] orar, Jesus já nos ensina a orar. O caminho teológico de nossa oração é a oração a seu Pai. Mas o Evangelho nos dá um ensinamento explícito de Jesus sobre a oração. Como pedagogo, ele nos toma onde estamos e, progressivamente, nos conduz ao Pai. Dirigindo-se às multidões que o seguem, Jesus parte daquilo que elas já conhecem da oração, conforme a Antiga Aliança, e as abre para a novidade do Reino que vem. Depois lhes revela em parábolas essa novidade. Enfim, falará abertamente do Pai e do Espírito Santo a seus discípulos, que deverão ser pedagogos da oração em sua Igreja.

2608 No [§102] Sermão da Montanha, Jesus insiste na conversão do coração: a reconciliação com o irmão antes de apresentar uma oferenda no altar[a103] , o amor aos inimigos e a oração pelos perseguidores[a104] , a oração ao Pai "em segredo" (Mt 6,6), a não-multiplicação das palavras[a105] , o perdão do fundo do coração na oração, a pureza do coração [a106] e a busca do Reino[a107] . Essa conversão é inteiramente orientada para o Pai; é filial.

2609 O [§108] coração assim decidido a se converter aprende a orar na fé. A fé é uma adesão filial a Deus, acima daquilo que sentimos e compreendemos. Tomou-se possível porque o Filho bem-amado nos abre as portas para o Pai. Este pode pedir-nos que "procuremos" e "batamos", uma vez que Ele mesmo é a porta e o caminho[a109] .

2610 Assim [§110] como Jesus ora ao Pai e dá graças antes de receber seus dons, Ele nos ensina essa audácia filial: "Tudo quanto suplicardes e pedirdes, crede que já recebestes" (Mc 11,24). "Tudo é possível para quem crê" (Mc 9,23), com uma fé "que não hesita[a111] ". tal é a força da oração. Se por um lado Jesus se entristece pela "falta de fé" de seus parentes (Mc 6,6) e pela "fraqueza na fé" de seus discípulos[a112] , por outro lado fica admirado com a "grande fé" do centurião romano [a113] e da cananéia[a114] .

2611 A [§115] oração de fé não consiste apenas em dizer "Senhor, Senhor", mas em levar o coração a fazer a vontade do Pai[a116] . Jesus convida os discípulos a terem, na oração, a preocupação de cooperarem com o plano divino[a117] .

2612 Em [§118] Jesus, "o Reino de Deus está próximo" (Mc 1,15) e convoca à conversão e à fé, como também, à vigilância. Na oração, o discípulo vigia atento Aquele que É e que Vem na memória de sua primeira Vinda na humildade da carne e na esperança de sua segunda Vinda na Glória[a119] . Em comunhão com o Mestre a oração dos discípulos é um combate, e é vigiando na prece que não se cai em tentação[a120] .

2613 Três [§121] parábolas principais sobre a oração nos são transmitida por S. Lucas. A primeira, "o amigo importuno[a122] ", convida a uma oração persistente: "Batei e se vos abrirá". Aquele que assim ora, o Pai do céu "dará tudo o que precisa", sobretudo o Espírito Santo, que contém todos os dons. A segunda, "a viúva importuna[a123] ", focaliza uma das qualidades da oração: é preciso rezar sempre sem esmorecimento, com a paciência fé. "Mas, quando vier o Filho do homem, acaso encontrará fé na terra? A terceira parábola, "o fariseu e o publicano[a124] ", refere-se à humildade do coração que reza. "Meu Deus, tem piedade de mim, pecador." Essa oração a Igreja constantemente toma sua: "Kyrie eleison!"

2614 Quando [§125] Jesus confia abertamente a seus discípulos o ministério da oração ao Pai, revela-lhes qual deverá ser sua oração, e a nossa, quando Ele voltar para o Pai, em sua Humanidade glorificada. A novidade agora é "pedir em seu Nome[a126] ". A fé nele introduz os discípulos no conhecimento do Pai, porque Jesus é "o Caminho, a Verdade e a Vida" (Jo 14,6). A fé produz seus frutos no amor: guardar sua Palavra, seus mandamentos, permanecer com Ele no Pai, que nele nos ama a ponto de permanecer em nós. Nessa Aliança nova, a certeza de sermos ouvidos em nossos pedidos se fundamenta na oração de Jesus[a127] .

2615 Mais [§128] ainda, o que o Pai nos dá quando nossa oração está unida à de Jesus é o "outro Paráclito para que convosco permaneça para sempre o Espírito da Verdade" (Jo 14,16-17). Essa novidade da oração e de suas condições aparece no discurso de despedida[a129] . No Espírito Santo, a oração cristã é comunhão de amor com o Pai, não apenas por Cristo, mas também nele: "Até agora nada pedistes em meu Nome. Pedi e recebereis, e vossa alegria será perfeita" (Jo 16,24).

JESUS OUVI A ORAÇÃO

2616 A [§130] oração a Jesus é ouvida por Ele já durante seu ministério, por meio dos sinais que antecipam o poder de sua Morte e Ressurreição: Jesus ouve a oração de fé, expressa em palavras (o leproso[a131] , Jairo[a132] , a cananéia[a133] , o bom ladrão[a134]), ou em

silêncio (os carregadores do paralisado[a135] , a hemorroísa que lhe toca as vestes[a136] , as lágrimas e o perfume da pecadora[a137]). O pedido insistente dos cegos: "Filho de Davi, tem compaixão de nós" (Mt 9,27) ou "Filho de Davi, tem compaixão de mim" (Mc 10,47) foi retomado na tradição da Oração a Jesus: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de mim, pecador!" Quer na cura das enfermidades, quer na remissão dos pecados, Jesus responde sempre à oração que implora com fé: "Vai em paz, tua fé te salvou!"

Sto. Agostinho resume admiravelmente as três dimensões da oração de Jesus (cf. 2667): "Ele ora por nós como nosso sacerdote, ora em nós como nossa cabeça, e a Ele sobe nossa oração como ao nosso Deus. Reconheçamos pois, nele, os nossos clamores e em nós os seus clamores[a138]".

A ORAÇÃO DA VIRGEM MARIA

2617 A oração de Maria nos é revelada na aurora da plenitude dos tempos. Antes da Encarnação do Filho de Deus e antes da efusão do Espírito Santo, sua oração coopera de maneira única com o plano benevolente do Pai; na Anunciação para a concepção de Cristo[a140] , em Pentecostes para a formação da Igreja, Corpo de Cristo. Na fé de sua humilde serva, o Dom de Deus encontra o acolhimento que esperava desde o começo dos tempos. Aquela que o Todo-Poderoso tornou "cheia de graça" responde pela oferenda de todo seu ser: "Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo tua palavra". Fiat, esta é a oração cristã: ser todo dele porque Ele é todo nosso.

2618 O Evangelho nos revela como Maria ora e intercede na fé: em Caná, a mãe de Jesus pede a seu filho pelas necessidades de um banquete de núpcias, sinal de outro Banquete, o das núpcias do Cordeiro, que dá seu Corpo e Sangue a pedido da Igreja, sua Esposa. E é na hora da nova Aliança, ao pé da Cruz, que Maria é ouvida como a Mulher, a nova Eva, a verdadeira "mãe dos vivos".

2619 Por isso o cântico de Maria (o Magnificat latino ou o Megalynário bizantino) é ao mesmo tempo o cântico da Mãe de Deus e o da Igreja, cântico da Filha de Sião e do novo Povo de Deus, cântico de ação de graças pela plenitude de graças distribuídas na Economia da salvação, cântico dos "pobres", cuja esperança é satisfeita pela realização das promessas feitas a nossos pais "em favor de Abraão e de sua descendência para sempre".

RESUMINDO

2620 No Novo Testamento, o modelo perfeito da oração encontra-se na prece filial de Jesus. Feita muitas vezes na solidão, no segredo, a oração de Jesus implica uma adesão amorosa à vontade do Pai até a cruz e uma confiança absoluta de ser ouvido.

2621 Jesus ensina seus discípulos a orar com um coração purificado, uma fé viva e perseverante, uma audácia filial. Incita-os à vigilância e convida-os a apresentar a Deus seus pedidos em seu Nome. Jesus Cristo atende pessoalmente às orações, que lhe são dirigidas.

2622 A oração da Virgem Maria, em seu "Fiat" e em seu "Magnificat", caracteriza-se pela oferta generosa de todo seu ser na fé.

ARTIGO 3

NO TEMPO DA IGREJA

2623 No [§147] dia de Pentecostes, o Espírito da promessa foi derramado sobre os discípulos, "reunidos no mesmo lugar" (At 2,1), esperando-o, "todos unânimes, perseverando na

oração" (At 1,14). O Espírito, que ensina a Igreja e lhe recorda tudo o que Jesus disse[a148] , vai também formá-la para a vida de oração.

2624 Na [§149] primeira comunidade de Jerusalém, os fiéis se mostravam "assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações" (At 2,42). A seqüência é típica da oração da Igreja: fundada na fé apostólica e autenticada pela caridade, ela é alimentada na Eucaristia.

2625 Essas [§150] orações são, sobretudo, as que os fiéis ouvem e lêem nas Escrituras, atualizando-as, porém, principalmente as dos Salmos, a partir de sua realização em Cristo[a151] . O Espírito Santo, que assim lembra Cristo à sua Igreja orante, também a conduz à Verdade plena e suscita formulações novas que exprimirão o insondável Mistério de Cristo atuando na vida, nos sacramentos e na missão de sua Igreja. Essas formulações se desenvolverão nas grandes tradições litúrgicas e espirituais. As formas da oração, como nos são reveladas pelas Escrituras apostólicas canônicas, serão normativas da oração cristã.

1. A BENÇÃO E A ADORAÇÃO

2626 A [§152] bênção exprime o movimento de fundo da oração; é o encontro de Deus e do homem; nela o dom de Deus e a acolhida do homem se chamam e se unem. A oração de bênção é a resposta do homem aos dons de Deus: uma vez que Deus abençoa, o coração do homem pode bendizer Aquele que é a fonte de toda bênção.

2627 Duas [§153] formas fundamentais exprimem esse movimento da bênção: ora ela sobe, levada no Espírito Santo por Cristo ao Pai (nós o bendizemos por nos ter abençoado[a154]); ora ela implora a graça do Espírito Santo, que, por Cristo, desce de junto do Pai (é Ele que nos abençoa[a155]).

2628 A [§156] adoração é a primeira atitude do homem que se reconhece criatura diante de seu Criador. Exalta a grandeza do Senhor que nos fez [a157] e a onipotência do Salvador que nos liberta do mal. É prostração do Espírito diante do "Rei da glória[a158] " e o silêncio respeitoso diante do Deus "sempre maior[a159] ". A adoração do Deus três vezes santo e sumamente amável nos enche de humildade e dá garantia a nossas súplicas.

II. A ORAÇÃO DE SÚPLICA

2629 O[§160] vocabulário referente à súplica tem muitos matizes no Novo Testamento: pedir, implorar, suplicar com insistência, invocar, clamar, gritar e mesmo "lutar na oração[a161] ". Mas sua forma mais habitual, por ser a mais espontânea, é o pedido: é pela oração de súplica que exprimimos a consciência de nossa relação com Deus: como criaturas, não somos nem nossa origem, nem senhores das adversidades, nem nosso fim último. Mas, como pecadores, sabemos, na qualidade de cristãos, nos afastamos de nosso Pai. O pedido já é uma volta para Ele.

2630 O[§162] Novo Testamento contém poucas orações de lamentação, freqüentes no Antigo Testamento. Agora, em Cristo ressuscitado, o pedido da Igreja é sustentado pela esperança, embora estejamos ainda na expectativa e devamos nos converter cada dia. Brota de outra profundidade o pedido cristão, que S. Paulo chama de gemidos, os da criação, em "dores de parto" (Rm 8,22), os nossos, também "à espera da redenção de nosso corpo, pois nossa salvação é objeto de esperança" (Rm 8,23-24), enfim, "os gemidos inefáveis do próprio Espírito Santo que "socorre nossa fraqueza, pois nem sequer sabemos o que seja conveniente pedir" (Rm 8,26).

2631 O pedido de perdão é o primeiro movimento da oração de súplica (cf. o publicano: "Tem piedade de mim, pecador": Lc 18,13). É a condição prévia de uma oração justa e pura. A humildade confiante nos repõe na luz da comunhão com o Pai e seu Filho, Jesus Cristo, e uns

com os outros: "Então tudo o que lhe pedimos recebemos dele" (1 Jo 3,22). O pedido de é a perdão condição prévia da liturgia eucarística, como da oração pessoal.

2632 A súplica cristã está centrada no desejo e na procura do Reino que vem, de acordo com o ensinamento de Jesus". Existe uma hierarquia nos pedidos: primeiro o Reino, depois o que é necessário para acolhê-lo e cooperar para sua vinda. Essa cooperação com a missão de Cristo e do Espírito Santo, que é agora a da Igreja, é o objeto da oração da comunidade apostólica. E a oração de Paulo, o apóstolo por excelência, que nos revela como o cuidado divino por todas as Igrejas deve animar a oração cristã. Pela oração, todo batizado trabalha para a Vinda do Reino.

2633 Quando participamos, assim, do amor salvador de Deus, compreendemos que toda necessidade pode vir a ser objeto de pedido. Cristo, que tudo assumiu para resgatar tudo, é glorificado pelos pedidos que oferecemos ao Pai em seu Nome. E com essa garantia que Tiago e Paulo nos exortam a orar em todo tempo.

III. A ORAÇÃO DE INTERCESSÃO

2634 A intercessão é uma oração de pedido que nos conforma de perto com a oração de Jesus. Ele é o único Intercessor junto do Pai em favor de todos os homens, dos pecadores, sobretudo. Ele é "capaz de salvar de modo definitivo aqueles que por meio dele se aproximam de Deus, visto que Ele vive para sempre para interceder por eles" (Hb 7,25). O próprio Espírito Santo "intercede por nós... pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos" (Rm 8,26-27).

2635 Interceder, pedir em favor de outro, desde Abraão, é próprio de um coração que está em consonância com a misericórdia de Deus. No tempo da Igreja, a intercessão cristã participa da de Cristo; é a expressão da comunhão dos santos. Na intercessão, aquele que ora "não procura seus próprios interesses, mas pensa sobretudo nos dos outros" (Fl 2,4) e reza por aqueles que lhe fazem mal.

2636 As primeiras comunidades cristãs viveram intensamente forma de partilha. O Apóstolo Paulo as faz participar assim de seu ministério do Evangelho, mas intercede também por elas. A intercessão dos cristãos não conhece fronteiras: "Por todos os homens, pelos que detêm a autoridade" (1 Tm 2,1), pelos que perseguem pela salvação daqueles que recusam o Evangelho.

IV. A ORAÇÃO DE AÇÃO DE GRAÇAS

2637 A ação de graças caracteriza a oração da Igreja que, celebrando a Eucaristia, manifesta e se torna mais aquilo que ela é. Com efeito, na obra da salvação, Cristo liberta a criação do pecado e da morte para consagrá-la de novo e fazê-la retornar ao Pai, para sua Glória. A ação de graças dos membros do Corpo participa da de sua Cabeça.

2638 Como na oração de súplica, todo acontecimento e toda necessidade podem se tornar oferta de ação de graças. As cartas de S. Paulo começam e terminam freqüentemente uma ação de graças, e o Senhor Jesus sempre está presente. "Por tudo daí graças, pois esta é a vontade de Deus a vosso respeito, em Cristo Jesus" (I Ts 5,18). "Perseverai na oração, vigilantes, com ação de graças" (Cl 4,2).

V. A ORAÇÃO DE LOUVOR

2639 O louvor é a forma de oração que reconhece o mais imediatamente possível que Deus é Deus! Canta-o pelo que Ele mesmo é, dá-lhe glória, mais do que pelo que Ele faz, por aquilo que Ele É. Participa da bem-aventurança dos corações puros que o amam na fé antes de o verem na Glória. Por ela, o Espírito se associa ao nosso espírito para atestar que somos filhos de Deus, dando testemunho ao Filho único, em quem somos adotados e por quem glorificamos o Pai. O louvor integra as outras formas de oração e as leva Àquele que é sua fonte e termo final: "O único Deus, o Pai, de quem tudo procede e para quem nós somos feitos" (1 Cor 8,6).

2640 São Lucas menciona muitas vezes em seu Evangelho a admiração e o louvor diante das maravilhas de Cristo. Chama a atenção também para as ações do Espírito Santo, que são os Atos dos Apóstolos: a comunidade de Jerusalém, o paralisado curado por Pedro e João, a multidão que com isso glorifica a Deus e os pagãos da Pisídia que, "alegres, glorificam a Palavra do Senhor" (At 13,).

2641 Recitai uns com os outros "salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando o Senhor em vosso coração" (Ef 5,19[a190]). Como os escritores do Novo Testamento, as primeiras comunidades cristãs relêem o livro dos Salmos, cantando nele o Mistério de Cristo. Na novidade do Espírito, elas compõem também hinos e cânticos a partir do Acontecimento haudito que Deus realizou em seu Filho: a Encarnação, a Morte vitoriosa da morte, a Ressurreição e Ascensão à sua direita. É dessa "maravilha" de toda a economia da salvação que brota a doxologia, o louvor de Deus.

2642 A Revelação "daquilo que deve acontecer em breve", o Apocalipse, é comunicada pelos cânticos da Liturgia celeste, mas também pela intercessão das "testemunhas" (mártires) Os profetas e os santos, todos os que foram degolados na terra em testemunho de Jesus[, a multidão imensa daqueles que, vindos da grande tribulação, nos precederam no Reino, cantam o louvor de glória daquele que está sentado no Trono e do Cordeiro. Em comunhão com eles, a Igreja da terra canta também esses cânticos, na fé e na provação. No pedido e na intercessão, a fé espera contra toda esperança e dá graças ao "Pai das luzes, do qual desce toda dádiva perfeita". A fé é assim um puro louvor.

2643 A Eucaristia contém e exprime todas as formas de oração. É "a oferenda pura" de todo o Corpo de Cristo "para a glória de seu Nbme"; segundo as tradições do Oriente e do Ocidente, ela é "o sacrifício de louvor".

RESUMINDO

2644 O Espírito Santo, que ensina a Igreja e lhe recorda tudo o que Jesus disse, educa-a também para a vida de oração, suscitando expressões que se renovam dentro de formas permanentes: bênção, súplica, intercessão, ação de graças e louvor.

2645 Porque Deus o abençoa é que o coração do homem pode bendizer por sua vez Aquele que é a fonte de toda bênção.

2646 A oração de pedido tem por objeto o perdão, a procura do Reino, como também toda verdadeira necessidade.

2647 A oração de intercessão consiste num pedido em favor de outrem. Não conhece fronteiras e se estende até os inimigos.

2648 Toda alegria e todo sofrimento, todo acontecimento e toda necessidade podem ser a matéria da ação de graças que, participando da ação de graças de Cristo, deve dar plenitude a toda a vida: "Por tudo dai graças (1Ts 5,18).

2649 A oração de louvor, totalmente desinteressada, dirige-se a Deus. Canta-o pelo que Ele; dá-lhe glória, mais do que pelo que Ele faz, por aquilo que Ele É.

CAPÍTULO II

A TRADIÇÃO DA ORAÇÃO

2650 A oração não se reduz ao surgir espontâneo de um impulso interior; para rezar é preciso querer. Não basta saber o que as Escrituras revelam sobre a oração; também é indispensável aprender a rezar. E é por uma transmissão viva (a sagrada Tradição) que o Espírito Santo, na "Igreja crente e orante", ensina os filhos de Deus a rezar.

2651 A tradição da oração cristã é uma das formas de crescimento da Tradição da fé, sobretudo pela contemplação e pelo estudo dos difíceis, que guardam em seu coração os acontecimentos e as palavras da Economia da salvação, e pela penetração profunda das realidades espirituais que eles experimentam.

ARTIGO 1

NAS FONTES DA ORAÇÃO

2652 O[§5] Espírito Santo é "a água viva" que, no coração orante, "jorra para a Vida eterna[a6] ". É Ele que nos ensina a haurir essa água na própria fonte: Cristo. Ora, existem na vida cristã fontes em que Cristo nos espera para nos dessedentar com o Espírito Santo.

A PALAVRA DE DEUS

2653 A [§7] Igreja "exorta todos os fiéis cristãos, com veemência e de modo peculiar... a que pela freqüente leitura das divinas Escrituras aprendam 'a eminente ciência de Jesus Cristo' Lembrem-se, porém, de que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração, a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem; pois 'a Ele falamos quando rezamos; a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos[a8] ".

2654 Os Padres espirituais, parafraseando Mt 7,7, resumem assim as disposições do coração alimentado pela Palavra de Deus na oração: "Procurai pela leitura, e encontrareis medi-tando; batei orando, e vos será aberto pela contemplação[a9] "

A LITURGIA DA IGREJA

2655 A [§10] missão de Cristo e do Espírito Santo, que, na liturgia sacramental da Igreja, anuncia, atualiza e comunica o Mistério da salvação, prolonga-se no coração de quem reza. Os Padres espi-rituais comparam às vezes o coração a um altar. A oração interioriza e assimila a Liturgia durante e após sua celebração. Mesmo quando é vivida "no segredo" (Mt 6,6), a oração é sem-pre oração da Igreja, comunhão com a Santíssima Trindade[a11] .

AS VIRTUDES TEOLOGAIS

2656 Entramos na oração como entramos na Liturgia: pela porta estreita da fé. Por meio dos sinais de sua Presença, procuramos e desejamos a Face do Senhor, e é sua Palavra que que-remos ouvir e guardar.

2657 O Espírito Santo, que nos ensina a celebrar a Liturgia na expectativa da volta de Cristo, nos educa a orar na esperança. Por sua vez, a oração da Igreja e a oração pessoal alimentam em nós a esperança. Especialmente os salmos, com sua linguagem concreta e variada, nos ensinam a fixar nossa esperança em Deus: "Esperei ansiosamente pelo Senhor, Ele se inclinou para mim e ouviu o meu grito" (Sl ,2). "Que o Deus da esperança vos cumule de toda

alegria e paz em vossa fé, a fim de que pela ação do Espírito Santo a vossa esperança transborde" (Rm 15,13).

2658 "A [§13] esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado" (Rm 5,5). A oração, formada pela vida litúrgica, tudo haure do Amor com que somos amados em Cristo e que nos concede responder-lhe, amando como Ele nos amou. O Amor é a fonte de oração; quem dela bebe atinge o cume da oração: Meu Deus, eu vos amo, e meu único desejo é amar-vos até o último suspiro de minha vida. Meu Deus infinitamente amável, eu vos amo e preferiria morrer amando-vos a viver sem vos amar. Senhor, eu vos amo, e a única graça que vos peço é amar-vos eternamente... Meu Deus, se minha língua não pode dizer a cada instante que eu vos amo, quero que meu coração vo-lo repita tantas vezes quantas eu respiro[a14] .

"HOJE"

2659 Aprendemos [§15] a rezar em certos momentos ouvindo a Palavra do Senhor e participando de seu Mistério pascal, mas é em todos os tempos, nos acontecimentos de cada dia, que seu Espírito nos é oferecido para fazer jorrar a oração. O ensinamento de Jesus sobre a oração a nosso Pai está na mesma linha que o ensinamento sobre a Providência[a16] . O tempo está nas mãos do Pai; no presente é que nós o encontramos, nem ontem, nem amanhã, mas hoje: "Oxalá ouvísseis hoje a sua voz! Não endureçais vossos corações" (Sl 95,8).

2660 Orar [§17] nos acontecimentos de cada dia e de cada instante é um dos segredos do Reino revelados aos "pequeninos", aos servos de Cristo, aos pobres das bem-aventuranças. É justo e bom orar para que a vinda do Reino de justiça e de paz influa na marcha da história, mas é também importante modelar pela oração a massa das humildes situações do cotidiano. Todas as formas de oração podem ser esse fermento ao qual o Senhor compara o Reino[a18] .

RESUMINDO

2661 É por uma transmissão viva, a Tradição, que, na Igreja, o Espírito Santo ensina os filhos de Deus a orar.

2662 A Palavra de Deus, a liturgia da Igreja, as virtudes da fé, esperança e caridade são fontes da oração.

ARTIGO 2

O CAMINHO DA ORAÇÃO

2663 Na [§19] tradição viva da oração, cada Igreja propõe aos fiéis, segundo o contexto histórico, social e cultural, a linguagem de Jesus na sua oração: palavras, melodias, gestos, iconografia. Cabe ao Magistério [a20] discernir a fidelidade desses caminhos de oração à tradição da fé apostólica, e compete aos pastores e aos catequistas explicar seu sentido, sempre relacionado com Jesus Cristo.

A ORAÇÃO AO PAI

2664 Não [§21] existe outro caminho da oração cristã senão Cristo. Seja a nossa oração comunitária ou pessoal, vocal ou interior, ela só tem acesso ao Pai se orarmos "em nome" de Jesus. A santa humanidade de Jesus é, portanto, o caminho pelo qual o Espírito Santo nos ensina a orar a Deus, nosso Pai.

A ORAÇÃO A JESUS

2665 A oração da Igreja, alimentada pela Palavra de Deus, e a celebração da Liturgia nos ensinam a orar ao Senhor Jesus. Ainda que seja dirigida sobretudo ao Pai, ela inclui, em todas as tradições litúrgicas, formas de oração dirigidas a Cristo. Certos Salmos, conforme sua atualização na Oração da Igreja, e o Novo Testamento põem em nossos lábios e gravam em nossos corações as invocações desta oração a Cristo: Filho de Deus, Verbo de Deus, Senhor, Salvador, Cordeiro de Deus, Rei, Filho bem-amado, Filho da Virgem, Bom Pastor, nossa Vida, nossa Luz, nossa Esperança, nossa Ressurreição, Amigo dos homens...

2666 Mas [§23] o Nome que contém tudo é o que o Filho de Deus recebe em sua Encarnação: JESUS. O Nome divino é indizível pelos lábios humanos [a24] , mas, assumindo nossa humanidade, o Verbo de Deus no-lo entrega e podemos invocá-lo: "Jesus", Javé salva'[a25] . O Nome de Jesus contém tudo: Deus e homem e toda a economia da criação e da salvação. Orar a "Jesus" e invocá-lo, chamá-lo em nós. Seu Nome é o único que contém a Presença que significa. Jesus é Ressuscitado, todo aquele que invoca seu nome acolhe o Filho de Deus que o amou e por ele se entregou.

2667 Esta invocação de fé muito simples foi desenvolvida na tradição da oração em várias formas no Oriente e no Ocidente. A formulação mais comum, transmitida pelos monges do Sinai, da Síria e do monte Athos é a invocação: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tem piedade de nós, pecadores!" Esta associa o hino cristológico de (Fl 2,6-11 com o pedido do publicano e dos mendigos da luz. Por ela, o coração se põe em consonância com a miséria dos homens e com a Misericórdia de seu Salvador.

2668 A invocação do santo nome de Jesus é o caminho mais simples oração continua. Muitas vezes repetida por um coração humildemente atento, ela não se dispersa numa torrente de palavras (Mc 6,7), mas "conserva a Palavra e produz fruto pela perseverança. É possível "em todo tempo", pois não é uma ocupação ao lado de outra, mas a única ocupação, a de amar a Deus, que anima e transfigura toda ação em Cristo Jesus.

2669 A oração da Igreja venera e honra o Coração de Jesus, como invoca o seu Santíssimo nome. Adora o Verbo encarnado e seu Coração, que por nosso amor se deixou traspasar por nossos pecados. A oração cristã gosta de seguir o caminho da cruz (Via-Sacra), seguindo o Salvador. As estações, do Pretório ao Gólgota e ao Túmulo, marcam o caminho de Jesus, que resgatou o mundo por sua santa Cruz.

"VINDE. ESPÍRITO SANTO"

2670 "Ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor' a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3). Cada vez que começamos a orar a Jesus, é o Espírito Santo que, por sua graça proveniente, nos atrai ao caminho da oração. Se Ele nos ensina a orar recordando-nos Cristo, como não orar a Ele mesmo? Por isso, a Igreja nos convida a implorar cada dia o Espírito Santo, sobretudo no início e no fim de toda ação importante. Se o Espírito não deve ser adorado, como é que Ele me diviniza pelo Batismo? E se Ele deve ser adorado, não deve ser o objeto de um culto particular?

2671 A forma tradicional para pedir a vinda do Espírito Santo é invocar o Pai por Cristo, nosso Senhor, para que nos dê o Espírito Consolador[a34] . Jesus insiste nesse pedido em seu nome exata-mente no momento em que promete o dom do Espírito de Verdade[a35] . Mas a oração mais simples e mais direta é também tradicional: "Vinde, Espírito Santo", e cada tradição litúrgica a desenvolveu em antífonas e hinos: *Vinde, Espírito Santo, enchei os corações de vossos fiéis e acendei neles o fogo de vosso amor[a36] . Rei celeste, Espírito Consolador, Espírito de Verdade, presente em toda parte e plenificando tudo, tesouro de todo bem e fonte da Vida, vinde, habitai em nós, purificai-nos e salvai-nos, ó Vós, que sois bom!*

2672 O Espírito Santo, cuja Unção impregna todo o nosso ser, é o Mestre interior da oração cristã. E o artífice da tradição viva da oração. Sem dúvida, existem tantos caminhos na

oração quantos orantes, mas é o mesmo Espírito que atua em todos e com todos. Na comunhão do Espírito Santo, a oração cristã se torna oração da Igreja.

EM COMUNHÃO COM A SANTA MÃE DE DEUS

2673 Na oração, o Espírito Santo nos une à Pessoa do Filho Único, em sua humanidade glorificada. Por ela e nela, nossa oração filial entra em comunhão, na Igreja, com a Mãe de Jesus[a40].

2674 A partir do consentimento dado na fé por ocasião da Anunciação e mantido sem hesitação sob a cruz, a maternidade de Maria se estende aos irmãos e às irmãs de seu Filho "que ainda são peregrinos e expostos aos perigos e às misérias[a42] ". Jesus, o único Mediador, é o Caminho de nossa oração; Maria, sua Mãe e nossa Mãe, é pura transparência dele. Maria "mostra o Caminho" ("Hodoghitria"), é seu "sinal" conforme a iconografia tradicional no Oriente e no Ocidente.

2675 A partir dessa cooperação singular de Maria com a ação do Espírito Santo, as Igrejas desenvolveram a oração à santa Mãe de Deus, centrando-a na Pessoa de Cristo manifestada em seus mistérios. Nos inúmeros hinos e antifonas que exprimem essa oração, alternam-se geralmente dois movimentos: um "exalta" o Senhor pelas "grandes coisas" que fez para sua humilde serva e, por meio dela, por todos os seres humanos; o outro confia à Mãe de Jesus as súplicas e louvores dos filhos de Deus, pois ela conhece agora humanidade que nela é desposada pelo Filho de Deus.

2676 Esse duplo movimento da oração a Maria encontrou uma expressão privilegiada na oração da Ave-Maria:

"Ave, Maria (alegra-te, Maria)." A saudação do anjo Gabriel abre a oração da Ave-Maria. E o próprio Deus que, por intermédio de seu anjo, saúda Maria. Nossa oração ousa retomar a saudação de Maria com o olhar que Deus lançou sobre sua humilde serva, alegrando-nos com a mesma alegria que Deus encontra nela.

"Cheia de graça, o Senhor é convosco." As duas palavras de saudação do anjo se esclarecem mutuamente. Maria é cheia de graça porque o Senhor está com ela. A graça com que ela é cumulada é a presença daquele que é a fonte de toda graça. "Alegra-te, filha de Jerusalém... o Senhor está no meio de ti" (Sf 3,14.17a). Maria, em quem vem habitar o próprio Senhor, é em pessoa a filha de Sião, a Arca da Aliança, o lugar onde reside a glória do Senhor: ela é "a morada de Deus entre os homens" (Ap 21,3). "Cheia de graça", e toda dedicada àquele que nela vem habitar e que ela vai dar ao mundo.

"Bendita sois vós entre as mulheres, e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus." Depois da saudação do anjo, tornamos nossa a palavra de Isabel. "Repleta do Espírito Santo" (Lc 1,41), Isabel é a primeira na longa série das gerações que declaram Maria bem-aventurada[a49] : "Feliz aquela que creu..." (Lc 1,45): Maria é "bendita entre as mulheres" porque acreditou na realização da palavra do Senhor. Abraão, por sua fé, se tomou uma bênção para "todas as nações da terra" (Gn 12,3). Por sua fé, Maria se tomou a mãe dos que crêem, porque, graças a ela, todas as nações da terra recebem Aquele que é a própria bênção de Deus: "Bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus".

2677 "Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós..." Com Isabel também nós nos admiramos: "Donde me vem que a mãe de meu Senhor me visite?" (Lc 1,43). Porque nos dá Jesus, seu filho, Maria é Mãe de Deus e nossa Mãe; podemos lhe confiar todos os nossos cuidados e pedidos: ela reza por nós como rezou por si mesma: "Faça-se em mim segundo a tua palavra" (Lc 1,38). Confiando-nos à sua oração, abandonamo-nos com ela à vontade de Deus: "Seja feita a vossa vontade".

"Rogai por nós, pecadores, agora e na hora de nossa morte." Pedindo a Maria que reze por nós, reconhecemo-nos como pobres pecadores e nos dirigimos à "Mãe de misericórdia", à Toda Santa. Entregamo-nos a ela "agora", no hoje de nossas vidas. E nossa confiança aumenta

para desde já entregar em suas mãos "a hora de nossa morte". Que ela esteja então presente, como na morte na Cruz de seu Filho, e que na hora de nossa passagem ela nos acolha como nossa Mãe, para nos conduzir a seu Filho, Jesus, no Paraíso.

2678 A piedade medieval do Ocidente desenvolveu a oração do Rosário como alternativa popular à Oração das Horas. No Oriente, a forma litânica da oração "Acatisto" e da Paráclise ficou mais próxima do ofício coral nas Igrejas bizantinas, ao passo que as tradições armênia, copta e siríaca preferiram os hinos e os cânticos populares à Mãe de Deus. Mas na Ave-Maria, nos "theotokia", nos hinos de Sto. Efrém ou de S. Gregório de Narek, a tradição da oração é fundamentalmente a mesma.

2679 Maria é a Orante perfeita, figura da Igreja. Quando rezamos a ela, aderimos com ela ao plano do Pai, que envia seu Filho para salvar todos os homens. Como o discípulo bem-amado, acolhemos em nossa casa [a55] a Mãe de Jesus, que se tornou a mãe de todos os vivos. Podemos rezar com ela e a ela. A oração da Igreja é acompanhada pela oração de Maria, que lhe está unida na esperança[a56] .

RESUMINDO

2680 A oração é dirigida sobretudo ao Pai; também é dirigida ~ Jesus, sobretudo pela invocação de seu santo nome: "Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor, tende piedade de nós, pecadores!"

2681 "Ninguém pode dizer: 'Jesus é Senhor', a não ser no Espírito Santo" (1 Cor 12,3). A Igreja nos convida a invocar o Espírito Santo como o Mestre interior da oração cristã.

2682 Em virtude da cooperação singular da Virgem Maria com a ação do Espírito Santo, a Igreja gosta de rezar em comunhão com ela, para exaltar com ela as grandes coisas que Deus realizou nela e para confiar -lhe súplicas e louvores.

ARTIGO 3

GUIAS PARA A ORAÇÃO

UMA NUVEM DE TESTEMUNHAS

2683 As testemunhas que nos precederam no Reino[a58] , especialmente as que a Igreja reconhece como "santos", participam da tradição viva da oração pelo exemplo modelar de sua vida, pela transmissão de seus escritos e por sua oração hoje. Contemplam a Deus, louvam-no e não deixam de velar por aqueles que deixaram na terra. Entrando "na alegria" do Mestre, eles foram "postos sobre o muito". Sua intercessão é o mais alto serviço que prestam ao plano de Deus. Podemos e devemos pedir-lhes que intercedam por nós e pelo mundo inteiro.

2684 Na [§60] comunhão dos santos, desenvolveram-se, ao longo da história das Igrejas, diversas espiritualidades. O carisma pessoal de uma testemunha do Amor de Deus aos homens pôde ser transmitido, como "o espírito" de Elias a Eliseu" e a João Batista, para que alguns discípulos tenham parte nesse espírito . Há uma espiritualidade igualmente na confluência de outras correntes, litúrgicas e teológicas, atestando a inculturação da fé num meio humano e em sua história. As espiritualidades cristãs participam da tradição viva da oração e são guias indispensáveis para os fiéis, refletindo, em sua rica diversidade, a pura e única Luz do Espírito Santo. O Espírito é de fato o lugar dos santos, e o santo é para o Espírito um lugar próprio, pois se oferece para habitar com Deus e é chamado seu templo.

SERVIDORES DA ORAÇÃO

2685 A família cristã é o primeiro lugar da educação para a oração. Fundada sobre o sacramento do matrimônio, ela é "a Igreja doméstica", onde os filhos de Deus aprendem a orar "como Igreja" e a perseverar na oração. Para as crianças, particularmente, a oração familiar cotidiana é o primeiro testemunho da memória viva da Igreja reavivada pacientemente pelo Espírito Santo.

2686 Os ministros ordenados também são responsáveis pela formação para a oração de seus irmãos e irmãs em Cristo. Servidores do bom Pastor que são, eles são ordenados para guiar o povo de Deus às fontes vivas da oração: a Palavra de Deus, a Liturgia, a vida teologal, o Hoje de Deus nas situações concretas.

2687 Muitos religiosos consagraram toda a vida à oração. Desde o deserto do Egito, eremitas, monges e monjas consagraram seu tempo ao louvor de Deus e à intercessão por seu povo. A vida consagrada não se mantém e não se propaga sem a oração; esta é uma das fontes vivas da contemplação e da vida espiritual na Igreja.

2688 A catequese das crianças, dos jovens e adultos procura fazer com que a Palavra de Deus seja meditada na oração pessoal, atualizada na oração litúrgica e interiorizada em todo tempo, a fim de produzir seu fruto numa vida nova. A catequese é também o momento em que a piedade popular pode ser avaliada e educada. A memorização das orações fundamentais oferece um apoio indispensável à vida de oração, mas importa grandemente fazer com que saboreie o sentido das mesmas.

2689 Os grupos de oração, e mesmo as "escolas de oração", são hoje um dos sinais e molas da renovação da oração na Igreja, contanto que se beba nas fontes autênticas da oração cristã. O cuidado com a comunhão é sinal da verdadeira oração na Igreja.

2690 O Espírito Santo dá a certos fiéis dons de sabedoria, de fé e de discernimento em vista do bem comum que é a oração (direção espiritual). Aqueles e aquelas que têm esses dons são verdadeiros servidores da tradição viva da oração: Por isso, se a alma deseja avançar na perfeição, conforme o conselho de S. João da Cruz, deve "considerar bem em que mãos se entrega, pois, conforme o mestre, assim será o discípulo; conforme o pai, assim será o filho". E ainda: "O diretor deve não somente ser sábio e prudente, mas também experimentado... Se o guia espiritual não tem a experiência da vida espiritual, é incapaz de nela conduzir as almas que Deus chama, e nem sequer as compreenderá".

LUGARES FAVORÁVEIS À ORAÇÃO

2691 A Igreja, casa de Deus, é o lugar próprio para a oração litúrgica da comunidade paroquial. E também o lugar privilegiado da adoração da presença real de Cristo no Santíssimo Sacramento. A escolha de um lugar favorável é importante para a verdade da oração:

ü para a oração pessoal, pode ser um "recanto de oração", com as Sagradas Escrituras e imagens sagradas, para aí estar "no segredo" diante do Pai. Numa família cristã, essa espécie de peque no oratório favorece a oração em comum;

ü nas regiões onde existem mosteiros, a vocação dessas comunidades é favorecer a partilha da Oração das Horas com os fiéis e permitir a solidão necessária a uma oração pessoal mais intensa;

ü as peregrinações evocam nossa caminhada pela terra em direção ao céu. São tradicionalmente tempos fortes de renovação da oração. Os santuários são para os peregrinos, em busca de suas fontes vivas, lugares excepcionais para viver "como Igreja" as formas da oração cristã.

RESUMINDO

2692 Na oração, a Igreja peregrina é associada à dos santos, cuja intercessão solicita.

2693 As diferentes espiritualidades cristãs participam da tradição viva da oração e são guias preciosos para a vida espiritual.

2694 A família cristã é o primeiro lugar da educação à oração.

2695 Os ministros ordenados, a vida consagrada, a catequese, os grupos de oração e a "direção espiritual" garantem na Igreja uma ajuda à oração.

2696 Os lugares mais favoráveis à oração são o oratório pessoal ou familiar, os mosteiros, os santuários de peregrinações e, sobretudo, a igreja, que é lugar próprio da oração litúrgica para a comunidade paroquial e o lugar privilegiado da adoração eucarística.

CAPÍTULO III.

A VIDA DE ORAÇÃO

2697 A oração é a vida do coração novo e deve nos animar a cada momento. Nós, porém, esquecemo-nos daquele que é nossa Vida e nosso Tudo. Por isso os Padres espirituais, na tradição do Deuterônimo e dos profetas, insistem na oração como "recordação de Deus", como um despertar freqüente da "memória do coração": "E preciso se lembrar de Deus com mais freqüência do que se respira". Mas não se pode orar "sempre", se não se reza em certos momentos, por decisão própria: são os tempos fortes da oração cristã, em intensidade e duração.

2698 A Tradição da Igreja propõe aos fiéis ritmos de oração destinados a nutrir a oração continua. Alguns são cotidianos: a oração da manhã e da tarde, antes e depois das refeições, a Liturgia das Horas. O domingo, centrado na Eucaristia, é santificado principalmente pela oração. O ciclo do ano litúrgico e suas grandes festas são os ritmos fundamentais da vida de oração dos cristãos.

2699 O Senhor conduz cada pessoa pelos caminhos e na maneira que lhe agradam. Cada fiel responde ao Senhor segundo a determinação de seu coração e as expressões pessoais de sua oração. Entretanto, a tradição cristã conservou três expressões principais da vida de oração: a oração vocal, a meditação, a oração contemplativa. Uma característica fundamental lhes é comum: o recolhimento do coração. Esta vigilância em guardar a Palavra e em permanecer na presença de Deus faz dessas três expressões tempos fortes da vida de oração.

ARTIGO 1

AS EXPRESSÕES DA ORAÇÃO

1. A ORAÇÃO VOCAL

2700 Deus fala ao homem por sua Palavra. É por palavras, mentais ou vocais, que nossa oração cresce. Mas o mais importante é a presença do coração naquele a quem falamos na oração. "Que a nossa oração seja ouvida depende não da quantidade das palavras, mas do fervor de nossas almas."

2701 A oração vocal é um dado indispensável da vida cristã. Aos discípulos, atraídos pela oração silenciosa do Mestre, este ensina uma oração vocal: o "Pai-Nosso". Jesus não só rezou as orações litúrgicas da sinagoga; os Evangelhos O mostram elevando a voz para exprimir sua oração pessoal, da bênção exultante do Pai até a angústia do Getsêmani.

2702 Essa necessidade de associar os sentidos à oração interior responde a uma exigência de nossa natureza humana. Somos corpo e espírito, e sentimos a necessidade de traduzir exteriormente nossos sentimentos. É preciso rezar com todo o nosso ser para dar à nossa súplica todo o poder possível.

2703 Essa necessidade corresponde também a uma exigência divina. Deus procura adoradores em Espírito e Verdade e, por conseguinte, a oração que sobe viva das profundezas da alma. Ele também quer a expressão exterior que associa o corpo à oração interior, pois ela Lhe traz esta homenagem perfeita de tudo aquilo a que Ele tem direito.

2704 Sendo exterior e tão plenamente humana, a oração vocal é por excelência a oração das multidões. Mas também a oração mais interior não pode menosprezar a oração vocal. A oração se torna interior na medida em que tomamos consciência daquele "com quem falamos[". Então a oração vocal é uma primeira forma da oração contemplativa.

II. A MEDITAÇÃO

2705 A meditação é sobretudo uma procura. O espírito procura compreender o porquê e o como da vida cristã, a fim de aderir e responder ao que o Senhor pede. Para tanto, é indispensável uma atenção difícil de ser disciplinada. Geralmente, utiliza-se um livro, e os cristãos dispõem de muitos: as Sagradas Escrituras, especialmente o Evangelho, as imagens sacras, os textos litúrgicos do dia ou do tempo, os escritos dos Padres espirituais, as obras de espiritualidade, o grande livro da criação e o da história, a página do "Hoje" de Deus.

2706 Meditando no que lê, o leitor se apropria do conteúdo lido, confrontando-o consigo mesmo. Neste particular, outro livro está aberto: o da vida. Passamos dos pensamentos à realidade. Conduzidos pela humildade e pela fé, descobrimos os movimentos que agitam o coração e podemos discerni-los. Trata-se de fazer a verdade para se chegar à luz: "Senhor, que queres que eu faça?"

2707 Os métodos de meditação são tão diversos quanto os mestres espirituais. Um cristão deve querer meditar regularmente. Caso contrario, assemelha-se aos três primeiros terrenos da parábola do semeador[a90] . Mas um método é apenas um guia; o importante é avançar, com o Espírito Santo, pelo único caminho da oração: Jesus Cristo.

2708 A meditação mobiliza o pensamento, a imaginação, a emoção e o desejo. Essa mobilização é necessária para aprofundar as convicções de fé, suscitar a conversão do coração e fortificar a vontade de seguir a Cristo. A oração cristã procura meditar de preferência "os mistérios de Cristo", como na "lectio (leitura) divina" ou no Rosário. Esta forma de reflexão orante é de grande valor, mas a oração cristã deve procurar ir mais longe: ao conhecimento de amor do Senhor Jesus, à união com Ele.

III. A ORAÇÃO MENTAL

2709 O que é a oração mental? Sta. Teresa responde: "A oração mental, a meu ver, é apenas um relacionamento íntimo de amizade em que conversamos muitas vezes a sós com esse Deus por quem nos sabemos amados". A oração mental busca "aquele que meu coração ama". É Jesus e, nele, o Pai. Ele é procurado porque desejá-lo é sempre o começo do amor, e é procurado na fé pura, esta fé que nos faz nascer dele e viver nele. Na oração, podemos ainda meditar; contudo, o olhar se fixa no Senhor.

2710 A escolha do tempo e da duração da oração mental depende de uma vontade determinada, reveladora dos segredos do coração. Não fazemos oração quando temos tempo: reservamos um tempo para sermos do Senhor, com a firme determinação de, durante o caminho, não o tomarmos de volta enquanto caminhamos, quaisquer que sejam as provações e a aridez do encontro. Nem sempre se pode meditar, mas sempre se pode estar em oração,

independentemente das condições de saúde, trabalho ou afetividade. O coração é o lugar da busca e do encontro, na pobreza e na fé.

2711 Entrar em oração é algo análogo ao que ocorre na Liturgia Eucarística: reunir" o coração, recolher todo o nosso ser sob a moção do Espírito Santo, habitar na morada do Senhor (e esta morada somos nós), despertar a fé, para entrar na Presença daquele que nos espera, fazer cair nossas máscaras e voltar nosso coração para o Senhor que nos ama, a fim de nos O entregar a Ele como uma oferenda que precisa ser purificada e transformada.

2712 A oração é a prece do filho de Deus, do pecador perdoado que consente em acolher o amor com que é amado e que quer responder-lhe amando mais ainda. Esse pecador perdoado sabe, porém, que o amor com que responde é precisamente o que o Espírito derrama em seu coração, pois tudo é graça da parte de Deus. A oração é a entrega humilde e pobre à vontade amorosa do Pai, em união cada vez mais profunda com seu Filho bem-amado.

2713 Dessa forma, a oração mental é a expressão mais simples do mistério da prece. A oração é um dom, uma graça; não pode ser acolhida senão na humildade e na pobreza. A oração é uma relação de aliança estabelecida por Deus no fundo de nosso ser. A oração é comunhão: a Santíssima Trindade, nesta relação, conforma o homem, imagem de Deus, "a sua semelhança".

2714 A oração mental é também um tempo forte por excelência da prece. Na oração, o Pai nos "arma de poder por seu Espírito, para que se fortifique em nós o homem interior, para que Cristo habite em nossos corações pela fé e sejamos arraigados e fundados no amor".

2715 A contemplação é olhar de fé fixo em Jesus. "Eu olho para Ele e Ele olha para mim", dizia, no tempo de seu santo pároco, o camponês de Ars em oração diante do Tabernáculo. Essa atenção a Ele é renúncia ao "eu". Seu olhar purifica o coração; A luz do olhar de Jesus ilumina os olhos de nosso coração; ensina-nos a ver tudo na luz de sua verdade e de sua compaixão por todos os homens. A contemplação considera também os mistérios da vida de Cristo, proporcionando-nos "o conhecimento íntimo do Senhor", para mais O amar e seguir

2716 A oração mental é escuta da Palavra de Deus. Longe de ser passiva, essa escuta é a obediência da fé, acolhida incondicional do servo e adesão amorosa do filho. Participa do "sim" do Filho que se tornou Servo e do "Fiat" de sua humilde serva.

2717 A oração mental é silêncio, este "símbolo do mundo que vem ou "amor silencioso. As palavras na oração não são discursos, mas gravetos que alimentam o fogo do amor. É neste silêncio, insuportável ao homem "exterior", que o Pai nos diz seu Verbo encarnado, sofredor, morto e ressuscitado e que o Espírito filial nos faz participar na oração de Jesus.

2718 A oração mental é união à prece de Cristo na medida em nos faz participar de seu Mistério. O Mistério de Cristo é celebrado pela Igreja na Eucaristia, e o Espírito o faz viver na oração para que esse Mistério seja manifestado pela caridade em ato.

2719 A oração mental é uma comunhão de amor portadora de Vida para a multidão, na medida em que ela é consentimento a habitar na noite da fé. A Noite pascal da Ressurreição passa pela da agonia e do túmulo. São esses três tempos fortes da Hora de Jesus que, seu Espírito (e não a "carne, que é fraca") faz viver na oração. E preciso consentir em "vigiar uma hora com ele".

RESUMINDO

2720 A Igreja convida os fiéis a uma oração regular: orações diárias, Liturgia das Horas, Eucaristia dominical, festas do ano litúrgico.

2721 A tradição cristã compreende três expressões maiores da vida de oração: a oração vocal, a meditação e a oração mental. Estas têm em comum o recolhimento do coração.

2722 A oração vocal, fundada na união do corpo e do espírito na natureza humana, associa o corpo á oração interior do coração, a exemplo de Cristo, que reza a seu Pai e ensina o "Pai-Nosso" a seus discípulos.

2723 A meditação é uma busca orante que põe em ação o pensamento, a imaginação, a emoção, o desejo. Tem por finalidade a apropriação crente do assunto meditado, confrontado com a realidade de nossa vida.

2724 A oração mental é a expressão simples do mistério da oração. É um olhar de fé fito em Jesus, uma escuta da Palavra de Deus, um silencioso amor. Realiza a união à oração de Cristo na medida em que nos faz participar de seu Mistério.

ARTIGO 2

O COMBATE DA ORAÇÃO

2725 A oração é um dom da graça e uma resposta decidida de nossa parte. Supõe sempre um esforço. Os grandes orantes da Antiga Aliança antes de Cristo, como também a Mãe de Deus e os santos com Ele, nos ensinam: a oração é um combate. Contra quem? Contra nós mesmos e contra os embustes do Tentador, que tudo faz para desviar o homem da oração, da união com seu Deus. Reza-se como se vive, porque se vive como se reza. Se não quisermos habitualmente agir segundo o Espírito de Cristo, também não poderemos habitualmente rezar em seu Nome. O "combate espiritual" da vida nova do cristão é inseparável do combate da oração.

LAS OBJEÇÕES À ORAÇÃO

2726 No combate da oração, devemos enfrentar, em nós mesmos e à nossa volta, concepções errôneas da oração. Algumas vêem nela uma simples operação psicológica; outras, um esforço de concentração para se chegar ao vazio mental. Algumas a codificam em atitudes e palavras rituais. No inconsciente de muitos cristãos, rezar é uma ocupação incompatível com tudo o que eles devem fazer: não têm tempo. Os que procuram a Deus pela oração desanimam depressa, porque ignoram que a oração também procede do Espírito Santo e não apenas deles.

2727 Devemos também enfrentar mentalidades "deste mundo" que nos contaminam se não formos vigilantes, por exemplo: a afirmação de que o verdadeiro seria apenas o que é verificado pela razão e pela ciência (rezar, pelo contrário, é um mistério que ultrapassa nossa consciência e nosso inconsciente); os valores de produção e rendimento (a oração, sendo improdutiva, é inútil); o sensualismo e o bem-estar material, considerados como critério da verdade, do bem e da beleza (a oração, porém, "amor da Beleza" [filocalia, é enamorada da glória do Deus vivo e verdadeiro); em reação contra o ativismo, a oração é apresentada como fuga do mundo (a oração cristã, no entanto, não é um sair da história nem está divorciada da vida).

2728 Enfim, nosso combate deve enfrentar aquilo que sentimos como nossos fracassos na oração: desânimo diante de nossa aridez, tristeza por não ter dado tudo ao Senhor, por ter "muitos bens", decepção por não ser atendidos segundo nossa vontade própria, insulto ao nosso orgulho (o qual não aceita nossa indignidade de pecadores), alergia à gratuidade da oração etc. A conclusão é sempre a mesma: para que rezar? Para superar esses obstáculos é preciso lutar para ter a humildade, a confiança, a perseverança.

II. A HUMILDE VIGILÂNCIA DO CORAÇÃO

DIANTE DAS DIFICULDADES DA ORAÇÃO

2729 A dificuldade comum de nossa oração é a distração. Esta pode referir-se às palavras e ao seu sentido, na oração vocal. Pode, porém, referir-se mais profundamente àquele a quem oramos, na oração vocal (litúrgica ou pessoal), na meditação e na oração mental. Perseguir obsessivamente as distrações seria cair em suas armadilhas, já que é suficiente o voltar ao nosso coração: uma distração nos revela aquilo a que estamos amarrados, e essa tomada de consciência humilde diante do Senhor deve despertar nosso amor preferencial por Ele, oferecendo-lhe resolutamente nosso coração, para que Ele o purifique. Aí se situa o combate: a escolha do Senhor a quem servir.

2730 Positivamente, o combate contra nosso "eu" possessivo e dominador é a vigilância, a sobriedade do coração. Quando Jesus insiste na vigilância, ela está sempre relacionada com Ele, com sua vinda, com o último dia e com cada dia: "hoje". O Esposo vem no meio da noite; a luz que não deve ser extinta é a da fé: "Meu coração diz a teu respeito: 'Procurai a sua face'" (Sl 27,8).

2731 Outra dificuldade, especialmente para aqueles que querem sinceramente orar, é a aridez. Esta acontece na oração, quando o coração está desanimado, sem gosto com relação aos pensamentos, às lembranças e aos sentimentos, mesmo espirituais. E o momento da fé pura que se mantém fielmente com Jesus na agonia e no túmulo. "Se o grão de trigo que cai na terra morrer, produzirá muito fruto" (Jo 12,24). Se a aridez é causada pela falta de raiz, porque a Palavra caiu sobre as pedras, o combate deve ir na linha da conversão.

DIANTE DAS TENTAÇÕES NA ORAÇÃO

2732 A tentação mais comum, mais oculta, é nossa falta de fé, que se exprime não tanto por uma incredulidade declarada quanto por uma opção de fato. Quando começamos a orar, mil trabalhos ou cuidados, julgados urgentes, apresentam-se como prioritários; de novo, é o momento da verdade do coração e de seu amor preferencial. Com efeito, voltamos para o Senhor como o último recurso: mas de fato acreditamos nisso? As vezes tomamos o Senhor como aliado, mas o coração ainda está na presunção. Em todos os casos, nossa falta de fé revela que não estamos ainda na disposição do coração humilde: "Sem mim, nada podeis fazer" (Jo 15,5).

2733 Outra tentação, cuja porta é aberta pela presunção, é a acídia (chamada também "preguiça"). Os Padres espirituais entendem esta palavra como uma forma de depressão devida ao relaxamento da ascese, à diminuição da vigilância, à negligência do coração. "O espírito está pronto, mas a carne é fraca" (Mt 26,). Quanto mais alto se sobe, tanto maior a queda. O desânimo doloroso é o inverso da presunção. Quem é humilde não se surpreende com sua miséria. Passa então a ter mais confiança, a perseverar na constância.

III. A CONFIANÇA FILIAL

2734 A confiança filial é experimentada - e se prova - na tribulação [a123]. A dificuldade principal se refere à oração de súplica por si ou pelos outros, na intercessão. Alguns deixam até de orar porque, pensam eles, seu pedido não é ouvido. Aqui surgem duas questões: por que pensamos que nosso pedido não foi ouvido? De que maneira é atendida, ou é "eficaz", nossa oração?

POR QUE NOS LAMENTAR POR NÃO SERMOS ATENDIDOS?

2735 Um fato deveria provocar admiração em nós. Quando louvamos a Deus ou lhe damos graças pelos benefícios em geral, pouco nos preocupamos em saber se nossa oração lhe é agradável. Em compensação, temos a pretensão de ver o resultado de nosso pedido. Qual é,

pois, a imagem de Deus que nos motiva à oração? Um meio a utilizar ou o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo?

2736 Estamos acaso convencidos de que "nem sabemos o que convém pedir" (Rm 8,26)? Pedimos a Deus "os bens convenientes"? Nosso Pai sabe do que precisamos, antes de lho pedirmos, mas espera nosso pedido porque a dignidade de seus filhos está precisamente em sua liberdade. Mas é preciso rezar com seu Espírito de liberdade para poder conhecer na verdade o seu desejo.

2737 "Não possuís porque não pedis. Pedis, mas não recebeis, porque pedis mal, com o fim de gastardes nos vossos prazeres" (Tg 4,2-3). Se pedimos com um coração dividido, "adúltero" Deus não nos pode ouvir, porque deseja nosso bem, nossa vida. "Ou julgais que é em vão que a Escritura diz: Ele reclama com ciúme o espírito que pôs dentro de nós (Tg 4,5)?" Nosso Deus é "ciumento" de nós, o que é o sinal da verdade de seu amor. Entremos no desejo de seu Espírito e seremos ouvidos: Não te aflijas se não recibes imediatamente de Deus o que lhe pedes: pois Ele quer fazer-te um bem ainda maior por tua perseverança em permanecer com Ele na oração. Ele quer que nosso desejo seja provado na oração. Assim Ele nos prepara para receber aquilo que Ele está pronto a nos dar.

DE QUE MANEIRA É EFICAZ NOSSA ORAÇÃO?

2738 A revelação da oração na economia da salvação nos ensina que a fé se apóia na ação de Deus na história. A confiança filial é suscitada por sua ação por excelência: a Paixão e a Ressurreição de seu Filho. A oração cristã é cooperação com sua Providência, com seu plano de amor para os homens.

2739 Em S. Paulo, esta confiança é audaciosa, fundada na oração do Espírito em nós e no amor fiel do Pai, que nos deu seu Filho único. A transformação do coração que reza é a primeira resposta a nosso pedido.

2740 A oração de Jesus faz da oração cristã uma súplica eficaz. É Ele o seu modelo. Jesus reza em nos e conosco. Já que o coração do Filho não busca senão o que agrada ao Pai, como haveria (o coração dos filhos adotivos) de apegar-se mais aos dons do que ao Doador?

2741 Jesus também reza por nós, em nosso lugar e em nosso favor. Todos os nossos pedidos foram recolhidos uma vez por todas em seu Grito na Cruz e ouvidos pelo Pai em sua Ressurreição, e por isso Ele não deixa de interceder por nós junto do Pai. Se nossa oração está resolutamente unida à de Jesus, na confiança e na audácia filial, obteremos tudo o que pedimos em seu nome; bem mais do que pequenos favores, receberemos o próprio Espírito Santo, que possui todos os dons.

IV. PERSEVERAR NO AMOR

2742 "Orai sem cessar" (1 Ts 5,17), "sempre e por tudo dando graças a Deus Pai, em nome de nosso Senhor, Jesus Cristo" (Ef 5,20), "com orações e súplicas de toda sorte, orai em todo tempo, no Espírito e, para isso, vigiai com toda perseverança e súplica por todos os santos" (Ef 6,18). "Não nos foi prescrito que trabalhemos, vigiemos e jejuemos constantemente, enquanto, para nós, é lei rezar sem cessar." Esse ardor incansável só pode provir do amor. Contra nossa pesada lentidão e preguiça, o combate da oração é o do amor humilde, confiante e perseverante. Esse amor abre nossos corações para três evidências de fé, luminosas e vivificantes:

2743 Orar é sempre possível: o tempo do cristão é o de Cristo ressuscitado que "esta conosco todos os dias" (Mt 28,20), apesar de todas as tempestades. Nosso tempo está nas mãos de Deus: É possível até no mercado ou num passeio solitário fazer uma oração freqüente e fervorosa. Sentados em vossa loja, comprando ou vendendo, ou mesmo cozinhando.

2744 Orar é uma necessidade vital. A prova contrária não é menos convincente: se não nos deixarmos levar pelo Espírito, cairemos de novo na escravidão do pecado. Como o Espírito Santo pode ser "nossa Vida", se nosso coração está longe dele? Nada se compara em valor à oração; ela toma possível o que é impossível, fácil o que é difícil. E impossível que caia em pecado o homem que reza.

QUEM REZA CERTAMENTE SE SALVA: QUEM NÃO REZA CERTAMENTE SE CONDENA [A145].

2745 Oração e vida cristãs são inseparáveis, pois se trata do mesmo amor e da mesma renúncia que procede do amor. Trata-se da mesma conformidade filial e amorosa ao plano de amor do Pai; da mesma união transformadora no Espírito Santo, a qual nos conforma sempre mais a Cristo Jesus; trata-se do mesmo amor por todos os homens, aquele amor com que Jesus nos amou. "Tudo o que pedirdes a meu Pai em meu nome Ele vos dará. Isto vos mando: amai-vos uns aos outros" (Jo 15,16-17).

Ora sem cessar aquele que une a oração às obras e as obras à oração. Somente dessa forma podemos considerar como realizável o princípio de orar sem cessar.

V. A ORAÇÃO DA HORA DE JESUS

2746 Quando chega sua Hora, Jesus ora ao Pai. Sua oração, a mais longa transmitida pelo Evangelho, abarca toda a economia da criação e da salvação, como sua Morte e Ressurreição. A oração da Hora de Jesus é sempre a sua, assim como sua Páscoa, acontecida "uma vez por todas", estará sempre presente na Liturgia de sua Igreja.

2747 A tradição cristã a chama com toda propriedade a oração "sacerdotal" de Jesus. É a oração de nosso Sumo Sacerdote, inseparável de seu Sacrifício, de sua "passagem" [páscoa] para o Pai, onde Ele é "consagrado" inteiramente ao Pai.

2748 Nessa oração pascal, sacrificial, tudo é "recapitulado" nele: Deus e o mundo, o Verbo e a carne, a vida eterna e o tempo, o amor que se entrega e o pecado que o trai, os discípulos presentes e aqueles que crerão nele por meio da palavra deles, a humilhação e a glória. E a oração da Unidade.

2749 Jesus realizou toda a obra do Pai, e sua oração, como seu Sacrifício, se estende até a consumação dos tempos. A oração da Hora enche os últimos tempos e os leva até sua consumação. Jesus, o Filho a quem o Pai deu tudo, está todo entregue ao Pai e, ao mesmo tempo, se exprime com uma liberdade soberana, em virtude do poder que o Pai lhe deu sobre toda carne. O Filho, que se tomou Servo, é o Senhor, o Pantocrátor (o Todo-Poderoso). Nosso Sumo Sacerdote, que por nós reza é também aquele que ora em nós e o Deus que nos ouve.

2750 E entrando no santo nome do Senhor Jesus que podemos acolher, interiormente, a oração que Ele nos ensina: "Pai nosso!" Sua oração sacerdotal inspira os grandes pedidos do Pai-Nosso: a solicitude pelo nome do Pai, a paixão por seu Reino (a glória), [a157] o cumprimento da vontade do Pai, de seu plano de salvação, e a libertação do mal.

2751 Por fim, é nesta oração que Jesus nos revela e nos dá o "conhecimento" indissociável do Pai e do Filho, que é o próprio mistério da Vida de oração.

RESUMINDO.

2752 A oração supõe um esforço e uma luta contra nós mesmos e contra os embustes do Tentador. O combate da oração é inseparável do "combate espiritual" necessário para agir habitualmente segundo o Espírito de Cristo: reza-se como se vive, porque se vive como se reza.

2753 No combate da oração devemos enfrentar concepções errôneas, diversas correntes de mentalidade, a experiência de nossos fracassos. A essas tentações que lançam

dúvida sobre a utilidade ou a própria possibilidade da oração convém responder pela humildade, confiança e perseverança.

2754 As dificuldades principais no exercício da oração são a distração e a aridez. O remédio está na fé, na conversão e na vigilância do coração.

2755 Duas tentações freqüentes ameaçam a oração: a falta de fé e a acídia, que é uma forma de depressão devida ao relaxamento da ascese, que leva ao desânimo.

2756 A confiança filial é posta à prova quando temos o sentimento de não ser sempre ouvidos. O Evangelho nos convida a nos interrogar sobre a conformidade de nossa oração com o de-sejo do Espírito.

2757 "Orai sem cessar" (1 Ts 5,17). Rezar sempre é possível. É mesmo uma necessidade vital. Oração e vida cristã são inseparáveis.

2758 A oração da Hora de Jesus, chamada com propriedade "oração sacerdotal, recapitula toda a Economia da criação e da salvação e inspira os grandes pedidos do "Pai-Nosso".

QUARTA PARTE - A ORAÇÃO CRISTÃ

SEGUNDA SEÇÃO

A ORAÇÃO DO SENHOR: "PAI NOSSO!"

2759 "Um dia, em certo lugar, Jesus rezava. Quando terminou, um de seus discípulos pediu-lhe: 'Senhor, ensina-nos a orar, como João ensinou a seus discípulos'" (Lc 11,1). E em resposta a este pedido que o Senhor confia a seus discípulos e à sua Igreja a oração cristã fundamental. S. Lucas traz um texto breve (de cinco pedidos); S. Mateus, uma versão mais desenvolvida (de sete pedidos). A tradição litúrgica da Igreja conservou o texto de S. Mateus:

Pai nosso que estais nos céus,
santificado seja o vosso nome;
venha a nós o vosso reino;
seja feita a vossa vontade,
assim na terra como no céu;
pão nosso de cada dia nos dai hoje;
perdoai-nos as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido;
e não nos deixeis cair em tentação.
mas livrai-nos do mal.

2760 Bem cedo, o uso litúrgico concluiu a Oração do Senhor com uma doxologia. Na Didaché (8,2): "Pois vosso é o poder e a glória para sempre[4] ". As Constituições Apostólicas (7,24,1) acrescentam no começo: "o reino" , e é esta a fórmula conservada hoje na oração ecumênica. A tradição bizantina, logo em seguida à "glória", acrescenta "Pai, Filho e Espírito Santo". O missal romano desdobra o último pedido na perspectiva explícita da expectativa da

"bem-aventurada esperança" e da Vinda de Jesus Cristo, nosso Senhor vindo em seguida a aclamação da assembléia, que retoma a doxologia das Constituições Apostólicas.

ARTIGO 1

"O RESUMO DE TODO O EVANGELHO"

2761 "A Oração dominical é realmente o resumo de todo o Evangelho." "Depois de nos ter legado esta fórmula de oração, o Senhor acrescentou: 'Pedi e vos será dado' (Jo 16,24). Cada qual pode, portanto, dirigir ao céu diversas orações conforme as suas necessidades, mas começando sempre pela Oração do Senhor, que permanece a oração fundamental."

I. NO CENTRO DAS ESCRITURAS

2762 Depois de mostrar como os Salmos são o alimento principal da oração cristã e convergem nos pedidos do Pai-Nosso, Sto. Agostinho conclui: Percorrei todas as orações que se encontram nas Escrituras, e eu não creio que possais encontrar nelas algo que não esteja incluído na oração do Senhor.

2763 Todas as Escrituras (a Lei, os Profetas e os Salmos) se realizam em Cristo. O Evangelho é esta "Boa nova". Seu primeiro anúncio é resumido por S. Mateus no Sermão da Montanha. Ora,, a oração ao Nosso Pai encontra-se no centro deste anúncio. E este contexto que ilumina cada pedido da oração que o Senhor nos deixou:

A Oração dominical é a mais perfeita das orações... Nela, não só pedimos tudo quanto podemos desejar corretamente, mas ainda segundo a ordem em que convém desejá-lo. De modo que esta oração não só nos ensina a pedir, mas ordena também todos os nossos afetos.

2764 O Sermão da Montanha é doutrina de vida, a Oração do Senhor é oração, mas em ambos o Espírito do Senhor dá forma nova aos nossos desejos, isto é, a estas moções interiores que animam nossa vida. Jesus nos ensina esta vida nova por suas palavras e nos ensina a pedi-la pela oração. Da retidão de nossa oração dependerá a retidão de nossa vida em Cristo.

II- "A ORAÇÃO DO SENHOR"

2765 A tradicional expressão "Oração dominical" [ou seja, "Oração do Senhor"] significa que a oração ao nosso Pai nos foi ensinada e dada pelo Senhor Jesus. Esta oração que nos vem de Jesus é realmente única: ela é "do Senhor". Com efeito, por um lado, mediante as palavras desta oração, o Filho único nos dá as palavras que o Pai lhe deu; Ele é o Mestre de nossa oração. Por outro lado, como Verbo encarnado, Ele conhece em seu coração de homem as necessidades de seus irmãos e irmãs humanos e no-las revela; é o Modelo de nossa oração.

2766 Jesus, no entanto, não nos deixa uma fórmula a ser repetida maquinalmente. Como vale em relação a toda oração vocal, é pela Palavra de Deus que o Espírito Santo ensina aos filhos de Deus como rezar a seu Pai. Jesus nos dá não só as palavras de nossa oração filial, mas também, ao mesmo tempo, o Espírito pelo qual elas se tornam em nós "espírito e vida" (Jo 6,). Mais ainda: a prova e a possibilidade de nossa oração filial consiste no fato de que o Pai "enviou aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Abba, Pai!" (4,6). Já que nossa oração interpreta nossos desejos diante de Deus, é ainda "aquele que perscruta os corações", o Pai, quem "sabe qual é o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos" (Rm 8,27). A oração a Nosso Pai insere-se na missão misteriosa de Filho e do Espírito.

III. A ORAÇÃO DA IGREJA

2767 A Igreja recebeu e viveu desde as origens este dom indissociável das palavras do Senhor e do Espírito Santo, que a elas dá vida no coração dos crentes. As primeiras comunidades

rezam a Oração do Senhor "três vezes ao dia", em lugar das "Dezoito bênçãos" em uso na piedade judaica.

2768 Segundo a Tradição apostólica, a Oração do Senhor está essencialmente arraigada na oração litúrgica.

O Senhor nos ensina a rezar nossas orações em comum por todos os nossos irmãos. Pois não diz "meu Pai" que estás nos céus, mas "nosso" Pai, a fim de que nossa oração seja, com um só coração e uma só alma, por todo o Corpo da Igreja.

Em todas as tradições litúrgicas, a Oração do Senhor é parte integrante das grandes horas do Ofício Divino. Mas é sobretudo nos três sacramentos da iniciação cristã que seu caráter eclesial aparece claramente.

2769 No Batismo e na Confirmação, a entrega ["traditio"] da Oração do Senhor significa o novo nascimento para a vida divina. Já que a oração cristã consiste em falar a Deus com a própria Palavra de Deus, os que são "regenerados mediante a Palavra do Deus vivo" (I Pd 1,23) aprendem a invocar seu Pai mediante a única Palavra que ele sempre atende. E já podem invocá-lo desde agora, pois o Selo da Unção do Espírito Santo foi-lhes gravado, indelevelmente, sobre o coração, os ouvidos, os lábios, sobre todo o seu ser filial. É por isso que a maioria dos comentários patrísticos do Pai-Nosso são dirigidos aos catecúmenos e aos neófitos. Quando a Igreja reza a Oração do Senhor, é sempre o povo dos "renascidos" que reza e obtém misericórdia.

2770 Na Liturgia Eucarística, a Oração do Senhor aparece como a oração de toda a Igreja. Nela revela-se seu sentido pleno e sua eficácia. Situada entre a Anáfora (Oração eucarística) e a Liturgia da comunhão, ela recapitula por um lado todos os pedidos e intercessões expressos no movimento da Epiclese e, por outro, bate à porta do Festim do Reino que a Comunhão sacramental vai antecipar.

2771 Na Eucaristia, a Oração do Senhor manifesta também o caráter escatológico de seus pedidos. E a oração própria dos "últimos tempos", dos tempos da salvação que começaram com a efusão do Espírito Santo e que terminarão com a Volta do Senhor. Os pedidos ao nosso Pai, ao contrário das orações da Antiga Aliança, apóiam-se sobre o mistério da salvação já realizada, uma vez por todas, em Cristo crucificado e ressuscitado.

2772 Desta fé inabalável brota a esperança que anima cada um dos sete pedidos. Estes exprimem os gemidos do tempo presente, este tempo de paciência e de espera durante o qual "ainda não se manifestou o que nós seremos" (1 Jo 3,2). A Eucaristia e o Pai-Nosso apontam para a vinda do Senhor, "até que Ele venha" (1 Cor 11,26).

RESUMINDO

2773 Atendendo ao pedido de seus discípulos ("Senhor, ensina-nos a orar": Lc 11,1), Jesus lhes confia a oração cristã fundamental do Pai-Nosso.

2774 "A Oração dominical é realmente o resumo de todo o Evangelho", "a mais perfeita das orações" Está no centro das Escrituras.

2775 É chamada "Oração dominical" porque nos vem do Senhor; Jesus, Mestre e Modelo de nossa oração.

2776 A Oração dominical é a oração da Igreja por excelência. É parte integrante das grandes Horas do Ofício Divino e dos sacramentos da iniciação cristã: Batismo, Confirmação e Eucaristia. Integrada na Eucaristia, ela manifesta o caráter "escatológico" de seus pedidos, na esperança do Senhor, "até que Ele venha" (1 Cor 11,26):

"PAI NOSSO QUE ESTAIS NO CÉU"

I. "OUSAR APROXIMAR-NOS COM TODA A CONFIANÇA"

2777 Na liturgia romana, a assembléia eucarística é convidada a rezar o Pai-Nosso com ousadia filial; as liturgias orientais utilizam e desenvolvem expressões análogas: "Ousar com toda a segurança", "torna-nos dignos de". Diante da sarça ardente, foi dito a Moisés: "Não te aproximes daqui; tira as sandálias" (Ex 3,5). Este limiar da Santidade divina só Jesus podia transpor, Ele que, "depois de ter realizado a purificação dos pecados" (Hb 1,3), nos introduz diante da Face do Pai: "Eis-me aqui com os filhos que Deus me deu" (Hb 2,13).

A consciência que temos de nossa situação de escravos nos faria desaparecer debaixo da terra, nossa condição terrestre se reduziria a pó, se a autoridade de nosso Pai e o Espírito de seu Filho não nos levassem a clamar: "Abba, Pai!" (Rm 8,15)... Quando ousaria a fraqueza de um mortal chamar a Deus seu Pai, senão apenas quando o íntimo do homem é animado pela Força do a1to[a32] ?

2778 Esta força do Espírito que nos introduz na Oração do Senhor traduz-se nas liturgias do Oriente e do Ocidente pela bela expressão tipicamente cristã: "parrhesia", simplicidade sem rodeios, confiança filial, jovial segurança, audácia humilde, certeza de ser amado.

II. "PAI!"

2779 Antes de fazer nossa esta primeira invocação da Oração do Senhor, convém purificar humildemente nosso coração de certas imagens falsas a respeito "deste mundo". A humildade nos faz reconhecer que "ninguém conhece o Pai senão o Filho ele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11 ,27), isto e, aos pequeninos" (Mt 11,25). A purificação do coração diz respeito às imagens paternas ou maternas oriundas de nossa história pessoal e cultural e que influenciam nossa relação com Deus. Deus nosso Pai transcende as categorias do mundo criado. Transpor para Ele, ou contra Ele, nossas idéias neste campo seria fabricar ídolos, para adorar ou para demolir. Orar ao Pai é entrar em seu mistério, tal qual Ele é, e tal como o Filho no-lo revelou:

A expressão "Deus Pai" nunca fora revelada a ninguém. Quando o próprio Moisés perguntou a Deus quem Ele era, ouviu outro nome. A nós este nome foi revelado no Filho, pois este nome novo implica o nome novo de Pai.

2780 Podemos invocar a Deus como "Pai", porque Ele nos foi revelado por seu Filho feito homem e porque seu Espírito no-lo faz conhecer. Aquilo que o homem não pode conceber nem as potências angélicas podem entrever, isto é, a relação pessoal do Filho com o Pai, eis que o Espírito do Filho nos faz participar nela (nessa relação pessoal), nós, que cremos que Jesus é o Cristo e (cremos) que somos nascidos de Deus.

2781 Quando rezamos ao Pai, estamos em comunhão com Ele e com seu Filho, Jesus Cristo. E então que o conhecemos e o reconhecemos num maravilhamento sempre novo. A primeira palavra da Oração do Senhor é uma bênção de adoração, antes de ser uma súplica. Pois a Glória de Deus é que nós o reconheçamos como "Pai", Deus verdadeiro. Rendemo-lhe graças por nos ter revelado seu Nome, por nos ter concedido crer nele e por sermos habitados por sua Presença.

2782 Podemos adorar o Pai porque Ele nos fez renascer para sua Vida, adotando-nos como filhos em seu Filho único: pelo Batismo, Ele nos incorpora no Corpo de seu Cristo e, pela Unção de seu Espírito, que se derrama da Cabeça para os membros, faz de nós "cristos" (isto é, "ungidos"). Deus, que nos destinou à adoção de filhos, tomou-nos conformes ao Corpo glorioso de Cristo. Doravante, portanto, como participantes do Cristo, vós sois com justa razão chamados "cristos". O homem novo, renascido e restituído a seu Deus pela graça, diz, antes de mais nada, "Pai!", porque se tornou filho

2783 Assim, portanto, pela Oração do Senhor, somos revelados a nós mesmos ao mesmo tempo que o Pai nos é revelado: Ó homem, não ousavas levantar teu rosto ao céu, baixav as os olhos para a terra, e de repente recebeste a graça de Cristo: todos os teus pecados te foram perdoados. De servo mau te tomaste um bom filho... Levanta, pois, os olhos para o Pai que te resgatou por seu Filho e diz: Pai nosso... Mas não exijas nenhum privilégio. Somente de Cristo Ele é Pai, de modo especial; para nós é Pai em comum, porque gerou somente a Ele; a nós, ao invés, Ele nos criou. Dize, portanto, também tu, pela graça: Pai Nosso, a fim de mereceres ser seu filho.

2784 Este dom gratuito da adoção exige de nossa parte uma conversão contínua e uma vida nova. Rezar a nosso Pai deve desenvolver em nós, duas disposições fundamentais: O desejo e a vontade de assemelhar-se a Ele. Criados à sua imagem, é por graça que a semelhança nos é dada e a ela devemos responder. Quando chamamos a Deus de "nosso Pai", precisamos lembrar-nos de que devemos comportar-nos como filhos de Deus .

Não podeis chamar de vosso Pai ao Deus de toda bondade, se conservais um coração cruel e desumano; pois nesse caso já não tendes mais em vós a marca da bondade do Pai celeste[a49] .

É preciso contemplar sem cessar a beleza do Pai e com ela impregnar nossa alma[a50] .

2785 Um coração humilde e confiante que nos faz "retornar à condição de crianças" (Mt 18,3), porque e aos pequeninos que o Pai se revela (Mt 11,25):

É um olhar sobre Deus tão-somente, um grande fogo de amor.

A alma nele se dissolve e se abisma na santa dileção, e se entretém com Deus como com seu próprio Pai, bem familiarmente, com ternura de piedade toda particular.

Nosso Pai: este nome suscita em nós, ao mesmo tempo, o amor, a afeição na oração, (...) e também a esperança de alcançar o que vamos pedir... Com efeito, o que poderia Ele recusar ao pedido de seus olhos, quando já antes lhes permitiu ser seus filhos.

III. PAI "NOSSO"

2786 Pai "Nosso" refere-se a Deus. De nossa parte, este adjetivo não exprime uma posse, mas uma relação inteiramente nova com Deus.

2787 Quando dizemos Pai "nosso", reconhecemos primeiramente que todas as suas promessas de amor anunciadas pelos profetas se cumprem na nova e eterna Aliança em Cristo: nós nos torna-mos seu Povo e Ele é, doravante, "nosso" Deus. Esta relação nova é uma pertença mútua dada gratuitamente: é pelo amor e pela fidelidade que devemos responder "à graça e à verdade" que nos são dadas em Jesus Cristo.

2788 Como a Oração do Senhor é a de seu Povo nos "últimos tempos", este "nosso" exprime também a certeza de nossa esperança na última promessa de Deus; na Jerusalém nova, dirá Ele ao vencedor: "Eu serei seu Deus e ele será meu filho" (Ap 21,7).

2789 Rezando ao "nosso" Pai, é ao Pai 4e Nosso Senhor Jesus Cristo que nos dirigimos pessoalmente. Não dividimos a divindade, porque o Pai é dela "a fonte e a origem", mas confessamos, com isso, que eternamente o Filho é gerado por Ele e que dele procede o Espírito Santo. Tampouco confundimos as Pessoas, porque confessamos que nossa comunhão é com o Pai e seu Filho, Jesus Cristo, em seu único Espírito Santo. A Santíssima Trindade é consubstancial e indivisível. Quando rezamos ao Pai, nós o adoramos e o glorificamos com o Filho e o Espírito Santo.

2790 Gramaticalmente, nosso qualifica uma realidade comum a vários. Não há senão um só Deus, e Ele é reconhecido como Pai pelos que, mediante a fé em seu Filho único, renasceram dele pela água e pelo Espírito. A Igreja é esta nova comunhão entre Deus e os homens; unida ao Filho único tornado "o primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8,29), ela está em comunhão com

um só e mesmo Pai, em um só e mesmo Espírito Santo. Rezando ao "nos- Pai, cada batizado reza nesta Comunhão: "A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma" (At 4,32).

2791 Por isso, apesar das divisões dos cristãos, a oração ao "nosso" Pai continua sendo o bem comum e um apelo urgente para todos os batizados. Em comunhão mediante a fé em Cristo e mediante o Batismo, devem eles participar na oração de Jesus para a unidade de seus discípulos.

2792 Enfim, se rezamos verdadeiramente ao "Nosso Pai", saímos do individualismo, pois o Amor que acolhemos nos liberta (do individualismo). O "nosso" do início da Oração do Senhor, como o "nós" dos quatro últimos pedidos, não exclui ninguém. Para que seja dito em verdade[64] , nossas divisões e oposições devem ser superadas.

2793 Os batizados não podem rezar ao Pai "nosso" sem levar para junto dele todos aqueles por quem Ele entregou seu Filho bem-amado. O amor de Deus é sem fronteiras; nossa oração também deve sê-lo. Rezar ao "nosso" Pai abre-nos para as dimensões de Seu amor manifestado no Cristo: rezar com e por todos os homens que ainda não O conhecem, a fim de que sejam "congregados na unidade". Esta solicitude divina por todos os homens e por toda a criação animou todos os grandes orantes e deve dilatar nossa oração em amplitude de amor quando ousamos dizer Pai "nosso".

IV. "QUE ESTAIS NO CÉU"

2794 Esta expressão bíblica não significa um lugar ["o espaço], mas uma maneira de ser; não o afastamento de Deus, mas sua majestade. Nosso Pai não está "em outro lugar", Ele está "para além de tudo" quanto possamos conceber a respeito de sua Santidade. Porque Ele é três vezes Santo, está bem próximo do coração humilde e contrito:

É com razão que estas palavras "Pai Nosso que estais no céu" provêm do coração dos justos, onde Deus habita como que em seu templo. Por elas também o que reza desejará ver morar em si aquele que ele invoca.

Os "céus" poderiam muito bem ser também aqueles que trazem a imagem do mundo celeste, nos quais Deus habita e passeia.

2795 O símbolo dos céus nos remete ao mistério da Aliança que vivemos quando rezamos ao nosso Pai. Ele está nos céus que são sua Morada; a Casa do Pai é, portanto, nossa "pátria". Foi da terra da Aliança que o pecado nos exilou e é para o Pai, para o céu, que a conversão do coração nos faz voltar. Ora, é no Cristo que o céu e a terra são reconciliados, pois o Filho "desceu do céu", sozinho, e para lá nos faz subir com ele, por sua Cruz, sua Ressurreição e Ascensão.

2796 Quando a Igreja reza "Pai nosso que estais nos céus", professa que somos o Povo de Deus já assentados nos céus, em Cristo Jesus", "escondidos com Cristo em Deus" e, ao mesmo tempo, "gememos pelo desejo ardente de revestir por cima de nossa morada terrestre a nossa habitação celeste" (2Cor 5,2)

Os cristãos estão na carne, mas não vivem segundo a carne. Passam sua vida na terra, mas são cidadãos do céu.

RESUMINDO

2797 A confiança simples e fiel, a segurança humilde e alegre são as disposições que convêm a quem reza o Pai-Nosso.

2798 Podemos invocar a Deus como "Pai" porque o Filho de Deus feito homem no-lo revelou, Ele, em quem, pelo Batismo, somos incorporados e adotados como filhos de Deus.

2799 A oração do Senhor nos põe em comunhão com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, ela nos revela a nós mesmos.

800 Rezar ao Pai "nosso" deve desenvolver em nós a vontade de nos assemelhar a Ele e (fazer crescer em nós) um coração humilde e confiante.

2801 Dizendo Pai Nosso, invocamos a Nova Aliança em Jesus Cristo, a comunhão com a Santíssima Trindade e a caridade divina que se estende, pela igreja, às dimensões do mundo.

2802 "Que estais nos céus" não designa um lugar, mas a majestade de Deus e sua presença no coração dos justos. O céu, a Casa do Pai, constitui a verdadeira pátria para onde nos dirigimos e à qual já pertencemos.

ARTIGO 3

OS SETE PEDIDOS

2803 Depois de nos ter posto na presença de Deus, nosso Pai, para adorá-lo, amá-lo e bendizê-lo, o Espírito filial faz subir de nossos corações sete pedidos, sete bênçãos. Os três primeiros, mais teologais, nos atraem para a Glória do Pai; os quatro últimos, como caminhos para Ele, oferecem nossa miséria à sua Graça. "Um abismo grita a outro abismo" (Sl 42,8).

2804 A primeira série de pedidos nos leva em direção a Ele, para Ele: vosso Nome, vosso Reino, vossa Vontade! É próprio do amor pensar primeiro naquele que amamos. Em cada um destes três pedidos não nos mencionamos, mas o que se apodera de nós é "o desejo ardente", "a angústia" até, do Filho bem-amado para a Glória de seu Pai: "Seja santificado... Venha... Seja feita...": essas três súplicas já foram atendidas pelo Sacrifício do Cristo Salvador, mas se elevam doravante, na esperança, para seu cumprimento final, enquanto Deus ainda não é tudo em todos.

2805 A segunda série de pedidos desenrola-se no ritmo de certas Epicleses eucarísticas: é apresentação de nossas expectativas e atrai o olhar do Pai das misericórdias. Sobe de nós e nos diz respeito desde agora, neste mundo: "Dai-nos... perdoai-nos... não nos deixeis... livrai-nos". O quarto e o quinto pedidos referem-se à nossa vida, como tal, seja para alimentá-la, seja para curá-la do pecado; os dois últimos referem-se ao nosso combate pela vitória da Vida, o combate da própria oração.

2806 Mediante os três primeiros pedidos, somos confirmados na fé, repletos de esperança e abraçados pela caridade. Criaturas e ainda pecadores, devemos pedir por nós, estendendo este "nós" até as dimensões do mundo e da história que oferecemos ao amor sem medida de nosso Deus. Porque é pelo Nome de seu Cristo e pelo Reino de seu Espírito Santo que nosso Pai realiza seu plano de salvação, por nós e pelo mundo inteiro.

I Santificado seja vosso Nome

2807 O termo "santificar" deve ser entendido aqui não primeiramente em seu sentido causativo (só Deus santifica, torna santo), mas sobretudo num sentido estimativo: reconhecer como santo, tratar de maneira santa. E assim que, na adoração, esta invocação é às vezes compreendida como um louvor e uma ação de graças. Mas este pedido, um nos é ensinado por Jesus como um optativo: um pedido, um desejo e uma espera em que Deus e o homem estão empenhados. Desde o primeiro pedido a nosso Pai, somos mergulhados no mistério íntimo de sua Divindade e no evento da salvação de nossa humanidade. Pedir-lhe que seu nome seja santificado nos envolve na "decisão prévia que lhe aprouve tomar" (Ef 1,9) para "ser santos e irrepreensíveis diante dele no amor" (Ef 1,4).

2808 Nos momentos decisivos de sua economia, Deus revela seu Nome, mas revela-o realizando sua obra. Ora, esta obra só se realiza para nós e em nós se seu nome for santificado por nós e em nós.

2809 A Santidade de Deus é o centro inacessível de seu ministério eterno. Ao que, deste mistério, está manifestado na criação e na história, a Escritura chama de Glória, a irradiação de

sua majestade. Ao criar o homem "à sua imagem e semelhança" (Gn 1,26), Deus "o coroa de glória", mas, pecando, o homem é "privado da Glória de Deus". Sendo assim, Deus vai manifestar sua Santidade revelando e dando seu Nome, a fim de restaurar o homem "segundo a imagem de seu Criador" (Cl 3,10).

2810 Na promessa a Abraão, e no juramento que a acompanha, Deus empenha a si mesmo, mas sem revelar seu Nome. É a Moisés que começa a revelá-lo, e o manifesta aos olhos de todo o povo, salvando-o dos egípcios: "Ele se vestiu de glória" (Ex 15,1). A partir da Aliança do Sinai, este povo é "seu" e deve ser uma "nação santa" (ou consagrada: é a mesma palavra em hebraico) porque o nome de Deus habita nele.

2811 Ora, apesar da Lei santa que o Deus Santo lhe dá e torna a dar, e embora o Senhor, "em consideração a seu nome", use de paciência, o povo se desvia do Santo de Israel e "profana seu nome entre as nações". Foi por isso que os justos da Antiga Aliança, os pobres que retornaram do exílio e os profetas, ficaram abrasados pela paixão do Nome.

2812 Por fim, em Jesus, o Nome do Deus Santo nos é revelado e dado, na carne, como Salvador: revelado, por aquilo que Ele É, por sua Palavra e por seu Sacrifício. E o cerne de sua oração sacerdotal: "Pai santo... por eles a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade" (Jo 17,19). E por "santificar" Ele mesmo o seu nome que Jesus nos manifesta" o Nome do Pai. Ao final de sua Páscoa, o Pai lhe dá então o nome que está acima de todo nome: Jesus é Senhor para a glória de Deus Pai.

2813 Na água do Batismo fomos "lavados, santificados, justificados em nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus" (1 Cor 6,11). Durante toda nossa vida, nosso Pai "nos chama à santidade" (I Ts 4,7). E, já que é "por ele que vós sois em Cristo Jesus, que se tornou para nós santificação" (1 Cor 1,30), contribui para sua Glória e para nossa vida o fato de seu nome ser santificado em nós e por nós. Essa é a urgência de nosso primeiro pedido. Quem poderia santificar a Deus, já que é Ele mesmo quem santifica? Mas, inspirando-nos nesta palavra: "Sede santos porque eu sou Santo" (Lv 11,44), nós pedimos que, santificado pelo Batismo, perseveremos naquilo que começamos a ser. pedimo-lo todos os dias, porque cometemos faltas todos os dia e devemos purificar-nos de nossos pecados por uma santificação retomada sem cessar... Recorremos, portanto, à oração para esta santidade permaneça em nós.

2814 Depende, inseparavelmente, de nossa vida e de nossa oração que seu Nome seja santificado entre as nações: Pedimos a Deus que santifique seu Nome, porque é pela santidade que Ele salva e santifica toda a criação... Trata-se do Nome que dá a salvação ao mundo perdido, mas pedimos que Nome de Deus seja santificado em nós por nossa vida. Pois, se vivermos bem, o Nome divino é bendito; mas, se vivermos mal, ele é blasfemado, segundo a palavra do Apóstolo: "O Nome de Deus está sendo blasfemado por vossa causa entre os pagãos" (Rm 2,24). Rezamos, portanto, para merecer ter em nossas almas tanta santidade quanto é santo o Nome de nosso Deus. Quando dizemos "santificado seja o vosso Nome", pedimos que ele seja santificado em nós que estamos nele, mas também nos outros que a graça de Deus ainda aguarda, a fim de conformar-nos aos preceito, que nos obriga a rezar por todos, mesmo por nossos inimigos. E por isso que não dizemos expressamente: vosso Nome seja santificado "em nós", porque pedimos que ele o seja em todos os homens.

2815 Este pedido, que contém todos os pedidos, é atendido pela oração de Cristo, como os seis outros que seguem. A oração ao nosso Pai é nossa oração se for rezada "no Nome" de Jesus. Jesus pede em sua oração sacerdotal: "Pai sai guarda em teu Nome os que me deste" (Jo 17,11).

II. Venha a nós o vosso Reino

2816 No Novo Testamento o mesmo termo "Basiléia" pode ser traduzido por realeza (nome abstrato), reino (nome concreto) ou reinado (nome de ação). O Reino de Deus existe antes de nós. Aproximou-se no Verbo encarnado, é anunciado ao longo de todo o Evangelho, veio na

morte e na Ressurreição de Cristo. O Reino de Deus vem desde a santa Ceia e na Eucaristia: ele está no meio de nós. O Reino virá na glória quando Cristo o restituir a seu Pai:

O Reino de Deus pode até significar o Cristo em pessoa, a quem invocamos com nossas súplicas todos os dias e cuja vinda queremos apressar por nossa espera. Assim como Ele é nossa Ressurreição, pois nele nós ressuscitamos, assim também pode ser o Reino de Deus, pois nele nós reinaremos.

2817 Este pedido é o "Marana Tha", o grito do Espírito e da Esposa: "Vem, Senhor Jesus":

Mesmo que esta oração não nos tivesse imposto um dever de pedir a vinda deste Reino, nós mesmos, por nossa iniciativa, teríamos soltado este grito, apressando-nos a ir abraçar nossas esperanças. As almas dos mártires, sob o altar, invocam o Senhor com grandes gritos: "Até quando, Senhor, tardarás a pedir contas de nosso sangue aos habitantes da terra?" (Ap 6,10). Eles devem, com efeito, obter justiça no fim dos tempos. Senhor, apressa portanto a vinda de teu reinado.

2818 Na Oração do Senhor, trata-se principalmente da vinda final do Reinado de Deus mediante o retorno de Cristo. Mas este desejo não desvia a Igreja de sua missão neste mundo, antes a empenha ainda mais nesta missão. Pois a partir de Pentecostes a vinda do Reino é obra do Espírito do Senhor "para santificar todas as coisas, levando à plenitude a sua obra".

2819 "O Reino de Deus é justiça, paz e alegria no Espírito Santo" (Rm 14,17). Os últimos tempos, que estamos vivendo, são os tempos da efusão do Espírito Santo. Trava-se, por conseguinte, um combate decisivo entre "a carne" e o Espírito:

Só um coração puro pode dizer com segurança: "Venha a nós o vosso Reino". E preciso ter aprendido com Paulo para dizer: "Portanto, que o pecado não impere mais em vosso corpo mortal" (Rm 6,12). Quem se conserva puro em suas ações, em seus pensamentos e em suas palavras pode dizer a Deus: "Venha o vosso Reino["

2820 Num trabalho de discernimento segundo o Espírito, devem os cristãos distinguir entre o crescimento do Reino de Deus e o progresso da cultura e da sociedade em que estão empenhados. Esta distinção não é separação. A vocação do homem para a vida eterna não suprime, antes reforça seu dever de acionar as energias e os meios recebidos do Criador para servir neste mundo à justiça e à paz.

2821 Este pedido está contido e é atendido na oração de Jesus, presente e eficaz na Eucaristia; produz seu fruto na vida nova segundo as Bem-aventuranças.

III. SE JA FEITA A VOSSA VONTADE ASSIM NA TERRA COMO NO CÉU

2822 É Vontade de nosso Pai "que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2,3-4). Ele "usa de paciência, porque não quer que ninguém se perca" (2Pd 3,9). Seu mandamento, que resume todos os outros, e que nos diz toda a sua vontade, é que "nos amemos uns aos outros, como Ele nos amou".

2823 "Deu-nos a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar: ...a de em Cristo encabeçar todas as coisas... Nele, predestinados pelo propósito daquele que tudo opera segundo o conselho de sua Vontade, fomos feitos sua herança" (Ef 1,9-11). Pedimos que se realize plenamente este desígnio amoroso na terra, como já acontece no céu.

2824 No Cristo, e por sua vontade humana, a Vontade do Pai foi realizada completa e perfeitamente e uma vez por todas. Jesus disse ao entrar neste mundo: "Eis-me aqui, eu vim, ó Deus, para fazer a tua vontade" (Hb 10,7). Só Jesus pode dizer: "Faço sempre o que lhe agrada" (Jo 8,29). Na oração de sua agonia, ele consente totalmente com esta vontade: "Não a minha vontade mas a tua seja feita!" (Lc 22,42). É por isso que Jesus "se entregou a si mesmo por nossos pecados, segundo a vontade de Deus" (Gl 1,4). "Graças a esta vontade é que somos santificados pela oferta do corpo de Jesus Cristo" (HB 10,10).

2825 Jesus, "embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento" (Hb 5,8). Com maior razão, nós, criaturas e pecadores, que nos tornamos nele filhos adotivos, pedimos ao nosso Pai que una nossa vontade à de seu Filho para realizar sua Vontade, seu plano de salvação para a vida do mundo. Somos radicalmente incapazes de fazê-lo; mas, unidos a Jesus e com a força de seu Espírito Santo, podemos entregar-lhe nossa vontade e decidir-nos a escolher o que seu Filho sempre escolheu: fazer o que agrada ao Pai. Aderindo a Cristo, podemos tornar-nos um só espírito com ele, e com isso realizar sua Vontade; dessa forma ela será cumprida perfeitamente na terra como no céu. Considerai como Jesus Cristo nos ensina a ser humildes, ao fazer-nos ver que nossa virtude não depende só de nosso trabalho, mas da graça de Deus. Ele ordena aqui, a cada fiel que reza, que o faça universalmente, isto é, por toda a terra. Pois não diz "seja feita a vossa vontade" em mim ou em vós, mas em toda a terra", a fim de que dela seja banido o erro, nela reine a verdade, o vício seja destruído, a virtude floresça novamente, e que a terra não mais seja diferente do céu.

2826 Pela oração é que podemos "discernir qual é a vontade de Deus" e obter "a perseverança para cumpri-la". Jesus nos ensina que entramos no Reino dos céus não por palavras, mas praticando a vontade de meu Pai que está nos céus" (Mt 7,21).

2827 "Se alguém faz a vontade de Deus, a este Deus escuta" (Jo 9,31). Tal é a força da oração da Igreja em Nome de seu Senhor, sobretudo na Eucaristia; é comunhão de intercessão com a Santíssima Mãe de Deus e com todos os santos que foram "agradáveis" ao Senhor por não terem querido fazer senão a sua Vontade:

Podemos ainda, sem ferir a verdade, traduzir estas palavras: "Seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu" por estas: na Igreja, como em nosso Senhor, Jesus Cristo; na Esposa que Ele desposou, como no Esposo que realizou a Vontade do Pai.

IV. O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DA HOJE

2828 "Dai-nos": é bela a confiança dos filhos que tudo esperam de seu Pai. "Ele faz nascer o seu sol igualmente sobre maus e bons e cair chuva sobre justos e injustos" (Mt 5,45) e dá a todos os seres vivos "o alimento a seu tempo" (Sl 104,27). Jesus nos ensina a fazer este pedido, que glorifica efetivamente nosso Pai, porque reconhece como Ele é Bom para além de toda bondade.

2829 "Dai-nos" é ainda expressão da Aliança: pertencemos a Ele e Ele pertence a nós, age em nosso favor. Mas esse "nós" o reconhece também como o Pai de todos os homens e nós lhe pedimos por todos eles, em solidariedade com suas necessidades e sofrimentos.

2830 "O pão nosso." O Pai, que nos dá a vida, não pode deixar de nos dar o alimento necessário à vida, todos os bens "úteis", materiais e espirituais. No Sermão da Montanha, Jesus insiste nesta confiança filial que coopera com a Providência de nosso Pai. Não nos exorta a nenhuma passividade, mas quer libertar-nos de toda inquietação e de toda preocupação. É esse o abandono filial dos filhos de Deus:

Aos que procuram o Reino e a justiça de Deus, ele promete dar tudo por acréscimo. Com efeito, tudo pertence a Deus: a quem possui Deus, nada lhe falta, se ele próprio não falta a Deus.

2831 A presença dos que têm fome por falta de pão, no entanto, revela outra profundidade deste pedido. O drama da fome no mundo convoca os cristãos que rezam em verdade para uma responsabilidade efetiva em relação a seus irmãos, tanto nos comportamentos pessoais como em sua solidariedade com a família humana. Este pedido da Oração do Senhor não pode ser isolado das parábolas do pobre Lázaro [a157] e do Juízo Final.

2832 Como o fermento na massa, a novidade do Reino deve ele-var o mundo pelo Espírito de Cristo. Deve manifestar-se pela instauração da justiça nas relações pessoais e sociais, econômicas e internacionais, sem jamais esquecer que não existe estrutura justa sem seres humanos que queiram ser justos.

2833 Trata-se de "nosso" pão, "um" para "muitos". A pobreza das bem-aventuranças é a virtude da partilha que convoca a comunicar e partilhar os bens materiais e espirituais, não por coação, mas por amor, para que a abundância de uns venha em socorro das necessidades dos outros.

2834 "Reza e trabalha." "Rezai como se tudo dependesse de Deus e trabalhai como se tudo dependesse de vós." Tendo realizado nosso trabalho, o alimento fica sendo um dom de nosso Pai; convém pedi-lo e disso render-lhe graças. É esse o sentido da bênção da mesa numa família cristã.

2835 Este pedido e a responsabilidade que ele implica valem também para outra fome da qual os homens padecem: "O homem não vive apenas de pão, mas de tudo aquilo que procede da boca de Deus" (Mt 4,4), isto é, sua Palavra e seu Sopro. Os cristãos devem envidar todos os seus esforços para "anunciar o Evangelho aos pobres". Há uma fome na terra, "não fome de pão, nem sede de água, mas de ouvir a Palavra de Deus" (Am 8,11). Por isso, o sentido especificamente cristão desse quarto pedido refere-se ao Pão de Vida: a Palavra de Deus a ser acolhida na fé, o Corpo de Cristo recebido na Eucaristia.

2836 "Hoje" é também uma expressão de confiança. O no-lo ensina; nossa presunção não podia inventá-la. Como se trata sobretudo de sua Palavra e do Corpo de seu Filho, este "hoje não é só o de nosso tempo mortal: é o Hoje de Deus:

Se recebes o pão cada dia, cada dia é para ti hoje. Se Cristo es ao teu dispor hoje, todos os dias Ele ressuscita para ti. Como dá isso? "Tu és meu filho, eu hoje te gerei" (Sl 2,7). Hoje, isto é, quando Cristo ressuscita.

2837 "De cada dia." Esta palavra, "epiousios" (pronuncie: epiússios), não é usada em nenhum outro lugar no Novo Testamento. Tomada em um sentido temporal, é uma retomada pedagógica de "hoje" para nos confirmar numa confiança "sem reserva". Tomada em sentido qualitativo, significa o necessário à vida, e, em sentido mais amplo, todo bem suficiente para a subsistência. Literalmente (epiousios: "supersubstancial"), designa diretamente o Pão de Vida, o Corpo de Cristo, "remédio de imortalidade", sem o qual não temos a Vida em nós. Enfim, ligado ao que precede, o sentido celeste é evidente: "este Dia" é o Dia do Senhor, o do Banquete do Reino, antecipado na Eucaristia que é já o antegozo do Reino que vem. Por isso convém que a Liturgia eucarística seja celebrada "cada dia.

A Eucaristia é nosso pão cotidiano. A virtude própria deste alimento divino é uma força de união que nos vincula ao Corpo do Salvador e nos faz seus membros, a fim de que nos transformemos naquilo que recebemos... Este pão cotidiano está ainda nas leituras que ouvimos cada dia na Igreja, nos hinos que são cantados e que vós cantais. Tudo isso é necessário à nossa peregrinação.

O Pai do céu nos exorta a pedir, como filhos do céu, o Pão do céu. Cristo "é Ele mesmo o pão que, semeado na Virgem, levedado na carne, amassado na Paixão, cozido no forno do sepulcro, colocado em reserva na Igreja, levado aos altares, proporciona cada dia aos fiéis um alimento celeste".

V. PERDOAI-NOS AS NOSSAS OFENSAS. ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS AOS QUE NOS TÊM OFENDIDO

2838 Este pedido é surpreendente. Se comportasse apenas o primeiro membro da frase "Perdoai-nos as nossas ofensas" - poderia ser incluído, implicitamente, nos três primeiros pedidos da Oração do Senhor, pois o Sacrifício de Cristo é "para a remissão dos pecados". Mas, de acordo com um segundo membro da frase, nosso pedido não será atendido, a não ser que tenhamos antes correspondido a uma exigência. Nosso pedido é voltado para o futuro, nossa resposta deve tê-lo precedido; uma palavra os liga: "Como".

PERDOAI-NOS AS NOSSAS OFENSAS

2839 Com audaciosa confiança, começamos a rezar a nosso Pai. Ao suplicar -lhe que seu nome seja santificado, lhe pedimos a graça de sempre mais sermos santificados. Embora revestidos da veste batismal, nós não deixamos de pecar, de desviar-nos de Deus. Agora, neste novo pedido, nós nos voltamos a ele, como o filho pródigo, e nos reconhecemos pecadores, diante dele, como o publicano. Nosso pedido começa por uma "confissão", na qual declaramos, ao mesmo tempo, nossa miséria e sua Misericórdia. Nossa esperança é firme, porque, em seu Filho, "temos a redenção, a remissão dos pecados" (Cl 1,14). Encontramos o sinal eficaz e indubitável de seu perdão nos sacramentos de sua Igreja .

2840 Ora, e isso é tremendo, este mar de misericórdia não pode penetrar em nosso coração enquanto não tivermos perdoado aos que nos ofenderam. O amor, como o Corpo de Cristo, é indivisível: não podemos amar o Deus que não vemos, se não amamos o irmão, a irmã, que vemos. Recusando-nos a per-doar nossos irmãos e irmãs, nosso coração se fecha, sua dureza o torna impermeável ao amor misericordioso do Pai confessando nosso pecado, nosso coração se abre à sua graça.

2841 Este pedido é tão importante que é o único ao qual o Senhor volta e que desenvolve no Sermão da Montanha. Esta exigência crucial do mistério da Aliança é impossível para o homem. Mas "tudo é possível a Deus" (Mt 19,26).

...ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS A QUEM NOS TEM OFENDIDO

2842 Este "como" não é único no ensinamento de Jesus: "Deveis ser perfeitos 'como' vosso Pai celeste é perfeito" (Mt 5,48); "Sede misericordiosos 'como' vosso Pai é misericordioso" (Lc 6,36); "Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros 'como' eu vos amei" (Lc 13,34). Observar o mandamento do Senhor é impossível se quisermos imitar, de fora, o modelo divino. Trata-se de participar, de forma vital e "do fundo do coração", na Santidade, na Misericórdia, no Amor de nosso Deus. Só o Espírito que é "nossa Vida" (Gl 5,25) pode fazer "nossos" os mesmos sentimentos que teve Cristo Jesus. Então torna-se possível a unidade do perdão, "perdoando-nos mutuamente 'como Deus em Cristo nos perdoou" (Ef 4,32).

2843 Assim adquirem vida as palavras do Senhor sobre o perdão, esse Amor que ama até o extremo do amor. A parábola do servo desumano, que coroa o ensinamento do Senhor sobre a comunhão eclesial, termina com esta palavra: "Eis como meu Pai celeste agirá convosco, se cada um de vós não perdoar, de coração, o seu irmão". Com efeito, é "no fundo do coração" que tudo se faz e se desfaz. Não está em nosso não mais sentir e esquecer a ofensa; mas o coração que entrega ao Espírito Santo transforma a ferida em compaixão purifica a memória, transformando a ofensa em intercessão.

2844 A oração cristã chega até o perdão dos inimigos. Transforma o discípulo, configurando-o a seu Mestre. O perdão é um ponto alto da oração cristã; o dom da oração não pode ser recebido a não ser num coração em consonância com a com-paixão divina. O perdão dá também testemunho de que, em nosso mundo, o amor é mais forte que o pecado. Os mártires, de ontem e de hoje, dão este testemunho de Jesus. O perdão é a condição fundamental da Reconciliação [a196] dos filhos de Deus com seu Pai e dos homens entre si.

2845 Não há limite nem medida a esse perdão essencialmente divino. Tratando-se de ofensas ("pecados", segundo Lc 11,4), ou "dívidas", segundo Mt 6,12), de fato somos sempre deve-dores: "Não devais nada a ninguém, a não ser o amor mútuo" (Rm 13,8). A Comunhão da Santíssima Trindade é a fonte e o critério da verdade de toda relação. Esta comunhão é vi-vida na oração, sobretudo na Eucaristia: Deus não aceita o sacrifício dos que fomentam a desunião; Ele ordena que se afastem do altar para primeiro se reconciliarem com seus irmãos: Deus quer ser pacificado com orações de paz. Para Deus, a mais bela obrigação é nossa paz, nossa concórdia, a unidade no Pai, no Filho e no Espírito Santo de todo o povo fiel.

VI. NÃO NOS DEIXEIS CAIR EM TENTACÃO

2846 Este pedido atinge a raiz do precedente, pois nossos pecados são fruto do consentimento na, tentação. Pedimos ao nosso Pai que não nos "deixe cair" nela. É difícil traduzir, com uma palavra só, a expressão grega "me eisenegkes" (pronuncie: "me eissenenkes"), que significa "não permitas entrar em", "não nos deixeis sucumbir à tentação". "Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta" (Tg 1,13); Ele quer, ao contrário, dela nos livrar. Nós lhe pedimos que não nos deixe enveredar pelo caminho que conduz ao pecado. Estamos empenhados no combate "entre a carne e o Espírito". Este pedido implora o Espírito de discernimento e de fortaleza.

2847 O Espírito Santo nos faz discernir entre a provação, necessária ao crescimento do homem interior em vista de uma "virtude comprovada", e a tentação, que leva ao pecado e à morte. Devemos também discernir entre "ser tentado e consentir" na tentação. Por fim, o discernimento desmascara a mentira da tentação: aparentemente, seu objeto é "bom, sedutor para a vista, agradável" (Gn 3,6), ao passo que, na realidade, seu fruto é a morte. Deus não quer impor o bem, ele quer seres livres... Para alguma coisa a tentação serve. Todos, com exceção de Deus, ignoram o que nossa alma recebeu de Deus, até nós mesmos. Mas a tentação o manifesta, para nos ensinar a conhecer-nos e, com isso, descobrir-nos nossa miséria e nos obrigar a dar graças pelos bens que a tentação nos manifestou.

2848 "Não cair em tentação" envolve uma decisão do coração". Onde está o teu tesouro, aí estará também teu coração... Ninguém pode servir a dois senhores" (Mt 6,21.24). "Se vivemos pelo Espírito, pelo Espírito pautemos também nossa conduta" (Gl 5,25). Neste consentimento" dado ao Espírito Santo, o Pai nos dá a força. "As tentações que vos acometeram tiveram medida humana. Deus é fiel; não permitirá que sejais tentados acima de vossas forças. Mas, com a tentação, Ele vos dará os meios de sair dela e a força para a suportar" (1 Cor 10,13).

2849 Ora, tal combate e tal vitória não são possíveis senão na oração. Foi por sua oração que Jesus venceu o Tentador, desde o começo e no último combate de sua agonia. E a seu combate e à sua agonia que Cristo nos une neste pedido a nosso Pai. A vigilância do coração é lembrada com insistência em comunhão com a de Cristo. A vigilância consiste em "guardar o coração", e Jesus pede ao Pai que "nos guarde em seu nome[". O Espírito Santo procura manter-nos sempre alerta para essa vigilância. Esse pedido adquire todo seu sentido dramático no contexto da tentação final de nosso combate na terra; pede a perseverança final "Eis que venho como um ladrão: feliz aquele que vigia!" (Ap 16,15).

VII. MAS LIVRAI-NOS DO MAL

2850 O último pedido ao nosso Pai aparece também na oração de Jesus: "Não te peço que os tires do mundo, mas que os guardes do Maligno" (Jo 17,15). Diz respeito a cada um de nós pessoalmente, mas somos sempre "nós" que rezamos em comunhão com toda a Igreja e pela libertação de toda a família humana. A Oração do Senhor não cessa de abrir-nos para as dimensões da economia da salvação. Nossa interdependência no drama do pecado e da morte se transforma em solidariedade no Corpo de Cristo, na "comunhão dos santos".

2851 Neste pedido, o Mal não é uma abstração, mas designa uma pessoa, Satanás, o Maligno, o anjo que se opõe a Deus. O "diabo" ("diabolos") é aquele que "se atira no meio" do plano de Deus e de sua "obra de salvação" realizada em Cristo.

2852 "Homicida desde o princípio, mentiroso e pai da mentira" (Jo 8,), "Satanás, sedutor de toda a terra habitada" (Ap 12,9), foi por ele que o pecado e a morte entraram no mundo e é por sua derrota definitiva que a criação toda será "liberta da corrupção do pecado e da morte". "Nós sabemos que todo aquele que nasceu de Deus não peca; o Gerado por Deus se preserva e o Maligno não o pode atingir. Nós sabemos que Somos de Deus e que o mundo inteiro está sob o poder do Maligno" (1 Jo 5,18-19). O Senhor, que arrancou vosso pecado e perdoou vossas faltas, tem poder para vos proteger e vos guardar contra os ardis do Diabo que Vos combate, a fim de

que o inimigo, que costuma engendrar a falta, não vos surpreenda. Quem se entrega a Deus não teme o Demônio. "Se Deus é por nós, quem será contra nós?" (Rm 8,31).

2853 A vitória sobre o "príncipe deste mundo" foi alcançada, de uma vez por todas, na Hora em que Jesus se entregou livremente à morte para nos dar sua vida. É o julgamento deste mundo, e o príncipe deste mundo é "lançado fora", "Ele põe-se a perseguir a Mulher", mas não tem poder sobre ela: a nova Eva, "cheia de graça" por obra do Espírito Santo, é preservada do pecado e da corrupção da morte (Imaculada Conceição e Assunção da Santíssima Mãe de Deus, Maria, sempre virgem). "Enfurecido por causa da Mulher, o Dragão foi então guerrear contra o resto de seus descendentes" (Ap 12,17). Por isso o Espírito e a Igreja rezam: "Vem, Senhor Jesus" (Ap 22,17.20), porque a sua Vinda nos livrará do Maligno.

2854 Ao pedir que nos livre do Maligno, pedimos igualmente que sejamos libertados de todos os males, presentes, passados e futuros, dos quais ele é autor ou instigador. Neste último pedido, a Igreja traz toda a miséria do mundo diante do Pai. Com a libertação dos males que oprimem a humanidade, ela implora o dom precioso da paz e a graça de esperar perseverantemente o retorno de Cristo. Rezando dessa forma, ela antecipa, na humildade da fé, a recapitulação de todos e de tudo naquele que "detém as chaves da Morte e do Hades" (Ap 1,18), "o Todo-Poderoso, Aquele que é, Aquele que era Aquele que vem" (Ap 1,8):

Livrai-nos de todos os males, ó Pai, e dai-nos hoje a vossa paz. Ajudados por vossa misericórdia, sejamos sempre livres do pecado e protegidos de todos os perigos, enquanto, vivendo a esperança, aguardamos a vinda do Cristo Salvador.

A DOXOLOGIA FINAL

2855 A doxologia final: "Pois vosso é o reino, o poder e a glória" retoma, mediante inclusão, os três primeiros pedidos a nosso Pai: a glorificação de seu Nome, a vinda de seu Reino e o poder de sua Vontade salvífica. Mas esta retomada ocorre então em forma de adoração e de ação de graças, como na Liturgia celeste. O príncipe deste mundo atribuiu a si mentirosamente estes três títulos de realeza, de poder e de glória; Cristo, o Senhor, os restitui a seu Pai e nosso Pai, até entregar-lhe o Reino, quando será definitivamente consumado o Mistério da salvação e Deus será tudo em todos.

2856 "Em seguida, terminada a oração, tu dizes 'Amém', corroborando por este Amém, que significa 'Que isto se faça' tudo quanto está contido na oração que Deus nos ensinou."

RESUMINDO

2857 No "Pai-Nosso", os três primeiros pedidos têm por objeto a Glória do Pai: a santificação do Nome, a vinda do Reino e o cumprimento da Vontade divina. Os quatro seguintes apresentam-lhe nossos desejos: esses pedidos concernem à nossa vida, para nutri-la ou para curá-la do pecado, e se relacionam com nosso combate visando à vitória do Bem sobre o Mal.

2858 Ao pedir: "Santificado seja o vosso Nome" entramos no plano de Deus, a santificação de seu Nome - revelado a Moisés, depois em Jesus - por nós e em nós, bem como em todas as nações e em cada ser humano.

2859 Com o segundo pedido, a Igreja tem em vista principalmente a volta de Cristo e a vinda final do Reino de Deus, rezando também pelo crescimento do Reino de Deus no "hoje" de nossas vidas.

2860 No terceiro pedido rezamos ao nosso Pai para que uma nossa vontade à de seu Filho, a fim de realizar seu plano de salvação na vida do mundo.

2861 No quarto pedido, ao dizer "Dai-nos", exprimimos, em comunhão com nossos irmãos, nossa confiança filial em nosso Pai do céu. "Pão Nosso" designa o alimento terrestre necessário à subsistência de todos nós e significa também o Pão de Vida: Palavra de Deus e Corpo de Cristo.

É recebido no "Hoje" de Deus como o alimento indispensável, (super) essencial do Banquete do Reino que a Eucaristia antecipa.

2862 O quinto pedido implora a misericórdia de Deus para nossas ofensas, misericórdia que só pode penetrar em nosso coração se soubermos perdoar nossos inimigos, a exemplo e com a ajuda de Cristo.

2863 Ao dizer "Não nos deixeis cair em tentação", pedimos a Deus que não nos permita trilhar o caminho que conduz ao pecado. Este pedido implora o Espírito de discernimento e de fortaleza; solicita a graça da vigilância e a perseverança final.

2864 No último pedido, "mas livrai-nos do mal", o cristão pede a Deus, com a Igreja, que manifeste a vitória, já alcançada por Cristo, sobre o "Príncipe deste mundo", sobre Satanás, o anjo que se opõe pessoalmente a Deus e a seu plano salvação.

2865 Pelo "Amém" final exprimimos nosso 'fiat' em relação aos sete pedidos: "Que assim seja!"